SUPLEMENTO

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo
Diário da Assembleia Legislativa – 19ª Legislatura

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris — Presidente
Enio Tatto — 1º Secretário
Milton Leite Filho — 2º Secretário
Bruno Ganem — 3º Secretário
Léo Oliveira — 4º Secretário
Gilmaci Santos — 1º Vice-Presidente
Ricardo Madalena — 2º Vice-Presidente
Coronel Telhada — 3º Vice-Presidente
Barros Munhoz — 4º Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000 www.al.sp.gov.br

Volume 131 • Número 26 • São Paulo, sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021 www.imprensaoficial.com.br

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 2020

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Mensagem Anual à Assembleia Legislativa

Governador João Doria

São Paulo
2021

Mensagem Anual à Assembleia Legislativa

2021

Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

É com grande satisfação e respeito que encaminho a Vossas Excelências a mensagem anual e o relatório de atividades desenvolvidas pelo Governo do Estado em 2020, certamente um dos anos mais duros e desafiadores de toda a história de São Paulo, do Brasil e do mundo. Dirijo-me com toda a admiração e cordialidade a este Nobre Parlamento, que abriga os legítimos representantes do povo, para prestar contas sobre as políticas públicas praticadas pela Administração Estadual.

É preciso ressaltar que a Assembleia Legislativa executou com primazia os papeis de fiscalização e aconselhamento do Governo de São Paulo ao longo do ano passado. Os debates propositivos e transformadores foram, em absoluta maioria, a regra nas relações entre este Legislativo e o Executivo estadual. Essa sinergia se mostrou fundamental para que São Paulo pudesse enfrentar a pandemia do coronavírus de forma perene e altiva, sem ceder a arroubos ideológicos e tampouco a interesses corporativos.

No ano passado, o Governo de São Paulo priorizou a preservação da saúde e o respeito à ciência e à medicina na condução das políticas públicas. Assim que o primeiro caso de contaminação por coronavírus no estado – e também no país – foi confirmado, no dia 26 de fevereiro, determinamos a criação de um Centro de Contingência formado por médicos e cientistas de renome internacional. Desde então, esse Comitê de Saúde atua de forma voluntária para oferecer orientação e aconselhamento a todas as decisões estaduais no combate à pandemia, principalmente em relação ao monitoramento dos indicadores de saúde e medidas relacionadas a atividades econômicas não essenciais durante a crise.

A pandemia pressionou gestores públicos de todo o Brasil em busca de saídas para proteger suas populações e, ao mesmo tempo, evitar efeitos devastadores sobre a economia. O Governo de São Paulo teve a coragem e a firmeza necessárias para enfrentar a maior crise sanitária dos últimos cem anos. Ainda em março, foi o primeiro governo regional, ao lado do Rio de Janeiro, a determinar fechamentos de cinemas, teatros, museus, bibliotecas, parques, postos do Poupatempo e escolas, além de recomendar as celebrações presenciais em igrejas, templos e demais espaços religiosos. E, no dia 24 daquele mês, a gestão estadual novamente foi pioneira ao colocar os 645 municípios em quarentena, restringindo a mobilidade social e evitando o colapso do sistema de saúde. Segundo especialistas do Centro de Contingência, a etapa mais restritiva, de março a maio, foi imprescindível para salvar ao menos 65 mil vidas e evitar que 1 milhão de pessoas fossem infectadas pelo coronavírus.

O uso obrigatório de máscaras em todos os locais de acesso público também foi uma decisão necessária e fundamental no enfrentamento à pandemia, adotada tão logo houve a recomendação formal da OMS (Organização Mundial de Saúde). São Paulo mais uma vez, foi o estado pioneiro no País, ao adotar a obrigatoriedade de uso de máscara. A testagem em massa da população foi outra iniciativa que mobilizou um grande esforço da Secretaria de Estado da Saúde para ampliar a capacidade da rede pública e incentivar o setor privado a patrocinar exames de rotina. De março a dezembro, São Paulo ultrapassou 8 milhões de diagnósticos e se tornou o estado que mais faz testes de COVID-19 na América Latina. Uma parceria tecnológica com as operadoras de telefonia móvel tornou possível a implementação do SIMI-SP (Sistema de Monitoramento Inteligente), que mede os índices de isolamento social por cidade e permite o monitoramento integrado de infectados em 187 cidades.

Até julho, o investimento público em Saúde para o combate a pandemia foi de R$ 4,9 bilhões – R$ 2,7 bilhões em recursos estaduais, e o restante via Prefei-

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Diretor-Presidente Carlos André de Maria de Arruda
Diretor Vice-Presidente Jorge Águedo de Jesus Peres de Oliveira Filho
Diretora Administrativa e Financeira Izabel Camargo Lopes Monteiro
Diretora Industrial Izabel Camargo Lopes Monteiro (respondendo cumulativamente)
Diretor de Gestão de Negócios Carlos André de Maria de Arruda (respondendo cumulativamente)
Jornalista Responsável Antonio Euclides Teixeira (MTb 8186)
redacao@imprensaoficial.com.br

Diário Oficial Estado de São Paulo
PODER LEGISLATIVO

Matriz
Imprensa Oficial do Estado S.A. - Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118
Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800
www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01

Filial
• **Capital**
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

turas – e permitiu ações sem precedentes, como mais que dobrar o número de leitos de UTI em tempo recorde. Em uma ação ousada e inédita, o Governo de São Paulo passou a contar com 8.559 vagas de terapia intensiva no SUS, ante cerca de 3.600 que existiam antes da pandemia. O Estado investiu na aquisição de 4.013 respiradores para atendimento a pacientes graves com COVID-19 e já repassou 3.900 equipamentos a unidades hospitalares de todas as regiões do estado. Sete novos hospitais foram abertos, sendo quatro unidades de campanha na capital – dois deles dirigidos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde – e o HC de Bauru, o AME de Campinas e o Hospital Regional de Caraguatatuba. Foram contratados 6.300 profissionais de saúde, entre médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e fisioterapeutas, além da compra de 57,4 milhões de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e insumos. Todos esses esforços garantiram que uma das principais metas do nosso Governo durante a pandemia fosse cumprida. Em São Paulo, nenhum paciente moderado e grave de COVID-19 ficou sem tratamento.

São Paulo buscou fazer mais e melhor para enfrentar o coronavírus. Nosso estado é um dos maiores polos de formação e produção científica de todo o mundo, com tradição histórica de apoio público ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas de conhecimento. Ligado ao Governo do Estado, o centenário Instituto Butantan, uma das mais respeitadas instituições de imunobiologia do mundo, iniciou busca por parcerias internacionais para desenvolver uma vacina que interrompesse o ciclo trágico e mortal da pandemia não apenas em São Paulo, mas em todo o Brasil. E nossa administração deu respaldo irrestrito ao objetivo mais ousado de 2020: imunizar a população com uma vacina segura, eficaz, desenvolvida em tempo recorde e que pudesse ser produzida diretamente pelo Butantan em solo brasileiro.

Em junho, orgulhosamente anunciamos a parceria entre o Butantan e a biofarmacêutica chinesa Sinovac Life Science para o desenvolvimento conjunto da vacina Coronavac. Reunimos 16 centros científicos de excelência em São Paulo e no Brasil para os estudos clínicos que atestariam se o tão esperado imunizante poderia ser oferecido a milhões de brasileiros. Mais de 12 mil profissionais de saúde se ofereceram para participar, de forma abnegada e voluntária, daquela que se provaria a maior conquista científica da história recente de nosso país. Ao término da fase três da pesquisa no Brasil, no final de 2020, a vacina do Butantan alcançou todos os índices de segurança e eficácia exigidos pela OMS e pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

O feito histórico do Butantan e do Governo de São Paulo já tornou a vacinação contra o coronavírus uma realidade para milhões de brasileiros, serem protegidos da COVID-19 em todo o país. Com o aval da Anvisa, a iniciativa apoiada desde o início pelo Governo de São Paulo assegura 100 milhões de doses já contratadas pelo Ministério da Saúde até o fim deste ano. A produção do Butantan também será reforçada com a primeira fábrica de vacinas contra o coronavírus da América Latina, que será entregue em setembro e foi viabilizada por doações da iniciativa privada. A vacina do Butantan é de São Paulo, é do Brasil. A vacina do Butantan é uma vitória em defesa da vida.

São Paulo não parou durante a pandemia. Com a vigência do Plano São Paulo de controle da pandemia e retomada econômica, 74% dos setores produtivos continuaram em atividade. A execução de obras com recursos públicos e privados somam R$ 44,8 bilhões e 150 mil empregos gerados. Em 2020, o Governo do Estado assinou o contrato do maior lote de concessão rodoviária do Brasil, com 1.273 quilômetros de estradas entre os municípios de Piracicaba e Panorama, 7 mil empregos e investimento de R$ 14 bilhões. A retomada de obras da Linha 6-Laranja do Metrô vai receber R$ 15 bilhões em investimentos e gerar 9 mil empregos. E o projeto de despoluição Novo Rio Pinheiros conta com 16 obras em execução, somando R$ 1,7 bilhão em investimentos e geração de 4,1 mil empregos. Um dos eixos do programa é a revitalização da Usina SP, que foi concedida por R$ 280 milhões, com um ágio de 1.900%.

Em 2020, o Plano São Paulo preservou cerca de 318 mil empregos em todas as regiões do estado, segundo estudo da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). A estratégia de reabertura regional e faseada garantiu a manutenção de trabalhadores com menor escolaridade e menor renda, justamente os mais vulneráveis em cenário de retração. Em outubro, o Governo do Estado lançou o Retomada 21/22, um plano estimado em R$ 36 bilhões para impulsionar a economia de São Paulo e gerar cerca de 2 milhões de empregos até o final de nossa administração. O programa tem 19 projetos para atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros em todas as regiões, em especial no setor de infraestrutura.

O Estado também implementou salvaguardas para proteger micro e pequenos empreendedores na pandemia. O Banco do Povo e a Desenvolve SP disponibilizaram R$ 849 milhões a juros baixos e carência estendida para auxiliar a manutenção de negócios durante a crise de 2020. A capacitação profissional também recebeu destaque com o Mutirão de Qualificação, iniciado no ano passado e que oferece 240 mil vagas em mais de 30 opções de cursos gratuitos em áreas como varejo, gestão, tecnologia, economia criativa e idiomas.

O Governo de São Paulo se destacou no fomento a ações emergenciais de proteção social e arrecadação de doações em 2020. O programa Alimento Solidário arrecadou 1,45 milhão de cestas já distribuídas. Famílias carentes receberam 630 mil kits com itens de limpeza como álcool em gel, papel higiênico e sacos de lixo. A Sabesp adotou isenção do pagamento da

conta de água para 2,5 milhões de pessoas incluídas na tarifa social e distribuiu 6,6 mil caixas d'água em comunidades. E 52 restaurantes da Rede Bom Prato na capital, interior e litoral passaram a oferecer alimentação gratuita para mais de 15 mil pessoas que vivem nas ruas.

Nas áreas de Educação e Segurança Pública, o Governo do Estado também soube ter atitudes públicas e efetivas para manter a população totalmente assistida. O programa Merenda em Casa deu auxílio financeiro mensal para que famílias de 770 mil alunos da rede estadual pudessem comprar alimentos até dezembro de 2020. Em sua iniciativa mais inovadora, a Secretaria da Educação lançou o Centro de Mídias São Paulo, plataforma que dá a acesso a aulas ao vivo pela internet e também pela TV Cultura, além de oferecer navegação sem custo a professores e 3,5 milhões de alunos. Já a Secretaria da Segurança Pública expandiu o rol de crimes atendidos na Delegacia Eletrônica, incluindo violência doméstica e registro online de boletins de ocorrência para proteger mulheres de seus agressores. Também promoveu a emissão de 35 mil RGs em mutirão para que pessoas em situação de rua tivessem acesso ao auxílio emergencial do Governo Federal até o fim de 2020.

Também atuamos com rigor, austeridade e responsabilidade em relação às finanças públicas. A pandemia gerou um efeito negativo brutal sobre a arrecadação do Estado em 2020. O Governo de São Paulo conseguiu manter os serviços públicos sem atrasar pagamentos de salários ou fornecedores porque sucessivas gestões estaduais vêm, desde a década de 1990, fazendo o dever de casa em relação à responsabilidade fiscal e controle de despesas. Mas, no último semestre, as previsões de arrecadação para 2021 eram extremamente ruins em função da crise do coronavírus, com deficit estimado entre R$ 7 bilhões e R$ 10 bilhões.

Novamente, nosso Governo se antecipou ao problema e apresentou a esta Casa uma proposta robusta de reforma administrativa e modernização fiscal para tornar o serviço público mais eficiente e enxuto, além de revisar uma série de privilégios tributários ofertados a diversos setores. Com aval da Assembleia Legislativa, extinguimos empresas estatais obsoletas, incentivamos a demissão voluntária de servidores estáveis já aposentados ou em vias de se aposentar e determinamos a revisão linear de 20% sobre todos os benefícios fiscais referentes ao ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) por prazo determinado de 24 meses. Trata-se de um esforço coletivo e transitório de setores mais privilegiados que irá garantir a continuidade de serviços em benefício direto à população mais carente e desvalida, aquela que realmente depende da presença do Estado para ter uma vida digna. Somente com as contas em dia é possível garantir a oferta de Educação, Saúde, Segurança Pública, Desenvolvimento Social e Habitação e demais serviços públicos essenciais.

Quero, nessa Mensagem, expressar mais uma vez o meu agradecimento a Vossas Excelências pela aprovação da reforma administrativa e modernização fiscal, modificada de forma pontual pelo Parlamento ao longo de dois meses de diálogo e negociação com esta administração. O sucesso do Governo de São Paulo ao longo deste ano está diretamente ligado à compreensão da maioria dos Nobres Deputados sobre a necessária e urgente contribuição de setores produtivos para que a crise econômica seja superada de forma menos drástica e traumática. O Estado também faz sua parte ao reduzir o peso da máquina administrativa e intensificar a desestatização com projetos de concessões e Parcerias Público-Privadas nas áreas de Infraestrutura, Meio Ambiente, Transportes e Logística.

A crise do coronavírus é o maior desafio já enfrentado por gestores e autoridades públicas em nossa geração. A harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário torna-se ainda mais necessária em um cenário em que as decisões do poder público são determinantes para proteger a saúde da população e salvar vidas.

À Assembleia Legislativa de São Paulo, reforço meu compromisso com valores democráticos, diálogo, bom senso, transparência, ética e a busca incessante pela geração de empregos e de renda por meio de desenvolvimento social e liberdade econômica. Conto com a participação efetiva desta Casa para governarmos em prol do progresso humano, livre de arroubos ideológicos e polarizações divisionistas. São Paulo precisa de união. O Brasil precisa de união.

Palácio dos Bandeirantes, 1 de fevereiro de 2021.



João Doria
Governador do Estado de São Paulo

CASA CIVIL

A Casa Civil, do Gabinete do Governador, tem como função dar assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições; no relacionamento com cidadãos e entidades do terceiro setor; na elaboração da agenda do Governador e na preparação e formulação de subsídios para os pronunciamentos, em matéria honorificências; no assessoramento e coordenação da política do Governo; no relacionamento com a Assembleia Legislativa, com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário Federal e partidos políticos, bem como, na promoção de interlocução com os Municípios, outros Estados da Federação e com a Administração Federal. Missão atribuída nos termos do Decreto 64.462, de 11/9/2019. Tem como estrutura básica o Gabinete do Secretário, a Subsecretaria de Relações Institucionais, a Subsecretaria de Assuntos Parlamentares, a Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional, a Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília – AEGESP, o Cerimonial, a Audiência e Representações, o Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga e a Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Gabinete do Secretário - O Gabinete do Secretário conta com a Chefia de Gabinete, Assessoria Técnica da Casa Civil, Serviços de Informação ao Cidadão – SIC, Comissão Estadual para os Objetivos Desenvolvimento Sustentáveis e Ouvidoria.

Chefia de Gabinete - A Chefia de Gabinete coordenou e orientou as atividades das Unidades da Casa Civil, articulou com as Chefias de Gabinete da Administração direta e autarquias, bem como, com outros órgãos do Governo do Estado e dos municípios. Acompanhou as designações e indicações de representantes de Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho instituídos pelos órgãos do Estado. Como ordenador de despesa, autorizou as realizações de pregões, contratos e compras de produtos e equipamentos para assegurar a execução das atribuições das unidades da Casa Civil. Por meio da Unidade de Administração examinou e preparou expedientes do Secretário-Executivo, que Responde pelo Expediente da Casa Civil, assegurou o suporte técnico e administrativo às unidades da Casa Civil, garantiu a execução e o acompanhamento do Sistema Financeiro e Orçamentário, elaborou a Proposta Orçamentária Setorial, reviu e monitorou o cumprimento das metas do PPA; concedeu suporte de material, de infraestrutura, de transportes e serviços para a plena realização das atividades das unidades. Realizou lançamentos nos Sistemas: orçamentários, financeiro e de planejamento da Secretaria de Fazenda e Planejamento; de fiscalização e controle do Tribunal de contas do Estado e de acompanhamento, controle e transparência da Corregedoria Geral de Administração. Realizou pregões eletrônicos, compras, fez a gestão dos contratos e dos adiantamentos, observando a economicidade e a restrição das despesas, conforme determinado pelo Chefe do Poder Executivo e orientação do Secretário Executivo da Casa Civil, em decorrência à calamidade pública instalada em face da pandemia COVID19, bem como, atendeu as solicitações dos órgãos de fiscalização e de controle. A Unidade de Administração também emitiu:

Documentos externos	279
Documentos recebidos e analisados	2.603
Pregões e ofertas de compras	16
Ata de Registro de Preço (envolvendo 05 órgãos do Estado)	1
Controle, acompanhamento e fiscalização de contratos	25
Documentos SIAFEM (NE, NL, PD, RE, OC)	2.146
Instrução e manifestação em processos para Consultoria Jurídica,	78

Assessoria Técnica da Casa Civil – ATeCC - integra o Gabinete do Secretário. Suas atribuições estão previstas no artigo 21 do Decreto nº 64.462, de 11/9/2019, tendo como principais funções: assessorar o Secretário-Chefe da Casa Civil e o Secretário-Executivo; suporte técnico-administrativo ao Governador no exercício de suas funções legislativas e no relacionamento com a Assembleia Legislativa; gestão documental do Relatório Anual de Atividades e da Mensagem Governamental ao Poder Legislativo; acompanhamento das proposituras parlamentares de projetos de leis ordinárias e complementares, propostas de emenda à Constituição, e requerimentos de informações, através do Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, plataforma de gestão e armazenamento das manifestações das Secretarias de Estado que subsidiam a decisão de sanção ou veto do Governador; publicações no Diário Oficial do Estado, incluindo durante o período de recesso parlamentar, nos termos do artigo 28, § 3º, da Constituição Paulista; atualização do sítio eletrônico de legislação do Estado - http://www.legislacao.sp.gov.br/;.além do acompanhamento e andamento de expedientes e processos diversos.

Acompanhamento	Projetos de Lei	765
	Projetos de Lei Complementar	36
	Propostas de Emenda à Constituição	6
	Requerimentos de Informações	862
Bonificação por Resultado		8
Processos/Expedientes		196
Ofícios		2.580

Serviço de Informações ao Cidadão – SIC. O relatório apresenta um total de 58 demandas acolhidas pela Casa Civil. - 51 atendidas, 3 atendida parcialmente, 2 negadas e no momento 2 demandas em trâmite, do percentual total, 96,55% das demandas recebidas estão encerradas, portanto, 3,45% em trâmite. Seguem abaixo as tabelas que detalham a movimentação do Sic.

Relatório das Solicitações Encerradas
Órgão: Casa Civil - CC
A partir de: 01/01/2020 até: 31/12/2020

Classificação das Solicitações	Total	Percentual			
Atendida	51	91,07%	Natureza das Solicitações Encerradas	Total	Percentual
			Impertinente - Pedido incompreensível.	5	8,93%
			Pessoal	1	1,79%
			Pública	45	80,36%
Atendida Parcialmente	3	5,36%	Natureza das Solicitações Encerradas	Total	Percentual
			Pública	3	5,36%
Negada	2	3,57%	Natureza das Solicitações Encerradas	Total	Percentual
			Impertinente - Ausência de competência	2	3,57%
Em Trâmite	2	3,45%			
Total Geral	58	100,00%			

Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - 14/01 – Reunião Casa Civil – Primeira Infância; 21/01 – Reunião ODS com Grupo de Apoio Técnico da Comissão; 24/01 – Palestra ODS para a Secretaria da Cultura; 03e 04/02 – Evento FEA/USP sobre ODS; 06/02 – Reunião SIMA; 07/02 – Reunião Acervo dos Palácios; 10/02 – Visita ao Instituto Akatu; 12/02 – Reunião com Diretor da EGESP, Rodrigo Bezerra; 13/02 – Reunião na Secretaria de Desenvolvimento Social; 17/02 – Reunião com Secretário Malufe; 17/02 – Reunião no Centro Paula Souza; 18/02 – Participação em evento na SIMA – Climate Lab; 19/02 – Reunião com parceiros internacionais na Prefeitura de SP; 27/02 – Reunião com Fabio Toreta da SABESP; 03/03 – Reunião com Grupo de Apoio Técnico da Comissão ODS; 04/03 – Webinar Regions 4: "O caso de Wales na implementação dos ODS"; 05/03 – Viagem ao Município de Cordeirópolis para palestrar sobre a Implementação da Agenda 2030 no Estado de SP"; 09/03 – Participação em vento da FEA/USP a convite do Prof Jacques Marcovitch; 10/03 – Reunião presencial de todos os membros da Comissão ODS. Definição das metas prioritárias de cada Câmara Temática; 13/03 – Reunião na Secretaria da Cultura; 23/03 – Webinar Violência contra a Mulher; 13/03 – Reunião sobre mestrado profissional da FGV sobre a implementação da Agenda 2030 no Governo de SP; 25/03 – Reunião sobre criação de Rede de Mulheres no Governo de SP; 07/04 - A partir de uma demanda do Pacto Global Rede Brasil realizei pesquisa sobre as possibilidades de alocação de recursos financeiros por parte das empresas para o Governo de SP no enfrentamento a COVID-19: I) Campanha "#vem pra guerra": acessada através do www.charidy.com/vempraguerra; II) O HCFMUSP criou uma plataforma própria, a HCCOMVIDA para receber as doações. O caminho para maiores detalhes é www.viralcure.org/hc; III) Comitê de Doações HCFMUSP: Comitê de Doações fica à disposição dos interessados em doar recursos financeiros e/ou materiais. Segue o contato: hcdoacao.corona@hc.fm.usp.br , telefone 2661-2372 ou ainda com Thiago Sakamoto, que faz parte do Comitê: thiago.sakamoto@hc.fm.usp.br, telefone 2661-6475. Doações para a Pesquisa: IV) Pesquisas do Covid 19: doações voltadas aos interessados em colaborar com as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na FFM, encabeçadas pela Profa. Dra. Ester Sabino e Prof. Dr. Esper Kallas:Beneficiário: Fundação Faculdade De Medicina-CNPJ: 56.577.059/0001-00 -Endereço: Avenida Rebouças, 381 -CEP: 05401-000;15/04 - Igualmente, por indicação do Pacto Global Rede Brasil, fui procurada pelo Sr Pedro Saad, fundador e presidente do World Observatory com o objetivo de orientar como o projeto "Estratégias para governos estaduais e municipais otimizarem infraestrutura hospitalar para tratamento da COVID-19 poderia chegar aos pontos focais do Governo e Prefeitura. - Dr Paulo Rossi Menezes, do Comitê Operacional Especial- email: p.menezes@saúde. sp. gov.br - tel: 30668690 - Dr Edson Tayar- Secretario Executivo da Secretaria de Estado da Saúde- email: etayar@saúde.sp.gov.br - tel: 30668690 - Secretário Edson Aparecido, S. da Saúde do Município de SP - email: gabinetesaude@prefeitura.sp.gov.br; Março e Abril/20 – Início de Projeto de criação de uma Rede Mulheres no Governo com o objetivo de termos uma iniciativa no Governo de SP para o ODS 5; 25/03 - Reunião Virtual com Edna Rondelli, Sócia e Gerente Executiva da International Service Group (ISG) e Irene Giner-Reichl, Embaixadora da Áustria e fundadora da Global Women´s Network for the Energy Transition - GWNET (rede de mulheres mundial que discute o papel profissional de mulheres que atuam na transição da Energia baseada em combustíveis fósseis para uma Energia de baixo carbono, www.globalwomennet.org); 22/04 – Reunião Virtual com Isadora Cohen – Sócia Diretora , Governo e Infraestrutura da KPMG e fundadora da Rede de Mulheres em Infraestrutura, composta por 130 mulheres no Brasil; Abril - Elaboração de Minuta para Decreto de criação da Rede Mulheres no Governo de São Paulo com a colaboração de Deborah Ewelyn Araújo; Abril/20 a Dez/20- Apoio aos Estudantes de Pós-Graduação para trabalho final de curso no tema ODS (discussões, entrevistas e envio de material): - Rafael Auad – Pós-Graduação em Políticas Públicas no Insper - Reunião virtual: 16/04 - Eduarda Lazari Maia – Pós-Graduação em Políticas Públicas no Insper e funcionária da Secretaria da Fazenda e Planejamento; Reunião Virtual: 23/04 - Barbara Dunin – Mestrado em Políticas Públicas na FGV. Discussão de Termo de Referência ; Reuniões Virtuais: 23/03; 14/04Abril/20 - Participação em Webinars:22/04 – Secretaria de Desenvolvimento Social, Celia Parnes em entrevista com Daniel Motta da BMI;28/04 – Fundação FHC - As Pandemias no curso da História: o que o passado nos ensina sobre o mundo pós COVID-19; 28/04 – Live - Entrevista com o Reitor da Universidade de São Paulo, Vagan Agopyan sobre o papel da Universidade de SP na crise da saúde ;Maio/20 - Convite para elaboração de artigo sobre "O Impacto da COVID-19 nos ODS" para a revista VIDI – Economia Sustentável a convite do Prof George Legmann, Fundação FHC; Reunião Virtual com Maristela Baioni, Representante Residente Assistente para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) | Brasil; Reunião virtual com Profa da ECA/USP, Margarida Kunsch sobre tema de Comunicação Institucional em ODS; Maio - Leitura da tese de doutorado de Pedro Fernandes Saad "Empresas e ODS: priorizando as ações sustentáveis de maior retorno econômico, social e ambiental para a humanidade; 20/05 – Reunião da Comissão ODS – Apresentação por Barbara Dunim das ações do Pacto Global na pandemia (membro da Comissão ODS); 01/06 – Reunião projeto ODS Art com Acervo dos Palácios e SIMA. Responsável pelos textos ODS que acompanham as imagens; 03/06 – Moderadora de Live do Instituto Global de Paz e Resolução de Conflitos da USP; 06/06 – Reunião com a Escola de Governo do Estado de São Paulo a respeito da elaboração do Curso ODS para gestores públicos; 09/06: Palestrante em live do Instituto Limpa Brasil "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" - https://ca-

lti.bbcollab.com/recording/9a3aaa347b3b4843861fd7ad44265939; 12/06 – Lançamento do projeto ODS Art com Acervo dos Palácios, SIMA e Casa Civil; 08/07 – Palestrante no evento da ONU Voluntary Nacional Rerviews. "VNR LABS" e a experiência do Voluntary Local Review do ESP; 23/07 – Palestrante em live do Tribunal de Contas do ESP: Palestrante: https://youtu.be/TkLuVdej5tI; 07/08 - Painelista no Curso do PNUD: "Territorialização e Aceleração dos ODS" - Live #7 - Segue link da playlist das lives em nosso canal do YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=8hMDWldjDPw&ab channel=PNUDBrasil; 10/08- Palestrante do Congresso Cidades e Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Franca - link: https://www.youtube.com/watch?v=rSoQhfqujaI; Agosto/20 – publicação de artigo "Os efeitos da COVID-19 nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" na Revista VIDI Economia Sustentável;Agosto/20 – Participação e Certificação do Curso do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), "Territorialização e Aceleração dos ODS"; 06/08 – Reunião com Grupo de Apoio Técnico da Comissão ODS para discutir elaboração da metodologia de trabalho para o II Relatório dos ODS do ESP; 07/08 a dez 20 – Elaboração do conteúdo do Histórico da Implementação da Agenda 2030 no ESP para o Curso de ODS da EGESP; 24/08 – Reunião com sub-grupo para discutir elaboração da metodologia de trabalho para o II Relatório dos ODS do ESP; 26/08 –Participação em Live de co-criação da Virada Sustentável; 02/09 – Reunião com Manuela do Carmo, Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão sobre novo Plano de Metas do Governo; 03/09 – Palestrante convidada pela Universidade de Marília (UNIMAR) e UNESP (Marília), Paradiplomacia e os ODS; 20/08 - 04/09 – Tramitação para envio do I Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP para a ONU - https://sdgs.un.org/topics/voluntary-local-reviews (26); 11/09 – Reunião com os membros da Sociedade Civil na Comissão ODS – convite para trabalharmos conjuntamente no capítulo "parcerias" do II Relatório dos ODS do ESP; 15/09 – Reunião com representantes do Projeto Angra Doce sobre elaboração dos Guias de Turismo e Investimentos; 17/09 – Reunião do Grupo de Trabalho "Rio Pinheiros"; 18/09 – Reunião com a Fundação SEADE, Secretaria da Fazenda para discussão de indicadores do II Relatório ODS; 22/09 – Abertura da Assembleia Geral da ONU e participação no evento "*Action Zone*" via rede de governos subnacionais "Regions4"; 25/09 – Participação na banca de mestrado da FGV de Barbara Dunin – dissertação "A Retomada Sustentável Guiada pelos ODS no ESP: Visão dos Executivos de Grandes Empresas"; 29/09 – Convidada para participar da avaliação de projetos de pós graduandos do Instituto Europeo de Design – Modelo de Negócios e os ODS; 30/9 – Reunião com a ABRAPS, membro da Comissão ODS; 06/10 - Conclusão de elaboração da metodologia de trabalho para II Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP; 06/10 - Envio de email a todos os membros da Comissão com explicação da metodologia de trabalho para a elaboração do II Relatório ODS; 06/10 – Reunião com as duplas para apresentação da elaboração da metodologia de trabalho para o II Relatório dos ODS do ESP; 08/10 – Reunião presencial com Eduarda Lazari Maia, SEFAZ; 13/10 – Reunião para se discutir Sistema de Dados (Power BI) com Eduarda e especialista do Governo; 13/10 – Envio de material ODS especialmente elaborado a pedido da Secretaria Patricia Ellen para o Grupo de Trabalho do Fórum Econômico Mundial do qual o Governo de SP faz parte; 14/10 – Reunião com Fundação SEADE para discussão de indicadores para o II Relatório; 15/10 – Reunião presencial com Eduarda Lazari Maia, da SEFAZ; 16/10 – Call com Sandra Patricio di Crocce; 19/10 – Reunião com Deborah Ewelyn Araújo; 20/10 – Reunião com Secretário Malufe no Palácio dos Bandeirantes para discutir COP-26 de Mudanças Climáticas que ocorrerá em novembro de 2021, em Glasglow, Escócia; 22/10 – Reunião com Eduarda Lazari Maia, SEFAZ; 23/10 – Reunião virtual com representantes da PRODESP e da DesenvolveSP para discussão de Relatório de Sustentabilidade; 26/10 – Call preparatório para abertura do curso de pós-gradução do "Istituto Europeo de Design"; 27/10 – Reunião com Tatiana Mestres (IPT) e Tatiana Collavini para discutir atuação desta dupla na Câmara de Prosperidade; 28/10 - Palestra em ODS na abertura do curso de pós-gradução do "Istituto Europeo de Design"; 29/10 – Reunião com Eduarda Lazari Maia e Reunião com Tatiana Mestres (IPT) e Tatiana Collavini (casa Civil), SEFAZ; 05/11 - Reunião com Eduarda Lazari Maia, SEFAZ; 06/11 – Reunião da Comissão ODS (com todos os membros); 06/11 – Reunião com a Subsecretaria de Parcerias Sociais (SGOV/SPOG); 07/11 – Solicitação de Carta de Recomendação do PNUD para o processo de candidatura do Prêmio ONU 2021 em Serviços Públicos pela "Criação da Comissão ODS" ; 10/11 – Webinar Consulado da Suécia sobre temas relacionados aos ODS (equidade de gênero e racismo); 10/11 – Reunião com as duplas responsáveis pela coleta de materiais para o II Relatório. Acompanhamento do trabalho realizado até o momento; 11/11 – Reunião com representante da SLT, Renata Ruy para esclarecimento de dúvidas no preenchimento dos formulários; 12/11 – Reunião convocada pelo Secretário de Relações Internacionais, Julio Serson, no Palácio dos Bandeirantes para discussão da COP-26 de Mudanças Climáticas; 13/11 – Reunião com representantes da EGESP para discussão da Plataforma de materiais em Capacitação em ODS; 17/11 - Reunião com Eduarda Lazari Maia, SEFAZ; 01/11 – 18/11 – Preenchimento dos formulários da ONU, compilação e tradução de docuemntos para candidatura do Governo de São ao prêmio ONU 2021 em Serviços Públicos pela "Criação da Comissão ODS" na categoria 2 - "Fortalecendo a efetividade de instituições públicas para alcançar os ODSs" (2021 United Nations Public Service Awards (UNPSA) in Category 2 - Enhancing the effectiveness of public institutions to reach the SDGs); 23/11 – Reunião com Deborah Ewelyn Araújo; 23/11 – Call com Julia Berbel, assistente da Secretaria Patricia Ellen, SDE. Pauta: Mudança de pessoal na SDE; 23/11 – Envio da Minuta de Decreto de Proposta de Criação de uma Rede de Mulheres no Governo; 24/11 – Reunião com Secretário Malufe para discussão da Proposta de Criação de uma Rede de Mulheres no Governo; 02/12 – Reunião com Eduarda Lazari Maia, Luiza Nonato e Julia Berbel (SDE) – Esclarecimento de dúvidas para o II Relatório ODS; 02/12 - Reunião com representantes da EGESP e do Centro Paula Souza. Pauta: Capacitação em ODS; 02/12 – I Reunião com SIMA, SERI e CETESB para discutir a possibilidade de realização de um Webinar de Mudanças Climáticas na Comissão ODS; 03/12 – Reunião com Secretário Malufe e Secretária Patricia Ellen no Palácio dos Bandeirantes. Pauta: Comissão ODS; 04/12 – Apresentação, em inglês, sobre "O caso de São Paulo na elaboração do I Voluntary Subnacional Review (histórico e processo de construção)" na Rede de Governos Subnacionais "Regions4", no dia 04 de dezembro, às 11h00 (presença de 11 regiões do mundo); 04/12 – Reunião com SERI, Acervo dos Palácios e UNESCO sobre Concurso de Desenhos ODS da Secretaria da Educação; 07/12 – Participação na abertura do evento do Acervo Artístico dos Palácios: Encontro Brasileiro de Palácios, Museus Casas e Casas Históricas; 06, 07 e 08/12 – Como parte da banca curadora, análise de 200 desenhos do Concurso ODS da Secretaria da Educação; 08/12 – Envio ao Acervo das notas dadas aos 200 desenhos para que fossem comparadas às notas de outros membros da banca; 10/12 – Reunião final Concurso ODS da Secretaria de Educação para definição dos 20 finalistas; 10/12 – Reunião com Eduarda Lazari Maia, SEFAZ; 11/12 – II Reunião com SIMA, SERI e CETESB para discutir a possibilidade de realização de um Webinar de Mudanças Climáticas na Comissão ODS; 14/12 – Reunião com representantes da SPOG, Câmara Temática de Prosperidade, Tatiana Mestres (IPT) e Tatiana Collavini (Casa Civil) e Eduarda Lazari Maia (SEFAZ). Pauta: discutir a inserção de Concessões e PPPs no Relatório ODS; 15/12 – Coordenou o processo de envio do I Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP para os 94 deputados da ALESP; Highlights (pontos principais)

- A Coordenadora Executiva da Comissão ODS: definiu, juntamente com representantes da Secretaria da Fazenda e do Grupo de Apoio Técnico da Comissão, uma metodologia de trabalho para elaboração do II Relatório de ODS do ESP; organizou 1 reunião presencial e 2 reuniões virtuais com todos os membros da Comissão; organizou inúmeras reuniões das duplas (pontos focais) de cada Câmara Temática com as respectivas Secretarias e Órgãos; engajou os membros da Comissão na elaboração do II Relatório ODS do ESP e trouxe como resultado o recolhimento de, aproximadamente 100 relatos de programas de todas as Secretarias e Órgãos membro da Comissão, que comporão o II Relatório ODS do ESP; deu total apoio às duplas (pontos focais), às instituições membro e ao grupo de apoio técnico no esclarecimento de dúvidas para a elaboração do II Relatório participando de todas as reuniões, sem exceção; articulou as autorizações para que a Comissão fosse objeto de estudo de três estudantes de pós-graduação (dois do Insper e outro da FGV); representou a Comissão, como palestrante, em 14 eventos, sendo 2 deles, internacionais; participou da elaboração de 2 projetos com outras Secretarias: SIMA (Arte e ODS) e com a SERI, Acervo dos Palácios e Secretaria de Educação (Concurso de Desenhos ODS); apresentou proposta para discussão do ODS 5 – Igualdade de Gênero por meio de uma minuta de Decreto para Criação de uma Rede de Mulheres no Governo; certificou-se no Curso do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), "Territorialização e Aceleração dos ODS"; tramitou junto ao Sistema ONU, o I Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP que foi aceito pela ONU como o I Voluntary Local Review do Estado de SP; Publicou artigo "Os efeitos da COVID-19 nos ODS" na revista de Economia Sustentável VIDI; submeteu o Governo de São Paulo ao prêmio ONU 2021 em Serviços Públicos pela "Criação da Comissão ODS" na categoria 2 - "Fortalecendo a efetividade de instituições públicas para alcançar os ODSs" (2021 United Nations Public Service Awards (UNPSA) in Category 2 - Enhancing the effectiveness of public institutions to reach the SDGs); articulou reuniões Escola de Governo de SP (EGESP) com membros da Sociedade Civil da Comissão e com o Centro Paula Souza sobre o Curso "Capacitação em ODS" e sobre a criação de uma plataforma para compilar diversos materiais a respeito do tema; redigiu o Histórico da Implementação da Agenda 2030 no GESP no período de 2015-2020 que constará do II Relatório ODS e será parte do material do Curso ODS da EGESP; iniciou processo de articulação o envio do II Relatório ODS do ESP para o *High Level Political Forum* (plataforma de monitoramento dos ODS do sistema ONU) em julho 2021; Articulou o processo de envio do I Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP, reconhecido pela ONU, para os 94 deputados da ALESP;

Ouvidoria - O presente relatório apresenta um total de 254 demandas e que foram distribuídas de acordo com o tipo de manifestação, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tipo de Manifestação	Email	Sistema	Total
Denúncia	3	54	57
Elogio	0	2	2
Outros	0	33	33
Reclamação	7	86	93
Solicitação de Informação	1	32	33
Sugestão	0	36	36
Total	11	243	254

Subsecretaria de Relações Institucionais – É responsável pelo Grupo de Relacionamento com a Sociedade - GRS, pela gestão do Programa Biblioteca Virtual e pela área de comunicação da Secretaria. Grupo de Relacionamento com a Sociedade – GRS – é responsável por receber, tratar e responder as demandas de cidadãos e entidades do terceiro setor dirigidas ao Governador pelo canal oficial de comunicação do Governo do Estado de São Paulo denominado "Fale Conosco", com acesso por meio do portal principal do Governo do Estado de São Paulo - www.saopaulo.sp.gov.br. O GRS também recebe, trata e responde demandas apresentadas sob a forma de e-mails, telefonemas, cartas ou presencialmente, no Palácio dos Bandeirantes. Em decorrência da pandemia de COVID-19, o GRS registrou aumento de 100% da demanda em relação ao ano de 2019, passando de cerca de 22 mil solicitações de informação para mais de 44 mil demandas registradas até novembro. Os órgãos e serviços públicos que mais geraram demanda por informação no período foram o DETRAN e o Poupatempo, vinculados à Secretaria de Governo; e as Secretarias da Saúde, Desenvolvimento Econômico e Educação. A Casa Civil do gabinete do Governador do Estado, além de receber, tratar e responder as mensagens direcionadas ao Governador, também executou o mesmo procedimento em relação às solicitações de cidadãos para as quais foram necessários dados complementares às respostas enviadas pelo próprio GRS ou pelos demais órgãos de governo. A tabela abaixo estabelece a relação entre a quantidade de demandas por informação e os órgãos governamentais responsáveis pelos temas tratados:

Órgão Responsável pelo Tema da Demanda	Nº. Demandas
Secretaria de Governo	12.660
Secretaria da Saúde	6.693
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	4.410
Secretaria da Educação	3.563
Secretaria da Casa Civil	2.286
Secretaria da Casa Civil (GRS)	1.951
Secretaria da Fazenda e Planejamento	1.771
Secretaria da Administração Penitenciária	1.611
Secretaria de Desenvolvimento Social	1.480
Secretaria da Justiça e Cidadania	1.355
Secretaria da Segurança Pública	1.283
Órgãos/Temas de competência do Executivo Federal	1.177
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	542
Secretaria da Habitação	360
Secretaria de Transportes Metropolitanos	280
Secretaria de Cultura e Economia Criativa	209
Procuradoria Geral do Estado	154
Secretaria de Logística e Transportes	150
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	89
Secretaria Especial de Comunicação	80

Defensoria Pública do Estado de São Paulo	68
Órgãos/Temas de competência do Poder Judiciário	62
Secretaria de Esportes	58
Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência	57
Tribunal de Justiça de São Paulo	42
Tribunal Regional Eleitoral	36
Casa Militar e Defesa Civil	25
Secretaria de Turismo	19
Secretaria de Relações Internacionais	4
Total do Período 01/01/20 – 30/11-20	44.236

Os temas majoritariamente tratados foram seis: 1.DETRAN e Poupatempo: em decorrência do fechamento das unidades durante a pandemia, os cidadãos tiveram inúmeras dúvidas de como tirar e renovar seus documentos; 2.Funcionamento de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços: dúvidas de comerciantes, empresários e microempreendedores sobre horários de funcionamento e modalidades de atividades permitidas no Plano São Paulo; regras para abertura de atividades com público e questões relativas à saúde do trabalhador, como afastamento de funcionários e licenças médicas; 3.Retorno das aulas presenciais: informações sobre a abertura gradual das escolas; séries e faixas etárias com retorno previsto no Plano São Paulo; medidas de segurança e distanciamento; aulas online; matrícula e rematrícula; 4.Disponibilização de vacina: perguntas e sugestões sobre a Coronavac, calendário de vacinação, distribuição e locais de vacinação, público-alvo e grupos de risco; 5. Busca por atendimento médico: orientações sobre atendimento para casos suspeitos de COVID-19, fornecimento de medicamentos e consultas médicas; 6. Sugestões/elogios/críticas: comentários e manifestações sobre as medidas sanitárias, os trabalhos do Centro de Contingência do Coronavírus e os decretos e medidas oficiais do Governo do Estado de São Paulo.

Biblioteca Virtual - Programa Biblioteca Virtual –Tem por objetivo facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços e às informações sobre a administração pública estadual por meio do site www.bibliotecavirtual.sp.gov.br e dos perfis do Programas nas redes sociais Twitter, Instagram e Facebook. Os conteúdos produzidos pela equipe versam sobre: atividades e programas culturais, de esporte e lazer; direitos do consumidor; orientações sobre emissão de documentos pessoais; serviços de educação; emprego e negócios; governo e legislação; inclusão digital; serviços de segurança pública e acesso à justiça; questões relacionadas ao meio ambiente; direitos e serviços para as pessoas com deficiência; informações sobre a cultura, população, economia e aspectos territoriais do Estado de São Paulo; saúde e qualidade de vida; serviços de solidariedade e voluntariado; serviços de transporte público e rodoviário. O Programa realiza atendimento direto ao cidadão por meio do serviço Fale Conosco do site da Biblioteca Virtual, das redes sociais, e-mail, telefone e ocasionalmente de forma presencial no Palácio dos Bandeirantes. Neste ano, os assuntos preponderantemente tratados foram: pessoas desaparecidas; ocorrências de barulho; doação de computadores e equipamentos de informática; emissão de documentos pessoais; inscrição no CPF. A tabela abaixo apresenta os números dos atendimentos:

Canais do Programa Biblioteca Virtual	Atendimentos
Fale Conosco do site Biblioteca Virtual	1.732
Outros canais (e-mail, redes sociais, telefone,	789
Total do Período 01/01/20 – 30/11-20	2.521

Em 2020, o site da Biblioteca Virtual recebeu 1,4 milhão de acessos, sendo as páginas mais acessadas as apresentadas na tabela a seguir:

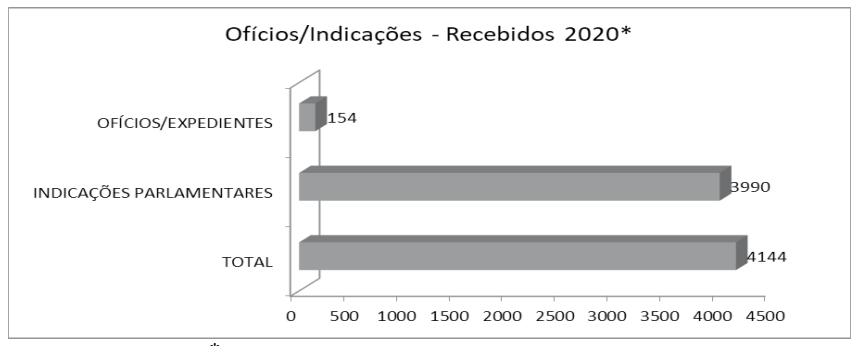
Páginas mais acessadas do site da Biblioteca Virtual	Acessos
Governo e Legislação: calendários e legislação sobre feriados	191.021
Documentos pessoais: certidão de óbito	148.911
Documentos pessoais: carteira de identidade (RG)	107.552
Documentos pessoais: certidão de nascimento	72.607
São Paulo: população do Estado	71.528

Comunicação – O site foi reformulado para atender aos padrões estabelecidos pela Secretaria de Comunicação e atender à necessidade de disseminar conteúdos relativos compromisso do Governo do Estado de São Paulo com a Agenda 2030 da ONU, seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, visto que a Casa Civil exerce a presidência da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As notícias publicadas no site passaram a adotar o impacto das ações do Governo nos ODS como conteúdo referencial. Foram criados, em parceria com o Gabinete do Secretário, com outras Secretarias de Estado e órgãos de governo os seguintes produtos: Três edições do relatório Impacto das Ações do Governo do Estado de São Paulo de enfrentamento à COVID-19 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - parceria com Secretaria de Relações Internacionais; Relatório 10 Anos da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte – A contribuição do Esporte para o Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo - parceria com Secretaria de Esportes; realização do concurso de desenho em celebração aos 75 da ONU, com o tema Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - parceria com Secretarias da Educação e de Relações Internacionais e Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo; produção e veiculação de conteúdo associado ao ODS 5 – Igualdade de Gênero na plataforma SOS Mulher - parceria com Fundo Social e Secretarias da Segurança Pública e de Relações Internacionais; relatório sobre os impactos do Programa Novo Rio Pinheiros nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- parceria com Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Ainda na área da Comunicação relativa aos ODS, registra-se a inserção do tema desenvolvimento sustentável como conteúdo da implementação do programa R-GOV no Palácio dos Bandeirantes- parceria com Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; e nas políticas públicas intersecretariais e intersetoriais relativas à Primeira Infância e à Diversidade Sexual. Também foi realizada a classificação das emendas parlamentares individuais apresentadas ao Orçamento do Estado 2020 em face da Agenda 2030/17 ODS/169 metas e comunicação dirigida aos parlamentares sobre a contribuição das emendas para o alcance dos ODS/metas.

Subsecretaria de Assuntos Parlamentares - A Subsecretaria de Assuntos Parlamentares – SSAP, é uma unidade vinculada à Secretaria da Casa Civil no Governo do Estado de São Paulo, reorganizada pelo Decreto 64.462, de 11/9/2019, para as seguintes atribuições: - coordenar, planejar, analisar e acompanhar os assuntos políticos relativos à ação governamental, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado; - subsidiar o Secretário-Chefe da Casa Civil na interlocução com integrantes dos Poderes Legislativos federal, estadual e municipais; - por meio do Corpo Técnico de seu Gabinete: fazer o acompanhamento político da atividade legislativa estadual, bem como da tramitação de todas as proposições; acompanhar, registrar e analisar emendas, indicações e requerimentos parlamentares; atender e assistir parlamentares federais, estaduais e municipais no encaminhamento de suas solicitações junto aos órgãos do Governo Estadual.”. Ações da SSAP - Indicações parlamentares/Ações de expediente. -Dentre as ações realizadas pela SSAP, está o cumprimento da meta presente no Plano Plurianual – PPA, por meio do:

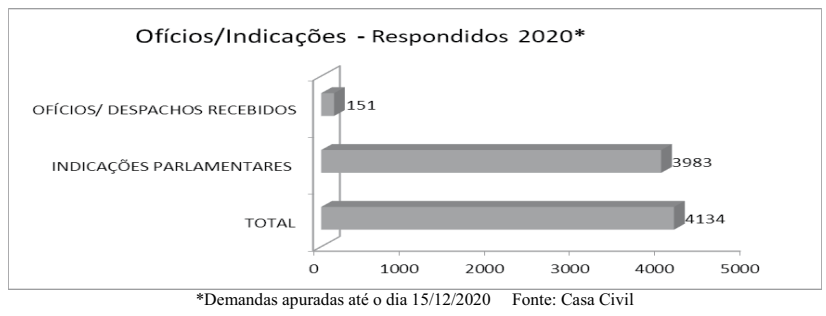
Programa	2825	Assessoramento, Coordenação e Articulação Política do Governo
Produto	1705	Demandas de Parlamentares e de Prefeitos Respondidas
Indicador	3790	Número de Demandas Respondidas

A meta a ser cumprida pela SSAP é a resposta de 99% das demandas recebidas. Para esta apuração, analisamos os dados das Indicações Parlamentares e das Ações de Expedientes ao longo do ano corrente. Indicações parlamentares -Regidas pelo Decreto n° 62.106 de 15/7/2016, as indicações parlamentares são as solicitações de Deputados Estaduais a qualquer Secretaria de Estado. Tramitadas pela SSAP através do sistema SIALE, o processo de uma indicação tem início na ALESP que provoca formalmente a Casa Civil, via ofício. O conteúdo da indicação é então analisado pela SSAP que, via sistema, comunica a Secretaria competente. Ações de expediente -São as ações referentes ao recebimento e tramitação de documentos internos, endereçados ao Senhor Governador, ao Secretário da Casa Civil ou ao Subsecretário de Assuntos Parlamentares. Todos os documentos recebidos nesse âmbito são cadastrados, analisados e repassados ao destinatário para possível elaboração de resposta, a ser encaminhada pela SSAP. Figura 1 - quantidade de Indicações Parlamentares e Ações de Expediente recebidas.



*Demandas apuradas até o dia 15/12/2020 Fonte: Casa Civil.

Figura 2 - quantidade de respostas emitidas pela SSAP referentes às Indicações Parlamentares e Ações de Expediente



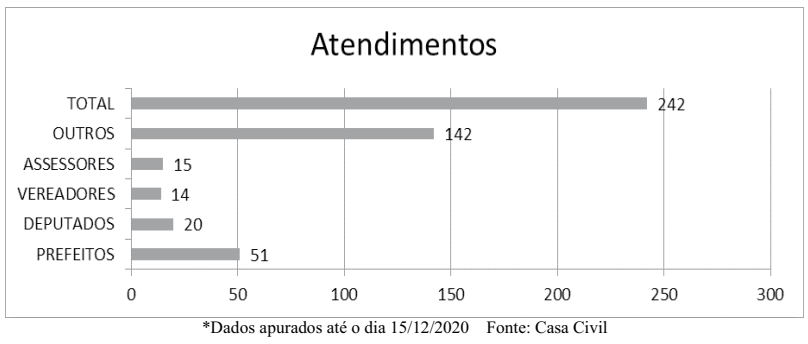
*Demandas apuradas até o dia 15/12/2020 Fonte: Casa Civil

Figura 3 - detalhamento dos remetentes das demandas.

Órgão	Quantidade
Prefeituras	8
Câmaras Municipais	14
Deputados Estaduais	4.004
Deputados Federais	4
Associações/Entidade/Hospitais	4
Outras Secretarias E Órgãos	110
Total	4.144

*Demandas apuradas até o dia 15/12/2020. - Fonte: Casa Civil

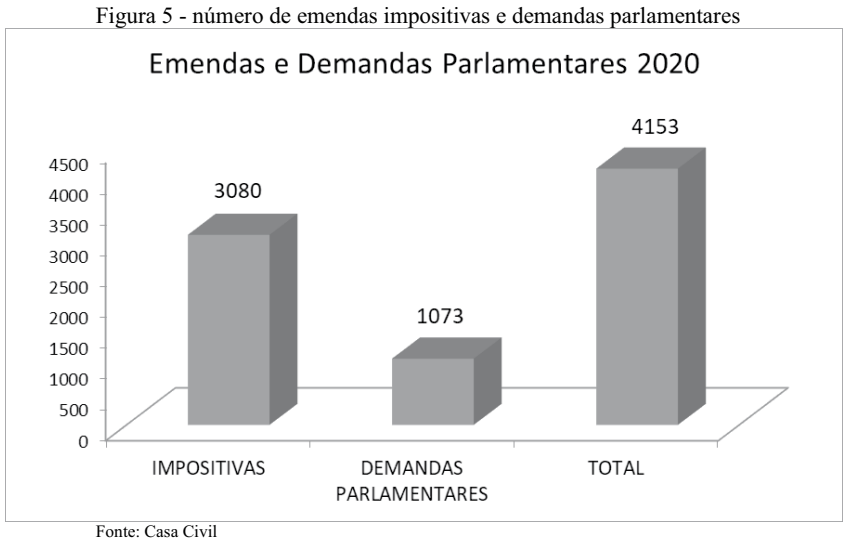
Por meio das figuras apresentadas nesta seção, podemos verificar que até a data da apuração dos dados deste relatório, a SSAP está em cumprimento com a meta estabelecida de 99% de demandas respondidas. Atendimentos da Subsecretaria - Atendimentos presenciais realizados pela SSAP para esclarecer dúvidas ou discutir a tramitação de indicações, demandas ou emendas parlamentares. Figura 4 – Descrição de atendimentos presenciais



*Dados apurados até o dia 15/12/2020 Fonte: Casa Civil

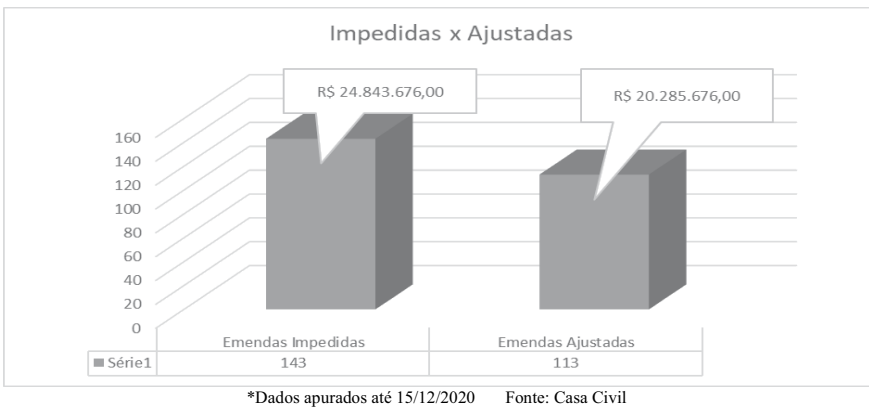
As emendas parlamentares são de naturezas distintas: Impositivas: são emendas indicadas pelos parlamentares e constam na Lei Orçamentária, publicada anualmente do Diário Oficial - Lei n° 17.244 de 10/1/2020. Demandas parlamentares: são indicações parlamentares, não previstas no Orçamento anual, acolhidas pelo Governo.

Figura 5 - número de emendas impositivas e demandas parlamentares



Fonte: Casa Civil

Ainda no âmbito das Emendas Impositivas, cabe ressaltar o ajuste de emendas que, por vício de origem, objeto ou destinatário, foram impedidas tecnicamente. Figura 6 - emendas impositivas prejudicadas X ajustadas.



*Dados apurados até 15/12/2020 Fonte: Casa Civil

Conclusão - Em consonância ao Decreto nº 64.355, de 31/7/2019, todas as ações de expediente, emendas e demandas parlamentares passaram a tramitar no Sistema SP Sem Papel. – Referências - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 62.106, de 15/7/2016. Decreto Nº 64,462, de 11/9/2019. Lei Orçamentária N° 17.244, de 10/1/2020.

Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional - Unidades: Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional - Brasília. Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília. Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional. A Subsecretaria de Assuntos de Governo no Congresso Nacional é responsável pela interlocução do Secretário-Chefe da Casa Civil com parlamentares federais, para tratar de projetos e proposições de interesse do Estado de São Paulo, em tramitação no Congresso Nacional. As principais matérias em que a Subsecretaria atuou foram:

- Projeto BR do Mar (Programa de incentivo à Cabotagem);
- Projeto de Lei Complementar 133/20, do Senado, que formaliza o acordo entre a União e os Estados para encerrar disputas judiciais pela isenção do ICMS nas exportações, prevendo repasses de R$ 58 bilhões pelo governo federal entre 2020 e 2037. (Regras para compensação da Lei Kandir aos estados).
- Projeto de Lei 1.006/20, do Senado, que prevê a transferência de R$ 2 bilhões da União para santas casas e hospitais filantrópicos (sem fins lucrativos), para o combate à pandemia de Covid-19;
- Reforma Tributária da Câmara (PEC 45/2019) – foram apresentadas emendas de interesse do Governo do Estado de São Paulo;
- Política de Mobilidade Urbana (PL 4.881/2012);
- Projeto de Lei 3364/2020 que prevê o repasse de R$ 4 bilhões da União aos municípios com mais de 200 mil habitantes e também aos estados e ao Distrito Federal para garantir o serviço de transporte público coletivo de passageiros;
- Proposta de Emenda à Constituição 15/2015 (PEC do FUNDEB) – Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências;
- Projeto de Lei nº 4.372/2020, da Câmara dos Deputados – que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494/2007; e dá outras providências.

A Subsecretaria também providencia apoio logístico ao Governador e a autoridades por ele indicadas, em suas viagens oficiais a Brasília. A Subsecretaria providenciou apoio logístico para:

- 7 viagens oficiais do Governador a Brasília;
- 28 agendas de Secretários de Estado do Governo de São Paulo a Brasília (pastas da Fazenda, Saúde, Agricultura e Abastecimento, Educação, Casa Militar, Instituto Butantã, entre outras).

O Secretário Antônio Imbassahy participou, de forma presencial ou virtual, de 152 agendas entre Brasília e São Paulo. Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo – A Assessoria Especial do Governo do Estado de São Paulo em Brasília – AEGESP, assessora o Governador, Secretários de Estado, dirigentes de entidades da Administração Pública estadual, parlamentares do Estado de São Paulo e autoridades de Municípios paulistas no acompanhamento, junto aos órgãos federais, de assuntos referentes a emendas parlamentares e programas voluntários no Orçamento Geral da União. Foram desembolsados para o Governo de São Paulo mais de R$ 166 milhões em emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano Desembolso	Modalidade de Emenda	Valor Empenhado	Valor Desembolsado
2020	Emendas de Bancada	158.261.724,26	158.261.724,26
	Total	158.261.724,26	158.261.724,26

Também foram desembolsados para o Governo de São Paulo mais de R$ 135 milhões em propostas voluntárias - convênios, por exemplo, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, conforme compilado no quadro abaixo:

Ano Desembolso	Órgão Superior	Valor Desembolsado
2020	Ministério da Saúde	12.173.392,49
2020	Ministério da Justiça e Segurança Publica	40.102.967,97
2020	Ministério da Educação	11.652.220,13
2020	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	56.478.856,53
2020	Ministério do Turismo	54.166,67
2020	Ministério do Desenvolvimento Regional	14.741.158,09
2020	Minist. Mulher, Família e Direitos Humanos	20.352,14
Total		135.223.114,02

Liberação de recursos e materiais para combate ao COVID-19 em 2020.

UF	Leitos Solicitados	Leitos Processando	Leitos Habilitados	Repasse p/ Leitos (R$)	Valor a Liberar (R$)
SP	3.951	203	3.748	533.288.000,00	11.568.000,00

UF	Ventiladores UTI	Ventiladores Transporte	Total Ventiladores	Valor Total Ventiladores (R$)
SP	571	571	1.142	61.225.108,94

UF	Testes PCR	Testes Rápidos	Total Testes	Testes PCR (R$)	Testes Rápidos (R$)	Valor Testes (R$)
SP	1.403.132	1.738.880	3.142.012	79.996.692,55	-	76.996.692,55

UF	Álcool	Avental	Luva	Máscara Cirúrgica	Máscara N95	Óculos e Protetor Facial	Sapatilha e Touca	Total de EPIs
SP	115.851	613.467	5.371.400	34.925.400	5.183.400	470.200	4.099.400	50.779.118

Quanto ao atendimento da bancada federal de São Paulo, a AEGESP recebeu por meio virtual as demandas dos gabinetes, bem como visitas de prefeitos e vereadores de municípios paulistas. A AEGESP também é responsável por manter interlocução com Ministérios e outros órgãos federais e acompanhar assuntos de interesse do Estado de São Paulo junto a órgãos de controle externo federal, a Tribunais Superiores e ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ. A AEGESP prestou apoio aos seguintes projetos e programas de interesse do Governo do Estado de São Paulo:

- Projeto Ponte Santos-Guarujá;
- Acompanhamento e monitoramentos de reuniões, audiências públicas e ações da Comissão Externa da Câmara dos Deputados e da Comissão Mista do Congresso Nacional destinadas a acompanhar o Enfrentamento à Pandemia do Covid-19 no Brasil.
- MPV 994/2020 – Crédito Extraordinário para produção e disponibilização de possível vacina contra o coronavírus (Covid-19).
- MPV 1.003/2020 – Adesão ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 - Covax Facility. Inclusão do Brasil em aliança global para acesso a vacinas.
- Aprovação de empréstimos junto a organismos internacionais: US$ 96.000.00,.00 (noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) entre o Município de Guarulhos, Estado de São

Paulo, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Macrodrenagem e Controle de Cheias do Rio Baquirivu-Guaçu em Guarulhos".
- Consolidação de informações referente às Eleições Municipais de 2020.

Cerimonial - Organização de Eventos do Governo: -Almoços, Cafés da Manhã, Coquetéis e Jantares; Eventos Internacionais - Governador/Primeira-Dama/Vice-Governador e Secretários; Audiências e Reuniões no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador - Capital e Interior; Eventos do Governador de Médio e Grande Porte no Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Governador fora do Estado/ fora do País; Eventos da Primeira Dama - Capital /Interior/ Palácio dos Bandeirantes; Eventos do Vice-Governador - no Palácio ou externos, Eventos de Secretários de Estado no Palácio; Eventos organizados pelo Cerimonial sem a presença do Governador. Total: 1.100. Correspondência Oficial: Elaboração de Convites; Telegramas; Cartões e E-mails de Agradecimentos; Cartões de Cumprimentos às Prefeituras. Total: 890. Consular: Envio da lista consular por e-mail; Agradecimentos de Convites; Cumprimentos pela Data Nacional; Comunicados; Relação de Remessa por correio. Total: 130. Parcerias e Interfaces: Assessoria Internacional do Governador; Governo de Toyama e Governo Metropolitano de Tóquio; Conselho de Honrarias e Mérito para a concessão de Condecorações. Total: 3. Compras, locações e processos para pagamentos de fornecedores: Confecção de bandeiras; Compra de fitas /cordões para mastros/ capas para crachás; Coroas de Flores; Embalagem de presentes diversos; Serviços Gráficos e de Calígrafa. Total: 101. Atividades na área de Tecnologia da Informação: Elaboração de mailing para eventos especiais; Atualização do mailing; Elaboração da Planilha de Eventos - número de lançamentos; Envio de roteiros; Envio, por E-mail, da relação de nomes e cargos de autoridades constantes do mailing - Pedidos de listas; Leitura do Diário Oficial e comunicação por E-mail de alterações do mailing institucional. Total: 6581

Secretaria Particular - Audiência e Representações - Balanço Anual Secretaria Particular do Governador - Sistema: Agenda Do Governador - Eventos Cadastrados: 1/1/2020 a 23/12/2020

Convites c/ participação do Governador	45
Reunião c/ participação do Governador	686
Eventos c/ participação do Governador	202
Outros Compromissos c/ Participação do Governador	496
Convites/Eventos com representação	122
Convites c/ cumprimentos	353
Ofícios enviados para atendimento dos Secretários	159
Assessoria de Demandas	670
Total	2.733

Grupo de Eventos - O Grupo de Eventos planeja, coordena e acompanha a implementação da infraestrutura e da logística para a realização de reuniões e coletivas de imprensa do Governador e Secretários. Durante o exercício foram realizadas 706 ações

Relatório Anual De Atividades 2020	Total Por Lote
Eventos realizados no Palácio dos Bandeirantes (Referente ao Lote I)	613
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro (Referente ao Lote II)	59
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba (Referente ao Lote III)	34
Total de Eventos do Ano	706

Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga - Relatório Síntese das Atividades do Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga 2020. - Atendendo à solicitação, informamos de maneira sintética, as atividades desenvolvidas pelo Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga - CEOI, no decurso do presente ano, que cumpriu satisfatoriamente com suas finalidades, e esteve sempre disposto a inovar bem como ampliar a sua atuação, apesar das limitações impostas pela pandemia causada pela Covid-19. Destacamos o apoio pontual às Instituições no processo de elaboração e descrição em conformidade técnica - heráldica/medalhística, a todos aqueles que nos procuraram, incentivando sempre o seu aprimoramento. De forma que antecipando os procedimentos burocráticos, vários interessados entraram em contato e obtiveram as informações básicas de como proceder para realizar um bom trabalho na instituição de brasões d'armas ou condecorações - medalhas, colares, e ordem de mérito, agilizando assim, o processo burocrático entre as Instituições de natureza pública e privadas. Assim procedendo, o Conselho, incentiva diferentes associações a premiar seus colaboradores, ao mesmo tempo em que valoriza as personalidades que tiveram desempenho em vários ramos do conhecimento ou atuação cívica notável. Nossa participação - quando convidados, também se fez presente em inúmeros eventos realizados por diferentes órgãos, sejam eles de natureza militar; religiosa; política; associativa; culturais e ou de lazer. Mas sempre com o objetivo de culto a memória, história e civismo de nossa gente. Nossa presença na qualidade de presidente do CEOI nestas solenidades dá destaque especial ao Governo do Estado – todos se sentem valorizados. -No âmbito específico e oficial do Governo do Estado de São Paulo, realizaram-se duas solenidades cujo envolvimento foi direto: a outorga da Medalha dos Bandeirantes, no dia 20 de novembro. Nessa oportunidade foram condecorados pelo governador os senhores Medalha dos Bandeirantes a Ivan Renato de Lima Elizeu Soares Lopes e Jorge Damião de Almeida. Assim como a promoção ao Grau de Grã-Cruz da Ordem do Ipiranga, o senhor Edson Arantes do Nascimento - Pelé, no dia 23 de outubro. O Conselho Estadual da Ordem do Ipiranga atuou em outras três outorgas que, devido ao *lockdown* imposto pela pandemia, tiveram as cerimônias de entrega adiadas para uma melhor oportunidade. Foram elas: a concessão da Ordem do Ipiranga no Grau de Grande Oficial para Benjamin Steinbruch, Cesar Martin Alarcon, Miguel Setas. Candido Botelho Bracher e Luiz Carlos Trabuco Cappi. A Medalha dos Bandeirantes *in memorian* aos membros do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo Marciel de Souza Batalha e Rogério de Moraes Santos. Bem como a Medalha do Mérito Esportivo a Rubens Gonçalves Barrichello, Mauro Silva Gomes e Karen Jonz. O Conselho assim trabalha, com todos os subsídios deixados pelas gerações anteriores, interage e atualiza-se no presente e investe em prováveis caminhos futuros. -Importante destacar, que não existe em pendência qualquer processo no CEOI, visto que como afirmamos anteriormente, interagimos diretamente com os interessados, de forma que exista perfeita fluência. Encontramo-nos assim continuamente respondendo presente e à disposição do Governador para uma ação mais atualizada e inserida no contexto contemporâneo. -Estamos à completa disposição, para se assim desejar enviar informações complementares ao exposto, com maior precisão, o que não o fazemos devido à limitação imposta na solicitação e que a mesma se prende a uma única lauda.

CASA MILITAR

Departamento de Proteção e Defesa Civil - A Casa Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento Estadual de Proteção e Defesa Civil, realizou as seguintes atividades: Identificação do Risco e Prevenção: Entrega de 75 instrumentos de mapeamento de suscetibilidade e risco, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, Serviço Geológico do Brasil - CPRM e Instituto Geológico - IG, beneficiando 73 municípios do estado. Foram entregues 14 cartas de suscetibilidade e 1 setorização, em evento de capacitação sobre a finalidade e aplicação desses instrumentos, de forma multidisciplinar em âmbito municipal, realizado na cidade de Sorocaba, no dia 21 de janeiro, beneficiando 14 municípios paulistas, com a capacitação de 76 agentes públicos municipais. Também foram entregues 38 mapeamentos - em 2 webnários, com a mesma temática da capacitação presencial, 5 cartas de suscetibilidade e 7 setorizações - pelo correio e 10 cartas de suscetibilidade - por ofício. Contratação do IPT foi para a elaboração de setorizações de risco, contemplando-se 4 municípios paulistas, do Programa Vale do Futuro. Os instrumentos têm a finalidade de dar conhecimento ao poder público da situação das áreas de risco existentes no território municipal, permitindo que os gestores dos municípios de Eldorado, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras possam implantar iniciativas multidisciplinares para prevenir ou mitigar o risco e preparar-se para agir em um momento de crise, dando a resposta adequada para atender a população e restabelecer os cenários e serviços essenciais. Operacionalização da plataforma *web* para elaboração de planos de contingência municipais-Plancon. O módulo Plancon disponibilizado aos municípios paulistas, hospedado no Sistema Integrado de Defesa Civil – SIDEC, foi criado com a finalidade de facilitar a elaboração e gestão dos planos de contingência, pelos gestores municipais de proteção e defesa civil. Até o momento, 107 municípios já iniciaram a inserção de dados no sistema e 17 já concluíram a elaboração do plano. Recebimento de 7 planos de ação de emergência – PAEs de barragens situadas no Estado de São Paulo, que, por suas características, estão inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB. Desde 2016, já foram recebidos 95 PAEs, que abrangem 121 barragens, relacionados a diversos tipos de uso: 87 do setor hidrelétrico, 8 de mineração, 2 de resíduos industriais e 24 de águas para usos múltiplos. Neles, foram identificados 310 municípios em áreas de inundação: 254 paulistas e 56 de estados vizinhos - 12 em MG, 15 no MS, 27 no PR, 1 em GO e 1 no RJ. Todas os respectivos órgãos de defesa civil estaduais foram cientificados, e os municípios paulistas identificados foram comunicados a respeito da necessidade de integrar-se com os empreendedores, conhecer o PAE e incorporar as suas informações nos planos de contingência municipais. -Treinamento sobre a elaboração de Plancon e uso do módulo, com capacitação de 1071 pessoas - agentes municipais, policiais militares e outros, realizado em EaD: OPOE, de 12/5 a 30/9 - 971 capacitados, e Curso de Gestores de Proteção e Defesa Civil, de 16 a 27/11 - 100 capacitados. Realização de dois exercícios simulados virtuais, um relacionado à inundação da zona de autossalvamento – ZAS, da Barragem Palmital, da CBA Alumínio, no município de Alumínio, e outro sobre abandono de área de risco de deslizamento, no município de Campos do Jordão. A população participou de forma remota, sem sair de casa, em respeito às medidas de distanciamento social relativas à pandemia de covid-19. Com uso de aplicativos para *smartphone*, no momento da ação de abandono, a população envolvida fez o *checkin* virtual, nos pontos de encontro ou abrigos cadastrados. -Composição da Câmara Temática para Gestão de Riscos Ambientais, no Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo, com o objetivo de estabelecer um plano integrado de gestão de desastres, como política pública que articule, organize e integre a gestão municipal nas ações de socorro, assistenciais e de restabelecimento de serviços essenciais. Os municípios vão elaborar os planos de contingência municipais, no módulo Plancon do SIDEC, para que seja produzido um plano regional, considerando-se os recursos disponibilizados por todos.

Capacitação: Em razão da pandemia, os treinamentos anuais foram realizados por meio da plataforma EaD - Moodle, abrangendo-se todas as Regiões Administrativas do Estado, divididas em duas etapas: uma para a Operação Estiagem, com o objetivo de capacitar os agentes públicos municipais, nas ações preventivas e de resposta, durante o período de seca; e outra para a Operação Chuvas de Verão, com enfoque no período mais chuvoso, abordando-se temas como meteorologia e geologia. Fortalecimento do Centro de Voluntariado da Defesa Civil Estadual, que agora conta com 8 instituições parceiras - Cruz Vermelha, Escoteiros do Brasil, Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais, Caritas Arquidiocesana de São Paulo, Uniforça da Igreja Universal, Exército da Salvação, Igreja Adventista e Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, por meio da realização de reuniões por vídeoconferência, a fim de promover nivelamento dos conhecimentos e ações dos voluntários em situações de desastres. Promovendo-se ainda duas campanhas de doação de sangue, em que foram coletadas cerca de 200 bolsas. Realização do IV Seminário sobre Desastres Naturais "Reduzindo riscos e construindo cidades resilientes", em parceria com a Associação dos Bolsistas da Agência de Cooperação Internacional do Japão -ABJICA com objetivo de disseminar a cultura de redução de riscos de desastres, sob os preceitos norteadores do Marco de Sendai. Participação em seis eventos online: dois webnários do IG, sobre instrumentos de identificação de riscos, com capacitação técnica para aplicação multidisciplinar pelo poder público municipal, e um com o tema Meio Ambiente e Proteção e Defesa Civil, na semana do Meio Ambiente; um do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e um de Companhia Energética de São Paulo - CESP, ambos relacionados à Política Nacional de Segurança de Barragens -PNSB, especialmente quanto à importância da integração dos PAEs com os Plancons; e um curso básico sobre identificação de risco, promovido pelo Serviço Geológico do Brasil - CPRM. Os webnários alcançaram cerca de 5500 visualizações, e o curso capacitou 40 pessoas. Em parceria com a Secretaria de Educação, foi realizado o "IV Seminário Estadual de Educação em Redução de Riscos e Desastres - RRD", promovendo o diálogo sobre a cultura de RRD, no território nacional, ampliando o debate entre especialistas e professores, problematizando temáticas e reflexões sobre a importância da formação continuada de professores e técnicos em educação, no contexto da RRD, fomentando e disseminando a temática em todos os níveis. Realização do primeiro "Curso de Gestores de Proteção e Defesa Civil", destinado a agentes da Secretaria de Estado da Segurança Pública, órgão que integra o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, fornecendo condições para atuação nas ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação, em face dos diversos desastres a que o Estado de São Paulo está sujeito. Capacitação dos voluntários da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores - REER-SP, em EaD, com o escopo de estruturar a comunicação de emergência entre os órgãos regionais e municipais de proteção e defesa civil, em caso de colapso dos meios de comunicação tradicionais, nos desastres. Ao todo, 4.080 agentes municipais de proteção e defesa civil e voluntários foram capacitados, no Estado de São Paulo.

Parcerias com outras Secretarias de Estado: Operacionalização do Programa Município Resiliente, criado por uma parceria da Defesa Civil Estadual com o Tribunal de Contas

do Estado - TCE e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, que realiza o levantamento das informações referentes aos avanços municipais na Campanha Mundial "Construindo Cidades Resilientes", da ONU, seguido por um processo de validação das informações. Os dados analisados referiram-se ao exercício de 2019, servindo de base para aferir a pontuação de cada município paulista no Programa, integrando-se os indicadores do TCE, oriundos do Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM, e da SIMA, por intermédio do Programa Município Verde-Azul. Foram assinados dois convênios para criação de Centros de Estudos e Pesquisas sobre Desastres - CEPED, um com a Universidade Estadual de Campinas - CEPED-SP/UNICAMP e o outro com o Centro de Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEPED-SP/CEETEPS, para a promoção de cooperação técnico-científica visando à produção, integração, contextualização, disseminação e disponibilização do conhecimento de diversas fontes e instâncias, com o propósito de contribuir para a gestão de riscos e de desastres. Fruto do CEPED-SP/CEETEPS, instituído na FATEC de São José dos Campos, foi desenvolvido e está em fase de testes, no município de Campos de Jordão, o aplicativo para operacionalização dos planos de contingência municipais.

Centro Integrado de Logística Humanitária: A fim de receber, organizar, armazenar e distribuir as doações recebidas pelo estado, a fim de atender a população paulista mais vulnerável, em razão da pandemia gerada pela covid-19, foi criado o Centro Integrado de Logística Humanitária, composto por várias Secretarias de Estado, incluída a Casa Militar - Defesa Civil do Estado, sob coordenação da Secretaria de Governo. A empresa de logística JSL doou os serviços de armazenamento e transporte desses produtos.

Fortalecimento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil: Fomento à criação e estruturação de Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil, por meio de visitas presenciais. Atualmente, 591 municípios paulistas possuem Defesas Civis cadastradas no Sistema Integrado de Defesa Civil - SIDEC. Fornecimento de 23 "*kits* de estiagem", contendo 890 equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais, para os municípios localizados nas regiões mais vulneráveis do Estado, no valor de R$ 104.440,10. Fornecimento de "*kits* operação verão" para 53 municípios e de 552 itens de estruturação para 32 municípios, somando-se 85 municípios atendidos com 2.764 itens, tais como coletes, botas, lonas e pluviômetros manuais, no valor total de R$ 165.063,00. A Campanha Mundial "Construindo Cidades Resilientes", iniciativa da ONU, por meio do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres – "UNDRR, foi lançada no ano de 2010, tendo como base o Marco de Sendai - 2015-2030, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - 2015 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – "2000: adesão de 466 municípios e mais o próprio Estado de São Paulo. Em um processo de evolução constante do tema, auxilia os governos locais na implementação das ações de defesa civil - prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, por meio da integração das políticas públicas municipais voltadas para a gestão do risco e do desastre, com base no desenvolvimento sustentável, para reduzir os riscos e fortalecer a resiliência em áreas urbanas. Nesse cenário, a Defesa Civil Estadual desenvolve diversas iniciativas para auxiliar os municípios, na condução de atividades em busca da resiliência. Para tanto, foi mapeado o processo de forma integral, desde a solicitação até a apresentação do Plano Local de Resiliência. Campinas, São José do Rio Preto, Vinhedo e Itatiba já elaboraram os seus planos. Em fase de elaboração, estão Campos do Jordão e Valinhos.

Ações Assistenciais: Auxílio a 32 municípios paulistas para a decretação de Situação de Emergência, relativamente às exigências legais. Depois do parecer do Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil, todos obtiveram a homologação do Governador do Estado. E, em razão do Reconhecimento Federal das situações de anormalidade em questão, com apoio da Defesa Civil do Estado, 26 deles receberam recursos financeiros da União, para ações de reconstrução e resposta, no valor de R$ 110.232.170,22. Repasse 22.059 itens de assistência humanitária - cestas básicas, *kits* dormitório, vestuário, limpeza e higiene, para as coordenadorias municipais de defesa civil de 47 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R$ 751.284,87.

Alertas de risco e eventos mmeteorológicos- SMS 40199: Por meio de lei, tornou-se obrigatória a transmissão gratuita de informações de alerta à população sobre risco de desastres. A Anatel, então, regulamentou o serviço, com apoio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e demais órgãos de Defesa Civil. Numa parceria do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, Anatel e operadoras de telefonia móvel, os usuários de telefonia celular podem receber mensagens de aalerta- por SMS, sobre desastres naturais ou tecnológicos, sempre que a Defesa Civil identificar uma situação de risco na área que abrange o CEP cadastrado. Segundo Anatel, aderiram ao serviço 2.447.127 de terminais, totalizando 5,33% da população. De 1/1 a 3/12, foram enviados 10.831 alertas para as pessoas cadastradas.

Serviço de mensagens para o sistema de Defesa Civil Estadual: O serviço tem por objetivo a transmissão de mensagens a mais de 1.700 agentes de defesa civil municipais, sobre ocorrências de desastres e calamidades, no Estado, além de informações técnicas para as equipes operacionais. O Núcleo de Gerenciamento de Emergências transmitiu 274.959 mensagens para os agentes de defesa civil cadastrados.

Combate ao mosquito Aedes Aegypti: A Defesa Civil Estadual integra o Sistema de Coordenação e Controle, estabelecido pela Diretriz SNCC nº 4/2016 - Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional, especialmente para itensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito.

Convênios: Foram celebrados 18 convênios, com 16 municípios, para execução de obras preventivas e recuperativas de defesa civil. Investimento total de R$ 10.003.693,07.

R$

Ponte (A)		7.956.744,78
Município	Local	Total
Lavrinhas	Frederico Zappa, sobre o córrego dos Veados, no bairro dos Barbosas	337.749,89
Alto Alegre	Estrada AAG-315, sobre o córrego São Martinho D'Oeste	273.988,03
Botucatu	Rio Lavapés, na rua Rafael Sampaio	1.501.301,94
Botucatu	Rua dos Costas, sobre o córrego da Água Fria	2.151.069,13
Marabá Paulista	Córrego Ribeirão das Antas, na estrada vicinal SPV-020	327.400,30
Santa Cruz da Esperança	Estrada Rural SCE-091, no córrego Fundo	221.341,87
Ibiuna	Estrada Velha Aguassaí, sobre o rio Sorocamirim – bairro Guarinos	262.136,61
Laranjal Paulista	Estrada LRP-407, acesso ao bairro Bueninho	655.475,11
Cajati	Rio Jacupiranguinha no acesso ao Bairro Capelinha	560.768,45
Eldorado	Rio Bocó, localizada na estrada do rio Bocó	1.026.297,23
Itaoca	Estrada ITA-035, km 04, sobre o Rio Santo Antônio, Bairro Pavão/Fazenda	639.216,22
Travessia em aduela (B)		1.434.988,43
Município	Local	Total
Mineiros do Tietê	Ribeirão São João, na estrada rural do Tasca	134.136,29
Pompéia	Estrada Tufic Baracat PMP 010, Km 5, no córrego Aurora	200.864,84
Catiguá	Estrada CTG-377, sobre o córrego Catiguá	211.311,96
Botucatu	Avenida Petrarca Bachi	733.472,79
Itariri	Estrada Igrejinha Km 7, no córrego Água Parada	155.202,55
Muro de contenção (C)		611.959,86
Município	Local	Total
Cunha	Rua Dr. Hilarino Vieira	260.103,95
Piquete	Estrada Vicinal Joaquim Norberto da Silva – PQT 050, bairro do Benfica	351.855,91
Resumo por tipo de obra		
Tipo de obra		Total
A)	Ponte	7.956.744,78
B)	Travessia em aduela	1.434.988,43
C)	Muro de contenção	611.959,86
D)	Adutora de água bruta	0,00
E)	Canalização	0,00
TOTAL (A+B+C+D+E)		10.003.693,07

Por meio da inovadora ação de Aparelhamento das Defesas Civis Municipais, foram ainda celebrados convênios para a compra de veículos e equipamentos - caminhonete 4x4, veículo tipo *pickup*, *kit* de combate a incêndio, motosserra, tenda, equipamento de iluminação, bote inflável e gerador elétrico, destinados aos municípios paulistas, com recursos oriundos de emendas parlamentares impositivas. O projeto piloto contou com um aporte de R$ 4.776.858,50, em 34 convênios com 33 prefeituras paulistas.

Município	Recurso Destinado	Utilizado
Adolfo	R$ 200.000,00	R$ 199.951,00
Atibaia	R$ 106.000,00	R$ 105.825,00
Bariri	R$ 100.000,00	R$ 99.902,00
Cardoso	R$ 200.000,00	R$ 199.910,50
Cerquillo	R$ 100.000,00	R$ 99.656,00
Diadema	R$ 300.000,00	R$ 299.955,00
Eldorado	R$ 100.000,00	R$ 99.871,50
Francisco Morato	R$ 100.000,00	R$ 99.992,50
Ibiúna	R$ 100.000,00	R$ 99.872,00
Ilha Solteira	R$ 300.000,00	R$ 299.886,00
Itapecerica da Serra	R$ 100.000,00	R$ 99.929,00
Itatiba	R$ 100.000,00	R$ 99.983,50
Jacareí	R$ 300.000,00	R$ 299.966,50
Jaú	R$ 200.000,00	R$ 199.982,00
Lorena	R$ 100.000,00	R$ 99.901,50
Martinópolis	R$ 100.000,00	R$ 99.952,50
Miracatú	R$ 100.000,00	R$ 99.673,00
Monte Mor	R$ 100.000,00	R$ 99.912,00
Oswaldo Cruz	R$ 100.000,00	R$ 99.992,50
Panorama	R$ 100.000,00	R$ 99.983,50
Pariquera-Açu	R$ 100.000,00	R$ 99.952,00
Paulínia	R$ 100.000,00	R$ 99.906,00
Pereira Barreto	R$ 300.000,00	R$ 299.966,50
Pereira Barreto	R$ 100.000,00	R$ 99.996,50
Pirassununga	R$ 100.000,00	R$ 99.943,00
Registro	R$ 100.000,00	R$ 99.866,00
São Bernardo do Campo	R$ 100.000,00	R$ 99.871,50
São José dos Campos	R$ 100.000,00	R$ 99.927,00
São Paulo	R$ 200.000,00	R$ 173.760,00
São Sebastião	R$ 100.000,00	R$ 99.902,50
São Vicente	R$ 100.000,00	R$ 99.891,50
Sete Barras	R$ 100.000,00	R$ 99.912,00
Suzano	R$ 300.000,00	R$ 299.954,50
Tremembé	R$ 100.000,00	R$ 99.912,00
TOTAL:	R$ 4.806.000,00	R$ 4.776.858,50

Atendimento ao Público e Imprensa: A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo por meios das mídias sociais: instagram - @defesacivilsp, facebook- @defesacivilestadual, twitter - @defesacivilsp e youtube, além do email - defesacivil@sp.gov.br, da página - www.defesacivil.sp.gov.br. Foram confeccionadas 110 notas de imprensa, houve 341.420 acessos ao site, havendo ainda 56.870 seguidores no Facebook, 14.400 no Instagram e 11.500 no Twitter. Como forma divulgar informações de interesse público, foram concedidas 165 entrevistas (ao vivo e gravadas). Foi criada a "Campanha SPAlerta", com objetivo de concentrar diversas ações de orientação ao cidadão sobre os problemas típicos do verão, por meio do site "www.spalerta.sp.gov.br", fixação de material educativo em transportes públicos e de um programa semanal de entrevistas com especialistas: "Verão + Seguro, realizado em parceria com as Secretarias de Estado de Comunicação, Transportes Metropolitanos, Infraestrutura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Logística e Transportes.

Material de Divulgação: Foram distribuídos 144.906 itens em materiais de divulgação com orientações preventivas sobre fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, utilizados em campanhas educativas, cursos, oficinas preparatórias para Operação Chuvas de Verão e para a Operação Estiagem, palestras, eventos sociais e feiras. Em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação, houve a divulgação de alertas de riscos de acidentes com raios, tempestades e deslizamentos no território paulista, por meio da distribuição de 288 faixas informativas. Além das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, a Casa Militar cumpriu plenamente suas missões definidas no Decreto nº 63.506, de 18/6/2018, e Decreto nº 48.526, de 4/3/2004, no que se refere à segurança física dos Palácios do Governo e segurança e atendimento funcional do Governador do Estado e de dignitários.

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Dados Gerais - 178 unidades prisionais - 213.139 pessoas presas nas unidades prisionais da SAP[1]- 149.722 vagas - As diversas ações conjuntas entre esta Pasta e demais órgãos do Executivo e Judiciário tem resultado no decréscimo da população prisional conforme se observa no quadro abaixo.

Evolução da População Prisional SAP+SSP (últimos 5 anos)					
2016					
Período		Acréscimo			
31.12.2015	31.12.2016	Anual	Mensal	Diário	Semanal
228.328	232.720	4.392	366	12,2	91,5
2017					
Período		Decréscimo			
31.12.2016	29.12.2017	Anual	Mensal	Diário	Semanal
232.720	227.411	-5.309	-442	-15	-110,5
2018					
Período		Acréscimo			
29.12.2017	28.12.2018	Anual	Mensal	Diário	Semanal
227.411	231.524	4.113	343	11,4	85,75
2019					
Período		Acréscimo			
28.12.2018	27.12.2019	Anual	Mensal	Diário	Semanal
231.524	232.829	1.305	108,75	3,62	27,18
2020					
Período		Decréscimo			
27.12.2019	11.12.2020	Anual	Mensal	Diário	Semanal
231.287	213.139	-18.148	-1.512	-50,4	-377,2

Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista– Previsão de gerar 39,5 mil vagas com a edificação de novas unidades prisionais - De 23 de abril de 2010 a 9 de dezembro de 2020, entregues 34 unidades prisionais que geraram 29.284 vagas. Entregas de Vagas - 2 unidades prisionais que geraram 1.646 vagas, sendo: Centro de Detenção Provisória de Álvaro de Carvalho – 823 – inaugurada em 21/10; Penitenciária de Registro – 823, inaugurada em 9/12. Parceria Público-Privada – o projeto prevê a construção e gestão de unidades prisionais em parceria com o privado por meio da Lei 11.079/2004. Inicialmente a estruturação do projeto previa a construção e gestão de 3 complexos penitenciários com 4 unidades prisionais cada, nos municípios de Arujá - Fazenda Albor; Itapetininga e Tremembé, gerando aproximadamente 10.500 vagas. Com a situação da Pandemia o projeto foi reestruturado para 1 Complexo com 4 unidades prisionais no município de Itapetininga para gerar 3.500 vagas. 28/12 - Prevista a publicação da consulta pública. Gestão Compartilhada na operação de unidades penitenciárias – o projeto prevê a operação em parceria com a iniciativa privada por meio da Lei 8.666/93. Inicialmente o projeto previa a operação compartilhada de 4 unidades prisionais já edificadas pelo Estado. Centros de Detenção Provisória de Gália I e II e de Aguaí e Penitenciária de Registro. 4/02 – Republicado edital de licitação 002/2019. 26/5 – Suspensa a concorrência em virtude da situação da pandemia. 4/2 – Reestruturação do projeto para 2 unidades prisionais – Gália I e II. 24/2 – Sentença Judicial julgando nulo o edital de licitação 002/2019 em fase de recurso. Automação das Portas das Celas– Previsão de automatizar 141 unidades prisionais e 4 Anexos de Detenção Provisória: de junho/2013 a 27/11/020, foram automatizadas 135 unidades prisionais e 4 anexos de detenção provisória. Destaca-se que, o projeto e a implantação do sistema de automação das celas nas unidades prisionais são executados por mão de obra funcional. De janeiro a 27/11, foram automatizadas 5 milhões unidades prisionais. 31/12, prevista entregas de mais 6 unidades prisionais automatizadas. Bloqueadores de Sinais de Celulares - Contrato firmado para instalação em 23 unidades prisionais e aditado para mais 6. É importante esclarecer que para a instalação dos bloqueadores de sinais de celulares nas unidades prisionais pela Secretaria, foram considerados critérios de ordem técnica, resultantes de longo tempo de pesquisa e estudo junto às Coordenadorias Regionais de Unidades Prisionais e ao Departamento de Inteligência e Segurança. Buscou-se a instalação desse recurso técnico em unidades penais que abrigam presos integrantes de facções criminosas e em instituições prisionais cuja população é composta por presos de elevada periculosidade. 29 Unidades Prisionais bloqueadas - Penitenciária II de Presidente Venceslau; CRP de Presidente Bernardes; Penitenciária de Getulina; Penitenciária I de Mirandópolis; Penitenciária de Casa Branca; Penitenciária de Valparaíso; Penitenciária I de Avaré; Penitenciária de Iperó; CDP de Campinas; CDP de Hortolândia; Penitenciária II de Mirandópolis; Penitenciária de Álvaro de Carvalho; Penitenciária de Ribeirão Preto; Penitenciária I de Serra Azul; CDP São Vicente; Penitenciária I de São Vicente; Penitenciária I de Potim; Penitenciária II de Potim; CDP I de Guarulhos; CDP II de Guarulhos; CDP II Belém; CDP IV de Pinheiros; Penitenciária Feminina Sant´Ana, Penitenciária de Junqueirópolis; CDP de Bauru; Penitenciária de Pacaembu; CDP de Vila Independência. Penitenciária II de Itirapina e Penitenciária I de Tremembé. Scanner Corporal - equipamento de segurança para inspeção corporal de visitantes em unidades prisionais do Estado de São Paulo - De 10/8/2015 a 9/12/2020 foram instalados scanners corporais em 152 unidades prisionais das 178 existentes. Nos 22 Centros de Ressocialização, nos 3 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátricos e no Centro de Progressão Penitenciária de São Miguel Paulista não serão instalados esses equipamentos em virtude do perfil das pessoas presas que custodiam. No ano, 2 unidades prisionais foram equipadas. Escolta Armada de Presos pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVPs- A escolta de presos na Região Metropolitana do Estado teve início em 2014 e tem sido realizada pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, em substituição à Polícia Militar, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim, ou seja, a de proporcionar segurança à sociedade. De 1/01 a 30/11, realizaram-se na Região Metropolitana do Estado, 24.201 escoltas armadas de presos, com a utilização média de 55 equipes, pelas quais 77.844 pessoas presas foram escoltadas, sendo: 13.889 para apresentações aos Fóruns; 6.414 às audiências de custódia; 15.463 aos hospitais e às consultas médicas especializadas; 77 às remoções interestaduais; 39.069 às remoções entre unidades prisionais do Estado de São Paulo e 2.932 aos atendimentos de emergências e urgências. Saídas Temporárias e Retornos – pelo ordenamento jurídico há presos do regime semiaberto que preenchem critérios objetivos e subjetivos pelos quais o Juízo da Execução poderá autorizar a saída temporária. As saídas temporárias de março, julho e setembro, foram suspensas pelo judiciário em razão da Pandemia causada pelo Coronavírus. Monitoramento Eletrônico– considerados os dados das saídas temporárias e para trabalho externo e estudo de presos do regime semiaberto – Contratado em 4/5/2018 com a empresa Spacecom Monitoramentos S/A, de janeiro a março foram monitoradas 6.241 pessoas presas do regime semiaberto que diariamente saíram para trabalhar em empresas públicas, privadas, estabelecimentos comerciais, entre demais locais. As saídas temporárias, foram suspensas por determinação judicial até novembro, em virtude da Pandemia causada pelo Coronavírus, por essa razão não houve o monitoramento eletrônica de custodiados nessa condição. Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/SAP – de 1/1/ a 3/12/2020 foram recebidos e atendidos 405 pedidos de informações. Demandas do Cidadão – Grupo de Relacionamento com a Sociedade - foram recebidas 1.251 demandas. Teleaudiências **-** Por meio de parceria entre o Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Governo e Secretaria da Administração Penitenciária, Poder Judiciário e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, desde o início do projeto "Teleaudiência Criminal" agosto/2005 a 30/11/2020**,** foram realizadas 144.258 teleaudiências. De janeiro a 3/7, foi executado contrato da SAP com a PRODESP com 65 salas, sendo 39 em unidades prisionais, 24 em fóruns 7do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e 2 em fóruns do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3. Por conta da Pandemia, foram instalados microcomputadores com webcam em todas as unidades prisionais para atender primeiramente demanda de atendimento virtual com Oficiais de Justiça, na sequência audiências virtuais com juízes TJSP, bem como atendimento virtual com a Defensoria Pública SP, Oficial de Justiça, Advogado OAB, utilizando preferencialmente a ferramenta MS-Teams, mas também outras tais como CISCO WEBEX. De março a 30 de novembro, foram instaladas 481 salas estações de teleaudiência no Sistema Prisional Paulista. De janeiro a 30/11, 54.516 teleaudiências foram realizadas, possibilitando acelerar o julgamento dos processos e eliminação dos riscos de fugas e resgates de pessoa privadas de liberdade, sendo que essas audiências virtuais são com o Poder Judiciário de SP e outros Estados, e Justiça Federal. De março a novembro, além das audiências foram realizados os seguintes atendimentos virtuais: 134.995 com Oficiais de Justiça, 9.189 com Defensoria Pública SP, 92.277 com Advogado OAB.

Sistema Gestão Penitenciária – GEPEN - Certificação Digital **-** De 25/11/2014 a 30/11/2020, gerados 796.885 – Bis com assinatura digital

Relatório gerado em: 07/12/2020 12:01 - Base de dados E-GEPEN					Total por Ano
Ano	Período	Boletim Informativo	Certidao De Recolhimento Prisional	Atestado Comportamento Carcerario	
2014	25/11/2014 a 31/12/2014	2.157			2.157
2015	01/01/2015 a 31/12/2015	77.737			77.737
2016	01/01/2016 a 31/12/2016	93.242	5.737	1.316	100.295
2017	01/01/2017 a 31/12/2017	77.519	12.114	2.033	91.666
2018	01/01/2018 a 31/12/2018	105.069	36.530	4.361	145.960
2019	01/01/2019 a 31/12/2019	124.607	60.223	4.197	189.027
2020	01/01/2020 a 30/11/2020	127.273	59.641	3.000	189.914
	TOTAIS ==>	607.604	174.245	14.907	796.756

Funcionalidades implantadas – setembro: Portal de consulta de documentos digitais, para acesso do INSS; de Certidões de Recolhimento Prisional assinadas digitalmente e solicitação de emissão destes documentos eletronicamente para as Unidades Prisionais; Emissão de Relatório por Documentos Preenchidos ou Em Branco - nominal e quantitativo; Correção de cadastro de cartão SUS e dados sobre Título Eleitoral; Ajustes no módulo de Reintegração social: inclusão de dados sobre atendimento técnico ou supervisionado, ajustes nos projetos classificação por tema, emissão de novos relatórios e, Ajustes no módulo de Óbitos para uso da Coordenadoria de Saúde.

Sistema Gestão Prisional Única – GPU - Sistema de Cadastros: - Membros Religiosos: Comuns: 1.991 - Regionais: 43 - Especiais: 80 - Fóruns: Total de registros :1053, Instituições: Total de registros :622, Advogados: Total de registros: 7740, Visitantes Comuns - Total de registros: 6004, Atendimentos - internos/externos: Total Registros: 1.194.240, -Visitantes: Total de Mulheres Cadastradas: 45.659, Total de Homens Cadastrados: 14.710, Total de Geral: 60.369. Sistema Cartório Informatizado - SCI **-** Sistema Cartório Informatizado tem como principal objetivo registrar os comunicados de eventos dos fatos que se desdobram em ocorrência criminal, judicial e funcional de detentos, funcionários ou terceiros nas Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. De janeiro a 30/11, foram registrados: 36.836 Comunicados de Eventos, 160 de Sinistros e 191 de expedientes avulsos. Sistema de Denúncia da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário – CASP **-** Sistema de Denúncia tem como objetivo: registrar/documentar as denúncias ou qualquer irregularidade que o cidadão, o servidor ou o anônimo queira manifestar/denunciar à CASP, resultando em maior agilidade à equipe que atua nas correições daquela corregedoria. De janeiro a 30/1, foram recebidas 2.206 denúncias**.** Sistema de Ouvidoria - SISOUVIDORIA **-** Foi implantado o sistema de Ouvidoria – para controle de atendimentos do Departamento de Ouvidoria da SAP. No período de 1/7 a 30/11, foram registrados 1.981 atendimentos**.** Sistema de Reintegração Social e Cidadania – SISREINTEGRACAO **-** Deu-se continuidade ao desenvolvimento e implantação do Sistema de Reintegração Social e Cidadania tendo como objetivo: facilitar e desburocratizar o trabalho, quanto ao envio de informações e a diminuição de documentos em papéis, otimizando a parte burocrática nas CPMAs e CAEFs, sendo

[1] Data base 11/12/2020

que todos os órgãos envolvidos no processo de Alternativas Penais - TJSP, MPSP, Defensoria Pública - terão acesso perfil consulta. Foram cadastrados até 30/11 – 7.131 beneficiários; 5.591 Processos de Penas e realizados 12.550 atendimentos. **-** Sistema de Gerenciamento de Recurso Humanos – SISDRHU – Deu-se continuidade no desenvolvimento e manutenção dos módulos do sistema de RH: Incluíram-se as regularizações e emissões de boletins de saídas no com as unidades pilotos; Validação do cartão de ponto pelo superior imediato e RH com as unidades pilotos; Implementação de emissão dos relatórios acerca de Diárias - DIRF e Portal da Transparência. Implementação no controle de diárias da Guia de Recolhimento – GR - emitidas; Implementação do Controle de Troca de Plantão e DEJEP via sistema com as unidades piloto e, Controle e Emissão de relatórios relacionados aos afastamentos, férias e licenças relacionadas ao COVID-19. Sistema de Promoção – SISPROMNEW - Ocorreu o desenvolvimento no novo Sistema de Promoção do módulo de Promoção por Merecimento – AEVP. Está sendo planejado para implantação no final de dezembro, a realização do Concurso de Promoção por Merecimento 2019 dos AEVP -Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária.

Preparo e Fornecimento de Alimentação nas Unidades Prisionais- Sistema de Autogestão – gerenciamento e produção da alimentação distribuída à população prisional e servidores que atuam na unidade prisional - a Pasta vem adotando este sistema nas cozinhas das unidades prisionais, considerando a: redução de custos, a qualidade da alimentação, a segurança e a profissionalização da mão de obra da pessoa presa. O sistema de Autogestão trouxe até o momento uma economia de aproximadamente R$ 56 milhões. A alimentação no sistema prisional tem a seguinte configuração: 155 unidades sob o Sistema de Autogestão, 20 unidades ainda compram alimentação preparada e, por fim, temos 2 unidades no Sistema Cogestão.

Programa de Uso Racional da Água – PURA **-** Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. O projeto PURA SAP&SABESP, trouxe uma economia de agosto/2012 a dezembro/2019, de aproximados R$ 10.4 milhões e 467,735 m³. No ano, não houve economia em reais, em virtude do aumento da tarifa fixado em 3,94%, porém, com a reeducação do uso racional da água foi possível apontar economia de consumo de 55.043 m3.

Assessoria de Imprensa - De janeiro a novembro, houve 1.405 respostas para jornalistas. Informativo para o Governador - respondidas 19 solicitações; 46 Newsletters lançadas, 10 briefings produzidos para o Secretário**.** 244 matérias publicadas no site. Releases e notas de apreensão. Produzidos 101 releases e notas de apreensão. Por conta da pandemia, aumentou a divulgação das apreensões em correspondências. O envio de notas pelo mailing da capital e regionais dá visibilidade ao trabalho de segurança desenvolvido nos presídios paulistas, gerando posteriormente reportagens gerais sobre números de apreensões com visitantes. Foram divulgadas as seguintes ações – trabalho em conjunto com as assessorias regionais: Projeto Escola + Bonita, no início do ano, a parceria entre a Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado para recuperação de escolas; SAP lança levantamento inédito sobre população LGBTQI+ presa no estado; Rotina de aulas muda e presos de SP continuam estudando; SAP recebe 52 novas viaturas para escolta de presos. Foi dado especial destaque à divulgação de todas as medidas da pasta contra a pandemia, inclusive com orientação de procedimentos de como manter o contato com os familiares presos, já que as visitas e as entregas de gêneros presenciais foram suspensas ainda em março. Os funcionários também foram objeto de ações de comunicação voltadas para eles, como a divulgação da vacinação antecipada para ASPS e AEVPS e da promoção.- Eventos - Por conta da pandemia, foram organizados poucos eventos presenciais: auxílio na inauguração de duas Centrais de Penas Alternativas em Boituva e Araras e duas unidades em Registro e Álvaro de Carvalho.- Redes Sociais - houve um crescimento significativo de todas as redes sociais da Secretaria. Elas se tornaram o principal canal de comunicação com familiares dos reeducandos, que passaram a procurar informações maciçamente sobre as novas regras com relação a entrega de itens, envio de mensagens por e-mail e visitação, sendo um importante objeto de escuta das demandas dessa população e de fornecimento de informações à população, de maneira direta. Facebook **-** criada em 2011. A página alcançou 46,6 mil curtidas – um aumento de mais de 150 % em relação ao ano passado, quando tínhamos 18.632 curtidas. Ao menos uma notícia positiva sobre o sistema é postada por dia - SAPNews, há também publicações sobre datas comemorativas, dia de profissionais, além de informações sobre regras de visitação, de envio de itens por correspondência, entre outros itens. *Youtube* - O canal foi retomado em 2019, mas em 2020 se tornou um instrumento fundamental de veiculação de informações, tanto para visitantes – o vídeo mais visto é um que ensina a preencher o cadastro de visitas, com quase 200 mil visualizações – quanto para funcionários, como vídeos que ensinam a como higienizar tonfa e outros instrumentos de trabalho **-** 2,8 mil visualizações e como usar corretamente o termômetro infravermelho - 21 mil visualizações. O canal tem hoje 7,75 mil inscritos.

Departamento De Recursos Humanos - Enquadramentos área fim - Agente de Segurança Penitenciária 274; Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária 104; Estágio Probatório - LC nº 1.080/2008 – área meio 15 ; Oficial Administrativo 6 ; Oficial Operacional 4; Executivo Público 4 ; Analista Administrativo 1; Estágio Probatório - LC nº 1.157/2011 - área saúde 4; Agente Técnico de Assistência à Saúde - ATAS 1; Enfermeiro 2; Cirurgião Dentista 1; Estágio Probatório -LC nº 1.193/2013- 1, Médico I 1; Processo de Progressão -LC nº 1.080/2008 área meio - exercício 2015 - 718 - DOE 13/08/2020 - Analista Administrativo 1; Auxiliar de Serviços Gerais 55; Executivo Público18; Oficial Administrativo 520; Oficial Operacional 124; Promoção ASP - Merecimento 2019 - 4.440 - DOE: 12/08/2020 - 494 da Classe II para a III; 761 da Classe III para a IV; 1.071 da Classe IV para a V; 1.337 da Classe V para a VI; e 777 da Classe VI para a VII.

Afastamentos e óbitos – Covid-19

Período de 25/03 A 30/11/2020	
Tipo de Ocorrência	Quantidade
Férias (Covid-19)	2707
Licença Prêmio (Covid-19)	2335
A Disposição da Administração	2699
A Disposição da Administração (72 Horas - 1º E 2º)	2774
Licença Tratamento de Saúde Até 14 Dias sem Perícia (Atestado Médico Covid - Deliberação 1/2020)	4972
Licença Tratamento de Saúde (Covid-19)	920
Falecimentos (Covid-19)	29
Total de Afastamentos/Falecimentos	16436

Aposentadoria

Período de 01/01/2020 a 30/11/2020	
Área Da Segurança	
Denominação	Quantitativo Total
Agente de Segurança Penitenciária	605
Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária	3
Total	581
Área Meio	
Denominação	Quantitativo total
Auxiliar de Serviços Gerais	12
Analista Sociocultural	1
Executivo Público	2
Oficial Administrativo	55
Oficial Operacional	4
Outros	7
Total	81
Área da Saúde	
Denominação	Quantitativo total
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Assistente Social)	12
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Psicólogo)	16
Agente Técnico de Assistência à Saúde (Farmacêutico)	1
Auxiliar de Enfermagem	18
Auxiliar de laboratório	1
Cirurgião Dentista	1
Enfermeiro	9
Técnico de laboratório	1
Total	63
Resumo	
Área da Segurança	608
Área Meio	81
Área da Saúde	63
Total Geral	752

Razão Entre Custodiados e Agentes de Segurança, Escolta e Vigilância Penitenciária - base18/12/2020 - 212.309 – população prisional - 29.924 - total de agentes 7,09 - razão

Reintegração Social e Cidadania - Programa de Penas e Medidas Alternativas - Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Custo por Apenado			R$ 26,49
Índice de Reincidência no Programa			7,7%
Ano	Novos cadastros no ano	Total em acompanhamento	Quantidade de CPMAs
2020	3.421	19.191	86
* 2 Inauguradas em 2020: Araras e Boituva.			

Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS é uma das unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobre o sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e oferecer opções que evitem o imediato encarceramento provisório, discutindo alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.

Número de Atendimento de Alternativas Penais e Inclusão Social			
Ano	NovosV Cadastros no ano	Total em acompanhamento	Quantidade de CEAPIs
2020	103	852	25

Programa de Atenção ao Egresso e Família - Tem por finalidade dar assistência direta ao egresso, contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e garantia de direitos, para que possam retomar o convívio social, promovendo a reintegração social dos egressos e contribuindo para a diminuição da reincidência criminal.

CAEFS - 48	Egressos	Egressas	Familiares	Total
Pessoas Atendidas	101.650	10.861	39.795	152.306
Total Geral de Atendimentos	116.805	12.612	54.945	184.362
Total de Novos Cadastros	2.902	311	1.445	4.658
Documentos Pessoais Regularizados para Egressos				5.432
Encaminhamentos para Cursos de Capacitação				195
Inseridos em Curso de Capacitação				21
Encaminhamentos para Mercado de Trabalho				706
Inseridos no Mercado de Trabalho				67

Grupo de Capacitação Aperfeiçoamento e Empregabilidade **-** capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, egresso.

Unidades de Regime Semiaberto Atendidas no Estado	61
Capacitação Profissional "Pró-Egresso" para Sentenciados de Regime Semiaberto	5.725
Empregados Via Portal Emprega SP/Pró-Egresso	16

Projeto Jornada da Cidadania e Empregabilidade **-** A Jornada da Cidadania e Empregabilidade possibilita que, em um único dia, o reeducando consiga todos os documentos de que precisa e ainda seja atendido em oficinas que auxiliam na preparação para entrevistas de emprego, elaboração de currículos, além de participar de palestras e dinâmicas especialmente elaboradas para a retomada da cidadania, quando em liberdade. Os serviços são disponibilizados todos no mesmo espaço físico, em salas ou box de atendimento, dependendo da estrutura física de cada unidade. Os órgãos parceiros disponibilizam profissionais e materiais necessários para atender a demanda.

Jornadas realizadas nas Unidades Prisionais	736
Cadastros de Pessoa Física (CPF) - Emitidos/Regularizados	81.206
Registros Gerais (RG) - Expedidos	64.616
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) - Emitidas	14.673
Certidões - Emitidas/Regularizados/Casamentos/Nascimento/Óbito	70.696
Título de Eleitor – Expedido/Regularizado	2.535
Plantão Atendimento Jurídico/R.A./R.S.A./L.C./B.I./Aprox. Familiar	147.227
Cortes de Cabelos/Procedimentos estéticos por Escola Parceira	84.001
Participações: Palestras/Oficinas Temáticas/Certificados/Orientações	617.113
Número de participantes nas Atividades	235.819
Plantão Atendimento e/ou Orientação de Saúde	882.982
Número de participantes nas Ações de Saúde	302.347
Total de atendimentos realizados	2.503.215

Programa de Ações de Reintegração Social

Atendimentos Psicossociais a Pessoas Presas	607.190
Pessoas Presas atendidas	275.409
Regularização de Documentos Pessoais para Presos	62.238
Avaliações Técnicas para Decisões Judiciais	34.262
Avaliações Técnicas para Individualização da Pena para CTC	2.317
Avaliações Técnicas para Trabalho Externo	369
Avaliações Técnicas para Trabalho Interno	290

Equipe volante– Avaliações realizadas

2020	Serviço Social	Psicologia	TOTAL
	1.742	1.207	2.949

Programa Execução Via Rápida Expresso SAP

Presos Capacitados	459 - Pinturas Realizadas			
	Unidades Prisionais	Escolas Públicas	Hospitais Públicos	Outros prédios públicos
2020	37	147	0	2

Saúde do Sistema Penitenciário - Parcerias: Novo Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária por intermédio da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e a Associação Civil de Caráter Filantrópico "Casa Assistencial do Amor e Misericórdia – CAAM" em dezembro/2020 até dezembro/2021, para atendimento à saúde das crianças e bebês que se encontram no período de aleitamento materno com suas mães que estão em situação de Cárcere na Ala Materno Infantil da Penitenciária Feminina da Capital. Acompanhamentos de projetos na área de saúde. Pesquisa de Projeto piloto de Telemedicina Prisional Prisional em Tele Psiquiatria; Tele-ECG e Tele-Dermatologia em parceria com Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária-FAPEU, instituída pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a ser desenvolvido em 3 unidades prisionais: Penitenciária Feminina da Capital, Penitenciária "José Parada Neto" de Guarulhos e Centro de Detenção Provisória de Mauá. - Pesquisa de Projeto Piloto de Telemedicina em parceria com a Empresa UP GRADE – Inteligência Médica Ltda., a ser desenvolvido no Centro de Detenção Provisória de Osasco II e mais duas Penitenciárias: Penitenciária I de Presidente Venceslau e Penitenciária de Junqueirópolis. Ações de Saúde pelo Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional. Vacinação contra Influenza - Total de privados de liberdade vacinados: 192.761, o que correspondeu a 89,37% da população recolhida à época. Vacinação contra Sarampo - Nos territórios definidos pela Secretaria de Estado da Saúde como áreas de circulação do vírus do Sarampo no Estado de São Paulo. Foram ofertadas as doses a todos os indivíduos sem as respectivas restrições de saúde. Total de vacinados privados de liberdade 37.867. Testagem Rápida Unidades Prisionais - No decorrer do ano nos procedimentos de inclusão, rotina e campanha de testagem de HIV em todas coordenadorias foram 18.404. E os testes rápidos de Sífilis foram 5.610. E os testes rápidos de hepatite foram 7**.**000. Capacitação de Executores de TR - outubro - Participação de 47 profissionais de saúde de equipes das Unidades Prisionais na Capacitação de Executores de Testes Rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites Virais. Buscas Ativas para o Controle da Tuberculose. Foram realizados no primeiro semestre 10.458 Testes Rápidos Moleculares e 14.287 Exames de Baciloscopia. No segundo semestre foram 10.844 Testes Rápidos Moleculares e 13.357 Exames de Baciloscopia. Dia Mundial da Tuberculose: Em virtude da atual Pandemia de COVID-19, não houve a realização do Dia Mundial da Tuberculose e consequentemente premiações para as Unidades Prisionais. Fórum Estadual da Tuberculose, setembro – realizado de forma virtual; A SAP teve 60 unidades premiadas em suas diversas Coordenadorias nos quesitos de Tratamento Diretamente Observado – TDO e alta cura. COVID-19 - Testagem para COVID-19 **-** Foram realizados até o momento 80.401 exames Sorológicos - testes rápidos e 3.017 exames RT-PCR - Biologia Molecular - para COVID-19.

Coordenadoria	TR	PCR
Central	20744	1008
Coremetro	15086	294
Corevali	3508	89
Cssp	955	16
Noroeste	29293	1081
Oeste	10815	529
TOTAL	80401	3017

Plano de Contingência - A Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário elaborou o Plano de Contingência para COVID-19, objetivando o enfrentamento da Pandemia, contendo todas as orientações advindas dos Órgãos Oficiais de Saúde - Federal, Estadual e Municipal, quanto aos cuidados necessários para evitar contaminação e disseminação do vírus entre privados de liberdade e servidores. Ações de Saúde pelo Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor – GQVIDASS promoveu por meio dos Centros Regionais de Qualidade de Vida – CQVIDASS, as seguintes atividades: Atendimentos Clínicos aos Servidores - Medicina Ocupacional: 1026 atendimentos. Psiquiatria: 394 atendimentos. Psicologia: 1.501 atendimentos. Nutrição: 493 atendimentos a servidores. Enfermagem: 8.282 atendimentos. Serviço Social: Ações - COVID em parceria com os Centros Regionais e Unidades Penais. Odontologia: 50 atendimentos - Life Coach: 78 atendimentos a servidores. Campanhas de Vacinação – Influenza - H1N1: 9.590 servidores atendidos. Hepatite B: 132 servidores**.** Tríplice Viral: 65 servidores. Visitas Técnicas - para processos de transferência de caráter humanitário –realizadas 69 visitas a servidores. Acompanhamento de Licenças Saúde **-** 6.333 registros de Licença Saúde notadamente em face a Pandemia houve um crescimento de pedidos para um total de 2.090 servidores. Campanhas **-** O GQVIDASS durante todo o ano, trabalhou em diversas frentes, como na elaboração de cartazes, banners e folders educativos sobre o tema, produção de relatórios dos servidores que se enquadram na Resolução 43; cadastro, assistência e orientação nos casos suspeitos de Covid-19; participação na 22ª Campanha de Vacinação Contra a Influenza 2020, além do apoio psicológico aos servidores que precisaram cuidar da saúde mental durante a pandemia. Janeiro Branco **-** orientações e reflexões a respeito das condições e características emocionais dos indivíduos, possuindo como tema principal a Saúde Mental. Carnaval **-** orientação quanto ao uso de bebidas alcoólicas e do uso do preservativo. Março Lilás e Dia Internacional da Mulher **-** combate ao câncer do colo de útero. -Dia Mundial de Combate à Tuberculose **-** distribuídos folders sobre o tema com informações sobre o que é, como prevenir, quais os sintomas, como se transmite, quais os tratamentos. Material bem explicativo aos servidores e considerando o grupo de risco no qual estão inseridos. Dia Mundial da Atividade Física e Dia Mundial da Saúde **-** visam a promoção da saúde e bem-estar dos servidores através da pratica da atividade física. Dia Nacional de Combate a Hipertensão **-** envolveu ações de aferição de pressão, teste de glicemia capilar a muita orientação aos servidores. Dias das Mães **-** Ação que produz interação as servidoras mamães. Algumas unidades promoveram ainda estrega de brindes, ações de cuidados com beleza e outras um delicioso café. Dia do Agente de Segurança Penitenciário **-** No mês de maio a catergoria foi homenageada. Dia Mundial sem Tabaco – Programa Quero Parar de Fumar. -Capacitação para Abordagem ao Tabagismo. No dia 10/11, o GQVIDASS em parceria com o CRATOD, promoveram entre Servidores da Saúde e Cipeiros capacitação no formato EAD. A atividade englobou as estratégias de divulgação da Política Nacional de Controle ao Tabagismo, tendo como objetivo, ampliar as ações na prevenção ao uso de cigarro, charuto, narguilé, etc. Combate ao Aedes Aegypti **-** O Decreto Nº 62.130, de 29/7/2016, criou as "Brigadas contra o mosquito Aedes Aegypti" com o objetivo de combater o mosquito vetor de transmissão da dengue, chikungunya e zika vírus em todo o Estado. A Resolução SAP nº 21, de 20/1/2016, criou os Guardiões de Combate ao Mosquito da Dengue. Junho Vermelho **-** doação de sangue. Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho – No mês de julho, campanha realizada principalmente com a CIPA com palestras sobre temas voltados a segurança no trabalho, -"Instrumentos Perfurocortantes", "Direção Defensiva", "Hergonometria" e de diversos temas de saúde. Dia do Homem e Dia dos Pais –Também lembrado e promovido ações para saúde do homem e dos pais. Setembro Amarelo – Com tema "Todos pela Vida" - cuidado e prevenção ao suicídio. Mês de combate ao câncer de mama. Novembro Azul conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata. Covid-19 - cuidados e proteção para evitar a contaminação e disseminação do vírus no ambiente de trabalho e fora dele. Orientações sobre uso e descarte corretos de máscaras, higienização das mãos, do local de trabalho. Foram distribuídos insumos e materiais para auxiliar no manejo das ações e atividades voltadas as campanhas frente à COVID – 19 **-** Avental descartável, Luvas descartáveis, Lencóis descartáveis, Álcool Gel, Álcool liquido 70%,amplamente distribuído nas "sedes Administrativas" buscando diminuir o contágio do vírus.

Programas e Projetos - Gestão da Emoção **-** Atualmente o Centro de qualidade de Vida e Saúde do Servidor desenvolve juntamente com o Instituto Augusto Cury a capacitação de 20 servidores que atuarão sobre a supervisão do próprio Instituto como multiplicadores do Programa nas unidades prisionais. No ano, o Programa ficou prejudicado em razão da COVID -19. Lian Gong - O objetivo principal do Lian Gong em 18 Terapias é a de tratar e prevenir dores no corpo, inúmeros problemas osteomusculares, articulações, etc. hoje tão frequente nas condições da vida moderna, além de atuar nas disfunções dos órgãos internos e problemas respiratórios. levam aproximadamente 12 minutos para ser realizados. CIPAS - Este ano contou com processo de renovação das CIPAS para o biênio 2020/2021, que resultou na constituição de 181 CIPAS e 845 Cipeiros. Curso Técnico de Formação para Membros da CIPA **-** O Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor, em parceria com a Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann", realizou o "Curso de Formação para Membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA". Total de Inscritos: 1047 servidores -SIPAT **-** Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho, prevista na Norma Regulamentadora nº 05, da Portaria Nº 3.214, de 08/06/1978 e na Resolução SAP 64, de 12/04/2016 - despertar o interesse dos trabalhadores pelos assuntos ligados à prevenção de acidentes e de doenças do trabalho, e propor a realização de palestras e de treinamentos para os trabalhadores. Nas unidades e sedes administrativas - 1 SIPAT com 660 participações. Encontro de Cipeiros **-** O CQVIDASS Oeste realizou "Simpósio de Suicídio Online" Regional de Cipeiros, o encontro levou os participantes a uma profunda reflexão sobre a importância da busca de ajuda e sermos resilientes diante das dificuldades.

Escola da Administração Penitenciária - Destacou-se as declarações emitidas pela Organização Mundial de Saúde – OMS, que dispôs sobre o surto de Doença Respiratória Aguda COVID-19, causada pelo chamado Novo Coronavírus, e tratado como uma Emergência de Saúde

Pública de Importância Internacional – ESPII, no qual coube a todos os países trabalharem também com atitudes de prevenção, com a finalidade em contribuir para a contenção da transmissão e disseminação do vírus. Desta forma deu-se a continuidade, mas com total destaque, a modalidade de Ensino a Distância – EaD, que visa contribuir no desenvolvimento e aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores da SAP, sobretudo como um instrumento "facilitador e prático", diante as novas demandas apresentadas. Destacam-se o Curso de Capacitação na Área de Segurança e Disciplina e de Segurança Externa - ambos que passaram por atualização de conteúdo com vistas a adaptação da modalidade de EaD e assim dar continuidade ao atendimento das legislações vigentes, bem como do Curso de Atualização de Veículo Automático, que também pode oferecer o conteúdo teórico na modalidade EaD. -Entre os meses de janeiro a novembro, no uso da modalidade EaD houve a participação de pouco mais de 107 mil servidores que puderam receber informações e instruções que, ao menos, despertaram a importância sobre determinados temas/assuntos específicos.

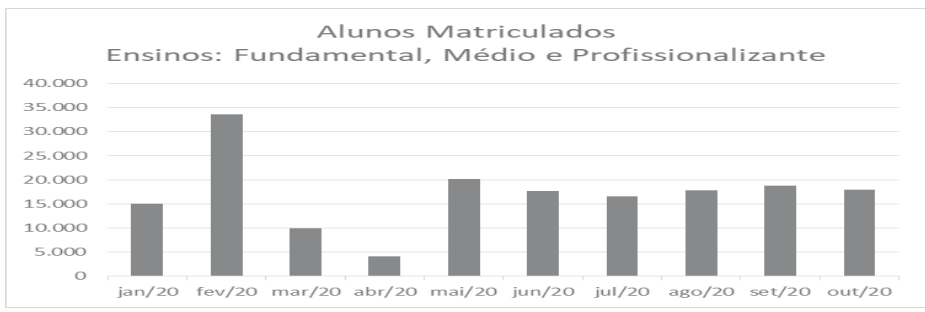
a. Quadro de Servidores Treinados EAP

	CECADRH			CFAASP			TOTAL GERAL		
Eixo Temático	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD	TOTAL
I. Ingressantes / Iniciação Funcional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
II. Desenvolvimento Humano / Qualidade de Vida	165	55901	56066	81	29927	30008	246	85828	86074
III. Administração / Gestão	406	6267	6673	-	-	-	406	6267	6673
IV. Segurança e Disciplina	517	1678	2195	517	12518	13035	1034	14196	15230
V. Reintegração Social	02	943	945	-	-	-	02	943	945
Total de Servidores Treinados	1090	64789	65879	598	42445	43043	1688	107234	108922

CECAD-RH - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
CFAASP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária

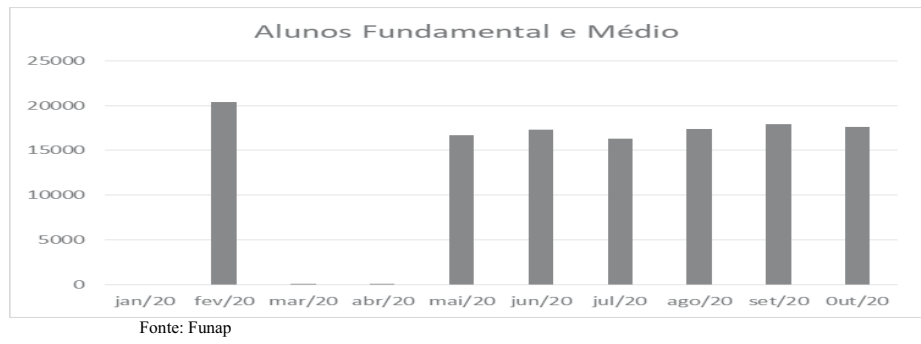
Museu Penitenciário Paulista - Em relação ao exercício, as ações desenvolvidas foram adequadas aos pronunciamentos atípicos motivados pela situação atual do estado pandêmico, manteve-se as atividades museológicas com as seguintes ações: -Controle e segurança do acervo - registro e monitoramento do controle da temperatura - diariamente foi realizado registro manual, duas vezes ao dia, para avaliação mensal do controle da temperatura - °C e umidade relativa do ar - %UR. Há três reservas técnicas que salvaguardam acervo, a pinacoteca conta com sistema que registra automaticamente estas informações, entretanto nas outras é necessário registro manual com a utilização de um termo higrômetro. Conservação preventiva - foram realizadas a higienização mecânica para preservação do acervo e remoção de sujidades, manchas generalizadas e desprendimento total de materiais que já haviam sofrido ruptura ou desunião do suporte. Substituição de acervo para exposição temporária - após higienizado, o acervo foi transportado para vitrine de exposição temporária e houve higienização e substituição de outros objetos, salvaguardados agora em reserva técnica. Confecção de acondicionamento para acervo museológico - Foi realizado a confecção com papel cartão de pH neutro para proteger as partes desprendidas, para realização dos reparos necessários com material adequado. -Recebimentos de doações de acervos - foram registrados os recebimentos de doação e após a higienização mecânica foi disposto em trainel da reserva técnica, devidamente identificado por meio de etiquetas, fixadas de pré-entrada do estado de conservação e sua proveniência. Catalogação - Inventário de acervo - está sendo executado com os objetivos de identificar todos os itens do acervo; as necessidades básicas e da documentação e digital, as necessidades básicas da documentação; classificar a tipologia de todo acervo em: Arquivístico, Bibliográfico e Museológico; indicar principais pontos para registro das informações em base de dados segura; para organização do acervo em reserva técnica e desenvolver uma política de acervo. Atendimento Remoto Aos Pesquisadores - apoiamos os pesquisadores de todas as áreas, para o desenvolvimento de seu projeto ou pesquisa, provenientes do acervo do Museu Penitenciário Paulista, visando a disseminação da história do Sistema Penitenciário Paulista, em contrapartida nos proporciona a divulgação do MPP, em diversos tipos de mídias nacionais e internacionais. Plano de Trabalho Remoto - em adaptação a condição de trabalho devido a pandemia do COVID-19, foi desenvolvido um plano de trabalho para que o Servidores do MPP e estagiários continuassem desenvolvendo ações que aproximassem o público das atividades museológicas, mesmo que virtualmente.- Informativo "O Penitenciarista" - foram publicadas seis edições bimestrais do Informativo "O Penitenciarista" com temas relevantes ao Sistema Penitenciário, divulgando a história do servidor público - com a palavra o servidor, produção dos textos, reportagens, fotos, diagramação e a divulgação do acervo do MPP.

Entidade Vinculada - Fundação "Profº Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP - Formação Educacional e Profissional - Disponibilização para custodiados de vagas em curso de qualificação para o mercado de trabalho e de vagas para a efetivação das atividades de educação básica na modalidade EJA.



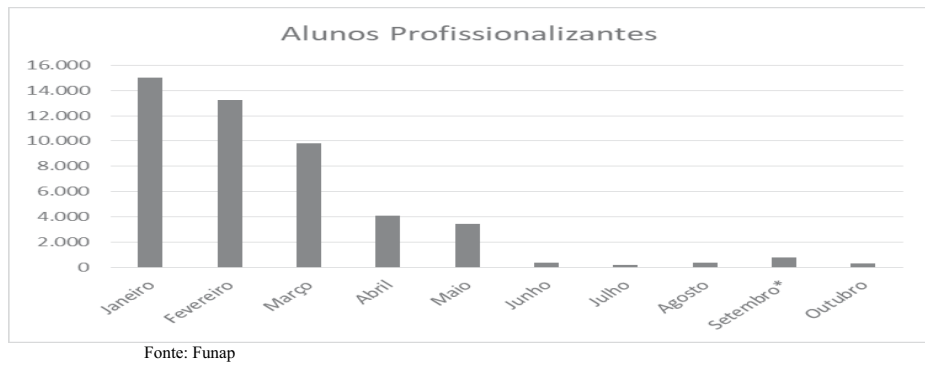
Fonte: Funap

A pandemia de COVID-19 impactou na execução das atividades de educação formal e profissionalizante. O Ensino Médio e o Fundamental foram interrompidos na forma presencial a partir de março, situação que persiste até hoje. A partir de maio, o Ensino Formal retorna na forma de roteiros de ensino e materiais de autoestudo. O ensino profissionalizante conduzido, prioritariamente, pela Funap começa a ser impactado severamente em abril, pelas medidas de isolamento, restrições de ingresso nas Unidades Prisionais e permanece apenas com ações isoladas, até a presente data. Os claros de servidores e as medidas de proteção, com trabalho remoto para sexagenários e/ou portadores de comorbidades, impactaram na disponibilidade de monitores de educação e supervisores, fundamentais para o funcionamento da educação complementar, visto que a eles são delegadas as tarefas de formação de monitores preso, treinamento de reeducandos e a supervisão dos programas. -*Programa de Educação Formal* - De 1979 a 2012, a Funap executou nas prisões paulistas, com recursos próprios, o Programa de Educação nas Prisões – PEP. A partir de 2012, por força da Resolução MEC-CNE/CEB nº 2, as Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação a Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade estabeleceram a obrigatoriedade da oferta de educação nos estabelecimentos penais, devendo essa oferta ser oficializada pelos sistemas estaduais de ensino - Secretarias de Educação ou órgãos congêneres, de caráter formal, adequada à realidade e às necessidades dos alunos e com certificação. Desse modo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEE - assumiu a educação formal nas prisões, sendo a Funap a interlocutora entre as unidades prisionais e SEE.



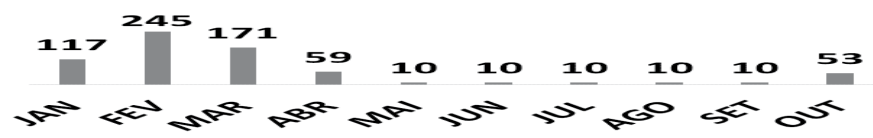
Fonte: Funap

Entre janeiro e outubro, a média de reeducandos estudando no Programa de Educação Formal foi de 12360 alunos/mês. A ausência de registros no mês de janeiro, decorre do recesso escolar, enquanto nos meses de março e abril houve apenas o registro de 11 discentes, em face da suspensão imposta a tal atividade por conta da pandemia de Covid-19. A partir de maio, os registros são fruto da retomada do Ensino Formal, na forma de roteiros de ensino e materiais de autoestudo. *Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – PROET* - Lançado em 2013, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – "De Olho no Futuro" visa a proporcionar às pessoas privadas de liberdade a participação em atividades teórico-práticas que favoreçam mudanças no seu comportamento e que proporcionem oportunidade de aquisição de conhecimentos. A Funap incumbe-se da expressiva disponibilização de vagas na área de educação para o trabalho e cidadania, havendo registros esparsos de iniciativas isoladas, em algumas Unidades Prisionais. Entre janeiro e outubro, o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania – PROET, juntamente com as atividades profissionalizantes realizadas pelas unidades prisionais, totalizou 47.722 atendimentos, com uma média de 4722 vagas/mês



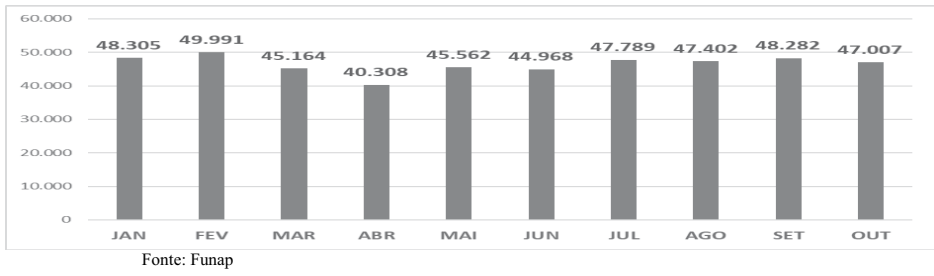
Fonte: Funap

A partir do mês de março, houve uma redução no número de atendimentos neste programa em razão das medidas sanitárias adotadas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 nas unidades prisionais, situação que persiste até o momento. Programa de Formação em Nível Superior para Pessoas Privadas de Liberdade – PROFENS - A Funap, em cooperação com instituições de ensino superior, oferta bolsas integrais à população privada de liberdade, viabilizando o acesso à graduação em tecnologias, licenciaturas e bacharelados. Os cursos são desenvolvidos na modalidade à distância - EAD *Offline* - para unidades prisionais de regime fechado e na modalidade semipresencial nas unidades prisionais de regime semiaberto, quando os reeducandos matriculados também convivem no ambiente acadêmico. Entre janeiro e outubro, o Programa de Formação em Nível Superior para Pessoas Privadas de Liberdade – PROFENS totalizou 294 alunos matriculados. Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural – PRODHC - É concebido para a organização de projetos de desenvolvimento pessoal e ação cultural, com objetivo de promover a melhora da autoestima e o crescimento pessoal dos indivíduos privados de liberdade. As estratégias incorporam cursos de artes, desenhos artísticos, pintura, teatro e canto, além de palestras e "workshops" Entre janeiro e outubro, o Programa de Desenvolvimento Humano e Cultural - PRODHC realizou 695 atendimentos.



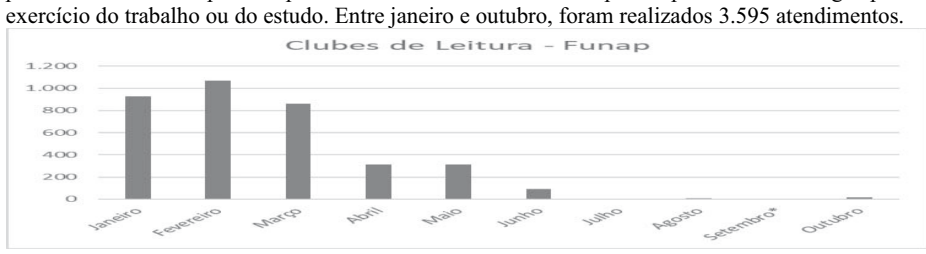
O programa também foi impactado pelas restrições do Covid-19, visto que várias das metodologias e práticas incorporadas aos seus conteúdos impõe a presença de monitores de ensino e parceiros, bem como a interação entre os discentes, circunstância não recomendada no momento. A retomada parcial de números, no mês de outubro, decorre da instalação de projeto piloto, ainda em

teste, com IYF, que converteu seu conteúdo voltado a educação emocional dos reeducandos para a modalidade EAD, assíncrono, com a utilização de videoaulas. Pretende-se dar continuidade a este modelo no ano de 2021. Programa de Incentivo à Leitura – "Lendo a Liberdade" – PROLLIB - Instituído como política pública por meio da Resolução SAP nº 82 de 12 de julho de 2018, o Programa de Incentivo à Leitura – "Lendo a Liberdade" tem como objetivo articular a implementação de atividades educativas de ordem literária. Fomenta o hábito da leitura e da escrita para o aprimoramento da formação pessoal, cultural, profissional e social e viabiliza a remição de pena, conforme decisão das respectivas jurisdições e se concretiza a partir de dois projetos. Projeto de Leitura Livre nas Prisões. Realizado nas salas de leitura por meio do empréstimo de livros do acervo das Unidades Prisionais, sob a gestão de monitores de apoio – reeducandos - contratados e remunerados pela FUNAP para a organização do acervo literário e o controle de empréstimos às pessoas privadas de liberdade, privilegia o fomento e o desenvolvimento do hábito da leitura para melhor formação pessoal, cultural, profissional e social dos reeducandos. Entre janeiro e outubro, foram realizados 464.778 empréstimos de livros nas 212 salas de leitura do Sistema Prisional Paulista, uma média de 46.477 empréstimos por mês.

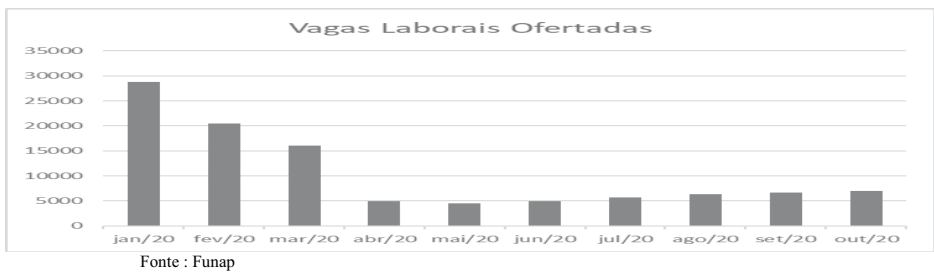


Fonte: Funap

Projeto Clubes de Leitura - O projeto visa a promover a oportunidade de inclusão, por meio do fomento à leitura dirigida, privilegiando o desenvolvimento da escrita e do hábito da leitura, o aprimoramento da formação pessoal, cultural, profissional e social, proporcionando também a possibilidade de remição de pena pela leitura. Os "Clubes de Leitura" são organizados e orientados pela mediação, que indica o acervo de livros que será utilizado. Concebido preferencialmente às pessoas privadas de liberdade não contempladas pela oferta de vagas para o exercício do trabalho ou do estudo. Entre janeiro e outubro, foram realizados 3.595 atendimentos.



As intervenções no que tange a clubes de leitura também foram impactadas pela pandemia e há tentativas de sua retomada Provisão de Postos de Trabalho **-** Disponibilização de postos de trabalho remunerados para custodiados em serviços de apoio e manutenção das próprias unidades prisionais, nas oficinas gerenciadas pela Funap e em empresas parceiras, públicas e privadas, de acordo com padrões de respeito à dignidade humana observados internacionalmente, além de encaminhamentos de egressos a oportunidades de trabalho junto às instituições parceiras. O surgimento da pandemia de COVID-19 neste ano gerou prejuízos ao cumprimento das ações e metas vinculadas as vagas de trabalho para os custodiados. Os postos de trabalho ofertados sofreram abrupta queda, a partir de março. Na Funap permanecem ativas, em caráter permanente ou rotativo, Oficinas envolvidas na produção de itens relacionados ao combate da pandemia, mobiliários escolares, cadeiras de rodas e confecção de uniformes para o Sistema Prisional. Os claros de servidores e as medidas de proteção, com trabalho remoto para sexagenários e/ou portadores de comorbidades, impactaram na disponibilidade de mestres de ofício, fundamentais para o funcionamento das Oficinas- escola, visto que a eles são delegadas as tarefas de treinamento de reeducandos e a supervisão da produção. O número de Oficinas de parceiros, funcionando em Unidades Prisionais, sofreu redução devido as medidas restritivas, que buscam evitar a disseminação do vírus neste ambiente. A suspensão dos contratos de alocação de mão de obra externa, desde março, vinculados aos sentenciados em regime semiaberto, foi a maior perda na oferta de postos de trabalho, pois se caracteriza, atualmente, como a principal oportunidade de treinamento e emprego no Sistema Prisional.



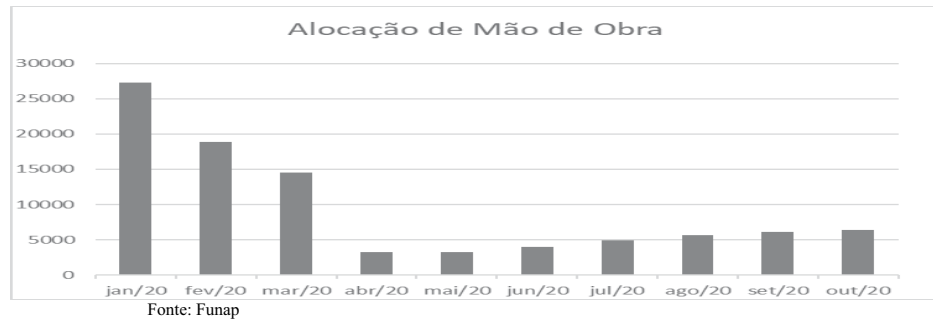
Fonte : Funap

Programa de Capacitação Profissional - A Funap conta com 40 oficinas próprias instaladas no interior das unidades prisionais responsáveis pela capacitação profissional dos reeducandos, geração de renda e remição da pena para os trabalhadores presos. Até o momento 26 Oficinas - escola, em caráter permanente ou rotativo, funcionaram e proveram uma média mensal de 815 postos de trabalho - dados outubro/20, representando cerca de 7,7% do total de vagas mensais ofertadas, em período tão crítico.



Fonte : Funap

A Funap integra os esforços do Governo do Estado de São Paulo no desenvolvimento de ações de combate ao COVID 19 e, para isso, adaptou 15 de suas oficinas para a produção de itens de proteção como máscaras, *face shields*, toucas e aventais descartáveis. Entre os meses de janeiro e outubro, já foram produzidos: 4.577.023 máscaras descartáveis - 2.029.520 máscaras reutilizáveis - 72.902 aventais descartáveis - 246.964 máscaras do tipo *face shield* - 45.826 peças de vestuário profissional - 4.540 conjuntos escolares - carteira e cadeira - 19.819 carteiras e cadeiras reformadas - 2.114 laminados de espuma - 85 cadeiras de rodas reformadas - 21 cadeiras de banho reformadas. Dentro dos esforços de combate à pandemia do Covid-19, cerca de dois milhões de itens de proteção individual foram doados a órgãos públicos e entidades beneficentes no Estado de São Paulo. -Programa de Comercialização de Produtos da Ressocialização - Com o crescimento do comércio de produtos falsificados, houve a intensificação das ações de fiscalização, o que ocasionou o aumento das apreensões e retirada maciça desses materiais, fazendo com que surgisse um grande problema quanto ao armazenamento dessas inúmeras apreensões. Para minimizar esse problema, e ao mesmo tempo dar destinação social ao grande número de materiais apreendidos, a Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – Funap, em mais uma iniciativa inédita em todo país, firmou convênio com a Prefeitura de São Paulo, responsável pelas apreensões, e criou o Programa de Comercialização de Produtos de Ressocialização. Pelo programa, parte desse material é encaminhado às oficinas da Funap, instaladas dentro de unidades prisionais, onde são retirados os símbolos das marcas falsificadas. Esses símbolos são substituídos por etiquetas do programa, indicando que tais produtos são de ressocialização, o que possibilita doação a entidades beneficentes ou mesmo a venda, que auxilia a custear outros programas da Fundação. O programa também permite que empresas especializadas em desfibração, por meio de contrato com a Fundação, possam operar no sistema prisional, reciclando o material resultante desse processo. Essas empresas arcam com os custos de todo o programa, inclusive dando oportunidade de emprego aos reeducandos que atuam nas oficinas de ressocialização. O programa ainda não se encontra em funcionamento devido as restrições existentes no Sistema Prisional, vinculadas a Covid -19. Programa ARCOS – Escola de Empreendedorismo em Arte - O Programa ARCOS - Escola de Empreendedorismo em Arte- é uma iniciativa da Funap que visa a reconhecer, aprimorar, distribuir comercial e socialmente o artesanato produzido por reeducandos, no interior das unidades prisionais do Estado de São Paulo. Ao desmistificar o que é produzido dentro do sistema penitenciário, desperta aptidões, senso estético, promove o trabalho e aprendizado coletivos, colaborando para a transformação pessoal. Representa uma significativa oportunidade de geração de renda e trabalho, capacitando os reeducandos ao mercado, quando ganharem a liberdade. O Programa foi um dos mais prejudicados no período, por conta do COVID-19, não havendo até o momento atividades desta natureza em funcionamento. Programa de Alocação de Mão de Obra - A Lei de Execução Penal prevê a possibilidade de trabalho aos reeducandos, com finalidade produtiva e educativa. No Estado de São Paulo a contratação desta mão de obra é feita por meio do Programa de Alocação de Mão de Obra da Funap, seja para órgãos públicos ou empresas privadas. A proposta do Programa é viabilizar postos de trabalho para homens e mulheres em cumprimento de pena, contribuindo para sua qualificação profissional e geração de renda. Ao contratante, a iniciativa concilia segurança jurídica e possibilidade de consolidar um modelo de negócio rentável. O Programa sofreu impacto significativo em virtude da suspensão imposta aos contratos vigentes, decorrente das medidas restritivas impostas ao sistema prisional, decorrentes da Covid-19, ofertando uma média mensal de 9426 postos de trabalho – referência outubro/20.



Fonte: Funap

Comercialização de Produtos - Os Centros de Produção e Qualificação Profissional da Funap, instalados nas unidades prisionais, desenvolvem relevante produção fabril. Os produtos são comercializados para órgãos federais, estaduais e municipais, além de pessoas física e jurídica. As linhas de produtos contemplam principalmente: Confecção de uniformes; Móveis administrativos; Móveis escolares - novos e reformados; Laminados de espuma antichamas. Cadeiras de rodas e banho. Os esforços empreendidos pela Funap na geração de postos de trabalho próprios foi objeto de reconhecimento público com a concessão, pelo segundo ano consecutivo do Selo Resgata, iniciativa do Departamento Penitenciário Nacional – Depen - que visa a reconhecer empresas e instituições que oportunizam trabalho para pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema carcerário, além de incentivar e promover as organizações que colaboram com a reintegração social dessas pessoas. Assistência Legal aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social - Assistência judiciária aos custodiados sentenciados carentes do sistema penitenciário paulista no acompanhamento do processo de execução, em relação a incidentes processuais e pedidos de benefícios e progressão de pena, além de fornecimento de subsídios, tais como contagem de dias trabalhados e relatório de acompanhamento para apoiar a decisão judicial. Incluem também serviços direcionados a custodiados, egressos e apenados para regularização de documentos que contribuam para sua reintegração social. A não abertura de novos concursos e o número de vagas em aberto, no quadro de advogados da Funap, têm impedido, ao longo dos anos, a ampliação da prestação de serviços de assistência judiciária, apesar do crescimento do número de Unidades Prisionais, obrigando que por vezes que o mesmo servidor preste, simultaneamente, assistência em mais de um estabelecimento. O atendimento aos custodiados no ano, sofreu impacto significativo, nos meses de abril e maio, em razão da pandemia de Covid-19, pois, houve restrições de acesso a servidores externos nas Unidades Prisionais, bem como fração importante dos advogados da fundação foi afastada, cautelarmente, do serviço presencial por se enquadrarem nos grupos de risco - sexagenários e portadores de comorbidades. Visando a garantir o cumprimento da meta anual a Funap implementou a assistência remota aos sentenciados, permitindo que os feitos administrativos e judiciais pudessem ser realizados e o alcance da meta anual tornado possível, apesar de ainda não apurados os dados do mês de dezembro. A ação implementada mostrou-se adequada ao novo normal e deve ser incorporada.



Fonte: Funap

Programa Jus – Apoio Jurídico ao Preso - Em 1977, a Funap criou o Programa Jus – Apoio Jurídico ao Preso, com o objetivo de prestar assistência jurídica integral aos presos carentes de recursos financeiros. Com a criação, junto à Procuradoria Geral do Estado, em 1991, da Coordenadoria da Assistência Judiciária ao Preso, foi assinado convênio entre a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Funap, pelo qual os advogados da Funap continuaram prestando serviços nos estabelecimentos penais, sob a coordenação e orientação da Procuradoria. Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº 988/06, o convênio passou a ser firmado com a Defensoria Pública, na qualidade de sucessora da Procuradoria Geral do Estado, sendo renovado em agosto de 2020. Atualmente há 134 advogados ativos, atendendo 161 Unidades Prisionais e 12 Unidades da Secretaria de Segurança Pública.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

O Plano Plurianual - PPA 2020-2023 do Governo do Estado de São Paulo especifica como diretrizes e objetivos estratégicos que as ações do Estado devem buscar: - a descentralização, visando ao fortalecimento dos municípios, a redução das desigualdades regionais e a difusão territorial das principais políticas públicas; a participação social, visando inserir o cidadão na avaliação das políticas públicas e a ampliação das parcerias com a sociedade civil e com o setor privado; a transparência, visando fortalecer o controle social e o combate à corrupção; a eficiência, visando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e o incremento da eficácia dos gastos públicos; a inovação, visando à adoção de modernas tecnologias para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, em todos os campos da atuação do Governo Estadual. Dos nove objetivos estratégicos discriminados, as ações dos Programas vinculados à Secretaria contemplaram: **-** Objetivo Estratégico 7: Agricultura competitiva fortalecendo o padrão de produção e o consumo sustentável: Fomentar o agronegócio paulista por meio de parcerias que assegurem a qualidade, produtividade e sustentabilidade da produção através de políticas públicas que favoreçam a renda do produtor rural e potencializem as vantagens competitivas regionais e locais. Objetivo Estratégico 8: Desenvolvimento sustentável preservando o meio ambiente e protegendo a população ante os desastres naturais: Promover a gestão harmônica do meio ambiente, dos recursos hídricos, do saneamento e da energia, desenvolvendo ações integradoras que promovam o desenvolvimento sustentável. Estimular o uso racional da água e de fontes renováveis de energia, além de ampliar os investimentos e na proteção social ante os desastres naturais. Objetivo Estratégico 9: Gestão Pública moderna e eficiente, comprometida com qualidade dos serviços públicos, controle de gastos e transparência: Promover a eficiência da gestão pública, através do uso de tecnologia, da intensificação de parcerias com a sociedade civil e da desburocratização e simplificação de processos. Aprimorar os métodos de avaliação dos resultados das ações do Estado. O presente documento está organizado segundo os programas inseridos no PPA, constituindo-se em relatório do ano e apresentando os indicadores associados às principais ações governamentais previstas no referido Plano Plurianual. Obs.: É de suma importância ressaltarmos que as informações estarão completas após a finalização do exercício.

Programa: 1316 – Abastece-SP: Segurança do Campo a Mesa - A Ação Prevenção e Gestão do Risco Sanitário tem como finalidade a proteção sanitária das cadeias produtivas, analisando e avaliando propriedades quanto ao risco sanitário animal e vegetal. Com o intuito de promover a integração entre as Coordenadorias da SAA/SP, essa ação deverá ser realizada em conjunto pelos servidores das Coordenadorias de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS e de Defesa Agropecuária – CDA. O trabalho será realizado por meio da aplicação de questionários do Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias – PBPA e da construção do diagnóstico da situação sanitária das propriedades pelos servidores da CDRS e os resultados obtidos no PBPA são a base de dados para que os servidores da CDA possam realizar a Análise de Risco e implantação de medidas de Defesa Sanitária, que estão preconizadas nos programas sanitários e legislações/normativas. Como o estado de São Paulo está em quarentena oficial devido a COVID-19, gerou um atraso no cronograma previsto para a execução da ação conjunta entre CDRS e CDA, pois a publicação do Decreto nº 64.881, de 22/3/2020 que institui quarentena no estado de São Paulo e da Portaria nº 04, de 19/3/2020, que suspende atividades externas não essenciais, não permitiram o retorno dos extensionistas da CDRS ao trabalho presencial. Porém, houve o treinamento mesmo à distância, no mês de setembro, deixando os técnicos preparados para ir a campo, assim que for permitido o retorno do trabalho a campo dos extensionistas. A Ação Vigilância e Inspeção Sanitária é caracterizada pela fiscalização de caráter sanitário na área vegetal em estabelecimentos e propriedades rurais, viveiros e depósitos de mudas, trânsito de vegetais, bem como a fiscalização do comércio de agrotóxicos. As fiscalizações de caráter sanitário na área animal são realizadas em propriedades rurais, eventos de concentração animal, revendas de produtos e insumos veterinários e no trânsito de animais, seus produtos e subprodutos. Os servidores da Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA - realizam as fiscalizações de acordo com o preconizado nos programas sanitários animal e vegetal e legislações vigentes. Todavia, com o advento da pandemia do Covid-19 e com a publicação do Decreto nº 64.881, de 22/3/2020, que institui quarentena no estado de São Paulo, da Portaria nº 04, de 19/3/2020, que suspende atividades externas não essenciais e a Instrução de Serviço Conjunta GDSA/GDSV nº 01/2020, que determina os procedimentos para deslocamento e o rol de atividades essenciais, as fiscalizações ficaram restritas apenas àquelas primordiais para garantir o funcionamento do setor. De janeiro a novembro, a CDA realizou 13.122 fiscalizações de Defesa Vegetal e Animal - Tabela 1.

Tabela 1 - Número de fiscalizações da vigilância animal e vegetal, executado 2020.

Indicador	Unidade	2020*
Vegetal	Fiscalizações	3.182
Animal	Fiscalizações	9.940

* Dados de 01/01/2020 a 30/11/20.

Por meio do Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal - GEDAVE, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal - PTV, Guias de Trânsito Animal – GTA, além de realizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e brucelose utilizando a internet de qualquer dispositivo móvel, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da Defesa Agropecuária para a obtenção dos documentos e/ou a realização das declarações. Durante o ano, foram emitidas até 30/11, por meio do sistema GEDAVE, um total de 900.230 GTAs e um total de 96.819 PTVs. O GEDAVE também está integrado com a Junta Comercial do Estado de São Paulo, que é o sistema responsável pela integração de dados da consulta de viabilidade locacional e de nome, registro, inscrições e licenciamento da empresa. Dentro do portal do integrador, o empreendedor é direcionado para o GEDAVE se suas atividades empresariais estão no âmbito de atuação da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Fiscalizações em Defesa Sanitária Animal: - O Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos – SISBOV, tem como objetivo o controle e rastreabilidade do processo produtivo das propriedades rurais de bovinos e bubalinos. A adesão ao SISBOV é voluntária para os produtores rurais, sendo obrigatória para comercialização de carne bovina e bubalina para mercados que exigem rastreabilidade (como os países membros da União Europeia). Os médicos veterinários da Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA, realizam auditorias nas propriedades rurais cujos proprietários almejam exportar para esses mercados. A CDA possui 110 Médicos veterinários capacitados para realizar as auditorias, cuja estimativa é que sejam realizadas aproximadamente 60 auditorias por ano, de modo a atender, tanto as demandas em estabelecimentos que ainda não estão na lista das propriedades aprovadas para exportação de carnes para a União Europeia quanto as que figuram na lista, com compromissos firmados junto à União Europeia. No ano, em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, foram realizadas apenas 37 auditorias. Atualmente, 144 propriedades paulistas estão com certificados do SISBOV vigentes, das quais 141, atualmente, estão aptas para exportação à União Europeia. O Programa Estadual de Sanidade dos Equídeos visa à proteção da saúde do rebanho equídeo em relação às doenças de notificação obrigatória, como a Anemia Infecciosa Equina - AIE, Mormo, Durina e Febre do Nilo. As ações que constituem o programa são**:** atendimento a suspeitas, detecção e saneamento de focos com o sacrifício dos animais positivos - AIE e Mormo - e realização de exames diagnósticos dos contactantes. Consta também como atividade a capacitação de médicos veterinários da iniciativa privada, visando à habilitação desses profissionais para colheita e envio de amostras de equídeos para diagnóstico laboratorial de Mormo, no entanto, devido à pandemia, o treinamento que estava marcado na cidade de São Paulo junto com o evento da ABRAVEQ, que possibilitaria a capacitação de 400 profissionais, foi cancelado - Tabela 2.

-

Tabela 2 - Atividades em sanidade dos equídeos, executadas em 2020*.

Produto/indicador	AIE	Mormo	Febre do Nilo	Durina
Municípios trabalhados	40	20	3	2
Propriedades trabalhadas	54	23	3	3
Amostras colhidas	704	948	3	1
Animais positivos sacrificados	69	13	00	00
Inquérito soroepidemiológico realizado	00	00	00	00

* Dados referentes ao período de janeiro até início de outubro de 2020

Controle da Raiva dos Herbívoros: A Raiva em Herbívoros é uma doença de Peculiar Interesse do Estado de São Paulo e traz como características principais ser uma zoonose contagiosa e fatal. Está entre as principais doenças que são caracterizadas como Síndromes Neurológicas, sendo prevalente em todo Estado causando grandes prejuízos econômicos à pecuária Paulista e à Saúde Pública. Por ser transmissível ao ser humano, o morcego hematófago *Desmodus rotundus*, que é o principal transmissor, tem grande importância em Saúde Única, pois envolve seus principais fatores como a Saúde Animal, Saúde Humana e do Meio Ambiente, devendo ser trabalhada em todos esses aspectos. A CDA possui o Programa Estadual de Controle da Raiva de Herbívoros que tem o objetivo de alcançar a diminuição da incidência desta doença, através do trabalho executado pelos seus funcionários treinados e imunizados, distribuídos em todo Estado, empregando métodos reconhecidos e recomendados no controle da raiva dos herbívoros, que envolvem desde a vacinação dos animais suscetíveis até o controle da população de morcegos hematófagos. A vacinação não é obrigatória, sendo recomendada em casos de agressão pelo transmissor e nas áreas de foco/perifoco. No ano, houve uma diminuição de 30,8% no número de casos em relação ao ano de 2019 para o mesmo período. Já a distribuição da doença, que está relacionada à topografia do estado, não houve uma mudança significativa. Acredita-se que por conta do aumento de populações exóticas invasoras nocivas no Estado, os suínos asselvajados - javalis e javaporcos, haja um aumento das fontes de alimentação para o morcego, assim favorecendo seu desenvolvimento, de acordo com a pesquisa realizada por pesquisadores da Unesp/Rio Claro e da UNICAMP. Este ano houve um declínio das atividades, muito por causa da caracterização de risco da população suscetível ao SARS-CoV-2, mas com estudos de riscos, não impediu de forma significativa os trabalhos, que foram eficientes onde puderam ser executados - Tabela 3

Tabela 3 - Combate à raiva dos herbívoros, executado 2020.

Produto/indicador	Unidade	2020*
Número de focos atendidos	Focos	130
Controle de morcegos hematófagos	Morcegos capturados	4.785
Adesão ao modelo de mutirões	Regionais	19
Inspeção em abrigos de morcegos hematófagos	Nº de abrigos	2.542

* Dados de 01/01/2020 a 30/11/20.

Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose: As ações obrigatórias utilizadas para execução do programa são a vacinação de brucelose das fêmeas de bovídeos - bovino e bubalino - entre 3 e 8 meses de idade e acima de 9 meses com amostra RB51, bem como o controle de trânsito inter e intraestadual. Outra ação do programa é a realização de diagnósticos de brucelose e tuberculose por parte de médicos veterinários habilitados para animais destinados à participação em eventos de aglomeração, trânsito de animais para reprodução e para o controle sanitário destas enfermidades e propriedades. Há a obrigatoriedade de realização de exames de brucelose e tuberculose aos animais de propriedades cuja finalidade seja o fornecimento de leite a usinas de beneficiamento, laticínios e outros estabelecimentos de processamento de leite e derivados, sendo que está implementada também medida voluntária que consiste em reconhecimento de propriedade livre para as referidas doenças. Outra ação do programa é a participação em eventos acadêmicos com objetivo de nivelar os médicos veterinários habilitados para a realização do diagnóstico das duas enfermidades. A vacinação da brucelose e o diagnóstico de brucelose e tuberculose somente podem ser realizados sob a responsabilidade de médicos veterinários e a CDA cadastra/habilita estes profissionais para tais atividades - Tabela 4

Tabela 4 - Controle e erradicação da brucelose e da tuberculose, executado 2020

Produto/indicador	Unidade	2020*
Livres certificadas	Propriedade	18
Livres em Certificação	Propriedade	7
Cadastrado	Méd. Veterinário	3051
Vacinadas (%) *	Propriedade	92,79
Vacinadas (%) *	Bezerra	96,85

*Dados de propriedade e bezerra, ambas vacinadas (%), se referem aos índices do 1° Semestre de 2020, pois o primeiro relatório consolidado destas informações será apresentado no dia 15 de dezembro de 2020.

Sanidade Avícola: A avicultura no estado é pujante. São Paulo possui o maior plantel de poedeiras do país, respondendo por 32,97% da produção de ovos nacional - Brasil: 49,055 bilhões de unidades e 14,42% das exportações - 3ª posição no ranking nacional, é o quarto maior em produção de frango de corte, respondendo por 8,26% da produção nacional - 13,245 milhões de toneladas e 4,84% das exportações. Cabe lembrar que as principais casas genéticas da avicultura mundial de corte e de postura instalados no Brasil e certificadas como compartimento avícola para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, localizam-se no estado de São Paulo. Também somos o 2° em produção de aves de um dia, maior produtor e fornecedor de ovos controlados para a produção de vacinas, em especial ao instituto Butantã e, ainda, o maior exportador de material genético, ovos férteis. Destaca-se que o porto de Santos responde por 7,88% das exportações de carne de frango e os aeroportos de Cumbica e Viracopos respondem, respectivamente por 52% e

23,6% das exportações de material genético avícola, aves e ovos férteis. Apesar da pandemia causada pelo COVID-19, São Paulo conseguiu, ainda, superar os poucos desafios sanitários ocorridos durante o ano, em especial para as salmoneloses e micoplasmoses, com monitoramentos sanitários e certificação de estabelecimentos de reprodução. O atendimento às suspeitas de doenças não resultou em maiores consequências ao plantel estadual, que continua livre da Influenza Aviária e da Doença de NNewcastle- Tabela 5

Tabela 5 - Sanidade avícola, executado 2020

Produto/Indicador	Unidade	2020
Estabelecimentos cadastrados com aves;	Propriedades	3.975
Registro Estabelecimentos Avícolas Comerciais;	Estabelecimentos	3.581*
Monitoramento Sanitário em aves comerciais, subsistência e silvestres;	Estabelecimentos	490*
Monitoramento Sanitário em aves de reprodução	Núcleos	357*
Propriedades com Notificação ou Suspeita de doença	Propriedades	117*
Controle/Erradicação de Focos (doenças)	Inspeções	16*
Certificação Sanitária	Certificados emitidos	260*

* Dados de 01/01/2020 a 30/11/20.

Sanidade dos Suídeos: O plantel da suinocultura no Estadual 9 é de aproximadamente 1.200.000 animais e destaca-se pela sua importância genética. Existem produtores especializados na criação de reprodutores e está genética encontra mercado em outros estados da federação, sendo inclusive, exportada para países vizinhos. Considerando este importante nicho de mercado, a CDA trabalha para realizar as atividades previstas no sistema de vigilância na zona livre de Peste Suína Clássica - PSC, instituído pela Norma Interna nº 05 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, por meio da qual o Estado se comprometeu a cumprir, para pleitear o reconhecimento internacional junto à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, condição que garantirá a continuação da comercialização de reprodutores com todos os outros estados da Federação. Em maio de 2016, o estado obteve reconhecimento internacional como Área Livre de PSC. Para manter essa condição, neste ano, a CDA realizou vigilância ativa em 35 criatórios domésticos de subsistência e 6 granjas comerciais, totalizando mais de 64.837 mil suínos vistoriados sem quaisquer sintomas sugestivos de PSC. Outra ação importante foi a vigilância sorológica envolvendo Suídeos asselvajados - javalis e javaporcos, somando até o momento 84 amostras negativas. Daqui em diante nosso objetivo passa a ser trabalhar para manter essa importante conquista para o setor produtivo, dando continuidade na execução das atividades para assegurar as portas abertas para os produtos da suinocultura paulista. Dados obtidos no período de 1/1 a 30/11/20. Fiscalização dos Produtos e Insumos Veterinários de Peculiar Interesse do Estado: A Coordenadoria de Defesa Agropecuária atua para garantir ao usuário acesso a produtos e insumos veterinários e produtos destinados à alimentação animal em condições adequadas de validade, acondicionamento e armazenagem. A fiscalização da distribuição dos produtos e insumos veterinários e de alimentação animal é o sustentáculo do sucesso dos programas de sanidade animal executados pela CDA. Atualmente estão cadastrados junto ao Sistema GEDAVE da CDA,3.407 estabelecimentos revendedores de produtos e insumos veterinários, cujo certificado possui validade de dois anos. Além do registro, a CDA realiza constantes fiscalizações a fim de assegurar o correto armazenamento e conservação destes insumos. Entre janeiro e novembro, foram realizadas 2.142 fiscalizações por funcionários da CDA, nestes estabelecimentos. Fiscalizações em Defesa Sanitária Vegetal: Fiscalizações realizadas em propriedade: a Defesa Agropecuária fiscaliza propriedades rurais e estabelecimentos comerciais a fim de garantir o cumprimento das legislações vigentes e possibilitar o comércio de produtos vegetais de qualidade, isentos de pragas e doenças. Dentre as atividades essenciais mantidas durante a quarentena, está a fiscalização de estabelecimentos que industrializam, beneficiam, processam e embalam frutos in natura de citros, para fins de emissão de Certificado de Sanidade Vegetal, documento que habilita o funcionamento do estabelecimento. Outro ponto a ser destacado é a auditoria em informações prestadas nos relatórios entregues semestralmente pelos produtores rurais de citros, realizada pelos funcionários da Defesa Agropecuária. A legislação referente ao cancro cítrico foi atualizada em 2018 com o objetivo de viabilizar o trânsito de material de propagação vegetativa e de frutos cítricos de UF com ocorrência da doença para outras UF e, nessa atualização, o produtor passou a ter papel preponderante, uma vez que são obrigatórias inspeções trimestrais nos pomares com entregas de relatórios semestrais e, quando da comercialização de frutos para outras UF, também aplicar medidas de manejo para reduzir o potencial de inóculo da doença e, consequentemente, o número de frutos contaminados na área. Os levantamentos amostrais, que garantem o status de sem ocorrência para pragas ainda ausentes no estado de São Paulo, também está sendo realizado pelos técnicos da CDA. O status de sem ocorrência garante uma série de facilidades no momento da comercialização dos produtos vegetais, e por isso é de suma importância que o levantamento seja feito anualmente e submetido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. No total, a Defesa Agropecuária realizou 2.390 fiscalizações em propriedades e estabelecimentos - Tabela 6. Fiscalização em viveiros de produção de mudas: de acordo com a legislação vigente**,** a coleta de materiais vegetais para fins de certificação fitossanitária de borbulheiras, plantas básicas e plantas fornecedoras de sementes de citros deve ser acompanhada por um técnico da CDA. Por isso, para garantir o abastecimento de material de propagação no estado de São Paulo, a fiscalização em viveiros foi considerada como essencial e, ao todo, 326 fiscalizações foram realizadas - Tabela 6, garantindo a certificação de 21 milhões de mudas de citros, assim como a certificação de 24 milhões de mudas de café. Fiscalização em revendas de agrotóxicos: De acordo com a Lei Federal 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal 4074/02, compete aos Estados a fiscalização da comercialização de agrotóxicos. Essa atividade é realizada em caráter permanente, porém no período de março a outubro foi restrita ao atendimento de denúncias, vistoria em novos comércios para a conclusão do processo de registro, liberação de produtos apreendidos para destinação correta pela indústria e verificação de estoques de herbicidas a base de paraquate em atendimento as RDC's - ANVISA - 177/2017, 428/2020 e INC - MAPA/ANVISA 3/2020, a fim de mitigar os riscos de transmissão da COVID-19. A fiscalização nas revendas tem como objetivos assegurar a saúde, tanto do trabalhador como do consumidor do produto final em que foi utilizado este insumo, a proteção do meio ambiente e a qualidade e autenticidade do produto agrotóxico, garantindo assim sua eficácia. Para tanto, no momento da fiscalização são verificados os produtos, se o armazenamento atende a norma ABNT NBR 9843-2, o controle de estoque, as notas fiscais e as receitas agronômicas. No período de janeiro a novembro, foram realizadas 437 fiscalizações em revendas de agrotóxicos - Tabela 6. Fiscalização de trânsito de vegetais: estas ações têm por finalidade salvaguardar o cumprimento da legislação sanitária com o objetivo de preservar as culturas de peculiar interesse econômico e estratégico para o estado, de promover a melhoria da qualidade dos produtos, serviços e insumos, e ainda, do alcance e manutenção de áreas livres de doenças dos animais e pragas dos vegetais. Todavia, em consonância com o Decreto nº 64.881, de 22/3/2020, que institui quarentena no estado de São Paulo, a Portaria nº 04, de 19/3/2020, que suspende atividades externas não essenciais e a Instrução de Serviço Conjunta GDSA/GDSV nº 01/2020, que determina os procedimentos para deslocamento e o rol de atividades essenciais, esta atividade foi reduzida a apenas casos de denúncia ou operações em conjunto com a Polícia Rodoviária. Por isso, até 30/11, foram realizadas 29 fiscalizações de trânsito vegetal - Tabela 6.

Tabela 6 - Atividades executadas em 2020 pela Defesa Agropecuária Vegetal

Produto/Indicador	2020
Fiscalizações realizadas em propriedade	2.390
Fiscalizações em viveiros de produção de mudas	326
Fiscalizações em revendas de agrotóxico	437
Fiscalizações de trânsito de vegetais	29

* Dados de 01/01/2020 a 30/11/20.

Permissões de Trânsito Vegetal - PTV: Em 2015 as PTVs passaram a ser emitidas eletronicamente via sistema GEDAVE, onde o procedimento era o cadastro da PTV pelo responsável técnico e emissão pelo funcionário da Defesa Agropecuária. Todavia, graças a uma mudança na legislação e aos avanços e melhorias do sistema GEDAVE, em julho foi feita uma modificação que permite que o produtor rural faça a emissão da PTV, e o processo de certificação é homologado pelo funcionário da CDA, possibilitando a emissão de PTV 24 horas por dia, todos os dias da semana. Até 30/11 foram emitidas 96.819 PTVs, enquanto no mesmo período de 2019 foram emitidas 94.584. Desta forma, observa-se que o volume de emissões de PTV aumentou - Tabela 7, evidenciando a necessidade de fiscalização para garantir o cumprimento das legislações que garantem a comercialização entre estados e para outros países.

Tabela 7 – Número de PTVs emitidas mensalmente em 2020*.

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov
2020	9.848	8.149	10.155	9.037	7.264	7.757	8.547	8.671	9.541	9.428	8.422

*Dados de 01/01/2020 a 30/11/20.

A Ação Retirada da Vacinação Contra Febre Aftosa – SP Livre Sem Vacinação de Febre Aftosa consiste em uma série de ações, com destaque para a vigilância ativa em animais susceptíveis à febre aftosa, realizada em propriedades rurais, eventos de concentração e no trânsito rodoviário, conforme Plano Estratégico 2017 - 2026 do Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa. A ação será implementada de maneira direta, pela participação dos médicos veterinários e técnicos de apoio agropecuários da CDA, realizando a inspeção e a observação de animais susceptíveis à febre aftosa - bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos, com apoio dos servidores da CDRS nas propriedades rurais avaliadas no Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias – PBPA. Porém, não houve dotação orçamentária para esta ação e, com a pandemia causada pelo COVID-19, houve um atraso no cronograma previsto para a execução da ação conjunta - CDRS e CDA, em virtude da quarentena oficial, que ainda não permitiu o retorno dos extensionistas da CDRS ao trabalho presencial. Cabe ressaltar que, apesar de não ter havido dotação orçamentária na LOA 2020 para esta ação de retirada da vacinação contra febre aftosa, a CDA aproveitou a ocasião, em que foram realizadas outras atividades, e inspecionou e vistoriou 78.718 animais susceptíveis à Febre Aftosa, de um total de 10.672.000 de cabeças, que correspondem a 0,74% de animais susceptíveis à Febre Aftosa. Outra ação de importância refere-se à realização de fiscalizações volantes e em postos fixos, em especial os de fronteira interestadual para o trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal. Entretanto, o estado precisa implantar estes postos e regulamentar o horário de serviço durante a noite, aos finais de semana e feriados. Programa Estadual para Erradicação da Febre Aftosa: Este programa visa manter o estado como área livre de febre aftosa, por meio de atividades como vacinação obrigatória de bovinos e bubalinos, vigilância e geoposicionamento em propriedades rurais, realização de inquéritos soroepidemiológicos, controle do trânsito, manutenção de sistema eficaz de vigilância epidemiológica, treinamento e capacitação do corpo técnico para atuação em emergências sanitárias e estímulo à participação comunitária na defesa sanitária animal. Além disso, o programa busca garantir condições ideais para que haja a retirada da vacinação no estado, visando uma evolução do status sanitário em relação à doença, através do fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal, bem como ampliação da capacidade dos serviços veterinários, além da interação com as partes interessadas na prevenção. O último foco de febre aftosa no Estado São Paulo foi registrado em março de 1996, e o estado é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, como livre de febre aftosa com vacinação. A vacinação é obrigatória em bovinos e bubalinos e ocorre em duas etapas, sendo que em maio são vacinados bovídeos de todas as idades e em novembro os bovídeos compreendidos na faixa etária de até 24 meses. Para verificar as condições de vacinação, especialmente em propriedades consideradas de maior risco, são realizadas vacinações assistidas. A Tabela 8 apresenta os dados referentes às etapas de vacinação realizadas. Na etapa realizada em maio, foram vacinados 10.413.600 animais, 99,03% dos 10.515.430 bovídeos envolvidos. Os dados referentes à etapa de vacinação novembro, deverão ser totalizados no dia 31/12. Até 30/11, foi declarada a vacinação de 3.783.038 bovídeos, que corresponde a 80,61% dos 4.692.844 animais envolvidos. O criador faz a declaração de vacinação e também gerencia o seu rebanho com os relatórios disponíveis, acessando o sistema GEDAVE de sua própria casa, em escritórios, sindicatos, nas unidades do Acessa São Paulo e no Canal Direto – SP + Perto.

Tabela 8 - Vacinação contra a febre aftosa, executada em 2020.

Produto/indicador	Maio 2020	Novembro 2020*
Bovídeos vacinados	99,03%	80,61%
Propriedades vacinadas	96,48%	72,42%
Vacinações assistidas	64	104

*A tabela mostra os dados inseridos no Sistema GEDAVE até 30/11/2020.
** Em 2019 o percentual de bovídeos vacinados na etapa de maio foi de 99,59% e em novembro/2019 foi de 99,58%
*** A etapa de maio de 2020 ocorreu nos meses de maio e junho por conta da pandemia do COVID-19.

A Ação de Fiscalização da Inocuidade das Cadeias Produtivas contribui para oferta de produtos de origem animal e vegetal, saudáveis e seguros à população, consistindo em fiscalizações de caráter sanitário realizadas em propriedades rurais, quanto ao uso de agrotóxicos, em estabelecimentos e entrepostos que produzem e manipulam produtos de origem animal e vegetal. A CDA realiza fiscalização dos atores envolvidos no processo de produção e processamento de alimentos de acordo com o preconizado no Programa Estadual de Inocuidade de Alimentos e do Programa Estadual de Vigilância dos Agrotóxicos e Afins. São executadas também, ações de defesa com o emprego de autocontroles e boas práticas de fabricação e coleta de amostras fiscais que serão processadas em laboratórios credenciados. No período de janeiro a novembro,

foram realizadas 610 fiscalizações em estabelecimentos de produção e processamento de alimentos e 302 fiscalizações de estabelecimentos rurais para uso de agrotóxicos. Inocuidade dos Alimentos: O Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – CIPOA, responsável pelo gerenciamento das atividades e registros de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção de São Paulo - SISP, durante o ano analisou um total de 2.558 processos, de empresas registradas e solicitantes de novos registros, remodelações e novos produtos. Foi concedido um total de 25 novos registros para novos estabelecimentos e 404 registros de novos produtos. Cancelou-se 14 registros e concedidas 4 suspensões temporárias de atividades, tanto a pedido do interessado quanto por não conformidades das empresas. Foram realizadas 610 fiscalizações nos 561 estabelecimentos registrados, atendidas 38 denúncias realizadas através da Ouvidoria da CDA e da Secretaria da Agricultura ou em conjunto com outros órgãos sanitários; emitido 39 autos de infração; elaborada pelo CIPOA, uma proposta para modernização da Lei 10.507/2000 – Lei do SISP Artesanal, onde submetemos à consulta pública e após considerações de interessados estamos finalizando a proposta do texto para submeter à consultoria jurídica. Encaminhou-se à ALESP proposta de modernização da Lei 8.208/1992. Demos início a informatização do sistema de registro do SISP, onde foram concedidas 683 migrações de produtos e 44 migrações de estabelecimentos registrados. O objetivo da informatização é modernizar e melhorar o serviço prestado a população, ganhando agilidade nas aprovações e desburocratizando o sistema de registro de estabelecimentos. Por fim, foram produzidos mais de 160 mil toneladas de produtos em estabelecimentos registrados junto ao SISP, resultado do abate e do processamento de, aproximadamente, 180 milhões de aves; 830 mil bovinos; 570 mil suínos; 13 mil ovinos; e produzidos 180 milhões de litros de leite e 900 milhões de ovos. Fiscalização de estabelecimentos rurais para uso de agrotóxicos: De acordo com a Lei Federal 7.802/89, regulamentada pelo Decreto Federal 4074/02, compete aos Estados a fiscalização do uso de agrotóxicos. Essa atividade é realizada em caráter permanente, porém no período de março a outubro foi restrita ao atendimento de denúncias e em áreas vulneráveis a fim de mitigar os riscos de transmissão da COVID-19. A fiscalização do uso tem como objetivos garantir o correto uso deste insumo agrícola, promovendo assim a entrega de alimentos saudáveis e seguros para a população paulista, assim como coibir o uso indevido e indiscriminado desta importante ferramenta de controle de pragas e doenças, assegurando ainda a saúde do trabalhador rural. Para tanto, são verificados no momento da fiscalização os produtos, se o armazenamento atende a norma ABNT NBR 9843-3, as receitas agronômicas, informações relativas às aplicações, a devolução das embalagens vazias, entre outras informações que o agente fiscalizador julgar necessária. A Ação Ações Integradas de Educação Alimentar se caracteriza por promover boas práticas de consumo e alimentação segura e saudável em todas as cadeias produtivas. Devido à pandemia da COVID-19, foram realizadas várias ações de educação alimentar alinhada à prevenção ao novo Coronavírus, dentre elas: a disponibilização de manuais de cuidados; postagens diárias em redes sociais com orientações de prevenção, com dicas para fortalecimento do sistema imunológico; elaboração de artigos e peças sobre Alimentação Saudável; incentivo ao consumo de produtos das principais cadeias produtivas, bem como atendimento à imprensa - rádio, jornal, televisão, veiculando materiais técnicos com foco em alimentação e nutrição saudável e higiene na manipulação de alimentos. Entre janeiro e novembro, os cursos presenciais não puderam ocorrer por causa das medidas de distanciamento social adotadas pela quarentena estabelecida no Estado de São Paulo. Dessa forma, a estimativa do número de pessoas- beneficiários, que participaram de cursos não foi contemplada. Por outro lado, o número de acessos às publicações digitais atingiu 590.390 mil exemplares disponibilizados - Tabela 9

Tabela 9 - Número de acessos às publicações digitais em 2020*.

Livrarias Digitais	Total
Amazon	550.239
Google Books	6.056
ISSUU	3.675
Itunes	11.221
Postagens	12.305
Site	6.894

*Dados de 01/01/2020 a 30/11/20.

A Ação de Certificação de Produtos de Origem Paulista tem como finalidade o selo de certificação de produtos oriundos das culturas agrícolas do Estado de São Paulo que ofereçam diferenciais de competitividade, tais como: possibilidade de identificação do produtor/origem e safra; condições de rastreabilidade do produto; normas de qualidade existentes. Tal ação viabiliza o trabalho do Estado em conjunto com o setor produtivo agropecuário e agroindustrial paulista, resultando na certificação de produtos e de sistemas de produção que atendam normas técnicas. Entre janeiro e novembro, a CODEAGRO concedeu 6 certificações, que correspondem a 2 de produtos certificados: Café e Suíno - Tabela 10

Tabela 10 - Número de certificações em 2020*.

Certificadoras	Total
WQS do Brasil Ltda.	2
SGS do Brasil Ltda.	1
TUV Nord Brasil	1
Fundação Vanzolini	2

*Dados de 01/01/2020 a 30/11/20.

A Ação Consolidação dos Sistemas Agroalimentares, faz intervenções nos canais de abastecimento e comercialização de produtos agropecuários do Estado de São Paulo. Fórum elaborados estudos de aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimentos, visando adequações dos atuais modelos, bem como desenvolvimento de uma proposta de inovação da ideia de operacionalização dos entrepostos. Iniciaram-se dois projetos de comercialização alternativa aos modelos atuais, a saber: Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor, que cria canais fixos e móveis para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais. Plataforma AgroSP - www.agrosp.sp.gov.br, que tem por objetivo aproximar e facilitar negócios entre produtores e compradores, permitindo que tais atores otimizem suas operações de compra e venda por meio de cotações on-line. O volume de produtos comercializados nos canais implementados - Bom Preço do Agricultor, foi de 2.505 mil toneladas.

Programa: 1317 - Agro-SP Sustentável - Parceria Estado – Município para O Desenvolvimento Rural, Local E Regional - A CDRS é a gestora do "Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cidadania no Campo" em 2020, cujo Decreto 64,467, de 12/9/2019, reformulou o Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento, instituído pelo Decreto nº 40.103, de 25/5/1995, por meio do qual são formalizados convênios entre o Estado e os municípios visando integrar os esforços dos órgãos públicos para promover maior eficiência dos serviços de ATER voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental, à melhoria do abastecimento alimentar e à execução da Política Agrícola do Estado. Foram conveniadas Prefeituras Municipais, com prazo de vigência de 5 anos, com o objetivo de se compartilhar bens móveis e imóveis - sem repasse de recursos. Contudo, após a publicação da Resolução SAA 71, de 08/12/2020, foram conveniadas mais 264 Prefeituras, que possibilitará o repasse financeiro de R$ 11.550,00.

Tipo De Convênio	Quantidade	Valor de Repasse
Compartilhamento de Bens	248	R$ 0,00
Repasse de Recursos	264	R$ 11.550,00
TOTAL	512	R$ 11.550,00

O "Melhor Caminho" - como era assim chamado, ora instituído pelo Decreto nº 41.721/97, e que tinha por objetivo aprimorar os sistemas de transportes e de logística do agronegócio, elevando a trafegabilidade das estradas rurais, visando reduzir perdas de produção e maior acesso da população rural a serviços urbanos, e implantar medidas que levem à estruturação da logística setorial, em ações convergentes para melhoria da qualidade de vida no campo e geração de emprego e renda pela agregação de valor, diante das situações adversas e excepcionais deste ano, foi finalizada somente as obras iniciadas em 2019, não sendo possível a execução da a meta prevista para 2020. Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 41.721/97, o programa era coordenado e executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento mediante celebração de convênios com os entes municipais, onde caberia à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP, mediante contratos para a prestação de serviços firmados pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento - decorrente de dispensa de licitação, instrumentalizar a execução do programa. Contudo, considerando o que foi disposto no Artigo 7º do Decreto nº 64.059, de 1/1/2019, que transferiu a vinculação da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP para a Secretaria de Governo, bem como a Lei 17.056, de 5/6/2019, que autorizou o Poder Executivo a adotar providências quanto à extinção da referida Companhia. Tal medida fez com que fosse publicado o Decreto nº 64.354, de 307/2019, que serviu para alterar o Decreto estadual nº 41.721/97, possibilitando a esta Pasta buscar no mercado, por intermédio de procedimento licitatório, empresas capacitadas a prosseguir com as Obras de que trata o referido Programa. No entanto, esse formato também não deu certo, fazendo com que esta Pasta reformulasse o Programa como um todo, sendo assim, a execução ficou prejudicada até a publicação do Decreto nº 65.183, de 17/9/2020, que serviu para reformular os programas Melhor Caminho e Rotas Rurais, instituídos, respectivamente, pelo Decreto nº 41.721, de 17/4/1997, e pelo Decreto nº 63.764, de 22/10/2018. Neste sentido, considerando que a publicação do Decreto acima informado ocorreu tardiamente, no meio do estado de calamidade e quarentena ao combate do COVID-19, em meio ao período de vedação por conta da Lei Eleitoral e que o Decreto de encerramento do período Orçamentário se avizinhou, em meados do mês de novembro foi determinado o remanejamento dos valores integrais alocados no Programa Melhor Caminho para o Programa "Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cidadania no Campo", instituído pelo Decreto nº 64.467, de 12/9/2019, já que o referido Programa estava em melhores condições para execução, no qual permitiu a celebração de 264 convênios, visando as pequenas obras de adequação de estradas rurais, atingindo, portanto, objetivos similares ao que se pretendia com o antigo Melhor Caminho, que é a recuperação das estradas para proporcionar melhor trafegabilidade e escoamento da produção. Abastecimento Estratégico De Sementes, Mudas E Matrizes - Produção e distribuição de insumos estratégicos - Neste ano atípico, onde a quarentena modificou todo o sistema de trabalho do Departamento com a grande maioria de funcionário em trabalho remoto e o isolamento dos funcionários do grupo de risco, alterando de forma significativa o volume de produção de sementes e mudas. O departamento realizou tratos culturais de manutenção de 5 matrizeiros dos Núcleos de Produção de Mudas de Marília, São Bento do Sapucaí, Tietê, Pederneiras e Itaberá. Produziu 265.000 materiais de propagação- - borbulhas, estacas e sementes, para a propagação por enxertia das mudas frutíferas e produção de mudas de árvores nativas. Segue abaixo tabela contendo o resumo dos produtos/serviços produzidos pelo DSMM no ano.

Tabela 11. Insumos e/ou atividades referentes a produção e distribuição

Produtos / Serviço	Quantidade
Sementes (kg)	990.000
Análises de Sementes (unidade)	2.446
Estoque de passagem de mudas 2019/20 (unidade)	115.500
Mudas produzidas	164.961
* Matrizes de morango em unidades (2.550 de Camino Real, 11.350 de Caramosa e 16.100 de Oso Grande)	30.000

FONTE: DSMM/CDRS (posição nov./2020)

ATER e Apoio a Organizações para uma Agricultura Sustentável. O relatório tem como objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas pela CDRS, no período de 1/1 a 30/11, e a implantação dos novos processos de trabalho em decorrência da pandemia e, em contrapartida, mostrar os avanços das ações já executadas anteriormente. Atividades de ATER.- Atendimento de demanda ao público - Número de atendimentos realizados pela CDRS conforme o público. Dados obtidos no Relatório Diário de Atividade – RDA, preenchido pelos funcionários da CDRS - Tabela 12

Tabela 12. Público atendido pela CDRS em 2020.

Público	Atendimentos
CDRS	121.922
Ent. Não Governamental	6.345
Iniciativa Privada	12.442
Poder Público	39.731
Produtor Rural	153.938
Produtor Urbano	3.905
Total	338.303

Fonte: Relatório de Atividades Diárias (RDA).

Acompanhamento das atividades desenvolvidas - Considerando o total de atendimentos realizados pela CDRS - 338.303, com o público interno e externo, estes foram distribuídos em várias atividades, que foram agrupadas para facilitar a apresentação dos resultados - Tabela 13

Tabela 13. Atividades desenvolvidas pela CDRS em 2020.

Atividades	Quantidade
Cadeias produtivas	61.221
Capacitação	15
Conservação água e solo, FEHIDRO	10.765
Crédito (ABC, FEAP, PRONAF, PRONAMP)	9.624
Demanda	64.191
Emissão de documentos (GEDAVE, GTA)	4.413
Levantamentos (CONAB, IEA, LUPA)	29.277
Meio ambiente, CAR, PRA, PRADA	41.695
Municípios (conselho, convênios, outros conselhos, ...)	13.827
Organizações Rurais	4.526
Orientação técnica (análise de solo, controle de carrapato, controle formigas, sementes, irrigação, ...)	14.476
Outros (arborização urbana, produção não comercial, turismo rural)	16.508
Políticas públicas (PNAE, PPA, PPAIS, DAP, DCAA, DCONP, ...)	65.370
Prestação de serviço (apoio às prefeituras, avaliação de sementes, consulta de documentações diversas)	254
Protocolos (Boas Prática, Transição, Etanol)	2.141
Total	338.303

Gestão territorial - Os seguintes levantamentos, realizados pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, são utilizados pela APTA/IEA para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas. Abaixo os levantamentos realizados até 04/12 - Levantamento Subjetivo para previsão de Safra - cuja finalidade é levantar dados de produção nos municípios, os quais servirão, principalmente, para checar os dados dos levantamentos Objetivos e para elaborar previsões e estimativas de safras de produtos que não constam no Levantamento Objetivo. Foram preenchidos 3.084 questionários no ano; Levantamento Subjetivo de Preço Corrente - tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumos e produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado de São Paulo. Foram preenchidos 1.859 questionários para o levantamento de dados subjetivos de preços correntes no ano de 2020; - Atualização do Banco de Dados do LUPA - o LUPA é o Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo. Atualmente a CDRS faz a atualização do LUPA durante atendimentos realizados aos produtores rurais. Foram atualizadas informações de 5.026 unidades de produção do Estado; Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores – Informação dos preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores rurais. Foram levantados 3.960 questionários. Valor de Terra Nua – São levantados os valores da terra nua dos municípios do Estado de São Paulo, os quais são referências para o cálculo de alguns impostos como o ITR - Imposto Territorial Rural. Serão levantados os valores de terra nua de 645 municípios.- Agente técnico do FEHIDRO - A CDRS atua como Agente Técnico no acompanhamento de empreendimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, desde 2004. Essa atuação faz parte do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo – SIGRH. Os Analistas da CDRS no FEHIDRO, foram responsáveis pelo acompanhamento efetivo de 52 empreendimentos, que terão o potencial de movimentar R$15.231.111,50, tendo havido um esforço coletivo dos 22 analistas para que o período de isolamento social não trouxesse impactos negativos no planejamento destes. - Convênios e Parcerias - A Assessoria Técnica de Convênios faz o gerenciamento dos convênios e parcerias da Secretaria com municípios e entidades. - Convênios e parcerias em gestão: Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável Cidadania no Campo – SEDRUS; Frota Agro; Patrulha Agrícola; SAA *X* MAPA - plataforma Siconv; Instituições de Ensino; Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - em elaboração.

Tabela 14. Atividades da CDRS relacionadas a convênios e parcerias.

Atividades	Quantidade
Convênios com municípios /Prefeituras	402
SEDRUS (Municípios Agro) – compartilhamento de bens móveis e imóveis	51
Frota Agro – Encaminhamento ao GTAC/SAA	167
Total	620

Centro de Informações Agropecuárias – CIAGRO - O Centro de Informações Agropecuárias - CIAGRO fornece suporte técnico e manutenção aos sistemas informatizados utilizados pela CDRS: atendimentos registrados de suporte ao usuário: 3.425; atendimentos de suporte aos sistemas próprios, bancos de dados, site e intranet: 503; atendimentos da área de geoprocessamento - elaboração de mapas e suporte ao uso de SIG: 328. CETATE - o Centro de Treinamento certificou 55 atividades, visando atender ao processo de capacitação de técnicos e produtores, distribuídos conforme tabelas abaixo.

Tabela 15. Atividades certificadas de capacitação do público externo e interno, em 2020

Atividades	Quantidade
Adequação Ambiental - CAR e PRA	2
Administração Rural	2
Agricultura Orgânica e Agricultura Sustentável	4
Agroindústria	4
Apicultura e Meliponicultura	5
Aquicultura e Piscicultura	2
Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER	2
Bovino de Corte e Leite, Ovinocultura e Suinocultura	6
Cidadania no Campo	1
Enfoque nas Atividades da CDRS – Demanda	4
Exploração das Espécies Nativas	1
Fruticultura, Olericultura e Plantas Medicinais	9
Risco Sanitário Zero e Sanidade Animal	9
Sementes	1
Transição Agroecológica	1
Uso Correto de Agrotóxicos	2
Total de Atividades Realizadas	55

Fonte: CETATE/CDRS

CECOR – Centro de Comunicação. Durante a pandemia, a demanda por reportagens cresceu consideravelmente assim como a exposição na imprensa, publicação de reportagens no site SAA e CDRS. A solicitação por publicações não-seriadas também cresceu. Foram lançados novos produtos - Áudio Boletins seriados e notícias sob demanda; Boletim SAA quinzenal com principais notícias veiculadas - enviado via *e.mail* pelo RH; demanda por convites para lives, videoconferências, debates *on line*, com utilização do canal do YouTube da CDRS. Atividades decorrentes da pandemia - Adaptação dos trabalhos - Definição de novas rotinas de trabalho - Definição das atividades consideradas essenciais - Adaptação de atividades para execução em teletrabalho - Ações técnicas, administrativas e operacionais iniciadas ou efetivadas durante a pandemia - Acompanhamento da situação dos produtores. Com o advento da pandemia da COVID-19, uma série de ações e levantamentos, que tiveram como atores fundamentais os técnicos dos EDR's da CDRS, foi possível obter informações atualizadas sobre a situação dos municípios, cadeias produtivas e dos produtores, com os quais foi reforçada a relação de confiança construída ao longo de anos de trabalho de extensão rural: - Monitoramento dos impactos da Covid-19: Foram realizadas 3 sondagens, nos meses de abril, maio e junho, sobre os impactos da covid-19 na agricultura familiar. O trabalho gerou publicações - jornal, websites, Valor Econômico; Levantamento da produção, comercialização e logística; Levantamentos semanais cujas informações obtidas foram transformadas em um Boletim diário que foram disponibilizados ao Comitê Gestor da SAA para as devidas providências; Percepção sobre o abastecimento nos municípios Elaboração de relatórios mensais que a partir do mês de maio que foram unificados ao boletim da situação das cadeias produtivas, resultando no Boletim Mensal; Boletins informativos sobre protocolos de biossegurança nas atividades agropecuárias e agroindustriais na pandemia e pós pandemia: Boletins Informativos curtos, de menos de 2 minutos, para a prevenção da COVID-19 na forma de áudio podcasts para a divulgação de informações adequadas de prevenção à doença no meio rural; Plano Mais Gestão, Mais Renda – PMGMR: Tem como finalidade nortear os programas, projetos e ações desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; - Compre do produtor local – SAA / APAS: É uma parceria entre a CDRS e a Associação Paulista de Supermercados – APAS. Trata-se de contribuir para um novo canal de abastecimento de produtos agropecuários e seus derivados, facilitando o escoamento da produção dos pequenos e médios produtores rurais; Aproximação das organizações de produtores rurais ao mercado externo - SAA/CDRS/OCESP/CNA/AGRO.BR: É o estabelecimento de um processo de aproximação entre produtores e suas organizações com opções para que seus produtos sejam destinados à exportação; Projeto Cesta Verde: O projeto tem seu escopo na aquisição de alimentos da agricultura familiar e doação a famílias vulneráveis, bem como para os escolares matriculados nas escolas da rede da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. - Orientação e acompanhamento dos pedidos de prorrogação dos financiamentos - FEAP - A presente ação visa apoiar os produtores rurais e as organizações rurais na regularização de suas dívidas com o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO.

Tabela 16. Situação dos pedidos de prorrogação dos Produtores Rurais, Associações e Cooperativas junto ao FEAP.

Situação	Total de propostas	Saldo devedor	total a prorrogar
Situação A: Pedidos de Prorrogação efetuados antes do vencimento das parcelas (Operações Não Vencidas)	36	7.389.782,82	1.928.520,11
Situação B: Pedidos de Prorrogação efetuados após o vencimento das parcelas (Operações Vencidas até 59 dias)	14	3.694.800,40	1.053.230,96
Total	50	11.084.583,22	2.981.751,07

Acompanhamento de Propriedades Rurais Via Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias- PBPA - O Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias – PBPA- é uma ferramenta desenvolvida para facilitar o diálogo entre técnicos e produtores no diagnóstico, planejamento e execução de planos de ação visando promover o desenvolvimento racional da atividade agrícola e dos produtores rurais. O protocolo abrange as dimensões ambiental, administrativa, social e produtiva da propriedade. A pandemia provocada pela COVID-19 - Novo Coronavirus, trouxe sérias consequências para a agropecuária do Estado de São Paulo, sobretudo por limitar a visitas dos técnicos às propriedades rurais, fator essencial para a aplicação dos Protocolos de Boas Práticas Agropecuárias como consequência foram aplicados somente 40 PBPA. Conservação do Solo, Água e Biodiversidade - Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono. As práticas de conservação do solo e mitigação de carbono foram muito prejudicadas devido a Covid-19, uma vez que os trabalhos de campo junto aos produtores rurais não puderam ser executados. Porém as ações rotineiras realizadas pela CDRS, relativas às questões da regularidade das atividades rurais perante os órgãos ambientais, como a emissão das Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária – DCAA, para empreendimentos agropecuários no Estado de São Paulo. A DCAA é um documento que dispensa o licenciamento ambiental de algumas atividades agropecuárias em função de seu reduzido potencial poluidor, conforme disposto em Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC**.**

Tabela 17 - Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária válidas em 2020

Atividade	Qtde
Cultivo de espécies de interesse agrícola temporárias, semi-perenes e perenes;	13.590
Criação de animais domésticos de interesse econômico, exceto as atividades de avicultura, suinocultura, desde que estas não sejam de subsistência;	6.283
Apicultura em geral;	35
Reforma e limpeza de pastagens quando a vegetação a ser removida seja constituída apenas por estágio pioneiro de regeneração de acordo com a legislação vigente;	231
Projetos de irrigação;	216
Implantação ou regularização de poços rasos ou profundos e de estruturas para permitir a	1.358

captação ou lançamento superficial em corpos d'água, bem como a regularização de barragens e travessias existentes destinadas a atividades agropecuárias, quando não implicarem supressão de vegetação nativa;	
Atividade aquícola nos termos do Decreto nº 62.243, de 1/11/2016, que dispõe sobre as regras e procedimentos para o licenciamento ambiental da aquicultura, no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.	184
Bovinocultura de corte em confinamento com capacidade de criação menor ou igual a 5.000 indivíduos, nos termos do Decreto Estadual 63.296, de 21/3/2018;	97
Avicultura com capacidade de criação menor ou igual a 200.000 indivíduos, nos termos do Decreto Estadual 63.296, de 21/3/2018;	873
Suinocultura com capacidade de criação menor ou igual a 500 matrizes, nos termos do Decreto Estadual 63.296, de 21/3/2018.	37
Total	22.904

Fonte: CIAGRO e Assessoria de Manejo Conservacionista/CDRS/SAA

Adequação Ambiental de Imóveis Rurais – *PRA* - Este relatório tem a finalidade de apresentar as atividades executadas pelo Departamento de Desenvolvimento Sustentável, da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS - Regularização Ambiental de Imóveis Rurais - PRA - Normativas em Desenvolvimento pelo Departamento - Resolução de procedimentos específicos SAA. Resoluções conjuntas SAA/SIMA: Acompanhamento da restauração; Análise de CAR, PRADA e PAA; Competências de análise; Regulamentação Artigo 68; Protocolo de monitoramento simplificado; Compensação de Reserva Legal em UC Federal; Regulamentação do CAR/PRA - gabinete SAA; Termos de Compromissos e Acordo de Cooperação Técnica com o Serviço Florestal Brasileiro – FIPCAR; Acordo de Cooperação Técnica com o Serviço Florestal Brasileiro e a SAA, com o objetivo ao controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento a partir da base de dados do Cadastro Ambiental Rural – CAR - Análise do CAR. Capacitação de técnicos da CDRS para análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR. A capacitação tem como objetivo treinar e capacitar técnicos da CDRS para efetuar análises de CAR/PRA. Foram realizadas análises de mais de 2.600 Cadastros Ambientais Rurais.

Tabela 18. Situação do Cadastro Ambiental Rural no Estado de São Paulo.

Dados Cadastro Ambiental Rural (Car)	Quantidade	Unidade
Área Menor que 4 MF 325.180 cadastros	5.958.597	ha
Área Maior que 4 MF 50.437 cadastros	15.185.502	ha
Total de inscritos	375.617	cadastros
Área cadastrada	21.144.000	ha
Cadastros em Alteração	7.256	cadastros
Cadastros Cancelados	5.540	cadastros
Cadastros Aprovados	81	cadastros
Cadastros em análise	250	cadastros
Cadastros Inscritos Aguardando nova Análise	2.818	cadastros
Adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	29.911	adesão
Cadastros Aguardando Alteração	1.317	cadastros
PRADA's: 1502 projetos	21.651	ha
PAA's: 313 projetos	2.110	ha

Desenvolvimento do Sistema DOC CAR - Desenvolvimento de Sistema Informatizado de Gestão do Cadastro Ambiental Rural - SICAR, com o objetivo de proporcionar a todos os usuários do sistema, o monitoramento de todos os processos cadastrados na SAA, relacionadas ao CAR. O sistema já foi desenvolvido e está em operação. Incentivo à Sustentabilidade de Cadeias Produtivas - As principais atividades desenvolvidas pela CDRS em relação ao fortalecimento das cadeias produtivas são apresentadas a seguir.

Tabela 19. Ações de fortalecimento das cadeias produtivas.

Atividade	Objetivo
Mais Leite, Mais Renda	Objetivo desenvolver a bovinocultura leiteira paulista, promovendo o incremento da produção e produtividade, da qualidade do leite produzido, bem como o aumento da renda, por meio da adoção de boas práticas sustentáveis de gestão e produção.
Integração Cadeia de Grão e Leite	Estabelecer um canal direto de comercialização com os produtores de grãos e de leite, que ficaram preocupados com a possível interrupção do abastecimento de grãos.
Citricultura	Objetivo é estabelecer um conjunto de princípios, normas e técnicas a serem observadas pelos citricultores para tornar os pomares mais rentáveis e competitivos. O esforço está sendo empregado na elaboração do Protocolo de Boas Práticas Agrícolas (PBPA)
Etanol Mais Verde	É uma iniciativa inédita de desenvolvimento sustentável estabelecida com o setor produtivo economicamente mais representativo do Estado de São Paulo. Conta com 133 signatárias (120 usinas e 13 associações, representando cerca de 6 mil fornecedores de cana).
Banana – Pulverização Aérea	O objetivo é executar atividades de assistência, treinamento, orientação e divulgação dos assuntos relacionados a toda cadeia produtiva da banana, em especial ao cumprimento das normas vigentes para produção e a comercialização de banana, junto aos produtores e consumidores.
Aquicultura	Levantamento censitário de dados da atividade de piscicultura em todas as unidades de produção do estado de São Paulo. A ação visa chegar a um diagnóstico da piscicultura.
Meliponicultura	A CDRS realiza de eventos educativos, capacitações e extensão rural aos produtores e a formação de 50 técnicos extensionistas, que se unirão com os mais de 70 técnicos já capacitados

Estímulo a Agroecologia e a Produção Orgânica. Levantamento da situação da Situação da Agricultura Orgânica /Ecológica nos Estado de São Paulo.

Tabela 20. Levantamento da situação da produção orgânica.

Itens levantados	Municípios São Paulo	Produtores levantados	Produtores atendidos	Produtores cadastrados no MAPA
Total	645	3.090	723	2.140

Plano de Trabalho de Produção Orgânica da SAA elaborado, indicando a coordenação e como estruturar grupos, entidades e produtores para apoiar a produção orgânica no Estado de São Paulo, indicando os apoios e organizando as ações já existentes e propondo novas ações para a coordenação, visando expansão da agricultura paulista. O Plano conta com a CDRS, CODEAGRO, CDA, APTA, DSMM, DEXTRU, CETATE, IEA, IAC, IZ, ITAL, ICA e IB. - Protocolo de Transição Agroecológica. O Protocolo é um instrumento criado para apoiar e viabilizar o processo gradual de mudanças do sistema produtivo convencional para o orgânico, reconhecendo e atestando o esforço do agricultor na mudança do padrão de produção.

Tabela 21. Principais atividades relacionadas ao Protocolo de Transição Agroecológica.

Ações	Resultados
Análises dos *Checklist* e Planos de Transição recebidos dos técnicos/equipes de ATER	a. 116 análises. b. 09 novos certificados emitidos para agricultores em transição.
Atendimentos de dúvidas e consultas diversas dos técnicos de ATER e dos parceiros do Protocolo	a. 70 atendimentos aos parceiros do protocolo e técnicos de instituições de ATER.
Ações de capacitação, sensibilização e comunicação (previstas no Protocolo)	a. 290 Inscritos pertencentes a 14 estados e 181 técnicos capacitados. b. 06 palestras/aulas online de sensibilização realizadas
Elaboração de minutas, formulários e procedimentos	a. Prorrogação do prazo de validade das declarações e certificados b. Texto para inserção do assunto no Plano de Ação da Agricultura Orgânica (GT SAA). c. Publicação da Resolução que atualiza o Grupo Executivo do Protocolo de Transição Agroecológica (Resolução SIMA/SAA 2 de 29-4-2020).

Fiscalização de Uso e Conservação de Solo Agrícola - Essa Ação promove a produtividade e a sustentabilidade da produção agropecuária, por meio da conservação e preservação do solo agrícola. A Coordenadoria de Defesa Agropecuária – CDA realiza fiscalizações sistemáticas para uso e conservação de solo agrícola, visando garantir alimentos saudáveis à população, preservar a saúde do trabalhador rural e proteger o meio ambiente. Apesar da situação atípica causada pela pandemia, a CDA fiscalizou 411 Propriedades quanto ao controle e conservação do solo agrícola. Na Ação Geração de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis, estiveram em execução na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA**,** 379 pesquisas, destacando-se as participações das Áreas Estratégicas sustentabilidade ambiental - 23% do total, tecnologia de produção - 14% do total, sanidade animal - 9% do total, defesa fitossanitária - 8% do total, produtos e processos inovadores - 8% do total, segurança alimentar e nutricional - 7% do total e biotecnologia e biologia molecular - 7% do total, Tabela 22.

Tabela 22 – Geração do conhecimento, número de pesquisas em andamento no ano de 2020

Área estratégica	Quantidade	%
Agricultura familiar	12	3,2
Agroenergia/ Manejo e tratos culturais	9	2,4
Bioenergia	6	1,6
Biotecnologia e biologia molecular	25	6,6
Defesa fitossanitária	29	7,7
Desenvolvimento Regional	13	3,4
Entomologia	5	1,3
Formação e Manejo de Pastagens	5	1,3
Manejo e conservação do solo e água	4	1,1
Mudanças climáticas	4	1,1
Planejamento Agroambiental	1	0,3
Políticas e estudos socioeconômicos	14	3,7
Políticas Públicas	6	1,6
Produção orgânica	2	0,5
Produtos e processo inovadores	29	7,7
Reprodução animal	11	2,9
Sanidade animal	35	9,2
Segurança alimentar e nutricional	28	7,4
Sustentabilidade Ambiental	87	23,0
Tecnologia de Produção	54	14,2
Total	379	100,0

A transferência de tecnologia é preocupação permanente da Secretaria. Na Ação Transferência de Conhecimento para Inovação no Agronegócio, o número de capacitações realizadas pelas unidades da APTA e da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS atingiu, até outubro, 393, estimando-se que chegue a 413 - Tabela 23.k As capacitações foram realizadas através de eventos de capacitação internos e externos realizados por meio de cursos, palestras, treinamentos, dias de campo e eventos diversos. Até outubro, mais de 96.000 pessoas foram beneficiadas, incluindo visitantes a museus, pessoas atendidas por consultas técnicas presenciais ou visitas técnicas e pessoas que consultam bibliotecas. Destas, cerca de 7.000 eram produtores rurais. O total previsto para o ano deve superar 107 mil pessoas.

Tabela 23 – Transferência do conhecimento, APTA e CDRS, metas executadas em 2020

Item	2020
Número de capacitações	393
Número de beneficiados	96.175

Fonte: APTA e CDRS

Na Ação Análises Laboratoriais para o Desenvolvimento Sustentável foram realizadas mais de 297 mil análises laboratoriais até outubro, tanto pelas unidades da APTA como da CDRS. Até o final do ano, estima-se que serão realizadas mais de 342 mil análises laboratoriais. Essas análises são essenciais para aumentar o padrão de qualidade tanto dos processos produtivos

quanto dos produtos obtidos. Esses serviços especializados prestados abrangem uma ampla gama de diagnoses, cobrindo desde insumos da produção rural até análises de alimentos prontos para o consumo final. O atendimento das demandas das análises laboratoriais foi de cerca de 98%, segundo dados preliminares levantados no primeiro semestre.

Tabela 24 – Análises laboratoriais, APTA e CDRS, metas executadas em 2020

Item	2020
Número de análises laboratoriais	297.303

Fonte: APTA e CDRS

No âmbito da Ação Insumos Tecnológicos Estratégicos, a receita da comercialização de insumos estratégicos pela APTA e pela CDRS superou R$ 13 milhões até outubro, sendo R$ 5,4 milhões da comercialização de imunobiológicos, R$ 1 milhão da comercialização de mudas e matrizes, R$ 1,4 milhão da comercialização de sementes e R$ 5,2 milhões da comercialização de outros insumos estratégicos - Tabela 25. Estima-se que essa receita poderá atingir cerca de R$ 15 milhões. O percentual de insumos comercializados em comparação aos insumos produzidos foi de 67% no primeiro semestre.

Tabela 25 – Receita da Comercialização de Insumos Tecnológicos Estratégicos, APTA e CDRS, metas executadas em 2020

Item	2020
Imunobiológicos comercializados (R$)	5.438.860,00
Mudas e matrizes comercializadas (R$)	1.072.611,20
Outros insumos estratégicos comercializados (R$)	5.192.458,86
Sementes comercializadas (R$)	1.431.136,62

Fonte: APTA e CDRS

Os recursos aplicados continuamente pelo Governo do Estado, vêm mantendo o Estado entre os principais produtores agrícolas e como um dos maiores exportadores de mercadorias do agronegócio brasileiro. Os impactos dos contínuos aumentos de produtividade e eficiência na produção agrícola, beneficiam todos os setores da economia paulista, gerando empregos, renda, aumentando a segurança alimentar e diminuindo desigualdades sociais, com respeito ao meio ambiente- sustentabilidade. Foram destinados à APTA, até o mês de novembro, aproximadamente R$ 173 milhões em recursos oriundos principalmente do Tesouro do Estado de São Paulo - 93,5% e do Fundo Especial de Despesa 6,5%. Os recursos aportados pelo Tesouro somaram 163 milhões até o mês de novembro, sendo que 93% foram destinados à remuneração de servidores e 7% dedicados aos contratos, utilidade pública e outros. A APTA também utilizou R$ 498.000,00 de recursos federais, sendo 48% em custeio e 52% em investimentos. Resultados preliminares levantados no primeiro semestre, indicaram que os retornos econômicos propiciados pelas principais tecnologias desenvolvidas pela APTA e já adotadas pelos setores da produção agropecuária, seriam 12,7 vezes superiores aos recursos aplicados nos Institutos de Pesquisa. Indicadores de impactos do Programa 1317, calculados pelo Instituto de Economia Agrícola – IEA, mostram que a estimativa preliminar do valor da produção agropecuária - VPA do Estado de São Paulo - lavouras e explorações animais atinge aproximadamente R$ 89,1 bilhões, representando acréscimo de 8,37% sobre o calculado no ano anterior. Quando deflacionado pelo IPCA o VPA mostra crescimento em termos reais de 4,12%, relativamente ao obtido em 2019. O valor das exportações do agronegócio paulista, de acordo com dados do MAPA, deverá fechar em cerca de US$ 17,2 bilhões. O Instituto Agronômico – IAC é responsável pelo desenvolvimento de aproximadamente 90% das cultivares de cafeeiro do tipo arábica plantadas comercialmente no Brasil. O Instituto patenteou uma tecnologia que é um promotor, denominado CaIsoR, que direciona a expressão específica para folhas das plantas. A tecnologia tem potencial para permitir a expressão de genes estruturais de interesse agronômico, em tecidos foliares. Exemplos destes são genes de resistência a pragas e doenças que atingem a parte aérea das plantas de café ou de outras espécies. Além disso, encontra-se em fase de conclusão um novo porta-enxerto constituído por clones com resistência múltipla a diferentes espécies de nematoides. Em citros, o IAC desenvolveu tecnologia que permite reduzir o tempo de pesquisa para obter uma planta de laranja doce resistente à *Xylella fastidiosa*, bactéria causadora da clorose variegada de citros. Identificou-se um gene promissor, presente na tangerina, que normalmente é resistente a essa doença. Este gene poderá ser usado não só em plantas de laranjas doces, como também em outras culturas afetadas pela *X. fastidiosa*, atualmente um desafio para o cultivo de oliveira em todo o mundo. Para ampliar a produtividade no setor sucroenergético, o programa Cana IAC recomenda proporcionar a ambiência nos canaviais, isto é, a melhor condição possível para a expressão de uma planta. Em busca do plantio falha zero, pode-se lançar mão da adoção do sistema de Mudas Pré-Brotadas - MPB, que viabiliza melhor organização espacial do canavial. Outra recomendação rumo à alta produtividade é a adoção do manejo do Terceiro Eixo em substituição ao manejo da curva de maturação. O Terceiro Eixo foi desenvolvido pelo IAC como estratégia para reduzir a exposição da cana ao déficit hídrico. O uso de variedades eretas é outra recomendação com vistas à produtividade elevada. Esse porte contribui para reduzir as impurezas vegetais e minerais na cana colhida. Priorizando a transferência das tecnologias geradas pelas pesquisas desenvolvidas no Instituto, o IAC produz as sementes genéticas das cultivares de arroz, feijão, trigo, milho, milho-pipoca, triticale, aveia, amendoim e outras. Dentre as sementes produzidas estão cerca de 16 espécies, totalizando uma média de 45 cultivares desenvolvidas pelo IAC. São cerca de 500 toneladas de sementes genéticas, que serão multiplicadas outras cinco vezes. A semente genética é considerada pelos especialistas como condição para obter bom desempenho na agricultura. Ela carrega as características agronômicas alcançadas por meio da pesquisa e garantem ao agricultor a identidade do material que vai a campo. Para assegurar o cumprimento da missão do Instituto Biológico - IB, os projetos do Plano de Desenvolvimento Institucional em Pesquisa – PDIP focaram na resolução de problemas. Usando a tecnologia de genômica, seis vírus de plantas tiveram seus genomas sequenciados e analisados. Foram também realizados estudos sobre os aspectos do processo infectivo do vírus da leprose dos citros. Com o objetivo de analisar a resposta vacinal para a laringotraqueíte infecciosa aviária, treze amostras do vírus causador da doença foram sequenciadas. Está sendo desenvolvido kit de ELISA para o diagnóstico da doença diarreia viral bovina. Para o monitoramento da laringotraqueíte infecciosa aviária foram validados os testes moleculares de PCR e sonda para o gene da glicoproteína C. Visando a inovação tecnológica em sanidade animal, o Laboratório de Produção de Imunobiológicos do IB recebeu um sistema de ultrafiltração, envasadora de frascos e fermentador single-use que possibilitam melhoria dos processos. Como estratégia alternativa para o manejo do inseto vetor da bactéria *Candidatus* Liberibacter *asiaticus*, agente causal do greening dos citros, o IB selecionou duas estirpes de *Bacillus thuringiensis* com grande capacidade de causar mortalidade em ninfas do inseto. O IB também disponibilizou uma técnica de produção massal de ácaro predador *Amblydromalus limonicus*, eficiente e de baixo custo de produção, para beneficiar agricultores de hortaliças e ornamentais, que sofrem com os danos provocados por mosca-branca e tripés. O IB realizou o diagnóstico de enfermidades animais e doenças e pragas de vegetais, totalizando 210.365 análises. Dentre os diagnósticos da área animal, somente a sanidade avícola realizou mais de 183.150 análises. O IB participou também do Programa Nacional do MAPA, com a realização de diagnóstico sorológico de febre aftosa para trânsito interno de 3.661 animais. Realizou 1.034 assessorias técnico-científicas e produziu 4.463.080 doses de antígenos para diagnóstico da Brucelose e Tuberculose. No período, foram ministrados dois cursos de habilitação de responsáveis técnicos para emissão de Certificado Fitossanitário de Origem capacitando 37 engenheiros agrônomos. A exposição Planeta Inseto, sediada no Museu do IB, recebeu de janeiro a março, 5.727 visitantes presenciais e 3.523 virtuais em outubro. O IB firmou oito contratos de licenciamento de tecnologia com implantação e manutenção de biofábricas para produção de fungos entomopatogênicos para o controle biológico de pragas, com empresas privadas. O Instituto de Pesca - IP, através do Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira Marinha e Estuarina acompanha os dados de produção da pesca. Até o mês de outubro, foram cerca de 9.000 pescadores envolvidos. Foram realizadas 2.156 consultas ao banco de dados online ProPesq Web, emitidos 253 relatórios de produção pesqueira, elaborados 4 relatórios sobre a produção pesqueira e realizados cerca de 31.500 entrevistas a pescadores colaboradores. O Programa registrou, até outubro, 32.744 viagens pesqueiras, de 1.825 unidades produtivas, que descarregaram 11.416 toneladas de pescado com um valor estimado em cerca de R$ 74 milhões. O Programa gera dados censitários, importantes para subsidiar as políticas públicas, com foco na sustentabilidade da atividade pesqueira. O IP desenvolveu quatro cepas de bactérias probióticas que serão efetivamente utilizadas por uma empresa comercial da área de sanidade de organismos aquáticos. O probiótico está na fase final de registro de utilização no MAPA e deverá ser oferecido ao mercado para utilização dos tilapicultores no início do próximo ano.Na área de aquicultura familiar destaca-se a pesquisa que abordou a viabilidade econômica do cultivo da macroalga *Kappaphycus alvarezii*, na costa sudeste do Brasil, comparando os sistemas de produção em larga-escala e familiar. Os resultados obtidos demonstraram uma elevada perspectiva de viabilidade econômica de produção em pequena escala. Na atual conjuntura de relação com as questões ambientais na zona costeira do Estado de São Paulo, os dados indicaram compatibilidade da atividade com o uso da área de 2 ha prevista pela legislação das APAS Marinhas, para a aquicultura de baixo impacto e geração de renda.Outro destaque do IP refere-se ao desenvolvimento promissor da produção orgânica de camarões - camarão da Malásia - *Macrobrachium rosenbergii* e camarão da Amazônia - *Macrobrachium amazonicum*. O sistema de criação sem ração permitiu uma redução de mais de 30% nos custos operacionais, devido aos menores gastos com ração e pós-larvas, que cobre completamente a menor receita obtida devido ao menor crescimento. O IP concentrou esforços na elaboração do Plano de Ordenamento dos Recursos Pesqueiros Continentais do Estado de São Paulo, visando estabelecer as diretrizes e as regras para pesca de espécies da fauna silvestre, em especial, as ameaçadas de extinção. O referido plano está sendo elaborado como instrumento norteador para atender as demandas governamentais e da sociedade civil organizada do setor pesqueiro, por meio de propostas que incluam eixos temáticos de diagnóstico e prognóstico da atividade. O Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL, com relevante média anual de realização de eventos presenciais, diante da quarentena reformulou seu calendário de forma que parte das atividades planejadas fosse adequada ao formato on-line, concretizando 31 cursos, seminários, simpósios e webinars. De maneira inédita, viabilizou oito desses eventos de maneira gratuita, com destaque para a Série Ingredientes Saudáveis em Alimentos e Bebidas. Dentro do projeto Alimentos Industrializados 2030, o ITAL lançou e disponibilizou gratuitamente os estudos Indústria de Alimentos 2030 e quatro da série Alimentos Industrializados 2030: Pães Industrializados, Biscoitos Industrializados, Iogurtes Industrializados e Sucos Industrializados e outras bebidas não carbonatadas. Também foram publicados pelo ITAL os livros “Urucum: uma semente com a história do Brasil”, e “Probióticos e Prebióticos: Desafios e Avanços”. Dentre as parcerias do ITAL, destaca-se a Plataforma Biotecnológica Integrada de Ingredientes Saudáveis, uma proposta de Núcleo de Pesquisa Orientada a Problemas em São Paulo - NPOP-SP, do Programa Ciência para o Desenvolvimento, sob análise FAPESP. Outro destaque é a atuação do ITAL como parceiro tecnológico do TechStart Food Innovation, programa de aceleração de startups e projetos voltado para ingredientes, alimentos, bebidas e embalagens. Dentre mais de 100 inscrições foram 30 selecionadas para uma primeira fase de warm up. Dentre elas, 10 serão selecionadas para a fase de aceleração em 2021. Foram assinados pelo ITAL acordos de parceria com o instituto iCorps Brasil, dedicado a ecossistemas de startups inovadoras, e com o BioTechTown, hub mineiro de inovação em biotecnologia e ciências da vida. O ITAL concretizou o primeiro acordo de cooperação com a startup BioinFood, viabilizando inédita instalação de startup na instituição para realização de projetos de PD&I em parceria no período de dois anos. O ITAL estabeleceu uma parceria com o The Good Food Institute, para potencializar o desenvolvimento de produtos à base de proteínas vegetais e criar as bases para a regulamentação dessa área no país. Paralelamente, no segundo ano do PDIP, o ITAL concretizou a instalação de equipamentos, com destaque para o sistema de vibração, a autoclave multifuncional e o Laboratório de Biologia Molecular, ampliando a pesquisa em contaminação microbiológica de alimentos. O Instituto de Zootecnia -IZ, realizou o acompanhamento de propriedades de leite bovino e bubalino nas regiões de Piracicaba, Ribeirão Preto e Itapetininga com monitoramento de aproximadamente 3.280 milhões de litros de leite bovino e 1.810 milhões de litros de leite bubalino, para avaliar a composição do leite, higiene na ordenha, saudabilidade do leite e identificação de patógenos de mastite. Foram avaliados no IZ, 522 machos das raças Nelore, Caracu, Guzerá e Canchim, sendo 210 animais em teste de desempenho e 312 animais em teste de eficiência alimentar, com o objetivo de promover a difusão do melhoramento genético, fornecendo informações seguras sobre o valor genético dos animais comercializados e do ganho genético acumulado no processo. Ainda, o IZ promoveu a melhoria genética em rebanhos de São Paulo e do Brasil através da venda de reprodutores e matrizes, sêmen e embriões das raças Nelore, Caracu e Guzerá e da venda de sêmen e embriões. Foram comercializados aproximadamente 120 touros e matrizes, atingindo médias de R$ 17.000,00 e R$ 7.000,00, respectivamente, para touros e matrizes Nelore e R$ 10.000,00 e R$ 5.000,00, respectivamente, para touros e matrizes Guzerá e Caracu. O Instituto de Zootecnia capacitou-se para prestar novos serviços e desenvolver pesquisas de ponta com o início das operações do Laboratório de Fermentação e Nutrição de Ruminantes. O Centro Avançado de Pesquisa de Bovinos de Corte do IZ recebeu da Associação Brasileira de Criadores de Zebu – ABCZ, o Troféu Expogenética 2020. O IZ ampliou estudos com materiais genéticos de espécies forrageiras tropicais do Banco Ativo de Germoplasma. Também estão sendo conduzidos experimentos em pastos consorciados com gramíneas e leguminosas forrageiras e procurando identificar os sistemas que apresentam o maior potencial de mitigação de Gases de Efeito Estufa, a fim de promover o aumento da estocagem de carbono no solo. O Núcleo de Inovação Tecnológica do IZ intermediou a efetivação de 40 novos contratos de Prestação de Serviços Especializados com aporte de recursos de R$ 909.722,00, com maior impacto nas áreas de Bovinos de Corte e Leiteiro, Avicultura,

Ovinocultura e Sistemas Integrados de Produção Agropecuária. O IZ desenvolveu uma proposta inovadora de parceria com empresas do setor agropecuário para viabilização do AQUAPEC, que será o primeiro Sistema Integrado de Produção Animal do Brasil associando a piscicultura de recirculação a sistemas de cria e recria de bovinos. A APTA Regional realizou pesquisa sobre produtividade e impacto ambiental do sistema de plantio direto em comparação a sistemas convencionais da horticultura. Também participou de pesquisa sobre o impacto de ambientes de inovação no fomento e desempenho de agro startups. Em pesquisa sobre o desempenho agronômico de novos materiais genéticos de batata-doce foram identificados três tipos genéticos que apresentaram maior produtividade e melhor qualidade de raízes. Também ganhou destaque com pesquisa de cultivo de milho para produção de espigas verdes que apresenta valor de comercialização maior que o milho grão; consolidou a parceria entre a pesquisa e a segurança pública. O Polo Regional de Colina disponibiliza cavalos usados pelo Regimento de Polícia Montada "9 de julho", ligado à Secretaria da Segurança Pública estadual. O Projeto Boi 777, desenvolvido pela APTA Regional, antecipa a idade de abate com consequente aumento de peso das carcaças, obtendo assim 21 arrobas em até 24 meses. Desenvolveu trabalhos na região de Pindamonhangaba com sistemas agroflorestais em um trabalho coletivo de recuperação da vegetação do Vale do Paraíba. Os resultados das pesquisas motivaram os pequenos e médios produtores, agricultores familiares e assentados a adotar um novo jeito de cultivar a terra com o plantio de frutas nativas, palmito, pupunha, mandioca, quiabo, brócolis, sorgo, Plantas Alimentícias Não Convencionais PANCs e adubos verdes. A APTA Regional conduziu estudo que avalia o desempenho produtivo de um sistema de produção de camarão de água doce criado em conjunto com lambaris com o objetivo de produzir mais alimentos de qualidade em um mesmo espaço, diminuindo custos de produção. Pesquisadores da APTA Regional organizaram vitrine tecnológica do amendoim e das principais cultivares de soja e milho adaptadas para a região do oeste do Estado de São Paulo. A APTA Regional ganhou destaque com pesquisa sobre o uso de sistemas agrossilvipastoris para recuperação de áreas degradadas. O sistema produz grãos para amortizar, em parte os custos da recuperação das pastagens, pela venda dos grãos e o aproveitamento dos nutrientes residuais das lavouras para produção de forragem. A APTA Regional do Polo Leste Paulista participou de trabalho que propõe o uso de tanques redes de grande volume para o cultivo de tilápias para aumentar a escala de produção e diminuir os custos de investimento por metro cúbico. O diferencial da proposta foi focar na racionalização, mecanização e automação. O Instituto de Economia Agrícola – IEA, em parceria com a CDRS disponibilizou cinco previsões e estimativas da safra agrícola paulista, além das estatísticas de preços agrícolas, inclusive o Boletim Diário de Preços, preços de terra, salários rurais, quantidade colhida por homem/dia e o valor pago ao trabalhador. A Instituição também disponibilizou o Valor da Produção Agropecuária Paulista e Regional que tem por finalidade mostrar o desempenho da atividade agropecuária paulista, apresentando a posição relativa dos produtos e suas evoluções e corresponde ao faturamento bruto dentro da unidade de produção. O IEA também disponibilizou resultados da Balança Comercial do Agronegócio Paulista e Brasileiro. Para as estatísticas de preços de terras está disponível um aplicativo "Calculadora do Valor Venal da Terra Nua" que é utilizado para o Imposto de Transmissão de Causa Mortis e Doação no Estado de São Paulo. O IEA também disponibiliza uma análise interativa – BI, para os produtos: estatísticas de produção e valor da produção. A realização da terceira edição do LUPA 2016/2017 foi finalizada pelo IEA. Foram 339.442 Unidades de Produção Agropecuária recenseadas, somando 16,7 milhões de hectares, de um total de 20,3 milhões de hectares. Uma análise interativa – BI, está disponível para o LUPA. Os seguintes levantamentos são realizados pela CDRS, em conjunto com o IEA, para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas para a área: Levantamento Subjetivo para Previsão e Estimativa de Safras Agrícolas, cuja finalidade é levantar dados de estatísticas de produção nos municípios para elaboração dos relatórios de previsões e estimativas de safras agrícolas. Foram preenchidos 3.225 questionários on line; Levantamento Subjetivo de Preço Corrente que tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumos e produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado de São Paulo. Foram preenchidos 1.935 questionários on line. O IEA deu continuidade aos seminários quinzenais de forma on line, realizando 8 seminários, com público médio de 298 pessoas. Em consequência da COVID-19 que vem afetando muitos setores econômicos, o IEA organizou uma publicação especial da revista digital "Análise e Indicadores do Agronegócio" onde estão registradas análises do impacto do vírus no agro paulista e as perspectivas futuras. Até os primeiros 10 dias de dezembro, o site do IEA teve 353.021 visitas únicas e o Banco de Dados teve 97.918 vistas únicas.

Crédito Rural para Expansão e Investimento. O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - FEAP, gerenciado pela Administração Superior da Sede da Secretaria de Agricultura e Abastecimento representa mecanismo pioneiro de sustentação dessa política de redução da disparidade de oportunidades. Com relação ao ano, até o mês de novembro, não contratamos novas operações nas modalidades de linhas crédito (financiamentos), devido à suspensão temporária, para redefinição de diretrizes da Pasta e promover melhorias operacionais às modalidades de financiamento. Assim sendo, foram liberados apenas recursos de 9 operações já contratadas em 2019, com um valor total de R$ 584.341,00 de recursos do FEAP/BANAGRO. Para o mês de dezembro, também não ocorrerão novas liberações, em razão da suspensão temporária. Subvenções aos Produtores Rurais. Na ação subvenção do Prêmio do Seguro Rural, durante o ano e até o mês de novembro, já foram contratadas 13.121 subvenções, que correspondente ao montante de R$ 50.999.506,74. Para o mês de dezembro, serão pagas 13.118 subvenções no valor total de R$ 50.958.396,04. Contudo, restarão a pagar 3 subvenções no valor de apenas R$ 41.110,70, com possível pagamento ainda este ano. O valor total para subvenções do Prêmio do Seguro Rural, aprovado e lançado por esta secretaria, foi de R$ 51,0 milhões, maior valor já liberado para essa modalidade nos últimos anos.

Tabela 29 - Subvenção do Prêmio do Seguro, executado/estimado 2020

	N.º Subvenções	Valor Subvenções Pagas (R$)
2020	13.121	50.999.506,74

Fonte: FEAP/Banco do Brasil

Também na ação de Subvenção aos Produtores Rurais – FEAP/BANAGRO, os produtores rurais passaram a ser beneficiados por modalidades distintas de subvenções econômicas, previstas no Decreto Estadual n.º 63.280, de 19/3/2018, que reorganizou e consolidou todos os Programas e Projetos do FEAP/BANAGRO, entre eles o Projeto_Integra SP RADGE – Subvenção das despesas com a recuperação de áreas degradadas por grandes erosões, Projeto_Recuperação de Matas Ciliares,_Nascentes e Olhos D'Água – Subvenção das despesas com a recuperação de áreas de preservação permanente com função de proteção de recursos hídricos, Projeto_Modernização da Irrigação, Financiamento para aquisição e ou modernização de equipamentos de irrigação com subvenção total dos juros contratuais, Projeto_Contrato de Opção – Subvenção do custo para proteção de preço via contrato de opção, Projetos Microbacias II – Subvenção às iniciativas de negócio das associações e cooperativas de produtores rurais. Portanto, no caso desta ação, até o mês de novembro do corrente ano, foram realizadas 107 subvenções no montante de R$ 394.222,15 e estima-se mais 10 subvenções na quantia de R$ 35.840,00 para o mês de dezembro de 2020, totalizando em 2020 o número de 117 subvenções, no valor final de R$ 430.060,53. A ação Modernização das Unidades da SAA, se caracteriza através de obras, adequações, aquisição de novos equipamentos, modernização da frota, melhoria de processos, sistemas de informação, visando a melhoria dos serviços prestados à sociedade. A ação não recebeu recursos orçamentários para o cumprimento das metas estabelecidas no indicador de unidades modernizadas. Para o indicador de ações de modernização implantados nas unidades da SAA, que possui como objetivo a melhoria de processos, com sistemas informatizados, entre a janeiro e novembro, teve 3 sistemas implantados: Município Agro, visa a implementação de ações integradas junto aos Municípios participantes do Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cidadania no Campo. O programa tem como foco orientar as prefeituras no planejamento de suas atividades nas áreas rurais, aprimorando assim a prestação dos serviços públicos voltados à população rural paulista. Após a comprovação da execução das atividades solicitadas, os municípios são avaliados e ranqueados, com os melhores colocados tendo prioridade de acesso aos recursos financeiros geridos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Com essa priorização, aliada às atividades de formação e capacitação dos quadros técnicos municipais, busca-se a melhoria contínua do desempenho apresentado pelos Municípios. Projeto Rotas Rurais através da construção de um repositório de informações a partir de dados auto declaratório da população da zona rural, coleta, processa e padroniza as informações georreferenciadas, reunindo em uma única plataforma ferramentas voltadas ao estabelecimento de localização e caminhos de acesso às propriedades rurais. Criando uma determinação metodológica unificada de endereçamento e roteamento para todo o Estado de São Paulo. Plataforma AgroSP é uma solução de conexão direta entre produtores e compradores que vem para apoiar o produtor na comercialização de seus produtos e acesso a serviços. A plataforma busca promover a alimentação saudável, garantir o abastecimento de produtos regionais em todo o território e facilitar o acesso dos produtores aos mercados, através da qualificação de seus produtos e o contato direto com compradores, permitindo modernizar a conexão e trazendo mais agilidade nessa relação. A ação de Parcerias e Projetos para o Desenvolvimento Rural Sustentável, visa a realização de parcerias pelas unidades da SAA para promoção do desenvolvimento rural sustentável, juntamente com setor privado e/ou público, mediante a captação de novos recursos. Entre a janeiro e novembro, foram realizadas 3 parcerias: com a Google, com a APAS - Associação Paulista de Supermercados e com a Fundepag - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio.

Programa: 2990 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares - Ações Decorrentes de Emendas, Exceto Saúde. Os convênios decorrentes das emendas impositivas são celebrados através do Decreto nº 42.140, de 29/8/1997 e do Decreto nº 41.931, de 8/7/1997, nos quais autorizam a Secretaria de Agricultura e Abastecimento a, representando o Estado, celebrar convênios tendo por objeto a transferência de recursos financeiros a Municípios Paulistas, relacionados por despacho governamental publicado no Diário Oficial do Estado, para a aquisição de tratores, equipamentos agrícolas, implementos agrícolas, além da construção, instalação e melhoria de matadouros, mercados, casas do trabalhador rural, recintos para exposições, pavilhões para feiras de produtores, cozinhas piloto e outras obras de apoio à infraestrutura agropecuária municipal, bem como convênios com Municípios para a construção e reforma, em conjunto, de próprios estaduais administrados pela referida Pasta. Foram indicadas através da LOA, 20 vinte emendas parlamentares impositivas, tratadas exclusivamente no sistema "Demandas", recentemente foram remanejadas mais 3 emendas impositivas de outras Pastas, totalizando 23 emendas, das quais 15 tiveram os convênios devidamente formalizados, até a presente data, que permitirá o repasse financeiro de R$ 1.785.000,00.

SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Mesmo diante de um cenário dramático e sem precedentes, o Governo de São Paulo teve um ano de grandes realizações. Seja inaugurando novos equipamentos culturais, gerando postos de trabalho através dos programas de fomento, ou criando em tempo recorde uma plataforma de streaming com programação de alta qualidade, para que a população se mantivesse conectada às atividades culturais. O ano foi marcado por muitos desafios e reinvenções em diversos setores, entre eles o cultural e de economia criativa, que estão entre os mais prejudicados pela pandemia da Covid-19. Com a necessidade de isolamento social, atividades em museus, casas de espetáculos, teatros, cinemas, startups e outros segmentos foram suspensas, o que impactou diretamente projetos em andamento, a manutenção de postos de trabalhos e a garantia da renda para profissionais que atuam em todo o país. No Brasil, o setor de economia criativa corresponde a 2,64% do Produto Interno Bruto -PIB e é responsável por 4,9 milhões de postos de trabalho. Em São Paulo, essa participação é de 3,9% do PIB do Estado e responsável por 1,5 milhão de empregos. No entanto, para mitigar a crise e suprir as necessidades do setor, foram desenvolvidas diversas ações pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Confira dez das principais ações:

Fábrica de Cultura 4.0 de São Bernardo do Campo: A primeira Fábrica de Cultura com o Programa 4.0 - atividades de formação, produção e fruição em artes e em inovação e tecnologia, inaugurada em 30/9 pelo Governador. Por ano, irá oferece 300 cursos com 6 mil vagas para jovens de 16 a 24 anos. É a 12ª Fábrica de Cultura. Mais três serão abertas até 2022.

Reforma do Museu do Café e outros imóveis de instituições culturais: O Programa de Reforma de Espaços Culturais do Governo do Estado de São Paulo foi iniciado com a recuperação do edifício da antiga Bolsa Oficial do Café, tombado pelo Condephaat, que abriga o Museu do Café – Santos. Ainda estão em curso as reformas da Casa das Rosas - São Paulo e do Museu das Monções - Porto Feliz.

Programas de fomento e renda emergencial com valor recorde: Os programas de ffomento- ProAC Expresso ICMS, ProAC Expresso Editais, ProAC Expresso LAB e Juntos Pela Cultura e renda eemergencial - Lei Aldir Blanc, realizados pelo #GovernoSP com recursos próprios - R$ 177,2 milhões e oriundos da Lei Aldir BBlanc- R$ 277 milhões, estão injetando R$ 454,2 milhões no setor cultural, com a geração de 137,6 mil postos de trabalho.

Linhas de crédito para empresas do setor cultural e criativo: Com o objetivo de mitigar o impacto da crise gerada pela pandemia, foram lançadas em abril duas linhas de crédito voltadas a micro, pequenas e médias empresas do setor cultural e criativo e de turismo, por meio do Banco do Povo –R$ 225 milhões e da Desenvolve SP -R$ 1,2 bilhão. São linhas para capital de giro em condições melhores do que as oferecidas pelos bancos privados.

Implantação da plataforma #CulturaEmCasa: Em 20/04, o #GovernoSP lançou a plataforma de streaming e VOD #CulturaEmCasa, um serviço permanente que tem o objetivo de ampliar o acesso da população a conteúdos culturais de qualidade e amplificar a difusão do trabalho

de instituições culturais e artistas. Em 8 meses, 2 mil conteúdos foram vistos 2,5 milhões de vezes por 900 mil usuários únicos de 130 países.

Realização de milhares de ações online: Os museus, bibliotecas, instituições e programas de formação, salas de espetáculos, corpos artísticos e programas de difusão do #GovernoSP realizaram milhares de ações online desde abril. Concertos da Osesp e exposições como "Da Vinci – 500 Anos de um Gênio", do MIS Experience, foram levados para a Internet, além de eventos como a Virada SP.

Retomada das atividades culturais e criativas presenciais: A Secretaria de Cultura e Economia Criativa atuou ativamente no enfrentamento da pandemia, tendo contribuído para a formulação do Plano São Paulo e desenvolvido 15 protocolos e cronogramas para a retomada das atividades culturais e criativas presenciais. Também coordenou a partir de agosto a reabertura das instituições e espaços culturais do #GovernoSP.

Aceleração da obra do Museu do Ipiranga: A obra de restauro e ampliação do Museu do Ipiranga superou a meta de 45% de realização. O projeto inclui a recuperação do Jardim Francês e do entorno, assim como a despoluição do Córrego do Ipiranga e a realização do Festival do Bicentenário da Independência do Brasil. O novo Museu do Ipiranga será reaberto em setembro de 2022. Os recursos necessários foram captados pelo #GovernoSP junto a empresas privadas e estatais.

Conclusão do Museu da Língua Portuguesa: O Museu da Língua Portuguesa está pronto para a reabertura, prevista para o primeiro trimestre de 2021. A obra de restauro e ampliação foi plenamente concluída, assim como a implantação do novo conteúdo, a viabilização do projeto de iluminação externa, a contratação da organização social responsável pela gestão e a integração com a Estação da Luz. O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros já foi expedido.

Nova sede do Paço das Artes: Desde sua inauguração, em 1970, o Paço das Artes, instituição do #GovernoSP dedicada à valorização da arte contemporânea, teve sedes provisórias. Em 25/1, ganhou finalmente a sua sede definitiva, no Casarão Nhonhô Magalhães, uma mansão recém-restaurada em Higienópolis -São Paulo, que integra o patrimônio histórico tombado pelo Condephaat.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, tem como missão fortalecer o apoio ao micro e pequeno empreendedor, atrair investimentos e negócios, incentivar a inovação, pesquisa científica e tecnológica e expandir o acesso aos ensinos superior e técnico profissionalizante no Estado de São Paulo.

Estrutura: Subsecretarias, Coordenadorias e Órgãos Vinculados –

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa - SEMPE: oferece ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilização de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento de microempresas e empresas de pequeno porte.

Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação -CCTI: responsável por coordenar as ações de estímulo às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado. Promove aproximação do setor produtivo com centros de conhecimento e mantém diálogo permanente junto à comunidade científica para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novos estudos e projetos acadêmicos.

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial - CDRT: com objetivo de buscar o desenvolvimento homogêneo de São Paulo, a Coordenadoria procura identificar e potencializar as vocações regionais e incentivar o empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades - SUTACO: fundada em 1970, com o propósito de integrar a mão de obra dos artesãos no mercado produtivo. Decreto nº 62.001/2016 – finaliza a extinção da Superintendência do Trabalho Artesanal nas comunidades – SUTACO – transfere bens, obrigações e recursos para a SDE – Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades.

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTPRO: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão dos ensinos técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio.

Coordenadoria de Operações - COP e Coordenação de Políticas de Emprego e Renda - CPER: atuam para aproximar o cidadão do mercado de trabalho e estimular o empreendedorismo. Além disso, fomenta a geração de emprego, qualifica e oferece oportunidades aos trabalhadores.

Coordenadoria de Competitividade da Indústria, Comércio e Serviços - CICOS: responsável por coordenar as ações de estímulo às atividades de competitividade no campo da indústria, do comércio e dos serviços, além de gerenciar o contrato de gestão da SDE com a InvestSP.

Coordenação de Ensino Superior - CES: promove ações focadas no aprimoramento e na expansão do ensino superior no Estado, com a execução de programas voltados à formação de profissionais qualificados para contemplar as necessidades da população e as demandas do mercado de trabalho. A CES faz a interlocução com as universidades e faculdades estaduais, vinculadas à SDE.

São órgãos vinculados à SDE: *Centro Paula Souza - CPS:* instituição de reconhecida excelência na formação de recursos humanos qualificados, oferecendo ensino técnico e de graduação tecnológica gratuitos, passou a ser parte fundamental da estratégia de desenvolvimento do Estado. Direcionando a instalação de novas unidades e a expansão das existentes às vocações econômicas regionais, em parceria com as prefeituras e o setor produtivo, as Escolas Técnicas - ETECS e Faculdades de Tecnologia – FATECS, garantem excelente mão de obra, além de ser importante instrumento de inclusão social. *Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT*: empresa do Governo do Estado que atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. É, hoje, um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, que conta com laboratórios capacitados e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados. Atento às necessidades dos setores público e privado, provê soluções e serviços tecnológicos que visam a aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. *Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN*: é uma autarquia estadual vinculada à SDE, gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI. Também está associado à USP para fins de ensino e pós-graduação. O IPEN caracteriza-se pela multidisciplinaridade das atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP*: uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com autonomia garantida por lei, a FAPESP está vinculada à SDE. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. *Junta Comercial do Estado de São Paulo- JUCESP*: Tem como principais funções executar os serviços previstos no art. 32, da Lei nº. 8.934/94, além de elaborar a tabela de preços de seus serviços, processar a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, elaborar os respectivos Regimentos Internos e suas alterações, bem como as resoluções de caráter administrativo necessárias ao fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais e, por fim, promover o assentamento dos usos e práticas mercantis. *Universidades Estaduais e Faculdades vinculadas à SDE: Universidade de São Paulo- USP; Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP; Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP; Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA; Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP*.

Principais ações - A SDE desenvolveu ações que contemplam todas as áreas relacionadas ao desenvolvimento, como formação de recursos humanos qualificados, apoio tecnológico, articulação junto a empresas e órgãos públicos, entre outros. Por meio de ações estratégicas coordenadas, lançou as bases de um melhor e mais abrangente desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, envidando esforços para atuar em seu campo funcional em momento tão adverso quanto ao enfrentado em razão da Pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa – SEMPE - Com atuação voltada para a execução das políticas públicas de estímulo ao empreendedorismo e de favorecimento à micro e pequena empresa é responsável pelo Banco do Povo Paulista, Empreenda Rápido e Vai Rápida Empresa. Participação em Eventos: - 17/03 – Investe Turismo – Webinar Informações de Crédito para o Turismo do Litoral Norte junto com a Secretaria de Turismo; 24/04 - *Workshop* Litoral Norte - Programa de Crédito Turístico com o Consórcio de Turismo do Litoral; 07/05 - Programa de Crédito Turístico. Organizada junto com a Secretaria de Turismo de Campos do Jordão empreendedores da região da Mantiqueira. Empreenda Rápido: Programa que unifica em um lugar tudo o que o empreendedor precisar para abrir ou ampliar seu negócio. Objetivo: qualificar 1 milhão de pessoas/ano em gestão empreendedora, além de conceder R$ 1 bilhão em microcrédito pelo Banco do Povo, nos próximos 4 anos. Lançando em 2019. Com a pandemia/Covid-19 o Empreenda Rápido teve que ser reinventado e transformado no Empreenda Rápido Digital e foram feitos os eventos digitais para atender os empreendedores. 16/7 e 17/7 – Crédito Emergencial – Entenda as linhas emergenciais para você - 10,5 mil inscritos, 5,8 mil atendimentos sendo: Capacitação empreendedora – 5,8 mil; Crédito - 410 atendimentos Banco do Povo Paulista - e demais bancos 3.369; 14/09 a 02/10 - Empreenda Rápido – Retomada Paulista – Bares e Restaurantes e similares são mais de 23 mil na região metropolitana de SP. Foram atingidos mais de 200 mil empresários do segmento; 22 a 26/11 - Feira do Empreendedor 2020 - 100% Digital. 5.210 Capacitação empreendedora e 373 atendimentos de crédito do Banco do Povo Paulista. Programa Empreenda Rápido e Juro Zero - O Sebrae em parceria com o Governo do Estado, disponibilizou R$ 50 milhões em crédito para os empreendedores. Foram R$15 milhões disponibilizados a juro zero. O empreendedor solicitava a linha de crédito de até R$ 15 mil, com até 24 meses para pagamento e carência de até 3 meses e R$ 35 milhões, para empréstimos com juros de 0,35% a.m, com até 24 meses para pagamento**.** Os financiamentos foram voltados a pessoas jurídicas com sede no Estado de SP, micros e pequenos negócios formais. Tiveram acesso somente os microempreendedores que concluíram o curso de qualificação no Programa Empreenda Rápido e não possuíam restrições cadastrais no CNPJ e CPF. A operação de crédito foi realizada remotamente pelo Banco do Povo**.** Foram liberados R$47.966.739,00 e atendimento de 2.983 empreendedores: Sendo 1088 com financiamentos do Juro Zero no montante R$13.883.144,06 mil e 1895 empreendedores de Empreenda Rápido no montante de R$34.083.594,94 mil. Período de junho a outubro. Empreenda Mulher - doação de 12.000 vagas por 6 meses de acesso a cursos *online* de gestão de negócios, na plataforma do Tamo Junto - www.tamojunto.org.br, da Aliança Empreendedora para as mulheres participantes do Programa Empreenda Mulher. Doação: R$ 83.830,00. - Ações Banco do Povo – BPP 2020 - Comunidades: Janeiro - criada a unidade do BPP em Paraisópolis; Outubro - criada a unidade do BPP em Grajaú. - Convênios do BPP: 180 convênios - renovados com municípios em parceria com as prefeituras; 31 convênios - em processo de renovação; 289 convênios - vigentes; 469 unidades do BPP atuantes. - Criação da Linha Emergencial - Covid/19- Plataforma **-** Criada a plataforma online do BPP para a liberação com segurança no período de pico da pandemia. Atendidos 8.712 empreendedores e liberados um montante de R$ 120.248.431 mil; Assistente Virtual **-** Criada uma assistente virtual para orientar e tirar dúvidas dos empreendedores e facilitar o período de não aglomeração; Banco do Povo: De

janeiro a 10/12, emprestamos mais de R$ 220,9 milhões, com ticket médio R$ 13.518,06 e firmamos 16.347 contratos; Inadimplência do BPP – 5,90% Bônus por Participação nos Resultados – BPR foi efetuado o pagamento dos remanescentes, sendo 359 agentes no valor de R$ 237.891,03; Linha Emergencial – São Carlos - 15/12 - Aprovada na 91ª Reunião Ordinária do Conselho Orientativo do Fundo para Linha Emergencial – São Carlos - Aplicáveis apenas aos empreendimentos no município de São Carlos que decretou Estado de Emergência em 28 de novembro, que solicitarem crédito até 3 meses após deliberação do COF. Cartão de Crédito Banco do Povo – doação do cartão de crédito pela empresa Acesso Soluções de Pagamento S.A., Mastercard. Valor total da doação R$ 1.518.400,00 conforme proposta de doação constante dos autos do Processo SDE-PRC n° 2020/00104. Contrato Prodesp SDE N° 29/2020 - Objeto: Desenvolvimento e manutenção do site/Portal do Banco do Povo Paulista. Valor de R$ 502.537,88. Vigência: 12 meses. Em execução. Contrato Prodesp - Processo 00874/20 - Assistente Virtual – Popi - assistente virtual para orientar e tirar dúvidas dos empreendedores e facilitar o período de não aglomeração. Valor de R$189.608,56. Contrato Instituto Lidiane – 20 Atendentes do Banco do Povo valor R$ 605.186,00 por 12 meses**.** Modificações no Público Alvo do BPP – para atender a legislação foi validado pelo Conselho de Operação do Fundo, ampliação e adequação do público-alvo do programa conforme descrito abaixo: Podem ser tomadores do crédito os empreendedores formais - MEI, ME, LTDA, EIRELI, EPP, Produtor rural com CNPJ, Cooperativas e Associações produtivas ou empreendedores informais, incluindo Produtor rural sem CNPJ. Conforme Lei Estadual nº 9.533/1997 e no Decreto Estadual nº 43.283/1998 - classificação receita operacional bruta anual ou renda anual - Microempresa menor ou igual a R$ 360 mil e Pequena Empresa maior que R$ 360 mil e menor ou igual a R$ 4,8 milhões.

Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação - Responsável pelas ações de estímulo à produção de pesquisa e inovação tecnológica no Estado, incentivando o desenvolvimento econômico e social com a ampliação das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação. - Status dos Projetos no Âmbito da Ciência, Tecnologia e Inovação - *IPT Open* – primeira experiência a ser implantada no Brasil como uma plataforma de soluções interligadas para promover a inovação em empresas de base tecnológica de diversos portes em áreas intensivas em ciência. A inovação será promovida de acordo com as necessidades específicas de cada entidade participante, por meio de atividades e serviços focados no desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento de negócios e na capacitação de recursos humanos - Convênio assinado em 27/12/2019 – Valor: R$ 6.664.920,93, liberado o valor de R$ 1.677.693,65 - em execução; Indústria – O objetivo geral do projeto é o de acelerar a implantação de Internet Industrial das Coisas – IioT, em 130 pequenas e médias empresas do Estado - Contrato assinado em 25/11/2019 – Valor: R$ 3.920.909,64, sendo liberado o valor de R$ 1.575.000,00- em execução; Diagnóstico de Maturidade dos Centros de Pesquisa do IPT – O objetivo é a implementação de um modelo de avaliação do nível de maturidade personalizada para o IPT, visando diagnosticar a capacidade das suas unidades tecnológicas e suas aptidões para a promoção de inovação, de desenvolvimento do ecossistema e estímulo ao empreendedorismo em *Hardtechs* e Engenharias. O convênio GSA no 001/2020, foi assinado em 25/3/2020, no valor: R$ 900.054,38, sendo liberado neste exercício o valor de R$ 777.074,37; Projeto *In.Cube* - Inova HC – Foi assinado o Convênio CCT-SDE n° 04/2020, entre a SDE, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e a Fundação Faculdade de Medicina. O objeto do convênio é o In.cube, programa de apoio à inovação interna de pesquisadores e colaboradores do HCFMUSP e FMUSP para geração de novos negócios – produtos, processos e serviços – de saúde e impacto social. O programa é realizado pelo Inova HC, Núcleo de Inovação do HCFMUSP, em parceria com a SDE – Valor do Convênio: R$ 1.984.000,00. Repasse: R$ 273.000,00. IdeiaGov – O objetivo do projeto é desenvolver e implantar soluções inovadoras para a administração pública. Assim, o projeto apoiará órgãos públicos na adoção de soluções desenvolvidas por empresas inovadoras, com foco especial em startups. O programa é executado por meio de parceria entre a SDE e a Associação Impact Hub do Brasil, iniciada por meio do Edital de Chamamento Público SDE nº 02/2019 - Processo SDE n° 1026/2019, que culminou em Termo de Colaboração assinado entre SDE e Impact Hub, no dia 18/2/2020. Foram lançados oito desafios, levantados junto ao Hospital das Clínicas e à Secretaria da Saúde, e foram articulados diferentes órgãos públicos, privados e do terceiro setor envolvidos no enfrentamento à Covid-19. Foram selecionadas 16 propostas, frente a mais de 200 submissões. O repasse orçamentário total para o Impact Hub via Termo de Colaboração, que possui com vigência de 36 meses, é R$ 8.010.092,32: 2020, já pago: R$ 2.685.652,00; 2021: R$ 2.634.119,20; 2022: R$ 2.690.321,12. Novo Contrato de Gestão com a Invest SP – A CCTI possui um objetivo específico, com repasse próprio, dentro do contrato de gestão, que permitiu o desenvolvimento de um Núcleo de Internacionalização e Atração de Investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I - na Invest SP. Os objetivos são: atrair centros de P&D de empresas nacionais e multinacionais, startups de outros países e instituições de pesquisa públicas e privadas, nacionais e internacionais para o Estado de São Paulo; promover o desenvolvimento do Centro Internacional de Tecnologia e Inovação - CITI e desenvolver um programa de internacionalização de startups. Contrato assinado em 26/8/2019 - Valor do Contrato – R$ 5.000.000,00. em execução. Edital Fapesp Ciência para o Desenvolvimento - Publicados os resultados do Edital Ciência para o Desenvolvimento, da FAPESP, voltado a resolver problemas de relevância social e econômica no Estado de São Paulo. No corrente ano foram selecionadas 12 propostas. Sistema Paulista de Ambientes de Inovação – SPAI. No âmbito do SPAI, atendemos a 2 emendas parlamentares: uma para o Parque Tecnológico de São José dos Campos, no valor de R$ 100.000,00, para realização de Obras de Melhoria e Adequação Física para implantação de um *Coworking* de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e a outra emenda parlamentar foi para o Parque Tecnológico de Marília, no valor de R$ 220.000,00, para a realização dos estudos necessários para o credenciamento definitivo do empreendimento no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos - SPTEC. Credenciamento do Centro de Inovação Tecnológica de Presidente Prudente concedido em 2/10/2020. Centro Brasileiro da Quarta Revolução Industrial afiliado à Rede do Fórum Econômico Mundial - C4IR Brasil. Escritório em parceria entre SDE, Ministério da Economia e 6 empresas privadas para desenvolver pilotos de políticas públicas de aceleração de implementação de Inteligência Artificial, Internet das Coisas e Políticas de Dados. Parte do financiamento do projeto envolve repasses em Convênio de R$ 2.421.000,00 da SDE ao IPT até o início de 2023. Foram executados R$ 500.000,00 para contratação de pessoal técnico específico. Programa Tecnológico de Apoio aos Municípios – PATEM. Não ocorreram atendimentos no âmbito do PATEM por parte desta Unidade uma vez que este Programa será exclusivo do IPT. Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo – CONSIP. O CONSIP é vinculado a esta Pasta, presidido pela Secretária. Devido à pandemia não foram realizadas reuniões do Conselho. Credenciamento de Fundações de Apoio. Não foram credenciadas Fundações de Apoio. Atualmente há 31 Fundações credenciadas. Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCET. Em 2019 permaneceu na ALESP o Projeto de Lei nº 213/14, que altera a Lei nº 93, de 02/12/1972, que criou o FUNCET, onde propõe que Conselho de Orientação do Fundo poderá fixar taxa de juros até zero, para projetos alto grau de inovação com impacto a curto prazo. Para cumprimento do Decreto 65.051, de 8/7/2020, o saldo do FUNCET em 31/12/2019 no valor de R$ 44.817.991,00 foi recolhido ao Tesouro do Estado. Atualmente o saldo do Fundo é de R$ 327.008,98 - extrato de 30/11/2020. Projetos em Andamento de Anos Anteriores. Foram realizados o acompanhamento técnico e contábil de seis ajustes estabelecidos em anos anteriores com os seguintes signatários: Convênio com a Prefeitura Municipal de Araçatuba - estudos; Convênio Fundação Parque Tecnológico de Santos – aquisição de equipamentos; Convênio com a Prefeitura Municipal de Santos – obras; Convênio com a FIPT e IPT para a realização do projeto "IPT Open Experience", Contrato com a FIPT para a realização do projeto "4ª Revolução Industrial nas Pequenas e Médias Empresas" Contrato de Gestão com a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe São Paulo. Projeto Encerrados. Foram encerrados dois Contratos/Convênios: Contrato com o IPT para a realização dos trabalhos no âmbito do PATEM – Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios - encerrados os convênios remanescentes realizados no âmbito desse contrato, já que o PATEM permaneceu inativo em 2020, Convênio com a Prefeitura Municipal de Garça - estudos. Prevê-se também para este ano o encerramento de um convênio de curta duração celebrado com o município de Marília - estudos.

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial: Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais: Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID: Gastos de 2008 a 03/2017: R$ 24 milhões. O Programa encontra-se em fase de monitoramento e avaliação dos projetos implantados. Divulgação do 1° Edital de Reconhecimento e Recadastramento de Arranjos Produtivos Locais: Divulgado, em 06/2020, o resultado do 1° Edital de Reconhecimento e Recadastramento, realizado após reformulação do Programa de Fomento aos APLs Paulista, elaborado para coletar informações sobre os Arranjos e sistematizar dados diversos sobre sua composição, localização e processos produtivos, a fim de monitorar os APLs reconhecidos, e para construir um Observatório dos APLs Paulista. O reconhecimento dos APLs pelo Governo é condição para participação em editais de fomento feitos pela SDE. Foram reconhecidos 58 APLs de 27 setores diferentes, abrangendo mais de 450 municípios e 27 mil empregos. Lançamento e Resultado do 1° Edital de Fomento aos APLs e Polos de Desenvolvimento: Resultado do edital lançado no DOE de 11/12/2020 - aguardando a etapa de recursos. Vale ressaltar que a natureza distinta dos projetos e dos setores selecionados pelo edital, dentre eles um APL do Vale do Ribeira, reflete a complexidade da economia paulista. Da mesma forma, a distribuição territorial dos APLs e Polos selecionados reitera o princípio de desenvolvimento local. Valores destinados ao Edital: R$ 980 mil para os projetos de Polos de Desenvolvimento e R$ 2.080.000,00 para os projetos em APLs. Realização do 2° Seminário Estadual de Arranjos Produtivos Locais: em outubro foi realizado o 2° Seminário Estadual de APLs, com participação das governanças dos arranjos, gestores de APLs, Instituições de Ensino e Pesquisa, Sistema S, poder público das 3 esferas de governo e demais entidades apoiadoras das aglomerações produtivas do Estado, além de um representante de um APL do estado de MG. Devido à pandemia, o evento aconteceu de forma virtual. Durante 2 dias foram debatidos 4 temas com 12 palestrantes. Na ocasião, foi divulgada a nova classificação de níveis de maturidade dos APLs. O 1° dia teve 118 participantes e o 2° dia, 98. Lançamento da Plataforma "Negócios do Bem": Durante a pandemia, ficou evidente a dificuldade de algumas empresas adquirirem insumos, e a necessidade de se criar uma nova cadeia de fornecedores pela indústria paulista. Empresas viram produtos escassearem no mercado, algumas realizaram reconversão industrial, e por diversas vezes atrasaram suas entregas ou até pararam a produção por falta de insumos básicos. A equipe da CDRT atuava aproximando elos da cadeia de forma manual e analógica, mas com o aumento dessa demanda, surgiu a ideia de criar uma plataforma digital, para que todas as empresas produtoras do Estado pudessem divulgar seus produtos e/ou pudessem realizar pesquisa de potenciais fornecedores de insumos. A Plataforma "Negócios do Bem" foi criada para ser o meio adequado para estabelecer o elo entre fornecedor e produtor, possibilitando o "match" entre oferta e demanda, encurtando distâncias e permitindo negociações e contatos de forma ágil e eficiente. Atuação junto ao Fórum Estadual de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas: O Programa de Fomento aos APLs tem por objetivo aumentar a competitividade por meio de incremento da produtividade e da eficácia coletiva. A importância da dimensão local da produção e da inovação tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento dos setores produtivos, uma vez que a proximidade geográfica das empresas explica o bom desempenho na competitividade e o território vem se mostrando importante foco de produção do conhecimento especializado e da capacidade tecnológica. Para tornar um APL mais competitivo, é necessário gerar vantagens em relação a outras regiões. As Indicações Geográficas podem ser utilizadas para valorizar produtos, e ajudar no desenvolvimento nacional em mundo globalizado, promovendo maior competitividade através de produtos reconhecidos por sua qualidade. Assim, a CDRT contribui para o processo de obtenção através de emissão de Nota Técnica, atuação junto a entidades parceiras (Instituto Federal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria da Agricultura, Sebrae) e vem trabalhando para a implantação do Fórum Estadual de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas. Classificação de APLs em níveis de maturidade: para atuar de forma mais favorável junto aos arranjos, foi criada, com base nas classificações e critérios estabelecidos pelo Grupo de Trabalho Acadêmico dos APLs, a metodologia de identificação dos níveis de maturidade das aglomerações produtivas. Com esta classificação, pretende-se atender os arranjos de forma eficiente e eficaz, atuando de forma a avançar com o crescimento de cada APL ao longo dessa classificação, proporcionando aumento de competitividade setorial e das empresas, propondo projetos e ações viáveis e adequados com a realidade local, colhendo assim melhores resultados. Para esta atuação, está em andamento um protocolo de intenções com o Sebrae envolvendo projeto piloto com 6 APLs. Elaboração da plataforma de georreferenciamento dos APLs: em parceria com o Supera Parque, de Ribeirão Preto, foi construído um sistema com localização e identificação dos APLs, de forma a promover a transparência e acesso à dados. A interface conta com informações sobre o setor, municípios englobados, contato com a entidade gestora e dados como número de empresas e empregos. Sistema em fase de adequação junto à SECOM para que seja linkado ao site da SDE. 2° Edital de Reconhecimento de APLs: está previsto para publicação no dia 18/12 o novo edital para reconhecimento de aglomerações produtivas. Fórum Náutico Paulista. Instituído pelo Decreto nº 62.228/2016, tem como principal objetivo definir diretrizes para ações de desenvolvimento com o mapeamento de indicadores socioeconômicos da cadeia náutica de lazer no Estado e a identificação dos seus impactos positivos e potencialidades, a exemplo de ações em outros países. A iniciativa visa elevar a competitividade das empresas da cadeia náutica, alavancando as vendas, geração de empregos, qualificação da mão de obra e melhoria em infraestrutura. Além disso, pretende-se organizar e divulgar roteiros náuticos paulistas, fomentando o turismo no Estado. Foram programadas 9 Reuniões Plenárias do Fórum Náutico Paulista, porém 2 foram canceladas devido à pandemia, além das reuniões da Câmara Temática de Marinas e Meio Ambiente; da Câmara Temática de Estaleiros, Motores, Propulsores e Acessórios Náuticos; da Câmara Temática de Navegação e Segurança e da Câmara Temática de Turismo Náutico. Durante as Reuniões Plenárias,

ocorreram 11 palestras de temas relacionados ao segmento. Ações de destaque: conclusão do Manual para Implantação de Estruturas e Instalações de Apoio Náutico; conclusão do Manual de Boas Maneiras e Comportamento no Mar; conclusão do Protocolo de Normas para Fabricantes de Embarcações; conclusão do Protocolo de Normas para Marinas, Garagens Náuticas e Iates Clubes; conclusão do Protocolo de Normas para Proprietários de Embarcações; conclusão do RIAME – Relatório de Inspeção Anual de Manutenção de Embarcação; conclusão do Protocolo do Subsetor Turismo Náutico – COVID-19; elaboração do Manual para Operação de Estruturas e Instalações de Apoio Náutico; elaboração da Certificação Ambiental para implantação e operação de Estruturas e Instalações de Apoio Náutico; elaboração de aval à Avaliação Ambiental de Marina Pública em São Sebastião; elaboração do Projeto Meu Primeiro Veleiro - ampliação do Projeto Meu Primeiro Barco; elaboração do Projeto de desenvolvimento da Gasolina Náutica, combustível adaptado ao uso em embarcações -fase de testes em motores de motos aquáticas; elaboração de cursos de qualificação de mão de obra para o setor náutico na área de Arquitetura e Engenharia Naval; elaboração do Plano Diretor de Turismo Náutico do Estado, em conjunto com a Secretaria de Turismo do Estado; elaboração do projeto piloto - PM Santa Fé do Sul - de engenharia para execução de Rampa Pública, para posterior réplica nos demais municípios interessados na instalação deste equipamento; elaboração da estruturação de treinamento de mão de obra para operadores de marina e para equipamentos de segurança - envolvendo brigadas de incêndio e brigadas de emergências ambientais; análise dos Sinistros que envolvem embarcações para posterior envio às Seguradoras; formação do Grupo de Trabalho dos Mananciais da Cidade de São Paulo; formação do Grupo de Trabalho para atualização do Guia de Turismo Fluvial da Hidrovia Tietê-Paraná; formação do Grupo de Trabalho para criação de um Guia Turístico e de um Guia de Investimentos do Projeto Angra Doce em São Paulo; monitoramento de Deliberação CONSEMA caracterizando baixo impacto ambiental; monitoramento de Resolução SMA para regularização de empreendimentos anteriores a 25/10/2013; acompanhamento da Revogação das resoluções do CONAMA - mangues e restingas; alinhamento das ações à Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável; participação no evento São Paulo *Boat Show* 2020, na Raia Olímpica da USP. Plano de Desenvolvimento Econômico: Desenvolvimento de ferramentas avançadas de modelagem econômica: O estudo proposto pela FIPE destinou-se ao desenvolvimento de dois modelos econômicos multissetoriais e multirregionais para fins de simulação de políticas espaciais que permitiram avaliar seus potenciais efeitos sobre os setores econômicos, os Polos de Desenvolvimento e as regiões do Estado de São Paulo: um modelo interregional de insumo-produto -IIP; e um modelo interregional de equilíbrio geral computável – IEGC - estático. Estes modelos foram construídos a partir de uma Matriz Insumo-Produto, e adequados de forma a incorporar variáveis relevantes para o caso do estado de São Paulo. Os modelos encontram-se finalizados e prontos para utilização. Treinamento de operação das ferramentas para técnicos da Secretaria: A fim de utilizar os modelos desenvolvidos para realização de simulações de impacto na economia paulista, os técnicos da FIPE elaboraram material de treinamento para os técnicos e coordenadores que utilizarão as ferramentas. Plano de Desenvolvimento Econômico: O Plano de Desenvolvimento Econômico – PDE consiste em um documento que pode ser dividido em duas partes, contendo: propostas claras e efetivas de políticas públicas a serem adotadas por esta Pasta, visando o aumento do Produto Interno Bruto -PIB paulista, geração de renda e emprego, elaboradas a partir dos modelos IIP e IEGC; planejamento de longo prazo indicando a trajetória esperada para a economia paulista no período 2022-2040, elaborado a partir de estudos técnicos e diretrizes das diferentes secretarias de estado entrevistadas pela FIPE. Entrevistas com Secretários: As entrevistas com os secretários das diferentes secretarias de interesse são parte dos principais insumos balizadores para elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico. Entre setembro e dezembro, os especialistas da FIPE conduziram uma série de entrevistas com as seguintes secretarias, coordenadorias e órgãos do estado: Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Secretaria de Desenvolvimento Social; Secretaria de Turismo; Secretaria de Cultura e Economia Criativa; Secretaria de Logística e Transportes; Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Secretaria da Casa Civil; Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Relações Internacionais; Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência; Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SDE; Coordenadoria de Ensino Técnico e Profissionalizante - SDE; Coordenadoria de Competitividade da Indústria, Comércio e Serviços - SDE; Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial - SDE; Coordenadoria de Empreendedorismo, Trabalho e Renda - SDE; Coordenadoria de Empreendedorismo, Micro, Pequena e Média Empresa - SDE; InvestSP e JUCESP. Após cada entrevista, a dinâmica se deu da seguinte forma: os especialistas elaboraram fichas contendo um sumário das principais metas e programas das respectivas secretarias; estas fichas foram enviadas para que os secretários revisassem e acrescentassem o que julgassem necessário, e voltavam, por fim, para os especialistas da FIPE. Finalizada a etapa de entrevistas com secretários, a equipe FIPE se dedica agora à redação do produto final. Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO - Inicialmente criada como uma Autarquia em 29/05/1970 a SUTACO hoje é Sistema Único do Trabalho Artesanal nas Comunidades integrando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo. Tem como missão viabilizar, preservar, incrementar e promover o Artesanato Paulista contribuindo para o desenvolvimento local de modo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável. Cadastro: Após avaliar a autenticidade e classificar o artesanato, presencialmente, emite a Carteira de Identificação Profissional do Artesão, de acordo com a Base Conceitual do Artesanato Paulista e a Base do Programa do Artesanato Brasileiro. Emite também a Carteira Nacional do Artesão do Programa do Artesanato Brasileiro da SEMPE/ME. Último número de Carteira SUTACO utilizado - 17/12/2020: 97.643. Novos Cadastrados até 17/12/2020: 1081. Renovação de Carteiras até 17/12/2020: 596. Carteira Nacional emissão até 17/12/2020: 1081. Total de cidadãos atendidos 2020: 4.623. Artesãos/Artesãs atendidos em Exposições, e Feiras: Vitrine do Artesanato Paulista: 82- Ação *Westwing + Paiol* - Vale do Ribeira: 15 - Total: 97. Produtos expostos SUTACO/Feiras. Número de peças expostas na Vitrine do Artesanato Paulista: 1165. Número de peças expostas *Westwing* em parceria com a Paiol: 70 - Artesãos beneficiados: 97- Participação em eventos diversos: 20ª Semana Universitária da UnB – DF - Mesa: A importância da Base Conceitual para desenvolvimento e a sustentabilidade do Artesanato Brasileiro – Fala: "Aplicação da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro em território Paulista"; UAPESP EM LIVE – Fala: "Ações da SUTACO em meio a pandemia do COVID-19"; Capacitação Revelando - "Roda de Conversa sobre Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local" - Qualificação voltada a gestores municipais; Lançamento "Vitrine do Artesanato Paulista" no Palácio dos Bandeirantes; Entrevista à TV Câmara - Lançamento da Vitrine do Artesanato Paulista; Entrevista à TV Vanguarda - Lançamento da Vitrine do Artesanato Paulista; Live "Valorizado o Artesanato de São Paulo" com Renan Quevedo; "Artesanato em foco - Vale do Ribeira". Qualificação: Em parceria com o SEBRAE: 15 - Total de artesãos atingidos: 150. Biblioteca: A SUTACO é procurada por estudantes e estudiosos para pesquisa sobre Artesanato Paulista. Títulos catalogados: 665. Conselho do Artesanato Paulista: Reuniões Ordinárias: 2. Redes Sociais: Facebook e Instagram: 98 publicações com alcance de 138.000 pessoas. Elaboração do Plano do Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira - Foi firmado contrato nº 34/2019 entre o Estado de São Paulo, por meio desta Pasta, com o IPT, com objetivo de prestar serviços de realização de levantamento, análise, avaliação de oportunidades e propostas para o desenvolvimento sustentável do Vale do Ribeira, com a finalidade de Elaboração do Plano do Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira, tendo como objetivos específicos: Avaliação e análise específicas de oportunidades para cada região do Vale. Observar o potencial de atividades econômicas por 3 áreas: mineral, agroflorestal e turismo. Revisão e atualização de informações socioeconômicas. Identificação das entidades e instituições ligadas à economia do Vale. Mapeamento e diagnóstico das atuais atividades econômicas. Organização e execução de oficinas de trabalho com participação de entidades empresariais, representações do Governo e Prefeituras e sociedade civil para sensibilização, apresentação e discussão de resultados, identificação de garantia e oportunidades. Identificação de condicionantes do contexto da região que passa afetar as oportunidades levantadas e dimensionar o grau de comprometimento para o desenvolvimento da atividade econômica. Aferir o grau de maturidade das tecnologias, específicas de cada alternativa investigada, relacionadas às atividades econômicas, além da capacitação dos profissionais para lidar com essas tecnologias. O Plano do Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira foi apresentado no Relatório Final em 25/11 - Polos de Desenvolvimento. Polos de Desenvolvimento é um programa da SDE em parceria com demais secretarias do estado de São Paulo para impulsionar a competitividade e a produtividade de setores produtivos já instalados de forma aglomerada no território. O programa visa, por meio da integração de políticas públicas e regulamentações para investimento e comércio, melhorar a balança comercial, empregabilidade, geração de empregos, investimentos e a maior efetividade de serviços públicos. Em meados de 2020, o Programa de Polos migrou da CDRT para a CICOS. O subsídio técnico a este programa, contudo, segue sob a égide desta Coordenadoria: - Elaboração de critérios para criação dos novos Polos de Desenvolvimento: dois novos Polos de Desenvolvimento foram adicionados ao Programa: Polo Logístico, e Polo Químico - desmembrado do Polo 4: Químico, Borracha e Plástico, Higiene e Limpeza. A CDRT foi responsável pela especificação dos Polos, elaboração de seus critérios técnicos com base em dados econômicos dos setores e realização da análise de concentração territorial - quocientes locacionais. Revisão dos dados e critérios técnicos do Programa: lançado em 2019, o Programa de Polos teve seus dados e critérios revisados, incluindo atualizações de dados considerando os últimos dados de emprego, número de estabelecimentos e VTI dos setores. Esta revisão resultou na inclusão de municípios relevantes para os setores em questão, bem como produção de novos mapas e inclusão dos dois novos Polos de Logística e Químicos, Higiene e Limpeza.- Vale do Futuro - Programa Intersecretarial presidido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional com a participação da SDE. Tem como objetivo alavancar a atividade econômica nas cidades do Vale do Ribeira e eliminar gargalos sociais. Atua sob 4 eixos: Emprego e Renda, Gestão e Governança, Infraestrutura e Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Além das atividades de acompanhamento da execução do programa, a CDRT/ SDE lidera o Eixo de Emprego e Renda. Como resultado de um ano do Programa Vale do Futuro, foram oferecidas 969 vagas de qualificação do programa Via Rápida; 264 vagas no programa NOVOTEC; 59 créditos aprovados totalizando mais de 1 milhão de reais no programa Empreenda Rápido; o programa Meu Emprego em implantação em 22 cidades com 920 pessoas assistidas. Foram efetuados 2,5 milhões em microcrédito do Banco do Povo e na Desenvolve SP 22,2 milhões de crédito estão em andamento e 18,4 milhões já aprovados para setor privado e prefeituras. Tivemos R$2 milhões em investimentos anunciados pela InvestSP, em dois projetos: Boticário - expansão do centro de distribuição em Registro e Hotel Encontro das Águas - construção de hotel em Iporanga. Com 20 projetos de investimento em carteira - novos projetos ou expansões, em diversos municípios - Cajati, Cananéia, Eldorado, Iporanga, Jacupiranga, Miracatu, Registro e Sete Barras - e setores contemplados - agronegócio, mineração, turismo, entre outros. Outros programas da CDRT têm foco, também, em ações no Vale do Futuro, já relatados neste documento; o Programa de Fomento aos APLs – APL da Banana e o APL de Mineração; e a SUTACO com inúmeras atividades junto aos artesãos da região. Além dos programas acima relatados, participam do Eixo Emprego e Renda a Secretaria do Turismo, a Secretaria da Pessoa com Deficiência e a Secretaria da Agricultura. Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 10/3/2020 - III Reunião da Comissão Estadual para os ODS - Objetivos da reunião: Devolutiva do trabalho de mapeamento das metas prioritárias e programas de governo: Das 169 metas propostas pela ONU, identificou-se que o estado de São Paulo atua junto a 140. Destas, 70 foram consideradas prioritárias pelas Secretarias e órgãos que compõem as Câmaras Temáticas. Ao todo, são 246 programas em andamento que buscam contribuir para a construção da Agenda 2030 no Estado de São Paulo; Validação das metas & priorização de Top 5. Validação das metas previamente escolhidas & priorização de Top 5 que representam cada Câmara Temática - Pessoas, Planeta, Prosperidade e Paz. Discussão de indicadores para as metas – estadualização. Ideias para comunicar e disseminar a agenda. 6/8/2020 – 1ª Reunião do Subgrupo de Apoio Técnico - Objetivos da reunião: Retomar atividades da Comissão; Apresentar a proposta do II Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo: os Impactos das ações do Governo nos ODS; Definir os próximos passos.- 18/9/2020 – Reunião com as duplas para instruções a serem dadas aos representantes das secretarias na Comissão ODS para elaboração do II Relatório de Acompanhamento dos ODS.- O Grupo de apoio técnico da Comissão retomou as suas atividades para discutir a proposta de elaboração do "II Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP". O I Relatório é a publicação ODS SP no PPA 2016-2019. O objetivo é que o II Relatório seja construído, conjuntamente, com todas as secretarias/órgãos da Comissão e que tenha uma abordagem mais executiva, objetiva e com linguagem simples para apresentar "os Impactos das Ações do Estado aos ODS". A proposta é que o II Relatório apresente, além do histórico das ações da Comissão Estadual, os programas, projetos e iniciativas elencados pelas Câmaras Temáticas como prioritários, demonstrando os resultados já alcançados, em termos de impactos e benefícios gerados para a sociedade, e suas contribuições para metas dos ODS. Neste sentido, os próximos passos definidos foram: Validação e atualização dos programas definidos pelas secretarias/órgãos em 2019/2020 e/ou indicação de eventuais substituições dessas iniciativas, considerando o novo contexto socioeconômico e fiscal do Estado, em função da pandemia da COVID - 19, até 22/9**,** seguindo as orientações no link: https://bit.ly/33seO17. Elaboração dos relatos/informes sobre os programas elencados**,** seguindo orientações do roteiro disponível no link: https://bit.ly/32whoUy e envio destes relatos produzidos, até 8/10**,** seguindo as orientações do link: https://bit.ly/31KDPoz. 11/9/2020 – reunião do Subgrupo de Apoio Técnico com representantes da sociedade civil na Comissão ODS - Objetivos da reunião:- Apresentação do programa de capacitação em ODS para gestores públicos estaduais, em elaboração pela Escola de Governo de São Paulo (EGESP) e apoio da Comissão ODS; -Discussão de propostas e contribuições dos representantes da Sociedade Civil na Comissão ODS para o Curso ODS.- 06/11/2020 – Reunião do Subgrupo de Apoio Técnico com representantes das secretarias na Comissão ODS para discussão do "II Relatório de Acompanhamento dos ODS do ESP"- Objetivo da Reunião: Apresentação dos avanços de boa parte do II Relatório e discussão dos ajustes necessários.- Análise e Dados - Área destinada a fortalecer a gestão pública por meio do uso de evidências científicas e dados para a tomada de decisão. Está estruturada em 3 eixos de atuação: Sistemas de informação, tradução de

conhecimento, subsídio de informações.- Sistemas de informação: - Convênio com Fundação SEADE para criação de Plataforma de Ciência de Dados; convênio em elaboração.- Parceria com Palantir no desenvolvimento de plataforma de dados públicos e internos integrados da SDE.- Tradução de conhecimento:- Elaboração de Notas Técnicas acerca de temas de interesse da Secretaria, tais como: PIB; pesquisas de emprego e renda; balança comercial.- Elaboração de indicadores para monitoramento de desigualdades no estado de São Paulo.- Subsídio de informações:- Mapeamento e organização dos dados administrativos da SDE- Subsídio de dados estatísticos e evidências científicas para a formulação do Programa Polos de Desenvolvimento. Monitoramento da economia paulista e efeitos da pandemia na economia. Boletins e infográficos mensais/trimestrais com *highlights* das principais pesquisas de interesse da SDE: PIB SP e Brasil; Pesquisa Mensal da Indústria; Pesquisa Mensal do Comércio; Pesquisa Mensal de Serviços; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua; Balança Comercial; Novo CAGED.

Emendas Parlamentares: a CDRT instruiu R$ 1.990.000,00 em processos de emendas parlamentares impositivas.

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante –CETTPRO: A CETTPRO é responsável por conduzir programas de ensino técnico e qualificação profissional para estudantes do ensino médio da rede estadual e adultos em busca de requalificação e aprimoramento profissional. Entre os programas da CETTPRO, as principais atualizações são as seguintes: Novotec – tem o objetivo de ampliar o acesso ao ensino profissionalizante para os alunos do ensino médio da rede estadual, buscando gerar oportunidades de acesso ao mercado de trabalho a todos os jovens por meio da oferta de cursos técnicos e cursos de qualificação profissional. Os cursos têm conteúdo prático e estão conectados com a demandado mercado de trabalho e da vida além da escola, somando a experiência do ensino médio. A oferta de cursos e vagas se dá em 4 modalidades. Para os cursos de habilitação técnica, o Novotec Integrado oferece vagas nas escolas estaduais para que o aluno faça o ensino médio integrado ao ensino técnico, ao longo dos 3 anos desta etapa escolar, e ao final ele recebe a conclusão do ensino médio com a certificação técnica. 4.799 estudantes cursaram essa modalidade nas escolas estaduais e a equipe da SDE, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação, ofereceram mais de 23 mil vagas para a 1ª série do ensino médio de 2021, com matrículas e mobilização de escolas realizada ao longo do ano. Essa será a maior expansão do ensino técnico integrado ao médio da história do estado de São Paulo. Já os cursos de qualificação profissional, com duração menor, são oferecidos pelo Novotec Expresso, cursos presenciais de 200 horas-aula de duração - 150 horas corridas, realizados no contraturno em espaços de ETECs, FATECs e Escolas Estaduais. Esses cursos precisaram ser adaptados durante a pandemia do novo coronavírus para a educação remota, com aulas ao vivo realizadas pelo Microsoft Teams. Entre o 1º e o 2º semestres, 31.105 vagas de cursos foram oferecidas aos estudantes da rede. Pelo Novotec Virtual, cursos virtuais autoinstrucionais oferecidos em parceria com a Univesp e com parceiros privados, 21.825 vagas foram oferecidas para estudantes da rede pública. Parte dessas vagas foram oferecidas pelas empresas de educação online Education First, especializada em cursos de inglês, Digital Innovation One, especializadas em cursos de programação, e Microsoft, especializada em ferramentas tecnológicas. Todas doaram vagas ao Estado por meio de chamamento público. A outra modalidade é o Novotec Móvel, oferecido em unidades móveis e itinerantes, que seriam pilotadas, mas infelizmente precisaram ser adiadas para 2021. Via Rápida Emprego – cursos de qualificação profissional voltados para adultos desempregados, com duração entre 60 e 100 horas, com o objetivo de reinseri-los no mercado de trabalho nas mais diversas áreas de atuação. Esses cursos podem ser oferecidos em espaços físicos fixos das operadoras dos programas ou espaços cedidos por prefeituras e outros entes públicos. Na sua modalidade Móvel, o Via Rápida Emprego também é oferecido em unidades móveis "carretas" pedagogicamente adaptadas para a oferta de cursos em ramos como alimentação, beleza, soldagem etc. No fim de 2019, passamos a oferecer cursos no formato virtual autoinstrucional sob o nome Via Rápida Virtual. Essa modalidade se tornou crucial devido à pandemia, tivemos mais de 158 mil estudantes inscritos nesses cursos. Na modalidade presencial, que muitas vezes foi substituída por aulas ao vivo por ferramentas digitais como *Microsoft Teams e Google Meet*, 12 mil vagas foram ofertadas. São Paulo Criativo e SP Tech – essas são modalidades do Via Rápida voltadas para cursos de economia criativa e tecnologia da informação, respectivamente com duração de 80 a 200 horas. Neste ano, firmamos contrato com o Senac, que passou a ser o principal fornecedor desses cursos. O intuito era que as aulas fossem presenciais, mas dado o contexto da pandemia elas aconteceram de forma remota, como nos outros programas. Cerca de 3.500 vagas foram oferecidas em cursos como desenvolvedor web, marketing digital, design de moda, design gráfico etc. Minha Chance – esforço da SDE para conectar as vagas de emprego disponíveis no mercado com o conteúdo dos cursos oferecidos por todos os nossos programas de qualificação profissional. O Minha Chance ofereceu 3.180 vagas de cursos a partir de pedidos de empregadores, sendo metade delas em cursos customizados com grandes empregadores, como Totvs, SAP e Cisco. As turmas customizadas ofereceram cursos complementares para estudantes de Etecs e Fatecs, com o intuito de potencializar a empregabilidade dos mesmos. Novotec Estágio – nova versão do programa Jovem Cidadão, de estágios de nível médio para jovens matriculados na rede pública. O Novotec Estágio teve mais de 300 jovens beneficiários, mas seu crescimento foi interrompido durante a pandemia devido à impossibilidade de os estudantes trabalharem presencialmente. Máscaras – logo no começo da pandemia a SDE, juntamente com o Centro Paula Souza, articulou ação para a produção de mais de 900 mil máscaras em espaços dedicados a confecção industrial em Etecs, Fatecs e unidades móveis do programa Via Rápida. Os insumos e a remuneração das costureiras foram feitos pelo banco Itaú, por meio das ONGs Instituto Bei e Fundação Rede Mulher Empreendedora.

Coordenadoria de Operações – COP e Coordenação de Políticas de Emprego e Renda – CPER. Responsáveis por coordenar as ações de aprimoramento e gestão da qualificação técnica e intermediação profissional no Estado de São Paulo, além de ter incumbência pelo aumento da empregabilidade em públicos especiais como pessoas com deficiência e egressos do sistema prisional. Principais ações: Programas: A Coordenadoria tem ativos quatro programas voltados à qualificação e recolocação do trabalhador no mercado de trabalho e abaixo listamos os números alcançados em cada um deles: Emprego e Renda: O programa emergencial ao desempregado recebeu 23.574 inscrições até outubro, convocando 11.352 bolsistas no Diário Oficial do Estado. Foram contemplados 421 municípios. Pró-Egresso: O programa que busca recolocação do egresso do sistema prisional tem 13.835 egressos na base de dados sendo encaminhados para vagas em aberto - Trabalho em Equipe: Foram contempladas 300 pessoas em times que trazem atividades multidisciplinares em 18 municípios. Os números são referentes às atividades realizadas nos períodos de liberação de aulas presenciais, de acordo com o decreto de cada município. Trabalho Inclusivo: 1.752 pessoas com deficiência foram encaminhadas para contratação nas empresas, 129 empresas aderiram ao programa do lançamento até agora e foram implantados mais dois Polos de Empregabilidade Inclusiva – PEI: Imigrantes e Humaitá. O programa conta atualmente com 4 924 pessoas com deficiência cadastradas na base de dados. Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT: Atualmente há 217 unidades, incluindo as unidades do Poupatempo, executando a intermediação de mão de obra, programa do Seguro Desemprego e orientação sobre o mercado trabalho. Intermediação de Mão de Obra – IMO: Os PATs atenderam 227.635 cidadãos em busca de emprego, cadastram 105.268 vagas ofertadas, encaminharam 242.554 cidadãos para processos seletivos, tendo como resultado a recolocação de 21.010 cidadãos no mercado de trabalho no período de 1/1 a 10/12/2020. Seguro Desemprego: Foram atendidos 536.350 requerentes do benefício nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT, unidades Poupatempos e via online durante toda a pandemia. Comissão Estadual do Emprego: A CEE SP, realizou sete reuniões fechadas, com palestras e apresentações das ações das suas instituições para enfrentamento das consequências da pandemia de coronavírus. Realizou seis reuniões abertas à participação dos municípios, reunindo até 250 pessoas, com palestras informativas, sendo a última encerrando o ano com três importantes apresentações: Empreenda Rápido/ Sebrae; Programa PIPE/ Fapesp e Crédito/ BPP. No mês de julho promoveu um ciclo de três palestras sobre crédito e qualificação, com a participação da Desenvolve SP, Coordenadoria de Qualificação da SDE e o Banco do Povo Paulista. Também realizou uma parte importante de seu Plano de Trabalho: iniciou ações conjuntas entre as instituições que compõem este conselho para inclusão produtiva urbana e rural. Continuamos com o trabalho de atendimento aos municípios e contamos com a abertura de 70 Conselhos Municipais de Emprego. Fechamos o ano com a boa notícia da aprovação de lei que instituiu o Conselho e o Fundo do Trabalho no Estado de São Paulo – FUNTESP. Eventos: Foi realizado de forma online o 5º Mutirão do Emprego em parceria com a União Geral dos Trabalhadores – UGT, Sebrae e Centro Paula Souza e contou com 302.000 currículos inscritos no sistema. Também realizamos virtualmente o evento "Inclusão na Prática" em parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e falou sobre boas práticas inclusivas em empresas.

Coordenadoria de Competitividade da Indústria, Comércio e Serviços - CICOS. Programa Paulista de Capacitação para Exportações - Exporta SP. O programa Exporta SP tem por objetivo apoiar e impulsionar empresas paulistas dos diversos setores de atividade no processo de exportação e internacionalização empresarial. A iniciativa promove fortalecimento das redes e clusters exportadores nas regiões e polos econômicos de desenvolvimento, através da interiorização das ações em parceria com instituições locais e disponibilizando informações relevantes para o processo exportador nas diferentes localidades do Estado. O programa foi lançado em janeiro em evento realizado no Palácio dos Bandeirantes. A capacitação da primeira turma de empresas tinha início previsto para março, mas, devido a pandemia, a metodologia foi adaptada para ser oferecida inteiramente no ambiente virtual com início postergado para novembro. Foram recebidas 481 inscrições de empresas no total. Após análises técnicas de maturidade de exportação, 150 empresas foram selecionadas abrangendo os seguintes setores: "Agritech, Aeroespacial, Serviços Tecnológicos" 23; "Alimentos e Bebidas" 41; "Automotivo" 3; "Couro e calçados" 10; "Eco Florestal" 3; "Metal-metalúrgico, máquinas e Equipamentos 15"; "Químico, borracha e Plástico 8"; "Saúde e Farma 18"; "Têxtil, Vestuário e Acessórios" 11; "Papel, Celulose e Reflorestamento" 1; "Higiene, limpeza e Beleza" 2; "Outros" 15. Nota-se que, no conjunto das 150 empresas da 1ª Turma do Exporta SP, encontram-se nelas empregados 5.086 colaboradores. Nessa primeira turma, com início novembro, as empresas paulistas terão acesso a 66 horas em capacitações virtuais, divididas em "módulos", "workshops" e "mentorias". A metodologia foi desenvolvida em conjunto entre as equipes de InvestSP e Fundação Instituto de Administração - FIA. Os conteúdos são oferecidos por professores e mentores com ampla experiência profissional e acadêmica na temática de negócios e comércio internacional, com apoio permanente da equipe InvestSP. Contrato de Gestão n° 012/2019 com a InvestSP. O Contrato de Gestão n° 012/2019, celebrado entre a SDE e a InvestSP – Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade, é composto por metas e indicadores de qualidade e produtividade e buscam alcançar os seguintes objetivos estratégicos na sua área de atuação: Atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como reter e estimular a expansão de empresas instaladas no Estado de São Paulo; Prospectar, no Brasil e no exterior, oportunidades de investimentos para o Estado de São Paulo; Auxiliar os municípios paulistas no atendimento ao investidor e no desenvolvimento do ambiente de negócios, em especial nas regiões menos favorecidas e aquelas mais distantes da Capital; Promover a imagem do Estado de São Paulo como destino de investimentos, no Brasil e no exterior; Prestar apoio à exportação do produto paulista; Promover investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação e gerar novos negócios de base tecnológica no Estado de São Paulo; Buscar a excelência na gestão e na governança corporativa. À CICOS compete a orientação, acompanhamento e avaliação dos resultados, por meio de reuniões realizadas ao menos trimestralmente entre equipe técnica da contratante, no que diz respeito às ações finalísticas. Além disso, a Coordenadoria recebe também os relatórios de desempenho apresentados trimestralmente, relativos à execução do contrato, contendo comparativo específico das metas propostas, com os resultados alcançados no período. A Coordenadoria é responsável ainda por provocar a Comissão de Avaliação que elabora relatório conclusivo semestral sobre a avaliação do desempenho da contratada. No relatório referente ao período de 26/8/2019 a 25/8/20, a Contratada informou a execução média de 148% dos objetivos do contrato de gestão. Polos de Desenvolvimento. A partir do lançamento do programa Polos de Desenvolvimento, iniciaram-se rodadas de reuniões com representantes dos respectivos setores abrangidos pelos Polos, com apoio da InvestSP, com o objetivo de mapear as demandas e os principais entraves ao desenvolvimento. É possível afirmar que o programa de Polos se divide em dois momentos distintos, iniciando-se com o piloto do Polo Têxtil, Vestuário e Acessórios, para construção inicial do programa. Paralelamente ao piloto do setor têxtil, foram realizadas reuniões para tratar de demandas específicas com empresas e representantes de diversos outros setores e segmentos no âmbito dos Polos, sendo identificados cerca de 300 gargalos. No entanto, a chegada da pandemia da Covid-19 – Coronavírus, trouxe inúmeros impactos, não só para os setores industriais, como também a outros segmentos da economia. Nesse novo contexto, considerou-se fundamental a retomada das audiências setoriais para identificar as novas prioridades trazidas pela pandemia, bem como dar continuidade ao trabalho de validar e priorizar os gargalos com o novo cenário. Desde outubro, foram realizadas reuniões virtuais com os 12 Polos de Desenvolvimento, totalizando 259 empresas e entidades setoriais participantes. Para o trabalho de validação e priorização, são elaborados documentos pela equipe técnica da SDE, contendo as demandas classificadas nos seis eixos dos Polos - Qualificação de Mão de Obra, Simplificação Tributária e Regulatória, Ambiente de Negócios e Desburocratização, Financiamento Competitivo, P&D e Tech e Infraestrutura e Serviços. Posteriormente, esse documento é enviado aos representantes dos setores que participaram das audiências para validação e complementação. Em seguida, inicia-se um processo interno de priorização das demandas mapeadas, considerando as ações necessárias para o alcance daquela solução ou objetivo. Em diálogo com o setor, são definidos os próximos passos e os interlocutores a serem mobilizados. Posteriormente, o documento de demandas é

complementado com as ações a serem implementadas. O documento final, denominado Plano de Ação será apresentado aos setores a partir de janeiro/2021 e serão abertas frentes de trabalho para a sua implementação. Até o momento, há oito Planos de Ação sendo finalizados, para os seguintes Polos: Têxtil, Vestuário e Acessórios; Tech; Saúde e Farma; Automotivo; Ecoflorestal; Papel, Celulose e Reflorestamento; Metal-Metalúrgico, Máquinas e Equipamentos; Alimentos e Bebidas. ProVeículo. A Coordenadoria recebeu 17 protocolados referentes ao Programa ProVeículo, dos quais 15 trataram-se de demonstrativos do cumprimento do cronograma de execução dos projetos de investimento, e 2 relativos a novos pedidos de adesão de novos projetos de investimentos ao programa para utilização de crédito acumulado de ICMS.

Coordenadoria de Ensino Superior - CES - Cabe à Coordenadoria elaborar estudos e diagnósticos, manter diálogo permanente e realizar ações em parceria com a comunidade científica, com vistas ao desenvolvimento articulado do ensino superior no Estado. Uma das principais iniciativas desenvolvidas é o Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP, que tem como principal foco a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Estado, por meio de cursos semipresenciais, ampliando o número e abrangência geográfica das vagas ofertadas. As entidades vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através da Coordenadoria de Ensino Superior são: USP, Unicamp, Unesp, UNIVESP, FAMEMA e FAMERP. A principal ação da Coordenadoria foi a Celebração de Termo de Colaboração entre a SDE, a FAMEMA e a Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília e ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – FAMAR. O Termo de Colaboração, no valor de R$ 4.280.622,54, a serem executados em um prazo de 24 meses, objetivam a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão da FAMEMA. Criada pela Lei estadual nº 8.898/1994 como autarquia de regime especial, a Faculdade de Medicina de Marília só teve seu Quadro de Pessoal Docente instituído em dezembro de 2008, por meio da Lei Complementar nº 1.072. Até a presente data, entretanto, não houve a criação do quadro de pessoal técnico-administrativo da FAMEMA por meio de Lei Estadual. Até o presente momento também não foram realizados concursos públicos para a contratação de pessoal da FAMEMA, razão pela qual, para seu funcionamento, desde 2007 parte do pessoal docente, gerencial e técnico-administrativo que desenvolve as atividades junto à FAMEMA é mantido pela FAMAR, que ao longo do tempo tem a função precípua de manter o arrimo para as atividades acadêmicas, gerenciais e administrativas para que a FAMEMA possa cumprir com sua missão, que é a formação de recursos humanos com excelência na área da saúde - medicina e enfermagem, objetivando cumprir com o papel social do qual o ente público é responsável, suprindo assim as necessidades de saúde da comunidade e voltada para as políticas públicas. O referido Termo de Colaboração será executado mediante a cessão, em caráter excepcional e temporário, dos empregados da FAMAR contidos na lista nominal anexa, para prestarem serviços exclusivamente na FAMEMA, visando garantir a continuidade das atividades acadêmicas. A seguir, o resumo das Universidades e Faculdades Públicas, vinculadas à SDE, de responsabilidade desta Coordenadoria:

Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP: Cursos Graduação: a Univesp conta com mais de 46 mil alunos, distribuídos em 11 cursos de graduação: Licenciaturas em Biologia, Química, Física, Matemática, Pedagogia e Letras; Engenharias de Computação e Produção, Bacharelado em Tecnologia da Informação, Bacharelado em Ciência de Dados e o curso de Tecnologia em Gestão Pública, oferecido em parceria com o Centro Paula Souza. Vestibular: o último processo seletivo anual ocorreu em dezembro/2019 com ingresso em março/2020 e ofertou 16.100 vagas: 8.050 para Licenciaturas - Letras, Pedagogia e Matemática e 8.050 para o Eixo de Computação - Bacharelado em Tecnologia da Informação, Ciência de Dados e Engenharia de Computação. O próximo processo seletivo deverá ocorrer em 2021, com previsão de ingresso em agosto. Curso de Especialização em parceria com o CREA-SP: a UNIVESP deu continuidade ao convênio voltado à capacitação técnica e aprimoramento de profissionais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, registrados no CREA-SP. A iniciativa ofereceu em caráter experimental mais de 1.300 vagas para o curso de especialização Lato Sensu *"Empreendedorismo e Inovação Tecnológica nas Engenharias".* Colação de Grau: 292 alunos colaram grau Licenciaturas e Engenharias. Expansão: a universidade assinou convênios com mais nove municípios para abertura de Polos. São eles: Brotas, Buri, Estrela do Norte, Martinópolis, Nantes, Rincão, Rinópolis, Santópolis do Aguapeí e São Luiz do Paraitinga. Com os novos convênios, a universidade passou a contar com 382 polos, distribuídos em 325 municípios, superando 50% do território paulista, que abrigam 90% da população do estado. Trote Solidário – Cidadão Paulista: a ação, em parceria com a Fundação Educar Dpaschoal, reconheceu os melhores projetos de empreendedorismo social realizados nos polos. Foram inscritos 70 projetos de 52 polos de ensino da capital, interior e litoral do Estado. O vencedor do Prêmio foi o polo de Santa Cruz das Palmeiras, com o projeto "Mãos da Praça". Prêmio Gestão Escolar 2020: universidade foi parceira da 22ª edição do prêmio, e ofertará Curso de Especialização Processos Didático-Pedagógicos, na modalidade a distância - lato sensu, para gestores e professores vencedores da premiação. Nesta edição, com recorde de oito mil inscrições, foram reconhecidas práticas bem sucedidas das escolas que encontraram soluções durante a pandemia de Covid-19. A escola vencedora foi a EREM Professora Maria de Menezes Guimarães, de Pernambuco. Instituto Península: parceria entre UNIVESP e o Instituto Península, organização social com foco na melhoria da qualidade da educação brasileira, possibilitou a exibição na UNIVESP TV, de 14 capítulos do Programa Vivescer, voltados à regulação das emoções, cuidados com o corpo, trabalho com a mente e vínculo com o propósito de vida ao público. Parceria com UNESCO Institute for Information Technologies - UNESCO IITE: a UNIVESP foi à única instituição brasileira indicada para participar de grupo de trabalho como fornecedora de conteúdo educacional durante a pandemia. Parceria Commonwealth of Learning - COL: em abril foi fechada parceria com a COL para compartilhar conhecimentos e recursos que permitam manter o aprendizado em tempos da Covid 19. O conteúdo da Univesp auxilia, em especial, Moçambique. Parceria Coursera: a empresa norte-americana ofertou a 50 alunos da universidade desempregados ou que perderam o emprego durante a pandemia, vagas em um dos 3.850 cursos de 400 especializações da Coursera. Os estudantes contemplados foram sorteados. Ofertas de disciplinas de graduação: foram ofertadas 389 disciplinas. Dessas, 35 autoinstrucionais, 257 regulares e dependências e 97 regulares com equivalência. Suporte Pedagógico – Facilitadores: continuidade aos convênios firmados com a USP, Unesp e Unicamp para seleção de alunos de mestrado e doutorado das três universidades, interessados em participar do Programa "Formação Didático-Pedagógico para cursos na modalidade a distância". Durante o período do Programa, os estudantes atuam como facilitadores virtuais nos cursos de graduação da UNIVESP e recebem bolsas de estudos. Programa de Monitoria Presencial: a universidade ofertou 210 bolsas. Participaram alunos ingressantes de 2016, 2017 e 2018. A bolsa auxílio é de R$ 800 mensais por 20h semanais. A intenção é despertar o interesse do aluno pela docência, proporcionar o aprimoramento discente e desenvolver as competências de colaboração, liderança e trabalho em equipe. Programa Aluno Representante de Curso: 12 alunos atuaram no Programa, que tem a meta de aproximar discentes e docentes, além de estabelecer um canal de comunicação para a geração de ações e propostas voltadas às atividades acadêmicas. Processo Seletivo Simplificado: a contratação de 371 profissionais foi aprovada e divulgada em Diário Oficial de 31/10/19. Devido a Pandemia, só foi possível contratar 85 dos 345 mediadores e 17 dos 26 supervisores. Há solicitação de renovação da autorização para continuidade da contratação. Todas In Rede: parceria da UNIVESP com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Programa é responsável pela elaboração e gestão do Curso de Atendimento da Mulher com Deficiência Vítima de Violência, cujo público-alvo será composto de profissionais da Rede de Proteção como: Promotores, Delegados, Técnicos, Profissionais que atuam nas Delegacias de Defesa da Mulher e demais Delegacias Especializadas. Ambiente Virtual de Aprendizagem: a UNIVESP adquiriu um novo ambiente virtual de aprendizagem, com maior capacidade e suporte aos alunos. Adequação nas Normas Acadêmicas durante pandemia: publicação de portaria da Presidência que permitiu o trancamento de matrículas dos alunos que não possuem infraestrutura tecnológica para dar andamento em suas atividades durante a pandemia e dilação de prazo de estudantes que estão prestes a estourar o período máximo de integralização. Provas On-line: UNIVESP implantou sistema de provas on-line durante a pandemia. Integra UNIVESP: foi criado o site - https://apps.univesp.br/integra, que disponibiliza quase 300 disciplinas e mais de 8.000 videoaulas já oferecidas pela instituição. Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC: assinado entre a SEDUC, UNIVESP e Fundação Padre Anchieta, a iniciativa disponibiliza 8 horas da grade da UNIVESP TV para transmissão de conteúdos audiovisuais aos estudantes de ensino fundamental, em decorrência das medidas de restrições e ações de enfrentamento à disseminação do vírus COVID-19. Parceria Programa Autoestima: UNIVESP é uma das parceiras da iniciativa do Governo do Estado, que oferta cursos de formação em Saúde Mental para profissionais de saúde do SUS, visando o aprimoramento e a expansão do acolhimento psicossocial na rede pública de saúde. Inicialmente, 8 cursos foram oferecidos por meio da parceria com o Instituto de Psicologia da USP. Novo convênio com a Fundação Padre Anchieta – FPA: em 4/8, UNIVESP e FPA assinaram um novo convênio. O documento prevê a produção de programas de estúdio, material de apoio, bem como gravações externas para televisão e internet e exibição televisiva em canais digitais abertos para diversas regiões do Estado de São Paulo. O convênio irá até 3/8/2021. Novotec Virtual, a UNIVESP foi contratada pela SDE para oferecer 80 horas/aula em cursos de capacitação a distância para 4.700 alunos do Ensino Médio da SEDUC. Foram ofertados os cursos de Assistente de Planejamento e o de Desenvolvimento de Sistemas. Há um novo contrato assinado, que prevê a oferta de mais 20 mil vagas. Via Rápida: a SDE contratou a UNIVESP para adaptar os cursos de qualificação profissional elaborados pelo Centro Paula Souza - 80 horas, na modalidade a distância. Serão ofertadas 115 mil vagas em 8 cursos correspondentes aos eixos: Tecnológico de Gestão de Negócios e Tecnológico de Informação e Comunicação. Todos serão disponibilizados na plataforma virtual da UNIVESP. Podem participar maiores de 15 anos que estão desempregados ou em busca de uma colocação profissional. Programa de Especialização com concessão de bolsas TT4 e TT5: a universidade implantou o Programa de Especialização "Desenvolvimento de Soluções Inovadoras para a Educação a Distância". A iniciativa é destinada para titulados em pós-graduação - mestres e doutores e tem duração de 40 horas semanais, sendo quatro dedicadas ao estudo teórico e 36 para a realização de atividades práticas, na sede da UNIVESP, localizada na capital paulista. Cooperação com a Unesp e oferta de disciplinas: no segundo bimestre, 122 alunos das engenharias da Unesp de Ilha Solteira, Registro e Tupã puderam cursar Matemática Básica da UNIVESP, como disciplina eletiva. Objetivo da iniciativa foi garantir a melhora do desempenho dos discentes nas disciplinas que tem com o pré-requisito conceitos de matemática básica. No terceiro bimestre, em outro programa de cooperação com a Unesp, a UNIVESP matriculou 14 alunos chineses em Cursos de Formação de Professores- Letras e Português. Os estudantes estrangeiros participaram das disciplinas a distância de Alfabetização e Letramento II, Design Educacional, Inglês, Avaliação Educacional e da Aprendizagem, Educação de Jovens e Adultos e Gestão do Conhecimento. Implantação de novo *Call Center*: empresa vencedora da licitação iniciou as operações em 23/3. Entre os serviços desenvolvidos estão: o atendimento via telefone, *email*, *Whatsap e Chatbot*. Comunicação: a UNIVESP foi destaque em mais de 1.100 reportagens, de acordo com o clipping semanal. Dessas 99% positivas. A universidade também conta com participação ativa de usuários nas mídias sociais - Facebook: mais de 62 mil seguidores/Twitter: 12.6 mil/Instagram: mais de 12 mil /LinkedIn: mais de 10 mil. Em agosto foi implantado o *TikTok*. De janeiro a novembro, o site da UNIVESP teve mais de 1,2 milhão de acessos e 7,4 milhões de visualizações de páginas. O canal da UNIVESP TV no *Youtube* ultrapassou 8 mil vídeos e mais de 965 mil inscritos. Publicação Projeto Integradores: por meio do departamento de Comunicação, reuniu no material "Aprender na Prática", 21 exemplos de Projetos Integradores de estudantes dos cursos de Engenharias e Licenciaturas, realizados nos anos de 2018 e 2019. Novo Estúdio UNIVESP TV: está em construção espaço com novos cenário e recursos para as gravações de videoaulas. No local, além de uma tela interativa que o professor poderá utilizar, haverá um ambiente para entrevistas e a possibilidade de os alunos participarem presencialmente. Nova grade de programação da UNIVESP TV: em dezembro, foi iniciada a reformulação da grade de programação da UNIVESP TV, com a inclusão da apresentação das aulas dos cursos do Eixo Licenciatura - segunda às 20h40, com reapresentação as terças - 17h e sábados - 19h, e das aulas do Eixo Computação terças às 20h40, com reapresentação as quartas - 17h e domingos- 19h. Em alguns finais de semana passaram a ser exibidas maratonas de revisão de diversas disciplinas, com a ideia de auxiliar no preparo para as provas.

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP: Graduação - Nessa esfera foram oferecidos 136 cursos, com 186 opções de ingresso via vestibular, distribuídas em 63 carreiras nas três grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Biológicas e Exatas, para 38.337 alunos matriculados. Temos, ainda, 2.074 alunos em cursos adicionais de línguas e à distância. Somam-se a esses números os mais de 2 mil alunos matriculados nos cursos médio e técnico. Quanto aos egressos da graduação, anualmente são enviados ao mundo do trabalho pela Unesp cerca de 6 mil profissionais. A qualidade do ensino é comum a todos os cursos, conforme avaliação Guia da Faculdade, uma parceria da Quero Educação e Jornal Estão, que classificou cerca de 135 cursos com notas 4 e 5, maiores pontuações para este ranking. Ainda, classificou a Unesp como a instituição com mais cursos estrelados na área de Ciências Biológicas e da Terra. No Enade, desde 2017, considerando todos os cursos avaliados, o número de cursos com conceitos 4 ou 5 subiu de 45% para 71%. Com relação ao acesso à Universidade, o quadro discente vem sendo ampliado para alunos provenientes de escolas públicas, por meio do Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública - SRVEBP. Desde 2018, pelo menos 50% das matrículas em cada curso, são destinadas a alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. Pós-graduação- No Stricto Sensu, a Unesp ofereceu 142 programas de pós-graduação, sendo 118 acadêmicos e 24 profissionais, em 45 das 48 áreas de avaliação da CAPES e em 19 cidades do Estado, indicando grande abrangência. A Capes atribuiu conceito 7 para seis destes programas, 6 para 20 programas e 5 para 47, indicando forte maturidade científica e consolidação em 52% deles.

No Lato Sensu, foram oferecidos 25 cursos de especialização, 11 residências multiprofissionais e uma residência médica. Foi iniciado um novo curso, o de Direito, em Stricto Sensu. Atualmente, há 2.929 alunos matriculados no Lato Sensu e 13.643 no Stricto Sensu e, nesta modalidade, foram defendidas 3.019 dissertações e teses. Houve 3618 bolsas/benefícios concedidos aos alunos na pós-graduação. Pesquisa - Segundo a plataforma SciVal, da Clarivate, a Unesp publicou 5115 artigos científicos, a segunda universidade que mais publicou no país, registrando um aumento de 3,25% com relação ao ano anterior. Com relação às pesquisas relacionadas ao combate à pandemia, foram registrados 66 artigos científicos na plataforma SciVal. O impacto de citação destes artigos - Field-Weighted Citation Impact, foi de 2,29, sendo que a média global é 1. Estas publicações contaram com 23 colaborações internacionais, incluindo instituições dos EUA, Espanha, Austrália, Canadá, Alemanha dentre outras. Com relação aos projetos financiados pela FAPESP aos docentes e pesquisadores da Unesp[0], foram registrados 584 Auxílios Regulares e 47 Projetos Temáticos em andamento. Destes, 129 projetos de Auxílio Regular e 5 Projetos Temáticos iniciaram-se em 2020, o que reflete em R$ 15.627.608,15 em Auxílios Regulares e R$ 4.044.426,41 em Projetos Temáticos. Vale destacar que esse desempenho na captação de recursos juntos às agências de fomento está diretamente relacionado à alta qualificação do corpo docente e de pesquisadores. Extensão universitária e cultura - na Unesp a extensão universitária foi desenvolvida por meio de: 26 cursinhos pré-universitários, 3 Centros de Línguas e Desenvolvimento de Professores, 5 núcleos do Programa de Educação de Jovens e Adultos - PEJA, 20 núcleos da Universidade Aberta da Terceira Idade - UNATI, 8 NUPEs - Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão, e 54 Empresas Juniores. Além disso, foram desenvolvidos em torno de 280 projetos de extensão universitária junto à população dos diversos municípios onde a Unesp tem sede. Mesmo com o impacto da pandemia, 74 cursos, totalizando mais de 3464 vagas, foram oferecidos nas diversas Unidades da Unesp. No campo da Cultura atividades importantes foram promovidas, pelo Coral Unesp, pela Orquestra Acadêmica e outros grupos como o Teatro Didático, Fábrica de Óperas, Grupo de Percussão e o Literatura em Cena; além disso, a Universidade conta com importantes acervos e espaços museológicos e ações culturais organizadas em todas as 34 Unidades Universitárias. No período também foi feita prestação de serviços à comunidade da assistência nas áreas médica, odontológica, veterinária, jurídica entre outras. Internacionalização - A Unesp manteve-se em posições de destaque nos principais rankings mundiais. Na avaliação da QS World University Rankings, está posicionada na 493ª no Global World Ranking, na 11ª no Latin America Ranking e entre 71-80 no Under 50. No Center for World University Rankings atingiu a posição 421ª, enquanto no Academic Ranking of World Universities alcançou a posição 301-400. Assessoria de Relações Externas – AREX intermediou, 71 acordos nacionais e internacionais e a realização de 198 intercâmbios de alunos de graduação no exterior e a recepção de 92 alunos internacionais de graduação. Para oferecer oportunidades de mobilidade a comunidade neste ano atípico, a AREX mediou uma parceria com a plataforma COURSERA, que oferece cursos online de universidades renomadas no mundo, que resultou em 32.524 matrículas realizadas pela comunidade unespiana. Além disso, buscando preservar o bem estar dos intercambistas, foram organizadas reuniões de tele acolhimento para acadêmicos internacionais na Unesp e para alunos da instituição no exterior. Inovação - Foram consolidados 17 Ambientes de Inovação, formados por incubadoras de empresas de base tecnológica, escritórios e espaços *makers* implementados em 14 campus da Unesp. Além disto, houve cinco editais e programas executados que somaram mais de 360 hs de atividades e 2.000 alunos, professores e técnico-administrativos participando de competições, eventos e maratonas de tecnologia, empreendedorismo e inovação. Também foi lançado o edital em busca de soluções e tecnologias para o enfrentamento do COVID19 e criado o primeiro programa de inovação social que transferiu tecnologias sem custo para a sociedade. Em relação as empresas juniores, a Unesp manteve seu histórico de liderança nacional, com mais de 45 empresas juniores atuando junto à comunidade local no interior de São Paulo. Quanto as empresas filhas, *startups e spin-offs* da Unesp, atingimos 1.200 registradas, destas 300 movimentaram 2.5 bilhões de reais ao ano. Gestão e infraestrutura - A realização das capacitações por videoconferência permitiu que as respostas e adaptação ao momento da pandemia fossem realizadas em curto espaço de tempo, de forma assertiva, organizada, evitando retrabalho e mantendo as atividades administrativas da universidade. Manteve ações para o bem-estar e a saúde mental de seus trabalhadores e estudantes. Além das ações de promoção da saúde mental, formalizou projeto para a prevenção de suicídio entre estudantes, técnicos e docentes. Frente à pandemia da Covid-19, organizou-se rapidamente, de modo a preservar a vida e a saúde das pessoas e, paralelamente, garantir o engajamento da comunidade acadêmica na busca por soluções mantendo o compromisso com a sociedade que a financia. Instituiu o Projeto de Teleacolhimento, ação psicoeducativa e humanizadora, com o principal objetivo de oferecer um espaço de escuta, de aprendizagem e de enfrentamento em tempos de pandemia e de isolamento social, para a comunidade. No enfrentamento à pandemia da Covid-19, na sua gestão de contratos, dentre eles, os de prestação de serviços contínuos, que em razão da redução de atividades presenciais, com a aplicação de supressões de quantidades não executadas ou suspensão da execução, resultou em redução com pagamentos de serviços, no período de março a novembro, o montante de R$ 7.897.726,50**.**

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - se destacou no enfrentamento à pandemia de COVID-19, tomando, de forma pioneira no País, diversas medidas para garantir a segurança da comunidade acadêmica, a disponibilização de sua estrutura de saúde à população e o desenvolvimento de pesquisas para compreender a atuação do novo coronavírus e mitigar seus efeitos na sociedade. Durante o período, a Universidade contou com 37.670 alunos matriculados em 65 cursos de graduação e 158 de pós-graduação em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira. Seus 1.782 docentes, 99% dos quais com titulação mínima de doutor e 95% atuando em regime de dedicação exclusiva, seguiram na liderança da produção per capita nacional de artigos científicos publicados em revistas internacionais indexadas. No plano do ensino técnico, contou com 3.280 alunos matriculados em 36 cursos oferecidos pelo Colégio Técnico de Campinas e pelo Colégio Técnico de Limeira, que atuam na formação profissional de nível médio. Os cursos oferecidos abrangem as seguintes áreas: Industrial, Informática, Saúde, Telecomunicações, Gestão e Meio Ambiente. Além do reconhecido destaque no cenário nacional, entrou na lista das universidades com melhor reputação do mundo, de acordo com o ranking Times Higher Education – THE World Reputation. Entre as universidades brasileiras, também está a USP, que já era mencionada em outras edições. Elas são as duas únicas universidades brasileiras apontadas no ranking, que é realizado através de pesquisa junto a cientistas e dirigentes de diversas instituições de ensino superior do mundo. Esforço Contra a Pandemia -Pioneira no enfrentamento - Em função da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus, a UNICAMP foi a primeira universidade do Brasil a anunciar, ainda em março, a suspensão das aulas presenciais e das atividades não-essenciais, como forma de reduzir a circulação do vírus e mitigar os efeitos da pandemia. Urgente e necessária, a medida passou, em pouco tempo, a ser adotada por outras instituições de ensino superior públicas e privadas. Secretarias estaduais e municipais de educação também adotaram medidas semelhantes. Na sequência, outras providências foram tomadas, em diversas frentes, visando garantir, de um lado, a segurança da comunidade acadêmica e, de outro, a estrutura necessária para atender à população nas áreas de saúde encarregadas de enfrentar a pandemia. Força-Tarefa contra COVID-19 - Em março, a Universidade deu início à Força-Tarefa Unicamp contra a COVID-19. Liderada por professores do Instituto de Biologia, a Força-Tarefa visa estruturar a Universidade e sua comunidade para os momentos mais críticos da pandemia causada pelo coronavírus. A Força-Tarefa está estruturou a Unicamp para atuar nas seguintes frentes: Frente Diagnóstico, com o objetivo de padronizar protocolos, produzir controles e auxiliar a implantação de teste nos laboratórios de patologia clínica do Hospital das Clínicas da Unicamp e outros laboratórios de diagnóstico em Campinas. Frente de Pesquisa e Desenvolvimento, composta por um grupo de pesquisadores que trabalham no desenvolvimento e implementação de testes que possibilitem diagnóstico em larga escala para estas unidades de saúde. Frente de Pesquisa Básica, com o objetivo de utilizar toda a capacidade de pesquisa e inovação instalada na Unicamp para buscar descobertas científicas que permitam melhor compreensão da ação do vírus, do desenvolvimento da doença e da ação de fármacos com potencial de reverter o quadro da infecção. Frente de Divulgação, que prestara o serviço à iniciativa de levar, em tempo real, os progressos científicos da Força-Tarefa á comunidade, como atuar junto à sociedade no fornecimento de informações confiáveis sobre a pandemia. Frente de Captação de Recursos, que visa garantir a sustentabilidade da Força-Tarefa e auxiliar na estruturação da capacidade do Hospital das Clínicas da Unicamp e outros laboratórios de diagnóstico em Campinas em lidar com esta pandemia. Frente de Articulação, que atua em parcerias com representantes de instituições, sociedades e políticos para o engajamento conjunto frente a esta iniciativa. Frente de Ensaios Clínicos, liderado por pesquisadores da Faculdade de Ciências Médicas, que coordena os ensaios clínicos voltados a Covid-19 na Unicamp. Frente de Modelagem Epidemiológica, que atua na construção de modelos para a previsão de possíveis cenários e análise de dados epidemiológicos que auxiliem na compreensão dos impactos da Covid-19 em nossa sociedade. O trabalho da Força-Tarefa resultou em inúmeros benefícios, como testes mais baratos, modelos matemáticos para respiradores, estudos sobre a forma de atuação do vírus, teste de vacinas e outros grandes trabalhos. Ensino - Acesso − pelo segundo ano consecutivo, os 3.399 estudantes que ingressaram na Unicamp, entraram por diferentes formas de acesso, além do vestibular tradicional. Após medida histórica, aprovada pelo Conselho Universitário em novembro de 2017, a Unicamp passou a utilizar vários mecanismos que diversificaram as formas de ingressar na Universidade e ampliaram a inclusão nos seus cursos de graduação. As medidas foram aplicadas pela primeira vez no ano de 2018, para ingresso em 2019. Um total de 2.762 estudantes ingressaram pelo Vestibular Unicamp e 501 alunos ingressaram pela modalidade Enem-Unicamp, que utilizou para a classificação, somente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio. Outros 85 estudantes ingressaram pelo Vestibular Indígena, destinado a candidatos indígenas brasileiros, de diferentes etnias. E outros 51 ingressantes utilizaram somente o desempenho em olimpíadas e competições de conhecimento para entrar, pela modalidade de ingresso denominada Vagas Olímpicas. Cotas – Pelo segundo ano também, a matriculou estudantes que optaram pelo sistema de cotas étnico-raciais, que reservou no mínimo 25% das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos, no Vestibular Unicamp e na modalidade Enem-Unicamp. Do total de matriculados, incluindo todas as modalidades, 30,9% se autodeclararam pretos ou pardos - 1.051 estudantes. Inclusão - Ainda no âmbito da inclusão social no Vestibular, a Unicamp contou com uma pontuação oferecida a candidatos que fizeram os ensinos fundamental e/ou médio na rede pública. Assim, os estudantes que optaram por participar do Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social – PAAIS, receberam automaticamente, na primeira e na segunda fase, as seguintes pontuações: 20 pontos para aqueles que cursaram integralmente o ensino fundamental II em escolas públicas; 40 pontos para aqueles cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas; 60 pontos para aqueles que cursaram ambos os períodos na rede pública. Quase metade dos alunos de graduação que ingressaram veio da escola pública. O índice foi de 45,4% - 1.542 estudantes, incluindo todas as formas de ingresso. Pós-Graduação – Com 47% de seus alunos concentrados na pós-graduação, registrou, um total de 1.474 dissertações de mestrado e 1.017 teses de doutorado defendidas. Dos 140 cursos de pós-graduação oferecidos e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, no mais recente ciclo quadrienal 2013-2016, 103 - 74% ficaram na faixa de notas de 5 a 7, o que os classifica como muito bons ou excelentes. Os cursos avaliados com nota 6 ou 7 são considerados de excelência, com padrão internacional. A Unicamp tem 65 nesta faixa, o que corresponde a 46% do total de pós-graduações avaliadas. Pesquisa e Desenvolvimento - Produção científica − Tomando-se por base levantamentos do Institute for Scientific Information - ISI, dos Estados Unidos, que monitora dez mil revistas internacionais especializadas, a produção científica da Unicamp manteve a tendência de crescimento contínuo experimentada desde 2002. Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia, a comparação mostra um crescimento notável de produtividade - de 0,2 para 2,4 artigos per capita por ano. Inovação tecnológica − Agência de Inovação Inova Unicamp, o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, da Universidade, recebeu 104 comunicações de invenção de janeiro a novembro. Neste contexto, a Unicamp acumula o total de 1.244 patentes em vigor. No que se refere às parcerias para a transferência de tecnologia desenvolvida na Unicamp para empresas, foram assinados 4 contratos de licenciamento. Outros 49 estão em tramitação. Em relação à pesquisa e desenvolvimento - P&D - em colaboração com empresas, foram assinados 38 convênios no mesmo período, havendo mais 34 em tramitação. Importante destacar que ultrapassou a marca de mil empresas criadas por ex-alunos ou docentes da Unicamp, conhecidas como empresas-filhas. 1.038 empresas-filhas estão cadastradas na base da Inova. Desse total, 929 estão ativas no mercado. Juntas, elas faturam R$ 8 bilhões por ano e geram mais de 33 mil empregos. Prestação de Serviços- Desempenho da área de Saúde − Cobrindo uma área de 88 municípios dos Departamentos Regionais de Saúde VII, X e XIV, e uma população superior a seis milhões de habitantes, manteve sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde, na região de Campinas e no interior do Estado. Hospital de Clínicas - HC - Dentre as Unidades do complexo Hospitalar da Área da Saúde, o Hospital de Clínicas continua sendo um dos pilares de excelência da saúde pública do Estado. Em função da pandemia da COVID-19 - Sars-CoV-2, o HC foi definido pelo Governo do Estado, ainda em janeiro, como um hospital vermelho de referência para casos graves do novo coronavírus. Com isso, o hospital reduziu consideravelmente sua produção assistencial, especialmente as eletivas. Esse credenciamento resultou na abertura de 37 novos leitos de UTI e 72 de enfermaria exclusivos para covid-19. Os recursos vieram do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde. Em que pese o cenário vivenciado, o Hospital de Clínicas manteve a oncologia, urgência, emergência, transplantes e algumas eletivas de alta complexidade, produzindo: 278.569 consultas ambulatoriais, 8.358 internações, 6.479 cirurgias, 37.261 atendimentos de urgência e emergência - UER, 1.412.743 exames laboratoriais, 227 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado. Ademais, no segundo semestre, o HC da UNICAMP foi o segundo centro do interior de São Paulo a iniciar testes da vacinação, psicologia, fisioterapia e serviço social, 22.897 quimioterapias e 37.672 radioterapias. Centro de Hematologia e Hemoterapia - Hemocentro - Atua como Centro de Referência em nível terciário e quaternário para a região de Campinas nas áreas de Hematologia e Hemoterapia. As atividades assistenciais realizadas até

outubro, foram: 11.735 consultas médicas, 19.573 consultas não médicas, 57.172 exames laboratoriais, 66.035 exames de sorologia para doador, 57.649 coletas de sangue total, 1.467 coletas de sangue por aférese, 75.262 doadores atendidos em nossos serviços, 18.413 transfusões realizadas, 20.454 exames de HLA para transplante, 145.642 amostras processadas para teste NAT e 4.792 procedimentos de quimioterapia. Centro de Diagnóstico de Doenças do Aparelho Digestivo - Gastrocentro - A unidade é referência internacional na área de diagnóstico, no repasse de tecnologia e na transferência de conhecimentos. No período de janeiro a outubro, realizou, dentre os procedimentos, 3.221 endoscopias, 1.405 ultrassonografias e 852 colonoscopias. HES, HRP e AMEs - Na gestão do Hospital Estadual de Sumaré e Hospital Regional de Piracicaba, entre janeiro e outubro, foram realizados 405.905 exames diversos, 46.547 consultas médicas, 13.622 atendimentos de urgência referenciada, 12.601 internações, 8.629 cirurgias, 1.962 partos, 103.027 fisioterapias, dentre outros. Além dos atendimentos proporcionados pelo seu complexo hospitalar, a Unicamp também estende suas ações na área de saúde por meio de convênios com a Secretaria de Estado da Saúde para gestão de sete Ambulatórios Médicos de Especialidades - AMEs, nos municípios de Amparo, Limeira, Mogi-Guaçu, Piracicaba, Rio Claro, Santa Bárbara D'Oeste e São João da Boa Vista. Conjuntamente realizaram: 222.222 Consultas Médicas, 53.387 consultas não médicas, 20.959 cirurgias ambulatoriais, 31.999 exames métodos diagnósticos em especialidades, 338.844 exames laboratoriais de análises clínicas e patológicas, 79.329 exames de imagem, 10.176 exames de endoscopia, 21.263 procedimentos terapêuticos – sessões, 4.785 fototerapias e 93 litotripsias, até outubro. Desenvolvimento Institucional - Planejamento estratégico − Além da continuidade do acompanhamento e apoio dos projetos em andamento, houve o planejamento de projetos propostos pela Administração, resultando em 14 novos projetos, mesmo com o contingenciamento de recursos. A Universidade apresentou, em 2020, um portfólio de 72 projetos estratégicos - contemplando os 15 objetivos estratégicos, dos quais 35 estão finalizados - 3 em 2018, 16 em 2019 e 16 em 2020 e 37 estão em andamento, sendo 21 previstos para concluir ainda neste ano. No segundo semestre, foi elaborado o Planejamento Estratégico da Unicamp para o período de 2021 a 2025, o qual foi aprovado na 169ª Sessão do Conselho Universitário em outubro passado. Avaliação Institucional − Foi concluída a Avaliação Institucional da Unicamp referente ao período 2014 a 2018. Trata-se de importante parte do ciclo de planejamento estratégico, quando a universidade olha para suas atividades, resultados e impactos para prestar contas à sociedade e à comunidade interna e para refletir sobre melhorias para o próximo período por meio de insumos para o planejamento. Trata-se também do instrumento pelo qual a universidade é avaliada externamente por parte do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. A Avaliação Institucional foi iniciada em 2017, com a preparação do processo, e em 2019 ocorreram a avaliação interna por parte das unidades acadêmicas e a consolidação do Relatório Preliminar. Este Relatório foi examinado por duas comissões externas: uma relativa às atividades do Ensino Pré-Universitário -educação infantil, complementar e ensino médio técnico e outra relativa às demais atividades da Unicamp de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e cultura, internacionalização, inovação social e tecnológica, egressos e gestão. As comissões ressaltaram a qualidade e força da Unicamp no cenário nacional e internacional e apontaram recomendações para reforçar seu posicionamento frente a tendências nacionais e internacionais do ensino superior. Tecnologia da Informação - Particularmente, com a pandemia, a área de TI sofreu enorme transformação, fazendo com que boa parte do contingente administrativo da universidade passasse a trabalhar remotamente. Tanto a infraestrutura quanto os servidores se adaptaram rapidamente ao novo cenário, possibilitando manutenção da produtividade e até aumento em muitas áreas, apesar das dificuldades de contato e comunicação. Neste curto período o ensino, pesquisa e extensão se adequaram para utilização de ferramentas de comunicação remota. Além disso, o cenário também acelerou a transição para processos digitais, cuja adoção foi intensificada e será praticamente concluída nos próximos dois meses. Escritório de Projetos Especiais - Certificado em maio, o Escritório foi criado com o objetivo de elaborar, desenvolver, gerenciar e fornecer suporte técnico aos projetos que utilizam o campus como Laboratório Vivo, na área de energia elétrica. Como parte do organograma organizacional da Coordenadoria Geral da Universidade, o Escritório visa promover a Sustentabilidade Energética na Unicamp, por meio do monitoramento do consumo de energia elétrica, no campus, ações de eficiência energética, em suas unidades consumidoras, além da promoção da cultura racional e eficiente do recurso energia, na comunidade universitária. Para isso, o Escritório contará com um minicentro inteligente de dados de medição e monitoramento das unidades consumidoras da UNICAMP, permitindo a operação e o gerenciamento diário das redes de energia elétrica no campus. Dessa forma, a Administração Central poderá realizar uma gestão eficiente do seu sistema elétrico. Escritório de Dados Institucionais e Suporte à Decisão - E-Dat - Face aos desafios em articular métricas que reflitam as contribuições da universidade e fortaleçam o diálogo com a sociedade, a Coordenadoria Geral da Universidade estruturou o E-Dat, que atuou fortemente, enfrentando as dificuldades do contexto pandêmico para concretizar e avançar em importantes projetos institucionais. Dentre estes projetos concretizados estão o SIC e a Transparência Unicamp, que não somente atenderam às novas demandas de acesso à informação sobre a gestão universitária para o enfrentamento do Covid-19, mas também viabilizaram a transformação digital e a evolução da navegabilidade aplicando requisitos de acessibilidade digital. O ano se encerra com ações vigorosas para a implementação automatizada dos indicadores estratégicos possibilitando o respectivo acompanhamento durante o Planejamento Estratégico 2021-2025. Dentre os desafios que se apresentam para 2021, o E-Dat, em seu papel de assessorar o Comitê Gestor de Proteção e Privacidade dos Dados, contribuirá nas ações técnicas necessárias para a adequação à LGPD. Lab.Gesta - Implantação de um espaço institucional de excelência para criar e executar condições favoráveis à inovação, gerando produtos, serviços e transformando processos, por meio de melhorias incrementais e disruptivas. Novas soluções serão pensadas por ângulos diferentes e testadas com protótipos de baixo custo e o usuário final estará no centro de todo o processo exploratório. O LAb-Gesta será inaugurado no dia 16/12.

- *Universidade de São Paulo – USP* - Em um ano marcado pela pandemia da covid-19, boa parte dos esforços da USP se concentrou em iniciativas voltadas à pesquisa e combate ao novo coronavírus, bem como à adaptação das atividades acadêmicas e administrativas ao contexto das atividades não presenciais. Desse modo, o terceiro ano da administração do Reitor Vahan Agopyan e do Vice-Reitor Antonio Carlos Hernandes evidenciou o comprometimento da USP com o plano de gestão "Excelência para a Sociedade", ao conciliar os seus três eixos de atuação – Excelência Acadêmica, Relação com a Sociedade e Valorização dos Recursos Humanos – com os novos desafios impostos pela pandemia, notabilizando as diversas contribuições da Universidade no enfrentamento dos principais problemas que assolam a sociedade. Ações institucionais relacionadas à pandemia da covid-19 - Rede Colaborativa USP: criada para auxiliar nos diagnósticos da covid-19, com laboratórios de 17 Unidades da USP. A rede inclui ainda a disponibilização de leitos hospitalares para a instalação de Unidades de Terapia Intensiva - UTIs. - Comitê Permanente USP Covid-19: foi criado para monitorar a evolução da covid-19 na comunidade USP, realizar atualizações periódicas das recomendações das autoridades sanitárias e fazer a interface de comunicação com as autoridades sanitárias estaduais e federais. - Grupo de Trabalho USP Covid-19: criado para sistematizar as diversas ações e pesquisas desenvolvidas pela USP para entender e combater a covid-19, além de elaborar propostas a serem apresentadas à Secretaria Estadual da Saúde. - Plano USP para o retorno gradual das atividades presenciais: baseado parcialmente no Plano SP do Governo do Estado, este plano definiu protocolos e orientações a gestores e membros da comunidade universitária para a viabilização progressiva das atividades presenciais, a ocorrer por etapas e de forma diferenciada em cada *campus* da Universidade. Compõe-se de cinco fases, conforme os níveis diferentes de contaminação e de registro de número de casos e óbitos nas diferentes regiões do Estado. Nesse sentido, a USP implementou três ações voltadas para a segurança da comunidade universitária: o Plantão covid-19 de atendimento à comunidade, a testagem sorológica em todos os servidores docentes e funcionários da Universidade, bem como para os funcionários terceirizados, e o teste PT-PCR para servidores sintomáticos e contactantes. - Programa USP Vida: visando ao financiamento de pesquisas e ações da USP no enfrentamento da covid-19, este programa permite que pessoas físicas e jurídicas doem recursos diretamente para pesquisas específicas ou direcionem sua doação para um fundo único cujos recursos são aplicados na pesquisa mais avançada no momento. - USP contra a covid-19: diante da covid-19, diversos pesquisadores da USP sentiram-se desafiados a direcionar seus esforços para novas pesquisas visando a auxiliar a sociedade no enfrentamento da doença. De forma bastante resumida, essas pesquisas se dividem em 10 frentes, em um total de 214 estudos: Diagnósticos: como a covid-19 tem uma expressão clínica muito ampla, variando desde um resfriado comum até um quadro pulmonar severo com insuficiência respiratória aguda, a criação de diagnósticos, marcadores e escalas de avaliação tornou-se um desafio importante para a ciência. Nesse sentido, são 31 estudos em andamento na USP que vão da criação de testes rápidos para detectar a presença do vírus e de indicadores que detectam uma insuficiência respiratória antes que ela ocorra, até a definição sobre a existência de transmissão vertical do vírus pela gravidez. Vacinas: neste âmbito, estão em andamento quatro pesquisas, com destaque para a vacina que está sendo desenvolvida por meio de uma parceria entre o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, a Universidade de Oxford e a Universidade de Berna, com financiamento da FAPESP e estimativa de conclusão até abril de 2023. Novos tratamentos: foram iniciados 32 estudos na busca por um tratamento eficaz contra a covid-19, com pesquisas que vão de reposicionamento e descoberta de novos fármacos, passando pelo desenvolvimento de substâncias a partir de anticorpos, até a análise de sintomas e processos inflamatórios. Respiradores artificiais: estes aparelhos se tornaram uma das maiores demandas nesta pandemia, implicando a necessidade de criar formas de contornar uma possível sobrecarga do sistema de saúde decorrente da sua falta. Nesse sentido, estão em andamento na USP 6 estudos, dentre os quais se destaca o Projeto do Ventilador Pulmonar Emergencial Inspire, da Escola Politécnica- Poli-USP, que desenvolveu um ventilador pulmonar nacional, de baixo custo e rápida produção, já em uso nos hospitais parceiros. Com autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, esses ventiladores estão sendo confeccionados em parceria com o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - CTMSP, em uma produção inicial de mil aparelhos, que estão sendo doados para os hospitais em que a demanda esteja mais alta. Simuladores, plataformas e algoritmos: com o objetivo de potencializar o uso de recursos tecnológicos no combate à pandemia, estão sendo desenvolvidos 37 estudos que vão desde modelos de projeção de casos e sistemas de geolocalização até robôs autônomos, para ajudar a monitorar casos, prever cenários e atuar diretamente no auxílio aos profissionais da saúde e na tomada de decisões dos agentes públicos. Equipamentos de proteção: dentre as 17 pesquisas na USP dedicadas à proteção dos profissionais que estão na linha de frente de combate à covid-19 – o que também inclui o monitoramento da saúde mental e a descontaminação de ambientes –, boa parte já saiu do papel e está atendendo hospitais e profissionais de saúde. Condições pessoais: para investigar os efeitos da pandemia na organização social e nas condições de vida das pessoas e cidades, estão sendo conduzidos 21 estudos para ajudar a combater os efeitos da covid-19 e favorecer a construção de uma sociedade mais sustentável pós-pandemia. Administração, economia: para avaliar os impactos da covid-19 na economia, 13 estudos têm sido conduzidos na USP, que vão desde os efeitos no orçamento públicos e a compreensão da digitalização da administração pública com atividades em *home office*, até a segurança na produção de alimentos e a resiliência de comunidades fragilizadas. Qualidade do ar: 5 estudos estão em andamento para avaliar as condições de poluição nas grandes cidades durante a quarentena, bem como analisar o ar nas cidades para compreender a propagação da covid-19. Há, ainda, outros 48 estudos sobre temas diversos relacionados à covid-19. USP está entre as 20 instituições que mais publicam sobre covid-19 no mundo: de acordo com dados da plataforma *Dimensions*, a USP produziu 729 publicações cientificas sobre a covid-19, o que representa 18,5% de toda a produção nacional. Assim, a USP figura como a instituição de pesquisa da América Latina com maior número de publicações sobre o assunto e a 16ª em todo o mundo, à frente de universidades como: Columbia, Yale e Cambridge. Excelência Acadêmica - Ensino de Graduação na pandemia: a suspensão das atividades presenciais devido à covid-19 implicou a transição do ensino presencial para o remoto na Graduação. Esse desafio pôde ser superado com o uso de duas plataformas de apoio ao ensino a distância: o e-Aulas, principal repositório de videoaulas da USP com quase 10 mil videoaulas disponíveis; e o e-Disciplinas, ambiente virtual de apoio às disciplinas, que controla desde a organização das turmas até a avaliação *on-line*. Com o uso dessas duas plataformas, das quase seis mil disciplinas teóricas de graduação que seriam oferecidas presencialmente no primeiro semestre, 92% puderam ser ministradas *on-line*. - Pós-Graduação na pandemia: no caso da Pós-Graduação, aulas, exames de qualificação e defesas de dissertações e teses foram migrados para a modalidade a distância com o uso da plataforma e-Disciplinas da USP e do *Google Meet*. Este processo permitiu que mais de 1.700 disciplinas fossem ofertadas no ano, e que 1.508 dissertações de Mestrado, 982 teses de Doutorado e 153 de Doutorado Direto pudessem ser defendidas somente no período de março a junho de 2020. Levantamento feito junto a alunos e professores mostrou que 91,6% dos alunos consideraram que as estratégias adotadas pela USP durante a pandemia foram excelentes, muito boas ou boas; enquanto que, entre os docentes, esse índice foi de 95,4%. Em relação ao aprendizado, 12% dos alunos responderam que o rendimento foi maior em comparação às atividades presenciais, 53% consideraram que foi o mesmo e 35% avaliaram que foi menor. Infraestrutura tecnológica na pandemia: com quase 100 mil alunos matriculados na graduação e pós-graduação, mais de 5 mil professores e cerca de 14 mil funcionários distribuídos em oito *campi* do Estado, o período de distanciamento social trouxe desafios para que a estrutura tecnológica da USP pudesse manter as atividades acadêmicas e administrativas funcionando. Professores e alunos puderam contar com acesso a serviços *do Google Gsuite, Google Meet e Google Classroom, do Microsoft Teams*, além das plataformas de educação a distância da USP e-Disciplinas e o e-Aulas. Foram disponibilizados, ainda, tutoriais para o uso das ferramentas por professores e servidores, além de atendimento *on-line* e por telefone. - *Kits* internet: a USP distribuiu quase 3 mil *kits* internet – compostos de um *chip* para celular ou um modem portátil com interface USB, habilitados para 60 GB e mínimo de 100 horas-aulas por mês – a estudantes de graduação e pós-graduação com necessidades socioeconômicas, garantindo o acesso dos mesmos às atividades acadêmicas *on-line*.

Consórcios Acadêmicos para a Excelência do Ensino de Graduação: com o objetivo de construir um novo formato de ensino de Graduação no pós-pandemia, este novo edital visa à criação de consórcios acadêmicos, incentivando parcerias entre cursos e Unidades da USP que promovam o compartilhamento de recursos humanos, infraestrutura, conhecimento e experiências bem-sucedidas no ensino de graduação, em um investimento total de R$ 1,5 milhão. Apoio à Realização de Eventos Científicos – Grandes Desafios da Ciência: com o objetivo de fomentar eventos científicos que visem a discussão e diagnóstico dos Grandes Desafios da Ciência, nesta edição do edital o foco foi nos Núcleos de Apoio à Pesquisa da USP NAPs, visando a promover a interação multidisciplinar entre diferentes NAPs em novas oportunidades de pesquisa conjunta. Foram selecionados 9 eventos que estão sendo realizados de forma virtual até o final de 2020, e dos quais 5 apresentaram temáticas relacionadas à covid-19. Apoio a Eventos Científicos *On-line*: este edital buscou apoiar a realização de eventos científicos *on-line* que abordassem temas de pesquisas de todas as áreas, na fronteira do conhecimento. Ao todo, 59 propostas foram submetidas, das quais 11 foram selecionadas. - Apoio a Projetos de Pesquisa – ODS-ONU – Agenda 2030: em parceria com o Banco Santander, este edital busca fomentar projetos de pesquisa sobre, pelo menos, um de 4 temas relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ODS-ONU: educação de qualidade, igualdade de gênero, redução de desigualdades e paz, justiça e instituições eficazes. Um total de R$ 200 mil será investido nos projetos selecionados.- Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão Ligadas aos ODS-ONU: este edital visa apoiar projetos de Cultura e Extensão que tenham ligação com, pelo menos, um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Será destinado um total de R$ 500 mil para os projetos selecionados, que deverão evidenciar o seu compromisso com os desafios globais da sociedade e disponibilizar o conhecimento de excelência gerado para fora dos muros da USP. Prêmio Vídeo Pós-Graduação USP: em sua segunda edição, este prêmio, que busca reconhecer os melhores vídeos sobre as pesquisas realizadas por alunos de pós-graduação da USP, foi dedicado a vídeos de pesquisas sobre a covid-19. Outra novidade desta edição foi a parceria com a Fundação Padre Anchieta, que deverá exibir na programação da TV Cultura as dez produções selecionadas neste ano.- Universidade sustentável: como parte de sua Política Ambiental, este concurso está selecionando projetos dos órgãos e Unidades da USP em prol da redução da emissão de gases de efeito estufa nos *campi* da USP. Serão investidos R$ 500 mil em projetos que contribuam para tornar a USP um modelo de universidade sustentável, como ações que utilizem energia renovável, identifiquem fontes de emissão de gases poluentes e adotem padrões de tecnologias limpas. - Sistema USP de Centrais Multiusuários – USPMulti: esta plataforma de equipamentos de uso compartilhado da USP foi criada em 2018 com o propósito inicial de agregar os equipamentos de pesquisa da Universidade e estimular o seu compartilhamento entre diferentes laboratórios. A proposta evoluiu para uma parceria com a UNESP e a Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, levando ao compartilhamento de equipamentos de pesquisa de alto custo entre as três instituições. Além de racionalizar custos, a iniciativa permite a integração de pesquisadores e contribui para uma ciência aberta, mais integrada com a sociedade. O objetivo é que outras universidades que tenham interesse possam aderir no futuro. Bacharelado em Ciência de Dados do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação - ICMC-USP: este novo curso, que será oferecido pela primeira vez em 2021, visa à formação de profissionais com o domínio de algoritmos, estruturas de dados, programação, inteligência artificial, aprendizado de máquina e mineração de dados, modelagem, construção e condução de experimentos, visualização científica e de informação e desempenho computacional.- Habilitação em Engenharia Nuclear da Escola Politécnica - Poli-USP: criada tendo em vista a carência da oferta de cursos semelhantes no país e a demanda esperada de profissionais na área, esta nova habilitação será oferecida pela primeira vez no próximo vestibular. A USP será a segunda universidade a oferecer o curso no Brasil, ao lado da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Relação com a Sociedade - Programa *Vem pra USP!*: criado em 2017 com o objetivo de estimular o acesso ao ensino superior e valorizar as escolas públicas, este programa, desenvolvido em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a Fundação Universitária para o Vestibular – Fuvest e a UNIVESP, teve recorde de participação dos municípios na Competição USP de Conhecimentos 2020 – CUCo. Com participação restrita aos estudantes do ensino médio da rede pública estadual, a CUCo 2020 teve quase 60 mil estudantes inscritos, oriundos de 642 dos 645 municípios do Estado de São Paulo, índice inédito de abrangência da competição. Neste ano, foram premiados 6.742 estudantes dos três anos do ensino médio, que receberão certificado e acesso à plataforma *on-line* com material complementar de estudo, sendo que, destes, 2.706 também ganharão a isenção da taxa de inscrição do vestibular da Fuvest. - Programa USP EducaSP: ainda no âmbito do Programa Vem pra USP! Neste ano esta iniciativa ofereceu cerca de 15 mil vagas em cursos de formação complementar a alunos do ensino médio da rede pública estadual. Foram dez cursos *on-line* e gratuitos: Super Tecnologias; Aplicativos e Jogos; Fotografia; Quero Engenhar!; Expedição Literária; Lasers, Luzes e Cores; Robótica; Astrobiologia; Decifrando seu Dinheiro; e Negociações Internacionais. - Políticas de Inclusão social: a USP alcançou a meta de inclusão social estabelecida pelo seu Conselho Universitário para alunos ingressantes oriundos de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas - PPI, atingindo 47,8% de alunos matriculados oriundos de escolas públicas em seus cursos de graduação, e, dentre eles, 44,1% autodeclarados pretos, pardos e indígenas - PPI. É o terceiro ano em que a USP adota a reserva de vagas, que vem sendo feita de forma escalonada: no ingresso de 2018, foram reservadas 37% das vagas; em 2019, 40%; e em 2020, a reserva foi de 45%. A partir de 2021, a reserva será de 50% das vagas.- Programa Santander de Políticas Públicas: este programa selecionou 23 projetos que incentivam a participação de alunos de graduação para tratar de problemas das cidades do Estado de São Paulo nas áreas de meio ambiente, saúde, educação e segurança. Cada proposta receberá o valor de R$ 15 mil, mais cinco bolsas no valor de R$ 400 para alunos de graduação. A iniciativa faz parte do Programa USP Municípios, criado em 2018 para o desenvolvimento, junto às prefeituras paulistas, de ambientes de inovação, de modernização da economia local, de disseminação do empreendedorismo e da qualificação profissional, e de fomento à educação, ao esporte, ao lazer e às práticas saudáveis.- Programa Aprender na Comunidade: em sua segunda edição, o programa investiu R$ 1,5 milhão em projetos transdisciplinares desenvolvidos por estudantes de graduação da USP fora dos muros da Universidade, que reúnam diferentes competências e habilidades e ampliem a interação com a comunidade. - Exposição virtual "Você e a USP – A Universidade de São Paulo sempre presente na sua vida": realizada em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Alesp, a exposição apresentou em 44 painéis a contribuição e o impacto das pesquisas científicas produzidas pela USP para a sociedade brasileira.- Centro de Inteligência Artificial - C4AI: em uma parceria USP-IBM-Fapesp, foi implementado o mais moderno centro de estudos e pesquisa de ponta em IA do Brasil, o C4AI. Este centro engloba os setores produtivo, acadêmico e de inovação para que a inteligência artificial seja colocada a serviço de governos, cidadãos e negócios em diversos setores da economia. Seu foco inicial será em cinco grandes desafios relacionados à saúde, ao meio ambiente, à cadeia de produção de alimentos, ao futuro do trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias de Processamento de Linguagem Natural em Português. O centro também contará com uma unidade para capacitar estudantes e profissionais, disseminando conhecimento e transferindo os benefícios da tecnologia para a sociedade. - Apoio a Projetos de Pesquisa com Iniciativas de Ciência Cidadã: este edital selecionou 8 projetos, com um investimento total de R$ 180 mil. O foco foi nas iniciativas de ciência cidadã, ou seja, projetos caracterizados pela interação entre cientistas e cidadãos, permitindo que estes participem de atividades formais de pesquisa na USP, propiciando maior engajamento com a ciência e novas possibilidades educacionais que podem retornar para a sociedade na forma de melhoria das condições sociais, ambientais ou até na elaboração de novas políticas públicas.- Hubic – *hub* de inovação na área de construção digital: como fruto de um convênio entre a Escola Politécnica da USP, a Associação Brasileira de Cimento Portland - ABCP e o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento - SNIC, está sendo construído o primeiro espaço cooperativo de inovação e construção digital de base industrial do Brasil, o Hubic. Com uma previsão de R$ 8 milhões em investimentos, este projeto integra, no campo da pesquisa aplicada, os esforços da academia e da iniciativa privada em prol da melhoria e da modernização por meio de soluções inovadoras, competitivas, com baixa pegada ambiental e de alta produtividade e qualidade. Visando a acelerar a transição da construção civil para uma economia digital, o projeto prevê a criação de uma plataforma de construção digital para a produção de componentes e edificações, com infraestrutura laboratorial multiuso e capacidade de produção/impressão digital 3D de componentes cimentícios; a instalação de um espaço de trabalho compartilhado - *coworking* - para empresas da cadeia de valor, grupos e *startups* da construção e de engenharia; a criação da Cátedra Ary Torres, para atrair profissionais para coordenar planos de atividades, educação, pesquisas e inovação, além promover atividades de transferência de conhecimento e tecnologia; o desenvolvimento de atividades de educação continuada - EaD - *on-line*; e o oferecimento de bolsas de mestrado e doutorado a pesquisadores. Museu do Ipiranga em Festa: realizado em parceria com o Sesc/SP, este evento em homenagem à Independência foi realizado em ambiente digital devido à pandemia. Como parte das comemorações, foi lançado um videoclipe da canção "Paratodos", de Chico Buarque, interpretada pelo CoralUSP e Orquestra Sinfônica da USP, com participação especial do próprio compositor. Além disso, foi lançada a campanha Ecos do Ipiranga, por meio da qual o público pode se conectar com os muitos eventos que ecoaram no Ipiranga desde 1822 por meio de vídeos, fotografias, filtros no Instagram, *podcasts*, um aplicativo com uma visita virtual ao museu em 3D, entre outras ações, disponíveis nas redes sociais do museu e no *site* lançado especialmente para as comemorações. Novo Museu do Ipiranga: as obras de restauração do Museu Paulista da USP, também conhecido como Museu do Ipiranga, tiveram que se adaptar para continuar o trabalho e garantir a segurança das equipes envolvidas em meio à pandemia. Com novos protocolos de segurança, escalonamento de equipes e reorganização do canteiro de obras e das frentes de trabalho, o andamento de importantes etapas da reforma foi garantido. A meta é assegurar que a restauração possa ser concluída em setembro de 2022, para as comemorações do bicentenário da Independência do Brasil. Edição virtual da Feira USP e as Profissões: em sua primeira edição virtual devido à covid-19, esta feira promoveu, em dois dias de evento, 766 palestras, 754 bate-papos ao vivo sobre os cursos oferecidos pela USP, orientação vocacional promovida pelo Instituto de Psicologia da USP, 60 atividades culturais e 72 atividades científicas, além da transmissão de mais de 2.200 horas de vídeos exclusivos. Toda essa programação digital, promovida por 167 expositores dentre as Unidades e órgãos da USP, foi vista mais de um milhão de vezes por visitantes de todos os Estados brasileiros e de mais 40 países, como Portugal, Estados Unidos, Peru, Argentina, Alemanha e Reino Unido. Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão: realizado em parceria com o Banco Santander e a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - Fusp, este edital apoia projetos com ações visando à aplicação e difusão de conhecimentos ou iniciativas culturais voltadas para a interação com a sociedade de modo geral, priorizando o alcance de um público amplo. Na sua quinta edição, o edital selecionou 41 projetos, que receberam até R$ 10 mil para sua produção, tendo sido priorizados os projetos pelo seu impacto, relevância e abrangência. Valorização dos Recursos Humanos - Em que pese as restrições impostas pela Lei Complementar 173/2020 destacamos: Aplicativo COMVC: este novo aplicativo gratuito visa auxiliar os alunos de graduação da USP a monitorar sua saúde mental. Por meio de um questionário com perguntas que ajudam o aluno a se autoconhecer, são feitas recomendações de vídeos específicos desenvolvidos pelo Instituto de Psiquiatria e Instituto de Psicologia da USP sobre diversos temas de saúde mental, ou mesmo um eventual encaminhamento a uma consulta, tudo com garantia do sigilo e da proteção dos dados do estudante. Originalmente, o aplicativo foi usado pela Faculdade de Medicina da USP para monitorar a saúde mental dos profissionais de saúde do Hospital das Clínicas que atuavam na linha de frente do combate à covid-19, oferecendo ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento das reações ao estresse e outros transtornos mentais. Os profissionais são atendidos por residentes de Psiquiatria por meio de uma linha direta de apoio. Os bons resultados no Hospital das Clínicas motivaram a levar esse aplicativo para todos os alunos de graduação da USP. - Suplementação emergencial de bolsas para estudantes de pós-graduação em licença parental: nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, bolsistas de Pós-Graduação da USP que tirarem licença-maternidade, paternidade ou adoção poderão solicitar a suplementação das bolsas que recebem no mestrado ou doutorado, como uma das medidas adotadas pela USP para amenizar as dificuldades decorrentes da pandemia.- Medidas de apoio emergencial a estudantes com condições socioeconômicas precárias devido à pandemia: desde o início da pandemia, a USP forneceu mais de 200 mil refeições a estudantes com condições socioeconômicas precárias, em três refeições diárias entregues por meio de marmitas descartáveis. No que diz respeito aos moradores do Conjunto Residencial da USP - CRUSP, uma série de ações foram adotadas, incluindo segurança, limpeza, higiene, acesso à internet, testes de covid-19 em parceria com a Plataforma Científica Pasteur-USP e atividades voltadas à saúde física e mental dos moradores. Aprendizagem em ambientes virtuais: experiências, estado da arte e potencialidades na USP: voltado para os docentes da Universidade, este curso *on-line* teve o objetivo de capacitar professores para o ensino a distância. Programa de Apoio à Formação de uma Infraestrutura Institucional de Pesquisa aos Novos Docentes: a edição de 2020 ofereceu um apoio de R$ 15 mil para cada professor recém-contratado, para ajudá-los a estabelecer uma infraestrutura apropriada para o desenvolvimento de suas pesquisas. Representação de servidores técnicos e administrativos nos Conselhos dos Departamentos: o Conselho Universitário aprovou a alteração do Estatuto da USP para incluir uma representação dos servidores técnicos e administrativos nos Conselhos dos Departamentos das Unidades de ensino e pesquisa. Desse modo, os servidores poderão participar das deliberações sobre assuntos de administração, ensino, pesquisa e extensão também no nível departamental.

- *Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA* - A Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA – foi criada como instituto isolado de ensino superior em 19 de janeiro de 1.966 e teve seu funcionamento como instituição pública municipal de ensino superior no dia 30 de janeiro de 1.967, inicialmente com o curso de Medicina. O curso de Enfermagem foi criado em 1.981. Em 1.994, através da Lei 8.898, de 27/9, a FAMEMA passou a ser uma autarquia de ensino em regime especial vinculada à SDE. Destaque na área de ensino, com 54 anos de existência, a FAMEMA também tem importante atuação na área de atenção à saúde, através da autarquia

HCFAMEMA, formada por unidades hospitalares e ambulatoriais. HCFAMEMA: Em 2015, o Governo do Estado concedeu personalidade jurídica ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, que possibilitou a criação da autarquia HCFAMEMA, instituição de assistência à saúde dotada de hospitais e ambulatórios utilizados como campo de estágio para estudantes em cursos de graduação e residentes da pós-graduação da FAMEMA. Fundações: A FAMEMA é composta por duas fundações de apoio – a FUMES e a FAMAR. A FUMES – Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília foi criada em 1.966. A FAMAR – Fundação de Apoio a Faculdade de Medicina de Marília e ao HCFAMEMA foi constituída em 2007. Enade: Os cursos de Medicina e de Enfermagem da FAMEMA obtiveram nota 5 - nota máxima, na última edição do Enade - Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, realizado em 2019 e divulgado em outubro pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia do Ministério da Educação. Área para Campus Universitário: O Ministério do Planejamento, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União, formalizou o termo de cessão definitiva de uso da área da União localizada na Avenida Tiradentes para a FAMEMA, inclusive com o Registro de Desdobro da Área com 12.934 metros quadrados, cedida definitivamente à FAMEMA para a construção do campus universitário da instituição. O projeto arquitetônico contempla prédios acadêmicos da graduação e da pós-graduação, biblioteca, laboratórios, anfiteatros, restaurante universitário, administração e estacionamento. Metodologias: Desde 1997, a FAMEMA utiliza metodologias ativas de aprendizagem, pioneiras no País, que substituíram o método convencional em salas de aulas e inseriram os estudantes de Medicina e de Enfermagem, desde o primeiro ano, em unidades de saúde para o aprendizado na prática. O método vem obtendo resultados extremamente positivos. Isso pode ser constatado pelas avaliações do MEC e de institutos de pesquisa, que classificam os cursos da Famema entre os melhores do Brasil. População acadêmica: O curso de Medicina tem atualmente 477 estudantes em todas as séries. O curso de Enfermagem tem 157 estudantes nas quatro séries. Vestibular: O Vestibular FAMEMA 2021 teve 14.223 candidatos para os cursos de Medicina e de Enfermagem. A relação candidato/vaga foi de 174,3 para Medicina e de 3,92 para a Enfermagem. Desde a sua criação a FAMEMA formou 3.754 médicos e 1.142 enfermeiros. Docentes: A FAMEMA possui 150 docentes e 77 assistentes de ensino, sendo 78 especialistas, 51 mestres, 91 doutores, 6 pós-doutores e 1 livre-docente. Pós-graduação: Na pós-graduação, destaques para os cursos stricto sensu: Mestrado Acadêmico em "Saúde e Envelhecimento" e Mestrado Profissional em "Ensino em Saúde". No lato sensu, a Faculdade oferece o Programa de Residência Médica em 29 especialidades e o Programa de Residência Multiprofissional nas áreas: Materno Infantil, Urgência, Saúde Coletiva, Saúde da Família e em Atenção Clínica e Cirúrgica Especializada E Saúde Mental. Atualmente a FAMEMA conta com 228 vagas credenciadas junto à Comissão Nacional de Residência Médica e oferece 93 para o primeiro ano da Residência Médica. A FAMEMA também oferece os cursos de Aprimoramento em Saúde Mental, Nutrição Clínica, Hemoterapia e Saúde da Família. Univesp: A Faculdade de Medicina de Marília é polo presencial para apoio pedagógico, acompanhamento do desempenho e avaliação dos alunos da Univesp na cidade de Marília. O formato de ensino à distância ' EAD, do polo instalado e estruturado, permite o acesso do aluno na FAMEMA para o encontro presencial, através de provas e atividades com o mediador para tirar dúvidas e receber orientações sobre as disciplinas. O polo Marília/FAMEMA da Univesp possui os cursos de Engenharia de Produção, Tecnólogo em Gestão Pública, Eixo de Licenciatura - Pedagogia, Letras e Matemática e Eixo de Computação - Engenharia da Computação, Engenharia em Ciência de Dados e Bacharelado em Tecnologia da Informação.

- *Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP* - População acadêmica: o número de alunos cursando a graduação na FAMERP foi de 762: 478 em medicina, 209 em enfermagem e 75 em psicologia. Docentes e Técnicos: Atualmente trabalham na instituição 268 docentes e 235 funcionários técnicos e administrativos. Enade: Os cursos de Medicina e Enfermagem da FAMERP receberam nota máxima na avaliação do Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Foram avaliados 8.368 cursos presenciais ou à distância. Apenas 2% deles tiveram nota máxima, na escala de 1 a 5. No ano anterior o curso de medicina da Famerp já havia ficado entre os oito melhores de instituições públicas no exame do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - Cremesp. Vestibular: O vestibular para o curso de graduação em medicina seguiu com um dos mais procurados do país. Foram 16.048 inscrições - 80 vagas, com uma relação candidato-vaga de 206. No total, o vestibular recebeu 17.513 candidatos. Para o curso de Psicologia foram 705 inscritos - 20 vagas e para Enfermagem 320 inscritos - 60 vagas. Os dados são da Vunesp, organização responsável pelo processo seletivo. Residência médica: O Programa de Residência Médica teve este ano recorde no número inscrições. Para a prova 2019/2020, foram registradas 2.703 inscrições de candidatos vindos dos 26 estados e do Distrito Federal que concorreram a 267 vagas de 64 programas nas duas categorias. Pós-Graduação: Por meio do programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde foram oferecidas 34 vagas em nível mestrado e 22 em nível doutorado. O programa teve 92 alunos matriculados no mestrado e 81 no doutorado. Foram concedidas 33 bolsas de mestrado - destas, 4 são do Programa de Enfermagem e 4 do Programa de Psicologia e 25 do Programa Ciência da Saúde, 28 bolsas de doutorado - programa de Ciências da Saúde e 4 bolsas de pós-doutorado - destas, 2 bolsas do Programa de Enfermagem e 2 do programa de Ciências da Saúde. O Programa de Mestrado em Enfermagem conta com 105 matriculados e o de Psicologia e Saúde com 55. Neste ano, 598 médicos cursaram o Programa de Residência Médica e 48 o de estágio de formação. Pesquisas: Foram finalizadas, no departamento de pós-doutorado, 2 pesquisas e 15 estão em vigência oficializadas. Já o número de bolsas de Iniciação Científica foi de 44, entre PIBIC-CNPq e FAMERP/FUNFARME - SDE. CASA: O Centro de Apoio Social ao Aluno ofereceu 30 bolsas de auxílio permanência, no valor de R$ 150, ao longo de 2020. Investimentos: Não tivemos investimentos em estrutura física no exercício. Extensão: A diretoria de extensão teve um total de 40 atividades oficializadas, entre cursos, projetos, campanhas e atendimentos gratuitos oferecidos à população. Transferência: não tivemos transferências neste ano. - Ações: Eventos online: As 19 ligas do projeto de extensão - Liga de Infectologia, Liga de Apoio aos Portadores de Diabetes, Liga de Cuidados Paliativos, Liga de Saúde Mental, Liga de Transplante de Órgãos e Tecidos, Liga de Gestão em Saúde, Liga do Trauma, Liga de Geriatria e Gerontologia, Liga de Práticas Integrativas, Liga do Fígado, Liga de Oncologia, Liga de Dermatologia, Liga de Nefrologia, Liga de Neurociências, Liga de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Liga da Dor, Liga de Saúde da Família e Comunidade, Liga de Pediatria, Liga de Cardiologia - promoveram seus eventos anuais de maneira online. Entre eles estão: II Simpósio de Pesquisa, Saúde e Comunidade - 4.11, I Simpósio Paulista de Neurociências - 03 a 05.11, Simpósio Aborto seguro no Brasil: O que todo profissional de saúde deve saber? - 21.09, III Simpósio de Mindfulness - 10 a 12.11 e 1º Curso de Ressuscitação cardiopulmonar. Iniciação científica: Em outubro, foi realizada a 17ª edição Congresso Anual de Iniciação Científica - CAIC da Famerp e 3º Congresso Científico. O evento contou a apresentação 26 salas on-line, pela plataforma Google Meet, com a apresentação de diversos trabalhos. Biblioteca: Biblioteca possui um acervo de 24146 exemplares de livros, sendo 11759 títulos. O número de periódicos é de 56537 exemplares e 712 títulos. Nova área de serviços de informática: A FAMERP lançou uma nova área de serviços de informática. Hospedada na intranet da faculdade, no menu "Informática", a área é destinada a professores e funcionários técnico-administrativos. O atendimento ao cliente também sofreu mudanças e teve seus canais ampliados, com a inclusão do sistema "Gestionnaire Libre de Parc Informatique", conhecido como GLPI. Publicação: Artigo que tem entre seus autores o pesquisador e professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – Famerp - João Aris Kouyoumdjian apresenta nova versão - atualização a cada 10-20 anos, das diretrizes para realização da eletromiografia de fibra única, técnica avançada para diagnosticar doenças que afetam a junção neuromuscular - ligação entre nervo e músculo, originando fraqueza flutuante ao longo do dia. O texto foi publicado na revista Clinical Neurophysiology. Publicação: Uma força-tarefa envolvendo pesquisadores de 15 instituições brasileiras, entre elas a Famerp, em conjunto com instituições britânicas, realizou o sequenciamento de 427 genomas do novo coronavírus SARS-CoV-2 de 21 estados Brasileiros. O estudo foi publicado na importante revista Science e considerado o maior estudo de vigilância genômica da COVID-19 na América Latina. Pesquisa: A Famerp foi escolhida Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos, uma das agências de fomento mais rígidas do mundo, para receber financiamento para estudar dengue, zika, chikungunya e demais arboviroses pelos próximos cinco anos, com objetivo de estabelecer um sistema de vigilância em arbovírus em mosquitos e na população de Rio Preto, uma maneira de estudar e acompanhar as doenças que esses arbovírus podem transmitir. Pesquisa: A Famerp vai conduzir em Rio Preto um estudo do Instituto Butantan que visa identificar a incidência de infecção pelo coronavírus, a chamada Avaliação de Incidência de Infecção por SARS-CoV-2 e de COVID-19 - Avisa. Fórum: A Famerp realizou o IV Fórum de Pesquisa Famerp/Funfarme. Durante o Fórum, foram mostradas algumas das linhas de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores do complexo Famerp/Funfarme, além do edital de bolsas de iniciação científica. Canal no Youtube: A Famerp iniciou a divulgação de uma série de vídeos de profissionais da instituição esclarecendo dúvidas e promovendo orientação para população sobre diversas doenças. A ação tem o objetivo não só informar a população sobre os desafios da medicina, como o novo coronavírus, como também combater as falsas notícias. Nos vídeos, os profissionais esclarecem dúvidas sobre as doenças e como elas podem afetar outras áreas da saúde. Robô: A Famerp recebeu um robô extrator de material genético, equipamento que ampliou a capacidade da instituição na realização de testes no diagnóstico da Covid-19. O equipamento foi cedido pelo Instituto Butantan de São Paulo, em regime de comodato. Pesquisa: A Famerp foi escolhida como um dos 12 polos brasileiros de pesquisa para a vacina Coronavac no Brasil. Testes: A Famerp, junto com o Hospital de Base, realizou neste ano cerca de 120 mil testes de Covid-19, colaborando para o rápido diagnóstico e medidas de controle em São José do Rio Preto e região. Prêmio: A estudante da Famerp Bianca dos Santos Bertholini foi premiada na categoria de Jovem Pesquisador no 38º Congresso Brasileiro de Epilepsia. Prêmio: Dois trabalhos da Famerp foram premiados no Congresso Brasileiro de Nefrologia. O primeiro lugar foi para o estudo intitulado "Efeito de células-tronco pluripotentes induzidas e células progenitoras renais no tratamento da Insuficiência Renal Crônica experimental", feito pela doutoranda Patrícia de Carvalho Ribeiro sob orientação da Dra. Heloisa Caldas e Dr. Mário Abbud Filho. O segundo lugar na categoria Jovem Pesquisador foi conquistado pela aluna de doutorado Naiane do Nascimento Gonçalves com o trabalho "Avaliação do perfil global de metilação do DNA em rins de doadores não ideais".

Órgãos vinculados à SDE - exceto as Universidades e Faculdades, já citadas-*Centro Paula Souza – CPS* - Escolas Técnicas Estaduais: 223 Etecs oferecem os Ensinos Médio, Técnico, Integrado, incluindo o programa Novotec, para cerca de 213 mil matriculados - 115.459 no Técnico, 83.803 no Integrado e 13.465 no Médio. Considerando os 2 processos seletivos semestrais, neste ano foram oferecidas 128.051 vagas: 91.680 para o Técnico, 33.251 para o integrado e 3.120 para o Médio. Novotec - Lançado em 2019 em parceria com a SDE, oferece o itinerário de formação técnica e profissional nas Etecs e EEs em 3 modalidades: o Expresso, o Integrado e o Virtual. O Novotec Expresso é uma qualificação profissional de até 200 horas. Neste ano, foram ofertadas 20.120 vagas. Após análise da demanda foram matriculados 14.488 alunos. O Novotec Integrado permite que o estudante obtenha certificado de Ensino Médio e diploma de Técnico. Foram oferecidas 14.862 vagas para esta modalidade. Novotec Virtual: foram certificados 212 estudantes em 8 opções de habilitações. Os cursos utilizam a plataforma da Univesp, com conteúdo elaborado pelo CPS e acompanhamento de um tutor. Ensino Técnico Integrado ao Médio -Etim – o CPS ofereceu 18.389 vagas em período integral. Classes Descentralizadas – CDs – unidades que disponibilizam um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec. Estão em funcionamento 392 CDs: 158 em parceria com prefeituras, que oferecem espaços para salas de aula e laboratórios. Desse total, 6 foram implantadas em 2020. Número de matriculados: 6.592. Outras 234 CDs funcionam pelas parcerias com a SEE e a Prefeitura da Capital - em 212 EEs e em 22 CEUs. Total de matriculados: 19.817 alunos. Este convênio permitiu a abertura de mais de 190 mil vagas em cursos técnicos e integrados entre o 2º semestre de 2009 e o 2º semestre de 2020. Programa Vence: por meio de outra parceria com a SEE, o CPS estende a oferta do Etim às EEs. Vagas remanescentes: desde o 2º semestre de 2012 o Vestibulinho oferece vagas remanescentes de 2º módulo para diversos cursos técnicos. No 1º semestre de 2019 começou a oferta para vagas remanescentes do 2º ano do Médio. Especialização técnica: desde o 2º semestre de 2014, o Vestibulinho oferece vagas para vários cursos dessa modalidade de ensino. Em 2020, incluindo os 2 processos seletivos, foram oferecidas 635 vagas para 10 cursos de especialização, entre os 20 mantidos pelo CPS. Educação a Distância: em 2020, o Grupo de Estudo de Educação a Distância efetivou mais de 15 mil matrículas nos 5 cursos técnicos semipresenciais - Administração, Comércio, Eletrônica, Secretariado e Sistemas de Energia Renovável, nos 5 cursos técnicos online Administração, Comércio, Desenvolvimento de Sistemas, Guia de Turismo e Secretariado, no Ensino Médio a distância na modalidade EJA e no curso de Especialização Técnica em Gestão de Projetos online. O CEE autorizou a implantação do curso técnico em Transações Imobiliárias online, que será disponibilizado em 2021. A oferta de cursos livres, no formato Mooc, foi incrementada com o lançamento dos cursos básicos de Inglês e de Espanhol que, juntamente com os cursos em andamento, totalizaram mais de 414 mil cursistas matriculados. Avaliações - Três tradicionais sistemas de avaliação ressaltam a qualidade do ensino das Etecs: o Pisa, na modalidade Pisa para Escolas - 30 Etecs foram convidadas pela OCDE a participar da última edição, divulgada em 2020. A média das Etecs superaram as médias das escolas de todo o Brasil e, ainda, as médias dos cerca de 80 países participantes. Em leitura, a média das Etecs foi de 516 pontos, acima da média de 413 do Brasil, e da média de 485 dos demais países. Em matemática, as Etecs tiveram média de 500 pontos, contra 384 da média do Brasil e 478 da média geral. Em ciências, as Etecs obtiveram média de 509, enquanto o Brasil atingiu média de 404, e os demais países, 486. O bom desempenho dos alunos das Etecs também pode ser comprovado pelo resultado da edição 2019 do Ideb, divulgado em 2020: entre as 100 escolas públicas brasileiras mais bem classificadas, estão 50 Etecs. Entre as 50 melhores escolas públicas do Estado, há 44 Etecs. Na Capital, entre as 20

melhores escolas públicas, 16 são Etecs. Já no Enem, das 100 melhores escolas estaduais do Brasil, há 64 Etecs, das 50 melhores públicas da Capital, 40 são Etecs.e entre as 60 melhores escolas públicas do Estado, 37 são Etecs. Capacitação nas Etecs: o curso de pós-graduação em Aperfeiçoamento Ensino e Aprendizagem na EJA, realizado pelo convênio com o FNDE, formou 138 professores, outros 86 estão em curso. O mesmo convênio formou mais 464 docentes no curso de Formação Pedagógica para Graduados não licenciados. Atualmente outros 103 professores estão em curso. A formação continuada de funcionários e docentes ofereceu cerca de 220 turmas, a previsão é de que cerca de 12 mil certificados sejam emitidos até o final do ano. Devido a pandemia, também foram realizados projetos de formação online visando subsidiar o trabalho remoto de professores e gestores das unidades. Capacitação e aperfeiçoamento de docentes voltados à inclusão: A Assessoria de Inclusão da Pessoa com Deficiência deu suporte ao atendimento de 150 alunos com deficiência, em 85 unidades. Por meio de especialistas foram realizados acompanhamentos dos alunos, com adaptação de materiais e atividades pedagógicas sob a orientação dos docentes. Foram disponibilizados, também, vários recursos de tecnologia assistiva. A Assessoria promoveu 2 webinares para formação docente. Faculdades de Tecnologia: 73 Fatecs oferecem 81 cursos de graduação para 89.066 matriculados. Educação a distância' implantada no 2º semestre de 2014 nas Fatecs, estão matriculados nessa modalidade 1.199 alunos no curso de Gestão Empresarial. Desde o 1º semestre de 2018 o CPS oferta, em parceria com a Univesp, o curso de Gestão Pública. Capacitação nas Fatecs: em 2020, a Unidade do Ensino Superior de Graduação – Cesu, desenvolveu atividades de capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento para comunidade escolar, como cursos e oficinas de Metodologias Ativas. Em função da pandemia, ações de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento foram adequadas ao formato online, entre elas: Workshop de Práticas Docentes e Discentes e a VII Semana de Planejamento e Aperfeiçoamento Pedagógico. Até o início de novembro, foram atendidas cerca de 7.219 pessoas. Pós-Graduação: o CPS oferece 2 cursos stricto sensu: Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos e Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional; 3 lato sensu MBAs: Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais; Tecnologia e Inovação; e Engenharia e Negócios. A Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa também oferece atividades de extensão ligadas aos programas de Mestrado Profissional e organiza o Simpósio dos Programas de Mestrado Profissional. Mobilidade Acadêmica: No 1º trimestre foram oferecidas 42 vagas com isenção de taxas para cursos de um semestre nas instituições de Ensino Superior estrangeiras parceiras do CPS, em 7 países: Argentina, Chile, Colômbia, Espanha, México, Polônia e Portugal. Pela parceria entre o CPS e o Santander Universidades foram concedidas 34 bolsas de apoio financeiro aos custos relacionados à formação acadêmica. *Outras ações:* 2.843 alunos de Fatec tiveram acesso ao curso online de inglês pela English Live por 30 dias. O Programa TOP España ofereceu 3 vagas - uma para professor e duas para alunos de Fatec, para curso de espanhol de 3 semanas na Universidad de Salamanca. A adesão ao consórcio eMOVIES permitiu que 69 alunos cursassem intercâmbio online em 5 países: Argentina, Chile, Equador, Colômbia e México. Pela parceria com o Departamento Universitario Obrero y Campesino do Chile, 20 alunos de Fatecs estudam a língua espanhola e outros 20 alunos dessa universidade cursam língua portuguesa em curso oferecido pelo CPS, ambos via online. Em conjunto com o Consulat Général France à São Paulo, 65 professores de Etecs participam de curso virtual de língua francesa com tutoria da Aliança Francesa. Em ação realizada com o Consulado da República da Coreia em São Paulo, o Projeto Aula de Coreano nas Etecs é oferecido a 300 estudantes em 10 Etecs. Docentes: 100 professores participaram do curso Un paseo cultural por España. Já a formação Didáctica de la gramática en las clases de ELE foi ofertado a 50 professores de língua espanhola de Etecs e Fatecs. Outros 11 professores de espanhol participam do programa de formação sobre gamificação e uso das tecnologias para criação de materiais didáticos. Sobre desenvolvimento de competências socioemocionais, 13 professores do CPS estão em contato com pesquisadores belgas de diversas áreas para desenvolvimento de pesquisas conjuntas. Visando fomentar a internacionalização da pesquisa, o CPS oferece curso de conversação em inglês a 10 professores pesquisadores. Lançamento do dossiê temático: Internacionalização da Educação Profissional e Tecnológica na Revista REGIT - Qualis-CAPES A4, com artigos de pesquisadores de 9 instituições nacionais e internacionais. A ARinter desenvolveu também atividades online, como capacitações sobre desenvolvimento de competências socioemocionais e debate sobre práticas metodológicas e de gestão remota. Convênios com Empresas e Organizações: Foram assinados 35 acordos de cooperação com empresas e organizações, visando estabelecer relações conjuntas para programas de capacitação e treinamento de professores e alunos, práticas profissionais no ambiente de trabalho, direitos de uso de softwares, plataformas digitais e utilização de ferramentas de realidade virtual com empresas, como Cisco, Festo, Fundação Telefônica Vivo, Banco Santander e Siemens, Foram assinados 6 Protocolos de Intenção para estabelecer ações conjuntas, visando a cooperação para a realização de projetos de interesse comum com as empresas: Sportheca, Softex, Organização Rádio e Televisão Educativa Matonense, Project Management Institute e Instituto Rede Mulher Empreendedora. Programa Meu Emprego na modalidade Via Rápida Emprego e São Paulo Criativo, em parceria com a SDE – CETTPRO, ofertou 4.190 vagas - 970 nas Unidades Móveis, 2.520 em espaços físicos e cursos remotos, e 700 vagas nos cursos de economia criativa. Por meio das carretas de Confecção Industrial, foram confeccionadas e entregues à população 907.693 máscaras de proteção contra a Covid-19. Programa Meu Emprego parceria com a SDE – CERT: 30 atendimentos por meio do Programa SP Inclusivo. Aprendiz Paulista, parceria com a SDE: voltado aos alunos de curso técnico das Etecs, com idade entre 14 e 24 anos. Foram firmados 1.166 contratos. FUSSP, parceria com o Fundo Social, visa qualificar o desempregado que busca oportunidade no mercado. Número de atendimentos 1. 789 vagas - 670 na Capital e 1.119 no Interior. A Qualificação Básica – Formação Inicial e Continuada -QB FIC - capacita trabalhador desempregado em busca de colocação ou na atuação empreendedora. Nº de atendimento: 45. Investimento em Etecs e Fatecs: Foram empenhados, até o momento, cerca de R$ 15,5 milhões em obras. O valor inclui: construção - Etec de Teodoro Sampaio e futura Etec de Sumaré. Reforma*:* Etecs de Jundiaí - Etec Vasco Antonio Venchiarutti, Itu, Miguelópolis, Orlândia, Piracicaba - Etec Cel. Fernando Febeliano da Costa, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Fé do Sul, São PPaulo- Etec Getúlio Vargas, Etec Horácio Augusto da Silveira e Fatec Tatuapé. Além de obras de manutenção em diversas unidades. Repasse para a Prefeitura de Itapevi: R$ 5.377.081,35 para a construção da Etec do município. Mobiliários e equipamentos: serão investidos cerca de R$ 18,7 milhões em equipamentos de informática - servidores, computadores, notebooks e multifuncionais; de audiovisual -televisores e projetores multimídia; e mobiliário. Valor da contratação de serviço de internet móvel com plano somente de dados: R$ 441.043,20 - Mais de 22 mil alunos das Etecs e Fatecs receberam um cartão para acesso à internet com disponibilidade de 20 gigabytes por mês, a ser usado apenas para acesso às aulas. Assessoria de Inovação Tecnológica**:** 9 ações desenvolvidas neste ano: implantação da política e diretrizes de atuação da assessoria com ênfase em empreendedorismo e na formação de profissionais capazes de inovar e empreender; parcerias para oferecer 6 módulos de capacitação para Agentes de Inovação das 15 RAs do Estado; criação dos grupos de agentes de inovação especialistas em capacitações; ampliação da Escola de Inovadores atendendo 104 unidades do CPS; criação da Trilha de Empreendedorismo e Inovação formada pela Escola de Inovadores, Vitrine Inova CPS e Acelera Inova CPS; criação de hackathons em 131 unidades do CPS; ampliação de ações de colaboração visando proporcionar aprendizagem e oportunidades em projetos de inovação a alunos e professores; realização de estudos sobre eventual ajuste da deliberação 43-2018 que versa sobre políticas de inovação do Paula Souza; capacitação e participação de membro da Inova no grupo de trabalho para estudos e análises da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. COPAMS: A Comissão Permanente de Orientação e Prevenção contra Assédio Moral e Sexual trabalhou junto às unidades escolares e Administração Central do CPS para conscientização contra o assédio. Lançou Cartilha e 2 campanhas sobre o assunto nas mídias do CPS, destacando os canais oficiais para denúncias. Realizou 5 reuniões com representantes de diversas entidades estudantis. Em reuniões virtuais, cerca de 60% dos diretores de Etecs e Fatecs receberam orientações sobre como proceder com denúncias de assédio. Atuou junto à Unidade Processante, Chefia de Gabinete e Ouvidoria em 35 apurações preliminares em supostos casos de assédio. Gestão Participativa: criada em 2016, a comissão contribui com o aprimoramento da comunicação e da consolidação das relações interpessoais com as instituições auxiliares das Etecs. Neste ano, ampliou sua atuação ao envolver as Fatecs nas atividades. Com apoio do Instituto Ânima atendeu mais de 4 mil participantes, em 8 webinares com temas, como Inteligência Emocional, Depressão e Futuro do Trabalho. Em parceria com a Inova CPS realizou 3 ideathons para cerca de 500 alunos por evento. Com o apoio da Sociedade Brasileira de Psicanálise desenvolveu 8 encontros com 50 docentes de Etecs e Fatecs a fim de refletir sobre gestão emocional no cotidiano escolar. Comitê de Compliance: atuou na criação de Código de Conduta; Política e Práticas de Prevenção de Conflitos de Interesse; Política e Práticas de Relacionamento com Parceiros; Política e Práticas de Proteção de Dados. O Comitê de Compliance é responsável também por articular as primeiras ações de adequação do CPS à LGPD, por meio de webinar, trilha de lives e produção de cartilhas. Sem Papel **-** Foi criado um grupo de trabalho para organizar a implantação gradual do programa governamental que pretende promover a sustentabilidade e aumentar a eficiência na tramitação de documentos em formato exclusivamente digital. A primeira fase ocorreu na Administração Central do CPS, com capacitações sobre o uso do sistema. O programa será estendido às unidades. *Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT*. Atende às necessidades dos setores público e privado e tem como missão "criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. O Instituto está organizado em 7 unidades de negócios que coordenam a atuação de 25 laboratórios tecnológicos. Ações relevantes em destaque até 30.11.2019: Atendimento a empresas: dos R$ 66,1 milhões faturados pelo IPT no período, 73,3 % são de clientes do setor privado, 25,4% de clientes do setor público e 1,3 % de empresas de economia mista. - Indicador de formação e treinamento de profissionais: o IPT formou 927 profissionais inscritos nos cursos de curta duração, especialização, aperfeiçoamento e mestrado profissional. Atuação - Atuação com setor público - GOV - O IPT revisou sua estratégia de atuação com governo, com o intuito de reposicionar o papel e a imagem do Instituto como parceiro para o planejamento e execução de políticas públicas. Foram definidos os eixos de atuação e a estrutura básica de gestão para os atendimentos e a partir de 2020 serão implementadas as ações para nova forma de atuação. Atuando como parte integrante do Grupo de Assessoramento Técnico, das Câmaras Temáticas de Prosperidade e Paz, auxiliando na coordenação das atividades e reportando diretamente à Casa Civil. Atuação com setor privado - COM: Inovação com a indústria - Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii: O IPT é responsável por duas unidades de operação Embrapii - Materiais de Alto Desempenho e Desenvolvimento e Escalonamento de Processos Biotecnológicos. Foram contratados 8 projetos que totalizam R$ 3,7 milhões. Programa Indústria 4.0: A primeira ação é a Aceleração de IIoT nas PMEs, cujo protótipo foi lançado em julho de 2019, no IPT, para 10 empresas dos setores aeronáutico e automotivo, com apoio do IPT, ITA e a Deloitte. Em novembro foi assinado contrato entre o IPT, a FIPT e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico no valor de R$ 4 milhões, para a execução do projeto piloto que visa escalar e acelerar a implantação de IIoT em 130 empresas paulistas. Visando contribuir para a formulação de políticas voltadas à indústria 4.0, principalmente para as pequenas e médias empresas brasileiras está em construção uma parceria entre *World Economic Forum* – WEF, Ministério da Economia e o Estado de São Paulo. IPT Open Experience: O Instituto inaugurou o Programa IPT Open Experience, que é a pedra fundamental do projeto CITI - Centro Internacional de Tecnologia e Inovação, cujo foco é o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de alta intensidade - *hardtech* e visa promover um ambiente de inovação e estimular o desenvolvimento socioeconômico do Estado de São Paulo. A Granbio inaugurou seu Centro de Inovação no prédio 50 do campus do Instituto e no Hub de Inovação as empresas que aderiram ao programa foram 3M, Siemens, Siemens Energy e Kimbely Clark. Rota 2030 – Ferramentarias Brasileiras Mais Competitivas: O programa foi selecionado em uma chamada pública pelo Conselho Gestor do Rota 2030 como o Programa Prioritário para apoiar a linha IV do Rota 2030 referente ao fortalecimento da cadeia de ferramental e moldes destinados a produtos automotivos. O Programa, que é coordenado pela a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep e tem o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado De São Paulo – IPT, como coordenador técnico, representando a união de esforços de vários atores da sociedade, como a Abinfer, a AEA e o Sind. dos Metalúrgicos do ABC, o ITA, a UFABC, a UFSC, o IPEN e o Instituto Mauá de Tecnologia. Nos próximos 5 anos serão injetados no setor mais de 200 milhões de reais para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas, a formação e o empreendedorismo relacionado ao setor de ferramental no Brasil. 3. Projetos em Destaque - P&D e serviços Tecnológicos0: Projetos de apoio ao combate ao COVID-19. O IPT por meio de uma iniciativa voluntária, amparada em sua missão institucional, estabeleceu o projeto "Ações Emergenciais contra a COVID" para apoio ao governo do Estado de São Paulo na pandemia. Foram realizados 5 projetos de "Aplicações de Big Data e georreferenciamento de dados aplicados na geração de informações para o desenvolvimento de estratégias de mitigação de riscos à população e ao apoio a políticas públicas"; 1 projeto para "Suporte técnico à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo – SDE e suas parceiras, para seleção, avaliação, apoio ao desenvolvimento e validação de tecnologias relacionadas ao combate à COVID-19" e 8 projetos de "Apoio ao desenvolvimento, adequação e manutenção de ventiladores pulmonares.". Esse último com a prestação de serviços gratuita para instituições do terceiro setor, do Estado e de ensino e pesquisa, e serviços remunerados quando do atendimento a empresas. Foram também desenvolvidos 12 projetos envolvendo Ensaios, Calibrações, Análises microbiológicas, Avaliação de consistência de dados e Avaliação de medidas a serem propostas para a prestação dos serviços de transporte público. Com todas essas iniciativas o IPT contribui com a população de São Paulo para o combate ao COVID-19. Sistema de Monitoramento Inteligente - SIMI – Sala de Crise COVI-19. O Decreto nº 64.963/2020 estabeleceu a Sala de Crise e Monitoramento Inteligente da COVID-19, um ambiente computacional para fornecer ao governo do Estado de SP informações agregadas e anônimas sobre mobilidade, saúde e economia, para prover suporte à tomada de decisão no enfrentamento à pandemia. O SIMI tem atuado com 4 grupos de iniciativas: Isolamento social; Recuperação econômica; Dados epidemiológicos e Apoio a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS. O Sistema SIMI foi criado aproveitando

componentes de IoT espalhados pelo Estado, tais como: Celulares; Contadores de tráfego veicular; Radares de velocidade; Tags RFID em veículos; Equipamento emissor de NF e Sistemas de Informações governamentais. A grande contribuição do Sistema foi a integração com sistemas governamentais - Sivep - Gripe, Censo covid, E-Sus, Mineração em sites internacionais e mais de 30 sistemas de saúde, oferecendo ao governo informações para auxiliar a tomada de decisão, bem como manter a sociedade informada sobre a disseminação do vírus. Mineração no Vale do Ribeira Nos dias 4 e 5 de março, na cidade de Registro, foi realizado o Fórum de Mineração no Vale do Ribeira. O evento foi organizado pelo IPT e pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR. Os participantes receberam uma visão da situação atual da mineração no Vale do Ribeira, sobre a ótica das instâncias governamentais que atuam na área, dos centros de informação, ensino, pesquisa e inovação e do setor empresarial. O evento também contou com uma oficina para a discussão dos temas abordados e uma visita técnica à empresa. Como resultado do Fórum Mineral pode-se destacar que as informações levantadas podem servir para a formulação de uma política pública para a Mineração do Futuro no Vale do Ribeira. Adicionalmente, foi proposta uma Agenda Mineral Propositiva com as seguintes ações: constituir uma comissão para formulação de uma política mineral para a região; apoiar a elaboração de um Ordenamento Territorial Geomineiro para o Vale do Ribeira; estimular a instituição de um Arranjo Produtivo Local - APL; e fomentar a recriação do Conselho Estadual de Geologia e Mineração. Inspeção de obras e de projetos executivos das principais construções ao longo do Rodoanel Trecho Norte. Projeto de apoio a Secretaria de Logística e Transportes do governo do Estado de São Paulo para inspeção e verificação das obras do Rodoanel Trecho Norte com o objetivo de verificar pendências técnicas para conclusão das obras. Foram feitas análises que permitiram indicar eventuais necessidades de obras complementares para garantir a segurança dos futuros usuários. Os resultados alcançados pelo projeto serão utilizados como subsídio no processo licitatório para contratação de empresas construtoras para finalização das obras. Óleo derramado no Nordeste brasileiro - monitoramento de acidentes e mitigação dos impactos ambientais. Projeto em atendimento à Secretaria de Desenvolvimento Econômico que envolve diversas equipes do Instituto na realização de pesquisas relacionadas a prospecções de soluções para monitoramento de acidentes e mitigação dos impactos ambientais nos locais atingidos pelas manchas de óleo na costa brasileira. O vazamento de óleo ocorrido no Nordeste brasileiro foi a maior tragédia ambiental por derramamento de petróleo ocorrido no país e estudos para proposição de ações de monitoramento e mitigação são fundamentais para evitar maiores prejuízos ambientais. Pelotização de sementes. Projeto para o desenvolvimento de soluções tecnológicas utilizando o processo de pelotização de sementes. Esse projeto está em fase final e envolveu as áreas de mineração e meio ambiente no desenvolvimento de um método de recuperação de áreas degradadas relacionada à atividade de mineração utilizando sementes pelotizadas com germinação direta na área degradada. **-***Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN*. Ações do IPEN no Combate ao Coronavírus. Manutenção das Atividades Essenciais: Com o apoio da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a colaboração da Casa Civil da Presidência da República, dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI e das Relações Exteriores - MRE, da Sociedade Brasileira de Medicina Nuclear - SBMN e, principalmente, dos profissionais do Centro de Radiofarmácia – CECRF e do Instituto, manteve-se a produção de radioisótopos e radiofármacos para o diagnóstico e a terapia em Medicina Nuclear, e atendimento de toda a demanda nacional durante a pandemia do Covid-19. Até o momento, incluem-se outras atividades técnicas institucionais essenciais, tais como, atendimento às emergências radiológicas, recebimento de rejeitos radioativos, produção e distribuição de fontes seladas industriais e médicas, radiometria ambiental, processamento de materiais por radiação ionizante às áreas de alimentação, farmacêutica, química, têxtil e automotiva, dentre outras. Desinfecção de máscaras no Irradiador Multipropósito de Cobalto-60: Em parceria com o projeto "Costurando Sonhos", da Comunidade de Paraisópolis, em São Paulo/SP, o IPEN vem utilizando radiação gama proveniente de Cobalto-60 para esterilização de 50 mil máscaras produzidas pelo projeto e distribuídas na própria Comunidade, para que os moradores possam recebê-las e utilizá-las com total segurança. Desenvolvimento de Marcador para Diagnóstico de Covid-19: A presença de anticorpos contra proteínas do vírus SARS-COV-2 em soro de pacientes que tiveram contato com este patógeno, pode ser utilizada como marcador para diagnóstico da doença e para vacinação. Produziu-se no Centro de Biotecnologia – CEBIO, do Instituto um fragmento da proteína nucleocapsideo de SARS-COV-2 em nível extremamente elevado, 800 miligramas por litro de meio de cultura, o que seria suficiente à preparação de 800.000 testes. A proteína foi produzida como agregados insolúveis, denominados de corpos de inclusão pelas bactérias, os quais foram subsequentemente solubilizados, utilizando-se alta pressão para a formação da proteína em conformação adequada – renaturação. A técnica de renaturação de proteínas por alta pressão é utilizada no Brasil somente pelo Grupo de Pesquisa do IPEN. Importantes contribuições de Startups sediadas na Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de São Paulo USP/IPEN-CIETEC: A Omni-Electronica, empresa da Incubadora USP/IPEN-CIETEC desenvolveu um dispositivo para monitorar todos os principais parâmetros relacionados à qualidade do ar, a qual orienta sobre o uso do ar-condicionado em ambientes fechados, tal como em hospitais, em tempos de Coronavírus; A Gesto, Corretora de Saúde que investe em um formato baseado em dados para atender e cuidar do beneficiário e, ao mesmo tempo, gerar economia às empresas, também graduada na Incubadora USP/IPEN-CIETEC, lançou um portal de informações 24 horas sobre o Coronavírus; A 3D Criar, Startup da Incubadora USP/IPEN-CIETEC, alterou o foco do seu negócio de vendas e manutenções de máquinas para produção de equipamentos de proteção e componentes hospitalares, entre eles: suportes para proteção facial, válvula de respiradores e distribuidores de fluxo de ar impressos em 3D; A TissueLabs, Startup brasileira da Incubadora USP/IPEN-CIETEC, que atua na fabricação de órgãos e tecidos em laboratório, direcionou toda a sua equipe científica ao desenvolvimento de uma plataforma que permite estudar o Covid- 19 no epitélio pulmonar, tecido afetado pelo vírus durante o processo da doença respiratória. A plataforma, a ser distribuída gratuitamente aos pesquisadores que desenvolvem estudos sobre o novo Coronavírus, permite ao pesquisador personalizar o tipo e a origem das células a serem utilizadas na pesquisa. A Sonata Solutions, empresa da Incubadora USP/IPEN-CIETEC, desenvolve tecnologias que exploram o plasma - quarto estado da matéria, ao tratamento de feridas crônicas. A Startup direciona essas tecnologias de esterilização por meio de plasma para combater o Covid-19 de duas formas: esterilização de ambientes e embarcando soluções em robôs de limpeza; A Timpel Precision Ventilation, Startup da Incubadora USP/IPEN-CIETEC, desenvolveu um tomógrafo por impedância elétrica com o objetivo de monitorar pacientes que necessitam de ventilação artificial. A solução pode ajudar a aumentar a disponibilidade de ventiladores pulmonares e, consequentemente, de leitos em UTI para pacientes com Covid-19 em estado grave; O Núcleo de Treinamento Union, empresa da Incubadora USP/IPEN- CIETEC, oferece aplicações de robôs sociais, dotados de recursos da inteligência artificial, para execução de tarefas de informação e comunicação com foco na prevenção e redução dos riscos de contágio dos profissionais da Saúde em ambiente hospitalar, ao Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo - HC/FMUSP; A Biosintesis, empresa de pesquisa, desenvolvimento e inovação, e residente na Incubadora USP/IPEN-CIETEC, desenvolveu um dispositivo portátil capaz de detectar o SARS-CoV-2, com análises em tempo real: o GRAPH Covid-19, fruto da parceria com o Centro de Tecnologia das Radiações - CETER, Centro do Combustível Nuclear – CECON, Centro de Biotecnologia e Centro de Ciência e Tecnologia dos Materiais. Com rapidez, precisão de resultados e portabilidade, o novo produto pode contribuir de modo significativo na batalha contra esse vírus e também no controle de outros tipos de doenças. O GRAPH Covid-19 é uma plataforma de *Diagnostic On a Chip* - DoC, baseada na tecnologia inovadora de biossensores avançados com nanocompósitos de óxido de grafeno. Uma das vantagens é que a plataforma de diagnóstico GRAPH usa baixo volume de amostra biológica, tal como uma gota de sangue, sendo capaz de detectar e monitorar diversas doenças, tendo como prioridade testar a infecção por SARS-CoV-2. Além disso, o dispositivo terá produção nacional, dispensando a necessidade de importação de insumos e possibilitando alta escala de produção para atender rapidamente à demanda diagnóstica em todo o País. Há projeto aprovado na FINEP - Chamada 3/2020, no valor de R$ 499.680,00. A Biosintesis investirá R$ 56.775,00. *Modernização das Instalações do Centro de Radiofarmácia -CECRF - do IPEN.* Avanço no projeto de modernização das instalações do Centro de Radiofarmácia do IPEN, em parceria com a Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A para obtenção e manutenção do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, e registros 25 radiofármacos junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ampliação da produção de novos radiofármacos e do portfólio de produtos oferecidos aos Hospitais e Clínicas do País. Integraram-se 20 profissionais da AMAZUL no apoio ao projeto de modernização. Com o auxílio desses profissionais concluiu-se o projeto da "Ala Quente 2", já aprovado pela ANVISA e CGMI/DRS/CNEN, e também a finalização da obra civil do laboratório que será utilizado ao desenvolvimento de novos radiofármacos para testes clínicos e certificação de boas práticas de fabricação. *Obtenção de Registro de 22 Radiofármacos pela ANVISA.* O IPEN alcançou a marca de 22 Radiofármacos registrados pela ANVISA, do total de 25 produzidos no Instituto. Em 3/2020, obteve o registro do Gerador de 99Mo/99mTc - IPEN- TEC, seu principal produto para a Medicina Nuclear no País. O 99mTc é um radioisótopo utilizado em cerca de 80% dos procedimentos adotados na Medicina Nuclear, produto do decaimento radioativo do 99Mo, importado da Rússia, África do Sul e Holanda. O Brasil busca a autossuficiência na produção do 99Mo com o projeto Reator Multipropósito Brasileiro, o maior na área nuclear no País, que está sob a responsabilidade da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da CNEN, e forte participação do Instituto. Marca histórica do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Nuclear. O curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Tecnologia Nuclear do IPEN em parceria com a USP atingiu, em julho de 2020, a marca de 3 mil títulos, sendo 1 mil em doutorado e 2 mil em mestrado. Considerado de excelência, conceito 6 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, o programa completou 44 anos em 03/2020. Aprovação do Novo Curso de Graduação em Parceria com a USP. Em 23/06/2020, o Conselho Universitário da USP aprovou a criação da habilitação em Engenharia Nuclear, na Escola Politécnica da Universidade. A criação do curso de graduação em Engenharia Nuclear é fruto da parceria entre a CNEN, o IPEN e a USP. A habilitação será oferecida já no vestibular de 2021, com 10 vagas, sendo 50% para ampla concorrência e 50% para egressos da Rede Pública de Ensino. O Convênio de Cooperação permitirá aos servidores do IPEN ministrarem disciplinas no novo curso, com compromisso da execução em parceria por 10 anos, a partir de 2021, permitindo também que docentes e discentes utilizem as instalações, tais como os Reatores Nucleares de Pesquisa IEA-R1 e o IPEN/MB-01, o Irradiador Multipropósito de Cobalto-60, os Aceleradores Cíclotron e de Elétrons, dentre outros. Acordo de Parceria entre o IPEN e a Companhia Brasileira de Lítio - CBL - Processo de Separação Isotópica do Lítio Via Troca Iônica. O IPEN e a Companhia Brasileira de Lítio formalizaram parceria visando à produção do isótopo de Lítio-7, por meio do processo de troca iônica, após uma primeira etapa – a purificação do lítio em nível maior que 99,99% – ter sido bem sucedida. Formalizou-se o Acordo de Parceria em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, via webconferência, em 18/9/2020, publicado no Diário Oficial da União, em 21/9/2020. A expectativa é de que a produção do isótopo Lítio-7 torne o Brasil independente da importação desse material estratégico à indústria nuclear. No âmbito científico, espera-se que a iniciativa possa gerar uma patente de separação do Lítio-7, tornando o País uma das poucas nações do mundo a dominarem essa tecnologia. O recurso total para viabilizar o Acordo, com vigência de 2 anos, é de R$ 2.388.265,34, sendo o aporte da CBL no valor de R$ 1.643.543,00. *Eventos em comemoração aos 60 anos do Ciclo do Combustível Nuclear no País.* Realizaram-se nos dias 31/08 e 1/9/2020, Webinários comemorativos aos 60 anos de participação do IPEN no Ciclo do Combustível Nuclear. O webinário de 31/08/2020, o qual abordou o tema "Desafios e Perspectivas", obteve 2.300 acessos e reuniu representantes de Instituições colaboradoras e usuárias das tecnologias desenvolvidas no Instituto, como o enriquecimento do urânio por ultracentrífugação, sua reconversão e a fabricação de elementos combustíveis para Reatores Nucleares de Pesquisa. Participaram representantes da CNEN, SDE, Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, Indústrias Nucleares do Brasil, Eletrobrás Eletronuclear e a USP. O webinário também tratou dos atuais desenvolvimentos e as perspectivas científicas e sociais advindas com o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB. O webinário realizado em 1/9, teve como tema "Enredos de uma conquista estratégica", obteve 1.900 acessos e contou com a participação de gerações de pesquisadores do IPEN, representantes das fases e das áreas que atuaram efetivamente no desenvolvimento de tecnologias inovadoras na conquista do Ciclo do Combustível Nuclear no País. Acordo de Parceria para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação entre o IPEN e o CTMSP. Acordo de Cooperação Técnico-Científica ao desenvolvimento do projeto "Capacitação em operação e supervisão de reatores por meio do treinamento de profissionais para apoio às atividades de pesquisa e produção de radioisótopos no Reator Nuclear IEA-R1", principalmente os radioisótopos Lutécio-177, Iodo-131, Samário-153, Holmium-166, dentre outros, utilizados em Medicina Nuclear no País. Além disso, a "Modernização da mesa de controle e canais de segurança nuclear do Reator de Pesquisa IEA-R1". Comissionamento do novo Núcleo do Reator IPEN/MB-01. O comissionamento do novo núcleo do Reator Nuclear de Pesquisa IPEN/MB-01 está previsto para ocorrer nos próximos 2 anos. O núcleo vai operar com 19 elementos combustíveis do tipo placa, produzidos pelo Centro do Combustível Nuclear, em parceria com o Centro de Engenharia Nuclear do IPEN, idênticos aos que estão projetados para o Reator Multipropósito Brasileiro. O novo núcleo vai permitir simular a física de nêutrons do núcleo do RMB e, consequentemente, validar a metodologia de cálculo e as bibliotecas de dados nucleares utilizadas em seu projeto. Obteve-se a licença de Autorização de Operação Permanente por parte da CNEN. Desenvolvimento de uma unidade móvel com acelerador de elétrons para tratar e reciclar efluentes industriais e descontaminação ambiental. Conclusão do Projeto em parceria com a AIEA, CNEN, NUCLEP, FINEP e a Truckvan Indústria e Comércio Ltda., com investimento de US$1,5 milhão. O projeto da Unidade Móvel de Irradiação por Feixe de Elétrons consiste na aplicação da radiação ionizante - feixe de elétrons, no tratamento de águas residuárias e na degradação de compostos orgânicos, por meio do processo de oxidação avançada, e reaproveitamento da água do tratamento para reuso. Instalação do sistema de análise STM-AFM Raman SNOM - *Scanning Near field Optical Microscopy*. O Instituto adquiriu, com verba do Programa de Modernização de Institutos Estaduais de Pesquisa, um microscópio óptico de última geração, que permite resolver o interior de

uma molécula com resolução sub-nanométrica. É o terceiro do gênero no mundo. Possui a mesma resolução do microscópio eletrônico, mas, por não projetar elétrons, não danifica a amostra que está sendo analisada. Esta técnica não invasiva tem especial importância no mapeamento das células vivas. Outra característica importante do equipamento é que o feixe de laser pode ser direcionado de várias maneiras, o que possibilita focalizar a amostra sob múltiplos ângulos. Destinado à caracterização de materiais, o novo equipamento vai contribuir ao desenvolvimento de áreas-chave de atuação do Instituto: Radiofarmácia, Biotecnologia e Nanotecnologia, dentre outras. Execução de 3 Projetos Nacionais com a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, recém-aprovados. Projetos Nacionais da AIEA aprovados ao IPEN, no período 2022 a 2023: *Development of radioisotope and radiopharmaceutical 225Ac-PSMA and 177Lu- PSMA and expansion of Radiopharmaceuticals for Therapy in Prostate Cancer in Brazil; Towards sustainable and residue-free nuclear fuel fabrication for research reactors in Brazil; e Strengthening of industrial process tomography technology to characterize Brazilian reservoir rocks and to improve quality control of refining towers and pipes for enhancement of oil production.* Empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro – RMB. O projeto tem por objetivo a construção de um Reator de Pesquisa Multipropósito, destinado à produção de radioisótopos para Medicina, além de prestar serviços de irradiação para testes de componentes de reatores de propulsão naval e de geração de energia elétrica e aplicações na utilização de feixe de nêutrons para pesquisas científicas e tecnológicas, bem como aplicações industriais. O Empreendimento RMB está estruturado em três fases: implantação, operação e descomissionamento. Na primeira fase, de implantação, o produto final será o Reator e as instalações complementares licenciados em termos ambientais e nucleares e comissionados para entrar em operação. A segunda fase se inicia com a operação do Reator e das instalações, cujo produto final consiste na disponibilização de serviços, ao País. Após comissionado, o RMB deverá operar durante 50 anos, podendo ter sua vida útil estendida por mais 20 anos, devendo então ser descomissionado, que consiste na terceira fase. A fase de implantação consiste das seguintes etapas: prospecção do local realizada. elaboração dos projetos de concepção e básico e, do projeto detalhado do Reator realizada. desenvolvimento e fabricação do combustível realizada. elaboração do projeto detalhado de laboratórios, estruturas convencionais e de infraestrutura aguardando recursos. construção do Reator e das instalações associadas para viabilizar cada uma das aplicações - aguardando recursos. aquisição de equipamentos e componentes - aguardando recursos. fabricação e montagem - aguardando recursos. licenciamento ambiental e nuclear - obtida a licença de instalação do IBAMA e, em análise pela área regulatória nuclear a licença para construção. Comissionamento - aguardando recursos. Análise Situacional. Com os projetos detalhados já concluídos e as licenças obtidas, pode-se iniciar a construção do Reator já no ano de 2021, a depender da liberação dos recursos financeiros, de acordo com o cronograma de desembolso apresentado a seguir - estimado:

RMB - ESTIMATIVA ANUAL DE DESEMBOLSO (Total R$ 2 bilhões)					
2021 (milhões)	2022 (milhões)	2023 (milhões)	2024 (milhões)	2025 (milhões)	2026 (milhões)
415	500	340	290	285	170

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP - A FAPESP tem como missão contribuir para a consolidação do sistema de C,T&I no Estado de São Paulo por meio do fomento à pesquisa científica e tecnológica. Essa missão foi orientada por seis estratégias de fomento – Pesquisa para Inovação, Pesquisa para o Avanço do Conhecimento, Pesquisa em Temas Estratégicos, Formação de Recursos Humanos para a Ciência e Tecnologia, Apoio à Infraestrutura de Pesquisa e Difusão do Conhecimento – e reforçada por uma forte política de cooperação para pesquisa com parceiros nacionais e internacionais. Essas estratégias se materializaram em programas e projetos, tais como os exemplificados abaixo, e incorporaram os esforços da FAPESP no enfrentamento à pandemia de COVID-19. Apoio da FAPESP no combate à COVID-19: - Redirecionamento de recursos - para agilizar e ampliar o financiamento de pesquisas sobre a COVID-19, a FAPESP possibilitou aos pesquisadores apoiados redirecionar recursos, pessoas e materiais de projetos vigentes ao combate da doença e lançou chamada de proposta para oferecer recursos adicionais às pesquisas que redirecionaram parte de seu esforço no avanço do entendimento e na investigação do risco representado pelo vírus SARS-CoV-2. As micro e pequenas empresas também foram estimuladas a desenvolver projetos de inovações tecnológicas voltadas ao diagnóstico e tratamento dos doentes, por meio de duas chamadas de propostas no valor de R$ 30 milhões. - Vacina - a FAPESP e o Todos pela Saúde - Itaú Unibanco, firmaram parceria com o Instituto Butantan por meio da qual se comprometeram a aportar R$ 82,5 milhões – R$ 32,5 da FAPESP - no desenvolvimento dos ensaios clínicos de fase 3 da vacina Coronavac, da chinesa Sinovac Biotech, e na adequação de uma fábrica de produção da vacina e de processamento final de imunobiológicos. COVID-19 Data Sharing/BR - primeiro repositório de acesso aberto do país com dados demográficos e de exames clínicos e laboratoriais anonimizados de pacientes que fizeram testes para COVID-19 e um dos maiores bancos de dados deste tipo no mundo, com mais de 9,5 milhão de exames clínicos e laboratoriais. A iniciativa tem o objetivo de subsidiar pesquisas científicas sobre a doença nas mais diversas áreas de conhecimento. As instituições que participam da iniciativa são: hospitais Israelita Albert Einstein, Sírio-Libanês, das Clínicas da FM-USP, Beneficência Portuguesa, SPDM, Real Hospital Português de Beneficência, de Recife, Grupo Fleury e Instituto Pensi. A FAPESP igualmente financia o estudo EpiCovid - aporte da FAPESP de R$ 12 milhões, também em parceria com o Todos pela Saúde - R$ 12 milhões do TpS, conduzido por pesquisadores de São Paulo e da Universidade de Pelotas e inicialmente apoiado pelo Governo Federal, mas depois descontinuado, por razões desconhecidas, e que busca entender as taxas de contágio, de imunidade e orientar as ações de retomada. - Participação em comitê global da ONU – a FAPESP integrou iniciativa da ONU que mobilizou 250 pesquisadores, formuladores de políticas governamentais, entre outros, para juntos, definir estratégias nacionais e internacionais de recuperação da crise socioeconômica que se espalhou pelo planeta na esteira da pandemia da COVID-19. O documento elaborado propõe 25 prioridades de pesquisa em áreas estratégicas para a construção de um futuro mais justo, resiliente e sustentável. *Centros de Pesquisa em Engenharia - CPEs:* Constituídos em parceria com empresas e sediados em universidades ou institutos de pesquisa, os CPEs resultam num modelo inovador de articulação universidade-empresa para o desenvolvimento de projetos de investigação na fronteira do conhecimento, com foco na inovação. Onze CPEs já estão constituídos. Um deles iniciou as atividades - o Centro de Inteligência Artificial - C4AI, em parceria com a IBM e sede na USP. No ano, a FAPESP e a GSK anunciaram o lançamento de uma chamada de propostas para a constituição do Centro de Novos Alvos Terapêuticos em Oncologia – CONTD, que será o terceiro em parceria com a farmacêutica. Segue o processo de seleção de Centros de Pesquisas Aplicadas – CPA, em Inteligência Artificial em chamada lançada pela FAPESP em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e com o Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br. Para mais informações sobre os CPEs acesse www.fapesp.br/cpe - *Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas - PIPE:* é um dos mais importantes programas de apoio a startups no país, o que levou a FAPESP a figurar entre os atores do ecossistema de inovação do país que mais contribuem para o desenvolvimento de startups, ficando na terceira colocação no ranking do Top 20 Ecossistemas, elaborado pela 100 Open Startups, que mede anualmente o volume e a intensidade das relações de inovação aberta – *open innovation* – estabelecidas entre startups e empresas no Brasil. Até novembro, tinham sido contratados 218 projetos submetidos por empresas. O total de investimentos no mesmo período com os projetos vigentes, superou os R$ 67 milhões. No período, a FAPESP criou o PIPE Invest, uma nova modalidade de apoio a projetos com sucesso comprovado, apoiados na fase 2 do programa PIPE. O objetivo é aprimorar a tecnologia e acelerar a inserção da inovação no mercado. Além disso, a submissão de projetos às Fase 1 e 2 do Programa, assim como ao PIPE Invest, passou a ser em fluxo contínuo, ou seja, pode ser feita a qualquer momento do ano, possibilitando o início imediato da análise das propostas. Mais informações sobre o PIPE estão disponíveis em http://www.fapesp.br/pipe/ e no boletim FAPESP Pesquisa para Inovação. Cooperação em pesquisa – Foram assinados sete novos acordos para apoio a pesquisa colaborativa e cofinanciamento de projetos com universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento dos Estados Unidos, França, Alemanha, Suíça, Reino Unido, Irã e Colômbia. No total, considerando os acordos firmados em anos anteriores, e ainda vigentes, a FAPESP mantém 206 parcerias: 167 internacionais e 39 nacionais com o objetivo de potencializar e ampliar o impacto nacional e internacional da ciência produzida no Estado de São Paulo. Difusão do Conhecimento Científico - A divulgação dos resultados de pesquisas e de seus impactos sociais e econômicos contribui para aumentar o protagonismo da ciência e da tecnologia na vida dos cidadãos, intensifica o intercâmbio de informação entre pesquisadores e agrega valor às iniciativas de fomento. De janeiro a 30 de novembro, a mídia nacional e internacional tinha publicado mais de 40 mil reportagens sobre projetos de pesquisas e pesquisadores apoiados pela FAPESP. Esse número foi 36% superior ao de 2019. A FAPESP também tem presença forte nas redes sociais. A revista Pesquisa FAPESP e a Agência FAPESP somam, ao todo, 66,6 mil seguidores no Instagram, 168,7 mil no Twitter, 234,4 mil no Facebook, e 92,8 mil no *YouTube*. Para mais informações sobre a repercussão dos projetos de pesquisa apoiados pela FAPESP acesse https://namidia.fapesp.br/ Indicadores gerais: Até o mês de novembro, a Fundação tinha contratado 6.501 novos projetos nas diversas modalidades de apoio e desembolsado R$ 874,4 milhões em bolsas e auxílios à pesquisa. O recurso foi distribuído conforme as estratégias de fomento: R$ 210,2 milhões para bolsas de formação de recursos humanos para C&T, R$ 402,9 milhões para pesquisas básicas e aplicadas, R$ 45,9 milhões em programas de pesquisa em temas estratégicos, R$ 86,4 milhões com apoio à inovação tecnológica, R$ 115,3 milhões para o suporte à infraestrutura de pesquisa no Estado, e R$ 13,7 milhões na divulgação e difusão de resultados de pesquisa. *Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP*. Transformada em Autarquia de regime especial em 2012, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1.187/2012, a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, celebrando 130 anos de fundação e mesmo diante do período marcado pela Pandemia da COVID-19, realizou grandes marcos que contribuíram para a aceleração da economia e do empreendedorismo, justificado por 03 recordes históricos consecutivos em aberturas de empresas no Estado de São Paulo, registrando em agosto 22.825, setembro 23.205 e outubro 24.732 novas constituições, grande parte resultante da iniciativa inovadora e única adotada em todo Brasil, da isenção de pagamento na taxa para a abertura de empresas, durante o período de 60 dias. Mesmo diante de um cenário economicamente desafiador, a JUCESP, concretizou grandes projetos, a destacar: Sistema Integrador Estadual Paulista VRE|REDESIM – dentro dos destaques relacionados ao respectivo sistema temos a integração da Prefeitura de São Paulo, proporcionando ao empreendedor paulistano a utilização da plataforma única para realizar os processos de viabilidade, registro, inscrição e licenciamento de sua empresa, tornando seu processo mais simplificado, seguro e ágil; a integração do módulo de viabilidade com os Cartórios; a implantação do módulo de Inscrição Municipal; e em setembro, foi disponibilizada a nova versão do VRE | Digital também para o ato de baixa de empresas, permitindo ao usuário encerrar as atividades de seu estabelecimento de forma totalmente online, Com o objetivo de integrar todas as cidades, a JUCESP atualmente é conveniada a 461 municípios paulistas, que representam 90% dos CNPJs do Estado de São Paulo em operação no Módulo de Licenciamento do Via Rápida Empresa, com a realização de 30 convênios. Com essas melhorias sistêmicas, atualmente o empreendedor constitui e encerra a sua empresa em menos de 24 horas, e para os processos 100% digital em até 4 e 8 horas respectivamente. Com foco na JUCESP do futuro, através de processos e tecnologias digitais, com menos burocracia em um ambiente extremamente simples, está em andamento o projeto "Balcão Único", permitindo uma única interação, para os atos de constituição, aos 5 módulos do Integrador Estadual -viabilidade, DBE, registro, inscrição municipal e licenciamento. Com a implantação do "Balcão Único" prevista para início de 2021, será possível alcançar uma melhora significativa da posição do Brasil no *Doing Business*, projeto do Banco Mundial que mapeia as empresas locais em 190 diferentes países, elevando assim, o Brasil de 40 a 60 posições dentro do ranking mundial, atraindo novos investimentos internacionais para o nosso País. Visando sempre pelo melhor atendimento aos usuários dos serviços da JUCESP, neste período de pandemia, foram realizados diversos protocolos em caráter emergencial por parte da administração, entre eles: atendimento por agendamento, com número limitado de senhas diárias, seguindo as diretrizes do Governo de São Paulo; serviços de entrega de documentos Delivery - via postal – Correios e *Drive Thru* - Protocolo por malote, proporcionando assim ao usuário utilizar os serviços da JUCESP, dentro do protocolo de distanciamento social. Diante do cenário atípico de 2020, a Gestão da JUCESP através de sua Secretaria Executiva de Administração adotou diversas medidas preventivas para garantir a segurança interna dos colaboradores da Autarquia, assegurando apenas a permanência de número mínimo de servidores necessários a atividades essenciais e de natureza continuada, com o fornecimento de máscaras descartáveis, álcool em gel e totens, viseiras de proteção para os atendentes, distanciamento das estações de trabalho, medição de temperatura, enfermeiros e testes rápidos e gratuitos COVID-19, permitindo assim um adequado protocolo de retorno às atividades presenciais e atendimento ao público externo. Para os colaboradores que fazem parte do grupo de risco, juntamente com a Secretaria Executiva de Tecnologia de Informação foram disponibilizados todos os recursos sistêmicos necessários para acesso remoto das atividades diárias, além da realização de treinamentos técnicos aplicados pela Diretoria de Capacitação e Treinamento, de forma totalmente online tanto para as 74 unidades descentralizadas, quanto para os novos municípios conveniados ao VRE/Redesim, capacitações obrigatórias para a realização dos trabalhos desempenhados. Ainda na questão relacionada a treinamentos, mais especificamente sobre o programa "SP Sem Papel", instituída pelo Decreto n° 64.355/2019 que visa reduzir ou eliminar gradualmente o trâmite de papel entre os órgãos da administração estadual e também na relação do governo com os municípios e com o cidadão, destacamos o trabalho coordenado pela Diretoria de Recursos Humanos na implantação e capacitação de gestores e equipes de formadores setoriais para a utilização do respectivo sistema. Importante pontuar também o suporte prestado aos usuários dos serviços da JUCESP com a realização de diversas LIVES com a participação da Presidência, Vice-

Presidência e corpo técnico, composto pela equipe da Secretária Geral e Secretaria Executiva de Atendimento, além das sessões plenárias que passaram a serem realizadas de forma virtual, com divulgação através das redes sociais. A Governança Corporativa na JUCESP, em 2020, acompanhou atividades de extrema importância, como: Reuniões Ordinárias do Conselho Consultivo da Autarquia, conforme previsto no art. 9 da Lei Complementar 1.187/2012 e art. 93 do Decreto nº 58.879/13, realizadas trimestralmente, para cumprimento das respectivas atribuições descritas nas legislações citadas; Conclusão do mapeamento da matriz de riscos na área de *Compliance* e Cumprimento e aderência à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, com a nomeação de DPO - *Data Protection Officer*. Quanto à execução financeira, devido à pandemia, a JUCESP sofreu um impacto em sua arrecadação de -22,13% comparado a 2019 - jan a out - com isso alguns contratos foram suspensos, outros rescindidos ou sofreram supressão, ocasionando uma redução na despesa de -17,33% se comparada ao mesmo período do ano passado. Um ponto de relevância a ser considerado nesta questão foi o incentivo ao crescimento do empreendedorismo no Estado de São Paulo, através da isenção da tarifa para abertura de novas empresas. Outra questão foi o cumprimento a Lei nº 17.293 de 15/10/2020, com a transferência de R$ 15,3 MM aos cofres do Tesouro do Estado, resultado de superávit de exercícios anteriores. Quanto à remuneração global de pessoal nos empregos de confiança também ocorrem a redução de -12,7% resultando em uma economia de R$ 2.2 MM. Com relação à JUCESP em números, apresentamos os seguintes dados apurados de janeiro a novembro; 1.168.476 documentos protocolados, com a média de constituição de 18.078 novas empresas/mês, destacando-se três recordes da série histórica, além do melhor mês de novembro apurado desde 1998. Na questão de interação com o usuário, atingimos mais de 1.300 atendimentos/dia pelo *Call Center* e 525 consultas/dia através do canal "Fale Conosco". Quanto ao acesso à informação apresentamos o respectivo quadro relativo aos serviços realizados através do JUCESP Online:

PERÍODO	PESQUISA DE EMPRESA	BUSCA DADOS CADASTRAIS	CERTIDÕES EMITIDAS	PESQUINSA NOME EMPRESARIAL	TOTAL ACESSOS
TOTAL PERÍODO	38.064.545	9.077.666	1.524.845	257.088	10.056.756

*dados estatísticos de janeiro a novembro 2020

Pontuamos ainda, que foram digitalizadas de janeiro a outubro, o total de 126.464.220 imagens, sendo que 29.963.985 foram certificadas digitalmente, a partir de julho de 2019. Acelerar o processo de transformação e engajar os colaboradores em torno de novos comportamentos e adequações aos protocolos sanitários do Governo do Estado de São Paulo foi o grande desafio. Através de uma Gestão transparente, com uma equipe comprometida, concluímos projetos de extrema importância, preservando o atendimento aos empresários e consequentemente incentivando a economia e o empreendedorismo com soluções inovadoras.

Considerações finais. Executar ações que visam ao crescimento econômico sustentável de São Paulo é um trabalho estratégico, que, além de evitar duplicidade de esforços e melhorar o aproveitamento dos recursos públicos, prepara o Estado de maneira dinâmica para responder aos desafios do progresso. Este ano foi excepcionalmente desafiador em razão da Pandemia do Novo Coronavírus, o que levou a Pasta a atuar ainda mais forte junto à geração de emprego e renda, por meio das frentes de trabalho e da intermediação de mão de obra dos PATS; reforçar o ensino técnico e tecnológico por meio de plataformas virtuais mais abrangentes e, reforçando as linhas de crédito a diversas modalidades de empreendedores por meio do Banco do Povo; incentivar a abertura de empresas com a isenção de taxas de abertura, estabelecendo recordes de abertura de atividades em plena crise nacional. Cumpriu, desta forma, o seu papel institucional na criação de ambientes favoráveis na economia criativa e no aumento da competitividade, através de um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo, sustentável e inovador, como forma de estimular novos investimentos e refletir a liderança econômica de São Paulo em benefícios duradouros à população, gerando emprego e renda e ampliando a infraestrutura e o desenvolvimento tecnológico.

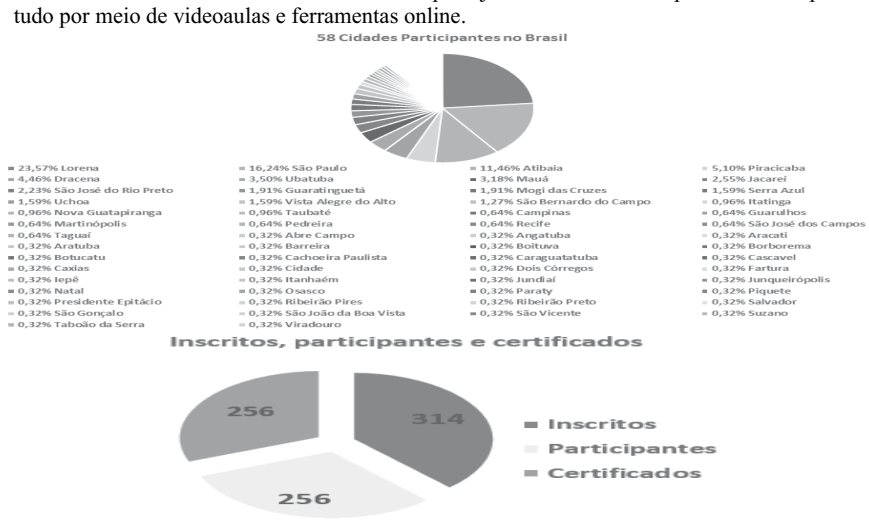
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR instituída nos termos do Decreto Estadual nº 64.059, de 1/1/2019 e organizada nos termos do Decreto estadual nº 64.063, de 1/1/2019. Nos termos dos citados a SDR é responsável por promover interlocução com os Municípios por intermédio da: Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, Subsecretaria de Relacionamento com Municípios e Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais, este ano, por força do Decreto nº 65.133, de 13/8/2020, foi acrescida à Pasta a Subsecretaria da Juventude. Estão vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Regional, nos termos do Decreto nº 64.063/2019 as Agencias Metropolitanas - artigo 3º, item e os Fundos - artigo 3º, item 2, 3, 4 e 5:Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM; Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP; Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVALE; Agência Metropolitana de Sorocaba – AGEMSOROCABA; Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento – FUMEFI; Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo; Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista - FUNDO; Estão vinculados ainda, indiretamente: Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas – FUNDOCAMP vinculado a AGEMCAMP; Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – FUNDOVALE vinculado a AGEMVALE; Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba – FUNDO DA RM SOROCABA vinculado a AGEMSOROCABA. As atividades realizadas por esta Secretaria, seguem relatadas.

Área Meio: Dentre as atividades desenvolvidas pela área meio, importa destacar, as atividades relacionadas ao: Programa Canal Direto SP + Perto – O Projeto de Integração contempla a reforma de prédios próprios do Estado, com a implantação de sistema integrado de gestão mais eficiente, humanizado e com qualidade, adoção de novas tecnologias de inovação, automatização de processos, segurança da informação, entre outras ações como otimização dos serviços oferecidos aos usuários. O Projeto ocorrerá nas 15 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, nas cidades de: Araçatuba, Araraquara, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto, Santos e Sorocaba. Encontra-se em fase de construção Canal Direto SP + Perto - Bauru, visando realização de obras de engenharia para reforma e adequação "Retrofit" no Município de Bauru, devendo ser concretizada ainda em 2020. Em fase de instrução dos autos: Concorrência Pública visando realização de obras de engenharia para reforma e adequação "Retrofit" nos Municípios de Registro e Ribeirão Preto. Liberação de bens móveis. Com a entrega dos prédios localizados na Rua Alves Guimarães nº 429 e Rua Bandeira Paulista nº 716 para o Fundo Imobiliário; redução de espaços ocupados na Rua Boa Vista nº 150/170 e Av. Rangel Pestana nº 300, foi feita abertura de processos de transferência e doação de bens móveis, cujas finalizações neste exercício somam aproximadamente R$ 4.300.000,00. Tecnologia da Informação: contou com as seguintes contribuições: Programa 2928 - Desenvolvimento Regional Integrado - Cidades Inteligentes. Objetivo: Promover a melhoria da infraestrutura urbana dos municípios paulistas, da qualidade de vida e mobilidade urbana da população local. Ação 5516 – Desenv. e Implant. de Proc. Adm. e de Comun. em *Workflow* - "São Paulo Sem papel". Descrição da Ação: Manutenção e implantação de serviços necessários para atualização de software de suporte, desenvolvimento de sistemas e manutenção e atualização dos equipamentos. Produto: Gestão e modernização dos sistemas da Secretaria de Desenvolvimento Regional. No âmbito da Ação foram desenvolvidos os serviços de manutenção, implantação e atualizações de softwares, desenvolvimento e manutenção de sistemas, e atualização de equipamentos. 31 sistemas foram operados através dessas ações que contemplam atividades relativas ao desenvolvimento de sistemas e prestação de serviços de tecnologia de informação e comunicação não só para a SDR, mas também para a Coordenadoria de Administração da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão cujos sistemas, por razões operacionais continuam hospedados nos servidores da SDR. Os principais sistemas desenvolvidos, hospedados e operados referem-se à: Sistemas Desenvolvimento Regional: Plataforma Municípios em Rede; Plataforma Parceiras Municipais; Plataforma Vale do Futuro; Plataforma para Eleição do Conselho da Juventude; Sistemas Corporativos: Sistema RH Funcional – Módulo Declaração de Bens; Sistema de Diárias – Módulo de cadastro e workflow de aprovação; Sistema Reserva de Salas – Para agendamento e gerenciamento de salas de reuniões; Sítios**:** Novo Portal da AGEM Sorocaba. Também foi proporcionada a hospedagem e manutenção em servidores próprios da SDR dos diversos sistemas componentes do Processo Orçamentário do Estado, tais como: POS – Proposta Orçamentária Setorial; EPA - Estrutura de Programas e Ações; PPA – Sistema de Registro do Plano Plurianual; SIMPPA – Sistema de Monitoramento do PPA; LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias; GIE – Gestão de Investimento do Estado; BI – *Business Intelligence*; SAO - Sistema de Alterações Orçamentárias; MP - Sistema de Manifestação Prévia; SIGA – Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento dos Projetos Prioritários; SO – Sistemas da Elaboração Orçamentária; CAC – Controle de Acesso Centralizado à usuários, sistemas dos perfis; ANEXO III – Previsão de Desembolso Trimestral dos Investimentos do Estado; SGC – Sistema de Gestão de Contratos de Investimentos; CONVERSÃO DINÂMICA; RECEITA – Sistema de transferência de valores, previsão e arrecadação, entre unidades orçamentárias e conversão de receita; SOE – Sistema Orçamentário das Empresas; Revisão PPA – Revisão do Plano Plurianual – RPPA; SIALE – Sistema de Acompanhamento Legislativo / Demandas Municipais; Pesquisador; Gestão das Comissões de Licitação Sustentáveis; Sistema Gestão Leilões - SIGELE - GCTI - UDEMO; Sistema Integrado Gestão Frotas - SIGEF - GCTI – UDEMO; Infraestrutura e Hardware**:** Migração da solução de colaboração - ferramenta de e-mail, chat e vídeo conferência, passando a ser utilizado o Microsoft Office 365. Isso permitiu que o teletrabalho - em função da quarentena pela pandemia de COVID-19, fosse realizado de maneira mais efetiva; Criação de ambiente - servidores virtuais, banco de dados e camada WEB, para hospedagem das plataformas desenvolvidas para gestão e acompanhamento dos programas Parcerias Municipais, Vale do Futuro e Municípios em Rede; Substituição de equipamentos obsoletos para alguns usuários da Secretaria.

Subsecretarias - Subsecretaria de Relacionamento com Municípios: é o órgão do Poder Executivo estadual responsável pela protocolização, pela catalogação, pelo encaminhamento, pelo acompanhamento e pela resposta aos requerimentos de intervenção estadual formulados pelas 645 Prefeituras paulistas e pelos consórcios e entidades intermunicipais existentes no Estado. Neste sentido, seguem arrolados os números que envolvem a gestão da Subsecretaria em comento durante o exercício financeiro. Estreitamento do vínculo do Estado com as Administrações Públicas locais*:* No exercício financeiro, a SRM expediu mais de 2.379 ofícios aos mais diversos agentes políticos e representantes da sociedade civil organizada, ora assegurando o acesso à informação de interesse público, sobre a qual dispõe o artigo 7º, *caput*, inciso VII, alínea "a', da Lei Federal n.º 12.527, de 18/11/2011; ora requisitando a adoção de medidas complementares para a continuidade de procedimentos administrativos estaduais que envolvem ações em âmbito local. Neste período, o Subsecretário também realizou 468 audiências institucionais por conferência telefônica, para a interlocução do Estado com autoridades municipais e demais agentes que requerem intervenções estaduais em âmbito local. Presencialmente, foram realizadas 234 audiências, aos seguintes requerentes: 112 Prefeitos; 16 Vereadores; 14 Secretários municipais; 76 assessores de Prefeitos; 8 Chefes de Gabinete municipais; 4 assessores de Deputados estaduais; 1 Deputado estadual; 3 representantes da sociedade civil. Ressalte-se, ainda, que foram realizadas dezenas de outros atendimentos por telefone e pelo endereço eletrônico institucional. Processamento dos requerimentos de intervenção estadual: Para a instrução de requerimentos de intervenção estadual, durante o exercício financeiro, órgãos públicos vinculados à SRM instauraram 2.240 procedimentos administrativos por meio da plataforma virtual do Programa SP Sem Papel, sistema informacional que permite a obtenção de subsídios técnicos perante todas as Secretarias de Estado. Tramitação de procedimentos integralmente virtuais para a intervenção estadual: ASRM expediu: 22.515 despachos; 2.379 ofícios; 21 pareceres técnicos virtuais. Em virtude da adesão ao Programa SP Sem Papel, foi possível processar, de maneira integralmente virtual, os requerimentos de intervenção estadual nas mais diversas regiões paulistas, culminando com a expedição, pela SRM, de respostas institucionais por meio de correspondências eletrônicas, conferindo maior celeridade, transparência e economicidade no atendimento das demandas locais. Gerenciamento de bancos de dados para a formulação de políticas públicas: Um dos bancos de dados mais importantes do Governo estadual é o Portal de Municípios, no qual são armazenadas e constantemente atualizados os dados de contato institucional e as informações partidárias dos Chefes dos Poderes Executivos municipais, bem como dos membros de todas as Edilidades do Estado de São Paulo. Os 645 Municípios paulistas foram contemplados, pela SRM, no Portal dos Municípios. Possibilitando a adoção de múltiplas abordagens e recortes para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional pelo Poder Executivo estadual, foram registrados, no Módulo de Solicitações do Sistema de Autorizações Governamentais, banco de dados dos pedidos formulados pelos Poderes Executivos municipais e pelos Poderes Legislativos das três esferas federativas, 2.299 requerimentos de intervenção do Estado de São Paulo em âmbito local. Quanto ao gerenciamento de procedimentos administrativos que possibilitem a execução de ações governamentais oriundas de proposituras legislativas, foram registradas 7.962 emendas e indicações parlamentares no Módulo de Decisões do Sistema de Autorizações Governamentais, banco de dados que permite o controle da execução das políticas públicas paulistas direcionadas aos Municípios. Ainda no que concerne ao Módulo de Decisões do aludido banco de dados, foram registrados, a partir de procedimentos administrativos instaurados para a celebração de negócios jurídicos entre o Estado de São Paulo e as Municipalidades, os principais atos de impulso oficial, dentre os quais se destacam as autorizações governamentais, as publicações de extratos de convênios e as liquidações de despesas. Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais: A Subsecretaria de Convênios com Municípios e Entidades não Governamentais relatou: Programa 2928 – Desenvolvimento Regional Integrado- Cidades Inteligentes. Ação 4477 – Articulação Municipal, Consórcios e Parcerias com Municípios. Total de Convênios formalizados no ano, período de março a agosto, em razão da legislação eleitoral: 367. Valor pago até o mês de dezembro: R$ 161.672.706,81 - fonte: SIAFEM, Programa 2990 – Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares. Ação 2272 - Desenvolvimento de Ações Decorrentes de Emendas Parlamentares, exceto Saúde. Total de Convênios formalizados no mês de dezembro: 189. Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos: Neste exercício, com o cenário totalmente atípico por conta da pandemia do COVID 2019, as atividades da Subsecretaria foram realizadas na sua maioria on-line,

seguindo as instruções do Governo do Estado de São Paulo e os protocolos e orientações do Comitê de Saúde. Descreveremos a seguir as atividades executadas, na sua maioria On-line: 25 reuniões ordinárias dos Conselhos de Desenvolvimento: Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana da Baixada Santista, Região Metropolitana de Ribeirão Preto, Região Metropolitana de Sorocaba; 36 reuniões das Câmaras Temáticas: Tecnologia da Informação e Comunicação; Mobilidade e Logística, Direitos Humanos, Defesa Civil, Turismo, Cultura, Educação, Agropecuária, Pesca e Economia Solidária, Meio Ambiente, Saneamento; a Região Metropolitana de Campinas assinou Contrato com a UNICAMP, para finalização do Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUIs - da região; A Região de Sorocaba também está desenvolvendo atividades para elaboração de seu PDUI. Subsecretaria da Juventude: A Subsecretaria da Juventude relatou as seguintes atividades no ano de sua criação. Semana da Juventude. Na semana do dia 10 a 15 de outubro, o Subsecretário da Juventude realizou lives sobre temáticas afetas às juventude, as quais passamos a elencar: Live sobre a parceria com Inspirando Jovens, com a participação de Victor Harou, diretor da Empresa Inspirando Jovens; Live sobre "o jovem paulista na pandemia do Coronavírus, com a participação do vice-presidente do Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE; Live sobre "o protagonismo jovem na Sociedade"; Live sobre a implementação de Políticas Públicas para a Juventude em comemoração ao dia Internacional da Juventude, com a participação do Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, e do Vice-Governador e Secretário de Governo, Rodrigo Garcia; Live sobre Educação no Brasil e Desigualdade Social, com a participação da atriz e ativista pela educação, Fernanda Concon; Live com apresentação musical em parceria com a Fábrica de Cultura. Curso LabJovem: O foco do curso foi de capacitar e auxiliar o jovem a buscar seu propósito de vida de forma prática e simples, debatendo elementos do seu passado, presente e futuro. Além disso, o objetivo do "LabJovem" é que, no fim do curso, o jovem tenha definido sua missão de carreira e um planejamento estruturado para sua vida profissional, tudo por meio de videoaulas e ferramentas online.



Criação do Conselho Estadual da Juventude: A Subsecretaria Estadual da Juventude abriu as inscrições para a eleição de representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Estadual da Juventude. Jovens de 18 a 29 anos puderam se candidatar. O Conselho conta com 24 representantes, sendo 12 de Secretarias Estaduais e 12 eleitos da sociedade civil. Setembro Amarelo: No dia 24/09 o Subsecretário da Juventude realizou *live* com o Dr. Miguel Jorge, Presidente da Associação médica Mundial e professor da UNIFESP, para tratar das reações emocionais entre jovens em tempo de pandemia. Pesquisa Atlas da Juventude: No mês de outubro, a Subsecretaria da Juventude, em parceria com o CONJUVE, realizou a pesquisa Atlas no Estado de São Paulo para medir os impactos da pandemia nos jovens de todo o país. Programa Gerdau Transforma – Você Empreendedor: A Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, firmou parceria com a Agência Besouro de Fomento Social que é desenvolvida a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU, que buscam erradicar a pobreza e alcançar a prosperidade até 2030. A cooperação visou oferecer o curso "Gerdau Transforma – Você Empreendedor", para jovens de 18 a 29 anos. Mapeamento de Conselhos Municipais e Coordenadorias de Juventude existentes nos municípios paulistas: A Subsecretaria da Juventude realizou levantamento em conjunto aos municípios paulistas para mapear as Coordenadorias de Juventude dos municípios e os Conselhos Municipais de Juventude.

Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - FUMEFI: O Plano de Aplicação do FUMEFI é anual. Reporta-se à compensação financeira estabelecida pela Lei Estadual 1817/78, cujo cálculo, a cada exercício, é a base para as definições tanto dos Municípios beneficiários quanto dos valores de suas participações. Considerados transferências voluntárias de recursos, esses valores, adequados à dotação orçamentária, são comunicados às Prefeituras pelo titular da SDR – Presidente do Conselho de Orientação-, que, para a composição do Plano de Aplicação, solicita a apresentação de propostas compatíveis com os planos e diretrizes de planejamento estabelecidos para a RMSP. Certificada a Conformidade de cada Projeto, pelo Agente Técnico, e obtida a aprovação do Plano de Aplicação, pelo Conselho, desencadeiam-se os procedimentos para a contratação, com base na apresentação de elementos de responsabilidade das Prefeituras Beneficiárias: projetos básicos ou executivos e documentação complementar exigível, definida pelo Decreto estadual 59.215/2013. Da análise da documentação, o Agente Técnico elabora a Ficha Técnica individual, que retrata o projeto técnico específico, a planilha orçamentária, o cronograma físico-financeiro e demais condições de execução. Constitui-se, assim, o plano de trabalho, que é a base para que o Agente Financeiro possa emitir os denominados Instrumentos de Liberação de Crédito –Contratos BB/FUMEFI, que têm por objetivo assegurar o repasse do total de recursos necessários à consecução do projeto definido. Para tanto, finalizada a instrução dos processos, ouvida a Consultoria Jurídica da Pasta, as contratações passam a depender exclusivamente da disponibilização dos recursos do exercício, constantes do Orçamento do Estado e consignados nas Deliberações do Conselho. Uma vez celebrados os Contratos BB/FUMEFI, desencadeiam-se os repasses financeiros, pautados nas medições mensais apresentadas pelas Beneficiárias, na conformidade de sua comprovação, pelo Agente Técnico, e observadas a legislação e normas específicas pertinentes. Plano de Aplicação FUMEFI/2020 - R$ 59 Milhões. Envolve 10 Municípios E 23 Projetos, cuja viabilização - licitação e contratos de execução já realizados-aponta para o total de compromissos da ordem de R$ 57 milhões. Contempla 7 projetos novos e a revigoração de outros 16, remanescentes de Planos anteriores. Conforme Deliberações do Conselho, são Beneficiários do PA-FUMEFI/2020: Biritiba Mirim – 1 projeto; Carapicuíba, 6 - 1 a contratar; Embu-Guaçu, 2 - 1 a contratar; Ferraz de Vasconcelos, 2; Francisco Morato, 3; Itaquaquecetuba, 1; Juquitiba, 2 - 1 a contratar; Mairiporã, 1 - a contratar; Pirapora do Bom Jesus, 1 - a contratar e Rio Grande da Serra, 4 - 1 a contratar. Os recursos, contingenciados, montam, hoje, à ordem de R$ 47 milhões. Movimentação Financeira**:** Os repasses do FUMEFI ocorrem mediante a aprovação, pelo Agente Técnico, das parcelas de serviços efetivamente executadas e apresentadas ao fundo pelas Prefeituras –são as medições mensais referentes a cada contrato. Registrou-se, assim, até a data de corte de 30/11, movimentação financeira bruta da ordem de R$ 15.439.785,47, correspondentes aos repasses aos Municípios e às despesas operacionais e de custeio aplicáveis realizados, onerando recursos de restos a pagar/2019, no valor de: R$ 8.737.804,35 e R$ 6.701.981,12, de 2020. Síntese: Dos 23 projetos atualmente contemplados com os recursos do PA 2020, conforme Deliberações do Conselho, foram, até o presente momento, assinados 2 contratos de novos projetos, com os Municípios Beneficiários. Os demais, novos ou no aguardo de Termos de Aditamento para sua consecução, permanecem em providências, podendo ser viabilizados até o final do exercício ou no desencadeamento de 2021. Conforme Relatório Mensal Geral, emitido pelo Agente Técnico, na situação física 30/11, 5 projetos foram encerrados no período, 6 estão em andamento, 2 paralisados, 4 a iniciar e 6 a contratar.

Agências - Agência Metropolitana da Baixada Santista – AGEM: Apesar da excepcionalidade do ano, destacaram-se nesse período os esforços da AGEM para dar continuidade a "Implantação de Ações do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista" e para implementar o "Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista. Outro ponto a ser destacado foi a continuidade das ações propostas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Baixada Santista - Biênio 2019/2020 - e nos ajustes da manutenção do Sistema Metropolitano de Habitação - SIM-HAB, junto a Câmara Temática de Habitação, FSeade e IGC, em cumprimento ao fechamento da Emplasa, a mantenedora do Sistema. PRMSL/BS – Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista: A Câmara Temática de Mobilidade e Logística elaborou, em 2015, minuta de Termo de Referência para a contratação de assessoria técnica especializada para a elaboração do Plano Regional de Mobilidade e Logística, que foi cadastrado pela Agem em um programa do Ministério das Cidades em fevereiro de 2018, e foi selecionado pelo Programa Euroclima+, de iniciativa da Comissão Europeia, que concede apoio à ações de sustentabilidade ambiental, para receber financiamento da Agence Française de Developpment - AFD e do Deutschr Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ, instituições francesa e alemã, respectivamente, para desenvolvimento do plano. A previsão é de que sejam aplicados 500 mil Euros - cerca de R$ 3,1 milhões - em todo o processo de elaboração do Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista - PRMSL/BS, que ainda não havia sido desenvolvido justamente por inviabilidade financeira. A Agem realizou a assinatura de um Convênio junto a AFD - Agencia Francesa de Desarrollo - Agência Implementadora do Projeto - para a contratação de uma consultoria com o objetivo da implementação do Plano na RMBS e possibilitará trabalhar em consonância e oferecer suporte aos Planos Municipais, traçando diretrizes gerais a serem observadas pelas prefeituras da região. Assim, a elaboração do Plano Regional de Mobilidade Sustentável e Logística da Baixada Santista tem como objetivos específicos: Priorizar e orientar o desenvolvimento da rede integrada de transporte público coletivo para obter maior eficiência, confiabilidade, segurança e acessibilidade; Definir corredores prioritários para a implementação de transporte de passageiros de média e alta capacidade no âmbito da rede integrada de transporte público da RMBS; Melhorar as infraestruturas para pedestres, ciclistas, pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência; Implementar ações para aumento da segurança viária para proteger os usuários em situação de maior vulnerabilidade e reduzir o número de ocorrências e mortes no trânsito; Implementar medidas de gerenciamento de tráfego e desestímulo ao uso do automóvel, visando sobretudo a redução dos congestionamentos em áreas centrais e a diminuição de emissões do setor de transportes urbanos e de carga; Melhorar a estrutura institucional e financeira do setor de mobilidade, a fim de obter maior eficiência na regulação, planejamento, implementação, operação e monitoramento do sistema de mobilidade da RMBS; Reduzir as emissões de GEE, de partículas poluentes e o consumo de energia não renovável para diminuir e mitigar os efeitos das mudanças climáticas; Desenvolver programas e projetos estratégicos para otimizar a operação de transporte e logística de carga urbana; Integrar medidas que reduzam as desigualdades de gênero e renda. PRGIRS/BS: Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Em 23/11, foi assinado o contrato AGEM n.º 014/2020 junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológica - IPT, para a realização dos trabalhos para dar continuidade ao Plano Regional, visando o diagnóstico das ações que já foram implementadas e a elaboração de instrumentos para implantar as estratégias e ações propostas no PRGIRS/BS, referente a resíduos sólidos urbanos, com destaque para resíduos domiciliares, resíduos de grandes geradores, pequeno comércio, poda e resíduos afetos a logística reversa - embalagens em geral e eletroeletrônicos. O desenvolvimento dos trabalhos, considera quatro macroatividades, com prazo de duração total de 12 meses: Mapeamento dos fluxos e aplicação de tendências de evolução na gestão de coleta e destinação de resíduos da Baixada Santista; Eventos; Arranjos microrregionais; Arranjos para o processamento de resíduos. PDTIC/BS – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Baixada Santista - Biênio 2019/2020. A AGEM apoiou a atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações da Baixada Santista - PDTIC/BS, que é um trabalho desenvolvido pela Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista - CTTIC/CONDESB, que se encontra em sua segunda edição – Biênio 2019/2020. Esse projeto foi iniciado no ano de 2016 para o biênio 2017/2018, e o Plano foi aprimorado e aprovado pelo CONDESB em junho de 2019 e feita sua revisão para 2020, que teve como objetivo dar diretrizes, estabelecer o modelo de trabalho e os critérios de elaboração do Plano com a temática voltada a Tecnologia e Geoprocessamento para a Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, formada pelos municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Participações, Eventos, Feiras e Congressos. Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, no Comitê de Bacias Hidrográficas da Baixada Santista - CBH-BS e acompanhamento das discussões regionais sobre a questão hidrográfica; A Agem participa das reuniões da Câmara Temática de Petróleo e Gás da Associação Comercial de Santos - ACS; A Agem possui representatividade no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU- do município de Santos/SP; A Agem possui representatividade no Conselho Municipal de Turismo – CONTUR, do município de Santos/SP; A Agem representa o Governo do Estado de São Paulo no Comitê Técnico de São Paulo, das Fortificações Brasileiras – Candidatura a Patrimônio Mundial, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN);A Agem participa do GT de Planejamento da Associação Comercial de Santos.

Balanços Orçamentários

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
29059 - AG.METROP.DA BAIXADA SANTISTA

Exercício: 2019

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES (I)			1.958.585,93	1.958.585,93
RECEITA PATRIMONIAL			535.991,95	535.991,95
RECEITA DE SERVIÇOS			480.926,80	480.926,80
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			628.759,56	628.759,56
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			312.907,62	312.907,62
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV)=(I+II+III)			1.958.585,93	1.958.585,93
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV+V)			1.958.585,93	1.958.585,93
DÉFICIT (VII)			290.024,73	
TOTAL (VIII)= (VI + VII)			2.248.610,66	2.248.610,66

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES (IX)	0,00	4.453.886,00	2.248.610,66	2.248.610,66	2.063.400,00	2.205.275,34
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	1.659.707,00	1.036.597,30	1.036.597,30	970.594,41	623.109,70
Outras Despesas Correntes	0,00	2.794.179,00	1.212.013,36	1.212.013,36	1.092.805,59	1.582.165,64
DESPESAS DE CAPITAL (X)	0,00	50.020,00	0,00	0,00	0,00	50.020,00
Investimentos	0,00	50.020,00	0,00	0,00	0,00	50.020,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	4.503.906,00	2.248.610,66	2.248.610,66	2.063.400,00	2.255.295,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	0,00	4.503.906,00	2.248.610,66	2.248.610,66	2.063.400,00	2.255.295,34
SUPERÁVIT (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	0,00	4.503.906,00	2.248.610,66	2.248.610,66	2.063.400,00	2.255.295,34

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
29059 - AG.METROP.DA BAIXADA SANTISTA

NOME	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
29059 - AG.METROP.DA BAIXADA SANTISTA

	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12 DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Balanço Patrimonial

29059 - AG.METROP.DA BAIXADA SANTISTA

BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2019

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.821.973,37	
Créditos a Curto Prazo		
Estoques	4.547,62	
Total do Ativo Circulante	**12.826.520,99**	**0,00**
Ativo Não Circulante		
Imobilizado	720.753,19	
Total do Ativo Não Circulante	**720.753,19**	**0,00**
TOTAL DO ATIVO	**13.547.274,18**	**0,00**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	66.002,89	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	119.207,77	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	252,39	
Demais Obrigações a Curto Prazo	21.686,31	
Total do Passivo Circulante	**207.149,36**	**0,00**
Total do Passivo Não Circulante	**0,00**	**0,00**
Patrimônio Líquido		
Resultados Acumulados	13.340.124,82	
Total do Patrimônio Líquido	**13.340.124,82**	**0,00**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**13.547.274,18**	**0,00**

29059 - AG.METROP.DA BAIXADA SANTISTA
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos (II)		
Obrigações contratuais	-945.999,01	
Total dos Atos Potenciais Passivos	-945.999,01	0,00
Saldo Patrimonial (I- II)	945.999,01	0,00

29059 - AG.METROP.DA BAIXADA SANTISTA
QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

EXERCÍCIO: 2019

FONTE DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária	-476.772,63	0,00
Total das Fontes de Recursos	**-476.772,63**	**0,00**

29059 - AG.METROP.DA BAIXADA SANTISTA
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

EXERCÍCIO: 2019

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)		
Ativo Financeiro	12.821.973,37	
Ativo Permanente	725.300,81	
Total do Ativo	**13.547.274,18**	**0,00**
PASSIVO (II)		
Passivo Financeiro	207.149,36	
Total do Passivo	**207.149,36**	**0,00**
Saldo Patrimonial (I- II)	**13.340.124,82**	**0,00**

Relação de projetos em andamento, com recursos do fundo - Agente Técnico

Município Solicitante		Ano	Proc. AGEM FUNDO	Projeto com Descrição	Valor Solicitado Projeto - R$	Desembolso em R$	Previsão de Saldo a Desembolsar	Percentual desembolsado	Status
RMBS	1	2019	031/19 012/19	Bolsa para Alunos no Curso de Pós-Graduação Ciência de Dados Aplicada à Gestão Pública	150.000,00	0	150.000,00	0,00%	Sem Instrumento de Liberação de Crédito
	1	2020	020/20 001/20	Parque Tecnológico	1.976.442,92	1.885.000,00	150.000,00	95,37%	2ª e última medição 14/05/2020
	1			**Subtotal**	**2.126.442,92**	**1.885.000,00**	**241.442,92**	**88,65%**	
Guarujá	1	2018	028/18 007/18	Recapeamento Asfáltico da Av. Puglisi	1.000.000,00	880.071,89	119.928,11	88,01%	3ª e última medição 08/12/2020
	1	2020	021/20 002/20	SPDA	130.485,75	0	130.485,75	0,00%	
	1	2020	029/20 004/20	Leitos de UTI e Enfermaria para Tratamento de Covid19 no Hospital Santo Amaro	2.300.000,00	0	2.300.000,00	0,00%	
	3			**Subtotal**	**3.430.485,75**	**880.071,89**	**2.550.413,86**	**25,65%**	
Bertioga	1	2019	014/19 006/19	Obra de Reurbanização da Entrada da Cidade na Av. 19 de Maio, com a Construção de um Núcleo de Apoio ao Turista e Portal	957.284,45	26.343,57	930.940,88	2,75%	1ª medição 15/09/2020
	1			**Subtotal**	**957.284,45**	**26.343,57**	**930.940,88**	**2,75%**	
Santos	1	2017	024/17 004/17	Serviços de Manutenção e conservação do Museu Pelé	633.089,81	377.678,81	255.411,00	59,66%	Aditivo (processando)
	1	2018	021/18 004/18	Obras de Acessibilidade da Arena Santos	898.130,42	335.060,82	563.069,60	37,31%	3ª medição 20/08/2020
	1	2019	010/19 002/19	Aplicação em Projeto de Aquisição de Equipamentos para a UPA – Zona Leste	1.165.400,90	286.543,28	878.857,62	24,59%	5ª medição 24/09/2020
	1	2019	011/19 003/19	Aquisição de Equipamentos para o Ambulatório de Especialidades - AMBESP	1.719.768,90	877.928,00	841.840,90	51,05%	4ª medição 04/08/2020
	1	2019	015/19 007/19	Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares e Mobiliário para a Policlínica do Jabaquara	546.095,40	189.324,95	356.770,45	34,67%	4ª medição 08/10/2020
	1	2019	022/19 010/19	Sistema de Monitoramento na UPA Zona Leste, AMBESP e Policlínica do Jabaquara	1.299.761,61	930.542,17	369.219,44	71,59%	1ª e 2ª medições 21/12/2020
	6			**Subtotal**	**6.262.247,04**	**2.997.078,03**	**3.265.169,01**	**47,86%**	
Cubatão	1	2019	012/19 004/19	Construção de Ciclovia, no Trecho Av. Nossa Senhora da Lapa	6.733.204,65	2.475.680,79	4.257.523,86	36,77%	6ª medição 02/12/2020
	1	2019	013/19 005/19	Aplicação em Projeto de Pavimentação de Vias Públicas, no município de Cubatão	3.370.000,00	300.197,34	3.069.802,66	8,91%	4ª medição (processando)
	2			**Subtotal**	**10.103.204,65**	**2.775.878,13**	**7.327.326,52**	**27,48%**	
São Vicente	1	2018	022/18 005/18	Obras de Pavimentação - 2ª fase	3.636.299,27	3.304.576,74	331.722,53	90,88%	Aditivo (processando)
	1	2018	018/18 002/18	Elaboração do Plano Diretor de Mobilidade Urbana	1.000.000,00	89.541,02	910.458,98	8,95%	1ª e 2ª medições 21/12/2020
	1	2019	006/19 001/19	Pavimentação Parcial Av. Presidente Wilson	1.114.904,23	0	1.114.904,23	0,00%	
	1	2020	024/20 003/20	Centro de Combate ao Coronavírus	641.783,40	641.783,40	0	100,00%	1ª medição 30/09/2020
	3			**Subtotal**	**6.392.986,90**	**4.035.901,16**	**2.357.085,74**	**63,13%**	
Itanhaém	1	2014	064/14 007/14	Complexo Metropolitano da Melhor Idade	992.490,80	899.755,03	92.735,77	90,66%	11ª medição 17/12/2020
	1	2019	030/19 011/19	OCR - Fase 2	547.796,68	0	547.796,68	0,00%	Instrumento de Liberação de Crédito (03/03/20)
	2			**Subtotal**	**992.490,80**	**899.755,03**	**92.735,77**	**90,66%**	
Peruíbe	1	2019	021/19 009/19	Abrigos para Pontos de Ônibus	540.862,60	176.426,95	364.435,65	32,62%	2ª medição 17/12/2020
	1			**Subtotal**	**540.862,60**	**176.426,95**	**364.435,65**	**32,62%**	
Total de Projetos	**19**			**TOTAIS**	**30.806.005,11**	**13.676.454,76**	**17.129.550,35**	**44,40%**	

Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP: A Região Metropolitana de Campinas – RMC, tem passado por importante expansão econômica nos últimos anos, oferecendo condições de vida cada vez melhores. Muitos desafios se colocam ao pleno desenvolvimento da região, principalmente no que se refere à manutenção de seu potencial competitivo na atração de novos investimentos. A AGEMCAMP tem como objetivo superar os desafios econômicos, ambientais e sociais postos para a Região. Para isso estabelece parcerias com os municípios, com a iniciativa privada, universidades e demais órgãos públicos atuantes na Região para a construção de um futuro sólido e sustentável. Projetos FUNDOCAMP: Área: Saúde - Combate à Dengue. Objeto: Aquisição de um veículo *tipo pick up* e de equipamentos de combate ao vetor. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Combate à Arboviroses. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos - teste rápido do vírus da dengue, tela para proteção de caixa d'água, big bag de ráfia convencional, equipamento de inspeção visual remoto, material de divulgação didático/educativo. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas Área: Cultura. Re-Virada Cultural – 2020. Objeto: Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais. Status: Atividades suspensas devido a Pandemia da COVID 19. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Área: Segurança Sistema de Videomonitoramento na RMC - 1ª etapa Objeto: Aquisição de equipamentos e implantação do Sistema Metropolitano de Videomonitoramento nos municípios da RMC em atendimento às necessidades identificadas no Plano Metropolitano de Segurança. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Sistema de Videomonitoramento na RMC – 2ª etapa Objeto: Aquisição de software para compor o Sistema de Videomonitoramento. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Sistema Regional de Radiocomunicação Digital Objeto: Aquisição de equipamentos que proporcionará a migração do Sistema de Radiocomunicação Analógico para Digital ou a expansão do atual Sistema de Radiocomunicação Digital, e assim permitir maior integração entre órgãos que utilizam esse tipo de comunicação na cidade e sua integração com a RMC. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Sistema Metropolitano de Proteção aos Bens e Serviços Públicos Municipais Objeto: Aquisição de veículos para a guarda municipal Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Área: Defesa Civil Plataforma para Redução de Riscos de Desastres na RMC Objeto: Aquisição de veículos para Defesa Civil a fim de promover a gestão de riscos e gerenciamento de desastres entre as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil pertencentes a Região Metropolitana de Campinas. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Centro Regional de Meteorologia. Objeto: Aquisição de radar meteorológico visando trabalho técnico relacionados à formulação de alertas a iminência de eventos extremos e elaboração de laudos técnicos, visando subsidiar a decretação de situação de emergência ou calamidade pública. Status: Aprovado pelo Comitê Gestor do Gasto Público do Estado de São Paulo. Encontra-se em análise pela Consultoria Jurídica da AGEMCAMP. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Tomador de Recursos: Universidade Estadual de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Área: Esporte. Academias Ao Ar Livre. Objeto: Aquisição de equipamentos para instalação de academias ao ar livre em espaços utilização pública nos municípios da RMC, podendo ser instaladas: academias para idosos, academias para pessoas com deficiências, academias para crianças. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Área: Transporte e Sistema Viário Regionais. Mobilidade Urbana – 1ª etapa. Objeto: Construção de ciclovias, abrigos para ônibus,

rampas de acessibilidade, dentre outros a fim de garantir infraestrutura e facilitar a mobilidade urbana da população metropolitana, tornando permanente o compromisso do Poder Público para com a democratização do espaço urbano, representada pela acessibilidade e inclusão de todos em um ambiente seguro e confortável. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Mobilidade Urbana – 2ª etapa. Objeto: Construção de ciclovias, abrigos para ônibus, rampas de acessibilidade, dentre outros a fim de garantir infraestrutura e facilitar a mobilidade urbana da população metropolitana, tornando permanente o compromisso do Poder Público para com a democratização do espaço urbano, representada pela acessibilidade e inclusão de todos em um ambiente seguro e confortável. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Área: Turismo. Reequipamento dos Centros de Atendimento aos Turistas na RMC. Objeto: Aquisição de materiais, equipamentos e veículo, a fim de aprimorar o atendimento ao turista na RMC. Status: Em andamento - iniciando. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Área: Educação. 10º Fórum Internacional de Educação. Objeto: Contratação de serviços técnicos para realização da 10º edição do Fórum Internacional de Educação da Região Metropolitana de Campinas, com o Tema "Políticas Públicas Municipais de Educação", envolvendo os 20 municípios integrantes da RMC e as Diretorias de Ensino do Estado. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas. Área: Planejamento. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado. Objeto: Instrumento de governança interfederativa com participação de todos os entes públicos e da sociedade civil, de forma integrada e compartilhada. Status: Em andamento. Agente Técnico: Agência Metropolitana de Campinas. Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

FUNDOCAMP 2020			
Projeto	Valor Total do Projeto (R$)	Desembolso Realizado em anos teriores a 2020 (R$)	Desembolso 2020 (R$)
Academias Ao Ar Livre	800.000,00	348.686,90	46.042,29
Combate Dengue	1.400.000,00	1.055.058,53	55.450,00
Combate Arboviroses	1.535.000,00	10.620,00	561.680,55
Centro Regional Meteorologia RMC(Radar)	3.000.000,00	0,00	0,00
Mobilidade Urbana – 1ª etapa	8.000.000,00	4.448.557.92	867.221,91
Mobilidade Urbana – 2ª etapa	7.100.000,00	25.732,36	2.140.281,31
Plataforma Redução Riscos Desastres	3.600.000,00	3.382.471,26	0,00
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado -	1.431.280,00	0,00	0,00
Re-Virada Cultural - 2019	1.600.000,00	860.108,15	188.475,80
Re-Virada Cultural - 2020	1.600.000,00	0,00	0,00
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 1ª	12.935.700,00	11.890.357,30	133.333,32
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 2ª etapa (aquisição de software)	5.500.000,00	3.529.278,46	500.000,00
Sistema Regional de Defesa Civil	640.000,00	542.150,20	0,00
Sistema Regional de Radiocomunicação Digital	3.970.000,00	3.424.482,72	198.500,00
Reequipamento do Centro de Atendimento ao Turista	2.000.000,00	0,00	395.622,00
Sistema Metropolitano de Proteção ao Bens e Serviços Públicos Municipais- Segurança	2.200.000,00	1.058.150,43	395.330,00
10º Fórum Internacional de Educação	400.000,00	0,00	100.000,00
TOTAL		26.127.096,31	5.581.937,18

Projetos Desenvolvidos em Parceiras/Instituições - Interact-Bio: Ação Integrada Pela. Biodiversidade. Objetivo: apoiar a Região Metropolitana de Campinas na integração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no planejamento metropolitano, em especial no plano de desenvolvimento urbano integrado, nos instrumentos de gestão do uso do solo e nos projetos de infraestrutura, no âmbito do Projeto Interact-Bio: Ação Integrada pela Biodiversidade promovido pelo ICLEI -Governos Sociais pela Sustentabilidade. Programa Saúde em Ação: Participação efetiva da AGEMCAMP no Programa Saúde em Ação na RMC, uma parceria do Governo do Estado de São Paulo e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Fundação Fórum Campinas: Projeto Inova Campinas. A AGEMCAMP participa como membro efetivo do Conselho Deliberativo da Fundação, sendo que no ano, foram desenvolvidas iniciativas concretas voltadas ao Desenvolvimento Tecnológico da Região. Agência Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVALE. O relatório a seguir tem a finalidade de apresentar, os trabalhos desenvolvidos pela Agência Metropolitana do Valeo do Paraíba e Litoral Norte – AGEMVAL, ao longo do ano, além dos projetos e ações do exercício anterior que continuam vigorando, as atividades abaixo relacionadas estão sendo desenvolvidas pela equipe. Projeto City Câmeras Vale do Paraíba: O Projeto City Câmeras tem por objeto as imagens de vigilância privada, tanto residencial como comercial, captadas em pontos, os mais diversos, dentro da cidade. Essas imagens, mediante doação, serão reunidas em uma plataforma única e, através do Projeto City Câmeras, disponibilizadas para as autoridades públicas competentes. As doações dos serviços da plataforma e das imagens captadas pelas câmeras de segurança deverão ser formalizadas em processo administrativo, devidamente autuado, conforme requisitos estabelecidos no Edital de Chamamento Público. Em fase de elaboração de projeto. Projeto Cinturão Eletrônico. Criação de um sistema interligado de Videomonitoramento entre as Policias Civil e Militar e Prefeituras. Reuniões Major Marcos, Capitão Naresi e Capitão Mendes, e reuniões com o Secretário de Desenvolvimento Regional Marco Vinholi. Projeto em andamento, orçamentos reavaliados e aguardando liberação da SDR. Infraestrutura Turísticas. Levantamento realizado junto às prefeituras das necessidades de infraestrutura turística, a Secretaria Estadual de Turismo, realize consulta de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Levantamento de dados diários de casos do COVID-19. Levantamento diário dos dados relacionados aos casos de COVID-19 - casos suspeitos, novos casos, óbitos, óbitos suspeitos e recuperados. As informações são colhidas diariamente junto aos municípios, consolidadas em planilhas, e divulgadas nas mídias sociais da autarquia. Levantamento da aplicação dos Decretos Estaduais nos municípios da RMVALE-LN. Pesquisa da aplicabilidade dos Decretos Estaduais referente ao COVID-19, nos municípios da RMVALE-LN. Perspectivas Para 2021. As tarefas prioritárias da AGEMVALE continuam sendo o pleno funcionamento do FUNDOVALE e a execução do PDUI. Vale salientar que as condições de regulamentação, de documentação técnica e de análise jurídico-administrativas estão praticamente concluídas. Agência Metropolitana de Sorocaba – AGEMSOROCABA. O relatório a seguir, consiste na exposição de ações para o alcance das metas/objetivos institucionais da Agência Metropolitana de Sorocaba – AGEMSOROCABA. Meta/Plano: Estratégias de atuação e Gestão da AGEMSOROCABA. Participação de Reuniões com as seguintes ações: No Palácio dos Bandeirantes – Treinamento Coordenado pelo secretário Estadual de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi - Planejamento Estratégico. Na PGE - Regulamentação do Fundo da AGEMSorocaba onde a PGE irá tratar dos pareceres necessários, bem como a necessidade da indicação de um Procurador para dar suporte à nossa Região Metropolitana. No Comitê Executivo do Plano de Desenvolvimento Urbano. Integrado da Região Metropolitana de Sorocaba - PDUI - Ações do Comitê e questões estratégicas da nossa região.

Meta/Plano: Finalização e Implantação do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI. Ações realizadas: Paralelamente à revisão bibliográfica, o projeto de finalização do PDUI da RMS foi elaborado entre janeiro e fevereiro, contemplando tanto a prioridade da Segurança Hídrica, quanto os aspectos qualitativos solicitados pela Lei do Estatuto da Metrópole, lei federal no. 13.089/2015, e foi aprovado pelo Comitê Executivo do PDUI da RMS em 13/3/2020. Como resultado, a nova versão deste Projeto no. 001/2020, de Finalização do PDUI da RM Sorocaba, foi reelaborado entre abril e junho, com cronograma e atividades ajustado, e custeio diminuído drasticamente. O próximo passo foi buscar as informações do PDUI da RMS no Sistema SIM da extinta EMPLASA, o que foi realizado. Iniciou-se então as reuniões com as secretarias de planejamento e Meio ambiente dos municípios do entorno da Represa de Itupararanga, para explicitação do Macrozoneamento preliminar do PDUI da RMS, sua metodologia, e solicitado aos técnicos informações mais específicas para se necessário, adequar as macrozonas e suas delimitações. Também foram iniciadas as tratativas para Termos de cooperação com as Instituições de Ensino Superior públicas da região, conforme o plano de ação do projeto de finalização do PDUI da RMS: com a UFSCAR, para a questão da Sustentabilidade Ambiental; com a UNESP/IAC para a questão da Agricultura, com o IFSP para a questão dos levantamentos aéreos por VANT – *drone*, através do Grupo de Estudos em Robótica Avançada - GERA. Com a UFSCAR Sorocaba, está sendo desenvolvido Termo de Cooperação para diagnóstico da Sustentabilidade Ambiental através do Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Ambiental - PPPSGA, coordenado pelo Prof. Dr. Rogério Toppa e Profa. Dra. Eliana Santos. Foram realizados workshops técnicos com a participação de técnicos das prefeituras da Sub-Região 2 - 17/out e Sub-região 3 - 17/nov. Com a UNESP Sorocaba, está atualmente sendo desenvolvido o Termo de Cooperação para a questão da Agricultura na RMS, pelos professores Dr.s Admilson Iria - UNESP e Afonso Peche – IAC. Com o IFSP Sorocaba, através do prof. Dr. Sergio Shimura - coordenador acadêmico de convênios e prof. Heiton C. Gomes - prof. Responsável pelo GERA, já foi assinado o termo de cooperação pelo reitor do IFSP - Eduardo Modena, e a manifestação de interesse, pelo Dr. Márcio Tomazela, da AGEM Sorocaba. O tramite segue agora para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e setor jurídico do ESP. Já foram iniciados os testes para utilização do VANT pelo prof. Heiton e Arq. Sandra Lanças, e lentes polarizadas para o drone para verificar a melhor metodologia para as leituras das imagens pelo VANT. O levantamento inclui imagens aéreas de todo o entorno da Represa de Itupararanga, para fins de diagnóstico do uso e ocupação do solo da área. Prioridade Alta: Ibiúna ,São Roque , Aluminio, Mairinque, Votorantim - Sub-Região 3, Piedade - Sub-Região 3, Sub-Região 2 - Completando – Prioridade Média: Araçariguama, Itu, Salto, Porto Feliz. Ajustes devido à quarentena: A diretoria técnica da AGEM Sorocaba, antevendo uma restrição orçamentaria maior no 2º. Sem./2020 para a realização do PDUI da RMS, procurou soluções que pudessem minimizar o custo orçado, sem comprometer a qualidade do resultado e aproveitando-se das circunstancias decorrentes da quarentena, em especial de reuniões remotas. Uma das soluções possíveis foi considerada em relação aos orçamentos para diagnósticos dos temas específicos. A primeira Ideia foi a criação de um e-book, -Projeto Nº. 002/2020 - Que servisse de repositório deste primeiro período de gestação do PDUI da RM Sorocaba, com diagnósticos e tendências, uma radiografia para a memória coletiva, do período 2016- 2021, da RM Sorocaba. Naturalmente, aproveitando-se também os subsídios disponíveis pela Academia - Revisão bibliográfica. Em 2º lugar, para estabelecer parcerias com a Academia que daqui para a frente pudessem colaborar, pela pesquisa acadêmica, no desenvolvimento regional a médio e longo prazo. Desta forma, foram realizadas as reuniões remotas para o início do estabelecimento de parcerias acadêmicas e trouxeram dois encaminhamentos: UNESP: atividades de extensão, com o prof. Afonso Peche, do IAC, para a questão ambiental e agrícola - reunião em 25/jun; próxima reunião em 4/ago; UFSCAR: workshops técnicos para a sustentabilidade ambiental da RMS, aos técnicos das secretarias de meio ambiente e planejamento ; oferecimento de cursos de capacitação técnica, em reunião com vários professores de diversos departamentos, resultando em: Oferecimento de sistematização das pesquisas regionais já realizadas – em curso; Oferecimento de algumas vagas no curso de mestrado profissional específico para capacitação de técnicos de carreira municipal – a futuro, dependendo dos termos finais do TC - em curso. Pauta: Definição de PDI - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, para a questão do Desenvolvimento Regional para a equipe da diretoria técnica da AGEM Sorocaba fazer o alinhamento para futuras oficinas e projetos de Extensão com o corpo docente da UNESP no 1º sem./2021. Definição de localidade para estudo de caso: IBIUNA, SP. UFSCAR Sorocaba: Pauta: Sistematização das pesquisas regionais já realizadas pela UFSCAR e Elaboração conjunta conforme TC de 4 workshops Técnicos, para cada sub-região da RMS: AGEM SOROCABA/UFSCAR para o 2º sem./2020). IFSP Sorocaba: Elaborado plano de trabalho AGEM Sorocaba e IFSP; Assinado Manifestação de interesse pelo diretor executivo da AGEM Sorocaba, dr. Márcio Tomazela; Assinado o Termo de Convênio pelo reitor do IFSP; Aguardando parecer SDR/jurídico do ESP. Visitas programadas às prefeituras RMS: passaram a ser Reuniões Remotas: As reuniões com os prefeitos e técnicos municipais foram reagendados de 3/8/2020 em diante, de acordo com a disponibilidade de cada prefeitura e a AGEM Sorocaba. Projeto de Comunicação da Agência Metropolitana de Sorocaba: Todas as informações relativas ao PDUI da RMS foram migradas do site da extinta Emplasa para localização pública no site da AGEM Sorocaba - out-nov. Isto facilitará a curto e médio prazo a busca de informações e a noção de transparência dos dados públicos do PDUI da RMS, principalmente por ocasião das audiências públicas do PDUI da RMS. Meta/Plano: Estruturação Administrativa e Financeira da Agência Metropolitana de Sorocaba. Ações Desenvolvidas: Capacitações e treinamentos para operação de diversos sistemas financeiros e administrativos e ações administrativas correlatas: Capacitações EAD – Escola do Governo do Estado de São Paulo – EGESP de janeiro a novembro-: Licitações, Pregão Eletrônico e Registro de Preços; Sigeo; Recursos Humanos na Administração Pública Paulista; Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS estabelece que a Assistência Social, é "Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas". Sua especificidade está integrada "às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais" -LOAS, 1993. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS, tem como objetivo o atendimento aos beneficiários abrangidos por esta lei. A efetivação desse objetivo é feita através da formulação, coordenação e avaliação da política socioassistencial. Bem como a realização de parcerias, transferência e geração de renda. É atribuição da SEDS também parte da política de segurança alimentar e parte da política sobre drogas, a partir da interlocução e integração com o público alvo da política de assistência social. Baseado nas orientações explicitadas pela Assessoria Técnica da Casa Civil, o relatório a seguir reúne os programas e ações desenvolvidos ao longo do ano.

Política de assistência social e ações de desenvolvimento social - Proteção Social Básica - Objetiva a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação - ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e/ou fragilização de vínculos afetivos - relacionais e de pertencimento social -discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras. A quantidade de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS - no estado é de 1.165 unidades em 643 municípios - aumento de 5 unidades em relação a 2019. No total são 7.136 serviços que compõem a rede socioassistencial da Proteção Social Básica do Estado em 3.572 locais de execução. As executoras desenvolvem serviços de caráter preventivo e proativo e têm capacidade de atendimento de 1,2 milhão de usuários entre famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, pelo sistema Fundo a Fundo, do Fundo Estadual – FEAS para os Fundos Municipais - FMAS, conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 64.728 de 2019. Em 2020.o Estado de São Paulo cofinanciou 2.230 serviços de Proteção Social Básica nos 629 municípios do Estado, de acordo com o PMAS/WEB 2020. Ações realizadas de Proteção Social Básica - Orientações de apoio técnico para Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social -DRADS, gestões municipais e conselho de direitos - Orientações técnicas considerando o contexto de pandemia por meio da Nota Técnica CAS nº 06 para a "Manutenção do funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializado de Assistência Social durante a Pandemia do COVID-19" - abril; Orientações na utilização dos Sistemas Registro Mensal de Atendimento e Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atualizado em 16/06/2020 - Orientação Técnica CAS nº 07; Recomendações para o funcionamento e monitoramento da rede socioassistencial de Proteção Social Básica com base na Portaria MC nº100 do Ministério da Cidadania - Nota Técnica CAS/PSB nº 11; Orientações sobre as atividades remotas em período eleitoral - Orientação Técnica CAS nº 13; Elaboração de Cartilha de Orientação para a realização de plano de contingência de assistência social municipal; Ação formativa com gestores municipais da assistência e profissionais do SUAS para tratar da elaboração do Plano de Contingência; Apresentação ao Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência sobre ações realizadas pela SEDS em período de pandemia; Participação em encontro virtual para dirimir dúvidas das gestões municipais sobre gestão e qualificação da atuação da assistência social durante o período de pandemia; Orientação técnica junto às DRADS para alinhamento sobre a Portaria 369 do Ministério da Cidadania. Apoio aos Serviços de Proteção Social Básica- Ação formativa para lançamento do vídeo de Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Produção da Cartilha sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Pandemia. Ação formativa para debater o olhar do SUAS sobre as relações étnicos raciais com a rede socioassistencial. Participação na elaboração do artigo "Junho Violeta - Prevenção à violência contra pessoas idosas"; Participação na "Roda de Conversa - Oportunidades e desafios para o Envelhecimento ativo" - Unesp e DRADS Araraquara; Participação no episódio nº 09 do canal de *podcast* da SEDS sobre o tema "Convivência nos serviços socioassistenciais durante a pandemia"; Participação no *Webinar* "Envelhecimento, Convivência e Proteção Social" para profissionais da SEDUC, na Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EFAPE; Participação no episódio 14 do canal de *podcast* da SEDS sobre o tema "Prevenção ao suicídio: Setembro Amarelo". Apoio técnico às gestões municipais relativas a grupos populacionais tradicionais- Apoio técnico aos municípios por meio de envio da lista da FUNAI com dados das aldeias indígenas e de comunidades ciganas em extrema vulnerabilidade no estado de São Paulo para promoção da busca ativa das famílias e o atendimento socioassistencial e de segurança alimentar; Ação, em colaboração com o provimento de cestas de alimento pela Coordenaria de Desenvolvimento Social aos grupos tradicionais indígenas, ciganos, quilombolas e ribeirinhas, que exigiu o cadastramento das famílias beneficiadas no Cadastro Único e referenciamento destas famílias aos CRAS; Produção de orientação técnica para atendimento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no contexto da pandemia de Covid-19 no âmbito da Proteção Social Básica - Orientação Técnica CAS/PSB nº 10. Primeira Infância no SUAS - A Resolução CNAS nº 19, de 24/11/2016, institui o Programa Primeira Infância no SUAS. As ações são desenvolvidas de forma integrada, observando-se as competências dos entes federados e a articulação intersetorial. Para consecução dos objetivos do Programa, têm-se como principais ações: visitas domiciliares; qualificação da oferta de: serviço sócio assistencial e serviços de acolhimento, priorizando-se o acolhimento em famílias acolhedoras; fortalecimento da intersetorialidade nos territórios entre as políticas públicas setoriais; mobilização, educação permanente, capacitação e apoio técnico. O Ministério da Cidadania, coordenador do PCF em âmbito federal através da Secretaria Nacional de Atenção a Primeira Infância - SNAPI- tem como meta atender 2 milhões de pessoas no território nacional; atualmente têm 1.100.605 beneficiários - set. No estado de São Paulo, a meta é atender 46.900 pessoas, considerando as metas pactuadas dos 216 municípios que aderiram ao Programa. Atualmente têm 19.166 beneficiários e 69.599 visitas. O Termo de Aceite dos Municípios ao Programa, instrumento de adesão, contém a meta física aceita pelo ente, que deverá corresponder ao quantitativo total de indivíduos do público do Programa a ser beneficiado. O Programa é implementado, em âmbito estadual, por meio de ações desenvolvidas de forma integrada entre as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, entre outras, observando-se as competências dos entes federados e a articulação intersetorial. Os recursos do financiamento federal das ações do PCF aos Municípios são repassados diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos fundos de assistência social dos Municípios e Distrito Federal, de acordo com as seguintes etapas consecutivas: Implantação; Execução - Fase I; e Execução - Fase II. O Estado de São Paulo, recebeu em dez/2018, via Fundo a Fundo o valor de R$ 1.500.000,00 para gestão, capacitação, monitoramento e implementação do Programa. O saldo de R$ 672.229,68 - posição de nov. será reprogramado para o ano subsequente devido à crise epidemiologia de covid-19 que impossibilitou a utilização do recurso para as ações previstas para este ano. Panorama Geral do Estado. Meta pactuada: 46.900, Municípios elegíveis: 429, Municípios com adesão: 216, Supervisores designados: 391, Visitadores designados: 2.008, Acumulado de crianças visitadas: 50.666, Acumulado de gestantes visitadas: 7.492, Total de beneficiários visitados: 58.158, Acumulado de famílias visitadas: 47.916. Programa Criança Feliz - O Programa Criança Feliz – PCF é uma iniciativa do Governo Federal instituída pelo Decreto n° 8.869, de 5/10/2016, e consolidada pelo Decreto nº 9.579, de 22/11/2018. O Programa tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei nº 13.257, de 8/3/2016. O PCF tem caráter intersetorial e seus pilares são visitas domiciliares sistemáticas e periódicas, além de ações integradas das Políticas Públicas nos territórios. Perfil do Público Prioritário do PCF: Crianças de 0-36 meses Inseridas no CadÚnico, Gestantes Inseridas no CadÚnico e Crianças de 0-72 meses Beneficiárias do BPC. Ações realizadas para o Programa Criança Feliz em 2020 -XVI Capacitação de supervisores do módulo Guia para Visita Domiciliar - GVD, realizada em Jundiaí de 17 a 21/2 com 60 participantes. XVII Capacitação de supervisores do módulo Cuidados para o Desenvolvimento da Criança – CDC, realizada em Piracicaba de 16 a 20/3, com 31 participantes. Monitoramento do PCF IN LOCO em Piracicaba, Olímpia e Severínia. Apoio técnico às DRADS e municípios pelo *Google Meet*, total de 80 vídeo chamadas. Alinhamento técnico com multiplicadores Reunião do Comitê Estadual da Primeira Infância. Análise de Relatório de Acompanhamento mensal - monitoramento. Acompanhamento do Contrato da FESPSP de apoio às ações de monitoramento do Programa. Participação no Workshop: Fluxos e Processos da FESP. Produção, revisão e disseminação da Nota Informativa da Equipe Estadual/ PCF com conteúdo de educação permanente e sugestões de atividades durante trabalho remoto com as equipes municipais/famílias. Reuniões de apoio técnico com a Coordenação Nacional do Programa Criança Feliz. Cursos online UNICEF: "Primeira Infância e Competências Familiares" -10 horas/aula; Infâncias em Tempos de Covid-19: Conhecimentos Básicos para Agentes Comunitários de Saúde, Lideranças Comunitárias e Visitadores Domiciliares" de 4 horas/aula. Curso online EAD Programa Criança Feliz: Conhecendo a família e a comunidade- 20horas/aula. Videoconferência com MCID, Coord. Estadual e 5 municípios da Pesquisa de Avaliação e Impacto - Limeira, Piracicaba, Sumaré, Taboão da Serra e Francisco Morato. Seminário Estadual de São Paulo online: "Diálogos da Primeira Infância. " Participação teste piloto do novo sistema E-PCF. Capacitação do Sistema e-PCF, realizada entre os dias 17 e 21/8, através da plataforma de comunicação virtual *Microsoft Teams*, com carga horária de 20 horas. Formação municipal pelo Estado do Sistema e-PCF em Ambiente Virtual de Aprendizagem disponibilizado pelo Ministério da Cidadania. Participação no III Seminário Internacional "A Qualificação das Ações do Programa Criança Feliz e o impacto nas políticas de atendimento à primeira infância: desafios e oportunidades". Proteção Social Especial de Média Complexidade - O Estado de São Paulo, encerrou o ano com o total de 310 Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Nos CREAS estão instalados o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI que tem por objetivo apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Relacionado ao PAEFI foram 310 unidades, com 678 serviços, com atendimento anual – média - de 164.2090 mil usuários. Dos 714 serviços de MSE PSC/LA - Medidas Socioeducativas – Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, 318 são cofinanciados pelo Governo do Estado de São Paulo. Entre os municípios cofinanciados e não-cofinanciados a média anual de atendimento foi de 26.100 adolescentes em conflito com a lei. A diminuição do atendimento anual de 2019 para 2020 se deu em virtude da Pandemia do Covid-19. Considerando o risco de contágio e a manutenção da saúde dos adolescentes, o Conselho Superior de Magistratura suspendeu as medidas socioeducativas de meio aberto, através do Provimento CSM nº 2546/2020. Posteriormente determinou retorno do acompanhamento individual e remoto das medidas de Liberdade Assistida, mas manteve, até presente data, suspensa a medida Prestação de Serviço à Comunidade. O Serviço de Abordagem Social é desenvolvido em CREAS, nos Centros de Referência Especializados para Pessoas em Situação de Rua - Centros Pop e no Órgão Gestor Municipal da Assistência Social. No Estado de São Paulo encontra-se um total de 228 serviços com previsão de atendimento mensal de 28.833 usuários. O serviço às pessoas com deficiência, idosos e suas famílias também são desenvolvidos no CREAS. O atendimento é estendido às famílias de pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violação de direitos. A população em situação de rua também é contemplada pela Política Nacional de Assistência Social. Foram 57 unidades de Centro de Referência à População em Situação de Rua - Centro Pop e o total de 82 serviços especializados para população em situação de rua. Cabe, ainda, destacar a elaboração de Projeto "Centro Popinho" de Serviço de Apoio às gestões municipais - em fase de finalização e de tratativas ºcom as instâncias competentes do estado, tendo como foco crianças e adolescentes em situação de rua que transitam de um município para outro para a realização de trabalho infantil. Proteção Social Especial de Alta Complexidade - No âmbito da Alta Complexidade a Proteção Social Especial está a oferta de serviços de Acolhimento Institucional, Acolhimento em Repúblicas, Acolhimento em Família Acolhedora. De acordo com dados PMAS, são ofertados 1843 serviços de acolhimento institucional. Deste total, 1544 são serviços municipais, 287 são serviços intermunicipais, 12 serviços sob gestão estadual com média mensal de 97.117 atendimentos. A média mensal de atendimento nos serviços de acolhimento institucional teve um aumento de 67%, em relação ao ano de 2019. Esse aumento, pode ser explicado principalmente pela implantação de serviços de acolhimento emergencial para atender a demanda gerada pela COVID 19. Como também com o aumento de atendimento em Residências Inclusivas. Em decorrência da pandemia da COVID-19, fez-se necessário produzir um conjunto de ações que visavam o apoio técnico da gestão municipal no tocante ao Enfrentamento da Violência contra mulher e seus filhos -tanto durante a pandemia e o planejamento para o pós Pandemia. Ações realizadas de Proteção Social Especial - Dada a situação de pandemia, as atividades com foco na alta complexidade foram realizadas por reuniões virtuais, transmissões ao vivo e publicações de documentos de orientação técnica. Publicação da Orientação técnica SEDS 09/2020 referente as providencias sanitárias e adequação das atividades socioassistenciais para os serviços de acolhimento institucional para pessoas com deficiência no estado de São Paulo. Publicação da Resolução SEDS 17/2020 referente instalação de Alojamentos Provisórios para Acolhimento de População em Situação de Rua nos municípios do Estado. *Live* com os Serviços de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto com os gestores e técnicos municipais sobre a metodologia de atendimento com a suspensão das medidas pelo TJSP; *Live* com os Serviços de Medidas Socioeducativas de Meio Aberto com os gestores e técnicos municipais sobre a metodologia de atendimento com a flexibilização do Plano SP referente a pandemia Covid19, com o atendimento individual e presencial dos adolescentes na Liberdade Assistida; Série Dialogando 2020 – Jornada PcD – 3 *Lives* - Residências Inclusiva em tempos de pandemia, com os temas: "Distanciamento social e cuidados à pessoa com deficiência em situação de dependência", "Atividades socioassistenciais em tempos de pandemia" e "Deficiência intelectual

e saúde mental". Série Dialogando 2020 - Participação no planejamento da Jornada - Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em tempos de pandemia - 8 *Lives*. Participação na *Live* CEAPcD – Pandemia da Covid19 e os desafios da Inclusão das pessoas com deficiência. Participação na *Live* da SEDPcD - Residências Inclusivas e Centros de atendimento as pessoas com deficiência: Desafios e Perspectivas. Orientação sobre parcerias na execução de serviços de acolhimento institucional para migrantes/refugiados. Orientação técnica para a gestão municipal de Bebedouro e a rede de Serviços de Acolhimento Institucional à Criança e ao Adolescente. Orientação técnica em conjunto com a DRADS de Franca e com a gestão municipal de Morro Agudo – orientações sobre o atendimento do SAICA Municipal - Serviço de Acolhimento Institucional à Criança e ao Adolescente, devido a ocorrência de COVID-10 em crianças de trabalhadores do Serviço. Orientação técnica à gestão municipal de Ibiúna, para acolhimento emergencial de jovens em situação de risco - Residência Inclusiva. Orientação técnica à DRADS Fernandópolis – orientações para a implantação de Residência Inclusiva nos municípios de Jales e Santa Fé do Sul. Orientação técnica para o serviço de Acolhimento Institucional – Residência Inclusiva - Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juqueri – CIMBAJU. Articulação regional para oferta de serviços regionalizados com as DRADS Alta Paulista em Dracena, Alta Sorocabana em Presidente Prudente, Bauru, Sorocaba, Grande São Paulo Oeste em Osasco, Franca. Orientação técnica para abertura de duas unidades de Residência Inclusiva – Bauru e Cotia - Reordenamento dos serviços estadualizados. Supervisão técnica da Residência Inclusiva São João da Boa Vista – Encontros semanais para acompanhamento e orientação técnica; durante todo o ano. Oficina de Nutrição - RI São João da Boa Vista, em parceria com a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutrição – COSAN. Reunião com o Promotor de Justiça de São João da Boa Vista, para tratar das curatelas dos residentes das Residências I e II. Reunião com o Instituto Psiquiátrico Bezerra de Meneses – Supervisão para retorno de residente de São João da Boa Vista. Articulação e acompanhamento no processo de testagem COVID-19, dos residentes e profissionais dos serviços de acolhimento institucional – Abrigos Institucionais e Residências Inclusivas Estadualizadas. Ação formativa - IV Encontro da Rede Estadualizada de Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência envolvendo 9 Residências Inclusivas e 3 Abrigos Institucionais sob gestão estadual. *Live*, tema "Deficiência: o alhar médico e o olhar social" e oficina com discussão de casos. Parceria com Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo – EDESP. Apoio técnico para escolha de nova organização para substituição da atual executora parceira no Serviços de Acolhimento Institucional- Residência Inclusiva em SJBV. Série Dialogando: De julho a dezembro, a CAS/PSE promoveu debates sobre temáticas específicas na área de Assistência Social. Este projeto visa possibilitar a democratização da informação e o aprimoramento do conhecimento científico e técnico que devem ser compartilhados com outros atores, sempre na perspectiva da intersetorialidade. Com contribuições da academia e experiências diversas esse espaço contribui para a qualificação dos serviços socioassistenciais. Realizado em parceria com a EDESP foram promovidos 18 encontros on-line abertos ao público, com os seguintes temas:

18 de maio - Dia Nacional do Combate à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente - A Escuta Especializada durante a Pandemia	
Acolhimento de Criança e Adolescente em Tempos de Pandemia	1º Encontro: Criança e adolescente vivendo com suas famílias em serviços de acolhimento
	2º Encontro: A garantia da Convivência e reinserção familiar
	3º Encontro: Acolhidas e Despedidas - cuidados no acolhimento e desacolhimento
	4º Encontro: Cuidando da Rotina e Cotidiano
	5º Encontro: O cuidado com o trabalhador do serviço de acolhimento
	6º Encontro: Desafios e caminhos para os acolhimentos de adolescentes e jovens
	7º Encontro: Crianças e adolescentes testados positivos para Covid-19 - desdobramentos e cuidados
	8º Encontro: Família Acolhedora para Adolescentes - um caminho protetivo possível
Violência doméstica em tempos de Pandemia	1º Encontro: Como sensibilizar a população sobre a Problemática da violência doméstica.
	2º Encontro: Fluxo de atendimento - portas de entradas até o atendimento socioassistencial e saídas
	3º Encontro: O atendimento às mulheres vítimas de violência e as atividades da política de assistência social
	4º Encontro: O atendimento do autor de violência contra mulheres na Política de Assistência Social
Acolhimento Institucional – Residência Inclusiva em tempos de pandemia, prevenção e cuidados	1º Encontro: Distanciamento social e o cuidado à pessoa com deficiência em situação de dependência.
	2º Encontro: Práticas adotadas – atividades socioassistenciais em Residências Inclusivas durante a pandemia
	3º Encontro: Deficiência intelectual e saúde mental
Enfrentamento do Trabalho Infantil	1º Encontro: ECA 30 anos regulamentação do trabalho infantil - avanços e desafios
	2º Encontro: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS

Vigilância Socioassistencial - Gestão do SUAS - O Grupo Estadual de Gestão do SUAS, além de atender às demandas de diversos setores internos e externos à SEDS, tem como principal foco o apoio à gestão municipal da Assistência Social através do desenvolvimento e manutenção de ferramentas que visam estruturar as ações municipais. No ano, este grupo teve como principais ações: o desenvolvimento de cartilha de orientações para a elaboração dos Planos de Contingências municipais, realizado em conjunto com as equipes de proteção social básica e especial; o monitoramento das unidades de atendimento básicas do estado de São Paulo, verificando o funcionamento destes serviços durante o período de pandemia; a gestão, desenvolvimento e manutenção do PMASweb; a elaboração de diagnóstico em parceria com a equipe de Proteção Social Básica sobre Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e com Deficiência. Além dessas atividades, a equipe participou de diversos canais de comunicação entre encontros nacionais, *podcasts*, seminários e reuniões para disseminação do diagnóstico socioassistencial do Estado de São Paulo, elaborado em 2019, além da atualização das informações sobre repasse de recursos; coordenação do Censo SUAS em âmbito estadual, acompanhamento junto aos municípios sobre o preenchimento e envio dos aplicativos da Rede SUAS, vinculados ao Ministério da Cidadania, como: Censo SUAS, Demonstrativo Físico-financeiro e Plano de Ação. Monitoramento das unidades básicas de atendimento do SUAS. Em decorrência das orientações recebidas por diferentes órgãos públicos sobre as adaptações de segurança ao período de pandemia, em abril, iniciou-se uma atividade de monitoramento das unidades básicas de atendimento socioassistencial do SUAS, quais sejam: CRAS, CREAS, Centros Pop e os Postos de Cadastramento do Cadastro Único - CadÚnico. Ações realizadas sobre monitoramento das unidades básicas do SUAS: A equipe do Grupo Estadual de Gestão do SUAS dedicou-se à elaboração de metodologia e captação de informações sobre o funcionamento destas unidades, desde as atividades que foram realizadas presencialmente e/ou à distância e acompanhando as estratégias para prevenção do contágio pelo coronavírus pelos trabalhadores e usuários destas unidades. Os técnicos das DRADS captaram as informações junto aos municípios da sua região para o acompanhamento e orientação técnica e também devolveram para o Grupo de Estadual de Gestão do SUAS, afim de organizar os dados para o Estado e oferecer material de análise. Os dados de julho foram apresentados nos meses de agosto e setembro e os dados de outubro em novembro e dezembro. Diagnóstico do Serviço de Proteção Social Básica no domicílio: Pesquisa e análise realizada em parceria com a equipe de Proteção Social Básica, para subsidiar a ampliação e reestruturação do Serviço no Domicílio para pessoas idosas ou com deficiência, em cumprimento ao planejamento incluído no Plano Estadual de Assistência Social – PEAS, 2020/2023. Este trabalho contribuiu com metodologia de análise e acompanhamento focando sobre os seguintes aspectos: demandas pelo serviço, territórios sem cobertura deste serviço, custo médio, capacidade de atendimento e características de atendimento dos serviços. Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social- O Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social - PMASweb é uma ferramenta onde todos os municípios do estado de São Paulo registram dados sobre todos os serviços socioassistenciais, assim como das unidades prestadoras dos serviços, órgãos gestores e conselhos municipais de assistência social dos municípios. O PMASweb é a principal ferramenta do Estado de São Paulo para inserção e extração de informações sobre os serviços socioassistenciais e sobre o planejamento de ações dos municípios paulistas, disponibilizado para técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais, visando facilitar a coordenação e o gerenciamento da rede de serviços socioassistenciais. Esta ferramenta serve como base para o repasse de recursos de cofinanciamento estadual via Fundo a Fundo, assim como auxilia seu controle e a prestação de contas. Este sistema consolida as informações e disponibiliza online as sínteses dos planos de assistência social de todos os 645 municípios paulistas, contribuindo com a elaboração de análises e diagnósticos socioassistenciais locais, regionais e estaduais. O sistema tem consolidado avanços importantes, tornando-se um valioso instrumento de planejamento e gestão, utilizado para retratar a realidade de cada município e das regiões do Estado, além de ser documento necessário para a transferência de recursos Fundo a Fundo. Ações realizadas sobre PMASWeb - Recebimento das solicitações dos municípios para as constantes atualizações das informações registradas no sistema, análise e avaliação sobre a adequação das solicitações, autorização para desbloqueio do sistema e monitoramento sobre o correto preenchimento. Implementação da atualização anual do sistema referente ao exercício de 2021, incluindo: capacitação e apoio aos usuários, gestão de senhas, monitoramento e adequações do sistema. Sistema de Informações para Gestão do SUAS: O Sistema de Informações para Gestão do SUAS – SigSUAS é um sistema informatizado desenvolvido pela SEDS com o objetivo de subsidiar a gestão da Assistência Social no Estado de São Paulo. Foi concebido com a finalidade de acompanhar os fluxos, procedimentos e responsabilidades sobre o aprimoramento da gestão SUAS, além de registrar, organizar e sistematizar as informações obtidas através das visitas técnicas de supervisão realizadas pelas equipes das DRADS, aos municípios paulistas. Ações realizadas sobre SigSUAS: Este foi o segundo ano de funcionamento. O primeiro módulo do sistema tem foco no registro dos planos de providência e de apoio do estado. Sua implantação envolveu constante apoio, orientação e capacitação aos novos usuários. Além das atividades de gestão e monitoramento do sistema, buscando identificar e corrigir problemas da ferramenta, houve durante o período um trabalho de orientação, articulação e consolidação dos fluxos de ação, procedimentos e atribuições dos entes envolvidos no uso da ferramenta. Ao todo, foram pactuados, registrados e estão sendo acompanhados 38 planos. Com a decretação de emergência por conta da pandemia Covid19 foram interrompidas as supervisões das DRADS nos municípios e serviços e não foram pactuados novos planos de providências e de apoio na Comissão Intergestora Bipartite. Aplicativos da Rede SUAS- O Grupo Estadual de Gestão do SUAS é responsável pelo acompanhamento e disponibilização de uso dos aplicativos da Rede SUAS. A operacionalização se dá através da gestão estadual das senhas de acesso aos aplicativos da Rede SUAS para todos os técnicos estaduais; preenchimento, no âmbito do Estado de São Paulo, dos aplicativos referentes ao Plano de Ação e Demonstrativo de Execução Físico-Financeira; acompanhamento e orientação às DRADS e municípios quanto ao preenchimento, no âmbito municipal, do Plano de Ação e do Demonstrativo de Execução Físico-Financeira. Censo SUAS: Com relação ao Censo SUAS, é realizado um trabalho em âmbito estadual para o preenchimento dos questionários, tanto aqueles questionários diretamente respondidos pelo estado quanto acompanha e orienta os municípios sobre o preenchimento dos questionários de âmbito municipal. Posteriormente a este processo, e após disponibilização da base de dados pelo Ministério da Cidadania, é realizada a extração com recorte para o Estado e elaboradas as tabulações e análises dos dados. Deste trabalho é feita uma publicação sobre os assuntos relacionados aos seguintes temas: CRAS, CREAS, Centros Pop, Serviço de Acolhimento, Centro Dia, Família Acolhedora, Gestão e Conselhos Estadual e Municipal. Todos os temas apresentam dados referentes a identificação, estrutura física, serviços e recursos humanos. Os dados são disponibilizados no site da SEDS.

Programa São Paulo Amigo do Idoso - O Programa, instituído pelo Decreto nº 58.047 de 15/5/2012, objetiva promover amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para desenvolver ações e tornar os territórios amigáveis a todas as idades, com foco no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde. É coordenado pela SEDS e envolve mais 9 Secretarias Estaduais e o Fundo Social de Solidariedade. No âmbito da Política de Assistência Social, houve ampliação da rede de proteção social no estado, com a implantação de novos equipamentos e serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por meio de 236 convênios celebrados com municípios paulistas. Atualmente, há 100 Centros de Convivência, 66 Centros Dia e 18 unidades do Programa Vila Dignidade e 6 unidades do Programa Vida Longa em construção. Centro Dia do Idoso-Equipamento de atendimento a pessoas idosas dependentes, em situação de vulnerabilidade ou risco social, e cuja condição requeira o auxílio de pessoas ou de equipamentos especiais para a realização de atividades da vida diária. Oferta serviço de Proteção Social Especial de média complexidade, com foco no apoio às famílias para a oferta de cuidados e proteção aos usuários dependentes. Capacidade: até 50 idosos**.** Investimento do Estado: R$ 500 mil/unidade**.** Centros Dia 66: Agudos, Americana, Amparo, Apiaí, Araraquara, Araras, Arujá, Assis, Atibaia, Avaré, Barretos, Bauru, Bebedouro, Birigui, Bocaina,

Botucatu, Bragança Paulista, Caieiras, Capão Bonito, Capela do Alto, Catanduva, Dois Córregos, Dracena, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Franco da Rocha, Ibitinga, Ilha Solteira, Ilhabela, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itatiba, Itatinga, Itu, Jaguariúna, Jaú, Leme, Lençóis Paulista, Lins, Marília- 2, Miguelópolis, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Monte Alto, Olímpia, Osvaldo Cruz, Pindamonhangaba, Piracicaba, Poá, Pompéia, Porto Ferreira, Registro, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo Antônio da Alegria, São João da Boa Vista, Sertãozinho, Socorro, Suzano, Taubaté, Vinhedo, Votorantim e Votuporanga. Centro de Convivência do Idoso- Equipamento de atendimento a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, com foco na convivência, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Oferta serviço de proteção básica de caráter preventivo, contribuindo para o envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Capacidade: até 200 idosos. Investimento do Estado: R$ 250 mil/unidade. 100 Centros de Convivência do Idoso inaugurados de 2010 a 2020, nos municípios de: Adolfo, Agudos, Angatuba, Aparecida d'Oeste, Areiópolis, Assis, Bálsamo, Barão de Antonina, Barra Bonita, Barretos, Bastos, Biritiba Mirim, Borá, Boracéia, Braúna, Caconde, Cafelândia, Campos do Jordão, Cedral, Chavantes, Colômbia, Coronel Macedo, Cristais Paulista, Dobrada, Elias Fausto, Estrela d'Oeste, Floreal, Gália, Gavião Peixoto, General Salgado, Iacri, Ibirá, Ibirarema, Ibiúna, Ipeúna, Ipiguá, Itaporanga, Itapuí, Itirapina, Jaci, Joanópolis, Lourdes, Magda, Manduri, Matão, Meridiano, Mineiros do Tietê, Mira Estrela, Mirandópolis, Mirante do Paranapanema, Mirassolândia, Mombuca, Monções, Nhandeara, Nova Aliança, Nova Campina, Nova Castilho, Nova Europa, Oscar Bressane, Palmares Paulista, Palmeira D'Oeste, Parapuã, Pardinho, Pedranópolis, Pindorama, Piraju, Populina, Porto Ferreira, Potirendaba, Reginópolis, Rio das Pedras, Rubinéia, Sagres, Sales, Salmourão, Salto Grande, Santa Clara d'Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santa Rita d'Oeste, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, São José do Barreiro, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Sud Mennucci, Taquarituba, Taguaí, Teodoro Sampaio, Torre de Pedra, Torrinha, Tremembé, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil, Vitória Brasil, Votuporanga e Zacarias. Vila Dignidade e Vida Longa - O Programa Vila Dignidade, instituído pelo Decreto nº. 54.285, de 29/4/2009, com nova redação dada pelo Decreto Estadual nº. 56.448/2010, é voltado ao atendimento de idosos independentes e em situação de vulnerabilidade social. Visa à construção de equipamento público constituído de moradias adaptadas em pequenas vilas, incorporando os preceitos do desenho universal, e com áreas de convivência social, garantindo acompanhamento social permanente ao público beneficiado, integrado à rede de serviços do município. O Programa Vila Dignidade é uma parceria entre a SEDS, a Secretaria da Habitação, a CDHU e as Prefeituras dos municípios paulistas. Há 18 unidades implantadas, com 356 unidades habitacionais, com investimento total de R$ 32,4 milhões. Inauguradas 18 Vilas - Avaré, Botucatu, Caraguatatuba, Itapetininga, Itapeva, Ituverava, Jaú, Jundiaí, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Tupã, Araraquara, Mogi das Cruzes, São José do Rio Preto e Sorocaba. O Programa Vida Longa reformula o programa Vila Dignidade por meio do Decreto nº 64.509 de 1/10/2019, regulamentado pala Resolução Conjunta SH-SEDS nº 61 de 9/10/2019, com o objetivo de fortalecer a rede de proteção social dos beneficiários, promover o restabelecimento de vínculos familiares e comunitários e preservar a autonomia em moradias adequadas ao ciclo de vida dos beneficiários. A reformulação do programa garante a oferta do serviço de acolhimento em república para idosos. O Programa Vida Longa foi lançado em 1/10/2019, para construção de unidades nos municípios de Bragança Paulista, Bauru, Barretos, São José do Rio Pardo, Santa Barbara D'Oeste e São Roque. Ações realizadas - Em dezembro, foram assinados os convênios que autorizam a construção de 158 unidades habitacionais, em seis municípios, com o investimento de R$ 20 milhões. Os empreendimentos serão edificados nos municípios de Bastos - 20 casas, Duartina -28 casas, Garça - 26 casas, Guaratinguetá - 28 casas, Santa Bárbara d'Oeste - 28 casas e Tietê - 28 casas. Selo São Paulo Amigo do Idoso - O Selo foi criado com o objetivo de estimular os municípios e entidades públicas e da sociedade civil a implantarem ações referenciadas pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso. O Selo certifica os municípios paulistas de acordo com boas práticas públicas voltadas às pessoas idosas. Para conquistar o Selo Inicial, Intermediário e Pleno, é necessário cumprir ações obrigatórias e eletivas. No total, 642 municípios assinaram termo de adesão ao programa, comprometendo-se a realizar as ações previstas. 292 municípios paulistas têm o Selo inicial, 21 municípios receberam o Selo Intermediário e 5 já possuem o Selo Pleno. Projeto Longevidade - surge, no âmbito do Programa São Paulo Amigo do Idoso, como uma importante e necessária estratégia de articulação das políticas públicas setoriais para a promoção do envelhecimento ativo 50+ ao longo de todo o ciclo de vida, a fim de melhor preparar a população para a velhice e atribuir maior qualidade de vida na maturidade. A SEDS tem como estratégia de implementação coordenar esforços de diferentes Secretarias de Estado e Municipais, cujas ações serão orientadas por três eixos estratégicos, são eles: Promoção do envelhecimento ativo - por meio da sensibilização da população e das entidades públicas e privadas; da disseminação do conhecimento sobre o processo de envelhecimento; do fomento de soluções inovadoras; e da otimização das oportunidades de saúde, participação, educação e sobretudo, proteção; Capacitação e apoio permanente dos agentes públicos; Monitoramento das políticas públicas. Monitoramento das políticas públicas. A Estratégia Longevidade Paulista promoverá a integração dos usuários da Assistência Social, com idade entre 50 e 65 anos, ao mundo do trabalho – formal, informal e voluntário. Também, será instituído o Observatório da Longevidade, para fomentar a participação social na formulação e no monitoramento das políticas públicas, disseminar o conhecimento científico e as boas práticas para o envelhecimento ativo e proporcionar canais de diálogo entre a sociedade civil, a comunidade acadêmica, o setor privado, as organizações sociais e governamentais. Anualmente, também será realizada a "Semana Platinum", que irá articular e promover eventos regionais voltados à disseminação do conhecimento sobre o processo de envelhecimento e a valorização da pessoa idosa. Além disso, será fixada na primeira semana de outubro a Semana Platinum em que a SEDS articulará e promoverá eventos regionais de caráter informativo, multidisciplinares, voltados à promoção do envelhecimento ativo, à valorização da pessoa idosa e a divulgação das ações realizadas pelo Estado. Os eventos serão viabilizados por meio de parcerias público-privadas com contrapartidas de exposição de marca e fomentará as doações para o Fundo Estadual do Idoso.

Programa Acolhe SP - é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, que visa assegurar maior tempestividade e efetividade no enfrentamento de desastres, tanto de forma preventiva quanto no sentido de contingenciar seus efeitos sobre a população afetada, uma vez decretados e reconhecida a situação de emergência ou o estado de calamidade pública. Trata-se, nesse sentido, de uma iniciativa intersetorial e intergovernamental, contando com a articulação de esforços entre diversos órgãos da gestão pública estadual e dos municípios afetados. No que tange à gestão estadual da assistência social, restam colocados os desafios de capacitar os agentes públicos, para os serviços de proteção social em situações de calamidades públicas e de emergências, com aprofundamento de vulnerabilidades, assegurar os meios legais e financeiros para o efetivo pagamento de benefícios eventuais à população afetada e, por fim, responder de fato às situações de desastre, colocando à disposição dos municípios todo o apoio que couber prover. As ações de capacitação para os técnicos da Assistência Social foram iniciadas no ano de 2019 e já foram realizadas nas DRADS do Vale do Paraíba, Baixada Santista, Vale do Ribeira, Campinas, Piracicaba, Avaré, Marília, Grande São Paulo ABC, Grande São Paulo Leste, Grande São Paulo Norte, Grande São Paulo Oeste e Capital. Ações realizadas no Programa Acolhe SP em 2020- Em decorrência das fortes chuvas registradas nos municípios de Guarujá e Santos no início do mês de março foi realizado o repasse, por meio do Programa Novo Começo, de prestação única, no valor de R$ 1.000,00, devida aos beneficiários do auxílio-moradia emergencial; ações de ajuda humanitária e articulação com o Ministério da Cidadania para a antecipação do BPC e antecipação de 3 meses do PBF. Dessa forma, foram repassados R$ 1.062.000,00, via transferência Fundo a Fundo. Também foram realizadas diversas ações de ajuda humanitária considerando o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19. Assim, foram distribuídos itens como álcool em gel, máscaras, produtos de higiene pessoal, limpeza, mobiliário para a instalação de alojamentos provisórios, cestas básicas e gêneros alimentícios recebidos pelo o Governo do Estado, por meio de doações da iniciativa privada.

Programas estaduais de transferência de renda- Ação Jovem: tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda "per capita" mensal de até meio salário mínimo, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional. O programa Ação Jovem atende atualmente 18.595 jovens - nov. Ações realizadas: Acompanhamento de relatórios gerenciais - gestão de benefício; apoio técnico às DRADS, municípios e demais parceiros; atualização das metas no Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPPA da Secretaria de Planejamento e COAG- Cadastro de Obras e Ações do Governo da Casa Civil. Renda Cidadã e Renda Cidadã – Benefício Idoso: O objetivo do Programa Renda Cidadã é atender famílias em situação de pobreza - com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, mediante ações complementares e transferência direta de renda. O Programa atende atualmente 46.158 famílias - nov. O objetivo do Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso é atender pessoas, com oitenta anos ou mais, que integra família com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, mediante transferência direta de renda. O Programa atende atualmente 682 idosos - nov. Ações realizadas no Renda Cidadã e Renda Cidadã – Idoso. Reunião com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas da Coordenadoria de Desenvolvimento Social; Orientações às DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso e seus respectivos Aplicativos de Gestão; Atualização mensal de metas e recursos do Programa Renda Cidadã e Renda Cidadã Benefício Idoso - Série Histórica; acompanhamento de relatórios gerenciais - gestão de benefício, monitoramento de metas e condicionalidades; atualização das metas no Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPPA da Secretaria de Planejamento e COAG- Cadastro de Obras e Ações do Governo da Casa Civil.

Programa Prospera Jovem - é um programa de desenvolvimento humano que oferece ao jovem a oportunidade de elaborar um projeto de vida próprio acompanhado do auxílio de um tutor, cursos de capacitação técnica e um incentivo financeiro na poupança para investir em seu projeto de desenvolvimento pessoal. O objetivo é promover a mobilidade social dos jovens do Vale do Ribeira, gerando desenvolvimento humano e rompendo o ciclo intergeracional de pobreza. Como objetivo secundário, o Prospera busca incentivar o jovem a ser um vetor de mudança, agente ativo para o desenvolvimento pessoal, familiar e comunitário em sua região. O público alvo se consiste de jovens entre o 9º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio da rede pública estadual, inscritos no CadÚnico e com renda familiar per capta de até meio salário mínimo. As ações previstas no Programa são: Oficinas de Projeto de Vida com desenvolvimento de competências socioemocionais e elaboração um plano de futuro próprio; Oficinas de Tutoria, para apoio e acompanhamento do desenvolvimento dos Projetos de Vida dos jovens; Capacitações técnicas com parceiros para o aprendizado de um ofício; e um Incentivo Financeiro caracterizado pela transferência de renda na poupança do jovem, a ser utilizada na execução do seu Projeto de Vida. Ações realizadas no Programa Prospera Jovem - No ano, por conta da pandemia, a implantação do Prospera precisou ser remodelada. Para não desassistir os jovens do Vale do Ribeira, diretamente impactados pelos desafios impostos pela COVID-19, a SEDS optou por realizar o Programa Prospera Jovem 2020. Foi uma versão reduzida com 400 jovens, seguindo as vertentes do modelo inicial, porém, com atividades online, que ocorreram de outubro a dezembro. A versão reduzida teve dois objetivos principais: o desenvolvimento de um projeto de vida autônomo pelo jovem; e a continuidade dos estudos, concluindo o 3º ano do Ensino Médio, a despeito dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19. Os alunos do 3º ano do Ensino Médio foram escolhidos como público-alvo do Prospera Jovem 2020. Isto porque esses jovens terminariam o último ano letivo e não conseguiriam participar do programa em 2021. O uso da plataforma online que veiculou e operacionalizou as atividades do Programa, foi viabilizada por meio de doação de prestação de serviços, recebida pela SEDS e equivalente ao valor de R$220.000,00. O Incentivo Financeiro, a ser transferido às poupanças dos jovens que concluírem o Programa, para execução de seus Projetos de Vida, é de R$1200,00 por jovem. Considerando os 400 jovens participantes, o montante representará um total de R$480.000,00. A soma dos valores poderá totalizar R$700.000,00, caso todos os jovens concluam o Programa.

Gestão de programas federais - Programa Bolsa Família: O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família – PBF, compartilhando responsabilidades com a União e com 645 municípios, atuando nas seguintes áreas: apoio técnico, monitoramento e capacitação para gestão de cadastro único e gestão do Programa Bolsa Família. Foram atendidas 1.600.228 famílias no Estado de São Paulo, as famílias recebem valores que variam de acordo com sua composição e renda, o valor médio do benefício é de R$ 27,46 e 91% das famílias tiveram o benefício suspenso enquanto recebiam o auxílio Emergencial. Ações realizadas para a gestão estadual do Programa Bolsa Família. Orientações às DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Bolsa Família, Reuniões virtuais com a equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social; Reuniões virtuais com o Colegiado do PBF - Desenvolvimento Social, Saúde e Educação - para discussão das ações e atividades de condicionalidades de saúde e educação e do acompanhamento familiar dos beneficiários do programa Bolsa Família; Reuniões virtuais com a Instância de Controle Social; Reuniões com as Metrópoles, Reuniões virtuais com coordenadores de outros estados para preparação de orientações comuns, Reuniões virtuais com técnicos do Ministério da Cidadania, *Live* sobre o IGD- Índice de Gestão Compartilhada, Encontros virtuais com os municípios prioritários com apoio da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família - são considerados prioritários os munícipios que apresentam problemas em duas áreas, baixos índices em relação as taxas de cadastramento – TAC, taxas de acompanhamento da frequência

escolar – TAFE, taxa de acompanhamento da agenda de saúde - TAAS; Participação no Encontro virtual de Redes Colaborativas. Auxílio Emergencial - O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do COVID19. Inscritos no Cadastro Único até o dia 20/03 e beneficiários do Programa Bolsa Família - desde que seja mais vantajoso, foram contemplados com o benefício. Neste período o Bolsa Família ficou suspenso. O estado teve 12.387.419 benefícios, foram 5 parcelas de R$ 600 para até 2 pessoas por família e R$ 1.200,00 para as famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas da casa. E posteriormente mais 4 parcelas de R$ 300,00 e R$600,00 respectivamente. O Auxílio Emergencial é pago exclusivamente com recursos federais. Ações realizadas para a gestão estadual do Auxílio Emergencial. Orientações às DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Auxílio, reuniões virtuais com as equipes técnicas do Cadastro Único e do PBF. Apresentações virtuais sobre o auxílio emergencial, reunião técnica com coordenadores de outros estados para preparação de material pedagógico. Benefício de Prestação Continuada - O Benefício de Prestação Continuada – BPC, foi instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993, o Decreto nº 6214 de 26/9/ 2007 e suas alterações. O BPC integra a proteção social básica no âmbito do SUAS e garante segurança de renda no valor mensal de um salário mínimo a pessoa idosa com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O programa beneficiou 339.225 pessoas com deficiência e 408.026 pessoas idosas, totalizando 747.251, transferindo diretamente aos beneficiários um total de R$ 7.837.452.249,72, dados de outubro. A cobertura de 2020 ainda é inferior à cobertura de 2018 de mais de 750 mil beneficiários; há também uma diminuição continua da concessão de benefícios a pessoa com deficiência e aumento a pessoa idosa. Podemos deduzir que esta diminuição aconteça em virtude da falta de atendimento presencial nas agências da Previdência Social, especialmente do Assistente Social, e ao processo de informatização do atendimento pelos canais 135 e Meu INSS, gerando barreiras de acesso pela baixa acessibilidade, escolaridade e inclusão digital desse segmento. BPC na Escola - Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das crianças e adolescente até 18 anos com deficiência, beneficiárias do BPC. - O objetivo do programa é promover a qualidade de vida e o direito de acesso e permanência na escola das crianças e adolescentes com deficiência, por meio de ações articuladas entre as áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. Participaram do programa 77.266 crianças e adolescentes até 18 anos, em 446 municípios do Estado, com visita domiciliar para aplicação de questionário de identificação de barreiras realizadas até o momento de decretação do Estado de Calamidade pública, onde foi interrompida toda atividade presencial. O programa tem como meta a inclusão e permanência na escola de mais de 20 mil crianças e adolescentes até 18 anos e a adesão e renovação dos 199 municípios do Estado que ainda não fizeram adesão ao programa, além da ampliação do acompanhamento social de todos os beneficiários e suas famílias. Tem como diretriz o trabalho intersetorial por meio de seu Grupo Gestor Estadual, e ampliação dos planos intersetoriais municipais envolvendo, essencialmente as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos. BPC Trabalho- Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho é uma iniciativa do Governo Federal, realizada pelos MDS, MEC, MTE e pela SDH/PR. Seu objetivo é promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos. Este programa está sendo desenvolvido no âmbito dos Programas ACESSUAS Trabalho em parceria com o Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo. Ações realizadas no BPC - Em razão da pandemia, todas as ações do BPC e Programa BPC na Escola foram alteradas de presencial para remotas, utilizando o sistema *Team´s* disponibilizado pela SEDS, essencialmente para a realização de reuniões virtuais, e o aplicativo *Whatsapp* para troca de mensagens rápidas e ligações. Ocorreram alterações na legislação do BPC, implementação da antecipação do BPC para o enfrentamento da pandemia e a necessidade do distanciamento social, alterando a rotina de trabalho presencial para teletrabalho. Estas alterações impactaram a execução do programa BPC na Escola que precisou suspender a aplicação dos questionários realizado em visita domiciliar. Com estas mudanças foi necessário um apoio técnico ainda mais próximo, mesmo que virtualmente, e constante junto aos municípios para que pudessem acompanhar as mudanças e orientasse a população com as informações atualizadas. Para garantir o apoio técnico e formação continuada tanto para os trabalhadores das DRADS quanto dos municípios, utilizamos e-mails para repasse de documentos, legislações e notas técnicas, realizamos atendimento por telefone e pelo aplicativo *Whatsapp* para esclarecimento destes materiais, dúvidas e apoio em resolução de casos específicos, reuniões e *webinários* organizados pela coordenadoria, EDESP, INSS e DRADS, conforme consta abaixo: BPC: Reunião com os Diretores e Técnicos de Referência das DRADS para alinhamento técnico quanto às mudanças na legislação do BPC; Reunião com técnicos dos municípios das DRADS de Campinas e Itapeva; Realização de *Webinário* em conjunto com o Ministério de Cidadania para todo o Estado. Participação de *Webinário* do Projeto Longevidade em parceria com o INSS, Participação de *Webinário* promovido pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Reuniões com o INSS e SNAS para fortalecimento de ações intersetoriais, Elaboração de cartaz para veiculação nas redes sociais, Representação como conselheira no Conselho Estadual do Idoso tanto na mesa diretora quanto na comissão de finanças; Participação da equipe também em *webnários* pertinente ao tema da política de Assistência Social, proteção social e benefícios para atualização. BPC na Escola: Reuniões mensais com o Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola para organização das ações e planejamento de 2021; Realização de *Webnários* para tratar de todo o Programa e Sistema BPC na Escola; Realização de Webconferências para tratar das especificidades das deficiências quanto a inclusão escolar e contexto da pandemia; Elaboração de um Guia para utilização do Sistema BPC na Escola; Elaboração de Decreto para formalização do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola; Participação da equipe também em *webinários* pertinente ao tema da educação inclusiva para atualização. Importante dizer que todo o material produzido nos *webinários* e webconferências do BPC e Programa BPC na Escola estão disponíveis com livre acesso no canal do *Youtube* da EDESP, e alguns já contam com mais de um mil visualizações.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Criado em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil **-** PETI é um programa de natureza interinstitucional e intersetorial que pressupõe, nas três esferas de governo, a integração de um conjunto de organizações governamentais e da sociedade civil em torno do desenvolvimento de iniciativas voltadas ao enfrentamento ao trabalho infantil. Contempla: a Transferência de Renda - em especial pelo Programa Bolsa Família; o trabalho social com famílias, ofertado pela Proteção Social Especial - PSE e Proteção Social Básica - PSB; e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e erradicação de todas as formas de trabalho infantil. A equipe da Proteção Social Especial de Média complexidade é a referência estadual do PETI que tem por responsabilidade coordenar, prestar apoio técnico, assessorar e acompanhar os municípios na execução do programa, além de articular um conjunto de ações de sensibilização e mobilização social em torno da temática do trabalho precoce. Ações realizadas **-** O apoio técnico e assessoria às gestões de assistência social e às equipes técnicas municipais, neste ano, assim como a participação em reuniões de diversas naturezas tendo como foco ou relacionadas ao trabalho infantil se deram por meio remoto, utilizando, principalmente, os meios eletrônicos de comunicação devido ao estado de emergência decretado pelo governo em decorrência da Pandemia da Covid-19. Neste sentido cabem mencionar: organização e realização de 2 *lives* sobre a temática das estratégias de combate ao trabalho infantil no cenário da Pandemia da Covid-19; participação em 3 *lives* organizadas pelo Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho, pelo Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e pela Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil de Santos. Realização e participação em 2 oficinas sobre Rede de Proteção e o combate ao trabalho infantil. Como ocorre, anualmente, elaboração e realização do Plano Estadual de Campanha de Combate ao Trabalho Infantil, que teve como mote a questão do agravamento da intensificação das ocorrências de situações de trabalho infantil devido o contexto da pandemia. Participação nas reuniões de comissões e colegiados: Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil da Capital; Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo; Coordenação Colegiada e Plenárias do Fórum Paulista de Erradicação do Trabalho Infantil; Plenárias do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. Por fim, registra-se realizações de ações de monitoramento das situações de trabalho infantil identificadas no estado e da execução do programa pelas gestões municipais. Aprimoramento, capacitação e treinamento profissional na área da assistência social - A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - EDES, vinculada à SEDS, foi criada pelo Decreto nº 57.819, de 29/2/2012, para garantir a execução da educação permanente e continuada aos profissionais da política de assistência e desenvolvimento social. Para tanto, promove cursos de aprimoramento, treinamento, capacitação profissional e especialização, exercendo as atribuições relativas à qualificação e capacitação estabelecidas na Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - PNEP-SUAS. A escola também atua na gestão do conhecimento e da informação, no ensino, na pesquisa e produção científica, bem como no fomento da educação permanente para os trabalhadores do SUAS, envolvendo parceiros e atores externos de políticas intersetoriais. A Biblioteca da EDESP abriga mais de seis mil exemplares das áreas de Assistência Social e correlatas. Há outros materiais, incluindo os produzidos pela SEDS, os quais são requisitados para pesquisas sobre legislações relativas à política de Assistência e Desenvolvimento Social. No âmbito da SEDS, a EDESP oferece estrutura metodológica e logística-operacional às áreas e aos programas, por meio da execução de capacitações e trabalhos de gestão escolar, construção conjunta de ações formativas e, por fim, colaborando com suporte e apoio político-pedagógico e andragógico. A EDESP manteve parcerias com a Fundação Nacional Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, por meio da adesão e uso da Escola Virtual de Governo, Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, Centro Formador de Pessoal para a Saúde – CEFOR, da Secretaria da Saúde, Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" - EFAPE/Rede do Saber, da Secretaria da Educação, Escola de Administração Penitenciária, da Secretaria da Administração Penitenciária e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E teve ações em conjunto com a Rede de Pesquisa Solidária e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ações de aprimoramento e capacitação realizadas - A SEDS - Sede e DRADS - realizou mais de 700 ações de capacitação e formação, acompanhadas, auxiliadas ou protagonizadas pela EDESP, para mais de 26 mil profissionais, totalizando carga horária de cerca de 2250 horas/aula. Entre as ações realizadas, destacam-se: o último semestre e encerramento do "Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Contemporânea - EaD" da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, customizado no patamar formativo lato sensu para os servidores da Pasta, por intermédio do Gabinete e da gestão/supervisão e fiscalização da EDESP, que teve a formatura on-line de 98 servidores , em 30/11; a ação formativa presencial "Diálogos EDESP- Assistência Social em Debate: Educação Permanente", em decorrência do aniversário de 8 anos da EDESP; a palestra "O Papel dos Órgãos de Controle Social na Educação Permanente do SUAS"; videoaulas disponibilizadas pelo Canal EDESP *YouTube*; seis reuniões on-line do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo - NUEP SUAS/SP, dentre as pautas a Proposta de Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS/SP - PEP SUAS/SP: série de quatro encontros virtuais, com a Rede de Pesquisa Solidária, "SUAS em Tempos de COVID-19: Dados e Informações da Rede de Pesquisa Solidária"; e, por fim, o *webinar*, em parceria com o BID, "A Crise da Desigualdade no Brasil: América Latina e Caribe na Encruzilhada". Para o exercício, o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública -EaD, da FESPSP teve investimento de R$ 28.340,92, de um valor global - Contrato SEDS n° 13/2018, de R$ 667.500,00.

Políticas sobre drogas **-** A Coordenadoria de Políticas sobre Drogas – COED, é responsável por organizar as ações estratégicas da Política sobre Drogas do Estado de São Paulo e, portanto, exerce a coordenação executiva do Programa Recomeço – Uma Vida sem Drogas, coordenando as atividades das demais Secretarias envolvidas, proporcionando a interlocução necessária entre as Políticas Públicas, além de executar diretamente as parcerias necessárias para o funcionamento de serviços específicos que atendem pessoas com problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas e seus familiares. Em 2016, foi criada a Unidade Orçamentária específica para a Política Sobre Drogas, através da Instrução DPDO nº 12 – 13/10/2016 e a COED passou a compor a SEDS como Coordenadoria de Políticas sobre Drogas, através do Decreto nº 62.211, de 11/10/2016. Programa Recomeço- O Programa Recomeço: uma vida sem drogas, conforme o Decreto Estadual 61.674/2015 é o Programa Estadual de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo. Implantado e implementado por meio da conjugação de ações do poder público e sociedade civil tem por objetivo promover, articular e executar ações intersetoriais nos seguintes eixos: Prevenção - Secretaria de Estado da Educação; Tratamento - Secretaria de Estado da Saúde; Reinserção Social e Recuperação - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Controle e Requalificação das cenas de uso - Secretaria de Estado de Segurança Pública; Acesso à Justiça e a Cidadania - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Rede do Programa Recomeço**-** A COED tem como ações principais a gestão da Rede do Programa Recomeço: Serviço de Acolhimento voluntário e transitório a pessoas com problemas devido ao uso de drogas- executado em Comunidades Terapêuticas: 55 unidades operacionais distribuídas em todo Estado. Serviço de Acolhimento em República aos egressos das Comunidades Terapêuticas que estavam em situação de rua, sem vínculos familiares e capacidade de autonomia e autossustento: 9 unidades operacionais

distribuídas nos municípios de Campinas 2, Ribeirão Preto 2, São Paulo 2, Itapecerica da Serra 1, Itapeva 1 e São José do Rio Preto 1. Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade Casa de Passagem, anterior ou após o acolhimento em Comunidades Terapêuticas e/ou hospitais para pessoas que estavam em situação de rua e sem vínculos familiares ou com vínculos fragilizados, a grande maioria são da região da Nova Luz - Cracolândia: 1 unidade operacional masculina no município de São Paulo. Ressalta-se que estes serviços se destinam a pessoas adultas que voluntariamente desejam passar pelo processo de intervenção. Para a execução destes serviços o Governo do Estado de São Paulo, por meio de Chamamento Público estabeleceu parceria com Organizações da Sociedade Civil – OSC, via Termo de Colaboração com Atuação em Rede, sendo a FEBRACT a vencedora para a gestão da rede. Em todo o Estado de São Paulo o Programa Recomeço tem parceria com 50 OSC totalizando 64 unidades operacionais que ofertam 1.395 vagas, distribuídas entre unidades de Comunidades Terapêuticas e Repúblicas. A maior concentração de unidades se encontram nas regiões polos de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, São José dos Campos e Baixada Santista. A Casa de Passagem com meta para atender 24 vagas é executada pela OSC Casa de Isabel – Centro de Apoio à Mulher, à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Situação de Risco, por meio de termo de colaboração direto com a SEDS. Utilização das vagas dos Serviços de Acolhimento da Rede em 2020. Os recursos destinados para o exercício, no período de janeiro a novembro, possibilitaram 3.243 acolhimentos, sendo 2.904 em Comunidades Terapêuticas, em Repúblicas e 135 acolhimentos institucionais na modalidade Casa de Passagem. Houve uma redução na quantidade de acolhimentos, devido a suspensão de novos acolhimentos no período de março a julho, atendendo a Resolução SEDS 7, de 17-3-2020 e a Resolução SEDS 19, de 21-7-2020, bem como aos protocolos de contingenciamento do COVID19. Implantação de novas unidades da Rede. O Programa Recomeço implantou novas unidades em parceria com Organizações da Sociedade Civil, sendo: 2 unidades masculinas de acolhimento em república em São Paulo, 2 unidades masculinas de acolhimento em república em Ribeirão Preto, 1 unidade masculina de acolhimento em república em São José do Rio Preto, 01 unidade feminina de acolhimento em república no em Campinas, e 1 unidade feminina de acolhimento em Comunidade Terapêutica em Ribeirão Preto. Principais ações da Política Sobre Drogas - 170 Reuniões online para a Construção e implantação dos Planos de Contingência ao COVID19; Construção e articulação do fluxo em período de pandemia; Construção de protocolo para visitas familiares nas unidades da Rede; Alinhamento de metodologia; Reordenamento de vagas. Elaboração e implementação do Contrato Termo de Compromisso, para ser aplicado no serviço acolhimento em república, Realização de pesquisa, a partir de uma coleta de dados com as Comunidades Terapêuticas e Repúblicas da Rede, para entender as especificidades dos acolhidos e elaborar estratégias para (re) inserção no mundo do trabalho. Desenvolvimento de Projeto Piloto de Gestão Administrativa Financeira para 06instituições que compõem a Rede. Apoio técnico as Comunidades Terapêuticas, orientações técnicas de cunho administrativo-jurídico visando o apoio na sua gestão, obtenção e manutenção da certificação necessária para as OSC's. Manutenção da parceria com a OAB referente ao desenvolvimento de Rodas de Justiça Restaurativa semanalmente no serviço de acolhimento institucional na modalidade Casa de Passagem, Elaboração da FAQ – Perguntas e respostas sobre o Programa Recomeço. Participação na elaboração do Termo de Cooperação Técnica e Plano de Trabalho da Secretaria da Justiça e Cidadania para manutenção do plantão jurídico da Defensoria Pública, Ministério Público e OAB no CRATOD. Curso Pais na Prevenção, lançado em 2/3/2020, capacitou 773 pessoas, sendo classificado pelos cursistas como excelente devido a média geral ter sido uma nota 4,8/5. O curso tem como objetivo orientar famílias, profissionais e responsáveis por crianças e adolescentes a estarem preparados para prevenir o uso de drogas. Trata-se de uma capacitação com carga horária de 30 horas com a oferta de certificado de conclusão emitido pela SEDS / EDESP. 1ª Jornada de Prevenção ao Uso de Drogas - Ações Baseadas em Evidências realizada em conjunto com a UNIFESP, promoveu o ciclo de palestras visando compartilhar conhecimentos de prevenção baseada em evidências com a população em geral. O evento contou com 262 pessoas inscritas.

Política de segurança alimentar e nutricional – Vivaleite: O Projeto Estadual Vivaleite, dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações em situação de vulnerabilidade social, entrou em vigor em 22/12/1999. Desde 19/1/2011, a SEDS, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN, administra o Projeto Estadual Vivaleite, conforme Decreto nº 56.674. Atualmente, por meio de 1.528 entidades credenciadas, 79.218 crianças recebem 1.188.270 litros/mês de leite e 101.568 idosos recebem 1.523.520 litros/mês de leite na Capital e Grande São Paulo. O Projeto que se estende pelo Estado estabeleceu convênios com 606 municípios; beneficiando 120.800 crianças que recebem 1.812.000 litros/mês de leite, totalizando cerca de 302.028 mil beneficiários, que consomem, aproximadamente, 4.530.420 litros/mês. Os valores sofreram alterações, devido ao processo licitatório, que ocorreu no mês de setembro deste ano. O principal objetivo do projeto é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças que vivem em condição de risco nutricional. O Projeto VIVALEITE distribui gratuitamente leite fluido pasteurizado enriquecido com Ferro, Vitamina A e Vitamina D, auxiliando na prevenção de anemia ferropriva e das deficiências vitamínicas citadas. A presença do projeto em regiões de vulnerabilidade social fortalece a atuação do Estado, e incentiva o desenvolvimento de outras ações públicas e assistenciais na região por meio das entidades parceiras ou Prefeituras conveniadas, além de auxiliar o escoamento da produção leiteira gerando assim, de forma indireta novos empregos no campo. OBS: Foram atendidas também 479 - Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, em todo o Estado, em uma ação emergencial por conta da pandemia, possibilitando o atendimento de 15.179 mil beneficiários idosos que receberam 1.405.935 litros de leite entre abril e dez. Bom Prato: Projeto de Restaurante Popular Bom Prato foi concebido para oferecer refeições de qualidade com alto teor nutricional a preços acessíveis à população de baixa renda. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 10 a 20 empregos diretos. As entidades gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção de equipamentos, cobertura de aluguéis e pagamento de contas de água, luz e gás. Foi inaugurada 1 unidade do Restaurante Popular "Bom Prato". Devido a Pandemia Covid-19, as unidades passaram a servir refeições, em caráter excepcional, aos finais de semana e jantares todos os dias. Essa ação teve início em abril e perdurou até o final do exercício, podendo ser continuada em caso de necessidade. Foram servidas 30.395.970 refeições, entre café da manhã, almoço e jantar. Gratuidade Bom Prato durante a pandemia Covid-19**:** Através de Resolução da Secretária SEDS, foi instituída a dispensa de pagamento de refeições a população em situação de rua não albergada e sem acesso a assistência alimentar em toda a rede. Teve início em 1/5, com previsão de encerramento em 31/12. Foram servidas 607.350 refeições gratuitas entre café da manhã, almoço e jantar durante esse período. Programa Alimento Solidário: Considerando o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19 foi criada o Programa Alimento Solidário, no âmbito do Projeto Família Paulista, destinando cestas de alimentos às Prefeituras Municipais que integram as 6 Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo para beneficiar famílias em situação de extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R$89,00, residentes nos 168 municípios elegíveis à Ação. Cumpre ressaltar que a quantificação e a partilha das cestas de alimentos entre os municípios que aderiram a Ação se deram em conformidade com a base de dados do Cadastro Único, referente ao mês de fevereiro, analisada em março do mesmo ano. Saliente-se que a definição dos critérios de elegibilidade acima relacionados considerou que: As famílias em situação de extrema pobreza, são mais afetadas pelas adversidades promovidas pelo COVID-19; Conforme os dados do Cadastro Único, no Estado de São Paulo, aproximadamente 76% das famílias em situação de extrema pobreza residem em Regiões Metropolitanas; Os dados divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - https://www.seade.gov.br/coronavirus, expõem a existência de uma difusão hierárquica do vírus - das cidades maiores para as menores - e evidenciam uma relação dos polos de maior risco de difusão com a influência regional dos municípios, conforme suas características econômicas e sociais. Conforme os dados do Boletim Diário nº 45 da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, as Regiões Metropolitanas concentravam aproximadamente 95% dos casos confirmados e das mortes por COVID-19 no Estado de São Paulo. Cabe, ainda, esclarecer que os municípios elegíveis estão sendo priorizados de acordo com os critérios de concentração demográfica e Índice Paulista de Responsabilidade Social 2018. As listas de beneficiários foram geradas pela SEDS do Estado de São Paulo e encaminhadas para a ratificação de cada Prefeitura Municipal. A distribuição das cestas de alimentos iniciou-se no dia 15/4 e segue planejamento, realizado conjuntamente com o parceiro doador de serviços de logística. Ressalte-se que a distribuição local das cestas às famílias beneficiárias é de inteira responsabilidade das Prefeituras Municipais. Municípios participantes: 168. Acumulado de famílias beneficiadas -nov: 1.441.998.

Gestão estratégica - Gestão de Cadastro - Portal Social Paulista. O Portal Social foi desenvolvido tendo como principal objetivo a unificação de cadastros dos programas utilizando os dados do CadÚnico, melhorando a gestão e a sistematização das informações, que servirão de base para a formulação e a implementação de políticas públicas que assegurem a proteção social das famílias com baixa renda, otimizando custos e ampliando o atendimento dos programas sociais no que se refere à rede conveniada, aos municípios e, principalmente, sobre as famílias e pessoas em condições de extrema pobreza. A unificação do cadastro social no Estado também impactou positivamente na cobertura e atualização cadastral, repercutindo em maior repasse de recursos do governo federal para o Estado e municípios, calculado sobre o desempenho da gestão do CadÚnico, denominado Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE) e Municipal – IGDM. O Governo do Estado passou a utilizar o Cadastro Único como único cadastro social, conforme artigos 1º e 2º da Resolução SEDS nº 013, de 3/8/2015. Plano Estadual de Capacitação nos Novos Formulários do Cadastro Único para Programas Sociais. O CadÚnico é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias em todo o país. Seu gerenciamento é feito pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social, e cabe ao governo de cada estado o acompanhamento, a coordenação do processo de cadastramento em âmbito estadual, bem como o apoio às atividades de capacitação dos municípios. A Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE, por meio do Grupo Gestão de Cadastros, oferta anualmente capacitações para formação de Instrutores, Entrevistadores e Operadores do CadÚnico, mas infelizmente, em função das restrições sanitárias causadas pela pandemia da COVID-19, não foi possível realizar nenhuma turma presencial de capacitação. Sistema Pró-Social. Consiste em um sistema informatizado, instituído pelo Decreto nº 52.803/2008, destinado ao cadastramento de entidades organizações de assistência social, com sede e atividades no Estado de São Paulo e com inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS, cujos serviços socioassistenciais ofertados devem estar em consonância com a Resolução CNAS nº 109/2009. Também realiza o cadastro de Programas, Projetos e Serviços da área da assistência social, com atividades no Estado de São Paulo e com inscrição nos CMAS, ofertados por organizações de outras áreas de atuação e cujos serviços socioassistenciais ofertados devem estar em consonância com a Resolução CNAS nº 109/2009. As entidades e organizações de assistência social, cadastradas no Sistema Pró-Social Módulo/Instituições, são beneficiadas pelo Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal e por emendas parlamentares. A SEDS é responsável pela gestão do sistema: monitora os dados cadastrais, informa e orienta as DRADS a respeito das correções ou alterações no sistema. Merecem destaque os atendimentos para operacionalização do Sistema Pró-Social Módulo/Instituições, bem como orientações sobre a legislação do SUAS e das certificações das organizações de assistência social e de outras áreas de atuações, por meio do fale-conosco, e-mail e ligações telefônicas. Foram emitidos 77 pareceres técnicos de processos encaminhados pelas DRADS, bem como de expedientes encaminhados por diferentes órgãos públicos. Em 1/12, segundo banco de dados, estão cadastradas no Sistema Pró- Social Módulo/Instituições, 2.362 instituições: entidades e organizações de assistência social. Estão também cadastradas 1.011 Unidades Prestadoras de Serviços. Aprimoramento e desenvolvimento de sistemas para aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento social. O sistema de *Business Intelligence Cognos* da IBM é um dos produtos oriundos do Projeto Avaliação e Aprimoramento, que teve como objetivo melhorar a eficiência e a efetividade da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo e dos projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social. Até março, ele atendeu demandas internas, de todas as políticas presentes na SEDS e demandas externas, de outros órgãos gestores estaduais e municipais, por meio da elaboração de relatórios. Entretanto, entendendo a necessidade de aprimorar a gestão de dados, por meio de um sistema mais ágil e intuitivo e que onerasse menos a SEDS, a gestão optou por repensar o sistema existente. Esse novo modelo está sendo implementado pelo Departamento de Normatização e Informática. Geoprocessamento. O Centro de Geoprocessamento da CGES tem a seu encargo a produção de mapas temáticos e o georreferenciamento das variáveis da área de desenvolvimento social para fins de monitoramento e avaliação, de apoio à ação social, de capacitação, de diagnóstico socioterritorial e de planejamento setorial. Tem ainda entre suas atribuições produzir informação sistematizada e georreferenciada no âmbito do SUAS, não necessariamente destinada à produção de mapas, porém apoiada em ferramentas próprias do geoprocessamento. Contudo, o cenário da pandemia COVID-19 impôs, a partir do mês de março, uma obrigatória mudança no foco. A partir daquele momento, as demandas de mapas encaminhadas atenderiam predominantemente ao caráter emergencial ditado pelas circunstâncias, visando a reduzir os impactos sobre o público-alvo das ações da Pasta e, assim, evitar um aumento exponencial das vulnerabilidades. Essa produção é relatada a seguir. – Mapa Plano São Paulo/DRADS: adequação do mapa do Plano São Paulo, necessária para acompanhar a classificação do status da pandemia nos limites das DRADS, nem sempre geograficamente coincidente com os limites das Diretorias Regionais de Saúde - DRS, divisão adotada oficialmente como parâmetro pelo Plano SP. O padrão de sobreposição das camadas DRS/DRADS, aliado ao tema, permitiu visualizar a evolução parcial ou integral do território, e traçar as diretrizes para o trabalho técnico em campo nos municípios. O mapa teve três versões, acompanhando respectivamente as três primeiras fases de evolução do Plano SP. – Mapas Parceria SEDS/Instituto Tellus: mapeamento elaborado em caráter emergencial, a partir de uma seleção de variáveis da área de assistência e desenvolvimento social – vulnerabilidade alimentar, pessoa em situação de rua,

famílias monoparentais abaixo da linha de pobreza, idosos e grupos específicos - em cruzamento com um ranking COVID construído a partir de indicadores epidemiológicos aplicados aos 645 municípios. O estudo resultou na produção de um conjunto de 8 mapas temáticos. Posteriormente, os mapas foram publicados pelo Instituto Tellus, na plataforma *Google Maps* em associação com a ferramenta Data Studio, como Mapa de Decisões pós Covid. – Painel Perfil Epidemiológico nas DRADS: painel sobre a evolução do perfil epidemiológico da COVID19, nas 26 DRADS e em seus municípios, desenvolvido pela equipe de Vigilância Socioassistencial da Coordenadoria de Ação Social – CAS, resultando na criação de 26 mapas de DRADS e respectivos municípios. O conjunto de mapas passou por 3 atualizações. Posteriormente, a partir desse Painel, o estudo foi reelaborado pela parceria FIPE/SEDS, gerando um novo painel baseado em Power BI e vinculado ao Sistema de Monitoramento Inteligente – SIMI, tornando-se uma ferramenta interativa. – ILPI Georreferenciamento: elaboração de mapa com a geolocalização das ILPI em dois formatos - instituições e rodovias e apenas instituições. Na produção cartográfica tradicional, anterior ao início da quarentena, inclui-se: – A criação de dois *shapefiles*, em janeiro, um da Comunidade de Paraisópolis e um da Comunidade de Heliópolis, sobre os quais foram georreferenciadas as famílias inscritas no CadÚnico, por setor censitário, para subsidiar futuras propostas. – Mapeamento composto de 15 mapas temático-georreferenciados, em fevereiro, sobre a População em Situação de Rua inscrita no CadÚnico, abrangendo RMSP, Capital e Interior do Estado tema, e sobre os equipamentos sociais voltados ao acolhimento por grupos etários, indivíduo e família, gênero e modalidade administrativa, direta ou indireta – conveniada.

Conselhos - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente: Em dezembro, foram assinados 29 projetos do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo 13 Prefeituras Municipais no valor de R$ 1.522.772,75 e 16 OSC no valor de R$ 4.613.145,97 totalizando um repasse de R$ 6.135.918,72. Essa ação atendeu mais de 5.000 beneficiários. Conselho Estadual do Idoso: O Conselho Estadual do Idoso, no decorrer do ano realizou suas atividades de forma remota, realizando a primeira eleição de conselheiros representantes da Sociedade Civil de maneira totalmente virtual. Realizou 6 eventos virtuais intitulados como "Rodas de Conversas", objetivando o repasse de orientações, a troca de informações, proposição de ações e relato de experiências exitosas. Os eventos foram transmitidos ao vivo no *YouTube* e contaram com a participação dos Conselhos Municipais, Secretarias, Entidades, idosos e diversas pessoas interessadas nos diversos temas abordados.

Comunicação Institucional - O objetivo primário da comunicação institucional é o de ampliar e consolidar a imagem institucional da Secretaria de Desenvolvimento Social. Sendo assim, a divulgação constante e transparente visa ainda apresentar claramente os programas, projetos e ações da pasta social, atuar orientada para e nas pessoas, ampliar a credibilidade das ações executadas, contribuir para a melhoria de gestão da secretaria, e consolidar a reputação da pasta social. Durante a pandemia da COVID-19, a fim de garantir identidade visual das informações, o departamento de comunicação desenvolveu *template* para garantir a uniformidade e consolidação de todas as informações divulgadas relacionadas ao novo coronavírus, dentro da pasta do social. Assim, esse layout foi desdobrado para os manuais de orientação, imagens das redes sociais, cartilhas, relatórios, apresentações e demais materiais. Principais ações de comunicação realizadas☺ O trabalho de Assessoria de Imprensa, durante todo o ano, foi constante, imediato e positivo. Sempre respondendo as indagações dos jornalistas e produzindo conteúdo. Foram mais de 1400 inserções, em veículos impressos, portais online, rádio e televisão. Além disso, a Secretária de Estado participou constantemente, do interior ao litoral do Estado, dos principais programas de rádio, televisão e lives durante a pandemia. Foram desenvolvidas 12 campanhas de comunicação visando à sensibilização, engajamento, informação e proteção social da população para os diversos temas da pasta do social, reforçados pelo agravamento e necessidade do enfrentamento à COVID-19. As peças foram publicadas nos canais de comunicação da secretaria. Lançado em julho, o "Atitude Social", série de conversas online, entre a Secretária de Desenvolvimento Social, Célia Parnes, e convidados diversos como empresários, jornalistas, acadêmicos sobre os desafios, oportunidades e rumos do desenvolvimento social. Ao todo, foram realizados 9 encontros ao vivo com personalidades como Abílio Diniz, o Secretário da Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, a empresária Luiza Helena Trajano, entre outros. Para fomentar a discussão e a relevância do trabalho desenvolvido pela secretaria, foram elaborados e publicados mais de 34 artigos sobre temas de interesse público, factuais, e de reflexão e discussão. Além disso, foram produzidos outros conteúdos como, entrevistas e reportagens, somando mais de 150 textos. Central de Atendimento: o setor de Fale Conosco da SEDS, parte fundamental do departamento de comunicação, realizou mais de 6.300 atendimentos via e-mail, telefone e SIC. No mês de julho, a secretaria também renovou o layout do site, trazendo mais conteúdo e de forma mais acessível à população. Exemplo disso, foi a publicação do "Perguntas Frequentes" para os programas e diferentes ações de proteção social desenvolvidas, facilitando a compreensão e critérios de participação. Lançamento do *podcast* "Desenvolvimento Social SP", sobre assuntos relacionados à Assistência Social: Maio Laranja, Álcool e Drogas, Alimento Solidário, Residências Inclusivas, Setembro Amarelo, entre outros. Ao todo, já são mais de 20 episódios. O canal do *YouTube* da SEDS, também foi um meio de grande visibilidade e destaque das notícias e informações sociais. Com a elaboração de novos vídeos, animações e *Lives*. A partir de agosto, aconteceu também o envio do Boletim de Notícias da pasta social para todas as entidades públicas da esfera Estadual, garantindo o compartilhamento de informações e acontecimentos a todos os servidores. Em 2020, foram enviadas 6 edições. Envio quinzenal da *Newsletter*: "Fique por dentro da SEDS" com os principais acontecimentos, notícias e novidades da secretaria, além de comunicados oficiais e mensagens de engajamento e motivacionais para os servidores da pasta. Somam-se mais de 23 edições enviadas.

Gestão orçamentária- Fundo Estadual de Assistência Social - Proteção Social Básica. Apoio técnico e financeiro aos municípios para execução de ações socioassistenciais de Proteção Básica que atuem na prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dotação Orçamentária: R$ 83.607.372,00. Liquidado até 12/12: R$ 79.273.240,36. Situação: Em execução. Proteção Social Especial de Média Complexidade. Apoio técnico e financeiro aos municípios para execução de ações socioassistenciais de Média Complexidade destinadas à população em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Dotação Orçamentária: R$ 52.286.000,00. Liquidado até 12/12: R$ 50.233.314,55. Situação: Em execução. Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Apoio técnico e financeiro aos municípios para execução de ações socioassistenciais de Alta Complexidade destinadas à população em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Prefeituras Municipais. Dotação Orçamentária: R$ 84.891.297,00. Liquidado até 12/12/2020: R$ 68.645.803,44 - Fonte 001 – Tesouro do Estado. Liquidado até 12/12: R$ 3.338.650,00 - Fonte 003 – Recursos Vinculados – Fundo Especial de Despesa. Organizações da Sociedade Civil - Serviços Estadualizados. Dotação Orçamentária: R$ 1.400.000,00. Liquidado até 12/12: R$ 9.298.227,50 - Fonte 001 – Tesouro do Estado. Liquidado até 12/12: R$ 330.000,00 - Fonte 005 – Recursos Vinculados Federais). Situação: Em execução. Programa São Paulo Amigo do Idoso. Apoio financeiro destinado à realização de obras, aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente visando a implantação de Centros de Convivência do Idoso – CCI e Centros-Dia do Idoso – CDI, bem como a realização de reformas para adequação de Instituições de Longa Permanência – ILPI. Reordenamento dos serviços de acolhimento institucional para idosos - ILPI e certificação dos municípios que realizarem ações referenciadas pelo São Paulo Amigo do Idoso. Dotação Orçamentária: R$ 2.700.000,00. Liquidado até 12/12: R$ 0,00. Situação: Em execução. Programas estaduais de transferência de renda. Gestão operacional dos Programas Ação Jovem, Renda Cidadã e Renda Cidadã – Benefício Idoso. Dotação Orçamentária: R$ 169.169.734,00. Liquidado até 12/12: R$ 64.253.870,00. Situação: Em execução. Políticas sobre drogas. Atendimento Socioassistencial a Usuários de Substâncias Psicoativas e Famílias. Apoio técnico e financeiro aos municípios e organizações sociais para execução de ações socioassistenciais que atuem na prevenção, acolhimento em casa de passagem, na promoção da reinserção social a pessoas com histórico de uso de substâncias psicoativas e na redução de situações de vulnerabilidade social. Dotação Orçamentária: R$ 1.188.000,00. Liquidado até 12/12: R$ 792.000,00. Situação: Em execução. Atendimento Social em Comunidades Terapêuticas. Execução de ações socioassistenciais que atuem na prevenção, acolhimento, reinserção social e na redução de situações de vulnerabilidade social de pessoas com histórico de uso de substancias psicoativas e suas famílias, mediante apoio técnico e financeiro aos municípios e organizações sociais. Dotação Orçamentária: R$ 25.940.250,00. Liquidado até 12/12: R$ 22.408.165,09. Situação: Em execução. Política de segurança alimentar e nutricional. Vivaleite. Distribuição de leite enriquecido a crianças e idosos, com a finalidade de combater as principais carências nutricionais da população no Estado de São Paulo, que afetam gravemente o desenvolvimento do crescimento das crianças e geram diversos problemas de saúde em crianças e idosos. Dotação Orçamentária: R$ 168.771.120,00. Liquidado até 12/12: R$ 115.411.200,40. Situação: Em execução. Bom Prato. Oferece refeições de qualidade e com alto teor nutricional, a preços acessíveis à população de baixa renda, nos Restaurantes Populares Bom Prato espalhados por todo o Estado de São Paulo, visando a Segurança Alimentar. Dotação Orçamentária: R$ 99.261.515,00. Liquidado até 12/12: R$ 121.694.958,00 - Fonte 001 – Tesouro do Estado. Liquidado até 12/12: R$ 8.422.543,36 - Fonte 003 – Recursos Vinculados – Fundo Especial de Despesa. Situação: Em execução. Programa Alimento Solidário. Distribuição de cestas básicas para a população em situação de vulnerabilidade social em todo território paulista, com o objetivo de atenuar os efeitos da pandemia do COVID-19. Dotação Orçamentária: R$ 0,00. Liquidado até 12/12: R$ 110.632.008,00 - Fonte 001 – Tesouro do Estado. Liquidado até 12/12: R$ 48.808.786,30 - Fonte 003 – Recursos Vinculados – Fundo Especial de Despesa. Situação: Em execução. Administração Superior Secretaria e Sede. Revitalização da Rede Executora. Celebração de convênios com Prefeituras Municipais e Entidades Sociais para construção, reforma e readequação de equipamentos sociais, revitalizando a rede executora das ações, visando a melhoria do atendimento da população assistida. Prefeituras Municipais – Obras e Instalações. Dotação Orçamentária: R$ 0,00. Liquidado até 12/12: R$ 500.000,00. Prefeituras Municipais – Equipamentos e Materiais Permanentes. Dotação Orçamentária: R$ 0,00. Liquidado até 12/12: R$ 1.839.760,00. Organizações da Sociedade Civil. Dotação Orçamentária: R$ 100.000,00. Liquidado até 12/12: R$ 28.755.376,35. Situação: Em execução. Ações decorrentes de Emendas, exceto Saúde. Emendas impositivas apresentadas pelo Legislativo do Estado e que integram a Lei n. 17.244, de 10/1/2020, que orça a receita e fixa a despesa do Estado. Prefeituras Municipais – Obras e Instalações. Dotação Orçamentária: R$ 1.786.250,00. Liquidado até 12/12: R$ 770.000,00. Prefeituras Municipais – Equipamentos e Materiais Permanentes. Dotação Orçamentária: R$ 3.000.000,00. Liquidado até 12/12: R$ 5.850.000,00. Organizações da Sociedade Civil. Dotação Orçamentária: R$ 42.000.000,00. Liquidado até 12/12: R$ 39.238760,00 Situação: Em execução.

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Contexto da Deficiência - A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a primeira no Brasil foi criada pela Lei Complementar nº 1.038, de 6/3/2008 e regulamentada pelo Decreto nº 52.841, de 27/3/2008, que a organiza. Missão: à SEDPcD - cabe exercer funções que contribuam para a adequada condução das políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias -artigo 2º - Decreto nº52. 841, de 27/3/2008 e tem como missão garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na Sociedade. Esta garantia deve atingir os 3.008.617*2 paulistas que segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência - quadro abaixo.

CENSO IBGE 2010	São Paulo*1	São Paulo*2	%	Brasil
População Total	41.262.199	41.262.199	100 %	190.755.799
Pessoas com deficiência	9.344.109*1	3.008.617*2	7,29%	45.606.048*1
Deficiência visual	7.344.037	1.203.353	40%	35.774.392
Deficiência auditiva	1.893.359	436.054	14,49%	9.717.318
Deficiência motora	2.561.856	866.279	28,79%	13.265.599
Deficiência intelectual	502.931	502.931	16,72%	2.611.536

1* Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010
2* Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010 – RELEITURA DO GRUPO DE WASHINGTON (COMPARABILIDADE DAS ESTATÍSTICAS SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ENTRE DIFERENTES PAÍSES).

Em todo o mundo as pessoas com deficiência apresentam as piores perspectivas de saúde, níveis baixos de escolaridade, pouca participação econômica e taxas de pobreza mais elevadas em comparação às pessoas sem deficiência. Grande parte destas condições se deve ao fato das pessoas com deficiência enfrentarem barreiras no acesso a serviços básicos, como saúde, educação, emprego, transporte e informação. Logo, a garantia dos Direitos Humanos, sobretudo os direitos sociais, a este segmento da sociedade é uma forma de concretizar a construção de uma sociedade para todos, e de reconhecer a pessoa com deficiência como um cidadão de direitos. Garantir os direitos civis, políticos, econômicos e sociais às pessoas com deficiência reflete o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária.

Objetivos - Os principais objetivos seguiram no sentido de continuar garantindo que as pessoas com deficiência tivessem seus direitos assegurados por meio de uma efetiva articulação e incidência junto as demais pastas, especialmente à Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, considerando a Pandemia do COVID-19. Ainda, a Secretaria continuou desenvolvendo um trabalho planejado de comunicação com o objetivo de estimular o contínuo respeito aos direitos humanos, alargando o debate sobre a diversidade e questões relevantes às pessoas com deficiência que fizeram parte na agenda nacional, como a publicações de Decretos Federais que colocaram em risco à inclusão. Continuamos considerando a relevância das ações intersetoriais e transversais já que tal "articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao

desenvolvimento social, superando a exclusão social", se constitui muito mais efetiva. Dessa forma, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SEDPcD - configurando-se como uma "Secretaria meio" - continuou desenvolvendo uma agenda ativa e dinâmica com as Secretarias de Educação, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte, entre outras. Desta forma desenvolveu plenamente seu principal papel de sensibilizar a sociedade, articular as ações do governo para que o público de pessoas com deficiência seja atendido em suas distintas necessidades a fim de garantirmos a plena inclusão. Diante de tais desafios, a nova gestão manteve os seus eixos estratégicos de atuação já definidos no início de 2019, conforme segue abaixo:



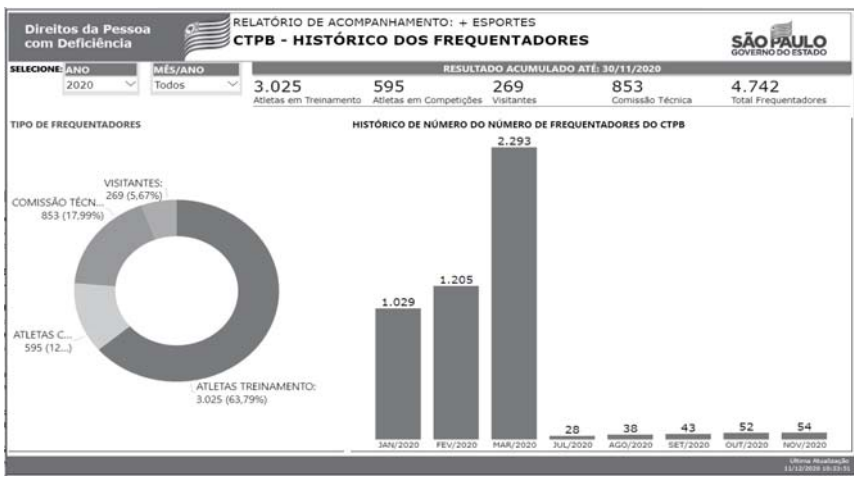
O eixo estratégico de Defesa e Garantia de Direitos tem como vocação planejar ações e executar projetos que visem garantir o acesso aos direitos já apontados pela legislação brasileira às pessoas com deficiência. Ainda, considerando que pessoas com deficiência são particularmente vulneráveis a falhas em serviços básicos como: saúde, educação, reabilitação, educação, trabalho e assistência social, fez-se imprescindível planejar conjuntamente com as pastas responsáveis a oferta de serviços de forma adequada a atender com acessibilidade e qualidade as necessidades deste segmento. No eixo de Conhecimento o grande foco é a geração e disseminação de informações técnica científica no sentido de aumentar o grau de compreensão sobre questões relacionadas à deficiência. Nosso trabalho é incidir para que haja pesquisas ligadas a temática, incluindo epidemiologia, reabilitação, sociologia, pedagogia, arquitetura, entre outras com a perspectiva de disponibilizarmos informações de qualidade para a elaboração de programas e políticas públicas dedicadas à inclusão plena de pessoas com deficiência. No eixo Transferência de Tecnologia e Inovação acreditamos que na era da Sociedade da informação, o processo de inovação e de transferência de tecnologia social são capazes de promover melhorias significativas nas condições de vida da população, especialmente na vida de pessoas com deficiência, onde a tecnologia tem o poder de, na maioria dos casos, devolver parte da qualidade de vida destas pessoas, que necessitam ser incluídas na sociedade. No eixo de Informação temos como objetivo aumentar a conscientização pública sobre o entendimento das deficiências, considerando que a compreensão e o respeito contribuem de forma decisiva para uma sociedade mais inclusiva. Levando em conta que a falta de informação é a primeira barreira enfrentada pelas pessoas com deficiência para acessar seus direitos, este eixo se propôs a ser um canal de utilidade pública. Especificamente em 2020, com o enfrentamento da Pandemia pelo novo Coronavírus, o Estado de São Paulo adotou o Plano de Contingência para Infecção Humana denominado "Plano São Paulo – Retomada Consciente", que estabeleceu critérios para a retomada faseada da economia em 6 pilares: disseminação da doença, capacidade do Sistema de Saúde, testagem e monitoramento da transmissão, protocolos e vulnerabilidade econômica, comunicação e transparência e abordagem regional. Diante deste novo e complexo contexto social, prontamente reajustou o foco das suas ações, refazendo o seu planejamento alicerçado nos seguintes eixos de atuação: informação rápida e acessível às pessoas com deficiência sobre os cuidados necessários e protocolos da nova doença; adoção de medidas conjuntas com a Secretaria de Estado da Saúde; maior ênfase nas ações de impulsionamento do emprego e renda; ações de prevenção à violência contra a mulher com deficiência; adoção de ações emergenciais junto à população com deficiência em vulnerabilidade do Estado de SP.

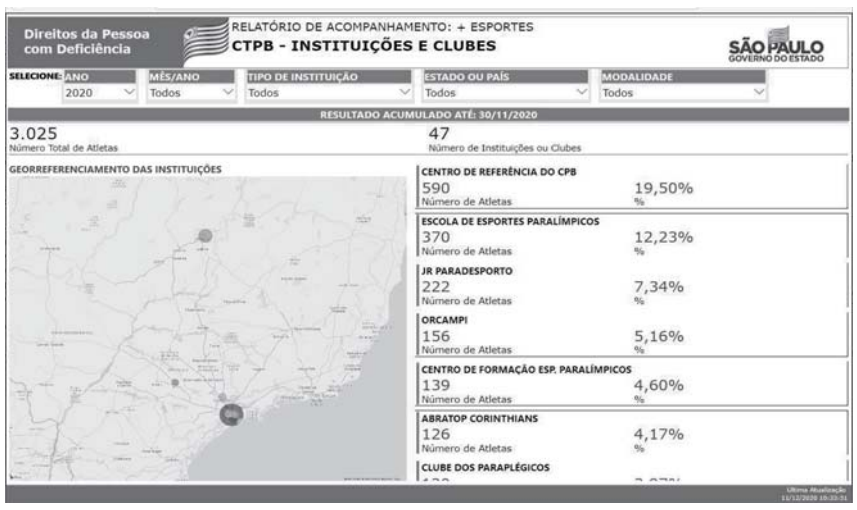
Ações adotadas no Enfrentamento da Pandemia do COVID-19. Desde o início da Pandemia, o Governo do Estado de São Paulo tem realizado coletivas diárias levando e divulgando todas as informações sobre medidas adotadas, evolução epidemiológica, programas implantados, ações de proteção da economia, entre outras, sempre de forma acessível com a presença de intérprete de LIBRAS disponibilizado pela nossa Secretaria. Reforçamos que as coletivas são transmitidas em todas as redes do Governo -*Youtube / Facebook e Instagram*, além de serem veiculadas por emissoras de TV abertas e fechadas como Globo News e TV Cultura - emissora esta última que também conta com intérprete de LIBRAS em toda a sua programação, contando também com o sistema "*close caption*" para geração de legendas em tempo real para pessoas surdas que não são alfabetizadas em LIBRAS. Somado a isto, o Governo do Estado mantém um domínio eletrônico -https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/, onde são imputadas todas as informações relevantes relacionadas ao combate à pandemia. Por solicitação da nossa Secretaria, foi criada uma página específica https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/pessoacomdeficiencia/ que conta com conteúdo acessível para pessoas com deficiência, como Nota Técnica sobre cuidados para pessoas com deficiência e cuidadores, cartilha com linguagem simples, vídeos informativos sobre vacinação, principais cuidados, utilidade pública, entre outros, os quais solicitamos que o Conselho possam consultar e nos auxiliar na divulgação. Ainda, a fim de garantir plena acessibilidade comunicacional, enviamos o ofício anexo- GS 70/2020, endereçado à ABERT – Ass. Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, solicitando atenção junto as emissoras para o cumprimento da acessibilidade nos seus serviços de transmissão conforme preconizado no art. 63 ao art. 67 do Capítulo II da LBI – Lei Brasileira da Inclusão. Prontamente recebemos a resposta da ABERT, reconhecendo a importância do tema, sobretudo no período de pandemia. Na área da saúde, destacamos que a Rede de Reabilitação Lucy Montoro, e suas 17 unidades espalhadas por todo o Estado, permaneceu aberta e em funcionamento para consultas de triagem e programa de reabilitação para pessoas fora do grupo de risco e com transporte adequado até o serviço. Além disso, foi inaugurado o Serviço de Teleatendimento e Teleconsultas para os pacientes que não puderam ir até a sua unidade durante todo o período da Pandemia. Vale destacar que este serviço já conta com mais de 110.000 teleatendimentos realizados nas 17 unidades até o dia 30/11. Recentemente foi inaugurado também o Serviço de TeleApoio Psicológico para pessoas com deficiência, que estão com problemas emocionais devido à pandemia. O Serviço de Teleapoio realizado pelo Centro de Tecnologia e Inovação é efetuado por psicólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais da área da saúde. O atendimento é oferecido de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h nos telefones: 11-3641-9026 ou pelo aplicativo de *WhatsApp* -11- 99841-6685. Também oferecemos suporte às pessoas com deficiência por meio do TeleApoio Tecnológico para que pudessem tirar dúvidas e garantir sua autonomia na inclusão digital. Ademais com este propósito, disponibilizamos Cursos EaD em Alfabetização Digital, Digitação, Redes Sociais e Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiência visual. Buscando um melhor atendimento para pessoas com deficiência que testarem positivo para COVID-19 e precisarem de atendimento médico, as Secretarias de Estado da Saúde e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, publicou Nota Técnica com orientações para internação de pessoas com deficiência com COVID-19 aprovada pelo Comitê de Contingência do Coronavírus. Dentre as orientações da referida Nota Técnica, destacamos a autorização para o paciente com deficiência ser acompanhado durante o período de internação por um membro da família ou cuidador, assim como, orientação para evitar a internação de pessoas com deficiência em Hospitais de Campanha, podendo ocorrer em situação excepcional pela falta de leitos nos demais serviços hospitalares de atendimento COVID-19. Em parceria com o Instituto Butantã de SP, foi realizado Testagem em massa para COVID-19 por meio de teste rápido em pessoas com deficiência, seus cuidadores e familiares de comunidades vulneráveis das seguintes regiões: São Remo, Jardim Pantanal, Jardim Santo André e Brasilândia como também testagens para pessoas com deficiência e colaboradores dos 3 Abrigos e 9 Residências Inclusivas do Estado de São Paulo, no total foram testadas 1.169 pessoas. A equipe do Centro de Tecnologia e Inovação elaborou uma Cartilha para Pessoas com Deficiência: Prevenção a COVID-19, validada pela Secretaria de Saúde, com os cuidados específicos para cada tipo de deficiência: física, auditiva, intelectual, psicossocial, visual, transtorno do espectro autista. Disponível em formato digital no site: www.pessoacomdeficiência.sp.gov.br. Na área da Educação, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizou um trabalho amplo junto ao Centro de Mídias da Secretaria de Educação do Estado e à Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação - EFAP, para acessibilizar com LIBRAS e áudio-descrição, todos os conteúdos on-line gerados e disseminados para os alunos do Estado, através de aplicativo e da rede de televisão própria. Atualmente a janela de LIBRAS já está presente e estuda-se a aplicação de áudio descrição e o desenvolvimento de materiais adaptados para pessoas com deficiência intelectual. Vale reforçar que a SEDPcD-SP elaborou, em parceria com o Centro de Mídias da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, um curso de Língua Brasileira de Sinais - Libras, em formato EaD para os professores da rede pública estadual de ensino a fim de garantir a acessibilidade comunicacional. Até o momento contamos com quase 6.000 professores realizando o curso que deve se encerrar no mês de dezembro/2020. Na área social, a SEDPcD integrou o NIS-Núcleo de Inteligência Social criado pelo Governo do Estado para a implementação de ações emergenciais à população mais vulnerável. Dentre as ações executadas, destacamos a entrega de cestas básicas e *kit´s* de higiêne para entidades de Pessoas com Deficiência na capital e interior. Foram entregues aproximadamente 10.000 cestas básicas para pessoas com deficiência e suas respectivas famílias. Ressaltamos a entrega de cestas básicas e kits de higiene para 5 regiões do município de SP com maior concentração de pessoas com deficiência em extrema pobreza: Parelheiros, Sapopemba, Jardim Ângela, Grajaú e Itaim Paulista, para estas regiões foram entregues 7.720 cestas básicas e kits higiene. As entregas ocorreram nos CEU´s de cada região, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. No eixo de garanta de informação rápida e acessível às pessoas com deficiência sobre os cuidados necessários e protocolos da nova doença, organizamos uma Maratona de *Lives* com temas diversos, convidando especialistas de referência para debaterem os temas. Tratou-se de uma estratégia de disseminação da informação para todos. Destacamos os seguintes temas: Desafios da pessoa com autismo frente à pandemia; educação inclusiva; esporte paraolímpico, Síndrome de Down e a COVID-19, Capacidade Jurídica da Pessoa com deficiência, entre outros. Todos os conteúdos continuam disponíveis no *Facebook* da Secretaria-InclusaoSP. No total foram realizadas 51 Lives acessíveis com intérprete de Libras e legendas. Também organizamos um calendário com 4 Webinários Internacionais com temas importantes às pessoas com deficiência. O primeiro deles foi realizado em parceria com a RIADIS – Rede Latino Americana de Organizações da Sociedade Civil para Pessoas com Deficiência, com a temática: Desafios das políticas públicas no Pós Pandemia e contou com a participação de aproximadamente 800 pessoas. O segundo Webinário tratou do tema da Cultura Acessível e foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura com renomados palestrantes nacionais e internacionais. O terceiro tratou da discussão de como garantirmos as tecnologias assistivas às pessoas com deficiência, na ocasião trouxemos experiência de outros países, no 4º. E último Webinário Internacional do ano, tratamos do Ensino Superior Inclusivo visando retratar os principais desafios do acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino superior. Os conteúdos continuam disponíveis no *Facebook* da Secretaria.

No eixo de emprego e renda, os PEIs-Polos de Empregabilidade Inclusivos também se dispuseram a tirar dúvidas de pessoas com deficiência sobre o Auxílio Emergencial, através do Tel: 3500-0070 / *WhatsApp*: 99841-6685 e no e-mail: faleconosco@cti.org.br, além da realização de entrevistas online para as vagas de empregos cadastradas no Programa "Meu Emprego Trabalho Inclusivo" desenvolvido pela nossa Secretaria em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico. Atualmente disponibilizamos 3 Polos nas regiões da Lapa, Imigrantes e Centro de SP e até 30/11, os 3. Polos encaminharam 1.894 pessoas com deficiência para o mercado de trabalho. No tema da violência doméstica contra a mulher, que lamentavelmente se intensificou no isolamento social, considerando que há um aumento do controle do agressor sobre a vítima, a Secretaria lançou no dia 15/6, o Programa Todas in-Rede, voltado ao empoderamento das mulheres com deficiência. O site do Programa está no ar - www.todasinrede.sp.gov.br, de forma acessível e com conteúdos relevantes ao enfrentamento desta violação de direitos. Dentre as ações do Programa destacamos a realização do Curso EaD voltado ao "atendimento das mulheres com deficiência vítimas de violência" realizado em parceria com a UNIVESP – Universidade Virtual do Estado de SP. Foram disponibilizadas 350 vagas para alunos advindos da Rede de Proteção e das Delegacias de Defesa da Mulher do Estado de SP, do lançamento até o momento contamos com 305 alunos que cursaram e/ou encontram-se cursando. Também estamos oferecendo às mulheres com deficiência cadastradas na Rede Virtual do Programa vagas de empregos, cursos técnicos profissionalizantes e de empreendedorismo em parceria com o Centro Paula Souza e Sebrae/SP respectivamente. O Programa também fechou protocolos de intenções com diversos municípios, para ações conjuntas de apoio às mulheres com deficiência nos municípios de: Rio Claro / Santos / Registro / São Bernardo do Campo / Campinas / Presidente Prudente / Araçatuba / Miracatu / Ourinhos.

Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - O Estado de São Paulo é composto por 645 municípios dos quais 146 contam com Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência, ou seja, 22,63% dos municípios paulistas-atualização feita no mês de dezembro/2019. O Conselho Municipal representa a pessoa com deficiência junto à prefeitura e demais colegiados locais, contribuindo para a elaboração e implantação de políticas públicas de interesse para esta população. Além dos conselhos municipais, o Estado de São Paulo, também conta com o Conselho

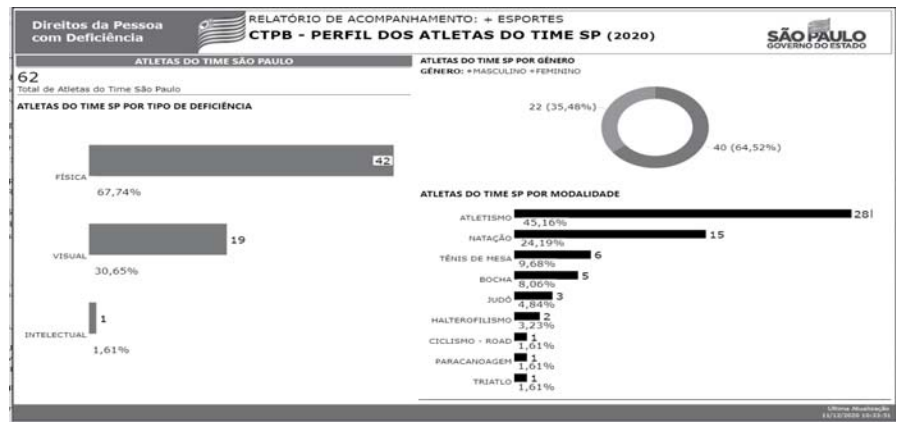
Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência - 1º Conselho de direitos criado no País. O Conselho Estadual realizou 9 reuniões ordinárias por meio do uso da Plataforma *Windows Teams e WhatsApp*: - 20 de fev/20 - 9h: Apresentação do Plano de Trabalho da SEDPcD para 2020-Sr.ª Aracélia Costa – Secretária Adjunta da SEDPcD; Flexibilização do calendário das reuniões do CEAPcD; Conferências Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Capacitação de Conselheiros Municipais nas Macro Regiões; - 19/3 - 9h: Leitura e aprovação do Relatório da Comissão Temática de Acessibilidade – Coordenador Conselheiro Mauro Antônio; V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Comissão Organizadora – providências e informes; 16/4 - 9h: informes e preocupações com as pessoas com deficiência no contexto da Pandemia; 14/5 - 9h: relatos dos conselheiros presentes sobre os desafios da Pandemia e as ações adotadas pelas Secretarias presentes à reunião; 18/6 - 9h: apresentação do "Plano de Educação Especial na volta às aulas da pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA" pela Dr.ª Sabrina Spinelli, Fisioterapeuta, Ativista e Consultora nas causas relacionadas à pessoa com deficiência e apresentação do cronograma de atividades para o 2º semestre de 2020; 16/7 - 9h: Posicionamento sobre ofício do CONADE: O CONADE recebeu ofício do Conselho Municipal da Saúde de Campinas e validação do calendário das atividades do Conselho para 2020; 20/8 - 9h: Leitura dos relatórios das Comissões Temáticas: Comissão de Gestão Regional – aprovação do questionário para Conselhos Municipais e Comissão de Acessibilidade – Gratuidade do transporte intermunicipal para Pessoas com Deficiência – MPSP. Informes gerais; -Setembro/20: não houve reuniões em função das atividades comemorativas do dia Nacional de Luta da PcD, celebrada no dia 21/setembro -Outubro/20: não houve reunião -1911 - 9h: Apresentação sobre Brinquedos Inclusivos: "Vamos Incluir na Brincadeira", por Miriam Renata, arquiteta e pós-graduada pela FAAP, especialista em acessibilidade; Apresentação das Comissões Temáticas: Justiça - votação do relatório sobre decreto de alteração do CEAPcD - "Ampliação da participação cidadã da pessoa com deficiência no Estado de São Paulo"; Educação - informes sobre Nota de Repúdio do CEAPcD ao Decreto 10.5602/2020; Saúde: informes ; Inclusão de rubrica na projeção orçamentária do CEAPcD para exercício de 2021 - aquisição de licença do Programa *Windows Teams* para reuniões virtuais da Plenária e Comissões Temáticas; -18 /12 - 9h: Homenagem *in memoriam* ao Presidente do Conselho, Chico Pirata; Relatoria das Comissões Temáticas e Informes gerais. Demais Ações Realizadas no Ano - A seguir apresentaremos o principal objetivo e resultados alcançados pelos Programas e Ações desenvolvidos pela Secretaria, para além das ações realizadas em decorrência da Pandemia da COVID-19. Eixo de Atuação: Defesa e Garantia de Direitos - CTPB – Centro De Treinamento Paralímpico Brasileiro - Objetivo: Fomentar o paradesporto brasileiro, criando condições para que seus atletas se destaquem nas competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, dando ênfase às técnicas avançadas e novas tecnologias a serem desenvolvidas a partir dos laboratórios de pesquisa e avaliação contribuindo com a ciência e tecnologia do paradesporto. O CTPB implantou um novo modelo de treinamento, concentrando em um único local 15 modalidades paraolímpicas, atendendo aos requisitos e recomendações das Federações Internacionais Paraolímpicas e aos Comitês Paraolímpicos Nacionais. - Parceiro: Comitê Paralímpico Brasileiro-CPB-Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: as metas estabelecidas para a cessão do espaço do CTPB pelo CPB – Comitê Paralímpico Brasileiro estão relacionadas à taxa de ocupação do espaço, diversificação de modalidades esportivas, número de atletas em treinamento, número de atletas em competições, número de medalhas, entre outras. Com o contexto da Pandemia os atendimentos foram suspensos de 18 de março à 7 de julho, o que gerou impacto diretamente nas metas quantitativas. Abaixo segue o quadro geral de atendimentos:

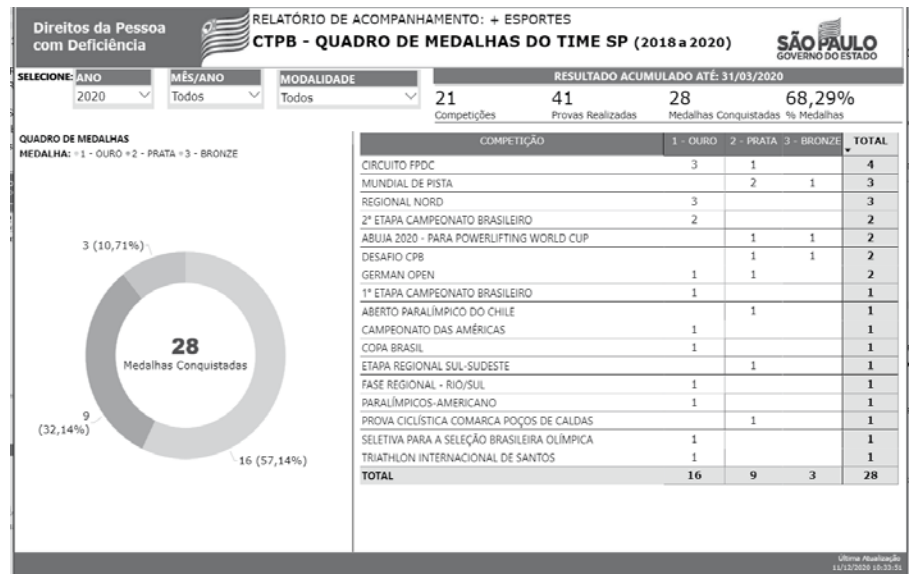




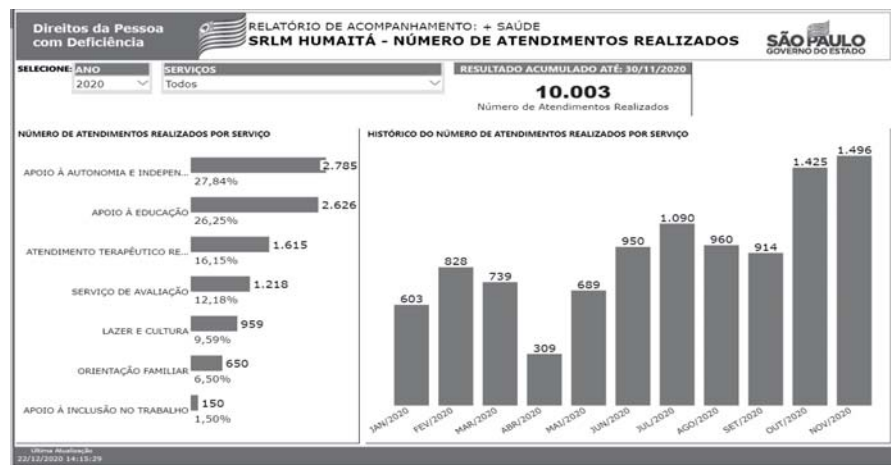
Time São Paulo

O Paraolímpico - Objetivo: planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, que apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais. Pagamento de bolsa à 62 atletas de alto rendimento integrantes do Time SP, em 09 modalidades esportivas: atletismo, bocha, ciclismo, halterofilismo, judô, natação, tênis de mesa, paracanoagem e triatlo. Importante ressaltar que com a Pandemia do COVID-19 os treinamentos foram suspensos de 18 de março à 7 de julho. Parceiro: Comitê Paralímpico Brasileiro-CPB - Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: as metas para os atletas atendidos são estabelecidas de maneira global, considerando os atletas de todas as modalidades, tendo como parâmetro o posicionamento no ranking mundial.

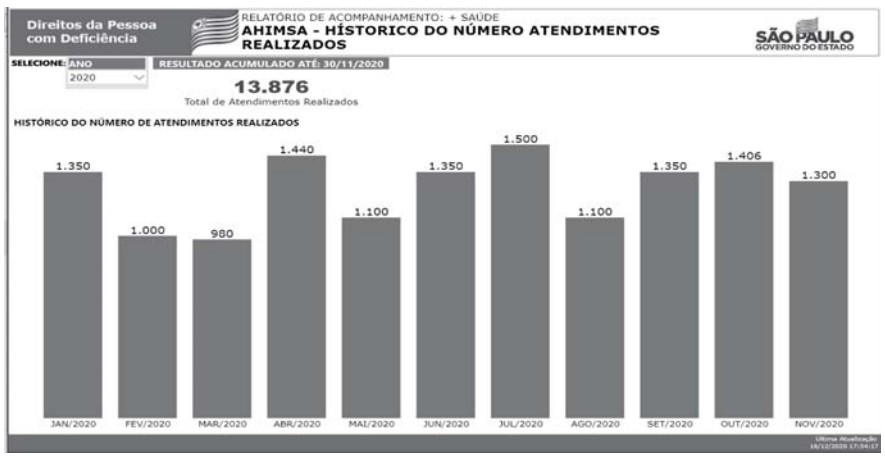




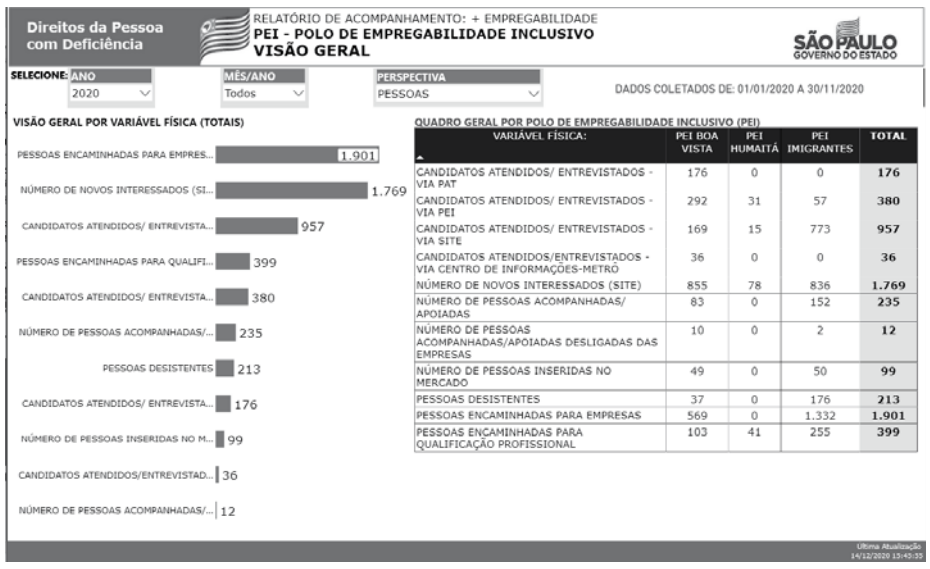
Paraolimpíadas Escolares – Edição 2019 - Objetivo: Aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte. Parceiros: Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Esporte Lazer e Juventude, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, Ministério do Esporte e Comitê Paraolímpico Brasileiro-CPB. Considerando a Pandemia do COVID-19 NÃO houve realização da Edição 2020. Equitação Adaptada - Objetivo: Promover a Inclusão Social e o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência por meio da equitação adaptada. Resultados Alcançados: atendimento de 110 pessoas com deficiência na prática de Equitação Adaptada, com o acompanhamento do seu desenvolvimento biopsicossocial. O serviço foi interrompido em abril e não retornou ao longo de 2020 para segurança do grupo praticante. Parceiros: Instituto Anjos de Deus -IAD - Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: 1304 atendimentos. Centro de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência Visual - Jd. Humaitá. Objetivo: Contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência visual objetivando minimizar as restrições na sua participação social e estímulo de atividades compatíveis com o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual relacionado ao aspecto cultural e social. - Parceiros: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Período: janeiro a dezembro/2019 -Resultados Alcançados: 10.003 atendimentos realizados



Surdocegos em ação para melhorar a qualidade de vida, resgate de autoestima, qualificação e requalificação profissional. Objetivo: Melhorar a qualidade de vida, resgate de autonomia, qualificação e requalificação profissional das pessoas com surdocegueira e com deficiência múltipla sensorial, visa capacitar e favorecer o desenvolvimento de pessoas com surdocegueira congênita e adquirida, pessoas com deficiência múltipla sensorial, para iniciação no mundo do trabalho para ampliar ou gerar renda e resgaste da autonomia. Parceiro: AHIMSA-Associação Educacional para Múltipla Deficiência. Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: 1.100 pessoas atendidas e 13.876 atendimentos

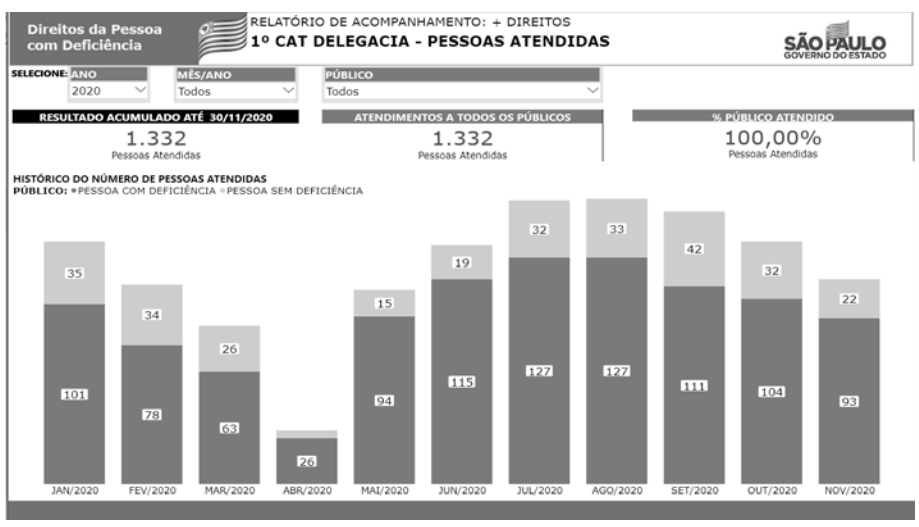


Rede de Reabilitação Lucy Montoro - Objetivo: Proporcionar o melhor e mais avançado tratamento de reabilitação para pacientes com deficiências físicas incapacitantes, motoras e sensório-motoras, foi criada a Rede de Reabilitação Lucy Montoro pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo, pelo decreto 52.973, de 12/5/2008, regulamentada pelo decreto 55.739, de 2010 e alterada pelos decretos 58.050, de 2012, 61.003, de 2014, 63.990, de 2018 e 64.317, de 2019. Constituída por 17 estabelecimentos fixos e uma unidade móvel, 6 estabelecimentos conveniados, 11 estabelecimentos com contrato de gestão. Parceiro: Secretaria Estadual de Saúde -Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: 390.333 atendimentos e 113.129 teleatendimentos. Programa Meu Emprego Trabalho Inclusivo - Objetivo: ampliar a empregabilidade das pessoas com deficiência por meio de ações de busca ativa de candidatos, entrevistas de habilidades profissionais e funcionais, identificação de oportunidades, quebra de barreiras no ambiente corporativo de modo a garantir a inserção, permanência e desenvolvimento profissional por meio da metodologia do emprego apoiado. Este Programa conta com a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Parceiros: ITS – Instituto de Tecnologia Social e SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: no período foram implantados 3 PEIs – Polos de Empregabilidade Inclusiva no município de SP: Boa Vista, Imigrantes e Jd. Humaitá que alcançaram os seguintes resultados: encaminhamento de 1.894 pessoas com deficiência para o mercado de trabalho; 398 pessoas com deficiência para qualificação profissional e adesão de 115 empresas ao Programa.



VARIÁVEL FÍSICA:	PEI BOA VISTA	PEI HUMAITÁ	PEI IMIGRANTES	TOTAL
CANDIDATOS ATENDIDOS/ ENTREVISTADOS - VIA PAT	176	0	0	176
CANDIDATOS ATENDIDOS/ ENTREVISTADOS - VIA PEI	292	31	57	380
CANDIDATOS ATENDIDOS/ ENTREVISTADOS - VIA SITE	169	15	773	957
CANDIDATOS ATENDIDOS/ENTREVISTADOS - VIA CENTRO DE INFORMAÇÕES-METRÔ	36	0	0	36
NÚMERO DE NOVOS INTERESSADOS (SITE)	855	78	836	1.769
NÚMERO DE PESSOAS ACOMPANHADAS/ APOIADAS	83	0	152	235
NÚMERO DE PESSOAS ACOMPANHADAS/APOIADAS DESLIGADAS DAS EMPRESAS	10	0	2	12
NÚMERO DE PESSOAS INSERIDAS NO MERCADO	49	0	50	99
PESSOAS DESISTENTES	37	0	176	213
PESSOAS ENCAMINHADAS PARA EMPRESAS	569	0	1.332	1.901
PESSOAS ENCAMINHADAS PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	103	41	255	399

Centro de Apoio da Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência - Objetivo: Operar, gerir e executar os serviços de atendimento ou promoção de direitos das pessoas com deficiência no Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, a serem desenvolvidos na estrutura da Policia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à 1ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciaria da Capital – DECAP. A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, que foi criada por meio do Decreto nº 60.028/2014, foi implantada em maio/2014. -Parceiro: APAE de São Paulo - Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: 1332 pessoas atendidas-sendo 1.039 com deficiência e 1.565 atendimentos





Museu Da Inclusão - Objetivo: Gestão das atividades do Museu da Inclusão, contemplando seus projetos e ações previstos no plano de trabalho. Assim como todos os Museus, as atividades foram suspensas no dia 15 de março por força do Decreto publicado pelo Governo do Estado. As atividades foram remanejadas para o ambiente on-line e atualmente o Museu encontra-se fechado para início de uma obra de restauro que tomará parte do ano de 2021.-Parceiro: Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte -Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: Realização de 18 Lives-com 61.240 visualizações, 2 Encontros Regionais -Amparo e Miracatu /1.763 visitantes-jan a mar/2020 -Eixo de Atuação: Geração e Disseminação de Conhecimento - Curso de Libras - Objetivo: Oferta ao público em geral dos módulos básico, intermediário e avançado do curso de libras a fim de ampliar as possibilidades de interação entre pessoas com e sem deficiência auditiva por meio da Língua Brasileira de Sinais. -Parceiro: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina -Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: 856 alunos matriculados



NOME DO CURSO	TOTAL DE TURMAS	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS GRADUADOS*	% GRADUADOS	CUSTO UNIT. MATRICULADO	CUSTO UNIT. GRADUADOS
LIBRAS - CAPITAL	23	500	165	33,00%	R$ 118	R$ 357
LIBRAS - INTERIOR	16	356	73	20,51%	R$ 86	R$ 417
TOTAL	**39**	**856**	**238**	**27,80%**	**R$ 104**	**R$ 375**

Curso de Moda Inclusiva - Objetivo: Oferta ao público em geral para os cursos de moda inclusiva em 2 modalidades: Módulo Criação e Módulo de Gestão de Negócios. Os cursos visam explorar o olhar criativo dos interessados em criações de moda com foco no público com deficiência. Parceiro: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Período: janeiro à dezembro - Afetado pela Pandemia, o Programa interrompeu seu cronograma de aulas abertas pelo interior em março. Após esse período foram realizadas lives e um workshop. - Resultados Alcançados: 253 pessoas

Base de Dados dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Objetivo: Trata-se de uma plataforma criada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, que reúne em um sistema de *BI - Business Intelligence*, dados censitários e informações sobre a pessoa com deficiência organizados nas áreas de educação, saúde, emprego e renda desenvolvimento social, entre outras. Um dos objetivos desta ferramenta é ser um instrumento para a indução de políticas públicas, um ponto de partida para a construção de novas ações inclusivas municipais e estadual. Para tanto, esta plataforma irá disponibilizar dados organizados e integrados sobre as pessoas com deficiência no Estado de SP, transformando-os em informações úteis a tomada de decisões. -Parceiro: FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas -Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: o número de usuários da plataforma no período foi de 4.941 usuários no seguinte link: www.basededados.sp.gov.br

Eixo de Atuação: Transferência de Tecnologia e Inovação - Livros Acessíveis E Inclusivos - Objetivo: Difundir livros acessíveis nos seus mais variados formatos, a fim de propiciar o acesso de pessoas com deficiência ao mundo da literatura, infantil e infanto-juvenil, e, desta forma, contribuir para a quebra da barreira comunicacional enfrentada pelas pessoas com deficiência. Parceiro: Mais Diferenças -Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: Iniciada a produção de 4 novas obras "Come, menino", de Letícia Wierzchowski; "A Mulher que Matou os Peixes", de Clarice Lispector; "Um Sonho no Caroço de Abacate", de Moacyr Scliar e "A Aldeia Sagrada", de Francisco Marins. As obras poderão ser acessadas em formatos variados-libras, legenda, áudio, imagem e leitura simples. Eixo de Atuação: Informacional - Caravanas da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania -Objetivo: A 10ª Edição da Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, realizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, teve como tema principal levar para conhecimento dos municípios do Estado de SP os Programas e Ações desenvolvidas pela SEDPcD, bem como, a apresentação de indicadores chaves relacionados à pessoa com deficiência da região. Resultados Alcançados: 2 Caravanas Realizadas-Amparo e Miracatu - Atividades suspensas em função da pandemia-500 pessoas alcançadas - Boletim Eletrônico InclusãoSP News - Objetivo: levar informações de utilidade pública para às pessoas com deficiência com o objetivo de informa-los sobre as ações da SEDPcD e atualizá-los com informações relevantes ao segmento das pessoas com deficiência. O propósito é que o Boletim seja um elo da Secretaria com a Sociedade por meio de disseminação de informações de utilidade pública. Sua publicação é mensal. Período: janeiro a novembro - Resultados Alcançados: Divulgação de 6 Edições do Boletim para um mailing de 30 mil pessoas por edição.

Campanha Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência - Objetivo: Levar para o conhecimento da Sociedade o direito do exercício da capacidade jurídica da pessoa com deficiência, que embora esteja prevista na LBI – Lei Brasileira da Inclusão, ainda é pouco conhecida. Resultados Alcançados: Resultados da Campanha de Comunicação:

Plano de Comunicação Institucional - Objetivo: A comunicação foi uma das ferramentas mais importantes para a SEDPcD-SP, uma vez que nosso papel de levar informações acessíveis a todas as pessoas com deficiência, é nossa maior vocação. Todos os programas e ações foram trabalhados com releases que nos colocaram em destaque em todo o Estado de São Paulo, seja na mídia impressa, rádio e TV, assim como de forma virtual na internet. Além de divulgar nossos programas e ações, o Plano de Comunicação visa levar as informações para todo o Estado de forma ampla e direcionada. Resultados Alcançados:













Resultados Ouvidoria - A Ouvidoria da SEDPcD - SP é uma ferramenta de comunicação com a população que visa fortalecer as estratégias de gestão participativa, ampliando o processo de controle social e trazendo para dentro da gestão as avaliações, opiniões e ideias geradas pelas pessoas com deficiência. De janeiro à novembro, a Ouvidoria da SEDPcD recebeu 64 contatos, alcançando os seguintes resultados:

Ouvidoria Atendimentos	
Sugestão	**1**
Denúncias	**5**
Reclamações	**14**
Informações	**44**
TOTAL	**64**

Recursos Humanos - O Centro de Recursos Humanos é órgão Setorial do Sistema de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. As atividades estruturadas, decorrentes do normal exercício, constituem em atribuições relacionadas ao sistema de administração de pessoal, constituídas de tarefas cotidianas de gerenciamento do fluxo documental e burocrático inerente aos diversos processos existentes em RH quer seja no prestar orientação técnica, planejamento, legislação de pessoal, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, executando de acordo com o Decreto nº 52.833 de 24/3/2008, que define competências do Órgão do Sistema de Administração de Pessoal. A SEDPCD teve em seu quadro de pessoal, 50 servidores lotados na Sede, distribuídos entre as diversas áreas, voltados a projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, na administração e ainda atuando nas parcerias existentes com a Secretaria. Contamos também com a colaboração dos 9 estagiários, com bolsas vinculadas ao ensino médio e superior, orientados por supervisores de estágio compromissados na formação dos jovens, unindo complemento teórico à pratica, nas respectivas áreas de atuação. Em meados do mês de março, a SEDPCD em atendimento ao disposto do Decreto 64.864/2020, tomou providencias referente a Pandemia do Covid -19 Para manter o ambiente de trabalho seguro e confortável, a gestão de RH pôde programar algumas iniciativas instituídas pelo Decreto 64.864/2020. Para fortalecer a relação da empresa com os colaboradores e, também, para prevenir o COVID-19, foi instituído o Teletrabalho. O Teletrabalho foi uma saída para o colaborador, pois permitiu e permite que o colaborador realize suas atividades normalmente. Não foi necessária alteração no regime de trabalho para liberar o funcionário para trabalhar em casa, a política corporativa nos permitiu esse tipo de iniciativa, através de publicações das Resolução SEDPD 1, de 24/3/2020 e Resolução 02 de 27/3/2020, onde todos ficaram confortáveis. Fizemos acompanhamento semanal das tarefas executadas referente cada servidor, encaminhadas por e-mail com validação da chefia mediata e imediata, o que se tornou transparente e após fizemos os lançamentos de frequência no sistema e-folha. Disparamos e-mails informativos com dicas de higiene e prevenção em ambientes de uso comum sobre o vírus, o que evita o disseminamento de notícias falsas e da ansiedade. Houve diálogo entre a gestão de RH e os colaboradores, colocamos a disposição em casos de dúvidas ou para mais informações sobre o assunto. Lembramos ainda que, para manter a confiança entre a gestão de RH e os colaboradores foi e é fundamental o dialogo para lidar com momentos de crise. Dentre os processos existentes na área de RH, estruturamos com maior agilidade na solicitação e programação de férias para o ano seguinte, feita por meio de aplicativo, via intranet, possibilitando que a solicitação do período escolhido seja encaminhada diretamente ao RH, sem a utilização de papel. O processo de Avaliação de Desempenho Individual, por meio de formulários totalmente on-line, impressos uma única vez, isto é, somente após cumpridas todas as etapas existentes, oportunidade de realização do trabalho com economia, responsabilidade com o meio ambiente e com o crescimento da Instituição. Mantemos ainda o Programa de Qualidade de Vida aos servidores, com a utilização de cartão magnético VR, para que possa fazer suas refeições no restaurante de sua escolha, o que traz grande satisfação aos colaboradores da Pasta. O volume de informações gerenciadas pelo CRH requer o registro, protocolo, arquivo e emissão constante de diversos tipos de documentos, tais como: 80 Folhas de informação - 41 Relações de Remessa - 7 Ofícios Tivemos a importância da parceria com outras Secretarias, que nos propiciaram cursos e capacitação de recursos humanos, melhoria contínua, assegurando a transparência e agilidade dos atos com a implementação do Programa SP Sem Papel. As atividades desenvolvidas e realizadas são medidas constantes no tocante ao desenvolvimento pessoal e organizacional, inseridos na linha de orientação, no que concerne a valorização e formação do potencial humano, e a qualidade dos serviços da administração pública

VIII. Contratos de Gestão e Termos de Cooperação Técnica

	CONTRATOS DE GESTÃO E/OU PARCERIAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	OBJETO
1	ABACAI CULTURA E ARTE	CHAMAMENTO PUBLICO-CONTRATACAO DE ORGANIZACAO SOCIAL PARA GESTAO DO MEMORIAL DA INCLUSAO - CONTRATO 001/2019
2	ASSOC.PAULISTA DESENV. MEDICINA -SPDM	CONTRATO DE GESTÃO - GERENCIAMENTO DO CTI - HUMAITA
3	ASSOC.PAULISTA DESENV. MEDICINA -SPDM	CONTRATO DE GESTAO - GERENCIAMENTO DO CTI - PEFI
4	INSTITUTO ANJOS DE DEUS - REABILITAÇÃO E INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU NECESSIDADES ESPECIAIS	Execução de Projeto Equitação Adaptada para Crianças e Adolescentes com Deficiência e de Baixa Renda, em Área definida no Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Meio Ambiente, no âmbito do Parque Doutor Fernando Costa, mais conhecido como Parque da Água Branca
5	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO PAULO	Execução das Atividades do Centro de Apoio Técnico da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, composta de Equipe Multidisciplinar
6	COMITE PARAOLIMPICO BRASILEIRO CPB	RENOVAçãO E CONTINUIDADE DO PROJETO TIME SãO PAULO PARALíMPICO COM FOCO PRINCIPAL NAS PARALíMPIADAS DE TóQUIO 2020.
7	AHIMSA ASSOCIACAO EDUCACIONAL P/MULTIPLA DEFI	EXECUçãO DO PROJETO PESSOAS COM SURDOCEGUEIRA
8	COMITÊ PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CPB	Gestão do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro ("CTPB") e a Execução de Atividades em suas Instalações
9	SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO E INSTITUTO RODRIGO MENDES - IRM	Contemplar a Formação Continuada de Professores e Gestores da Rede Pública de Ensino do Estado e Conscientização de Estudantes, com e sem Deficiência, e suas Famílias sobre Direitos e Princípios Legais e Atitudinais da Educação Inclusiva
10	ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE CEGOS DO BRASIL - ONCB	Desenvolvimento de Ações Estratégicas com Foco na Inclusão de Pessoas com Deficiência ao Mercado de Trabalho, em Especial por meio do Projeto ÁGORA BRASIL
11	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO - DETRAN	Estabelecer condições de Cooperação Mútua entre os Partícipes, visando à ampliação dos Exames Práticos de Habilitação para as Pessoas com Deficiência, consoante Ações previstas no Plano de Trabalho
12	SECRETARIA DE GOVERNO, POR INTERMÉDIO DA UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO	Sistematização e Preservação do Acervo Documental do Movimento Social das Pessoas com Deficiência
13	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO	Termo de Cooperação Técnica com vistas a Conscientização do Eleitor com Deficiência ou Mobilidade reduzida sobre a importância do Voto
14	FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de projetos de assessibilidade no Estado de São Paulo
15	COMPANHIA DO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - METRÔ	Promoção de ações conjuntas para o desenvolvimento de campanhas de cidadania e orientação à pessoa com Deficiência na cessão de espaços para a instalação de quiosques nas dependências das estações do METRÔ
16	SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	Termo de Cooperação Técnica com vistas a promoção de desenvolvimento de ações sociais integradas no âmbito do Programa "Meu emprego Tabalho Inclusivo"
17	MINISTÉRIO DO ESPORTE, representada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	Execução de Ações Relativas ao Programa Esportes e grandes Eventos Esportivos - Implementação e Construção do Centro Paralímpico - Centro Integrado de Avaliação e Laboratório da Condição Funcional do Atleta Paralímpico
18	MINISTÉRIO DO ESPORTE, representada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF	Execução de Ações Relativas a Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e Gestão do Legado Esportivo - Aquisição de Equipamentos e Mobiliários e Acessórios para o Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro
19	MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS	Realização de Evento para Capacitação de seus Conselheiros, Lideranças e Gestores do Estado e Municípios, para Implantação e Fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência, na cidade de São Paulo
20	MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES	Aquisição e Instalação de Academias Adaptadas para Pessoas com Deficiência
21	MAIS DIFERENÇAS	Desenvolvimento do Projeto de Educação e Cultura Inclusivas das Pessoas com Deficiência, conforme Plano de Trabalho
22	INSTITUTO LUZ AOS CEGOS	Aquisição de Equipamentos de Projeto de Inclusão Informatizada, conforme Plano de Trabalho
23	MUNICÍPIO DE GUARULHOS	Aquisição de Veículo tipo Van Adaptada, conforme Plano de Trabalho
24	UNIÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - UNIPODE	Execução de Serviços de Promoção de Inclusão, Autonomia e Independência das Pessoas com Deficiência, conforme Plano de Trabalho
25	MUNICÍPIO DE SANTOS	Aquisição de Academias Adaptadas para Pessoa com Deficiência, conforme Plano de Trabalho
26	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - (ESCOLA DE CEGOS SANTA LUZIA) - CIDADE DE ITÚ	Transferência de Recursos Financeiros, - Aquisição de Veículo e Equipamentos
27	UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP	Estabelecer condições de cooperação entre os SIGNATÁRIOS, com vistas a ampliar a acessibilidade dos cursos de graduação ofertados pela UNIVESP aos seus alunos com deficiência, em atendimento às exigências da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo atende diariamente cerca de 3,5 milhões de alunos em 5.100 escolas em 645 municípios sob jurisdição de 91 Diretorias de Ensino. São ao todo cerca de 235 mil servidores, dos quais 190 mil são professores. Com a missão de garantir a todos os estudantes a aprendizagem de excelência e a conclusão de todas as etapas da Educação Básica na idade certa, a Secretaria de Educação - Seduc elaborou e divulgou seu Plano Estratégico para o período de 2019-2022, tendo por visão de futuro ser a principal referência de educação pública no Brasil e estar entre os sistemas educacionais do mundo que mais avançam na aprendizagem. Nesse documento, disponível em: https://www.educacao.sp.gov.br/planejamento-estrategico/, foram traçados os objetivos que norteiam o trabalho da Pasta, a partir do diagnóstico da educação paulista em um processo de construção colaborativa. Com o intuito de organizar e concretizar as ações necessárias para o alcance dos objetivos, foram definidos projetos prioritários e metas em consonância com o Plano Nacional de Educação, Lei no 13.005/2014, com o Plano Estadual de Educação, Lei no 16.279/2016, e com o Programa de Governo. Desde então, os projetos estratégicos estão em implementação e são organizados noseixos aprendizagem, pessoas e gestão. São eles: Gestão da Aprendizagem, Inova Educação, Educa SP, Educação em Tempo Integral, Regime de Colaboração, Talentos em Rede, Profissionais da Educação para o Século XXI, Comunicação e Engajamento, Novo Modelo de Gestão e *Compliance*, Eficiência Operacional, Escola Mais Bonita e Segurança nas Escolas. A seguir será apresentado o andamento dos projetos prioritários e as atividades da Pasta ao longo do ano, contemplando também a sua entidade vinculada, Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE. A Fundação é o braço operacional da Seduc, responsável por viabilizar a execução de atividades específicas das políticas educacionais definidas pelo órgão, conforme Decreto nº 64.297/2019. Entre suas principais atribuições estão: construir escolas; reformar, adequar e manter os prédios, salas de aula e outras instalações e oferecer materiais e equipamentos necessários à Educação.

Eixo Aprendizagem - Na Educação Básica, ofertada na rede estadual de ensino, há aproximadamente 625.970 alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 1.366.670 alunos matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental e 1.151.729 alunos matriculados no Ensino Médio[2]. Em relação aos principais indicadores de universalização contidos no Plano Estadual de Educação, considerando o Ensino Fundamental, 98.3% da população com idade entre 6 a 14 anos frequenta a escola ou concluiu o Ensino Fundamental e 94.5% é o percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído. No que se refere ao Ensino Médio, 95% da população de 15 a 17 anos frequenta a escola ou já concluiu a Educação Básica e 85.2% da população de 15 a 17 anos frequenta o Ensino Médio ou possui Educação Básica completa[3]. Do ponto de vista da garantia da aprendizagem de excelência a todos os estudantes e da conclusão de todas as etapas da Educação Básica na idade certa, é necessário ofertar uma educação que prepare os estudantes para a vida e o mercado de trabalho. Assim, formando cidadãos autônomos, competentes e solidários na concepção da educação integral,

[2] Fonte dos dados do quantitativo de matrículas e escolas- Plataforma Secretaria Escolar Digital (Acesso em 24/11/2020) .

[3] Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação; 2020. Brasília.

desenvolvendo as competências para o século XXI. Nesse contexto tem-se cinco projetos estruturantes: Gestão da Aprendizagem, INOVA Educação, Educa SP, Educação em Tempo Integral e Regime de Colaboração. No escopo deste eixo está a implementação do Currículo Paulista nas escolas regulares e de tempo integral para as várias modalidades de ensino e públicos específicos atendidos, a oferta de recursos didáticos, de tecnologias educacionais e de avaliações diagnósticas e formativas. Contém o Programa de Recuperação e Aprofundamento, e iniciativas como a melhoria da gestão por resultados das escolas e o acompanhamento pedagógico. Previamente, cabe contextualizar que o ano foi marcado pela disseminação do COVID-19, caracterizada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, como pandemia em 11/3. Neste contexto, foi editada a Lei Federal nº 13.979, de 6/2/2020, dispondo sobre "as medidas para enfrentamento da emergência da saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019". Posteriormente, o Decreto Estadual nº 64.862, de 13/3/2020, decretou a suspensão de aulas no estado, acarretando mudanças estratégicas nas atividades da Secretaria, sobretudo no aspecto dos recursos tecnológicos, destacando-se a criação do Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP. - *Gestão da Aprendizagem - O projeto* se estrutura em componentes articulados, tendo como elemento central o Currículo Paulista. São desafios no âmbito deste projeto implementar o Currículo Paulista para elevar os resultados educacionais na rede estadual, com redução do abandono escolar, aumento das taxas de aprovação e melhoria e fortalecimento da gestão das escolas e das Diretorias de Ensino.

Implementação do Currículo Paulista - Ensino Fundamental - O Currículo Paulista na etapa do Ensino Fundamental, homologado pelo Conselho Estadual de Educação em 2019, define as competências e as habilidades essenciais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos estudantes paulistas e considera sempre a formação integral na perspectiva do desenvolvimento humano alinhados às competências gerais definidas pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. No ano, em 100% das escolas de Ensino Fundamental da rede estadual as aulas foram ministradas com uso do novo Currículo.

Construção e Implementação do Currículo Paulista - Novo Ensino Médio – Educa SP - O Novo Ensino Médio disposto na Lei nº 13.415/2017, apresenta uma nova organização curricular para essa etapa de ensino à luz da nova Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2018 pelo Conselho Nacional de Educação. O diferencial em comparação com o Currículo do Ensino Fundamental é a maior flexibilidade dada a oferta de diferentes itinerários formativos, escolhidos pelos alunos, nas quatro áreas do conhecimento e na formação técnica e profissional. Assim, para implementar a Lei do Novo Ensino Médio no estado, o Currículo Paulista da etapa do Ensino Médio foi construído entre os anos de 2019 e 2020, forma colaborativa com profissionais das redes pública e privada da Educação Básica e do Ensino Superior e com estudantes da rede pública e privada. Uma versão preliminar do documento, construída com ampla participação, foi submetida a uma consulta pública online, a qual teve a participação de 98.856 pessoas da sociedade civil, incluindo estudantes, professores e demais profissionais da educação, que fizeram um total de 397.636 contribuições para o documento curricular e para a arquitetura do Ensino Médio. Também foram realizados seis seminários online com professores, totalizando mais de 70 mil profissionais da rede para discutir o texto. Após esse processo de construção o Currículo Paulista - etapa do Ensino Médio foi aprovado em julho, pelo Conselho Estadual da Educação de São Paulo e homologado em agosto, definindo as aprendizagens que deverão ser garantidas a todos os estudantes paulistas durante essa última etapa da Educação Básica. Contempla as aprendizagens essenciais a todos os estudantes na formação geral básica e, de forma indissociável, nos itinerários formativos organizados por área de conhecimento e formação técnica e profissional, respeitando as especificidades regionais do estado de São Paulo e das expectativas dos nossos estudantes. Está estruturado em 3.150 horas, distribuídas em um período de três anos. Do montante total da carga horária, 1.800 horas são destinadas à formação básica e o restante, 1.350 horas, é referente aos itinerários formativos. Na carga horária referente aos itinerários formativos, o estudante poderá escolher uma ou duas áreas de conhecimento da formação geral para aprofundar seus estudos, ou ainda, a formação técnica e profissional para se especializar. Os componentes do programa Inova Educação, apresentado adiante, também farão parte dos itinerários formativos, contendo as disciplinas de eletivas (educação financeira, teatro, empreendedorismo), projeto de vida - aulas que ajudam o estudante na gestão do próprio tempo, na organização pessoal e no compromisso com a comunidade e tecnologia e inovação - mídias digitais, robótica e programação. Para garantir a implementação no currículo nas escolas, a Seduc vem realizando a formação continuada de professores e a construção de materiais didáticos. Esta implementação ocorrerá de forma escalonada, a partir de 2021 aos alunos das 1ª séries do ensino médio, em 2022, aos alunos das 1ª e 2ª séries, e em 2023 aos estudantes de todo o ciclo. Especificamente sobre a educação profissional e técnica, na rede estadual é ofertado o Programa Novotec, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Centro Paula Souza, com o objetivo de aumentar a integração do Ensino Médio com o mundo do trabalho. Embora o ambiente educacional tenha sido grandemente afetado pela situação de pandemia, foram atendidos cerca de 23.000 alunos da rede estadual nesses cursos técnicos/profissionalizantes. Além disso, para aproximar os estudantes do Ensino Médio da rede estadual às instituições de Ensino Superior do estado, os alunos da rede estadual frequentaram cursos de curta duração no contra turno escolar, de até 200 horas, em consonância com a BNCC. Foram cerca de 20.000 alunos inscritos nos cursos ofertados em parceria com as Universidades, ainda que a oferta desses cursos também tenha sido afetada pela situação de pandemia.

Currículo Paulista - INOVA Educação - trazendo inovações na implementação do Currículo Paulista o INOVA Educação é o projeto que acrescentou os novos componentes curriculares - Projeto de Vida, Tecnologia e Inovação e Eletivas-, na matriz curricular dos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da rede estadual. Para tanto, o tempo de aula foi aumentado de 5h para 5h15min por turno e o número de aulas diárias de 6 para 7, com alteração da duração das aulas de 50 para 45 minutos. A proposta é garantir que o estudante se desenvolva plenamente, tanto a partir de habilidades cognitivas quanto socioemocionais e é uma forma de ampliar para toda a rede as experiências exitosas do Programa Ensino Integral e Escola de Tempo Integral. Nesse período, ocorreram formações aos profissionais da educação para apoiá-los na implementação do INOVA Educação nas escolas. Servidores da rede estadual de São Paulo e profissionais das redes municipais, em regime de colaboração, tiveram a oportunidade de participar da 1ª, 2ª e 3ª Edição/2020 dos cursos de Formação Básica e Formação Aprofundada, ofertados na modalidade à distância pela Escola de Formação de Profissionais da Educação " Paulo Renato Costa Souza" - EFAPE. Paralelamente, foram construídos, novos materiais de apoio ao aluno e ao professor para a realização das aulas de Projeto de Vida, Eletivas, Tecnologia e Inovação e competências socioemocionais dos estudantes, promovendo seu desenvolvimento integral e preparando-os para o século XXI. Assim, 100% das escolas regulares de ensino fundamental – Anos Finais e Ensino Médio implementaram o INOVA Educação. Durante este ano, para fortalecer a implementação do projeto, a Seduc realizou o evento Movimento Inova, contando com a participação de 165 estudantes e profissionais da Educação, com o propósito de permitir maior conexão entre professores, alunos e outros integrantes da Rede e conectá-los às soluções tecnológicas inovadoras, além de oferecer a oportunidade para que todos pudessem vivenciar os três componentes do Inova Educação em um ambiente de cocriação, compartilhamento de ideias e soluções que melhorem o dia a dia nas escolas. O evento foi realizado em duas etapas. A primeira etapa, preparatória, ocorreu em julho e foi chamado Dia D do Movimento Inova. Realizado pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP, o evento contou com programação de 12 horas relacionada à tecnologia e inovação, projeto de vida e eletivas, sendo que durante 10 horas os estudantes e professores puderam participar ativamente das atividades. Ao todo 1,5 milhão de pessoas estiveram conectadas ao longo da programação. A segunda etapa, Movimento INOVA propriamente dito, foi realizada em outubro por meio da EFAPE e do CMSP com programação online e atividades práticas, a exemplo: FeCEESP, Hackathon, mostra interativa de robótica e computação e projeto de vida, tratados em aulas, palestras e oficinas, além de mostras de trabalhos. Foram 26 horas de programação com participação de 1 milhão de pessoas, entre professores, gestores e estudantes, conectados nos dois dias de evento.

Centro de Inovação da Educação Básica Paulista - Inserido em uma tríade de inovação da Secretaria da Educação, composta pelo Inova Educação – Curricular - e o Movimento Inova – Cultural, o CIEBP – Centro de Inovação da Educação Básica Paulista é um espaço que busca potencializar a criação, o desenvolvimento, a avaliação e a disponibilização de métodos, práticas e tecnologias para atender aos desafios da educação pública contemporânea. A partir do fomento de metodologias e processos e do acesso a diferentes ferramentas e recursos, o CIEBP visa promover e impulsionar a inovação de forma ágil, baseada em evidências e integrada às realidades escolares, buscando eficiência e oportunidades de geração de soluções para a Educação Básica paulista. Inaugurado em novembro, o primeiro CIEBP funciona em um espaço reservado da Escola Estadual Profa. Zuleika de Barros Martins Ferreira, em São Paulo. Assim, os alunos poderão participar de trilhas formativas, além de oficinas para aprimoramento de projetos, rodadas de mentoria e articulação com startups. Conta com seis salas para atividades com uso de computadores, programação robótica, jogos digitais, pesquisa e idealização de projetos. Também abriga um pequeno estúdio do CMSP para gravação, sala *maker* de criatividade visual, prototipagem, fabricação digital e um Hub Educacional. A projeção é de que até 2022 sejam criados mais outros 14 Centros de Inovação pelo Estado. Em relação ao combate à pandemia, foram abertos mais dois editais de chamamento público, cujos objetos contemplavam doações de bens e serviços para o 1º Centro de Inovação da Educação Básica Paulista – CIEBP. Esses valores de doação são da ordem de R$ 768.000,000, além do apoio de parcerias firmadas por acordo de cooperação, sem repasse de recursos entre os partícipes.

Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP e Recursos Tecnológicos - Impulsionada pela necessidade de provimento das aulas durante a pandemia, a Seduc investiu em tecnologias de ensino à distância engajando a rede estadual a utilizar plataformas digitais e aplicativos com vistas à exibição de aulas com transmissão ao vivo. Assim nasceu o Centro de Mídias SP, instituído pelo Decreto nº 64.982, de 15/5/2020, como uma iniciativa da Seduc para ampliar a oferta aos alunos de uma educação mediada por tecnologia, de forma inovadora, com qualidade e alinhada às demandas do século XXI e para contribuir com a formação dos profissionais da Rede. Tal iniciativa, estava prevista no plano estratégico e sua implementação ganhou força como resultado das medidas emergenciais e temporárias de prevenção de contágio pelo COVID-19. Vale destacar que o CMSP tem uma estrutura tecnológica que permite a oferta de conteúdos em multiplataformas. O estudante pode, assim, acessar o conteúdo via: Aplicativo - Disponibiliza canais que são os espaços onde acontecem as transmissões de aulas ao vivo. Desde abril, foram cerca de 1.882.589 de acessos. Além destes canais, o aluno pode ter acessado aulas de forma assíncrona pelo repositório, ou interagindo com professores e colegas por meio do chat ou transmissões em suas turmas. Pesquisa realizada pelo Datafolha em junho, indicou que 53% dos estudantes acompanham os conteúdos dos Canais de TV digital aberta - Tv Educação e Tv Univesp. Repositório - possibilidade de acompanhar as aulas dentro do aplicativo ou por meio do site do CCMSP- https://aulascentrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/#!/inicio, de forma assíncrona, utilizando buscador de aulas e sem fazer *login. -Facebook* - o CMSP conta com dois canais de Facebook, sendo um deles voltado para estudantes de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - https://www.facebook.com/centrodemidiainfantileiniciais - que conta com 55.759 seguidores e outro para estudantes de Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos - https://www.facebook.com/centrodemidiasp - que hoje tem 270.076 seguidores. -Youtube - canal no Youtube com 540 mil inscritos - https://www.youtube.com/channel/UC4PxhhCLUs1ESKz5EwuepMw De abril a dezembro, foram produzidas cerca de 7.000 aulas. Somando as redes sociais Facebook e Youtube a média mensal de acessos é 1,7 milhões. Ainda no âmbito do Centro de Mídias da Educação do Estado de São Paulo, a Seduc-SP realizou parcerias, de modo a atender às demandas de disponibilização de conteúdos nos canais de televisão aberta e de operação das transmissões. Como resultado, as aulas foram transmitidas a partir de estúdios de TV instalados na sede da EFAPE e puderam ser acompanhadas, ao vivo, pelo portal do CMSP e pelos aplicativos CMSP e CMSP Educação Infantil e Anos Iniciais. As aulas também puderam ser assistidas, ainda, pelo canal digital da TV Educação - Anos Finais e Ensino Médio e TV Univesp - Educação Infantil e Anos Iniciais. Para fortalecer o CMSP, a Seduc publicou editais para doação de bens, serviços e/ou direitos, atendendo a diversas demandas pedagógicas, por meio do Chamamento Público, cujo objeto versava sobre ferramentas de tecnologia e educação que apoiassem as atividades pedagógicas remotas. Ao todo participaram 16 empresas, cujas doações totalizaram R$ 586.805.479,67. O processo de chamamento público e recebimento das doações foi analisado pela Comissão de Chamamento e Manifestação de Interesse instituída por meio da Resolução Seduc-64, de 14/11/2019, alterada pela Resolução 75, de 19/10/2020. No que tange à infraestrutura de tecnologia das escolas, a Secretaria da Educação está realizando a instalação de pontos de lógica e elétrica para a criação das salas do Centro de Mídias da Educação de São Paulo - CMSP. Além disso, foi realizada ampliação de banda larga por meio do Programa de Upgrade de Link. Este programa visou propiciar uma conexão rápida e estável, através da rede INTRAGOV, atendendo os ambientes administrativo e pedagógicos das unidades escolares com velocidades de conexão que variam entre 16, 34 e 60Mbps. Como consequência de todo o esforço da Secretaria, em dezembro, o CMSP foi vencedor do Governarte - a arte do bom governo - Prêmio Eduardo Campos, edição 2020, premiação organizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que reconheceu iniciativas inovadoras de governos subnacionais em gestão e serviços aos cidadãos durante a pandemia na América Latina e Caribe. Ademais, tanto os aplicativos do CMSP, voltado aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, CMSP Infantil e Anos Iniciais quanto os demais aplicativos fornecidos pela Seduc-SP, como o Diário de Classe e o Leitor Resposta, podem ser acessados com isenção de consumo de dados móveis pelos

usuários. Convém ressaltar, ainda, que foram desenvolvidas funcionalidades específicas para atender às necessidades da Rede de Ensino dentro deste período de suspensão das aulas presenciais. Dentre elas: a indicação de participação do aluno presencial ou "virtual" no Diário de Classe, a funcionalidade de criação automática de turmas "virtuais" no aplicativo "Google Sala de Aula" e integração com as demais aplicações da Seduc-SP. Outras inovações de acesso à tecnologia educacional na rede estadual vêm ocorrendo. A Seduc também está adquirindo cartões SIM e contratação de planos de dados móveis para 500.000 alunos - seguindo critérios de vulnerabilidade social e 250.000 profissionais da educação, com o fim de viabilizar o acesso aos recursos pedagógicos disponibilizados digitalmente. Deste modo, os profissionais da educação que participarem do projeto não precisarão arcar com os custos, já que a Seduc-SP disponibilizará os planos e cartões SIM. Torna-se mais uma opção de acesso aos conteúdos, para além dos dados patrocinados. Cabe indicar que a Seduc-SP está realizando a integração de dados com uma plataforma de aplicação de avaliação online por meio de parceria. Esta integração permite que os alunos da Rede Estadual de Educação possam realizar as avaliações por meios digitais, no caso, a Avaliação de Aprendizagem em Processo -AAP. Além desta frente, a Seduc-SP também está desenvolvendo um sistema de aplicação online de avaliações na plataforma SED e no aplicativo Minha Escola SP para viabilizar a realização de futuras avaliações, como a Avaliação Diagnóstica da Rede -ADR. Neste período de pandemia, ressalta-se os esforços de implementação da política pública de Busca Ativa com o desenvolvimento e disponibilização de um sistema na plataforma Secretaria Escolar Digital -SED que permite aos professores realizarem o acompanhamento dos alunos da rede estadual com alto risco de evasão. Soma-se a esta iniciativa a construção de uma ação de comunicação junto aos alunos, pais e responsáveis por meio de mensagens de SMS. Outro avanço na área da tecnologia foi a regulamentação do Programa Professor Conectado com a publicação do Decreto nº 65.231/2020, nos termos da Lei nº 11.498, de 15/10/2003 e da Resolução Seduc-78, de 27/10/2020. O Programa tem como objetivo fomentar a inclusão digital dos profissionais da educação e a disponibilização de instrumentos de trabalho compatíveis com as novas tecnologias existentes, fortalecendo o processo do ensino híbrido e aprimorando a qualidade do ensino aos nossos estudantes. Para tanto, a Seduc realizará o pagamento de subsídio parcelado de até R$ 2 mil para os professores que cumprirem as condicionalidades de presença e formação. A adesão dos professores iniciou-se em novembro e seguirá até março de 2021, o reembolso parcial ou total será pago em parcelas mensais até dezembro de 2022. Até dezembro, cerca de 73.500 professores fizeram a adesão ao Programa e há previsão de atendimento de 161 mil professores.

Educação em Tempo Integral - Garantir educação integral aos alunos significa pautar-se no pressuposto de que o desenvolvimento da pessoa ocorre como um todo, ou seja, envolvendo os aspectos físicos, cognitivos, socioemocionais e culturais e também desenvolver suas habilidades de resolver problemas, trabalhar em grupo, aprender continuamente e agir de modo cooperativo em situações complexas. O projeto Educação em Tempo Integral busca criar as condições para que o Programa Ensino Integral - PEI possa ser expandido de maneira sustentável para o maior número possível de estudantes, abrangendo cada vez mais escolas. Nesse contexto, foram realizados estudos de viabilidade para ampliar a oferta de escolas e matrículas, preferencialmente em áreas de maior vulnerabilidade. Atualmente, a Secretaria conta com 664 escolas em tempo integral no âmbito do Programa Ensino Integral - PEI e 124 escolas do Programa Escola de Tempo Integral-ETI, totalizando 788 escolas, atendendo a 15% das matrículas da rede. Nas escolas que implementam o Programa Ensino Integral PEI, o objetivo é assegurar a formação de crianças e jovens autônomos, solidários e competentes por meio de um modelo de escola com jornada integral de estudantes e professores, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicação Plena e Integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa. Já as escolas Programa Escola de Tempo Integral -ETIs trabalham com matriz curricular com Parte Comum e Diversificada, sendo a comum idêntica às demais unidades escolares da rede pública estadual para o Ensino Fundamental. As aulas da Parte Diversificada têm como temáticas a Leitura e Produção de Texto e Experiências Matemáticas; Língua Inglesa, Educação Socioemocional, Linguagens Artísticas, Cultura do Movimento, Orientação de Estudos, Projeto de Vida, Tecnologia e Inovação e Eletivas. A fim de preparar os profissionais da Educação para a implementação deste projeto, foi ofertada a 1ª Edição do curso online "Da Educação Integral ao Ensino Integral", por meio da EFAPE, com o objetivo de apresentar os princípios da educação integral e as características do Programa Ensino Integral. Participaram desta edição 25.000 servidores.

O Currículo nas variadas modalidades e públicos atendidos - Promover a equidade supõe também dar respostas adequadas às expectativas do público atendido nas modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, segundo as necessidades locais. Sobre a Educação Indígena, a Seduc atende, em todo o Estado, cerca de 1.452 alunos de comunidades indígenas entre as séries dos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Atualmente, são 38 escolas equipadas com infraestrutura específica voltada aos estudantes das etnias Guarani Mbya, Guarani Ñadeva, Terena, Kaingang e Krenak. Com base nas orientações do Currículo Paulista, nas escolas indígenas, os componentes curriculares são trabalhados a partir da cultura de cada etnia e os educadores, na maioria das vezes, são membros das comunidades nas quais as escolas estão localizadas. Do total de alunos que frequentam as escolas da rede estadual, 5.897 autodeclaram-se indígenas. Assim como ocorre na Educação Indígena, o Currículo Paulista é referência na modalidade de Educação Quilombola. Na rede estadual existem 4 escolas que ficam em território quilombola. Há 11 escolas estaduais que recebem alunos oriundos das comunidades quilombolas, principalmente no ensino médio. Atualmente, há cerca de 200 alunos matriculados nestas escolas e 958 alunos nas demais escolas que se autodeclaram quilombolas. A Educação de Jovens e Adultos - EJA, modalidade de ensino que integra a Educação Básica, é destinada a todos aqueles que, por diferentes motivos, não conseguiram dar continuidade ou não concluíram os estudos na idade convencionalmente própria. Considerando o atendimento a jovens, adultos e idosos, incluindo a população do sistema penitenciário, da Educação Escolar Indígena e da Educação do Campo, Foram registradas cerca de 260.000 matrículas na EJA na rede estadual paulista, nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio, distribuídas em aproximadamente 1.022 escolas estaduais; em 39 Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos - CEEJAs - atendimento individualizado e presença flexível; 9 escolas indígenas; 8 escolas do campo e em 151 unidades prisionais. Nas iniciativas referentes aos jovens que estejam cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto e em privação de liberdade, o atendimento educacional é garantido em classes vinculadas a uma escola pública estadual. Foram atendidos cerca de 3.504 jovens. Quanto à oferta de Educação Especial, é importante ressaltar que foram matriculados aproximadamente 84.000 alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro do Autista, Altas Habilidades ou Superdotação. Nas escolas da rede estadual são ofertados serviços para o atendimento especializado em salas de recursos, classes regidas por professores especializados, serviço itinerante e classes hospitalares. A atuação especializada acontece por meio de parcerias firmadas com instituições e pelo credenciamento de escolas, que permitem o atendimento daqueles alunos que, em função de seu comprometimento, exigem pessoal e instrumentos especializados. As escolas credenciadas atenderam 2.249 alunos e 19.365 alunos frequentaram as 285 instituições parceiras. No ensino regular, foram atendidos pela rede estadual aproximadamente 62.386 alunos de todos os tipos de deficiência, e deste total, 21.589 frequentaram as salas de recursos. Há ainda 133 alunos atendidos em classes regidas por professor especializado. O suporte ao processo de inclusão escolar é realizado com apoio de cuidadores para os alunos com deficiência cujas limitações lhes acarretem dificuldade de caráter permanente ou temporário no cotidiano escolar, além de professores interlocutores para alunos com surdez. A Educação também é ofertada em 16 escolas em áreas de assentamentos que contam com 2.251 matrículas em 2020. No caso do atendimento a estudantes migrantes internacionais, a rede estadual oferta Educação Básica para 12.616 alunos matriculados no ano. Outra ação a ser destacada quanto à promoção da inclusão é a Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero, dado que o Currículo Paulista inclui competências e habilidades trabalhadas a partir do estudo sobre as relações de gênero, sexualidade e a diversidade sexual. O último levantamento da Secretaria da Educação, constatou 810 matrículas com nome social no Sistema de Cadastro de Alunos - regulamentados por Decreto Estadual 55.588/10, Deliberação do CEE nº 125/14 e Resolução SE nº 45 de 2014. Em comparação com o ano de 2019, observa-se um aumento de 6,57% das matrículas com nome social. A Secretaria também oferta atividades de enriquecimento curricular por meio do Centro de Estudos de Línguas – CELs, de ambientes pedagógicos como as Salas de Leitura, e do Programa Escola da Família, descritos a seguir. Os Centros de Estudos de Línguas - CEL tem como objetivo proporcionar ao estudante da rede estadual a oportunidade de aprender uma ou mais línguas estrangeiras, para além do ensino da língua inglesa na rede regular, aumentando seu acesso a outras culturas e ampliando suas chances de inserção no mercado de trabalho formal. Atualmente são oferecidos os seguintes idiomas: alemão, espanhol, francês, inglês, japonês, mandarim e italiano. Os cursos oferecidos destinam-se a alunos matriculados no ensino fundamental a partir do 7º ano, ensino médio e EJA, além daqueles matriculados no ensino médio das escolas vinculadas ao Centro Paula Souza. Foram atendidos cerca de 73.124 alunos, distribuídos em 184 unidades do Centro de Estudos de Línguas. O Programa Sala de Leitura, instituído em 2009, tem como objetivo principal oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino da rede um espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação de leitor crítico, criativo e autônomo. São 3.605 escolas que contam com Salas de Leitura instaladas que atendem o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos - EJA. O Programa Escola da Família – PEF, implantado em 2003, possibilita a abertura de escolas públicas estaduais aos finais de semana, em torno da realização de atividades educativas, no campo da educação não formal. As ações do Programa vêm sendo aprimoradas estreitando relações com o modelo pedagógico da escola, acrescentando o eixo aprendizagem aos demais – cultura, esporte, trabalho e saúde –, como agente de fortalecimento, para o aprender. As atividades desenvolvidas vão desde oficinas de dança, artesanato, rodas de leitura, contação de histórias, campanhas sazonais, ações de prevenção e outras. Na realização dessas atividades estão envolvidos 4.286 voluntários e 2.257 educadores universitários. Atualmente, o Programa encontra-se em 1.145 escolas, distribuídas em 428 municípios.

Materiais Didáticos - Em apoio à implementação do Currículo nas escolas, a Seduc oferta materiais didáticos. Na campanha de 2020, foram disponibilizados materiais para atender ao total de alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental - material atualizado e do Ensino Médio, dos quais cerca de 1,99 milhão foram beneficiados com o material atualizado. Também foram entregues cadernos de língua japonesa e inglesa dos Centros de Estudo de Línguas - CELs, cadernos da EJA – Mundo do Trabalho, material específico para Educação de Jovens e Adultos, caderno "Narrativas" para a educação Escolar Quilombola, simulados de preparação dos vestibulares e materiais de reforço e recuperação para apoiar os estudantes durante o período de pandemia do COVID-19. Além da rede estadual, 408 municípios conveniados em regime de colaboração foram atendidos nos Anos Iniciais e 159 deles nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Adicionalmente, materiais complementares foram disponibilizados de forma impressa e digital para alunos e professores. Esse conjunto de materiais de apoio ao currículo totalizou mais de 30 milhões de exemplares. Ressalta-se que foram elaborados e distribuídos materiais de apoio para estudo emergencial à distância a todos os estudantes da rede pública estadual de ensino, tendo sido distribuídos mais de 15,5 milhões de exemplares.

Avaliação - Para acompanhar o processo de progressão das aprendizagens dos estudantes, apoiando o trabalho dos professores, gestores e demais profissionais da educação, as avaliações têm um papel essencial. Os resultados dos processos avaliativos contribuem para que todos os estudantes avancem em suas aprendizagens e para que os professores aprimorem suas práticas para garantir a qualidade dessas aprendizagens. Nesse sentido, a Seduc investe em diferentes estratégias para avaliação tratadas a seguir. No campo das avaliações somativas, destaca-se a participação da rede estadual no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, cujo resultado compõe o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, o principal indicador de qualidade da educação pública do Brasil. Os resultados da avaliação ajudam a retratar a realidade da educação e contribuir para direcionar a destinação de recursos e a implementação de políticas públicas. A aplicação do SAEB ocorre a cada dois anos, a última avaliação ocorreu em 2019. As provas foram aplicadas na rede estadual entre os dias 21/10 e 1/11/2019, e a publicação dos resultados ocorreu em setembro de 2020. Sabendo que é necessário que pelo menos 80% dos alunos matriculados na escola realizem a prova, a Secretaria promoveu ampla campanha de mobilização com estudantes, professores e gestores escolares para ampliar a participação na avaliação, a fim de que as unidades escolares tivessem seus resultados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Esta mobilização efetivamente aumentou a participação dos estudantes no SAEB de forma significativa. Enquanto que em 2017 apenas 40,4% das escolas do Ensino Médio tiveram seu IDEB divulgado por ter o mínimo exigido de participação, esse número elevou-se para 75,2% das escolas em 2019, representando um aumento de mais de 85% na taxa de participação. Nos anos finais do ensino fundamental, a taxa de escolas com o mínimo de participação elevou-se de 61,3% em 2017 para 89,8% em 2019, um avanço de mais de 45% na taxa de participação. Por fim, nos anos iniciais do ensino fundamental, a taxa de escolas com o mínimo de participação passou de 91,4% em 2017 para 99,2% em 2019. Os resultados do IDEB de 2019 da rede estadual, publicados em 2020, foram de 6.6 para os anos iniciais do ensino fundamental, superando a meta para a etapa; 5.2 para os anos finais do ensino fundamental e 4.3 para o ensino médio. Esses resultados mostram um avanço entre 2017 e 2019 em todas as etapas de ensino, sendo que para os anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio houve o maior avanço da série histórica do estado de SP. São Paulo foi o estado que apresentou os melhores resultados educacionais da rede pública do Brasil no Ensino Fundamental. Também como avaliação somativa destaca-se o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo –

SARESP, em que é avaliado o domínio das competências e habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática. Participam alunos do 2º, 3º, 5º, Ine- sendo que para o 2º e o 7º anos do ensino fundamental, a aplicação ocorreu por amostragem para a rede estadual e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. Na edição de 2019 do SARESP participaram efetivamente 908.147 - 86% - alunos da rede estadual de ensino; 22.099 alunos do Centro Paula Souza; 194.784 alunos das 180 redes municipais e 3.806 alunos das escolas particulares e 43.597 alunos das escolas SESI, totalizando 1.172.433 alunos. Os resultados foram divulgados no início de 2020. O desempenho dos alunos no SARESP e o fluxo escolar - aprovação, reprovação e abandono, compõem o IDESP que é um indicador de qualidade dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Os resultados do IDESP de 2019 publicados em 2020, foram de 5.64 para os anos iniciais do Ensino Fundamental; 3.51 para os anos finais do Ensino Fundamental e 2.44 para o Ensino Médio. Nos anos iniciais, 56.20% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. Nos anos finais, 48.90% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. E por fim, no ensino médio, 34.00% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais. Para o ano, foi publicada a Resolução Seduc-91/2020 suspendendo a aplicação do Saresp em decorrência da pandemia e da suspensão das aulas presenciais. As avaliações diagnósticas e formativas também são aplicadas na rede estadual para identificar o nível de aprendizagem dos estudantes e permitem o acompanhamento do desenvolvimento do currículo durante o ano, subsidiando as escolas e os docentes nos processos de planejamento de ações e de intervenções pedagógicas. Trata-se de instrumentos investigativos em termos das competências e habilidades desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática e são elaboradas com base nas Matrizes de Avaliação Processual. Incluem-se as Avaliações Diagnósticas de Entrada- ADE, realizadas no início de cada ano e as Avaliações de Aprendizagem em Processo - AAP, que diagnosticam o nível de aprendizado de todos os estudantes matriculados na rede estadual de ensino a partir do 1º ano do Ensino Fundamental até o final do Ensino Médio nos 1º, 2º e 3º bimestres.

Cultura da Gestão por Resultado - Com a finalidade de fortalecer a cultura da gestão por resultado na rede estadual, princípio organizacional previsto no Decreto nº 64.187/2019, a Secretaria implementou métodos e ferramentas interligadas de apoio às escolas: a Foco Aprendizagem e o Método de Melhoria de Resultados - MMR. A plataforma Foco Aprendizagem disponibiliza indicadores de aprendizagem dos estudantes com base nos resultados de avaliações somativas e formativas para subsidiar os gestores e professores no planejamento escolar. Essa tecnologia permite consultar os resultados das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática aplicadas em todo o estado, em cada ano/série, avaliados em termos das competências e habilidades consolidadas - ou não, pelos alunos. Oferece, ainda, recursos que informam todos os indicadores que compõem o IDESP da escola, com visualizações e análises históricas; e indicação dos pontos críticos de Língua Portuguesa/ Matemática, que demandam maior atenção do professor. Quanto ao método de gestão, a Secretaria implantou o Método de Melhoria de Resultados – MMR, em todas as escolas e Diretorias de Ensino, com foco na melhoria contínua da aprendizagem dos alunos. O MMR foi concebido como um método para a melhoria de resultados educacionais que tem como essência a construção participativa de soluções de problemas. O método propõe a identificação do problema, definição de causa raiz e a elaboração de um Plano de Melhoria nas Diretorias de Ensino e escolas, a partir dos resultados das avaliações, do fluxo e dos referenciais previstos para o ano. Há sistemática de acompanhamento nos três níveis de gestão da Pasta que possibilita correções de rumo no processo em um ciclo de melhoria contínua. A metodologia se manteve ativa, ainda que tenha sido necessário adequá-la frente ao contexto excepcional da pandemia. As escolas e Diretorias de Ensino organizaram seus planos de melhoria e adequaram suas ações ao modelo de ensino remoto, prevendo o engajamento dos alunos, a busca ativa, recuperação, reforço e aprofundamento para garantir que todos pudessem seguir seus estudos. As reuniões para acompanhamento e apoio às Diretorias de Ensino e escolas previstas para o MMR, foram realizadas remotamente, aconteceram 42 reuniões com comitês regionais. Complementar ao MMR e com o intuito de fortalecer a Gestão Pedagógica, a Seduc instituiu o Programa de Acompanhamento Pedagógico Formativo que visa dar apoio frequente e customizado ao Professor Coordenador e Diretor de cada Unidade Escolar contemplando no trabalho a definição e implementação de ações pedagógicas para melhoria da aprendizagem de todos os estudantes e o sucesso deles em suas trajetórias escolares. Para implementar o Programa serão designados Professores Coordenadores que acompanharão as Unidades Escolares com o objetivo de apoiá-las na implementação, avaliação e replanejamento das ações.

Política de Recuperação e Reforço. Os dados da avaliação, do MMR, do acompanhamento pedagógico e das ferramentas de gestão são subsídios à ação pedagógica, com a finalidade de progressão da trajetória escolar dos estudantes. Para apoiar esse percurso, a Secretaria desenvolveu o Projeto de Reforço e Recuperação instituído pela Resolução SE 37/2019 que conta com apoio de professores adicionais que auxiliam nas aulas de reforço e recuperação de Língua Portuguesa e Matemática. Dentre as ações deste Programa, inclui-se a formação dos profissionais da Educação e a construção e disponibilização de materiais didáticos específicos para o reforço e recuperação das aprendizagens. Foram ofertados 6.918.600 materiais impressos de recuperação e aprofundamento, tanto para alunos quanto professores de Língua Portuguesa e Matemática, de todos os anos/séries da educação básica - do 1º ano do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio. Soma-se a realização de diversas formações aos docentes, sequenciadas entre si, para progressivamente qualificar o trabalho das escolas nas aulas de reforço e recuperação. Como metodologia de trabalho as orientações nas formações são voltadas para uso de sequências de atividades em agrupamentos produtivos de alunos com foco em reforço, recuperação e aprofundamento e para a observação de sala de aula e devolutivas. Neste ano, foram trabalhadas pautas formativas voltadas para a análise dos resultados das Avaliações Diagnósticas Complementares - ADCs, fortalecendo o trabalho pedagógico voltado às necessidades de cada um dos estudantes, com a realização de 396 ATPC ao vivo pelo CMSP. Por fim, ocorreram formações parapreparar a equipe gestora da escola para organização do Conselho de classe/ano/série de forma qualificada, considerando o processo de desenvolvimento dos estudantes. Esse conjunto de ações visa fortalecer o trabalho colaborativo entre o Professor Coordenador e os docentes, promovendo trocas que auxiliam na melhoria das práticas pedagógicas para fortalecer a aprendizagem dos alunos; e levantar insumos para que a Supervisão Escolar e o Núcleo Pedagógico possam apoiar as equipes escolares com base em suas realidades. Além da melhoria do resultado médio da rede, observou-se uma redução nas desigualdades educacionais das escolas da rede estadual de ensino que estavam estagnadas no processo de ensino aprendizagem. Nessas escolas houve apoio adicional no escopo do Programa de Recuperação e Aprofundamento, o que reverteu a tendência de baixo desempenho das mesmas, desde que iniciou a série histórica do IDESP.

Eixo Gestão de Pessoas - A Secretaria tem atribuição de planejar, gerenciar, coordenar, controlar e executar atividades inerentes à gestão de recursos humanos para o quadro do magistério – QM – composto por 196.032 servidores, quadro de apoio escolar – QAE com 34.763 servidores e quadro de servidores da educação – QSE que conta com 4.139 servidores[4]. Destaca-se a regulamentação sobre a qualificação das funções de GOE - Gerente de Organização, por meio do Decreto nº 65.348, de 9/12/20; e a instituição do novo processo de certificação do GOE, disposto no Decreto 64.902/2020, que consiste na realização de curso de formação visando à capacitação profissional dos servidores do Quadro de Apoio Escolar, com foco no desenvolvimento de competências de gestão. Neste ano, por conta da pandemia o andamento dos Concursos Públicos para o provimento de cargos de Supervisor de Ensino, Agente de Organização Escolar e Oficial Administrativo encontram-se suspensos em face do Decreto nº 64.937/2020, estabelecendo o estado de calamidade pública, que em consonância com o Decreto nº 64.879, de 20/3/2020, e o Decreto Legislativo nº 2.493, de 30/3/2020, que suspendem, no âmbito da Administração Direta e das autarquias as nomeações para cargos públicos e as admissões em empregos públicos, passado o estado de calamidade voltaremos a desenvolver as atividades pertinentes. No que se refere à política salarial, a evolução funcional pelas vias "acadêmica" e "não acadêmica", que se consubstancia na passagem do nível em que o servidor se encontre enquadrado para outro, é um importante mecanismo de melhoria de remuneração para o QM. A evolução funcional acadêmica[5] busca aprimorar o conhecimento do servidor por meio de mestrado ou doutorado cujo conteúdo tenha, como objeto principal, sua área/disciplina de atuação no Magistério Paulista. 1.021 professores - PEB I e II, Supervisores de Ensino e Diretores de Escola tiveram o benefício concedido. A evolução funcional não acadêmica[6] valoriza o servidor que busca, entre os interstícios previstos na legislação, aperfeiçoar-se, atualizar-se, produzir artigos voltados para seu trabalho. 8.151 membros do QM fizeram essa transição. -Já os servidores do QAE e QSE são avaliados por meio dos processos de Promoção e Progressão, também mecanismos de melhoria da remuneração. A primeira Progressão, que ocorre ao término do estágio probatório, beneficiou 620 servidores titulares dos cargos de Oficial Administrativo, Executivo Público, Analista Administrativo, Agente de Organização Escolar e Secretário de Escola. Iniciou-se a implantação do Projeto Conexão Solidária, com concepção no contexto da pandemia para "cuidar de pessoas". O projeto visa o acolhimento e fortalecimento dos servidores com o intuito de minimizar os impactos de ordem emocional causados pelo novo contexto social. É um convite à rede para criar e intensificar grupos virtuais de interação e compartilhamento de ideias e soluções criativas nesta fase de distanciamento social. Os grupos têm o intuito de ajuda mútua entre pares e podem ser um espaço aberto para troca de experiências em geral, ou mais direcionado a um foco - dicas de atividades físicas, literatura, artes, receitas, meditação etc. Os grupos são espontâneos com o objetivo de conectar uns aos outros, ajudando e recebendo ajuda. A ação reforça o compromisso de cuidar das pessoas, expresso no plano estratégico da Seduc, e já foi implantada nas 91 Diretorias Regionais de Ensino, alcançando hoje a marca de mais de 1.200 servidores participantes, com proposta de expansão para todos os servidores das Diretorias e das Unidades Escolares, bem como abarcar e empregar algumas práticas de Justiça Restaurativa com foco na mediação de conflito, a fim de prover um clima organizacional saudável.

---

[4] Fonte: Relatório de Totalização de Servidores, por cargo de exercício – CEPEA/DEPLAN/CGRH - Data Base: outubro/2020

[5] Prevista nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 836, de 27 de dezembro de 1997.

[6] Prevista nos artigos 21 a 24, da Lei Complementar nº 836/1997, alterada pela Lei Complementar nº 958/2004 e Lei Complementar nª 1.143/2011.

Talentos em Rede - Além da adequação dos quadros, a Seduc vem trabalhando em iniciativas que permitam identificar, desenvolver e reter os talentos dos profissionais da educação da rede estadual. Em outro eixo busca ações para promover um ambiente de trabalho saudável, valorizando e reconhecendo os profissionais da educação por critérios claros e justos para contribuir com a melhoria da aprendizagem dos estudantes. Com esta finalidade, a Seduc elaborou o anteprojeto de Lei do Plano de Carreira Docente para os profissionais da educação, com critérios de evolução e promoção que reconheçam e valorizem seu trabalho e sua experiência, tendo como objetivo a qualidade do ensino. Entretanto, a tramitação deste normativo encontra-se pausada em virtude da Lei Complementar nº 173, de 27/5/2020, que proíbe qualquer remodelação de plano de carreira que resulte em aumento da despesa com pessoal, até 2021. Destaca-se a iniciativa Líderes Públicos, cujo objetivo é profissionalizar a gestão de pessoas na rede adotando metodologia de seleção e avaliação de desempenho baseada em competências como liderança, resiliência e tomada de decisão. Aproveitando a experiência exitosa do processo seletivo anterior, a Seduc abriu a segunda edição dos Líderes Públicos para o cargo de dirigente regional de ensino. O processo contou com a inscrição de mais 501 servidores. Ademais, está em curso a capacitação de equipe para implementação do programa Desempenho e Desenvolvimento na Seduc, com a finalidade de garantir que o foco das lideranças esteja voltado para ações que vão trazer melhorias na aprendizagem e dar o apoio necessário para que possam alcançar os objetivos do Plano Estratégico.

Profissionais da Educação para o Século XXI - O elemento essencial na gestão de pessoas é a formação continuada dos servidores preparando-os para o desempenho de suas funções frente aos objetivos organizacionais e à implementação dos projetos prioritários. Nesse sentido, para educar os estudantes para o século XXI, é essencial formar os professores em sintonia com o Currículo Paulista e com a BNCC. Para tanto a Secretaria, por meio da Escola de Formação de Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" - EFAPE, implementa o projeto prioritário "Profissionais da Educação para o Século XXI", com o objetivo de definir a nova Política de Formação e Referenciais para atuação docente, de forma a desenvolver ações sistêmicas que concorram para a valorização dos docentes nas escolas públicas do Estado e para o aperfeiçoamento contínuo de sua atuação profissional para implementação do Currículo Paulista e dos Projetos Prioritários. Foi concluída a primeira versão da proposta da Política de Formação e Referenciais de Atuação Docente, documento que expressa os objetivos para a formação docente na rede, as bases teóricas, os pressupostos, as diretrizes e as metas em articulação com o plano estratégico da Seduc SP. Tal proposta contou com a parceria de diferentes coordenadorias e a contribuição de especialistas, inclusive do Conselho Nacional da Educação - CNE. A redação do documento agregou mudanças proporcionadas pela implementação do Centro de Mídias da Educação São Paulo – CMSP e a educação mediada por tecnologia, como também a inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada, pautadas no último parecer no Conselho Nacional de Educação de 23/10/2020. A EFAPE manteve sua proposta de enfatizar o Ensino à Distância como estratégia de formação continuada dos quadros da Seduc, por meio de cursos organizados em três eixos: I– Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades, II– Gestão Educacional, III– Grandes Temas da Educação. Os cursistas atendidos - presencial, híbrida ou ensino à distância, dividiram-se conforme a Tabela 1. Quanto às formações para os profissionais da Educação até novembro, 47,4% deles haviam concluído, no mínimo, uma formação no ambiente virtual de aprendizagem em novembro- (AVA EFAPE). Cabe esclarecer que

vários cursos, abertos em 2020, ainda estão em andamento e portanto, os concluintes ainda não foram computados.

	Vagas/Inscritos			
EIXOS	Seduc	Municípios	Total	%
Eixo I	711.029	33.154	744.183	83,38%
Eixo II	53.219	987	54.206	6,07%
Eixo III	93.750	409	94.159	10,55%
Total	857.998	34.550	892.548	100%

Tabela 1: Distribuição dos cursistas por eixo
Trata-se de quantidade de inscritos/participantes dos cursos ofertados
Fonte - Data base: Seduc/EFAPE - acumulado janeiro a novembro 2020

Das iniciativas formativas, é válido destacar a seguir aquelas que foram desenvolvidas no sentido de fortalecer as políticas pedagógicas da Seduc - ATPC – formação docente**:** Consiste nas Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo – ATPC, espaço de formação docente, em consonância com o disposto na Resolução SE 72 de 16/12/2019. Tais atividades são executadas em dias da semana específicos para cada área de conhecimento dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; além disso, também são veiculadas atividades dirigidas ao público dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Estas ATPC são realizadas por formadores da EFAPE e transmitidas pelos canais do Centro de Mídias São Paulo – CMSP, com a disponibilização das gravações no canal do *youtube* do CMSP. Tecnologias na prática: O curso Tecnologias na prática – 1ª edição/2020 partiu da necessidade em preparar os educadores do quadro do magistério para o retorno das aulas - remoto e presencial, após o período em que estiveram suspensas, a fim de subsidiá-los na organização e no planejamento das aulas frente a essa realidade - novo normal. Assim, o referido curso aborda diferentes práticas pedagógicas apoiadas ao uso de tecnologias ampliando o repertório de possibilidades metodológicas para que o educador possa utilizar vários recursos no decorrer de suas aulas levando em consideração as mais diversas realidades, sejam elas relacionadas às turmas ou a cada estudante. Libras para profissionais da Educação: O curso básico de Libras para profissionais da Educação, realizado em parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiências, visa garantir o acesso linguístico pleno de alunos surdos ao ambiente escolar, bem como ao pleno desenvolvimento educacional. Diante da realidade da escola inclusiva, é de fundamental importância que todos os profissionais envolvidos na educação estejam minimamente preparados para receber alunos surdos em condições de igualdade com os alunos sem deficiência, respeitando suas particularidades e, principalmente, a língua que se comunicam – Libras- Lei 10.436 de 24/4/2002. Programa de Recuperação e Aprofundamento**:** O objetivo do Programa de Recuperação e Aprofundamento é proporcionar ao estudante a possibilidade de avançar em seu percurso educacional, considerando o contexto desafiador resultante da pandemia de COVID-19. Nesse sentido, a Seduc apoiou com estratégias que visam a recuperação e aprofundamento das aprendizagens essenciais. A ação é composta por seis pilares: Currículo, Avaliação, Acompanhamento, Recursos Didáticos, Formação e Tecnologia. As atividades de formação são realizadas nas ATPC para Professores de Anos Iniciais e Professores dos Anos Finais e Ensino Médio de Língua Portuguesa e Matemática, focadas nas sequências de atividades de Aprender Sempre – Volume 3, material adicional preparado especificamente para o Programa de Recuperação e Aprofundamento. Cabe salientar que, além do escopo do Programa, a EFAPE está desenvolvendo ATPC específicas sobre Recuperação e Aprofundamento para os demais componentes curriculares. Curso de Formação para Gerente de Organização Escolar: tem como proposta uma reflexão, com foco na prática, sobre determinadas áreas e dimensões. Estas compõem o rol de atribuições dos servidores que atuam no Quadro de Apoio Escolar – QAE, como Agente de Organização Escolar - AOE, Gerente de Organização Escolar - GOE, Secretário de Escola e Assistente Administrativo Escolar. Este curso integra o Processo de Certificação Ocupacional para Gerente de Organização Escolar e está organizado em duas etapas, sendo elas: Etapa 1 – "Agente de Organização Escolar: Desenhando o Amanhã" e Etapa 2 – "Gerente de Organização Escolar – Transformando o Hoje!". Curso Específico de Formação aos Ingressantes Diretores de Escola: Constitui parte integrante do estágio probatório e tem como objetivo potencializar a ação dos diretores de escola da Rede Pública Estadual Paulista. O curso atende ao disposto na Resolução SE 52/2013 e ao artigo 1º da Lei Complementar nº 1.256/ 2015 e contém atividades referentes ao campo de atuação dos Diretores, conforme a Resolução SE 56/2016. No contexto de pandemia, o curso sofreu adequações referentes ao encontro presencial dos módulos ofertados do decorrer deste ano para atender às medidas de biossegurança e foi contemplado com a realização de atividades online e a orientação de forma remota com os supervisores formadores responsáveis por esta ação. - Formação dos Supervisores de Ensino responsáveis pelo Encontro Presencial dos Diretores Ingressantes: Trata-se de uma ação de formação continuada que oportuniza aos Supervisores de Ensino aprofundarem e ampliarem seus conhecimentos técnicos para conduzir os encontros presenciais com Diretores de Escola Ingressantes que contam como 25% da carga horário do curso semipresencial do Curso Específico de Formação para esse público. No contexto de pandemia, esse grupo recebeu orientações técnicas de forma remota para atualizações e adequações no conteúdo trabalhado e a forma de orientar e auxiliar os cursistas ingressantes diretores de escola. - Concursos Educacionais 2020: Em alinhamento com os Programas e ações da Seduc, o Centro de Referência em Educação "Mário Covas" – CREMC elabora, acompanha e divulga Prêmios e Concursos Educacionais, propondo e realizando como subsídios formação aos Profissionais da Educação em formato virtual. Os alunos participantes dos concursos mobilizam-se na ampliação da formação cultural, social e intelectual, no exercício de reflexão crítica, na exploração da diversidade e das singularidades das artes visuais. Enquanto leitores e produtores de práticas artísticas os participantes têm ainda a oportunidade de conhecer e explorar diversas práticas de linguagem - artística, corporal e linguística, em consonância com o Currículo Paulista e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Enquanto escola de governo a EFAPE caracteriza-se por uma base articulada de tecnologias, dispositivos técnicos, processos, práticas e metodologias de formação, informação e capacitação, capazes de criar um sistema de trabalho interativo de largo alcance. Conta com a Rede do Saber, composta por ambientes físicos e virtuais, soluções tecnológicas e processos que suportam a operacionalização das ações de formação de professores e demais iniciativas da Pasta. Dentre os ambientes físicos incluem-se auditórios e salas para atividades presenciais, sala de tecnologia e inovação, cozinha experimental para cursos, biblioteca especializada em educação, local de guarda do Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos, quadra coberta poliesportiva, estúdios de geração de imagens para a transmissão de videoconferências e streaming, ambientes descentralizados para a recepção de conteúdos e atividades locais, central de operações para o gerenciamento centralizado de todas as atividades. Neste ano, e devido à quarentena imposta como prevenção à pandemia da Covid-19, o prédio recebeu a instalação do novo Centro de Mídias, criado para transmissão de aulas online, cursos, palestras e gravações visando atingir toda a rede estadual da educação. Os auditórios foram adaptados para servir de estúdios mantendo livre circulação de ar e distanciamento necessário, além da implantação de todos os rígidos protocolos de prevenção aos servidores e visitantes.

Comunicação e Engajamento - Em decorrência da pandemia, e para manter a população bem informada, os veículos de comunicação intensificaram suas ações e coberturas, fato que exigiu criatividade e empenho na forma da Seduc comunicar as ações da Pasta. A pandemia mostrou novas formas de se comunicar e intensificou o uso da tecnologia como um todo, seja no ensino remoto ou no fornecimento de informações. A educação se manteve entre os assuntos mais abordados nesse período, tanto pelo longo tempo em que as escolas se mantiveram fechadas, quanto pelas ações e iniciativas de retomada das atividades presenciais nas unidades escolares, um assunto polêmico diante das diversas e contraditórias opiniões de especialistas, professores, políticos, da comunidade escolar e da população em geral. Mantendo o foco nas ações prioritárias da Seduc, bem como no fornecimento de informações relevantes que contemplam as ações internas e externas da Educação – para dar prosseguimento ao ensino de 3,5 milhões de estudantes em tempos de pandemia, aliou-se conhecimento e tecnologia inovando a forma de se comunicar, agrupando as tradicionais ações de comunicação as entrevistas virtuais, *webinars, lives* e muito mais, utilizando plataformas e aplicativos como Skype, Zoom, *Teams* e *WhatsApp*, entre outros. Com a criação do Centro de Mídias de São Paulo - CMSP, as ações de comunicação interna e externa ganharam reforço, utilizando sobremaneira também os portais da Seduc, do Centro de Mídias e da EFAPE, bem como suas respectivas redes sociais. No âmbito da comunicação externa, este é um ano atípico, foram elaborados 766 releases e 13 avisos de pauta entre janeiro e novembro e veiculadas na mídia cerca de 950 reportagens mensais relacionadas à Educação, sendo 299 em impressos, 155 em emissoras de televisão e 213 em emissoras de rádio, e 283 em portais de internet. Quando analisadas a repercussão e o alcance do Portal - www.educacao.sp.gov.br, foram mais de 26,8 milhões de acessos. Foram produzidas cerca de 105 matérias por mês. No *Youtube* foram postados 75 vídeos com mais de 1,6 milhão de visualizações no ano. Em novembro, a página da Secretaria da Educação no Facebook chegou aos 398.946 mil fãs. Ao longo deste ano, foram 1.742 publicações e 294.006 mil interações, sendo 159.002 reações, 35.179 comentários e 96.825 compartilhamentos. No *Twitter* foram 707 publicações, 36 perguntas respondidas e 5.052 interações. No Instagram foram 730 publicações, 59.322 mil interações e 33 perguntas respondidas. O Centro de Mídias de São Paulo – CMSP, possui duas páginas no Facebook: uma voltada à Educação Infantil e Anos Iniciais e outra voltada aos Anos Finais, Ensino Médio e EJA. A primeira conta com mais de 41,5 mil curtidas desde seu lançamento até novembro e tem mais de 57 mil seguidores. No total, foram 620 publicações. Já na página voltada aos Anos Finais, Médio e EJA, são 270 mil seguidores, com um total de 199 mil curtidas. Desde abril até novembro, foram 1.029 postagens. No Instagram do CMSP foram 802 publicações, com mais de 42 mil seguidores. A média de alcance de cada *story* é de 1.000 visualizações. Já o site do CMSP publicou 56 notícias e 24 banners informativos, sendo que de abril a novembro foram 14,3 milhões de *views*. Ressalta-se, a Intranet Espaço do Servidor, canal direcionado exclusivamente para servidores da rede estadual com publicação de notícias, informações e comunicados da Pasta. O canal institucional conta com um espaço para materiais que facilitem a vida do servidor, como processos administrativos, tutoriais e manuais, além de cadernos, avaliações diagnósticas de aprendizagem, que auxiliam o dia a dia do professor em sala de aula. Os acessos somaram 1.970.760 visualizações de páginas, 1.459.785 visualizações de páginas únicas com tempo médio na página de 00:01:45. A taxa de aprovação é cerca de 71,16%. Entre janeiro a dezembro, foram publicadas 472 notícias de interesse dos servidores, incluindo orientações, dicas e programações virtuais, como por exemplo a exposição digital 'Leonardo da Vinci – 500 anos de um gênio', em cartaz no Museu da Imagem e do Som - MIS. A parceria para divulgação na Rede Estadual permitiu que cerca de 36 mil pessoas, entre servidores, educadores e alunos, pudessem visitar a exposição sem sair de casa. Foram enviadas 48 Newsletters à Rede; cerca de 6.573 comentários de servidores nas divulgações feitas na plataforma e mais de 9200 e-mails respondidos aos servidores que entraram em contato via conta setorial da Intranet. Durante a pandemia foram elaborados 14 Comunicados, de julho a dezembro, contendo orientações sobre uso de máscaras, medição de temperatura, acolhimento entre outras informações relacionadas à Covid-19. Além da elaboração do Guia Retorno Seguro ao Trabalho, em parceria com o Comitê de Acolhimento. Esse canal está sendo remodelado para a uma nova versão do Sharepoint na Microsoft, com novo template e maneira de apresentar o conteúdo ao usuário, tornando o acesso mais moderno, intuitivo e dinâmico. A SEDUC também conta com o canal oficial de atendimento aos usuários, o Centro de Atendimento, da Seduc, abrangendo atendimento telefônico 0800 - ativo e receptivo, e-mail, SMS, Portal de Atendimento Seduc - atendimento.educacao.sp.gov.br, dispositivos móveis, atendimento ao Centro de Mídias - CMSP, NAC-Núcleo de Atendimento ao Cidadão da Casa Civil e atendimento presencial na Casa Caetano de Campos - Centro de São Paulo/SP. As métricas e indicadores mostram cerca de15.8 milhões de atendimentos realizados, descritos na tabela abaixo.

Tipo de Atendimento	Quantidade	Tipo de Atendimento	Quantidade
Atendimento Eletrônico/URA	1.942	Protocolo	81.502
Atendimento Presencial	3.237	E-mail/SMS	23.414
Envio de SMS	15.647.458	NAC	235
Ligações Ativas	14.142	Portal CRM	31.361

Tabela 2: Totais por canal de atendimento
Fonte - Data-base: Centro de Atendimento - CITEM/CEAT - Novembro/2020

Com o isolamento social, ocasionado pela pandemia do COVID-19, a Central de Atendimento apoiou a implementação do Centro de Mídias com, aproximadamente, 31 mil respostas para e-mails em sua maioria de dúvidas sobre acesso ao aplicativo e suas funcionalidades. No CRM foram mais de 15 mil esclarecimentos de dúvidas sobre o CMSP. Além disso, na Google – Play Store e Apple – App Store, foram realizados aproximadamente 46 mil atendimentos pelo celular. Ressalta-se os 15.6 milhões de mensagens SMS enviados para os usuários da Seduc, abordando os temas: NovoTec; Alerta sobre o coronavírus; Merenda em Casa; Inscrição para o ENEM; Centro de Mídias SP; Matrícula e pesquisa com alunos e responsáveis sobre as aulas online. A Seduc consolidou o uso do Portal de Atendimento e da Plataforma *Customer Relationship Management* - CRM - Gestão do Relacionamento com o Cliente, unificou-se a comunicação e fornecimento de informações. Através do CRM são gerados indicadores e métricas para os gestores; além de aumentar a eficiência e a qualidade do atendimento aos usuários da Secretaria, promovendo a transparência da pasta. Expandiu-se o atendimento do CRM para as 91 Diretorias de Ensino com suporte e treinamentos necessários para os diretores de Centro e Núcleo, além dos supervisores de Ensino e PCNPs. Acrescenta-se que o Serviço de Atendimento ao Cidadão - SIC contabilizou 1.889 protocolos encerrados até dezembro/2020.

Eixo Gestão Institucional da Seduc - No tocante à gestão da rede, é um desafio para a Secretaria mitigar os efeitos da baixa eficiência operacional, que desviam o foco do essencial: a aprendizagem dos estudantes. Modernizar, informatizar e sistematizar as atividades operacionais de

suporte, como alimentação escolar, transporte escolar, limpeza, manutenção e obras são condições necessárias para aumentar a eficiência operacional ao garantir agilidade na aquisição e na gestão de bens e serviços. Essa necessidade se traduz nos projetos prioritários Novo Modelo de Gestão e *Compliance* – Conformidade; Eficiência Operacional; Escola+Bonita e Escola Mais Segura.

Novo Modelo de Gestão e Compliance - Conformidade - Este projeto tem como objetivo estruturar o novo modelo de gestão da Secretaria e ajustar a estrutura organizacional para implementação dos projetos prioritários. Para que esses ajustes possam ser realizados, foi dada a continuidade ao mapeamento e redesenho de processos prioritários. Para tanto, a Seduc contou com o apoio técnico por meio de acordo de cooperação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI, para desenvolver trabalhos e ações com objetivo de fortalecimento institucional, conforme segue abaixo: -Mapeamento dos processos de gestão: Foi realizado o mapeamento e redesenho dos principais processos de suporte para provimento de limpeza, alimentação escolar, transporte escolar e cuidador para alunos da Educação Especial, seguido de elaboração de agenda de melhorias e procedimentos operacionais; -Subsídios para reestruturação das Diretorias de Ensino: Foram realizados estudos e propostas de melhoria para fortalecimento da gestão das Diretorias de Ensino; Regimento Interno: Revisão das atribuições e competências da estrutura básica da Seduc/SP, com o objetivo de subsidiar a construção do regimento interno dos órgãos centrais; Desenvolvimento Institucional: Realização de estudos e propostas de melhoria e fortalecimento da gestão do Departamento Administrativo com base na análise crítica de suas atribuições e competências, na interface de seus principais macroprocessos e nos fluxos de atividade identificados; e Mapeamento dos processos licitatórios: Avaliação e mapeamento dos processos de licitação, propondo modelo de compra pública em articulação com as áreas da Secretaria, com foco na eficiência e transparência. No escopo deste projeto prioritário está a automatização de processos de implementação de serviços. Assim, os principais feitos, em relação à informatização, são os sistemas do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Paulista, atribuição online, pré-contratos e Programa SP Sem Papel. O sistema do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Paulista, módulo plano de aplicação financeira e prestação de contas, tem objetivo de auxiliar as Associações de Pais e Mestres - APM e as Diretorias de Ensino-DE no controle e fiscalização da execução dos recursos repassados pelo Programa. Dentre as melhorias do processo digital em relação ao físico, pode-se mencionar a possibilidade da plataforma Secretaria Escolar Digital - SED indicar, automaticamente, os valores repassados às APM para as categorias custeio e capital. Além disso, todo o fluxo de prestação de contas está inserido no sistema, de modo que as validações realizadas em nível de DE ocorrem na plataforma SED. Importante acrescentar a automatização da atribuição de aulas aos professores por meio da implementação do sistema Atribuição Online, na plataforma SED. Este projeto tem como objetivo automatizar as etapas de manifestação de interesse dos docentes, classificação com base nos critérios estabelecidos nos normativos, associação dos professores às turmas e, por fim, geração das cargas horárias para envio à Secretaria da Fazenda. Este projeto contempla, inicialmente, apenas a fase de Diretoria de Ensino, porém, o objetivo é expandi-lo para a fase de Unidades Escolares. Atualmente estas etapas ocorrem presencialmente e manualmente nas DEs. Convém ressaltar que o processo de atribuição ao longo do ano ocorreu de forma online e para o ano de 2021, ocorrerá a primeira atribuição inicial online com este sistema. Soma-se às iniciativas supracitadas a implementação do sistema Pré-Contratos em uma fase piloto com três Diretorias de Ensino. O início de seu desenvolvimento - sobretudo a etapa de levantamento de requisitos funcionais, ocorreu durante o exercício de 2019, entretanto sua implementação ocorreu neste exercício. A funcionalidade tem como objetivo disponibilizar às Diretorias de Ensino e ao Órgão Central uma ferramenta para o cadastro de intenções de contratação, de modo que o sistema gere, automaticamente, o Termo de Referência com os dados atualizados para inserção no sistema Sem Papel. Neste primeiro momento, o sistema contempla todas as fases para o assunto planejado "Limpeza Escolar". Cumpre ainda mencionar a expansão da implantação do Programa SP Sem Papel para gestão documental nos Órgãos Centrais e Diretorias de Ensino e Unidades Escolares, com destaque para a implantação do serviço Demandas. Desde a implantação do programa foram criados mais de 448 mil processos - PRCs. Além disso, com a implantação do serviço Demandas, 1.092 convênios foram celebrados digitalmente, de forma padronizada e mais transparente. No que tange a oferta da alimentação escolar, a formalização dos 525 convênios, foi realizada também por este meio digital, no módulo de Demandas. A tramitação digital oferece inúmeras vantagens técnicas, conferindo transparência, agilidade e segurança aos processos de formalização, uma vez que todas as etapas do processo ficam registradas no portal, minimizando a possibilidade de erros e eliminando a necessidade de tramitação em papel. Em números, foram produzidos 2,9 milhões de documentos; aproximadamente 11,1 milhões de folhas geradas no sistema com economia estimada em folhas de papel de R$ 372.107,55.

Eficiência Operacional e Serviços de Apoio ao Aluno - Esse projeto tem como objetivo aumentar a eficiência operacional da Secretaria por meio de implementação de melhorias no uso do recurso público, na prestação dos serviços de suporte como transporte escolar, limpeza, alimentação escolar, cuidador e demais atividades administrativas e operacionais, visando reduzir o volume de atividades administrativas realizadas nas Diretorias de Ensino e nas escolas para que o foco seja a aprendizagem de todos os estudantes. No tocante ao aumento da eficiência operacional, cabe destacar como uma iniciativa de grande relevância na rede estadual o Programa Estadual Dinheiro Direto nas Escolas -PDDE Paulista, instituído pela Lei nº 17.149, de 13/9/2019 e regulamentado pelo Decreto 64.644, de 5/12/2019, que tem por objetivo de prestar assistência financeira suplementar às escolas públicas da educação básica da rede estadual paulista, a fim de promover melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, com vistas a fortalecer a participação da comunidade e a autogestão escola no contexto da gestão democrática, e consequentemente a elevação do desempenho escolar. Com o PDDE-Paulista, são realizadas transferências diretas de recursos da Secretaria da Educação para as APMs -Associações de Pais e Mestres das escolas, de forma ágil, a partir da elaboração de um plano de aplicação financeira e prestação contas de forma simplificada nos termos das Resoluções SE n. 67, de 11/12/2019, Seduc - 49, de 30/4/2020 e SE 89, de 30/11/2020. Para maior consonância com o Programa, o estatuto das APMs foi revisado com a publicação do Decreto nº 65.346, de 9/12/2020, alterando o anexo do Decreto nº 65.298, de 18/11/2020. Em 2019 e 2020 as APMs receberam mais de R$ 650 milhões para realizar manutenções, reparos, investir em equipamentos, dentre outros, e receberam também um adicional de R$ 25 milhões objetivando a compra de insumos vinculados à prevenção e proteção da Covid-19. Ainda em 2020, as escolas iniciaram a elaboração do Plano de Aplicação Financeira - PAF para 2021. Para a execução deste plano está ocorrendo o repasse de R$ 700 milhões. As escolas que concluíram a etapa de elaboração do plano já estão recebendo os recursos para que possam dar continuidade às melhorias já iniciadas. Em se tratando de Gestão Democrática, a escola também está fortalecida pela atuação do Grêmio Estudantil. Organizados em uma diretoria representativa, escolhida democraticamente, a ação gremista permite ao estudante ter voz na administração da escola e contribuir para sua melhoria. Atualmente, 4.431 escolas públicas do Estado de São Paulo, 87% das escolas regulares. Quanto às demais entregas previstas no escopo do projeto Eficiência Operacional, a SEDUC-SP realizou ações em função da atualização do parque tecnológico das escolas e unidades administrativas. É um projeto já pensado antes da pandemia do novo coronavírus e que traz uma modernização importantíssima para a rede educacional paulista. Só este ano foram finalizadas três atas de registro de preço-ARP por meio da Prodesp, que contemplam notebooks, desktops, plataformas de carregamento móvel e *access points*, possibilitando às escolas adquirir equipamentos com uso dos recursos repassados pelo PDDE Paulista, cabendo complementação por parte da Secretaria da Educação para que se tenha equidade na rede. Desta forma, as escolas têm discricionariedade para fazer aquisições de acordo com suas prioridades e orientações dadas pela própria Secretaria. A estimativa de aquisição é de pelo menos 40 notebooks, 8 desktops e 1 plataforma de carregamento móvel por unidade escolar, para renovação e incremento do parque tecnológico. É importante ressaltar que quase todas as escolas da rede estão incluídas como participantes. Dessa reserva, algumas escolas, como as participantes do Novotec com cursos de tecnologia oferecidos em 2020 e do Programa de Fomento à Implantação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI, receberão de forma integral os equipamentos. É um esforço imenso da equipe da SEDUC-SP com impacto na vida de milhares de alunos e servidores. Esta renovação também abrange o parque interno das Diretorias de Ensino e Órgãos Centrais. Em especial, no relato sobre a oferta dos serviços de suporte, a seguir serão considerados dois momentos. O primeiro diz respeito à organização da Pasta para provimento dos serviços que ocorreu no início do ano, especialmente, nos meses de janeiro e fevereiro enquanto as aulas ocorriam de forma presencial. Já o segundo momento foi marcado pela pandemia do COVID-19 e por consequente suspensão de contratos por conta da interrupção temporária das aulas presenciais e, também, pela necessidade de atendimento dos alunos, o que levou a Seduc a implementar a iniciativa Merenda em Casa. Iniciando pela Alimentação Escolar, a título de conhecimento, a oferta deste serviço se dá por meio do gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de refeições para os alunos de Educação Básica da rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado. A Secretaria estava preparada com capacidade para atender de 1.464,985 milhões de alunos comensais/dia, em 3.110 unidades escolares de 120 municípios no sistema centralizado. Nesse formato, a área responsável na Pasta planejou, definiu o cardápio e realizou todas as atividades para a operacionalização do Programa de Alimentação, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE. Acrescenta-se que atualmente a rede estadual conta com 50 nutricionistas, sendo 38 em atuação nas Diretorias de Ensino e 12 no Órgão Central. Na tabela 3 os dados de logística evidenciam o tamanho desta operação.

Dados de Logística – Sistema Centralizado	
Capacidade de armazenamento no Centro de distribuição de Cajamar	5.752.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	55
Fornecedores de alimentos	36

Tabela 3: Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar
Fonte - data base: Sistema SAESPII - nov.2020

Já o formato descentralizado se realiza pela assinatura de convênio entre a Seduc e os municípios e implica o repasse de recursos financeiros, tanto do Governo Federal - através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação – FNDE, quanto do Governo Estadual, sendo a Prefeitura Municipal responsável pelo gerenciamento direto do Programa de Alimentação - inclusive para as escolas da Rede estadual. A Secretaria de Estado da Educação anualmente renova o termo de anuência pelo qual o prefeito assume o compromisso, perante o FNDE, de atender aos alunos matriculados nas escolas estaduais localizadas nos municípios; da assinatura deste termo depende o repasse dos recursos federais destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Caso o município opte pela não renovação, a Seduc passa a atender os estudantes no sistema centralizado. O sistema descentralizado abrangeu 1,2 milhões de alunos nas unidades escolares em 525 municípios que gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições; cabe à Seduc, realizar a reposição de equipamentos básicos da cozinha, o suprimento de utensílios básicos - para escolas novas - e a reposição de utensílios - para as demais, além da reposição de itens destinados ao suporte de atividades da merenda no âmbito da escola. Os valores repassados pela Seduc, foram reajustados, sendo R$1,14 por aluno/dia no ensino regular e R$3,73 por aluno/dia para o integral. Os valores repassados pelo governo federal foram mantidos em relação a 2020 em R$ 0,36 no período regular e R$ 1,07 no período integral. Ressalta-se que em decorrência da pandemia, houve necessidade de execução de ações específicas descritas a seguir: Criação do Programa Merenda em Casa: medida emergencial e temporária que garante a alimentação dos alunos da rede estadual de São Paulo, enquanto estiverem em suas casas por conta da suspensão das atividades presenciais. O financiamento do programa se dá através dos recursos oriundos do QESE – Quota Estadual do Salário Educação, alocados no programa de alimentação escolar, com destinação exclusiva a estudantes matriculados na rede estadual de educação. O critério estabelecido para o Programa Merenda em Casa está expresso no Artigo 1º do Decreto Estadual nº 64.891, de 30/3/2020. Vale observar que além do limite previsto no parágrafo único do mencionado Artigo também são atendidos os alunos cujas famílias possuam renda mensal de até R$ 89,00 por pessoa, cadastradas no Cadúnico e os beneficiários do Programa Bolsa Família, nos exatos termos do artigo 2º, § 1º, itens 1 e 2. No programa, dos 770 mil alunos que fazem jus ao benefício, 700.316 alunos aderiram efetivamente ao Programa e mensalmente é pago o valor de R$ 55,00 por aluno. O benefício será pago enquanto for mantida a suspensão das aulas, e, até o momento, a Seduc disponibilizou até o mês de dezembro o valor de R$ 344.826.790,00. Suspensão dos Convênios de alimentação escolar e Contratos de Manipulação de Alimentos: Com a Edição da Resolução Seduc nº 27, de 18/3/2020, todos os convênios com os municípios paulistas referente à alimentação escolar foram suspensos, bem como os contratos de manipulação de alimentos. A edição da Resolução Seduc nº 68, 1/10/2020, disciplinou que a reativação de contratos e convênios se dará por meio de notificação às empresas e municípios. -Suspensão e Reativação dos Contratos de Alimentação Escolar: Com o Decreto editando a suspensão das aulas presenciais por conta da Pandemia – COVID-19, os contratos celebrados para aquisição de gêneros alimentícios foram suspensos em 24/03/2020. Adoção de medidas necessárias visando a retomada das execuções contratuais: com a previsão da volta das atividades presenciais em setembro, os contratos que estavam suspensos foram reativados em julho permitindo o reabastecimento das 3.110 escolas do Sistema Centralizado e programando entregas de gêneros alimentícios em quantidades capazes de oferecer refeições e lanches. Entretanto, apesar do retorno do abastecimento das unidades escolares, os contratos de manipulação de alimentos nas Diretorias de Ensino permaneceram suspensos, sem permitir o preparo das

refeições, portanto, como aproveitamento os gêneros estocados nas escolas ocorreu a distribuição de *Kit´s* aos alunos, de acordo com pesquisa realizada na rede. Distribuição de Kit Alimentação: Em 7/4/2020 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 13.987/2020, que alterou a Lei nº 11.947/2009, com a introdução do art. 21-A autorizando, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Com o alargamento do tempo de suspensão das aulas e com o escopo de atender alunos não contemplados no Merenda em Casa, por não se enquadrarem nos critérios definidos no Programa, a Secretaria da Educação realizou, entre os dias 24/4 e 6/5, um levantamento das famílias interessadas em receber doação de gêneros alimentícios durante o período de suspensão das aulas, através da plataforma SED, da Secretaria da Educação, totalizando 79.950 alunos que manifestaram interesse. A partir desse quantitativo, foi traçado um plano de ação para o atendimento dos alunos mapeados, ou seja, houve levantamento dos estoques e análise nutricional para composição do "kit alimentação", seguindo as recomendações fornecidas pelo FNDE em sua cartilha, priorizando a utilização dos itens disponíveis nos estoques, verificando as datas de validade para que não houvesse desperdício de alimentos. Além disso, foram criados protocolos de retirada nas unidades escolares, planejamento de logística e distribuição. -Sobre os alimentos não perecíveis ficou estabelecido que seriam doados por meio de kits, montados com produtos adquiridos das atas de registro de preços vigentes, com valor aproximado de R$ 87,00, como segue abaixo na gestão centralizada e descentralizada. Gestão Centralizada e Descentralizada - 1ª entrega: Entrega no período de 25/6 a 10/7 para 79.950 alunos, sendo priorizados produtos utilizados no preparo de refeição, dentre os quais: 5 kg de arroz, 2kg de feijão e 2 a 3kg de atum e/ou sardinha com complementação pelas escolas de alimentos não perecíveis estocados. Os Kits foram elaborados exclusivamente para atendimento aos alunos por 60 dias e, com eles foi encaminhada orientação de higienização das embalagens, como também das mãos. Gestão Centralizada e Descentralizada – 2ª entrega: Entrega no período de 21/9/2020 - Diretorias Centralizadas e 24/9/2020 -Diretorias Descentralizadas - para os 79.950 alunos e inclusão das solicitações extras de 8.128 alunos - 7.725 centralizados e 403 descentralizados. Totalizando 88.078 kits. Gestão Centralizada e Descentralizada – 3ª entrega: Iniciou em 3/11, com as mesmas características das entregas anteriores. Até o momento foram incluídos 3.585 - 3.149 centralizados e 436 descentralizados. Totalizando 91.663 kits. A entrega dos kits foi encaminhada com a orientação de higienização das embalagens, das mãos, além de um folheto de educação nutricional. A segunda entrega abordou os alimentos in natura e os ultraprocessados. Aos alunos com restrição alimentar, houve modificação do kit para o atendimento da dieta e, para que isso acontecesse foi encaminhado às Diretorias de Ensino, os nomes dos alunos, a qual escola pertencia, a patologia, bem como a composição diferenciada do kit. No período de outubro e novembro, com todos os cuidados e recomendações necessárias, as nutricionistas da SEDUC realizaram 60 visitas in loco em escolas da capital, Grande SP, no intuito de acompanhar a distribuição de Kits. Nas visitas também foi possível realizar orientações junto aos responsáveis pela montagem e distribuição dos mesmos. -Durante o ano, os alunos do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação Casa foram atendidos normalmente, recebendo os gêneros de acordo com o cronograma previsto, pois acompanham as aulas remotas diariamente. Doação aos alunos e entidades sem fins lucrativos: Com a edição do Decreto nº 64.879 de 20/3/2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do contágio do COVID-19, a Seduc também orientou as Diretorias de Ensino do sistema Centralizado a suspender a entrega de produtos perecíveis - hortifrutigranjeiros: folhas, legumes, frutas e ovos, a partir de 23/3/2020, bem como a suspensão das entregas de produtos cárneos. As escolas que tinham pequenos saldos de produtos hortifrutigranjeiros, saldos da semana anterior à decretação de calamidade, foram autorizadas a doar a entidades sem fins lucrativos ou aos municípios, para evitar o desperdício, conforme a Resolução Seduc n. 32. Vale salientar que a distribuição de gêneros alimentícios nas escolas tem a finalidade de atender o consumo de até 05 semanas, sendo assim, expediu-se comunicados objetivando as Doações prioritariamente aos alunos matriculados nas escolas estaduais e nos casos em que a família/responsável pelo aluno optasse pelo não recebimento dos itens doados às escolas são autorizadas a doar para entidades sem fins lucrativos. -Além da Alimentação Escolar, outro serviço de apoio ao aluno é a oferta do transporte escolar que consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. A existência de diferentes realidades municipais, no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a necessidade de atender ao aluno que não consegue utilizar o sistema regular, tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes. Em 2020, previamente à suspensão das aulas pela pandemia, o transporte escolar foi ofertado aos alunos pela celebração de convênios com prefeituras ou pela contratação direta por parte das Diretorias de Ensino. Os números são apresentados na tabela 4.

Transporte - forma de execução	N°de alunos
Convênios com os municípios	255.639
Convênio com a EMTU	4.962
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno regular	49.619
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno com deficiência	3.441
Serviços contratados pelas DEs para aluno com deficiência e regular (modelo unificado de contratação)	19.216
Passe escolar contratado pelas Diretorias de Ensino	28.578

Tabela 4: Número de alunos atendidos nas diferentes modalidades de execução
Fonte - data base: Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte- Novembro/2020

Cabe esclarecer que foi formalizada a contratação da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU, Serviço Especial LIGADO, que oferece transporte adaptado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, contrato com vigência de 30 meses ao custo de R$ 323.820.057,92, com o custo médio anual de R$ 124 milhões. Sobre os convênios com os municípios, atualmente são 600 prefeituras que participam do programa de transporte escolar estadual gratuito à luz do decreto nº 48.631/2014, que "Autoriza a Secretaria da Educação a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios Paulistas, objetivando a transferência de recursos financeiros destinados a auxiliar a manutenção de Programa de Transporte de Alunos da Rede Estadual de Ensino" de forma homogênea e igualitária. Somando o quantitativo de alunos estaduais e dos municípios, este programa transporta, em média, 329.682 alunos/ dia em todo o estado de São Paulo. As tabelas a seguir ilustram os valores executados. A tabela 5 trata dos convênios com os municípios, nos quais a Seduc faz o repasse do valor e a Prefeitura complementa sob forma de contrapartida. A tabela 6 apresenta a contratação descentralizada nas Diretorias de Ensino. Cabe informar que os valores registrados abaixo nas tabelas 9,10 e 11 são valores congelados formalizados em 2019 e no início de 2020, período que antecedeu a Resolução SE nº 27 de 18/3/2020, que determinou a suspensão dos Convênios e Contratos a partir de 24/3/2020, com base nos Decretos nº. 64.862/2020; e ainda o disposto no Decreto nº. 64.881/2020 que decreta a quarentena no Estado de São Paulo no contexto da pandemia do COVID-19.

Seduc/Prefeitura	Valores nominais	Porcentagem
Repasse SEE	R$ 361.489.059,98	69,19%
Contrapartida das Prefeituras	R$160.980.699,88	30,80%
Valor Total	R$ 522.469.759,86	100%

Tabela 5: Valores relativos ao transporte de alunos – repasses base 2019/2020 - 1ª semestre.
Fonte -Data Base Https://sed.educacao.sp.gov.br/Geo/Convenio/MunicipioConvenio- Novembro./2020

Modalidade	Número de alunos	Valor estimado (contratos)
Transporte regular (passe escolar + fretamento)	78.197	R$ 174.502.601,68
Transporte especial	3.441	R$ 65.436.333,52
Transporte Unificado	19.216	R$ 55.904.096,42
Valor Total	100.854	R$ 295.843.031,61

Tabela 6: Valores relativos ao transporte de alunos –por modalidade
Fonte - data base: Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte - Novembro/2020

Na área de Transporte, destacaram-se as seguintes ações: revisão dos critérios de elegibilidade e regras que disciplinam o transporte escolar da rede estadual, de forma a consolidar a política, dando maior clareza e coerência à prestação do serviço e atendimento ao aluno que dele necessita; levantamento dos dados e informações fundamentais acerca do transporte escolar no estado de São Paulo pulverizados em sistemas não integrados, com o objetivo de sanar conflitos e discrepâncias e proporcionar visão global do serviço prestado aos gestores da Seduc; realização de estudos para melhorias do atual modelo de convênio de transporte escolar estabelecido entre a Seduc e os 600 municípios, considerando a redução de intervenientes político-econômicos e utilização de critérios mais objetivos para distribuição equitativa de recursos aos municípios; e desenvolvimento de ferramentas sistêmicas para auxílio na gestão do transporte escolar, como: Criação do Menu na plataforma SED para Gestão dos Serviços - a princípio Manipulação, Limpeza e Transporte, com objetivo de controlar vigências, tramitação processual e controle de informações dos procedimentos contratuais - Licitação, com integração aos sistemas financeiros da Secretaria de Estado da Educação. Além disso, como já mencionado, há o desenvolvimento de roteirização automática na plataforma SED para otimizar a execução das rotas e veículos que atendem no serviço de transporte escolar nas modalidades de contratação direta de empresas, com auxílio aos municípios na execução do convênio, além de agilizar todo o processo de formalização de convênio e/ou contratação. Por fim, outro serviço de apoio ofertado ao aluno, é o profissional de Apoio Escolar – Cuidador, para os alunos com deficiência, para o atendimento especializado em salas de recursos, classes regidas por professores especializados, serviço itinerante e classes hospitalares. A atuação especializada acontece por meio de contratações formalizadas pelas Diretorias de Ensino, que permitem o atendimento de alunos com Deficiência, Transtorno do Espectro do Autista, Altas Habilidades ou Superdotação, que em função de seu comprometimento, exigem pessoal e instrumentos especializados. O suporte ao processo de inclusão escolar é realizado com apoio de cuidadores para os alunos com deficiência cujas limitações lhes acarretem dificuldade de caráter permanente ou temporário no cotidiano escolar, além de professores interlocutores para alunos com surdez. No período de aulas presenciais, foi ofertado o serviço especializado de cuidador a 7.822 alunos, por meio de 307 contratos formalizados nas 91 Diretorias de Ensino Regionais, com o investimento anual de R$ 93.526.765,23. Os números são apresentados na tabela 7.

Diretorias de Ensino	Nº de Contratos formalizados	Nº Alunos Atendidos	Nº de Cuidadores	Valor Total (Anual)
91	307	7.822	5.236	R$ 93.526.765,23

Tabela 7: Profissional de Apoio Escolar (Cuidador)
Fonte - data base: Controle de Contratos do Departamento de Serviços de Transporte e Assistência ao Aluno - Novembro/2020

Escola+Bonita e Infraestrutura - Especificamente no escopo do projeto Escola+Bonita encontram-se as obras e reformas prioritárias realizadas nas escolas estaduais por meio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, e os serviços de melhorias em manutenção, conservação e reparo nos prédios escolares realizados pelas próprias escolas com o uso do recurso do PDDE Paulista. No âmbito do projeto Escola+Bonita até o momento houve a execução de recursos de mais de 16 milhões em obras em andamento e mais de 300 obras com orçamento aprovado. Só em 2020, foram 476 escolas com intervenções em infraestrutura executadas pela FDE e concluídas. Essas obras estão sendo realizadas gradativamente com base em critérios de prioridade e de análise técnica. Esse projeto prevê ainda melhorias em conservação, manutenção, pintura e reparos nos prédios escolares que podem ser realizadas pela própria escola, executando o recurso do PDDE Paulista. Assim, com o uso do PDDE Paulista, foram 4.899 escolas que fizeram algum tipo de serviço de melhoria na infraestrutura - manutenção, conservação e/ou reparo - ou pintura. Salienta-se também que houve durante o exercício, um volume expressivo de repasses de recursos de manutenção para execução de serviço de maneira descentralizada pelas unidades escolares, por meio de suas Diretorias de Ensino. Foram realizados mais de 250 repasses, com valor investido de cerca de 3 milhões de reais. Em um aspecto mais amplo que o escopo do projeto Escola+Bonita, a Seduc é responsável por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da rede física escolar. As execuções ficam a cargo da FDE, como braço operacional e entidade vinculada, que por sua vez elabora estudos técnicos para viabilização das obras a serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executa as obras públicas junto às empresas do setor de construção. Entre os principais tipos de obras realizadas destacam-se: expansão da rede - construção e ampliação de escolas, aumentando a capacidade de atendimento onde necessário; manutenção dos prédios existentes, incluindo os restauros de edificações tombadas pelo patrimônio histórico e cultural; substituição de prédios e salas; adequação das edificações para atender a programas específicos, como as Escolas de Ensino Integral; melhorias dos prédios - adequação dos prédios quanto à acessibilidade e segurança contra incêndio, bem como a construção de ambientes que não sejam salas de aula, como por exemplo cozinhas e refeitórios; e cobertura de quadras de esportes. Quanto às atividades, o quadro de intervenções que inclui aquelas realizadas em apresenta-se conforme a Tabela 8. No caso de creches, a FDE presta suporte técnico para as obras realizadas por meio de convênios que definem as prefeituras como executoras, existindo ainda – a partir de 2017, a possibilidade de a própria FDE licitar e gerenciar a execução das creches. No que diz respeito às obras executadas pela FDE junto às prefeituras as atividades constam da Tabela 9.

Valor em R$ milhões

Obras FDE	Licitação		Em andamento		Concluídas		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Obras Novas	3	40.364	0	0	1	4.999	4	45.363
Ampliação	0	0	0	0	1	0.800	1	0.800
Acessibilidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Cobertura de quadra	0	0	1	0.921	1	0.648	2	1.569
Reforma	105	77.271	121	33.567	476	99.583	702	210.421
Creche	4	10.314	23	40.552	23	40.631	50	91.497
Total	112	127.949	146	75.040	502	146.661	760	349.650

Tabela 8: Obras executadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Fonte -data-base: FDE – dezembro. /2020

Valor em R$ milhões

Obras Prefeituras	Licitação		Em andamento		Concluídas		Total	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Obras Novas	0	0	1	3.310	0	0	1	3.310
Ampliação	0	0	1	1.418	1	0.822	2	2.240
Reformas	1	0.049	1	0.472	0	0	0	0
Adequação	0	0	0	0	0	0	0	0
Creches	2	5.187	68	114.278	35	59.697	105	179.162
Total	3	5.236	71	119.478	36	60.519	108	184.712

Tabela 9: Obras executadas pela FDE junto às Prefeituras
Fonte-data base: FDE – dezembro. /2020

Quanto à aquisição e distribuição de mobiliário para ambientes escolares e administrativos com apoio da FDE, as especificações seguem os critérios estabelecidos pela ABNT -NBR 9050 – Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Foram acrescidos dados relacionados ao combate da COVID-19. Os números estão apresentados na Tabela 10. O investimento em mobiliários, equipamentos e utensílios garantiu a reposição de itens desgastados pelo tempo de uso, através de mais de 25 mil entregas em mais de 5,2 mil unidades escolares. Os números demonstram um aumento no investimento de 72% comparado com 2019. Até a data da consulta os quantitativos foram os seguintes:

Descrição	Quantidade	Investimento
Mobiliários	582.534	R$ 168.702.611,50
Equipamentos	2.710	R$ 6.490.818,65
Utensílios	*	R$ 211.044,27
Termômetro Digital	10.150	R$ 1.015.000,00
Totens para álcool em gel	10.012	R$ 3.063.672,00
Face Shield	225.003	R$ 927.012,36
Máscara	6.928.946	R$ 9.048.917,13
Total	7.759.355	R$ 189.539.261,52

Tabela 10: Aquisição de mobiliário (*A Secretaria Escolar Digital - SED não discrimina as aquisições quando se trata de utensílios, fornecendo somente o valor de investimento) - Fonte - data base: CISE -novembro/2020

Além das condições de infraestrutura e mobiliário, no início do ano letivo, cerca de 3,5 milhões de alunos da rede estadual recebem um kit de material escolar, definido em conjunto entre a FDE e a Seduc. O kit é organizado de acordo com o nível de ensino. Para atendimento aos alunos no início do ano letivo 2021, foram adquiridos cerca de mais 3,4 milhões de kit de material escolar. Em 2020 as aquisições constam da Tabela 11 e foram realizadas por meio de três atas de registro de preços Ata 36/00148/19/05-001, Ata 36/00149/19/05-001 e Ata 36/00150/19/05-001, com valor unitário variando de R$ 23,85 a R$ 27,47. A distribuição iniciou em setembro/2020, objetivando a conclusão das entregas em Janeiro/2021, garantindo a todos os alunos da Rede Estadual o material escolar logo no primeiro dia de aula de 2021.

Descrição	Ata	Quantidade	Valor Total
Kit Material Escolar - E.M.	36/00150/19/05-001	1.336.448	R$ 18.706.946,82
Kit Material Escolar - E.F II	36/00149/19/05-001	1.438.336	R$ 34.304.320,52
Kit Material Escolar - E.F I	36/00148/19/05-001	680.996	R$ 36.030.628,91
Total		3.455.779	R$ 89.041.896,25

Tabela 11: Kits escolares
Fonte - data base: FDE – Novembro/2020

Ainda sobre materiais, a Seduc conta com a Rede de Suprimentos**.** Trata-se de um sistema inovador na logística pública, pelo qual todas as mais de 5 mil escolas da rede são abastecidas com materiais de escritório, informática e limpeza, desburocratizando o processo de compra de produtos. Um dos benefícios dessa ferramenta, que conta em torno de 1.300 produtos, é desonerar o trabalho do diretor da escola das tarefas relacionadas à aquisição e entrega de materiais. A escola faz a requisição dos itens de que necessita e, após a confirmação, os produtos são entregues diretamente à unidade escolar. A Rede de Suprimentos ficou aberta até o mês de março. Nos meses de julho e agosto, todas as escolas adquiriram produtos de higiene a saber: álcool gel 70, sabonete líquido, papel toalha e copo descartável. Nos meses de setembro e outubro as escolas que programaram retorno de atividades presenciais efetuaram aquisições de itens complementares de higiene. A partir de outubro, a rede de suprimentos foi aberta para as aquisições de todas as famílias de produtos. A Seduc investiu R$ 26.674.231,45 na Rede de Suprimentos até o momento. Com os itens de combate ao COVID-19, foram investidos mais de R$ 15,9 milhões com aquisição de Termômetros para aferição de temperatura corporal, máscaras de tecido, Face Shields e Totens para álcool em gel. Esse investimento tem como público alvo os mais de 3,5 milhões de alunos da rede estadual, bem como os mais de 234 mil funcionários que atuam na Secretaria de Estado da Educação.

Escola Mais Segura - Este projeto conjuga quatro tipos de serviço que visam aumentar combater a violência nas escolas, por meio da organização de uma estrutura que reúne ações intencionais, planejadas e sistemáticas. Dentre os serviços está o videomonitoramento em cerca de 4.200 escolas da rede estadual que contam com câmeras integradas ao Centro Integrado de Comando e Controle- CICC. Os recursos transferidos pelo Programa PDDE Paulista podem ser utilizados para aquisição desses equipamentos pelas unidades escolares. O Gabinete Integrado de Proteção e Segurança Escolar já atendeu 818 ocorrências de julho/2019 até março/20. Em outra frente, foi desenvolvida a plataforma CONVIVA-SP - PLACON - Sistema Integrado de Registros Escolares, utilizada aproximadamente por 4.200 escolas para registrar suas ocorrências, no escopo do Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar - Conviva SP instituído pela Resolução 48/2019. Os dados da plataforma subsidiam a escola na elaboração do plano de melhoria da convivência escolar, monitorado sistematicamente em 2.550 escolas, com previsão de expansão em 2021. O plano é visto também como ferramenta de fortalecimento da participação e corresponsabilidade das famílias com a educação das crianças e adolescentes. Por fim, em 2630 escolas está implantando o Programa Vizinhança Solidária que visa aproximar a comunidade escolar das ações de prevenção primária por meio do estabelecimento de uma rede de contatos locais, via aplicativo, composta por vizinhos da unidade escolar - inclusive comércios, gestores, funcionários, pais de alunos, ocupante de zeladoria e Polícia Militar para, juntos, ajudarem a zelar pelo patrimônio público, pela segurança da escola e do entorno. Foram realizadas formações centrais, regionais e locais, sobre Saúde Mental, Socioemocional para Educadores, Formação da Personalidade Ética, Comunicação não violenta, Educação em Valores, Valorização à Vida, com apoio de parceiros. No geral, foram abordados temas como combate ao *Cyberbullying*, interlocução com a rede de proteção, identificação das situações de conteúdo pornográfico, vulnerabilidade, cyber agressão e discurso de ódio. Ressalta-se que está prevista para implementação em 2021 a iniciativa Psicólogos da Educação que vai contratar empresa de teleatendimento psicológico para atender 3,5 milhões de estudantes e a totalidade de professores e servidores da rede estadual paulista. O atendimento remoto está previsto em mais de 5 mil escolas. O edital de contratação foi publicado em meados de novembro. Busca-se orientar profissionais sobre possíveis sinais para identificação de traumas e abusos entre os estudantes, além de conduzir testes e ferramentas psicológicas, conforme planejamento de cada escola. Está previsto para o ano de 2021 a designação dos PCNPs Conviva SP - Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico - para atuação junto ao Programa a partir de janeiro. O PCNP é o docente que atua nas Diretorias de Ensino, visando a melhoria da aprendizagem e contribuindo para um clima escolar positivo, por meio de um ambiente colaborativo, solidário e acolhedor. A atuação deste profissional é dada pela Resolução Seduc-92, de 1º-12-2020, que institui a Orientação de Convivência como parte integrante da equipe executora local do CONVIVA SP - programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar. O Professor Orientador de Convivência é o docente apto a reconhecer-se, em sua atuação profissional, como protagonista e agente transformador, que compreende e identifica as características de uma sociedade plural, atuando junto às unidades escolares.

SECRETARIA DE ESPORTES

Órgão 41000 - Secretaria de Esportes. Realizações, Ações e Programas Efetuados no Período 2/1 a 23/12/2020. O quadro abaixo resume a Execução Orçamentária da Secretaria de Esportes - Orçamento Geral.

Tabela 1 Fonte: SIGEO/SIAFEM - valores em reais R$

	Orçamento Atual 2020	Empenhado 2020	Liquidado 2020
Despesas Correntes	156.586.633,00	93.873.618,52	76.707.878,74
Pessoal e Encargos Sociais	34.396.860,00	32.446.006,04	32.446.006,04
Outras Despesas Correntes	122.189.773,00	61.427.612,48	44.261.872,70
Despesas de Capital	113.213.180,00	53.181.869,33	9.005.299,85
Investimentos	113.213.180,00	53.181.869,33	9.005.299,85
Total Geral	269.799.813,00	147.055.487,85	85.713.178,59

Este quadro resume a Execução Orçamentária da Secretaria de Esportes, -SEESP, por Programas, de acordo com o Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 de acordo com a Lei nº 17.262, de 9/4/2020.

	Orçamento Atual 2020	Empenhado 2020	Liquidado 2020
4109 - São Paulo Mais Esporte E Lazer	146.174.407,00	92.293.748,12	76.228.008,34
Despesas Correntes (Pessoal)	34.396.860,00	32.446.006,04	32.446.006,04
Despesas Correntes (Outras Despesas)	111.777.537,00	59.847.742,08	43.782.002,30
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00
4111 Incentivo A Infraestrutura Esportiva	110.300.406,00	52.691.869,33	9.005.299,85
Despesas Correntes	6.397.236,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	103.903.170,00	52.691.869,33	9.005.299,85
Despesa Total	256.474.813,00	144.985.617,45	85.233.308,19

Emendas Impositivas	Orçamento Atual 2020	Empenhado 2020	Liquidado 2020
Despesas Correntes	4.015.000,00	1.579.870,40	479.870,40
Outras Despesas Correntes	4.015.000,00	1.579.870,40	479.870,40
Despesas de Capital	9.310.000,00	490.000,00	0,00
Investimentos	9.310.000,00	490.000,00	0,00
Total Geral	13.325.000,00	2.069.870,40	479.870,40

A Secretaria de Esportes, executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de

Esportes e Lazer, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos. -*Programa 4109 - Fomento a Atividade Esportiva e de Lazer,* tem por finalidade manter em condições adequadas e segura a Sede e os Próprios por ela administrados, bem como, estimular a Pratica do Esporte e do Lazer visando o bem estar da população; formular políticas públicas voltadas ao Desporto e paradesporto; coordenar e implementar ações governamentais; apoiar iniciativas e promover o desenvolvimento do esporte e do lazer , bem como propiciar intercambio entre organizações e confederações. A Coordenadoria de Esporte e Lazer-CE- executa, anualmente, o tradicional Calendário Oficial de Eventos Esportivos por meio repasse a Prefeituras através Convênios. Os eventos constantes do Calendário de Esportes envolvem grandes números de público de várias faixas etárias, por força da Pandemia, todos os eventos, do Calendário, foram num primeiro momento suspenso em atendimento ao Decreto Nº 64.862, de 13, publicado em 14/3/2020 e em 16/10, através da Resolução SE 10/2020, 15 /10/2020, todos os eventos, do Calendário, foram cancelados pelo Senhor Secretário de Esportes. *Realizações.* Ação 5854 – Gerenciamento das atividades da Pasta de forma a dar suporte e condições de manutenção adequada e funcionalidade às Unidades por ela administrada. Conjunto Desportivo "Baby Barioni e Constâncio Vaz Guimarães; Vila Olímpica "Mario Covas", CERECAMP, 14 Delegacias e 52 Inspetorias, aumentando as condições de utilização, proporcionando bem estar e segurança ao público frequentador destes locais. Nesta ação, também, são executadas as despesas com Pessoal e Encargos. Ação 5116 – Centro De Iniciação E Treinamento Esportivo - Adequar espaços esportivos, gerenciamento Técnico/Administrativo do programa de qualidade e eficiência para atletas iniciantes e de alto rendimento com acompanhamento multiprofissional que propicie condições para o treinamento e que possibilitem a formação e aprimoramento técnico de atletas nas diversas modalidades esportivas.

Realizado 2020

Prefeituras	Objeto	Valor
Alvinlandia	Esporte Social	45.000,00
Barretos	Centro de Formação Esportiva Basquetebol	250.000,00
Cabralia Paulista	Esporte Social	45.000,00
Casa Branca	Esporte Social	45.000,00
Cravinhos	Centro de Formação Esportiva - Basquetebol	225.863,50
Eldorado	Esporte Social	45.000,00
Franca	Centro de Formação Esportiva - Handebol e Ginastica Ritmica	249.775,30
Guarulhos	Centro de Formação Esportiva - Handebol e Ginastica Ritmica	247.111,66
Itanhaem	Centro de Formação Esportiva - Boxe e Judô	235.001,60
Itariri	Centro de Formação Esportiva de Boxe	224.541,60
Mairiporã	Centro de Formação Esportiva - Ciclismo	250.000,00
Miracatu	Esporte Social	45.000,00
Piraju	Centro de Formação Esportiva Skate	196.680,50
Promissão	Centro de Formação Esportiva - Futebol e Jiu Jitsu	221.399,60
Santo André	Centro de Formação Esportiva - Basquete, Karatê, Natação e Tênis de Mesa - Santo André fase II	250.000,00
São Bernardo do Campo	Centro de Formação Esportiva - Atletismo e Natação	250.000,00
São Vicente	Projetos Esportivos	247.341,60
S. J.Rio Pardo	Centro de Formação Esportiva - Natação	250.000,00
Tupã	Centro de Formação Esportiva - Basquetebol Tupã	250.000,00
Total		3.572.715,36

Ação 5131 – Realização e Apoio aos Eventos de Caráter Competitivo **-** Promover Calendário Oficial de Esporte, elaborar regulamentos, acompanhar a celebração de convênios com Municípios e Entidades. Organização, gerenciamento Técnico, Administrativo, coordenação e participação das Delegacias em competições nacionais, realizar campeonatos, divulgar ações na área do esporte, através de vídeos institucional, portal digital, publicidade e distribuição de folders para mídia em geral e 3ª idade.

Realizado 2020

Prefeituras/ Entidades	Objeto	Valor
Pereira Barreto	12ª Travessia a Nado do Canal de Pereira Barreto	28.900,00
Confederação Bras.de Karatê Interestilos	27º Zona Sul Sudeste de Karatê Interestilos	180.000,00
Federação Paulista de Artes Marciais Interestilos	6º Festival Lúdico de Artes Marciais Seletiva Estadual de Taekwondo	179.130,00
Confed. Brasileira de Artes Marciais Chinesa	15º Copa São Paulo de Kung Fu	180.000,00
Total		568.030,00
Empresas	Objeto	Valor
Mega Dados Comercial eireli	Aquisição de Bolas	1.780.000,00
Mega Dados Comercial eireli	Aquisição de Troféus e Medalhas	4.299.994,50
PPR Live Digital Ltda	Paradens - Programa de Desenvolvimento e Formação Paralímpica	2.325.000,00
MVP Network Promoção de Eventos Ltda	Prestação de Serviços para Fornecimento de Materiais e Serviços que Atenderá o São Paulo Jogos de E-sports	420.000,00
Total		8.824.994,50

De 11 a 13/12, foi realizado o evento denominado Ginástica Rítmica *online*. O evento contou com um total de 300 participantes inscritos sendo 23 municípios, 32 entidades, e 245 atletas de todas as regiões do estado, com atletas a partir de seis anos de idade -masculino e feminino, nas seguintes categorias: Mirim -6 e 7 anos, Pré-infantil -8 a 10, Infantil -11 e 12 anos, Juvenil -13 a 15 e Adulto -acima de 15, o número de participantes foi de 288 sendo 22 municípios, 31 entidades, e 235 atletas.

Ginastica rítmica	Inscritos	Participantes
Municípios	23	22
Entidades	32	31
Atletas	245	235
TOTAL	300	288

Programa Cartão VidAtiva - O Programa Cartão VidAtiva para idosos foi instituído no fim de 2013 e prevê repasses mensais de renda para pessoas com mais de 60 anos e renda mensal de até 3 salários mínimos. Esses valores são utilizados em clubes e academias de ginástica inscritas previamente no Programa -atendendo chamamento público, em várias cidades do Estado de São Paulo, onde os idosos praticam atividades físicas regularmente. Os idosos cadastrados recebem um Cartão de débito do Banco do Brasil da modalidade Pré-Pago que são recarregados - operação feita a partir de um Termo de Cooperação com o FUSSP, que possui contrato assinado com o Banco do Brasil, a partir do momento que os Clubes e Academias atestam mensalmente a frequência e regularidade da presença dos idosos nas atividades. Os clubes e academias inscritos concordaram em atender esses idosos pelo valor de R$ 39,90 mensal, para estabelecimentos sem piscina; e R$ 57,00 mensal para equipamentos que oferecem piscina aos idosos - valores muito abaixo do mercado, definidos em 2013. O banco cobra uma taxa de recarga dos cartões de 1% sobre o valor. O custo anual por idoso é de R$483,48 sem piscina e R$ 690,84 com piscina. Por conta da pandemia neste exercício este programa por conta da faixa etária que utiliza este serviço, não houve execução no Programa. - Ação 6028 – Atletas Beneficiados com "Bolsa Talentos Esportivo**"** - concessão de Bolsa Talento Esportivo, instituído pela Lei nº 13.556, de 9/6/2009, nas categorias Estadual, Juniores, Nacional e Internacional, que consiste no apoio financeiro aos atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidade olímpicas e paraolímpicas, individuais e coletivas. O Bolsa Talento, tem por finalidade ampliar o alcance é incentivar o desporto nos vários níveis de excelência dos praticantes de modalidades Olímpicas e Paraolímpicas. O Programa Bolsa Talento Esportivo atende atletas de todas as modalidades esportivas -priorizando as olímpicas, em quatro categorias distintas que possuem critérios e requisitos de faixa etária e de mérito esportivo nas competições das quais participam nos últimos 24 meses, no mínimo. Os repasses das bolsas são mensais -valores estipulados pela Lei que instituiu o Programa em 2009, com obrigatoriedade de prestações de contas trimestrais e a possibilidade de um pedido de renovação enviado pelo atleta à Comissão de Análise do Programa, quando completa um ano de recebimento. Após 5 anos recebendo a bolsa o atleta deverá apresentar resultados expressivos de nível internacional para que a bolsa seja renovada. Os critérios de concessão, renovação, suspensão e exclusão de bolsas para os atletas estão previstos na Lei que institui o Programa e nas Resoluções Internas -SESP 16 e 17/2019, que regulamentam o Programa e a Comissão de Análise. A categoria estudantil concede uma bolsa de R$ 415,00 e atende atletas de 14 até 17 anos, exigindo bons resultados nas competições de nível estadual, principalmente nos jogos escolares. A categoria juniores concede bolsa inicial de R$ 415,00 até o limite de R$ 830,00 para atletas de 17 a 20 anos -o valor vai aumentando conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados, exigindo bons resultados de nível estadual nas competições organizadas pelas federações e confederações da modalidade. A categoria nacional concede bolsa inicial de R$ 1245,00 até o limite de R$ 1660,00 para atletas a partir dos 21 anos -o valor aumenta conforme a aprovação da renovação anual e os méritos esportivos comprovados, exigindo bons resultados de nível nacional. A categoria internacional concede bolsa inicial de R$ 2075,00 até o limite de R$ 2490,00 para atletas de qualquer faixa etária -valor conforme renovação anual e mérito esportivo, exigindo resultados de expressão internacional. Realizado - O valor investido neste programa foi de R$ 2.259.125,00 em onze meses. Programa 4111 - Incentivo A Infraestrura Esportiva **-** oferecer suporte de infraestrutura aos Municípios Paulista com a finalidade de difundir a pratica do esporte e do lazer; disponibilizar aos municípios e Entidades, materiais e equipamentos esportivos e de lazer, por meio de termos de doação, convênios e outros instrumentos legais.- Ação 1040 – Apoio Aos Municípios Para Realização de Obras em equipamentos Esportivos – Repasse de recursos aos municípios e as entidades, mediante celebração de convênios, para a realização de obras de modernização, reformas, ampliação, instalações e construção de equipamentos esportivos para a pratica de esportes e lazer.

Realizado 2020

Prefeituras/ Entidades	Objeto	Valor
Areiopolis	Construção de muro e iluminação no Estádio Municipal	300.000,00
Bernardino de Campos	Reforma da Cancha de Bocha	100.000,00
Capela do Alto	Cobertura de Quadra Poliesportiva	300.000,00
Cerquilho	Construção de Quadra para a pratica esportiva de Futebol Society	300.000,00
Pardinho	Construção de 01 piscina aquecida de hidroginástica coberta e fechamento laterais.	300.000,00
São Miguel Arcanjo	Construção de Quadra Poliesportiva	300.000,00
São Pedro do Turvo	Reforma e Construção do vestiário na Quadra Municipal do Bairro da Agua Suja	150.000,00
Sarutaia	Reforma e Adequação do Ginásio de Esportes	300.000,00
Torre de Pedra	Iluminação do Campo de Futebol Municipal	300.000,00
Total		2.350.000,00

Empresas	Objeto	Valor
Linx com roupas, Quadras Esp e Acess eireli	Contratação de Empresa para Fornecimento e montagem de conjuntos modulares de quadra de Futebol Society em grama sintética, Basquete e iluminação led	4.465.000,00
Construtora Ohana ltda	Contratação de Empresa, ou Consorcio de ate 2 (duas) Empresas, para execução,mediante empreitada de Mao de Obra com fornecimento de materiais, de serviços de projeto e construção de pistas de skate em diversos Municípios do Estado	506.292,99
Zanatta Engenharia Ltda EPP	Contratação de Empresa, ou Consorcio de ate 2 (duas) Empresas, para execução,mediante empreitada de Mao de Obra com fornecimento de materiais, de serviços de projeto e construção de pistas de skate em diversos Municípios do Estado	395.545,14
Total		5.366.838,13

Realizado 2020 - Ação 6321

Empresas	Objeto	Valor
Construtora Roy Ltda.	Continuidade das obras do Conjunto Desportivos Baby Barioni	688.553,30
Companhia Paulista de Obras e Serviços CPOS	Contratação da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS para prestação de serviços técnicos especializados de engenharia objetivando o gerenciamento da 2ª etapa da conclusão das obras de restauro, reforma, adaptação e acessibilidade.	378.332,98
Total		1.066.886,28

Realizado 2020 - Outras Informações

Convênios De Obras Assinados - 2020 - Atm - Até 09/12/2020

Item	Município	Objeto	Valor
1	Alvinlândia	Construção de Cancha de Malha e Bocha	100.000,00
2	Areiópolis	Muro Iluminação do Estádio Municipal	300.000,00
3	Bernardino de campos	Reforma da Cancha de Bocha	100.000,00
4	Cerquilho	Construção de Quadra para a Pratica Esportiva de Futebol Society	300.000,00
5	Inúbia paulista	Reforma do Centro Esportivo Campo de Bocha e Malha	30.000,00
6	Mirante do Paranapanema	Construção de Vestiários, Arquibancada, Alambrado e Iluminação no Campo de Futebol do Distrito de Costa Machado	190.000,00
7	Pardinho	Construção de 01 Piscina Aquecida de Hidroginástica Coberta e Fechamento Laterais	300.000,00
8	São Miguel Arcanjo	Construção de Quadra Poliesportiva	300.000,00
9	São Pedro do Turvo	Reforma e Construção do Vestiário na quadra municipal do Bairro Água Suja	150.000,00
10	Sarutaiá	Reforma e adequação do Ginásio de Esportes	300.000,00
11	Tarumã	Modernização da Praça de Esportes Alexandre Benelli	200.000,00
12	Torre de Pedra	Iluminação do Campo de Futebol Municipal	300.000,00
			2.570.000,00

Areninhas instaladas - 2020 - até 09/12/2020

Item	Município	Objeto	Valor
1	Amparo	Projeto Areninha	315.000,00
2	Itaí	Projeto Areninha	315.000,00
3	Caieiras	Projeto Areninha	315.000,00
4	Atibaia	Projeto Areninha	315.000,00
5	Santo André	Projeto Areninha	315.000,00
6	Salto	Projeto Areninha	315.000,00
7	Batatais	Projeto Areninha	315.000,00
8	Taboao da Serra	Projeto Areninha	315.000,00
9	Porto Ferreira	Projeto Areninha	315.000,00
10	Mairiporã	Projeto Areninha	315.000,00
11	Pariquera-Açu	Projeto Areninha	315.000,00
12	Bernardino de Campos	Projeto Areninha	315.000,00
13	Barretos	Projeto Areninha	315.000,00
14	Ipaussu	Projeto Areninha	315.000,00
			4.410.000,00

Realizado 2020 - Emendas Impositivas - Ação 2272 –

Prefeituras/ Entidades	Objeto	Valor
Federação Paulista de Karate	Projeto de Karate FPK	479.870,40
Total		479.870,40

Realizado 2020 – Demandas - Ação 1040 - Apoio Aos Municípios para Realização e Obras e equipamentos Esportivos

Prefeituras/ Entidades	Objeto	Valor
Tarumã	Modernização da Praça de Esportes Alexandre	200.000,00
Total		200.000,00

Ação não Orçamentária - A Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - Embora não faça parte de algum programa específico, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte -Lei 13.918/09 é um mecanismo jurídico que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude de São Paulo. Trata-se de uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS, por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela Secretaria de Esportes, Lazer e Juventude. Instituída por lei em 2009 e regulamentada pelo decreto 55.636 de 26/3/2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura.

Valores Aprovados para captação (R$) 60.000.000,00

Foram aprovados 702 projetos dos quais 311 foram iniciadas as captações, das quais 205 captou acima de 35% e 116 terá início em 2021. Além das atividades fins da Secretaria ela ainda desenvolve atividades meio que dão suporte para as realizações de todas as atividades inerentes ao Esporte.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Atua em conjunto com a Chefia de Gabinete da Pasta, com destaque para a importante atuação no processamento de propostas que foram efetivamente convertidas em normas estaduais em 2020. Executou atividades relacionadas à representação do Gabinete do Secretário nas matérias que lhes são afins e exerceu suas atribuições legalmente, previstas no inciso VII, artigo 34, do Decreto nº 64.152/19, na seguinte conformidade: Registrou-se nessa unidade, por meio do Núcleo de Apoio Administrativo, durante o exercício, cerca de 10.122 expedientes e processos, internos e externos. Cabe ressaltar que aproximadamente 90% dos documentos direcionados ao Gabinete do Secretário, Gabinete do Secretário Executivo e à Chefia de Gabinete passam necessariamente pela ATN, que atua recebendo, analisando sob o caráter técnico-normativo, preparando respostas, despachos, ofícios, informações dando-lhes os devidos encaminhamentos para seu prosseguimento. Dentre esses documentos, destaca-se o recebimento, processamento e preparo de respostas a 36 demandas da Corregedoria Geral de Administração; Em relação às requisições do Ministério Público do Estado -Estadual e Federal, 236 foram recebidas e processadas, tendo sido devidamente respondidas por meio de ofícios. Essa unidade também é responsável pelo atendimento das demandas oriundas do Sistema de Acompanhamento Legislativo -SIALE, vinculado à Assessoria Técnica da Casa Civil-ATeCC e atua recebendo, analisando e encaminhando as demandas às áreas competentes para manifestação; Em relação às demandas específicas do Poder Judiciário -Estadual e Federal, dirigidas ao Titular da Pasta, foram recebidas cerca de 4.563 documentos, entre ofícios, intimações, citações, cartas precatórias etc. Observe-se que grande parte desses recebimentos ocorreram de forma pessoal, com atendimento direto de serventuários da justiça, de contribuintes/interessados e de advogados e estagiários. Desses documentos, 1403 referem-se a pedidos de informações em sede de Mandado de Segurança, que exigem atuação precisa e rápida das áreas, eis que contam com prazo exíguo para resposta -10 dias; Por fim, destacamos os inúmeros atendimentos e orientações verbais e por correio eletrônico prestado internamente às diversas áreas da Pasta, que vão desde orientações de uso da Redação Oficial institucionalizada até orientações técnicas específicas que são imprescindíveis para o bom andamento dos trabalhos administrativos da Secretaria; Manifestações em Anteprojeto, Projeto de Lei, Lei Complementar, Proposta de Emenda Constitucional, Indicação, bem como, aos diversos Requerimentos de Informações formulados pelos Deputados Estaduais.

Área de Relacionamento Institucional com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo -ARIT: Instituída em 22/3/2019 pelo Decreto n° 64.152 de 2019, inciso VIII do Artigo 34, desenvolveu as seguintes atividades: Encaminhou os Relatórios Trimestrais em atendimento aos artigos 2º, 10 e 13 das Instruções 02/2016 do TCESP; Encaminhou os Relatórios: com periodicidade bimestral, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO conforme anexos de 1 a 14 da parte III do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF e com periodicidade quadrimestral, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, conforme anexos de 1 a 6 da parte IV do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, com fundamento legal do artigo 165 parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101/22000-LRF; Monitorou e divulgou as publicações e despachos do TCESP e apoiou a preparação e o atendimento às requisições de informações e demais solicitações do TCESP; Elaborou e consolidou o Relatório Gerencial Anual do Governo – Poder Executivo, previsto nas instruções 02/2016 – artigo 4º, Inciso I, Balanço Geral – Prestação de Contas, que é

encaminhado juntamente com as Demonstrações Contábeis -BGE, pelo Governador para a Assembleia Legislativa e ao TCESP até 30 de abril, conforme artigo 236 Regimento Interno da ALESP e o inciso IX, artigo 47 da Constituição Estadual SP; Elaborou o Relatório Anual, em atendimento ao artigo 4º, incisos II a XIX das instruções TCESP nº 02/2016, até 30 de abril; Coordenou os trabalhos de preparação de relatório de atendimento às determinações, recomendações e ressalvas referentes às Contas do Governador; Acompanhou e orientou as equipes da Sefaz na utilização dos Sistemas de Auditoria Eletrônica, do Tribunal de Contas, tais como Audesp, Processo Eletrôn-BGE-e-TCESP e SISCOE; Prestou atendimento às distintas áreas do TCESP, Secretárias/Órgãos do Estado -reuniões, ligações telefônicas e e-mail; Acompanhou e orientou as unidades da Sefaz no atendimento às recomendações proferidas nos julgamentos das contas da Secretaria da Fazenda e Planejamento; Coordenou até março, o Grupo de Trabalho para aperfeiçoamento da gestão interna do Sistema de Consolidação de Informações ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – SCT. Esta atividade foi suspensa devido à transferência da CCE para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Projetos; Coordenou os trabalhos para a integração do Ministério Público de São Paulo e da ALESP ao Sistema SCT, por meio da proposição e celebração de Termo de Colaboração Institucional Administrativa já publicada; Prestação de contas no Sistema de Contas Estadual do TCE/SP -SISCOE, da Unidade Gestora Executora do Gabinete do Secretário; Acompanhou as diversas demandas relacionadas ao COVID-19-requisições, questionários, entre outros; Das atividades relacionadas, a ARIT produziu cerca de 250 Expedientes-Sem Papel, 150 Despachos, 60 Informações, 9 Ofícios ARIT, 02 Ofícios Circular, 37 -Ofícios GS-EXEC, 1 Ofício GS-CG, 2 Ofício GS.

Área Executiva -AE: Estruturada pelo Decreto 64.152, de 22/3/2019, atuou como interlocutora entre as áreas da Secretaria da Fazenda e de outras instituições junto ao Gabinete do Secretário sobre assuntos e projetos estratégicos da Pasta e do Governo do Estado. Prestou informações diversas produzidas e fornecidas pelas áreas tributária, financeira e de captação de recursos, atendendo a mais de 90 solicitações, para fins de composição do Boletim do Governador, com o objetivo de subsidiar as reuniões do Governador e Vice-Governador no Palácio do Governo; Compôs a Secretaria Executiva do Fundo de Apoio aos Contribuintes-Funac, sob gestão da Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP, que tem sob sua égide linhas de financiamento de suma importância para o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo; Compôs a Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza -Fecoep, atendendo ao Decreto nº 62.242/2016; 4) Compôs participação no Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação-Coetic, que deliberou sobre centenas de solicitações e assuntos referentes à tecnologia da informação, comunicação e informática, em 22 reuniões ordinárias, atendendo aos pressupostos do Decreto nº 64.601, de 22/3/2019; Compôs o Comitê Gestor do Gasto Público a partir do mês de junho, quando da recomposição do Comitê por conta da criação da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. O Comitê Gestor do Gasto Público deliberou sobre centenas de solicitações em conformidade com o Decreto nº 64.065/2019, que institui Comitê Gestor do Gasto Público para otimização das despesas e redução de gastos no âmbito do Poder Executivo e dá providências correlatas; Decreto nº 64.066/2019, que estabelece diretrizes para reavaliação e renegociação de contratos visando a redução das despesas que especifica no âmbito do Poder Executivo; Decreto nº 64.067/2019, que estabelece diretrizes para reavaliação e cancelamento das transferências de recursos que especifica no âmbito do Poder Executivo; Decreto nº 64.068/2019 que estabelece diretrizes para suspensão e reavaliação de convocações públicas para a celebração de contratos de gestão com organizações sociais; Decreto nº 64.069/2019, que dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, na forma que especifica; Decreto nº 64.755/2020, que altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 64.065/2019; Decreto nº 64.898/20, que dispõe sobre a gestão de contratos de prestação de serviços contínuos, no âmbito da Administração Pública direta e autárquica, durante a vigência do estado de calamidade pública da pandemia do COVID-19 -Novo Coronavírus; e Decreto nº 64.936/20, revogado em 3/12/2020, que dispunha sobre medidas de redução de despesas no contexto da pandemia da COVID-19 - Novo Coronavírus. Compõe e lidera o grupo de trabalho com objetivo de prestar auxílio técnico e operacional em todos os procedimentos necessários à efetivação do processo de alienação do controle acionário da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S. A. – Emae; Consolidou o presente Relatório de Atividades da Casa Civil 2020, no que tange às atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Área de Políticas Tributária e Econômica - APTE: Atende as atribuições definidas pelo art. 34 do Decreto 64.152, de 22/3/2019, ao desenvolver trabalhos de apoio ao Secretário da Fazenda e Planejamento nas questões relativas às políticas tributária e econômica, tais como a previsão e acompanhamento da arrecadação de impostos do Estado, além de análises referentes às alterações nas políticas tributárias de outros entes federados que impactam na arrecadação do Estado de São Paulo. Analisou-se, ainda, as alterações na conjuntura econômica nacional e internacional que condicionaram a arrecadação tributária do Estado. As atividades desenvolvidas foram: Elaborou a previsão de receita orçamentária de 2021 dos tributos estaduais -ICMS e IPVA, contidas no Plano Plurianual – PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, bem como o acompanhamento da arrecadação anual destes tributos; Fez a previsão diária do ICMS e do IPVA, o acompanhamento destas receitas e a análise das diferenças entre projeção e realização da arrecadação destes tributos, de modo a dar subsídios ao Fluxo de Caixa do Tesouro. Neste sentido, participou de diversas reuniões, que discutiram o comportamento das finanças do Estado, coordenadas pelo Senhor Secretário da Fazenda; Promoveu uma revisão ampla nos modelos econométricos utilizados pela secretaria para previsão de receita, em virtude da quebra estrutural imposta pela pandemia da COVID-19; Realizou os cálculos para verificação da renúncia de ICMS e IPVA para o ano de 2019 e previsão para 2020 e 2021, decorrentes de isenções e outros benefícios concedidos pelo Estado aos contribuintes; Elaborou notas técnicas a respeito da adequação orçamentária de renúncias fiscais; Confeccionou boletim mensal para o Gabinete do Secretário, com a descrição do desempenho dos tributos que compõem a receita tributária paulista, incluindo análise setorial de arrecadação de ICMS; Foi responsável pela publicação dos índices de obras públicas e de serviços do Estado; Produziu as informações solicitadas para o cálculo dos coeficientes de que trata o Protocolo ICMS 69/08, referente ao percentual de participação de cada unidade da federação nos recursos previstos pela Lei Kandir para ressarcimento aos Estados exportadores; Elaborou estudos para mensurar os impactos de mudanças na legislação ou cenário econômico sobre arrecadação de tributos; Participou de diversos comitês e conselhos instituídos pelo Governo do Estado, além de outros foros por designação do Senhor Secretário; Coordenou o Projeto BEC, ainda em andamento, em que se objetiva aumentar a exatidão dos valores fornecidos pelo sistema "Preços SP", banco eletrônico de preços no qual são informados os preços negociados na BEC. Este projeto tem por objetivo final reduzir os custos da BEC por meio da diminuição da ocorrência de pregões desertos ou fracassados; Atendeu às Requisições de Documentos e Informações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com informações sobre a renúncia fiscal, utilizadas para o parecer sobre a Prestação de Contas do Governador; Realizou o acompanhamento da atividade econômica durante a pandemia da COVID-19, tendo como fonte primária os dados fiscais existentes nos bancos de dados da SEFAZ. Além disso, subsidiou com dados econômicos o Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente – SIMI, destinado ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, bem como a Fundação SEADE, para a elaboração do indicador PIB+30, e o Banco Central para seu Relatório de Conjuntura.

Área de Política Fiscal Orçamentária e Financeira - APFOF: Atende às atribuições definidas pelo Decreto 64.152 de 22/3/2019 - art. 34, inciso IX. As atividades desempenhadas foram: Participou de reuniões periódicas dos órgãos colegiados de consulta dos Estados para exame e avaliação das iniciativas do Governo Federal, realizadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária -CONFAZ, pelo Comité Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal - COMSEFAZ, pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração -CONSAD, pelo Grupo de Gestores das Finanças Estaduais -GEFIN, pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento -CONSEPLAD, e pelo Consórcio de Integração Sul e Sudeste -CONSUD, dentre outros. Nestas reuniões, além de serem analisadas as diversas propostas de reordenamento das Finanças Públicas encaminhadas pelo Governo Federal, foram apresentadas as avaliações e pontos de vista desta APFOF sobre os tópicos citados, procurando destacar os prováveis impactos destas medidas sobre as finanças do Governo do Estado de São Paulo; Atuou como contraparte da Secretaria do Tesouro Nacional -STN, em conjunto com as Subsecretarias e Assessorias desta Pasta, na elaboração e assinatura em 31-10-2020 da 16ª. revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF. Nesta revisão do Programa Foi estabelecido como Espaço Fiscal para contratação de empréstimos o montante de R$ 6.458,17 milhões; Elaborou relatórios para apresentação do Secretário para as Audiências Públicas realizadas na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em junho, foram apresentadas informações relativas às metas fiscais dos 2º e 3º Quadrimestres de 2019, e do 1º Quadrimestre de 2020; Manifestou-se quanto a Impactos Fiscais nas metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias na Instrução de processos de edição de normas referentes a benefícios fiscais; Organizou e participou de reuniões de avaliação econômico-financeira do Governo do Estado de São Paulo junto às agências de classificação de risco e de fomento ao investimento. Ao longo do ano foram realizadas reuniões com a FITCH e a MOODY's, agências de classificação de Risco, e, também, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES. Em fevereiro, a Missão do FMI foi recebida por esta APFOF com o objetivo de elaborar um estudo sobre regras fiscais subnacionais no Brasil. Nestas reuniões participaram, em especial, a Secretaria Executiva, as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Finanças e de Gestão, a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a APTE, os institutos previdenciários do Estado, a SPPREVI e a PREVICOM, a Companhia Paulista de Parcerias - CPP e a Companhia Paulista de Securitização – CPSEC.

Área Parlamentar: De acordo com o Decreto nº 64.152, de 22/3/2019, acompanha os trâmites de projetos de leis de interesse da Secretaria da Fazenda e Planejamento e comunica, semanalmente, o posicionamento desta Casa sobre os Processos à Liderança do Governo. Seguem as atividades realizadas que envolvem o processo legislativo: Projetos de autoria do Governador - Projeto de Lei Complementar-PLC; 11 Projetos de Leis; 1 Emenda Constitucional; Projetos de autoria dos Deputados Estaduais - 31 Projetos de Leis Complementar; 116 Projetos de Leis: e, projetos remanescentes dos anos anteriores; Comissões Permanentes – hoje, na Alesp existem 17 Comissões, as quais acompanhamos por conta da temática afeita a nossa Secretaria, entretanto damos ênfase às Comissões de Finanças, Orçamento, Planejamento, Constituição, Justiça e Redação e Administração Pública e Relações do Trabalho. Segue o número de reuniões realizadas e acompanhadas até 30 de novembro: 70 reuniões da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; 44 reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; 13 reuniões da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho; Sistema de Acompanhamento Legislativo-SIALE – acompanhamento diário da tramitação de propostas de emendas constitucionais, projetos e anteprojetos de leis, de modo a assegurar o cumprimento de prazos constitucionais, avaliação jurídica e o devido processo legislativo pelo referido sistema; Solicitações - atendimento de 185 solicitações, predominantemente de parlamentares, encaminhadas por meio de ofícios, e-mails, ou outro meio de comunicação.

Área de Captação de Recursos -ACR: Novas operações de crédito - A contratação de novas operações de crédito, principal atividade da ACR, foi fortemente prejudicada por dois eventos que paralisaram o processo de aprovação no Governo Federal, ao longo de 2020: devido inadimplemento de R$ 290 mil, ocorrido em Maio, o Estado de São Paulo foi incluído no Relatório de Garantias Honradas pela União, ficando impossibilitado de obter garantia da União por 12 meses, conforme estabelecido no art. 13 da Portaria nº 501, de 23/10/2017. Após reuniões mantidas entre a Secretaria da Fazenda e Planejamento e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, foi publicada a nova Portaria ME nº 376, de 10/11/2020, reduzindo a penalidade para 6 meses. Assim, o Estado está apto a obter novas garantias desde 01/12/2020; em abril/2020 a STN suspendeu a análise de novas operações de crédito do Estado, até que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN se manifeste sobre a legalidade de parcelamento firmado entre o Estado de São Paulo e o Município de Sumaré/SP, por entender que fere a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 -Lei de Responsabilidade Fiscal. Até o presente momento a suspensão está mantida e a Secretaria da Fazenda e Planejamento aguarda manifestação da STN e da PGFN, sobre a proposta de solução contábil apresentada pelo Município de Sumaré para a solução do problema. Com isso, três novas operações de crédito, em fase de aprovação no Governo Federal, foram afetadas pelos eventos já mencionados, sendo R$ 300,0 milhões, destinados à implantação do Piscinão Jaboticabal, junto à Caixa Econômica Federal – CEF; US$ 79,9 milhões destinados ao projeto "Renasce Tietê", junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e US$ 550,0 milhões que financiarão parcialmente a Expansão da Linha 2 – Verde do Metrô, junto à Corporação Andina de Fomento - CAF. Todos os citados financiamentos contarão com a garantia da União. Aditivos contratuais - negociados e assinados 4 novos aditivos contratuais junto ao BID, a CAF e a CEF, assegurando a disponibilidade de recursos da ordem de R$ 1,3 bilhão, que serão aplicados em projetos nas áreas de Saúde, Saneamento e Transporte sobre trilhos, até 2023. Foi também assinado aditivo contratual entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e o BID, com contragarantia do Estado, permitindo à empresa, caso julgue conveniente, optar pela conversão do saldo devedor de Dólares para Reais. Encontram-se, ainda, em fase de aprovação pelos órgãos do Governo Federal, outros 3 aditivos contratuais, com o BID e a CEF, para permitir a prorrogação de prazos de desembolso de recursos já contratados, da ordem de R$ 482,8 milhões, até 2022. Encaminhamento de Lei Autorizativa - foi instruído e encaminhado à Assessoria Técnica da Casa Civil – ATL, projeto de Lei nº 653/2020, para autorizar a contratação de operação de crédito,

destinada à Expansão da Linha 2 – Verde do Metrô e para permitir a contragarantia do Estado em operação de crédito a ser tomada pela Desenvolve SP junto ao New Development Bank – NDB, no valor de US$ 200 milhões.

Área de Comunicação -ASCOM: Responsável pelo relacionamento com a imprensa, suporte aos porta-vozes, alinhamento de informações para os públicos interno e externo, com atuação integrada à estrutura de governo. O trabalho da Ascom se pauta nos princípios de transparência e consistência que asseguram credibilidade e equilíbrio nos contatos com a mídia e o público externo. As informações fiscais, econômicas e de programas disponíveis para cidadãos e contribuintes, além da difusão de posicionamentos relacionados a questões macroeconômicas de interesse da Secretaria, compõem o foco da atividade da área. Até outubro, a ASCOM registrou o atendimento a 679 solicitações da imprensa e produziu 183 *press-releases* encaminhados aos principais veículos de comunicação e mídia regional. Como resultado, foram publicadas 39.512 matérias na mídia impressa e eletrônica. Os principais assuntos foram: Ciclo do IPVA: Divulgação nos meses de janeiro, fevereiro e março do calendário de pagamentos do IPVA, além do resultado de arrecadação. Economia de São Paulo cresce 2,8%: Dados apurados pelo Banco Central mostram que em 2019 o Estado teve performance maior que o triplo da média nacional, de 0,9%. O crescimento da economia paulista em 2,8% destacou-se em todos os setores. Aprovação da Reforma da Previdência: Com 59 votos favoráveis, a Reforma para os servidores estaduais foi aprovada. Com a medida, o Governo calcula uma economia aos cofres públicos de R$ 32 bilhões em 10 anos. Atendimento virtual: Desde 26/3, todo o atendimento ao público nos 41 Postos Fiscais e sete unidades de Serviço de Pronto Atendimento -SPA, passou a ser virtual. Isenção do ITCMD - COVID-19: O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, criou um canal específico de doações para o combate ao COVID-19. Ações para coibir fraudes envolvendo produtos para combate à pandemia: Sefaz intensificou ações para combate a fraudes nos setores ligados a itens essenciais em tempos de pandemia da COVID-19 para impedir a atuação de empresas irregulares. Operação Nosbor: Em junho, ação fiscal teve como finalidade combater a comercialização de produtos sem comprovação de origem e vendas sem emissão de documentos fiscais no comércio eletrônico, em operações que ocorrem através de plataformas digitais conhecidas como "*marketplaces*". Megaoperação De Olho na Bomba: A megaoperação, que aconteceu nos dias 12 e 13/8, fiscalizou 171 postos de combustíveis espalhados por 80 municípios em todo o Estado de São Paulo no intuito de conferir os dados cadastrais e verificar a qualidade do combustível comercializado pelos estabelecimentos. Operação Nomas: Deflagrada em 17/9, a operação Nomas teve como objetivo a cobrança do IPVA e ICMS devido por locadoras de veículos em suas revendas de automóveis. Operação Monte Cristo: Em outubro, Operação Monte Cristo combateu sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por empresas do setor farmacêutico. A ação foi resultado da força-tarefa formada em parceria com o Ministério Público, a Procuradoria Geral do Estado-PGE e a Receita Federal. Operação Vaisyas e Antares: Ações têm objetivo de fiscalizar até o final de 2020 doações extrajudiciais de participações societárias ocorridas no ano de 2016, além de auditar mais de 500 transmissões "causa mortis" extrajudiciais de patrimônios milionários que, somados, superam a cifra de R$ 1 bilhão. Ampliação do atendimento remoto: Após o sucesso inicial, Sefaz ampliou o uso do Sistema de Peticionamento Eletrônico, dando sequência ao aprimoramento de serviços remotos e economizando tempo e de recursos para os usuários e Administração. Retomada 21/22: Divulgação do plano estimado em R$ 36 bilhões para impulsionar a economia do Estado de São Paulo e gerar cerca de 2 milhões de empregos. Coordenado pelo Secretário de Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, o plano tem 19 projetos para atração de investimentos privados nacionais e estrangeiros em todas as regiões do estado, em especial no setor de infraestrutura.

Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos – DGEP: Planejamento Estratégico: Até meados de março, antes do início dos efeitos do Decreto 64.879 de 20/3/2020, que suspendeu as atividades de natureza não essencial no estado, foram realizadas 4 oficinas com um total de 93 participantes para a definição dos Objetivos, Metas, Indicadores e Ações. Em função da Reestruturação ocorrida na SEFAZ, na qual foram excluídas as áreas que eram da Secretaria de Planejamento, além de outras alterações, tornou-se necessário rever, readequar e repactuar as prioridades da SEFAZ, trabalho que está sendo realizado. A partir da decretação de quarentena, decidimos alterar a metodologia adotada nos trabalhos relacionados Planejamento Estratégico, da sistemática tradicional para o Planejamento Estratégico Ágil. A nova metodologia foi então aplicada a todos os resultados obtidos nas oficinas realizadas, passando a compor OKRs - *Objectives and Key Results*. Os trabalhos relacionados ao Planejamento Estratégico serão finalizados em 2021. Indicadores: Foi realizada no início do ano a apuração anual dos 6 indicadores globais e 25 indicadores específicos das coordenadorias, que compõem a Bonificação por Resultados – BR e a do Indicador Global da Participação nos Resultados – PR para o exercício de 2019. A definição dos indicadores Globais e Específicos que iriam compor a BR de 2020 foi suspensa por força do Decreto 64.937, de 13/4/20. Gestão de Projetos: Foi aplicada a Metodologia REP -Rápidas Entregas de Projetos, como parte do esforço em introduzirmos metodologias ágeis na organização, visando à criação e acompanhamento de projetos em diversas áreas dessa Secretaria de Fazenda e Planejamento. Está sendo realizado o monitoramento das Ações dos Projetos de Governo, contidos no portal: http://www.monitoramento.sp.gov.br. O Centro passou a fazer o acompanhamento em nível de portfólio, incluindo seu monitoramento, desenvolvimento de governança e de ferramenta tecnológica para o acompanhamento deste processo. Mapeamento de Processos: Foram validados 6 processos AS IS e entregue 1 relatório de melhorias. Com a pandemia, o mapeamento de processos foi suspenso, não sendo definido como serviço essencial. Gestão do Teletrabalho: No início do exercício, houve a inclusão de 9 novas unidades no programa do Teletrabalho e, com isso, 16 novos servidores aderiram ao modelo, totalizando 330 teletrabalhistas entre as 92 unidades participantes. Em março, por conta da COVID-19, houve a suspensão do modelo vigente do Teletrabalho e expansão para todas as áreas cujas atividades foram consideradas essenciais. Com isto, 3.295 servidores de 425 unidades passaram à condição de teletrabalhistas tendo seus 5.378 termos de adesão iniciais e renovações, conferidos e acompanhados quanto ao vencimento. Também foi realizado estudo de cenário atual e pós-pandemia para aprimoramento do modelo de teletrabalho. O sistema para a gestão do Teletrabalho, em desenvolvimento pela área de TI, vem sendo homologado quanto às suas funcionalidades sendo os problemas prontamente reportados para correção. Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil -PROFISCO-II/SP: O objetivo do PROFISCO-II é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da modernização da gestão fazendária; da melhoria da administração tributária; e da melhoria da gestão do gasto público. O Contrato de Empréstimo do Programa - valores em dólares americanos, foi assinado em 21/11/2019, sendo USD 87.120.000 de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e USD 9.680.000 de recursos da contrapartida do Tesouro. O PROFISCO-II está estruturado em três Componentes - Gestão Fazendária e Transparência Fiscal; Administração Tributária e Contencioso Fiscal; Administração Financeira e Gasto Público. Em razão dos impactos da pandemia, a execução do Programa foi prejudicada, principalmente pela nova exigência de manifestação prévia a diversos processos licitatórios. Existem contratações em andamento para aquisições de equipamentos de TI de alta capacidade e uma consultoria para a pesquisa de valor de mercado de imóveis urbanos, no valor total previsto de US$ 4.910.000,00 - 5,1% do valor total do Programa, para o ano, além do reconhecimento de contratos executados anteriormente à assinatura da linha de crédito, como reembolso de gastos, no valor de US$ 7.387.957,86. Quanto ao ano de 2021 estão previstas diversas contratações, tais como: consultoria para a implementação da terceira geração do Sistema de Administração Financeira, automação robótica de processos, desenvolvimento do sistema de gestão da dívida pública e equipamentos de TI de alta capacidade, no valor de USD 14.255.300,00 - 14,7% do valor total do Programa.

Coordenadoria de Administração- CA: O Departamento de Recursos Humanos e de Gestão de Pessoas executa a gestão da vida funcional de 2.725 servidores lotados na Capital, do total de 5.700 servidores em exercício na Secretaria. O DRHGP administra ainda 8.854 cargos e funções-atividades, cerca de 1.400 funções fiscais, 170 funções e cargos em pró-labore e, em caráter transitório, 24 empregos públicos. Os dados abaixo representam valores apurados até meados de outubro de 2020:

Atividades/Ações	Quantidade
Ações Qualivida	79
Adicionais por Tempo de Serviço / Sexta-parte	189
Aposentadorias / Abonos de Permanência / Certidões de Tempo de Contribuição	709
Apurações referentes ao Prêmio de Incentivo à Qualidade – PIQ	2.885
Apurações relativas à Participação nos Resultados – PR	18.918
Atendimentos (Presencial, Telefone e E-mail)	10.673
Atendimentos Clínico/Odontológico/Enfermagem	517
Concessões gratuitas de ingressos para teatro por doações em parceria com ONG	177
Crianças atendidas no Espaço de Convivência Infantil	69
Demandas Judiciais e Administrativas (Expediente/E-mail/Memorando/Ofício)	1.182
Designações – Administrativa e Fiscal	113
Documentos movimentados	8.302
Incorporações (art. 133 / GR / GDAP)	477
Parcerias por chamamento público com restaurantes, drogarias, ensino etc.	10
Promoções - Administrativa e Fiscal	93
Publicações	4.456
Remoções de urgência	03
Substituições - Administrativa e Fiscal	408

O *Departamento de Tecnologia da Informação -DTI* realizou o atendimento à 120.633 chamados de usuários da Sefaz, 6.769 mudanças de ambiente e atingiu 99,88% no índice de disponibilidade dos sistemas classificados como críticos. Com relação à gestão de demandas e projetos estratégicos desta Secretaria, foram 51 projetos finalizados, 82 parcialmente finalizados e 33 finalizados, totalizando 166 projetos. Dentre os projetos de infraestrutura de TI entregues, destacamos: Integração de TI entre Sefaz e Planejamento; absorção do ambiente de TI do IPESP; novo ambiente de impressão corporativa da Sefaz e implantação da nova rede de armazenamento de dados.

O *Departamento de Suprimentos e Infraestrutura (DSI)* realizou as seguintes atividades:

Obras/Reformas/Projetos

a) Concluídas em 2020	Valor em R$
Projeto executivo para adequação das rotas de fuga do edifício-sede, situado na Av. Rangel Pestana, 300 – Centro – São Paulo – SP.	798.713,16
Projeto de Eficiência Energética para participação da chamada pública ENEL	14.250,00

b) Iniciados ou Não Concluídos em 2020 e com planejamento de andamento 2021/2022	Valor em R$
Obras do ar-condicionado do edifício-sede	31.031.978,91
IMPLANTAÇÃO eficiência energética chamada pública ENEL, substituição das lâmpadas fluorescentes por LED sem custo para o edifício-sede. Obs.: **Custo ENEL estimado de implantação R$975.536,61.**	0,00
Estudo de viabilidade técnica para reuso de água no Prédio Sede	31.985,30
Instalação do Elevador do Espaço de Convivência Infantil	198.468,50
Prestação de serviços não contínuos de recomposição de forro e instalação de luminárias	1.239.529,42
Obras/ Reformas/Projetos – Total (a+b)	**R$ 33.314.925,29**

Licitações: 54 convites BEC, 46 pregões eletrônicos, 68 dispensas de licitação, 9 atas de Registro de Preço e 1 tomada de preço. Contratos formalizados: 55 Contratos novos celebrados, 13 contratações por ARP, 68 por Ordem de OES e AF- dispensa, 09 por Ordem de OES – inexigibilidade, 93 Aditivos de Prorrogações e 90 aditivos - alterações, transferências, acréscimos e supressões. Protocolo e Arquivo: 20.357 Documentos eliminados, 7.140 arquivados e 1.930 solicitados para vistas. Núcleo de Correspondência: 27.518 documentos recebidos, 21.120 documentos enviados e 2.076 aberturas de malotes. Manutenção: atendidos 79.151 chamados para manutenção do prédio, sendo 41.890 de manutenção corretiva, 16.884 de manutenção preventiva e 20.377 layouts obras. Transportes: atendidos 309 chamados de transporte por veículos oficiais, sendo 67 para área de fiscalização e 242 para área administrativa. Segurança: Reforço na segurança da creche com instalação de alarmes perimetrais e redistribuição e acréscimo de câmeras. O Departamento de Orçamento e Finanças-DOF executou o orçamento da Secretaria da Fazenda e Planejamento - custeio e investimento, no montante de R$ 1.780.293.349, até outubro.

*Controladoria***:** Criada por meio do Decreto 64.152/2019, a Controladoria tem por atribuição auxiliar diretamente o secretário em suas funções relacionadas ao controle interno, coordenar e supervisionar as atividades de corregedoria, auditoria e ouvidoria, bem como fomentar ações voltadas à defesa do patrimônio público, à prevenção e combate à corrupção e à promoção da ética no serviço público. Suas principais atividades foram executadas pela Ouvidoria Fazendária, pelo Departamento de Controle e Avaliação -DCA e pela Corregedoria da Fiscalização Tributária - Corfisp, como segue: Ouvidoria: As manifestações dos usuários da Ouvidoria Fazendária são registradas em sistema próprio do departamento com acesso através da Internet da Secretaria da Fazenda e Planejamento, o qual permite inserir dados e narrativas do usuário do serviço público e acompanhar o tratamento e o inventário dos atendimentos. A infraestrutura tecnológica e o conjunto de procedimentos que garantem a eficiência do sistema são providos pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Secretaria da Fazenda e Planejamento – DTI. Entre 1/1 e 30/11, a soma de atendimentos da Ouvidoria e Serviço de Informações ao Cidadão -SIC foi de 13.671. Deste total, a Ouvidoria atendeu 11.046 usuários do serviço público -Lei estadual nº 10.294/1999. Os contatos foram por internet -72,4%; telefone -26,9%; presencial -0,5%; e carta -0,1%; e, o SIC totalizou 2.625 atendimentos na forma da "Lei de Acesso à Informação" -Lei federal nº 12.527/2011. Destaca-se que a "Lei de Acesso à Informação" não ampara o atendimento à formulação de consultas, reclamações e denúncias referentes a qualquer providência da Administração Pública. Assim, o atendimento prestado pelo SIC não substitui e nem supera a prestação de serviços estruturados da Secretaria da Fazenda e Planejamento, os quais têm informações e orientações disponíveis no Portal Sefaz, em https://portal.fazenda.sp.gov.br/, por meio do "Catálogo De Serviços", listando as atividades e serviços da SSEFAZ-artigo 3º; e inciso III do artigo 4º da Lei 10.294/1999; Resolução SF 58/2009; e o "Guia do Usuário", que consiste na relação de serviços fazendários e as formas de obtê-los pela internet e presencialmente nas unidades de atendimento da SEFAZ -artigo 3º; e inciso III do artigo 4º da Lei 10.294/1999; Resolução SF 58/2009. Departamento de Controle e Avaliação -DCA: Aprimoramento da sistemática de planejamento de auditoria: Após a realização de ajustes na metodologia do planejamento das auditorias, o cronograma anual de atividades considerou um total de 293 trabalhos a serem concluídos durante o exercício. Estes ajustes acarretaram melhorias de aproveitamento das disponibilidades de tempo e recursos humanos. Apesar das imensas dificuldades criadas pela quarentena decretada como medida de combate à pandemia do coronavírus, o DCA conseguirá finalizar 271 relatórios de auditoria até o encerramento deste ano; Otimização dos processos e padronização dos procedimentos de trabalho: Em complemento as atividades de padronização dos procedimentos técnicos do DCA, foram atualizadas e publicadas as seguintes normatizações: Procedimentos de Conformidade e Gestão da Trilha Pecúlio, Procedimentos, Procedimento de Empresas, Procedimento de Transferências Voluntárias, Instrução de Diretrizes para Execução de Auditorias, Instrução para Formatação de Relatórios, Instrução da Estrutura do Relatório Semestral de Divergências; Instrução de Acesso e Orientação ao Sistema Sem Papel e Instrução de Documentos de Auditoria. Asseguração do elevado nível de qualidade dos trabalhos de auditoria: realização de revisão técnica em cerca de 95% dos Relatórios de Auditoria produzidos no período. Monitoramento do atendimento de 51 recomendações e determinações constantes do Relatório das Contas Anuais do Governo do Estado de São Paulo referentes aos anos de 2018 e 2019 exarados pelo Tribunal de Contas do Estado. Promoção do desenvolvimento, integração e valorização dos recursos humanos: O programa de capacitação e treinamento da equipe técnica foi realizado considerando a busca constante da atualização dos conhecimentos requeridos para execução das atividades institucionalmente atribuídas ao DCA. Os eventos do programa de capacitação DCA realizados no ano, totalizaram 1.543 horas-aula em regime de Ensino a Distância – EaD, regime este priorizado por melhor adequar-se ao período de duradoura quarentena. Terceiro Setor: No exercício, o DCA logrou efetuar 154 Vistorias em Entidades do Terceiro Setor, em apoio ao Cadastro Estadual de Entidades, apesar destes serviços terem sido forçosamente interrompidos a partir de março/2020 em virtude da quarentena decretada em todo o Estado, além de realizar 10 auditorias em Contratos de Gestão e Convênios com entidades do Terceiro Setor, sendo que tais trabalhos resultaram em recomendações voltadas à correção de problemas e/ou à adoção de medidas para a melhoria da gestão. Processos de realização de despesas -materiais e serviços, para o combate ao COVID-19: O DCA realizou análises e apurações de inconsistências em 124 Processos de Aquisição de Materiais ou Serviços por Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade -referentes ao COVID-19, com valores significativos, nas Secretarias de Estado da Saúde, Segurança Pública e Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE. Corregedoria da Fiscalização Tributária -Corfisp: Aprimoramento do Sistema de Acompanhamento da Evolução Patrimonial – SAEP, que visa efetuar os cálculos da compatibilidade da Evolução Patrimonial realizados de forma totalmente automatizada pelo sistema com base nas informações constantes nas declarações prestadas pelos servidores da carreira de Agente Fiscal de Rendas, sem intervenções ou análises feitas diretamente pela equipe da CORFISP. O Sistema SAEP foi desenvolvido e adaptado para armazenar os dados de forma segura e sigilosa, todos os dados enviados são armazenados utilizando criptografia e protocolos de segurança da informação; Na parte disciplinar, foram instaurados e concluídos, respectivamente, 83 e 71 procedimentos de exame de admissibilidade, 4 e 5 processos administrativos disciplinares, também, foram concluídos 15 procedimentos de apuração preliminar e 2 procedimentos de sindicância; As penas aplicadas, com base nos trabalhos realizados na CORFISP, são de 5 cassações de aposentadoria e de 1 demissão a bem do serviço público.

*Coordenadoria da Administração Financeira -CAF:*A Coordenadoria de Administração Financeira tem suas atribuições definidas no art. 70 do Decreto nº 64.152, de 22/3/2019, a saber: coordenar e supervisionar as atividades, como órgão central, do Sistema de Administração Financeira do Estado, Sistema Contábil do Estado e Sistema de Pagamento de Pessoal da administração direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar; aprovar manifestações das áreas técnicas sobre matérias com repercussão financeira, demandadas pelos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado; realizar o acompanhamento e gestão dos contratos da dívida do Estado; bem como administrar os haveres do Estado. Execução Financeira do Estado - A execução financeira do Estado envolve: a administração do Fluxo de Caixa do Tesouro, com a movimentação financeira anual da ordem de R$ 200 bilhões; gerenciamento das aplicações financeiras da Conta Única do Tesouro com uma carteira, em 31/10, de R$ 28,8 bilhões, sendo R$ 16,8 bilhões de recursos do Tesouro; execução orçamentária e financeira das transferências constitucionais aos Municípios, no montante de R$ 38,1 bilhões até o dia 27/11; e transferência de recursos do Tesouro ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios no valor de R$ 1,9 bilhão até novembro, além de R$ 932 milhões referentes a depósitos judiciais transferidos ao Tribunal de Justiça. Para a operacionalização da execução financeira, o Departamento de Finanças do Estado - DFE, conta com sistemas, todos integrados ao SIAFEM/SP: Sistema de Execução Financeira, que permite aos gestores financeiros dos órgãos e entidades da administração estadual o gerenciamento e a execução automatizada das Programações de Desembolso – PD's -documento eletrônico de pagamento, envolvendo cerca de 1,5 milhão documentos/ano; Sistema de Grandes Faturadores, que permite a centralização de faturas de utilidade pública e proporciona economia e gestão do gasto público por meio da automatização do processo de emissão de documentos de execução orçamentária e financeira, bem como a programação do pagamento destas faturas, em ambiente web; Sistema de Transferências Voluntárias, que disponibiliza informações de transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades decorrentes da celebração de convênios e/ou outros instrumentos similares, para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum, constando atualmente com 8.712 convênios em andamento, com movimentação financeira nos últimos 12 meses; e Sistema Integrado da Receita, que permite a projeção e acompanhamento da arrecadação das receitas orçamentárias, bem como a confirmação de excesso de arrecadação e superávit financeiro. Contabilidade do Estado: No sistema contábil do Estado, Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFEM/SP, estão cadastrados cerca de 16.000 usuários, que fazem registros contábeis das 1.900 unidades gestoras ativas. Principais atividades desenvolvidas no SIAFEM/SP : realização de ajustes nos roteiros de eventos contábeis e plano de contas em atendimento às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, especialmente à Portaria STN n° 642, de 20/9/2019, que estabeleceu adequações para gerar no exercício de 2020 a Matriz de Saldos Contábeis, que é uma estrutura padronizada de envio das informações contábeis do Estado ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público – SICONFI; atualização do processo de conversão -"de para"- das informações do plano de contas do SIAFEM/SP à Matriz de Saldos Contábeis, sendo mapeadas e analisadas 944 contas contábeis, algumas aderentes ao plano de contas padrão para toda federação e outras que requerem tratamento dos seus saldos e migração para contas padrão; análise, avaliação, regularização e saneamento de saldos contábeis sem movimentação a mais de um exercício financeiro, conforme Instrução CGE 02, de 2/7/2019; regularização das transferências de saldos e respectivas baixas nas unidades gestoras e órgãos que passaram pelo processo de extinção, envolvendo ajustes de saldos de 321 contas contábeis de unidades gestoras extintas -baixa de saldos ou reclassificação para nova unidade gestora; operacionalização da nova estrutura do ementário de receitas para o orçamento de 2020; desenvolvimento de integração de informações entre os sistemas e-negócios -IMESP e o SIAFEM/SP, com a finalidade de aprimorar a gestão de contratos através da disponibilização de dados no Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO. No SIGEO, base para as informações orçamentárias e financeiras do Portal da Transparência do Estado, com aceso a consultas prontas, geração de gráficos interativos e geoprocessamento das informações, destacam-se a automatização dos relatórios gerenciais do Centro de Análises Contábeis e Informações, para elaboração dos demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e criação de área de assunto e relatório da Matriz de Saldos Contábeis. Para a gestão do patrimônio mobiliário e de estoques do Estado assim como atender as necessidades decorrentes das novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público foi desenvolvido o Sistema de Administração de Materiais – SAM, e encontra-se em finalização, em parceria com a Secretaria da Administração Penitenciária, a integração do SAM - Módulo de Patrimônio com o SIAFEM/SP, para tratamento automático dos registros contábeis provenientes das atualizações e movimentações de bens móveis e materiais de consumo. Cabe mencionar que a Contadoria Geral do Estado promoveu adequação das rotinas contábeis derivadas das necessidades de informações relativas ao atendimento a demandas da COVID-19, envolvendo elaboração de roteiros, criação de contas contábeis, expedição de instruções, orientações e notas técnicas para fins de operacionalização, controle e transparência das movimentações de recursos para ações de combate à pandemia. Registramos também um aumento expressivo no suporte aos usuários do Portal CONTABILIZASP, que reúne em um único lugar, em ambiente web, os diversos sistemas de execução orçamentária, financeira e contábil do Estado. Os documentos contábeis do SIAFEM/SP possuem no Portal uma versão com recursos de produtividade, e os processos com grande volume de dados cadastrados como a contabilização da folha de pagamento, diárias e adiantamentos, são automatizados, gerando economia de esforço e tempo. O aumento expressivo no número de usuários do CONTABILIZASP se deve à quantidade de servidores que passaram a desenvolver suas rotinas de trabalho por home office, acessando o SIAFEM/SP, SIGEO, Sistema de Administração das Informações Físicas de Compras – SIAFÍSICO, Sistema de Execução Financeira e Sistema Integrado de Receita.

Administração da Folha de Pagamentos do Estado: O Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE processa a folha de pagamento da administração direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar, com um universo de cerca de 441,2 mil servidores públicos ativos e dos que percebem complementação de aposentadoria -Lei nº 4819/58, pensões especiais e pensão alimentícia. E com a edição da Lei nº 16.877, de 19/12/2018, passou a administrar também as Carteira dos Advogados, Carteira de Serventias, Carteira do Servidor Municipal -CASEM, Carteira de Previdência dos Economistas e Carteira de Previdência dos Vereadores e Prefeitos do Estado de São Paulo, transferidas do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP para a Secretaria da Fazenda e Planejamento. Destaques de atividades desenvolvidas: - a inserção de dados no Sistema de Folha de Pagamento é feita de três maneiras: manual -556.175 operações efetuadas pelas unidades do DDPE até outubro, internet -2.263.541 lançamentos efetuados pelas unidades de recursos humanos das Secretarias e integração de sistemas - 3.770.846 entradas de dados informatizados; desagendamentos efetuados para evitar pagamentos indevidos, com o cancelamento junto ao Banco do Brasil de créditos já programados, de situações decorrentes de falecimento, exoneração e dispensa, comunicados após o fechamento da folha -até outubro foram 7.423 cancelamentos deixando de creditar indevidamente R$ 7,2 milhões; - com base no Decreto nº 60.812/2014, foram realizadas 80 fiscalizações junto às unidades setoriais de recursos humanos, gerando retorno financeiro de R$ 40 mil aos cofres públicos, com o saneamento das irregularidades apuradas na folha de pagamento; cruzamento do Sistema da Folha de Pagamento com o Sistema de Óbitos – SISOBI, disponibilizado pela Previdência Social, propiciando até outubro, uma economia de cerca de R$ 16,3 milhões com a identificação de 3.939 aposentados falecidos e beneficiários de complementação de aposentadoria/pensão; fornecimento de subsídios à Procuradoria Judicial na defesa da Fazenda e ao Tribunal de Justiça para elaboração da conta de liquidação, e até outubro/2020 foram 11.230 processos, envolvendo cerca de 45 mil autores/servidores, tendo as unidades do DDPE gerado 45 mil planilhas de cálculo com diferenças salariais de períodos retroativos, que serão quitados por meio de precatórios; gerenciamento dos descontos de consignação na folha de pagamento, nos termos do Decreto nº 60.435/2014 e Resolução SF nº 41/2014, dos servidores ativos e inativos do Estado de 182 entidades consignatárias; análise de novos pedidos de entidades para credenciamento e/ou novos tipos de descontos; demanda de auditorias; e proposta de cancelamento de entidades, quando necessário. A partir de 2014, conta com o Sistema de Controle de Consignações, desenvolvido pela Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, mediante convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, a Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN e a CIP, e integrado com a folha de pagamento das Secretarias, Polícia Militar e Autarquias, propiciando os seguintes benefícios: o servidor público, por meio do site www.saopauloconsig.org.br, poderá consultar as taxas do custo efetivo total praticadas pelas

instituições bancárias para os empréstimos, fazer simulações para obtenção de crédito consignado, bem como fazer o controle e gerir a margem consignável; e as entidades consignatárias: associações, sindicatos, instituições bancárias e outras; terão acesso único para incluir e gerenciar toda consignação em folha de pagamento, no exato momento da contratação de produtos e serviços pelo servidor, desde que este possua margem consignável disponível; - início, em setembro, do desenvolvimento do Portal eSocialSPGov pelo Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, juntamente com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, com vistas ao cumprimento do cronograma estabelecido pelo e-Social – Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, instituído pelo Decreto federal nº 8.373/2014, para unificar a prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, padronizando sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional do e-Social. Em 22 de outubro, foi publicada no Diário Oficial da União – DOU a Portaria Conjunta nº 76/2020, que dispôs sobre o cronograma de implantação do eSocial, estabelecendo o início da obrigatoriedade de utilização do eSocial em julho/2021, e em 11/11/2020 foi publicada no DOU a Portaria Conjunta RFB/SEPRT nº 82/2020, que aprovou a versão S-1.0 do leiaute e do Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais -eSocial.

Fases	Data Início
1ª Fase (Eventos de tabelas)	08/07/2021.
2ª Fase (Eventos não periódicos) - dados pessoais e funcionais	08/11/2021
3ª Fase (Eventos periódicos) – dados de folha de pagamento	08/04/2022
4ª Fase (Eventos de Saúde e Segurança do Trabalhador)	11/07/2022

Gestão dos Haveres e Dívidas do Estado: O estoque da dívida consolidada do Estado em outubro, totalizou R$ 331,1 bilhões, dos quais R$ 26,9 bilhões -8,1% da dívida consolidada referem-se a precatórios e outras dívidas não contratuais e R$ 304,2 bilhões -91,9% da dívida consolidada, referem-se à dívida contratual com a seguinte composição: contrato de refinanciamento da dívida com a União nos moldes da Lei nº 9496/97, com um saldo de R$ 250,6 bilhões -82,4% da dívida contratual, dívida contratual indexada a câmbio com um saldo de R$ 41,5 bilhões -13,6% da dívida contratual e outras dívidas contratuais com um saldo de R$ 12,2 bilhões - 4,0% da dívida contratual. Considerando-se os efeitos das suspensões de pagamentos das dívidas no exercício financeiro, a partir do mês de março, e implementadas com base na Lei Complementar nº 173, de 27/5/2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus - COVID-19, o dispêndio do Tesouro Estadual com o pagamento do serviço da dívida deverá totalizar R$ 6,8 bilhões, dos quais R$ 2,5 bilhões -36,45% do total referem-se à dívida refinanciada com a União nos moldes da Lei nº 9496/97, R$ 3,8 bilhões -55,25% do total, referem-se à dívida contratual indexada ao câmbio e R$ 0,6 bilhão -8,3% do total, refere-se a outras dívidas contratuais. O Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado é responsável também pela gestão do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN, que registra os créditos do Estado e seus respectivos devedores, impedindo-os de serem contratados ou receberem recursos e terem liberados os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista até a sua regularização. Trata-se de importante ferramenta de recuperação de créditos. Desde a sua implantação, em 22/9/2008 até 30/11/2020, propiciou o ingresso de R$ 13,2 bilhões ao Estado, correspondendo a 22,9 milhões de pendências regularizadas.

Subsecretaria da Administração Tributária: A receita tributária do Estado de São Paulo deve alcançar, em valores nominais, o montante de R$ 173,6 bilhões[7]. Este valor inclui a receita dos programas especiais de parcelamento em vigor e o ICMS-Fecoep e corresponde à arrecadação tributária em conceito amplo. O resultado corresponde a uma queda nominal de 1,1% em relação a 2019. Nessa mesma comparação, mas com valores deflacionados pelo IPCA, a variação é de -4,0%. O gráfico a seguir demonstra a composição da receita tributária.

A receita de ICMS, incluso o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - Fecoep, deve totalizar R$ 146,1 bilhões, o que representa um crescimento nominal de 1,0% em relação ao ano anterior. Quanto aos demais impostos, a arrecadação de IPVA e de ITCMD deve totalizar R$ 17,2 bilhões e R$ 2,8 bilhões, respectivamente. Neste cenário, em relação ao ano de 2019, o índice de crescimento nominal da receita de IPVA é de 1,7%, enquanto o ITCMD aponta queda de -13,2%. Os efeitos da crise do novo coronavírus foram concentrados nas receitas do segundo trimestre do ano. A queda da arrecadação foi verificada principalmente no ICMS, imposto mais relevante na receita tributária e diretamente relacionado ao nível de atividade econômica. Estima-se que a receita tributária encerre o ano com déficit de R$ 8,5 bilhões em relação ao previsto na LOA.

Principais Projetos - a Coordenadoria da Administração Tributária desenvolveu diversos projetos, dentre os quais se destacam: Conformidade Fiscal: a Lei Complementar nº 1.320/2018 criou o Programa de Conformidade Fiscal - Nos Conformes, que proporciona ainda mais transparência aos critérios de conformidade tributária dos contribuintes paulistas. Até 31/10, o programa apresentou os seguintes resultados: mais de R$ 620 milhões de caixa gerado para o tesouro do Estado; mais 10 mil notificações a contribuintes, orientando-os a se autorregularizarem; 180 devedores contumazes monitorados e cobrados, gerando um caixa de mais de R$ 204 milhões; 170 Autos de Infração e Imposição de Multa analisados e cobrados; mais de 47 mil contribuintes orientados sobre assuntos tributários; Portal único de Comércio Exterior -PUCOMEX: tem o objetivo de criar um portal único com informações referentes a comércio exterior, visando também a melhorar a integração entre as operações de importação no âmbito federal e os sistemas de controle e de pagamentos das Sefaz, assim como promover a automação no cálculo de algumas operações de importação e adaptar o sistema de controle de importações da Sefaz-SP às demandas do PUCOMEX e correção de erros e melhorias. Foram efetuadas diversas tarefas e funcionalidades no PUCOMEX e no sistema de controle de importações da Sefaz-SP, sendo que as principais foram: ampliação do uso do módulo "Pagamento Centralizado" do PUCOMEX para anexação de documentos e análise não só para os casos de exoneração de ICMS como também de pagamentos incompatíveis com o sistema da Sefaz-SP que demandam liberação manual pelo Agente Fiscal de Rendas - AFR, viabilizando as liberações de importações mesmo com o risco de contágio do novo coronavírus; cancelamento e retificação da Declaração Única de Importação -DUIMP pelo PUCOMEX; homologações da nova forma de troca de informações da Sefaz-SP com a Receita Federal do Brasil – RFB por webservice para DUIMP; desenvolvimento e testes para permitir gerar o Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE e a Guia de Liberação – GLME, para DUIMP no sistema de controle de importações da Sefaz-SP. Bloqueio de emissão de NF-e -Nota Fiscal Eletrônica - tem como objetivo impedir a geração de crédito espúrio de ICMS. O sistema monitora o saldo de ICMS destacado de contribuintes selecionados e, caso o limite estipulado seja atingido, bloqueia o CNPJ no sistema de Credenciamento da NFe para que o contribuinte não mais possa emitir notas fiscais eletrônicas. O sistema entrou em produção em 2019 com as rotinas automatizadas e telas de consulta para o usuário, e atualmente os CNPJs selecionados são monitorados em tempo real. Foi implementada a funcionalidade de denegação em lote de CNPJs, automatizando processos manuais que eram realizados pela equipe de Inteligência Fiscal, e flexibilizando a criação e automatização de novas regras de bloqueio usando o ambiente analítico - DW. Nota Fiscal Paulista - NFP - As principais ações desenvolvidas até novembro foram: Desenvolvimento de sistema para utilização conjunta com o Judiciário -NFP-JUD: permite consulta de saldo, bloqueio de créditos e transferência de valores pelo próprio juiz, agilizando e otimizando este processo, com demanda de mais de 1.000 ofícios/ mês. Ampliação do contato com as entidades sem fins lucrativos através da instituição Movimento de Apoio à Cidadania Fiscal-MACF, agilizando a detecção e consequente solução de eventuais problemas com o sistema NFP. Revisão e simplificação de regras de bloqueio de cadastramento de documentos fiscais pelas entidades, à luz da estrutura logística criada por estas entidades para captação de recursos, mas sem fragilizar a estabilidade do Sistema NFP e a segurança de seus dados, acobertados por sigilo fiscal. Valores acumulados desde o início do Programa até novembro:

Total distribuído	R$ 17.098.021.114
Créditos distribuídos	R$ 15.249.121.114
Prêmios distribuídos	R$ 1.848.900.000
Usuários cadastrados	21.169.965
Notas/Cupons Fiscais processados	61.753.829.673

Atendimento Ao Público - Os principais resultados do atendimento ao público e Cadastro de Contribuintes de IICMS-Cadesp foram: cassação de 38.800 Inscrições Estaduais de empresas do Regime Periódico de Apuração por inatividade presumida entre 1/1/2020 e 25/11/2020; avaliação geral dos usuários dos serviços prestados presencialmente nos postos fiscais e serviços de pronto atendimento da Sefaz-SP obteve a nota média de 3,97 - dados registrados através do Sistema de Gestão do Atendimento – SIGA, observando uma escala de 0 a 4; Foram realizados, até novembro, 1.626.211 atendimentos pela Sefaz-SP, assim distribuídos entre os diferentes canais: 231.386 atendimentos via Fale Conosco - Atendimento Eletrônico; 1.060.442 atendimentos no *Call Center* -0800; 267.922 atendimentos presenciais; 47.540 atendimentos por e-mail -PCAT34/2020; e, 18.921 atendimentos via SIPET. SIPET - Trata-se de um sistema de recepção e triagem de solicitações do contribuinte para a devida integração com o SP Sem Papel - inserção e direcionamento, além de servir como interface de comunicação com o solicitante que optar em ser atendido remotamente pelo sistema. O sistema foi disponibilizado em maio. Com sua implantação pretende-se a migração da grande maioria dos atendimentos presenciais para o meio remoto, o que ocorrerá de forma gradual. Balanço das Ações de Fiscalização - em termos de trabalhos da Fiscalização Direta de Tributos, FDT, no período de 1/1 a 31/10/2020, destacamos: conclusão de mais de 2.686 auditorias; emissão de 176.545 Ordens de Serviços Fiscais-OSFs; notificação de 9.747 Autos de Infração e de Imposição de Multa-AIIMs, resultando em um valor de cerca de R$ 20.619.645.328,37 entre imposto, juros e multa. Foram realizadas diversas operações de fiscalização, dentre as quais destacam-se: Operação Nosbor: Tem como finalidade combater a comercialização de produtos sem comprovação de origem e vendas sem emissão de documentos fiscais no comércio eletrônico, em operações que ocorrem através de plataformas digitais conhecidas como "*marketplaces*". O fisco paulista identificou que vários vendedores estariam encaminhando seus estoques de produtos aos centros de distribuição sem a devida comprovação de origem. Encaixam-se nessas situações 420 vendedores ativos – empresas - alvos da operação Nosbor, que emitiram notas fiscais a título de armazenamento no montante de R$ 728 milhões em mercadorias nos meses de julho/19 a junho/20. Mais de 460 agentes fiscais de rendas de todas as 18 Delegacias Regionais Tributárias do Estado de São Paulo fiscalizaram simultaneamente 420 vendedores ativos (empresas), distribuídos em 78 municípios. Operação Monte Cristo II: Tem como objetivo o combate à sonegação fiscal e lavagem de dinheiro por empresas do setor farmacêutico. A fraude envolve grupos empresariais responsáveis não só pela distribuição de medicamentos no estado, como também pelo comércio varejista -redes de farmácias, que se beneficiam dos esquemas, bem como a participação de uma associação nacional de distribuidores de medicamentos nos esquemas criminosos. Estima-se que o esquema desenvolvido tenha causado um prejuízo aos erários estadual e federal, nos últimos seis anos, de aproximadamente R$ 10 bilhões. Operação de combate à fraude e sonegação envolvendo produtos para combate à pandemia da Covid-19: Tem como objetivo o combate a fraudes e irregularidades nos setores ligados a itens essenciais ao combate da pandemia da Covid-19. Foram identificadas e impedidas preventivamente de funcionar mais de 200 empresas que comercializaram irregularmente álcool em gel, máscaras de proteção facial e outros produtos de combate à pandemia. Também foram identificadas empresas com indícios de simulação de quadro societário que ofereciam respiradores para outras Unidades da Federação, sem o devido registro ou capacidade de aquisição dos equipamentos. Programa Concorrência Leal – Fiscalização de Alta Performance - Simples Nacional – FAP-SN (Piloto): Tem como propósito promover a concorrência leal, a justiça fiscal e a harmonia no ambiente de negócios dos pequenos contribuintes do Estado, por meio da atuação contínua do fisco. Consiste em mapear indícios de divergências de omissão de receita declarada, selecionar e oferecer a oportunidade de autorregurarização do contribuinte em lote, finalizando na constituição dos créditos tributários via lançamentos feitos por meio de autos de infração -AIIM - automatizados. O programa está em fase de piloto: foram selecionados 400 contribuintes que teriam deixado de registrar receitas brutas na ordem de R$ 300 milhões e consequentemente não teriam recolhido corretamente os valores de ICMS devidos. Desses 400 contribuintes, 114 se autorregularizaram e 286 foram notificados do início de fiscalização que possivelmente resultarão em AIIMs lavrados de forma automatizada. O piloto encerrar-se-á em dezembro, com a estimativa de lavratura de 286 AIIMs em contribuintes com divergências apuradas pelo fisco na ordem de aproximadamente R$ 200 milhões. Arrecadação - as principais ações desenvolvidas de arrecadação até novembro foram: Tarifas bancárias: Após negociação com a Federação Brasileira de Bancos - Febraban, o valor a ser despendido com tarifas bancárias foi reduzido de R$ 83 milhões -previstos em 2020, para R$ 52 milhões. A nova tabela foi publicada na Resolução SFP 43/2020. Parcelamento de IPVA com cartão de crédito: a Resolução SF 130/2018 permitiu a possibilidade de parcelamento de IPVA com cartão de crédito. Atualmente existem 4 empresas conveniadas totalmente integradas ao sistema de arrecadação da Sefaz-SP através de bancos arrecadadores. Até novembro, foram parcelados mais de R$ 78 milhões pelos contribuintes paulistas. Homologação Automática de Declarações do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD: Normalmente, há excesso de declarações de baixo potencial

[7] Valores definitivos de janeiro a setembro, provisório para outubro e estimativa para novembro e dezembro.

arrecadatório, que recebem igual esforço de trabalho que declarações com alto potencial arrecadatório. A partir de critérios de relevância, foi criado o processo de homologação automática, no qual estas declarações escolhidas terão certidão automaticamente concedida, após o pagamento, com redução de 50% dos expedientes que dão entrada nos Postos Fiscais e redução do tempo médio para homologação de 139 para 53 dias, no período de 6 meses. Deferimento automático de parcelamento extrajudicial do ITCMD: O pedido de parcelamento extrajudicial era efetuado manualmente nos Postos Fiscais, gerando necessidade de atendimento presencial para protocolização do pedido, exigindo ainda o deferimento manual pelo chefe do Posto Fiscal ou NSE/ITCMD. O pedido passou a ser totalmente eletrônico, bem como o deferimento é automático. Como se trata de doação ou inventário extrajudicial, a conferência do recolhimento e da base de cálculo declarada é feita pelo cartório. Estima-se a eliminação de cerca de 2.000 expedientes/ano, com base dos pedidos protocolados nos últimos 12 meses. Processo de Imunidades e Benefícios do IPVA: O processo de imunidades e benefícios, apesar do elevado número mensal de requerimentos – média de 25.000 pedidos mensais – teve o tempo de trâmite reduzido pela metade -atualmente está em 21 dias, comparado com janeiro 2020, devido a: Portaria CAT 86/2020: alteração de legislação, permitindo o deferimento automático de isenção de portadores de necessidades especiais – PCD; Canal verde Sistema Eletrônico de Pedidos de Benefícios Fiscais para Veículos Automotores – SIVEI: integração com outros sistemas, automatizando consultas e análises, como por exemplo: obtenção de dados da NFe, validação automática de limite de valor do veículo, verificação de contribuinte com isenção anterior, entre outras consultas e análises. Cobrança e Recuperação do Crédito Tributário - As principais ações desenvolvidas em 2020 foram: Resultado do ano, das ações de cobrança: cobrança massificada com mais de R$ 170 milhões* recuperados e cobrança qualificada com mais de R$ 140 milhões* recuperados, gerando um total de mais de R$ 310 milhões recuperados -valores atualizados até julho; Implantada Rotina de Cancelamento de Certidão de Dívida Ativa - CDAs: Em razão de substituição de declaração, pagamento anterior, parcelamento antes da inscrição em dívida ativa, muitas CDAs passam a ser indevidas e passíveis de cancelamento junto à PGE. Implantada a primeira fase de rotina de cancelamento de CDAs junto à Procuradoria Geral do Estado – PGE, via troca de e-mails, dispensando a atuação de contribuintes e fazendários. Canceladas mais de 800 CDAs, diminuindo expedientes e atendimento; Segmentação de contribuintes: Definição de novas regras de segmentação de contribuintes, de forma mais ampla e aderente com a legislação e estratégias de cobrança. Desta forma teremos uma gestão de cobrança mais eficiente – estimado acréscimo R$ 50 milhões/ano de recuperação; Ferramentas de Cobrança para realização de contato com contribuintes – SMS: Assinado contrato com a Prodesp e com a empresa Zenvia, prestadora do serviço. Estimativa de recuperação de R$ 150 milhões/ano com cobrança de IPVA e ICMS. Contencioso Administrativo - Em termos de contencioso administrativo, destacam-se: Com relação aos processos encerrados até 31/10, temos:

PROCESSOS ENCERRADOS NO CONTENCIOSO					
	Qtde	Imposto (R$ M)	Multa (R$ M)	Juros (R$ M)	Total (R$ M)
Eletrônicos	2.510	3.618.378	7.244.488	1.825.311	12.688.178
Físicos	11	153.279	146.104	79.923	379.307
Total	2.521	3.771.657	7.390.592	1.905.234	13.067.485

5.750 processos julgados em 1ª instância e 2.391 em 2ª instância, totalizando 8.141 processos julgados até 30/09. O tempo médio dos processos no contencioso foi de 41,77 meses até 31/10. Até 31/10, foram publicadas 4.229 decisões de 1ª Instância Administrativa e 3.004 decisões de 2ª Instância. Defesa da Fazenda Pública no Processo Administrativo Tributário - Até 31/10, na defesa da legislação e dos interesses da Fazenda Pública no que se refere aos créditos tributários constituídos por meio de auto de infração, a equipe de Representantes Fiscais da DRF - Diretoria da Representação Fiscal, elaborou 3.216 atos processuais e participou de todas as sessões de julgamento nas Câmaras Julgadoras e Superior do TIT -Tribunal de Impostos e Taxas, ocorridas durante o ano. Consultoria Tributária - As principais ações realizadas pela Consultoria Tributária até 31/10 foram: Consultas: 1.581 consultas respondidas. Consultas Eletrônicas: 1.021 consultas eletrônicas foram disponibilizadas para consulta pública no Portal de Legislação Tributária. Expedientes: solucionado 131 expedientes. Fale Conosco: respondidas 2.715 consultas. Minutas de Projeto de Lei*: elaboradas 6 minutas. Minutas de Decretos*: elaboradas 36 minutas. Minutas de Resoluções*: elaboradas 43 minutas. Minutas de Portarias*: elaboradas 96 minutas. Minutas de Comunicados CAT*: elaboradas 3 minutas. Convênios: firmados 130 convênios ICMS no âmbito do Confaz. Protocolos: firmados 37 protocolos a respeito de produtos sujeitos à Substituição Tributária e operações com suspensão do ICMS. Ajustes SINIEF: publicados 40 Ajustes SINIEF - Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais, que tratam de obrigações acessórias das mais diversas. (*): As minutas podem ter sido públicas ou não.

Entidades Vinculadas: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo- COSESP - Breve relato da situação da Companhia - em continuidade à fase de encerramento das atividades operacionais, a seguradora concentrou seus esforços em preservar a sua situação econômico-financeira, bem como prosseguiu adotando as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares e a rígida adequação do nível das provisões, sendo esses os fatores determinantes para o resultado negativo registrado neste exercício, até outubro de R$ 5,0 milhões, e estimado até dezembro de R$ 7,5 milhões. A principal receita da COSESP gira em torno de R$ 300 mil/mês advinda do rendimento dos recursos financeiros aplicados no Banco do Brasil, cujo valor atualmente monta a R$ 202,0 milhões. No plano estratégico 2019-2023, a meta para o período é o encerramento e a liquidação da Companhia. As principais atividades desenvolvidas pelos departamentos da Companhia foram: Financeiro/Contabilidade: Os recursos financeiros da Companhia estão aplicados de forma conservadora em um Fundo exclusivo no Banco do Brasil, lastreados em papéis federais e o seu montante pode ser considerado suficiente para arcar com os compromissos futuros da Companhia. A Contabilidade manteve-se diligente no cumprimento das normas contábeis e tributárias e orientações emitidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores. Jurídico: O ano iniciou com 1.002 pastas ativas de processos judiciais, chegando ao final de outubro com 857 pastas ativas, representando diminuição de 14,5%. Auditoria/Ouvidoria: Revisão e adequação das normas e dos controles internos para atendimento à legislação. Até outubro foram: 45 normas revistas; 28 manifestações recebidas e respondidas pela Ouvidoria ou encaminhadas a outros órgãos responsáveis; 3.805 solicitações para pesquisa de seguros pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, onde estas pesquisas resultaram em 32 respostas a diferentes órgãos do Poder Judiciário; 14.952 solicitações para pesquisa de seguros pela CNSEG – Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização. Operacional/Atuarial: Além de manter-se diligente no cumprimento das normas dos órgãos reguladores, demos continuidade nas devoluções de prêmios aos segurados em razão do trânsito em julgado a favor da COSESP na ação judicial movida pela manutenção da apólice 745 para reativação da apólice securitária. Companhia Paulista de Secutirização -CPSEC: Sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, a CPSEC foi constituída em 15/10/2009, na forma autorizada pela Lei Estadual nº 13.723/2009, vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, tendo como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo, originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B, na forma da Instrução CVM nº 480/09, cumprindo as obrigações exigidas pela CVM para essa categoria de empresa. Atividades Desenvolvidas: As atividades da CPSEC no exercício de 2020 voltaram-se para a gestão das operações ativas; o aperfeiçoamento e a atualização dos procedimentos relacionados ao atendimento à Lei federal nº 13.303/16 e ao Decreto estadual nº 62.349/16; as atividades relacionadas ao Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, instituído pelos Decretos nºs 48.898/04 e 63.382/18; e a implantação do Programa SP Sem Papel, instituído pelo Decreto nº 64.355/19. A Companhia instituiu comissão para avaliação dos seus documentos e acesso, vinculada à Diretoria da Presidência, baseando-se no "Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio". Foi também elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração "Plano de Continuidade de Negócios" da Companhia. Ainda, com base na experiência de negócios realizados, a CPSEC contribuiu com sugestões à Lei n° 17.293/20, que alterou alguns dispositivos da Lei n° 13.723/09, no que tange a possibilidade de aumento da abrangência de atuação da Companhia, bem como contribuiu com propostas ao Edital de Audiência Pública SDM nº 05/2020 da CVM, que trata de Resolução para regulamentação das companhias securitizadoras de direitos creditórios. Operações Ativas: Estão ativas as operações vinculadas à 2ª operação de securitização da Companhia, realizada em dezembro de 2014, envolvendo a aquisição de direitos creditórios originários do PEP no montante de R$ 5.904 milhões, cuja liquidação financeira foi realizada em moeda corrente, no valor de R$ 809 milhões, com recursos captados por meio da integralização da 1ª Série da 2ª Emissão de Debêntures Simples e, o restante, com a subscrição pelo Estado de São Paulo da 2ª Série da 2ª Emissão, ambas não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão obtiveram o *rating* "brBBB (sf)" na emissão, atribuído pela Standard & Poors, tendo atualmente *rating* atribuído de "brBBB-(sf)".Ainda, com lastro nos direitos creditórios originários do PEP, em maio de 2015 a Companhia realizou a 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, no valor total de R$ 740 milhões, cujo resgate integral se deu em junho 2020. Os recursos líquidos à época obtidos por meio da referida 3ª Emissão foram direcionados para a amortização extraordinária da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures, conforme programado na 2ª estruturação. No exercício, a Companhia não foi demandada pelo Estado de São Paulo para elaboração de estudos de viabilidade de nova estruturação de securitização de direitos creditórios. Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - O Desenvolve SP – O Banco do Empreendedor - é a instituição financeira do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento, cuja missão é "promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor". O Desenvolve SP apoia o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas paulistas, e municípios paulistas incentivando o crescimento da economia com o aumento da competitividade, contribuindo assim com a geração de emprego e renda. Com linhas de financiamento com prazos longos e taxas de juros competitivas, o Desenvolve SP financia projetos de investimento em ampliações e modernizações, a aquisição de máquinas e equipamentos e projetos inovadores. O Desenvolve SP é membro titular da Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e está alinhada aos ODS que dizem respeito à sua missão por meio de suas ações internas e de seus programas de governo e linhas de financiamento. Principais ações: Ações para enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia de Covid-19: Redução da taxa de juros da linha de capital de giro com recursos próprios; Aumento do prazo do financiamento e da carência, para as linhas com recursos próprios; Financiamentos de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas paulistas com faturamento anual entre R$ 81 mil e R$ 10 milhões - preferencialmente, que atendam aos requisitos vigentes na política de crédito da Instituição; Condições diferenciadas para setores altamente impactados como turismo, cultura, economia criativa e CNAEs selecionados do comércio; Implantação da linha de giro isolado com recursos do Fungetur; Adoção do Standstill, ou seja, a possibilidade de concessão da suspensão temporária dos pagamentos devidos para evitar o colapso das empresas paulistas, bem como para evitar que o caso fortuito – a pandemia de Covid19 prejudicasse a estabilidade dessas empresas e o resultado da instituição. Criação de força-tarefa para atender a alta demanda de pedidos de financiamento. Atuação transversal do Desenvolve SP em parceria com as secretarias de estado, nos projetos: Empreenda Rápido, Banco do Povo, Programa Vale do Futuro, Transformando Cidades, Linha Iluminação Pública, Linha Água Limpa, Novo Rio Pinheiros, Proav -Programa de Investimento no Setor Audiovisual de SP, Programa de Crédito Turístico, Termo de Cooperação com o Crea-SP e com a AESP -Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de SP, Adoção dos ODS e Transferência de Fundos de Desenvolvimento. Ação integrada com o Plano São Paulo – com destaque para a fase de resposta e resultados apresentados. Aumento de 334,2% em desembolso para capital de giro, comparado ao mesmo período do ano anterior. Produção do II Relatório de Acompanhamento dos ODS pela Comissão de ODS, a qual é liderada pela Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado e o Desenvolve SP faz parte. O relatório considera as dimensões econômicas, sociais e ambientais e tem como objetivo apresentar as ações realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo, através de suas secretarias e autarquias, para o atingimento das metas selecionadas dos ODS da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU. Transferência dos fundos Feap e Fehidro para o Desenvolve SP. Financiamento do Projeto Novo Rio Pinheiros. Captação de Recursos do Fungetur. Assinatura do convênio entre o Banco do Povo Paulista e Sebrae-SP para operacionalização do Programa de Crédito Orientado aos Pequenos Negócios. Patrocínio ao projeto "Guia de Investimentos São Paulo 2020/2021". Recorde de R$ 995,2 milhões desembolsados em onze meses. Recorde de 2.980 operações realizadas em onze meses. Recorde de desembolso de Capital de Giro: R$ 612,7 milhões em onze meses. Recorde de desembolso através do fundo Banco do Povo Paulista: R$ 218,6 milhões em onze meses. Conquista do Prêmio ABDE-BID 2020, primeiro lugar, na categoria 2 - "Especial Covid-19: Desafios e Políticas de Enfrentamento", no grupo B – "Melhores Práticas", com o artigo "Melhores práticas do Desenvolve SP – O Banco do Empreendedor no combate à Covid-19".

Desempenho Operacional -base 30/11. Os desembolsos acumulados do Desenvolve SP, desde 2009, totalizaram, em 30/11/2020, R$ 4.572,8 milhões, com um total de 8.545 operações

para 6.095 empresas e prefeituras distribuídas em 433 municípios. Os desembolsos somaram R$ 995,2 milhões, sendo R$ 162,9 milhões liberados para o setor público e R$ 832,3 milhões para o setor privado. O desembolso para projetos de capital de giro foi de R$ 612,7 milhões.

- Desempenho Financeiro

ÍNDICES	JAN-OUT/19	JAN-OUT/20	VARIAÇÃO
LUCRO LÍQUIDO[1]	R$ 33,4 MI	R$ 31,1 MI	**-6,8%**
RESULTADO OPERACIONAL	R$ 46,7 MI	R$ 53,9 mi	**15,4%**
INADIMPLÊNCIA[2]	0,83%	0,59%	**-0,2 p.p.**
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA[3]	61,94%	63,79%	**1,9 p.p**

[1]No Lucro Líquido de 2020 foi aplicada a Resolução Bacen 4820, de 29/05/2020. Sem a aplicação da Resolução o Lucro Líquido seria de R$ 42,7 milhões, 27,6% maior que o mesmo período de 2019.
[2]Saldo da carteira de crédito com 90 dias de atraso / saldo de carteira de crédito total.
[3]Relação entre as despesas operacionais e a receita bancária

-

FICHA TÉCNICA	
INÍCIO DAS ATIVIDADES	11/03/2009
PRIMEIRA OPERAÇÃO	06/2009
CAPITAL SOCIAL (OUT/20)	R$ 1.042 MILHÕES
COLABORADORES (NOV/20)	156
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (OUT/20)	R$ 1.167 MILHÕES
ATIVOS TOTAIS (OUT/20)	R$ 2.463 MILHÕES
DESEMBOLSO EM 2020 (JAN A NOV)	R$ 995 MILHÕES
DESEMBOLSO ACUMULADO (JUN/09 A NOV/20)	R$ 4.573 MILHÕES
EMPRESAS ATENDIDAS (JUN/09 A NOV/20)	5.920
PREFEITURAS ATENDIDAS (JUN/09 A NOV/20)	175
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÉDIO - ROAE (OUT/20)	3,69%
ÍNDICE DE QUALIDADE DA CARTEIRA - OPERAÇÕES DE RATING 'AA' a 'C' OUT/20)	88,63%

Companhia Paulista de Parcerias – CPP: A Companhia Paulista de Parcerias – CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 11.688/2004. A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas -CGPPP e, durante o ano, na condição de colaboradora, apoiadora e viabilizadora do Programa de Parcerias Público-Privadas, integrou os Comitês de Análise Preliminar e os Grupos de Trabalho das PPPs do Trem Intercidades da Secretaria de Transporte Metropolitano, das Travessias Litorâneas da Secretaria de Logística e Transportes, dos Presídios Estaduais da Secretaria de Administração Penitenciaria e das Escolas Integrais da Secretaria de Educação. A CPP também apoia a atuação do Secretário da Fazenda no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED e a participação da Secretaria da Fazenda nos Comitês de Análise Preliminar e nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos. Essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: Linha 8 Diamante e 9 Esmeralda da CPTM, Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren, Parques Urbanos Dr. Fernando Costa -Água Branca, Villa-Lobos e Candido Portinari, Parque Estadual Caminhos do Mar e Mosaico Paranapiacaba, da Fundação Parque Zoológico de São Paulo e do Instituto Jardim Botânico de São Paulo da Secretaria de Meio Ambiente, do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães -Complexo Ginásio do Ibirapuera, da Secretaria de Esporte Lazer e Juventude, da concessão do Lote Litoral Paulista e Marginais dos Rios Tietê e Pinheiros, dos Ônibus Intermunicipais e dos Aeroportos e Projeto Estrada de Ferro de Campos do Jordão da Secretaria de Logística e Transportes e, por fim, do Casarão Mello Franco e Casa das Retortas da Secretaria de Cultura. Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado a Companhia acompanha o desempenho e ajusta periodicamente os ativos segregados em relação às garantias solidárias prestadas no âmbito dos seguintes contratos de PPPs: Linha 4, Linha 6 e do VLT da Secretaria de Transportes Metropolitanos, do Lote 1 da Secretaria da Habitação e dos Hospitais de Sorocaba, de São José dos Campos e do Centro de Referência da Saúde da Mulher – CRSM (Pérola Byington) da Secretaria da Saúde, assim como do contrato de PPP – FURP – Américo Brasiliense. Com relação aos novos projetos, a CPP fez análise ampla dos projetos constantes do Programa de Parceria do Estado de São Paulo e, visando maximizar sua atuação, assumiu o compromisso de participar do projeto dos Presídios Estaduais garantindo o volume total de 4 contraprestações mensais. O montante total de garantias prestadas totalizou R$ 1,516 bilhões de reais até o terceiro trimestre, sendo R$ 1,262 bilhões de reais com garantia de penhor de cotas de fundos de investimento e aproximadamente R$ 254,42 milhões na forma de fiança e/ou aval prestados. Durante o período, a Companhia participou e apoiou a Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parcerias Público-Privadas -CAC-PPP à qual compete o acompanhamento dos contratos de Parcerias Público-Privadas, celebrados pelo Governo do Estado de São Paulo, com vistas à identificação de eventos ordinários e extraordinários havidos no curso da execução contratual que possam gerar impactos fiscais, provisionamentos e passivos contingentes. Sobre esta atividade, destaca-se no ano a participação da CPP nas discussões que resultaram na decisão pelo Poder Concedente -Secretaria dos Transportes Metropolitano sobre a continuidade do contrato de PPP da Linha 6 – Laranja por meio da celebração de aditivos que viabilizaram a substituição da concessionária, que se encontrava incapacitada em dar seguimento ao referido contrato, decisão esta que, segundo estudos realizados pela Secretaria em questão, melhor resguardavam o interesse público. Dentre as operações financeiras destaca-se a celebração de Memorando de Entendimentos com a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. com a finalidade de aquisição de parte da carteira de recebíveis originados de contratos de financiamento celebrados entre esta instituição e municípios do Estado de São Paulo. Nesta data, segue-se com as providências para análise de viabilidade e vantajosidade econômico-financeira da operação, condições para realização efetiva da operação. Destaca-se também a participação da CPP no Fundo de Investimento Imobiliário -FII- do Estado de São Paulo, primeiro do gênero no país. Estruturadora do veículo financeiro, em 2019 a CPP apoiou o Fundo ao subscrever Quotas Super Seniores provendo a liquidez inicial do instrumento e tornando-o operacional. O valor do investimento realizado em 2019 foi de R$ 10 milhões de reais e o valor do resgate foi de R$ 10,79 milhões de reais, que ocorreu em 4/9, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária de Cotista do FII, realizada em 20/8. O resultado da companhia apurado até o 3º trimestre, foi impactado negativamente pela marcação a mercado dos títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos onde a CPP aplica seus recursos, reduzindo a geração de receitas, quando comparado ao mesmo período de 2019. A rentabilidade média praticada no mesmo período de 2019 foi de 4,5599% e de 2020 de 2,0067%, o que resultou na redução das receitas financeiras líquidas descrita anteriormente.

SECRETARIA DE GOVERNO

É a pasta responsável pelas diretrizes de integração governamental, que compreende a coordenação de programas estratégicos da gestão, bem como pelas ações basilares para o desenvolvimento dos principais programas e projetos do Estado. Também é responsável pela articulação estratégica no desenvolvimento das políticas públicas estaduais e alcance dos objetivos e metas estabelecidas pela gestão. Adicionalmente, em seu escopo de atribuições, estão a regulamentação e a fiscalização das modalidades de serviços públicos de transportes autorizados e dos serviços de gás canalizado e saneamento básico de titularidade estadual, executados, respectivamente, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP. Sua estrutura comporta, ainda, a coordenação e gerenciamento do Programa Poupatempo; a execução dos serviços de processamento de dados e tratamento de informações; o acompanhamento dos projetos estratégicos; e as ações voltadas à inovação e eficiência da gestão. Além dessas atribuições, o órgão também é responsável pela coordenação e gerenciamento do Programa SP Sem Papel, por meio da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. O arranjo institucional da pasta também abrange a Ouvidoria Geral do Estado; a Corregedoria Geral da Administração; o Fundo Social do Estado de São Paulo – FUSSP; a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE; e a Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo. Também constituem atribuições da Secretaria de Governo a verificação prévia da formalidade dos atos do Governador; o acompanhamento da execução do Programa de Governo; e o subsídio técnico ao Chefe do Executivo Estadual. Diante da necessidade de ações emergenciais a fim de preservar vidas e a economia do Estado durante a pandemia causada pela COVID -19, a Secretaria de Governo ficou à frente de processos importantes para garantir que ações emergenciais fossem implementadas. Entre elas, destaca-se ter presidido o Comitê Administrativo Extraordinário; a consolidação do Portal da Transparência, com compras direcionadas a ações exclusivas da COVID-19; além da implementação e monitoramento do recebimento de doações direcionadas ao Estado. Em paralelo a essas ações, a Secretaria de Governo também articulou e implementou, por meio da Fundação SEADE, o Boletim Diário – COVID -19, entre outras medidas importantes para que o Estado implementasse ações de forma ágil, garantindo o cumprimento da legislação e a transparência na utilização de recursos. Por fim, neste mesmo contexto foi observada a necessidade de otimizar processos, assegurar a eficiência da gestão orçamentária, recursos humanos e desenvolvimento de projetos e parcerias do Governo de São Paulo. Para tanto, foi criada a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão - SPOG, por meio do Decreto nº 64.998, de 29 de maio de 2020, a fim de absorver estruturas e servidores públicos que já atuavam sob a coordenação da Secretaria de Governo e também da Secretaria de Fazenda e Planejamento. Devido ao novo arranjo das pastas, migrou-se da estrutura da SEGOV para a SPOG as seguintes estruturas: Subsecretaria de Parcerias; Conselho do Patrimônio Imobiliário; Unidade de Informações Executivas; Comitê Gestor do Gasto Público; Instituto Geográfico e Cartográfico; a Unidade do Arquivo Público do Estado; e o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, motivo pelo qual não compõem o trecho da Secretaria de Governo do presente Relatório de Atividades de 2020, enviado a esta Casa Legislativa.

Gabinete do Secretário - Coordenadoria de Administração: A Coordenadoria de Administração foi criada pelo Decreto nº 64.059, de 1º de janeiro de 2019. Além das atividades de caráter administrativo e de natureza burocrática, nas áreas técnico-administrativas (Recursos Humanos, Infraestrutura, Administração, Transportes Internos, Comunicações Administrativas, Biblioteca e documentação) destacamos: Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo: Tem como atribuições a preservação e difusão das coleções de arte abrigadas nos Palácios dos Bandeirantes (São Paulo) e Boa Vista (Campos do Jordão), bem como a catalogação e divulgação do acervo artístico-cultural da Administração Direta, Indireta e Fundacional, exceto dos Museus e das Universidades (Programa Patrimônio em Rede). Com o objetivo de reforçar as funções socioeducativa e museológica dos palácios, ao longo de 2020, foram realizadas ações de pesquisa, catalogação, conservação preventiva, restauro e difusão de suas 4.000 obras. Nesse sentido, foram realizadas 20 vistorias técnicas, com restauro de 13 itens e conservação preventiva de 7 itens no Laboratório de Restauro do Acervo dos Palácios. Foram produzidos 43 laudos técnicos e vistoria técnica em 2.674 fichas de obras do Banco de Dados. Exposições: Palácio dos Bandeirantes: 2 exposições – "Personagens de Contato – Inclusão pela arte". De 17 de dezembro de 2019 a 21 de fevereiro de 2020, relações entre obras de artistas do Acervo dos Palácios e de jovens talentos com deficiência intelectual e "Mulheres Modernas", de 11 de março a 8 de maio de 2020 (prorrogada por conta da pandemia de Covid-19); Palácio Boa Vista: 2 exposições – "Devoção: Coleção de arte sacra do Acervo dos Palácios", de 6 de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020 e "Móveis, Modos e Modas", de 21 de fevereiro a 26 de abril de 2020 (prorrogada por conta da pandemia de Covid-19). Movimentações de obras de arte: Palácio dos Bandeirantes: Foram realizadas a movimentação e instalação de 70 obras, adequação de 90 peças de mobiliário e transporte de 68 peças de mobiliário para o depósito na sede da FUSSP do parque Água Branca (pela desativação da Reserva Técnica do Palácio dos Bandeirantes); Palácio Boa Vista: Foram realizadas a movimentação e instalação de 100 obras do artista José Cláudio e realizada vistoria técnica para a atualização de inventário. Ações educativo-culturais: Total de visitantes atendidos no ano: Palácio dos Bandeirantes: 425 pessoas entre turistas espontâneos, público do Projeto "O Centro de Convivência Infantil/CCI Visita o Palácio" de crianças da creche do Palácio, e jovens da Comunidade de Paraisópolis, por meio do apoio do Hospital Albert Einstein. • Palácio Boa Vista: 15.960 pessoas no Palácio Boa Vista, entre turistas espontâneos e o público do projeto "Férias de janeiro no Palácio Boa Vista" com visitas especiais ao jardim. Palácio dos Bandeirantes: Projeto "O Centro de Convivência Infantil/CCI Visita o Palácio": ações educativas para crianças da creche do Palácio dos Bandeirantes, destacando obras do acervo por meio de atividades lúdicas; Participação no "Museum Selfie Day", "Museum Week 2020" e na "14ª Primavera de Museus": atividades nos eventos da área museal; Paceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para postagens de obras de arte com o tema "Objetivos para Desenvolvimento Sustentável";Parceria com o Memorial da América Latina para postagens de obras de arte com o tema "Obras Latino-Americanas Cusquenhas e Andinas"; Projeto "Acervo em todas as casas" com propostas interativas para público online;Série de postagens de obras de arte com o tema "Direitos Humanos";Projeto "História Oral": Vídeos de entrevistas com artistas do Acervo dos Palácios para as redes sociais;Desenvolvimento de 33 atividades educativas para crianças para download no novo site do acervo www.acervo.sp.gov.br. Palácio Boa Vista: Atividades educativas sobre a Exposição "Mulheres Modernas"; "Eu e minha turma – Operários" e "A infância de Tarsila do Amaral"; Projeto "Acervo em Ação" de conscientização dos funcionários quanto à importância do acervo e de sua preservação; Atividade e Oficinas para crianças "Carnaval Modernista", de desenho, e "Caça

ao tesouro" sobre obras de arte e ambientes do Palácio Boa Vista. Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (GSPOFP), promoveu, em conjunto com a Secretaria da Fazenda e Planejamento, através de coordenação e orientação, o acompanhamento da execução do novo PPA 2020-2023, no que se refere aos seus programas, buscando, dentro do possível e razoável, adequação ao cenário de pandemia e distanciamento social que marcou esse ano de atividade. Também orientou e coordenou a formalização das propostas para o Orçamento de 2021, além de acompanhar a execução das metas das ações do PPA, programadas para o corrente exercício, por meio do Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPPA. Acompanhou e controlou a execução do Orçamento vigente através dos sistemas SIAFEM e SIGEO. Igualmente promoveu reuniões internas, como órgão colegiado, emitindo pareceres referentes a créditos suplementares, créditos automáticos, reprogramação entre elementos, antecipações de quotas e descontingenciamento. Esse mesmo trabalho foi prestado a Casa Civil e a Secretaria Especial de Relações Internacionais (SERI), além do acompanhamento da execução do programa do novo PPA 2020-2023, também emitiu pareceres referentes a créditos suplementares, créditos automáticos, reprogramação entre elementos, antecipações de quotas e descontingenciamento. Realizou, ao longo do ano e, em conjunto com a Secretaria da Fazenda e Planejamento, estreito acompanhamento da regularidade fiscal dos CNPJS das unidades da Secretaria de Governo, da Casa Civil e da Secretaria Especial de Relações Internacionais, inclusive do CNPJ do Governo do Estado de São Paulo, manifestando-se e atuando quando identificadas irregularidades junto à Receita Federal do Brasil. Departamento de Recursos Humanos - DRH: Além das suas atividades diárias, referentes aos servidores da Secretaria de Governo; da Casa Civil e do Detran, o DRH tem investido na qualidade de vida dos servidores de ambas as Pastas. Em 2020, foram organizados palestras, projetos, ações, campanhas, atividades e programas na área de saúde e qualidade de vida envolvendo todos servidores e colaboradores do Palácio dos Bandeirantes: Atendimentos: Psicológicos: em média 10 servidores atendidos semanalmente perfazendo um total anual de atendimentos de 450; Sociais: 246 agendamentos de consultas e exames e 06 visitas domiciliares e hospitalares: Médicos: 40 consultas solicitadas; 02 encaminhamentos para cirurgia; 195 solicitações de exames; 26 encaminhamentos especializados; Serviço de Inclusão Profissional de aprendizes: Colaboração na recepção, acolhimento e apoio aos 15 jovens aprendizes do projeto de Serviço de Inclusão Profissional – parceria do Governo do Estado com a APAE, hoje Instituto Jô Clemente. Campanhas/Atividades Realizadas: Vacinação - Gripe: foram imunizados 1.022 servidores; Vacinação – Sarampo: 387 participantes; Outubro Rosa/Conscientização sobre o câncer de mama; Novembro Azul/Conscientização sobre o câncer de próstata; Campanha do Agasalho: 180 peças arrecadadas; Campanha Teste Rápido Covid-19 – 1ª Campanha: 1.402 testados; Campanha Teste Rápido Covid-19 – 2ª Campanha: 1.106 testados;Acompanhamento de Licenças-Saúde: agendamento e acompanhamento de licenças saúde (DPME):54 licenças convencionais e 01 licença INSS 01 visita hospitalar. Centro de Convivência Infantil: atende filhos e filhas de funcionários, entre 4 meses a 6 anos, que prestam serviços no Palácio dos Bandeirantes, durante o ano de 2020 executou suas rotinas e planejamento voltados ao desenvolvimento da criança sob a dimensão física, emocional, cognitiva e social. Este ano foi atípico, uma vez que a unidade esteve aberta para o atendimento das crianças no período de 02 de janeiro a 20 de março de 2020, devido a pandemia do Covid-19. Nesse período, o CCI contou com 67 crianças regularmente matriculadas com uma frequência média de 66%. Apesar do fechamento para o atendimento das crianças as diferentes equipes do CCI mantiveram-se em atividade, elaborando planejamentos, apostilas que foram distribuídas às crianças, realizando cursos via internet, cadastramento de 1.710 livros, 78 CD/DVD, reuniões online, higienização de enxovais, brinquedos, separando-os por kit, higienização do ambiente. A Equipe de Administração continuou o atendimento aos pais, funcionários, acompanhamento de Teletrabalho. Departamento de Administração: Responsável por planejar, gerenciar, coordenar, acompanhar e executar as atividades pertinentes às áreas de administração financeira e orçamentária, de suprimentos (patrimônio, almoxarifado, compras e contratos), de transportes internos e da alienação de imóveis próprios estaduais provenientes do Conselho do Patrimônio Imobiliário-CPI e controle das dívidas (parcelas) vincendas, resultantes das negociações com os proprietários. Cabe ainda, controlar a emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, da Secretaria de Governo, sendo que neste exercício, em razão da Pandemia, não foram emitidas passagens aéreas internacionais e houve uma redução de 25% na emissão de passagens aéreas nacionais em relação a 2019. Cabe também, a administração do Termo de Cooperação Técnica firmado com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, constituídos de 29 Termos de Cessão e Permissão de Uso firmados com órgãos da Administração Direta e Indireta, em razão da edição do Decreto Estadual nº 64.939, de 13 de abril de 2020, que transfere da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, para a esta Secretaria de Governo, a administração dos imóveis denominados Edifícios CIDADE I, II e IV.Também, em razão da edição do Decreto Estadual nº 64.998, de 29.05.2020, este Departamento de Administração passou a prestar o auxílio administrativo necessário ao pleno funcionamento da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão – SEPOG, oferecendo suporte orçamentário, financeiro e de recursos humanos, bem como apoio na realização de licitações e na execução de contratos, pertinentes às áreas do Conselho do Patrimônio Imobiliário, Unidade do Arquivo Público do Estado de São Paulo – UAPE e Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC. As atividades de destaque do exercício de 2020 seguem abaixo: Área de Transportes Internos: em 2020 foi reduzido em 19,32% a quantidade de veículos locados em relação a 2019, passando para 77 veículos, sendo utilizado exclusivamente etanos. Frota própria com 16 veículos (inclusive Casa Militar e Fundo Social de São Paulo – FUSSP). As despesas com adiantamentos para pagamentos de diárias decorrentes de viagens sofreram redução de 24,93%. Outros serviços na área de transportes internos: gestão dos contratos de serviço de ônibus reservado (locação de ônibus de 44 lugares, com uma quantidade média de usuários atendidos de 40 pessoas por dia); atendimentos e usuários, SOS Médico e outros. Centro de Suprimentos/ Compras, Contratos/ Almoxarifado e Patrimônio: tem por atribuição, entre outras coisas, a manutenção do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais, bem como a atualização do Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI; além do cadastro no sistema de Protocolo e Documentação - SPDOC, para abertura de novos processos e a realização de aquisições, por meio da Bolsa Eletrônica de Compras ou Pregões. É sua responsabilidade, ainda, o cadastro de contratos no Sistema de Serviços Terceirizados - CADTERC, reajustes contratuais, prorrogações de contratos e elaboração de termos de aditamento. Área de Finanças e Orçamento: responsável pelo controle da execução orçamentária e financeira das Unidades de Despesas da Pasta; assessoria orçamentária e financeira ao Fundo Social de São Paulo - FUSSP e Arquivo Público do Estado, à Casa Militar e Subsecretarias da Pasta. Área de Alienação de Imóveis: desde o exercício de 2015, com a edição do Decreto nº 61.035/2015, passou a ser desenvolvida a atividade de alienação de imóveis dentro do Departamento de Administração. Em 2020, foram realizadas 4 alienações de venda de imóveis por meio da realização de Concorrência Pública; 1 Leilão Público e 5 vendas diretas, resultando no valor de R$ 80.146.083,00, o total de vendas de 31 imóveis.Departamento de Infraestrutura: esponsável pelos Serviços de reforma e manutenção predial dos Palácios dos Bandeirantes e Boa Vista; gestão dos contratos de alimentação, limpeza, remoção de lixo, jardinagem e paisagismo, além dos serviços relacionados a montagem e desmontagem de eventos e reuniões. Grupo de Tecnologia da Informação: envolve projetos, serviços de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas, assessoria e consultoria técnica na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, para áreas vinculadas à Secretaria de Governo, Fundo Social de São Paulo e pastas sediadas no Palácio dos Bandeirantes, tendo desenvolvido as atividades relacionadas abaixo: Projeto e implantação de Plataforma de Colaboração (Pacote Office 365): Quantidade: 1.632 Pacotes com contas de e-mail - OUTLOOK. Contemplando todas as áreas da Secretaria de Governo e vinculados com a gestão em TI: Gabinete da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão; Secretaria de Relações Internacionais; Secretaria de Comunicação; Casa Militar; Arquivo Público do Estado de São Paulo-APSP; Corregedoria Geral da Administração-CGA e; Sede do Fundo Social de São Paulo-FUSSP. Remanejamento da infraestrutura de tecnologia da sede do Fundo Social de São Paulo, da Água Branca para a Av. Morumbi, 4.500 possibilitando o gerenciamento e a operação dos serviços das áreas do FUSSP, no novo endereço. Videoconferência: Instalação e operação de infraestrutura disponibilizando-a nos ambientes de eventos/reuniões no Palácio dos Bandeirantes e, ocorridos também, em alguns municípios de SP, com a presença virtual do Sr. Governador, Vice-governador e outras autoridades. Criação dos convites para as reuniões através de Links. Em números: 4.800 horas em cerca de 813 reuniões com temas relacionados a COVID-19, Economia empresarial, governança com áreas estratégicas de governo, reunião alteração LC - 846/98, Plano SP e outras. Também foram realizadas edições de vídeo para as apresentações, suporte técnico aos participantes local e aos convidados. Gestão junto a PRODESP, dos serviços técnicos de informática no desenvolvimento, implantação, suporte e manutenção de sistemas aplicativos para atendimento às demandas da Secretaria de Governo e Casa Civil. Alguns Sistemas foram implementados para fornecerem dados referente a COVID-19: 93 sistemas e o desenvolvimento do sistema de administração dos dados abertos do Governo de SP, implantado para o acompanhamento das tratativas de levantamento e preparação dos dados informativos sobre casos de Covid-19 no estado de São Paulo. Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa: Diretoria e Assistência Técnica: responsável pela administração dos perfis de usuários, cargos e unidades da Secretaria de Governo no sistema SP Sem Papel. Além disso, auxilia diretamente as Unidades da Secretaria, com assistência da equipe da Fundação Vanzolini, Unidade do Arquivo Público e da PRODESP. No ano de 2020 foram realizados: SP Sem Papel (SEGOV): Número de atendimentos aos usuários: 446. Indicadores de produção - 2020 Total de Documentos Produzidos: 105.467; Total de Páginas Geradas: 520.997; Total de Documentos Tramitados: 15.023; Principais documentos por volume de tramitação - 2020 Gestão de documentos e Informações: Expediente de atendimento: 23.723; Ofício: 7.961; Organização Administrativa: Processo para apuração de denúncias: 6.364;Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais: Processo de contratação de serviços comuns: 3.396; Organização Administrativa: Processo de correição: 2.590; Gestão da política geográfica e cartográfica do Estado: Expediente para emissão de certidão de jurisdição territorial: 1.822; Organização: Administrativa: Expediente de acompanhamento da reclamação ou sugestão: 716; Organização Administrativa: Termo de parceria - Processo de formalização e execução de acordo bilateral: 627; Requerimento RH: 603; Gestão de Bens Materiais e Patrimoniais: Processo de alienação de bens patrimoniais: 407; Gestão operacional do sistema SPdoc: 4.432 documentos cadastrados no SPdoc e 65 atendimentos aos usuários, com esclarecimento de dúvidas e solução de problemas de operação; Gestão do SIC – Serviço de Informações ao Cidadão: 203 solicitações de informações respondidas; 135 solicitações repassadas para outros Órgãos; 26 recursos analisados; Apoio Administrativo e Assistência Técnica: 3.004 correspondências do Governador triadas e distribuídas; 225 documentos de Secretários recebidos e encaminhados; Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA: 35 procedimentos de recebimento e arquivamento dos convites; 25 buscas de processos que se encontram no Arquivo Público. Centro de Protocolo e Expedição. Protocolo: 7.667 documentos protocolados, registrados e distribuídos; 962 serviços complementares (envolvem pesquisa de documentos, atendimentos telefônicos, atendimentos de guichê, processos, cadastro de documentos, usuários etc.); Expedição: 10.081 correspondências recebidas, distribuídas e expedidas; 1.399 malotes recebidos e expedidos; 3.617 documentos recebidos e expedidos; 694 serviços de apoio / carro e motoboy; 149 jornais recebidos e distribuídos. Centro de Documentação e Arquivo. Documentação e Biblioteca: 22 solicitações de pesquisas; 28 livros em papel e 7 livros eletrônicos emprestados; 1.265 registros de legislação e 264 títulos bibliográficos cadastrados; Análise de 652 atos do Poder Executivo e 86 atos do Poder Legislativo, além de 7.913 registros no vocabulário controlado; 3.640 cópias de documentos. Processamento Técnico Bibliográfico relativo a 120 registros de livros e periódicos reclassificados no sistema Informa Web. Processamento Técnico Bibliográfico: 120 sumários de livros e periódicos inseridos no sistema informa web e arquivados no Acervo Bibliográfico; Endereço eletrônico da Biblioteca: <http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br> e oferece aos consulentes 16 produtos desenvolvidos pela Biblioteca, as legislações em destaque e notícias que afetem a população e o funcionalismo. Endereço do Twiter: @BiblioCasaCivil. Alerta Legislação: 52 boletins distribuídos para toda a Rede Executiva; No que tange à Legislação do Estado de São Paulo, foram analisados 985 atos e 79 mensagens de vetos, sendo 69 totais e 10 parciais; Em relação aos Atos de Nomeação e afastamento, 302 análises; Análise de 192 Resoluções das Secretarias de Governo e da Casa Civil, 108 Decretos e 697 Despachos do Governador; 192 Atos sobre criação ou modificações estruturais dos Órgãos Colegiados. Arquivo: 6.774 registros de arquivamento de processos; 2.529 registros de desarquivamento de processos.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Fundação vinculada à Secretaria de Governo, é referência nacional na produção e disseminação de análises estatísticas, socioeconômicas e demográficas. Para isso realiza pesquisas diretas e levantamentos de informações produzidas por outras fontes, compondo um amplo acervo, disponibilizado gratuitamente, que permite a caracterização de diferentes aspectos da realidade socioeconômica do estado, de suas regiões e municípios e de sua evolução histórica. Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental: o percentual de base de dados e de sistemas de indicadores, com informações demográficas e socioeconômicas, produzidos entre janeiro e novembro, corresponde a 88,24% do total previsto para ano de 2020. Produção e Disseminação de Novas Informações: foram atualizadas e/ou geradas novas informações, com a produção, até novembro, de 45 bases de dados e sistemas de indicadores, dentre os quais: Sistema PIB – Produto Interno Bruto: PIB Regional ESP, PIB Municipal, PIB Mensal e PIB Regional; Mercado de Trabalho; Painel das Profissões; Sistema Estatísticas Vitais – SEV: Casamento, Nascidos Vivos, Óbitos, Mortalidade Infantil, Óbitos Fetais, Projeções da População por Sexo e Idade, Projeção de Domicílios, Estimativa da População; Geoportal – Atualizações de Informações. Produção de Estudos e Análises: foram elaborados, até novembro, 43 estudos e análises com base na produção de dados do Seade, apresentados nas seguintes publicações: Boletim Trimestral da Conjuntura Econômica; Estudos Econômicos Especiais; PIB – Produto Interno Bruto: PIB Regional do ESP,

PIB Mensal, PIB Trimestral, PIB Regional, Projeções; Informes sobre Mercado de Trabalho; Indicadores Sociais do Estado de São Paulo; SP Demográfico. Produção de Informações e Análises para Apoio aos Programas e Serviços Públicos: foram apoiados, até novembro, 7 programas e serviços, nos seguintes temas: Monitoramento de Eventos Vitais – Acompanhamento de casos de Aids, Acompanhamento epidemiológico da mortalidade infantil; Acompanhamento da situação de pacientes de determinadas doenças; Metodologia para construção de indicadores econômicos e sociais; Avaliação e monitoramento de programas públicos; Curadoria de dados – agregação de diferentes tipos e fontes de dados gerados no setor público transformando-os em estatísticas públicas; Georreferenciamento de informações cadastrais e equipamentos públicos. Parcerias realizadas em 2020: foram desenvolvidos projetos convênios/acordos/cooperação técnica em parceria com outras Instituições, com destaque para os principais: Projetos de Receita. Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo: Elaboração de estudos para identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP: Levantamento primário de informações sobre as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizadas no Estado de São Paulo. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente: Painel de acompanhamento do conteúdo local e apuração dos indicadores econômicos do setor de petróleo e gás na economia paulista. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE-SP: Indicadores Sebrae SP: "Pesquisa de Conjuntura das Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (PECOMPE)": – Levantamento mensal dos principais indicadores de desempenho dos estabelecimentos deste segmento no Estado de São Paulo; e "Pesquisa MEI": – Levantamento mensal de dados de faturamento e expectativas sobre a economia e desempenho dos microempreendedores individuais (MEIs) do Estado de São Paulo. Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ: Pesquisa de Impactos da Linha 5 – Lilás nas condições de vida e viagem das populações de suas áreas de influência (Trecho Largo Treze – Chácara Klabin). Fase Pós-Implantação do novo trecho da Linha. Secretaria Desenvolvimento Regional – SPDR: Metodologias de avaliação de resultados de programas públicos conduzidos pelo Governo do Estado de São Paulo: – Desenvolvimento e aplicação de metodologias com sugestões de alterações nos programas avaliados, visando o seu aperfeiçoamento. Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP: Desenvolvimento de metodologia de análise de dados, de gestão de indicadores e capacitação dos técnicos da Arsesp. SPPREV – São Paulo Previdência: Identificação dos beneficiários civis e militares da SPPREV que se casaram ou faleceram, a partir da vinculação com as informações de casamentos e óbitos dos Cartórios de Registro Civil dos municípios do Estado de São Paulo, processadas mensalmente pela Fundação Seade. Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP: Sítio e Portais da Agemcamp. Convênios/Acordos/Cooperação Técnica. Secretaria de Governo: Captar e avaliar informações oriundas de levantamento primário sobre a percepção da população paulista quanto a oferta de serviços públicos de competência estadual. Secretaria da Fazenda e Planejamento: Organização de cadastro de domicílios para fins amostrais, utilizando a base de dados do Recadastramento Anual dos Servidores produzida pelo Estado, bem como as atividades para o aprimoramento dessa base de dados e de construção de tabulações especiais de interesse do Estado. Secretaria de Desenvolvimento Social / Secretaria da Fazenda e Planejamento: Elaboração de tabulações especiais com uso da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), para subsidiar a elaboração do diagnóstico do PPA 2020 – 2023 do ESP e de estudos para aprimoramento de políticas públicas. Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS: Aprimoramento da qualidade e do uso de informações de bases cadastrais sob a responsabilidade da SEDS (CadÙnico; PMAS; Entidades e Organizações de Assistência Social; Programas; Projetos e Serviços ofertados por organizações de outras áreas de atuação e outras bases de programas sociais e de seus beneficiários). Secretaria da Fazenda – SEFAZ/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Desenvolvimento de um sistema de indicadores econômicos para o Estado de São Paulo que tenha como referência o uso de registros administrativos constantes nos sistemas informatizados da SEFAZ, avaliando as informações contidas e incorporando-as na ampliação do Sistema de Contas Regionais. Faculdade de Saúde Pública da USP – FSP/USP: Vinculação das bases de mortalidade do cadastro do Projeto Saúde, Bem-estar e Envelhecimento (ESTUDO SABE) com as bases de dados produzidas pelo Seade. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP: Vinculação entre as bases de nascimentos e/ou óbito produzidas pelo Seade e as bases de dados específicas dos projetos de pesquisa selecionados pela Fapesp. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Elaboração das Contas Regionais e do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios, segundo normas e recomendações internacionais, adaptadas ao plano estadual, em consonância com práticas seguidas nas Contas Nacionais do IBGE, e compatíveis entre todas as Unidades da Federação. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: Unificação da coleta de dados nos Cartórios de Registro Civil do ESP. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br.: Desenvolvimento de projetos e atividades de interesse comum, em assuntos científicos, tecnológicos, de pesquisa e de políticas públicas, em especial os relacionados a novas tecnologias de pesquisa, produção de indicadores e disseminação de resultados.

Processo de Extinção de Empresas Públicas e Autarquias: Em janeiro de 2019 foi enviado à Assembleia o projeto de lei para fusão e extinção empresas públicas entre elas a CODASP, CPOS, Emplasa, IMESP a fim de reduzir gastos e otimizar a estrutura das estatais. Em 15 de maio de 2019 a ALESP, aprovou a Lei nº 17.056/2019 – sancionada em 6 de junho de 2019 pelo governador do Estado - permitindo a extinção das empresas públicas. Com a criação da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão - SPOG, por meio do Decreto nº 64.998, de 29 de maio de 2020, apenas o IMESP permaneceu na estrutura da SEGOV, em processo de incorporação pela PRODESP. Companhia de Processamento de Dados do Estado De São Paulo – Prodesp. Em 2020, a Prodesp foi desafiada a conceber e a implantar soluções em tempo recorde para apoiar a continuidade do funcionamento da administração estadual e garantir a prestação de serviços essenciais ao cidadão durante o isolamento social imposto pelas medidas de contenção à pandemia do novo coronavírus. Parte dessas soluções foi criada exclusivamente com essa finalidade; outras já estavam previstas antes do surgimento da covid-19, mas por também puderem contribuir no esforço de enfrentamento da doença tiveram sua implementação acelerada. Poupatempo (Secretaria de Governo): Os serviços relacionados a condutores e veículos serão assumidos integralmente pelo Poupatempo em todo o Estado, na integração dos serviços com o DETRAN/SP. Os primeiros 4 postos resultantes dessa transformação já estão operando nas cidades de Franco da Rocha, Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, totalizando 79 postos em funcionamento. Por cinco meses, de 21 de março a 18 de agosto, devido à pandemia da covid-19, seguindo determinação do Governo do Estado de São Paulo, o Poupatempo interrompeu completamente o atendimento presencial. Para atender o cidadão nesse período e após a retomada do funcionamento parcial dos postos, com apenas 30% da capacidade, agendamento prévio e somente para serviços que não podem ser executados de forma eletrônica, foi acelerado o processo de digitalização do atendimento. Os serviços digitais do Poupatempo passaram de cerca de 50 no início de 2020 para 94 em novembro, com expectativa de chegar a 110 até o final do ano. Ocorreu, ainda, o lançamento do aplicativo Poupatempo Digital, que já contabiliza mais de 2,8 milhões de downloads, dando ao cidadão mais uma opção eletrônica, além do Portal e dos totens de autoatendimento. Para orientar o cidadão, foi criada e disponibilizada na Internet cartilha com orientações sobre os serviços digitais. De abril a novembro, foram realizados digitalmente cerca de 3,8 milhões de serviços e mais de 8 milhões de interações, como consulta de informações. Ainda durante o fechamento dos postos, o Poupatempo enviou para o endereço do cidadão, sem custo de postagem, cerca de 230 mil RGs e CNHs emitidos até março e que aguardavam retirada. Também promoveu em vários postos da Capital e do Interior, próximo às datas de retomada do atendimento presencial, mutirões para diminuir a demanda reprimida de emissão de RGs e para solucionar pendências de CNHs. Está em andamento, ainda, licitação para contratar 720 totens de autoatendimento, que a partir de 2021 começarão a substituir os atuais 124 equipamentos em operação e serão instalados em novos postos e outros locais. Desde o início da pandemia, o Poupatempo realizou cerca de 700 mil atendimentos pelo Fale Conosco para esclarecer dúvidas e orientar o cidadão. Já o assistente virtual Poupinha fez mais de 1,6 milhão de agendamentos e trocou 52,4 milhões de mensagens com o cidadão. Em 2020, pela sexta vez consecutiva, o Poupatempo foi destaque na pesquisa "O Melhor de São Paulo", realizada pelo Datafolha e divulgada pela Revista São Paulo, conquistando o primeiro lugar na categoria Atendimento ao Cliente. SP Sem Papel (Secretaria de Governo): O sistema que está substituindo os processos em papel por processos digitais no Estado, com ganhos de eficiência, transparência, produtividade e redução de custos, começou a ser implantado na administração indireta, como no Detran.SP, Procon e SPPrev. Até o final de 2020, deverá chegar até 52 dessas entidades. Ao mesmo tempo, foi implantado em 17 secretarias, como Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, o Serviço de demandas, que possibilita a formalização 100% digital de convênios do Estado com prefeituras e outras entidades a partir de emendas parlamentares, bem como módulo para gestão dessas emendas por parte da Casa Civil. Deverá ser concluído em dezembro de 2020 o desenvolvimento de módulo para o trâmite de documentos entre o Estado e agentes externos, pessoa física ou jurídica. Em novembro de 2020, o SP Sem Papel contava com 212 mil usuários e cerca de 10,6 milhões de documentos cadastrados, totalizando mais de 47,5 milhões de páginas. Considerando-se o custo de produção de uma página física em R$ 0,06, esse volume oneraria os cofres estaduais em R$ 2,85 milhões. No SP Sem Papel, onde a produção de cada página fica em R$ 0,00033, o custo foi de apenas R$ 15,6 mil. Uma economia aproximada de 99,5%, que a rigor é ainda maior, uma vez que não estão computados nos cálculos os custos de armazenagem, que são infinitamente inferiores no meio digital, e os gastos com o transporte / postagem dos documentos físicos. Central de Dados do Estado de São Paulo – CDESP (Secretaria de Governo): Instituída pelo Decreto Estadual nº 64.790/2020, a CDESP começou a ser implantada com a integração das primeiras 8 bases de dados. A CDESP é um repositório eletrônico de dados e informações gerados ou coletados pelos diferentes órgãos da Administração Pública estadual. Sua finalidade é aperfeiçoar a gestão de dados e informações necessários à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Também foi desenvolvida, e encontra-se em fase de homologação, a Plataforma Única de Acesso - PUA, portal para acesso aos dados e informações da CDESP. O Decreto estadual n° 64.790/2020 designou a Prodesp como responsável pelo desenvolvimento, implantação, sustentação, processamento e fornecimento do suporte tecnológico necessário para operação da CDESP e da PUA.Hora Marcada (Secretaria da Saúde): o uso do app Hora Marcada para marcar consultas e exames em hospitais e unidades municipais de saúde, foi estendida para os municípios de Buritama, Barretos, Jaboticabal e Leme. O aplicativo, que em outubro de 2020 chegou a cerca de 54,5 mil downloads e mais de 30 mil agendamentos em 60 UBSs, está disponível para as prefeituras interessadas, permite marcar e visualizar as datas e horários das consultas e exames, bem como cancelar ou reagendar de forma simples e rápida. Além de oferecer mais comodidade ao cidadão, que passa a ser atendido na hora escolhida, o serviço traz benefícios também para a gestão do sistema de saúde, com a redução do índice de faltas e das filas de espera para atendimento. Remédio Agora: O app que permite ao cidadão agendar dia e hora para retirada de medicamentos foi implantado nas farmácias de alto custo da Vila Mariana e Várzea do Carmo, na Capital, e das cidades de Mogi das Cruzes, Campinas e Ribeirão Preto. O aplicativo já totaliza 162 mil downloads e mais de 376 mil agendamentos realizados. Com alguns cliques, é possível selecionar os remédios e agendar sua retirada. Também pode ser usado para marcar a entrega da documentação para renovar a liberação dos medicamentos. Outra vantagem é que se o remédio estiver indisponível, o cidadão recebe uma notificação com 48 horas de antecedência, evitando deslocamentos desnecessários e já podendo reagendar uma nova data para a retirada. (Secretaria da Saúde). Covid-19: Entre as diferentes soluções criadas, devido ao novo coronavírus, ou que tiveram sua implementação acelerada pela pandemia estão: Teletrabalho - em apenas dois dias, foi disponibilizada plataforma colaborativa que permitiu colocar, entre março e abril de 2020, cerca de 40 mil servidores estaduais em regime de home office, garantindo a continuidade do funcionamento da administração estadual durante a quarentena. Outras 40 mil licenças da mesma plataforma foram disponibilizadas para a Prefeitura de São Paulo, para que o mesmo esforço fosse realizado no município por intermédio de sua empresa de tecnologia da informação. Em outubro de 2020, cerca de 80 mil funcionários estaduais já usavam essa plataforma, pelo meio da qual, em nove meses, foram trocadas mais de 15 milhões de mensagens e realizadas mais de 624 mil vídeo-reuniões de trabalho. Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI) (Secretaria de Governo)- plataforma analítica que reúne dados e informações estatísticos coletados / gerados por diferentes órgãos, para apoio à formulação e avaliação das ações do Estado de São Paulo no enfrentamento da covid-19, bem como para transparência da situação à população e pesquisadores que desenvolvem análises sobre a pandemia, com a disponibilização de informações como leitos ocupados na rede pública, internações, testagem e índice de isolamento social em www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/simi/; Transparência nos Gastos (Secretaria de Governo) - painel que torna públicos à população através do site: www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/transparencia/ os gastos dos diferentes órgãos estaduais com ações de combate ao coronavírus; Pregão Eletrônico Simplificado (Secretaria da Fazenda) - adequação da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC) para permitir a adoção do pregão eletrônico simplificado, com redução dos prazos legais à metade para aquisição de bens e serviços necessários ao enfrentamento da crise sanitária causada pela covid-19; Auxílio Emergencial para a Cultura (Secretaria da Cultura) - solução para operacionalização – cadastro e pagamento do auxílio emergencial para trabalhadores do setor artístico, cultural e criativo, bem como subsídio para espaços e instituições culturais, estabelecidos pela Lei federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc); Delegacia Eletrônica (Secretaria da Segurança Pública) - aplicação de ajustes para possibilitar que, com exceção de estupros, homicídios e latrocínios, todas as demais ocorrências policiais possam ser registradas pela Internet, sem necessidade de deslocamento presencial do cidadão até uma delegacia; Reconhecimento Facial (Detran.SP) - adoção de biometria facial para controle da presença do candidato à primeira habilitação nas aulas teóricas ministradas remotamente pelos Centros de Formação de Condutores; Monitoramento de Contatos (Secretaria de Governo) - plataforma que permite aos municípios monitorar os contatos de pessoas acometidas de covid-19 ou suspeitas de terem a doença para fins de isolamento, com objetivo de diminuir a taxa de transmissão do coronavírus. Em novembro de 2020, 184 municípios estavam utilizando a ferramenta; e outros

16 estavam em fase de habilitação. Solução criada em parceria com a Deloitte e a Salesforce; Sistema de Doações (Secretaria de Governo) - solução para controle das doações recebidas de entes privados e da sociedade civil e para gestão da sua distribuição a instituições de assistência social e à população em situação de risco e vulnerabilidade social; Centro de Mídias SP (Secretaria da Educação) - aplicativo destinado a alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, professores e gestores, que permite a transmissão de aulas gravadas e ao vivo, bem como a interação entre os usuários; Merenda em Casa (Secretaria da Educação) - ferramenta integrada à plataforma de pagamentos PicPay para operacionalizar o programa emergencial que busca garantir alimentação a cerca de 700 mil alunos da rede estadual de famílias em extrema pobreza ou beneficiárias do Bolsa Família, mediante a liberação mensal de R$ 55,00 durante o período de suspensão das aulas; Kits de Alimentos (Secretaria da Educação) - criação de ferramenta no Sistema de Alimentação Escolar (SAESP) para registro e gestão da distribuição de kits de alimentos a alunos da rede estadual em situação socioeconômica desfavorável; Bom Prato (Secretaria de Desenvolvimento Social) - sistema que permite a pessoas em situação de rua previamente cadastradas pelos municípios obter, em embalagens descartáveis para retirada, três refeições diárias nos restaurantes Bom Prato, mediante a apresentação de um cartão com QR Code. Assistente Virtual Defi (Defensoria Pública) - chatbot que permite ao cidadão agendar pela Internet atendimento online com defensores públicos, diminuindo a necessidade de deslocamentos físicos a prédios da instituição.Banco do Povo Paulista (Secretaria de Desenvolvimento Econômico) - portal, em que o cidadão poderá solicitar empréstimos, sem necessidade de deslocamento até uma unidade do Banco do Povo e de um sistema para gestão dessas solicitações. A solução está em fase de homologação. Folha de Pagamento do Estado (Secretaria da Fazenda) - adequações sistêmicas para atender ao Decreto estadual nº 64.937/2020, que estabeleceu medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, como a proibição de antecipação do décimo terceiro salário e a conversão de um terço das férias em abono pecuniário. Login.SP. (Secretaria de Governo): O autenticador que proverá identidade digital aos cidadãos, servidores e empresas, permitindo que se relacionem com mais segurança com qualquer órgão do Governo por meio de um único ID (login e senha), foi adotado no aplicativo Poupatempo Digital e está em processo de adoção em 13 secretarias de estado, como Agricultura e Abastecimento, Cultura e Economia Criativa, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura e Meio Ambiente.Habilitação e Veículos (Detran.SP): Uma nova solução implantada permite que candidatos à primeira habilitação realizem a prova teórica em um Centro de Formação de Condutores credenciado mais próximo de sua residência, sem necessidade de deslocamento até uma unidade do Departamento Estadual de Trânsito. O número de serviços digitais do Detran.SP cresceu em cerca de 48% no ano, saltando de 43 para 64, disponíveis no portal do órgão e/ou no aplicativo Poupatempo Digital. Entre os novos serviços estão a emissão do CRLV, a transferência de veículos, a mudança ou adição de categoria da CNH e a alteração de dados cadastrais. PDDE Paulista (Secretaria da Educação): Com o intuito de garantir uma melhor gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista, foi desenvolvido sistema para controle da liberação de verbas às APMs (Associação de Pais e Mestres) e a respectiva prestação de contas. Criado pelo Decreto estadual nº 17.149/2019, o programa disponibiliza recursos financeiros adicionais às escolas públicas da educação básica da rede estadual para que estas possam promover melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, fortalecendo a participação da comunidade e a autogestão escolar. Investigação Policial (Secretaria da Segurança Pública): Os trabalhos de investigação policial passarão a contar, em breve, com o apoio de um sistema que padronizará e registrará as atividades realizadas. Ganharão, ainda, solução de reconhecimento facial que automatizará o confronto de fotos de suspeitos com os bancos biométricos mantidos pelo Estado, como os de identificação civil e criminal. Os dois sistemas já foram desenvolvidos e estão em fase de pré-produção. Arrecadação Tributária (Secretaria da Fazenda): Duas novas funcionalidades implantadas permitem ao contribuinte paulista realizar pela Internet, no Posto Fiscal Eletrônico, a retificação de códigos de receitas errôneos em recolhimentos do ICMS Declarado, bem como obter o parcelamento automático do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos) relativo a doações ou inventários extrajudiciais de até 200 mil UFESPS. Anteriormente, essas ações exigiam a ida até um Posto Fiscal e a abertura de um procedimento administrativo. Gestão da Saúde (Secretaria da Saúde): Para garantir informações consistentes para o atendimento ao cidadão na área de Saúde, como ampliação do acesso e melhoria na qualidade dos serviços oferecidos, foi criada plataforma de big data e analytics com informações de cinco grandes frentes: insumos hospitalares, medicamentos de alto custo, regulação de serviços médicos ambulatoriais, vigilância epidemiológica e gestão de recursos críticos. O objetivo é permitir, a partir da análise e correlação desse universo de dados, a geração de insights, análise de tendências, verificação de hipóteses e avaliação de modelos. Infraestrutura de TIC: Entre janeiro e novembro de 2020, pode-se destacar a integração do Data Center Prodesp a nuvens públicas proporcionando as condições de infraestrutura necessária para a implementação de projetos de transformação digital em diferentes áreas do Governo. No período, a Prodesp também se tornou o site backup de Certificação Digital da Imprensa Oficial, condição indispensável para que esta mantivesse o atendimento e a validade dos certificados digitais de seus clientes. Os serviços de voz sobre IP (Intragov VoIP), que estão sob gestão da Prodesp, tiveram um aumento de 29% no número de terminais conectados, passando de 28 mil dispositivos em novembro de 2019 para mais de 36 mil em novembro/2020, expansão que contribuiu para redução de gastos do Estado com telefonia. Ainda em novembro de 2020, a empresa manteve suas certificações ISO 9001, ISO 14001, ISO 20000 e ISO 27001. A certificação na ISO 27001 (Segurança da Informação) garante a aderência da Prodesp a boa parte da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Gestão Empresarial. Gestão Financeira: Diferentes ações de racionalização e redução de despesas, desencadeadas no biênio 2019-2020 e com reflexos ao longo do tempo, proporcionaram uma economia total estimada de R$ 937 milhões. Entre as principais economias estão R$ 48,4 milhões com recursos humanos, mediante a redução de cargos de carreira e comissionados, estes últimos em 29,8%. Outros R$ 141,5 milhões foram economizados com a renegociação de 96% dos contratos da empresa (360 negociações). Já a licitação para contratar os serviços de gestão dos postos Poupatempo em um novo formato resultou em uma economia anual de R$ 30 milhões. Considerando-se todas as novas licitações realizadas pela Prodesp, a economia, isto é, a diferença entre o preço estimado e o contratado, chegou a R$ 558 milhões. Covid-19: Com a edição do Decreto estadual nº 64.864/2020, a Prodesp implementou o trabalho em home office sem qualquer prejuizo à eficiência e à segurança de suas atividades. Cerca de 94% dos funcionários e 84,7% dos colaboradores terceirizados, com o apoio de ferramentas de acesso remoto às suas estações de trabalho e plataforma de colaboração, passaram a executar suas atividades à distância no momento mais crítico da pandemia. Foram mantidos presencialmente apenas os colaboradores indispensáveis para o funcionamento do governo estadual. Para os funcionários em trabalho presencial, além de ações de comunicação para conscientização e da formalização de procedimentos sanitários de prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão do novo coronavírus no ambiente corporativo, foram executadas várias outras ações como aplicação de teste rápido da covid-19, aumento da frequência da limpeza dos ambientes e superfícies com bactericidas, aferição da temperatura, instalação de totens / dispensers de álcool gel em vários locais, colocação de divisórias de acrílico e o espaçamento entre as mesas no refeitório, distribuição de máscaras e instalação de tapetes sanitizantes para desinfecção de calçados. Para atender a todos os funcionários, o Serviço Médico disponibilizou serviço de teleconsultas. Excepcionalmente, somente para orientações relacionadas à covid-19 e de acordo com a disponibilidade da agenda, o serviço também ficou disponível para familiares de primeiro grau dos funcionários; colaboradores terceirizados; estagiários; e jovens aprendizes. Um retorno parcial ao trabalho presencial foi iniciado a partir de 1º de outubro. Para atender ao Decreto estadual nº 64.937/2020, que determinou a adoção das medidas necessárias para preservar a saúde financeira das empresas estaduais frente à pandemia do novo coronavírus, foram postergados o recolhimento e o pagamento de cerca de R$ 44,8 milhões relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e ao PPR de 2019. Além disso, foram economizados R$ 8 milhões com a diminuição do número de gerências e o corte de 50% na gratificação de função de gerentes e superintendentes, e R$ 144,4 milhões com a suspensão e/ou redução de contratos. Incorporação da Imprensa Oficial: De acordo com o plano de ação aprovado no ano anterior, foram elaborados os relatórios técnicos necessários para apoiar a incorporação, bem como os documentos exigidos pela Lei nº 6.404/76 (Lei das S/A), que foram objeto de aprovação pelos Órgãos de Administração e pelos Conselhos Fiscais da Imprensa Oficial e da Prodesp. Em relação à estrutura organizacional, estão em andamento, por meio de diferentes frentes de atuação, os trabalhos técnicos com foco nas atividades a serem incorporadas. Como destaque, pode ser ressaltada a revisão do Plano de Empregos, Salários e Carreiras da Prodesp, contemplando as questões relativas ao quadro de pessoal da Imprensa Oficial, e o mapeamento e planejamento para integrar os ambientes de rede local e a plataforma de trabalho colaborativo das duas empresas. Transformação Digital: Cerca de 30 fluxos documentais, envolvendo diferentes áreas da Prodesp foram mapeados e adequados para tramitação no SP Sem Papel, sistema que introduziu o processo digital na administração estadual, reduzindo gradativamente a circulação de documentos físicos. Para acelerar a adoção do sistema na empresa, iniciada no ano anterior, em 2020 foi instituído o processo híbrido. São processos que nasceram em papel e que, caso tenham uma previsão de encerramento superior a um ano, deverão passar por uma conversão. Esses processos terão volumes físicos - sua história passada -, que ficarão guardados no Arquivo Geral, e volumes digitais, sua história daqui por diante. Os volumes físicos e digitais se referenciarão mutuamente para garantir a integridade do processo, uma vez que serão convertidos do meio físico para o digital apenas os principais documentos de cada processo. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: Os trabalhos de adequação à LGDP (Lei federal nº 13.709/2018) tiveram continuidade com, entre outras ações, a criação de um Comitê de Segurança da Informação, o mapeamento de riscos e a elaboração de planos de mitigação, a oferta de treinamento para todos os funcionários e o início da adequação de documentos normativos, como a atualização do Código de Conduta e Integridade e a elaboração de uma nova Política de Segurança da Informação e Privacidade de Dados. O Comitê de Segurança da Informação, multidisciplinar, é formado por gestores de todas as áreas estratégicas da empresa, e tem a participação ativa da diretoria. Uma de suas atribuições é analisar e deliberar sobre a adequação da empresa à LGPD. Capacitação: criação do MAIS Saber, programa de desenvolvimento de competências / habilidades que, em função da pandemia, adotou como principal linha de ação o estímulo aos funcionários no sentido de investirem na sua capacitação durante o home office por meio de cursos gratuitos à distância, identificados e selecionados pela empresa com base nas necessidades corporativas. No ano, foram contabilizadas 3.080 participações em cursos, a maior parte à distância e 98,25% gratuitos, gerando uma economia estimada de R$ 2,42 milhões (R$ 800,00 por curso).

Imprensa Oficial do Estado – IMESP. Imprensa Oficial em Números:167 títulos produzidos até novembro/2020, perfazendo 5.779 títulos de livros nos últimos 10 anos. 5.082 mil livros vendidos até novembro 2020. Média de 285.200 pesquisas diárias no site do Diário Oficial. 606.639 páginas foram certificadas digitalmente no Diário Oficial On-line. 20 milhões de livros didáticos do Projeto SEDUC – Secretaria Estadual da Educação 2020, produzidos e distribuídos em 42 mil entregas para cerca de 4,4 mil estabelecimentos. Foram produzidas aproximadamente 5 mil toneladas de materiais. 15,2 milhões de visitas ao site da Imprensa Oficial neste exercício até o final de novembro/2020. Disponibilização do banco de dados da JUCESP e desenvolvimento da aplicação de consultas e serviços online que resultaram em mais de 38 milhões de pesquisas e 9 milhões de emissões de Fichas Cadastrais neste ano, até o final de novembro/2020. 30,4 milhões de páginas digitalizadas. Foram emitidos 334 certificados do tipo SSL (Raiz Internacional), dos quais 240 para a PRODESP; 48 emitidos para a SEFAZ/SP; 22 emitidos para o MPSP; 15 emitidos para a SUBSECOM; 9 emitidos para outros órgãos do Governo e para uso interno IMESP. Emissão de 78 certificados de atributo para atestar a validade do Selo de Acessibilidade Digital, implementado pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. A Autoridade Certificadora Imprensa Oficial emitiu, neste exercício, 47.785 certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ), provenientes das ARs Vinculadas e de suas ARs Próprias. Neste ano, até o final de novembro, foram emitidos mais de 118 mil certificados digitais para equipamentos Emissores de Cupons Fiscais (ECF-e) do Projeto AC/SEFAZ – SAT (Serviços de autorização e transmissão do cupom fiscal eletrônico). Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos pela plataforma de assinatura digital Assina.sp. Neste exercício foram emitidos/produzidos 3.217 diplomas digitais e impressos do Centro Paula Souza; 7.976 documentos para a Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo, entre diplomas, certificados de cursos e documentos diversos, 1.399 documentos para a Unesp – Universidade Estadual Paulista, 811 documentos para USP – Universidade de São Paulo, 36 documentos para o DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A; 15 documentos para a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. Em 2020 os investimentos em capacitação, reciclagem e aperfeiçoamento dos empregados, cerca de 456 horas de treinamentos. De janeiro a novembro de 2020, o Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC registrou 64.187 chamados, que são registrados em sua totalidade, permitindo o acompanhamento eficaz de todas as demandas dos nossos clientes. Recursos destinado ao Programa de Doação de Aparas e Materiais Inservíveis, acumulando pouco mais de 1.108 toneladas de aparas processadas neste ano. Incorporação da Imprensa Oficial do Estado S/A pela Companhia de Processamento de Dados do Estado – PRODESP: a partir da promulgação da Lei Estadual nº 17.056 de 05/06/2019, que determinou a incorporação da Imprensa Oficial pela Companhia de Processamento de Dados - Prodesp, foi elaborado um Plano de Trabalho, aprovado pela Secretaria de Governo em janeiro/2020, instituindo atividades que estão sendo executadas por grupos formados por integrantes das duas empresas para estudar e propor soluções unificadas, aproximando as equipes, otimizando os seus recursos e trazendo celeridade ao processo de incorporação. Projeto da Secretaria Estadual da Educação: Em 2020, o Projeto contemplou a impressão e distribuição de mais 20 milhões de livros didáticos e tem como objetivo a prestação de serviços gráficos e editoriais de livros didáticos, incluindo o planejamento e a gestão de todas as fases: editoração, impressão, acabamento, expedição,

armazenamento, mixagem, embalagem, agendamento das entregas e logística de distribuição/entrega dos materiais didáticos de apoio ao Currículo Oficial do Estado de São Paulo. Tecnologia da Informação. Atendendo às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo; em cumprimento ao Decreto Municipal nº 59.285, de 18/03/2020, e à Medida Provisória 951, a AC Imprensa Oficial implantou o atendimento por videoconferência para a emissão de certificados digitais em caráter emergencial durante o período crítico da pandemia do Corona vírus- COVID19. A IMESP está se adequando para continuar no modelo de atendimento por videoconferência, com o objetivo de melhorar, cada vez mais, os seus padrões de atendimento já prestados ao cidadão. Também ampliou o uso do Link de Dados INTRAGOV, dada a adoção do trabalho remoto, por conta da pandemia, e também pela evolução de serviços previstas para a Certificação Digital, tanto em matéria de infraestrutura, quando de sistemas e serviços. Em 2020, a Autoridade Certificadora Imprensa Oficial assumiu integralmente as atividades de operação de sua infraestrutura de chaves públicas e credenciou, em 31/07/2020, a Prodesp – Companhia de Processamento de Dados, como Prestador de Serviço de Suporte (PSS). Data Center: Houve evolução do e-Commerce da Certificação Digital, com melhorias no agendamento e correções nos meios de pagamento, tanto para a IMESP quanto para o CIESP, que agora conta com meio de pagamento próprio, integrado à solução de e-Commerce interna. Além dessas evoluções, foi desenvolvido o protótipo de fluxos de emissão e renovação de certificados através da videoconferência. A equipe do Data Center também passou a realizar suporte e manutenção do ambiente ICP-Brasil, o coração da Autoridade Certificadora, responsável pela emissão, renovação e revogação de Certificados Digitais. Foi desenvolvida uma solução para hospedagem compartilhada de sites, diminuindo o custo de hospedagem e economizando recursos computacionais. Disponibilização de Plataforma de Dados Abertos de Publicações – o projeto piloto foi uma demanda da Prefeitura do Município de São Paulo, que visa a criação de WebService que disponibilizará para quem consumir, toda a gama de publicações do Diário Oficial. Está é uma solução intermediária, até que seja concluído o desenvolvimento do Novo Diário Oficial. Projetos de Digitalização - A JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo, SPPREV- São Paulo Previdência e IAMSPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual contrataram a Imprensa Oficial como fornecedor de serviços de digitalização e guarda de documentos. Esta contratação envolve a digitalização de documentos antigos (legados) e do dia-a-dia. Até outubro foram digitalizadas aproximadamente 30 (trinta) milhões de páginas. Convênio IIRGD – consiste na guarda do acervo total de fichas de identificação civil do IIRGD, bem como a digitalização de 30 (trina) milhões de fichas, para compor com a base biométrica já existente. O trabalho previsto para 15 (quinze) meses, foi iniciado em maio de 2020 com previsão de término para agosto de 2021. Com a nova base unificada, o objetivo final será a criação de novos serviços biométricos para órgãos e cidadãos. Soluções de hospedagem com certificação digital: São Paulo Previdência (SPPREV) - Solução de hospedagem: site institucional e sistema Sigeprev (Sistema de Gestão de Benefícios Previdenciários); Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) – Hospedagem do Portal Jucesp Online; Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Hospedagem do site da Secretaria; Prefeitura do Município de São Paulo – Hospedagem do site da Prefeitura; Subsecretaria de Comunicação do Governo de São Paulo – Hospedagem do Portal do Governo do Estado, Portal Cidadão.SP e outros sites da Secretaria; Produtos de Tecnologia – Portal Assina.SP - O Assina.SP é uma plataforma que permite a assinatura de documentos eletrônicos com validade jurídica de forma simples, segura, sustentável e de qualquer parte do mundo. Em 2020 foram desenvolvidos projetos nos seguintes segmentos: Centro Paula Souza – Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos (Assina.SP) e impressão física de diplomas. Em 2020 foram produzidos/assinados 3407 diplomas digitais e impressos; Univesp – Universidade Virtual do Estado de São Paulo – Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos – Assina.SP e desenvolvimento da ferramenta de emissão dos diplomas digitais. Em 2020 foram assinados 8.588 documentos digitais com validade jurídica, entre diplomas, certificados de cursos e documentos diversos (como Planos de Atividades de Estágio); Unesp – Universidade Estadual Paulista – Fornecimento da solução de assinatura de documentos eletrônicos – Assina.SP para a assinatura e emissão de documentos diversos. Em 2020 foram assinados 1.478 documentos, sendo diplomas, certificados de cursos e documentos diversos; USP – Universidade de São Paulo – Em 2020 foram assinados 811 documentos; FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação) – 3.148 documentos assinados; Prefeituras de Barueri e Marinópolis- Uso da plataforma Assina.SP para assinatura de documentos diversos. 6.102 documentos assinados; Câmaras Municipais de São José dos Campos e Tatuí- 3.091 documentos assinados; Dersa (Desenvolvimento Rodoviário SA) – Sistema integrado com Assina.SP para a emissão dos Atestados de Capacidade Técnica (ACT). Além da segurança, confiabilidade e agilidade no atendimento ao cidadão, os Atestados eliminaram deslocamentos e a circulação física de documentos, bem como possibilitaram a redução de custos em todo o processo. EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia SA) - Uso da plataforma Assina.SP para assinatura de documentos diversos. 12.4.7 Produtos de Tecnologia - Certificação Digital – Atendimentos, projetos e consultoria em Certificação Digital para órgãos públicos: AC SEFAZ – SAT (Serviços de Autorização e Transmissão do Cupom Fiscal Eletrônico): A AC Imprensa Oficial – Autoridade Certificadora do Governo do Estado de São Paulo é a responsável pelo desenvolvimento e pela implantação da Autoridade Certificadora AC SEFAZ-SAT, que emite os certificados digitais para as máquinas de cupom fiscal eletrônico do Sistema Autenticador e Transmissor de Cupons Fiscais Eletrônicos (SAT-CF-e), da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-SP). A iniciativa é inédita e demandou planejamento e ações conjuntas entre a Imprensa Oficial e a Secretaria da Fazenda. O projeto prevê a substituição do equipamento Emissor de Cupons Fiscais (ECF-e) utilizados nos 600 mil estabelecimentos comerciais do Estado. Cada equipamento utiliza um certificado digital, garantindo a segurança das informações na emissão do cupom fiscal. De 2012 até 30/11/2020 foram emitidos 712.590 certificados digitais. Selo de Acessibilidade Digital – SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo: Emissão de Certificados de Atributo para atestar a validade do Selo de Acessibilidade Digital, implementado pela SMPED. O Selo foi criado para estimular a iniciativa pública e privada a promover a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiências no acesso a informações e serviços, certificando sites e portais que cumpram os critérios nacionais e internacionais de acessibilidade. A AC Imprensa Oficial credenciou a Secretaria como uma Entidade Emissora de Atributo (EEA), entidade que confere o atributo (ou a qualificação) para a empresa que atingiu os padrões e emitiu, em 2020, 76 certificados de atributos atrelados aos Selos de Acessibilidade. SEFAZ/SP (Secretaria da Fazenda Estadual): Contrato firmado para emissão 15.290 certificados pessoa física e jurídica (fazendários). Superintendência da Polícia Técnico-Científica: Contratos para emissão de 450 certificados digitais. Ministério Público de São Paulo: Contratos para emissões de 2702 certificados digitais e 78 certificados de servidor SSL. Defensoria Pública: Contrato para emissão de 212 certificados digitais. CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos): Contrato para emissão de 266 certificados digitais. CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo): aquisição de 250 certificados digitais para fins de assinaturas de contratos com mutuários da casa própria. Centro Paula Souza: Contrato para emissão de 420 certificados digitais. Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp): Contrato para emissão de 450 certificados digitais. Fundação Zerbini: Contrato firmado para emissão de 800 certificados pessoa física, contrato destinado a atender aos médicos do INCOR, no processo de Prontuário Eletrônico. EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia): Contrato firmado para emissão de 100 certificados pessoa física. PRODESP (Companhia de Processamento de Dados): Contrato para a emissão de 456 certificados para Servidores – SSL. A Imprensa Oficial certifica os servidores, permitindo ao usuário final conferir a autenticidade do site em que navega e comunicar-se, através de um canal seguro e protegido (baseado em SSL), utilizando a mais moderna tecnologia de criptografia. Autoridade de Registro – AR: Em 31/07/2020, a Imprensa Oficial do Estado do Amazonas foi credenciada como Autoridade de Registro (AR) da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial. As Autoridades de Registros (ARs), vinculadas às Autoridades Certificadoras, são responsáveis pelo atendimento direto ao cidadão. Produtos Jornalísticos e Informação. Diário Oficial Foi desenvolvida a automação de publicação de matérias, que atualmente encontra-se em fase de homologação. Com esta automação, o Data Center não mais precisará atuar na fase de publicação, dando agilidade e transparência ao processo. Além disso, está sendo desenvolvida a automatização do cálculo de preços e faturamento. Novo Diário Oficial – em parceria com a PRODESP, o projeto consiste na construção de nova plataforma digital para publicidade de atos, decretos, leis, entre outros, com o objetivo de modernizar a comunicação do Governo do Estado de São Paulo com os cidadãos, órgãos e empresas. O objetivo é a unificação de todos os fluxos em uma plataforma única de publicação online, responsiva e modernizada, criando um produto competitivo com uma nova curva de valor. Suplementos - Produzimos mensalmente o caderno Suplementos. Esse caderno facilita e agiliza a localização do conteúdo publicado. Neste ano, em decorrência da publicação do Decreto nº 64.881, de 22/03/2020, houve um significativo aumento de publicações emergenciais. Até novembro 16.763 páginas foram publicadas. Acervo - Todo o acervo do Diário Oficial, desde sua primeira edição de 1º de maio de 1891, está disponível na internet gratuitamente, através do site da Imprensa Oficial: http://imprensaoficial.com.br. Produtos Editoriais e Institucionais. Editora: Em 2020, a Editora da Imprensa Oficial produziu e imprimiu 4 edições e 4 coedições, totalizando até o momento, 8 títulos. Entre as edições, destaque para as obras: Clarice Lispector com a ponta dos dedos: A trama do tempo, de autoria de Vilma Arêas, prefácio de Samuel Titan Junior, com ilustrações, imagens, manuscritos, datiloscritos de Clarice Lispector, assim como excertos de cartas. História social do Brasil moderno, de autoria dos professores Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna, com ilustrações fotográficas e farta documentação estatística e Conversa de dois Josés, de José Carlos S.B. Meihy, entrevista inédita com José Mindlin com fatos novos e ilustrações do acervo da família Mindlin. Alimentando o mundo, o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil, publicada em coedição com a FGV Editora, a obra investiga em profundidade as causas dessa "revolução" agrícola, os autores Herbert S. Klein e Francisco Vidal Luna, retratam as questões relacionadas com a importância do Brasil no cenário atual do agronegócio e a evolução dessa atividade essencial em nossa economia. O segundo título destacado é Jaraguá, de Caio Reisewitz, livro de fotografias, com textos bilíngue (português-inglês) e com ensaio de Adolfo Montejo Navas, coeditado com a Casa da Imagem- Secretaria Municipal da Cultura. Responsabilidade Social: A Imprensa Oficial promove ações de responsabilidade social e participa de projetos que valorizam a cidadania e a inclusão social. Programa Doação de Aparas e Materiais Inservíveis: A iniciativa é uma importante fonte de recursos que garante mensalmente melhorias nos diferentes projetos das cinco entidades beneficiadas. Até novembro de 2020 foram doadas aparas mistas e branca de papel, papel jornal, chapas de alumínio, etc., totalizando o valor de R$ R$ 547.683,76. As entidades beneficiadas foram: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – APAE, Fundação Dorina Nowill para Cegos, AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente, Instituto Criança Cidadã – ICC e Fundação Antônio Prudente. Programa da Qualidade. Indicadores e Metas - Foram estabelecidas seis metas para o Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR, classificadas conforme determina o Decreto 59.598/13 e alinhadas com o Planejamento Estratégico da empresa. Destacam-se, neste ano as seguintes mudanças nas metas: Índice de Reclamação de Clientes: A expressiva redução da meta de reclamações de 3,30% (2019), para 3,00% aumentando o desafio para e empresa, tendo em vista o cenário de adversidades em potencial, especialmente pela possível troca do PSS (Prestador de Serviços de Suporte) de Certificação Digital e possível troca da empresa de SAC. Páginas Digitalizadas: a meta de 2019 foi quintuplicada para 2020 num desafio de digitalizar 35 milhões de documentos. Sistema de Gestão da Qualidade - Para o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) foram definidos 17 indicadores de monitoramento de processos, acompanhados durante o ano de 2020. Norma NBR ISO 9001- Possuímos o Selo ISO 9001 para o escopo Certificação Digital desde 2006 e para o escopo Gráfica desde 2007. Em janeiro de 2018, recebemos certificado de migração para a versão 2015 da Norma para o escopo gráfica e em fevereiro de 2018 para o escopo certificação digital. Corregedoria Geral da Administração – CGA. A Corregedoria Geral da Administração (CGA) executou as atribuições previstas no Decreto nº 57.500, de 8 de novembro de 2011, por intermédio das suas equipes especializadas, distribuídas em sua estrutura básica na seguinte conformidade: 10 (dez) Unidades Correcionais; 2 (duas) Unidades Correcionais Setoriais que atendem, exclusivamente, denúncias relacionadas às Secretarias Estaduais da Educação e da Saúde, 1(uma) Assessoria Policial Militar; 1 (uma) Assistência Policial Civil; 1 (uma) Assessoria da Presidência; e 1 (um) Centro Administrativo. A estrutura da CGA conta com a Comissão Geral de Ética, que tem por finalidade promover a ética pública, em especial à moralidade administrativa, adotando-se as providências previstas na Lei n° 10.294, de 20 de abril de 1999. A CGA conta com uma equipe especializada exclusiva para acompanhar e monitorar as aquisições de bens, serviços e insumos, bem como a celebração de instrumentos de parceria previstos em lei, em ações voltadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, denominada Corregedoria Setorial Extraordinária, instalada com base na Portaria Conjunta SG/SS/SE/SEDS, de 6 de março de 2020. O órgão correcional integra, como membro, o Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo – FOCCO/SP. Em 2020, a CGA permaneceu como responsável pela coordenação de 2 (duas) ações junto ao FOCCO/SP: 1ª Ação - Divulgação e fomento à implantação da Lei Federal nº 12.846/13 (lei anticorrupção) para os Municípios; 8ª. Ação - Judicialização e combate à fraude no âmbito da saúde pública. A seguir descrevem-se as atividades executadas pelas unidades que compõem sua estrutura básica: Unidades Correcionais. Departamento de Instrução Processual: coordena a administração dos canais institucionais eletrônicos da CGA, como o Denúncia "Online" e o "Web Denúncia Corrupção", ambos constantes do sítio eletrônico www.corregedoria.sp.gov.br, por meio dos quais recepcionou um total de 335 denúncias, dando-se a cada uma delas o devido encaminhamento. O mesmo Departamento realiza o controle dos dados estatísticos dos procedimentos e expedientes correcionais concluídos. Departamento de Controle Estratégico: No ano de 2020, foram recepcionadas e analisadas as declarações de bens de agentes públicos e prestados os atendimentos por intermédio do e-mail institucional. O citado Departamento também administra o Cadastro Estadual de Entidades – CEE, sendo responsável pela emissão do Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE, como instrumento preventivo de qualquer tipo de parceria a ser celebrada entre a Administração Pública e as Organizações Sociais da Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Departamento de

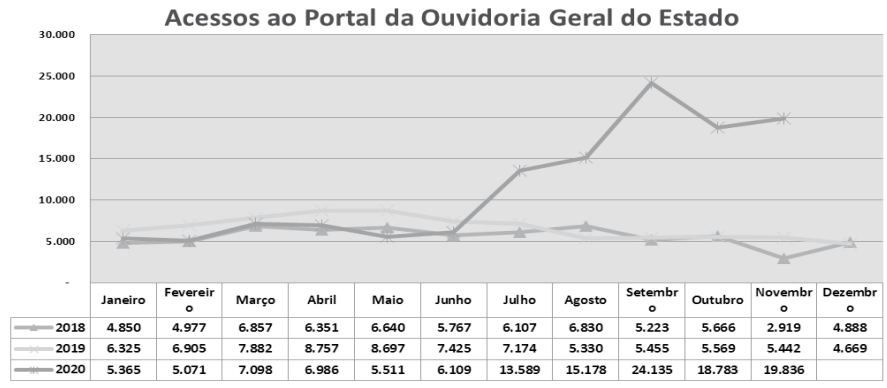
Monitoramento de Contratos Terceirizados: por intermédio do site www.terceirizados.sp.gov.br, é responsável pelo monitoramento dos contratos de prestação de serviços celebrados pela Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, com controle diário. Monitora ainda o registro de empresas sancionadas, por intermédio do site www.sancoes.sp.gov.br. Dessa forma propiciou-se ao Estado uma economia aos cofres públicos da ordem de R$ 12,9 milhões. Departamento de Apuração em Licitações, Contratos e Indenizações: atua no monitoramento das licitações da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, visando o cumprimento e atendimento das regras e legislações que regulam a matéria, em suas modalidades licitatórias, para aquisição de bens e serviços comuns. Em 2020 foram instaurados diversos procedimentos, atualmente em fase de instrução. Estima-se que com o cumprimento das disposições do Decreto nº 51.469, de 2 de janeiro de 2007 gerou-se uma economia ao Estado da ordem de R$ 5.091.848.769,15. Departamento de Controle de Pessoal: Em 2020 foram recepcionadas pela CGA diversas denúncias de assédio sexual pelo Departamento, que mereceram a análise do referido Grupo, cujos respectivos processos correcionais estão em andamento, e ouros alguns já foram concluídos. Departamento de Auditoria Geral e Prestação de Contas e Diárias: O resultado da análise pormenorizada de procedimentos de verificação da prestação e contas e diárias de alguns órgãos públicos gerou a devolução aos cofres públicos do Estado o valor de R$ 347.656,51, decorrentes de prestações de contas de convênios realizadas com incorreções. Departamento de Inteligência: por meio de seu corpo técnico especializado, executou as atividades que objetivam a obtenção e análise de informações que possam contribuir para o pleno desenvolvimento das atividades desenvolvidas por todas as unidades integrantes da CGA, além de atuar em correições, inspeções e diligências envolvendo assuntos inerentes à área ambiental. Destaca-se, ainda, a autuação do Departamento na interação entre os diversos órgãos públicos do Estado, especialmente aqueles que atuam na área da investigação policial, a fim de identificar, quando necessário, fatos de atuação delituosa de agentes públicos. O Coordenador deste Departamento participa, como representante da CGA, no ENCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro. Departamento de Investigações Especializadas: Em 2020, conduziu e concluiu procedimentos correcionais envolvendo a ação ilícita de agentes públicos em irregularidades, inclusive de enriquecimento ilícito. Departamento de Obras: responsável pela inspeção das obras públicas, realiza diligências preventivas para inspecionar obras públicas nos diversos municípios paulistas, selecionados aleatoriamente, a partir dos registros existentes no Cadastro de Obras e Ações do Governo (COAG). Departamento de Apuração – DETRAN: Em 2020 instaurou procedimentos para apuração de denúncias envolvendo eventuais irregularidades com participação de agentes públicos, como por exemplo, as situações verificadas com as emissões de carteiras nacional de habilitação – CNH, supostas fraudes nos leilões de veículos apreendidos, supostos atos de corrupção nas bancas de exames práticos, entre outros supostos ilícitos. Dos procedimentos e expedientes correcionais, muitos foram concluídos com recomendações punitivas e com propostas de ressarcimento ao erário público. Corregedorias Setoriais. Corregedoria Setorial Educação: O trabalho desta Corregedoria Setorial envolve a apuração de denúncias no âmbito da Secretaria da Educação. Em 2020 o trabalho resultou em instaurações de diversos procedimentos e expedientes correcionais, culminando alguns com recomendações diversas, inclusive de punição para os agentes públicos envolvidos e ressarcimento aos cofres públicos. Corregedoria Setorial Saúde: As ações correcionais empreendidas pela Corregedoria Setorial Saúde, em 2020 no âmbito da Secretaria da Saúde culminaram em autuações de procedimentos e expedientes correcionais, muitos dos quais foram finalizados com recomendações de apurações internas e recomposição do erário. Corregedoria Setorial Extraordinária – COVID 19: acompanha e monitora as aquisições de bens, serviços e insumos, bem como a celebração de instrumentos de parceria previstos em lei, em ações voltadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, nos termos da Portaria Conjunta SG/SS/SE/SEDS, de 06 de março de 2020. Unidades de Assessoramento. Assessoria Policia Militar: participa ativamente na prevenção, assegurando a integridade física dos agentes públicos que desempenham suas atividades na CGA, tanto nas atividades internas, quanto nas externas, acompanhando oitivas e diligências realizadas no âmbito da CGA. Assistência Policial Civil: participa ativamente na prevenção, assegurando a integridade física dos agentes públicos atuantes nesta CGA, tanto nas atividades internas, quanto nas externas, acompanhando oitivas e diligências. Realiza a interface da CGA com os demais órgãos da Polícia Civil do Estado de São Paulo, no que se refere ao desenvolvimento das atividades correcionais. Participa, como membro, por intermédio da Delegada de Policia Civil responsável pela Unidade, do Grupo de Trabalho Contra o Assédio Sexual em Ambiente de Trabalho da CGA. Assessoria da Presidência: realiza atividades de apoio à Presidência da CGA e conduz procedimentos específicos com determinação superior. Examina e prepara documentos a serem submetidos à apreciação superior. Analisa e responde os pedidos de acesso à Lei de Acesso à Informação, inclusive em grau de recurso – 1ª. Instância; atende e orienta todas as Unidades Correcionais no desempenho de suas respectivas atividades. Um dos Corregedores que integra a Assessoria da Presidência participa, como representante da CGA, no ENCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro.

Unidade Administrativa. Alguns dos números da CGA:

Números totais da CGA em 2020	
Portarias emitidas	286
Procedimentos Instaurados	240
Expedientes autuados	633
Processos de Responsabilização Administrativa (PAR) autuados	12
Procedimentos e Expedientes correcionais concluídos	301
Expedientes de Averiguação Preliminar em andamento	52
Procedimentos correcionais instaurados – Corregedoria Extraordinária COVID-19	126
Procedimentos correcionais em andamento (*)	444
Instauração de Autos de Inteligência	27
Autos de Assessoramento	632
Diligências realizadas	130
Oitivas realizadas	135
Obras vistoriadas	19
Procedimentos de Evolução Patrimonial em análise	28
Procedimentos de Evolução Patrimonial instaurados	7
Contratos monitorados diariamente pelo aplicativo	3.270
Contratos que não foram prorrogados pela Administração Pública	284
Entidades que solicitaram análise cadastramento via eletrônica	564
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE) emitidos	257
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE) não aprovadas	48
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE) não revalidados documentos	380
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE) com análise em andamento e pendente de documentação	288
Recebimento de Denúncias pelo Sistema Denúncia Online pelo Web e FOCCO-SP Denúncia Corrupção	395
Recomendações para instauração de processos disciplinares em desfavor de agentes públicos; e demais outras advertências aos órgãos públicos	52
Recomendações de ressarcimento ao erário	3
Recomendações punitivas – PAD (***)	44
Recomendação de responsabilização de empresas nos termos da Lei Anticorrupção – PAR	04
Recomendações preventivas para os órgãos públicos	31
Análises de pedidos/recursos formulados no Serviço de Informações ao Cidadão previstos da LAI – SIC (**)	37
Recursos de 1ª Instância analisados e concluídos - SIC	02
Ordens de Serviço – Assessoria Policial Militar e Assistência Policial Civil	178

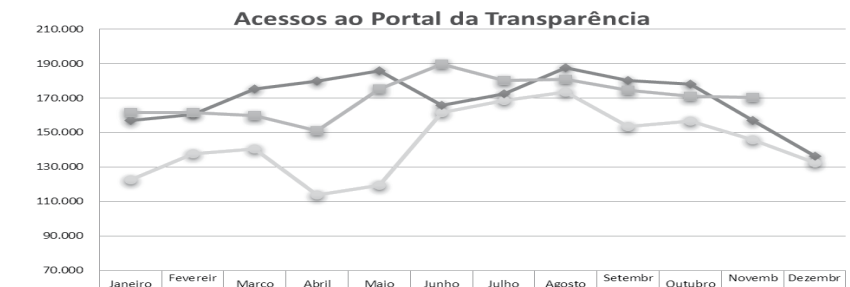
(* Incluindo ao Procedimentos/Protocolados relativos aos anos anteriores
(**) LAI – Lei de Acesso à Informação, SIC – Serviço de Informações ao Cidadão
(***) PAD – Processo Administrativo Disciplinar

Ouvidoria Geral do Estado – OGE:É o órgão central da Rede Paulista de Ouvidorias, com atribuições definidas pelo Decreto nº 61.175/2015, para promover a transparência pública e contribuir na aplicação das normas de acesso à informação e de proteção do usuário do serviço público; realizar a orientação normativa quanto ao funcionamento das Ouvidorias Estaduais, coordenando a "Rede Paulista de Ouvidorias" e sistematizando suas informações, administrar o "Portal da Transparência Estadual"; dar suporte ao "Conselho de Transparência da Administração Pública", ao "Comitê Gestor do Portal da Transparência Estadual" e à "Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo"; sugerir melhorias no atendimento ao usuário e promover capacitação de agentes públicos, além de atuar como instância recursal decisória em pedidos de informação com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011, o gerenciamento e a orientação do uso, conforme o Decreto nº 62.599/2017, do "Portal Governo Aberto - SP" instituído pelo Decreto nº 55.559/2010. Ao longo do ano de 2020, o "Portal da Ouvidoria Geral do Estado" foi reformulado para facilitar ao usuário a navegabilidade, usabilidade e utilização de linguagem cidadã, além de agrupar e explicar os canais de comunicação com o governo de São Paulo. Podemos notar a aceitação desta mudança no número de acessos ao Portal a partir de julho de 2020.



	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2018	4.850	4.977	6.857	6.351	6.640	5.767	6.107	6.830	5.223	5.666	2.919	4.888
2019	6.325	6.905	7.882	8.757	8.697	7.425	7.174	5.330	5.455	5.569	5.442	4.669
2020	5.365	5.071	7.098	6.986	5.511	6.109	13.589	15.178	24.135	18.783	19.836	

Rede Paulista de Ouvidorias: É composta pelas Ouvidorias dos órgãos da Administração Direta, Indireta, Agências Reguladoras e Concessionárias de Serviços Públicos. No primeiro semestre deste exercício, 544.962 manifestações, das quais mais de 59% solicitações de informações, não baseadas na LAI. Por conta dos impactos da quarentena exigida em decorrência da pandemia COVID-19, as ouvidorias se adequaram às necessidades e mantiveram suas atividades sem modalidade presencial, não tendo sido registrado prejuízo no atendimento. Nesse contexto, a equipe técnica responsável pelo suporte e atendimento da Rede, manteve estabelecido o contato com os Ouvidores por e-mail, telefone e plataforma "Teams", para realização de reuniões. O cidadão também busca a Ouvidoria como um canal de registro de manifestações, sendo neste exercício, a maioria delas referentes ao descumprimento do Decreto de quarentena no Estado de São Paulo, Auxílio Emergencial e Auxílio Merenda. Como órgão central da Rede Paulista de Ouvidorias e administrador do sistema da Rede Paulista de Ouvidorias, a OGE demandou criação e já se encontra disponibilizada, a possibilidade de registro de manifestação anônima pelo usuário dos serviços públicos e de geração do "Relatório Estatístico Covid-19",para as Ouvidorias, além da inserção do Banner "SP Contra o Novo Coronavírus" na página inicial do Sistema, com direcionamento direto para a Ouvidoria Geral, ampliando a oferta de canais de comunicação;.



	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
2018	122.619	137.756	140.467	113.671	119.491	161.737	168.518	173.413	153.554	156.527	145.656	132.480
2019	157.157	160.454	175.283	179.767	185.971	165.759	172.437	187.432	180.363	178.254	157.073	136.465
2020	161.621	161.722	159.877	150.892	175.323	189.670	180.278	180.966	174.438	171.101	170.327	

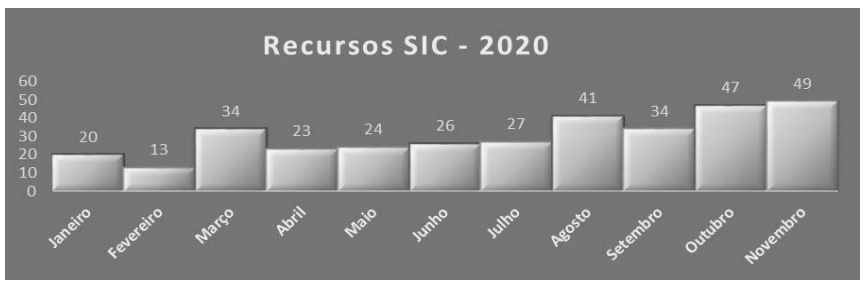
Portal do Governo Aberto SP: A OGE tem a tarefa de gerir e apoiar os cadastramentos de sistemas e conjuntos de dados disponibilizados nas páginas dos órgãos do Governo do Estado para efetuar a catalogação e disponibilização para download, sempre que possível, no "Portal do Governo Aberto SP". Efetua relatórios de desempenho mensal do número de acessos ao portal, conjuntos de dados disponibilizados e evolução de conjuntos de dados catalogados e para download por órgãos do estado. Atualmente conta com 486 conjuntos de dados na plataforma, das quais 182 estão disponíveis para download. Entre janeiro e novembro deste ano, o portal havia registrado 178.460 acessos.



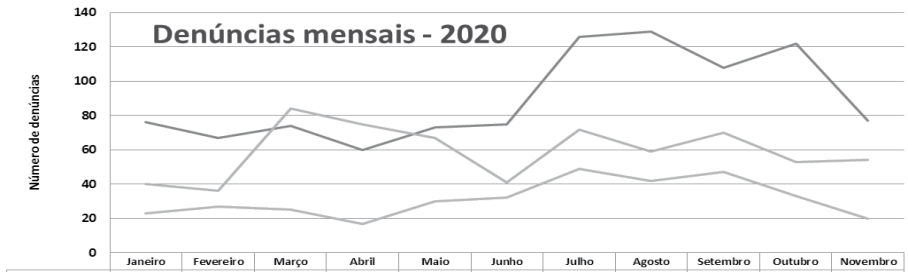
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
2018	13.139	12.896	16.227	12.580	13.710	12.085	12.173	14.775	14.837	16.459	10.316	8.434
2019	11.602	12.247	14.628	15.004	16.425	13.666	12.934	16.261	15.376	18.012	29.359	17.222
2020	14.843	15.887	22.564	42.156	27.205	9.922	10.301	9.459	9.783	9.236	7.104	



Comissão de Centralização das Informações do Serviço Público (CCISP): A Comissão é um colegiado que tem por finalidade sistematizar e fornecer as informações relativas à prestação dos serviços públicos, conforme a Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999. Conselho de Transparência da Administração Pública: O Conselho é integrado por representantes da Administração Pública e da sociedade civil e reúne-se mensalmente para analisar marcos regulatório, tais como a lei de acesso à informação e futuros impactos da lei geral de proteção de dados (LGDP), sobretudo quanto à proteção da privacidade e dos dados sensíveis, em face de adoção de tecnologia de reconhecimento facial. Propôs e participou com a EGESP de seminário sobre a LGDP. A partir de abril desse ano, todas as reuniões do Conselho foram virtuais, tendo a Ouvidoria Geral atuado ativamente para que elas acontecessem pela plataforma "*Teams*", com link direto para o "YouTube", a fim de que toda a sociedade pudesse acompanhá-las. O Conselho de Transparência iniciou atividades em setembro de 2012 e realizará sua 97ª sessão em dezembro de 2020. Mais informações sobre o Conselho da Transparência em: http://www.transparencia.sp.gov.br/conselho.html. Comitê Gestor do Portal da Transparência Estadual: Auxilia na coordenação das informações disponibilizadas no "Portal da Transparência Estadual", incentivando a acessibilidade em formato aberto, em linguagem cidadã e usabilidade comprovada, considerando a arquitetura de informação, interação e interfaces digitais. Acesso à Informação: Análise dos recursos administrativos em pedidos de acesso à informação, nos termos do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012. A tramitação dos recursos inclui: comunicação com o órgão recorrido para explicações, realização de diligências para complementos e decisões. Entre janeiro e novembro deste ano, foram registrados 338 recursos SIC, analisados, julgados e publicados no sistema eletrônico, para acesso do requerente. As decisões encontram-se publicadas no "Portal da OGE" e no "Portal da Transparência", resguardando as informações pessoais. Além da apreciação dos recursos, a OGE também auxilia na orientação e fiscalização do cumprimento das normas de acesso à informação por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública.



Web Denúncia - Corrupção: Desenvolvido e gerenciado pela OGE a pedido do FOCCOSP; haviam sido registradas 1.983 denúncias, entre janeiro e novembro deste ano, todas diretamente recebidas pelos órgãos competentes participantes da plataforma. Mais informações estatísticas sobre o "Web Denúncia Corrupção" em:
http://www.ouvidoriageral.sp.gov.br/dados/webdenuncia/WebDenuncia%202020.pdf



	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Estadual	76	67	74	60	73	75	126	129	108	122	77
Federal	23	27	25	17	30	32	49	42	47	33	20
Municipal	40	36	84	75	67	41	72	59	70	53	54

Capacita: Atividade de capacitação no âmbito da Ouvidoria Geral do Estado e Unidade do Arquivo Público do Estado, de natureza permanente, incumbido de coordenar e propor ações de melhoria para aperfeiçoar os recursos humanos no âmbito da Ouvidoria Geral do Estado – OGE e da Unidade do Arquivo Público do Estado – UAPESP, de acordo com Portaria Conjunta OGE/UAPESP n. 001/2019.Ações preventivas e de promoção da transparência. 39 Reuniões semanais virtuais de gestão estratégica, relato de atividades e tomada de decisões da Equipe da Ouvidoria Geral do Estado- OGE –SP. Participação da OGE no Workshop sobre a Lei de Proteção de Dados (LGPD), abordando a aplicação da LGPD no âmbito do setor público - aspectos jurídicos, tecnológicos e organizacionais, para início dos trabalhos e delineamento de próximas etapas, realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2020, no Palácio dos Bandeirantes – Auditório Cambuci. Realização de Live "Café da manhã com a Ouvidora Geral – Vera Bava", no dia 08 de outubro de 2020 com os ouvidores da Administração Pública do estado de São Paulo, tendo como objetivo a troca de informações sobre transparência pública, acesso à informação e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Participação da OGE no XXII Congresso Brasileiro de Ouvidores/Ombudsman – Ouvidoria: O valor da Ouvidoria no fortalecimento da gestão, realizado nos dias 11, 12 e 13 de novembro - Encontro virtual de ouvidores. Participação da OGE nas 4 reuniões plenárias do FOCCOSP – Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo, ocorridas em março, maio, agosto e novembro, sendo a primeira presencial e as demais virtuais, através da plataforma "Teams". Participação na 35a. Reunião Técnica do CONACI – Conselho Nacional de Controle Interno, no qual a Ouvidora Geral do Estado é representante do Estado, ocorrida virtualmente, em 06 de agosto. Participação da OGE no I Encontro Estadual online da ABO - Associação Paulista de Ouvidores de São Paulo. Participação da OGE nas Reuniões Abertas do Núcleo de PI e Inovação da PGE sobre a LGPD dos dias 07 e 21 de outubro, ocorridas virtualmente. Participação da OGE em diversas datas de lives, webinares, seminários virtuais sobre LGPD, transparência, governança de dados, compliance público e outros assuntos relacionados à promoção da transparência e ações preventivas de proteção de dados no trabalho das ouvidorias, realizadas por instituições diversas como Escola Superior da PGE, Centro de Estudos da PGE, TCE, IBEGESP, ABO, EGESP, CSVIEWS e CGU.

Assessoria Técnica de Governo – ATG: No cumprimento de suas atribuições, desenvolveu atividades de assessoramento ao Governador e ao Secretário de Governo, incluindo a preparação de despachos, apostilas, resoluções e decretos, a análise de propostas de criação ou alteração de estruturas administrativas e a instrução de expedientes e processos a serem submetidos à decisão do Governador e do Secretário de Governo. Até a presente data, esta assessoria examinou e manifestou-se em 2.420 processos e 609 expedientes; expediu, por meio de seu Centro de Apoio Operacional, 431 ofícios relativos às correspondências do Governador, Vice-Governador, Secretário de Governo e Secretário Executivo da Secretaria de Governo; transmitiu à Imprensa Oficial do Estado, por meio de seu Centro de Atos Oficiais, para publicação, 588 decretos numerados e 2011 documentos, entre despachos, apostilas e resoluções; garantiu, ainda, a manutenção e atualização do Sistema de Legislação, mediante revisão das normas publicadas no âmbito do Estado. A seguir, são apresentados os principais decretos analisados por esta assessoria e publicados em 2020. Ações para o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Em virtude da pandemia da COVID-19, a partir do segundo trimestre de 2020, o foco das ações do Governo do Estado de São Paulo esteve voltado a medidas de prevenção do contágio e de enfrentamento das consequências sociais e econômicas da doença. Entre 13 de março e 30 de novembro, foram publicados mais de 50 decretos relacionados à pandemia. Seguem as principais ações: Estabelecimento de medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio da doença, suspendendo eventos com aglomeração de pessoas e recomendando a suspensão de aulas e o funcionamento de estabelecimentos comerciais (Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020). Reconhecimento do estado de calamidade pública no Estado de São Paulo, suspendendo atividades não essenciais em órgãos públicos (Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020). Declaração de quarentena para o Estado de São Paulo, suspendendo o atendimento presencial em estabelecimentos comerciais, excetuando-se unidades de saúde, supermercados, serviços de abastecimento, segurança e comunicação social (Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020). Suspensão da execução de contrato de serviços não imprescindíveis durante a vigência do estado de calamidade pública (Decreto nº 64.898, de 31 de março de 2020). Suspensão do prazo obrigatório de 30 dias para o vencimento das obrigações contratuais para as aquisições de bens necessários ao enfrentamento da COVID-19, de forma a dar maior agilidade a essas contratações (Decreto nº 64.928, de 8 de abril de 2020). Contingenciamento de recursos e vedação de novos contratos de aquisição e locação de imóveis e de veículos, de obras, de publicidade e eventos e a contratação ou prorrogação de contratos de serviços técnicos profissionais especializados (Decreto nº 64.936, de 13 de abril de 2020). Adoção de medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais durante a vigência do estado de calamidade pública, suspendendo a antecipação do pagamento do décimo terceiro salário aos servidores, a conversão, em abono pecuniário, de um terço das férias do empregado público, a realização de concursos públicos (Decreto nº 64.937, de 13 de abril de 2020). Instituição do Plano São Paulo, conjunto de ações de enfrentamento à Pandemia que leva em conta as condições epidemiológicas e estruturais no Estado para definição de critérios de abertura ou fechamento gradual de atividades nas regiões de saúde do Estado (Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020). Secretaria da Administração Penitenciária. Transformação do Centro de Detenção Provisória de Caiuá em Penitenciária (Decreto nº 64.815, de 27 de fevereiro de 2020). Criação da Penitenciária de Registro, subordinada à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral (Decreto nº 65.306, de 25 de novembro de 2020). Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Instituição do Programa Agro Legal e regulamentação da regularização ambiental de imóveis rurais no Estado de São Paulo (Decreto nº 65.182, de 16 de setembro de 2020). Reformulação dos programas Melhor Caminho e Rotas Rurais (Decreto nº 65.183, de 17 de setembro de 2020). Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Criação do Programa de Qualificação Profissional e Habilitação Técnica NOVOTEC (Decreto nº 65.176, de 9 de setembro de 2020). Secretaria de Desenvolvimento Regional. Transferência de competências relacionadas à juventude da Secretaria de Esportes para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e a criação, no âmbito da pasta, da Subsecretaria da Juventude, detalhando atribuições nesta área (Decretos nº 64.812, de 21 de fevereiro de 2020, e nº 65.133, de 13 de agosto de 2020). Secretaria de Desenvolvimento Social. Ampliação do horário de funcionamento das unidades do Restaurante Popular para fornecimento de refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), todos os dias da semana, inclusive feriados, enquanto perdurar o estado de calamidade pública (Decreto nº 64.897, de 31 de março de 2020). Instituição da Ação Alimento Solidário com vistas ao fornecimento de alimentação a famílias em situação de extrema pobreza enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19 (Decreto nº 64.938, de 13 de abril de 2020). Criação do Programa PROSPERA, com vistas à promoção de mobilidade social por meio do rompimento do ciclo de perpetuação da pobreza (Decreto nº 64.756, de 24 de janeiro de 2020). Secretaria da Educação. Criação de cinco Unidades de Ensino, nos Municípios de Pindamonhangaba (Decreto nº 64.777, de 4 de fevereiro de 2020), Bragança Paulista (Decreto nº 64.787, de 12 de fevereiro de

2020), São Paulo (Decreto nº 64.847, de 6 de março de 2020), Ipeúna (Decreto nº 65.018, de 17 de junho de 2020) e Itapira (Decreto nº 65.115, de 7 de agosto de 2020). Instituição do Auxílio de Avaliação Educacional – AAE para os servidores públicos ou colaboradores eventuais que participarem de processos de avaliação realizados pela Secretaria da Educação (Decreto nº 64.741, de 10 de janeiro de 2020). Normatização do processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar (Decreto nº 64.902, de 1º de abril de 2020). Estabelecimento do Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo – CMSP, instituído com o objetivo implementar a educação mediada por tecnologia para gerar conhecimentos educacionais e oportunidades de aprendizado (Decreto nº 64.982, de 15 de maio de 2020). Revisão do Programa Computador do Professor, de modo a permitir a aquisição de computadores pessoais por professores da Rede Pública Estadual (Decreto nº 65.231, de 8 de outubro de 2020). Nova regulamentação do Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres – APMs (Decreto nº 65.298, de 18 de novembro de 2020). Secretaria da Fazenda e Planejamento. Regulamentação do artigo 12 da Lei nº 16.877, de 19 de dezembro de 2018, que autoriza o Poder Executivo a extinguir o Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP, e transfere para a Secretaria da Fazenda e Planejamento a atual Carteira Predial do IPESP, com todos os seus elementos ativos e passivos (Decreto nº 64.751, de 20 de janeiro de 2020). Promoção de medidas de equilíbrio das contas públicas, nos termos da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, por meio de alterações nos regulamentos de ICMS, de modo a compensar as quedas de arrecadação provocadas pela pandemia da COVID-19. (Decretos nº 65.252, nº 65.253, nº 65.254, nº 65.255 e nº 65.256, de 16 de outubro de 2020). Secretaria de Governo. Estabelecimento da Central de Dados do Estado de São Paulo – CDESP, da Plataforma Única de Acesso – PUA e do Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo (Decreto nº 64.790, de 13 de fevereiro de 2020). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Autorização para concessão de uso para ecoturismo da área de uso público "Caminhos do Mar", no Núcleo Itutinga Pilões do Parque Estadual da Serra do Mar, nos Municípios de São Bernardo do Campo e Cubatão (Decreto nº 65.181, de 16 de setembro de 2020). Autorização para abertura de licitação na modalidade concorrência de âmbito internacional, para a concessão de uso, para fins de ecoturismo, recreação, manejo, educação ambiental, lazer e cultura do Zoológico de São Paulo, do Zoo Safári e do Jardim Botânico, no Município de São Paulo (Decreto nº 65.275, de 28 de outubro de 2020). Readequação do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR em decorrência da extinção do Instituto Florestal e da unificação dos Institutos de Botânica e Geológico, prevista pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 (Decreto nº 65.274, de 26 de outubro de 2020). Secretaria da Justiça e Cidadania. Regulamentação das penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso, nos termos da Lei nº 17.157, de 18 de setembro de 2019 (Decreto nº 65.086, de 23 de julho de 2020). Alteração da composição do Conselho Estadual da Juventude, nos termos da Lei nº 16.778, de 22 de junho de 2018 (Decreto nº 65.134, de 13 de agosto de 2020). Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. Conformação da nova Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão - SPOG, a partir de unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento – SFP e da Secretaria de Governo – SG. Da SFP foram transferidas unidades de orçamento e gestão, bem como conselhos e comissões ligados à gestão das Parcerias Público-Privadas - PPP. Da SG foram transferidas à SPOG as Subsecretarias de Ações Estratégicas e de Parceria e Inovação, o Instituto Geográfico e Cartográfico, o Conselho do Patrimônio Imobiliário, a Unidade do Arquivo Público e o Comitê Gestor do Gasto Público. Passaram a vincular-se à SPOG, ainda, SPPREV, IAMSPE, PREVCOM e IPESP (Decreto nº 64.998, de 29 de maio de 2020). Secretaria da Segurança Pública. Alteração da estrutura da Polícia Militar do Estado de São Paulo, com a redefinição de arranjos territoriais da estrutura operacional e redistribuição de efetivo, cargos de direção e de assessoramento (Decreto nº 65.096, de 28 de julho de 2020). Criação das Delegacias de Defesa da Mulher de Arujá (Decreto nº 64.848, de 6 de março de 2020) e São Caetano do Sul (Decreto nº 65.128, de 12 de agosto de 2020). Criação de Divisões Especializadas de Investigações Criminais - DEIC, em cada um dos Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER 1 a 10 (Decreto nº 64.809, de 21 de fevereiro de 2020). Criação da Delegacia Seccional de Polícia de Praia Grande (Decreto nº 64.846, de 6 de março de 2020). Criação no Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC, da Divisão de Crimes Cibernéticos - DCCIBER (Decreto nº 65.241, de 14 de outubro de 2020). Regulamentação de ajuda de custo para alimentação, instituída pelo artigo 2º da Lei Complementar nº 660, de 11 de julho de 1991, paga aos Policiais Civis, desde que não recebam alimentação em espécie ou qualquer outra indenização a título de alimentação (Decreto nº 64.745, de 15 de janeiro de 2020). Secretaria de Transportes Metropolitanos. Retomada das obras de Linha 6 - Laranja de Metrô de São Paulo, por meio da transferência da concessão para o novo consórcio Linha Universidade (Decreto nº 65.223, de 5 de outubro de 2020). A ATG também examinou e preparou 139 decretos, além de 91 atos autorizativos de competência do Governador em matéria imobiliária, como declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação pelas concessionárias, das áreas necessárias à execução de obras e serviços previstos nos contratos de concessão, autorização para alienação, outorga de uso e transferência de administração de imóveis públicos entre órgãos do Estado, bem como recebimento de imóveis, mediante doação sem encargo, permissão de uso, cessão de uso e comodato. Ainda relacionado ao tema, a ATG preparou 29 despachos do Secretário de Governo com autorizo para residir em imóvel próprio do Estado. Cabe ressaltar, também que, até a presente data, além das atividades já descritas, a Assessoria Técnica do Governo – ATG: a) por meio de seu Corpo Técnico, realizou, ainda, em relação a decretos, a manutenção e atualização do Sistema de Legislação Estadual disponibilizado na Internet pelo aplicativo www.legislacao.sp.gov.br; b) por meio de seu Centro de Atos Oficiais, providenciou, junto às Secretarias de Estado, os referendos dos Titulares das Pastas nos decretos numerados publicados e transmitiu à Imprensa Oficial do Estado, para publicação, 588 decretos numerados, 505 despachos, 155 apostilas e 1351 resoluções. Dentre estas últimas, 109 trataram de doação de material excedente recolhido pelo Fundo Social de São Paulo – FUSSP.

Coordenadoria de Informações: Responsável pela organização dos dados e informações relativos à gestão e histórico de ações do Governo. Tem seu trabalho estruturado sobre 3 pilares: Setorial (por Secretaria ou Programa), Municipal (ações estaduais desenvolvidas nos/ou em parceria com os municípios) e Regional (ações estaduais com foco em diferentes divisões territoriais). A partir de seu acompanhamento, por meio de uma rede com as Secretarias, sistemas informatizados, indicadores, planilhas e arquivos atualizados diariamente, atualiza as informações, prazos e situação de cada empreendimento, projeto ou programa, além de produzir relatórios técnicos, elaborar e preparar documentos, boletins estratégicos a fim de subsidiar o Governador, o Vice-Governador/ Secretário de Governo, e a Secretaria Particular do Governador. Com a pandemia da COVID-19, em 2020, a Coordenadoria passou a assessorar também os comitês extraordinários criados com temática voltada ao enfrentamento da crise no Estado de São Paulo (Comitês Empresarial Solidário, Comitê Empresarial Econômico, Comitê Extraordinário Administrativo, Conselho dos Municípios, entre outros). Em 2020 (Dados Computados até 17/dezembro/2020), atendendo a demandas do Governador e do Vice-Governador/Secretário de Governo, foram elaborados, aproximadamente, 466 documentos, distribuídos em: 383 Boletins Estratégicos, dos quais: 201 boletins para audiências; 87 boletins temáticos; 89 para visitas ao interior e reunião com prefeitos; 6 para eventos na Capital; 83 cenários eleitorais de municípios ou de partidos políticos; 64 Boletins para assessoria de reuniões relativas ao contingenciamento da crise da pandemia da COVID-19, sendo: 2 boletins para reuniões conjuntas dos Comitês Empresarial Solidário e Econômico; 10 boletins para reuniões dos Chefes dos Poderes; 21 boletins para reuniões do Comitê Empresarial Econômico; 21 boletins para reuniões do Comitê Empresarial Solidário; 10 boletins para reuniões do Conselho Econômico. 22 Relatórios Regionais; 14 Relatórios Técnicos Temáticos. 1 Relatório de situação de obras estaduais; Preparação de pauta e materiais técnicos para 46 Reuniões de Secretariado. Colaboração em projetos que ocorreram ao longo da atual gestão, na qual fez-se necessário reunir e sistematizar informações estratégicas sobre os temas discutidos, tais como: Comitê da Primeira Infância; Programa Vale do Futuro, entre outros. Participação nas reuniões do Conselho Estadual de Assistência Social – CONSEAS-SP e do Grupo de Relacionamento com a Sociedade. Assessoria para outros Comitês Temáticos relacionados à Pandemia da COVID-19. Acompanhamento das ações anunciadas relacionadas à Pandemia da COVID-19. Levantamento de todas publicações sobre as legislações publicadas no Diário Oficial sobre a Covid-19, no Governo do Estado de São Paulo. Acompanhamento das análises de dados das pesquisas de percepção dos serviços públicos formulados pela Fundação SEADE. Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação – SSCTI. A Subsecretaria de Serviços ao Cidadão, Tecnologia e Inovação (SSCTI) dissemina práticas, normas e padrões no uso governamental das tecnologias digitais, de forma a contribuir para maior economia, eficiência, eficácia e efetividade das ações do Governo – Governo cada vez mais digital e sempre a serviço do cidadão. A atuação da Subsecretaria SSCTI se efetiva por meio da participação em órgãos colegiados, como o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (COETIC) e o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo (CDESP), entre outros, bem como por meio das ações, programas e projetos desenvolvidos na Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COORTIC) e na Coordenadoria de Serviços ao Cidadão (CSC). Este Relatório informa as principais entregas realizadas no âmbito da SSCTI no ano de 2020. Ano marcado pela Pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, 2020 adicionou ainda mais relevância à transformação digital em curso no Governo do Estado de São Paulo. O enfrentamento à Pandemia acelerou processos de digitalização e conectividade em curso, e mudanças organizacionais e de tratamento de dados voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados, economia e melhoria da qualidade de vida do cidadão. Enfrentamento à Pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19 e Transparência. Como parte do enfrentamento à Pandemia de Covid-19, o Governo de São Paulo recebeu quantidade importante de doações, tanto de itens como álcool, máscaras e alimentos, quanto de recursos em espécie. A Subsecretaria é a responsável pela formalização das doações de itens recebidas. Para colaborar à prestação de contas à sociedade sobre as doações, a SSCTI desenvolveu portal específico voltado ao tema (https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/doacoes/). Nele, além de conferir como ajudar, é possível se obter uma série de informações sobre as doações recebidas pelo Governo do Estado, como o órgão destinatário de cada doação e os tipos de item doados. Também pode-se obter desde dados agregados, como o total de itens recebidos, até verificar-se cada item e para qual órgão foi destinado. Pode-se observar estas informações no painel (dashboard) no site, ou via download de planilha com o detalhamento no formato CSV. Também são apresentadas as doações em espécie. E pode-se realizar download de PDF com detalhamento das doações formalizadas, onde consta por exemplo o nome do doador. Todos os dados são periodicamente atualizados. Quanto à transparência, no que se refere às despesas governamentais, a Subsecretaria reuniu as informações sobre os gastos realizados pelo Estado para o combate à Covid-19 em portal voltado ao tema (https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/transparencia/), atualizado periodicamente. No portal é possível conferir dados tais como os valores empenhados, liquidados e pagos, as fontes dos recursos, o tipo de contratação realizada e em qual órgão estadual, bem como a destinação aos municípios em apoio às suas ações. Além disso, o painel de visualização das despesas estaduais (dashboard) permite detalhar até cada processo de realização da despesa, podendo-se verificar, entre outros, qual unidade de um órgão realizou a despesa, em qual Programa e Ação Orçamentária, e qual o fornecedor contratado e seu CNPJ ou CPF. Ambos os portais seguem a legislação pertinente e estão em acordo com os padrões do Tribunal de Contas da União, da Transparência Internacional e da Open Knowledge Brasil. Atuação em Órgãos Colegiados. Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC. O COETIC é regido pelos Decretos no 64.601, de 22/11/2019, e 64.731, de 03/01/2020. No âmbito das tecnologias da informação e comunicação (TIC), da inovação tecnológica e dos serviços ao cidadão, são atribuições do COETIC, para os órgãos e entidades do Sistema Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), entre outras: Analisar e aprovar políticas; Fixar diretrizes, normas e padrões técnicos; Coordenar, acompanhar, avaliar e controlar o uso de TIC; Aprovar e monitorar Planos e Programas; Manifestar-se e avaliar conformidade de licitações de bens e serviços de TIC; Realizar o controle centralizado dos gastos e investimentos em TIC; Propor a celebração de convênios e afins em TIC, inclusive com organismos internacionais; e Prospectar e propor soluções de TIC. A presidência do COETIC é exercida pela Secretaria de Governo, a Secretaria Executiva pela SSCTI e o Conselho conta também com a participação da Secretaria da Fazenda e Planejamento, da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP e da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP. O COETIC conta, ainda, com o apoio da COORTIC para o desempenho das ações de controle, monitoramento e supervisão das atividades do SETIC (art. 9o do Decreto no 64.601/2019). Em 2020, até 26 de novembro, o Conselho realizou 22 reuniões e análise técnica e emissão de pareceres para 1.276 demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação dos órgãos e entidades estaduais, número duas vezes maior que o do ano anterior. Seu Regimento Interno foi publicado no Diário Oficial do Estado em 24/09/2020. Destaque na atuação do COETIC tem sido a preocupação com o legado tecnológico. Neste sentido, há trabalho permanente de padronização dos serviços tecnológicos e das máquinas, de forma a promover a compatibilidade entre hardware e software em todo o Estado. O resultado é disponibilizado por meio de Atas de Registro de Preços, às quais os órgãos e entidades estaduais são incentivados a aderir. Além da economia possibilitada pelas aquisições em escala, o esforço de padronização colabora para ampliar a compatibilidade e a conectividade na Administração, favorecendo a coesão digital. Com isso, tanto os sistemas legados, como o parque tecnológico do Estado estão em processo de integração, o que contribuirá, entre outros, para a ampliação da Governança no tratamento de dados utilizados pelo Governo do Estado de São Paulo. A aceleração da digitalização trazida pelo enfrentamento à Pandemia também impactou os trabalhos do Conselho, que multiplicou esforços para colaborar. Por exemplo, ao definir o Pacote Office 365 como o padrão para o Estado e incentivar a sua instalação para todos os funcionários estaduais no tempo recorde de dois dias, de modo a facilitar o teletrabalho no início da quarentena em março de 2020. Para apoiar os trabalhos do Conselho, está em desenvolvimento pela PRODESP, para ser implantado em dezembro de 2020, o Sistema Demandas COETIC. Trata-se de um Sistema exclusivo de avaliação de demandas para o COETIC. Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo – CDESP. O Comitê Gestor de Governança de Dados

e Informações da Central de Dados do Estado de São Paulo (CDESP) é regido pelo Decreto no 64.790, de 13/02/2020. Coordenado pela Secretaria de Governo, conta com as participações da Procuradoria Geral do Estado e da PRODESP. Dentre suas principais atribuições estão o aperfeiçoamento da gestão de dados e informações, bem como a formulação, implementação e a avalição de políticas públicas do Estado de São Paulo. Em setembro de 2020, a Resolução SG-86, de 2-9-2020, estabeleceu normas complementares para aplicação do Decreto no 64.790/2020, atribuindo ao Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações as responsabilidades de: Definir diretrizes de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública estadual para o cumprimento da Lei federal no 13.709/2018 (LGPD); e Elaborar a Política de Governança de Dados e Informações da Administração Pública estadual, contemplando, entre outros aspectos, o disposto no art. 50 da LGPD. Estabeleceu, ainda, que a COORTIC deve fornecer o apoio necessário ao Comitê Gestor para o desempenho de suas atribuições. Também em setembro, no dia 18, a Lei federal nº 13.709/2018, entrou em vigência e passou a regular todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas em território nacional. Como parte do atendimento a estas responsabilidades, o Comitê Gestor realizou via SSCTI um Diagnóstico por meio de questionário para toda a Administração Estadual com o objetivo de levantar a situação atual de cada órgão e entidade frente às exigências da LGPD, para identificar e priorizar as adequações necessárias a que todo o Governo esteja em conformidade. Deste aferiu-se uma Matriz de Risco, a qual suportará as diretrizes de orientação para adequação à LGPD, o que será desafiador, pois exigirá transferência de conhecimento e formação em tratamento de dados. Está em elaboração a Política de Governança de Dados e Informações da Administração Pública estadual, que regerá todo o tratamento de dados (pessoais ou não) no Estado de São Paulo. Esta política tratará da gestão da informação, das questões de segurança e compartilhamento, infraestrutura tecnológica de soluções e da privacidade dos dados pessoais. As ações implementadas pelo Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações são importantes para garantir maior proteção aos dados pessoais do cidadão e maior eficácia e segurança no tratamento de dados em geral no Estado, e são peça fundamental – em um conjunto de iniciativas – na consolidação do Governo de São Paulo como digital. Comitê Gestor do Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente – SIMI. O Comitê Gestor do Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente – SIMI é regido pelo Decreto no 64.963, de 05/05/2020. Coordenado pela Secretaria de Governo e com Secretaria Executiva pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conta com as participações da Secretaria da Saúde e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). O Sistema de Informações e Monitoramento Inteligente – SIMI é uma ferramenta de consolidação de dados e informações compilados por órgãos e entidades da Administração Pública estadual. Tendo como objetivo aperfeiçoar a gestão da informação Covid-19. Ressaltamos que os dados e as informações publicados e disponibilizados no SIMI estão anonimizados. Destaca-se também a fundamental colaboração da Fundação SEADE, órgão oficial de estatística do Estado, na construção SIMI, e a colaboração também muito relevante da PRODESP. É importante destacar a hospedagem com segurança do ambiente computacional do SIMI no Data Center da PRODESP. A empresa também desenvolveu a automação das cargas de dados utilizadas nos painéis de indicadores. Atendendo à recomendação de organizações como a Open Knowledge e a Transparência Brasil, a PRODESP também publicou uma área na página do SIMI voltada para disponibilização de dados em formato aberto e publicação de arquivos e painéis para fins de transparência em relação aos principais indicadores https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/simi e https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/simi/dados-abertos. Comitê Gestor do Programa IdeiaGov. O Comitê Gestor do Programa IdeiaGov é regido pelo Decreto no 64.974, de 12/05/2020. Presidido pela Secretaria de Governo e com Secretaria Executiva pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, conta também com a participação da Procuradoria Geral do Estado. O IdeiaGov é o Programa de Implementação de Soluções Inovadoras para a Administração Pública, executado em parceria pela Secretaria de Governo (SG) e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). O Programa tem por objetivo viabilizar a contratação de soluções inovadoras, encaminhadas por interessados mediante provocação do Poder Público ou espontaneamente, para resolver desafios. Soluções inovadoras consistem em produtos, processos, serviços e protótipos que, individualmente ou em conjunto, busquem resolver desafios de relevância pública. As principais atribuições do Comitê Gestor, definidas em Decreto, são: Identificar desafios na Administração Pública; Deliberar sobre a adequação dos desafios trazidos por órgãos e entidades ao Programa IdeiaGov; Coordenar, monitorar e avaliar os resultados do Programa; Apoiar os órgãos e entidades participantes, inclusive durante execução; e Elaborar Relatórios Técnicos, visando facilitar replicação de soluções. Ao longo de 2020 algumas chamadas públicas foram realizadas pela SDE lançando desafios direcionados ao enfrentamento da Covid-19. O IdeiaGov conta com o apoio da SSCTI também por meio da COORTIC. E atua em consonância com o COETIC, o qual manifesta-se previamente acerca das soluções em tecnologia da informação apresentadas no âmbito do Programa. Grupo de Trabalho do Sistema de Teleaudiência Criminal do Governo do Estado de São Paulo. O Grupo de Trabalho do Sistema de Teleaudiência Criminal do Governo do Estado de São Paulo foi instituído pela Resolução SG-35, de 12/03/2020, como parte de Termo de Cooperação Técnica. Coordenado pela Secretaria de Governo (SG), conta com as participações da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação Casa, Procuradoria Geral do Estado, PRODESP e do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O Grupo foi instituído com o objetivo de elaborar estudos e propostas de novos recursos tecnológicos e abrangência do escopo do Sistema de Teleaudiência Criminal do Governo do Estado de São Paulo. Para atender ao solicitado, a SSCTI elaborou uma pesquisa, por meio da PRODESP, acerca de quais tecnologias se faziam necessárias para a implementação das teleaudiências, e, com apoio da SAP e do TJSP, foi aferida a quantidade de equipamentos necessários. A implantação prevê, inicialmente pela PRODESP, a disponibilizou 200 kits de audiências virtuais, para a instalação das estações de trabalho nas unidades prisionais definidas pela SAP em conjunto com o TJSP, atendendo à crescente demanda por audiências virtuais. A implantação do Sistema de Teleaudiência Judicial, no Sistema Penitenciário e no Sistema Socioeducativo, é prioridade do Governo do Estado de São Paulo com previsão de implementação em todo os Sistema Penitenciário no decorrer do primeiro semestre de 2021. A realização de audiências à distância e em tempo real agrega eficiência às ações e evita os deslocamentos até os fóruns, acelerando os julgamentos, além de proporcionar economia de recursos públicos e maior segurança. Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – COORTIC. Planos Estratégicos Setoriais de Tecnologia da Informação e Comunicação (PESTICs). O Decreto nº 64.601, de 22/11/2019, que reformulou o Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), reorganizou o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação (COETIC) e recriou a Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão (SSCTI), entre outros, também estabeleceu os instrumentos de planejamento do SETIC. Dentre outras atribuições cabe o apoio à elaboração dos instrumentos de planejamento do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação são: I – Plano Estratégico Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação – PEGTIC; II – Plano Estratégico Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação – PESTIC; III – Programa Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação – PGTIC; e IV – Programa Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação – PSTIC; bem como o apoio à Secretaria Executiva do COETIC e ao Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo no tocante às ações aplicação à LPGD no âmbito da Administração. Coordenadoria de Serviços ao Cidadão (CSC). Programa SP Sem Papel. Regido pelo Decreto nº 64.355, de 31/07/2019, o Programa SP Sem Papel visa reduzir e eliminar gradualmente o trâmite de papel no âmbito da Administração Estadual e no seu relacionamento com outras esferas de governo, por meio da adoção do processo digital com uso de assinatura eletrônica. A iniciativa é uma parceria entre a Secretaria de Governo, que fornece as diretrizes e prazos para a implantação, realiza a coordenação e demanda e monitora o constante aprimoramento do Programa; a PRODESP, que executa o desenvolvimento, a implantação, o processamento e o fornecimento do suporte tecnológico necessários ao Programa; e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), que zela pela gestão documental adequada no ambiente digital do Governo e também demanda e monitora o seu constante aprimoramento. Como parte das ações de aprimoramento do Programa, a SSCTI realiza reuniões na Secretaria de Governo para identificar demandas por melhoria no Sistema e realiza reuniões com PRODESP e APESP, para encaminhamento e solução das demandas levantadas na Secretaria e em todo o atendimento do SP Sem Papel. A Subsecretaria também motiva a publicação das Resoluções do Secretário de Governo referentes aos cronogramas de implantação do Sistema em toda a Administração. O SP Sem Papel é uma prioridade de Governo e possui meta de implantação. Atualmente, com relação a Administração Pública Direta, a implantação foi 100% concluída no ano de 2019, ou seja, em 26 órgãos. Em fase de finalização na Administração Pública Indireta, dos 75 órgãos e entidades implementou-se em 60 no decorrer dos anos, cabendo aos demais no primeiro semestre de 2021. Programa Acessa São Paulo. O ano de 2020, o Programa Acessa São Paulo em razão da Pandemia por Covid-19 e com o agravamento da situação de contaminação no Estado em março de 2020 e seguindo às diretrizes sanitárias, os postos foram fechados ao público para impedir a disseminação de contágio entre os usuários. O fechamento dos postos e a concomitante aceleração dos processos de digitalização e conectividade no Estado, em resposta à crise, motivaram revisão do escopo e readequação do Acessa SP, o qual passa por revisão para ampliação com foco na implementação de uma política pública de inclusão digital. Programa Poupatempo. Considerando a contínua busca pela melhoria no atendimento e a constante preocupação em manter-se como um paradigma na prestação de serviços públicos, o Programa Poupatempo está entrando em uma nova era, com unidades mais compactas e ampla disponibilidade de serviços digitais, complementados por plataforma única de atendimento presencial (balcão único – o mesmo atendente realiza diversos tipos de serviços). Dessa forma, são criadas condições para que o Poupatempo chegue aos 645 municípios paulistas. Já são oito unidades operando no novo modelo: quatro instaladas em 2019 e as quatro novas unidades do Poupatempo implantadas em 2020 – em Franco da Rocha, Hortolândia, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré. Para apoiar os atendentes nesse novo modelo de posto, foi criado um assistente virtual (chatbot). São 79 postos fixos do Poupatempo, que realizaram, em média, mais de 113 mil atendimentos/dia no período pré-pandemia e 25 mil/dia após a reabertura parcial dos postos. A avaliação geral dos serviços atingiu 98% em 2019, de acordo com pesquisa realizada pela empresa Censere Market Research. Em 2020, a pesquisa foi realizada entre os dias 28/11 e 12/12. Pela sexta vez consecutiva (2015-2020), o Poupatempo foi destaque na pesquisa O Melhor de São Paulo, do Datafolha, conquistando o primeiro lugar na categoria Atendimento ao Cliente. Desde a implantação do primeiro posto há 23 anos, a unidade Sé, o Poupatempo já realizou, até novembro de 2020, mais de 658 milhões de atendimentos. Os serviços digitais do Poupatempo passaram de 50 no início de 2020 para 94 em novembro, devendo chegar a 110 até o final do ano. Tratam-se dos serviços realizados inteiramente em meio digital, nos diversos canais do Poupatempo, dispensando a ida ao posto. São resultado de importante e contínuo trabalho de agregação de novos serviços ao Programa. Em maio de 2020 foi lançado o Poupatempo Digital, aplicativo que em novembro já contabilizava mais de 2,8 milhões de downloads. Isso permitiu continuar atendendo o cidadão durante os cerca de cinco meses em que os postos ficaram fechados, em função da Pandemia do Novo Coronavírus, e após a retomada parcial do atendimento, com capacidade reduzida que ficou dedicada exclusivamente aos serviços prestados apenas de forma presencial. De abril a novembro, foram realizados digitalmente cerca de 3,8 milhões de serviços e mais de 8 milhões de interações, como consulta de informações. O Programa Poupatempo é uma prioridade de Governo, que tem por meta a disponibilização de serviços ao cidadão por meio de plataformas digitais. O Poupatempo é parte importante do conjunto de iniciativas de consolidação do Governo de São Paulo como digital. A digitalização dos serviços aprimora a sua qualidade e eficiência, e facilita a vida do cidadão. Neste sentido, está em curso a incorporação à gestão do Poupatempo de todos os serviços prestados pelo Detran.SP. A digitalização de serviços e a sua disponibilização em formato intuitivo e acessível pelo cidadão é parte essencial da parceria e contribuirá para desburocratização e maior agilidade no atendimento. Dentre as demais realizações de 2020 destacam-se: Detran.SP: a passagem dos serviços relacionados a condutores e veículos para a responsabilidade do Poupatempo demandou uma série de ações para integração das duas operações. Entre elas, podem ser destacadas: Plano de migração de 75 Ciretrans com operação realizada pelo Poupatempo, incluindo estudo e desenvolvimento de processos de trabalho para os serviços do Detran que não eram operados pelo Poupatempo; Definição dos fluxos dos serviços de veículos do Detran; Definição de modelo de entrega de documentos de veículos para despachantes, formato *drive thru*, com configuração para todas as Superintendências Regionais do Detran no sistema de agendamento; Projeto de coleta de biometria unificada no que se refere ao atendimento e processo na ponta, nos postos Poupatempo e Detran fora do Poupatempo (mais de 300 Unidades); Customização do Sistema de Atendimento nas unidades de pequeno porte do Detran; Realização de piloto de RPA (*Robotic Process Automati*on – Automação Robótica de Processo) para automatizar agendamento de retirada de CRV nos postos Poupatempo; e Ajustes no sistema de atendimento e capacitação de atendentes, módulo Poupafila com novas configurações e parametrizações, para a migração do sistema utilizado pelo Detran nas unidades fora do Poupatempo (242 Unidades). FIC: implantação da Ficha de Identificação Civil (FIC) digital em 63 postos, reduzindo gastos com impressão e papel. Capacitação: em 2020 foram realizadas mais de 46,2 mil capacitações à distância por meio de cursos e 969 por web conferências. Assistente Virtual Inteligente (Poupinha): disponibilizado no Portal Poupatempo, com sistema desenvolvido pela PRODESP, até setembro de 2020, o Poupinha realizou mais de 1,6 milhão de agendamentos e trocou mais de 52,4 milhões de mensagens. Totens de autoatendimento: em 2020 foram acrescentados quatro novos totens. São 124 totens no total: 89 em postos Poupatempo e 35 em outros locais, como Descomplica-SP, shoppings, supermercados, e estações do Metrô e da CPTM. Houve também um aumento da quantidade de serviços ofertados nos equipamentos, de 36 para 40. Está em andamento a digitalização de outros serviços. Até outubro de 2020, foram realizados mais de 12 milhões de agendamentos e 1,1 milhão de serviços nos totens de autoatendimento. Para 2021 está prevista a contratação de 720 totens para substituição dos atuais e instalação em todo o Estado de São Paulo. Portal Poupatempo: disponibilizada nova versão do Portal Poupatempo, com maior identidade com o Programa e interface responsiva, que possibilita o

acesso por meio de dispositivos móveis. A partir da execução de serviços que coletam dados biográficos e biométricos nos postos presenciais do Poupatempo, o cidadão passa a ter acesso aos serviços transacionais do Portal, por meio de um mecanismo de *login* e senha forte que o identifica e o autentica, permitindo assim que se utilize de uma maior gama de serviços, com toda a segurança e privacidade. Em 2020, houve um aumento considerável da quantidade de serviços disponibilizados no Portal Poupatempo, que passou de 40 para 81 serviços transacionais. Outros serviços se encontram em fase de desenvolvimento e/ou homologação. Sistema de Atendimento: sistema que abrange a identificação do cidadão perante a solicitação de um serviço e permite o acompanhamento de cada passo do processo, até a sua conclusão. Atualmente todas as 79 unidades do Poupatempo se encontram com o sistema instalado. Grade Inteligente: sistema desenvolvido para o cálculo automatizado de vagas na grade de agendamentos, por meio do cruzamento de dados históricos de atendimento de cada serviço e o comportamento da demanda. Em 2020, o sistema foi levado a todos os postos Poupatempo. Indicadores de Qualidade: após análise do comportamento dos postos Poupatempo pós-retomada do atendimento, foi feita uma revisão em todos os indicadores de qualidade, para adaptá-los à nova realidade trazida pela Pandemia. Em especial, ampliaram-se as análises relativas aos serviços virtuais e aprimoraram-se as métricas consolidadas dos indicadores de gestão dos postos. Chamamentos Médicos: para garantir a realização de exames médicos necessários à renovação da CNH nos postos Poupatempo, em 2020 foram realizados cinco chamamentos públicos para médicos interessados em atuar junto ao Programa, totalizando 57 novos peritos para 23 postos. Economia em Contratos Administrativos: a realização de novo procedimento licitatório para contratar os serviços de gestão dos postos Poupatempo, em novo formato otimizado, resultou em economia anual estimada de R$ 30 milhões.

Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP: O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP faz parte do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) e é responsável no Estado pelas atividades de trânsito estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e por normatização própria, e possui unidades de atendimento em todos os municípios do estado. São 336 Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANS), 309 Seções de Trânsito, além de postos fixos de atendimento do Poupatempo. Tem, ainda, 20 unidades regionais de acompanhamento e controle e uma estrutura de coordenação e normatização, localizada na capital do estado. Modernizações e Adequações de Unidades de Atendimento. Modernização de unidades de atendimento ao público: 02, Icém e Itaporanga. Unidades modernizadas transferidas de local: 02 - Uchôa e Juquiá. Unidades transferidas temporariamente de local: 03 - Bilac, Paulo de Faria e Salto de Pirapora. Mudança de unidades de atendimento do DETRAN-SP para posto do Poupatempo: 04 - Araçatuba, Jundiaí, Limeira e Taubaté. Mudança do atendimento e de sala de prova teórica do DETRAN-SP para posto do Poupatempo e retaguarda sem alteração: 13 - Bauru, Campinas, Franca, Itaquaquecetuba, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Vicente, Sorocaba e São Paulo. Desmobilizações e adequações das unidades de atendimento do DETRAN-SP no município de São Paulo: 03 - Aricanduva, Guarapiranga e Posto Raposo, sendo as retaguardas concentradas na unidade Armênia e na sede administrativa do DETRAN-SP. Os atendimentos presenciais e provas teóricas passaram a ser realizados nos postos do Poupatempo da Sé, Itaquera, Lapa, Santo Amaro e Cidade Ademar. Mudança de sede Superintendência Regional de Trânsito: 05 - com o objetivo de diminuir os gastos, as sedes das Superintendências de Franca, São José do Rio Preto I, Baixada Santista, Ribeirão Preto e Bauru foram transferidas para as unidades do DETRAN-SP no município sede de cada uma delas. Transformação de unidades do DETRAN-SP em Poupatempo: Unidades transformadas em Poupatempo: 04 - Franco da Rocha, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré e Hortolândia; Tratativas em andamento com Prefeituras para transformação de unidades: 25 - Porto Ferreira, Atibaia, Nova Odessa, Ribeirão Pires, Serra Negra, São Sebastião, Bastos, Pirangi, Vargem Grande do Sul, Jaboticabal, Piquete, Itapevi, Embu das Artes, São Caetano do Sul, Barueri, Itatinga, Valinhos, Amparo, Conchal, Ibaté, Amparo, Itatiba, Pedreira, Rancharia e Neves Paulista. Unidades de Atendimento. Contratos concluídos: 08 - construção da guarita elevada e pavimentação na Entrada Rua Prates da Unidade Armênia; reparação do arquivo na Vila Formosa; reparação para devolução dos imóveis das Unidades de Araçatuba, Adamantina e Santa Cruz do Rio Pardo, adequações para obtenção do AVCB das Unidades Santos e Sorocaba, adequação elétrica e instalação de condicionadores de ar tipo split na Unidade São José do Rio Preto. Contratos iniciados: 05 - manutenção do sistema de climatização das Unidades Armênia, Bauru, Franca, Piracicaba e Sorocaba. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros/Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros: 02. Engenharia de Trânsito: 18 projetos de Área de Segurança concluídos, além de demandas diversas de assessoria técnica. Processo Seletivo: Um processo realizado pela parceria Time de Valor entre o Governo do Estado de São Paulo e a Fundação Lemann para o preenchimento de 12 empregos públicos em confiança de Superintendente Regional fetos às Superintendências Regionais de Trânsito da Baixada Santista; Barretos; Campinas II; Região Central; Marília; Presidente Prudente; Registro; Ribeirão Preto; São José do Rio Preto I; São José do Rio Preto II; Sorocaba I; Sorocaba II. A seleção se deu em 4 etapas: (i) inscrição, cadastro de currículo e juntada de documentos comprobatórios; (ii). estudo de caso (vídeo) e teste online; (iii) entrevista por competência; (iv) banca de avaliação presencial e plano de ação. Os resultados estão para ser divulgados. Convênios Firmados com Municípios. Cessão de servidores/estagiário e imóvel/parte de imóvel: 29 - Arealva; Bom Jesus Dos Perdões; Cruzeiro; Duartina; Gastão Vidigal; Guaimbê; Guarani D'oeste; Irapuã; Itapuí; Itaquaquecetuba; Junqueirópolis; Laranjal Paulista; Marinópolis; Mira Estrela; Mongaguá; Monte Alto; Monte Mor; Nova Campina; Nova Europa; Nova Luzitania; Palmital; Paranapuã; Parisi; Quatá; Santa Rita D'oeste; São Sebastião; Taguaí; União Paulista; Valentim Gentil. Cessão de imóvel/parte de imóvel: 07 - Biritiba Mirim; Dois Córregos; Gabriel Monteiro; Juquiá; Pirangi; São José dos Campos; Valinhos. Cessão de servidores/estagiários: 13 - Álvares Florence; Avaré; Boa Esperança do Sul; Botucatu; Clementina; Fernandópolis; Guaratinguetá; Indaiatuba; Itapecerica da Serra; Nhandeara; Pindamonhangaba; São Pedro; Uchôa. Contratos e Compras: Contratos firmados: 72.Contratos negociados para isenção de reajustes/reduções: 26, gerando uma economia mensal aproximada de R$ 411.692,32. Contratos rescindidos: 77, gerando uma economia mensal de R$ 3.154.218,68 e com projeção de economia para 12 meses de R$ 37.850.624,16. Contratos de locação de imóveis negociados: 14, representando aproximadamente 64% dos contratos ativos. Contratos de locação - imóveis entregues: 6, gerando uma economia mensal de aproximadamente R$ 326.733,56. Contrato de Coleta Biométrica: Economia no exercício: R$ 35.000.000,00, em razão da redução de coletas realizadas; Compras: Pregões eletrônicos: 68; Convites eletrônicos - Bec: 46. Serviços Eletrônicos. Novos Serviços on-line: foram disponibilizados 31 novos serviços online que podem ser realizados pelos portais DETRAN-SP, Poupatempo e Aplicativo "Poupatempo Digital", totalizando 74 serviços postos à disposição do cidadão, significando um aumento de 72% em relação à quantidade de serviços disponibilizados em 2019. O portal do DETRAN-SP conta com 15.622.707 usuários cadastrados, mais de 2.3 milhões de novos usuários em relação ao mesmo período do ano passado. Destaque dos serviços implantados. Licenciamento eletrônico - CRLV-e: disponibilizado em maio de 2020, foi responsável pela emissão de mais de 8.9 milhões de licenciamentos, até dezembro; Transferência de Veículos: disponibilizado em maio de 2020, permite que o cidadão consiga dar entrada no serviço eletronicamente. Foram realizadas mais de 2.8 milhões de transferências; Registro de Veículo 0km: disponibilizado em maio de 2020, foi responsável pela emissão de mais de 500 mil CRV's; Primeira Habilitação: permite que o cidadão, no processo de primeira habilitação, aproveite a coleta biométrica do sistema do IIRGD, ou seja, sem a necessidade de comparecer presencialmente à unidade. Desde a sua implantação, em outubro de 2020, foram iniciados mais de 14 mil processos; Adição e Mudança de Categoria: Destinado aos condutores que pretendem iniciar um processo de mudança ou adição de categoria de CNH, tal qual o serviço de primeira habilitação não se faz necessário o comparecimento à unidade DETRAN-SP, quando o cidadão possuir uma coleta biométrica anterior que pode ser reaproveitada. Disponibilizado em outubro de 2020, foram iniciados mais de 19 mil processos; Alteração de dados CNH: permite que alterações como, nome do pai, número do RG, rebaixamento de categoria, alteração de endereço e inclusão da observação "Exerce atividade remunerada" sejam realizadas sem que o cidadão precise ir à unidade. Desde a sua implantação, em outubro de 2020, mais de 30 mil atualizações foram realizadas sem a necessidade do atendimento presencial; Inicio de cumprimento da penalidade de Suspensão de CNH: implantado em dezembro de 2020, permite que o cidadão com CNH em condição de suspensão inicie o cumprimento da penalidade imposta sem a entrega do documento físico; Aplicativos: são oferecidos três aplicativos gratuitos para *tablets* e *smartphones*, com funcionalidades como consulta de pontos, consulta de dados do veículo/resumo de multas, detalhes de multas, pesquisa de débitos e restrições de veículos, solicitação de 2ª via de CNH, acompanhamento de 2ª via de CNH, acesso a simulado de prova teórica para habilitação. Até outubro de 2020 foram realizados 3.1 milhões de downloads; Visualizações de páginas pelo Portal e aplicativo Detran.SP: mais de 199 milhões até outubro de 2020; Simulador de provas teóricas: realizados pelo portal do DETRAN-SP ou aplicativo, foi responsável pela realização de 7.5 milhões de simulados, até outubro de 2020; Agendamento: em razão da pandemia da COVID-19, as unidades do DETRAN-SP permaneceram fechadas de 23 de março à 18 de agosto de 2020. Para retomada dos atendimentos presenciais e cientes da necessidade de se evitar aglomerações de pessoas, expandiu-se o agendamento eletrônico para todas as unidades da autarquia. Avaliação do Atendimento: mais de 95% dos cidadãos atendidos consideraram o atendimento do DETRAN-SP ótimo ou bom. Canais de Comunicação com o Cidadão: Os canais eletrônicos de comunicação e relacionamento com o cidadão permitiram que o DETRAN-SP conhecesse melhor as necessidades de seus diferentes públicos, facilitando o acesso a informações e serviços. Além da Ouvidoria, conta-se com canal eletrônico de relacionamento com a população, o Fale com o Detran.SP (atendimento por e-mail). Atua por meio de central de atendimento com capacidade de solucionar problemas, esclarecer dúvidas e informar sobre a emissão de documentos, prazos e taxas; além de receber sugestões de melhoria. Fale com o Detran.SP: mais de 577 mil usuários atendidos até outubro de 2020, correspondendo a mais de 277% dos atendimentos do mesmo período de 2019. Desde setembro está em desenvolvimento inteligência artificial com a base de conhecimento necessária para responder às demandas. Em fase de testes, chegou a responder mais de 3.7 mil atendimentos. Central de Relacionamento ao Credenciado: iniciado em agosto de 2020, foi responsável por 18 mil atendimentos. Mensagens: com o objetivo de estreitar o relacionamento com o cidadão, são encaminhadas mensagens eletrônicas, como alertas sobre data de licenciamento e vencimento da CNH, aplicação de multas e pontuação, acompanhamento de entrega de documentos pelos Correios, instauração de processo de suspensão de CNH, além de pesquisas de opinião. Foram encaminhadas: • pela caixa postal do portal (mensageria): 9.2 milhões; pelo aplicativo Detran.SP (mensagens *push*): 12.4 milhões; por SMS: 8.7 milhões; por Franqueamento Autorizado de Cartas: 2.4 milhões. Serviço de Informações ao Cidadão - SIC: 2.557 solicitações respondidas - fornece informações institucionais do DETRAN-SP, conforme Decreto nº 58.052/2012, como dados estatísticos, dados sobre contratos, repasses financeiros dentre outro. É disponibilizado o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC para atendimento às solicitações. Ouvidoria: Manifestações recebidas: 39.949; Manifestações respondidas: 39.949; Auditoria Interna: Exercendo a função de auditoria operacional, tem como principais atividades a inspeção em Unidades de Trânsito, com o objetivo de analisar a conformidade de procedimentos coletar e sopesar dados e informações imprescindíveis à gestão da autarquia e articulação com a Ouvidoria do DETRAN-SP, a partir de denúncias recebidas por ela e por outros canais de contato com o cidadão. Nesse sentido, realiza análise preliminar dos fatos, planeja inspeções, compartilha dados com Comissões de Apurações Preliminares da sede e Superintendências Regionais de Trânsito, bem como com a Corregedoria Geral da Administração - CGA e Procuradoria Geral do Estado - PGE. Foram realizadas ações conjuntas com a Polícia Judiciária, monitoramentos sistêmicos (Sistema SIM; Mainframe PRODESP; e-Vistoria; e-CNH), averiguação de denúncias envolvendo a realização de exames práticos de direção veicular, Unidades de Atendimento e Pátios de Veículos. Fiscalizações realizadas: 06(Exames práticos de direção veicular - Aricanduva, Diadema e Santos; Pátios municipais - Diadema, Caieiras e Casa Branca; Unidades visitadas: 02 - Armênia e Sorocaba. Leilão e leiloeiros: 04 acompanhamentos de sorteios de lotes de veículos para leilão e respectivos leiloeiros. Apreensões de documentos: 02, nas unidades de atendimento de Hortolândia e Aricanduva. Prisão em flagrante de servidor: 01 acompanhamento na unidade de atendimento de São Vicente. Atuação em reuniões para automação dos serviços do Detran-SP na modalidade online. Busca e apreensão criminal: 01 acompanhamento na sede. Boletim de Ocorrência: 04 instaurados - Capital, São Vicente, Hortolândia, Ibitinga. Sistemas - Redes, Infraestrutura e Suporte: Solução de telefonia IP: diante da necessidade de substituir o atual contrato de telefonia IP que se encerrou em fevereiro de 2020, foi elaborado um estudo técnico incluindo pesquisas de mercado para um comparativo com o serviço de telefonia IP do INTRAGOV VOIP. Após manifestação favorável da PRODESP e aprovado Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC foi realizado processo licitatório e contratação de Sistema de Telefonia IP. Ao final do processo licitatório, obtivemos uma redução de aproximadamente 50%, tendo em vista o período de vigência de 60 meses. Sistema de Gestão de Atendimento e Agendamento: contrato iniciado em 2017, o Sistema de Gestão de Atendimento e Agendamento (SGAA) chegou a ser implantado em mais de 230 unidades. Atualmente esta quantidade vem sendo reduzida gradualmente devido a necessidade de substituição pela solução do POUPAFILA da Prodesp, motivada pelo processo de integração do atendimento do DETRAN-SP com o Poupatempo. Controlador de Domínio AD (*Active Directory*) e servidor de arquivo da nuvem PRODESP: foi dada continuidade e aprimorado o nível de maturidade de segurança do parque de informática conquistado pelo DETRAN-SP no ano anterior, por meio de Servidores Controladores de Domínio – AD (*Active Directory*), administrado pela Prodesp. O AD hoje está presente em 144 unidades, inclusive, na sede do DETRAN-SP e nas Superintendências Regionais de Trânsito. São gerenciados atualmente 3.850 estações e 8.359 usuários, sendo que desses 900 utilizam o cartão e-CPF como segundo fator de autenticação. Continua disponível aos servidores das unidades atendidas pelo AD, entre outros recursos, o Servidor de Arquivos (File Server) na Nuvem Privada da Prodesp, permitindo mais controle e segurança no processo de salvamento e compartilhamento de arquivos.

Antes isso era feito de forma apenas local, por tanto de forma pouco segura e estruturada e sem backup. Programa Sem Papel: no DETRAN-SP o Sistema foi implantado em agosto de 2020. Conta atualmente com 5.800 usuários, distribuídos em 671 unidades. Teletrabalho e Cessão de Computadores a Servidores em regime de Comodato: por conta da pandemia do Coronavírus, servidores dos grupos de risco foram autorizados a realizar suas atividades de suas residências. Cerca de 500 contas VPN foram disponibilizadas aos servidores que tinham necessidade de acessar os sistemas transacionais. Paralelamente, foram disponibilizados computadores, em regime de comodato, para parte dos servidores que não possuíam tal equipamento para realizar suas atividades de teletrabalho. Office 365: por conta da suspensão das atividades presenciais, Decreto Estadual 64.881/20, e a necessidade de realização teletrabalho, foram disponibilizadas mais de 2.500 contas de Office 365 (Word, Excel, Power Point, OneDrive, Teams, entre outros) para os colaboradores da Autarquia. Entre os diversos ganhos, da disponibilização de tal plataforma de colaboração, podemos destacar o aumento de produtividade advindo das reuniões, que na maioria das vezes, passaram a ser realizadas de forma remota, por meio da ferramenta *Teams*. Na área específica de Habilitação. adequação dos sistemas para o período da pandemia: redução da quantidade de agendamentos de candidatos/condutores para exames médicos e psicólogos, implantação de limite de alunos nas salas de aulas presenciais dos Centro de Formação de Condutores - CFCs, redução da grade de agendamentos dos serviços presenciais nas unidades do DETRAN-SP; Registro Nacional de Condutores Habilitados - RENACH de 1ª habilitação na versão eletrônica: implantação e operação deste serviço via portal DETRAN-SP, no qual o próprio cidadão pela internet tem a prerrogativa de gerar o principal documento do serviço de habilitação a ser executado por esta autarquia; RENACH de adição/mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH na versão eletrônica: elaboração do documento com os requisitos operacionais e tecnológicos para o desenvolvimento de sistema objetivando permitir ao condutor, devidamente habilitado e registrado no estado de SP, solicite este serviço na versão eletrônica no portal DETRAN-SP; RENACH de reabilitação de condutor cassado na versão eletrônica: em desenvolvimento este novo serviço, no qual o respectivo condutor na condição cassado, solicitará via portal DETRAN-SP, o processo de reabilitação da sua CNH e o sistema executará as consistências, validações e as atividades previstas para a reabilitação do condutor em questão; aplicação presencial de prova teórica de 1ª habilitação na modalidade eletrônica nos CFCs: implantação de sistema da prova teórica de 1ª habilitação em salas devidamente equipadas com computadores e demais dispositivos (Portaria DETRAN-SP 101/16) em CFCs com credenciamento regular e ativo; renovação simplificada com a observação "Exerce Atividade Remunerada" - EAR e exceção digital: melhorias no serviço eletrônico permitindo a inclusão ou remoção do exerce atividade remunerada na CNH e executando as devidas consistências e validações quanto ao registro de exceção digital do condutor, impedindo a realização do serviço na versão eletrônica e informando ao condutor para comparecer em unidade/posto de atendimento; Código de Segurança da CNH Digital via portal DETRAN-SP: implantação deste novo serviço para informação e orientação do condutor na ativação da versão digital do documento de habilitação no celular; Deliberação 189/20 do CONTRAN - Sistema de aulas teóricas remotas - virtuais: implantação de novo sistema de aulas teóricas do processo de 1ª habilitação na modalidade Ensino Presencial Conectado - EPC através do cadastramento de empresas com soluções tecnológicas nesta modalidade de curso, com a participação dos CFCs credenciados. Melhorias na funcionalidade de gestão e análise dos registros de aulas teóricas remotas em contingência pela equipe do DETRAN-SP; Deliberação 185/20 20 do CONTRAN: adequação dos sistemas de habilitação para alterar o prazo de validade dos RENACHs nos processos de habilitação para 18 meses consecutivos a contar da data de criação do referido registro; Portaria 195/20 do CONTRAN: adequação dos sistemas de habilitação para tirar a temporalidade de validade do RENACH nos processos de habilitação; Resolução 789/20 do CONTRAN: adequação dos sistemas de habilitação para retirar a exigência/obrigatoriedade do curso teórico e prova teórica de reciclagem nos processos de reabilitação de condutores cassados por motivo administrativo; Resolução 782/20 e Deliberação 185/20, ambas do CONTRAN: adequação do sistema para retirar o prazo de validade dos certificados dos cursos especializados ou de atualização; Resolução 778/19 do CONTRAN: ajustes específicos do sistema da resolução nos itens referentes às aulas do simulador (quantidade mínima e substituição das aulas práticas) e exames médicos / avaliações psicológicas; Resolução 723/18 do CONTRAN - desbloqueio automático: automação da rotina de desbloqueio da CNH após cumprimento da penalidade de Suspensão do Direito de Dirigir; Na área específica de Veículos. Módulo de estampagem: implantação deste novo módulo de gestão das estampagens de Placas de Identificação Veicular - PIV executadas pelas empresas credenciadas, com vistas ao melhor controle da arrecadação dos valores do serviço pela equipe de veículos do DETRAN-SP; envio eletrônico de documentos digitalizados dos processos de veículos: liberação de funcionalidade e recurso no Sistema de Gerenciamento dos Serviços de Cadastro de Registro de Veículos - e-CRVsp que permite a despachantes o envio de documentos e respectiva gestão eletrônica pelos servidores do DETRAN-SP. Os serviços contemplados são: registro de veículo 0km, transferência de propriedade dentro do mesmo município, transferência de propriedade/localidade entre municípios, 2ª via do CRV e transferência de município/UF; transferência de propriedade de veículos via portal DETRAN-SP: melhoria deste serviço permitindo a execução da transferência solicitada através de validações e consistências quando o veículo transferido conter registro de bloqueio por óbito; automação do registro de veículo 0km: integração de sistemas do DETRAN-SP e da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo para as consistências e validações de informações presentes na nota fiscal eletrônica (NFe) de compra do veículo e cálculo automático dos valores de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Seguro Obrigatório por Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres - DPVAT; PIV no modelo Mercosul: implantação e início da operação das placa no novo modelo Mercosul no estado em 30.01.20; Deliberação 180/19 do CONTRAN - CRLV eletrônico: adequação dos sistemas de veículos para o reconhecimento deste modelo de documento, como a respectiva impressão em papel comum, tipo A4, em qualquer impressora. Neste serviço, o proprietário do veículo poderá solicitar o licenciamento via portal DETRAN-SP e o serviço será devidamente reconhecido e executado pelos sistemas da autarquia; Portaria DETRAN-SP 125/20: automação do bloqueio de licenciamento de veículos da categoria aluguel em razão da falta de atualização da autorização de concessão junto ao poder público; Serviços prorrogados junto à PRODESP: 12 (gerenciamento do sistema de prova eletrônica; manutenção de solução de sistemas de informação (*Business Intelligence* - BI); Sistema de Administração de Materiais (SAM); customização do Sistema Integrado de Multas - SIM; gerenciamento de antivírus; gerenciamento do Sistema de Gestão de Satisfação do Cidadão - SGMC; manutenção do sistema SGMC; Sistema de Gestão Integrada de Processo – GIP; gerenciamento do Sistema e-vistoria; manutenção do Portal Intranet do DETRAN-SP; envio de SMS; manutenção e gerenciamento para o Portal Institucional de Serviços do DETRAN-SP). Serviços novos contratados junto à PRODESP: 07 (desenvolvimento e manutenção de sistemas; tratamento de dados; inteligência de negócios em nuvem; infraestrutura, rede e suporte; Sistema de controle de multas; ambiente computacional; plataforma de colaboração e produtividade.). Emissão de Documentos: 25.080.502 (Certificado de Registro de Licenciamento (CRLV):18.037.615; Certificado de Registro do Veículo (CRV): 4.533.191: Carteira Nacional de Habilitação (CNH):2.509.696). Habilitação. Automatização de serviços: cadastro de primeira habilitação via Portal/App; solicitação de segunda via com inclusão de EAR via Portal/APP; abertura de processo de adição/mudança de categoria de CNH via Portal/APP; renúncia e início de cumprimento de penalidade de Suspensão do Direito de Dirigir via Portal/APP.). Julgamento de Defesa Prévia - até outubro de 2020. Suspensão do Direito de Dirigir motivos diversos: defesas cadastradas: 1.619; defesas deferidas: 1.220; defesas indeferidas: 33.099 até outubro de 2020; Suspensão do direito de dirigir motivos alcoolemia: defesas cadastradas: 1.866; defesas deferidas: 31; defesas indeferidas: 3.686; Cassação do Documento de Habilitação motivos diversos: defesas cadastradas: 5.737; defesas deferidas: 88; defesas indeferidas: 6.402; Cassação do Documento de Habilitação motivo alcoolemia: defesas cadastradas: 28; defesas deferidas: 0; defesas indeferidas: 30. Julgamento de Indicação de Condutores de Veículos responsáveis por infração de trânsito - até novembro de 2020: indicações cadastradas: 16.629; indicações julgadas: 16.468. Serviços e Suporte do e-CPF - até junho de 2020: kits fornecidos: 112; cartões fornecidos: 26; revalidações feitas:290. Descentralização de transações no sistema *(main frame*) às unidades de atendimento: algumas transações de caráter operacional, sem a sensibilidade própria de suporte, anteriormente liberadas e executadas apenas pelo Suporte de Condutores foram disponibilizadas através de demanda à Prodesp para que as Unidades de Atendimento tenham mais autonomia para resolução de problemas. Solicitações para criação de demandas em Sistemas: 50 para correções, melhorias e atualizações de regras de negócio para cumprimento da legislação. Regulamentação de processos internos: elaboração de diretrizes para uniformização e apoio à tomada de decisões das Superintendências Regionais de Trânsito, diante das fases do Plano São Paulo. Renovação simplificada: possibilidade de o próprio condutor renovar sua CNH pelo portal do DETRAN-SP, sem precisar ir a uma unidade de atendimento. Implantação da Divisão Equitativa na Capital (atendimento à Lei estadual 16.658/2018): distribuição dos exames periciais de forma equitativa, imparcial e aleatória, por meio de sistema de distribuição eletrônico. Adequação de sistemas para atendimento à Resolução 783/2020 do CONTRAN: possibilidade de realização das aulas técnico-teóricas do curso de formação de condutores na modalidade de ensino remoto. Solicitações de alterações de sistemas: correções, melhorias e atualizações de regras de sistema para cumprimento da legislação aplicável à habilitação de condutores. Elaboração de declarações, pareceres e informações diversas: atendimento de solicitações de informações e pedidos de órgãos e entidades do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público, da Receita Federal, entre outros. Expedição de Comunicados Diretorias de Habilitação - DH: Comunicados diversos que, em decorrência da pandemia de Covid-19, trataram da prorrogação de prazos relativos a processos, procedimentos e adequações das atividades realizadas por credenciados, CFCs, médicos e psicólogos. Credenciamento: 8.711 (Centro de Formação de Condutores – CFC: 3.388; Médico: 2.070; Psicólogo: 2.252; Examinador de Trânsito: 1.001). Processos administrativos instaurados por irregularidades e ilegalidades cometidas: 120. Candidatos à habilitação e habilitados. processos administrativos instaurados para apuração de irregularidades em processo de habilitação de candidatos e habilitados instaurados: 3.732; registro de condutores cancelados registros por irregularidade no processo de habilitação: 4.700; requerimentos de regularização/cancelamento de registro de condutores: 1.308; cumprimento de decisões judiciais: 7.132; prestação de subsídios em processos judiciais: 1.139; ofícios expedidos: 3.000; relatórios de fiscalização analisados: 1.308; Suspensão de CNH referente ao art. 160 do CTB: 1.200; instauração de processo condutores hospedeiros: 19; criação do e-mail núcleofiscalizacao.covid19@detran.sp.gov.br: para solicitação e fornecimento de vistas de processos administrativos durante a pandemia, o que possibilitou a continuidade dos serviços do setor, pois, conforme Decreto nº 64.917 de 0304.20, esse tipo de processo não teve seu prazo suspenso durante a quarentena; desenvolvimento do módulo Demanda Judicial no SIM para maior segurança, transparência e agilidade no cumprimento das ordens judiciais. Aguarda-se implantação; centralização do cumprimento das suspensões judiciais de CNH por crime de trânsito no módulo Demanda Judicial e dispensa da entrega física do documento de habilitação para início do cumprimento da penalidade de Suspensão do Direito de Dirigir - Portaria DETRAN-SP nº 186/2020, de 05.10.20; centralização da prestação de subsídios em processos judiciais de todo o Estado no módulo Demanda Judicial, quando o objeto da ação for a Resolução 723/18 do CONTRAN, visando identificar o cumprimento do seu art. 16 e concessão da autotutela para celeridade dos processos; solicitação de desenvolvimento de sistema para instauração de processos administrativos por irregularidade, atualmente feita de forma manual. Objetiva-se maior celeridade e transparência nos processos e menos questões judicializadas; requerimento de Regularização de Prontuário através do portal da autarquia para maior eficiência do serviço. Registro Nacional de Condutores Habilitados - RENACH - O Setor RENACH - responsável por enviar e receber documentos e informações de outros Estados da Federação, relativos aos processos que envolvem o sistema federal RENACH. autorização Serpro: 5.984 - solicitações de autorização para alteração de dados pessoais e documento de estrangeiro (RNE), inclusive vindas de unidades e demais setores, visto que o acesso, pela base Federal, é exclusivo ao Setor RENACH; protocolos físicos: 498 - assuntos diversos relacionados a outros Estados; exclusão de RENACH de outro Estado: 839; Prontuário Geral Único- PGU de outro Estado: 403; autorização de CNH Espanhola/Italiana: 77; CNH apreendida de outro Estado: 300; duplicidade de CPF com o de outro Estado; transferência de candidatos e condutores (retornos e críticas do sistema); atualização do cadastro de candidatos e condutores: 4.891; condutor suspenso em outro Estado (bloqueios/penalidades): 3.818; ofícios enviados ao Denatran - serviços relacionados a alteração na base Federal que precisam de encaminhamento de ofício; demandas judiciais: 69 - mandado de segurança; ferramenta da base Federal - RENACH Web: 520 - exclusiva do Setor RENACH, nela são concluídos concluímos diversos serviços, como: rebaixamento de categoria, retorno à categoria, alteração de bloqueio, código de segurança, exclusão de PGU indevido, validação facial, alteração do tipo de bloqueio e validade da CNH; acesso Portal Denatran: o setor tem acesso diferenciado para alguns serviços, como: quantitativo das emissões de CNH digital e CRLV digital por Estado, desde 2017. Demandas via SGMC. Pontuação: 6.690 respondidas a respeito de 13 serviços; exclusões de RENACH recebidas: 3.610; procedentes e atendidas: 1.980; tripulante de aeronave: recebidas: 130; procedentes e atendidas: 70; registro de habilitação estrangeira. Recebidas: 2.670; procedentes e atendidas: 1.800. Demandas via e-mail: e-mails gerais respondidos: 5.748; rebaixamento de categoria de CNH: 14.809 - até a implantação via Mobile e Portal - recebidas e direcionadas às unidades de registro do prontuário de habilitação do condutor - de junho até outubro 2020; PGU assuntos diversos: 1.849. Veículos. Empresas estampadoras de Placas de Identificação Veicular - PIV em atenção à Resolução nº 780, de 26.06.19 do CONTRAN (Portarias expedidas). Portaria DETRAN-SP nº 11, de 09 de janeiro de 2020. Dispõe sobre o credenciamento de empresas para prestação de serviço de estampagem de placas de identificação veicula, obrigações e penalidades concernentes à realização da atividade; Portaria DETRAN-SP nº 41, de 25 de janeiro de 2020. Estabelece normas pertinentes ao acesso e à transmissão eletrônica ao DETRAN-SP de dados destinados ao processamento de autorização e controle da estampagem das placas de identificação

veicular. Cria preço público de UFESPS 0,85) por transação, para custear gastos com o desenvolvimento, manutenção e tratamento de dados encaminhados pelas empresas credenciadas; Educação para o Trânsito. Programa "Clube do Bem-te-vi": programa permanente de educação para o trânsito coordenado e desenvolvido pelo DETRAN-SP, em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP. O Público-alvo são as crianças matriculadas no ensino fundamental. Atendidos: 57 estabelecimentos de ensino em 7 municípios, 306 professores e 9.577 alunos educados; Aplicativo "Clube do Bem-te-vi": foram disponibilizados novos conteúdos e desenvolvidos de novos games, promovendo a educação para o trânsito de forma lúdica. Mais de 6.400 downloads. Programa Criança Segura: através de parceria com a OSCIP Criança Segura SAFE KIDS Brasil, foi desenvolvido o projeto Criança Segura no Trânsito Online para promover a prevenção de acidentes com crianças e adolescentes até 14 anos. O programa esteve presente em 6 municípios, capacitando 126 multiplicadores e alcançando aproximadamente 15.000 alunos. Programa Cidadania em Movimento: trabalha a violência no trânsito como fenômeno global levando à realidade local com a dinâmica dos acidentes de trânsito, neurotraumas e incapacitação física. Em 2020 foram capacitados pelo programa 128 professores do ensino médio. Programa Mobilidade Ativa (MOBA): trata de ação socioeducativa, por meio da conjunção de esforços entre os partícipes, sociedade civil organizada, cidadãos, associações, escolas, universidades e empresas enquanto compromisso de promover a cidadania, como parte da formação educacional, reconhecendo a importância maior do tema trânsito para a defesa do direito à vida. Foram realizadas em 2020 aproximadamente 100 ações educativas impactando diretamente mais de 300.000 cidadãos paulista em 32 municípios. Maio Amarelo: movimento da ONU que nasce com uma só proposta, chamar atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Em 2020 foram impactados mais de 526.000 cidadãos. Semana Nacional de Trânsito (SNT): é comemorada anualmente no período entre 18 e 25 de setembro. Está prevista no artigo 326 do CTB. O tema de 2020 foi "Perceba o Risco, Proteja a Vida". O DETRAN-SP promoveu diversas ações voltadas à conscientização, ao amplo debate das responsabilidades de cada cidadão dentro de seu contexto no trânsito. Foram impactadas 22.000.000 pessoas. Programa Educação Viária é Vital: desenvolvido em parceria com a Fundacíon Maphre, atua diretamente com os educadores da rede municipal, fomentando a realização de projetos que favoreçam práticas de convivência harmoniosa no trânsito. Esteve em 3 municípios, com a participação de 78 professores e 1.326 alunos, realizando 67 projetos. Escola Pública de Trânsito. Gestão de provas impressas e revisão do conteúdo simulado da prova teórica: 340.000 candidatos diretamente impactados. Atualizações e produções: atualização do Tutorial de Exame de Baliza e de dados do Manual de Habilitação; produção do Manual Operacional do Núcleo de Formação de Funcionários e Parceiros e do Manual Operacional do Núcleo de Qualidade da Formação de Condutores e Profissionais do Trânsito. modelagem e desenvolvimento dos Cursos Técnico de Atendimento, Técnico de Habilitação, Técnico de Veículos e Técnico de Fiscalização: 833.000 cidadãos impactados por meio desses recursos. Gestão da intranet do DETRAN-SP: 3.750 servidores e empregados públicos e parceiros diretamente impactados. Formação de servidores, parceiros e profissionais do trânsito: 2.972 pessoas diretamente impactadas. Certificados e registros de formação especializada expedidos para profissionais do trânsito: 77.767. Programa de Atualização e Reeducação de Condutor-Infrator: organizado por meio de conteúdo didático-pedagógico permanentemente atualizado com fins de aplicação em projeto de ensino e pesquisa, é gratuito e executado na modalidade semipresencial - 4.448 condutores infratores diretamente impactados. Programa de Atenção à Acessibilidade: O programa realiza anualmente o curso de LIBRAS destinado à formação de funcionários e de parceiros institucionais, como médicos e psicólogos - 303 pessoas diretamente impactadas. Editoração e produção de mídias educacionais: o desenvolvimento e a homologação de materiais envolvem a participação de técnicos e especialistas na área de mobilidade urbana e trânsito. Programa TELC: a crescente necessidade de adoção de padrões éticos para adequar-se às mudanças trazidas pela Lei 12.846/2013 contribuiu para que o DETRAN-SP iniciasse o desenvolvimento do Código de Ética no ano de 2013 e, mais recentemente, para a criação de um programa de compliance intitulado Programa TELC, cuja sigla significa transparência, ética, legalidade e compliance. Cerca de 318 servidores e parceiros diretamente impactados. Fiscalização de Trânsito - até 31.10.2020: Diligências realizadas: 4.381; Veículos fiscalizados: 2.650; Autos de infrações de trânsito lavrados: 6.926; Veículos clonados apreendidos: 303; Veículos com placas adulteradas apreendidos: 6; Veículos retirados de circulação - infrator contumaz: 184 veículos, cujos valores somados de multas ultrapassaram R$ 107 milhões; Defesas de autuação analisadas e julgadas: 15.519 (deferidas: 2.046; indeferidas: 13.473). Solicitações de aplicação da penalidade de "advertência por escrito" analisadas e julgadas: 627 (deferidas: 57; indeferidas: 570). Operação Direção Segura Integrada (ODSI): o programa prevê a atuação de equipes do DETRAN-SP em todas as regiões do Estado de São Paulo, para a coordenação e desenvolvimento de atividades integradas com as Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, com o objetivo de prevenir e reprimir a prática de infrações de trânsito, voltadas especificamente à direção sob influência de álcool. Em 2020, a ODSI foi suspensa em março por conta da Covid19 e as ações não retornaram até a presente data. Foram obtidos os seguintes resultados: Operações realizadas:55; Veículos fiscalizados: 15.067: Infrações de alcoolemia constatadas: 705; Crimes de trânsito constatados:35. Talonário Eletrônico: começou a ser utilizado, em caráter experimental, por um grupo pequeno de policiais militares do Comando de Policiamento de Trânsito, a partir de setembro de 2020. Até o momento foram lavrados 6.671 autos de infração de trânsito. Pátios Municipalizados: O DETRAN-SP vem regularizando a prestação dos serviços de remoção, guarda e depósito de veículos fiscalizados no trânsito do Estado de São Paulo, não somente através da realização de licitação pública, mas principalmente com a celebração de convênio de municipalização de pátios. O convênio de municipalização de pátios prevê a delegação de competência do Estado de São Paulo em remover e guardar veículos por infração de trânsito a municípios, sendo que o leilão dos veículos permanece sob a competência do Estado. Convênios celebrados: 14 - municípios de Agudos, Boituva, Borebi, Botucatu, Cajati, Cananeia, Garça, Hortolândia, Jacupiranga, Lins, Lençóis Paulista, Pariquera–Açu, Peruíbe e Pirajuí. Convênios prontos para celebração: 61.Pátios Licitados. Durante o ano de 2020, os 9 contratos vigentes referentes à prestação de serviços de remoção, guarda e depósito de veículos fiscalizados por infração de trânsito em diferentes localidades venceram e novos processos licitatórios foram iniciados. Pátios licitados: 24 - Adamantina; Aguaí; Caçapava; Cordeirópolis; Dracena; Engenheiro Coelho; Iracemápolis; Itanhaém; Itariri; Jacareí; Jaú; Limeira; Mongaguá; Pedro de Toledo; Peruíbe; Porto Primavera; Presidente Prudente; Rancharia; Santa Gertrudes; São José do Rio Preto e entorno; São José dos Campos; São Paulo; Taubaté; Teodoro Sampaio. Credenciamento De Leiloeiros: Regulamentação. Portaria DETRAN-SP nº 275, de 15 de outubro de 2019. Disciplina o sorteio e designação de leiloeiros oficiais para a realização dos leilões dos veículos removidos ou recolhidos a qualquer título, em função de penalidade aplicada ou medida administrativa por infração à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, até que sejam editadas novas regras regulamentares; Portaria DETRAN-SP Nº 285, de 23 de outubro de 2019. Institui chamamento público para a abertura de credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de hasta pública de veículos removidos por infração à legislação de trânsito; Chamamento Público DETF nº 001/2019: para o credenciamento de leiloeiros oficiais interessados em realizar hastas públicas de veículos removidos por infração de trânsito e não retirados por seus proprietários no prazo legal. Leilões De Veículos: Leilões realizados: 80, até 04.12.20; Veículos leiloados: 40.000. Atendimento Ao Público: A Gerência de Pátios e Leilões cessou o atendimento presencial e passou a tratar por meios eletrônicos as questões referentes a hastas públicas, como bloqueios registrados nos cadastros dos veículos, desvinculação de débitos (multas e IPVA), baixa permanente, comunicação aos órgãos autuadores sobre eventuais débitos indevidamente lançados, expedição de ofícios e questões referentes a remoções de veículos, como localização do veículo, interlocução com os prestadores de serviços, inclusive para cumprimento de ordem judicial sobre retirada de veículo removido por infração de trânsito. Programa Respeito À Vida: A mobilidade segura é uma das prioridades do Governo do Estado. Por esse motivo, o Programa Respeito à Vida foi criado para atuar na viabilização de ações com foco na redução de acidentes e fatalidades de trânsito. Convênios celebrados: 08 convênios - Águas de Lindóia, Guaíra, Guararema, Iguape, Itatinga, Nazaré Paulista, Nova Odessa e São Pedro. Valor conveniado: R$ 3.134.015,38, até 07.12.20; Recursos repassados: R$ 15.089.267,65, 07.12.20 - no âmbito do Programa, bem como do Programa Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, por ele sucedido -, aos municípios: São Carlos, Americana, Bauru, Birigui, Campinas, Embu das Artes, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Limeira, Mogi Guaçu, Presidente Prudente, Ribeirão Pires, Salto, Santos, São Vicente, Bebedouro, Caçapava, Ibitinga, Indaiatuba, Itapira, Itatiba, Lins, Mairiporã, Mogi Mirim, Monte Alto, Olímpia, Sertãozinho, Taboão da Serra, Casa Branca, Guariba, Rifaina, Capivari, José Bonifácio, Altinópolis, Bocaina, Cesário Lange, Potim e Viradouro. Juntas Administrativas De Recursos De Infração – JARI. Recursos cadastrados: multas diversas: 9.874; multa alcoolemia: 2.709; aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir: 24.128; aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por alcoolemia: 4.361, sendo julgados 46 deferidos e 4.861 indeferidos; aplicação da penalidade de cassação de CNH: 11.507, 56 deferidos e 13.705 indeferidos; cassação de CNH por alcoolemia: 65, sendo julgados 0 deferido e 91 indeferidos. Recursos julgados multas diversas: 2.148 deferidos e 10.122 indeferidos; multa alcoolemia: 40 deferidos e 2.992 indeferidos; aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir: 741 deferidos e 28.862 indeferidos; aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir por alcoolemia: 46 deferidos e 4.861 indeferidos; aplicação da penalidade de cassação de CNH: 56 deferidos e 13.705 indeferidos; cassação de CNH por alcoolemia: 0 deferido e 91 indeferidos. Conselho Estadual De Trânsito Do Estado De São Paulo - CETRAN-SP: Tendo em vista o Decreto nº 64.881 de 22 de março de 2020, que decretou a quarentena no Estado de São Paulo em função da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) o CETRAN-SP realizou sessão de deliberação e julgamento utilizando a plataforma ZOOM Meetings em 30 de março de 2020. Nesta oportunidade encaminharam para análise e deliberação o novo regimento interno do Colegiado, com previsão expressa para os julgamentos na modalidade virtual. Em 28 de abril de 2020, utilizando a plataforma ZOOM Meetings, o CETRAN-SP transmitiu, ao vivo, pelo canal do Colegiado no YouTube, a primeira sessão de julgamentos de trânsito de todo o país, oportunidade em que foi aprovado o novo regimento interno, publicado na imprensa oficial, a Resolução nº 01/2020 do CETRAN-SP. As sessões de julgamento têm sido transmitidas ao vivo pelo canal do CETRAN-SP no Youtube. Até o momento contaram com mais de 10.534 visualizações e 976 inscritos no canal. Recursos apreciados enquanto instância julgadora: 83.077 (recursos multas de trânsito: 74.608; recursos penalidade Suspensão do Direito de Dirigir: 7.302 - até 31.07.2020; recursos penalidade Cassação da Carteira Nacional de Habilitação: 867 - até 31.07.2020

Fundo Social de São Paulo – FUSSP. O Fundo Social de São Paulo (FUSSP) tem a missão de desenvolver programas e projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população do Estado de São Paulo, exercitando a solidariedade educativa e criando programas e ações sociais visando ao resgate da dignidade humana, à qualificação profissional, à geração de renda e emprego. Para tanto, são articuladas ações e parcerias com os Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios (FSSM), entidades de fins não econômicos, sociedade civil, iniciativa privada e órgãos da Administração Pública Estadual. O ano de 2020 foi marcado pela insurgência da pandemia do coronavírus (Covid-19), que resultou na suspensão de alguns projetos deste órgão, especialmente aqueles relacionados com o Programa das Escolas de Qualificação Profissional, que envolvem o atendimento presencial e aglomeração de pessoas, e que, por conseguinte, dificultam o distanciamento social, tão necessário ao enfrentamento do vírus. Por outro lado, em razão da pandemia, intensificaram-se significativamente o recebimento e distribuição de doações recursos materiais, como por exemplo produtos alimentícios, de higiene e limpeza, destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, às entidades sociais e aos Fundos Municipais. Além disso, o FUSSP atuou como propulsor da campanha de arrecadação de recursos financeiros para serem utilizados em ações humanitárias no enfrentamento à pandemia do COVID-19, através da plataforma digital São Paulo Mais Humana. Os recursos arrecadados têm sido periodicamente repassados à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), por força da cooperação firmada em 16 de abril de 2020, para a aquisição de cestas de alimentos a serem distribuídas às famílias em situação de extrema pobreza, no âmbito da Ação Alimento Solidário, instituída pelo Decreto n.º 64.938, de 13 de abril de 2020. Outro ponto que merece destaque é o recorde de arrecadação na Campanha do Inverno Solidário, que, em virtude do cenário atual, motivou a doação de cobertores novos para serem distribuídos às pessoas em situação de vulnerabilidade social, entidades sociais e Fundo Municipais, cumprindo seu papel assistencial perante seu público-alvo. Em razão da pandemia do Covid-19, em março de 2020, todas as atividades foram suspensas e estão sendo retomadas em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de São Paulo. Principais ações em 2020. 1. Programa Escola de Qualificação Profissional: O Programa Escola de Qualificação Profissional do FUSSP foi instituído pelo Decreto nº 57.314, de 8 de setembro de 2011, e alterações posteriores, com o objetivo de promover a capacitação de agentes multiplicadores e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, mediante a promoção de cursos em diversas áreas de atuação, como por exemplo: moda, beleza, informática e gastronomia. Em 2020 o Decreto nº 64.758, de 24 de janeiro de 2020, acrescentou os cursos de mecânica e empreendedorismo. Neste ano as atividades realizadas no âmbito do Programa da Escola de Qualificação Profissional foram desenvolvidas na capital e no interior do Estado de São Paulo, mediante a celebração de convênios e parcerias com organizações da sociedade civil e Fundos Municipais. No total, foram qualificadas 1.707 pessoas. Além disso, o FUSSP realizou um chamamento público para selecionar organizações da sociedade civil localizadas na Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, com a finalidade de celebrar termos de colaboração, objetivando a transferência de recursos materiais e financeiros para implantação e desenvolvimento dos projetos Escola de Moda, para qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Foram 61 termos de colaboração firmados. Contudo, a assinatura dos Termos de Colaboração decorrentes do referido edital de chamamento público ocorreu em março de 2020, mês em que houve a decretação do estado de calamidade pública em decorrência da pandemia do Covid-19 o que, por conseguinte,

impediu a execução do projeto pelas organizações da sociedade civil durante o restante do ano. Doações: Ao longo de todo o ano, o FUSSP arrecadou doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas, a fim de distribuí-las a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Para isso, os Fundos Municipais e as OSCs credenciadas exercem papel fundamental, pois em diversas ocasiões são os atores que possibilitam esta ponte entre o Fundo Social e seus beneficiários. Neste sentido, o FUSSP prestou apoio, mediante repasse de recursos materiais diversos, provenientes de doações de empresas e instituições, tendo atendido com doações a 305 FSSM e 1.208 entidades sociais. Ao todo, foram realizados 1.513 atendimentos por meio da distribuição de kits ou doação de bens servíveis (entidades podem receber mais de um atendimento por ano). Casa da Solidariedade - Unidades I, II e III As Casas da Solidariedade eram administradas pelo Instituto Criança Cidadã - ICC, em virtude da celebração de Termo de Colaboração firmado com este FUSSP, em 30/12/2016 e encerrado em 26 de setembro de 2020. A parceria tinha como objeto o desenvolvimento das atividades artísticas, esportivas e educativas, bem como o fornecimento de refeições para crianças e adolescentes no âmbito das Casas da Solidariedade. Até março de 2020, foram atendidas o total de 2.833 crianças e adolescentes, em regime regular e intercalado, considerando as 03 Casas da Solidariedade, conforme tabela abaixo: A partir de 23 de março de 2020, o atendimento às crianças e adolescentes foi suspenso, respeitando o Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção de contágio pelo COVID 19. Com o intuito de melhorar a qualidade de atendimento e aumento na quantidade de atendimento qualificado nas Casas I, II e III, em 13 de agosto de 2020, houve a celebração de convênio entre o FUSSP e a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), objetivando a prestação das atividades culturais, recreativas e de lazer pela SMADS, a retomada das atividades se dará após a celebração das parcerias no âmbito daquela Pasta e a observância das disposições do Plano SP. Espaço de Leitura. O Espaço de Leitura, localizado dentro do Parque "Dr. Fernando Costa" (Água Branca), é uma ação sociocultural e educativa de iniciativa do FUSSP, que oferece aos cidadãos, em especial crianças, o acesso à leitura e proporciona o prazer da leitura por meio da oralidade, da escrita, da observação e da interpretação. Contudo, desde o início da pandemia do novo coronavírus até 02 de novembro de 2020, a ação estava suspensa. Considerando a comunicação de competências entre o FUSSP e a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo – SECEC, que têm como missão a inclusão social e cultural das crianças e adolescentes, por meio de acesso à bens culturais, revelou-se de suma importância celebrar um termo de cooperação entre os órgãos, para que a SECEC passasse a gerenciar o espaço, em caráter transitório, realizando atividades e ações educativas e culturais, na forma presencial e/ou online, de crianças e adolescentes. Atualmente, os órgãos envolvidos estão em tratativas para perpetuar a parceria. O local oferece um acervo variado de aproximadamente 206 (duzentos e seis) exemplares, que podem ser consultados pela população no próprio parque e por grupos de instituições educativas e sociais, constituídos por crianças e adolescentes a serem atendidos pelo Espaço de Leitura. Projeto "Viva Mais" O projeto "Viva Mais", no âmbito do programa estadual "São Paulo Amigo do Idoso", instituído pelo Decreto nº 61.115, de 05/02/2015, sob a coordenação do FUSSP, tem por objetivos a melhoria de qualidade de vida, o incremento da participação comunitária e a integração social do idoso, mediante atividades esportivas, artísticas e culturais, tendo sido desenvolvido por meio do Programa VidAtiva, em parceria com a Secretaria de Esporte que concede auxílio financeiro a idosos, a fim de lhes proporcionar a oportunidade de praticar atividades físicas, esportivas ou de lazer em clubes e academias de ginástica previamente cadastrados. No ano de 2020, foram emitidos mais de 2.500 cartões por mês para os idosos beneficiários do Programa. Campanha Inverno Solidário. É uma iniciativa do FUSSP, em parceria com as Secretarias de Estado, empresários e sociedade civil, que tem como objetivo arrecadar cobertores novos em razão da pandemia, sendo que todas as peças arrecadadas são destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social. O Inverno Solidário arrecadou em 2020 um total de 451.506 cobertores novos, sendo 102.000 arrecadados diretamente pela SABESP, 180.642 arrecadados pelos Municípios participantes e 168.864 arrecadados pela Capital, os quais foram entregues diretamente no depósito do FUSSP. Apenas com a arrecadação do Inverno Solidário ocorrida na Capital, foi possível que o FUSSP atendesse e beneficiasse diretamente mais de 660 associações. A campanha foi lançada em 01 de junho de 2020 e se encerrou em 22 de setembro de 2020. 7. Projeto Solidariedade em Fios. O projeto "Solidariedade em Fios" implementado em outubro de 2017, em parceria com o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" – ICESP, qualificou 36 pessoas nos cursos de confecção de prótese capilar e mega hair, com carga horária de 75 e 12 horas, respectivamente. Em 2020, foram confeccionados 21 produtos durante o curso foram destinados a pacientes em tratamento quimioterápico no ICESP.Outros convênios e Parcerias. Termo de Convênio –1477422/2019: Em 22 de fevereiro de 2020 foi assinado o 1ª Termo de Convênio entre a Secretaria de Governo, através do Fundo Social de São Paulo – FUSSP e o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"-CEETEPS, com vigência de 03 meses, objetivando o oferecimento de 2205 vagas na Região Metropolitana de São Paulo e 2731 vagas e o custo total de R$ 3.997.851,36. Posteriormente, não houve prorrogação do referido convênio, em razão da pandemia do Covid-19. Termo de Convênio 01/2020: Em 07 de janeiro de 2020 foi assinado com a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, visando à conjugação de esforços para seleção, pelo FUSSP, de imóveis destinados à implementação das Praças da Cidadania de Santo André, com prazo de vigência de 24 meses, sem envolver a transferência de recursos financeiros e materiais. Termo de Convênio 02/2020: Em 12 de março de 2020 foi assinado com a Sec. Administração Penitenciária e FUNAP, e a interveniência do CEETEPS, cujo objeto era a implantação de cursos do Programa Escola de Qualificação Profissional nas Penitenciárias, com prazo de vigência de 05 meses, sem envolver repasse de recursos financeiros ou materiais. Termo de Convênio 03/2020: Em 08 de agosto de 2020 foi assinado com a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e Município de São Paulo e o Município de Guarulhos, cujo objeto é a conjugação de esforços para implantação e manutenção da Praça da Cidadania, no Bairro de Pimentas no Município de Guarulhos, em área com 2.946,84 m² devidamente identificada e descrita no referido processo e atualmente integrante da Matrícula nº 58.531, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos. O prazo de vigência do ajuste é de 24 meses. Não envolverá a transferência de recursos financeiros. Termo de Convênio 05/2020: Em 17 de junho, firmado com o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal das Subprefeituras e da Subprefeitura de Campo Limpo, cujo objeto é conjugação de esforços para implantação e manutenção da Praça da Cidadania em São Paulo, no bairro de Paraisópolis, no Município de São Paulo, no terreno localizado na altura do número 445 da Rua Independência, situada no Distrito de Vila Andrade, Subprefeitura de Campo Limpo. O prazo de vigência do ajuste é de 24 meses. Não envolverá a transferência de recursos financeiros. Termo de Convênio 06/2020: Em 18 de junho de 2020, assinado com CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e Município de São Paulo e o Município de Cubatão, cujo objeto é a conjugação de esforços para implantação e manutenção da Praça da Cidadania no Município de Cubatão, em parte do terreno, objeto da matrícula nº 13.076, registrada perante o Cartório Oficial de Registro de Imóveis de Cubatão. O prazo de vigência do ajuste é de 24 meses. Não envolverá a transferência de recursos financeiros. Termo de Convênio 07/2020: Em 13 de agosto de 2020 foi assinado com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, cujo objeto era a transferência de recursos financeiros para execução de atividades recreativas, culturais e de lazer do projeto do fundo social denominado Casas de Solidariedade I, II e III pela própria Pasta. O prazo de vigência encerrar-se-á em 31/12/2020. O valor total do convênio foi de R$ 926.465,04. Termo de Convênio 08/2020: Em 06 de novembro de 2020 foi assinado visando o recebimento da doação realizada pela UNIMED ao FUSSP, de obras e serviços de engenharia relativos à implementação da Praça da Cidadania localizada no bairro de Paraisópolis, no município de São Paulo. O prazo de vigência do ajuste é de 06 meses. O valor da doação é de R$ 1.690.169,09. Termo de Convênio 10/2020: Em 13 de novembro de 2020 foi assinado com a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e Município de São Paulo, cujo objeto é a transferência de recursos financeiros para o gerenciamento e fiscalização das obras, reformas e serviços de engenharia no galpão do FUSSP localizado na Avenida Torres de Oliveira, nº 368 – Jaguaré, Capital/SP. O prazo de vigência é de 08 meses e o valor total do convênio foi de R$ 105.000,56. Termo de Cooperação - 2020/01610 – Em 16 de abril de 2020 foi assinado com a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS, visando à cooperação técnica para a aquisição de cestas de alimentos no âmbito da Ação Alimento Solidário ("AÇÃO"), instituída pelo Decreto n.º 64.938, de 13 de abril de 2020, com vistas ao fornecimento de alimentação a famílias em situação de extrema pobreza, enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020. O valor total do ajuste é de R$ 19.977.944,00. O prazo de vigência inicial do ajuste era de 2 meses. A última prorrogação foi em 14 de agosto de 2020, com término em 31 de dezembro de 2020. Termo de Cooperação –2020/03938 – Em 28 de outubro de 2020 foi assinado o com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa – SECEC, visando à conjugação de esforços para, em caráter transitório, gerenciar o Espaço de Leitura, visando a inclusão social e cultural de crianças e adolescentes, por meio de atividades e ações educativas e culturais, na forma presencial ou online. A vigência do ajuste vigorará até 31/12/2020.Termo de Permissão de Uso- 2020/002278: Em 14 de agosto de 2020 foi celebrado termo de permissão de uso com o Município de Guarulhos, cujo objeto é a permissão de uso do imóvel Equipamento Público - Área Institucional – CDHU "Setor 05", e conta com área de 2.946,84 m², objeto da matrícula de n.º 58.531 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Guarulhos, que tramita na Vara da fazenda Pública de Guarulhos sob o nº 224.01.1990.022980-0. Termo de Permissão de Uso- 2020/002327: Em 23 de novembro de 2020 foi celebrado termo de permissão de uso com o Município de Cubatão, cujo objeto é a permissão de uso do imóvel Equipamento Público - Área Institucional –Área Institucional – 3, e conta com área de 7.914,00 m², objeto da matrícula de nº 13.076 do CRI de Cubatão, em regime de aforamento gratuito, pelo Termo de Cessão, com força de escritura pública, lavrado em 17 de julho de 2019, no Livro 34, fls. 139 a 143, nos termos do art. 74 e 109 do Decreto nº 9.760/46. Termo de Convênio -2020/03142: Em 24 de novembro de 2020 foi assinado Termo de Convênio entre a Secretaria de Governo, através do Fundo Social de São Paulo – FUSSP e o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza"-CEETEPS, com vigência até 31 de janeiro de 2020, objetivando o oferecimento de 1.710 vagas, sendo 670 na Região Metropolitana de São Paulo e restante no interior do Estado. O custo total do ajuste será de R$ 682.465,00. Termo de Colaboração –2020/03340: Em 07 de dezembro de 2020 foi assinado o Termo de Colaboração nº 070/2020 com a OSC Associação Esportiva Palmeirinha De Paraisópolis Morumbi, decorrente do Chamamento Público nº 01/2020, cujo objeto era a transferência de recursos financeiros e materiais à OSC, objetivando a administração da área em que serão executados os cursos e oficinas, dentre outras atividades, da Escola de Qualificação Profissional da Praça da Cidadania, localizada no bairro de Paraisópolis, com prazo de vigência de 12 meses, envolvendo a transferência de recursos financeiros no valor de R$ 506.767,46.

Agências Reguladoras. Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP. O Transporte Coletivo Intermunicipal: A ARTESP é a gestora do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal, conforme Lei Complementar nº 914/02 (artigo 1º - Disposições Transitórias) e Decreto Estadual nº 46.708/02. Esta agência tem por atribuição institucional a fiscalização dos prestadores de serviço intermunicipal de transporte coletivo regular (rodoviário e suburbano), bem como de serviço intermunicipal de transporte coletivo por fretamento e de estudantes, com base nos Regulamentos de Serviços aprovados pelos Decretos Estaduais nº 29.912/89, nº 29.913/89 e nº 48.073/03. Sendo assim, para transportar passageiros sob o regime de estudantes, fretamento e/ou regular entre Municípios, excluídos aqueles sob gestão interestadual (ANTT) e metropolitana (isto é, de competência da Secretaria de Transportes Metropolitanos, sob gestão da EMTU), deve a pessoa física ou jurídica registrar-se na ARTESP, conforme artigo 3º, Decreto Estadual nº 46.708/2002 e normas do Decreto Estadual nº 29.912/89. Seguem abaixo tabelas referentes ao serviço de fiscalização realizado pela ARTESP, bem como algumas informações sobre os serviços de estudantes, fretamento e regular do transporte intermunicipal de passageiros, no exercício de 2020.

Serviços de Fiscalização	Rodovia	Terminal	Garagem	Total
Locais Fiscalizados	1.187	4.789	1.505	7.481
Veículos Fiscalizados	8.640	73.947		82.587
Notificações Emitidas	151	860	751	1.762
Multas Emitidas	1.497	3.207		4.704
Retenções Efetuadas	578	518		1096
Veículos Fiscalizados e Não Autuados	7.143	70.740		77.883
Vistorias Realizadas nos Veículos			3.130	3.130

Dados tabelados referem-se ao período de janeiro a outubro de 2020

SISTEMA REGULAR (Rodoviário e Suburbano)	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade de Empresas	100	95	90	91	89**
Quantidade de Linhas	1.001	960	919	852*	840**
Quantidade de veículos	4.028	3.849	4.042	3.857*	3.302**
Quantidade de Passageiros/dia	341.166	333.552	333.932*	323.535*	148.941**
Percurso de Km/dia	1.071.936	1.065.646	1.061.207*	991.963*	525.897**
Quantidade de Viagens/dia	12.967	12.892	12.921*	12.370*	7.129**
Receita Anual	1,45 bilhão	1,54 bilhão	1,62 bilhão	1,65 bilhão*	556 milhões**

SISTEMA FRETAMENTO (Contínuo e Eventual)	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade de Empresas Cadastradas	829	1.381	1.783	1.909*	2.000**

Quantidade de Ônibus	13.216	15.273	17.699	18.831*	16.738**

SISTEMA FRETAMENTO (Estudantes)	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade de Empresas/Autônomos devidamente cadastrados	92	54	54	54*	35**
Quantidade de Veículos Cadastrados	105	61	59	43*	14**

Plano Diretor de Transporte. Atualmente, os serviços rodoviários intermunicipais de transportes coletivos de passageiros (serviço regular) operados pelas empresas, são explorados por permissão a título precário, outorgados pelo Poder Público, antes da promulgação da Carta Federal de 1988. Os termos de permissão celebrados pelo Departamento de Estradas e Rodagem - DER nas décadas de 60 a 80 são regulamentados até hoje pelo Decreto Estadual nº 29.913/89. Assim, desde a edição da Constituição Federal de 1988, não se admite outorga de exploração de serviço público a particular sem prévio e regular procedimento de licitação. Entende-se que o termo original com que foram delegados às empresas os direitos de operação das linhas, não está mais em vigor, à vista da nova ordem constitucional. No entanto, considerando a exigência constitucional de realização de procedimento licitatório e em atendimento a Lei Federal nº 8.987/95, está em andamento à licitação na modalidade Concorrência Internacional nº 002/2016. No modelo proposto, o Estado de São Paulo foi dividido em seis áreas: 5 (cinco) Áreas de Operação e 1 (uma) área neutra – a Região Metropolitana de São Paulo –, a qual não está vinculada a nenhuma das Áreas de Operação e será atendida por linhas provenientes das 5 (cinco) demais áreas. Em abril de 2019, foi proferida a decisão pelo Tribunal de Justiça - TJ, dando provimento parcial ao recurso impetrado pela ARTESP, com recomendação de realização de ajustes em alguns pontos do Edital, com ênfase para exigência de garantias cumulativas antes da assinatura de contrato, referentes a garantia de proposta (BID BOND) e comprovação de patrimônio líquido mínimo. A ARTESP está providenciando os ajustes necessários considerando as recomendações do TJ, bem como outros ajustes, em atendimento as exigências do próprio TCE; atualizações que se fazem necessárias devido ao tempo decorrido; além de propor a elaboração de novos anexos, com o intuito de melhorar o processo licitatório, tais como: Revisão de documentos; edital; termo de referência, polícia tarifária, entre outros. Novas reuniões de Sondagem ao Mercado, organizadas pela Secretaria de Governo, com membros do setor de transporte e do próprio Governo, para discutir demais questões a serem consideradas na etapa de revisão do Edital de Licitação ocorreram em setembro e outubro de 2020. Impacto da Pandemia no Serviço de Transporte Intermunicipal. Em função da atual situação de Pandemia motivada pelo COVID-19 que está culminando, basicamente em todo território nacional, resultando em rígidas medidas preventivas, tais como, isolamento social, suspensão temporária de serviços não essenciais, suspensão temporária de aulas presenciais nas redes de ensino, bem como ainda, determinados municípios do Estado de São Paulo adotaram regras mais severas para o enfrentamento do estado de calamidade pública e o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal foi impactado pelas medidas preventivas e está enfrentando redução de demanda de passageiros. Segue comparativo entre março a setembro de 2019 e 2020, onde é possível verificar uma queda de passageiros transportados, principalmente a partir do mês de março de 2020, quando foi decretada a quarentena no Estado de São Paulo por conta da pandemia. Nota-se ainda que, houve uma imperceptível melhora em junho de 2020, quando iniciou a flexibilização da quarentena em alguns municípios do Estado de São Paulo, seguindo o Plano São Paulo instituído.

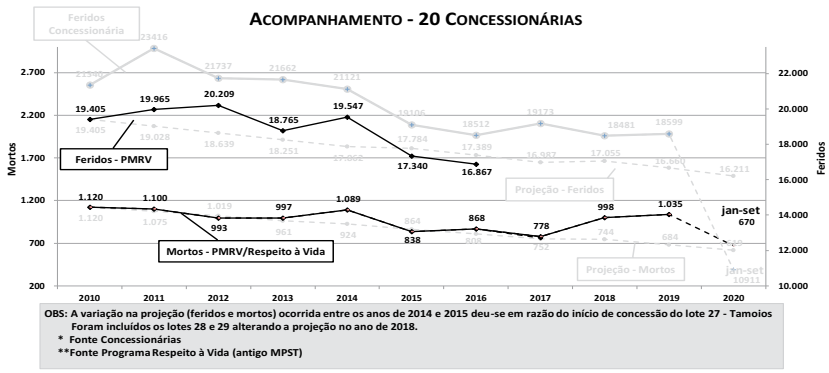
PASSAGEIROS TRANSPORTADOS 2019 e 2020 - PERÍODO DA PANDEMIA							
Ano 2019	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Rodoviário	3.709.954	3.594.178	3.470.254	3.348.634	3.629.134	3.443.854	3.462.426
Suburbano	6.243.217	6.391.256	6.590.491	6.046.968	6.099.585	6.348.679	6.023.345
Total	9.953.171	9.985.434	10.060.745	9.395.602	9.728.719	9.792.533	9.485.771
Ano 2020	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Rodoviário	2.141.077	387.354	481.473	652.597	801.211	954.300	938.571
Suburbano	4.127.188	1.252.192	1.450.012	1.825.754	2.096.874	2.208.066	2.082.282
Total	6.268.265	1.639.546	1.931.485	2.478.351	2.898.085	3.162.366	3.020.853
Relação 2020 / 2019	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Rodoviário	58%	11%	14%	19%	22%	28%	27%
Suburbano	66%	20%	22%	30%	34%	35%	35%
Total	63%	16%	19%	26%	30%	32%	32%

Principais obras de investimentos. Obras concluídas em 2020. Entre janeiro e novembro de 2020 foram concluídas pelas concessionárias de rodovias 39 obras, cujos investimentos representam o valor total de R$ 579.468.445,26 (Base de Jul./2020). Dentre as principais obras concluídas em 2020, citamos:

Rod	Descrição da Obra	KM Inicial	KM Final	Valor (X 1000)	Municípios Abrangidos
SP 348	Ampliação da alça de acesso - km 24+000 pista Sul da SP 348 para a pista Externa do Rodoanel Mário Covas ("Obra Em Inclusão No Contrato De Concessão") - Sem custo ao Poder Concedente	24	24,025	-	São Paulo
SPA 122/065	SPA - 122/065 Ampliação de OAE´S	0	4,25	1.360,82	Valinhos
SP 065	SP-065 Marginais da Dom Pedro	131,15	131,15	59.096,72	Campinas
SP 065	SP-065 Acessos ao Anel Viário (Em Análise A Alteração De Escopo)	129,2	145,5	4.414,91	Campinas
SP 065	SP-065 Marginal com 105,99 m	103,27	103,376	397,06	Itatiba
SP 065	SP-065 Marginal com 233,52 m	94,483	94,717	874,82	Itatiba
SP 065	SP-065 Marginal com 262,84 m	62	62,263	984,66	Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista
SP 065	SP-065 Marginal com 504,72 m	62,5	63,005	1.890,80	"
SP 063	Passarela sobre pista dupla	3,1	3,1	2.163,49	Louveira
SP 065	SP-065 Implantação de Dispositivo	139,9	139,9	11.344,78	Campinas
SPA 067/360	SP-067/360 Dispositivo em desnível p/ acesso a bairros	1,5	1,5	9.493,55	Jundiaí
SP 127	Duplicação - 4ª FASE - Saltinho/Tietê	51	83		Rio das Pedras, Saltinho, Tietê
SP 300	SP 300 - Marginal - Oeste - Araçatuba	534	534,3	693,22	Araçatuba
SP 021	Construção do Trecho Leste Rodoanel	86,37	129,593	3.329.992,51	Arujá, Itaquaquecetuba, Poá, Ribeirão Pires, Suzano

Obras em andamento. No mês de novembro de 2020 encontravam-se em execução pelas concessionárias de rodovias 174 obras, cujos investimentos representam o valor total superior a R$ 6,3 bilhões – (Base de Jul./2020). As principais obras em andamento são: Duplicação – 14 obras totalizando 178,786 km, investimento aproximado R$ 651,59 milhões. Faixa Adicional: 6 obras totalizando 148,47 km, investimento aproximado R$190,78 milhões. Marginal: 15 obras totalizando 75,290 km, investimento aproximado R$287,67 milhões. Pista Nova: implantação do Trecho em Serra da SP 099 - km 60+480 ao km 82+000, com investimento de R$3,093 bilhões em contrato tipo PPP – Parceria Público Privada. Sistemas de Arrecadação (Pedágios). Atualmente existem 161 (cento e sessenta e uma) Praças de Pedágio em operação na malha concedida do Estado de São Paulo, totalizando 1.627 (mil, seiscentos e vinte e sete) pistas de arrecadação, sendo: 740 (setecentos e quarenta) Pistas Manuais – 45,48% do total de pistas; 263 (duzentos e sessenta e três) Pistas Mistas (Manuais ou Automáticas) – 16,16 % do total de pistas; 135 (cento e trinta e cinco) Pistas Reversíveis – 8,30%; 457 (quatrocentos e cinquenta e sete) Pistas Automáticas – 28,09% do total de pistas; 32 (trinta e duas) Pistas para Motocicletas – 1,97%. O Total de Tráfego do período de janeiro a dezembro/2019 foi de 947,8 milhões, sendo: 404,7 milhões em pistas manuais (42,7%); 543,1 milhões em pistas automáticas (57,3%). O Total de Tráfego do período de janeiro a setembro/2020 foi de 571,9 milhões, sendo: 234,1 milhões em pistas manuais (40,9%); 337,7 milhões em pistas automáticas (59,1%). O Total Pedagiado é de 12,5 bilhões de passagens de veículos, desde o início do Programa de Concessões até outubro de 2020, sendo: 6,25 bilhões em pistas manuais (50,02%); 6,20 bilhões em pistas automáticas (49,60%); 47 milhões na modalidade fluxo livre - Ponto a Ponto (0,38%). Na operação do Sistema de Arrecadação Automática temos atualmente 05 (cinco) empresas, sendo elas: Sem Parar, Conectcar, Move Mais, Alelo/Veloe e Greenpass Totalizando, até novembro de 2020, a quantidade de 4.426.547 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, quinhentos e quarenta e sete) TAG's ativos. Em junho de 2020 iniciou a cobrança semiautomática nas pistas manuais da Concessionária Eixo SP - Lote 30. No que se refere ao Sistema Ponto a Ponto de Pedágio, até novembro de 2020, aferiu-se um total de 215.314 (duzentos e quinze mil e trezentos e quatorze) usuários cadastrados incluindo todos os locais cujo Sistema está instalado. Programas de Redução de Acidente - Metas da Segurança Viária. No final de 2016, foi descontinuada a tabulação dos dados dos boletins de ocorrência da Polícia Militar Rodoviária - PMRv por parte do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, fonte que era utilizada pela ARTESP para acompanhamento das metas de feridos e mortos. Para os dados relacionados aos óbitos nas rodovias concedidas, a ARTESP passou a utilizar a base de dados oficial do Governo do Estado de São Paulo, o Infosiga, do Programa Respeito à Vida, antigo Movimento Paulista de Segurança do Trânsito (MPST), que tabula as informações da Policia Civil, dos óbitos registrados até um dia após a ocorrência do acidente de trânsito, de forma a manter o mesmo parâmetro da base anterior, uma vez que a PMRv registrava as vítimas até o fechamento dos boletins (em média 1 dia após a ocorrência). Com relação ao número de feridos, o Programa Respeito à Vida iniciou o acompanhamento das informações com base nos dados disponibilizados pela PMRv. Contudo, tendo em vista que nem todos os acidentes com vítimas feridas demandam acionamento do Policiamento Rodoviário, a base de dados da Concessionária, por ora, se mostra mais robusta que a disponível no Programa Respeito à Vida, no que se refere ao registro de acidentes com feridos no sistema concedido. Entretanto, o MPST está trabalhando de forma a retomar e complementar seu banco de dados para que assim se tenha novamente a informação sobre as vítimas feridas. Assim, o acompanhamento da meta de redução do número de vítimas feridas para o ano de 2020 ficou prejudicado, pois as únicas fontes de informação atualmente disponíveis são os dados das Concessionárias, que historicamente se mostraram significativamente maiores que os números da PMRv, uma vez que as Concessionárias classificam como vítima ferida todos os usuários envolvidos em acidentes (leves ou graves) que não assinam o termo de recusa de atendimento. Esse não é o procedimento realizado pela PMRv que classifica as vítimas nas ocorrências que acompanha baseado em análise visual ou do responsável pelo atendimento médico, caso haja. Desta forma, apesar de no momento não ser possível a verificação do atendimento da meta de 2020 para a redução do número absoluto de feridos segundo os dados do Programa Respeito à Vida/PMRv, o gráfico "Acompanhamento - 20 Concessionárias" aponta que, tendo como base os dados das concessionárias entre 2019 e 2020, os dados ficaram praticamente estáveis em relação ao número de feridos. De forma a verificar a tendência para 2020 foi realizada a comparação entre o número de feridos registrados pelas concessionárias de janeiro a setembro de 2019 (13.928 vítimas) e janeiro a setembro de 2020 (10.911 vítimas) onde constatou-se uma tendência de redução diferente da tendência de manutenção identificada em 2018/2019. Utilizando a mesma metodologia aplicada aos números de feridos, foram comparados os dados de vítimas fatais de janeiro a setembro de 2019 (790 fatais) com janeiro a setembro de 2020 (670 fatais), onde se verificou uma tendência de redução de óbitos. Ainda que não seja possível o cumprimento da meta prevista para 2020, esses dados não representam um retrocesso nas ações de redução de vítimas em acidentes de trânsito. O que ocorreu, foi que nesse período houve a inclusão no sistema concedido de aproximadamente 978 (novecentos e setenta e oito) quilômetros de rodovias que estavam anteriormente sob jurisdição do DER/SP. Essa inclusão ocorreu da seguinte forma: 05/07/2017 – 511,422 km (sistema existente do lote 28 – Concessionária Entrevias); 22/11/2017 – 286,460 km (sistema existente do lote 29 – Concessionária ViaPaulista); 18/05/2018 – 62,797 km (sistema remanescente do lote 28 – Concessionária Entrevias); 04/07/2019 – 117,678 km (sistema remanescente do lote 29 – Concessionária ViaPaulista). Cabe ressaltar ainda que nos primeiros anos de concessão de cada sistema (existente e remanescente) a obrigação contratual se refere basicamente aos serviços referentes aos Programas Iniciais (revitalização de sinalização, operação "tapa buraco", poda do revestimento vegetal, etc.) que agregam à segurança viária, entretanto, sem escala que gere uma redução significativa no número de ocorrências e vítimas. Os investimentos que apresentam um grande impacto na redução do número de acidentes e/ou da sua severidade (obras de ampliação/duplicação da rodovia, passarelas, adequação de dispositivos de retorno e acesso e de dispositivos de contenção viária, etc.) tiveram seu início de execução e/ou estão em andamento no ano corrente. De forma a se retomar a tendência de redução e o atendimento às metas projetadas de vítimas fatais, a ARTESP vem solicitando às Concessionárias um aumento no número de ações mitigadoras, as quais deverão contemplar a revisão 2021 dos Programas de Redução de Acidentes do Biênio 2020-2021. Os Programas de Redução de Acidentes (PRA) consistem na avaliação das ocorrências registradas para identificação dos pontos críticos e/ou tipos críticos de acidente e suas causas prováveis, para dessa forma definir planos de ação para mitigar as criticidades identificadas. No início de 2021, o PRA do biênio 2020-2021 deverá ser revisado para

que eventuais desvios possam ser corrigidos e ações possam ser incrementadas, sempre com o objetivo de reduzir o número de vítimas feridas e fatais e o atendimento das metas. Para a próxima década (2021-2030) a ARTESP juntamente com o Governo do Estado deverá estipular novas metas de segurança viária.



As ações judiciais visando a não prorrogação dos contratos de concessões rodoviárias do estado de São Paulo. Neste item, indicamos o atual status das ações judiciais em que se discute a validade dos aditivos contratuais firmados em 2006, que tinham como escopo a prorrogação das concessões rodoviárias:

Item	Concessionária	Processo	Vara	Status
1	AUTOBAN	1040370-54.2014.8.26.0053 E 1030436-72.2014.8.26.0053	3ª VFP	Em primeira instância, o juízo julgou improcedente o pedido da AutoBan e procedente o pedido do Estado e da ARTESP para invalidar o termo aditivo nº 16 de 2006 do contrato de concessão de CR/05/1998. A Concessionária interpôs recurso de Apelação e foi proferido acórdão pela 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça, em ambas as ações, não conhecendo da apelação e determinando a redistribuição do recurso para a 3ª Câmara de Direito Público. Foi suscitado conflito de competência e a Turma Especial do Tribunal decidiu que a 5ª Câmara é competente para o julgamento do apelo. Atualmente, o recurso pende de julgamento.
	RENOVIAS	1007766-40.2014.8.26.0053	8ª VFP	Ação julgada em favor da ARTESP em primeira instância. Aguardando julgamento da Apelação da concessionária
2				(última pg. 11607)
		1008352-77.2014.8.26.0053	8ª VFP	Ação julgada em favor da ARTESP em primeira instância. Aguardando julgamento da Apelação da concessionária (última pg. 11607)
3	VIAOESTE	1027970-08.2014.8.26.0053	12ª VFP	Aguardando julgamento da Apelação da Concessionária (última pg. 4702)
		1019684-41.2014.8.26.0053		Aguardando julgamento da Apelação da Concessionária (última pg. 7686)
4	SPVIAS	1013617-60.2014.8.26.0053 e 0019926-51.2013.8.26.0053	11ª VFP	Aguardando julgamento de REsp e RE (última pg. 7439)
5	AUTOVIAS S.A	1014902-54.2015.8.26.0053	10ª VFP	Agravo de instrumento em recurso extraordinário remetido ao Superior Tribunal de Justiça (última pg. 3193)
6	VIANORTE S.A	1014891-25.2015.8.26.0053	3ª VFP	Ação julgada em favor da ARTEP e Estado de São Paulo em 1ª instância. Apelação interposta pela Concessionária desprovida. Concessionária apresentou Recurso Especial que foi remetido ao STJ (última pg. 3386)
7	CENTROVIAS S.A	1022983-26.2014.8.26.0053	12ª VFP	Processo em primeira instância em fase de manifestação das partes. (última pg. 4199)
8	INTERVIAS	1027267-77.2014.8.26.0053	9ª VFP	Ação julgada em favor da Concessionária em 1ª instância. Apelação interposta pela ARTESP provida. Recurso Especial e Extraordinário Interpostos pela Intervias aos quais foi negado seguimento no Tribunal de Justiça, feito agravo aos recursos que foram remetidos ao STJ (última pg. 3737)
9	COLINAS	1033457-56.2014.8.26.0053		Ação julgada em 1ª instância em favor da CONCESSIONÁRIA. Apelação da ARTESP desprovida. Aguardando julgamento dos recursos Especial e Extraordinário interpostos pela ARTESP e Estado de São Paulo.
10	TEBE	1040986-29.2014.8.26.0053	6ª VFP	Ação julgada em favor da Concessionária em 1ª instância. Apelação interposta pela ARTESP e Estado de São Paulo que foram providos. Concessionária apresentou Recurso Especial que foi remetido ao STJ (última pg. 2854)
12	ECOVIAS	1045799-02.2014.8.26.0053	9ª VFP	Ação julgada em favor da Concessionária em 1ª instância. Apelações interpostas pela ARTESP e Estado de São Paulo, que a 10ª Câmara de direito privado deu provimento favorecendo a ARTESP e o Estado de SP, declarando a nulidade do TAM 10/2006.

Cumpre esclarecer que, embora em alguns casos já haja decisões em 1ª e 2ª Instâncias, ainda persistem desequilíbrios contratuais a serem apurados, os quais serão devidamente reequilibrados. Já com relação à Concessionária Tebe, adicionalmente informo que, em que pese a existência de decisão em 2ª Instância, a concessionária impetrou um Mandado de Segurança no bojo do qual foi proferida sentença de procedência para anular os efeitos da Portaria ARTESP nº 25, de 03 de maio de 2018 bem como proibindo que o impetrado inicie os procedimentos administrativos para devolução da concessão antes de concluído o processo administrativo para definição do prazo de prorrogação da vigência contratual, como o recálculo exigido no acórdão do TJSP que declarou nulo o TAM 11/2006. A ARTESP interpôs recurso da apelação pendente de julgamento no Tribunal de Justiça. (Processo Judicial n. 1024134-85.2018.8.26.0053 – 15ª VFP). Dispôs sobre a constituição da Comissão de Devolução do Sistema Rodoviário, objeto do Contrato de Concessão n. 001/CR/1998, para o fim de verificar a presença das condições de devolução e vida útil mínima do Sistema Rodoviário, ao término da vigência do ajuste, nos termos do Anexo 10 do Edital de Licitação n. 013/CIC/97. Aeroportos Regionais. No âmbito Programa Estadual de Concessões de Aeroportos Regionais, encontra-se vigente o Contrato de Concessão nº 0356/ARTESP/2017 cujo objeto corresponde a cinco aeroporto com perfil de aviação executiva e táxi-aéreo. O sistema, administrado integralmente pela Concessionária VOA SP desde novembro/2017, receberá ao longo dos 30 anos de Concessão investimentos na ordem de 93 milhões de reais em áreas como infraestrutura, operações e segurança, assim direcionados aos sítios aeroportuários, em milhões de reais: 1) Bragança Paulista: 10,5; 2) Itanhaém: 15,8; 3) Ubatuba: 18,2; 4) Jundiaí: 20,5; e 5) Campinas: 28,6. Tanto a Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo quanto o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo figuram como representantes do Poder Concedente e gestores do Contrato de Concessão nº 0356/ARTESP/2017, cuja divisão de competências é disciplinada pela Portaria Conjunta nº 01, de 27/10/2017 observadas as especialidades técnicas de cada entidade. ” Lote Piracicaba/ Panorama – PIPA. A Concessionária Eixo SP venceu o certame com ágio histórico de 7.209% sobre a outorga mínima ao apresentar oferta de R$ 1,1 bilhão pela concessão do lote de rodovias Piracicaba-Panorama. Leilão realizado em janeiro de 2020 e a assinatura do termo de transferência firmada em 15 de maio de 2020. Com previsão de investimentos de R$ 14 bilhões em obras a serem realizadas ao longo de 30 anos de contrato, o lote contempla 1.273 quilômetros de rodovias que serão modernizadas e ampliadas entre a cidade de Piracicaba, na região de Campinas, e o município de Panorama, no extremo Oeste do Estado, divisa com o Mato Grosso do Sul, que passarão a receber todas as modernizações do Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo, receberão investimentos trechos das rodovias SP-304, SP-308, SP-191, SP-197, SP-310, SP-225, SP-261, SP-293, SP-331, SP-294, SP-284 e SP-425, beneficiando diretamente 62 municípios cortados por essa malha. Novas Concessões. Aeroportos regionais. No âmbito Programa Estadual de Concessões de Aeroportos Regionais, está em estudo o projeto de concessão de 22 (vinte e dois) aeroportos, hoje administrados pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP. Estão previstos 410 milhões em investimentos ao longo dos 30 anos da concessão, que contará com a adequação das pistas de pouso e decolagem, medidas mitigadoras de ruído aeronáutico, ampliação dos terminais de passageiros, novos equipamentos operacionais, entre outros investimentos. A concessão será dividida em dois blocos, sendo (i) bloco noroeste e (ii) bloco sudeste, facilitando assim, a execução da fiscalização e melhor distribuição dos investimentos, levando em conta as demandas sub-regionais. Realizada a Consulta e Audiência pública e estudos técnicos necessários, o projeto encontra em consolidação da documentação para a publicação do edital de concessão ainda no final do ano de 2020. Estima-se, o grande aumento do número de passageiros atendidos, que hoje está na casa dos 2,4 milhões por ano. Lote Rodovias do Litoral Paulista O Lote Litoral Paulista abrange um total de 222 km de rodovias, que cortam 13 municípios e prevê investimentos na ordem de R$ 3 bilhões em obras, recuperações e melhoramentos, além de R$ 2,5 bilhões em operação e manutenção, que trará mais fluidez aos usuários e a maximização da segurança viária. Para a sustentação do projeto, está prevista a construção e operação de 5 (cinco) praças de pedágio, que entrarão em operação após o plano de adequação/recuperação inicial, e investimentos necessários, pré-estabelecidos. Em 2020 foi realizada a revisão de todos os estudos técnicos e discussões pertinentes, levando em consideração também a ocorrência da pandemia mundial do novo Coronavírus e encontra-se em fase final de consolidação dos documentos licitatórios, para a publicação do Edital de Concessão. Ouvidoria Artesp. De janeiro a novembro (primeira quinzena) de 2020 a Ouvidoria da ARTESP recebeu 3.652 manifestações (reclamações, sugestões, denúncias, solicitações de informações e elogios), por meio do e-mail e do sistema de ouvidoria, recebemos também, 25.258 ligações no 0800 da Agência e 355 solicitações através da Lei de Acesso à Informação. Ações de Interação com a sociedade. Ao longo do ano, a ARTESP promoveu uma série de ações institucionais de comunicação e conscientização sobre temas relevantes para a sociedade, por meio de campanhas veiculadas nas redes sociais e nos painéis eletrônicos das rodovias. Parcerias com outras Secretarias de Estado e entidades dos mais variados setores, proporcionaram que a Agência e as concessionárias realizassem diversas campanhas, entre elas: Janeiro Roxo; Junho Vermelho; Outubro Rosa; novembro Azul; Covid-19 entre outras. Licitações. Conforme lei editada e publicada nº 13.979/20, as necessidades administrativas no período de 01/01/2020 a 19/11/2020 foram supridas com a realização de:12 (doze) Termos de Dispensa / Inexigibilidade de Licitação; 10 (dez) Pregões Eletrônicos, sendo que 5 (cinco) constituíram Ata de Registro de Preço e 1 (um) restou fracassado; 02 (duas) Concorrências, sendo que uma delas ainda está em andamento; e 03 (três) Concorrências Internacionais. Recursos Humanos. Novos Projetos. Implantação do benefício de Vale-Alimentação para os empregados e estagiários da ARTESP, em fevereiro de 2020. Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs para uso dos empregados e cedidos de outros órgãos – Aquisição de uniformes e protetores solar. Ações de Combate à Pandemia de Covid-19. Criadas Ações de orientação e aquisição de itens entregues aos empregados, estagiários e aos cedidos de outros órgãos, como forma de auxiliar no combate à Pandemia de COVID-19, citamos: Vacinação contra Gripe 2020 – foram aplicadas 181 vacinas tetravalente; Compra de máscaras de uso não profissional (10.560 unidades); Contratação de empresa especializada para realização de teste de sorologia para detecção de COVID-19 (IGG/IGM); Álcool em gel 70% (434 galões de 5 litros, 569 frascos de 500ml e 140 frascos de 60ml); Elaboração do Plano ARTESP, com medidas de proteção à saúde e prevenção contra a COVID-19, contemplando medidas de proteção à saúde e prevenção contra a COVID-19. Centro de Documentação – CEDOC. Os fluxos de documentos foram reduzidos, se comparados ao ano anterior, devido à situação de calamidade pública. Até o mês de outubro, houve a entrada de 31.085 documentos, sendo 28.850 recebidos diretamente no protocolo e 2.235 por meio de correios, malote e portador (somente remessa). 600 malotes enviados para as regionais, 1.730 documentos entregues para Órgãos Públicos e Concessionárias e 777 acompanhamentos de vistas. Totalizando 3.107. Importante destacar que neste ano foi implantado o programa SP sem papel, com o objetivo de tornar a gestão documental e processual menos burocrática. A plataforma entrou em funcionamento no mês de setembro, abertos 326 processos no formato digital. Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP. A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo é uma autarquia de regime especial, com autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, vinculada à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, que tem por atribuição regular, controlar e fiscalizar, no âmbito do Estado, os serviços de gás canalizado e, preservadas as competências e prerrogativas municipais, de saneamento básico de titularidade estadual e, ainda, por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, fiscalizar os serviços de energia elétrica. É gerida por uma diretoria colegiada formada por cinco membros, com mandatos não coincidentes de 5 anos. Agenda Regulatória: a Arsesp lançou a 2ª edição da sua Agenda Regulatória (AR), biênio 2020-2021. A AR apresenta 83 ações regulatórias, organizadas no âmbito das atribuições das diretorias da Agência e da Secretaria Executiva. Os temas versam sobre assuntos institucionais, regulação técnica e fiscalização dos serviços de distribuição de gás canalizado e dos

serviços de saneamento básico, regulação econômico-financeira e de relacionamento com usuários dos serviços regulados. Nova Sede: foi concluída a reforma da nova sede da Arsesp, situada na Rua Cristiano Viana nº 428, na cidade de São Paulo-SP. Foram concluídas com sucesso as contratações referentes à mudança de prédio, ocorrida no final de novembro. Audiências e Consultas. Públicas: foram realizadas quatro audiências públicas, sendo três virtuais por plataforma digital, e 20 consultas públicas. As Audiências versaram sobre assuntos atinentes a processos de revisão tarifárias do setor de saneamento básico e gás canalizado. As consultas, dez foram referentes ao setor de gás canalizado, 9 ao saneamento, e 1 institucional. Ações Covid-19: foram adotadas várias medidas com o objetivo de promover a prevenção à infecção e propagação da Covid-19, bem como de mitigar os efeitos econômicos em razão do isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus, tanto no âmbito interno, junto aos servidores, quanto no externo junto aos usuários e prestadores dos serviços regulados. Saneamento Básico: são 350 convênios, englobando 348 municípios. Desse universo, 344 municípios são atendidos pela Sabesp nos serviços de água e esgoto, os outros quatro, pelos prestadores BRK Ambiental Santa Gertrudes S/A, Saneaqua Mairinque S/A, Águas de Cabrália e Águas de Piquere/Iguá. Além disso, três municípios – Guaratinguetá, Barueri e Diadema - possuem convênio assinado para os serviços de regulação de resíduos sólidos urbanos. Em razão da pandemia do COVID, foram acompanhadas mensalmente as reclamações dos usuários relativas ao serviço de abastecimento de água assim como as ações adotadas pelos prestadores de serviços para garantir a continuidade da prestação dos serviços. Regulação de Saneamento Básico: foi dado início a dois Estudos Técnicos para atender a compromissos estabelecidos na AR 2019-2020 e para aprimoramento de regras regulatórias. O primeiro é sobre esgotamento sanitário, o segundo, sobre Canais de Atendimento aos Usuários. Foram ainda emitidas nove Notas Técnicas e 34 Pareceres Técnicos para atender às demandas internas e externas de concessionárias, usuários e órgãos da administração pública. Fiscalização dos serviços de saneamento básico: foram realizadas 450 fiscalizações: uma de cessão de área, 20 de eventos específicos, 14 de investimentos, 415 de campo e remota. Foram emitidos 589 relatórios de fiscalização, 581 Termos de Notificação e instaurados 11 processos sancionatórios referente aos autos de infração lavrados em função da falta de adequação da conduta do prestador ou da prestação dos serviços às disposições de lei, regulamento ou contrato, constatada na ação fiscalizadora. Energia Elétrica: Atuando por delegação e mediante Contrato de Metas Anual, formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a Arsesp possui a competência de fiscalizar os serviços de geração e de distribuição de energia elétrica em todo o Estado de São Paulo, contemplando sete concessionárias e 12 permissionárias de serviços públicos de distribuição, 48 Centrais de Geração Hidrelétrica (CGHs), 33 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), 15 Usinas Hidrelétricas (UHEs), 227 Usinas Termelétricas - Biomassa (UTEs), 695 Usinas Termelétricas - Fóssil (UTEs), 25 Usinas Fotovoltaicas (UFVs) e 1 Usina Eólica (EOL), além de atuar em Demais Instalações de Transmissão - DIT. Distribuição de Energia Elétrica: as fiscalizações realizadas nas concessionárias e permissionárias contemplam o acompanhamento e controle das ações nas áreas técnica, comercial e de qualidade do fornecimento da energia elétrica. Desde 2016 foi implementada pela ANEEL uma nova metodologia de fiscalização estratégica aplicada ao segmento de distribuição, composta por etapas de Monitoramento, Análise, Acompanhamento e Ação Fiscalizadora, resultando em 75 Relatórios de Análises, Acompanhamentos e Notas Técnicas, bem como um Auto de Infração, este decorrente de processo de fiscalização realizada em 2019. Foram elaborados nove procedimentos de fiscalização e análise de desempenho dos serviços de distribuição de energia elétrica, abrangendo temas técnicos e comerciais que servirão de base às fiscalizações a serem realizadas não só no Estado de São Paulo, mas também em todo o Brasil, pela ANEEL e demais agências conveniadas. Foram ainda atendidas 46 demandas externas emanadas pelos Ministério Público Federal e Estadual, Câmaras e Prefeituras Municipais e outras entidades, resultando em 27 Relatórios de Acompanhamento de Demandas e 19 Folhas de Despacho para DRI subsidiar respostas aos solicitantes. Destaca-se a apresentação realizada para a Comissão de Infraestrutura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sobre as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Energia. A Arsesp também colaborou, junto ao Centro de Operações Integradas - COI, no acompanhamento das ocorrências de falta de energia e água nos dois turnos das Eleições 2020, realizadas nos dias 15 e 29 de novembro. Gás Canalizado: foram fiscalizados, tanto no que diz respeito à apuração de Indicadores de Qualidade e Segurança e ao cumprimento de Expansões e Metas estabelecidas nos Contratos de Concessão e/ou nos Processos de Revisão Tarifária, quanto em relação a Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e a Outras Obrigações Contratuais. A extensão total das redes de distribuição em operação e o número de usuários, atingiram os seguintes valores:

Concessionárias	Redes de distribuição (km)	N° de Usuários Faturados (medidores)
Companhia de Gás de São Paulo – Comgás	17.494,76	1.351.187
Gás Natural São Paulo Sul S.A. – NATURGY	1.833,37	52.024
Gás Brasiliano Distribuidora S.A. – GBD	1.146,59	16.086
Total Estado de São Paulo	20.474,72	1.419.297

Fonte: Relatório de Situação do Sistema de Distribuição – 3° trimestre/2020

Regulação de Gás Canalizado: Foram publicadas 45 Deliberações, destacam-se: Cronograma de eventos do terceiro processo de revisão tarifária da GBD e GNSPS (deliberações 958, 964); Alteração dos cronogramas de eventos do quarto processo de revisão tarifária da GNSPS e GBD (deliberações 1053 e 1057); Aprovação prévia do Contrato Firme Inflexível de Compra e Venda de Gás Natural (intitulado Contrato NMG), a ser celebrado entre Petrobrás e concessionárias (deliberações 960, 961 e 962); Autorização de Comercializador de gás canalizado no Estado de São Paulo (deliberações 963, 976, 1051); entre outros. Fiscalizações da Diretoria da área de gás canalizado: 12 (doze) fiscalizações dos Projetos P&D e C&R; 02 (duas) fiscalizações dos Projetos de Rede Local, 04 (quatro) fiscalizações de Estudos Técnicos, Regulação e Contratos. Foram abertos 188 (cento e oitenta e oito) processos administrativos de fiscalização no ano de 2020, sendo 181 (cento e oitenta e um) fiscalizações internas e 7 (sete) fiscalizações de campo. As fiscalizações abrangeram qualidade do atendimento comercial, qualidade do produto e do serviço, segurança no fornecimento e outras obrigações contratuais. Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU): foram registradas 349.904 manifestações no Serviço de Atendimento ao Usuário, sendo 271.738 de energia elétrica, 68.235 de saneamento básico e 9.931 de gás canalizado. No setor de energia elétrica, 214.264 referem-se à solicitação de informação e 57.474 à reclamação. Já no setor de saneamento básico, esses índices alcançaram 65.366 e 2.869 e, no setor de gás canalizado, 8.643 e 1.288, respectivamente. (Base: janeiro a novembro/2020). Ouvidoria: Foram registradas 836 manifestações, sendo 785 reclamações, 41 solicitações de informação, 8 denúncias, 1 sugestão, 1 elogio. (Base, dezembro/2020). Regulação Econômico-Financeira e de Mercados – Saneamento Básico: a) Adoção de medidas junto às concessionárias a fim de mitigar as consequências econômicas da pandemia da COVID-19; b) Reajuste tarifário anual da Saneaqua Mairinque S/A, no município de Mairinque; c) Reajuste tarifário anual da Sabesp; d) Aprovação dos planos de adequação tarifária nos municípios de Tejupá, Mauá; e) Reajuste tarifário anual da Sabesp no município de Saltinho e Aguaí (Planos de adequação tarifária); f) Processo de revisão da estrutura tarifária da Sabesp em andamento, com conclusão prevista para março/2021; g) Reajuste tarifário anual da BRK Ambiental Santa Gertrudes S.A., no município de Santa Gertrudes; h) Reajuste tarifário anual de Águas de Cabrália Paulista SPE, no município de Cabrália Paulista; i) Processo da Terceira Revisão Tarifária Ordinária da Sabesp em andamento, com previsão final em abril/2021; j) Segunda Revisão Tarifária Ordinária da Saneaqua Mairinque, no município de Mairinque; k) Reajuste tarifário anual no município de Lins, operado pela Sabesp; l) Desenvolvimento de estudos internos de inteligência de mercados, considerando análise de competitividade e mercados potenciais; m) Desenvolvimento de estudos para compartilhamento com os usuários (modicidade tarifária) de receitas alternativas da Sabesp; n) Definição de meta regulatória de perdas de água – 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Sabesp; o) Desenvolvimento de estudos técnicos e econômico-financeiros para a regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos; p) Desenvolvimento de estudos econômico-financeiros e análises jurídicas para avaliar a viabilidade de aplicação de recursos tarifários específicos para implantação de programa de conservação de mananciais; q) Desenvolvimento de estudos sobre procedimentos de cálculo tarifário – Procalt; r) Desenvolvimento de estudos para detalhamento da matriz de riscos da Sabesp visando indicar o tratamento a ser dado na eventualidade de cada um dos riscos. Regulação Econômico-Financeira e de Mercados – Gás Canalizado: a) Reajuste tarifário anual da margem de distribuição, TUSD e TUSD-E da Comgás e atualização da parcela de custo do gás nas tarifas; b) Reajuste tarifário anual da margem de distribuição da Gás Natural São Paulo Sul S.A. e atualização da parcela de custo do gás nas tarifas; c) Realização de Consulta Pública e Audiência Pública do processo da Terceira e Quarta Revisão Tarifária Ordinária da Gás Brasiliano (GBD); d) Reajuste tarifário anual da margem de distribuição da Gás Brasiliano (GBD) e atualização da parcela de custo do gás nas tarifas; e) Processo da Terceira e Quarta Revisão Tarifária Ordinária da Gás Natural São Paulo Sul S.A. – Naturgy em andamento, com finalização prevista para maio/2021; f) Estabelecimento de critérios para apuração, cálculo e compensação das despesas com perdas regulatórias das concessionárias de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo; g) Postergação de cronograma de levantamento de ativos e conciliação com registros contábeis da concessionária Gás Natural São Paulo Sul – Naturgy; h) Início dos processos de fiscalização do laudo de ativos da Comgás, Gás Brasiliano (GBD) e Gás Natural São Paulo Sul (Naturgy); Fiscalização Econômico-Financeira – Saneamento Básico: a) Realização de 15 fiscalizações econômico-financeiras com objetivo de verificar as receitas, custos e aplicação de tarifas das concessionárias de serviços de saneamento básico; b) Início dos processos de fiscalização do laudo de ativos Sabesp referentes à 3ª RTO; c) Desenvolvimento e implantação do Manual de Fiscalização Econômico-Financeira nos setores de saneamento básico e gás; d) Início da elaboração no novo Manual de Contabilidade Regulatória e Plano de Contas das empresas de saneamento reguladas pela Arsesp. Objetivo de padronização das demonstrações contábeis das empresas reguladas. Conclusão prevista para junho/2021; e) Análise das glosas efetuadas na base de ativos da Sabesp – 1ª RTO. Fiscalização Econômico-Financeira – Gás Canalizado: a) fiscalizações econômico-financeiras, com objetivo de verificar as receitas, custos e aplicação de tarifas; b) Elaboração dos cálculos dos valores a serem aplicados em P&D para as três concessionárias; c) Realização da fiscalização em campo e conciliação físico contábil para validação do laudo de ativos da concessionária Comgás; d) Realização das fiscalizações em campo para validação do laudo de ativos das concessionárias Naturgy e Gás Brasiliano; e) Elaboração dos cálculos para o recolhimento do complemento da Taxa de Regulação Controle e Fiscalização – TRCF para o ano de 2020 e projeção para 2021, base para a projeção do orçamento da ARSESP. Evolução do PPA – Plano Plurianual (2020) Indicadores dos Produtos.

Metas Quantitativas e Gerenciais, dados atualizados até 31/10/20.

Produto - Indicador: Total de Atividades de Fiscalização e Regulação.	Fiscalização		Regulação	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Saneamento – Indicador LOA	460	955	45	109

Produto - Indicador: Percentual de Municípios apoiados na Revisão dos PMSB.	Meta Anual	
	Previsto	Realizado
Saneamento – Indicador Gerencial	33%	0%
Produto - Indicador: Total de Atividades de Fiscalização (Conforme Contrato de Metas ANEEL).	Previsto	Realizado
Energia Elétrica – Indicador LOA	210	152

Produto - Indicador: Total de Atividades de Fiscalização e Regulação.	Previsto	Realizado Fiscalização	Realizado Regulação
Gás Canalizado – Indicador LOA	757	387	177

Produto - Indicador: Relação entre o total de solicitações encerradas com o total de solicitações registradas no mês.	Percentual Atendimento (Encerrado X Registrado)	
	Previsto	Realizado
SAU – DRI – Indicador Gerencial	90%	92,28%
Produto - Indicador: Prazo de entrega dos itens da Agenda Regulatória da Dir. Econômico-Financeira e Mercados	Meta Anual	
	Previsto	Realizado
Dir. Econômico-Financeira – Indicador LOA	100%	100%
Produto - Indicador: Total de Fiscalizações Econômico Financeiro contabilizados por Relatórios Concluídos.	Realizado	
Dir. Econômico-Financeira – Indicador Gerencial	18	

Metas Qualitativas, dados atualizados até 30/06/20.

Produto - Indicador: Percentual de Cumprimento da Agenda Regulatória da Diretoria de Saneamento Básico.	Meta Anual	
	Previsto	Realizado
Saneamento – Indicador PPA	90%	0%

Produto - Indicador: Percentual de Cumprimento da Agenda Regulatória da Diretoria do Gás Canalizado	Meta Anual	
	Previsto	Realizado
Gás Canalizado – Indicador PPA	90%	0%

Produto - Indicador: Nota de Avaliação da Qualidade dos Produtos Entregues à ANEEL	Meta Anual	
	Previsto	Realizado
Energia Elétrica – Indicador PPA	90%	94,82

Produto - Indicador: Percentual de Qualidade dos Materiais Desenvolvidos para a Agenda Regulatória da Dir. Econômico-Financeira e Mercados	Meta Anual	
	Previsto	Realizado
Dir. Econômico-Financeira – Indicador PPA	100%	93%

Produto - Indicador: Percentual de Cumprimento da Agenda Regulatória da Diretoria de Relações Institucionais	Meta Anual	
	Previsto	Realizado
SAU – DRI – Indicador PPA	90%	30%

Unidade de Comunicação: A Unidade de Imprensa atuou na Coordenação das relações do Governo com a Imprensa; supervisionou as ações pertinentes à imprensa desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado; organizou o fluxo interno de informações do Governo e produção do material de divulgação de caráter jornalístico para os meios e veículos de comunicação. Destacam-se as seguintes ações realizadas em 2020: Portal do Governo do Estado de São Paulo: principal canal oficial de acesso de informações sobre o governo paulista, com cerca de 4,5 milhões de visitas por mês. Ao todo, o Portal divulgou 4.940 publicações oficiais entre os meses de janeiro e novembro; Acompanhamento de mídia: de janeiro a novembro, os veículos de imprensa veicularam 473.709 publicações sobre o Governo de São Paulo em jornais, sites e emissoras de rádio e TV, com 366 artigos de opinião e 1.140 entrevistas. As pautas envolvem destaques de várias secretarias e órgãos da Administração Direta e Indireta, além de notícias relacionadas a agendas públicas de Governo; Atualizações Diárias das Redes Sociais: permitiu a interatividade entre os cidadãos e o Governo do Estado, além de promover interações com secretarias e entidades vinculadas ao Estado. São mais de 769 mil fãs no Facebook do Governo SP; o perfil do Twitter tem cerca de 455 mil inscritos; o Instagram possui cerca de 255 mil seguidores; no Youtube mais de 154 mil inscritos; além de mais de 62 mil inscritos no LinkedIn; Programa de Sinergia entre equipes digitais do Governo, secretarias e órgãos públicos estaduais: compartilhamento diário de conteúdos nos perfis oficiais do Governo de São Paulo nas redes sociais; Acompanhamento e análise digital: avaliação quantitativa e qualitativa dos principais temas relacionados ao governo mencionados nas redes sociais e resposta a cidadãos nos canais digitais; Produção audiovisual: a produção no estúdio multimídia registrou 1.215 vídeos, entre entrevistas gravadas, entradas ao vivo e produção de conteúdo próprio; em áudio, foram 1.266 produções, entre gravações para a imprensa e entrevistas ao vivo; Reuniões: em virtude das medidas de distanciamento social para enfrentamento à pandemia, a periodicidade das reuniões do SICOM e do Conselho Gestor de Comunicação foram afetadas. Houve duas reuniões do SICOM, em ambiente virtual; e quatro encontros do Conselho Gestor do Comunicação com os principais órgãos que compõem o SICOM, nos dias 19 de fevereiro, 10 de março (ambas presenciais), 11 de agosto e 15 de setembro (ambas por videoconferência); Acompanhamento de agendas públicas: a equipe da UniCom acompanhou todos os eventos de agendas públicas do governador. Assessores e redatores produziram textos para publicação no Portal e envio para jornalistas em todo o estado. A agenda pública do governador é divulgada diariamente na internet para garantir transparência e permitir acompanhamento dos atos pela imprensa; Assessoria de imprensa de representantes do Governo do Estado: nas agendas públicas, o Governador é acompanhado por um assessor de imprensa e equipes de áudio, vídeo e fotografia que prestam serviços à Unidade de Comunicação; Informações estratégicas para autoridades do Governo do Estado: a equipe da UniCom também preparou materiais para uso interno e externo do governador e secretários estaduais em apresentações, palestras, reuniões e entrevistas. Foram 761 *papers*, 31 vídeos institucionais, 2 edições da revista SP em Ação, 105 edições do newsletter Governo em Ação e 25 edições da revista online Como SP Se Preparou Para Enfrentar o Coronavírus; Atendimento à Imprensa. Ações Estratégicas de Enfrentamento à Pandemia: o combate à pandemia contou com ações diretas da UniCom para atendimento à imprensa, informação direta à população e combate a *fake news*. Houve 150 entrevistas coletivas de autoridades do Estado direcionadas especificamente ao controle da pandemia e conscientização social; produção diária de conteúdo institucional multimídia para uso jornalístico e divulgação em redes sociais; veiculação de 13 sites temáticos reunidos no portal saopaulo.sp.gov.br/coronavirus; canais digitais exclusivos contra notícias falsas; bancos públicos de vídeos, áudios e fotografias; e uso massivo de big data, infográficos, tabelas e mapas interativos em sites de acompanhamento diário de evolução da pandemia e capacidade hospitalar. Unidade de Marketing. Dentre todas as campanhas/materiais de comunicação produzidas no período de janeiro a dezembro de 2020, destacam-se: Campanhas:• Secretaria de Governo: IPVA; Clínica de Saúde – UBS; Combate à Dengue; Fórum de Davos; Novotec; Corrida de Mulheres; Operação Verão + Seguro; CDHU Juros Zero; Etec/Fatec; Coronavírus; Dia Internacional da Mulher; Coronavirus – Dia das Mães; Coronavírus – Lei Emergencial Cultural; Educação SP 2021 – Matrículas Abertas; Coronavírus – São Paulo não Para; Educação SP 2021 – Kit de Atividades; Coronavírus – Operações em Segurança Pública; Alimento Solidário; • Secretaria de Turismo: Turismo em São Paulo; • Secretaria da Educação: Coronavírus – Ensino a Distância; Etec/Fatec; Coronavírus - Educação IDEB; Educação SP 2021 – Matrículas Abertas; • Secretaria da Saúde: Coronavírus; Instituto Butantan; • Secretaria da Fazenda e Planejamento: Plano Retomada Econômica SP.Materiais de Comunicação. • Secretaria de Governo: Bom Prato; Fórum Davos; Policial Nota 10; Nota Fiscal Paulista; Creche Escola; Gravidez na Adolescência é para a Vida Toda; Polos de Desenvolvimento; Missões Internacionais; Corrida de Mulheres; Praça da Cidadania; Novotec; Operação Verão + Seguro; Turismo-SP; Conheça o Litoral Norte; Defesa Civil; LGBT Folia; Festival de Inverno de Campos do Jordão; Coronavírus- Uso Obrigatório de Máscara; • Secretaria de Educação: Creche Escola.

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Introdução: Política Habitacional E Diretrizes Da Gestão - A Secretaria Estadual da Habitação, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano -CDHU e da Agência Paulista de Habitação Social -Casa Paulista, empenhou todos os esforços para cumprir as metas estabelecidas no PPA 2020-2023. Com os desafios trazidos pela conjuntura político-econômica nos últimos anos, que prosseguiram em 2020, sendo agravados pela pandemia do COVID-19, a Secretaria empenhou-se na consecução de seus objetivos e metas de atendimento às demandas de habitação de interesse social no Estado de São Paulo, mantendo os esforços para aprimoramento dos processos de governança, gestão e integração das ações da pasta e com outros agentes parceiros e financeiros. Tendo como base as orientações previstas no Plano Estadual de Habitação 2011-2023, a Secretaria prosseguiu na busca de realização de suas diretrizes estratégicas, em duas vertentes complementares: Ações Corretivas e Fomento e Provisão de Moradias. Ações Corretivas - Ação estratégica em áreas de risco - Urbanização de favelas e assentamentos precários - Habitação sustentável no litoral paulista - Cidade Legal: apoio à regularização fundiária - Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Fomento E Provisão De Moradias - FPHIS – Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social / Casa Paulista -Ações de provisão habitacional - PPP/Parcerias.

Governança e Gestão da Política Habitacional - Dentre as ações institucionais que a pasta tem empreendido, destacam-se: - Governança da CDHU - A CDHU sempre buscou manter boas práticas de governança corporativa e conformidade, prezando pela transparência com todas as suas partes interessadas. A partir da edição da Lei 13.303/2016, que estabelece mecanismos para ampliar e aprimorar a transparência e práticas de governança nas empresas estatais, a Companhia passou a tomar as providencias necessárias para se adequar às novas exigências, fortalecendo sua estrutura organizacional e adotando os procedimentos necessários à divulgação de informações, gestão de risco, código de conduta e constituição e funcionamento dos conselhos e requisitos mínimos para nomeação de dirigentes. A governança da CDHU está estruturada por meio de um corpo diretivo do qual fazem parte a presidência e cinco diretorias, além de superintendências e gerências, com funções específicas relacionadas às suas áreas de atuação. Todo o processo de seleção e nomeação para cargos de confiança, incluindo o mais alto órgão de governança, acontece com foco nos requisitos de competência para o exercício das atividades. Objetivando fortalecer ainda mais a sua estrutura de governança corporativa, em 2019 a CDHU contratou uma empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoramento e consultoria técnica necessária à implantação das áreas de Auditoria Interna, de Conformidade, de Gestão de Riscos e de Controles Internos, cujos trabalhos iniciaram-se em maio daquele ano, com previsão de término ajustada para dezembro/20, compreendendo: O desenvolvimento de metodologia de auditoria interna, revisão de controles e gestão de riscos utilizando a estrutura COSO – *The Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission;* Levantamento de procedimentos e controles; Desenvolvimento de programa de testes e realização de análises; Elaboração e atualização de normas e procedimentos de cada processo; Treinamento e capacitação de servidores. No tocante à Gestão de Riscos, o objetivo é a identificação de eventos que poderiam comprometer as estratégias da companhia na consecução dos seus objetivos de negócio, bem como indicações para o gerenciamento desses eventos, de modo a contribuir para o alinhamento às diretrizes de apetite ao risco. Após levantamento e classificação da criticidade dos riscos que permeiam a companhia, foram selecionados pela diretoria, de forma preliminar, os temas abaixo para seleção dos processos que foram mapeados detalhadamente pela consultoria, objetivando a identificação dos controles existentes para mitigação dos riscos, bem como o estabelecimento de um plano de ação para eventuais melhorias de controles: Continuidade de Negócios - Impossibilidade de garantir que os produtos/serviços essenciais sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um incidente crítico dentro do contexto do negócio; Gestão de Unidades Habitacionais - Monitoramento inadequado das atividades realizadas, pelos mutuários, nas unidades habitacionais gerando possíveis perdas financeiras e/ou ações jurídicas; Gestão da Carteira de Recebíveis - Divergências, dificuldades ou falhas no acompanhamento da carteira de recebíveis junto aos mutuários e a operações relacionadas a essas; Gestão de Obras - Falta ou escassez de recursos operacionais e insumos que possam impactar os negócios da companhia. Falhas operacionais em decorrência do não cumprimento das normas, procedimentos, rotinas de manutenção e prevenção; Cível - Procedimentos civis não adequadamente tratados ou em desacordo com a legislação em vigor, expondo a Companhia a processo cível. (ex: Ausência de pessoal especializado para interpretação e entendimento da legislação e análise dos impactos para empresa, monitoramento das causa das ações cíveis e atuação para redução junto às áreas de negócios). Os temas preliminarmente selecionados foram objeto, dos seguintes avanços: elaboração de fluxograma, testes de controle e estabelecimento de procedimentos para auditoria interna. Foram identificadas exceções e oportunidades de melhoria nos processos, tendo sido definidos, inicialmente: a causa-raiz envolvida; os processo e subprocessos relacionados; fatores de riscos envolvidos; melhores práticas de controles internos; descrição dos aspectos identificados; exemplos e quantificação de exceções, quando aplicáveis; propondo-se ações para a correção das condições existentes visando à melhoria dos controles. As recomendações foram previamente discutidas com cada área auditada, a fim de avaliar a viabilidade de sua implementação e análises de custo versus benefício. Além dessa seleção inicial, estão sendo realizados procedimentos complementares de análise geral de riscos, revisão de processos e atualização dos planos de mitigação referentes à incorporação pela CDHU de atividades oriundas da Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, ocorrida em dezembro de 2019, cujos trabalhos da consultoria estão em fase final. Ações de qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social - Dentre as ações de qualidade e sustentabilidade promovidas pela pasta, destacam-se: pelo décimo primeiro ano consecutivo, a CDHU elaborou seu Relatório de Sustentabilidade. Neste relatório – que corresponde ao período de 1º/1 a 31/12/2019 – são apresentadas informações das principais ações realizadas pela Companhia, sua forma de gestão e o relacionamento com as partes interessadas. Para este Relatório, a CDHU adotou os princípios e as diretrizes da *Global Reporting Initiative* - GRI e da *International Integrate Reporting Council* -IIRC, apresentando um relato integrado, estruturado em 6 capitais: Manufaturado, Humano, Intelectual, Social, Natural e Financeiro. O desenvolvimento dos trabalhos do Comitê de Inovação e Sustentabilidade visaram à implantação dos projetos previstos em 2019, envolvendo novos padrões habitacionais e urbanísticos, incluindo dispositivos de reuso de águas pluviais, procedimentos de controle e aproveitamento de resíduos da construção e soluções sustentáveis de drenagem urbana. O projeto piloto do empreendimento "Campos do Jordão I", que agrega diversos desses dispositivos, está em processo de aprovação nos órgãos rresponsáveis- Prefeitura e Cetesb e deverá ter suas obras encaminhadas a partir de 2021. Os resultados apresentados pelas ações do Comitê de Inovação e Sustentabilidade na área de eficiência energética, racionalização de uso de água e medição de insumos e resíduos nos canteiros de obras da CDHU indicaram a manutenção do padrão de eficiência e atendimento às expectativas dos projetos apresentados. Na área de eficiência energética, foram instalados de 2009 até 2018, 82.906 Sistemas de Aquecimento Solar, tanto por meio de parcerias com concessionárias como com recursos próprios, totalizando um investimento de aproximadamente R$122 milhões, levando a uma economia projetada de 18.239 KWH/mês. Em 2019 foi concluído o objeto do convênio celebrado entre a Secretaria da Habitação/CDHU e Secretaria da Energia e Mineração que teve como objetivo fomentar a implantação do sistema fotovoltaico nas unidades habitacionais da CDHU e viabilizou o desenvolvimento dos projetos-piloto que foram implantados e monitorados, os quais apresentaram ótimos resultados, conforme dados sintetizados abaixo: Empreendimento Pontes Gestal F - 14 residências: foram instalados 14 sistemas de microgeração distribuída de 1,0 kWp com 4 módulos fotovoltaicos de 255W. O Resultado da Avaliação dos Consumos médios dos Empreendimentos comparando o período de março de 2016 a fevereiro de 2017 em relação ao período de março de 2017 a fevereiro de 2018 mostra uma redução de 54,3%, que representa uma redução de consumo de 54,3% -de 131 kWh/mês para 60 kWh/mês, em valores representa uma economia média de R$ 36,45, ou seja, 53,6% de redução no valor. Empreendimento Elisiário C2 - 8 residências: foram instalados 8 sistemas de micro geração distribuída de 0,5 kWp com 2 módulos fotovoltaicos de 265W em 6 casas e, em 2 casas foram instalados módulos de 330W. O Resultado da Avaliação dos consumos médios do Empreendimento comparando o período de abril de 2016 a fevereiro de 2017 com abril de 2017 a fevereiro de 2018 mostra uma redução em valor de R$ 12,18 que representa 16,9% do valor, em consumo a redução representa para: Residências com consumo menor que 115 kWh/mês - redução de 29,6% - Residências com consumo entre 115 e 170 kWh/mês - redução de 34,5% - Residência com consumo acima de 220 kWh/mês - redução de 13%. Nos dois Projetos Piloto a geração de energia está sendo maior do que estimada, comprovando a sua eficácia. A CDHU entregou, até novembro, 25 empreendimentos com 2.302 unidades habitacionais beneficiadas com o sistema fotovoltaico, e está prevista para o ano de 2021 a entrega de 39 empreendimentos com 3.161 unidades habitacionais com sistema fotovoltaico. Todos os projetos com sistemas fotovoltaicos estão sendo dotados também de lâmpadas LED, que reduzirão ainda mais o consumo dos mutuários. Todas as unidades habitacionais iniciadas em 2020, já contam com o sistema fotovoltaico, inclusive os empreendimentos em parceria da CDHU com a Caixa. A Diretoria de Planejamento e Projetos, assumindo o direcionamento dos novos serviços não relacionados à produção de Habitações, está utilizando a experiência já adquirida pela Companhia em Sistemas Fotovoltaicos para incorporar essa Tecnologia em seus novos contratos. Quanto às ações de racionalização do uso da água deu-se prosseguimento a: Individualização de medição de água nos conjuntos habitacionais multifamiliares; Utilização de equipamentos redutores de consumo de água: bacias sanitárias tipo VDR - volume de descarga reduzido e torneiras com arejadores/redutores de fluxo de água. Soluções de aproveitamento das águas de chuva nas descargas também estão em estudo para serem implantados nos novos empreendimentos. No Empreendimento "São Sebastião F", concluído, foram implantadas cisternas que armazenam a água de chuva e estão diretamente interligadas nas bacias sanitárias para reduzir o volume de água consumido da concessionária ao final do mês. Esse sistema foi monitorado durante todo o ano de 2019 e a média de economia com água pluvial, foi de 15,5%, bem como, os resultados obtidos nos ensaios físico-químicos, demonstraram que a água analisada - água pluvial coletada na cisterna, não é potável, e não é contaminante, sem prejuízos para a saúde humana e animal, conforme ensaios apresentados. Como citado, o projeto-piloto em Campos do Jordão vem sendo desenvolvido com dispositivos que possibilitam uma "Infraestrutura verde"- quanto à drenagem, técnicas de design

que simulam os processos naturais a fim de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da água, desacelerando seus fluxos, reduzindo os escoamentos superficiais ou o impacto das secas e purificando a água. Esse empreendimento receberá também sistema fotovoltaico para geração de energia, sistemas solares de aquecimento de água, além da implantação sistemas de aproveitamento da água de chuva e implantação de reciclagem de óleo e lixo. Quanto ao gerenciamento das medições e registro de informações de geração de resíduos, consumo de água e energia elétrica nas obras habitacionais da CDHU, há registro descentralizado em todos os canteiros de obras. Os dados têm sido lançados no sistema Gestão de Empreendimentos -GEM e estão gerando indicadores para consumo de água, energia elétrica e produção de resíduos nos canteiros de obra dos empreendimentos habitacionais. Premiações - A CDHU recebeu os seguintes prêmios e classificações: Prêmio ABC Habitação - Selo de Mérito na categoria: Ações estruturantes e de racionalização de procedimentos e otimização dos custos com o projeto: Tecnologia transformando o Atendimento Social. Classificação de destaque no Anuário da Revista Época Negócios de 2020 - balanço de 2019 – tendo a CDHU apresentado expressiva evolução na colocação geral, alcançando a melhor posição já obtida desde 2015 - 69º lugar no ranking geral das empresas de todo o país, com os seguintes destaques: 3ª no setor da construção civil e 1ª no setor em sustentabilidade. Processo de aprimoramento dos instrumentos de gestão e operação da política de atendimento e planejamento habitacional. - Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Habitacional - Mapeamento de Assentamentos Precários e Planos Regionais de Habitação - Câmaras Temáticas de Habitação dos Conselhos Regionais. De modo a qualificar o diagnóstico habitacional nas regiões metropolitanas, incorporando informações territoriais de necessidades habitacionais que orientem a definição de programas e linhas de ação, foi concluído, entre final de 2019 e início de 2020, o trabalho em parceria com a Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM e os municípios participantes da Câmara Temática de Habitação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista - Condesb. Este trabalho alcançou avanços expressivos, seja na estruturação de variáveis e conceitos para caracterização de assentamentos precários, seja no mapeamento dos assentamentos dessa região, com informações inseridas no Sistema de Informações Metropolitanas – SIM, avançando em sua qualificação e na construção de critérios para definir prioridades de ação. O trabalho recebeu o Prêmio ABC Habitação - Selo de Mérito em 2019. A plataforma geocolaborativa SIM foi desenvolvida para facilitar o mapeamento das áreas de assentamentos precários e a inserção de seus atributos. Com isso é possível obter não apenas a situação de cada assentamento mapeado, mas sobretudo sua classificação em uma tipologia de intervenção: regularização fundiária, urbanização simples, urbanização complexa, e desocupação total. A tipologia de intervenção indica as ações necessárias para recuperação dos assentamentos, constituindo subsídio indispensável para pautas efetivas de investimentos habitacionais. Os resultados na Baixada Santista indicam mais de cem mil domicílios em assentamentos precários, a maioria demandando ações de urbanização complexa, enquanto na RMSP o mapeamento das áreas está avançando, registrando-se mais de um milhão de domicílios nesses assentamentos. Os resultados não se medem apenas pela precisão do diagnóstico territorial, mas também pelos ganhos aferidos no processo de construção cooperativa do diagnóstico, com capacitação das equipes e fortalecimento institucional. A CDHU, como agente técnico do Sistema Estadual de Habitação, tem papel fundamental na elaboração da metodologia de trabalho e na articulação dos partícipes: Conselhos de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas da Baixada Santista e de São Paulo; Câmaras Temáticas de Habitação; Agências Regionais; Municípios e agora o IGC, que passou a ser o responsável pela plataforma geocolaborativa SIM. Para o prosseguimento dos trabalhos está em aprovação e deverá ser firmado termo/convênio para cooperação CDHU/IGC. Os usos desses resultados do trabalho evidenciam-se de várias formas: As informações espacializadas foram solicitadas pelo IBGE para definir perímetros de aglomerados subnormais para o próximo censo demográfico na RMBS; Foram incorporadas aos mapeamentos da sala de situação do COVID 19, por constituírem a mais atual referência da precariedade habitacional e urbana no território da RMSP, ainda que não finalizado o trabalho. Da mesma forma, têm orientado a elaboração de projetos integrados, como os que estão em desenvolvimento para a PPP Vida Digna – atuação em palafitas na Baixada Santista, e também para o Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, tendo potencial para indicar ações em Mananciais e outras ações nas regiões metropolitanas. Em todo o processo, tem sido evidenciada a importância do protagonismo da Secretaria da Habitação e da CDHU para estruturar o diagnóstico colaborativo das necessidades habitacionais nas regiões metropolitanas paulistas, com foco no conhecimento qualificado do território, estruturando uma base comum para a definição de diretrizes para o planejamento e execução das funções públicas em que se insere a política habitacional de interesse social. É importante destacar esse papel essencial e integrador da iniciativa pública do Estado de São Paulo para o enfrentamento das questões habitacionais e urbanas, que ficaram ainda mais evidentes no período da pandemia do COVID-19. Planejamento Estratégico – Plano de negócios 2021 e estratégia até 2025 - Com base nos trabalhos de planejamento estratégico da CDHU, e tendo a referência das diretrizes do Plano Estadual de Habitação - PEH-SP- 2011-2023, a CDHU apresenta ao Conselho de Administração, na sua última reunião anual, pelo quinto ano consecutivo, o Plano de Negócios 2021 e a estratégia de longo prazo atualizada, com análise de riscos e oportunidades para os próximos cinco anos, conforme exigências da Lei Federal nº13.303/2016 – Lei das Estatais – em continuidade aos elaborados para 2017, 2018, 2019 e 2020, tendo também aferido a realização das metas do Plano de Negócios do exercício atual. Esse instrumento consolida o planejamento gerencial, com foco estratégico, e reitera a ênfase no monitoramento e avaliação orçamentária, a visão da carteira da CDHU, como ativo fundamental, a importância da continuidade dos esforços para redução da inadimplência e captação de recursos, além de iniciativas voltadas à normatização da política de atendimento da Companhia, passando a incluir para 2021 as novas perspectivas de atuação com a prestação de serviços de desenvolvimento urbano, sujeitos às diretrizes do governo para o setor habitacional em 2021. Ação estratégica em áreas de risco - A gestão de desastres no âmbito das ações da Secretaria da Habitação e dos empreendimentos próprios da CDHU tem como base o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos estabelecido pelo Decreto nº 64.673/2019 – e está baseada no Manual de Gestão de Riscos de Desastres e conta com ações de prevenção, mitigação e erradicação de áreas de risco de desastres em áreas com ocupação irregular vulneráveis aos efeitos de mudanças climáticas e sujeitas aos riscos de escorregamento de massas, deslizamentos de maciços de terra, enchentes e enxurradas. Também inclui questões focadas em riscos de incêndio, descarga atmosférica e explosão pela execução das obras de AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros ou pela ação com síndicos dos condomínios, prestando orientação e apoio para renovação do AVCB. Estas ações estão em conformidade com os decretos estaduais abaixo, que definem as ações e responsabilidades para cada Secretária de Estado: Decreto Nº 63.911, de 10/12/2018 -Decreto Nº 64.592, de 14/11/2019 -Decreto Nº 64.673, de 16/12/2019 - Nesse corpo normativo destaca-se a função da Secretaria da Habitação voltada a: promover, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual de Investimentos, o atendimento habitacional prioritário à demanda de interesse social de áreas de risco, por meio de soluções de reassentamento habitacional; apoiar, no âmbito dos programas habitacionais de sua coordenação e em parceria com os Municípios paulistas e demais agentes responsáveis, soluções para a recuperação das condições de moradia da população de baixa renda, comprovadamente atingida por desastres. As ações específicas vêm sendo encaminhadas por meio de diversa modalidades de atuação descritas no item 4 deste documento. Ações gerenciais da CDHU para captação de recursos e diminuição dos índices de inadimplência -Em face da pandemia – COVID 19, tem sido atípico no mais amplo sentido. O isolamento social, necessário a partir de março, afetou fortemente a economia e, por conseguinte a classe trabalhadora, tendo como consequência o aumento significativo do desemprego, quer seja formal ou informal. Sensível ao momento adverso, a CDHU suspendeu as ações de cobrança, as notificações extrajudiciais, os leilões e as reintegrações de posse dos imóveis. No entanto, em que pese o cenário de crise, embora tenha aumentado a quantidade de mutuários inadimplentes nos primeiros 10 meses, a arrecadação de prestações, desde março, vem apresentando excelentes resultados, de tal modo que em setembro foi registrada a segunda maior marca histórica da carteira -R$ 69,7MM de arrecadação mensal. Reconhecendo o esforço de quase 80% da população mutuária, que mantém a regularidade no pagamento das prestações e, principalmente, considerando o problema de perda ou redução de renda das famílias afetadas pela recessão da economia, a direção da CDHU aprovou um pacote de condições especiais para regularização de débitos constituídos no período da pandemia, mais precisamente, aqueles que mantinham suas prestações em dia e ficaram inadimplentes em 2020. As condições seguem relatadas: Pagamento integral -à vista: do valor a pagar, desconsiderando os juros de mora, multa e correção monetária; Contratos SEM acordo anterior: parcelamento sem entrada, desconsiderando a cobrança de juros de atraso de mora e multa, e admitindo o parcelamento sem juros até o final do prazo do contrato, com carência de até 60 dias para o pagamento da primeira prestação com acordo; Contratos COM acordo anterior: suspensão da cobrança das prestações/parcelas do acordo no período afetado, transferindo a cobrança das prestações em atraso para o final do contrato. As condições acima também foram aprovadas para atender mutuários que têm contratos em fase de execução judicial, porém neste caso o acordo deve conter a chancela do judiciário, sendo interessante tanto para o mutuário que conta com uma condição excepcionalíssima, como para a CDHU, que além de recompor a cobrança das parcelas mensais, ainda passa a ter em seu favor um título executivo, ou seja, na ocorrência de nova inadimplência a execução é menos onerosa aos cofres da Cia. e mais célere. Em todos os casos, foram mantidas as ações de emissão de boletos avulsos -2ªs vias de prestações agrupadas, além do atendimento pelo ALÔ CDHU -0800 e Site -www.cdhu.sp.gov.br, sempre com foco em atender as famílias em situação de isolamento social -Campanha "Fique em casa". A pandemia também impôs desafios no sentido de que adaptações fossem promovidas no modelo de atendimento e, nesse contexto, passou-se a adotar audiências de conciliação – CEJUSC, por meio virtual - à distância, assistidas e mediadas por representantes do Poder Judiciário. Quanto à inadimplência, considerando os mutuários em atraso superior a 3 no pagamento, em outubro, o percentual foi de 22,75%, contra 18,08% em 2019.

Posição da carteira em 31/10/2020:

Créditos ativos	Inadimplência	Adimplência
285.470	64.944 (22,75%)	220.526 (77,25%)

Arrecadação Total* = R$ 655.9MM (até outubro/2020), contra 637,9MM acumulada até outubro/2019. (*) valor referente a prestações recebidas no mês, antecipadas e atrasadas, acrescido das quitações, indenizações de seguros, FGTS e leilões.

Ações sociais em habitação - Trabalho Técnico Social em urbanização de favelas e áreas urbanas degradadas. - Trabalho Técnico SSocial-TTS em favelas e assentamentos precários durante o ano, foi desenvolvido em 19 núcleos de favelas, situados em 10 municípios abrangendo cerca de 23 mil famílias e envolvendo projetos de: requalificação urbana com intervenção direta da CDHU, por meio da urbanização das áreas e/ou remoção e reassentamento das famílias; convênios com outros órgãos para implantação de projetos de mobilidade urbana, habitação, saneamento, e outros; recuperação ambiental em programas de governo e regularização fundiária de áreas urbanizadas ou consolidadas. Apoio à recomercialização de unidades habitacionais retomadas. Ações de urbanização remoção e reassentamento de famílias em projetos de requalificação urbana com intervenção direta da CDHU: foram realizadas ações de atendimentos sociais, vistorias e visitas domiciliares, e também suporte técnico à equipe de projetos. Vicente de Carvalho II em Bertioga Guarulhos C – Pimentas Jardim Santo André Hortolândia - A3. Convênios com outros órgãos públicos: foram realizadas ações para remoção e reassentamento de famílias dos convênios envolvendo atendimentos sociais presenciais e remotos de apoio à viabilização de cartas de crédito. CPTM linha 9 – Esmeralda CPTM linha 13 – Jade STM linha 6 Laranja Metrô linha 5 – Lilás e 15 – Prata Metrô linha 17 – Ouro Quadra 36 - Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para implantação do Hospital Pérola Byington Parque Várzeas Tietê – PVT DAEE. Ações de recuperação ambiental em programas de governo: as atividades desenvolvidas tiveram como foco os atendimentos sociais, vistorias e visitas domiciliares, acompanhamento do processo de comercialização e mudança das famílias, suporte técnico à equipe de projetos, mapeamento e caracterização socioeconômica. Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar nos municípios de Cubatão, Ubatuba e São Sebastião. Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista no município do Guarujá. Ações de apoio à regularização fundiária: ocorreram nos Projetos Jardim Santo André -no núcleo Cruzado, em São Bernardo do Campo núcleo DER, Hortolândia A1 e A2 e Cota 200 em Cubatão -Programa Serra do Mar. Envolveram atividades de pactuação dos lotes por meio de reuniões com lideranças locais, arrolamento e mapeamento de lote na visão dos moradores, atendimentos individuais e mediação de conflitos, quando da contestação das dimensões e perímetro do lote. Apoio à recomercialização de unidades habitacionais retomadas: merece destaque o trabalho realizado com famílias que se encontram em auxílio-moradia, por meio da oferta de unidades recomercializadas via aplicativo Kaizala, envolvendo ações de atendimentos sociais presenciais e remotos, dentre outras atividades necessárias para apoiar as famílias a concluir o processo de atendimento habitacional. Nos 19 núcleos dos projetos acima mencionados foram realizados mais de 10 mil atendimentos sociais às famílias - envolvendo atendimentos presenciais e remotos, ações de mobilização, vistorias e visitas domiciliares e monitoradas à empreendimentos habitacionais. No que se refere às atividades de fomento à Organização Comunitária e Desenvolvimento Local -OCDL, ocorreu em quatro projetos ou áreas de intervenção: Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, Guarulhos-C Pimentas, Jardim Santo André e Pantanal e se concentraram em 6 eixos de atuação: participação e organização comunitária, pós-urbanização, arte-educação, comunicação comunitária, educação ambiental, economia solidária. Ao todo, foram 19 projetos de OCDL, que tiveram como objetivo promover o desenvolvimento local por meio do fortalecimento do tecido comunitário e da identidade local, da promoção da cidadania, da valorização das potencialidades/vocações do território, bem como o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais que possam atuar na sustentabilidade da intervenção e das atividades. Destaca-se, a estratégia de atuação para o desenvolvimento e emancipação dos projetos sociais, seu engajamento em redes e coletivos de trabalho com pautas

comuns e afirmativas, o que passou necessariamente pela inclusão digital desses grupos, de modo a permitir seu acesso e interação com as mídias sociais. Esse avanço possibilitou o prosseguimento do trabalho de forma remota durante o período de pandemia. A superintendência aprimorou seu processo de gestão, acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução do Trabalho Técnico Social -TTS, a partir dos seguintes eixos e respectivas ações: Consolidação, institucionalização da metodologia: conclusão do processo de normatização das ações de intervenção em favela e readequação da metodologia para atender às novas modalidades de trabalho; Aprimoramento do sistema de gestão de informação do TTS: desenvolvimento de aplicativo para caracterização socioeconômica das famílias moradoras em favelas e assentamentos precários, ganhador do Prêmio ABC - selo de mérito 2020; desenvolvimento de pesquisa remota para caracterização de perfil socioeconômico, padronização e desenvolvimento de instrumentais de suporte ao TTS de campo; Produção de conteúdos institucionais sobre o TTS: finalização de vídeo e elaboração de portfólios para prestação de serviços, sobre a metodologia e ações de organização comunitária e desenvolvimento local; Monitoramento e avaliação: merecem destaque - Relatório de Avaliação de Impacto do Programa Serra do Mar. Pesquisa de avaliação e monitoramento da qualidade de vida com famílias residentes em área urbanizadas dos Projetos Jardim Santo André e Guarulhos C – Pimentas. Pesquisa de Avaliação do Reassentamento por Carta de Crédito com famílias do Projeto Jardim Santo André, Marginais, CPTM Linhas 13 e 9, STM Linha 6, Metrô Linhas 5 e 15, DAEE - PVT e SS/SH Hospital Pérola Byington – Quadra 36. Programa de Testagem de COVID-19 em Comunidades Vulneráveis do Governo do Estado: realizado em parceria entre a Secretaria de Estado da Habitação e o Instituto Butantan. A equipe social de recuperação urbana da CDHU atuou nos Projetos Pantanal e Jardim Santo André nos meses de julho e agosto, envolvendo cerca de 4.200 moradores dessas áreas. Trabalho Técnico Social -TTS, de pré-ocupação e pós-ocupação em Empreendimentos Habitacionais de Interesse social. Até o mês de novembro, o Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós-ocupação em Empreendimentos Habitacionais de Interesse social da CDHU foi desenvolvido em 23% dos municípios paulistas -148, atendendo 43.700 famílias e 182 conjuntos habitacionais. O trabalho foi dividido em três 3 conjuntos de ações estruturadas em processos de negócio, caracterizados pela natureza do parceiro envolvido. Processo 1 – Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós-ocupação em empreendimentos habitacionais de interesse social construídos pela CDHU. O Trabalho Técnico Social em empreendimentos da CDHU visa à consolidação do sentimento de pertencimento dos moradores ao novo espaço, o que gera a valorização do imóvel, a fixação e a permanência das famílias na nova moradia, a diminuição da inadimplência e, tendo como decorrência, o incremento de receitas, para o investimento em novas unidades habitacionais. Ainda, possibilita a articulação das forças locais com vista à inclusão social, e à integração territorial das famílias atendidas, propiciando o desenvolvimento dos laços comunitários nos conjuntos habitacionais e o amadurecimento da percepção de cidadania dos moradores, sendo estes fatores essenciais para o sucesso de Programas Habitacionais. Para isso, são realizadas ações sociais de pré-ocupação e pós-ocupação em empreendimentos de Habitação de Interesse Social -HIS, construídos pela Companhia e no bairro onde este se instala, permitindo a correta orientação das famílias beneficiárias, tanto no que diz respeito ao uso das unidades habitacionais, quanto à organização comunitária e ao acesso a serviços e equipamentos públicos. A metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho oportuniza a integração e familiarização dos moradores com o novo território, fomentando o conhecimento do seu entorno, os serviços públicos já oferecidos e aqueles que deverão ser implantados. Estimula, também, o desenvolvimento de uma rede de apoio e colaboração e, ainda, o uso adequado da unidade habitacional. O trabalho é executado por equipes técnicas multidisciplinares compostas por sociólogos, assistentes sociais, arquitetos, psicólogos, pedagogos, economistas, engenheiros, engenheiros ambientais; e é atualmente formada por colaboradores efetivos, gerenciadora social e consórcios executores. O TTS inicia-se três meses antes da entrega do empreendimento -pré-ocupação. A execução nesta fase - pré-ocupação, corresponde às ações iniciais de levantamento de informações secundárias e primárias sobre a demanda e macroárea de intervenção, contato e entrevistas com lideranças locais, reuniões com as famílias beneficiárias e gestores dos equipamentos públicos e comunitários do território, bem como as ações de articulação intersetorial, visando à inclusão social, o acesso a direitos sociais e a integração territorial da população a ser atendida. Concerne também a interface com a comercialização da CDHU, no apoio ao cadastramento, sorteio, realização de entrevista, análise socioeconômica, escolha de endereços, coleta de assinatura nos instrumentos contratuais, entrega de materiais e entrega das chaves para as famílias. Após a mudança das famílias para o conjunto habitacional é realizado o TTS de pós-ocupação, executado dentro de um período mínimo de seis meses em empreendimentos horizontais e máximo de doze meses em empreendimentos verticais, salvo avaliação da equipe técnica sobre a necessidade da continuidade das ações sociais para cumprimento do plano de trabalho e alcance dos resultados desejados. É importante observar que cada conjunto habitacional demanda um eixo de atuação específico, sendo assim, a estratégia utilizada na operacionalização do trabalho na fase de pós-ocupação das famílias no conjunto habitacional, ancora-se em quatro eixos de atuação: Orientação Social; Organização Condominial; Gestão Condominial e Regularização Fundiária. Resultados Alcançados – Os resultados da atuação da CDHU, referentes aos eixos de trabalho do Processo 1 – Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e pós-ocupação em HIS construídas pela CDHU beneficiou 21.219 famílias em 125 empreendimentos habitacionais até novembro. Destaca-se ainda, no eixo de Orientação Social, o desenvolvimento do Programa de Parceria com Municípios -PPM, por meio do qual foram realizadas 28 capacitações individualizadas dos técnicos municipais e o acompanhamento da execução do TTS desenvolvido pelas cidades conveniadas. Processo 2 – Prestação de serviços de execução do TTS de pré-ocupação e/ou pós-ocupação em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato. A prestação de serviços de execução do TTS em empreendimentos atendidos por meio de convênios ou contrato estabelecidos entre a CDHU e governos e/ou autarquias municipais, estaduais, federais e órgãos internacionais, objetiva a elaboração e/ou execução de planos e projetos de Trabalho Técnico Social de pré-ocupação e/ou pós-ocupação voltado às famílias atendidas em empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS. Importante ressaltar que, neste processo, a CDHU oferece suporte técnico ao ente conveniado ou ao contratante, na elaboração dos instrumentos de planejamento do TTS, dentro das diretrizes e normativas estabelecidas nos convênios e contratos firmados. Os planos do TTS constituem-se em instrumentos de gestão que definem as estratégias para execução, controle, monitoramento e encerramento dos projetos. São as linhas de base para o desenvolvimento do trabalho e contêm informações gerais do que se pretende realizar. O escopo do TTS é definido pelo ente conveniado ou contratante e o período de execução é descrito no convênio ou no contrato firmado. A execução do TTS de pré-ocupação é direcionada às famílias demandadas para empreendimentos de Habitação de Interesse Social – HIS, ou que aguardam atendimento habitacional definitivo-atendimento habitacional provisório. A execução do TTS corresponde ao conjunto das ações iniciais de contato e entrevistas com lideranças locais, reuniões e oficinas com as famílias beneficiárias e gestores dos equipamentos públicos e comunitários da área de intervenção, bem como as ações de articulação intersetorial, visando à inclusão social, o acesso a direitos sociais e a integração territorial da população a ser atendida. Concerne também ao acompanhamento técnico social das famílias em atendimento habitacional provisório, por meio de orientações individualizadas para informações sobre a concessão de benefício financeiro, para custeio de parte das despesas com o aluguel da moradia -auxílio moradia e em reuniões educativas e informativas. A execução do TTS de pós-ocupação corresponde ao conjunto de ações e estratégias de organização comunitária, articulação das forças locais e pactuações sociais orientadas para ambientação da família ao novo espaço, propiciando condições adequadas de convivência no novo ambiente, aspirando, ainda, o desenvolvimento local da área de implantação do empreendimento habitacional. Nas HIS condominiais são introduzidas, simultaneamente, ações focadas nas responsabilidades que envolvem o condomínio, voltadas à orientação para a gestão participativa, legalização do condomínio e capacitação da nova gestão. Durante o ano, a CDHU executou as ações previstas nos convênios estabelecidos com municípios paulistas, por meio do PMCMV e DERSA, totalizando 5.292 famílias. Execução das Ações no Período de Pandemia - Durante o período de pandemia da COVID-19, as atividades de trabalho social coletivas executadas dentro dos processos de negócios 1 e 2, foram adaptadas para serem realizadas remotamente, em atendimento às regras municipais e a orientação do Governo do Estado de São Paulo, conforme Decreto nº 64.881, de março de 2020. As adaptações tiveram por objetivo atingir, diante desse novo e temporário cenário, os resultados esperados e evitar a ruptura do trabalho social. Sinaliza-se que para atender essa nova prerrogativa, parte das ações do TTS foram desenvolvidas para execução em formato remoto. Para realização do trabalho foi desenhado um fluxo que operacionalizou a implantação da estratégia de envio das atividades remotas para os moradores, dividido em quatro fases: Fase 1 – Produção de conteúdos pelas equipes técnicas atendendo aos Planos de Trabalho. Fase 2 – Avaliação e validação dos conteúdos produzidos e armazenamento dos materiais em banco de consulta -Conteudoteca. Fase 3 – Envio de conteúdos às famílias por meio digital e assistência, orientação da equipe técnica de forma remota. Fase 4 – Envio de dos instrumentais de avaliação do conteúdo para os moradores, e registro dos resultados na Planilha de Monitoramento e Avaliação das Atividades Remotas. Resultados Alcançados - No quadro síntese abaixo são apresentados os resultados das ações remotas em 86 empreendimentos, atendendo 7.913 famílias até novembro. Processo 3 – Prospecção, captação e gestão de parcerias para promoção do desenvolvimento social em contratos e convênio firmados pela CDHU. Este processo refere-se à prospecção, captação e gestão de parcerias para o desenvolvimento de trabalho social, por meio do planejamento e implantação de ações conjuntas de curto, médio e longo prazo, com outras instituições e associações públicas ou privadas, focadas na melhora da qualidade de vida e bem-estar social da população beneficiária. Atinente a este processo, foram realizadas pela parceria entre a Secretaria de Estado da Habitação, a CDHU, o Instituto Butantan e municípios paulistas o desenvolvimento de ações do Programa de Testagem e Combate à COVID-19. As ações foram realizadas no município de São Paulo na Vila Jacuí e Brasilândia e no município de Santo André, no Jardim Santo André. A partir desta parceria foi estabelecido o Convênio entre a CDHU e Fundação Butantan para realização do Censo de Saúde no município de Serrana. Coube à CDHU nesta parceria a coordenação da aplicação da pesquisa censitária, capacitação de pesquisadores, consistência do banco de dados e o georreferenciamento de imóveis. Participaram ainda do desenvolvimento desta ação: a Secretaria. Municipal de Saúde e o Hospital Estadual de Serrana. Destaca-se também que desde 2019 foi iniciada a parceria com a Secretaria Nacional de Habitação -SNH, para discussão de indicadores do Trabalho Social em empreendimentos do PMCMV. A parceria entre a CDHU e SNH centrou-se na discussão de experiências do trabalho realizado no âmbito da Habitação de Interesse Social, o que subsidiará a definição do escopo dos Estudos de Pós-Ocupação para o Plano Nacional de Habitação, PlanHab 2040. Resultados Alcançados - No quadro síntese abaixo apresenta-se os resultados da atuação da CDHU em 2019, referentes ao Processo 3 – Prospecção, captação e gestão de parcerias para promoção do desenvolvimento social em empreendimentos habitacionais da CDHU ou contratos e convênio.

Parceria	Objetivos	Famílias Alcançadas*	Programas/Projeto
CDHU/Instituto Butantan	Implantação de ações territorializadas de combate à COVID-19	Brasilândia – 890 atendimentos	Programa de Testagem e Combate à COVID-19
CDHU/Fundação Butantan	Realização do Censo de Saúde no município de Serrana	16.299 – Famílias 45.644 – Moradores	Censo de Saúde de Serrana
CDHU/SNH	Aferição do impacto gerado pela execução do Trabalho Social no âmbito do PMCMV, bem como seu reflexo na sustentabilidade dos empreendimentos.	53 Empreendimentos 4.725 Famílias**	PMCMV PlanHab 2040

*Dados referentes ao período de janeiro a novembro de 2020.
** O quantitativo apresenta o número de famílias diretamente impactadas com esta ação.

Concepção e estruturação de Sistema objetivando a unificação do banco de dados de auxílio-moradia e benefícios similares – CIBAM. O sistema CIBAM, que visa unificar o banco de dados de auxílio-moradia, auxilia-aluguel e benefícios de natureza financeira similar de municípios que firmarem convênio com a Secretaria da Habitação para esse fim, entrou em produção na Cia em 2019. Atualmente o sistema já está pronto e implantando, e em uso interno pela CDHU. -Auxílio-Moradia Emergencial -AME e Auxílio Moradia Provisório -AMP. O AME é um benefício que se destina a famílias desabrigadas ou desalojadas, em função de chuvas, residentes de municípios que tenham declarado estado de emergência ou de calamidade pública. O Auxílio-Moradia Emergencial é previsto pelos Decretos Estaduais nº 55.334, de 11/1/2010, alterado pelo Decreto Estadual nº 55.370, de 27/1/2010 e pelo Decreto Estadual nº 56.664, de 11/1/2011. O Auxílio-Moradia Provisório, por sua vez, é destinado a famílias removidas de forma involuntária de suas residências habituais, em função de obras de urbanização ou de reassentamento para execução de obras públicas. Tais famílias deverão ter atendimento habitacional definitivo equacionado nos próximos anos. Estes auxílios foram custeados com recursos da Secretaria da Habitação/Casa Paulista e por recursos de parceiros. A CDHU é quem operacionaliza os pagamentos dos benefícios auxílio moradia com recursos oriundos da Secretaria da Habitação, nos termos dos convênios celebrados: nº 045/05/2010 - Auxílio Moradia Emergencial/2010; nº 075/05/2011 - Auxílio Moradia Emergencial/2011 e nº 841/05/2015 – Auxílio Moradia Provisório ou com recursos de parceiros. Considerando as famílias atendidas com pelo menos uma parcela de auxílio moradia em 2020, observa-se que 49,00% -4.395 dos auxílios foram concedidos a famílias de projetos de origem na capital, 33,00% -2.953 de municípios da RMSP e 18,00 % -1.609 do interior. Além

disso, 88,00% -7.919 das concessões de auxílios-moradia atendidas estão em vigência há mais de 3 anos, Esta é a divisão atual dos recursos - dezembro/2020:

Benefício x Origem Recursos	Famílias
Auxilio Moradia Contratado – Habitação	5.786
Auxilio Moradia Contratado – Parceiros	1.283
Auxilio Moradia Emergencial Conveniado - Habitação	1.888
Total	8.957

Fonte: CDHU/DAH, 23/11/2020

SH - Funcionamento da Coordenadoria de Planejamento Habitacional -CPH - A Coordenadoria é a área técnica da Secretaria da Habitação que tem por competência a gestão de convênios com municípios e órgãos estaduais no âmbito dos programas habitacionais do governo estadual - PEM e FEH, desde sua formalização e repasse de recursos até a prestação de contas e encerramento. Sob a responsabilidade da CPH, encontra-se a gestão dos programas, como o Programa Especial de Melhorias -PEM, Programa Vida Longa, o qual reformulou o Programa Vila Dignidade, o Programa São Paulo de Cara Nova, o Auxílio-Moradia Emergencial -AME, o Cadastro Integrado de Beneficiários de Auxílio Moradia -CIBAM e convênios com recursos do Fundo Estadual da Habitação -FEH- SH - Funcionamento da Coordenadoria de Licenciamento de Operações e Controle Tecnológico -CLOCT. Tendo como atribuição o importante exame e a avaliação, mediante realização de vistorias em campo, dos projetos de parcelamento do solo urbano que visam aprovações de áreas comerciais e industriais em todo o território paulista, a Coordenadoria possui assento no colegiado do GRAPROHAB. A CLOCT realizou 4 vistorias, elaborou 3 relatórios de inspeção de campo – com registros fotográficos dos empreendimentos, e realizou 6 relatórios de parcelamentos irregulares a pedido do Ministério Público e do Poder Judiciário. O corpo técnico da coordenadoria analisou um total de 1.287 processos, sendo 540 novos e 563 contendo exigências em andamento, além de emitirem 739 informações técnicas que englobam processos e expedientes dos mais diversos. Posição até 27/11/2020. SH - Grupo de Análise de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo -Graprohab. O Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo -Graprohab, cuja principal função é centralizar e agilizar as aprovações para implantação de empreendimentos habitacionais e parcelamentos de solo solicitados por instituições públicas ou privadas, conta com estrutura de corpo técnico da Secretaria Estadual da Habitação e reuniu-se em 44 ocasiões, e realizou 3.801 procedimentos, entre eles: análise de 1.268 protocolos, dispensas de análise, processos modificativos e substitutivos. Foram emitidas 2.533 informações para o Ministério Público, prefeituras, demais interessados assim como atendimentos por telefone e email. Durante a pandemia o GRAPROHAB esforçou-se ao máximo para não haver queda de produtividade em relação ao ano anterior, mesmo trabalhando com um rodízio de servidores em home office durante o período mais agudo da pandemia. Isto deve-se a uma virada de atendimento por meios digitais: 82% dos procedimentos foram direcionados para *email* e correios. Reduziu-se o atendimento presencial apenas a agendamentos essenciais e por hora marcada. Foi dada continuidade e atualização mensal do Manual do GRAPROHAB, em formato digital, utilizando softwares gratuitos e simples de usar, sem acarretar custos extras ao Estado. Através do trabalho da equipe do GRAPROHAB, e do esforço dos demais órgãos do colegiado, foi possível criar o primeiro aplicativo do tipo *Progressive* Web App no âmbito estadual, além de publicá-lo simultaneamente em PDF, *epub* e *mobi*, formatos para aqueles que usam leitores de livros digitais como o *Kindle* e o Lev. Já a Dispensa de Análise: transformou-se em um procedimento exclusivamente digital, oferecendo agilidade e poupando os interessados de se locomoverem durante a pandemia. Os dados estatísticos e georreferenciados dos empreendimentos do GRAPROHAB passaram a ser disponibilizados através de *Dashboards* de informação, oferecendo a pesquisadores e interessados em geral o panorama de empreendimentos aprovados e dispensados pelo GRAPROHAB desde 1991. Dados até 27/11 - SH - Agência Paulista de Habitação Social – Casa Paulista - Atua como agente operadora do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS e tem como função principal o fomento à produção de habitação social. Neste sentido, a Casa Paulista desenvolve diversos programas, em parceria com Governo Federal, com os Municípios e com a iniciativa privada, com o intuito de promover atendimento habitacional para a população mais vulnerável. Atualmente, os programas vigentes são: Parceria Governo Federal: destinada a complementar os recursos de para produção através de subsídios para a produção de moradias de qualidade nos municípios paulistas com grande demanda habitacional. Os programas de apoio à produção habitacional têm por objetivo viabilizar o desenvolvimento de empreendimentos habitacionais que atendam aos critérios e condições de seleção de beneficiários do PMCMV compreendendo dois subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Rural -PNHR e o Programa Nacional de Habitação Urbana -PNHU. No âmbito do PNHU destacam-se os programas FAR e FDS-fundos federais, no qual o apoio financeiro do Estado se efetiva após análise e aprovação do empreendimento do PMCMV pela instituição bancária (Banco do Brasil ou CEF). O Estado concede aportes financeiros complementares ao valor concedido pela União, no limite de até R$ 20.000,00 por unidade habitacional. No PNHR, a União participa com o valor de até R$ 25.000,00 para a edificação de unidades habitacionais e de até R$ 15.000,00 para a reforma de unidades habitacionais, sendo acrescidos a esses recursos o valor do Estado que pode ser de até R$ 10.000,00 por unidade. O valor é repassado diretamente às instituições financeiras que se responsabilizam pela seleção dos beneficiários e aprovação dos projetos de acordo com as regras do PMCMV. Parceria Municípios: as operações são desenvolvidas em articulação envolvendo Estado, agentes financeiros, prefeituras, proprietários de lotes, entidades organizadoras, empresas do setor da construção civil e entidades de assistência técnica, tendo por finalidade estimular a produção de loteamentos urbanos, garantir acesso à infraestrutura urbana em regiões já consolidadas e promover melhorias arquitetônicas em unidades habitacionais. Assim, o programa divide-se em: Programa Lotes Urbanizados: a Casa Paulista destina aos municípios o valor de até R$ 10 mil por lote para obras de infraestrutura, pavimentação e tratamento das áreas livres e institucionais, com garantia de destinação dos lotes para demanda de interesse social, seguindo critérios de renda mensal de até R$ 3.100,00 mensais. Programa Desenvolvimento Urbano: são disponibilizados recursos de até R$ 10 mil por atendimento habitacional para obras de melhoria urbana, tais como extensão de redes de saneamento, pavimentação asfáltica, dentre outros, desde que realizadas em núcleos urbanos consolidados. Programa Moradia Melhor: o programa tem por objetivo promover melhorias arquitetônicas em unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV para os municípios de até 50 mil habitantes. Os critérios de seleção das obras de melhoria são de responsabilidade do município. Geralmente correspondem a obras de acabamento - ex.: piso, revestimento cerâmico e forro ou de ampliação das unidades, por meio da execução de serviços não previstos no programa federal. A seleção dos beneficiários segue as regras do PMCMV e o valor do subsídio estadual é de até R$ 16.000,00 por unidade habitacional. Programa Moradia Melhor Sub-50: segue a mesma lógica do Programa Moradia Melhor, contudo o aporte estadual é destinado às instituições financeiras responsáveis pela execução do PMCMV. Neste sentido, as melhorias são executadas concomitantemente à execução da unidade no âmbito do governo federal. Programa de Apoio ao Crédito Habitacional - Carta de Crédito Individual: o programa tem por objetivo subsidiar a aquisição da casa própria por meio da concessão de subsídios às famílias cujas operações obedeçam às condições e normas do crédito imobiliário para as operações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS e do Programa Minha Casa Minha Vida. Os subsídios às pessoas físicas variam de R$ 10.000,00 a R$ 40.000,00. Programa Nossa Casa: Foi lançado em 2019 com objetivo de viabilizar o acesso a 60 mil moradias até 2022 e disponibilizar até R$ 40 mil de subsídios para famílias de baixa renda. O Programa conta com três modalidades distintas: Programa Nossa Casa – Preço Social: Esta modalidade desenvolve empreendimentos, pela iniciativa privada, em terrenos públicos municipais ou do Estado. A Secretaria da Habitação é responsável por conceder apoio técnico aos Municípios, bem como concede subsídios às famílias adquirentes, por meio da articulação com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional. Programa Nossa Casa – Apoio: Esta modalidade ocorre em parceria com a iniciativa privada e a Secretaria da Habitação concede subsídios às famílias adquirentes de unidades habitacionais em empreendimentos autorizados, por meio da articulação com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional. Programa Nossa Casa – CDHU: Esta modalidade também ocorre em parceria com os Municípios e com a CDHU, que conduz a operação. A Secretaria da Habitação concede subsídios às famílias adquirentes de unidades habitacionais em empreendimentos autorizados, por meio da articulação com o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional. -CDHU - Diversificação dos serviços prestados pela Cia. Em dezembro de 2019, com a entrada em vigor do Decreto nº 64.646/19, determinando que as atividades públicas exercidas pela CPOS -Companhia Paulista de Obras e Serviços, passassem a ser desempenhadas pela CDHU, foi determinado à Cia. um novo desafio, com a prestação de serviços de engenharia e outros afins a diversas entidades públicas, tanto da administração direta quanto da indireta do Estado. A CDHU alterou seu Estatuto Social para poder desempenhar, além de suas já importantes atividades no desenvolvimento habitacional e urbano, todas as atividades anteriormente exercidas pela CPOS, assumidas pela Diretoria de Planejamento e Projetos. Coube a essa diretoria assumir o direcionamento dos novos serviços da CDHU, concentrando seus esforços nos contratos não relacionados à produção de habitação de interesse social, já desenvolvida pela Companhia. Com isso, a CDHU amplia sua atuação, passando a prestar serviços aos órgãos da Administração Pública direta e indireta do Governo do Estado de São Paulo, bem como dos demais governos estaduais, municipais e governo federal. A seguir, o rol de serviços que nova diretoria está qualificada a desenvolver: Avaliação de imóveis urbanos e rurais; Consultoria em: Melhoria de processos de gestão de obras; Planejamento e programação de obras e seu controle; Gestão técnica e administrativa de contratos; Planejamento e montagem de licitações; Gestão técnica de projetos; Apoio a consolidação de informações e processos informatizados; Assessoramento em temas específicos e processos de gestão. Conservação de imóveis; Projetos; Apoio técnico a formalização e gestão de convênios; Gerenciamento e fiscalização de obras e serviços; Elaboração de pacote técnico para licitações; Trabalho técnico social. A CDHU já assinou contratos e convênios com entes públicos visando dar continuidade aos trabalhos anteriormente prestados pela CPOS. Na tabela a seguir constam alguns desses serviços. Os contratos já assinados estão identificados em fundo branco, e os que estão para assinatura identificados em fundo cinza. A expectativa com a realização de todos estes contratos são de recebimento na faixa de R$ 16 milhões mensais.

Tipo de Serviço	Parceiro	Descrição dos Serviços
Avaliação	FDE	Execução de uma avaliação de imóvel para locação
Gerenciamento Obra	Defensoria Pública	Gerenciamento das obras de reforma edifício sede - Av. Liberdade, 32.
Gerenciamento Obra	FUSSP	Gerenciamento das obras de reforma do Galpão Jaguaré
Gerenciamento Obra	Secretaria da Fazenda	Gerenciamento e Fiscalização da obra - Ar condicionado
Gestão Predial	Secretaria de Governo	Gestão dos Prédios
		Edifício Cidade I / II e IV
Consultoria	Secretaria da Habitação	Prestação de Serviços de apoio a Cidade Legal, GRAPROHAB, CPH, Casa Paulista
Consultoria	Secretaria de Desenv. Regional	Prestação de serviços na gestão dos convênios com os municípios que receberam emendas
Consultoria	Secretaria do Turismo	Prestação de serviços na gestão dos convênios com as Estâncias e MITs.
Projeto	Centro Paula Souza	Elaboração de projetos legais, executivos e orçamento para a contratação ETEC Ribeirão Preto
Projeto	FUSSP	Estudo da reforma do Galpão no Jaguaré: Melhorar layout e especificações
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Laudo de Estabilidade do Edif. da Pol. Civil, Al. Cleveland
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Laudo de Estabilidade de Muro de arrimo no 6º DEINTER Presidente Prudente
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Atualização e/ou revisão do Projeto de Reforma do Palácio da Polícia Civil em Santos
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Projeto de Layout e avaliação da nova sede do 5º Distrito Campinas
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Convênio SSP (Polícia Civil) e Procon para reforma dos distritos: 11ª Delegacia Santo Amaro
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Convênio SSP (Polícia Civil) e Procon para reforma dos distritos: 22ª Delegacia São Miguel Paulista
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Convênio SSP (Polícia Civil) e Procon para reforma dos distritos: 32ª Delegacia Itaquera
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Convênio SSP (Polícia Civil) e Procon para reforma dos distritos: 72ª Delegacia Brasilândia

Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Convênio SSP (Polícia Civil) e Procon para reforma dos distritos: 101ª Delegacia Capela do Socorro
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Convênio SSP (Polícia Civil) e Procon para reforma dos distritos: 78ª Delegacia Jardim Paulista
Projeto	Secretaria Segurança Pública - Policia Civil	Convênio SSP (Polícia Civil) e Procon para reforma dos distritos: 68ª Delegacia Jardim Lajeado
Trabalho Técnico Social	Fundação Butantan	Trabalho Técnico Social para auxílio no programa de testagem
Orçamento	Boletim de Preços CDHU	Elaboração e publicação do Boletim de Preços
Trabalho Técnico Social	CPTM	Execução de Trabalho Técnico Social
Prestação de Serviços	DETRAN SP	Gerenciamento de várias atividades no Detran-SP: Técnicas e Administrativas
Regularização	PM Guarulhos	Regularização de áreas de propriedade da prefeitura
Trabalho Técnico Social	PM Santos	Execução de Trabalho Técnico Social
Prestação de Serviços	Secretaria da Fazenda	Gerenciamento de várias atividades: Técnicas e Administrativas
Gerenciamento Obra	Secretaria de Administração Penitenciária	Gerenciamento e Fiscalização das obras das penitenciárias de Aguaí, São Vicente e Santa Cruz da Conceição.
Gerenciamento Obra	Secretaria de Esportes	Gerenciamento das obras do complexo esportivo Baby Barione
Regularização	Secretaria de Governo	Convênio para fazer a Legitimação fundiárias dos Núcleos: Maurice Denis e Renê Fernandes

Síntese de Investimentos e Quadros Resumo da Atuação 2020 - Informações econômico-financeiras Secretaria da Habitação e CDHU de 2020.

Secretaria da Habitação

(Em R$ milhões)

	Dotação Atual 2020	Realizado = Liquidado até 01/12/2020	Liquidado/ Dotação Atual %
Custeio	208,84	152,67	73,10%
Investimentos + Inversões	412,21	145,40	35,27%
Total Geral	621,05	298,07	47,99%

Dotação Atual=Dotação disponibilizada
Inclui todas as fontes de recursos
Realizado = Liquidado

Fonte: Relatórios Prestando Contas Sec.Fazenda - Posição am 01/12/2020
GSPOFP em 01/12/2020

CDHU

(Em R$ milhões)

	Previsto 2020 [1]	Realizado 2020 [2]	% Realizado
Custeio	278,77	229,63	82,37%
Investimento	1.211,78	950,56	78,44%

[1] Orçamento Empresarial
[2] Contempla valores realizados de janeiro a setembro e uma previsão para outubro, novembro e dezembro de 2020.Superintendência de Finanças da CDHU.

Total de atendimentos em 2020 – CDHU *(posição 25/11/2020)*

Unidades Habitacionais Entregues/Concluídas - CDHU[8]	5.073
Cartas de Crédito - CDHU[9]	150
Total de Unidades + Cartas de Crédito	5.223
Famílias Beneficiadas por Obras de Urbanização de Favelas - CDHU[10]	139
Total de Unidades + Cartas de Crédito + Urbanização - CDHU	5.362
Total Auxílio Moradia Emergencial e Auxílio-Moradia - CDHU[11]	8.957
Unidades Habitacionais em Obras - CDHU[12]	10.028
Urbanizações de Favelas em Obras - CDHU[13]	905
Total de Unidades + Urbanizações em Obras - CDHU	10.933

[8]CDHU/ SPH/SSI/GGI. Posição em 25/11/2020.
[9]CDHU/ SPH/SSI/GGI. Posição em 25/11/2020.
[10]CDHU/ SPH/SSI/GGI. Posição em 25/11/2020.
[11] CDHU/DAH. Posição em 23/11/2020.
[12] CDHU/SPH/SSI/GGI. Posição em 25/11/2020.
[13] CDHU/SPH/SSI/GGI. Posição em 25/11/2020.

Síntese de resultados da Casa Paulista. Em parceira com as demais instâncias governamentais, agentes financeiros, iniciativa privada, entidades e cooperativas, foi possível realizar as seguintes entregas:

	Contratados	Valores R$	Entregues	Valores R$
Parceria com o Governo Federal	-	-	11.926	241.828.571
Parceria com Municípios	-	-	60	923.341

Além disso, o Programa Nossa Casa avançou, em todas as suas modalidades: Programa Nossa Casa - Apoio: Atualmente[14], 61 empreendimentos foram autorizados a acessar recursos do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS, para que as famílias possam utilizar subsídios estaduais para financiar até 9.116 unidades habitacionais. Deste total, 5.345 famílias já receberam seus subsídios -cheques-moradias.

	Unidades Autorizadas	Valores aportadosR$	Cheques Emitidos	Valores R$
Programa Nossa Casa - Apoio	9.116	113.735.000	5.345	66.635.000

Programa Nossa Casa – CDHU: O credenciamento para empresas interessadas na construção de 7.278 novas moradias foi concluído e, atualmente, estas empresas estão aprovando seus processos junto à Caixa Econômica Federal. Assim que tais processos estiverem concluídos, poderão ser concedidos os recursos às famílias para financiarem suas unidades -cheques-moradia. Estima-se o valor de investimento de R$ 181.950.000,00 do FPHIS. Além disso, em julho, foi iniciado novo processo de credenciamento para mais 4.500 novas unidades. Programa Nossa Casa – Preço Social: Esta modalidade já conta com a adesão de 106 prefeituras e 6.500 famílias já registraram interesse pelo site para participar do programa. Entre junho e agosto, foram assinados 22 convênios com 20 Municípios, para o desenvolvimento de empreendimentos em terrenos municipais, totalizando 6.781 unidades habitacionais. Estes terrenos estão em fase de estruturação e, até o final do primeiro semestre de 2021, deverão ser licitados. Pretende-se, em 2021, analisar cerca de 50 novos terrenos, para viabilizar novas 9.000 unidades.

Programa Especial de Melhorias - PEM - Por meio de repasse de recurso da Secretaria da Habitação, a fundo perdido, com previsão de contrapartida municipal, realiza intervenções físicas que resultam melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em bairros degradados objeto de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais. Em 2019, não foram formalizados convênios com o PEM por indisponibilidade orçamentária. Por conta de convênios celebrados em exercícios passados, ainda em trâmite e sob gestão da CPH, em razão de especificidades no curso dos mesmos, em 2020 houve um desembolso de cerca de R$ 200 mil reais -data base: janeiro a novembro.

[14] Posição de 30/10/2020

Cidade Legal - A irregularidade atinge em regra todos os municípios do Brasil, são cerca de 30 milhões de imóveis urbanos irregulares, imóveis que, em sua maioria, trazem insegurança jurídica, infraestrutura precária, danos urbanísticos, ambientais e sociais aos moradores. A ausência da regularização fundiária impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico do município, isto porque, além da sonegação fiscal e da renúncia de receita, as ligações clandestinas de água e energia, o maior gasto com saúde pública, e a contaminação dos mananciais, oneram em grande escala os cofres públicos municipais. O Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal, criado pelo Decreto Estadual 52.052/07, no âmbito da Secretaria da Habitação, destina-se a efetuar auxílio aos Municípios mediante a orientação e apoio técnico nas ações municipais de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizadas em área urbana ou de expansão urbana. Objetivando auxiliar os Municípios interessados fornecendo orientação e apoio técnico nas ações municipais de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, o Cidade Legal possui equipe técnica multidisciplinar visando orientar o município no passo a passo da regularização, auxiliando, sugerindo e adequando a área irregular às questões jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. A orientação da equipe do Cidade Legal não está restrita aos núcleos urbanos de Interesse Social, ela ainda abrange as áreas dos núcleos irregulares de Interesse Específico. O auxílio do Programa vai além e intensifica suas ações, em núcleos de Interesse Social, com o apoio técnico, que, além da orientação, envolve toda a assessoria necessária na implantação e processamento da regularização fundiária. Contemplando o investimento do Estado nessas ações, o Programa Cidade Legal, cria estratégias e executa cada um dos passos e instrumentos necessários a finalização e efetivação de cada processo de Regularização. Entendendo que a realidade dos 645 municípios do Estado é diferente, o Cidade Legal atua complementando e suprindo as necessidades municipais, seja capacitando agentes públicos, minutando Leis, realizando cadastros socioeconômicos, estudos ambientais, diagnósticos ou ainda, peças gráficas, como projetos urbanísticos e levantamentos topográficos, essenciais na identificação da realidade fática e projeção da regularização pretendida. O Programa visa assegurar a prestação de serviços públicos, melhorar as condições urbanísticas e ambientais, adequar as unidades ao ordenamento territorial urbano, reconhecer a propriedade, concretizar o princípio da eficiência na ocupação e no uso do solo, aumentar a receita pública e combater a renúncia, promover a integração social e a criação de emprego e renda, resgatando assim a dignidade dos ocupantes. Em novembro, 545 municípios do Estado estão conveniados ao Programa Cidade Legal, que só em 2020 já investiu mais de 33 milhões de reais, e encaminhou 24.555 mil títulos para o cartório de imóveis, beneficiou 11.504 Domicílios por Regularização, conferindo a propriedade, a segurança jurídica e a dignidade dessas pessoas.

Projeto Comunidade - Com o intuito de criar uma ação específica para a regularização de Paraisópolis, foi criado dentro do escopo do Programa Cidade Legal, o Projeto Comunidade, a fim de beneficiar mil famílias com títulos de propriedade. Em janeiro, o Programa Cidade Legal realizou vistoria técnica na comunidade Paraisópolis e foi assinada ordem de serviço para o início do processo de regularização fundiária para aproximadamente mil imóveis, com investimento de R$ 94.230,85. Na sequência, foram entregues os trabalhos para análise preliminar, relatório diagnóstico e "Relatório de Assessoria de identificação e subdivisão das áreas objeto de regularização do núcleo Paraisópolis". As ordens de serviço sequenciais – Levantamento topográfico georreferenciado e cadastro social, estimados num investido de R$ 338.360,00 estavam previstas para início de abril -ocasião em que seria realizada reunião de mobilização com os

moradores para que entendessem os procedimentos adotados e identificação dos entrevistadores e equipe topográfica. Entretanto, em função da pandemia, ainda não puderam ser executadas haja vista a necessidade de alto nível de interação social com o local e com os moradores da comunidade.

Viver Melhor - O Programa Viver Melhor foi criado para realização de melhorias habitacionais e urbanas em imóveis em processo de regularização fundiária, por meio do Programa Cidade Legal. A previsão para 2020 foi de investir R$ 25 milhões na requalificação de cinco mil moradias. O Programa Vale do Futuro prevê um grande investimento estadual para promover o crescimento econômico e social no Vale do Ribeira. Neste eixo, o Viver Melhor, inicialmente, atenderá municípios desta região. Além de obterem o título de propriedade com a regularização de seus imóveis, com o novo programa, as famílias também terão moradias mais dignas, confortáveis e salubres. As unidades residenciais dos núcleos selecionados que se encontrarem em situação de precariedade receberão as adaptações necessárias para alcançarem condições de salubridade e habitabilidade. Os serviços de melhoria envolvem desde recuperação das edificações das áreas privativas e comuns até pinturas e rebocos, troca de esquadrias, substituição de vasos sanitários e pias, recuperação ou troca de telhados, sistema natural de ventilação, acessibilidade, cercamento, muros de divisa, entre outros. O objetivo é adequar as unidades que estejam em processo de regularização fundiária pelo Programa Cidade Legal.

Vale do Futuro - O Programa Vale do Futuro é um conjunto de ações focadas nos municípios do Vale do Ribeira, que integram diversas secretarias de Estado, com o intuito de impulsionar ações de curto, médio e longo prazo de desenvolvimento econômico e social do Vale do Ribeira. O Programa Cidade Legal investiu mais de R$ 7 milhões em ordens de serviço que serão executadas para beneficiar mais de 22 mil famílias. Desde o início do Programa, em outubro de 2019, foram intensificados os trabalhos de regularização fundiária nos 22 municípios, conveniados com o Programa Cidade Legal, que compõem o programa Vale do Ribeira. Desta forma, foram regularizados 117 domicílios no núcleo Jardim Cardoso de Freitas em Cajati e, protocolado no Cartório de Registro de Imóveis, a regularização do núcleo Jardim Caju II em Pedro de Toledo. Ao longo deste primeiro ano foram executados diversos trabalhos em diferentes etapas do processo de regularização, fortalecendo a questão fundiária em todos os municípios que compõem o Vale do Futuro, obtendo avanços significativos em seu processo de regularização, tais como, busca documental e diagnóstico, levantamento topográfico, projetos, estudos técnicos ambientais e projetos complementares, executados em 61 núcleos, totalizando 14.660 famílias e 73.300 pessoas beneficiadas. Para maior eficiência nestes processos de regularização, os técnicos do Programa Cidade Legal estão em contato direto com os gestores e técnicos municipais por meio de visitas técnicas, reuniões online e treinamentos. Vale ressaltar que houve prejuízo ao processo de regularização em relação à execução dos serviços, devido a Pandemia-COVID 19, por serem trabalhos de campo de interação social com as famílias em processo de regularização, reduzindo a nossa meta de registro e titulação.

Regularização fundiária de empreendimentos da CDHU - Ao longo do processo de produção habitacional da CDHU, desde 1964, muitos empreendimentos não foram entregues em situação regular aos moradores, acontecendo de o mutuário da CDHU, ao quitar o seu financiamento não ter o título de propriedade em seu nome. As irregularidades existentes são diversas, obrigando muitas vezes um caminho complexo e moroso e a CDHU ao longo dos últimos anos tem realizado um esforço na direção da regularização dos seus empreendimentos. No ano atípico de 2020, onde a força de trabalho foi reduzida e não foram realizados produtos externos, como levantamento planialtimétrico cadastral, até novembro, foram averbados 43 empreendimentos, beneficiando 6.931 famílias que tiveram sua moradia regularizada e estão nos cartórios de imóveis aguardando a averbação, mais 41 empreendimentos somando 10.094 unidades.

Parcerias Governamentais e Projetos Prioritários - Programa de Aceleração do Crescimento -PAC, destinado à habitação e urbanização. Manteve-se a execução dos contratos de repasse de recursos federais com a provisão de unidades habitacionais por meio de cartas de crédito para o reassentamento de famílias em auxílio moradia, oriundas de áreas de risco da intervenção no Jardim Santo André e da região central do município de São Paulo. Parcerias em programas federais – Financiamento Pró-Moradia. A CDHU apresentou três propostas para captação de recursos de financiamento no âmbito do Programa Pró-Moradia do MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional, pautado em ações integradas e articuladas com políticas setoriais que visam à melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio da oferta de alternativas habitacionais de apoio à urbanização e à regularização de assentamentos precários, à produção de conjuntos habitacionais e ao desenvolvimento institucional. As propostas, que já constam enquadradas pelo MDR, consistem em obras de urbanização e produção de novas unidades habitacionais para reassentamento nas intervenções: Pimentas no município de Guarulhos, Jardim Santo André no município de Santo André e Vila Ferreira no município de São Bernardo do Campo. Programa Parceria com Municípios e novos convênios. Em 2020, a CDHU assinou 70 convênios com Municípios para 4.595 unidades habitacionais, convênios esses visando à produção de empreendimentos habitacionais pelo Programa Nossa Casa. Por este modelo, a CDHU promoverá credenciamento com vistas a selecionar empresas para a construção dos empreendimentos, que serão financiados pela CAIXA, desde que atendam as condições e critérios que vierem a ser estabelecidos pelo referido agente financeiro. Os lotes serão doados pelos Municípios. Os atendimentos serão para famílias com renda nas faixas salariais previstas pela CAIXA - 1,5, 2,0 e 3. Foram elaborados e, encontram-se alguns assinados e outros em assinaturas, 8 Termos de Adesão dos municípios à parceria com a CAIXA – Programa Nossa Casa, totalizando 688 unidades habitacionais. Os termos de Adesão foram firmados com municípios que haviam firmado com a CDHU convênios para elaboração de projetos e sondagens. Estes termos consistem nas adesões pelos Municípios, aos Programas de Operações do Governo Federal, ou seja, a produção habitacional será feita por empresas contratadas pela CAIXA, em terrenos de propriedade da CDHU, doados pelo Municípios. Produção habitacional por meio de parcerias com entidades organizadoras. Trata-se de atuação direta da CDHU na promoção de empreendimentos habitacionais em parceria com entidades organizadoras, ou por meio de apoio a ações da Secretaria da Habitação e Casa Paulista na parceria PMCMV-Entidades, incluindo a viabilização e transferência onerosa de terrenos desapropriados pela Companhia, contando com incorporação imobiliária. Nos programas desenvolvidos diretamente pela CDHU a parceria com as entidades abrange, entre outros, orientação social ao grupo alvo, participação sociocomunitária, inserção social, cidadania e orientação para gestão e manutenção da unidade e do condomínio. Foram entregues os empreendimentos Bragança Paulista J -168 uhs e SP-Cidade Tiradentes V -39 uhs; prosseguindo as obras de Osasco W -140 uhs. Demais compromissos, convalidados por meio de Termos de Convalidação dos atos legítimos praticados em decorrência dos editais de seleção do PPAC – Gestão Compartilhada, seguem em andamento, em etapas diversas, tais como, elaboração de projetos, legalização de projetos, incorporação imobiliária ou tratativas para contratação pela CAIXA, por meio do PMCMV. Convênios com o município de São Bernardo do Campo. Ação 1 - Produção de 1.120 unidades para reassentamentos: Convênio 0142/2012 - Empreendimento São Bernardo do Campo Z - Vila Esperança (366 unidades). Situação da obra: 68 unidades entregues em novembro/ 2012. Convênio em reprogramação - 2º etapa -124 unidades: 68,56% executados até outubro/2020 com contrato assinado com Contracta Engenharia Ltda; 100 unidades entregues em outubro/20, 12 unidades com previsão de entrega em dez/20 e 12 unidades + centro comercial - 9 boxes com previsão de entrega em 2021. Em estudo a transferência de 174 unidades para realização por meio do PMCMV. Convênio 0318/2011 – São Bernardo do Campo T - Parque São Bernardo - 754 unidades – 740 verticais e 14 horizontais esparsas. Já foram concluídas e entregues 754 unidades e 9 embriões faltando 5 unidades -embriões, com entrega indefinida. Ação 2 - Obras de urbanização beneficiando 1.804 domicílios: Convênio 0318/2011 - Projeto de Urbanização Integrada do Parque São Bernardo, Alto da Bela Vista e Novo Parque. Novos projetos foram desenvolvidos e submetidos à reprogramação no PAC, com a Caixa Econômica Federal. Prazo de validade: 23/04/2022. Em 13/02/19 foi aprovada alteração do objeto para: Repasse de recursos financeiros pela CDHU ao Município para a construção de 754 uhs - 740 verticais e 14 horizontais esparsas, urbanização de 1804 moradias existentes, contenção de encostas, recuperação ambiental, pavimentação viária, drenagem, redes de água e esgoto nas áreas do Parque São Bernardo, Alto da Bela Vista e Novo Parque. Motivo: adequação dos serviços sem alteração de prazo ou valor. Convênio com o município de Carapicuíba Convênio 481/2008 entre a CDHU e o município de Carapicuíba tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para a execução de 728 unidades nos empreendimentos Tambory e Pequiá, de forma a compor a contrapartida municipal em contrato de repasse firmado pela prefeitura com a União Federal para recebimento dos recursos do PAC. Os empreendimentos objeto do referido contrato com a União para financiamento e execução são: Área de reassentamento 1 – Tambory conjunto habitacional de 532 unidades habitacionais já concluídas e entregues. Área de reassentamento 2 – Pequiá construção de 196 unidades habitacionais em andamento, mas a obra foi invadida em meados de 2016 estando paralisada, aguardando a reintegração de posse pela prefeitura até o momento. Diante disso foi aprovada em outubro/2019 a prorrogação do prazo do convênio até 30/09/2022 para a retomada de obras do empreendimento Pequiá, sua conclusão, regularização e averbação das unidades para posterior transferência das unidades à CDHU bem como a averbação do empreendimento Tambory e transferência das unidades à CDHU após obtenção das matrículas individualizadas. Solicitamos à Secretaria de Habitação do Município atualização/reprogramação do plano de trabalho em função da pandemia. Convênios com o município de Santos. Tancredo Neves e Caneleira IV - Convênio nº 0012/14 visando o repasse de recursos financeiros para Cohab-ST, para a produção de 1.800 unidades nos empreendimentos Tancredo Neves III -São Vicente O - 1.120 unidades e Caneleira IV -Santos U – conclusão de 680 unidades, com entrega final de 80 unidades em janeiro/19. Houve alterações neste convênio: -supressão dos serviços de edificação do empreendimento Tancredo Neves; -acréscimo de verba para conclusão do empreendimento Caneleira; -Alteração do nº de unidades que serão comercializadas pela CDHU para 417. Das 680 unidades que compõem o empreendimento, 417 deverão ser transferidas à Cia e esta carteira de mutuários irá constituir o retorno financeiro deste convênio. A transferência das unidades e formalização dos contratos encontra-se na dependência da regularização do empreendimento pela Cohab –ST. Convênio Nº 0121/2017 - Santos I – Celebrado em outubro de 2017, entre a CDHU e a Prefeitura Municipal de Santos para execução de empreendimento habitacional com número estimado de 41 unidades habitacionais, em terreno de propriedade da CDHU, para o atendimento às famílias que se encontram em situação de moradia precária em imóveis encortiçados na área central de Santos. Solicitação de novos estudos, em função da legislação especifica do Patrimônio Histórico, como a contratação de Projeto de Educação Patrimonial e Monitoramento Arqueológico demandou aditamento de prazo para outubro de 2023. Convênio 153/2018 - Santos X -CODESP faixa da União – Área 1 - Convênio celebrado em 25/6/2018, tendo por objeto o estabelecimento de parceria entre a CDHU, a Prefeitura Municipal de Santos e a COHAB/ST para doação, pela Prefeitura de Santos à CDHU, do terreno localizado entre a Av. Senador Feijó e Rua Comendador Martins - Vila Mathias – Santos – SP, visando à execução, por parte da CDHU, de empreendimento habitacional de interesse social contemplando 144 unidades habitacionais – denominado "Codesp/Faixa da União - Área 1" - na conformidade de projeto desenvolvido pela COHAB/ST. Foi encerrado por interesse mútuo dos partícipes, em razão de assinatura de novo convênio, visando à realização do projeto e obras por meio de parceria com a CAIXA. Convênio 154/2018 - Santos AA -Caruara- Convênio celebrado em 25/6/2018, entre a CDHU, COHAB-ST e a Prefeitura Municipal de Santospara execução de empreendimento habitacional com 132 unidades habitacionais, em terreno de 6.999,80m² localizado na Rua Caramuru do Caruara, 724, em Santos, para o atendimento às famílias oriundas de área de risco socioambiental de Santos. A localização do empreendimento demandará obras de Infraestrutura publica de abastecimento de água e coleta de esgoto, sem recursos para sua implantação. Convênio 155/2018 - Santos Z -Jabaquara, assinado em 25/6/2018, tendo por objeto o estabelecimento de parceria entre a CDHU, a Prefeitura Municipal de Santos e a COHAB/ST para doação, pela Prefeitura de Santos à CDHU, do terreno localizado à Rua Teodoro Sampaio, s/nº - Jabaquara – Santos – SP, visando à execução, por parte da CDHU, de empreendimento habitacional de interesse social contemplando 300 unidades habitacionais – denominado "Jabaquara" pela PM Santos - na conformidade de projeto desenvolvido pela COHAB/ST. Projetos em conclusão, obras previstas para 2019. Conforme apontado em carta de diretriz técnica expedida pela SABESP, será necessária a realização de obras de infraestrutura pública de abastecimento de água e coleta de esgoto. Convênio Nº 156/2018 - Santos Y -Bananal z Convênio celebrado em 25/6/2018, entre a CDHU, COHAB-ST e a Prefeitura Municipal de Santospara execução de empreendimento habitacional com 140 unidades habitacionais, para o atendimento às famílias oriundas de área de risco socioambiental de Santos. Projetos em conclusão. Convênio nº 0142/20 – SANTOS LIX assinado em agosto, trata da Implantação de Edifício residencial totalizando pelo menos 252 uhs, Entre Rua da Constituição e a Avenida Dr. Washington Luiz. • Propriedade da União. Parceria CEF. Convênio nº 0143/20 – assinado em agosto, Implantação dos empreendimentos Santos LX e Santos LXI. Elaboração de projetos e reforma, do empreendimento Santos LXI, Rua Gonçalves Dias, nº 08 com Rua do Comércio, nº 77, composto por térreo + 06 pavimentos, totalizando 36 uhs com Contrato de Cessão de Uso Gratuito, celebrado entre a União e o Município. Santos LX implantação de Edifício residencial, totalizando pelo menos 220 uhs, Entre Rua da Constituição e Avenida Conselheiro Nébias, propriedade da União. Parceria CEF. Convênio nº 0144/20 - Santos X assinado em 13/08/20. Elaboração de projetos completos e a implantação do empreendimento de interesse social no terreno denominado Santos "X", sito na Rua Comendador Martins Nº 159 e Avenida Senador Feijó Nº 516, no bairro Vila Matias. Parceria CEF. Convênios com o município de Cubatão. Convênio nº 182/2018 Mantiqueira – Pedreira, firmado em 6/7/2018 entre a CDHU, COHAB SANTISTA e Prefeitura de Cubatão e Prefeitura de Santos visando à produção de 165 unidades habitacionais, no empreendimento CUBATÃO W, para o atendimento da demanda oriunda de

área de preservação permanente localizada no Bairro Pedreira Mantiqueira. Foi proposta retirratificação alterando o número de unidades para 150 e transferindo a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos completos para o empreendimento. Foi solicitada pela PM de Cubatão retirratificação alterando nº de uhs de 160 para 150 e a competência pelo desenvolvimento do projeto da COHAB ST para a CDHU. A Prefeitura não assinou por problemas na apresentação de certidão da Receita Federal. Termo de Cooperação Técnica Reforma Edifício Castro – Foi celebrado entre a CDHU e Prefeitura Municipal de Santos com o objeto de elaboração de estudos e desenvolvimento de projeto de reforma do Edifício de uso misto em Cubatão, pela CDHU, para atendimento à demanda de funcionários públicos de baixa renda o Termo de Cooperação Técnica CDHU nº 9.00.00.00/3.00.00.00/0019/19 - assinado em 20/3/2019, sendo que os estudos estão em andamento. Foi encerrado por interesse mútuo dos partícipes, em razão de assinatura de novo convênio, visando à realização do projeto e obras por meio de parceria com a CAIXA. Convênio 0123/20 – Cubatão AA – assinado em 30/6/20, trata da elaboração de estudos e desenvolvimento de projeto e obras de reforma do Edifício de uso misto em Cubatão, pela CDHU. Parceria CEF. Convênios com o município de São Paulo. Convênio 093/11 – SP-Limão C - Convênio entre CDHU e prefeitura de São Paulo, por meio da Sehab, para execução de 235 unidades habitacionais, denominado como Lidiane - empreendimento SP Limão C, visando atendimento futuro às famílias oriundas das favelas: Ilha Verde, Sampaio Correa e Aldeinha. Obra em andamento com previsão para conclusão em dezembro de 2021 e finalização do convênio, contemplando regularização e transferência das unidades à CDHU, em 1/6/2023. Convênio 095/11 – SP-Grajaú C e D - Convênio entre CDHU e prefeitura de São Paulo, por meio da Sehab, para urbanizações de 1.055 domicílios nos loteamentos Jardim Pabreu e Prainha - empreendimento SP Grajaú D, concluído em 2014. No empreendimento Chácara do Conde - SP Grajaú C,a execução de 562 unidades habitacionais nas quadras B, C, D, E e H, Obra em andamento com previsão de conclusão em dezembro, com finalização da averbação da unidades em novembro de 2021, da transferências das unidades à CDHU até janeiro de 2022. Convênio 094/11 – SP-Sacomã H e SP-Sacomã I (área Sabesp) - Convênio entre CDHU e prefeitura de São Paulo, por meio da Sehab, pelo Programa Urbanização de Favelas, denominado como Heliópolis para execução de 1.200 unidades no empreendimento SP Sacomã I - Área Sabesp 2 - e no empreendimento SP Sacomã H – Heliópolis H. Em execução de 480 unidades de SP-Sacomã I prevista para conclusão em 2021. As 120 demais unidades deverão ser licitadas. O encerramento do convênio será em 17/12/2023. Convênios Dersa -Convênio 0316/11 Rodoanel - trecho Sul e complexo Jacu-Pêssego - com estimativa inicial de atendimento a 1.600 famílias, a demanda habitacional para atendimento foi redimensionada para 1.186, sendo a redução decorrente, especialmente, da adesão de famílias a outras modalidades de atendimento, realizadas exclusivamente pela Dersa. Até o momento foram concluídos 587 atendimentos habitacionais e estão ativos em atendimento provisório, com recebimento de auxílio-moradia, 347 famílias e 8 famílias com atendimento suspenso, podendo, eventualmente, vir a serem reativadas. Convênio vigente até 31/12/2020. Convênio 0191/11 Rodoanel-trecho Norte- com estimativa inicial de atendimento a 600 famílias, a demanda habitacional para atendimento foi redimensionada e elevada formalmente pela Dersa para 2.050 atendimentos. Até o momento foram concluídos 982 atendimentos habitacionais pela CDHU, sendo 641 em unidades habitacionais produzidas pela Companhia e 341 na modalidade carta de crédito. No momento 509 famílias permanecem ativas em atendimento provisório, com auxílio-moradia. Em face do encerramento das funções da Dersa encontra-se em ajuste a formalização de novo instrumento, com partícipes a serem definidos, com vistas à finalização dos atendimentos habitacionais definitivos de ambos os convênios, em total de cerca de 864 famílias, mais aquelas que vierem a ser informadas pela Dersa. Convênios Metrô -Linha 17- Ouro – Convênio 0485/11 – em andamento -trecho 1 – Convênio entre a CDHU e o Metrô para viabilizar o atendimento habitacional e social aos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras da Linha 17 - Ouro, desenvolvido pelo Metrô, bem como nas áreas adjacentes necessárias, com transferência de recursos do Metrô à CDHU. Convênio assinado em 26/1/2012, com vencimento de prazo em 26/01/2021, a ser renovado. Cento e vinte famílias encontram-se em atendimento provisório, recebendo auxílio moradia. Para atendimento a essa parceria está em viabilização o empreendimento SP/Campo Belo A/B. Linhas 5- Lilás e 15-Prata – Convênio 0212/14 – em andamento - Conjugação de esforços entre a CDHU e o Metrô com vistas a viabilizar o atendimento habitacional e social dos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras das Linhas 5 – Lilás e 15 - Prata, desenvolvido pelo Metrô, bem como nas áreas adjacentes necessárias, com transferência de recursos do Metrô à CDHU. Convênio assinado em 19/11/2014, com prazo a vencer em 19/11/2022. Atualmente,4 famílias estão com atendimento provisório ativo, recebendo auxílio-moradia e serão reassentadas no empreendimento Campo Belo A/B. Outras 2 famílias recebem auxílio moradia pelo Metrô e também deverão ser reassentadas em SP-Campo Belo A/B. Convênios CPTM -Linha 9-Esmeralda –- Convênio 049/11- em andamento - Parceria entre a CDHU e a CPTM com vistas a viabilizar o atendimento habitacional e social dos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras da reativação do serviço ferroviário do Trecho Grajaú a Varginha, Linha 9 – Esmeralda, da CPTM, bem como nas áreas adjacentes necessárias para o escopo do presente convênio, com transferência de recursos da CPTM à CDHU. Convênio assinado em 29/12/2011, a vencer em 29/09/2022. No âmbito desse convênio foram atendidas 234 famílias em empreendimentos da CDHU e 140 famílias com indenização operada pela CDHU. Atualmente, cerca de 13 famílias encontram-se com atendimento por meio auxílio-moradia, das quais 6 estão com atendimento ativo e 7 suspensas. A finalização do atendimento deverá ocorrer na modalidade Carta de Crédito. Linha 13-Jade –Convênio 0045/16 - em andamento - Parceria entre a CDHU e a CPTM com vistas a viabilizar o atendimento habitacional dos indivíduos e famílias vulneráveis assentados irregularmente nas áreas atingidas por obras de implantação da Linha 13 - Jade, com transferência de recursos da CPTM à CDHU. Convênio assinado em 20/6/2016, vencimento em 20/6/2021. Permanece uma família pendente de atendimento, com recebimento de auxílio moradia, cujo atendimento será viabilizado na modalidade carta de crédito, ora em andamento. Convênios DAEE -Projeto Parque Várzeas do Tietê - Guarulhos - Convênio – 0035/17. Parceria entre a CDHU e o DAEE com vistas a viabilizar o atendimento habitacional, provisório e definitivo de famílias vulneráveis, originárias de áreas de risco de inundação junto ao Rio Tietê, na região da Vila Laurita, Vila Any e Jardim Guaracy, em Guarulhos, abrangidas pelo Programa Parque Várzeas do Tietê, com a finalidade de viabilizar a liberação da área do parque e, ainda, a realização de ações de formação para as famílias reassentadas pelo DAEE, no âmbito do Programa, no Empreendimento Lavras, conforme Plano Executivo de Reassentamento do Programa Várzeas do Tietê, para o município de Guarulhos. Com estimativa inicial de atendimento a 56 famílias, a demanda habitacional para atendimento foi redimensionada e elevada para 63 atendimentos, através de formalização de aditamento. Em 2019 haviam sido viabilizadas 15 cartas de crédito. Em 2020 ocorreram mais 12 atendimentos em carta de crédito. No total, por meio desse convênio foram reassentadas 47 famílias, sendo 20 no empreendimento Guarulhos E e 27 em carta de crédito. Em auxílio morado encontram-se 7 famílias, todas ativas. O convênio tem vencimento em 13/04/2022. Convênios Secretaria de Transporte Metropolitano -Linha 6-Laranja –Convênio 0051/15- em andamento - Transferência de recursos financeiros, pela Secretaria de Transporte Metropolitano à CDHU, relativo ao atendimento habitacional dos indivíduos ou famílias vulneráveis identificadas nas áreas atingidas pelas obras de implantação da Linha 6 – Laranja do Metrô, trecho São Joaquim – Vila Brasilândia. Foram efetivados 5 atendimentos na modalidade carta de crédito. Permanecem em atendimento provisório 13 famílias, das quais 10 ativas e 3 suspensas, porém, todas as 13 a serem atendidas por meio de carta de crédito. O atual prazo do convênio expira em 11/12/2021. Projetos prioritários - assentamentos precários, recuperação ambiental e urbana e demandas específicas -Urbanização Jardim Santo André. Na região sul do município de Santo de André, fazendo divisa com área de proteção aos mananciais da Bacia Billings e com o Parque Municipal Pedroso, a CDHU adquiriu em 1977 uma área com topografia bastante acidentada e encostas íngremes, composta por seis glebas perfazendo uma área total de cerca de 1.470.000 m². Na década de 1980, a área sofreu um intenso processo de ocupação irregular gerando um complexo de seis favelas denominadas: Toledanos, Lamartine, Dominicanos, Cruzados, Missionários e Campineiros que somam um pouco mais de 9 mil famílias das quais 5.192 estão reassentadas em unidades produzidas pela CDHU e por outras soluções habitacionais, como carta de crédito e unidades recomercializadas, ainda que em menor número. O atendimento em lotes resultantes da urbanização do assentamento precário é uma das modalidades de atendimento neste projeto. Em 2018 foram urbanizados 263 lotes, concluindo a etapa de 705 lotes urbanizados no setor Cruzados, perfazendo 100% do contrato de R$37.973.139,48. O projeto de parcelamento dos lotes do Núcleo Cruzados foi concluído em dezembro de 2018, após a realização de trabalhos de campo com as famílias para a devida convalidação das dimensões de cada lote resultante do parcelamento. Em 29/9, a CDHU protocolou ofício junto à PMSA solicitando a abertura de processo administrativo e a devida classificação como REURB, visando a obtenção da regularização fundiária sob a ótica da Lei Federal n. 13.465/17. Os produtos técnicos que compõem o Projeto de Regularização Fundiária foram finalizados e protocolados na Prefeitura de Santo André em novembro. Diante do quadro apresentado e devido às restrições financeiras que têm limitado a possibilidade de atuação na escala exigida, a CDHU está trabalhando em parceria com a prefeitura de Santo André discutindo plano estratégico para dar seguimento às intervenções na área. Nesse sentido, além do Núcleo Cruzados, a CDHU solicitou-se abertura de processo administrativo e classificação como REURB para os Núcleos Dominicanos -120 lotes, Toledanos -331 lotes e Campineiros -73 lotes, cujos elementos técnicos deverão ser viabilizados através do Cidade Legal. A despeito de todas as obras de estabilização geotécnica executadas até o ano de 2014, os trabalhos de campo continuam a ser realizados até que toda a área do Jardim Santo André seja vistoriada para o reconhecimento de situações de risco que ainda persistam. Como opção de atendimento às famílias que hoje estão atendidas em auxílio moradia e que foram removidas de áreas de risco do Jd. Santo André entre 2009 e 2013, destacamos as seguintes ações: Estão em andamento as obras do empreendimento Santo André K, com 260 uhs com previsão de entrega em marco de 2021; Conclusão dos projetos e orçamento do empreendimento Santo André J, com 44 unidades habitacionais. Este projeto foi inserido no sistema do Programa Pró-Moradia -Governo Federal, com o objetivo de captar recursos para execução das obras.

Urbanização Favela Pimentas - Guarulhos C - O Projeto de Urbanização e Regularização Fundiária Guarulhos C consiste de uma intervenção em um conjunto de glebas, patrimônio da CDHU, que formam setores separados por sistema viário público oficial envolvendo aproximadamente 4500 famílias. Parte dessas áreas foram ocupadas irregularmente ao longo dos anos contando com residências, em sua maior parte, consolidadas, que ocupam, tanto áreas urbanizáveis, quanto locais inapropriados para sua permanência, tais como: Áreas de risco, Áreas de Preservação Permanente -APPs, Faixa de Servidão da Transpetro -oleoduto e fibra ótica, Faixa de servidão da EDP Bandeirante -linha de alta tensão. Devido à complexidade e os altos investimentos necessários para viabilizar a implantação das obras projetadas, estrategicamente a intervenção foi dividida em 4 Etapas. As obras da Etapa 01 abrangem os Setores 7, 8, 9 e parte do Setor 3, atendendo aproximadamente a 700 famílias, foram concluídas em março e contou com os seguintes serviços: Implantação de 22 unidades habitacionais de uso misto -residência e comércio, para atendimento de demanda específica da própria área; Implantação de toda a infraestrutura descrita acima visando a regularização fundiária em etapas de toda a área à medida que as obras forem concluídas e especialmente, o alargamento e regularização geométrica da Av. Norte-Sul, importante eixo de ligação entre bairros do município; Neste Setor foi inserida uma área institucional para implantação de um Posto de Entrega Voluntária – PEV, cujo tremo de cessão de uso está em análise pela Procuradoria de Consultoria Jurídica da Prefeitura de Guarulhos; Atualmente está em andamento a formatação do projeto de regularização fundiária deste Setor. Regularização técnica e fundiária de intervenções em favelas -Projeto Pantanal -SP - Vila Jacuí A e B – Em 30/7, foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo a classificação da área SP – Vila Jacuí A/B como REURB, iniciando assim uma nova etapa do processo de regularização fundiária, agora com apoio da Lei Federal n. 13.465/17, beneficiando mais de 8.000 famílias. Em 20/10, foi concluído o Estudo Técnico Ambiental elaborado pelo IPT, que avaliou os riscos hidrológicos relativos à inundação, as áreas de preservação permanente -APP, a vegetação, a infraestrutura e as áreas degradadas presentes na área. O estudo concluiu que o núcleo SP - Vila Jacuí A e B está apto para a regularização pois atende aos critérios estabelecidos na Lei nº 13.465/2017 e suas regulamentações e demais leis pertinentes. Em 9/11, foi protocolado junto à Coordenadoria de Regularização Fundiária da SEHAB/PMSP o pedido de análise do Estudo Técnico Ambiental visando a obtenção de aprovação ambiental. O projeto de parcelamento do solo está em conclusão e até meados de dezembro, as equipes de projeto e do social poderão dar início ao trabalho de campo na área de urbanização, visando a identificação e convalidação dos lotes a serem legitimados em favor dos ocupantes. Projeto Sumaré C - Estudos e projetos em andamento, visando à regularização técnica e fundiária do empreendimento e comercialização junto aos ocupantes – cerca de 1.100 famílias, das quais 395 ocupam unidades habitacionais construídas pela CDHU. Projeto Hortolândia A1 **-** Projeto de parcelamento em conclusão, visando à regularização técnica e fundiária do empreendimento e futura comercialização de 1200 lotes. Projeto Hortolândia A3 - Estudos em andamento visando à elaboração de projeto de regularização técnica e fundiária do conjunto e comercialização junto aos ocupantes – cerca 400 lotes. Foi contratado e já realizado o Levantamento Aerofotogramétrico da área com a identificação de todas as moradias. Este levantamento subsidiará os estudos e projetos de urbanização e regularização fundiária da ocupação, que estão em andamento. São Bernardo do Campo L -Jd. Calux - Projeto de parcelamento desenvolvido pela Prefeitura de São Bernardo do Campo. Estão em curso tratativas com a prefeitura visando à titulação definitiva de 772 lotes pela CDHU. São Bernardo do Campo F – O projeto de parcelamento do solo está aprovado e os condomínios já implantados tiveram sua regularização concluída, restando para regularização cerca de 200 lotes. Os projetos para urbanização da área remanescente e execução de novas 32uhs estão concluídos, e estes projetos foram inseridos no sistema do Programa Pró-Moradia -Governo Federal, com o objetivo de captar recursos para execução das obras. SP - Itaquera D, E e F (IPESP) – Em 29/9 a CDHU protocolou, junto à Coordenadoria de Regularização Fundiária da SEHAB/PMSP o pedido de classificação das áreas SP – Itaquera D, E e F como REURB, visando a

obtenção da regularização fundiária sob a ótica da Lei Federal n. 13.465/17, o que beneficiará cerca de 5.000 famílias que atualmente ocupam irregularmente as glebas. Em outubro, foi emitida ordem de serviço para elaboração, pelo IPT, do Estudo Técnico Ambiental com Diagnóstico da Ocupação, que subsidiará o Plano Geral de Intervenção a ser proposto. Está em fase de desenvolvimento o projeto para implantação de empreendimento habitacional na porção SP - Itaquera F2, com previsão de implantação de 1.052 unidades habitacionais, que deverão ser destinadas preferencialmente às famílias atingidas por obras de requalificação urbana das glebas. -Empreendimentos habitacionais de propriedade da CDHU no Município de São Paulo e RMSP, que apresentam ocupações irregulares e precárias -favelas, em áreas destinadas a uso coletivo e APPs. Conforme estudos elaborados, relativos à regularização fundiária de empreendimentos da CDHU na Capital e RMSP, tem-se 65 conjuntos habitacionais com ocupações irregulares, a maior parte delas apresentando condições de precariedade e carência de serviços básicos. A superfície ocupada irregularmente nesses conjuntos está estimada em mais de 1.000.000 m², composta basicamente pelas áreas definidas nos projetos como áreas verdes, áreas de uso institucional e APPs. Se considerarmos apenas os conjuntos habitacionais da CDHU localizados no município de São Paulo, estima-se um total de 12.000 famílias em áreas irregulares. Como decorrência desses estudos, foram desenvolvidos projetos preliminares e estimativa de custos para a execução de intervenções pontuais, visando à correção de situações de risco, entre outras, com a substituição de moradias, com a implantação de edificações adequadas às condições morfológicas encontradas e visando evitar as reocupações irregulares que perpetuam a precariedade e a permanência de risco para as famílias. Programa Vida Longa. Por meio dessa modalidade de programa, desenvolvido com recursos repassados pela SH à CDHU, já foram entregues 18 equipamentos de moradia assistida, para cerca de 356 pessoas idosas, em condomínios horizontais de até 28 unidades, com área de convivência social e integração com a rede social de proteção e defesa do idoso, para idosos com 60 anos ou mais, independentes para a realização das tarefas diárias, com renda de até um salário mínimo, sem vínculos familiares sólidos ou sós. Os 5 Convênios para a produção de 122 unidades habitacionais, assinados em 2019, estão com a seguinte situação: Convênio SH 2571.420/19 Barretos K – assinado em 18/12/2019. A construção do equipamento comunitário de moradia assistida e gratuita para pessoas idosas, com 28 uhs encontra-se em setembro de 2020 com 32,56% de obras realizadas; Convênio SH 257.1163/19 Bauru K – assinado em 18/12/2019. Transferência de recursos financeiros da SH para a CDHU, para construção de um equipamento comunitário de moradia assistida e gratuita para pessoas idosas, com 22 uhs, encontra-se em setembro, com 22,13% de obras realizadas; Convênio SH 2568.211/19são Jose Do Rio Pardo I – assinado em 18/12/2019. Transferência de recursos financeiros da SH para a CDHU, para construção de um equipamento comunitário de moradia assistida e gratuita para pessoas idosas, com 26 uhs, encontra-se em setembro, com 36,23% de obras realizadas; Convênio SH 2571.286/19 São Roque C – assinado em 18/12/2019. Transferência de recursos financeiros da SH para a CDHU, para construção de um equipamento comunitário de moradia assistida e gratuita para pessoas idosas, com 20 uhs, encontra-se em setembro de 2020 com 37,94% de obras realizadas; Convênio SH 2571.555/19 Bragança Paulista L – assinado em 18/12/2019. Transferência de recursos financeiros da SH para a CDHU, para construção de um equipamento comunitário de moradia assistida e gratuita para pessoas idosas, com 26 uhs, encontra-se em setembro de 2020 com 7,58% de obras realizadas. Mais 06 empreendimentos estão programados para assinatura de Convênios em 2020: Bastos I, Duartina D, Garça N, Guaratinguetá H, Santa Bárbara D'Oeste G e Tietê G, com 158 novas unidades habitacionais. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Litoral Sustentável - Serra do mar -O programa visa à recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar -PESM, maior área contínua da Mata Atlântica preservada no Brasil, que sofre ameaça de ocupação por assentamentos habitacionais precários. As intervenções habitacionais são articuladas às da Política Estadual de Meio Ambiente no programa, que configura um conjunto de ações e intervenções da Secretaria da Habitação e da Secretaria do Meio Ambiente, envolvendo o Parque Estadual da Serra do Mar e outros remanescentes do bioma da Mata Atlântica. No âmbito das ações habitacionais do Programa, beneficiará 7.800 famílias, das quais 5.820 com novas unidades habitacionais e 1980 com obras de urbanização, como demonstra o quadro abaixo:

Programa	Município	Unidades Habitacionais				Urbanização				Total Geral
		Entregues		Em Obras	Total	Entregues		Em Obras	Total	
		Até 2019	2020			Até 2019	2020			
Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão	4302			4302	1338		642	1980	**6282**
	São Vicente	762	98		860					**860**
	São Sebastião	166			166					**166**
	Ubatuba		376		376					**376**
	Pedro de Toledo	116			116					**116**
Sub-Total Serra do Mar		**5346**	**474**	**0**	**5820**	**1338**	**0**	**642**	**1980**	**7800**

Está prevista, ainda, a edificação de outras 668 unidades habitacionais em área adquirida no âmbito do Programa Serra do Mar no município de Cubatão, denominado Cubatão K - em fase de contratação de obras, bem como a concessão de aproximadamente 230 Cartas de Crédito, o que complementa as metas do Programa. Além do atendimento habitacional propriamente dito, o Programa também desenvolveu as seguintes ações: Trabalho Técnico Social: equacionamento de grupo alvo - atendimento individual programado das famílias, visitas monitoradas às unidades habitacionais, apoio no processo de remoção e reassentamento e suporte às discussões sobre integração de políticas setoriais, bem reuniões periódicas entre população e áreas técnicas da CDHU e UGP – Serra do Mar, trabalho de organização comunitária e desenvolvimento local - destacam-se os projetos implantados nos Bairros Cota em Cubatão: Com Arte nas Cotas, Cota Viva, Nesdel e Turismo de Base Comunitária; Sistema de Monitoramento Físico-Financeiro; Serviços especializados para Monitoramento da Estratégia Social; Serviços especializados de Mediação de Controvérsias; Elaboração de diagnóstico físico, urbanístico e socioambiental, estudos preliminares, projetos básicos e executivos; Elaboração do Projeto de Parcelamento do Solo para a Regularização Fundiária do Núcleo Jardim Europa, no perímetro da Cota 200: o projeto encontra-se em elaboração para pactuação junto aos beneficiários e posterior encaminhamento ao CRI de Cubatão. Visa a expedição de matrículas individualizadas dos lotes em nome dos beneficiários e das áreas públicas em nome da prefeitura. A previsão de término é maio de 2021. Litoral Sustentável -Em meados de 2019, o Governo do Estado de São Paulo protocolou junto à Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Economia do Governo Federal, "Carta Consulta" apresentando o Projeto "Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista", visando aprovação para contratação de operação de crédito externo para financiar parte do citado Programa. Em 17/11/2019, a Comissão de Financiamento Externo – COFIEX/SAIN, expediu a Resolução nº 10/0137, autorizando a preparação do Programa, viabilizando a contratação da operação de crédito externo com a concessão de garantia da União, no valor de US$ 100.000.000,00, destes cerca de 68% às ações da SH/CDHU. A operação de crédito, ora citada, será efetuada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, sendo que a fase de preparação foi iniciada no mês de outubro de 2019 e está em etapa conclusiva, sendo que se estima que o contrato de financiamento seja assinado em 2021. O Programa Litoral Sustentável é um conjunto de ações e intervenções do Governo do Estado de São Paulo executado pelas Secretarias de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA e da Habitação – SH, visando a proteção da biodiversidade e demais serviços ambientais da mata atlântica, associando as ações de proteção com ações de recuperação, mitigação, contenção e prevenção de danos socioambientais e de impactos decorrentes das mudanças climáticas, bem como ações que visam subsidiar o poder público para o planejamento e implementação de intervenções futuras. O Programa irá abranger toda a região litorânea do estado de São Paulo, contemplando os seguintes 16 municípios e o território das Unidades de Conservação estaduais presentes na região. Litoral Norte: Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela; Baixa Santista: Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe e Cubatão; Litoral Sul: Cananéia, Ilha Comprida e Iguape. O objetivo geral do programa é contribuir para a conservação socioambiental e recuperação do Litoral Paulista. Os objetivos específicos são: promover a proteção da biodiversidade terrestre e marinha; reduzir o risco de desastres naturais e a vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas; e reduzir a vulnerabilidade socioambiental de pessoas localizadas em áreas ambientalmente vulneráveis e riscos geotécnicos. Na fase de preparação do Programa e em consonância com as políticas do BID, foram elaborados diversos documentos e estudos que detalham os planos de ação, as diretrizes de execução e monitoramento e ferramentas de planejamento, expressos nos documentos que seguem: EIAS – Estudo e Impacto Ambiental e Social; MGAS – Marco de Gestão Ambiental e Social; PGAS – Plano de Gestão Ambiental e Social; PER – Plano Executivo de Reassentamento; MRI – Marco de Reassentamento Involuntário; ROP – Regulamento Operativo do Programa; PEP – Plano de Execução Plurianual; POA – Plano Operativo Anual; PA – Plano de Aquisições. Esses documentos têm caráter preliminar e deverão ser revistos durante o processo de preparação do Programa e alguns deles estão publicados nos sites do BID e dos executores do Programa, como segue: Pelo BID: http://www.iadb.org/document.cfm?id=EZSHARE-264408313-9, http://www.iadb.org/document.cfm?id=EZSHARE-264408313-15 , http://www.iadb.org/document.cfm?id=EZSHARE-264408313-14 e *Pela CDHU*: http://www.cdhu.sp.gov.br/web/guest/publicacoes/programa-de-desenvolvimento-sustentavel. *Pela SIMA*: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2020/10/programa-litoral-sustentavel-divulga-documentos-para-consulta-e-contribuicoes/. Ainda, para garantir a participação da sociedade e das famílias atingidas pelas ações do Programa, também como parte do processo de preparação do Programa, foram previstas várias Consultas Públicas, distribuídas em duas rodadas, com o objetivo de dialogar com a sociedade sobre as ações e projetos previstos para a região, seus impactos e resultados. A primeira rodada de Consultas Públicas ocorreu no período de 7 a 9/7/2020, através das plataformas do Youtube e Facebook, sendo que a participação média por dia de Consulta variou entre 160 a 230 pessoas. A segunda rodada está prevista para 2, 3 e 4/12/2020. No âmbito da questão habitacional no Programa, os recursos ora autorizados para o financiamento, envolvem em torno de US$ 68 milhões. Tais recursos serão destinados às ações de reassentamento de aproximadamente 900 famílias e outras 1900 beneficiadas com obras de urbanização integrada no município de Guarujá. Também prevê o Trabalho Técnico Social com as famílias beneficiadas pela urbanização, assim como das daquelas reassentadas em novas unidades habitacionais, com o apoio no processo de remoção e reassentamento, promovendo a organização comunitária e desenvolvendo projetos de capacitação profissional e fomento ao desenvolvimento local. Prevê-se também a utilização e desenvolvimento de infraestrutura de dados para planejamento territorial, objetivando o mapeamento e diagnóstico de assentamentos precários para subsidiar o planejamento habitacional e urbano da região litorânea do Estado.

Fundo Estadual Da Habitação - Instituído em setembro de 2001, o Fundo Estadual da Habitação destina-se à aplicação de recursos estaduais em execução de obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais para conjuntos habitacionais dirigidos a famílias de baixa renda. O saldo desses recursos, inicialmente provenientes da Loteria da Habitação, inoperante desde 2009, é constituído hoje do remanescente dos rendimentos das aplicações financeiras da conta em que eram depositados. Em 2019 não foram formalizados convênios através dos recursos do Fundo Estadual da Habitação - FEH. Por conta de convênios celebrados em exercícios passados, ainda em trâmite e sob gestão da CPH, em 2020 houve desembolsos no valor total em torno de R$ 2,7 milhões aproximadamente -data base: janeiro a novembro, envolvendo cerca de 30 convênios. Parcerias Público-Privadas -PPPS - Parceria entre o setor público e privado com vista a ampliar a oferta de habitação de interesse social -HIS, inserida na malha urbana e com acesso à oferta de equipamentos e serviços públicos. A PPP Habitacional busca articular a oferta de HIS aos objetivos do desenvolvimento urbano, a exemplo da promoção do adensamento habitacional e de atividades urbanas ao longo do sistema de transporte público, o apoio à qualificação de centralidades existentes e estímulo a criação de novas centralidades, bem como o apoio à coesão e integração sócio territorial, garantindo a diversidade funcional e social das intervenções. PPP do Centro Expandido - O primeiro Edital de Concorrência Internacional lançado pela SH para a PPP Habitacional, o de nº 001/2014, foi publicado em 25/9/2014. Este previa a implantação de 14.124 unidades habitacionais, sendo 9.000 habitações de interesse social -HIS e 5.124 habitações de mercado popular -HMP em 4 lotes para a Área do Centro Expandido do Município de São Paulo, além de serviços de infraestrutura e oferta de espaços para serviços, comercio e lazer. Para os condomínios de HIS o Edital previa a prestação de serviços de desenvolvimento de trabalho social de Pré e Pós Ocupação, de apoio à gestão condominial e gestão de carteira de mutuários e de manutenção predial. Esta concorrência resultou na homologação e adjudicação da proposta apresentada para Lote 1 à Empresa Canopus Holding S.A, que se constituiu em uma Sociedade de Propósito Específico -SPE, PPP Habitacional Lote 1 S.A, para firmar o contrato na qualidade de Concessionária para a implantação do Lote 1, por meio da PPP. -Lote 1 - PPP do Centro -O Lote 1 da PPP da Área Central do Município de São Paulo prevê a construção de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2.260 unidades de HIS, destinadas a famílias com renda de até seis pisos salariais do Estado de São Paulo, e 1.423 unidades de HMP, para famílias com renda entre seis e dez pisos salariais. O investimento previsto na data base é de R$ 1,4 bilhão, sendo R$ 919 milhões do parceiro privado e R$ 465 milhões do GESP, com contrapartida máxima anual de R$ 82 milhões. O contrato com a PPP Habitacional Lote 1 S. A. foi assinado em março de 2015 e a situação até dezembro de 2019, com relação às 2.260 uhs de HIS e obras não habitacionais a cargo da Concessionária, é a seguinte: -1443 uhs com obras concluídas: -126 uhs, Residencial São Caetano, aceite em dez/2016; 91 uhs, Residencial Alameda Glete, aceite em out/2017; 170 uhs Edifício Duque de Caxias - Complexo Júlio Prestes, Q49, aceite em abr/2018; 170 uhs, Edifício Santa Efigênia -Complexo Júlio Prestes, Q49, aceite em abr/2018; 170 uhs, Edifício Barão de Piracicaba -Complexo Júlio Prestes, Q49, aceite em mai/2018; 170, Edifício Helvétia -complexo Júlio Prestes, Q49, aceite em jun/2018; 234 uhs, Edifício Dino Bueno -Complexo Júlio Prestes, Q49, aceite em jul/2018; 96 uhs, Residencial Gusmões -República A - Q75, aceite em jul/2019; 156 uhs, Residencial Campos Elíseos -Complexo Júlio Prestes, Q50, aceite em dez/2019; 60 uhs, Residencial Cleveland -

Complexo Júlio Prestes, Q50, aceite em dez/2019. -210 uhs em obras: -140 uhs, Residencial Luz - Complexo Mauá, Q69 – Conclusão prevista para jan/2021; 70 uhs, Residencial Mauá - Complexo Mauá, Q69 – Conclusão prevista para jan/2021. -607 uhs em projeto: -417 uhs, Usina de Asfalto – Conclusão prevista para dez/2022; 190 uhs, Complexo Júlio Prestes, Q38 – Conclusão prevista para dez/2022. A destacar que 500 uhs, das 2.260 uhs de HIS previstas para o Lote 1, serão comercializadas para os integrantes de Entidades e o restante das 1.760 uhs serão comercializadas para famílias cadastradas e classificadas por meio de sorteio, conforme estabelece o Edital de Concorrência nº 001/2014; Para famílias de Entidades já foram destinadas as 126 uhs, do Residencial São Caetano, finalizadas e aceitas em dez/2016. Outras obras de responsabilidade da Concessionária: Equipamento Público -- Construção de Creche, Centro de Educação Infantil – CEI Nova Luz, aceita em dez/2019. Usos não residenciais -comercio - 55 lojas comerciais -Complexo Júlio Prestes, Q49, aceitas em 2018; - 1 supermercado -Complexo Júlio Prestes, Q49, aceitas em 2018; - 1 loja comercial (Residencial Gusmões), aceita em 2019; - 22 lojas comerciais - Complexo Mauá, em obra, conclusão prevista para jan/2021; - 12 lojas e 2 conjuntos comerciais -Usina de Asfalto, em projeto, conclusão prevista para jan/22. Infraestrutura -Revitalização da Praça Júlio Prestes, aceita em abr/2018; Revitalização do Aquartelamento do 2 Grupamento de Bombeiro, aceita em mai/2018. Novas PPP - Desde o final de 2019, a CDHU vem empreendendo esforços na formatação de propostas para parcerias público privadas, visando a consecução de projetos de impacto regional e socioambiental, tendo sido já formatadas 5 propostas -que foram submetidas à Plataforma Digital de Parcerias do Governo do Estado de São Paulo, sendo uma com parecer favorável e havendo uma em preparação. São projetos de habitação, desenvolvimento urbano, implantação de parque urbanos e recuperação ambiental, num montante de 40,8 mil novas moradias 3,5 mil urbanizações, em valores da ordem de R$ 7 bilhões.

Projeto PPP			Unidades Habitac.	Urbanizações	Total	Situação
Ambientais	1	Vida Digna - Palafitas	20.000	0	20.000	Em conformidade
	2	Parques Urbanos	7.292	0	7.292	Submetida
Integradas	3	Albor - Presídios Sap	5.000	0	5.000	Em revisão
Requalificação Urbanização	4	Guarulhos - Pimentas	2.934	1.402	4.336	Submetida
	5	Favela San Remo - Usp	3.500	1.800	5.300	Em preparação
	6	Hortolandia E Campinas	2.100	374	2.474	Submetida
		Total	40.826	3.576	44.402	

As propostas têm como finalidade ações integradas para equacionamento de graves problemas de impacto regional, conforme abaixo esquematizado: -*PPP Vida Digna – Baixada Santista* -Conjunto de ações diversificadas para recuperação urbana e ambiental e reassentamento de famílias de áreas de ocupações irregulares e precárias em palafitas, contribuindo para equacionar a degradação do estuário da Baixada Santista. Abrange os municípios de Santos, Guarujá, Cubatão e São Vicente. O projeto prevê a participação de parceiros privados, com o apoio dos poderes públicos Estadual e Municipais envolvendo: - Promoção de 20 mil novas unidades habitacionais - para reassentamento habitacional, em unidades subsidiadas, em empreendimentos habitacionais diversificados para atender a demanda das palafitas e outras de interesse regional, com apoio de terrenos Públicos – Municipais, Estaduais e da União; Promoção de usos urbanos complementares aos habitacionais, propiciando a melhoria dos bairros em que os empreendimentos serão instalados, associados a melhorias viárias, de equipamentos públicos, comércio e serviços que promovam uma requalificação das áreas de intervenção; Recuperação das faixas de remoção de moradias precárias que serão desocupadas, com implantação de parques, sistema viário, infraestrutura de saneamento ambiental e drenagem, repovoamento vegetal, equipamentos públicos e outros usos que garantam a qualificação dos espaços recuperados e previnam sua degradação. -*PPP Parques Urbanos* - Concessão para implantação e manutenção de importantes parques urbanos na RMSP associados à implantação habitacional e de outros usos e serviços urbanos, em proposta integrada entre os setores de habitação e meio ambiente do Estado. São parques localizados nos vetores Leste, Sudeste e Oeste da região metropolitana da Capital. A proposta para cada uma dessas áreas, além de promover expressivos benefícios urbanos e socioambientais, cumpre adicionalmente a finalidade de equacionar passivos do Estado e atender a demandas do Ministério Público e Ações Judiciais, de forma a obter o melhor usufruto dos recursos públicos, contando com investimentos combinados com o setor privado. *PPP Guarulhos – Pimentas* -Trata-se de completar ações iniciadas pela CDHU na região estratégica do Bairro dos Pimentas em Guarulhos, concluindo intervenção de urbanização e regularização de assentamento precário, acompanhada da produção de moradias para rendas diversificadas, com implantação de usos complementares de comércio e serviços e parque regional. - *PPP Campinas, Hortolândia e Sumaré* - O projeto envolve áreas da CDHU na Região Metropolitana de Campinas, com potencial locacional para atividades diversificadas e próximas a importantes eixos viários regionais que propiciam a implantação de moradias para rendas diversificadas, combinada a equipamentos de logística de porte regional, parque, usos comerciais e de serviços, além de ações de urbanização e regularização fundiária de assentamento precário. A combinação dessas ações, além de maximizar o patrimônio da Cia., garantindo seu melhor aproveitamento, representam ações de qualificação e recuperação urbana de porte e importância para a metrópole de Campinas. Outras propostas encontram-se em preparação ou revisão, como apontado no quadro apresentado inicialmente e abrem a perspectiva de iniciativas de desenvolvimento habitacional e urbano capazes de alavancar recursos e ações da iniciativa privada não apenas para a implantação dos projetos, mas para o suporte a sua manutenção e gestão, contribuindo para o mais adequado usufruto de seus benefícios e para a perenidade dos resultados.

Conclusão - O quadro vigente tem apresentado desafios adicionais para o setor habitacional do Estado e, em especial, para a CDHU que tem caminhado para rever e aprimorar sua forma de atuação e para um aproveitamento mais efetivo de seu potencial, seja na promoção habitacional, seja na prestação de serviços e no fomento do desenvolvimento urbano. Nesse sentido, e para fazer frente às restrições orçamentárias dos últimos anos, conforme apontado acima, a CDHU tem adotado novas modelagens de conjugação de recursos, em especial com o Governo Federal-CAIXA, que demandam importante participação da Cia, na viabilização de terrenos, projetos e trabalho social e identificação do público-alvo, atuando como agente técnico, promotor e financeiro, de modo complementar para viabilizar novos empreendimentos, associados aos subsídios SH/FPHIS, por meio da Casa Paulista. Complementarmente, a SH/CDHU têm buscado a captação de recursos de fontes nacionais e internacionais, como o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a meta de viabilizar fluxo contínuo de aportes para projetos estratégicos, com resultados para a população beneficiária e a recuperação urbana e ambiental e melhoria da qualidade de vida nas cidades paulistas. Com o BID está em fase de contratação o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista - no qual a CDHU tem previstos valores no montante de US$ 68 milhões, devendo promover importantes ações de urbanização de favelas, recuperação ambiental e social e promoção de moradias para reassentamento habitacional no município do Guarujá, que concentra muitas das carências habitacionais da Baixada Santista, associadas a questões.de vulnerabilidade socioambiental. A partir de 2020, de acordo com seu Plano de Negócios, a CDHU passou a desempenhar atividades de prestação de serviços de naturezas diversas -projetos, gerenciamento de obras, gestão de convênios, apoio ao desenvolvimento urbano e social, etc., prestados a vários órgãos do Estado e Municípios, com contratos já em execução e outros em fase de negociação. Diversas dessas ações são desenvolvidas em parceria com os municípios do Estado de São Paulo, que aportam terrenos para a promoção de empreendimentos, seja para ação direta da CDHU, seja para possibilitar a implementação de parcerias como as realizadas com a CAIXA. Também as propostas de PPP contam com a previsão de parcerias com municípios, não apenas para aporte de terrenos, mas também para adequação de índices urbanísticos, incentivos fiscais e apoio para infraestrutura, serviços urbanos e gestão de melhorias. Com o conjunto dessas ações, somado às iniciativas e programas da Secretaria da Habitação, o Estado de São Paulo mantém-se na dianteira dos esforços para o desenvolvimento habitacional e urbano em seu território. A recuperação econômica passa necessariamente pelo investimento em habitação, uma vez que tais investimento tem um potencial expressivo de geração de empregos, o que constitui um dos principais fatores para que a economia volte a crescer.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Introdução - A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente- SIMA é o resultado da ampla reestruturação administrativa determinada, pelo Governador do Estado de São Paulo, por meio do Decreto nº 64.059 de 01/01/2019 que dispôs sobre as alterações de denominação, transferências e desativações de Órgãos Públicos logo no início da sua gestão. Assim, a Secretaria do Meio Ambiente passou a denominar-se Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente- SIMA e no novo formato institucional incorporou as funções e competências estatais relacionadas às áreas de energia e mineração, de saneamento e recursos hídricos, e do meio ambiente. Para dar conta da multiplicidade de ações, atividades, projetos e programas vinculados a esses setores definiu-se, no Decreto 64.132 de 11 de março de 2019, a estrutura secretarial composta de: a) Gabinete do Secretário, b) Subsecretaria de Infraestrutura, c) Subsecretaria do Meio Ambiente; d) Ouvidoria Ambiental e de Infraestrutura e Comissão de Ética. A Subsecretaria de Infraestrutura foi composta pelas Coordenadorias de Petróleo, Gás e Mineração; de Energias Elétrica e Renováveis; de Saneamento; e de Recursos Hídricos para subsidiar o Gabinete do Secretário no planejamento e execução das políticas direcionadas a esses importantes setores para o desenvolvimento da economia e sociedade paulistas. Integraram a Subsecretaria do Meio Ambiente nas definições do decreto referido acima, as Coordenadorias de Fiscalização e Biodiversidade; de Planejamento Ambiental; de Educação Ambiental; e de Parques e Parcerias responsáveis pelo assessoramento secretarial nas políticas ambientais do Estado de São Paulo e os Institutos de Pesquisa de Botânica; Geológico; e Florestal. Além dos órgãos da administração direta referidos anteriormente compõem o conjunto de entidades com funções técnicas, regulatórias e executivas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE; a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.; a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo; a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal; e a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, entidades da administração indireta do Estado de São Paulo. Aos órgãos executivos somam-se órgãos colegiados que contribuem, em diversos níveis, com a estruturação das principais políticas públicas sob a gestão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Destaquem-se, entre outros, o Conselho Estadual de Política Energética – CEPE; o Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH e o Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA. Diversos colegiados colaboram ainda na orientação e fiscalização de programas, projetos, fundos e setores específicos relacionados aos campos funcionais da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente. Mencione-se, entre outros, o Conselho de Orientação do Programa Estadual de Redução e Racionalização do Uso de Energia – CORE; o Conselho de Orientação do Programa Estadual de Uso Racional da Água Potável – CORA; o Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – COFEHIDRO; o Conselho de Coordenadores do Programa Mananciais; o Conselho Consultivo do Sistema Integrado de Gestão de Áreas Protegidas - CCSIGAP; o Conselho de Defesa do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga – CONDEPEFI; o Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural; o Conselho Estratégico do Programa Parque Várzeas do Tietê; a Comissão de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – CERESP; a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo – CIEA; a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos – CEGRS; a Comissão Paulista da Biodiversidade – CPB; a Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Nativos do Estado de São Paulo – Pró-Primatas Paulistas; a Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação; o Comitê Gestor do Programa Paulista de Biogás; o Comitê de Crise Hídrica da Região Metropolitana de São Paulo; e a Câmara de Compensação Ambiental. No apoio financeiro às funções institucionais secretariais destaquem-se: o Fundo Estadual de Saneamento – FESAN, instituído pela Lei nº 10.107, de 8 de maio de 1968; o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, instituído pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991; o Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC, instituído pela Lei nº 13.577, de 8 de julho de 2009; e o Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP, instituído pela Lei nº 11.160, de 18 de junho de 2002. Em 2019, os órgãos, as entidades, os colegiados e os fundos adaptaram-se à nova estrutura institucional conseguindo realizações que podem ser aferidas no relatório de atividades apresentadas, a seguir, por Unidades /Temas.

Assessoria Internacional - A Assessoria Internacional (AINT) é o ponto focal para assuntos de cunho internacional, alinhando as ações da SIMA aos temas multilaterais e bilaterais, no contexto de agendas globais. Entre as atividades que desenvolve destaca-se: i)acompanhar a implementação dos Acordos e Convenções Internacionais para o plano estadual, dando suporte a políticas municipais e regionais, visando o fomento e a construção de políticas públicas locais no Estado de São Paulo, nas áreas que competem à SIMA; ii) internalização em nas diferentes áreas da SIMA e em suas instituições vinculadas, das políticas globais de Mudanças Climáticas, Biodiversidade e da Agenda 2030, com destaque para os ODS: iii) estimular a cooperação técnica e científica com parceiros estrangeiros e iv) a divulgação de oportunidades de capacitação e treinamento no exterior. Sua atuação no ano de 2020 concentrou-se em: -*1.Cooperações Internacionais*: i) Suécia – *webinars* sobre sistemas de informações geográficas, oportunidades de parcerias com academia (SLU e USP) sobre temas como "Água e florestas", "*Blue targeting tool*", detecção de alterações e vulnerabilidade genética das florestas realizados com a equipe da Agência Florestal Sueca; ii) Canadá: elaboração de plano de ação implementando a cooperação técnica com técnicos, professores e pesquisadores do *Water Institute* – Universidade de Waterloo (Canadá), destacando a elaboração de projetos científicos, com vários parceiros: IGC/USP e IG (Coordenação Técnica), FF, IF, CETESB, UNIFESP, CHREA/USP, POLI/USP, IPT e Universidades de Hiroshima e Okayama , culminando com projeto Temático para apresentação à FAPESP; iii) Japão – Aichi: Reuniões para implementação do plano de trabalho, referente ao Memorando de Entendimentos, assinado em junho de 2019, sob o tema Biodiversidade, entre o ESP e a Província de Aichi – destacando programa de intercâmbio estudantil, visita técnica ao ZOOSP e participação na rede GoLS; iv**)** Global Environment Facility – GEF Pró,Espécies - Projeto "Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de extinção - Acordo de Cooperação Técnica firmado em 14 de maio de 2020, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), Fundação Florestal (FF) e Fundação Parque Zoológico de São Paulo (FPZSP), com a organização da sociedade civil, Fundo Mundial para a Natureza - WWF-Brasil,. iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) financiada pelo GEF; Acordo de Cooperação entre a SIMA e o Consulado Britânico em São Paulo para implementação do Projeto Aterro Mínimo proposto pelo Comitê de Integração de Resíduos Sólidos em avançada negociação; v**)** Comunidade Autônoma de Madri, Espanha: assinatura de Carta de Intenções com preparação de Protocolo de Intenções visando articulação para implementação da CDB- Convenção sobre Diversidade Biológica; vi)PNUMA e União Europeia: preparação para implementação do projeto TEEB AgriFood (avaliação econômica de ecossistemas e biodiversidade do setor de etanol paulista), captado em 2019; Programa MaB – UNESCO:

incremento na participação da SIMA junto às Reservas da Biosfera presentes em mais de 20% do território paulista, visando ampliar opções de parcerias; vii) Convênio assinado em 12 agosto de 2020 para cooperação técnica entre o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA-SP) a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) para o desenvolvimento de projetos para aumento da resiliência do Estado de São Paulo frente aos riscos advindos das alterações climáticas; viii) Coalizão UNDER2 , parceria para a implementação do Projeto "Trajetórias de Descarbonização para o Estado de São Paulo – 2050" 2.Participação nas Redes de Governos Regionais: O Estado, por meio da SIMA, é membro das seguintes redes internacionais: i) Regions4 - *Regions for Sustainable Development* (Regiões para o Desenvolvimento Sustentável), participando no projeto "Biodiversity Learning Platform" (Plataforma de Aprendizado da Biodiversidade), que objetiva a troca de experiências e conhecimentos técnicos em biodiversidade entre regiões e estados, e representante no Informal Advisory Group / Extended Consultative Network junto ao Secretariado da CDB para planejamento do Pós-2020 desta Convenção da ONU; ii) *The Climate Group*; participando ativamente das iniciativas focadas em mudanças climáticas: *States & Regions Alliance* e *Under2 Coalition* iii) ICLEI – *Local Governments for Sustainability* (Governos Locais pela Sustentabilidade); iv) GoLS - Group of Leading Subnational Governments toward Aichi Biodiversity Targets (Grupo de Governos Subnacionais Líderes para os Objetivos de Biodiversidade de Aichi), v) Regional Leaders – composta de 7 regiões: Bavaria (Germany), Upper Austria (Austria), Quebec (Canada), São Paulo (Brazil), Shandong (Republic of China), Georgia (USA) and Western Cape Province (South Africa); vi) CBD Advisory Committee on Sub-National Governments and Biodiversity - alocado dentro do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, com destaque para preparação da COP 15, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021, na China. 3. Eventos internacionais Presenciais e Virtuais: i) Preparação da SIMA para participar na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow - Escócia, - nov. 2021; ii) Webinar com o convidado Ludovino Lopes em 24 de junho de 2020, sobre "Mecanismos Legais e Econômicos - Desafios e Soluções para as Políticas de Mudança do Clima no âmbito Subnacional" , promovido pela AINT para os membros do Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável, bem como para os Grupos de Trabalho do CIPOG – de Biodiversidade, de Mudanças Climáticas e de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (iii) (presencial – Fevereiro de 2020) BIO2020 – contribuições locais brasileiras para o Pós-2020 da CDB, gerando a "Carta de São Paulo", com centenas de participantes, em parceria com os seguintes parceiros internacionais – Regions4, ICLEI, União Europeia, GIZ / Governo Alemão, Governo de Aichi (Japão), CETESB, Fundação Florestal, PNUMA-Brasil e Secretariado da CDB; (iv) participação no evento virtual Processo de Edimburgo – mais complexo esforço do ano envolvendo governos locais e subnacionais de todo globo, preparando o Pós-2020 da CDB. 4.Participação em Comissões/Comitês:i)Representação da SIMA na Comissão Estadual para os ODS, criada pelo Decreto 63.792, de 09 de novembro de 2018, como parte do Grupo de Apoio Técnico e ponto focal da Câmara Técnica Planeta; ii)dia 03 de junho de 2020 foi realizada virtualmente a 2ª Reunião do Comitê de Integração e Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável, com a participação dos membros, representantes das áreas e instituições desta Secretaria, do Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável - CIPOG (Resolução SIMA 33 de 14.05.2019), também contando com os convidados os membros dos Grupos de Trabalho de Biodiversidade e de Mudanças Climáticas, designados pela Deliberação nº 01, de 11 de outubro de 2019, no âmbito do CIPOG., cujo objetivo foi o de (i) Apresentar o Acordo de São Paulo; e (ii) Apresentar, discutir e aprovar o documento atualizado Mudanças Climáticas: Balanço e Recomendações, elaborado conjuntamente pelos Grupos de Trabalho de Biodiversidade e de Mudanças Climáticas do CIPOG, e pela Assessoria Internacional. O GT ODS realizou 5 (cinco) reuniões virtuais em 2020. O GT/CLIMA realizou 4 (quatro) reuniões virtuais e o GT/BIO realizou .11 (onze) reuniões virtuais neste exercício; iii) Representação da SIMA na Câmara Técnica de Mudanças Climáticas da ABEMA; iv) Coordenação do projeto Municípios Resilientes em cooperação com a Agência Alemã de Cooperação – GIZ; v) Coordenação do projeto Estratégias de Baixo Carbono em cooperação com Under 2; vi) Coordenação do GT Mudanças climáticas /ZEE.

Assessoria de Mudanças Climáticas - Apoio técnico-científico e regulatório a projetos da SIMA que contemplem mitigação de emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas com vistas a subsidiar a definição e implementação de políticas públicas. Integração ativa com Governo Federal em políticas na área de clima através do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, com Coordenação Executiva definida por Decreto Presidencial. Participação no Comitê de Integração da SIMA, internalizando o tema junto às entidades que compõem a pasta e grupos de trabalho envolvidos na definição das métricas para acompanhamento de emissões e remoções de gases de efeito estufa (GEE) no estado. Integração científica através do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Interlocução com a sociedade civil e difusão de informações.

Departamento de Recursos Humanos - **1**.Promoção da carreira de Especialista Ambiental regulamentada pelo Decreto 63.721/2018 – já elaborados o Termo de Referência e contratação da entidade avaliadora - VUNESP, levantamento da metodologia e do conteúdo programático para a realização das provas referentes aos exercícios de 2015, 2017 e 2019. **2**.Promoção por Antiguidade referente ao exercício de 2020 das carreiras de Engenheiro e Engenheiro Agrônomo. **3**.Informatização de Processos com criação de fluxo no e-ambiente (sistema que trata da esmaterialização de processos), inclusive do registro de ponto mensal, reduzindo consideravelmente o uso de papel, atendendo o Decreto 64.355/19 que instituiu o Programa SP Sem Papel.

Coordenadoria de Administração, Contratos e Convênios - Centro de Convênios

Convênios assinados com repasse de recursos	2
Convênios assinados sem repasse	27
Convênios a serem assinados com repasse de recursos incluindo Emendas Parlamentares LOA 2019 e 2020	32
Aditivos Convênios assinados	10
Aditivos Convênios a serem assinados	1
Termos/ Acordos de Cooperação assinados	2
Termos/ Acordos de Cooperação a serem assinados	6
Aditivos Termo/Acordo de Cooperação assinado	1
Protocolos de Intenções assinados	16
Protocolos de Intenções a serem assinados	6
Termos de Fomento a serem assinados	2
Termo de Logística Reversa assinados	10
Rescisão Amigável assinadas	3
Total de instrumentos assinados e em andamento	117

Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação – GSTIC - No âmbito do GSTIC foram executados os seguintes projetos. -SIGAM (Sistema Integrado de Gestão Ambiental) e Sites - Desenvolvimento de novos sistemas e sites, sendo eles: - *SIGAM Core* – Núcleo compartilhado do SIGAM, utilizado por demais módulos (Sistemas): Em 2020 foram feitas correções e melhorias, como nova integração com Banco do Brasil, possibilitando geração de guias registradas, e atualização de componentes de infraestrutura do sistema, assinatura eletrônica (em curso) e melhor integração com *Active Directory* da SIMA, aumentando a segurança e usabilidade do sistema. - *COTEC* – Sistema de gestão da Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal, para controle e acompanhamento dos conhecimentos científicos necessários à gestão, conservação e manejo de unidades de conservação do estado de São Paulo. -*FEHIDRO* – Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Sistema para gestão de projetos do FEHIDRO, possibilitando o cadastramento de propostas, análise das mesmas, histórico de transações e acompanhamento financeiro de todos os projetos financiados pelo *FEHIDRO*. -*CTE* – Cadastro Técnico Estadual – sistema para gerenciar atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais integrado com o Cadastro Técnico Federal do IBAMA. Em 2020 houve diversas melhorias no sistema para melhor eficiência em sua utilização e atendimento ao negócio, além de correções e ajustes de desempenho. -SIPAI - Sistema de Proteção Ambiental Integrado – Em 2020 houve melhorias no sistema conforme solicitação de usuários finais. -Portal AIA – Melhorias e correções. -*Programa Nascentes* – sistema que permite todo o gerenciamento para o cadastro de projetos e disponibiliza áreas para contratação por interessados em promover a restauração ecológica. Em 2020 houve novas implementações de forma a facilitar o uso, permitir maior controle dos dados e correções necessárias. -SIGAIN – Sistema de Gerenciamento de Acompanhamento de Informações – sistema para acompanhamento das obras dos órgãos vinculados à SIMA (SABESP, DAEE, EMAE, CETESB, FF e Institutos), inventário de todos os equipamentos de todos esses órgãos e demais informações correlacionadas, além de gerar relatórios gerenciais com painéis para acompanhamento das obras e demais atividades. Em 2020 foram feitas diversas melhorias e adequação tecnológica, de forma a se integrar mais facilmente com demais sistemas das SIMA, além de melhor aproveitamento de funcionalidades compartilhadas. -Guia de Áreas Protegidas do Estado – melhorias no site com a inclusão de todas as áreas de proteção ambiental. Foi desenvolvida uma integração do site com o sistema SIGAM, o que facilita a atualização dessas informações. -Portal da Alfabetização Ambiental – Continuidade da criação de site para tratar de questões relacionadas ao tema e também foi desenvolvido um módulo no SIGAM para o georreferenciamento das mudas plantadas por crianças de escolas Estaduais e Municipais. -SIACR - Sistema de Áreas Contaminadas e Reabilitadas – sistema para convocação dos empreendimentos para a avaliação preliminar e investigação confirmatória, além de solicitação e análise de pareceres, cobrança, averbação e georreferenciamento das propriedades e empreendimentos. Em 2020 houve continuidade do projeto, de forma a substituir o atual sistema de informação utilizado no módulo, com objetivo de ter um sistema centralizado, estruturado, auditado e integrado com demais sistemas. *CAR* – Cadastro de Área Rural – Melhorias e integração de CAR com sistema da Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA. *GEFAU* – Sistema de controle de Fauna – Integração de dados com o Zoológico de São Paulo. *GEORREFERENCIAMENTO:* Manutenção e melhorias das camadas e aplicações existentes; disponibilização de dados requisitados através de consultas específicas; criação de tutoriais; fornecimento de serviços para o DataGEO; criação dos aplicativos de Programa Nascentes, GeoCAR e SigamGEO Público; migração do ArcGIS para a versão 10.7.1; criação da camada de TVA/BO; criação de camadas de Áreas Protegidas para a Fundação Florestal; criação da camada de SIPAI-Abrangência; criação da camada de Intervenção em Flora; criação das camadas de CAR-Adequação e CAR-PCT; criação de camadas de Áreas Contaminadas; e criação dos mapas de Cana por Município. *BI – Business Intelligence:* Painéis de acompanhamento para guias de cobranças e Licenciamento (Impacto). Novo Rio Pinheiros – site com informações georreferenciadas para a gestão e monitoramento das ações que estão sendo feitas pelos órgãos vinculados à SIMA para a despoluição do Rio Pinheiros, trazendo transparência e agilidade no acompanhamento. *E-ambiente* - Sistemaque trata da desmaterialização, mapeamento e automatização de processos. Em 2020, foram realizados 38 projetos de mapeamento de fluxo de trabalho com configuração e automatização de tarefas paras os seguintes assuntos: Comunicação de Roça Tracional – SIMA, Processo de Aplicação de Penalidade – CETESB, Renovação de Licença de Operação – CETESB, Pregão Eletrônico V2 – SIMA, Aquisição e contratação simplificada – SIMA, Acompanhamento de contratos – SIMA, Pedido de Vistas – AIA – SIMA, Processo de recurso de penalidade- Arla 32 – CETESB, Processo de aplicação de penalidade pela prática de infração ambiental - Arla 32 – CETESB, Processo de empreendimento FEHIDRO, Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético Etanol Mais Verde, Autorização para realização de eventos nas unidades de conservação – Eventos FF, Autorização para a realização de foto/filmagem em Unidades de Conservação – FF, Autorização de afastamento para viagens internacionais, Logística Reversa - Plano Coletivo, Logística Reversa - Plano Individual, Entre outras automatizações para o DRH e Licitações/Contratos. Desde 01/10/2020 todos os processos e documentos criados na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB são no formato digital. Englobando todos os assuntos da tabela de temporalidade de documentos do Arquivo do Estado de SP. Em 01/12/2020 todos os processos e documentos criados na Fundação Florestal são no formato digital. Englobando todos os assuntos da tabela de temporalidade de documentos do Arquivo do Estado de SP. Principais indicadores do sistema: -391.919 Mil Processos digitais; 22 Milhões de folhas de papel economizadas, média de 56 por processo; 65.901 Mil usuários 412.742 Mil entregas/ protocolos de documentos pela Internet por interessados; 825 Mil horas economizadas com o atendimento presencial aos interessados; 90% de redução no tempo na tramitação de processos do interior para a capital; R$ 2.606.305 Milhões de economia com material de escritório (Capa, papel, impressão). Foram desenvolvidas melhorias e novas funcionalidades no e-ambiente, sendo algumas delas: Integração com a Sala de Cenários, Funcionalidade para visualização de histórico das atividades realizadas, Visualização do status da solicitação de assinatura, Reformulação da usabilidade da fila de trabalho de processos e tarefas, Reformulação da tela de consulta de processos/documentos, Visualização dos últimos processos consultados, Visualização dos processos assinalados como favoritos, Disponibilização do módulo de assinatura digital para outros sistemas. Alterada a forma de armazenamento dos documentos. Implementada o *reCAPTCHA* para aumentar a segurança da autenticação. Editor de documentos integrado ao sistema. Reformulação de todas as funcionalidades de menu. Painel de acompanhamento (BI) das demandas do Gabinete.

Ouvidoria - Conforme solicitação da Casa Civil, segue o Relatório consolidado da Ouvidoria da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e os órgãos vinculados, bem como o relatório individual de cada Ouvidoria.

Tabela 1 – Tipo de Manifestação por Órgão

Tipo Manifestação	SIMA	SABESP	CETESB	DAEE	FF	ZOO
Denúncia	270	26	211	93	33	09
Reclamação	170	61.532	940	61	34	108
Informação	804	50.623	701	339	121	112
Sugestão	39	29	12	09	03	05
Elogio	126	163	34	0	0	05
Outros	0	*14.164	0	54	29	10
Total	1.409	126.531	1.898	556	220	249

*Refere-se aos e-mails redirecionados (14.128 + 36 críticas = 14.164).

Ouvidoria da SIMA - Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - De janeiro a outubro de 2020 foram registradas 1409 demandas de atendimento, distribuídas em: • 804 solicitações de informações; 270 denúncias; 170 reclamações; 126 elogios e 39 sugestões.

A busca de informações e as denúncias são os serviços mais solicitados, que juntos correspondem a mais ou menos 76% do total das demandas. O correio eletrônico é a forma de comunicação predominante, sendo que cerca de 98,5% dos cidadãos o utilizam para os serviços da ouvidoria. Em função da pandemia do COVID19, houve uma diminuição de 50% do recebimento de e-mails, comparados com o ano de 2019. As pessoas ainda confundem as atribuições de nossa Pasta com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Prefeitura. Os assuntos mais destacados são Reflorestamento e Supressão de Vegetação, Intervenções em Área de APP e Mananciais; Preservação nos Parques Urbanos e Estaduais; Eventos em Parques; Licenças para criadores de animais; Adoção de animais silvestres; Maus tratos de animais; Cadastro de passeriformes - SISPASS; CAR – Cadastro Ambiental Rural/SIGAM; CADMADEIRA-DOF; Secretaria do Verde e Meio Ambiente/Subprefeituras. Ouvidoria da SABESP - Período de janeiro a setembro de 2020 - Desde o início da pandemia causada pela Covid-19, a Ouvidoria da Sabesp, assim como demais áreas da empresa, teve de se organizar rapidamente para que sua equipe pudesse executar suas atividades em home office. Os colaboradores do *Call Center* atuaram de forma a realizar suas atividades seguindo as normas de segurança, precavendo-se de riscos de contágio da doença. Dada a agilidade, parceria e empenho de todos envolvidos, não houve descontinuidade no atendimento aos clientes que buscaram a Ouvidoria para solucionar suas demandas. Destacamos que diante desse cenário, a Sabesp adotou diversas ações para minimizar os impactos aos clientes, dentre elas, destacamos: • as Centrais de Atendimento Primário e da Ouvidoria ficaram sobrecarregadas diante do fechamento das agências de atendimento presencial. Para evitar mais desgastes aos clientes, a Ouvidoria passou a registrar reclamações de origem primária. Em setembro/20, as atividades da Ouvidoria retornaram à sua essência; • ampliação dos serviços disponíveis nos canais digitais – agência virtual e aplicativo; • criação do canal Sabesp Fácil, para atendimento às demandas que requeiram apresentação de documentos; • flexibilização de regras comerciais. No período em questão, recebemos nos canais de acesso à Ouvidoria 126.531 manifestações. Deste total, temos 61.532 reclamações; 50.623 pedidos de informação, 48,63% e 40,01%, respectivamente, em relação ao montante.

Das 126.531 manifestações, 97.703 foram registradas pela Central de Atendimento e 20.203, por e-mail, correspondentes a 77,22% e 15,97. As demais, entraram pela Fundação Procon SP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia - Arsesp, cuja solução também é acompanhada pela Ouvidoria. Destacamos os principais motivos de reclamação no período em questão: -• Alta de consumo – 7.433 -• Revisão de contas – 6.734 -Falta d´água – 4.583 Percebe-se que a natureza desses serviços, a falta ou dúvida sobre como são calculados os valores, se relacionam com o momento que estamos vivendo, onde as famílias estão em casa, com atenção maior em assepsia e limpeza. demais motivos são diversos e dividem-se em necessidades operacionais e comerciais. Ouvidoria da CETESB - De janeiro a outubro de 2020, foram registradas 1898 demandas de atendimento, distribuídas em: 701 solicitações de informações; 211 denúncias; 940 reclamações; 34 elogios e 12 sugestões.

A busca de informações e as reclamações são os serviços mais solicitados, que juntos correspondem a 86,46% do total das demandas. O correio eletrônico é a forma de comunicação predominante, sendo que cerca de 99% dos cidadãos o utilizam para os serviços da Ouvidoria. Os assuntos em destaque são Esgotamento sanitário – efluentes; Poluição do Ar; Poluição Sonora; Processo de licenciamento ambiental; Processo de licenciamento recursos naturais; resíduos Sólidos. Ouvidoria DAEE- Departamento De Águas E Energia Elétrica - De janeiro a outubro de 2020, foram registradas 556 demandas de atendimento, distribuídas em: 339 Solicitações de Informações, 93 Denúncias, 61 Reclamações, 9 Sugestões, 54 Outros órgãos.

A busca de Informações foi a mais solicitada devido à pandemia pelo atendimento presencial estar suspenso, e a Ouvidoria se manteve em *Home Office*. O Correio eletrônico foi o mais usado 99.8%. As Atribuições da ANEEL, SABESP, CETESB e Departamentos de Águas e Esgotos Municipais são muito confundidos com as atribuições do DAEE. Os Assuntos mais destacados foram Informações sobre Outorga, Informações sobre Hidrologia, Informações sobre processos, Denúncias sobre poços clandestinos, Denúncia sobre captação irregular, denúncias sobre Barragens, Reclamação limpeza de córregos, Reclamação limpeza de piscinões. Ouvidoria Da Fundação Florestal - De janeiro a outubro de 2020, foram registradas 220 demandas de atendimento, distribuídas em 121 solicitações de informações; 33 denúncias; 34 reclamações; e 03 sugestões e 29 outros assuntos como encaminhamento de ofícios TJ, Ministério Público e Currículos para o Setor de Recursos Humanos.

A busca de informações e as reclamações são os serviços mais solicitados, que juntos correspondem a mais ou menos 62% do total das demandas. O correio eletrônico é a forma de comunicação predominante, sendo que cerca de 99% dos cidadãos o utilizam para os serviços da ouvidoria. Os assuntos mais destacados são Visitação em Parques, Denuncia de desmatamento e trilhas proibidas; Informações sobre Unidades de Conservação; Agendamento de Ingressos *On-line*; Solicitações de arquivos em formato *Shapefile* de Unidades de Conversação; Informações sobre vagas de estágios; Reclamação sobre atendimento em Unidades de Conservação; Ouvidoria do Zoológico - De janeiro a outubro de 2020, foram registradas 249 demandas de atendimento, distribuídas em: 112 solicitações de informações; 9 denúncias; 108 reclamações; 5 elogios e 5 sugestões e 10 outros (diversos/expressões livres).

A busca de informações e as reclamações são os serviços mais solicitados, que juntos correspondem a mais ou menos 88% do total das demandas. O contato eletrônico (e-mail e sistema) é o modo de comunicação predominante, sendo que mais de 90% dos cidadãos o utilizam para os serviços da ouvidoria. Os assuntos mais destacados são: 1. Solicitação de informações sobre o fechamento, reabertura e novas normas de funcionamento dos parques (Zoológico e Zoo Safári). 2. Ingressos, modo de aquisição e Campanhas: com o fechamento dos parques para ações de combate a pandemia do Covid 19, a Instituição lançou a Campanha "Amigos do Zoo", com venda antecipada e on-line de ingressos. Dessa ação recebemos reclamações de dificuldades de operacionalização, tais como: fechamento de pedidos, cartões eletrônicos, dificuldades de acesso, formas de pagamento e emissão e recebimento de vouchers entre outros. Na sequência, lançou a Campanha "Reconectando com a Natureza" e outras queixas vieram sobre em razão do encerramento da mesma. Muita procura por promoções e venda de ingressos on-line. 3. Dificuldade de contato com a Instituição seja por meio eletrônico, telefônico ou pessoal.

Subsecretaria do Meio Ambiente - Assistência Técnica - Com base em suas atribuições, alguns assuntos prioritários são coordenados e/ou acompanhados diretamente pela Assistência Técnica da Subsecretaria do Meio Ambiente: - 1. Planos de Manejo: os Planos de Manejo estão sendo elaborados no âmbito do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, compostos por representantes das diversas áreas técnicas do SAP – Sistema Ambiental Paulista, sob a coordenação da Subsecretaria do Meio Ambiente. O Comitê estabeleceu metodologia que vem sendo aplicada na elaboração e revisão dos planos de manejo de Unidades de Conservação Estaduais, todos aprovados por atos normativos, conforme exigido pela legislação, com destaque para o ano de 2020 aos planos aprovados: Parque Estadual Vassununga (Resolução SIMA nº 04, de 27/01/2020), Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira (Decreto nº 65.244, de 14/10/2020), Área de Proteção Ambiental Bairro da Usina (Decreto nº 65.245, de 14/10/2020). Acrescentam-se ainda os planos de manejo das Áreas de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul e do Litoral Centro com manifestação favorável do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) a serem encaminhados para aprovação por ato do Governador. Ainda no âmbito do CONSEMA, na instância de sua Câmara Técnica de Biodiversidade (CTBio), em fase de discussão, os planos da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte e da Área de Relevante Interesse Ecológico São Sebastião. No âmbito do Comitê supramencionado foi finalizado o plano da Estação Ecológica de Bananal apto para submissão à CTBio e, em andamento mais vinte e dois planos em diferentes etapas do processo de elaboração e dois planos em revisão. -2. Concessões de Uso Público*:* Encontram-se em andamento os Projetos de Concessão de Uso Público: Caminhos do Mar e do Zoológico e Jardim Botânico. Após as etapas de Consultas Públicas, Audiências Públicas, oitivas dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação e do Conselho Estadual de Meio Ambiente que ocorreram no primeiro semestre de 2020, os Editais referentes aos processos licitatórios, após aprovação do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, foram publicados: Concorrência Internacional nº 01/2020 – Caminhos do Mar e Concorrência Internacional nº 02/2020 – Zoológico, Jardim Botânico e Fazenda. O Projeto de Concessão dos Parques Estaduais Alberto Löfgren e Cantareira avançou em 2020 na modelagem técnico-operacional e econômico-financeira, com previsão de consulta pública e demais oitivas públicas no início de 2021.No caso dos Parques Urbanos foi aprovada pela Assembleia Legislativa a autorização para início dos estudos de concessão pela Lei nº. 17.293, de 15 de outubro de 2020. 3. Facilitação do acesso, pela sociedade, às normas legais de meio ambiente: o Comitê de Integração da Legislação Ambiental, criado pela Resolução SIMA nº 16/2019 com a finalidade de simplificar e facilitar a aplicação das normas legais, melhorando sua compreensão pela sociedade, facilitando seu cumprimento, reduzindo disputas judiciais e estabilizando os processos socioeconômicos regulados. Visa eliminar do ordenamento jurídico normas legais desnecessárias, conflitantes e/ou superadas da legislação e normalização ambiental no Estado de São Paulo, com ênfase nos procedimentos de licenciamento, bem como integrar, modernizar e atualizar as normativas, de modo a compatibilizar as diferentes disciplinas pertinentes à legislação e ao licenciamento ambiental no Estado de São Paulo, com o objetivo eliminar sobreposições e aumentar a segurança jurídica nos assuntos pertinentes à matéria. No ano de 2020 foram concluídas as etapas de 1) disponibilização nos sites da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) das versões consolidada e compilada do Decreto nº. 8.468, de 08 de setembro de 1976, que aprova o Regulamento da Lei nº. 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente; 2) compilação da legislação vinculada à atuação da CETESB nas temáticas água, ar e solo; 3) disponibilização no site da SIMA da relação dos decretos revogados tacitamente, relacionados ao Decreto nº. 8.468, de 08 de setembro de 1976. Em andamento, encontram-se as ações: 1) validação, pelas áreas técnicas da Pasta, da compilação das resoluções da SIMA, com informações sobre vigência e organização por temas; 2) preparação de plataforma de busca de legislação no site da SIMA. As etapas seguintes necessárias à finalização dos trabalhos do referido Comitê envolverão: 1) revogação de resoluções em desuso ou desnecessárias; 2) disponibilização das normativas no site da SIMA com mecanismo de busca por tema.

Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB - Passado um ano de sua instituição - com publicação do Decreto estadual nº 64.132/2019 - e da maior delimitação de suas atribuições no tocante à conservação e uso sustentável da biodiversidade - a partir da publicação do Decreto estadual nº 64.131/2019 e da Resolução Conjunta SAA/SIMA de 12 de março de 2019 – a Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB dedicou o ano de 2020 à continuidade da implementação das agendas já em curso e à melhoria de procedimentos e normas afetos a estas agendas, bem como a sua estruturação e organização por meio de um processo de Planejamento Estratégico, com vistas à maior eficiência e efetividade das políticas públicas sob sua responsabilidade. A partir deste Planejamento Estratégico, processo do qual participaram representantes do corpo técnico e do corpo dirigente de todas as suas áreas, a CFB definiu sua missão, qual seja, "propor, promover e implementar normas, planos, programas e ações que visam à proteção, conservação e restauração dos ecossistemas e da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais". Adicionalmente, estruturou seis (6) Eixos Temáticos[15] em torno dos quais foram organizadas as ações em andamento ou ainda a serem iniciadas. Neste contexto, os resultados dos trabalhos da CFB em 2020 são apresentados, a seguir, para cada Eixo Temático, juntamente com seus respectivos objetivos e/ou premissas de trabalho. *Conservação Integrada* - Este Eixo, associado às Ações 8294 e 6073 do Programa 2818 (Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental) do Plano Plurianual 2020-2023, contempla iniciativas de conservação *in situ* e *ex situ* de fauna e de flora, considerando as possíveis e necessárias inter-relações entre estas estratégias. As

[15] Os 6 Eixos Temáticos são subsidiados por 6 Eixos Transversais, os quais oferecem diretrizes e suporte à consecução das ações previstas nestes primeiros. São eles: Monitoramentos das Políticas Públicas de Proteção, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade e Ecossistemas; Tecnologia da Informação; Normas e Procedimentos; Articulação Institucional e Parcerias; Formação e Comunicação e; Suporte Administrativo e Orçamentário.

ações relacionadas à conservação *ex situ* de fauna silvestre se focaram, no presente ano, na gestão dos empreendimentos de fauna em cativeiro (sob suas diversas categorias), das áreas de soltura e manejo de fauna silvestre no estado, bem como da criação amadorista de passeriformes nativos. Quanto aos empreendimentos de fauna e áreas de soltura, do total de 715 processos ativos em 2020, foram analisadas e emitidas 407 autorizações afetas à regularização e funcionamento, 646 relativas ao transporte, 326 voltadas à destinação de animais de Centros de Triagem e Reabilitação (CETRAS) e 140 concernentes à soltura de fauna silvestre. Importante ressaltar que está em fase final de elaboração instrumento normativo que regulamenta o licenciamento, a autorização, o funcionamento, o acompanhamento e o encerramento dos empreendimentos de fauna silvestre do Estado de São Paulo, com vistas, sobretudo, a disponibilizar uma normativa estadual que aglutine e organize todas as etapas e papéis institucionais afetos ao processo autorizativo relacionado, bem como conferir maior eficiência e efetividade à gestão destes empreendimentos como ferramentas de conservação da fauna. Já quanto à criação amadorista de passeriformes, em 2020 foram realizadas (entre janeiro e outubro) 13290 análises de solicitações de novos cadastros, resultando em 6130 homologações e 7160 indeferimentos, somando-se 103 mil cadastros de criadores no Sistema de Controle e Monitoramento da Atividade de Criação Amadora de Pássaros (SisPass) para o estado de São Paulo. Ressalta-se que boa parte destas análises, bem como o cancelamento de cadastros e alterações de endereço, passaram a ser efetivados a partir de atendimento online (sistema e e-mail, respectivamente), ferramenta implantada este ano, de fundamental importância para uma maior eficiência na gestão desta categoria. No que se refere às estratégias de conservação *in situ* de fauna, a CFB passou a coordenar o planejamento, execução e monitoramento do Plano de Trabalho relativo ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado em maio deste ano entre SIMA, FF e FPZSP e WWF-Brasil, com vistas a contribuir ao alcance dos objetivos do Projeto "Estratégia Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção – GEF Pró-Espécies" no âmbito do estado de São Paulo. Esta contribuição tem se efetivado por meio da elaboração e implementação de Planos de Ação Territoriais (PATs) contendo ações de prevenção, conservação, manejo e gestão voltadas a redução das ameaças e o risco de extinção de espécies da fauna e flora criticamente ameaçadas de extinção em dois territórios prioritários do estado. A CFB passou também a co-coordenar, juntamente com o Instituto de Pesca da SAA, Grupo de Trabalho voltado à elaboração de Planos de Ordenamento Pesqueiro para as espécies de fauna aquática ameaçadas de extinção com interesse econômico, integrantes do Anexo IV do Decreto estadual no. 63853/2018. Ainda neste tema, a CFB organizou o II Encontro de Pesca da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná, o qual contou com a participação de órgãos estaduais e federais com atribuição em fiscalização e gestão da pesca e de Colônias e Associações de Pesca. Ainda como contribuição à conservação de espécies ameaçadas de extinção, a CFB deu continuidade a sua participação na execução, monitoramento e avaliação das ações previstas em sete Planos de Ação Nacionais (PANs), coordenados pelo ICMBio e voltados à conservação de espécies de fauna ameaçadas de extinção[16], os quais contemplam um total de 195 espécies. Além disso, participou da elaboração do Programa de Conservação do mico-leão-da-cara-preta (*L. caissara*), que visa contribuir com a proteção das populações desta espécie no Parque Estadual do Lagamar de Cananéia e no Parque Nacional do Superagui, a partir da integração entre moradores destas UCs e seus entornos. No intuito de promover a coexistência humano-fauna, fundamental também à conservação das espécies de fauna silvestre, bem como para evitar danos agropecuários e riscos à saúde, a CFB participou da elaboração do Plano Estadual de Controle de Javalis, do Plano Nacional de Controle e Monitoramento de Javalis e do Plano de Controle das

[16] PANs Paraíba do Sul, Papagaios, Rivulídeos, Pequenos Felinos, Aves da Mata Atlântica, Primatas e Preguiça de Coleira e Canídeos.

FLONAs Capão Bonito e Ipanema. Também participou do "Projeto Padrões de diversidade biológica e coexistência humano-fauna: componentes que sustentam os serviços ecossistêmicos", no âmbito do Projeto Conexão Mata Atlântica. Ainda em contribuição às estratégias de coexistência humano-fauna, mas fundamentalmente como uma estratégia de conservação *in situ* da biodiversidade faunística, a CFB deu continuidade à execução, como apoio técnico e em parceria com a FF, do "Projeto de levantamento populacional, identificação e controle populacional de cães e gatos". Por meio deste Projeto, implementado em áreas de entorno de quatro Parques Estaduais geridos pela FF, foram realizadas, até o momento, 16 campanhas de castração, por meio das quais foram identificados com microchip e castrados 1050 animais (cães e gatos), cobrindo 23 bairros nos sete municípios atendidos pelo projeto. Foram, ainda, realizadas capacitações com tema guarda responsável nestes sete municípios, para professores da rede municipal e agentes comunitários de saúde. A partir da adoção de exigências legais e procedimentos técnicos, os quais buscaram orientar a realização de atividades de manejo *in situ* no estado mais compatíveis aos objetivos de conservação *in situ* das espécies de fauna silvestre, foram emitidos (entre jan a nov/20) 465 Ofícios, 339 Informações Técnicas, 236 Parecer Técnicos e 180 Autorizações. -Restauração de Ecossistemas. Este Eixo, associado à Ação 8331 do Programa 2818 (Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental) do Plano Plurianual 2020-2023, contempla estratégias que visam à promoção, ao fomento e ao monitoramento da restauração no estado, à luz das premissas e conceitos adotados pela ONU (UN *Decade of Ecosystem Restoration* 2021 – 2030).A Restauração de Ecossistemas constitui uma das principais estratégias para viabilizar, no médio e longo prazos, a efetiva conservação da biodiversidade e dos recursos naturais na Mata Atlântica e no Cerrado paulistas. Considerando as diversas modalidades de projetos de restauração ecológica, o total acumulado de área em restauração registrada no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE, até outubro de 2020, foi de 21.860,64 hectares. Por fim, em 2020 a CFB concluiu o Projeto Mina d´Água (realizado entre 2010 e 2020), uma das iniciativas executadas pela Coordenadoria que se utilizam da ferramenta Pagamentos por Serviços Ambientais, neste caso, com vistas à remuneração de proprietários que realizaram a proteção das nascentes em seus imóveis rurais. Os últimos municípios que tiveram as atividades relativas ao projeto finalizadas no presente ano foram Piracaia e Votuporanga. - Saúde e Biodiversidade -Este Eixo, associado à Ação 6073 do Programa 2818 (Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental) do Plano Plurianual 2020-2023, contempla ações com vistas ao estabelecimento e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção de agravos e de impactos sobre a biodiversidade, à promoção da coexistência humano-fauna, à formação e comunicação, à vigilância em saúde e ao manejo de risco de doenças em circulação no estado, com foco, sobretudo, naquelas que tenham significativa interface com a fauna silvestre. À luz deste objetivo, em 2020 a CFB coordenou e/ou participou das seguintes iniciativas e projetos: -Realização do Projeto "Avaliação do impacto do vírus da Febre Amarela em primatas não humanos de duas unidades de conservação e potencial estabelecimento do ciclo enzoótico no Estado de São Paulo"; Realização, em parceria com a Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN/SS), do Projeto "Bioacústica na identificação e monitoramento de Primatas Não Humanos", financiado pela FAPESP. -Elaboração de Nota Técnica e Revisão da Resolução Conjunta SMA/SES 01/2016 - "Diretrizes técnicas para a vigilância e controle da Febre Maculosa Brasileira no Estado de São Paulo – classificação de áreas e medidas preconizadas"; Diagnóstico de Populações de Capivaras Prioritárias para Manejo na Região de Campinas; Apoio ao Projeto de Vigilância de Fauna Silvestre desenvolvido no Instituto Adolfo Lutz, em parceria com o Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Saúde, com o objetivo de conhecer a diversidade de patógenos circulantes na fauna silvestre no Estado de São Paulo, especialmente mamíferos e aves; Organização e realização do Evento "Saúde e Biodiversidade", em formato online e transmitido ao vivo pelo Canal da SIMA no *Youtube* e que, sob a abordagem da Saúde Única, tratou dos seguintes temas: 09/06 - Políticas públicas para vigilância em saúde silvestre; 16/03 - Impactos à conservação da fauna silvestre em tempos de pandemia; 23/06 - Vigilância de saúde silvestre como prevenção de doenças infecciosas emergentes; Organização e realização do Evento Semana da Capivara, no formato online e transmitido ao vivo pelo Canal da SIMA no *Youtube*, de 28/09 a 01/10, com o objetivo de apresentar ao público em geral informações sobre a espécie, bem como sobre as consequências de sua proximidade aos centros urbanos e implicações na transmissão da Febre Maculosa Brasileira; Organização e realização do 12º Encontro Paulista de Biodiversidade, abordando o tema "Pandemias, sua relação com a Biodiversidade, Clima e Cadeias de Consumo Agrícola, e a reconstrução do mundo pós pandemia e perspectivas para o futuro", evento anual da Coordenadoria realizado pela primeira vez no formato online, com transmissão ao vivo pelo Canal da SIMA no *Youtube*. Fomento ao Uso Sustentável dos Recursos Naturais. Este Eixo, associado à Ação 8331 do Programa 2818 (Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental) do Plano Plurianual 2020-2023, contempla estratégias que objetivam promover ou fomentar modificações nas relações de diferentes grupos sociais com a biodiversidade, os ecossistemas e os recursos naturais, no intuito, dentre outros, de reduzir as pressões sobre estes. Em 2020 a CFB deu continuidade à execução do Componente 2 do Projeto Conexão Mata Atlântica – de financiamento não reembolsável com repasse dos recursos do *Global Environment Fund* – GEF - uma das iniciativas executadas pela Coordenadoria que se utiliza a ferramenta de Pagamento por Serviços Ambientais. Este Componente visa recuperar e aumentar os estoques de carbono em áreas prioritárias ao longo da bacia do Paraíba do Sul por meio da implementação de esquemas de PSA nas modalidades Proteção e Uso Múltiplo. Enquanto o PSA Proteção remunera proprietários rurais que realizam ações voltadas à proteção dos remanescentes florestais e à restauração de áreas, o PSA Uso Múltiplo remunera aqueles que realizam ações voltadas à conversão produtiva de pastagens e terras degradadas para usos da terra com maior armazenamento de carbono, bem como ações voltadas à restauração de florestas privadas nativas e à conservação de vegetação nativa remanescente e em regeneração. Neste ano a CFB também deu prosseguimento à execução do Projeto "Monitoramento de impactos de sistemas agroflorestais no Estado de São Paulo para proteção e conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade", financiado pelo FEHIDRO, com vistas à produção de informações relativas aos impactos da produção em SAFs sobre os recursos hídricos, solos e biodiversidade, além dos custos e receitas dessa alternativa de restauração ecológico produtiva. Assim, neste ano houve a continuidade de serviço terceirizado contratado para realizar o monitoramento em 29 SAFs implantados entre 2013 e 2017, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS/Microbacias II. Adicionalmente, está em fase de finalização um convênio entre a SIMA e a ESALQ/USP para viabilizar as análises dos dados de monitoramento. Por fim, foram contratados em 2020 serviços de capacitação para dar sustentabilidade aos sistemas implantados, com previsão de início ainda este ano. Por fim, no âmbito deste Eixo a CFB também manteve suas atividades como coordenadora do Grupo de Trabalho instituído com o objetivo de apoiar a implantação da Resolução SMA nº. 189/2018 (que estabelece critérios e procedimentos para exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Estado de São Paulo), a partir da definição de diretrizes e papéis, estabelecimento de procedimentos e desenvolvimento de ferramentas necessárias ao cumprimento de seus objetivos. Dentre as ferramentas em desenvolvimento, destacam-se os Acordos Voluntários para o Desenvolvimento de Atividades Tradicionais Sustentáveis, cujas Comissões são integradas pela CFB. Adicionalmente, já foi disponibilizado no E-Ambiente ferramenta voltada à comunicação de roças tradicionais executadas por Povos e Comunidades Tradicionais, nos Termos da Resolução SIMA nº. 28/2020 (que dispõe sobre os critérios para a concessão de autorizações em caráter emergencial para a atividade de implantação de roças tradicionais praticadas por povos e comunidades tradicionais no Estado de São Paulo, em resposta à Pandemia de COVID-19).

Madeira Legal - Este Eixo, associado à Ação 8331 do Programa 2818 (Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental) do Plano Plurianual 2020-2023, tem por objetivo diminuir o comércio ilegal da madeira da Amazônia dentro do Estado de São Paulo e promover o consumo responsável desta matéria-prima, por meio, atualmente, do gerenciamento do Sistema Documento de Origem Florestal – DOF e do Programa CAD Madeira. Com vistas a otimizar e conferir maior efetividade as ações deste Eixo frente a seus objetivos, relativas aos atendimentos de requerimentos no Sistema DOF e à implementação do CADMADEIRA, em 2020 foi criado Grupo de Trabalho que propôs e encetou várias melhorias nessa agenda, tais como: revisão de procedimentos administrativos; apresentação de proposta de um novo sistema de recebimento virtual da documentação requerida (a ser desenvolvido dentro do SIGAM); realização de *webinares* visando atualizar e nivelar o conteúdo técnico da análise documental e os procedimentos dentro do SISTEMA TUCUNARÉ e DOF; e revisão do procedimentos relativos ao ajuste de saldo nos Autos de Infrações Ambientais. Para o ano de 2021, a proposta do GT é continuar a discussão de revisão dos procedimentos administrativos, bem como o desenvolvimento e acompanhamento do novo sistema, visando posterior treinamento dos usuários, dos policiais ambientais e técnicos estaduais e municipais. A equipe vem participando de uma iniciativa da SIMA para o desenvolvimento de um aplicativo para celulares que permita a identificação anatômica das principais espécies de madeira nativas comerciais. Além disso, está no horizonte a revisão do Programa CADMADEIRA com a edição de novo decreto estadual e resolução disciplinando os novos procedimentos.

Estratégias de Proteção e Fiscalização - Este Eixo, associado às Ações 6233, 6303 e 2483 do Programa 2818 (Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental) do Plano Plurianual 2020-2023, contempla estratégias que visam à elaboração e implementação de estratégias integradas de proteção aos ecossistemas e à biodiversidade, sejam voltadas à prevenção ao cometimento de infrações ambientais, ao combate destas infrações (fiscalização ambiental) ou ao seu monitoramento. Direcionadas à proteção de áreas de relevância e importância para a conservação da biodiversidade no Estado de São Paulo, bem como aos temas elencados como prioritários, as ações deste Eixo estão organizadas em linhas temáticas consolidadas nas metas estabelecidas no PPA 2020-2023 e em Programas ou Planos de Fiscalização e Monitoramento específicos, articulados com demais instituições e órgãos governamentais ou mesmo com o envolvimento da sociedade civil. Neste contexto, destaca-se em 2020 para este Eixo: Em função da assinatura, em novembro de 2019, de novo Termo de Cooperação entre SIMA e SSP, que trata da cooperação dos órgãos para as ações integradas de prevenção e fiscalização das infrações contra o meio ambiente, foi instituída, em 2020, a Comissão Paritária com representantes da Polícia Militar Ambiental e da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, com objetivo de implementar, executar e acompanhar as ações previstas no Termo e em seu Planto de Trabalho, destacando-se a elaboração conjunta do Planejamento Anual Estratégico de Fiscalização Ambiental - PAEF, discutido em reuniões realizadas ao longo do ano corrente, com vistas a aprimorar as estratégias de

prevenção, fiscalização e monitoramento, e as atividades de gestão e processamento dos Autos de Infração Ambiental. O Projeto de Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites - MAIS, realizado sistematicamente desde 2012 pelo Centro de Monitoramento da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade, monitorou em média 2,65 vezes o território do estado de São Paulo, totalizando 642.919 km² monitorados em 2020. Foram encaminhados à Polícia Militar Ambiental alertas que somaram 439,03 hectares (ou 4,39 km²) de possíveis supressões de vegetação nativa, sendo até o momento autuados 110,11 hectares (ou 1,10 km²). Pelo Sistema Integrado de Monitoramento de Unidades de Conservação - SIM, realizado em parceria entre órgãos de fiscalização e órgãos gestores de Áreas Protegidas, e que contempla as Unidades de Conservação do grupo de proteção integral (SIM-UC); as Áreas de Proteção Ambiental Marinhas ou territórios marinhos protegidos (SIMMar) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (SIM-RPPN), destaca-se em 2020: (i) 7.005 ações de fiscalização realizadas pela PAmb em Unidades de Conservação e registro de 472 Autos de Infração Ambiental até 15 de novembro de 2020; (ii) 1.408 ações de fiscalização visando coibir a prática irregular da pesca nos municípios do litoral paulista do Estado; (iii) 70 RPPN criadas (70% do total no Estado) e 05 em processo de criação participantes do Plano de Apoio à Proteção das RPPN, que indicam dentre os principais problemas e pressões: incêndios e queimadas (35%), caça (17%) e extração de produtos florestais (16%); tendo sido realizadas ações de apoio à denúncias no entorno das reservas e, especialmente, no caso de incêndios florestais, articulação junto à Operação Corta-Fogo para o desenho de estratégias preventivas e de combate, e apoio destacado à RPPN Pedra da Mina, localizada na Serra Fina, com incêndio de grandes proporções em 2020 que teve envolvimento e participação de diversas instituições do Estado. 73.155 ações de policiamento ambiental preventivo e ostensivo realizadas pela Policia Militar Ambiental em todo o território do estado até 15 de novembro de 2020. No âmbito do Sistema de Denúncias, 38.722 denúncias sobre possíveis danos ao meio ambiente registradas e atendidas pela Polícia Militar Ambiental, de janeiro a 15 de novembro de 2020, sendo: (i) 11% cadastradas pelos cidadãos via Portal e Aplicativo Denúncia Ambiente; (ii) 37% do total de denúncias relacionadas à flora e 30% à fauna. Pela Operação Corta-Fogo, a atuação preventiva, de preparação e de resposta aos incêndios florestais foram focadas em: i) Reorganização das ações e divisão em fases (Verde, Amarela e Vermelha), fixando atividades prioritárias ao longo do ano, em acordo com as necessidades que cada período exige; ii) Publicação da Resolução SIMA 12/2020, que implantou e organizou os Polos Regionais da Operação Corta-Fogo (07 Polos e 73 unidades envolvidas) em unidades de conservação e demais áreas naturais protegidas do Estado de São Paulo e instituiu os Planos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - PPCIF nestas localidades; iii) Aprovação de plano de trabalho junto à Câmara de Compensação Ambiental estadual e liberação de R$ 6.000.000,00, destinados aos Polos Regionais da Operação Corta-Fogo, para contratação de brigadistas (bombeiros civis), aquisição de equipamentos operacionais e veículos de combate, construção de aceiros e locação de aeronaves de asa fixa para resposta aérea ao fogo; iv) Consolidação do módulo BOI (Boletim de Ocorrência de Incêndio Florestal) no SIPAI (Sistema de Proteção Ambiental Integrada), permitindo o cadastro das ocorrências de incêndio detectados e combatidos pelas Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas Estaduais e a divulgação e transparência sobre os incêndios registrados no Estado a partir de Painel Geoestatístico público; v) Articulação com prefeituras, mediante adesão dos municípios à Operação Corta-Fogo, que é um compromisso voluntário assumido pelas prefeituras de inserir ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no planejamento e gestão ambiental no território sob sua jurisdição. Atualmente são 289 municípios aderentes (45% dos municípios paulistas), 255 municípios com brigadas (88% dos municípios aderentes) e um total de 1.970 brigadistas municipais; vi) Operacionalização do Plano de Comunicação 2020, que abrange um conjunto de iniciativas que visam sensibilizar a sociedade sobre os impactos negativos dos incêndios florestais e estimular uma cultura preventiva. Em 2020 as ações foram centradas na divulgação de conteúdo em redes sociais, articulação com diferentes veículos de imprensa e realização de campanhas estratégicas de comunicação, com destaque para a veiculação de mensagens preventivas nos painéis informativos instalados ao longo das rodovias paulistas. Aprovação de dois Projetos com recursos FEHIDRO, sendo um voltado ao Monitoramento por Imagens de Satélite de Áreas de Mananciais da Bacia do Alto Tietê e outro de apoio ao Desfazimento de construções irregulares no território; e implantação dos Grupos de Fiscalização Integrada - GFIs nos territórios regidos por Leis Específicas das Áreas de Proteção e Recuperação dos Manancias do Alto Juquery – APRM-AJ, do Alto Tietê Cabeceiras – APRM-ATC e da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga – APRM-G/Sudoeste, com procedimentos instituídos, respectivamente, pelas resoluções SIMA nº 37, nº 38 e nº 39 de 16 de junho de 2020. Em relação à Prevenção, destaca-se a elaboração/construção de Programa de Ações Preventivas no âmbito da CFB, articulando e integrando o Departamento de Fomento e Proteção à Biodiversidade (DFPB) e o Departamento de Fiscalização (DF), com linhas de atuação voltadas à: (i) Redução de Pressões; (ii) Formação de Agentes Públicos; e (iii) Diálogo de Saberes. Elaboração, junto ao Departamento de Fauna, de minuta de normativa referente ao acompanhamento e fiscalização de empreendimentos de fauna, a partir de encontros frequentes das equipes, objetivando organizar e planejar a gestão da temática no que concerne ao não atendimento dos regramentos de licenciamento, autorização, funcionamento e encerramento desta categoria. Articulação com Departamento de Gestão Regional, no Grupo Técnico relacionado à temática Madeira, a fim de elaborar, revisar e planejar assuntos estratégico de fiscalização da madeira, realizando encontros para aperfeiçoamento técnico, avaliando procedimentos administrativos e operacionais das vistorias, lavratura, julgamento dos autos de infração ambiental e destinação da madeira para otimização e melhoria da qualidade dos processos. Implementação do Sistema de Proteção Ambiental Integrada – SIPAI, que visa organizar o registro e as informações relativas às ocorrências e fiscalizações realizadas no âmbito das áreas protegidas e em todo o território do estado, possibilitando a avaliação das ações de fiscalização e o planejamento estratégico para proteção da biodiversidade, incluindo a realização de capacitações sobre os alertas e monitoramento de ocorrências junto a sete municípios conveniados do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSLP). Elaboração, junto às equipes do SIGAM e da Fábrica de Softwares, de Portal de Acesso à Informação, disponibilizando consultas públicas, visualização em mapa e acesso a arquivos em formato listagem ou *shapefile* de informações e dados relacionados à proteção e à fiscalização ambiental, visando garantir a transparência e o amplo acesso aos cidadãos e demais instituições e órgãos interessados. Gestão e Processamentos de Autos de Infração Ambiental - Este Eixo, associado à Ação 6303 do Programa 2818 (Conservação da Biodiversidade e Proteção Ambiental) do Plano Plurianual 2020-2023, contempla iniciativas voltadas à Gestão da Fiscalização, abarcando a implementação de estrutura e ações para dar eficiência e efetividade à gestão dos processos administrativos gerados a partir de cada uma das infrações ambientais identificadas no território paulista, compreendendo todas as etapas relacionadas à gestão e o processamento de Autos de Infração Ambiental (AIAs), desde sua consolidação após lavrado até a conclusão das medidas de reparação de dano ambiental quando cabível, ou sua execução, quando não implementadas pelo infrator. Assim, destaca-se em 2020:19.1 100% dos Autos de Infração Ambiental lavrados digitalmente – AIA Eletrônico, e integração das informações do Sistema da Polícia Militar – SIOPM com o Sistema Integrado de Gestão Ambiental da SIMA – SIGAM, possibilitando a celeridade do processo.19.2 100% dos Processos Administrativos originados dos Autos de Infração Ambiental em formato eletrônico, por meio do e-Ambiente (sistema que trata da desmaterialização de processos), possibilitando acesso aos funcionários e aos cidadãos, eliminando a geração de processos em papel e agilizando a tramitação de documentos. 19.3 Estruturação e melhorias no Portal do Auto de Infração Ambiental, vinculado ao SIGAM, que permite ao cidadão a consulta e a inserção de documentos eletrônicos aos Processos Digitais, tais como recursos, relatórios de cumprimento de reparação de danos etc. 19.4 Destaca-se que devido às medidas dispostas na quarentena, instituídas pelo Decreto Estadual nº 64.881, de 22/03/2020, houve impacto nas atividades desenvolvidas, em especial aquelas que estão associadas direta ou indiretamente ao atendimento presencial.19.5 No que diz respeito aos dados do Programa Estadual de Conciliação Ambiental, informa-se que houve suspensão de prazos processuais e paralização dos Atendimentos Ambientais no período mais intenso da pandemia de Covid-19, sendo estes retomados a partir de 08 de setembro de 2020, com possibilidade de realização de atendimentos em formato remoto/virtual, registando-se no ano: i) 13.298 Atendimentos Ambientais realizados pelos técnicos da CFB e policiais militares ambientais, sendo 46,7% na categoria flora, 21% na categoria fauna, 21 % na categoria pesca e 11,3 % de outros ii) 1.688 defesas (1ª instância) protocoladas sobre a decisão do Atendimento Ambiental, sendo que 1.653 foram analisadas, iii) 125 recursos protocolados na Comissão de Julgamento de AIAs (2ª instância), tendo sido 48 os recursos analisados que passaram por todas as etapas (relatoria, segundo voto, homologação e notificação).19.6 Como atividades relacionadas a todos os AIAs, independente do período de lavratura, destaque-se: i) 6.196 débitos inscritos no sistema da dívida ativa referente às multas ambientais, totalizando R$ 94,5 milhões ii) recolhimento de R$ 7,2 milhões referente ao pagamento de multas ambientais.19.7 Para a recuperação de danos ao meio ambiente, foram: i) Firmados 3.015 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) em 2020, que envolvem a reparação de áreas degradadas (63%), a regularização de atividades objeto de autuação (33%) ou demais medidas preventivas (4%); ii) Realizadas 547 vistorias visando verificar o cumprimento dos Termos de Compromissos de Recuperações Ambientais.19.8 Intenção de Conversão de multas em serviço ambiental realizada em 80 Autos de Infração Ambiental com total de R$ 5.731.880,02 convertido permitindo o compromisso para restauração ecológica de 103,80 ha.

Coordenadoria de Educação Ambiental – Cea - Em cumprimento à Política Estadual de Educação Ambiental, lei 12.780 de 30 de novembro de 2007 regulamentada através do decreto 63.456 de 05 de junho de 2018 e o decreto 64.132 de 11 de março de 2019 que dispõe sobre a organização da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente definindo suas atribuições, a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) estrutura sua atuação em dois eixos, ambos direcionados a inserir e aprofundar a Educação Ambiental em diálogo e articulação com os diferentes segmentos da sociedade paulista e com os diversos órgãos ambientais das três esferas de governo. Os dois eixos agregam em seus programas ações consideradas estruturantes, que criam condições para a sua continuidade e implementação das Políticas Estaduais Ambientais e de Educação Ambiental. Assim, entre janeiro e novembro de 2020 a CEA manteve sua atuação pautada pela execução desses programas abrigados nos dois eixos, totalizando 292 ações formativas. O Primeiro Eixo de Atuação, denominado "Fortalecimento da Educação Ambiental no Estado de São Paulo", é composto por programas, com ações detalhadas abaixo. No Programa de Ampliação da Participação da Sociedade na Educação Ambiental, nossos projetos estão voltados ao acesso e produção de informação e conhecimento ambiental de acordo com as ações elencadas; 1) Portal de Educação Ambiental: tem como objetivo facilitar o acesso a informações que permitam às pessoas entenderem os problemas socioambientais para intervirem em seu contexto, buscando promover o exercício da cidadania, através de conteúdos, atividades e publicações disponíveis; contando com 124.039 acessos, com média mensal de 11.277, outra ação do portal o Participe! bate papos online com abordagem de temas socioambientais promoveu 26 edições com 20.556 interações, contou com 561 produções de textos materiais audiovisuais, matérias e publicações de notícias, foram 835 eventos registrados com 14.366 acessos, 2) Distribuição de Publicações: 181 publicações impressas em Gestão e Educação Ambiental a municípios, escolas e centros de educação ambiental; 3) Mostra Ecofalante: realização de 1 exibição de filmes e documentários (online) com temática socioambiental, abertas ao público e seguidas de debate com especialistas de diferentes segmentos da sociedade e áreas governamentais em parceria com a Mostra Ecofalante, contando com 46 participantes; a redução de distribuições de publicações impressas e exibição de filmes, se deram por conta das restrições e cumprimentos de normas estabelecidas em enfrentamento à pandemia da COVID-19; 4) Verão no Clima: coordenação, organização e desenvolvimento do projeto, que tem entre seus objetivos mobilizar a sociedade para o engajamento no cuidado com os ambientes costeiros e marinhos e incidir na formulação de políticas públicas para enfrentar o problema dos resíduos no mar e na região costeira. Este ano o projeto ocorreu nos 16 municípios do litoral paulista e no município de Cubatão, 234 pessoas contratadas e aproximadamente 66.000 pessoas abordadas pessoalmente, ações virtuais pelas redes sociais Facebook e Instagram com 47.251 interações das postagens; levantamento de 21 clippings de matérias do Projeto em portais de notícia da região. Produção de 4 matérias sobre o Projeto veiculadas em rede nacional pelo canal BandNews TV; Elaboração e lançamento do Edital de Chamamento Público para edição 2021, termo de Convênio assinado entre SIMA e a empresa TM Lab Produções Criativa Eirelli, termos de adesão das prefeituras do litoral assinados; participação na reunião conjunta com atores do litoral norte, em evento promovido pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte (CBH-LN), intitulado "Oficina Verão 20-21 e a COVID-19 - Como integrar as iniciativas da sociedade civil organizada e as ações planejadas pelo Poder Público na temporada 20/21 e a COVID-19?" (realizado em 06 de novembro), com organização de possibilidades de ações imediatas Verão-2021/Covid-19. Colocando o Verão no Clima como ponto focal na seção de "Parcerias e Comunicação"; parceria com as APAs Marinhas (Litoral Sul, Centro e Norte) para somar contextos de conscientização via Projeto Verão no Clima. Em planejamento para execução na edição de 2021. 5) Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA, instituída pelo Decreto 63.456-2018 (Regulamenta PEEA e implementa CIEA), órgão colegiado, de caráter consultivo, composto por representantes governamentais e da sociedade civil, com a finalidade de discutir, acompanhar e avaliar a implementação da Política Estadual de Educação Ambiental (Lei 12.780-2007) e a execução do Programa Estadual de Educação Ambiental (em desenvolvimento). Todos os tramites administrativos e legais para a instalação da CIEA, foram executados pela CEA. Além de responsável pela Secretaria Executiva a CEA também vem dando o suporte técnico e logístico para viabilizar todas as atividades da mesma; Instalação do colegiado (Plenário) na Primeira Reunião Ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2020 da Secretaria Estadual de Educação (que também compõe o Plenário e é responsável, junto com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, pela Coordenação da Política Estadual de Educação Ambiental), realização de 9 reuniões, contando com 184 participantes; Participação da CEA em 3 de 5 Grupos de Trabalho formados (GT Regimento, GT Elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental e GT Resíduos Sólidos). No Programa de Educação Ambiental nas Políticas

Setoriais, a CEA realizou ações estruturantes tais como: 1) "Programa Alfabetização Ambiental", programa instituído pela Resolução Conjunta SIMA-SEDUC 01/2019 que visa fortalecer a perspectiva socioambiental na educação formal da rede pública de ensino do Estado, promovendo o desenvolvimento de temáticas socioambientais nos processos de ensino e de aprendizagem de professores e de alunos em consonância com o Currículo Paulista; planejamento do Programa para 2021 em conjunto com a Secretaria de Educação (aplicação não será feita em 2020 em decorrência da Pandemia da Covid-19 e do estado de suspensão das aulas) ; realização até o momento de *7* reuniões de trabalho com a Secretaria de Educação; para elaboração do Plano de trabalho em desenvolvimento; introdução para a próxima edição da temática de recomposição da cobertura vegetal (plantios) e resíduos sólidos, previsão de inserção de parte da rede municipal de ensino; 2)FEHIDRO: orientação e acompanhamento permanente de projetos realizados com recursos do FEHIDRO, com a emissão de 115 pareceres técnicos emitidos e realização de 01 palestra em ambiente virtual, direcionada aos analistas técnicos dos projetos, contando com a presença de 27 participantes, 01 palestra em ambiente virtual, sobre elaboração de projetos de Educação Ambiental com 134 participantes direcionada a tomadores de projetos. O Programa de Formação Continuada em Políticas Públicas em Meio Ambiente e Educação Ambiental que tem como ação: 1) Formação e Capacitação de Gestores Ambientais Municipais, desdobra-se em cursos nas modalidades da "Educação virtual" EaD, semipresencial e presencial, planejamento e organização de Curso, na modalidade EaD, a ser executado em 2021, no tema Educação Ambiental e Áreas Protegidas; realização de 14 edições do Participe! em parceria com o Programa Município Verde Azul (PMVA), voltadas a gestores e conselheiros municipais, abordando políticas desenvolvidas pelas instituições da SIMA, relacionadas aos temas das diretivas do PMVA. O Segundo Eixo de Atuação da CEA, denominado "Fortalecimento da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Estadual", é composto pelos programas, detalhados a seguir; No Programa de Educação Ambiental nos Instrumentos da Política de Meio Ambiente as ações são: 1) Educação Ambiental em Áreas Protegidas: Coordenação do GT Participação Social na Elaboração dos Planos de Manejo: Com atuação no processo de consulta pública junto aos conselhos gestores das UC; Capacitação de 30 servidores da Fundação Florestal – FF que atuarão na elaboração dos planos de manejo do MOJAC; Elaboração da publicação "Educação Ambiental e Participação Social nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação Paulista. (em desenvolvimento); 2) EA na Fiscalização Ambiental: cujas ações se pautam pelo Plano de Ações Preventivas em Fiscalização Ambiental (Resolução SMA 123/18 e Portaria CG - 49, de 06/11/2018 e se expressam na formação continuada de agentes públicos, na formação socioambiental nos conselhos afetos à gestão ambiental pública e à reeducação de cidadãos autuados. Na linha de formação de agentes públicos (de fiscalização, de gestão ambiental e de conciliação); 3) Educação Ambiental na Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Coordenação do GT 06 – Educação Ambiental e Comunicação no âmbito do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, Resolução SIMA nº 12/2019, elaboração da revisão do Capítulo de Educação Ambiental do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e proposição das metas de Educação Ambiental para o Plano; Contribuição (proposta) do GT 06 à Consulta Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares, referente ao tema da Educação Ambiental; Realização de 04 edições do Webinar EA em parceria com o CIRS - Edições Benchmarking Educação Ambiental e Comunicação para RSU: abordando as Iniciativas do Setor Empresarial, Iniciativas do Terceiro Setor; Iniciativas do Setor Público; Iniciativas do Setor Acadêmico, com mais de 15.055 visualizações através dos canais de comunicação da SIMA; R-GOV – Participação junto ao Projeto Piloto de Gestão de Resíduos Sólidos do Palácio dos Bandeirantes, com o intuito de valorização do conhecimento ocorreram capacitações abordando as temáticas de resíduos sólidos, 4) EA no Desenvolvimento Sustentável em Atividades Agropecuárias e Florestais; Realização de 3 edições especiais do Participe! Para capacitação de extensionistas rurais e representantes da administração municipal sobre o Protocolo de Transição Agroecológica, assinado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Instituto Kairós e Associação de Agricultura Orgânica; Articulação junto a UNESP, FF e SVMA na doação de mudas da União das Nações Indígenas do Estado de São Paulo, com a doação de 500 mudas de palmito-juçara entregues para 03 aldeias localizadas no Vale do Ribeira e mais 549 mudas diversas, através dos Viveiros Manequinho Lopes e Harry Blossfeld, para 03 aldeias da zona sul de São Paulo. 5) Educação Ambiental em Espaços Educadores da SIMA: Contribuição com sugestões para os processos de elaboração dos editais para contratações de monitores e de atividades do Pomar Urbano, junto a Coordenadoria de Parques e Parcerias; sistematização, planejamento e compatibilização dos programas, projetos e ações da CEA a partir das diretrizes do Comitê de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável (CIPOG), e seus e seus GTs: Biodiversidade, Clima e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); Compatibilização dos Projetos e respectivas metas; Proposição de indicadores nos projetos e atividades da CEA com relação aos ODS; Inserção dos ODS na Comunicação dos Projetos e Eventos. - *O Programa de Consolidação da Identidade de Educação Ambientalda SIMA:* ocorre no âmbito do Comitê de Integração de Educação Ambiental que tem como atribuição fundamental integrar e definir linhas de atuação, objetivos e estratégias para os projetos e ações de educação ambiental desenvolvidas no âmbito da SIMA, sendo composto por representantes de todas as instituições da SIMA, tem a CEA como responsável pela Secretaria Executiva tendo realizado 9 reuniões com a participação de 134 representantes das instituições da SIMA; Elaboração de 4 Minutas de Resolução SIMA referentes às Diretrizes de atuação de Educação Ambiental nos instrumentos da política de meio ambiente, a partir dos subsídios trazidos pelas últimas edições dos Diálogos de Educação Ambiental sobre cada instrumento (Fiscalização, Áreas Protegidas, Gestão de Resíduos Sólidos e Zoneamentos Ambientais); elaboração de 22 textos e vídeos produzidos pelas instituições que compõe o Comitê, para publicização no Portal de EA; atuação de 03 Grupos de trabalho , GT Diálogos, GT Diretrizes e GT Comunicação e criação do GT Museus para a proposição e consolidação de diretrizes, integração e potencialização das ações de Educação Ambiental nos Museus e Patrimônio Cultural da SIMA; Promover a formação e capacitação continuada de profissionais que atuam nos diferentes órgãos da SIMA e seus órgãos vinculados. As ações de Educação Ambiental que envolveram os municípios se caracterizam por processos formativos, capacitações, orientação técnica, campanhas, ações de mobilização, parcerias, disponibilização de materiais e outras atividades, somando mais de 287 municípios atendidos por meio das ações citadas acima e ouvidoria.

Coordenadoria de Parques e Parcerias – CPP - A Coordenadoria de Parques e Parcerias é responsável pela gestão dos Parques Alberto Löfgren (Horto Florestal), Estadual do Belém Manoel Pitta, Jequitibá, Chácara da Baronesa, Dr. Fernando Costa - "Água Branca", Ecológico Guarapiranga, Gabriel Chucre, Juventude - Dom Paulo Evaristo Arns, Várzea do Embu Guaçu - Professor Aziz Ab´Saber, Villa-Lobos, Candido Portinari e do Projeto Pomar Urbano, e pela gestão conjunta com o Departamento de Águas e Energia – DAEE do Parque Ecológico Tietê (núcleo Engenheiro Goulart) e núcleos de lazer Itaim Biacica, Jacuí e Jardim Helena, em virtude de convênio celebrado no âmbito da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA. Em 2020, os Parques Urbanos e o Parque Ecológico Tietê e núcleos de lazer receberam até o mês de novembro 6,1 milhões de visitantes, sendo importante ressaltar que os parques estaduais foram fechados à visitação pública por força do Decreto n° 64.879 de 20 de março de 2020, como medida de prevenção à disseminação da Covid-19, tendo sido autorizada a reabertura gradual desses espaços a partir de 13 de julho de 2020, com restrições de funcionamento e mediante adoção de protocolos sanitários. Até o final do exercício de 2020, está prevista a execução de R$ 40.757.051 na ação 5677- atividades nos parques urbanos para atendimento dos parques por meio de contratos voltados à conservação de áreas verdes, manutenção civil e predial, vigilância patrimonial, limpeza e monitoria ambiental. Também é prevista a execução de R$ 18.646.375 na ação 4029 - manutenção e conservação de parques para o atendimento dos Núcleos de Lazer Engenheiro Goulart, Itaim Biacica, Jacuí e Jardim Helena. Dentre as principais ações realizadas no período de 2020, destacam-se: 1) convênios firmados com: a) DAEE, em 03/01/2020, com vigência de 12 meses, para a gestão compartilhada do Parque Ecológico do Tietê e Núcleos Biacica, Jardim Helena e Jacuí; b) Social Service Mkt Responsabilidade, em 05/02/2020, com vigência de 12 meses, visando a promoção gratuita de atividades desportivas e de lazer, com orientação profissional, no Parque Candido Portinari. Como contrapartida ao Convênio, foi realizada a revitalização das placas de sinalização do Parque Candido Portinari; c) MUDE - Mobiliários Urbanos Desportivos, em 02/03/2020, com vigência de 24 meses, visando a realização do "Projeto Academia ao Ar Livre", com orientação profissional e gratuita, no Parque Villa-Lobos e manutenção de estações de ginástica no Parque Villa-Lobos e Candido Portinari; d)E.A Comunicações, em 02/03/2020, com vigência de 24 meses, visando a revitalização e manutenção de quadra de futsal no Parque Villa-Lobos, com a realização de programação de treinos e empréstimo de materiais esportivos gratuitos ao público; e) renovação do convênio com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia –EMAE, pelo prazo de 60 meses, para o desenvolvimento das atividades no âmbito do Projeto Pomar Urbano; 2) publicação do Edital 2020/2021 de Manifestação de Interesse para doação de bens móveis, serviços, recursos financeiros e direitos à SIMA/CPP; 3)formalização de Termos de Doação para o recebimento de: a) manutenção da área verde para a sede do Projeto Pomar Urbano (Doador: Social Service MKT); b) quatro esculturas de animais da Mata Atlântica para o Parque Villa-Lobos (doador: José Roberto Crukovic); c)bomba de esgoto e doze assentos sanitários para o parque Villa-Lobos (doador: Bestplayers Ltda); d)plantio de 25 árvores no padrão DAP3 ou maior, para o Parque Candido Portinari (doador: Novas árvores por aí); e) serviços de manutenção e conservação de gramados, em área plana, no Parque Villa-Lobos (doador: Florestana Paisagismo Construções e Serviços Ltda); f) serviços de manutenção e conservação de gramados, em área de talude, no Parque Villa-Lobos (doador: Era Técnica Construções e Serviços Ltda); g)materiais e serviços de pinturas artísticas dos "Bichos do Brasil" sobre paredes externas dos banheiros dos Parques Urbanos Villa-Lobos, Juventude, Gabriel Chucre e Ecológico do Guarapiranga (doadores: Walkiria Barone e Associação Ítaca de Ensino); h) instalação e disponibilização ao público de 12 cabines de higienização, pelo prazo de 60 dias, nos Parques Urbanos Villa Lobos, Dr. Fernando Costa - Água Branca, Alberto Löfgren - Horto florestal e Juventude. (Doador: Neobrax); iii) Recuperação ambiental e paisagística das margens do Projeto Pomar Urbanos em parceria com a Reservas Votorantim Ltda (margem oeste) e a Telefônica Brasil S.A (margem leste); 4) licitação e formalização de quinze permissões de uso para a comercialização de alimentos e bebidas nos Parques Villa-Lobos e Candido Portinari (Concorrência nº 01/2020/CPP); 5) Licitação e formalização de permissão de uso de área do Parque Candido Portinari visando à implantação e exploração comercial de Roda Gigante de Observação (Concorrência nº 02/2020/CPP); vi) elaboração do Plano Diretor do Parque Dr. Fernando Costa – Água Branca para submissão à consulta pública; 6) início dos estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira para a concessão dos Parques Villa-Lobos, Candido Portinari e Água Branca (conclusão prevista em 2021).

Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA - No planejamento e gestão das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRMs, definidas na Lei Estadual nº 9.866/97, em 2020, a CPLA aplicou a metodologia da Res. SMA nº 142/2018 para avaliação e compatibilização das leis específicas das APRMspara os municípios de São Paulo (APRMs Billings e Alto Juquery) e Suzano (APRM Alto Tietê Cabeceiras). Ainda em 2020, está em análise a compatibilização dos municípios de Mogi das Cruzes e Rio Grande da Serra. A mesma metodologia da Res. SMA 142/2018 está sendo aplicada aos municípios de São José dos Campos, Arujá, Santa Isabel, Jacareí, Monteiro Lobato e Igaratá para subsidiar a elaboração da minuta de lei específica da APRM Jaguari. Estão sendo elaboradas as minutas de leis específicas das APRMs Jaguari e Guaió, junto aos CBH-Paraíba do Sul e CBH - Alto Tietê, respectivamente. Em 2020, deu-se continuidade na revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, por meio do Grupo de Trabalho, criado em 2019, no âmbito do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos (CIRS). Com a finalidade de subsidiar e aperfeiçoar o documento, a revisão do Plano contou com a participação social por meio de Consulta Pública, realizada entre os dias 29 de agosto e 06 de outubro, e Audiência Pública, realizada no dia 29 de setembro, ambas realizadas em formato virtual. Como resultado, a validação social contou com 272 contribuições na Consulta Pública e 238 inscrições no formulário para participação na Audiência Pública. Posteriormente a esta etapa, o documento foi apreciado pelo CONSEMA durante a 393ª Reunião Ordinária do Plenário, realizada no dia 21 de outubro de 2020. A revisão do Plano será lançada no dia 09 de dezembro de 2020. No Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS, a CPLA coordena o Grupo de Trabalho de Regionalização e Consórcios, no âmbito do qual foram firmados 12 Protocolos de Intenções entre a SIMA e os Consórcios Intermunicipais. Nessa linha de atuação, o GT2 promoveu a primeira oficina de capacitação para os técnicos do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira – CODIVAR, para a elaboração do diagnóstico regional de resíduos sólidos. No âmbito do Convênio de Cooperação Técnica entre a SIMA e o Instituto Oceanográfico da USP, de 01 a 23 de outubro de 2020, a minuta do Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar - PEMALM esteve em Consulta Pública, recebendo contribuições de 20 diferentes instituições. O lançamento do PEMALM está previsto para janeiro de 2021.Ainda na agenda de Resíduos Sólidos, em 2020, iniciou-se o processo de revisão do Índice de Gestão de Resíduos Sólidos - IGR. Para tanto, foram ouvidos órgãos externos à SIMA, como a Fundação SEADE e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, bem como setores estratégicos da SIMA com experiência na gestão de resíduos e na formulação de Índices/indicadores. Além da revisão do próprio Índice, estão sendo formuladas novas estratégias para aumentar e aprimorar a participação dos municípios no IGR. A conclusão da Revisão do IGR está prevista para o início de 2021.No âmbito da Sistematização e Difusão de Dados e Informações Ambientais Territoriais, cabe salientar que O DataGEO atingiu mais de 162 mil acessos em novembro de 2020, superando a meta estabelecida no PPA para o ano. Foi aprimorada e atualizada a plataforma tecnológica de Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais – DataGEO. A arquitetura da plataforma foi atualizada e ganhou mais funcionalidades e melhoria de desempenho para atender a crescente demanda de acesso aberta ao público em geral. Em 2020, foram disponibilizadas e publicadas mais de 159 novas informações na Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - IDEA-SP, destacando-se: Índice Paulista de Responsabilidade Social -2018; Índice de Gestão de Resíduos 2019; Áreas de Restrições – CETESB e DAEE;

Inventário Florestal 2020; Focos de Queimada dos Satélites GOES-16, METOP-B, NOAA-20, MSG-03, METOP-C e AQUA_M-M e os seguintes Planos de Manejo: Floresta Estadual do Noroeste Paulista, Estação Ecológica de Marília, Estação Ecológica de Xitué, Parque Estadual Marinho da Laje de Santos. O Relatório de Qualidade Ambiental (RQA), edição 2020, foi apresentado na plenária do CONSEMA em 18/11/2020. Nessa versão atual do relatório, são expostos 128 indicadores e 65 Programas e Ações do Sistema Ambiental Paulista. No âmbito dos trabalhos do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, a CPLA apoia a atualização e aprimoramento do roteiro metodológico e a elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UC) Estaduais. O apoio da CPLA contribuiu para a conclusão de 3 Planos de Manejo, bem como pela relatoria junto à CTBio/CONSEMA. São eles: PE Vassununga (Resolução SIMA 04, de 27/01/2020); APA Sistema Cantareira (Decreto 65.244/2020); APA Bairro da Usina (Decreto 65.245/2020). Também trabalhou em outros 27 Planos de Manejo que se encontram em diferentes fases, conforme o cronograma estabelecido pelo Comitê de Integração dos Planos de Manejo. Ainda com relação ao apoio às Unidades de Conservação, a CPLA está representada em 10 Colegiados ligados à Gestão de UCs, principalmente Conselhos Consultivos de Áreas de Proteção Ambiental e suas respectivas câmaras temáticas, por meio da participação ativa de 9 técnicos, contribuindo com os diversos aspectos relacionados à gestão e planejamento dessas UC. Também foi estruturado um projeto, em parceria com a FF, para apoio à gestão das APAs com treinamento do uso da plataforma Datageo.Com relação ao aprimoramento e perenização da gestão costeira, em 2020, foram desenvolvidas atividades que levem à retomada da agenda costeira nos 3 setores do litoral paulista (Litoral Norte, Baixada Santista e Complexo Estuarino Lagunar Iguape - Cananéia) em 3 frentes: informação, mobilização e desenvolvimento de instrumentos de gestão. Para a Informação, está sendo desenvolvido um material digital e interativo (Caderno de Governança Costeira), que dará suporte ao processo eleitoral e orientações para o desenvolvimento da agenda de atividades. Foi criado logotipo para identificação da política no Estado e nos setores costeiros. No âmbito da Mobilização, está sendo realizada articulação com academia e pesquisadores que darão suporte à gestão, assim como com as entidades representativas locais, das quais se organizará um cadastro para o processo de eleição dos Grupos Setoriais. Para o Desenvolvimento de Instrumentos de gestão, a CPLA está organizando a base de dados para a construção do Sistema de Informação, Monitoramento e Controle (SIMC), considerando todos os aspectos da região que devem ser acompanhados e monitorados. Está sendo concebida a metodologia e desenvolvido o Plano de Ação e Gestão (PA&G), com base na leitura e tabulação de todos os instrumentos e gestão existentes na região (Planos de Manejo de Unidades de Conservação, Planos de Bacia Hidrográfica; Planos Diretores), que permitirão definir as grandes questões/problemas a serem enfrentados, assim como debatidos a forma de solução, instituições/entidades responsáveis e fonte de recurso. Ainda na agenda da gestão costeira, a segunda fase do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista (PDSLP), no valor de U$ 100 milhões, está sendo negociada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em 2020 ocorreram duas missões do Banco (fevereiro e junho) e diversas outras reuniões, que trataram tanto da abordagem de gênero, quanto dos indicadores do projeto, bem como do plano de aquisições. O Plano de Aquisições do subcomponente de Planejamento Regional e Projetos Sustentáveis, que engloba todas as ações que a CPLA desenvolverá no projeto, tem, até o momento, 9 linhas de aquisição e 15 contratações. A CPLA está representada no Grupo de Trabalho ABEMA GERCO G17, grupo criado pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, composto pelos 17 estados costeiros, com o objetivo de implementar/incentivar a gestão costeira por meio do desenvolvimento de suas políticas e instrumentos numa ação colaborativa em rede, tendo participado de 4 reuniões desde sua criação, em outubro de 2020.No âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo – ZEE-SP, foram realizadas as seguintes etapas no ano de 2020: consolidadas as cartas-síntese de diagnóstico das diretrizes estratégicas do ZEE-SP: Resiliência às Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica, Salvaguarda da Biodiversidade e Redução das Desigualdades Regionais; elaborado o relatório da diretriz estratégica Economia Competitiva e Sustentável; consolidados estudos de cenários das diretrizes estratégicas do ZEE-SP 1, 2, 3 e 5; e elaborados estudos de projeções climáticas específicas para o Estado de São Paulo, por técnicos da SIMA (Coordenadoria de Planejamento Ambiental, Cetesb e Instituto Geológico), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).Compondo o Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo – Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente – PTLMA, foram entregues pela consultoria contratada, os seguintes produtos que subsidiam a construção das futuras etapas do ZEE-SP: roteiro para elaboração de cenários; subsídios para análise territorial e enquadramento das zonas ecológico-econômicas; subsídios para definição das diretrizes, objetivos e metas das zonas ecológico-econômicas; proposta de monitoramento; subsídios para definição da peça jurídica do ZEE-SP.Foram empossados os representantes da Comissão Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico de São Paulo (CEZEE-SP criada pelo Decreto Estadual nº 64.526, de 15/10/2019) e realizadas reuniões bilaterais com os representantes e colaboradores das pastas representadas na comissão.No âmbito do processo elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de São Paulo, está sendo desenvolvida a RedeZEE-SP, que é uma Plataforma de Informações Territoriais estruturada com geotecnologias construídas com software livre (open source), que tem como funcionalidades: a organização, padronização e articulação da Base de Informação Territorial em Rede via Web; documentação das bases de informação territorial dos processos e estudos desenvolvidos para a construção do ZEE; disponibilização de um ambiente virtual de análise territorial conjunta e de um ambiente virtual de diálogo, para processos participativos. A fase atual de construção da RedeZEE – SP está consolidando a Base de Informação Territorial construída no âmbito dos processos de elaboração do ZEE-SP e disponibilizando a Plataforma para os integrantes CEZEE.No ano de 2020, a CPLA elaborou uma proposta para reestruturação do Programa Estadual de CPS, a qual foi submetida e aprovada pelo Conselho Ambiental do Governador. Até outubro de 2020, cerca de 2000 itens receberam o Selo Socioambiental (Decreto nº 50.170/2005) no âmbito do Catálogo de Materiais da BEC/SP. Três capacitações em CPS foram ministradas para servidores municipais, estaduais e federais, em parceria com diferentes órgãos. Em junho, uma *live* veiculada no Portal de Educação Ambiental da CEA/SIMA teve 907 visualizações. A SIMA está representada pela participação da CPLA na Comissão de Estudos 323 da ABNT, responsável pela co-elaboração de norma ISO de Economia Circular. Internamente, buscou-se identificar itens estratégicos para adoção de soluções baseadas no conceito de Economia Circular (Iluminação, Veículos, Uniformes, Ar Condicionado, Informática, Alimentos e itens descartáveis).

Instituto Florestal – IF - No exercício de 2020, com um quadro de 61 Pesquisadores Científicos, os resultados das pesquisas científicas desenvolvidas pelo Instituto Florestal em diversas áreas do conhecimento foram: Trabalhos publicados 38; Livros 09; Capítulo de Livros 02; Apresentações em Congressos 70; Cursos e palestras 67; Assessorias/Pareceres 370; Bancas 28. Quanto à formação e aperfeiçoamento do corpo técnico, tivemos em curso dois mestrandos e três doutorandos. O Instituto Florestal responde por um inestimável patrimônio científico e cultural, protegido pelas Constituições Federal e de São Paulo. Incluem-se no acervo as coleções vivas dos bancos de germoplasmas, de espécies exóticas e nativas, implantados a partir de 1952, em cerca de 30 áreas protegidas administradas pelo Instituto Florestal em municípios do interior paulista e em São Paulo, totalizando cerca de 500 ha de coleções vivas com esta configuração de banco de germoplasma. Os arboretos também figuram como coleções vivas de inestimável valor, implantados a partir de 1914, com diversas finalidades científicas e conservacionistas, eles somam mais de 220 mil m^2 em cerca de 30 arboretos instalados na Floresta Estadual de Assis, Parque Estadual Alberto Lofgren, Floresta de Manduri, Estação Experimental de Bauru, Estação Experimental de Mogi-Mirim, Estação Experimental de Casa Branca, Estação Experimental de Santa Rita do Passa Quatro e Estação Experimental de Luiz Antonio. No âmbito das coleções *ex-situ*, destaca-se: a) Herbário Dom Bento José Pickel (SPSF): Criado em 1927, o Acervo do Herbário conta com mais de 55.000 exsicatas configura-se como a sexta coleção botânica do Estado e se destaca como referência sobre a flora conhecida nas áreas protegidas do Sistema Ambiental Paulista, com coletas realizadas entre 1890 e 2014, consolidando-se referência para os programas Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo e Reflora Nacional (Plantas e Fungos do Brasil). A coleção está disponível na Internet, de forma livre e gratuita, sendo acessada nos três últimos anos por mais de 5 milhões de usuários. ii) Xiloteca SPSFw: fundada em 1931, apresenta um acervo de cerca de 7 mil amostras de espécies florestais, e ocupa o 2º lugar em número de amostras de madeira do Estado de São Paulo; iii) Museu Florestal Octávio Vecchi: contando com um acervo de 8 mil itens entre acervo museológico e arquivístico; iv) Biblioteca do Instituto Florestal: apresenta um acervo superior a 15 mil exemplares de livros e periódicos e 40 mil fascículos, com coleções especializadas e obras raras, incluindo datadas a partir de 1820; v) Coleção botânica da Floresta Estadual de Assis: coleção de material botânico de Cerrado e Mata Atlântica, vi) acervo iconográfico de negativos de vidro: O Instituto Florestal detém acervo fotográfico e historiográfico em negativos de vidro datados a partir de 1911. Em 2020, coube ao Instituto à gestão da pesquisa científica desenvolvida por instituições públicas e privadas nos mais de 2 milhões de hectares de florestas públicas estabelecidos como unidades de conservação e outras áreas protegidas no território paulista - e que prestam serviços ecossistêmicos essenciais para a agricultura e a economia do Estado e o bem estar de quase 50 milhões de pessoas. Desde 1989, consta o registro de mais de 3520 projetos de pesquisa e 65 pesquisas submetidas no ano de 2020, apesar das restrições impostas pelas medidas de contágio do COVID-19. O total de projetos cadastrados de 2011 a 2020 equivale a 50% do total de registros, considerando o primeiro projeto cadastrado em 1989, evidenciando a excelência do trabalho de fomento realizado pelos gestores e pela Diretoria do Instituto para ampliar o número de estudos realizados nas áreas protegidas do Sistema Ambiental Paulista. Por oportuno, convém observar que as áreas protegidas então administradas pelo Instituto Florestal, no interior do Estado, abrangem fitofisionomias savânicas e de mata atlântica de interior (Floresta Estacional Semidecidual) - as mais ameaçadas e menos protegidas no território paulista. Estas áreas, com cerca de 53 mil hectares, são fundamentais para a conservação da biodiversidade, conservação in situ e ex situ de espécies e coleções nativas e exóticas, e para estudos e implantação de projetos de manejo e uso sustentável de produtos florestais madeireiros e não madeireiros. Estas áreas também se configuram como verdadeiros laboratórios vivos, o que possibilitou milhares de vivências em trabalhos de campo, estudos de iniciação científica, mestrado e doutorado ao longo de décadas. Dezenas de universidades e instituições de pesquisa, localizadas próximo às áreas e em outras cidades, estados e países demonstram a capilaridade das pesquisas realizadas nesses campos de experimentação. Estas ações multidisciplinares e interinstitucionais somente são possíveis graças à expertise institucional, que promovem e fomentam a pesquisa nas áreas junto a redes de pesquisa externas, bem como disponibilizam o apoio de campo necessário para que pesquisadores externos possam realizar suas expedições científicas - O Instituto Florestal é um instituto de pesquisa, sendo inegável seu papel na construção do conhecimento, na gestão e na promoção da ciência. Em 2020 destaca-se entre as publicações de grande relevância o lançamento dos livros produzidos pelos técnicos da Instituição: "Invasão por Pinus spp: ecologia, prevenção, controle e restauração", "O passado magnífico da ilustração e da pesquisa científica no Serviço Florestal do Estado de São Paulo, de 1942 a 1960", "Identificação Macroscópica de Madeiras Comerciais do Estado de São Paulo" e "Serviços Ecossistêmicos e Bem-Estar Humano na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo". Esta última, publicação referência sobre serviços ecossistêmicos e bem-estar humano para a macrometrópole paulista, foi coordenado pelo Instituto Florestal, e teve a contribuição de uma centena de cientistas e profissionais da comunicação, de organizações nacionais e internacionais, com o apoio da UNESCO. Destacamos ainda a conclusão e lançamento do "Mapeamento da Vegetação nativa do Estado de São Paulo - o Inventário Florestal 2020" em junho do presente exercício, que pode ser considerada uma das ferramentas mais importantes para a implementação da Política Estadual de Mudanças Climáticas, que subsidia pesquisas e políticas públicas, visto ser à base do Programa Remanescentes Florestais (Decreto n° 55.947/2010), que tem o objetivo de fomentar a delimitação, demarcação e recuperação de matas ciliares e outros fragmentos florestais, contribuindo, dessa forma, com a mitigação das mudanças climáticas globais, a conservação da biodiversidade, além da participação junto à Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA, na elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental - RQA 2020.De forma geral, todas as pesquisas realizadas no Instituto Florestal têm sido disseminadas: no âmbito da comunidade científica, por meio de artigos, livros, teses e dissertações, e apresentações em eventos nacionais e internacionais; no âmbito técnico, por meio de manuais, cartilhas e cursos; e, para a população em geral, com apoio de canais de mídia, e por meio de publicações de divulgação e da realização de cursos e eventos. As dificuldades impostas pela pandemia quanto à divulgação científica não foram efetivamente enfrentadas pelo Instituto Florestal. Em abril, a instituição iniciou o Café Virtual no Instituto Florestal, ação de popularização e promoção da ciência, do meio ambiente e das áreas protegidas do Sistema Ambiental Paulista realizadas por meio de webinar semanal, abordando temas de grande relevância e contando com a presença de profissionais renomados e personalidades como Paulo Saldiva, Clayton Lino, Monja Coen, Marcos Sorrentino, Ondalva Serrano, Glauco Freitas, Mário Mantovani, João de Deus Medeiros, Deputado Estadual Rodrigo Agostinho, Carlos Alfredo Joly, Fábio Feldman, José Carlos de Carvalho, José Pedro de Oliveira Costa, entre outros. Os webinários Café Virtual contaram com milhares de participantes com diferentes perfis, estados e países. Os eventos são realizados semanalmente pela Plataforma do Zoom, com inscrições e programação divulgada no site do Instituto Florestal (www.iflorestal.sp.gov.br), e com transmissão ao vivo pelos canais da SIMA no *Youtube* e Facebook, bem como pelo Facebook do Instituto Florestal e se configuraram como importante veículo de informação crível frente à disseminação das *fake news*. As sistematizações dos eventos realizados entre maio e agosto/2020, para 18 edições, contaram com 54 especialistas que participaram no evento como palestrantes, representando 35 instituições. Nesse período, foram contabilizados mais de 2 mil inscrições nos eventos pela plataforma ZOOM. As transmissões para o *Youtube*, realizadas a partir da 13ª Edição, totalizaram cerca de 5 mil visualizações e 2.500 horas de exibição. No Facebook, foram cerca de 70 mil minutos visualizados, com alcance de 50,3 mil usuários, evidenciando o alcance da ação para a divulgação científica. Em 2020 foram concluídos os procedimentos de Permissão de Uso da Estação Experimental de Casa Branca com a edição do Decreto n° 65.013, de 09 de junho de 2020 e da Floresta de Bebedouro,

com a realização de Audiência com a Comunidade Científica, edição do Decreto Estadual n° 65.129, de 12 de agosto de 2020 e formalização do Termo de Permissão de Uso. Foi dado continuidade ainda aos trabalhos das Comissões de Acompanhamento das cessões de uso precárias e por tempo determinado da Floresta de Botucatu, Horto Florestal de Avaré e Estações Experimentais de Mogi-Mirim e Bauru, bem como da área de uso público da Estação Experimental de Tupi às respectivas Municipalidades de Botucatu, Avaré, Mogi-Mirim, Bauru e Piracicaba. Os trabalhos relativos à Concessão das Áreas de Uso Público dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren também tiveram grandes avanços, com a conclusão do Produto 3, referente à modelagem econômico-financeira, sendo os próximos passos a realização de consulta pública.Com relação aos Convênios e Cooperações Técnicas, o Instituto Florestal tem dado continuidade na implementando as ações previstas no convênio celebrado com a EMBRAPA Florestas que visa a execução de trabalhos de pesquisa para produção de sementes melhoradas de espécies florestais nativas e exóticas para a produção de madeira de usos múltiplos. Estão em andamento as ações referentes à Cooperação Técnica firmada com o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD, unidade da Secretaria de Estado da Saúde, para implementação de ações conjuntas que assegurem a realização do Projeto "Resgatando Vidas e Restaurando o Bioma" que visa a reinserção social de pessoas usuárias de substâncias psicoativas em tratamento, por meio de atividades de capacitação na produção de mudas de essências florestais e, a Cooperação Técnica firmada com o Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente com objetivo de implementar o Inventário Florestal Nacional no estado de São Paulo. De igual relevância foi a inserção do Instituto Florestal como instituição parceira e co-financiadora, da proposta de criação de um Núcleo de Análise e Síntese de Soluções Baseadas na Natureza *(BIOTA-SÍNTESE)* submetida para a chamada "Programa Ciência para o Desenvolvimento/PCD - NPOP - Núcleo de Pesquisas Orientado a Problemas de São Paulo (NPOP-SP)".O repasse de receitas para o Fundo Especial de Despesa do Instituto Florestal em 2020, referentes às vendas de madeira e resina nos leilões SIEFLOR (contratos para um período de até 5 anos), foi na ordem de R$ 5.767.536,00 (referente a 40% da arrecadação, após deduzidos 30% destinados ao DREM-Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 93/2016). Ademais, em 2020 o IF captou cerca de R$ 1,8 milhões junto à Câmara de Compensação Ambiental para implementação de ações previstas nos Planos de Manejo das UCs.O Instituto vêm dando continuidade às ações para implementação do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Florestal - NIT e do Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos nas Áreas de Geociências, Biodiversidade e Meio Ambiente do Instituto Florestal, com vistas à disponibilização de estágios curriculares obrigatório, estágio voluntário e recebimento de profissionais voluntários e associados; ademais, mantém o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, com 20 bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ com a realização do 14° Seminário de Iniciação Científica, e bolsas de nível médio e técnico no âmbito do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE. Neste ano, o Seminário de Iniciação Científica, foi realizado de forma virtual, e contou com 16 trabalhos apresentados na área de Ciências Agrárias, 7 em Ciências Biológicas, 6 na área de Ciências Humanas, e 8 trabalhos em Ciências Sociais Aplicadas. Há que se considerar o serviço público prestado pelo Instituto Florestal, em termos do valor dos serviços ecossistêmicos das áreas sob sua administração em 2020. Em sua totalidade, Instituto Florestal administra cerca de 53.000 hectares. Com base em valores médios de todo o mundo, um hectare de floresta tropical pode gerar benefícios estimados de US$ 5,382/ha/ano pela prestação de 17 tipos de serviços ecossistêmicos, como regulação climática, produção e regulação de água, controle de erosão, polinização, controle de pragas, serviços culturais e recreativos. Nesta perspectiva, o Instituto Florestal administra um patrimônio ambiental estimado em US$ 285 mil/ano em benefícios prestados pelas áreas protegidas, sem considerar os 2,1 milhões de ha que compõem a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, cuja coordenação é de responsabilidade do Instituto Florestal. Destaque para as principais contribuições para as políticas e ações estaduais que contaram com a participação efetiva do IF: a) Programa Nascentes: realização de pesquisas e experimentação de técnicas de restauração ecológica e silvicultura de essências nativas em regiões de Mata Atlântica e Cerrado; b) Programa Economia Verde: as pesquisas desenvolvidas no IF deram suporte à produção florestal por várias décadas, especialmente em se tratando de silvicultura de pinus, eucaliptos e essências nativas, com ampla rede de plantios experimentais e grande acervo de publicações científicas sobre o assunto; c) Licenciamento Ambiental: disponibilização de conhecimento sobre os ecossistemas naturais do estado, sua distribuição espacial (Inventário Florestal), sua biodiversidade (levantamentos e coleções: Herbário, Xiloteca, Biblioteca e Museu), seu funcionamento (estudos ecológicos, dinâmica em parcelas permanentes) e sua restauração ecológica (técnicas, trajetórias, indicadores para monitoramento), ademais de estudos e pareceres correlatos; d) Gestão da pesquisa em UCs: De 1988 até o momento foram registrados na COTEC, 3.400 projetos de pesquisa, dos quais cerca de 150 se encontram em andamento, sendo que neste ano foram recebidas cerca de 100 novas propostas; e) Realização e acompanhamento de visitas técnicas: recepção, organização e realização de visitas técnicas para organismos e delegações internacionais (Suécia, Estados Unidos, China); f) Promoção de cursos de capacitação em identificação de madeira para a Polícia Militar Ambiental e Universidades; g) Alfabetização Ambiental: definição de espécies, logística, subsídios para produção de conteúdos quanto a abordagem ambiental nas estratégias de alfabetização; h) Comitê de Integração de Políticas Globais e Desenvolvimento Sustentável e, i) Comitê de Integração de Apoio à Assessoria Internacional

Instituto De Botânica – IBt - Na gestão do produto "Pesquisa ambiental, gestão de acervos e capacitação em biodiversidade e meio ambiente", o IBt produziu até o momento um total de 635 publicações e serviços técnico-científicos, entre Artigos Científicos, Livros, Capítulos de Livros, Manuais, Teses e Dissertações, Apresentações de Trabalhos e Cursos. As coleções do Herbário SP do IBt incorporaram até o mês de novembro 15.008 novas exsicatas, sendo que o número total atual da coleção é 514.925. Ao longo de 2019 foram desenvolvidos 28 projetos de pesquisa científica sendo 20 projetos em Biodiversidade e Conservação, 05 em Mudanças Climáticas Globais, 01 em Bioprospecção e 02 em Recursos Hídricos. O curso de Pós-Graduação em "Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente" formou 29 profissionais na área, sendo 18 mestres e 11 doutores em 2019. Além disto, o programa teve financiamento das agências de fomento CAPES, CNPQ e FAPESP no valor total de R$ 1.485.072,46, referente a bolsas de Mestrado e Doutorado, e convênio PROAP no valor de R$ 64.272,46. O IBt possui atualmente 10 grupos de pesquisa cadastrados e certificados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Já na gestão do produto "Conservação, proteção e atendimento ao público do jardim botânico e áreas protegidas", o Jardim Botânico de São Paulo (JBSP) recebeu até novembro deste ano 138.320 visitantes. O Programa de Educação Ambiental do JBSP atendeu 16.950 estudantes do ensino fundamental e médio em visitas monitoradas e 410 estudantes em oficinas educativas, que perfazem o atendimento a um total de 201 escolas, sendo 75 públicas e 126 privadas oriundas de 26 municípios paulistas. A equipe do Núcleo de Pesquisa em Educação para Conservação do JBSP participou ativamente do Comitê de Integração de Educação Ambiental estando presente em todas as Edições dos Diálogos de Educação Ambiental econtribuindo no Projeto Alfabetização Ecológica no segmento pedagógico. Para aprimoramento das atividades de educação ambiental está em andamento o Plano de Trabalho "Reforma do Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues e nova exposição do Jardim Botânico de São Paulo" com recursos da Câmara de Compensação Ambiental com finalização prevista para maio de 2020. No jardim Botânico foram realizadas as reformas das duas estufas com Biomas do Cerrado da Mata Atlântica. Além disso, foi lançada pelos Correios no Instituto de Botânica, no dia 5/6/2019, Dia Mundial do Meio Ambiente, a emissão especial Diversidade dos Fungos, da série Mercosul, com tiragem de 240 mil exemplares (40 mil de cada selo). Foram realizados 11 eventos no JBSP, destacando-se as exposições de Orquídea e Bonsai, e o VII Simpósio de Restauração Ecológica que teve aproximadamente 1 mil participantes. O Instituto de Botânica aprovou 20 Planos de Trabalho junto à Câmara de Compensação Ambiental de SP, no valor total de R$ 17.057.806,17. A Reserva Biológica de Mogi Guaçu, Reserva Biológica do Alto de Paranapiacaba e o Parque Estadual Fontes do Ipiranga - PEFI possuem cerca de 85 projetos de pesquisas e juntas receberam cerca de 480 pessoas/ano para o desenvolvimento de atividades didáticas relacionadas ao meio ambiente, tais como aulas de campo, atividades de educação ambiental e treinamentos.

Instituto Geológico – IG - Atualmente são 39 projetos de pesquisa em andamento, dos quais 25 são executados parcial ou exclusivamente com financiamento externo, inclusive com recursos internacionais, contemplando as áreas de hidrogeologia (7 projetos), desastres naturais (17), geologia (5), paleontologia (1), geopatrimônio (1), climatologia (2), geomorfologia (4), de acervos/museu (1 projeto) e o projeto de modernização institucional (1). Outros 2 projetos de Políticas Públicas com financiamento externo estão aprovados para iniciar em janeiro de 2021 e outros 11 estão em elaboração ou fase de submissão. A partir do desenvolvimento desses projetos, foram proporcionadas participações em eventos, em sua maioria realizados de forma virtual, nos quais os resultados alcançados nas pesquisas foram apresentados para a comunidade científica e para a população em geral. Destacam-se os *webinars* da Semana do Meio Ambiente – "Meio Ambiente, Proteção e Defesa Civil", "Trilha do Itaguaré: Relíquias do Passado", "Meio Ambiente Urbano, a identificação e Gestão de Riscos Geológicos" e "Meio Ambiente e Gestão Comunitária de Riscos", realizados entre 03 e 05/06/2020, "Delimitação das Zonas Potenciais à Contaminação por Nitrato nas Águas Subterrâneas dos Sistemas Aquíferos Bauru e Guarani, no Estado de São Paulo", realizados nos dias 14 a 17/07/2020, "Entrega dos Mapeamentos de Riscos de Movimentos de Massa e Inundações de 11 municípios da região Leste e Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo", realizado em 14/08/2020 e o XII Seminário Estratégias para Redução de Riscos e Desastres a Eventos Geodinâmicos no Estado de São Paulo, com a Entrega dos Mapeamentos de Riscos de Movimentos de Massa e Inundações de 27 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, a ser realizado em 09/12/2020. Em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) foi realizado evento virtual para o lançamento do número especial da Revista do Instituto Geológico, em comemoração ao Cinquentenário do Laboratório de Pedologia do Departamento de Geografia e apresentação dos trabalhos que fizeram parte desta edição, em 26/08/2020. Em relação à formação de recursos humanos, foram finalizadas 6 orientações de projetos de iniciação científica de nível superior, nas áreas de Geoespeleologia (1), Geomorfologia (2), Hidrogeologia (1), Prevenção de Desastres Naturais (2) e 4 de nível médio nas áreas de Hidrogeologia (1) e Prevenção de Desastres Naturais (3). A divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos alunos foi realizada no "10º Seminário de Iniciação Científica (10º SICIG)" do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Instituto Geológico (PIBIC-IG), em 29/09/2020, também de forma virtual. A realização de cursos e palestras neste ano também foi feita em sua maioria de forma virtual. Alguns ocorreram em parcerias com a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC), com palestras sobre "Oficinas Preparatórias para Operações de Estiagem (OPOEs)", em que foi disponibilizada uma vídeo-aula destinada à capacitação para identificação de riscos geológicos iminentes, realizada em 23/07/2020. Este curso obteve, até o presente, um público de 971 concluintes. Outras atividades foram realizadas com parte do conteúdo virtual e parte presencial, como o curso "Geologia aplicada à proteção e defesa civil e vistorias em áreas de risco" e as Oficinas Preparatórias para a Operação Verão (OPOVs), onde foram gravadas aulas destinadas à identificação de áreas de risco e 8 aulas práticas presenciais nas regiões de Itapeva, Registro, Sorocaba, Campinas, Vale do Paraíba e Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista. Este curso foi concluído por 442 pessoas. Em novembro também foi realizado pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil o primeiro curso de formação de Gestores de Defesa Civil destinado à capacitação de 30 membros da Polícia Militar do Estado de São Paulo para atuarem no Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e que disponibilizou 70 vagas para técnicos de outras instituições. O Instituto Geológico participou da formatação e da aplicação do módulo teórico e prático destinado à avaliação de riscos geológicos. Técnicos do Instituto também participaram da organização e palestraram no IV Seminário de Educação em Redução de Riscos e Desastres, realizado em 10/11/2020.O Instituto Geológico ainda atuou nas Ações de Apoio e Suporte às Políticas Públicas, realizando atendimentos, que incluem vistoria, pareceres e laudos, assim distribuídos: a) foram 28 atendimentos para a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado de São Paulo (ação PPDC – Plano Preventivo de Defesa Civil, Decretos Estaduais nº 42.565/1997; 40.151/1995 e 48.526/2004); b) 13 atendimentos foram realizados por solicitação do Ministério Público Estadual através das procuradorias de justiça, nas áreas de risco geológico, erosão, nascentes/cursos d'água; c) 6 atendimentos foram realizados em apoio à CETESB, para avaliações de áreas de cavernas e carste, risco geológico e avaliação de estudo hidrogeológico; d) para a Fundação Florestal foram 18 atendimentos para apoio à elaboração de Planos de Manejo no Estado de São Paulo; e) outros atendimentos: Polícia Ambiental (1 atendimento), Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (2), Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO (1), relatorias de artigos científicos e projetos (23) e demandas do público em geral – informações técnicas (44).No apoio à gestão dos recursos hídricos subterrâneos, houve a participação em fóruns nos níveis federal e estadual (coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CTAS/CRH), além dos comitês de bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Coordenação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS), e do Alto Tietê (GT-Jurubatuba), contribuindo com a experiência, conhecimento e aplicação dos resultados das pesquisas desenvolvidas nos seus Planos de Trabalho e ações em recursos hídricos subterrâneos. A equipe também atuou como Agente Técnico do FEHIDRO. No Gerenciamento de Risco e Redução de Desastres Geodinâmicos, o Instituto Geológico concluiu o projeto "Avaliação e mapeamento de risco (nas escalas 1:25.000, 1:10.000, 1:3.000) em 38 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, financiado pelo Banco Mundial e continuou o desenvolvimento de projetos de cadastro de ocorrências de desastres com a atualização da base de dados que atingiu cerca de 55.000 registros e de estudos da erosão costeira. O Instituto Geológico realizou ainda cerca de 60 análises em situações de risco em todo o estado de São Paulo, abrangendo 31 relatórios de vistorias em 24 municípios (assim como em 7 municípios de Minas Gerais, decorrente do apoio fornecido aquele estado pelo Governo do Estado de São Paulo, quer seja com base no Termo de Cooperação Técnica

entre IG e Coordenaria Estadual de Proteção e Defesa Civil - CEPDEC, quer seja para atender as políticas de licenciamento, recuperação e impacto ambiental de órgãos licenciadores, municípios, ministério público e poder judiciário. Na área da Hidrogeologia os projetos concluídos ou em desenvolvimento são: a) Análises regionais, locais e de detalhe dos aquíferos fraturados da RMSP para zoneamento e identificação dos controles geológicos de produção de poços; b) Estratigrafia dos basaltos e da sua tectônica deformadora aplicadas à proteção do Sistema Aquífero Guarani entre São Pedro e Analândia, SP; c) Construção de jogo educativo como ferramenta de divulgação dos conceitos sobre águas subterrâneas. Estão em desenvolvimento os seguintes projetos: d) Delimitação das zonas potenciais à contaminação por nitrato das águas subterrâneas dos sistemas aquíferos Bauru e Guarani no Estado de São Paulo (FEHIDRO); e) Perímetros de Proteção de Poços de Abastecimento Público–Sistema Aquífero Bauru - Segunda Etapa (FEHIDRO); f) Estudo isotópico do Sistema Aquífero Tubarão na porção leste da Bacia Sedimentar do Paraná no Estado de São Paulo, Brasil; g) Curso de transferência de conhecimento visando à gestão em águas subterrâneas no âmbito dos Comitês de Bacia do Estado de São Paulo – Políticas Públicas; h) Proteção dos Recursos Hídricos na perspectiva de políticas públicas: abordagem no ambiente escolar"; i) Implantação do Banco de Dados Bibliográficos da Hidrogeologia do Estado de São Paulo (Aquíferos On-line); j) Coleção Geonatural - Tema Aquíferos. Na área de Recursos Minerais, houve continuidade das atividades relacionadas com o aperfeiçoamento e ampliação da Segurança das Barragens no Estado de São Paulo. Tais atividades estão sendo executadas por um Comitê de Acompanhamento da situação das barragens do Estado, que estejam enquadradas na Política Nacional de Segurança de Barragens - PNSB. Constituído pela Resolução Conjunta SIMA/CMIL/SDE nº 1/2020 de 09 de abril de 2020, o Comitê, que conta com a participação do Instituto Geológico, tem atuado no sentido de viabilizar as recomendações do Relatório "Segurança de Barragens no Estado de São Paulo", produzido em 2019 pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução Conjunta SIMA-CMIL nº 01 de 29/01/2019. As atividades desenvolvidas pelo Comitê em 2020 envolveram: o acompanhamento e avaliação da Lei Federal nº 14.066, de 30/09/2020, que alterou a Lei nº 12.334, de 20/09/2010, que instituiu a PNSB; a análise de situações de segurança de barragens no Estado; a elaboração de plano de trabalho para ampliar a capacidade de gestão estadual sobre o tema. Entre as ações contempladas no plano incluem-se: acompanhamento permanente da aplicação e execução da PNSB no Estado, inclusive com ações de fiscalização; estabelecimento de roteiro de verificação dos Planos de Ações de Emergências submetidos à Defesa Civil; indicação de arquitetura preliminar para a elaboração e manutenção de banco de dados sobre as barragens; viabilização de capacitações aos técnicos dos órgãos fiscalizadores; definição de estratégias para fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos com o tema, incluindo cursos, treinamentos e reposição de recursos humanos; diagnóstico e avaliação do cenário estadual com vistas a implementação de plano de educação e comunicação em segurança de barragens, entre outras. O Museu Geológico - MUGEO esteve aberto ao público no período de 01 de janeiro a 15 de março de 2020, e recebeu um total de 7.457 visitantes, sendo 7.369 espontâneos e 88 oriundos do atendimento a 5 instituições público/privadas, como escolas e instituições sem fins lucrativos. As atividades de atendimento ao público foram suspensas devido à pandemia do COVID-19 (Decreto Estadual nº 62.862/2020).

Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - A Fundação Florestal - FF é responsável pela gestão de 102 Unidades de Conservação - UCs no Estado, sendo: 53 de Proteção Integral (34 Parques Estaduais, 15 Estações Ecológicas, 02 Monumentos Naturais e 02 Refúgios de Vida Silvestre) e 49 de Uso Sustentável (30 Áreas de Proteção Ambiental, 03 Áreas de Proteção Ambiental Marinha, 07 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 02 Florestas Estaduais, 02 Reservas Extrativistas e 05 Áreas de Relevante Interesse Ecológico), totalizando 4,6 milhões hectares de áreas protegidas incidentes sobre os Biomas de Mata Atlântica, Cerrado e ecossistema marinho, que representam 18,6% do território do Estado de São Paulo. O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo início do isolamento social causado pela pandemia do coronavírus, na segunda quinzena de março. Praticamente todas as atividades desenvolvidas pela instituição foram afetadas, como o uso público, operações de proteção e fiscalização, gestão de conselhos, ações de educação ambiental, parcerias, e as rotinas administrativas. As seguintes ações foram adotadas em caráter de prioridade pela FF, antes e durante o isolamento social: Elaboração de novos projetos estratégicos focados na conservação da biodiversidade, envolvendo manejo de espécies exóticas; Construção de plataforma online georreferenciada com dados de edificações, trilhas, atrativos, visitação pública, biodiversidade, infraestrutura e saneamento, recursos humanos, frota e de outras informações estratégicas gerenciais sobre as 102 UCs e visando qualificar e agilizar a gestão e a tomada de decisão; Contratação de modelagens econômico-financeiras visando concessões e permissões de uso em unidades com maior potencial turístico objetivando a implantação de parcerias com o setor privado e o terceiro setor para a geração de emprego e renda e desoneração do Estado; Iniciação de um programa de pesquisa, visando à melhoria da gestão por meio de parceria com universidades e institutos de pesquisa para desenvolvimento de pesquisas aplicadas; Aprimoramento e fortalecimento das ações de combate a incêndios florestais por meio do Programa Corta-Fogo; Inovação em contratos e mecanismos de vigilância, monitoramento, fiscalização ambiental, aperfeiçoando-se a gestão e aplicação de recursos públicos e incorporando novas tecnologias; Implementação do office 365 e do *teams* como ambiente online oficial e do E-Ambiente, um sistema de tramitação de processos digitais, visando maior eficiência e agilidade na gestão pública por meio de tecnologias. Logo em março, início do isolamento, a FF adotou ações estratégicas seguindo as diretrizes e decretos do governador no sentido de avaliar os contratos terceirizados, suspender atividades e determinados serviços (como obras e visitação pública) e de manter em execução os serviços essenciais. Para os primeiros 45 dias de isolamento social foram definidos produtos a serem entregues pelas equipes de monitores das UCs (com apoio da sede) que culminaram em: • Estruturação de 130 novos roteiros ecoturísticos nas UCs para o público visitante; • Elaboração de 130 planos de contingência e risco visando a segurança do visitante nestes roteiros; Geoespacialização de atrativos naturais para incorporação ao banco de dados da FF e divulgação; • Atualização sincronizada dos planos de fiscalização de todas as Unidades de Conservação. Ressalta-se também que a incorporação de tecnologia para a realização de reuniões por videoconferência ocorrida em 2019 fez com que a instituição já estivesse familiarizada e mais preparada para dar sequência aos trabalhos quando do início da pandemia do COVID_19, e também já vinha alcançando otimização de tempo e redução de gastos com deslocamentos dos funcionários entre as diversas regiões do estado. A seguir, estão descritos os resultados consolidados de cada uma das áreas temáticas da FF, no exercício de 2020: Com relação aos Planos de Manejo das UCs, em consonância com as diretrizes do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, até o final do ano teremos: Aprovação de 02 Planos de Manejo por Decreto Estadual: (i) APA Sistema Cantareira e (iii) APA Bairro da Usina; 03 planos de manejo em análise no CTBio/CONSEMA: (i) APA Marinha Litoral Norte; (ii) ARIE São Sebastião e (iii) EE Bananal; 01 plano de manejo na etapa de zoneamento: APA Ibitinga; 04 planos de manejo na etapa de caracterização1: PE Lagamar de Cananeia, RDS Itapanhapima, RESEX Taquari e RESEX Ilha do Tumba; 14 planos de manejo na etapa de planejamento sendo, em andamento (i) PE Águas da Billings; (ii) APA Itapeti; (iii) EE Ibicatu; (iv) APA Tanquã; (v) APA Barreiro Rico; (vi) EE Barreiro Rico, suspensos (i) RDS Barreiro Anhemas; (ii) RDS Quilombos de Barra do Turvo; (iii) RDS Pinheirinhos; (iv) RDS Lavras; (v) APA Cajati; (vi) APA Planalto do Turvo; (vii) APA rio Vermelho e rio Pardinho; (viii) PE Rio Turvo; Além dos planos de manejo, também trabalhamos nos seguintes produtos e atividades: Roteiro Metodológico RDS e RESEX; Aprovado pelo Comitê de plano de manejo, itemização para Caracterização; em andamento, itemização para zoneamento. Atualização do Roteiro Metodológico: (i) Normas referenciais, (II) Métodos e ferramentas de participação social, (iii) Métodos e ferramentas para elaboração dos programas de gestão. Atualização do DataGeo, em atendimentos aos instrumentos normativos de aprovação dos planos de manejo; Análise de produtos e emissão de pareceres do contrato nº 19011-7-01-113, prestação de serviços de apoio à elaboração de 03 (três) planos de manejo (PMS) das unidades de conservação de proteção integral que compõem o Mosaico do Jacupiranga (MOJAC). Com relação à regularização e instituição de Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, 92 UCs possuem conselhos constituídos, o que corresponde a 91% das UCs da FF com conselhos regulares e ativos. A FF vem trabalhando também em diferentes projetos para a concessão de direto de uso para fins de exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação de áreas nos parques estaduais: foi realizada a licitação para concessão do Caminhos do Mar, área que compõe o Núcleo Itutinga-Pilões, no Parques Estadual da Serra do Mar. O estudo do Parque Estadual Cantareira foi concluído e avança para a etapa de aprovações e consulta pública. Já no Mosaico de Paranapiacaba, o projeto em andamento inclui os Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervales e Petar. Nessa área foi realizado um detalhado levantamento das potencialidades de atividades e roteiros. Combinados com serviços de hospedagem, alimentação e comercialização, procurou-se planejar destinos ecoturísticos que aproveitem ao máximo as áreas destinadas ao uso público dentro de cada unidade de conservação. O projeto encontra-se na fase de modelagem econômico-financeira, o que deverá definir sua estrutura básica. A previsão para 2021 é avançar com as etapas de aprovação e divulgação da proposta. Também foram iniciados estudos para realizar permissões de serviços nos parques estaduais Ilha do Cardoso e Ilha Anchieta. Com isso espera-se o melhor aproveitamento da infraestrutura existente com a necessidade de investimentos para revitalização. No âmbito do Programa de Educação Ambiental das Unidades de Conservação, registram-se o atendimento presencial de 14.855 visitantes, entre alunos (2.922) e grupos organizados, além de ações online (vídeos, tour virtual e fotos) com mais de 150.000 visualizações. Ainda, foi realizado, em apoio às UCs: 1) formação online de 107 monitores ambientais autônomos no PEIB e de 99 monitores terceirizados da FF com o tema Inclusão; 2) elaboração de materiais educativos para o público em geral e alunos e professores, como subsídios às aulas online da rede pública de ensino; 3) organização de eventos: Roda de Conversa (Live) sobre UC com 192 professores do município de Iguape e do *Workshop* sobre Abelhas Nativas, integrante do Programa Abelhas, com participação de aproximadamente 90 funcionários da FF, meliponicultores, pesquisadores, entre outros; 4)participação no projeto de pesquisa de EA nas UC, do Edital SIMA e Biota/FAPESP; 5)elaboração de normativas e curso padrão *on-line* para monitores ambientais autônomos, além de programas e planos de educação ambiental integrados. Em relação à Proteção e Fiscalização das UCs, houve um aumento da pressão sobre as unidades, sendo registradas 9.771 ações de fiscalização e 975 ocorrências. O aumento do número de ações de fiscalização se deve a novos perfis de registro (durante a quarentena, a visitação foi suspensa, e o controle do acesso irregular ampliou por todo estado), diversificação de rotas de fiscalização (documentadas individualmente) e reestruturação do quadro de Vigilância/Portaria FF, para promover economicidade conservando eficiência (os novos contratos atribuem a competência de realizar rondas periféricas a postos não motorizados, antes considerados "postos fixos", de forma expressa, aumentando o efetivo disponível para ações de fiscalização). Ainda tratando da economicidade, a referida reestruturação foi efetivada de forma gradual, substituindo vigilantes por porteiros sempre que possível. Permaneceram apenas 169 postos de vigilância distribuídos em 45 UCs, cujas áreas somam 911.992,11 hectares. Os novos contratos também trouxeram melhorias adicionais: vigilantes brigadista em UCs com histórico de incêndios florestais; previsão de uso de aplicativo para registro georreferenciado de esforço de fiscalização, para dados de melhor qualidade (planejamento estratégico e aferição de contrato, inclusive km rodado); revisão na especificação de equipamentos/veículos e fluxo de reposições de itens; melhorias de procedimentos para medição dos serviços e a cobrança do cumprimento do contrato. Foi formalizada a publicação "Manual de Proteção e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo" e Normativa estruturando o registro documental de ações de fiscalização, que inclusive favorecerá a padronização de procedimentos de registro, promovendo dados de melhor qualidade. Por fim, a DEJEM-UC reconheceu 18.254 diárias a Policiais Militares ambientais que atuaram em operação delegada na proteção e fiscalização das UCs durante suas folgas, totalizando 6.383 registros de atendimento. A Operação Corta Fogo teve um aumento expressivo de ocorrências devido à seca prolongada, o calor excessivo que atingiu o estado de SP e o país durante os meses de estiagem, de junho a outubro. Ocorreram um total de 248 focos de incêndio contabilizados até final de novembro sendo que 119 dentro das UCs, totalizando 7.938,91 ha de área queimada e 129 ocorreram fora das UCs, totalizando 7.134, 12 de área queimada nas Zonas de Amortecimento. O total geral foi de 15.073,03 hectares atingidos pelo fogo. Cabe destacar que foram realizados 511,32 km de aceiros preventivos em UCs com áreas críticas, 6 treinamentos regionais em EAD para a capacitação de 511 brigadistas, contratação de 32 bombeiros civis para atuação em 6 polos regionais, aquisição de 3 caminhonetes, 3 tratores, 100 mochilas costais, 9 motobombas, 20, roçadeiras, 20 motosserras, 8 atomizadores e EPIs para as equipes das UCs dos polos regionais. Foram utilizadas ainda 106 horas de voo de aeronave de asa fixa para ações de combate em áreas remotas e de difícil acesso. Em razão da efetiva ação das equipes das UCs, seja nas ações preventivas e no combate, esse número de ocorrências não foi maior. Ainda em relação à Operação Corta Fogo, a recente incorporação da tecnologia de *drones* para fiscalização e monitoramento das áreas e auxílio no combate aos incêndios florestais, bem como a capacitação de equipe para o adequado uso desses equipamentos, permite diminuir a dependência do uso de aeronaves e seus custos decorrentes. Sobre a agenda de Projetos de Conservação, foi dada continuidade ao Plano de Ação do estado de SP para o controle e monitoramento do Javali (elaborado em 2019) sendo executada a totalidade das licitações e contratações do Projeto Piloto a ser implementado a partir de fevereiro de 2021 no PE Vassununga e EE Jataí. Já o Projeto Piloto de Monitoramento de mamíferos de médio e grande portes foi aprovado na Câmara de Compensação Ambiental e passou por um chamamento público, quando pesquisadores e especialistas contribuíram com a definição da metodologia. O mesmo entra em fase de análise para aprovação junto ao Comitê de Gastos Públicos, com contratação e implementação previstas para março de 2021. Encontra-se em elaboração o Projeto de Manejo e Enriquecimento da Palmeira Juçara – *Euterpe edulis* (espécie ameaçada de extinção da Mata Atlântica), que prevê enriquecimento de florestas por meio de lanço aéreo de sementes da espécie. Também encontra-se em desenvolvimento um componente de PSA (pagamento por serviços ambientais) para fomento ao plantio e manejo do fruto da palmeira juçara por comunidades tradicionais. Na linha de trabalho

criação de unidades de conservação, foram efetivadas as seguintes ações: Monumento Natural Mantiqueira Paulista - (i) apreciação pelo CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente, (ii) a unidade de conservação está em condições de ser criada por decreto do governador; Ampliação do Parque Estadual Carlos Botelho- (i) elaboração dos estudos técnicos, (ii) condução dos processos de comunicação e mobilização social, (iii) audiência pública está convocada para dezembro do presente ano; Parque Estadual Marinho Cunhambebe (Ilha Anchieta) – (i) início da elaboração dos estudos técnicos; Unidades de Conservação do Pontal do Paranapanema e do Oeste Paulista - APA Pontal do Paranapanema, Refúgio de Vida Silvestre Pontal do Paranapanema, Área de Relevante Interesse Ecológico Rio do Peixe, Parque Estadual Rio do Peixe (ampliação), Refúgio de Vida Silvestre Aguapeí. conclusão dos estudos técnicos – fase 1; Unidades de Conservação do Sudoeste Paulista: Monumento Natural dos Cânions Paulistas; Monumento Natural Campos Altos dos Cristais; Área de Proteção Ambiental Florestas e Campos do Sudoeste Paulista; Floresta Estadual Ventania de Itararé; Floresta Estadual Pirituba de Itapeva (i) retorno da discussão do projeto com os setores interessados; Fomento e criação de 5 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs, que protegem 217,55 hectares de remanescentes de vegetação nativa, do bioma Mata Atlântica. Dando andamento à revitalização de estruturas das Unidades de Conservação, estão sendo finalizadas as obras de revitalização geral dos parques estaduais Ilha Anchieta e Ilha do Cardoso ("Parques Modelo") que incluiu saneamento, energia, refazimento de elétrica, hidráulica, alvenarias, janelas, telhados, áreas de lazer, trilhas acessíveis, mirantes, torres de observação de aves, entre outras. Ainda este ano foram concluídas as obras de melhorias estruturais no PE Intervales, além da obra do novo Centro de Visitantes do Mona Pedra do Baú, feito em parceria com a Prefeitura de São Bento do Sapucaí.No âmbito do Programa "Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica"- BID, que contempla 18 UCs, ainda que o contrato de empréstimo junto ao BID tenha sido encerrado em dezembro de 2019, em virtude da existência de recursos provenientes de rendimento financeiro dos recursos do financiamento, de acordo com o Manual de Desembolsos BID, estes recursos estão sendo utilizados na manutenção de algumas ações do Programa, no caso, apoio ao custeio operacional das UCs do programa por meio da manutenção dos contratos de monitoria ambiental, abastecimento e manutenção de veículos, embarcações. O Projeto Conexão Mata Atlântica (Projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços de Clima e Biodiversidade do Corredor Sudeste da Mata Atlântica), financiado por meio do GEF, abrange 4 UCs e suas zonas de amortecimento: APA São Francisco Xavier, EEc Bananal, PESM – Itariru e PESM – Santa Virgínia. Entre outros investimentos para as UCs, foram adquiridos móveis e eletrodomésticos, além de uma van para transporte dos funcionários de Sta Virgínia. Para os produtores rurais foi lançado mais um edital de apoio à certificação e mais um edital de apoio a organizações de produtores. Já são 266 contratos de PSA (pagamento por serviços ambientais), 184 contratos de apoio a cadeias de valor sustentável, 160 contratos de apoio à certificação e 7 contratos com organizações de produtores, todos no intuito de incentivar a sustentabilidade (ambiental, econômica e social) de áreas privadas, em consonância com as unidades de conservação, para o incremento da biodiversidade. A FF participa na avaliação de impacto ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar UCs ou sua Zona de Amortecimento e, de forma colaborativa, quando necessário, encaminha manifestação sobre empreendimentos de menor impacto ambiental no âmbito do § 3º do artigo 36 da Lei nº 9.985/2000, Resolução CONAMA n° 428/2010, Resolução CONAMA nº 473/2015 e a Resolução SMA n° 85/2012. Este ano a instituição recebeu 346 processos de licenciamento ambiental ou autorizações ambientais, destes 07 são Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), 08 são Relatórios Ambiental Preliminar (RAP) e 12 são contribuições para compor Termos de Referência para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O restante são estudos ambientais simplificados, solicitação de autorizações para intervenções florestais ou acompanhamento de condicionantes. O tema restauração florestal e recuperação ambiental também foi bastante pautado e foram identificados 511 hectares de áreas degradadas dentro de unidades de conservação de domínio público que requerem ações para restauração. Tais áreas foram divulgadas no Banco de Área do Programa Nascentes para que terceiros possam executar a restauração. Em tal estratégia, foram aprovados 12 projetos que totalizam 325,6 hectares. Em relação ao assunto Regularização Fundiária, foram regularizados 1.347,50 hectares em unidades de conservação de proteção integral, sendo 37 hectares no Parque Estadual da Serra do Mar e 1.310,50 hectares na Estação Ecológica Juréia Itatins, por meio da compensação ambiental em unidades de conservação pendentes de regularização fundiária, conforme a regulamentação feita pela Resolução SIMA 165/2018. Ainda no âmbito desta Resolução SIMA existem mais 133 imóveis que somam 58.795,98 hectares em processo de alienação do imóvel ao Estado. Além disto, foi publicado o edital para contratação do georreferenciamento e regularização dos documentos imobiliários de 20 unidades de conservação, que somam 66.305,81 hectares. Também foi realizado o Diagnóstico Fundiário de todas as unidades de conservação do Mosaico do Jacupiranga, localizado no Vale do Ribeira, abrangendo 14 unidades de conservação. Este estudo foi realizado para subsidiar as tomadas de decisão para a regularização fundiária na região, bem como para subsidiar a elaboração do plano de manejo dessas unidades de conservação. O assunto parcerias tem sido objeto de diversas ações pela instituição. Foi firmado o 7º Termo de Autorização de Uso - TAU entre a FF e associações locais de monitores ambientais, para o exercício da monitoria ambiental em 7 atrativos do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) - Núcleo Padre Dória. Em contrapartida à autorização para a monitoria ambiental na Unidade, a Autorizada deve fazer a manutenção das trilhas, roçadas, colocação de degraus, sinalização, limpeza das estruturas de uso público, controle de acesso, dentre outras obrigações previstas no TAU. Desde 2018, 5 Unidades de Conservação tiveram TAUs firmados com associações locais, sendo elas: PESM - Núcleo Picinguaba (atrativo Pico do Corcovado), Parque Estadual Restinga de Bertioga (11 trilhas), Parque Estadual Caverna do Diabo (5 atrativos), Parque Estadual Ilha do Cardoso (5 atrativos) e, agora, PESM - Núcleo Padre Dória. Foi também firmado TAU entre a FF e a Aldeia Indígena Peguaoty, para a venda de artesanato por indígenas no Núcleo Sete Barras do Parque Estadual Carlos Botelho, durante o feriado do carnaval. O Parque recebe de 3.000 a 4.000 visitantes em média por mês, que tiveram a oportunidade de conhecer o artesanato local, sendo um importante instrumento de geração de renda à aldeia indígena local. Ademais, a FF tem trabalhado na compilação de potenciais parcerias com a iniciativa privada, para a delegação de serviços de uso público dentro das Unidades, como a operação de lanchonetes, restaurantes, lojas de souvenir, hospedarias, dentre outros, as quais serão formalizadas por Autorizações ou Permissões de Uso. Outra linha de ação relacionada a parcerias tem sido o trabalho voltado à formalização de doações e patrocínios de parceiros privados para as UCs, como a manutenção de trilhas, placas, doação de equipamentos para evitar a disseminação do Covid-19 (totens de álcool gel, banners e placas com orientações de segurança), equipamentos para o Programa de Voluntariado, dentre outros. Tais parcerias são formalizadas com fulcro na Portaria FF/DE nº 306/2019 e este ano totalizam 14.Em relação ao uso público, foi priorizada a preparação da abertura de novos roteiros nas Unidades, que culminou na elaboração de 120 Planos de Uso Público de Roteiros Específicos, distribuídos em 47 Unidades de Conservação. Nesse projeto, os monitores e gestores das Unidades apresentaram propostas de novos roteiros ou de mudança de operação nas trilhas e atrativos (monitorados para autoguiados). Os referidos planos contam com a descrição detalhada de cada roteiro e com o Sistema de Gestão de Segurança (SGS). O objetivo desse projeto foi oferecer novas opções de roteiros para que a população, que está sofrendo os impasses do isolamento social, possa desfrutar dessas novas experiências junto à natureza. Estão sendo também criados ou adaptados 900 km para uso como ciclorroteiros em UCs e mais de 1500 km no entorno, onde a unidade servirá como ponto de apoio. O uso de bicicletas para lazer, prática esportiva e transporte tem crescido nos últimos anos e, por ser uma prática individual e com menos potencial de aglomeração, se tornou um dos temas principais de trabalho este ano. Para a retomada das atividades nos parques, a FF estabeleceu protocolos para visitação e a obrigatoriedade de agendamento antecipado pelo site de agendamento online. Foram mais de 45 unidades e 178 atrativos dispostos no site de agendamentos online, garantindo não só a limitação da quantidade diária, mas da quantidade de pessoas por horário em cada atrativo, garantindo que os visitantes pudessem realizar os roteiros propostos somente com o grupo com o qual já estava convivendo. A equipe de uso público da FF participou ainda da organização e compilação dos dados de uso público como coordenadas geográfica, arquivos kmz e fotos das Unidades de Conservação em um projeto de geoespacialização dos Diagnósticos de Uso Público.Com relação a geração de receitas próprias, registra-se que a tendência de aumento na geração de receitas por meio de venda de madeira e de resina permanece, sendo que neste ano foram faturados R$10 milhões e há previsão de faturamento de mais 36 milhões até final de dezembro de 2020, o que totalizará 46 milhões de (a serem recebidos ao longo de aproximadamente 5 anos). Ressalta-se que esta atividade é de fundamental importância para a sustentabilidade financeira da FF.O trabalho de comunicação foi também bastante intenso este ano. Com as restrições já mencionadas, esse período foi bem utilizado pois ofereceu tempo e oportunidade para a execução de outros projetos de apoio à comunicação. Um deles foi a mobilização dos monitores estaduais para a criação de um acervo de imagens das UCs. No começo do ano, todas as Unidades de Conservação foram instruídas a enviar imagens, antigas e recentes, para a formação de um grande banco de imagens, que poderão ser usadas como material de divulgação para ações promocionais internas bem com atender a demandas externas, como editoras e imprensa. Com a suspensão dos grandes eventos presenciais, houve um aumento expressivo no número de eventos com transmissão online, como foi o caso da Semana do Meio Ambiente, que contou ao menos 12 encontros de trabalho com gestão direta da assessoria de comunicação. As mídias sociais ganharam relevância por terem se consolidado como os canais de comunicação preferenciais da instituição com seu público. Até julho desse ano, a conta de Instagram da FF contava mais de 12.500 seguidores, enquanto o canal de YouTube chegava aos 978 seguidores e o perfil no Facebook, com 5.740. A presença da FF nas mídias sociais tem apresentado crescimento consistente em decorrência da publicação regular de conteúdo atraente e informativo. Dentre as muitas publicações da área, destacam-se os cartões postais e folders informativos de unidades de conservação, o Passaporte de Aves e o Passaporte de Trilhas, o Guia de Orquídeas do Núcleo Padre Dória e o Manual de Proteção e Fiscalização das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Foram publicados também o caderno informativo sobre o Parque Estadual Carlos Botelho, o Guia de Aves da APA Tejupá, a Cartilha da APA Rio Batalha (para orientação ao produtor rural), dois modelos de folders sobre o manejo de javalis, além do folder da Série Educação Ambiental - Palmeira-juçara. O destaque das publicações da área ficou por conta do Relatório de Gestão 2020, um caderno de 86 páginas, ricamente ilustrado por imagens e informações sobre as principais ações da Diretoria Executiva da FF. Por fim, destaca-se que a FF passa por uma análise de sua estrutura organizacional e já iniciou mudanças estruturais para que possa atender a demanda de gestão de mais 50 Áreas Protegidas que passam a estar sobre sua gestão, por força do Decreto 529/2020 que extingue o Ins

Fundação Parque Zoológico de São Paulo – FPZOO - Em 2020 a Fundação Zoológico realizou relevantes trabalhos nas áreas de educação ambiental voltados à conscientização de visitantes para a proteção e sustentabilidade dos recursos naturais, bem como atividades de pesquisa em conservação em campo e em seus laboratórios de pesquisa em suporte à proteção da fauna silvestre brasileira. Estabeleceu ações em projetos de conservação e reprodução de espécies ameaçadas em associação com pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa que se dedicam aos estudos da biodiversidade. Além disso, para 2020 há uma expectativa do Zoológico receber cerca de 630.000 visitantes. Nesse ano a FPZSP implantou seu Plano de População Institucional – PPI que estabeleceu diretrizes para entrada ou saída de indivíduos de seu plantel, como também critérios para aumento ou controle reprodutivo dos animais sob seus cuidados. Nesse ano o Comitê Executivo do PPI, composto por técnicos especialistas, definiu os controles reprodutivos e as transferências nacionais e internacionais de aproximadamente um lote de invertebrados; 30 anfíbios; 10 répteis, 10 aves e 22 mamíferos. O Comitê Executivo responsável também pelo Programa de Conservação Integrado (PCI) na qual define quais são as espécies alvos dos projetos de conservação na natureza ou com necessidade de manejo/reprodução *ex situ*, incorporou mais um projeto em seu programa: conservação *ex situ* da perereca-pintada (*Aparasphenodon pomba*). Com a expertise de seus técnicos altamente qualificados contribuíram na elaboração de políticas públicas e de projetos voltados à conservação da biodiversidade e do meio ambiente por meio de participação em grupos de trabalho estaduais, nacionais e internacionais, como nas ações de combate a disseminação da febre amarela, na coordenação da comissão Pró-Primatas Paulistas, na parceria SIMA – MMA/WWF Brasil nas atividades do Projeto Pró-Espécies: Plano de recuperação para espécies ameaçadas de extinção; como especialista da Amphibian Ark CPSG/IUCN e do International Studbook Keeper da Arara-Azul-de-Lear (Species 360). Participou dos PANs - Planos de Ação Nacionais (MMA/ICMBio) promovendo a conservação de 23 espécies ameaçadas, sendo 16 delas priorizadas no Programa de Conservação *ex situ* de Espécies Ameaçadas da AZAB em parceria com o MMA/ICMBio, sendo responsável pelo livro genealógico de sete espécies ameaçadas (Regional Studbook Keeper – Species 360). *Núcleo de Relações Interinstitucionais:* integram o conjunto de atividades desenvolvidas pelas diversas áreas da Fundação. Realizou em 2020, o repatriamento de26 Sapinhos-garimpeiros dos Estados Unidos a pedido da autoridade Cites do Brasil e embaixadas Brasil/USA; realiza a manutenção do banco de dados Species 360 que mantém atualmente 2.500 especimens registrados; responsável pelo studbook regional para o Mico-leão-de-cara-dourada pela Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil (AZAB); do programa *ex situ* de conservação das três espécies de micos-leões (PAN-Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Primatas e Preguiça da Mata Atlântica); coordenadora da Comissão Pró Primatas Paulista-CPPP/SIMA; coordenadora da Equipe Tática de Captura (ETAC) da FPZSP; Diretoria da AZAB (Associação de Zoológicos e Aquários do Brasil) e presidente da APAZA (Associação Paulista de Zoológicos e Aquários); Participa no desenvolvimento e implementação da Plataforma Nacional de Gestão de Fauna do IBAMA.

Educação Ambiental, Difusão e Eventos da FPZSP em 2020 (referente ao período de janeiro a outubro): no 1º trimestre do ano, foram realizadas diversas atividades educativas voltadas para diferentes tipos de públicos, entre elas apresentações didáticas em espaços educadores e

recintos de animais, exposições educativas, atividades especiais (no período de férias e em datas comemorativas), visitas monitoradas e passeios noturnos. Também foi inaugurada em 13 de março a exposição educativa "Pequenos Notáveis", que busca apresentar a diversidade e importância para o equilíbrio ecológico de pequenos animais, como invertebrados e répteis, visando ainda desmistificar diversas espécies estigmatizadas. Porém, devido à pandemia de Covid-19 e ao fechamento do parque em 21 de março, todas as atividades presenciais rotineiras do Programa de Educação Ambiental do Zoológico foram suspensas, permanecendo assim mesmo com a reabertura do parque à visitação em julho, devido a continuidade da quarentena e das medidas restritivas de combate à pandemia adotadas pela FPZSP. Quanto aos projetos educativos contínuos que haviam sido ou seriam iniciados a partir de março, alguns foram suspensos temporariamente e posteriormente cancelados neste ano, como os projetos "Zoo para Todos" (com crianças em tratamento de câncer) e "ZooEscola" (com professores de escolas municipais), enquanto outros foram adaptados à nova realidade imposta pela pandemia, como o "Clube Tetéia" (com idosos), desenvolvido atualmente por meio de encontros virtuais. Houve ainda a construção e implementação do projeto "Levantamento colaborativo da biodiversidade do PEFI" no 2º semestre, proposta que envolve o uso de tecnologias (aplicativo gratuito de registro e identificação de espécies) e da metodologia de Ciência Cidadã, para aumentar o conhecimento sobre a Unidade de Conservação (UC) e sua biodiversidade, além de envolver pessoas comuns no processo científico. Quanto as ações de difusão vale destacar a publicação/lançamento, em 5 de junho (Dia do Meio Ambiente), do livro digital "Parque Estadual das Fontes do Ipiranga: Biodiversidade, Conservação e Educação", uma grande conquista para a FPZSP, para o PEFI e para a população, que passa a ter mais um material de referência sobre essa área e permanece em elaboração o documentário "Raízes do PEFI", outro produto que deve ser lançado ainda em 2020 e que poderá contribuir significativamente para o conhecimento e valorização da UC. Além disso, no período foram produzidos e publicados 5 novos episódios da Zoo.TV: "Criação Artificial de Filhotes", "Pesquisa no Zoo", "Unidades de Conservação e o PEFI", "Condicionamento Animal" e "O papel dos Zoológicos para a Conservação da Fauna", sendo que já está sendo produzido o último episódio da temporada de 2020 que abordará o tema "Saúde Animal". Também foram publicadas no período as edições de 66ª a 70ª do jornal digital Abrindo o Bico e de 45ª e 49ª do informativo Zoo é Notícia (havendo mais uma edição de cada um deles a ser publicada até dezembro). No 1º trimestre (antes da pandemia, entre os dias 2 e 6 de março) ocorreu o "Treinamento para Studbook keepers", promovido pela AZAB em parceira com o Species 360 e o SCTI (sediado pela FPZSP) e no 2º semestre, nos dias 1 e 2 de outubro, em ambiente virtual, o "VIII Workshop do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna (PPGCFau)".

O Programa de Aprimoramento Profissional, criado em maio de 2002 manteve neste exercício 14 aprimorandos Nível II e 1 aprimorando de nível III. *Departamento de Pesquisas Aplicadas***:** as ações em 2020 são relacionadas de acordo com seus cinco Núcleos de operações, com destaque para o Biobanco mantido pelo Departamento, que totaliza 19.969 amostras biológicas de animais silvestres patogênicas ou não, além de amostras ambientais com potencial biotecnológico. No ano de 2020, a equipe do Depto também alcançou alta produtividade científica com a publicação de 13 artigos em periódicos internacionais e outros 3 manuscritos aguardando parecer dos revisores; orientação de três alunos de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Fauna (PPG-CFAu UFSCAr/FPZSP), uma orientação de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação Inter unidades em Biotecnologia da USP; estabelecimento de novas parcerias internacionais (USA, Espanha e França) e nacionais (Pará, Amazônia, Mato Grosso); duas orientações de aprimoramento profissional em andamento; participação em mais de 12 projetos de pesquisas (*in situ* e *ex situ*); participação em eventos científicos via web; apresentação de 3 resumos em congressos nacionais e internacionais; oferta de 2 disciplinas de Pós-Graduação ao PPG-CFAu. Abaixo, informes detalhados de cada um dos núcleos que compõe o Depto. i) Núcleo de Análises Clínicas: 4.483 exames clínicos como parasitológicos, hematológicos e bioquímicos; manutenção do banco de 8.710 amostras e 430 amostras de tumores de animais silvestres. Além das atividades de rotina, o Núcleo tem projetos de pesquisa próprios, ademais participa efetivamente em projetos de pesquisa da em colaboração; ii) Núcleo de Reprodução Assistida e Biotecnologia: 8 contenções para colheita de sêmen pelo método de vibro estimulação em micos leões (*Leontopithecus* SP.) e 1 contenção química pelo método de eletroestimulação em tigre branco (*Panthera tigris*). Manutenção do banco de sêmen com 373 amostras de várias espécies; catalogação de 1.212 amostras fecais para extração de metabólitos sexuais; iii) Núcleo de Biologia Molecular e Microbiologia: realização de 560 exames microbiológicos e testes moleculares e manutenção da Coleção de Culturas, que conta com 10.057microrganismos crio preservados e do Banco Genético, com 399 amostras de DNA genômico; iv) Núcleo de Atividades *in situ*: atividades desenvolvidas na Universidade de Minnesota; análise de dados sobre monitoramento eco epidemiológico de canídeos silvestres e domésticos como parte do Programa de Medicina da Conservação da FPZSP; elaboração de modelos matemáticos para análises do banco de dados; Atividades de monitoria do PAN para Conservação dos Canídeos Silvestres com ICMBio; Elaboração de conteúdo e material didático para disciplina de Ecologia do Movimento/PPG-CFau da UFSCar; Análises estatísticas de dados para submissão de artigos científicos; v) Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): as atividades em parceria com a Fundepag foram retomadas em junho de 2020, após o período inicial da pandemia e reuniões quinzenais para desenvolvimento de ações prospectivas tecnológicas estão em andamento com base no DPA. A coordenadora do DPA é membro do Comitê Avaliador do PIPE-FAPESP.

*Divisão de Ciências Biológicas***:** foram realizações relevantes: 1) reprodução de espécies brasileiras ameaçadas de extinção: arara-azul-de-lear, mico-leão-preto, sagüi-da-serra-escuro, perereca-de-alcatrazes; 2) reprodução de espécies brasileiras não ameaçadas: caracol-da-mata-atlântica, sapinho-garimpeiro, colônia de bicho-pau e coscoroba; 3) espécies exóticas: suricata, leão, cisne-preto, dragão-barbado e lagarto-rabo-de-macaco; 4) aquisição de nova espécie: quati; 5) participação em 22 projetos de pesquisas, apresentação de um trabalho científico em evento técnico, participação em 2 eventos nacionais e 4 internacionais, orientação de 9 aprimorando, 5 estagiários e 13 voluntários; 6) Manejos relevantes: conferência anual e avaliação veterinária dos anatídeos do lago, pesagem e biometria dos anfíbios, quelônios aquáticos e serpentes, transferência para o Centro de Conservação de Fauna Silvestre do Estado de São Paulo - CECFAU de 3 arara-azul-de-lear, para formação de *flocking* com o objetivo de estimular o comportamento social entre jovens; 7) Revitalização e reabertura do espaço Pequenos Notáveis; 8) Ambientações: 28 em recintos do zoológico e Zoo Safári; 9) Bem-estar-animal: Foram realizadas 10.237 atividades de enriquecimento comportamental e ambiental, sendo que 34 foram atividades noturna e 2.386 sessões de condicionamento. Atualmente o nosso plantel é constituído por 1.993 animais, entre aves, mamíferos, répteis, anfíbios e invertebrados.

*Divisão de Veterinária***:** realizou de janeiro a outubro as seguintes atividades: 2.303 tratamentos clínico-cirúrgicos resultando na solicitação de mais de 5.012 exames laboratoriais; atuação em dois projetos de pesquisas em colaboração com instituições nacionais e internacionais; finalização de uma tese de Doutorado e redação de mestrado, os técnicos ministraram quinze palestras em eventos técnico-científicos nacionais, manteve três bolsistas do Programa de Aprimoramento Profissional, foram orientados 6 estagiários de conclusão de curso e um voluntário.

Divisão de Nutrição Animal: foram iniciadas as atividades do projeto do Programa de Aprimoramento Profissional–PAP II, e realizadas análises bromatológicas dos invertebrados (barata-cinéira, tenebrio mollitor, grilo preto) e a própria ração ofertada a estas presas e itens que a compõe (milho e trigo). Levantamento das dietas dos 60 anos da Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Aula para desembargadores e tratadores (Descomplicando a Nutrição). Produção da Cartilha Nutricional para Empreendimento Conservacionista. Participação do convênio entre a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e a Fundação Parque Zoológico de São Paulo. Implementado protocolo COVID com treinamentos mensais de boas práticas para os funcionários. Os núcleos de Alimentação Animal, Desenvolvimento de Alimentação Viva Renovável e Fabrica de Ração da DNA realizaram atividades técnicas, tais como: Avaliação e formulação de dietas para diversas espécies oriundas do CRAS e demais zoológicos, conforme as necessidades fisiológicas que possam apresentar, como: Crescimento; Manutenção; Gestação; Lactação, Peso Vivo, animais idosos. Produziu-se no Núcleo de Fabricação de Ração (NFR): 150,62 toneladas de ração; Núcleo de Alimentação Viva Renovável: manteve a criação de 6.200 Ratos, 1.600 Camundongos, 400 Porquinhos da Índia e 10 Kg de insetos. Aquisição e criação de 800 pintainhos/mês, assim como, na produção de moscas em conjunto com o Setor Répteis; Núcleo de Alimentação Animal: manutenção, processamento e distribuição por mês de aproximadamente 4.000,00 Kg de carne, 1.000,00 Kg de peixes e 1.000,00 Kg de frango além de diversas frutas, legumes e verduras. Este núcleo distribui aproximadamente 700 bandejas diárias. Perfazendo 98.600 toneladas de alimentos frescos, secos, suplementos, aditivos para a ração produzida pelo NFR, rações comerciais, até novembro de 2020.

Gestão Ambiental e de Qualidade: em agosto de 2020 a Fundação obteve a prorrogação do certificado do Sistema de Gestão Integrada (Ambiental e da Qualidade) até dezembro de 2020, sendo que está agendada para esse período a auditoria de manutenção da certificação ISO 14001 e ISO 9001, que será realizada pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini. Dentre as atividades desenvolvidas para manutenção das certificações estão: realização de uma edição da pesquisa de satisfação dos visitantes na unidade Zoo Safári, onde foi obtido o resultado de 95% dos visitantes muito satisfeitos e satisfeito; atualização de documentos (Normas, Planos, Manuais e Documentos); monitoramento de não-conformidades e documentos legais; gerenciamento de resíduos sólidos classe I e Classe II, com destaque a destinação de aproximadamente 2 toneladas de resíduos perigosos (lâmpadas, resíduos de manutenção, dentre outros); realização da auditoria interna do SGI em todas as unidades certificadas da Fundação; realização da reunião de análise crítica junto à Diretoria de Fundação para balanço do Sistema de Gestão e; realização de treinamento fundamental de requisitos da ISO 14001 e ISO 9001 para todos os responsáveis das áreas da Fundação. Dois destaques importantes do SGI se referem à conclusão do curso de auditor líder integrado (ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001) e conquista da acreditação ABENDI/RAC da auditora interna e membro da equipe do SGI, e por fim, foi iniciado o projeto sobre serviços ecossistêmicos e adaptação climática tendo como objeto de pesquisa o PEFI (Parque Estadual das Fontes do Ipiranga) pela responsável pelo SGI.

Setor de Gestão Ambiental, responsável pela área de saneamento ambiental da Fundação, as ações de controle e monitoramento se mantiveram com a operação da Estação de Tratamento de Água (ETA), Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), Controle de Animais Sinantrópicos e Unidade de Produção de Composto Orgânico (UPCO). A ETA produziu no período 62.402 m³ de água de reuso, utilizada para a limpeza e abastecimento dos tanques animais, o volume tratado representa uma economia de R$988.448 frente ao consumo da concessionária pública. A ETE tratou no período 26.617 m³ de efluentes de todo o Zoológico e Zoo Safári, colaborando com a melhoria da qualidade dos recursos hídricos locais e gerando uma economia de R$421.616. A UPCO recebe todos os resíduos orgânicos gerados no Zoológico e Zoo Safári e os transforma em adubo orgânico utilizado nas dependências da Divisão de Produção Rural – Araçoiaba da Serra/SP e nos jardins do Zoológico e Zoo Safári, no período analisado foram produzidos 120 toneladas de adubo orgânico.

*Centro de Conservação de Fauna Silvestre do Estado de São Paulo – CECFAU***:** unidade especializada em manutenção e reprodução de espécies ameaçadas de extinção apresentou sucesso em diversas ações. Ocorreram vários nascimentos de araras-azuis-de-lear no Centro, espécie ameaçada de extinção. O sagui-da-serra-escuro, criticamente ameaçado, que ocorre em áreas de matas bem preservadas de São Paulo e Rio de Janeiro também reproduziu no período. Outra espécie ameaçada com nascimento no local, foi o mico-leão-preto, símbolo do Estado de São Paulo. Já a perereca-pintada, criticamente ameaçada, continua tendo êxito no manejo *ex situ* para a reprodução, atualmente com plano de manejo integrado, tendo o *studbook keeper* da espécie no Centro.

Divisão de Produção Rural: responsável pela Fazenda do Zoológico, destaque para o fechamento do ano agrícola 2019-2020, com envio, seja para consumo, seja para venda em leilão, de 1.452.823,0 kg de produtos, divididos em 3.759,0 kg de hortaliças, 21.506,0 kg de frutas, 1.092.390,0 kg de grãos, 333.850,0 kg de forrageiras e 1.318,0 kg de raízes. A fazenda também forneceu 18.240,0 kg de materiais utilizados na construção, reforma, ornamentação e forração de recintos do parque, como madeiras, sapés, bambus, mudas e cupinzeiros Dentro do plano de manejo sustentável da fazenda, dentro do Programa de Restauração Florestal, vêm sendo mantidas cerca de 170.000 mudas em uma área de aproximadamente 70 ha da Divisão de Produção Rural. Todas as atividades vêm sendo monitoradas pela unidade. Dentro do possível, diante da situação da pandemia, DPR deu continuidade no Programa de Educação Ambiental "Fazenda Legal", em parcerias com Secretarias de Educação e Meio Ambiente dos municípios da região, com visitas monitoradas para escolas de ensino fundamental, médio, técnico, além de visitas técnicas para cursos de graduação e pós-graduação e outros projetos. Foi dado prosseguimento no Clube Ecológico com atividades contínuas para público fixo de crianças e adolescente, este ano oferecendo curso durante as férias escolares das crianças. Realizou trabalhos de levantamentos de espécies vegetais para fins educativos e criou outros espaços com essa finalidade. Manteve representatividade no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, dando apoio técnico à Prefeitura de Araçoiaba da Serra/SP. A unidade manteve a certificação do Sistema de Gestão Integrada pela NBR ISO 14.001 e NBR ISO 9.001.d

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb - Atua na execução das políticas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, notadamente no âmbito do licenciamento ambiental e das atividades que utilizam os recursos naturais, do monitoramento ambiental, dos resíduos, da proteção aos mananciais, da fiscalização e do aperfeiçoamento profissional nas questões ambientais. Em razão de sua *expertise*, tornou-se um dos 16 centros de referência da Organização das Nações Unidas – ONU para questões ambientais. Sua missão é garantir a melhoria contínua da qualidade ambiental de modo a atender as expectativas da população do estado de São Paulo e contribuir para a proteção da saúde pública. *1.Presidência*– a Escola Superior da CETESB, no período de janeiro a outubro de 2020, organizou 41 cu7rsos e eventos de capacitação e difusão do conhecimento, incluindo o curso de pós-graduação CETESB "Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais" para um público de 970 participantes. Somando-se as participações de empregados da CETESB em cursos e eventos externos e em programas de pós-graduação, o total de capacitações para público interno atingiu 771 pessoas. Como responsável pela atividade de normalização na temática ambiental, conta com um acervo de 104 normas técnicas vigentes, elaboradas e revisadas por motivações internas, propostas das Câmaras Ambientais, do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA e alterações das políticas públicas de meio ambiente. São disponibilizadas à população, por meio da Biblioteca CETESB "Prof. Dr. Lucas Nogueira Garcez" e no *site* da CETESB, para utilização pelo público interno, inúmeras instituições brasileiras, empreendedores, consultores e demais interessados. No que diz respeito às ações para implantação da logística reversa, a CETESB prosseguiu com a discussão junto aos setores empresariais, tendo estabelecido Termo de Compromisso de Logística Reversa – TCLR para embalagens de aço de tintas imobiliárias com PROLATA Recicladores e Associados, Associação Brasileira dos Fabricantes de Tinta, Associação Brasileira de Embalagens de Aço e Associação dos Revendedores de Tintas do Estado de São Paulo e um Termo Aditivo para inclusão de baterias automotivas do mercado original no escopo do TCLR assinado com Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais e com Instituto Brasileiro de Energia Reciclável. Foi publicada a Decisão de Diretoria n° 35/2020, que estabeleceu procedimento especial para análise de Relatórios Anuais de Resultados de 2020 de sistemas de logística reversa que atuam no formato de estruturação e apoio às cooperativas, devido à pandemia da COVID-19. Em 2020, entrou em vigor nova linha de corte estabelecida pela Decisão de Diretoria n° 114/2019, incluindo a logística reversa como exigência de licenciamento de empresas com área construída superior a 1 mil m^2 para os setores de óleo comestível, filtro de óleo lubrificante automotivo, alimentício, de bebidas, higiene pessoal, perfumaria, cosméticos, limpeza, eletroeletrônicos e medicamentos domiciliares de uso humano. O SIGOR – Sistema Estadual de Gerenciamento *Online* dos Resíduos Sólidos – Módulo de Construção Civil, está implantado em 5 municípios: São José do Rio Preto, Santos, Catanduva, Bertioga e Sertãozinho. Como exemplo, em São José do Rio Preto a utilização se tornou obrigatória para obras acima de 400 m^2 e conta com 2.809 usuários cadastrados e 9.875 Controle de Transporte de Resíduos – CTRs rastreados com baixa em destinos licenciados. A partir da celebração de Acordo de Cooperação entre CETESB e Associação Brasileira de Empresas de Tratamentos de Resíduos, foi desenvolvido o Módulo Manifesto de Transporte de Resíduos, cujas regras e condições de implementação estarão disponíveis em breve. Em 2020, a CETESB elaborou a minuta da Resolução SIMA nº 47/2020, que regula licenciamento de unidades e preparo e recuperação de energia proveniente de combustíveis derivados de resíduos sólidos e da Resolução SIMA nº 69/2020, que dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental das atividades de compostagem e vermicompostagem de resíduos orgânicos compostáveis de baixo impacto ambiental, sob condições determinadas. A CETESB também publicou a Decisão de Diretoria nº 73/2020, que estabelece o procedimento para licenciamento das unidades de armazenamento, transferência, triagem, reciclagem, preparo e utilização de combustível derivados de resíduos, tratamento e disposição final de resíduos sólidos. Nas Câmaras Ambientais, inseridas no "CETESB de Portas Abertas", destaca-se o texto orientador sobre "Utilização e descarte de máscaras de uso não profissional, no contexto da COVID-19 – Meio Ambiente e Sustentabilidade" e cartaz "Descarte sua máscara usada corretamente", no âmbito da Câmara Ambiental da Indústria Têxtil, além da criação da Câmara Ambiental de Conciliação e da reativação da Câmara Ambiental de Suinocultura e da Câmara Ambiental do Comércio de Derivados de Petróleo. A Câmara Ambiental de Mudanças Climáticas, em conjunto com os entes do Acordo Ambiental São Paulo consolida a base técnica para apoiar o desenvolvimento do Acordo, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 7, 13 e 17, respectivamente, "Energia Limpa e Acessível", "Combate às Mudanças Climáticas", "Parcerias em Meios de Implementação". Com a adesão de 184 empresas e associações, em novembro de 2020, o Acordo Ambiental São Paulo tem como objetivo principal incentivar empresas e associações paulistas a assumirem compromissos voluntários de redução de emissão de gases de efeito estufa, a fim de conter o aquecimento global abaixo de 2ºC, confirmando o compromisso do Governo do Estado de São Paulo em apoiar o cumprimento das metas nacionais do Acordo de Paris, ratificado em 2016 pelo Brasil e realçando o protagonismo do Estado na agenda climática. Na qualidade de Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes – POPs para a América Latina e Caribe foram realizados dois eventos, sendo: Curso: Introdução à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) na modalidade ensino a distância para 300 participantes; e, Seminário sobre substâncias químicas, áreas contaminadas e saúde, em parceria com a Agência de Vigilância Sanitária e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo para 144 participantes; i) Fortalecimento da capacidade institucional para Gestão de Substâncias Químicas, em cooperação com a Agência de Substância Química da Suécia; ii) Projeto em cooperação com o Ministério do Meio Ambiente em conjunto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA: diagnóstico da contaminação ambiental por Ácido Perfluoroctano Sulfônico (PFOs) e por uso da Sulfuramida; iii) Elaboração de Informação Técnica sobre Bifenilas Policloradas (PCBs) para alteração de Lei no Estado de São Paulo; e, iv) Cooperação e apoio às instituições do estado de São Paulo e do Brasil para a implementação das Convenções de Basileia, de Roterdã, de Estocolmo e de Minamata sobre Mercúrio.Pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição –FECOP foram assinados 64 contratos no valor total de R$ 6.853.400,06, sendo: 61 contratos com municípios para a execução de projetos voltados à melhoria da gestão de resíduos sólidos e 3 contratos com proprietários de áreas, para projetos de Pagamento por Serviços Ambientais – áreas de soltura e monitoramento de Fauna Silvestre. No escopo do Projeto de Capacitação Técnica e Representação Institucional para a CETESB, foram apoiados 4 treinamentos nacionais. No Programa de Integridade, que elenca diretrizes em prol de excelência, eficiência, integridade e combate à corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8420/2015, foi aprovada a revisão do Regimento Interno do Comitê de Ética, com importantes avanços, objetivando priorizar a transparência e celeridade na apuração. Houve a divulgação do Guia de Orientação do Canal de Denúncias. Foi realizada palestra sobre a importância do gerenciamento de riscos nas organizações, destinada ao corpo gerencial e aberta a todos os empregados, com o intuito de aprimorar a transparência e a conscientização da responsabilidade de todos, capacitação dos gerentes das Agências Ambientais em conflitos de interesse, política de brindes e presentes, regime disciplinar e qualidade de atendimento, e dos prestadores de serviços sobre o Código de Conduta e Integridade. Em 2020, a comunicação social deu um salto de qualidade, com a realização do Alô CETESB, que, inserido no CETESB para Todos, foi criado em 27 de julho, com o propósito de difundir ainda mais os temas ambientais. Este Programa vem sendo apresentado ao vivo pelo youtube.com/cetesboficial. Os temas apresentados neste ano destacaram: O Setor Sucroenergético, Acordo Ambiental, Qualidade do Ar, Gestão de Resíduos Sólidos, A CETESB na Antártica, Emergências Químicas, Logística Reversa, Escola Superior da CETESB e Desafios do Licenciamento do Canal de Piaçaguera. Eventos virtuais promovidos nos canais do Facebook e *Youtube*, além dos canais externos, e posts regulares de temas de interesse social, aumentaram significativamente o número de seguidores nas redes sociais. Entre dezembro de 2019 e outubro de 2020, no LinkedIn, houve um ganho de 20.027 seguidores, uma taxa de engajamento de 7,22%. No Instagram, com uma média de 5% de crescimento por mês, chegou-se a 4.961 seguidores. No Facebook, o número de 14.123 usuários em 2019 foi acrescido em 6,7%, totalizando 15.072 seguidores, e o canal do *Youtube* da CETESB ganhou 1,6 mil inscritos, o que representa um aumento de 300*%. 2.*Diretoria de Gestão Corporativa – as medidas de contenção de gastos na folha de pagamento da Companhia, até outubro de 2020, reduziram 47% dos gastos com horas extras e 12% nos gastos com plantão a distância/sobreaviso em relação ao exercício de 2019.No âmbito do desenvolvimento dos recursos humanos, houve a continuidade do processo de capacitação do corpo gerencial na modalidade de ensino à distância desenvolvida pela VEDUCA com a chancela da FIA/USP, no tema "Liderança, Gestão de Pessoas e do Conhecimento para a Inovação", capacitação para 291empregados em cursos de preparação para a aposentadoria, atualização e desenvolvimento em ferramentas de informática e formação brigada de incêndio, Equipamentos de Proteção Individual e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Em relação à sustentabilidade, foi instalado o sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Agência Ambiental de Osasco/Santo Amaro, reduzindo o consumo de energia elétrica. Em consonância com a política de ocupação de prédios públicos, a Agência Ambiental do Tatuapé, que ocupava 2 imóveis locados, foi transferida para imóvel no Parque Estadual do Belém, resultando em economia de aproximadamente R$ 98 mil/ano. Houve, em 2020, a contratação de transporte por aplicativo, que permitirá a realização de leilão público para redução da frota de veículos própria e consequentes despesas operacionais. Em consonância com o SP sem Papel, programa do governo do Estado, foi implantado o sistema eletrônico de licitações. Houve adequação da infraestrutura de tráfego de dados e segurança da informação, para disponibilizar o acesso remoto aos computadores da empresa aos empregados, direto das residências, bem como a migração dos *e-mails* para o Microsoft Outlook, que possibilitou utilizar as demais ferramentas colaborativas para videoconferências, planejamento de projetos e de tarefas, entre outras. Como parte do planejamento tecnológico e da modernização das ferramentas de gestão administrativa, foi atualizada a versão do sistema Protheus para a mais atual do mercado. Houve a contratação de um ambiente *cloud*, para a adequação às novas regras da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e também para obter melhorias de desempenho e gestão de riscos. Para acompanhar o Licenciamento Ambiental na CETESB, foram desenvolvidos indicadores de produtividade, com o intuito de avaliar o rendimento e a sua evolução. *3.Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental* – foram mantidas as ações de controle em relação à disposição dos resíduos sólidos domiciliares, principalmente nos municípios cujo Índice de Qualidade de Resíduos no Estado – IQR é considerado inadequado, com a intensificação das ações de orientação aos gestores municipais e aplicação de sanções, quando necessário. Foram realizadas 734 inspeções e aplicadas 125 penalidades, de janeiro a outubro de 2020, além da interdição de 3 aterros de resíduos sólidos urbanos. As ações de controle de poluição, incluindo licenciamento e fiscalização ambiental, contribuíram para ampliação do tratamento de esgoto doméstico no estado, com redução do número de municípios sem tratamento, de 39 para 38. Foram realizadas 412 inspeções a sistemas de tratamento de esgotos, aplicadas 41 advertências e 12 multas. Foram emitidas 15.932 licenças ambientais, incluindo Pareceres Técnicos Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo–GRAPROHAB), 2.748 autorizações para supressão da vegetação nativa, corte de árvore isolada ou intervenção em área de preservação permanente, 281 alvarás para empreendimentos em área de proteção aos mananciais, 224 Certificados de Dispensa de Licenciamento e 1.184 Pareceres Técnicos (não incluídos Pareceres Técnicos GRAPROHAB). Foram indeferidas e arquivadas 1.282 solicitações de Licença e de Parecer Técnico GRAPROHAB, firmados 1.352 Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental–TRCAs e averbadas 118 Reservas Legais. Com a adoção do licenciamento ambiental simplificado por meio do Via Rápida Ambiental – VRA, foram emitidas 4.263 licenças ambientais, 8.073 autorizações e 16.007 Declarações de Atividade Isenta de Licenciamento – DAIL. *4.Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental*– quanto aos licenciamentos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental – AIA foram 174 pedidos de licença entre janeiro e outubro de 2020 e emitidas 163 licenças, sendo que destas 37% foram licenças prévias – LP, 28% licenças de instalação – LI e 35 % licenças de operação – LO. Foram emitidas 72 autorizações de supressão de vegetação no período de janeiro a outubro de 2020, o que corresponde à autorização de 356,44 ha de supressão, que acarretou uma contrapartida de 2.182,68 ha de áreas a serem recuperadas, e também foi autorizada a supressão de 6.263 árvores isoladas. Nesse mesmo período, foram efetuados 91 atendimentos às solicitações do Ministério Público e emitidos 1.397 pareceres que subsidiaram tecnicamente o licenciamento e as ações de fiscalização e controle da Companhia. *5.Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental* – nos programas de qualidade dos recursos hídricos, diagnóstico da qualidade ambiental e as ações de fiscalização e controle, merece destaque o monitoramento de SARS-CoV-2 em amostras de esgoto, iniciado em abril de 2020, com os objetivos principais de acompanhar o comportamento de disseminação do vírus ao longo da pandemia e avaliar tendências de sua circulação nas populações pela correlação com o número de casos da COVID-19, apoiando a área da vigilância epidemiológica da saúde no combate à pandemia. Em decorrência da pandemia, foram realizadas em 2020 cerca de 200.000 mil análises físicas, químicas, microbiológicas, hidrobiológicas, ecotoxicológicas e toxicológicas, 50% inferior ao realizado nos anos anteriores. A rede automática de monitoramento da qualidade do ar contou, entre janeiro e outubro de 2020, com 63 estações no estado (30 na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, 5 no Litoral e 28 no Interior), e a rede manual com 22 pontos de amostragem. Em 2020, foi lançada nova funcionalidade para o aplicativo para dispositivos móveis da CETESB, permitindo a visualização da qualidade do ar em tempo real.Na qualidade dos recursos hídricos, a CETESB gerenciou 4 redes de monitoramento: i)a Rede Automática, com 17 estações de monitoramento da qualidade das águas superficiais, distribuídas ao longo dos rios Tietê e Paraíba do Sul e presente nos principais mananciais desabastecimento público da RMSP. Em função da pandemia da COVID-19, nas redes manuais foram realizadas medições em pontos prioritários. Na Rede Básica de monitoramento das águas superficiais foram priorizados em 2020, 199 pontos de amostragem distribuídos pelos principais rios e reservatórios; ii) o monitoramento das Águas Subterrâneas contou com pelo menos 1 amostragem no ano, em 264 poços da rede de qualidade distribuídos em todo o estado, além de 64 poços da rede integrada de qualidade e quantidade; iii) o monitoramento das praias do Litoral, temporariamente paralisado no final de março, foi retomado gradualmente a partir de julho e contou, no início de novembro, com

72 pontos de amostragem nas praias de 12 municípios; iv) a rede Costeira contou com 1 amostragem no ano em 69 pontos, em estuários e no Oceano Atlântico, 3 pontos de amostragem a mais em relação a 2019.No tema de emissões veiculares, CETESB efetuou, de janeiro a setembro de 2020, ações de fiscalização de veículos diesel, contabilizando 28 ensaios e medição de opacidade e 22 ensaios de verificação do insumo ARLA-32. Por conta da pandemia, não ocorreram as ações previstas durante a Operação Inverno e as ações de fiscalização da emissão de fumaça preta foram interrompidas entre abril e julho, sendo paulatinamente retomadas a partir de agosto, contabilizando 980 constatações de emissão de fumaça preta até setembro de 2020.Como Agente Técnico Conveniado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, analisou 435 processos de homologação de veículos e motores novos em atendimento ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e ao Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares – PROMOT, entre janeiro e setembro de 2020.Na qualidade de Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, entre janeiro e outubro de 2020, emitiu 32 pareceres de aprovação da viabilidade técnica de empreendimentos indicados a receber recursos do FEHIDRO, no montante aproximado de R$ 19 milhões e 268 pareceres de acompanhamento da implantação de empreendimentos e a liberação de parcelas dos recursos contratados, no valor aproximado de R$ 58 milhões. Em relação às emergências químicas, foram atendidas 290 ocorrências, até outubro de 2020, no transporte rodoviário, descarte de resíduos, indústrias, postos de combustíveis, transporte ferroviário, transporte por dutos, no armazenamento e em outras atividades, sendo o transporte rodoviário o principal responsável pela maioria das ocorrências (56%).

Unidade de Gestão de Projetos – UGP - 1. Programa Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista - PDSLP: FASE 1: Continuam em execução os Planos Monitoramento e Fiscalização integrada de ocupações irregulares com oito municípios conveniados (Ilha Comprida, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos, Guarujá e Bertioga). Os convênios se encerram em 12/2020, mas a proposta às prefeituras é que os planos integrados continuem vigentes por prazo indeterminados; FASE 2: (i). Foi autorizada na COFIEX – Comissão de Financiamentos Externos do Ministério da Economia, durante sua 137ª reunião; (ii). Durante o ano de 2020 se deu o processo de elaboração técnica do programa junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. No mês de novembro, ocorrerá a Missão de Análise e os encaminhamentos para a aprovação final e início da execução, previsto para março de 2021; (iii) A nova fase contempla: a) Melhorias e ampliação da sistemática de fiscalização integrada com os 16 municípios do litoral; b) Desenvolvimento de uma plataforma integrada de gestão de risco de desastres naturais em cenário de mudanças climáticas; c) Melhorias nas Unidades de Conservação com foco no uso público, negócios sustentáveis e saneamento das Reservas de Desenvolvimento Sustentável; d) Desenvolvimento de estudos e referências para subsidiar o desenvolvimento sustentável da região, com enfoque em padrões urbanísticos, construtivos, atividades náuticas, pesca e maricultura; e) Formação socioambiental; f) E, pelo componente habitacional, urbanização e trabalho social em favelas em áreas de risco na Serra de Santo Amaro no Guarujá, com a construção de conjunto habitacional para receber as famílias removidas. 2. Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo - Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente - PTLMA (Executado com recursos financeiros do Contrato de Empréstimo 8272-BR celebrado com o Banco Mundial), com destaque: (i) Bens recebidos: Aquisição de centrífuga refrigerada para monitoramento e avaliação da qualidade das águas. (ii) Contratos concluídos: Realização de Estudos de dinâmica social, econômica, ambiental e em geoprocessamento e suporte à construção da proposta de Zoneamento Ecológico Econômico para o Estado de SP; Aprimoramento e expansão das funcionalidades do Geoportal Sala de Cenários da CETESB; Obras de infraestrutura para instalação de estação telemétrica de medição da qualidade do ar (São Sebastião); Avaliação e mapeamento de risco da RMSP (parcial) e Baixada Santista; Avaliação e mapeamento de risco da RMSP (parcial) e Litoral Norte; Serviço de acesso a portal de imagens orbitais para fiscalização ambiental; Evolução da arquitetura e da plataforma tecnológica do DataGEO. Contratos em execução: Elaboração de Planos de Contingência frente a riscos de eventos geodinâmicos em trechos rodoviários das Unidades Básicas de Atendimento (UBAs) Caraguatatuba, Mogi das Cruzes e São Vicente; Serviços de preparação, digitalização, reconhecimento ótico de caracteres, processamento de imagens, indexação e inserção de metadados de documentos, bem como, fornecimento de sistema de gerenciamento eletrônico e busca de documentos da CETESB, Aquisição de 12 workstations para a CFB. Atividades em processo de contratação: Serviços técnicos especializados para a formulação, estruturação e implementação de uma plataforma integradora de Gestão de Riscos de Desastres; Serviços de medição de movimentos do terreno a partir do método InSAR na Região Metropolitana de São Paulo e parte da Baixada Santista e Litoral Norte; Aquisição de 25 workstations para a Polícia Militar Ambiental; Aquisição de sensores para sondas multiparâmetro que operam em estações automáticas de monitoramento da qualidade das águas; Serviço de computação em nuvem para a CETESB; Projeto executivo e construção de píer no Rio Pinheiros; Sistema de cromatografia por permeação em gel (GPC); Aquisição de espectrômetro de massas com plasma de argônio indutivamente acoplado (ICP-MS) e sistema de destilação de ácidos com uma unidade *subboiling*; Aquisição de dois servidores com licença Windows Server Datacenter instalada; Contratação de serviços para ampliação do ambiente de alta disponibilidade de aplicações geográficas que compõem a plataforma DataGEO; Aquisição de gaveta de disco para armazenamento de dados (*storage*); Aquisição de incubadoras de DBO refrigeradas; Serviço de acesso ao acervo de imagens orbitais submétricas. 3.Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil – Conexão Mata Atlântica: (Executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia Inovação s e Estados de São Paulo - SIMA e FF, Rio de Janeiro e Minas Gerais) com doação do *Global Environmental Facility* - GEF, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com objetivo de contribuir para a recuperação e preservação dos serviços ecossistêmicos associados à conservação da água e biodiversidade e à captura de carbono no Corredor Sudeste da Mata Atlântica. Destacam-se em 2020 as seguintes ações: (i) Publicação e abertura de dois editais de Seleção Pública para participação no Projeto de Apoio às Organizações de Produtores, contemplando os municípios São José dos Campos, Bananal, Natividade da Serra, São Luís do Paraitinga, Miracatu, Pedro de Toledo, Itariri e Peruíbe; (ii) Publicação de um edital de Seleção Pública, para a seleção de propostas de produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, interessados em obter incentivos econômicos para Certificação, para a Zona de Amortecimento do Núcleo Itariru (ZA NITA) do Parque Estadual da Serra do Mar; (iii) Entre outros investimentos, foram adquiridas para as Unidades de Conservação equipamentos para a melhoria da gestão. Até o momento foram assinados 383 contratos de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Proteção, com 9.983 há de áreas com vegetação florestal protegida e/ou em recuperação; 503 contratos de PSA Uso Múltiplo, com 9.803,53 há de área com intervenções, 170 contratos para apoio ao cercamento de áreas em recuperação, totalizando 197 Km de cerca implantada; 160 contratos para apoio à Certificação e expedidos 26 Certificados de Transição Agroecológica, 184 contratos para apoio à Cadeia de Valor Sustentável. Foram realizados pagamentos aos participantes dos projetos de PSA, de apoio à certificação e apoio à Cadeia de Valor Sustentável.Com recursos de emenda parlamentar adquirimos 111.000 mudas de espécies nativas com potencial para exploração econômica. Através de um edital de chamamento público, foram recebidas 146 manifestações de interesse de proprietários/produtores rurais interessados em receber e plantar as mudas visando a produção de madeira e produtos não madeireiros em florestas multifuncionais, sistemas agroflorestais (SAF) ou em consórcio com pastagens, no Vale do Paraíba. 4. Programa Nascentes. Tem como objetivo fomentar a restauração da vegetação nativa no Estado de São Paulo, considerando a conservação da biodiversidade e a segurança hídrica. Com o intuito de solucionar os entraves da restauração ecológica, o Programa conecta especialistas, proprietários rurais, empreendedores públicos e privados e organizações da sociedade civil por meio de diversos instrumentos: Banco de Áreas Disponíveis para Restauração, Prateleira de Projetos e Conversão de Multas. Destacam-se em 2020 as seguintes ações: (i)Atingimento da Meta de 20.000 hectares em processo de restauração ecológica; (ii) Até o final de novembro foi iniciada a implantação de 3.191hectares em projetos de restauração ecológica, de acordo com dados do Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica–SARE;(iii) Publicação do livro comemorativo:5 anos de Programa Nascentes;(iv) Publicação da Resolução SIMA n. 48/2020 que aprimorou as regras e lançou a nova modalidade de projeto de prateleira - Ativo Verde, que permite a comercialização de projetos em fase de implantação; (v) Revisão da Resolução SMA n.51/2016,que disciplina o procedimento de conversão de multa administrativa simples em serviço ambiental, objetivando a simplificação dos procedimentos ; (vi) Aprovação de 21projetos de prateleira que totalizam 566 hectares; (vii) 3.322 hectares encontram-se disponíveis para restauração em 16 Unidades de Conservação; (viii) Até novembro foram recebidas 83 solicitações no Banco de Áreas,o que totaliza uma demanda por mais de740 hectares para implantação de projetos de restauração ecológica. 5. Fortalecimento da Capacidade de Prevenção e Gestão de Crises Hídricas no Estado de São Paulo: O Convênio de cooperação técnica entre o BID e a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH foi assinado em 13-nov-2018 e o extrato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 24-nov-2018. Após a assinatura do Convênio foram efetuados encaminhamentos administrativos para a assinatura de Convênio de cooperação, entre a Secretaria e a SABESP, assim como, o Decreto do governador criando na estrutura da Secretaria, a UEP – Unidade de Execução do Projeto, conforme estabelecido na cláusula terceira da Carta-convênio de 13-nov-2018, referente a condições prévias ao primeiro desembolso. Após a publicação da criação da UEP, publicou se a nomeação do grupo de composição e representantes legais, sendo a Sra. Maíra Monteiro Eugenio, como coordenadora do projeto e a Sra. Silvia Santana como suplente. Em 01-jan-2019, a nova administração estadual, por meio do Decreto número 64.059, desativou a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH transferindo suas atribuições para a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, criada por esse Decreto. A SIMA reuniu as atribuições de três Secretarias, a de Saneamento e Recursos Hídricos, de Meio Ambiente e a de Energia e Mineração. As tramitações para o Convênio entre a Secretaria e a SABESP, assim como, para o Decreto do governador criando a UEP – Unidade de Execução do Projeto sofreram interrupção para aguardar a publicação de outro Decreto organizando a nova Secretaria, SIMA, criada em 01-jan-2019, o qual foi publicado em 11/03/2019 sob o número 64.132.Em 28 de Agosto foi realizada reunião em SIMA, Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente, com as representantes da UEP, com a Coordenadoria de Recursos Hídricos, representante da Coordenadoria de Finanças, e Sr. Gustavo Mendes do banco BID, com o propósito de alinharmos termos entre as tratativas, e atividades subsequentes para os andamentos dos trabalhos. Oficializamos a necessidade de alteração dos itens do componente 1 (conforme documento anexo). Oficializamos o canal de comunicação entre a Secretaria e o banco BID, e recebemos instruções técnicas de como devemos realiza-las. A Missão de supervisão ocorreu em 25 de fevereiro de 2019 (segunda feira), na Coordenadoria de Recursos Hídricos da SIMA, av. São Luís, 99 - 6o andar, com a presença, por parte do BID, do Sr. Gustavo Mendez. Participaram também técnicos da SIMA e da SABESP. Não se programou as próximas Missões. A Ajuda Memória encontra-se em anexo. Oficializamos em 09/setembro a abertura das contas para recebimentos dos recursos em conta Especial para Moeda Estrangeira e a Conta Operativa em Reais Reiteramos que o componente 02 será tratado diretamente entre a SABESP e banco BID, via TERMO firmado, eximindo a SIMA, Secretaria de Infraestrutura de e Meio Ambiente de qualquer responsabilidade sobre as informações referentes a este componente. Informamos também que segundo as instruções do Sr. Gustavo Mendez e Sra. Paula Valente, representantes do banco BID, elaboramos os documentos PEP, POA e PLANO DE AQUISIÇÕES, conforme anexos. Na reunião de 25 de fevereiro, expôs-se a dificuldade de contratação das *startups* (prevista no Plano de Trabalho do Convênio da Secretaria com a SABESP), pela UEP, por falta de amparo legal no âmbito da Secretaria. Além disso, o Convênio entre o BID e a Secretaria, não prevê o repasse de recursos da cooperação técnica à SABESP. Por outro lado, a Missão indicou que o financiamento desta atividade com recursos do BID é muito importante para o marco dos resultados previstos nessa cooperação técnica. Neste sentido, a Missão fez a proposta para que o Componente 2 seja executado diretamente pela SABESP e a Secretaria continuaria como beneficiária da cooperação técnica e responsável pela execução dos Componentes 1 e 3. Para tal, seria necessária a assinatura de um termo aditivo ao atual Convênio de cooperação técnica entre o BID e a SIMA, excluindo-se o Componente 2. Adicionalmente, o BID assinaria com a SABESP outro Convênio de cooperação técnica referente à execução apenas do Componente 2.A Secretaria e a SABESP indicaram a necessidade de realizar consultas internas com as respectivas autoridades e que se manifestariam em breve, e a Missão aguardaria tais manifestações. Posteriormente, na data de 28 de fevereiro de 2019, a Secretaria comunicou ao BID a sua anuência para realizar a alteração descrita acima, enquanto a Sabesp ainda faz sua consulta interna.

Subsecretaria de Infraestrutura - Comitê De Integração de Resíduos Sólidos – CIRS - O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, estabeleceu como fundamento para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto n° 7.404/2010), em harmonia com a Política Paulista de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.300/2006 e Decreto n° 54.645/2009), promover avanços na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos e efetivar as políticas públicas, com foco na regionalização e em novas rotas tecnológicas para o tratamento e destinação adequada dos resíduos sólidos. Nesse sentido, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) instituiu, em 22 de fevereiro de 2.019, o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, por meio da Resolução SIMA nº 12, publicada no DOE de 23 de fevereiro de 2.019 (Seção I, Pág. 34/35), de composição multissetorial alinhado à nova estrutura da SIMA, tendo como atribuições: (1) Propiciar a articulação e aplicação integrada da legislação que institui e regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Estadual de Resíduos Sólidos; (2) Apoiar a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos na execução do Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos, (3) Coordenar a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; (4)Apoiar a gestão municipal e regional de resíduos sólidos; (5)Apoiar medidas para adequar as instalações irregulares de disposição final de resíduos sólidos; (6) Incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias para a

eliminação, diminuição, valoração, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos; (7) Apoiar a melhoria das atividades de coleta seletiva, reuso e reciclagem dos resíduos sólidos; (8) Fomentar a transição para uma economia circular. Destacamos as seguintes realizações em 2020: Conclusão e publicação da Revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos – 2020/2035; Celebração de 08 (oito) Protocolos de Intenções com Consórcios Intermunicipais – integra o rol do Programa de Metas 2020/2022 do Governo com meta até 2022 de 11 Protocolos celebrados ou reativados, fecharemos o ano de 2020 tendo superado a meta e com o total de 13 celebrações; Apoio técnico para a elaboração de 04 (quatro) planos regionais de resíduos sólidos por meio de ações com os seguintes consórcios: Plano Regional de Resíduos Sólidos do Comitê da Bacia do Alto. Consórcios: CONDEMAT; CIOESTE; Grande ABC e CONISUD; Plano Regional de Resíduos Sólidos do CERISO; Plano Regional de Resíduos Sólidos do CICOP; Plano regional de Resíduos do CIRSOP. Celebração de 10 protocolos de Intenções com Organizações da Sociedade Civil, Empresas e Universidades; Realização de 54 webinários abertos ao público, com as seguintes temáticas: (1) Regionalização e Soluções Consorciadas; (2) Apoio Cooperativas de Catadores; (3) Educação Ambiental e Comunicação; (4) Reflexos do Novo Marco do Saneamento Básico no setor de Resíduos Sólidos Urbanos; (5) Gestão e gerenciamento de aterros sanitários; (2) Experiências internacionais em gestão de resíduos sólidos. Apoio na realização de eventos e ações de parceiros: Limpa Brasil, Virada Sustentável, Cicla Brasil, Hackathon, Climathon e Greentech; Concepção de Projeto Aterro Mínimo em tratativas com o Governo Britânico para implantação de projeto-piloto; Estruturação do SIGOR Reciclagem – Ferramenta de integração (Prefeituras, Empresas e Cooperativas de catadores), para estruturação / ampliação da coleta seletiva e logística reversa no Estado de São Paulo A seguir, síntese das atividades desenvolvidas pelos 6 (seis) Grupos de Trabalho: Grupo 1 – Revisão do "Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – PERS"; A revisão do Plano é a oportunidade de viabilizar uma abordagem metodológica distinta e aprimorada da primeira edição, publicada em 2014. O novo estudo considera, em sua elaboração, elementos técnicos com aspectos relacionados ao papel do Estado, dos municípios, dos grandes geradores e dos grupos de interesse. A estratégia elaborada foi conduzida de modo a construir o entendimento da situação dos resíduos e das responsabilidades pela gestão e gerenciamento, conforme previsto na Lei Nacional, identificando assim o papel do Estado no processo e o fortalecimento da gestão regional. A abordagem da revisão promoveu as mudanças necessárias ao prever a implementação de políticas públicas por meio do diálogo entre os atores responsáveis, adequando as metas com o objetivo de subsidiar os tomadores de decisão e os formuladores dessas políticas na construção de suas estratégias. O novo Plano incorpora a determinação de metas para os temas da "Economia Circular" e do "Lixo no Mar". Incorpora ainda, a discussão das dinâmicas territoriais, identifica os desafios e as oportunidades para alcançar os objetivos estabelecidos, com metas que consideraram o horizonte de vinte anos da primeira edição, ou seja, até 2035. Para dar dinâmica aos procedimentos, a revisão teve como foco o alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030) da ONU. A revisão do Plano contou com a participação social por meio de consulta pública, realizada entre os dias 29 de agosto e 06 de outubro, e audiência pública, realizada no dia 29 de setembro, ambas por meio virtual. Como resultado, a validação social contou com 272 contribuições na consulta pública, e sobre audiência pública, 238 inscrições. Posterior a esta etapa, o documento foi aprovado na 393ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 21 de outubro de 2020. Grupo 2 – Regionalização e Consórcios; As Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos priorizam a regionalização aplicada à gestão dos resíduos sólidos, e consagra como uma importante solução para o planejamento e o compartilhamento da execução de serviços e atividades de interesse comum aos municípios. Os arranjos intermunicipais permitem a superação de fragilidades da gestão, a otimização dos recursos financeiros, materiais e humanos, e a obtenção de economia de escala para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos.

Quadro dos Protocolos de Intenções celebrados com os Consórcios Intermunicipais:

		CONSÓRCIOS	municip.	PI ass.	PT ass.
1	CERISO	Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento dos Municípios da Bacia dos Rios Sorocaba e Médio Tietê	27	1	*
2	CICOP	Consórcio Intermunicipal de Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos do Centro Oeste Paulista	9	1	1
3	CIENSP	Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo	17	1	*
4	CIOESTE	Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo	10	1	*
5	CIRSOP	Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Oeste Paulista	10	1	*
6	CISBRA	Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas	11	1	1
7	CISMA	Consorcio Intermunicipal Serra da Mantiqueira	5	1	*
8	CIVAP	Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema	34	1	*
9	CODEVAR	Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande	23	1	1
1	CODIVAR	Consórcio de Desenvolvimento Inter_municipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul	25	1	1
1	CONDEMA	Consorcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tiete	11	1¨	*
1	CONISUD	Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo	8	*	*
1	CONSAB	Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental	9	*	*
1	CONSIMARES	Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos	7	1	1
1	GRANDE ABC	Consórcio Intermunicipal Grande ABC	6	1	*
			212	13	5

PI - Protocolo Intenções
PT - Plano de Trabalho

Logística Reversa, Coleta Seletiva e Participação Social; Apoio para a celebração e/ou renovação de termos de compromisso para a estruturação de sistemas de logística reversa e monitorar a execução dos termos vigentes. Fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos Municípios. Incentivar a participação social nos processos de segregação e engajamento nas estruturas promovidas pelo Poder Público e Setor Empresarial. Integra o Programa de Metas 2020-2022 o número de empresas inseridas em planos de logística reversa, com meta estabelecida para 2022 de 1.848 empresas. A parcial apresentada em agosto deste ano registrou a superação da meta com 1.945 empresas. Planejamento e Controle de Operações em Aterros Sanitários; Avaliação da vida útil dos aterros: Diagnóstico/Mapeamento/Tempo de vida; ações de fiscalização e orientação aos municípios visando à eliminação dos aterros inadequados; análise das alternativas tecnológicas para a correta destinação ambientalmente adequada dos RSU; revisão dos critérios para licenciamento de aterros sanitários; estudos para a implementação de índice mais abrangente, aos moldes do IGR, como parâmetro de análise adicional ao IQR, projeto Aterro Mínimo. Grupo 5 – Inovação Tecnológica para Tratamento de Resíduos Sólidos; Estudar as tecnologias vigentes no país e no mundo e entender quais podem e devem ser aplicadas em nosso estado para o correto tratamento dos Resíduos Sólidos. Promover cooperação técnica com entidades e associações para melhorar a gestão e o gerenciamento dos RSU. Grupo 6 – Educação Ambiental e Comunicação. Fomentar atividades em Educação Ambiental no que tange ao correto tratamento dos RSU e melhorar as atividades de comunicação na mesma área. Acompanhamento das ações do RGov, do Alfabetização Ambiental no Modulo Resíduos, no Novo Rio Pinheiros, na Feira Mais Sustentável,

Anexo I - Tabela Entidades

Entidades			PI ass.	PT ass.
1	ABISOLO	Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal	1	1
2	ABRECON	Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição	1	*
3	ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública Resíduos Especiais.	1	*
4	AMBIOLUC	Associação Ambiental para Coleta , Gestão e Rerrefino do óleo Lubrificante usado ou Contaminado	*	*
5	AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	*	*
6	ANCAT	Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis	1	*
7	CICLA BRASIL - Fator Social	Fato Social Treinamentos e Desenv. Profissional LTDA ME	1	1
8	GreenTech - BSF	BFS CONSULTORIA E ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA	*	*
9	GREENK	GREENK entretenimento Ltda	1	*
10	IEE	Instituo de Engenharia e Ambiente	*	*
11	iDESTRA	Instituto para o Desenvolvimento dos Sistemas de Transporte	*	*
12	KAPOK	Associação KAPOK Corporate Innovation	*	*
13	LIMPA BRASIL	Instituto Limpa Brasil	*	*
14	Lipor	Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	*	*
15	Meu Oceano	Instituto Meu Oceano	1	1
16	UNIAGUA	Universidade da Água	1	
17	UNISANTOS	Universidade Católica de Santos	1	1
18	ABDI	Agencia Brasileira de Desenvolvimento industrial	*	*
19	IPT (c/ CPLA)	Instituto de Pesquisas Tecnológicas	*	*
20	UNESP (c/ CPLA)	Universidade Estadual Paulista	1	1
21	ABAST	Departamento de Abastecimento - ABAST	*	*
22	CONATREC	Confederação Nacional das Cooperativas de Trabalho e Produção de Recicláveis	*	*
23	FABHAT	Fundação Agencia da bacia Hidrográfica do Alto tietê	*	*
24	FMU	Centro Universitário / FIAM / FAAM	*	*
25	Recicleiros	Instituto SOS Sistemas Organizados para Sustentabilidade	*	*
26	Vir. Sustentável	Virada Sustentável	*	*
27	Co. Urban	Co. Urban	*	*
28	Azul Consultoria	Azul Consultoria Ltda;	*	*
28			10	5
Entidades			PI	PT

PI - Protocolo Intenções
PT - Plano de Trabalho
(*) - em tratativas

Coordenadoria de Saneamento – CSAN - 1. Programa Água é Vida - O programa Água é Vida foi criado em 2011 e tem como objetivo a execução de obras e/ou serviços de infraestrutura, instalações operacionais e/ou equipamentos, destinados à melhoria das condições de saneamento básico, em localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SIMA e os Municípios paulistas. As instalações financiadas, fossas sépticas individuais (USI´s – Unidades Sanitárias Individuais), poços profundos e hidrômetros, buscam a universalização do acesso aos serviços e ações de saneamento básico, preservação do meio ambiente, bem como, a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população de baixa renda nas localidades de pequeno porte. Celebramos em 2020, 3 convênios com os municípios de Cajati, Guaraçaí e Barra do Turvo, com investimento de R$ 1,73 milhões, beneficiando 940 habitantes com a instalação de 235 USI´s. Temos 10 convênios em andamento com 8 municípios (Apiaí, Barra do Turvo, Cajati, Guapiara, Guaraçai, Paranapanema, Pilar do Sul e São Miguel Arcanjo) e com o ITESP, com a instalação de 1.240 fossas, 163 hidrômetros e 36 poços, beneficiando 15.099 habitantes e um investimento de R$ 11 milhões. Em 2019, o programa Água é Vida foi incluído nas ações do Projeto Vale do Futuro, com projeto de Gestão de Resíduos Sólidos em áreas isoladas / rurais, e investimentos estimados em 2021 e 2022 de R$ 15 milhões com a instalação de 1.779 USI´s em 11 Municípios, beneficiando 7.116 habitantes e 4 localidades rurais (piloto) com coleta seletiva. *2.Programa SANEBASE* - Instituído pelo Decreto 52.336 de 07 de novembro de 2007, tem como objetivo transferir recursos financeiros para a execução de obras e/ou serviços de saneamento básico, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado de São Paulo, através da SIMA, com a interveniência da SABESP na qualidade de órgão técnico do Programa, e os Municípios cujos sistemas de água e esgoto são operados diretamente pela Prefeitura Municipal ou por intermédio de autarquias

municipais (serviços autônomos). As intervenções financiadas buscam ampliar os níveis de atendimento dos municípios para a implantação, reforma, adequação e expansão dos sistemas de água e esgotos, com vistas à universalização desses serviços, contribuindo para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população. Em 2020, os municípios de Ipuã, Pirangi e Salto Grande tiveram suas obras finalizadas beneficiando 28.000 habitantes. Encontram-se em andamento, com uma população beneficiada de 21.695 habitantes, os convênios celebrados com São José da Bela Vista, Aramina, Avanhandava e Itapira, os 2 últimos assinados em 2019. No exercício de 2020 o Programa não celebrou convênios. *3.Programa Água Limpa* - O Programa Água Limpa, criado no ano de 2005, objetiva a execução de projetos e obras de afastamento e tratamento de esgoto sanitário. A partir de 2018, o programa ganhou uma nova forma de financiamento: em parceria com a Desenvolve-SP, criou-se uma linha de financiamento específica para que as prefeituras captem recursos para obras dos serviços de esgotamento sanitário, com os juros equalizados por recursos do Tesouro Estadual em até 100% do valor. Tivemos em 2020 3 operações contratadas (Rio das Pedras, Barrinha e Taquaritinga) no valor de R$ 13.598.000,00. - *4.Programa Pró-Conexão* - O Programa Pró Conexão ("Se Liga na Rede da Sabesp"), a partir de setembro de 2012, foi instituído com o objetivo de subsidiar diretamente as famílias de baixa renda, residentes em municípios operados pela Sabesp, que não dispõem de recursos para realizarem as obras de adequação interna das suas moradias para conexão à rede pública de coleta de esgotos e encaminhamento para tratamento. O desenvolvimento do programa envolve o trabalho conjunto da SIMA e da Secretaria de Fazenda e Planejamento - SFP, cabendo a ambas as Pastas o reembolso de 80% das despesas efetuadas pela Sabesp para a execução dos serviços, objeto do programa. Em 2020 não foram executadas novas ligações pois o Programa foi instituído para 8 anos (de 2012 a 2019). Iniciadas negociações com a SFP para continuidade do Programa. *5.CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento* - O Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, de nível estratégico para a definição e implementação da política de saneamento básico do Estado, com a organização, a composição e o funcionamento estabelecido pelos artigos 39 e 40, da Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 54.644/2009.O CONESAN vem desenvolvendo suas atividades, com a participação de representantes do Estado, municípios e sociedade civil para atingir os objetivos de uma Política Estadual de Saneamento articulada e complementar às ações de meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano, com foco na cooperação entre Estado, municípios e a sociedade civil. A Coordenadoria de Saneamento responde pela Secretaria Executiva do Conselho, desenvolvendo todas as atividades atribuídas no decreto que dispõe sobre organização e funcionamento do Conselho. Adequando a composição do CONESAN à nova estrutura do Governo conforme Decreto nº 54.644, atualizamos todos os integrantes do Conselho e tomamos todas as providências necessárias para a realização da 9ª reunião. O site do CONESAN foi remodelado e incluído no site da SIMA. Nele foi incluído um link com o SISAN e uma aba "Planos de Saneamento Básico" com os Planos Municipais, Regionais e Nacionais de Saneamento Básico, além dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, visando facilitar o acesso às informações e contribuindo para o exercício do controle social. *6.Indicador de Salubridade Ambiental – ISA* - O ISA foi criado como ferramenta para subsidiar a elaboração do Relatório sobre a Situação de Salubridade Ambiental no Estado de São Paulo, documento exigido pela Lei Complementar 1.025/2007. A CSAN elaborou proposta para o aperfeiçoamento do indicador que será apresentada e apreciada pelo CONESAN. *7.Sistema de Informações de Saneamento do Estado de São Paulo – SISAN* - O SISAN possui os indicadores gerais de saneamento básico para os 645 municípios paulistas, as 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI´s e uma consolidação para o estado de São Paulo. Em 2020 fizemos a atualização anual dos dados e integramos o SISAN com o site do CONESAN, disponibilizando os Planos Municipais, Regionais e Nacionais de Saneamento Básico, além dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos. Disponível para consulta no site da SIMA será reformulado para uma plataforma com visual mais moderno e maior facilidade de inclusão de informações. -*8.Programa de Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento – PMS* - Em 21/09/2020, a SIMA contratou o Consórcio Engecorps-Maubertec para a prestação de serviços profissionais especializados para revisar, atualizar e consolidar os planos específicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário de municípios paulistas regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP. Em 2019, a SIMA e a ARSESP celebraram o convênio 0.01/2019, visando o apoio técnico aos municípios regulados e fiscalizados pela Agência na revisão dos planos específicos de saneamento básico, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei Federal 11.445/2007, buscando assim uma melhora desses serviços essenciais à população e que têm forte relação com a saúde pública , qualidade de vida e meio ambiente. Essa conjugação de esforços possibilitou ao Governo do Estado de São Paulo celebrar, por intermédio da SIMA, cerca de 240 convênios com municípios paulistas, os quais terão atualizados os seus planos de saneamento para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando 5.897.059 habitantes com investimento de R$ 5,875 milhões. -*9.Elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – PESB/SP* - O Estado de São Paulo, por meio da SIMA, iniciou em 2019 os trabalhos para a elaboração do 1º Plano Estadual de Saneamento Básico de São Paulo – PESB/SP, contemplando os quatro serviços de saneamento básico (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais). Com investimento de R$ 11.972.035,24 através de recursos oriundos do FEHIDRO e do Governo do Estado, com entrega prevista para julho de 2022, o PESB/SP será instituído por lei e estabelecerá as diretrizes, metas e ações para o setor, respeitando as peculiaridades regionais e locais. O PESB/SP considera os dispositivos previstos no novo marco legal do saneamento (Lei Federal 14.026/2020) onde os diagnósticos e prognósticos abrangerão os 645 municípios do estado, organizados nas 22 UGRHI´s, e terão um horizonte de planejamento de 20 anos. *10.Convênio de Cooperação / Contratos de Programa (SABESP)* - Visando atender as exigências da legislação em vigor para o setor, desde 2008, o Estado de São Paulo, através da SIMA, celebra com os municípios Convênios de Cooperação, passando para a SABESP a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, regidos por meio de Contrato de Programa, delegando as competências de fiscalização e regulação para a ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento Básico e Energia do Estado de São Paulo. Temos hoje 374 municípios conveniados. Municípios com contratos renovados em 2020: 16 – Bragança Paulista, Cubatão, Ilhabela, Jandira, Joanópolis, Lupércio, Meridiano, Paulínia, Pedrinhas Paulista, Pinhalzinho, Piracaia, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, Tejupá, Ubatuba e Vargem Grande Paulista. -*11.Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável – CIPOG* - Constituído pela Resolução SIMA nº 33 de 14/05/2019, o CIPOG tem o objetivo de integrar as ações e projetos com as políticas globais de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, visando ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas sustentáveis. A CSAN participa como membro do Comitê e tem representação no Grupo de Trabalho para internalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, no âmbito do CIPOG. -*12.Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS* - Com o objetivo de enfrentar os desafios do tema Resíduos Sólidos, focando na regionalização e em novas rotas tecnológicas para o tratamento de resíduos sólidos, foi instituído pela Resolução SIMA nº 12 de 22/02/2019 o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, com formação multisetorial alinhado à nova estrutura da SIMA, e com as seguintes atribuições: (1) propiciar a articulação e aplicação integrada da legislação que institui e regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Estadual de Resíduos Sólidos; (1) apoiar a Comissão Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos na execução do Programa Estadual de Implementação de Projetos de Resíduos Sólidos; (1) coordenar a revisão do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; (1) apoiar a gestão municipal e regional de resíduos sólidos; (1) apoiar medidas para adequar as instalações irregulares de disposição final de resíduos sólidos; (1) incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a adoção e a divulgação de novas tecnologias para a eliminação, diminuição, valoração, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos; (1) apoiar a melhoria das atividades de coleta seletiva, reuso e reciclagem dos resíduos sólidos; (1) fomentar a transição para uma economia circular. Estas ações estão apoiadas nas seguintes atividades, a cargo de dos grupos de trabalho do Grupo 1 - Revisão do "Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo – PERS"; Grupo 2 – Regionalização e Consórcios; Grupo 3 – Logística Reversa, Coleta Seletiva e Participação Social; Grupo 4 – Planejamento e Controle de Operações em Aterros Sanitários; Grupo 5 – Inovação Tecnológica para Tratamento de Resíduos Sólidos; Grupo 6 – Educação Ambiental e Comunicação. A CSAN participa como membro do Comitê e tem representação no Grupo de Trabalho 1, contribuindo com o capítulo de resíduos sólidos urbanos na revisão do PERS, no Grupo de Trabalho 2 e no Grupo de Trabalho 6. -*13.Comitê de Integração de Educação Ambiental – CIEA* A CSAN participa como membro do Comitê, instituído pela Resolução SMA 33 de 1305/2017, com a atribuição de definir, dar suporte e monitorar linhas de atuação, objetivos e estratégias para os projetos e ações de educação ambiental.

Coordenadoria de Recursos Hídricos - Impacto da Pandemia Covid-19 na Coordenadoria de Recursos Hídricos - Em decorrência da eclosão da Pandemia de Covid-19 no Estado de São Paulo, as atividades da Coordenadoria passaram a ser executadas em regime de teletrabalho (a partir de 17 março para os grupos de risco e 23 de março para todos servidores), visando mitigar o prejuízo em relação ao planejamento de 2020. Adaptações foram realizadas e regime de plantões garantiram o fluxo burocrático dos documentos sem prejuízo dos prazos principais. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH - Mediante proposta da Coordenadoria, o Decreto nº 64.636, de 04 de dezembro de 2019 adaptou a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos ao novo desenho institucional do Estado e unificou os mandatos dos segmentos dos municípios e sociedade civil para eleição em anos ímpares. -Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH: - PERH 2016-2019: Acompanhamento da execução do Plano de Ação e Programa de Investimentos do PERH 2016-2019, a partir de informações colhidas junto às secretarias de estado, empresas, autarquias, fundações e demais instituições responsáveis pela execução das 104 ações previstas para 2019, envolvendo investimentos de cerca de R$ 16 bilhões, constituindo capítulo do Relatório de Situação do Estado de São Paulo – ano 2019 em trâmite para aprovação em dez/20 pelo CRH. Apoio à instrução do processo para envio do Projeto de Lei nº 548/2020 à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o qual está em apreciação, e propõe a alteração da Lei Estadual nº 16.337, de 14/12/2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos, propondo que a caracterização das UGRHIs seja atualizada periodicamente pelo Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, e a substituição dos anexos I e II da referida lei. PERH 2020-2023: Conclusão dos "Subsídios Técnicos para o Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020-2023", objeto de empreendimento financiado pelo FEHIDRO – CORHI-169/2017, com a elaboração de sete Relatórios de Acompanhamento, oito Notas Técnicas, Sumário Executivo e Relatório Final, os quais foram consolidados e submetidos a consulta pública no período de 15/10/2020 a 15/11/2020, como determina a Lei Estadual nº 16.337/2016. Mobilização e articulação institucional de diversas Secretarias do Estado, Comitês de Bacias e entes da sociedade civil com representação no CRH, consolidando a elaboração do Plano de Ação e Programa de Investimentos do PERH 2020-2023, totalizando previsão de investimentos no valor de R$ 20,2 bilhões, a ser aprovado por Deliberação do CRH programada para 17/dez/20. Revisão de Deliberações do CRH - Elaboração e discussão, junto às instâncias do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, de propostas de alteração das seguintes Deliberações: Deliberação 146/12 - Aprova os critérios, os prazos e os procedimentos para a elaboração do Plano de Bacia Hidrográfica e do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica. Deliberação CRH 147/12 – Aprova critérios de distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO entre as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos a vigorarem a partir do exercício de 2013. Deliberação CRH 188/16 – Estabelece o formato e o cronograma de entrega do Planos de Bacia Hidrográfica e dá providências suplementares relativas à apuração dos indicadores de distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO. Deliberação CRH 190/12 – Aprova a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos. -Planos de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo. Aprimoramento dos planos de ação e programas de investimento (PAPIs) para o quadriênio 2020-2023, mediante estabelecimento de modelo único e aprimoramento participativo de conteúdo, por meio de 27 reuniões com os Comitês de Bacias. Relatórios Anuais de Situação dos Recursos Hídricos - Coleta e sistematização de dados primários para elaboração dos Relatórios de Situação das UGRHIs – ano base 2019, e suporte técnico aos CBHs para sua elaboração. Avaliação dos Relatórios de Situação - RS ano-base 2018, das 22 UGRHIs, para fins de rateio das verbas do FEHIDRO. Elaboração do Relatório de Situação do Estado de São Paulo – ano base 2019, a ser aprovado por Deliberação do CRH prevista para 17/12/20, a ser divulgado no portal do SIGRH http://www.sigrh.sp.gov.br/relatoriosituacaodosrecursoshidricos. Cobrança pelo uso dos recursos hídricos: Acompanhamento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos urbanos e industriais no Estado de São Paulo. Previsão de início da cobrança nas UGRHIs São José dos Dourados (Decreto nº 64.305/2019) e Litoral Norte (Decreto 64.292/2019) para 2021 (adiado de 2020 em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID-19). Bases Cartográficas e Sistemas de Informação: Elaboração de cerca de 160 mapas temáticos para subsidiar as análises apresentadas nos Relatórios de Situação do Estado e das Bacias Hidrográficas nos temas de saneamento básico, caracterização física, dinâmica demográfica e social, demanda/disponibilidade e qualidade das águas; Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO: Elaboração e encaminhamento à Agência Nacional de Águas - ANA do relatório de desenvolvimento, referente a 2019, das cinco Metas de Cooperação Federativa no âmbito do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - SINGREH, a saber: I. 1) Integração das bases cadastrais; I.2) Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas; I.3) Contribuição para difusão do conhecimento; I.4) Prevenção de eventos hidrológicos críticos; I.5) Atuação para segurança de barragens; Elaboração de documentação relativa à 5ª certificação, com organização junto aos responsáveis por cada uma das 32 variáveis que compõem as Metas de Gestão de Águas no âmbito do SIGRH, e envio à ANA para liberação de recursos financeiros. Preparação da documentação necessária para a adesão do Estado ao segundo ciclo do PROGESTÃO. (Contrato de Adesão, Quadro de Metas, Ofício do Governador do Estado, Ofício do Secretário de Estado), a partir de

articulação e reuniões com a ANA e com os órgãos gestores de recursos hídricos do estado responsáveis pela execução das metas federativas e estaduais. Programa de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos - CAPACITA SIGRH: Organização e realização de seis cursos de capacitação a 120 técnicos e atores do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH, em decorrência das metas previstas no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, criado pela Agência Nacional de Águas – ANA. (http://www.sigrh.sp.gov.br/capacita). Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas -PROCOMITES: Acompanhamento do quadro de indicadores e metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, para o estado de São Paulo. Salas de Situação Realização de entrevistas presenciais e por vídeo conferência nas UGRHIS que possuem salas em operação ou em instalação, com objetivo de elaborar informação técnica para subsidiar os colegiados a concluírem etapa de instalação de salas de situação até 2023, conforme metas propostas no PPA 2020-23. Acompanhamento de 13 Reuniões da Sala de Crise do Paranapanema, em 2020, por videoconferência. Acompanhamento e apoio às instâncias dos Sistemas Integrados de Gerenciamento de Recursos Hídricos Estadual e Nacional. Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI – preparação de documentos e realização de quatro reuniões para análise de documentos pertinentes ao PERH e a serem submetidos ao CRH; Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH - Realização de 07 reuniões para recomposição das Câmaras e cumprimento dos planos de trabalho definidos na Deliberação CRH 212/2018. Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH - Interação permanente com as Secretarias Executivas dos 21 comitês, e realização de três encontros estaduais para nivelamento de informações e estabelecimento de diretrizes realizados por videoconferência. Acompanhamento e suporte à participação de representantes do CRH nas reuniões plenárias e de câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Produção de material técnico, informativo e de divulgação do SIGRH: Produção de 11 edições do informativo eletrônico "Correnteza Express". Sistemas de comunicação social: Investimento na transparência das informações e na democratização da gestão por meio do gerenciamento e criação de conteúdos para o Portal SIGRH (www.sigrh.sp.gov.br) e de ferramentas de comunicação como Facebook e YouTube. Conselho de Orientação do FEHIDRO – COFEHIDRO: Em 2020 o COFEHIDRO realizou uma reunião em 31/01/20 e tem programada uma segunda reunião para 15/12/20. Na primeira reunião foram aprovadas sete deliberações: (i) alterações de prazos para contratação de empreendimentos indicados ao FEHIDRO em 2019 no 1º e 2º períodos; (ii) aprovação dos termos e condições do contrato entre a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e o Banco do Brasil S/A, para exercer as funções de Agente Financeiro do FEHIDRO; (iii) alteração da data de entrega dos Planos de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água; (iv) alteração de itens do Manual de Procedimentos Operacionais – MPO de Investimento; (v) contratação de serviços técnicos para execução das atividades atualmente afetas aos Agentes Técnicos; (vi) aprovação do Plano de Trabalho do Programa de Fiscalização Continuada do Departamento de Águas e Energia Elétrica – PROFISC-DAEE, definido como programa especial de interesse público; (vii) e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO com receitas da CFURH.

Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração (CPGM) - As ações da CPGM, devido às sistemáticas de trabalho distintas, podem ser segmentadas em direcionadas ao setor minerário e vinculadas ao setor petrolífero: 1. Mineração **-** A atividade minerária do Estado de São Paulo encontra-se entre uma das cinco maiores do Brasil, movimentando cerca de 4,33 bilhões de reais em produção bruta no presente ano. Notadamente realizada a partir da extração de substâncias não metálicas (água mineral, areia, argila, brita, calcário, caulim, rocha fosfática e etc.) a mineração do Estado é voltada para o mercado interno, em especial o setor da construção civil. Apoio aos municípios: Devido à característica locacional da atividade mineral, a ação de apoio aos municípios é preponderante para que a mesma ocorra de maneira harmônica com outras atividades de uso e ocupação do solo. CFEM e Legislação Ambiental – assistência prestada frente às demandas especifica de cada município, principalmente no que se refere à legislação ambiental/mineral e arrecadação de CFEM. Considerando a atividade mineral como essencial para manutenção da Economia durante a Pandemia, foi encaminhado ofício aos Municípios Mineradores visando a manutenção das operações das empresas de mineração. Apoio aos mineradores: A presente coordenadoria promoveu junto à CETESB e ANM seção de alinhamento e supressão de dúvidas quanto a processos de licenciamento de empreendimentos minerários, visando ampliar a celeridade para regularização das operações. A difusão das possibilidades de destinação de áreas mineradas continuou na pauta da coordenadoria de forma destacada, discussões sobre o assunto foram realizadas junto a entidades representantes do setor produtivo, FIESP e associados. Novos regramentos para recuperação de áreas degradadas foram geradas em conjunto com a CETESB, através da Resolução SIMA 67, de 03 de setembro de 2019. Participou-se também de reuniões com as entidades representativas do setor e órgãos de governo para promoção e articulação da agenda mineral paulista, envolvendo ações vinculadas ao licenciamento ambiental e mineral, logística dos bens minerais e uso dos rejeitos de mineração. Fórum de Mineração do Vale do Ribeira: Inserido no contexto do Programa Vale do Futuro, foi realizado o 1° Fórum de Mineração no Vale do Ribeira com objetivo de promover a construção de uma Política Mineral Sustentável, induzir o desenvolvimento socioeconômico e fortalecer o setor produtivo mineral. Participaram do evento representantes do Governo de São Paulo, representantes das prefeituras locais e consórcios da região, agentes do Governo Federal (ANM e CPRM), CETESB, Fundação Florestal, sociedade civil, pesquisadores e setor produtivo local. Do presente evento foi elaborado um relatório contendo o Registro geral do Fórum Mineral, que sistematiza as contribuições dos participantes de forma detalhada, a partir dele estão sendo viabilizados e elaborados os seguintes projetos e ações: 1) Constituição de uma comissão para a formulação de uma política mineral para a região; 2) Estimulo a elaboração do Ordenamento Territorial Geomineiro; 3) A instituição de Arranjo Produtivo Local – APL de base mineral, contemplando as regiões do Vale do Ribeira e Alto Paranapanema; 4) Conselho Estadual de Geologia e Mineração. Programa de revisão e consolidação de legislações: Contempla a linha de ações da presente coordenadoria promover e participar da atualização de legislações minerais e ambientais que permeiam as atividades do setor, no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Revisou-se a Resolução SMA 69, de 06 de novembro de 1997 – em articulação com a CETESB consolidando-a na Resolução SMA 67/20, que dispõe sobre a extração de areia e argila na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguari Mirim. -Meio Ambiente e Responsabilidade Social: a) Comitê de Integração de Educação Ambiental - com o objetivo de inserir a atividade mineral nas discussões de Zoneamento Ecológico Econômico, participou-se da elaboração da Resolução para Diretriz de Educação Ambiental do ZEE; b) Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável – contribui-se com as discussões relacionadas à implementação das ODS nas políticas minerais e desenvolvendo de ações vinculadas ao setor; c) Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – participou-se das discussões de revisão e elaboração do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de São Paulo (PERS), inserindo no que tange a temática mineração, dados e ações sobre os rejeitos oriundos do processamento mineral depositados em estruturas de barramento; d) Participou-se da elaboração do Livro: Instrumentos de Planejamento Licenciamento e Gestão Ambiental no Estado de São Paulo – Caderno de Apoio para Profissionais – 2019; e) Participou-se da elaboração do Relatório de Qualidade Ambiental 2020/2019 buscando atualizar os conceitos e valores da atividade mineral paulista em 2019. Implantação e Fortalecimento da Politica Mineral: Foi assinado o Acordo de Cooperação com o Serviço Geológico do Brasil CPRM – com o objetivo de integrar as atividades e desenvolver ações conjuntas entre as instituições, promovendo o cruzamento dos dados do setor mineral e maximizando as ações de interesse do Estado executada por esta entidade no território Paulista. Acompanhamento de Barragens do Estado de São Paulo: foi publicada Resolução SIMA/CMIL/ SDE n°1/2020, que cria o Comitê de acompanhamento permanente das ações relacionadas à segurança de barragens do Estado de São Paulo, inseridas na Politica Nacional de Segurança de Barragens – PNSB. Após algumas reuniões, estruturou-se a linha de ações do comitê, considerando as recomendações do Relatório de Barragens do Estado de São Paulo – 2019. Os dados das barragens do Estado estão sendo acompanhados considerando a necessidade de documentação exigida pela PNSB. 2.Petróleo e Gás - Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Coordenadoria ao longo de 2020 atuou no fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo. -Reservas de Petróleo e Gás Natural - a) Nova Política de E&P e Calendário Plurianual de Rodadas – Acompanhamento das rodadas e áreas confrontantes ao Estado de São Paulo para atração de empresas estrangeiras e divulgação das oportunidades para empresas, fornecedores e desenvolvimento socioeconômico. Oferta de Petróleo e Gás -a) Alternativas de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo - A Coordenadoria vem acompanhando e apoiando institucionalmente o desenvolvimento dos estudos técnicos, econômicos e ambientais para a implantação de infraestrutura de suprimento de gás em São Paulo (via importação do gás natural da Bolívia ou via terminais de gás natural liquefeito – GNL), para promover a competitividade dos preços deste energético e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista. Em 2019 foram aprovadas pelo Consema as Licenças Prévias – LP do terminal de GN, Projeto de Reforço Metropolitano e das duas termelétricas a gás natural no Estado – Complexo Pedreira, da EMAE, com 2,5 GW, e Lins, com 2,1 GW. Em 2020 foram obtidas as Licenças de Instalação do Terminal de GNL na Baixada Santista e do Projeto de Reforço Metropolitano, que devem garantir suprimento para o Estado. Além disso, foram realizadas discussões com o empreendedor da UTE Lins para identificar potenciais fornecedores de gás. -Exploração e Produção a) Operadoras – Realizadas reuniões e discussões para manter competitivo o ambiente de negócios em São Paulo, incluindo tratativas com a Secretaria da Fazenda. Realizados debates com o IBP para garantir estabilidade regulatória. b) Sumário Executivo de Petróleo e Gás – Publicação com informações sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, preços e arrecadação de royalties, permitindo o acompanhamento e monitoramento do mercado de petróleo, gás e derivados. c) Boletim da Produção –Publicação elaborada mensalmente, divulgando volumes de produção dos Estados edas Bacias Sedimentares, permitindo posicionar o São Paulo entre os produtores. d) Mapeamento Geoespacial –Atualização da Base de Dados Geoespacial de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos (RJ) e Espírito Santo, incluindo as áreas a serem ofertadas em 2021 na 7ª Rodada da Partilha e na 17ª Rodada de Concessões. Além disso, foi realizado o acompanhamento da produção individualizada por campo, com a atualização periódica dos Mapas da Exploração e Produção da Bacia de Santos. e) Atualização do Observatório da Exploração de Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo – Atualização do Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo, com dados e indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para a região da Baixada Santista. f) Análise do Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2030 –Análisecrítica e comentários ao Plano elaborado pela EPE e colocado em Consulta Pública, avaliando os efeitos de sua implantação na economia paulista. g) Participação na Câmara de Petróleo e Gás da Associação Comercial de Santos – ACS, para fortalecimento da região da Baixada Santista. -Arrecadação de Participações Governamentais (Royalties e Participação Especial). a) Monitoramento e Elaboração de estimativas do potencial de produção de petróleo e gás e arrecadação de royalties na Bacia de Santos – Informações divulgadas mensalmente, na forma de Boletim de Arrecadação das Participações Governamentais de Petróleo e Gás. b) Assessoramento Técnico –A Coordenadoria continuou prestando assessoria técnica à PGE, IGC e Fazenda na avaliação de impactos sobre ações no STF, como a envolvendo o traçado das linhas interestaduais marítimas e potencialmente o campo de Baúna (paulista) – julgada desfavorável a São Paulo, a referente ao ICMS do gás importado da Bolívia – julgada desfavorável a São Paulo, e a constitucionalidade da Lei que redistribui as participações governamentais entre Estados e Municípios – aguardando julgamento pelo STF. - Transporte de Gás Natural – a) SWAP – Em 2020 a Coordenadoria acompanhou as discussões da ARSESP para regulamentação do swap da distribuição, o que deve permitir intercâmbio entre diferentes concessionárias. Acompanhamento dos Derivados de Petróleo - a) Subvenção ao Diesel – A Coordenadoria acompanhou e sistematizou informações sobre o programa de subvenção do diesel, decorrente da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio/2018, e seus efeitos no consumo e substituição de derivados no país e na política de preços de combustíveis da Petrobras. - Distribuição de Gás Natural - a) Revisão Tarifária - Em 2020 foram realizadas tratativas com a ARSESP para criar as condições regulatórias e tarifárias para ampliar os investimentos, dentre os quais o projeto Cidades Sustentáveis, da Gás Brasiliano, que irá para construir 65 km de gasodutos de distribuição para levar o biometano produzido na usina Cocal, localizada em Narandiba, para as cidades de Presidente Prudente e Pirapozinho. b) Novo Mercado de Gás – Em 2020 foram realizadas discussões com diversos atores para construção de consenso que permitisse a aprovação do PL da Nova Lei do Gás, aprovado pela Câmara dos Deputados, que está em análise no Senado Federal. A Coordenadoria acompanhou ainda o processo de Tomada Pública de Contribuições pela ANP, sobre as medidas regulatórias no tocante ao mercado de gás que podem ser adotadas para acelerar a transição para o mercado de gás. -Cadeia de Fornecedores para a Indústria de Petróleo e Gás - a) Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores - Cooperação com a Fiesp/Ciesp, Abimaq e Abinee, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo à cadeia de fornecedores paulistas. Participação na Fenasucro em 2020, envolvendo a indústria sucroalcooleira e representantes locais. b) Formulação de Agenda Competitiva para a cadeia produtiva paulista de petróleo – Atuação com a Investe São Paulo e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, relacionada à sistematização de dados e análises de viabilidade das atividades da indústria de Petróleo e Gás Paulista, envolvendo a evolução da oferta no Estado e investimentos em Exploração & Produção. -Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). a) Apoio institucional à implantação do Centro Tecnológico da Baixada Santista - CTBS –Centro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas universidades estaduais (USP, Unicamp e Unesp), utilizando recursos de P&D da Petrobras. Em 2020 a Coordenadoria participou de reuniões com a Petrobras e Pró-Reitores de Pesquisa das Universidade Estaduais Paulistas para aprovação do projeto. b) Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural – Parceria Fapesp e Shell – Em 2020 a Coordenadoria participou de inúmeros eventos do RCGI. c) Pesquisa e Desenvolvimento de motor flex Diesel/Gás para veículo pesado (caminhão) –Apoio na construção do Acordo de Cooperação entre a Usina São Martinho, Gas

Brasiliano, Mahle e Convergás para o desenvolvimento de projeto de P&D visando a conversão de motor de caminhão diesel para gás, para testes e simulações de bancada quanto à eficiência, taxa de substituição e custos de operação com ambos os combustíveis. d) Centro de Pesquisa Statoil e Unicamp – Acompanhamento dos projetos em desenvolvimento. e) Chamada Pública FAPESP Ciência para o Desenvolvimento – articulação e proposição de projetos para financiamento pela FAPESP, nas temáticas de resíduos, energia e meio ambiente. f) Under2Coalition – Cooperação com a iniciativa do The Climate Group, em apoio à Assessoria Internacional, visando elaboração cenários no projeto Under2Coalition. g) Comitê de Integração de Políticas Globais de Desenvolvimento Sustentável – Participação nos eixos de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e Mudanças Climáticas. h) Grupo de Trabalho – GT 05 do CIRS – Rotas Tecnológicas – Coordenação das atividades de novas rotas tecnológicas para o aproveitamento de resíduos sólidos urbanos, em consonância às diretrizes do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos – CIRS, das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos (esta última em revisão pela SIMA), do Plano Estadual de Saneamento Básico (em elaboração), com base no conceito de aterro mínimo e foco na regionalização e consórcios. - Institucional a) Orientação a Investidoras – Realizadas mais de 15 reuniões com empresas de diferentes segmentos para orientação e apoio institucional para realização de investimentos no Estado.**-** Parcerias em 2020 Protocolos de Intenção firmados**:** a) Instituto de Engenharia - Desenvolvimento de estudos e ações conjuntas, notadamente com operadoras e empresas do setor,b) ABENDI – Elaboração de estudos, desenvolvimento, treinamento, qualificação e formação profissional, em temas multisetoriais; c) Prefeitura do Guarujá – Atração de investimentos e criação de polo de desenvolvimento no município; Protocolos e acordos em negociação: d) Swedfund – Em tratativas para assinatura de Convênio para avaliação do biogás e biometano, com financiamento por fundo sueco, e) GBC-Brasil – Em tratativas para formalização de parceria para projetos e certificação de edifícios inteligentes, f) FAPESP – Em discussão Protocolo para pesquisa e projetos em bioenergia, g) Consulado Britânico – Proposto projeto para aproveitamento energético de resíduos (em análise). -Otimização Energética **–** Em 2020 foi concluído o processo de contratação de Consultoria para análise e proposição de ações para otimização energética no âmbito da Administração Pública do Estado. Contrato iniciado em set/20 com duração de 30 meses com análise de eficiência energética, mercado livre, geração de energia própria, entre outros. A expectativa é que esta iniciativa resulte em economia superior a 30% dos dispêndios do Estado com energia a partir de 2022, o que representa uma redução da ordem de R$ 200 milhões/ano ao Erário.

Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – SABESP - A Sabesp a terceira maior companhia de saneamento do mundo em termos de receita, segundo levantamento da *Global Water Intelligence* em 2019, prosseguiu no desenvolvimento de sua missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e meio ambiente, investindo cerca de R$ 3,1 bilhões, em moeda corrente, até setembro de 2020, para potencializar suas ações na efetivação de sua visão de futuro de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente. Desempenho Operacional: A Sabesp opera atualmente (setembro de 2020) 375 municípios no Estado de São Paulo, abastecendo diretamente cerca de 27,4 milhões de paulistas e vendendo água tratada a municípios que operam seus sistemas (aproximadamente 1,0 milhão de pessoas) por meio de sua infraestrutura de distribuição que atinge 84 mil quilômetros extensão. Além disso, cerca de 24,2 milhões de habitantes do Estado tem seus esgotos coletados por meio de uma infraestrutura de esgotamento sanitário que conta com 57 mil quilômetros de redes de coleta, emissários e interceptores de esgoto. O quadro funcional da Companhia, em set/20 é de 13.533 empregados, representando um decréscimo de 3,0% em relação a dez/2019. Dessa forma, a evolução do índice de produtividade pode ser observada a seguir:

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
Ligações por empregado *(Ligações Totais de Água + Ligações Totais de Esgoto) / número de empregados próprios*	948	1.008	1.074	1.114	1.141	1.139	1.305	1.366

*Setembro de 2020

Com relação aos principais indicadores definidos no planejamento estratégico, as metas definidas para o ano e as realizações em 2020 seguem na tabela abaixo:

Indicador	Meta para 2020	Realização 2020
Nº de Novas Ligações de água (ligações x 1.000)	194	218(1)
Nº de Novas Ligações de esgoto (ligações x 1.000)	240	261(1)
Atendimento em Água (%)	Tendendo à universalização (2)	Tende à universalização (95%) (4)
Cobertura com abastecimento de água (%)	Tende à universalização (3)	Tende à universalização (98%) (4)
Atendimento em coleta de esgoto (%)	85%	86% (4)
Cobertura com coleta de esgoto (%)	92%	92% (4)
Economias Conectadas ao Tratamento de Esgoto (%)	74%	75%(4)
Índice de Perdas por Ligação IPDt (litros/ligaçãoxdia)	273	271(4)

(1) Valores projetados para dezembro a partir da realização até outubro/2020.
(2) 95% ou superior.
(3) 98% ou superior.
(4) Valor referente a setembro/2020.

Gestão Ambiental: -A empresa atua em várias frentes para aprimorar a gestão ambiental, pautada nas diretrizes propostas em sua Política de Meio Ambiente. Dentre os Programas Corporativos em andamento destacamos os seguintes: (1) Implantação progressiva e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) e Estações de Tratamento de Água (ETAs). A norma ISO 14001 é aplicada a um escopo limitado de estações certificadas e, para as demais estações é utilizado um modelo próprio (denominado SGA Sabesp), sem objetivos de certificação. O SGA está presente atualmente em 392 estações, com mais 154 em fase de implantação, sendo que 36 destas estão certificadas na ISO 14001. A perspectiva é implantar o SGA em todas as estações até 2024; (2) Programa Corporativo de Renovação e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos; (3) Programas Corporativos de Renovação e Manutenção do Licenciamento Ambiental das ETEs, ETAs e Estações Elevatórias de Esgotos (EEEs); (4) Programa Corporativo de Regularização de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs), com plantio e manutenção de um milhão de mudas de espécies nativas regionais no período de dez anos, para fazer frente às obrigações atuais, bem como às futuras compensações ambientais decorrentes da implantação de novos empreendimentos; (5) Participação nos colegiados de recursos hídricos, incluindo acompanhamento do processo de cobrança pelo uso da água. A SABESP manteve sua representatividade nos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, nos quatro Comitês Federais com abrangência no Estado de São Paulo e nos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos; (6) Programa Corporativo de Educação Ambiental – PEA Sabesp que integra atividades de diversas naturezas como cursos e palestras para os públicos interno e externo, atividades de arte-educação, visitas monitoradas às ETEs e ETAs, plantio de árvores, entre outras. Conta com envolvimento da sociedade e parcerias com instituições de ensino, prefeituras, secretarias de estado e organizações não governamentais, incluindo formação de professores e alunos; (7) Programa Sabesp 3Rs de gerenciamento de resíduos sólidos de atividades administrativas, visando a minimização geração, reutilização e destinação para reciclagem; (8) Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa, alinhado às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), incluindo a elaboração de inventários de emissões, totalizando 13 inventários desde 2007; bem como atividades de sensibilização acerca das questões climáticas e incentivo a ações de redução de emissões de GEE na operação.(9) Programa Corporativo de ETEs Sustentáveis, visa a disseminação da cultura da sustentabilidade na Sabesp e a aplicação de tecnologias e práticas para transformar os subprodutos gerados nas estações, especificamente, o biogás, o lodo e o efluente, em recursos sustentáveis para uso benéfico com valor agregado para o mercado, considerando o seu aproveitamento energético. O Programa conta com 18 unidades em fase de certificação no sistema de selos de sustentabilidade desenvolvido, sendo 06 delas com selo aplicado. Além dos Programas Corporativos de Gestão Ambiental, estão em desenvolvimento várias iniciativas e projetos visando o uso sustentável dos recursos naturais e a valorização dos serviços de saneamento. Como exemplo destacamos programas de uso racional da água e de reuso de efluentes, programa de geração distribuída com usinas fotovoltaicas, ações de proteção de mananciais, manutenção de reservas florestais e viveiros de mudas e soluções sustentáveis para destinação final dos lodos gerados nos tratamentos de água e esgoto. Relacionamento com clientes: Na constante busca pelo aprimoramento do relacionamento com seus clientes, a Sabesp está desenvolvendo um projeto para substituição do sistema comercial e de atendimento aos clientes, dentro do escopo do Projeto SiiS – Sistema Integrado de Informações Sabesp. A substituição do sistema traz diversas novidades como: sistema de atendimento; inovações na interação com os clientes com uso de novas tecnologias; modernização dos processos de faturamento, cobrança e gestão de serviços; atendimento de forma plena aos requisitos da ARSESP. Para ampliar o acesso e a inclusão de clientes com deficiência auditiva, os novos contratos de atendimento presencial contam com cláusula onde o fornecedor deve disponibilizar atendimento por libras (Língua Brasileira de Sinais) aos clientes. Paralelamente, há o desenvolvimento e implantação de novos serviços e funcionalidades no aplicativo Sabesp Mobile e Agência Virtual, que trazem maior comodidade ao cliente em suas solicitações de serviços. Satisfação dos clientes: Para aprimorar o atendimento, a Sabesp realiza durante o ano a "pesquisa de satisfação" e a "Pesquisa da Experiência do Cliente" que monitoram a satisfação dos clientes em relação ao atendimento e execução de serviços considerando as melhores práticas de mercado. Em 2020 (até Setembro) o resultado da pesquisa de satisfação atingiu 86% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos. Contratualização com municípios: - Continuando em seu esforço para renovação dos contratos de prestação de serviços de saneamento, a Sabesp, até setembro/2020, assinou 341 contratos sob a Lei de Saneamento com municípios operados, sendo 304 Contratos de Programa na Diretoria de Sistemas Regionais e 37 Contratos Metropolitanos na Diretoria Metropolitana[17]. Novos Negócios: -

[17]*Considera o contrato parcial com o município de Mogi das Cruzes (bairro Jardim da Divisa).*

Prestação de Serviços de Água e/ou Esgotos em parceria: Um dos principais mecanismos para atender à crescente demanda do mercado de saneamento é a formação de Sociedades de Propósito Especifico (SPEs), que tem se mostrado um útil caminho para a universalização do saneamento no Estado de São Paulo, atraindo investimentos do setor privado e promovendo desenvolvimentos tecnológicos. A Sabesp participa de quatro SPEs na prestação de serviços de água e/ou esgotos: Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua em Mairinque e SESAMM em Mogi Mirim. Essas SPEs são associações com o setor privado e têm como forte objetivo acelerar o desenvolvimento do saneamento nos municípios paulistas. Em Mogi Mirim, a estação trata 65% de todo o esgoto sanitário gerado no município, sendo que em setembro de 2021 esse percentual passará a 90%, ressaltando que a estação tem 97% de eficiência e atende 100% de todos os parâmetros contratuais. Esse resultado contribui para melhoria na qualidade das águas dos Rios Mogi Mirim e Mogi Guaçu. O volume de efluente final reaproveitado na forma de reuso representa 94% de toda água consumida no processo. A estação de tratamento é certificada ISO 9001, estando em fase de análise as condições para certificação ISO 14.001 e 50.001. Em 2019 foi implantada na Estação a primeira usina fotovoltaica para geração de energia elétrica no país, atendendo até 40% da demanda da ETE. -Em Mairinque**,** está em fase de construção a primeira Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do município, que atenderá a 40% do volume coletado. Já ocorreu a conclusão de 65% das obras para implantação da ETE no primeiro semestre de 2020, bem como 96% das obras lineares (instalação de redes, coletores e linhas de recalque). Para ampliação do sistema de coleta e afastamento de esgoto, estão em construção 5 estações elevatórias de esgoto, com 50% das obras concluídas. No tocante às perdas de água, a empresa fechou setembro de 2020 com um índice de perdas de 24,4%, contra um índice de 30% em setembro de 2019, o que representa uma redução em perdas de quase 18% em apenas um ano. Em Andradina, estão sendo realizados investimentos em obras e sistemas de combate às perdas para atingimento da meta de redução, além da ampliação da reservação do sistema de abastecimento de água e adequação de poços. No final de 2019, iniciou obras para implantação de aproximadamente 4 mil metros de rede coletora e ligações domiciliares no Distrito de Planalto, para posterior implantação de linha de recalque e estação elevatória de esgoto. A empresa opera muito próxima da universalização de seus serviços, com índices de atendimento na ordem de 99%. Em Castilho**,** onde a empresa já atingiu a universalização dos serviços de água e esgoto, foram realizadas, no primeiro semestre de 2020, obras na ETE Bairro 17, responsável pelo tratamento de 80% do esgoto da cidade. Energia Elétrica: Foi constituída uma sociedade de propósito específica (SPE) entre a Sabesp e as empresas Tecniplan e Servitec para a utilização do potencial energético das ETA Guaraú (3,5 MW) e Vertedouro Cascata (2,5 MW). A Sabesp tem 25% das ações da SPE, sendo que foi celebrado um contrato de fornecimento de energia elétrica com prazo de 20 anos com grande consumidor, com previsão de início de operação do sistema até o final de 2021. Tecnologia e inovação para destinação de resíduos: a destinação final dos resíduos provenientes dos sistemas de tratamento de água e esgotos, tem sido uma das áreas de concentração de estudos e projetos em busca de soluções economicamente viáveis e ambientalmente sustentáveis. Destacam-se estudos e projetos para a melhoria do modelo integrado de recuperação de energia do lodo e seu aproveitamento como insumo agrícola, bem como iniciativas para secagem por irradiação solar e beneficiamento de biogás para uso veicular, entre outras alternativas. Soluções Ambientais: A Sabesp desenvolveu um pacote diferenciado de produtos e serviços direcionados às empresas que procuram utilizar melhor seus recursos hídricos. O Programa Sabesp Soluções Ambientais teve como principais resultados em 2020: -Programa de Recebimentos de Esgotos Não-Domésticos (PREND): Para dar destino adequado aos efluentes

resultantes de processos produtivos de empresas, a Sabesp, de forma indireta, disponibiliza estrutura adequada para o recebimento desses materiais recebidos via caminhão-tanque. Com esse fim, a Attend Ambiental, onde a Sabesp é acionista, possui uma central de pré-tratamento, cujo objetivo é enquadrar os efluentes de diversas atividades industriais, comerciais e de serviços aos padrões legais exigidos para lançamento na rede coletora da Sabesp. As instalações de recebimento da Attend dispõem de 36 baias de descarga com capacidade para receber até 611 caminhões por dia que equivalem a 12.360 m³.

Programa de Uso Racional da Água (PURA): O Programa do Uso Racional da Água (PURA) é um conjunto de ações, que promove a redução no consumo de água do cliente, sem comprometer o conforto e a higiene do usuário no seu dia a dia. As intervenções do Programa são basicamente: pesquisa e correção de vazamentos em ramal predial, reservatórios, pontos de consumo; substituição de aparelhos hidros sanitários por aparelhos de baixo consumo de água; campanha educacional visando estimular a redução do consumo de água, e gestão do consumo de água via IoT.

O quadro abaixo apresenta anualmente, as quantidades de RGIs com o PURA, no período:

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RGIs Cadastrados na tarifa	874	941	1.303	1.671	3.050	2.995

A implantação do PURA nesses imóveis colabora para a postergação de investimentos em Sistemas de Água e Esgoto e ainda, propiciou uma conservação mensal de água tratada na rede pública de 225litros/segundo, suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 90 mil habitantes. Medição Individualizada: Resultados do programa até setembro de 2020, na RMSP: - 370 Condomínios implantados; - 43.570 Unidades Autônomas que recebem conta Sabesp; - 4.649 Condomínios atendidos desde a implantação do programa. Modernização da gestão e investimentos: Em 2020, a Sabesp deve investir cerca de R$ 3,5 bilhões em recursos orçamentários (valor financeiro; não contábil). Estes investimentos estão focados nos, cujos principais resultados estão descritos a seguir. Programa Metropolitano de Água: As medidas emergenciais que garantiram uma travessia sem o colapso do abastecimento durante o período mais crítico foram possíveis pela existência de um sistema de abastecimento robusto, que vem sendo estruturado há mais de duas décadas por meio do Programa Metropolitano de Água (PMA) implantado em meados da década de 90. Ao contrário do fenômeno climático ocorrido no biênio 2014-2015, as intermitências do abastecimento dos anos 90 eram decorrentes de gargalos estruturais, com a insuficiente capacidade de tratamento, adução e distribuição da água em uma região densamente povoada e com acentuado crescimento demográfico. Desde 2000, o PMA aumentou a capacidade de produção em 14,1 m³/s com destaque para: ampliação de 5,0 m³/s do Sistema Produtor Alto do Tietê por meio da Parceria Público Privada concluída em 2011; ampliação de 1,0m³/s do Sistema Produtor Rio Grande, ampliação de 2,1 m³/s no Sistema Produtor Guarapiranga concluída em 2015; e mais 6,0 m³/s com a implantação do Sistema Produtor São Lourenço em 2018. Em continuidade ao objetivo de ampliar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, o destaque fica para a execução da interligação entre as represas Jaguari (bacia do Rio Paraíba do Sul) e Atibainha (bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiai - PCJ) integrante do Sistema Produtor Cantareira, concluída em 2018. Em 2020, a Companhia prevê investir aproximadamente R$ 117 milhões no PMA. Projeto Tietê: Instituído em 1992, o projeto tem como objetivo contribuir para a revitalização progressiva do rio Tietê e seus afluentes, na bacia hidrográfica do Alto Tietê, onde está inserida a RMSP, por meio da ampliação e otimização do sistema de coleta, transporte e tratamento de esgotos. Desde que foi iniciado, o projeto já levou coleta e tratamento de esgoto a mais de 11 milhões de pessoas na RMSP – contingente maior do que toda a população de países como a Suécia. Com investimentos de aproximadamente US$ 3,1 bilhões, por meio de financiamentos contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal, foram executados 1,8 milhão de ligações domiciliares de esgoto e instalados 4,5 mil quilômetros de interceptores, coletores-tronco e redes para coletar e transportar o esgoto da RMSP até as estações de tratamento. A capacidade instalada de tratamento foi triplicada, com a construção das ETEs ABC, Parque Novo Mundo e São Miguel e ampliação da ETE Barueri, maior estação da América do Sul e uma das maiores do mundo. Como resultado, a cobertura com rede de coleta de esgoto que atendia 70% da área urbanizada da RMSP, em 1992, saltou para 91%, e o tratamento dos esgotos ampliou de 24% para 81% do volume coletado. Entre as ações concluídas em 2020 destacam-se os interceptores ITi.7 e ITa.1-J, estação elevatória Nova Piqueri e coletor tronco Anhangabaú, conjunto de obras que ampliou a coleta e o tratamento de esgoto na região central do município de São Paulo, beneficiando mais de 350 mil pessoas com esgotamento sanitário e melhorando o sistema que atende diretamente mais de 2 milhões de pessoas na região central. Vale destaque também a entrada em operação do Sistema Laranjeiras, no município de Caieiras, composto pela Estação de Tratamento de Esgotos Laranjeiras, 7,7 km de coletores-tronco e interceptores de esgotos e quatro estações elevatórias. Em 2020, estão previstos investimentos de aproximadamente R$ 390 milhões no Projeto Tietê. Onda Limpa: A universalização da coleta e tratamento de esgotos em toda a Baixada Santista deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos, também, na qualidade das águas das praias paulistas, sua balneabilidade e, consequentemente, na atividade turística dessa que é uma das regiões de maior crescimento no país atualmente. Os recursos têm origem na própria companhia, em empréstimos concedidos pela JICA, em recursos oriundos do FGTS e de financiamentos concedidos pelo BNDES e pela Caixa. Em 2020, foram investidos aproximadamente R$ 343 milhões neste programa. -Água no Litoral: O programa beneficia aproximadamente 3,1 milhões de pessoas, entre moradores e turistas que afluem à região, e tem a finalidade de aumentar o nível de confiabilidade dos sistemas de abastecimento de água da Baixada Santista, com a ampliação da capacidade de produção, destacando-se as obras do Sistema de Abastecimento de Água de Boiçucanga em São Sebastião, Sistema de Abastecimento de Água Guaraú em Peruíbe. O investimento nesse programa em 2020 será de aproximadamente R$ 53 milhões. Esgoto no Litoral: A universalização da coleta e tratamento de esgotos nos municípios da Baixada Santista, Litoral Norte e Litoral Sul deverá ser atingida até o final da próxima década, com efeitos positivos também sobre a qualidade das águas das praias paulistas e sua balneabilidade. Em 2020, estão sendo realizadas obras de expansão do atendimento em Bertioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba, entre outros, com previsão de investimento de cerca de R$ 80 milhões. Programa de Água e Esgotos do Interior: A Sabesp opera em 334 municípios no interior do Estado de São Paulo, onde os serviços de abastecimento de água são considerados universalizados, realizando diversas ações para a garantia de abastecimento de água nos municípios operados no interior. Em 2020, somados estes dois programas estruturantes, estão sendo investidos aproximadamente R$ 220 milhões. Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água: Iniciado em 2009, e com prazo de realização previsto para 11 anos, o programa visa reduzir a perda de água por ligação de 436 litros (dezembro de 2008) para 273 litros diários por ligação até 2020. Em setembro de 2020, a perda de água verificada foi de 271 litros por ligação por dia, o índice de perda de água faturada foi 17,5% e o índice de perda de água total medido foi, em média, 27,6%. Em virtude do impacto negativo da crise hídrica sobre nossa receita em 2014 e 2015 e da necessidade de priorizar os investimentos na produção de água, o escopo e as metas do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água foram revistos. O programa conta com financiamento da JICA, da Caixa e do BNDES, além de recursos próprios, e tem previsão de investimento de R$ 6,2 bilhões. Projeto Novo Rio Pinheiros: O projeto Novo Rio Pinheiros é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para despoluir o rio Pinheiros até 2022, da qual participam Sabesp, EMAE, Cetesb e DAEE, sob coordenação da SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, além de outros órgãos estaduais. No âmbito Sabesp, trata-se de um conjunto de ações e empreendimentos para retirada da carga de poluição por esgotos domésticos do rio Pinheiros, por meio da atuação em todas as sub-bacias dos seus principais afluentes, que ainda tenham necessidade de intervenção como, por exemplo, de obras estruturantes (construção de redes e coletores de esgoto) e ligação de imóveis não conectados às redes de esgotamento sanitário, evitando assim os despejos de esgoto doméstico nos afluentes do rio Pinheiros. Até setembro de 2020 foram conectadas ao tratamento de esgoto 54.966 economias na bacia do rio Pinheiros. Em locais de ocupação informal, onde não é possível a implantação de infraestrutura de coleta e afastamento, haverá tratamento dos próprios corpos d'água por meio de estações locais de tratamento das águas. São previstos recursos da ordem de R$ 1,5 bilhão.

Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) - a EMAE possui características que a tornam peculiar em relação às empresas do setor elétrico brasileiro, pois a maior parte de seus ativos está localizada em áreas urbanas densamente povoadas, e são utilizados, de forma expressiva, para outros fins como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer. A empresa é responsável pela operação de controle de enchentes do Rio Pinheiros e dos reservatórios Guarapiranga, Billings e Pirapora. Neste ano, a Empresa deu importantes passos para ampliação de sua capacidade de geração, com o avanço no processo que levará à remotorização da PCH Edgard de Souza e com a abertura de um edital para selecionar parceiros interessados em instalar plantas de geração de energia por fonte fotovoltaica flutuante no reservatório Billings. Outro processo que obteve sucesso neste ano foi a concessão das áreas adjacentes à Usina São Paulo para iniciativa privada implantar estruturas de lazer e serviços, dando novas destinações ao local. Segue, abaixo, um resumo dos principais destaques de 2020 até o momento. 1.Avanço no processo de obtenção da autorização para o projeto da PCH Edgard de Souza. O projeto, com 11.960 kW de potência instalada, recebeu a autorização da ANEEL para buscar junto aos órgãos competentes o licenciamento ambiental e a outorga de recursos hídricos. 2. Licitação das áreas adjacentes à Usina São Paulo. O Consórcio Usina São Paulo SPE, vencedor da licitação em setembro de 2020, pagará à EMAE a outorga fixa total de R$ 280.050 mil, para explorar comercialmente as áreas adjacentes à Usina São Paulo. O pagamento se dará em parcelas mensais, a partir de dezembro de 2021, reajustadas anualmente pela variação do IGPM. Adicionalmente, a EMAE receberá a parcela referente à outorga variável, em percentual que varia de 4% a 8% sobre o faturamento bruto do projeto que será desenvolvido nas áreas. 3. Chamada Pública para empreendimentos de geração solar fotovoltaica flutuante no Reservatório Billings. Seguindo o compromisso de desenvolver fontes alternativas e sustentáveis de geração de energia elétrica, a EMAE irá selecionar potencias parceiros para implantar empreendimentos de geração de elétrica, a partir de fonte solar fotovoltaica flutuante, com capacidade de 1MWp a 30MWp, a serem instalados no reservatório Billings. 4. Valorização da ação preferencial da EMAE (B3: EMAE4) em 51,3%, entre os meses de novembro de 2019 e novembro de 2020. Os resultados financeiros apresentados ao mercado no período, aliado ao anúncio do resultado da licitação das áreas da Usina São Paulo, contribuíram para a valorização da companhia no mercado financeiro brasileiro. 5. Realizados testes para Produção de Energia Solar Fotovoltaica Flutuante nos Reservatórios Billings e Guarapiranga. Foram instalados equipamentos por empresa selecionada por meio de Chamada Pública para realização de testes para produção de energia solar fotovoltaica flutuante nos Reservatórios Billings e Guarapiranga. Os testes, realizados por conta e risco da empresa selecionada, sem ônus financeiro para a EMAE e sem que resultassem em exclusividade ou compromisso de futura celebração de negócio ocorreram entre os meses de fevereiro e agosto deste ano. Os resultados alcançados levaram a Empresa a realizar uma chamada pública para seleção de empreendedores interessados em implantar usinas fotovoltaicas flutuantes no reservatório.

Geração de energia elétrica - Geração de energia elétrica – dados verificados até 31/10/2020

Usina	Potencia Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida			Diferença (%)
			2018	2019	Até out/20	2020/2019
UHE Henry Borden	889,0	121,40	57,50	198,17	118,36	-40,27
Porto Góes	24,8	11,63	11,18	12,28	11,72	-4,56
Rasgão	22,0	11,84	10,40	10,88	12,42	14,15
Pirapora	25,0	17,17	11,72	11,43	15,22	33,15
Total	960,8	168,34	90,8	232,76	157,72	-32,24

Comercialização de energia

Modalidades De Venda		MW médios	
		2019	Até out 2020
ACR	Cotas - EMAE	144,87	144,87
ACR	CCEARS - PESA	16,00	16,00
ACL	CCEAL	-	-
TOTAL		160,87	160,87

Faturamento Comercial	2019 (em milhões)	Até out/20 (em milhões)
CCEE – RAG Cotas - Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão	404,03	353,36
ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulado - PESA	35,58	30,59
ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre	-	-
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - EMAE	0,18	0,05
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - PESA	1,75	0,64
Total	441,54	384,64

Em aprovação novo contrato de Operação e Apoio à Manutenção com a Petrobras, das unidades 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga, pelo prazo de 48 meses. Serviços associados ao sistema hidroenergético: -Balsas – operam em três pontos de travessias no Reservatório Billings. O serviço é oferecido de forma ininterrupta e gratuita e, de janeiro a novembro de 2020, foram transportados cerca de 1,642 milhão de veículos e 1,557 milhões de pedestres. -Retirada de lixo e vegetação aquática do Canal Pinheiros: de janeiro a novembro de 2020, em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, foram retiradas 3.740 toneladas de lixo e vegetação aquática do rio. Retirada de lixo do Rio Tietê: também de janeiro a outubro de 2020, junto às usinas de Pirapora (253 m³ ou 101 toneladas.), Usina Rasgão e Usina Porto Góes (3.978 m³ ou 1.591 toneladas), foram retirados 4.231 m³ de lixo e vegetação aquática, o equivalente a 1.692 toneladas, número dividido da seguinte forma: -Prestação de serviços para terceiros – destaca-se, como fonte de receita, a continuidade dos seguintes contratos de operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda (córrego Água Espraiada), da Prefeitura de São Paulo. Tmabém UTE Piratininga para prestação dos serviços de operação e manutenção para a Petrobras (arrendatária).

Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis - Energia Elétrica - A Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis – CEER participa do planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado, por meio de atuação junto aos órgãos setoriais e às concessionárias de energia elétrica. -Segurança no fornecimento de energia elétrica - Participação no planejamento do sistema de transmissão que atende o Estado em conjunto com as concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, através do Grupo de Estudos da Transmissão São Paulo (GET/SP), coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e do Grupo de Transmissão São Paulo (GT/SP), coordenado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). -Estudos: Concluídos e/ou andamento em 2020. - Região de Mairiporã, Jaguari e São José dos Campos: Este estudo teve por objetivo identificar necessidade de reforço no atendimento de energia elétrica a região industrial de Mairiporã, Jaguari e São José dos Campos. - Região do Litoral: Este estudo teve por objetivo de desenvolver ações operativas e alternativas de reforços destinados a equacionar, no horizonte 2025, o atendimento elétrico do Litoral de São Paulo, considerando o atraso e incertezas associadas com a implantação dos empreendimentos estruturais, como Subestação Manoel da Nóbrega 230/138/88 kV, linha de transmissão de circuito duplo 230 kV Henry Borden – Manoel da Nóbrega e Subestação Domênico Rangoni 345/138 kV;- Reavaliação e reforço no atendimento à região central da cidade de São Paulo: Este estudo prevê, entre outras, a modernização da Subestação Centro que atende a região central da cidade de São Paulo e transformação da tensão de 230 kV para 345 kV (em andamento). Estudos: iniciados em 2020 - Reforço no atendimento à região de Guarulhos na RMSP; Estudo de reforço na região de Jaú; Empreendimentos de Reforço no Suprimento de Energia Elétrica ao Estado de São Paulo - Acompanhamento das obras e execução de ações necessárias para implantação dos principais empreendimentos de suprimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo. Os principais empreendimentos acompanhados e concluídos em 2020 foram: Linha de Transmissão subterrânea de 345 kV Piratininga II – Bandeirantes - Obra de reforço no atendimento de energia elétrica a zona sul da cidade de São Paulo; Subestação Fernão Dias 500/440 kV e Linhas de Transmissão 500 kV Araraquara – Itatiba, Araraquara – Fernão Dias e Itatiba – Bateias. Importantes empreendimentos que tem por objetivo o escoamento da energia gerada pela usina de Belo Monte, de vital importância para o abastecimento de energia elétrica ao Estado de São Paulo. Interações com órgãos do Governo Federal - Ações junto aos órgãos federais de planejamento, operação e regulação do setor elétrico (MME - Ministério de Minas e Energia, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, EPE - Empresa de Pesquisa Energética e ONS - Operador Nacional do Sistema), com o objetivo de acompanhar os assuntos institucionais que afetam o Estado de São Paulo. Os principais assuntos acompanhados foram: - Acompanhamento das tratativas entre a ANEEL e o empreendedor para implantação da SE Padre Manoel da Nobrega 230/138/88 kV, de reforço ao atendimento de energia elétrica à região da Praia Grande; - Participação junto ao ONS na elaboração do "PAR - Plano de Operação e Reforços 2021/2025" do sistema elétrico do Estado de São Paulo. - Ações gerais e setoriais - - Participação na elaboração do "Plano Verão 2020/2021" de atendimento ao litoral com as concessionárias de transmissão (ISA CTEEP) e de distribuição (EDP São Paulo, Elektro e CPFL Piratininga) para o período de novembro/2020 a fevereiro/2021; Participação na elaboração do "Plano de Atendimento de Eletricidade às Eleições 2020" junto com o TRE-Tribunal Regional Eleitoral e as concessionárias de distribuição e transmissão para garantir o fornecimento de energia durante as eleições; Articulação com a Cetesb no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos de energia elétrica, que resultou na emissão da Resolução CETESB nº 29/2020 que "dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental dos Sistemas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica no território do Estado de São Paulo". - Webinar "Integração de Usinas Fotovoltaicas no Sistema Elétrico de São PAULO", promoção em conjunto com a ABSOLAR para apresentação pela EPE – Empresa de Pesquisa Energética e ONS-Operador Nacional do Sistema, da situação atual e previsão futura da implantação de usinas foto voltaicas no Estado de São Paulo e impactos no sistema elétrico; - Eficiência Energética e Energias Renováveis -As ações e os projetos desenvolvidos em 2020 tiveram como base o incentivo a projetos visando a expansão das energias renováveis na matriz paulista, bem como a incorporação da eficiência energética no setor produtivo do Estado de São Paulo. Essas ações e projetos buscam ampliar a oferta interna de energia, o aprimoramento do conhecimento na área e a geração de empregos por meio da absorção desse desenvolvimento tecnológico. Dentre as ações descritas, destacam-se: - Protocolo de Intenções com a ABGD (Associação Brasileira de Geração Distribuída) visando a implementação de programas, projetos e atividades de interesse comum no campo da geração distribuída com fontes renováveis. - Protocolo de Intenções com a ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) visando o aproveitamento de energia solar fotovoltaica nos prédios públicos do Estado de São Paulo e a estruturação de Programa Estadual de desenvolvimento do setor fotovoltaico no Estado; - Protocolo de Intenções com a ELEKTRO visando o desenvolvimento de ações voltadas a "Eficiência Energética" em edificações públicas no Estado de São Paulo; - Convênio com a DESENVOLVE SP paraorientação técnica e aprovação de projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública, encaminhado pelas Prefeituras, incluindo a adequação do projeto na lista de itens financiáveis na LIP- Linha de Iluminação Pública da Desenvolve SP (previsão assinatura dezembro/20); - Protocolo de Intenções com a DESENVOLVE SP visando o desenvolvimento para instalação de energia solar fotovoltaica em prédios públicos do Estado de São Paulo; (previsão assinatura janeiro/21); Convênio com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) celebrado com objetivo de apoiar o desenvolvimento de conhecimentos, informações e ferramentas para disseminar o uso de sistemas de energia solar fotovoltaico em edifícios públicos. Durante o ano de 2020, foram realizadas as ações: Concluído relatório "Apoio ao Governo do Estado de São Paulo no Desenvolvimento de Conhecimento, Informações e Ferramentas para Disseminar o Uso de Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica em Edifícios Públicos no Estado; Elaborado o "Plano de Comunicação" denominado "Rede Solar" destinado principalmente a gestores públicos para conscientização da transição para energia fotovoltaica em prédios públicos, contemplando: elaboração de 2 infográficos mostrando os benefícios da energia fotovoltaica em prédios públicos; elaboração de 3 vídeos institucionais com a descrição do Projeto, emissão de newsletter semanais direcionadas ao público interno; divulgação do projeto de instalação de fotovoltaica em prédios públicos para a imprensa e divulgação do projeto dos projetos "piloto" nas APAEs de Guaira e São Vicente. - Informações Energéticas -A execução de uma série de atividades realizadas em 2020 teve como base a elaboração, sistematização e divulgação de informações energéticas por meio de levantamentos de dados, análises, tabulações de resultados e elaboração de uma série de documentos técnicos, além da responsabilidade pela atualização permanente do site da SIMA. Dentre as atividades realizadas, destacam-se: - Anuário Energético por Municípios 2020 (ano base 2019): Relatório que contempla dados de consumo dos principais energéticos (eletricidade, gás canalizado, etanol hidratado e derivados de petróleo) dos 645 municípios paulistas e suas correspondentes emissões de CO2; - Balanço Energético do Estado 2020 (ano base 2019): Relatório estatístico de energia, apresentado de forma cronológica e sequencial, com dados de oferta e demanda de energia por fonte e por setor, comercializados no Estado ao longo do período de um ano; - Boletim Energético (janeiro a novembro de 2020): Relatórios mensais sobre produção e consumo de eletricidade (geração, transmissão e distribuição), gás canalizado, derivados de petróleo e carga processada pelas refinarias de petróleo localizadas no Estado de São Paulo; - Resumos Executivos (energia elétrica, energias renováveis e petróleo & gás): Relatórios bimestrais comparativos, destacando dados de oferta, demanda, índices de qualidade, tarifas, mapas, potenciais remanescentes de origem renovável, entre outros; - Relatório sobre Áreas Inundadas 2020(ano base 2019): Levantamento de municípios que possuem áreas inundadas decorrentes da formação de reservatórios destinados à geração de eletricidade para envio à Secretaria da Fazenda do Estado, que define o rateio da arrecadação do ICMS. - Otimização Energética – Em 2020 foi concluído o processo de contratação de Consultoria para análise e proposição de ações para otimização energética no âmbito da Administração Pública do Estado. Contrato iniciado em set/20 com duração de 30 meses com análise de eficiência energética, mercado livre, geração de energia própria, entre outros. A expectativa é que esta iniciativa resulte em economia superior a 30% dos dispêndios do Estado com energia a partir de 2022, o que representa uma redução da ordem de R$ 200 milhões/ano ao Erário.

Departamento de Águas e Energia Elétrica-DAEE - O Departamento de Águas e Energia Elétrica- DAEE é uma Autarquia, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA, e é o Órgão Gestor dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Para melhor desenvolver suas atividades e exercer suas atribuições conferidas por lei, atua de modo descentralizado, adotando as bacias hidrográficas como unidade físico - territorial para fins de gerenciamento dos Recursos Hídricos, no âmbito das suas atribuições legais, em especial na aplicação dos instrumentos da Política Estadual, definidos nos Artigos 9º ao 13 da Lei Estadual 7.663/1.991, que são a Outorga e a Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos. O DAEE atua na elaboração de Planos, Estudos, Projetos; coordena e executa Obras Hidráulicas como barragens de uso múltiplo, canalizações de cursos d'água, reservatórios de retenção (piscinões), serviços de limpeza e desassoreamento de corpos d'água, drenagem urbana, combate à erosão e no Planejamento, Administração de Uso dos Recursos Hídricos, superficiais e subterrâneos, visando a Segurança Hídrica e a defesa contra Eventos Hidrológicos Críticos, como enchentes e estiagens, assim como a oferta de água, para usos múltiplos. *Gestão de Recursos Hídricos* - Recursos Hídricos: No decorrer de 2020, dando continuidade no Gerenciamento de Recursos Hídricos, destacamos as seguintes atividades: Foram expedidas 10.574 Outorgas de Permissão de Uso e Interferência nos Recursos Hídricos, no período de 01/01/2020 até 31/10/2020, com média mensal de emissão de 1.057 atos de Outorga. As Outorgas são instrumentos legais fundamentais para a implantação de empreendimentos que utilizam ou interferem nos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos. Em andamento o contrato para desenvolvimento do Módulo Operacional de Fiscalização, Controle e Evolução do Sistema de Outorga Eletrônica - SOE, com 99% executado; Em andamento o contrato de acompanhamento da execução do módulo de fiscalização do SOE, com 90% executado; Atividades relacionadas à pactuação e acompanhamento das metas de cooperação federativas e metas de gestão em âmbito estadual, a serem implementadas pelos órgãos integrantes do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - SIGRH, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO; Atividades de acompanhamento da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - 2020/2023 (PERH 20/23), no âmbito do CORHI - Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH; Inicio de execução do contrato para o desenvolvimento de Sistema de Suporte a Decisões objetivando o acompanhamento, verificação e simulação das operações dos Sistemas Produtores de Água Bruta da RMSP, com 10% executados; Início da execução do Programa de Fiscalização Continuada - PROFISC-DAEE, para fiscalização dos usos e interferências em recursos hídricos no Estado, como programa especial de interesse público aprovado pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos-COFEHIDRO, com 10% executados; Execução da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado, em 18 (dezoito) Comitês de Bacias Hidrográficas; Execução das atividades técnicas e administrativas, de operacionalização das Secretarias Executivas, de 18 (dezoito) Comitês de Bacias Hidrográficas; -*Monitoramento Dos Recursos Hídricos* -Juntamente com os Atos de Outorga, Fiscalização e Cobrança pelo Uso da Água, o Monitoramento é instrumento muito importante para o Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos e seu objetivo é quantificar a disponibilidade de água em todo o território Paulista, por meio de atividades como a Modernização, Ampliação, Operação e Manutenção das Redes Pluviométrica, Fluviométrica e Piezométrica, contando com 900 (novecentos) postos convencionais manuais, automáticos e telemétricos, via celular ou satélite. Importante destacar a operação de Sistemas de Alerta Contra Enchentes, com Radar Meteorológico e Rede Telemétrica, no suporte às atividades da Defesa Civil para segurança do cidadão, nos períodos de altos índices pluviométricos. Dados Hidrológicos, Relatórios e Boletins foram disponibilizados pelo DAEE para todo o Estado de São Paulo, aproximadamente 3,17 milhões de medições. Também disponibiliza, via internet, dados de outras entidades estaduais e federais por meio de ACTs - Acordos de Cooperação Técnica. Estes somam mais de 11 milhões de dados. Foi viabilizada em 2020a aquisição de 40 novos equipamentos digitais, permitindo um aumento na modernização da Rede Hidrológica em cerca de 7%. Neste ano de 2020, foram aprovados novos projetos junto ao FEHIDRO que consistem de: Modernização da Sala de Situação- SSSP e do SIBH DAEE - R$ 1,7 milhão; Aquisição de 2 radares Banda X, para o Alto Tietê - R$ 8 milhões; Equipamentos telemétricos para a Rede Hidrológica Básica, no CORHI - R$ 4,8 milhões. *Operação e Manutenção de Redes de Monitoramento Hidrológico* -A Rede Hidrológica Básica do Estado de São Paulo, iniciada na década de 1880, é operada pelo DAEE desde 1951. É a maior fonte de dados hidrológicos básicos quantitativos do Estado, medindo chuvas, vazões de rios, níveis de águas subterrâneas e sedimentos.

Seus 900 postos hidrométricos operam com leituras manuais, automáticas ou telemétricas, via celular ou satélite. Sua função é definir, espacial e temporalmente, à oferta e a situação da água no Estado. Salas de Situação e Radar: O monitoramento telemétrico em cheias e estiagens é fundamental na gestão de eventos e situações críticas, com o acompanhamento feito pelas Salas de Situação. O DAEE possui um Radar na barragem de Ponte Nova, que amplia muito a capacidade de monitoramento de cheias na Grande São Paulo e a região da bacia hidrográfica do rio Piracicaba. Investimentos em Equipamentos Digitais para Medição de Vazão, Níveis de Rios, Lençol Freático e Chuva: Investimentos de R$ 2 milhões em 80 equipamentos e sensores, ampliando em 10 % a Rede de Monitoramento. -*Unidade de Gerenciamento de Projeto de Segurança de Barragens – UGP-SB* -Considerando o disposto na Lei Federal nº 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB, em continuidade à implantação da PNSB no Estado de São Paulo, o DAEE, instituição responsável pela fiscalização das barragens de usos múltiplos, vem avançando e refinando as informações e levantamentos, referentes aos empreendedores, instalações, operação e condições de manutenção das barragens em rios de domínio do Estado. O DAEE contratou um levantamento das barragens com as características previstas nos incisos I e II da Lei, e a partir desse levantamento, vem realizando as suas atribuições, solicitando aos empreendedores os respectivos cadastros, apresentação de PSB e vistorias, entre outras ações. -*Atualização do SNISB e outras atividades* -Uma das atribuições da UGP-SB é manter o cadastro no SNISB atualizado. No momento constam 548 barragens cadastradas no SNISB. A UGP-SB também fez visitas técnicas às barragens, totalizando até o presente momento 91 vistorias, sendo que 72 barramentos foram visitados em 2020, seguidos de um "Relatório de Visita", com a devida Classificação, por intermédio da matriz geral da Portaria DAEE 3907/ 2015, reti-ratificada em 2017. -*Capacitação em Segurança de Barragens* -A UGP-SB implementou um curso de 240 horas, com os recursos oriundos do Programa "CAPACITA", da SIMA, para promover um Curso de Capacitação em Segurança de Barragens para técnicos do DAEE e da CETESB, para 2021. Participa do Comitê Permanente de Segurança de Barragens do Estado de São Paulo, na Secretaria de Infra-estruturar e Meio Ambiente – SIMA, visando à elaboração do Relatório de Segurança de Barragens no Estado de São Paulo relativas ao ano de 2020. Com essa finalidade, são realizadas reuniões mensais com o grupo, via plataforma TEAMS. -*Disseminação de Informações, Importância e Ações do DAEE sobre Segurança de Barragens* -Em novembro de 2020 a UGP-SB organizou um WEBINAR sobre "As ações do DAEE na Segurança de Barragens". *Infra Estrutra Hídrica, Combate ás Enchentes e Saneamento* - Apoio a Municípios em Intervenções no Setor de Recursos Hídricos. Refere-se à realização direta ou mediante convênios, de estudos, projetos, serviços e obras de infraestrutura, nas áreas de Recursos Hídricos e Saneamento, envolvendo perfuração de poços profundos, galerias de águas pluviais, combate à erosão, regularização e canalização de rios e córregos e manutenção, limpeza e desassoreamento de corpos d'água. Os Convênios são firmados quando se tratam de transferência de recursos financeiros para os municípios, e o objeto é executado pela Prefeitura, cabendo ao DAEE apoio técnico e fiscalização do desenvolvimento das obras e do acompanhamento da utilização dos recursos financeiros. Relação de Convênios com as Prefeituras Municipais em 2020: - Andamento: Pradópolis - Construção de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE. -Concluídos: Presidente Venceslau: Construção de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE SUL; Iracemápolis: Construção de Sistema de Água Tratada e Redes Coletoras de Esgoto Sanitário e Tratamento – Distrito Industrial – para instalação da fábrica de automóveis Mercedes-Benz; Iperó: Sistema de Água Tratada e Redes Coletoras de Esgoto Sanitário e Tratamento, constituído de Estação de Tratamento de Esgotos "Maternidade"; Rede de Coleta de Esgotos; parte da Estação de Tratamento "Orquídeas". A SABESP assumiu a concessão dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos do município e concluirá as obras restantes. Nesse contexto está sendo rescindido o Convênio firmado; Guararapes: Reservatório de Água para 1 milhão de litros - Apoiado; Botucatu: Construção de Galerias de Águas Pluviais na rua Dr. Jaguaribe - Vila dos Lavradores; Tambaú: Construção de Galerias de Águas Pluviais, localizadas no Jardim Alvorada, na Avenida Nicolau Torelli e na rotatória de acesso à SP 332 - Santa Rita do Passa Quatro. -*Combate a Enchentes* - Dentro de suas atribuições, o DAEE desenvolve suas atividades para ampliar a capacidade de retenção, por meio de barragens de regularização, equipamentos como os reservatórios de retenção de pico de cheia, conhecidos como Piscinões, os Polderes, a ampliação da capacidade de drenagem dos cursos d'água, em particular, aqueles da Bacia do Alto Tiete, visando evitar enchentes, especialmente em áreas metropolitanas, para prevenir riscos de perdas de vida por inundações, contaminação hídrica, veiculação de doenças (leptospirose, cólera) e interrupção de atividades econômicas nas áreas atingidas e transtornos na mobilidade urbana. *Calha do Rio Tietê – Obras e Serviços de Manutenção e Desassoreamento* - Trata-se da elaboração de estudos, projetos, gerenciamento, e execução de serviços de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento relativos ao rio Tietê urbano, objetivando manter as melhores condições de escoamento. Esta é uma atividade contínua, englobando serviços de Desassoreamento entre a Barragem Edgard de Souza e a Barragem da Penha, numa extensão de 41 km, manutenção dos taludes e bermas do canal do rio Tietê, com 25 km de extensão, operação das Barragens Móvel de da Penha e operação dos seis Polderes da Marginal do Tietê, sendo: Limão – Margem Esquerda; Vila Maria – Margem Direita e Esquerda; Vila Guilherme – Margem Esquerda; e Aricanduva – Margem Direita e Esquerda. Calha do Rio Tietê. Andamento: Remoção 331.930 m³ de assoreamento da Calha do Tietê entre a barragem Edgard de Souza e a barragem da Penha, em uma extensão de aproximadamente 44 km. Concluídos: Remoção de 19.530 m³ de assoreamento no Rio Tietê, entre a foz do córrego Três Pontes e Mogi das Cruzes, em uma extensão de aproximadamente 50 km. *Outros Corpos d'Água - Obras e Serviços de Manutenção e Desassoreamento* -Com objetivo semelhante ao da Calha do Tietê, o DAEE também desenvolve estudos, projetos, gerenciamento e execução de serviços de recuperação de margens, recomposição de taludes, limpeza e desassoreamento de rios e córregos e corpos d'água no Estado, incluindo os piscinões, para manter as melhores condições de escoamento desses cursos d' água e em melhores condições de funcionamento, no caso dos piscinões. Andamento: Serviços de desassoreamento, manutenção e operação em 25 piscinões; Continuação das obras de canalização do Ribeirão Vermelho; Convênio com a Prefeitura de Osasco para Auxílio Moradia, das famílias removidas para obra de canalização do Ribeirão Vermelho; Convênio entre DAEE, DERSA, SIURB, SEHAB e SVMA, para a elaboração dos projetos e execução das obras e serviços para a construção do Polder Itaim, na Vila Itaim, no município de São Paulo, incluindo desapropriações, remoções e Reassentamento da população atingida; Convênio entre DAEE e CDHU para pagamento de Auxílio Moradia complementar, para as famílias realocadas da área de implantação do Polder Itaim; Em licitação, a construção de galeria de desvio do córrego da Mooca: Em licitação, a construção do Reservatório de Detenção "RM-19 Jaboticabal" em São Paulo; Concluídos: Execução de 260 metros de contenção de margens no córrego Oratório; Contenção de processos erosivos em Itirapina; Serviços de desassoreamento de lagoas em Águas de Lindóia e Valinhos. *Calha do Rio Pinheiros – Novo Rio Pinheiros.* Andamento: Em licitação a execução dos serviços no Novo Rio Pinheiros, compreendendo desassoreamento, contenção de margens e paisagismo. *Atividades para o Monitoramento da Qualidade da Água* - Andamento: Supervisão da Cava de Carapicuíba (contínuo) das águas superficiais, por receber material do desassoreamento do Tietê; Convênio com a CETESB para monitoramento da qualidade da água no reservatório da Barragem de Pirapora; Contratação de estudos ambientais para os serviços de desobstrução, limpeza, adequação do desemboque e desassoreamento dos rios, aprovados pelo FEHIDRO em 2019 – Deliberação CBH-AT Nº 82/2019; Contratação de Relatório Ambiental Preliminar – RAP para Licenciamento Ambiental das obras de drenagem continuada do rio Tietê – LOTE 03 - trecho compreendido entre a Barragem da Penha até o córrego Três Pontes, totalizando 18,85 km; Contratação de estudos de viabilidade técnica e ambiental para o desassoreamento do reservatório de Pirapora, município de Pirapora do Bom Jesus – SP. 3.5.2 Concluídos: Caracterização hidrogeológica, geoquímica, e hidroquímica da Cava de Carapicuíba, visando promover sua reabilitação; Monitoramento de gases, vapores e águas subterrâneas, no entorno do Piscinão Guamiranga. *Estudos e Projetos:* Andamento: Projeto de recuperação de estruturas de contenção de margens no rio Cabuçu de Cima -Aguardando liberação de recursos financeiros para licitação do projeto executivo; Elaboração de Projeto Executivo para contenção de processos erosivos, recuperação de áreas degradadas e licenciamento Ambiental, nos municípios de Bastos, Vargem Grande do Sul, Taquaritinga e Garça, e de Sistema de Drenagem em Paranapuã, no Estado de São Paulo; Em licitação: Projeto executivo das contenções das margens do rio Tamanduateí, trecho de 5 km a montante da foz do córrego Oratório – Recursos FEHIDRO; Em licitação: Projeto executivo de canalização do córrego Oratório, trecho localizado na divisa São Paulo/Santo André– Recursos FEHIDRO; Em licitação: Projeto executivo do Reservatório de Detenção TG-09, em Franco da Rocha/Francisco Morato – Recursos FEHIDRO; Em licitação: Projeto Básico de obras de combate às enchentes, no trecho inferior do córrego Três Pontes, na divisa São Paulo/Itaquaquecetuba - Recursos FEHIDRO. -Concluídos: Elaboração de Projetos Executivos dos Reservatórios de Detenção EU-08 e EU-09 em Franco da Rocha. Encerramento da elaboração do Projeto Executivo de recuperação das contenções das margens do Rio Tamanduateí. -*Parque Várzeas do Tietê – PVT* -Idealizado para ser o maior parque linear do mundo, com 75 km de extensão e 10.730 hectares de área, visa à realização de ações voltadas à proteção e recuperação do ambiente natural para restabelecer a função de várzea do rio Tietê para amortecimento de cheias. Prevê a promoção de usos sustentáveis e compatíveis, tais como implantação de parques, vias de trânsito local e ciclovias junto aos limites externos, equipamentos de lazer, esporte, turismo e cultura, de forma a promover educação ambiental, inclusão social, proteção e recuperação da flora e fauna. -Andamento: Execução dos serviços de recomposição de Matas Ciliares; Execução da restauração da "Casa Sede" e reforma de edificações situadas na Chácara dos Fontouras, localizado na Estrada Biacica, Bairro Jardim Helena, no município de São Paulo. Concluídos: Prestação de serviços de consultoria especializada para elaboração de avaliação final da primeira etapa do Parque Várzeas do Tietê - PVT; Prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras da 1ª Etapa do Programa Várzeas do Tietê, para os exercícios econômicos de 2015 a 2019. -*Sistema de Macro drenagem do Rio Baquirivú e Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes e Pedreira* A implantação do "Sistema de macro drenagem do Rio Baquirivú", e do "Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes e Pedreira", estão sendo viabilizados com recursos de financiamento internacional, oriundos da "Corporação Andina de Fomento – CAF". Nesse sentido apontamos: -*Sistema de Macro drenagem do Rio Baquirivú* - Trata da implantação de intervenções para o controle e contenção de eventos de cheias na RMSP, previstas no Plano Diretor da Macro drenagem do Alto Tietê - PDMAT, contemplando, entre outros, o controle de vazões do rio Baquirivú - Guaçu, com a implantação de áreas de retenção de cheias, canalização da sua Calha e desenvolvimento gradativo de um Parque Linear. Andamento: Licitação para continuação da canalização de um trecho de 3 km. (estaca 135 a 285) do Rio Baquirivú-Guaçu, como início das obras previsto para o primeiro trimestre de 2021. Execução dos serviços de Recomposição de Matas Ciliares; 3.7.1.2. Concluídos Obras de parte da canalização do Rio Baquirivú - Guaçu, de um trecho de 2,7 km. (estaca 0 a 135); Plano Executivo de Reassentamento e Remoção de Aterros e Entulhos; Sistema Adutor Regional e das Barragens Duas Pontes E Pedreira. Refere-se ao Sistema Adutor Regional e obras de construção das barragens de regularização Duas Pontes, no rio Camanducaia, município de Amparo e, Pedreira, no rio Jaguari, divisa entre os municípios de Campinas e Pedreira Em 2019, foi emitida a Ordem de Início de Serviço da obra da Barragem Pedreira, após a obtenção da Licença de Instalação da CETESB em dez/2018. Em agosto/20 foi emitida a Ordem de Início de Serviço da obra Barragem Duas Pontes, após a obtenção da Licença de Instalação da CETESB em junho/20. Obra paralisada por decisão liminar da justiça. PGE apresentou agravo para cassar liminar. *Preservação e Conservação de Várzeas* - Parque Ecológico do Tietê - Centro de Lazer de Engº Goulart -Como subproduto das obras de retificação do rio Tietê, concebeu-se o Parque Ecológico do Tietê, proposta urbanística da maior significância para a região metropolitana de São Paulo. Tem como principal característica a absorção de uma grande quantidade de água que escoa pelo rio Tietê no período das cheias nos seus 14 milhões de m², amenizando assim o impacto das enchentes na capital de São Paulo. Desde a sua inauguração teve como objetivo a recomposição da mata atlântica e serve também como local de pesquisas de alunos da USP/Leste e outras universidades. Além de sua função de preservar a fauna e a flora do rio, o Parque Ecológico do Tietê proporciona aos seus usuários uma série de atividades culturais, educacionais, recreativas, esportivas e de lazer, recebendo mensalmente cerca de 300 mil visitantes que frequentam regularmente seus Centros de Lazer. Dentro da área do PET, ressaltamos o CRAS - Centro de Recuperação de Animais Silvestres, que conta com o Centro de Triagem, único no Estado de São Paulo, com equipe especializada, que acolhe, cerca de 12 mil animais/ano, trata e devolve à Natureza milhares de animais silvestres e às vezes vitimados, advindos de apreensões pela Policia Militar Ambiental ou mesmo trazidos pela população. -Centro Cultural do Rio Tietê - Tem como objetivo congregar as seguintes atividades culturais: O Centro de Educação Ambiental e a Oficina de Artes e Reflexão; Biblioteca. -Museu do Tietê: Durante o exercício de 2020, recebemos até o dia 16 de março de 2020, para visitas ao Museu do Rio Tietê 4795 pessoas, além de um Evento realizado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, no dia 16 de janeiro. Cabe observar que a partir do dia 16 de março, as atividades do PET estiveram suspensas por vários meses, em cumprimento aos Decretos Estaduais, devido ao COVID 19.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania - CGAPDC é responsável por assessorar a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania na área dos direitos fundamentais. Apoio aos Conselhos de Cidadania **-** A CGAPDC presta apoio técnico e administrativo aos Conselhos Estaduais de Cidadania ligados à Pasta: 1) Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE; 2) Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED; 3) Conselho Estadual da Condição Feminina - CECF; 4) Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Negra - CDPCN; 5) Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPISP; 6) Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Nordestina - COPANE; e 7) Conselho Estadual dos Direitos da População Lésbica, *Gay*, Bissexual, Travesti e Transexual- CELGBT. O CONDEPE tem como finalidade apurar as violações de direitos humanos no território do Estado de São Paulo, encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe sejam dirigidas. Deve, por lei, estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes aos direitos humanos inclusive fazendo recomendações ao Governo do Estado sobre políticas públicas. Em 2020, o CONDEPE participou de reuniões relativas à defesa dos direitos de populações vulneráveis (em privação de liberdade, vítimas da chacina de Paraisópolis, em situação de rua), bem como de audiências públicas para monitorar as medidas adotadas para o enfrentamento dos efeitos da pandemia do COVID19 na população carcerária. Como controle social, recebeu mais de 30 denúncias de violações de direitos humanos no primeiro semestre, com posterior encaminhamento aos órgãos competentes; realizou visita *in loco* à unidade de Osasco da Fundação Casa e participou de reunião com a Ouvidoria da Polícia. Ainda, emitiu parecer sobre o PL estadual 81/2020, que institui o AVARC – Programa de Acolhimento de Vítimas, Análise e Resolução de Conflitos. Por fim, organizou seu próprio processo eleitoral para os mandatos 2020/2022, conforme sua atribuição legal, mediante quatro reuniões extraordinárias. Nesse processo se inscreveram 493 entidades, das quais 127 interpuseram recursos contra indeferimento e 340 foram deferidas para compor o Colégio Eleitoral; se inscreveram 27 candidaturas, das quais 14 interpuseram recursos e 15 foram deferidas. Ao final, foi realizada regularmente a Assembleia das Entidades de Direitos Humanos para eleger a nova representação da sociedade civil. O CONED discute e elabora Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo, estabelecendo diretrizes e parâmetros para as ações de prevenção, tratamento, repressão e redução de danos no Estado. Ademais, fomenta a formação de Conselhos Municipais sobre Drogas nos municípios e orienta Comunidades Terapêuticas. Para estas ações promove encontros tanto com os Conselhos, como com as Comunidades Terapêuticas. Por fim, capacita seus conselheiros nos temas supracitados. Em 2020 (janeiro-outubro), foram realizadas as seguintes ações: 1) Grupos de Trabalho (GT): Comunidades Terapêuticas - como produto a nova edição do Manual de Orientação para as Comunidades Terapêuticas; GT Regimento Interno - como produto a publicação do novo Regimento Interno; GT Editorial - como produto a Política Editorial do CONED. 2) *Lives:* "Lançamento do Manual de orientação das Comunidades Terapêuticas 2020"; "Edital SENAPRED"; "Álcool, que droga é essa?"; "Adolescência: Tecendo redes de cuidado"; "Redução de Danos o que é & para quem". O CECF tem, entre suas atribuições, formular diretrizes e promover, em todos os níveis da Administração Direta e Indireta, atividades que visem a defesa dos direitos da mulher, a eliminação das discriminações que a atingem, propiciando a sua integração e autonomia na vida socioeconômica, político–cultural e no exercício pleno da cidadania. Em 2020, realizou palestras/*lives* com os seguintes temas: Violência Doméstica na Pandemia; Mulher na Política; Alienação Parental e Guarda Compartilhada na Pandemia; Saúde da Mulher na Pandemia; Evolução das Políticas Públicas para População Negra; Violência Contra a Pessoa a Pessoa Idosa em Tempos de Pandemia; Ações da Secretaria da Justiça voltadas para as Mulheres; A importância do movimento das mulheres; Mulheres encarceradas; Visibilidade Lésbica; Mulher - Crise no desemprego; A Vida Sexual da Mulher após os 60 anos; Suicídio: causas, prevenção e acolhimento; Intolerância Religiosa; A Representatividade da Mulher na Política Brasileira; Mulheres Refugiadas; Direito de Família; Proteção dos Vulneráveis sob a ótica dos direitos humana; Sororidade; 16 dias de ativismos; Superação de Perdas. O CPDCN realizou as seguintes atividades em 2020: Palestras na UNISANTOS, no Conselho Gestor e Promotoria Aberta; Marco: Capacitação para formação de Conselheiros, Parlamentares e Lideranças Negras de Barretos e Região em Políticas de Promoção da Igualdade Racial, A Década Internacional dos Afrodescendentes e os 35 Anos do CPDCN-SP; *Live* "Brasil e Estados Unidos Manifestações no Enfrentamento ao Racismo Estrutural". Divulgação nas redes sociais de vídeo com a campanha "Vidas Negras Importam". *Live* "Poder Negro no Brasil". *Live* diálogo escurecendo sobre o processo eleitoral para a nova gestão do CPDCN 2020-2024. Obs: Ressaltamos que o Conselho encontra-se atendendo as deliberações voltadas a seleção para Gestão 2020-2024. O COPANE foi criado pela Lei Estadual nº 12.061/ 2005 e Decreto nº 50.587/ 2006 e, tem como principal vetor de suas políticas a conscientização e informação da comunidade e o incentivo a divulgação das tradições e dos costumes do povo nordestino, enfrentando as discriminações e valorizando sua cultura. Em 2020, não realizou atividades devido à pandemia de coronavírus. O CELGBT, que foi instituído pelo Decreto nº 55.587/10, com alterações promovidas pelo Decreto nº 58.527/12, não está em atividade. O mandato dos Conselheiros para o biênio 2013-2015 foi prorrogado excepcionalmente por duas vezes, até 30/06/2016 (Decreto nº 61.659/15) e, por fim, até 31/01/2017 (Decreto nº 62.088/16), sem que se tenham ocorrido novas eleições, resultando na paralisação das atividades do colegiado. Inaplicáveis os dispositivos do regimento interno do colegiado, salvo por uma lacuna, e com base no próprio decreto que o instituiu, o processo passou a ser organizado, com o apoio da própria Secretaria da Justiça e Cidadania, por uma comissão composta por sociedade civil e poder público, constituída por Resolução publicada no dia 06 de dezembro. O CEPISP**,** criado por meio do Decreto nº 48.532, de 9 de março de 2004, tem como objetivo propor os princípios e subsidiar a elaboração, a implementação, o acompanhamento e a avaliação da Política Estadual de Atenção aos Povos Indígenas. Em 2020 não realizou atividades devido à pandemia de coronavírus. Cadastro de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP **-** Criado pelo Decreto Estadual 57.234/2011, o CEDHESP, sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça e Cidadania, tem a função de garantir a transparência e o reconhecimento público a entidades de defesa dos direitos humanos. Entre janeiro e outubro, foram emitidos 80 certificados e dois indeferidos. Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos **-** O Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos é um benefício legal que visa a estimular e fomentar as entidades que se dedicam à promoção dos Direitos Humanos. Com a concessão do Certificado, a entidade terá isenção de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação- ITCMD sobre doações. Ao receber um imóvel por doação, se apresentar o Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos, não precisará recolher o imposto que incide sobre a doação de imóveis, que atualmente é de 4% sobre o valor do imóvel doado. De janeiro a outubro, foram emitidos 27 certificados, sendo 15 durante o período de teletrabalho. Utilidade Pública - A Declaração de Utilidade Pública é um benefício regulamentado por meio da Lei nº. 2.574/80. Entre janeiro e outubro, foram emitidas 557 certidões pelo sistema *SP Sem Papel* e 875 certidões por processos físicos, totalizando assim, 1.432 certidões de Declaração Pública Estadual. Além disso, foram realizadas 38 manifestações em resposta aos Projetos de Leis - PLs de Utilidade Pública Estadual e 26 autógrafos (confirmação de PLs entre 2018 e 2019). Juiz de casamento**.** Apesar de a SJC não ser mais a responsável pelo cadastro de juiz de casamento ainda são recebidos *e-mails* com solicitações de informações desse serviço e, que são respondidas pelo e-mail setorjustica@sp.gov.br. Comissão Especial de Ex-presos políticos - A Lei Estadual nº 10.726/01 prevê a indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo. Os pedidos de indenização são julgados pela Comissão Especial de Ex-presos Políticos, vinculada à CGAPDC. Em 2020, a CGAPDC realizou o acompanhamento dos casos em tramitação no governo que aguardam pagamento. Diálogos da Cidadania: Direitos Humanos em Debate **-** Trata-se de uma série de discussões com especialistas que aborda conceitos e apresenta casos concretos para debates e reflexões sobre os direitos humanos e a luta pela cidadania no Estado de São Paulo. Os eventos acontecem no SESC Itaquera para público jovem. Em 2020, não houve devido à pandemia de coronavírus. A Lei 14.947/13 autorizou a SJC a instituir, em caráter permanente, o Fórum Inter-Religioso para uma Cultura de Paz e Liberdade de Crença e a Resolução SJDC-3 de 8/4/2016 instituiu o mesmo na SJC, com o objetivo de promover no âmbito estadual a implementação de políticas de enfrentamento e combate à intolerância religiosa e a difusão da cultura de paz. Em 2020, o Fórum participou das seguintes atividades 1) Noite Cultural em comemoração aos 20 anos da Procissão de Iemanjá, em Santos; 2) I Encontro Regional inter-religioso, em Taboão da Serra; 3) Entrevista na SJC, pela *Web* Rádio Casa Helióca, com o tema Religiosidade afro-brasileira e a relação com a festa popular carnavalesca; 4) Criação do Fórum Inter-religioso em Piracicaba; 5) Diálogo Inter-religioso no Senac - Vila Prudente; 6) I Colóquio de Liberdade Religiosa, realizado em parceria com a Frente Parlamentar de Liberdade Religiosa - plataforma Zoom da Alesp e pelo Canal YouTube da ALESP; 7) Semana Estadual de Liberdade Religiosa parceria com a Frente Parlamentar Liberdade Religiosa; 8) Palestra "Direito, Liberdade Religiosa, Lei Estadual 17.157/2019" *online* pela plataforma *Zoom* da ALESP; 9) Palestra "Conquistas, oportunidades, desafios na defesa do bem comum" plataforma Zoom da ALESP; 10) I Simpósio Estadual de Liberdade Religiosa, *online*; 11) Lançamento do Fórum Inter-religioso de Piracicaba, evento presencial; 12) Palestra "Fórum Inter-religioso e sua missão", plataforma *Zoom* da ALESP.

Coordenadoria de Integração da Cidadania - CIC, é um Programa vinculado da Secretaria da Justiça e Cidadania, nos termos do Decreto Estadual 46.000/2010, que tem como objetivo a integração de diversos serviços e atividades para a população em um único espaço. Isso se dá por meio de parcerias com diversos entes do 1º, 2º e 3º Setor, tais como: Defensoria Pública Estadual e Federal, Fundação PROCON, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria da Saúde, Secretaria da Administração Penitenciária, Fundo Social de Solidariedade, Prefeituras Municipais, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Centro Paula Souza, dentre outros. Atualmente o CIC conta com 17 Unidades que estão instaladas em regiões de alta vulnerabilidade social. O Programa CIC realizou de janeiro a novembro de 2020, o total de 922.018 atendimentos. O ano de 2020 foi, contudo, atípico, principalmente a partir do 1º trimestre, em decorrência da pandemia do Covid-19 (Novo Coronavirus) que transformou todo o cenário social e econômico mundial. E em particular, o Decreto Estadual nº 64.881/2020, que decretou a quarentena no Estado de São Paulo, suspendeu no dia 23/03/2020 os atendimentos presenciais nas 17 Unidades CIC. Antes, porém, ainda no 1º trimestre, o CIC realizou diversas ações como: mutirão do CDHU para atendimentos de mutuários; ações de empregabilidade encaminhando mais de 2,4 mil candidatos a vagas de emprego; rodas de conversa no Carnaval sobre assédio sexual com o tema " Não é Não! Todos Juntos na Prevenção"; participação dos CICs na campanha "Gravidez na Adolescência é para a vida toda"; orientações e encaminhamentos do Anexo Judiciário do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas – CRATOD, envolvendo operadores do Direito, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Secretaria da Justiça e Cidadania; cursos de capacitação para microempreendedores; cursos de capacitação profissional do Fundo Social do Estado como informática, manicure e pedicure, roteiro de costura, modelagem, depilação e design de sobrancelha, assistente de cabelereiro; atendimentos às vítimas de deslizamento da Baixada Santista pelo CIC São Vicente; capacitação do curso de Promotoras Legais Populares no CIC Leste; realização do projeto Cidadania em Movimento do CIC Feitiço em Parque do Engenho; participação do CIC na Corrida da Mulher com 4,9 mil atendimentos; oficinas e cursos de português para imigrante e refugiados no CIC do Imigrante; realização de perícias de investigação de paternidade em todas as Unidades CIC; palestras relacionadas à saúde da mulher no CIC Feitiço da Vila, empregabilidade da mulher nos CIC Oeste e CIC Feitiço da Vila; bate papo sobre reciclagem e mutirão da Boa Visão no CIC Ferraz; palestras sobre saúde bucal, saúde mental; planejamento familiar além de Lives sobre saúde da mulher, pensão alimentícia, linha de crédito no CIC Grajaú; eleição Boliviana no CIC do Imigrante; realização de projetos "Desbravadores", "Vida Saudável" e "Recriando" no CIC Norte, 95 atendimentos do Centro Intersetorial de Assistência à Mulher ; ação Cidadania para Imigrantes e Refugiados no CIC Oeste; avaliação odontológica no CIC Sul. Foram também realizadas no 1º trimestre oficinas e cursos de yoga, artesanato, psicoterapia, jiujitsu, capoeira, Bombeiro Mirim, xadrez, dança do ventre, dança de salão, karatê, taekwondo, informática para 3ª idade, crochê, aula de teatro, libras, alfabetização de adultos, ginástica coletiva, escolinha de futebol, português e francês para imigrantes e refugiados, caraxá, boxe, judô, cursos da Promatec; envolvendo mais de 4,8 mil alunos. E, a partir de 23/03/2020, em decorrência da pandemia do Covid-19, e por conta do Decreto Estadual nº 64.881/2020, que decretou a quarentena no Estado de São Paulo, todos os serviços, cursos, palestras e ações foram suspensos em todas as Unidades CIC. Contudo, apesar de portas fechadas, os CICs realizaram diversas ações em parceria com o Comitê Empresarial Solidário e entidades parceiras. As 17 Unidades do CIC entregaram na quarentena: mais de 32 mil cestas básicas e kit alimentos; 92 mil quilos de alimentos congelados; 113 mil iogurtes; 65 mil pacotes de bolachas; mais de 2.300 ovos de Páscoa; 4.125 vales-alimentação; mais de 16 mil kits de higiene; 120 mil máscaras; 700 livros e gibis; 11.500 peças de roupas e fraldas; 1.270 kits de sementes. Além disso, *f*oram promovidas lives com temas diversos como, mediação de conflitos, saúde da mulher, empreendedorismo, benefícios sociais, ansiedade, encaminhamentos a vagas de emprego, cursos profissionalizantes on-line e orientação do auxílio emergencial, entre outros. Mais de 65 mil famílias foram beneficiadas pelas ações promovidas pelas Unidades CIC durante este período de quarentena. Em tempo, as escolas de moda nas unidades do CIC Imigrante, CIC Feitiço da Vila e CIC Ferraz de Vasconcelos confeccionaram máscaras de tecido. O projeto foi uma parceria das Secretarias da Justiça e Cidadania, Desenvolvimento Econômico, Fundo Social e bancos Itaú, Bradesco e Santander e estendeu-se até setembro de 2020. No total, foram confeccionadas mais de 120 mil máscaras. Os costureiros receberam R$ 1,20 por item confeccionado. As máscaras foram entregues em comunidades vulneráveis. No CIC do Imigrante, o projeto beneficiou 14 mulheres e 6 homens, de diferentes nacionalidades: Bolívia, Haiti, Angola,

Venezuela e Argentina. Esta ação integra a campanha "Imigrante, São Paulo te Acolhe". O CIC Oeste criou em abril um grupo de Whatsapp intitulado "Elas por Elas – Mulheres Solidárias Resgatando Marias" para acolher e orientar mulheres vítimas de violência doméstica. A iniciativa é realizada em parceria com 18º Batalhão da Polícia Militar e conta com psicólogas, assistente social, advogada, lideranças comunitárias, enfermeira e uma policial militar. Além disso, as Unidades CIC Casa da Cidadania e CIC Leste realizaram também atendimentos às mulheres vítimas de violência, por meio das agentes Bem Querer Mulher. Até o momento, 1.506 mulheres já foram atendidas. Foram também realizadas ações referentes ao Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. Por fim, houve a reabertura das Unidades CIC a partir de 01/07/2020, com a retomada de alguns serviços emergenciais como emissão de documentos, orientação jurídica e de consumo, Cadastro Único, CRAS, Banco do Povo, MEI, SEBRAE e encaminhamentos de vagas de emprego. Assim, em razão da quarentena, apenas 61,3 % dos serviços e atividades foram retomados. Ou seja, dos 225 serviços e atividades disponíveis, 138 foram retomados. Este leque de serviços emergenciais irá variar conforme demandas observadas nas Unidades CIC. Os demais serviços, cursos, oficinas e atividades serão retomados à medida de deliberações sobre a flexibilização de atividades pelo Governo Estadual. Em tempo, foi aprovado o edital do chamamento público para doação de bens e serviços para o Programa CIC. Por fim, com relação aos projetos em andamento e em fase de implementação, estão previstos a inauguração do CIC Juquiá em parceria com a Prefeitura Municipal, a implantação do CEJUSC nas Unidades CIC Grajaú e CIC Pirapora do Bom Jesus, a criação de um *APP* para agendamento de atendimento aos serviços e cursos nas Unidades CIC, a formalização de convênio com a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo – ARPEN para solicitação eletrônica de 2ª via de certidões de nascimento, a contratação de Jovens Aprendizes para atuarem nas Unidades CIC, a realização da Semana de Direitos Humanos com Lives relacionadas ao tema.

Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena – CPPNI, foi criada por meio do Decreto Estadual nº 54.429/2009 e tem como objetivo a implementação de políticas públicas que visem a efetiva promoção da igualdade de oportunidades em favor dos segmentos étnicos considerados historicamente vulneráveis. Inspirada no Programa Estadual dos Direitos Humanos e na legislação correlata, a Coordenação atua para a garantia de direitos e o exercício pleno da cidadania e para o respeito à dignidade da pessoa humana. A Coordenação formula políticas públicas que atendam às necessidades e especificidades dos agrupamentos humanos negro e indígena, historicamente alijados dos bens sociais, priorizando como eixos de intervenção: o racismo institucional, os direitos humanos e a promoção da igualdade racial. Coordena: a) o Comitê Intersetorial de Assuntos Indígenas – CIAI, criado pelo Decreto Estadual nº 57.380/2011, com o objetivo de implementar, acompanhar e avaliar as políticas, projetos e ações voltados aos povos indígenas no Estado de São Paulo e b) o Grupo Gestor de Quilombos, instituído pelo Decreto Estadual nº 41.774/1997 e alterado pelo Decreto Estadual n° 55.247/2009, para a promoção do acesso, do desenvolvimento das potencialidades sócio econômico e cultural, bem como a garantia de direitos, valorização das iniciativas que promovam o respeito às diferenças, em ações das diversas Secretarias de Estado no Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta para Identificação e Legitimação de terras Devolutas do Estado de São Paulo, ocupadas por Comunidades Remanescentes de Quilombo. O Governo do Estado de São Paulo mantém o maior Programa de combate à discriminação racial do Brasil, que é o "São Paulo Contra O Racismo", implementado pela Lei 14.187/2010. Essa Lei Estadual pune administrativamente a discriminação étnico-racial e contempla ações contínuas para conscientizar a população de que qualquer forma de discriminação é crime. A mesma lei, no seu artigo 6º, prevê aplicação de sanções. A Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio do Sistema de Ouvidoria, dispõe de um canal para recebimento de denúncias de discriminação étnico-racial. As ações da CPPNI, no exercício de 2020, foram: Apoio Institucional: Assinatura de convênios para implantação do Programa "São Paulo Contra o Racismo" nos seguintes municípios: Araras, Piracicaba e Consórcio Intermunicipal do Grande ABC; Ações: Visita ao Prefeito de Araras para implantação do Programa "São Paulo Contra o Racismo" no município; Entrega de agasalhos e cobertores doados pelo Fundo Social de São Paulo, para as aldeias: Terra Indígena em Tapiraí – SP; Aldeia Cerro Corá, em Monguaguá – SP; Convênio com o ITESP: doação de alimentos produzidos pelos assentados e quilombolas para as famílias em estado de vulnerabilidade, especialmente indígenas, ciganos e quilombolas que não produzem, num total de 10 mil cestas saudáveis; Testes rápidos sorológicos para a Covid-19 nas aldeias do Litoral Sul, em parceria com o Instituto Butantã; Doação de 2000 máscaras para os nativos testados; Durante o período de distanciamento social realizamos quatro *lives*: "O racismo enlouquece e mata lentamente" - Entrevistado: Oswaldo Faustino, jornalista e escritor, "Vidas Negras Importam" - Entrevistado: Álvaro Batista Camilo - conhecido como coronel Camilo - secretário-executivo da Polícia Militar, "Mulher Negra no Esporte" - Entrevistada: Ângela Stella de Moraes, ex-jogadora de vôlei, "Equidade Racial e Políticas Públicas" promovida pela secretária de Desenvolvimento Social, Célia Parnes e com a participação do Secretário da Justiça e Cidadania, Paulo Dimas Mascaretti; Entrevista à Secretaria de Desenvolvimento Social: "Entenda a relação entre raça e renda", cujo texto está publicado no site daquela Pasta; Denúncias de Discriminação Étnico-Racial: número de Denúncias: 34; número de processos instaurados: 12.

Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual - CPDS, criada em 2009 pelo Decreto Estadual nº 54.032 e tem como objetivo elaborar políticas públicas para a promoção dos direitos da população LGBTQIA++ (LGBTI+ Sigla internacional utilizada para se referir aos cidadãos e cidadãs Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans, Intersexuais e o sinal de "+" significando todas as outras orientações sexuais e identidades de gênero). Além disso, a CPDS elabora, coordena, desenvolve e acompanha programas, projetos e atividades, visando a efetiva atuação em favor do respeito à dignidade da pessoa humana, independente da orientação sexual e da sua identidade de gênero. Uma de suas atribuições é receber os expedientes de denúncia de discriminação LGBTfóbica, com base na Lei Estadual 10.948/01, além de dar encaminhamento às denúncias de discriminação contra as pessoas que convivem com HIV/AIDS, com base na Lei Estadual 11.199/02. A Secretaria da Justiça e Cidadania - SJC está atuando fortemente no combate à LGBTfobia, tendo instaurado inúmeros processos administrativos, com base na Lei nº 10.948/01. São Paulo é o Estado pioneiro no enfrentamento da violência por orientação sexual e identidade de gênero com fundamento na Lei nº 10.948/01, que pune administrativamente atos atentatórios e discriminatórios contra a população LGBTQIA+, a Ouvidoria da SJC recebe denúncias através do link: https://www.ouvidoria.sp.gov.br/Portal/Identificado.aspx. Em 2020 foram recebidas 46 denúncias por discriminação de orientação sexual e/ou identidade de gênero e 2 casos de discriminação contra pessoas vivendo com HIV/AIDS, tendo a CPDS registrado a instauração de 45 processos administrativos com base na Lei Estadual 10.948/01. Na Semana da Visibilidade Trans, participou na 8ª Edição SP TRANSVISÃO e, com a presença do Secretário, participou da Feira da Cidadania Trans, no Largo do Arouche em parceria com a Prefeitura de São Paulo, por meio das Secretarias de Direitos Humanos e Cidadania e de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Na Feira da Cidadania Trans, foram ofertados diversos serviços gratuitos para a população de travestis e pessoas trans, como por exemplo a emissão de 2ª via de certidões de casamentos, nascimentos, óbitos, atendimento jurídico para tirar dúvidas sobre retificação de prenome e gênero, como agir em casos de LGBTfobia; educação financeira, testes rápidos de HIV/Sífilis/AIDS, vacinação contra HPV, sarampo e meningite e orientação para saúde bucal, pré-seleção para 600 vagas de emprego em empresas que já atuam com a diversidade, emissão de1ª e 2ª vias de carteira de trabalho, atividades culturais e palestras sobre cidadania e empoderamento, além da divulgação da Lei Estadual nº 10.948/01 e Lei 11.199/02. Foram 49 reuniões, 23 reuniões virtuais, entre elas as reuniões do Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade, as reuniões da Comissão Eleitoral para as eleições do Conselho Estadual LGBT; 7 palestras presenciais e diversas ações para promover a temática LGBTQIA+, entre elas: roda de conversa "Representatividade Trans", no Teatro Municipal de Ribeirão Pires; Promoção de evento em parceria com o Banco Itaú e Prefeitura Municipal de São Paulo: apresentação do documentário "Meu Nome é Jacque", para as participantes do Transcidadania, com a presença da protagonista, Jaqueline Rocha Cortês e roda de conversa após a apresentação; participação na Comissão de Avaliação do Programa + Orgulho; visita técnica na Casa Florescer; Palestra na Fundação Casa e no Banco Itaú S/A; 16 alestras virtuais e lives, com aproximadamente 5294 visualizações, destacando: Live#CasaPrideemCasa: a importância da luta contra a homofobia; palestra online para servidoras e servidores da SABESP; "LGBTfobia no Brasil e Políticas Públicas para a população LGBT+", promovida pela ARPA, LGBT, Associação Ribeirão-Pirense de apoio LGBT e transmitida às 16h no programa "Trocando ideia", do quadro do Diário de Ribeirão Pires;live"Dia do Orgulho LGBTQIA+", promovido pela O.A.B – São Paulo; live" Orgulho LGBT - avanços e desafios na implementação de Politicas LGBT", promovida pela Secretaria da Mulher de Barueri; livecom Associação da Parada do Orgulho LGBT do Litoral Paulista, com tema sobre a Lei 10.948/01; live"Café da Diversidade" promovido pela OAB - Subseção Jabaquara. Durante o período da pandemia em virtude da Covid-19/SARS-02, a CPDS, realizou ações para a garantia da segurança alimentar da população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social: Em parceria com a iniciativa privada e o Centro de Integração da Cidadania - CIC (programa da SJC), dentro do mês do Orgulho LGBTQIA+ articulou a doação e distribuição de aproximadamente 8 toneladas de alimentos e produtos de higiene. Articulou a doação e distribuiu massas alimentícias (macarrão), recebidas de uma grande fabricante internacional, para a confecção de marmitas e com o apoio da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - Sabesp houve a doação de 150 caixas com 7.200 copos de água, para o projeto "Cozinhando pela Vida", que distribuiu marmitas no centro de São Paulo. Em parceria com uma grande instituição financeira, a CPDS, com a homologação do Secretário, doou 500 cestas básicas para 10 instituições LGBTQIA+ da capital, litoral e grande ABC. Promoveu uma ação com o Shopping Light - Campanha de arrecadação de alimentos encaminhados para entidades promotoras dos direitos da diversidade sexual e de gênero previamente cadastradas, com doação de 54 cestas básicas (540kg) de alimentos. Com a colaboração de uma famosa artista, houve a doação de 70 (setenta) cestas básicas, distribuídas na a Casa de Acolhida de Travestis e Mulheres Transexuais "Florescer". Em comemoração ao mês do Orgulho LGBTQIA+celebrado no mês de junho, o Secretário participou da 1ª PARADA DO ORGULHO LGBT de São Paulo, com a contribuição dos participantes na doação de alimentos. Firmou convênio entre a SJC e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC para o recebimento de denúncias com base nas Leis Estaduais: 10.948/01 (que pune a discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero) e 11.199/02 (que pune a discriminação contra pessoas que vivem com HIV ou AIDS), em 7 cidades que compõe o Consórcio (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), além da realização, futuramente, de sessões de mediação de conflitos nas instalações do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. A CPDS está na fase avançada da construção do segundo plano de combate à LGBTfobia do Estado de São Paulo e na eleição do Conselho Estadual LGBT. Comemorando os 19 anos da Lei Estadual nº 10.948/2001, foram realizadas ações simultâneas em parceria com o poder público de outras Secretarias de Estado e empresas privadas parceiras da CPDS, entre elas: Publicação no painel do Banco Itaú da Marginal, de uma frase de celebração dos 19 anos de celebração do combate à LGBTfobia; Iluminação do Shopping Light com as cores do arco-íris; Iluminação do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, com as cores do arco-íris; Apresentação de vinheta na TV Minuto nas linhas do metrô de São Paulo e nas redes sociais do Metrô, em parceria com a Companhia do Metropolitano de São Paulo; Entrevista do coordenador Marcelo Gallego para a TV Cultura; Entrevista do Secretário de Justiça e do Coordenador para o canal SBT; Ação #Like10.948 onde a CPDS convidou as seguintes empresas e entidades para publicar, nas redes sociais, uma postagem de celebração dos 19 anos da Lei nº 10.948/01. Empresas convidadas: Corporativo: Accenture, Barilla, Accor, Carrefour, Uber, CNA, Pride Bank, Shopping Light, Gol Linhas Aéreas, *LinkedIn*, *Bank of America, Citi, TransUnion, Cognizant, Amil, CKZ Diversidade, Ben & Jerry´s*, Natura, *Dafiti, Google, BDO, Burger King, JP Morgan, Twitter,* Riachuelo, Atento entre outras; Escritórios de Advocacia: Pinheiro Neto Advogados, Trench Rossi Watanabe Advogados, Mattos Filho Advogados, Machado Meyer Advogados, Demarest Advogados, Veirano Advogados, Demarest Advogados, Lefosse Advogados e Tozzini Freire Advogados; Empresa Pública: Metrô; Secretarias: 14 secretarias do Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual; Entidades e Demais Poderes: Ordem dos Advogados do Brasil (seccional e subseção do Jabaquara e Lapa), Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Ministério Público do Estado de São Paulo e Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região; Sociedade Civil: Associação da Parada de São Paulo, *Angels, Unicorns* e demais paradas do interior de São Paulo.

Coordenação de Políticas para a Mulher: criada e organizada pelo Decreto n° 58.428, de 08 de outubro de 2012, a Coordenação de políticas para a Mulher da Secretaria da Justiça e Cidadania tem por finalidade fomentar a implementação de políticas públicas que visem à equidade de gênero, a eliminação de qualquer forma de discriminação e de violência contra a mulher, assegurando-lhe a plenitude de seus direitos, sua participação e integração no desenvolvimento econômico, social, político e cultural. Os pilares de atuação da coordenação são: articulação com os demais órgãos, capacitação de servidores e colaboradores das redes e apoio às ações dos demais setores da Secretaria. Articulação e atividades com Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, Ministério Público e Tribunal de Justiça. Fortalecimento das redes de atenção às situações de violência (grupos vulneráveis) Projeto piloto no Vale do Paraíba e Litoral Norte a ser expandido para as demais regiões do Estado. Ações conjuntas com a DRS XVII, Vigilância Epidemiológica, Diretoria Regional de Assistência Social de São José dos Campos e Educação para o fortalecimento das redes locais e regionais, por meio de encontros periódicos. Foram realizados 5 encontros para o compartilhamento de experiências exitosas (rede dos Municípios de Cunha, Jacareí, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião e o debate sobre os desafios do trabalho em rede. Participam em media 60 pessoas por encontro, representantes de 39 Municípios. Os encontros estão disponíveis no canal da DRS XVII - https://www.youtube.com/channel/UC-

EkdYPs9FRy53lROnsaoZQ. Projeto DeVida (Comitê de Emergência) parceria do Governo do Estado de São Paulo com o Tribunal de Justiça e Ministério Público - implantação do modelo estadual do programa "Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família", atualmente desenvolvido pelo Ministério Público de São Paulo. Com reuniões online semanais os parceiros discutem estratégias e ações que visam o enfrentamento à violência doméstica. Projeto EscoLar**:** Parceria com a Secretaria da Educação e o Comitê de Emergência do Projeto DeVida - Aulas para 190 mil professores da Secretaria de Estado da Educação, com gravações para treinamento de professores com o foco no enfrentamento da violência doméstica e familiar, assim como racismo, discriminação e outros temas relacionados aos direitos humanos. Endereço do canal: https://www.youtube.com/channel/UC4PxhhCLUs1ESKz5EwuepMw. Participação do Grupo de Trabalho da Campanha Sinal Vermelho em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Associação Brasileira de Magistrados – ABM. Eventos e Capacitações: Em fevereiro foi feito o lançamento da Campanha "Gravidez na adolescência é para a vida toda", uma parceria com a Secretaria de Educação. Na oportunidade foi lançado o livro Gravidez na adolescência (Parceira da Secretaria da Justiça e Cidadania com a Universidade de Coimbra e Instituto de Psicologia da USP). Realização do I Congresso online Internacional e Intrersetorial nos dias 1º, 2 e 3 de julho de 2020, em plataforma virtual com mais de 800 inscritos. Contou com a participação de profissionais da Organização Pan-Americana de Saúde e órgãos nacionais que trataram sobre: distúrbios alimentares, abusos online, *choking games*, atenção integral à saúde do adolescente. Apresentações no Canal do *Youtube* - Em parceria com a Secretaria da Saúde, Programa do Adolescente, foram realizadas semanalmente (todas as 4ªs feiras) apresentações no *YouTube* com diversos temas, dentre os quais destacamos: A violência contra a mulher e adolescentes em tempos de pandemia, com a participação de palestrantes online de médicos professores, advogados psicólogos e juristas, com a interação dos participantes através das plataformas online no Endereço do canal: https://www.youtube.com/channel/UCGXTi6J5xl0JglgWXE848cA. Webconferências: Em parceria com a Secretaria da Saúde (Programa Saúde do Adolescente), desenvolvimento de webconferências sobre temas relacionados à saúde do adolescente, violência doméstica familiar e outros temas diversos, com a participação de todas as Diretorias Regionais de Saúde (DRS) do Estado. A transmissão é feita pelo Canal Vigilância em Saúde em pauta https://www.youtube.com/channel/UC04bxzJ3IyLH-G_h0olHvHw. Atividades em parceria com a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual e Centros de Cidadania – CIC: Em parceria com a Coordenação de Diversidade Sexual, foi realizada vacinação e testes rápidos DST/AIDS na Feira pelo Dia da Visibilidade Trans no dia 29 de janeiro. Em parceria com a Coordenação dos CICs foram distribuídas 4.000 (quatro mil) máscaras solidárias, 1.500 (hum mil e quinhentos) kits de higiene, 1.500 frascos de álcool gel, 1.600 unidades de cestas básicas. Foram realizados atendimento psicológicos com a clínica psicológica da USP e Projeto APOIAR USP – onde profissionais pós-graduandos são supervisionados pelos professores– atendimento in loco e online junto ao Centro de Cidadania da Zona Oeste.

Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos-FID, previsto na Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, teve sua criação autorizada no âmbito do Estado de nº. 13.555, de 9 de junho de 2009. Inicialmente o Fundo, então denominado Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados integrava a estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de São Paulo, tendo permanecido por sob aquela Gestão até junho de 2009, quando passou a vincular-se a esta Secretaria e denominar-se Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos. **6.1.** O objetivo do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID é gerir os recursos destinados à reparação dos danos (ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado) devolvendo-os à população de São Paulo como ressarcimento. Podem ser financiados projetos relativos à: reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos interesses difusos ou coletivos, no Estado de São Paulo. Convênios Assinados Em 2020**:** Com o fim de promover a reparação de bens e de direitos relacionados ao meio ambiente, aos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ao consumidor, ao contribuinte, às pessoas com deficiência, ao idoso, à saúde pública, à habitação e urbanismo e à cidadania, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no território do Estado de São Paulo, o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID promoveu a assinatura de 11 (onze) novos convênios, totalizando R$ 27,3 milhões com recursos do FID, além dos valores oferecidos como contrapartida pelos proponentes.

Processo	Proponente	Projeto	Valor FID	Contrapartida	Total
1317985/2017	Fundação Casa Cultura e Esporte	Obras Emergenciais da Cobertura da Ala Histórica – Complexo Fepasa	777.854,28	50.000,00	827.854,28
1313193/2017	Prefeitura Municipal de Canitar	Recuperação da Praça Municipal "José Zeferino Inácio"	683.000,00	130.513,91	813.513,91
1318117/17	Prefeitura Municipal de Jundiaí	Construção de uma piscina adaptada para pessoas com Deficiência	901.210,04	196.503,43	1.097.713,47
1324791/2017	Prefeitura Municipal de Macaubal	Readequação da Estação de Tratamento de Esgoto	999.209,86	53.890,45	1.053.100,31
1326167/2017	Prefeitura Municipal de Matão	Revitalização da Estação Ferroviária de Matão	848.232,98	48.880,68	897.113,66
1318209/2017	Prefeitura Municipal de Severínea	Recuperação e Implantação de Drenagem Pluvial em Pontos Críticos do Município de Severínia	940.500,00	57.703,89	998.203,89
	Secretaria Estadual da Saúde	Saúde Pública voltado à contenção, combate e mitigação do Coronavirús - COVID 19	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
1334291/17	Secretaria da Justiça e Cidadania	Ações de Preservação, Difusão e Acesso Documental da Pasta	983.369,30	49.383,50	1.032.752,80
1329764/2017	Prefeitura Municipal de Tapiratiba	Reforma das Praças D. Esméria Ribeiro do Valle Figueiredo e Nossa Senhora da Conceição	134.713,74	7.090,19	141.803,93
1330883/2017	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	Ampliação e Modernização da Infraestrutura do Laboratório de Acessibilidade (cegos e deficientes visuais) da Unicamp	500.018,02	145.127,59	645.145,61
1330113/2017	Centro Educacional e Cultural Toque - Escola Toque (FUNBESCO)	Geração de Energia Fotovoltaica para Sustentabilidade de Projeto Social	552.192,40	92.321,76	644.514,16
TOTAL			27.320.300,62	831.415,40	28.151.716,02

No exercício de 2020, foram concluídos e entregues os projetos abaixo:

CONVENENTE	FINALIDADE	Valor do Convênio	Valor do FID	Contrapartida
Prefeitura Municipal de São João Da Boa Vista	Projeto: Reforma e Adaptação do Espaço Público - Parque Público Espaço Jovem.	3.491.494,37	3.164.202,71	327.291,66
Prefeitura Municipal de Aspasia	Implantação do Parque Urbano/Ambiental	825.381,36	756.097,94	82.538,13
Prefeitura Municipal de Mogi Das Cruzes	Restauração de Casarão Rua Cel Souza Franco	2.294.856,35	2.065.370,00	229.486,35
	TOTAL	6.611.732,08	5.985.670,65	639.316,14

Recursos Financeiros/Orçamentários: No exercício atual, até a presente data, foram liberados R$ 49,2 milhões, para os projetos em andamento. Atualmente, o FID conta com um saldo de R$ 172,4 milhões, sendo R$ 104,0 milhões para os convênios vigentes e 68,4, para abertura de novo chamamento público.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020 - EMPENHADA E PAGA + RESTOS A PAGAR			
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020			
Dotação Liberada	Dotação Empenhada	Saldo	
109.391.834,00	92.735.555,50	16.656.278,50	
Dotação Empenhada	Dotação Paga	Saldo	Pagamento de Restos a pagar
92.735.555,50	32.868.023,40	59.867.532,10	16.338.366,41

Programas: Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas – PROVITA/SP: é um instrumento atuante de acesso à justiça e combate à impunidade no Estado de São Paulo, opera em São Paulo desde o ano 1999, vinculado às Secretarias da Justiça e Cidadania e da Segurança Pública. O PROVITA/SP faz parte do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas, gerenciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. O PROVITA/SP é responsável por oferecer proteção às pessoas que estejam ameaçadas em função de uma colaboração com a Justiça Criminal (Lei Federal nº 9.807/99 e Decretos Estaduais nº 44.214/99 e nº 56.562/2010). Todos os casos inseridos na rede de proteção são atendidos por Equipes Técnicas Interdisciplinares, compostas por advogados, assistentes sociais, psicólogos e assistentes administrativos. Dirigido por um Conselho Deliberativo, nos moldes da Lei Federal n°. 9.807/1999, e executado em parceria com a Sociedade Civil Organizada – principal característica deste Modelo Brasileiro de Proteção a Testemunhas, o PROVITA/SP possui uma Diretoria Executiva, composta pelos seguintes órgãos: Secretaria da Justiça e Cidadania (sede institucional do programa); Secretaria da Segurança Pública (por meio da 3ª Delegacia de Proteção à Pessoa – D.H.P.P. – Polícia Civil; e da Corregedoria da Polícia Militar); Ministério Público e Organização não Governamental. O Estado de São Paulo, entre os anos de 1999 e 2020, protegeu mais de 2500 pessoas, o que demonstra que sempre foi um dos programas de proteção a testemunhas que possuem maior atuação, servindo como referência nacional por suas práticas e procedimentos, em razão do grande fluxo de atendimentos, alto grau de profissionalismo e eficiência, atingidos por meio de exaustivas experiências de campo, bem como aperfeiçoamento técnico e atuação conjunta com os demais atores do programa. O PROVITA/SP, após análise técnica, desenvolve as seguintes atividades de proteção em benefício da pessoa/núcleo familiar: a) transferência para residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção; b) preservação da identidade, imagem e dados pessoais; c) ajuda financeira mensal; d) suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos, quando servidor público civil ou militar; e) apoio e assistência social, médica, psicológica e jurídica; f) sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida; g) nexo de causalidade entre a colaboração da vítima ou testemunha em inquérito policial ou processo criminal e a coação ou grave ameaça (art. 1º, caput, da Lei Federal nº 9.807/99); h) impossibilidade de impedir a coação ou a grave ameaça pelos meios convencionais; i) esclarecimento sobre a necessidade de inclusão dos familiares, dependentes, cônjuges ou pessoas de convivência habitual (art. 2º, §1º, da Lei Federal nº 9.807/99); j) Inexistência de impedimento legal para o ingresso no Programa, que são: pessoas sob quaisquer modalidades de prisão, personalidade ou conduta incompatível com as restrições de comportamento exigidas (art. 2º, §2º, da Lei Federal nº 9.807/99). Projetos: Protocolo de segurança: estabelecimento de protocolos de segurança institucionalizados com o fito de melhorar a proteção dos usuários do programa; Protocolo de atuação com a Secretaria de Segurança Pública com a finalidade de atuar preventivamente nas causas imediatas das ameaças, coletando e analisando dados; Projeto "local provisório": implantação de equipamento para inicial acolhimento de vítimas e testemunhas em situações urgentes ou de risco acentuado; Projeto para Oitiva de vítimas por meio de videoconferência, evitando o deslocamento e exposição do protegido, bem como o gasto com escolta e transporte; Projeto de divulgação do programa no sentido de proporcionar a ampliação geográfica de sua área de influência; Projeto RG provisório com dados alterados para protegido e membros da equipe; Projeto regulamentação da emissão de RG's com digitais cadastradas com vistas a garantir o sigilo de dados do protegido; Projeto Atendimento a casos de Violência doméstica com vistas a interlocução com o Judiciário e Ministério Público no atendimento de casos que não se enquadram nas regras do programa; Criação de um fundo específico para custeio do programa; Criação, junto ao TJSP, de senha exclusiva para a utilização do PROVITA/SP para consultas aos processos judiciais eletrônicos. Previsto o atendimento de 138 pessoas, até novembro/2020: 122 atendidas. Valores aplicados para as diversas atividades realizadas pelo PROVITA/SP no ano de 2020: Saldo do ano de 2019 = SJC R$ 670.571,03 e SSP R$ 228.915,33. Recursos de 2020 = SJC R$ 4.262.800,70, SSP R$ 1.000.000,00 e Federal R$ 200.333,32, Total disponibilizado R$ 6.362.620,58. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte em São Paulo – PPCAAM: Trata-se de um instrumento de combate à violência letal contra crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos de até 21 anos. Baseado na proteção integral e nos demais princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Destina-se a situações de risco à vida, haja ou não situação de vulnerabilidade. Público-alvo:1. Crianças com até 12 anos incompletos 2. Adolescentes com idade até 18 anos e 3, jovens de até 21 anos, se egressos do sistema socioeducativo. Atendimento/Serviços: A inclusão no programa é realizada por equipe técnica executora, após o encaminhamento do caso por um dos seguintes órgãos (Porta de Entrada): Conselho Tutelar, autoridade judiciária competente, Defensoria Pública e Ministério Público (Decreto Estadual nº 58.238, de 20 de julho de 2012). A duração do programa é de até um ano, podendo ser prorrogada em situações excepcionais, e depende da voluntariedade do ameaçado e de anuência dos representantes legais ou da autoridade judiciária competente, quando for o caso. Após a inclusão no programa, o protegido e seus familiares serão acompanhados pela equipe técnica que dará todo o suporte necessário para a adaptação ao novo local de proteção, devendo, em contrapartida respeitar e seguir determinadas regras, sob pena de desligamento.Requisitos para ingresso no Programa: 1. Ser criança (até 12 anos incompletos), adolescente (de 12 anos a 18 anos incompletos) ou ter até 21 anos, neste último caso desde que egresso do sistema socioeducativo; 2. Não ser possível ou não ser indicada outra medida de menor impacto na vida da criança ou adolescente e a impossibilidade de impedir a coação ou a grave ameaça por outros meios convencionais; 3. Voluntariedade do ameaçado; 4. Anuência dos representantes legais do ameaçado ou, na ausência, impossibilidade ou incompatibilidade da anuência, o suprimento pela autoridade judicial competente; 5. Não se encontrar o menor em acolhimento institucional em regime de privação da liberdade (internação ou semiliberdade, previstos nos artigos 120 e 121 do ECA); 6. Aceitar as regras impostas para a inclusão do programa. Número de solicitações**:** Foram realizadas

79 solicitações para avaliação do Programa (dado refere-se a janeiro até 16 de novembro de 2020). **7.2.5.** Número de protegidos**:** janeiro = 79 pessoas; fevereiro = 83 pessoas; março = 73 pessoas; abril = 70 pessoas; maio = 72 pessoas; junho = 72 pessoas; julho = 78 pessoas; agosto = 78 pessoas; setembro = 74 pessoas; outubro = 73 pessoas, novembro = 69 pessoas, até o dia 16. Modificação da entidade Executora do Programa: A Secretaria da Justiça e Cidadania decidiu por encerrar o Termo de Colaboração com a Samaritano São Francisco de Assis, até então responsável pela execução do PPCAAM/SP. De modo a evitar a descontinuidade da política pública de combate à letalidade infanto juvenil, estabeleceu Plano de Transição para o período de 1 de setembro a 30 de novembro de 2020, visando a transferência do objeto de forma paulatina e segura à Associação Cristã Mãe Zazá, instituição selecionada para operar o Programa de Proteção. É de grande relevo observar a coexistência de Termos de Colaboração entre o Estado de São Paulo e cada uma das duas entidades (Samaritano e Mãe Zazá) sem que haja sobreposição de objetos distribuídos nos respectivos planos de trabalho.

Recursos de 2020:

Pagamentos executados – Samaritano São Francisco de Assis 2020		
Mês/Fonte	Governo Estadual	Governo Federal
Janeiro	R$ 190.702,27	
Fevereiro	R$ 190.702,27	
Março	R$ 190.702,27	
Abril	R$ 63.683,21	R$ 132.000,00
Maio	R$ 63.683,21	R$ 132.001,00
Junho	R$ 38.994,34	R$ 132.002,00
Julho	R$ 50.384,03	R$ 134.000,00
Agosto	R$ 65.765,59	R$ 134.000,00
Setembro	R$ 67.519,96	R$ 112.191,32
Outubro	R$ 46.202,70	R$ 58.253,79
Pagamentos executados – Associação Cristã Mãe Zazá 2020		
Setembro	R$ 41.790,06	R$ 3.572,71
Outubro	R$ 112.435,55	R$ 54.483,25
Novembro	R$ 117.385,88	R$ 86.616,30

Centro de Referência e Apoio à Vítima – CRAVI, é um programa da Secretaria da Justiça e Cidadania, criado em julho de 1998 pelo Governo do Estado de São Paulo, e tem como missão ser referência para ações e políticas públicas que visam a superar os ciclos de violência e promover reconhecimento, cidadania e acesso aos direitos de vítimas de crimes violentos. O CRAVI oferece atendimento público e gratuito às vítimas de violência e conta com uma equipe interdisciplinar, formada por assistentes sociais e psicólogos, especializada em acolher, atender e, quando for o caso, encaminhar os usuários para a rede ou serviços pertinentes as suas demandas. Desde sua inauguração, em julho de 1998 até o mês de outubro de 2020, o CRAVI realizou mais de 44.307 atendimentos à população. O principal perfil do público atendido pelo CRAVI é formado por mulheres, vítimas diretas ou indiretas de violência. Ao todo se encontram em funcionamento seis unidades do Centro de Referência e Apoio à Vitima – CRAVI: CRAVI Araçatuba; CRAVI Suzano; CRAVI Barueri; CRAVI São Vicente; CRAVI Santos; CRAVI Sede (no Fórum Criminal da Barra Funda). Estão previstas para inauguração as unidades de Pindamonhangaba, Guarulhos e Atibaia. A soma dos números de atendimentos de todas as unidades no período entre janeiro e outubro de 2020 foram 4.036 atendimentos. Para a realização do atendimento jurídico, o CRAVI conta com parceria estabelecida com o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Além destas parcerias, o CRAVI conta com um conveniamento firmado com a Pontifícia Universidade Católica para realização de pesquisas e atendimentos realizados pelo Centro. A parceria estabelecida com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é responsável pelo atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica cujos autores são submetidos à audiência de custódia, no fórum criminal da barra funda. Os boletins de ocorrência de violência doméstica são encaminhados, juntamente com a sentença do Juiz, pelo cartório diretamente ao CRAVI, possibilitando a equipe entrar em contato telefônico com a vítima, avaliando sua situação emocional, informando a vítima quanto a situação do autor, além de oferecer atendimento e orientação. Desde setembro de 2016, início da parceria, até novembro de 2020, o CRAVI realizou mais de 3.000 atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica. O CRAVI realiza mensalmente capacitações sobre temas pertinentes à cidadania e aos direitos humanos. No entanto, diante dos novos protocolos de saúde estipulados na quarentena, tais eventos foram apresentados por meio de *lives,* realizadas ao longo do ano de 2020. Foram realizados ao todo 36 ações de cidadania (eventos, *lives* e palestras) que capacitaram 1.967 pessoas. Atuação em emergências e desastres**:** Desde o ocorrido na escola estadual Raul Brasil, onde o CRAVI realizou mais de 500 atendimentos à comunidade escolar afetada pelo massacre, o centro vem se consolidando como uma referência na assistência às vítimas de emergências e desastres. Com os deslizamentos registrados nas regiões de Santos e do Guarujá, que vitimaram fatalmente mais de 40 pessoas, o CRAVI realizou plantão psicossocial no IML com o objetivo de garantir assistência aos sobreviventes e seus familiares. Foram realizados mais de 45 atendimentos no local. Pandemia da COVID-19 o CRAVI estabeleceu um protocolo de ação com o objetivo de garantir a continuidade do atendimento oferecido às vítimas já atendidas e a abertura do programa para o recebimento de novos casos, especialmente de vítimas de violência doméstica, dado seu aumento diante do isolamento social. 88% dos casos ativos do programa se encontram em atendimento psicológico indivudual ou de grupo on-line. 12% se encontram em acompanhamento social, também na mesma modalidade. Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – NETP: instituído junto à Secretaria da Justiça e Cidadania pelo Decreto Estadual 54.101/2009, com o nome de "Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas", teve sua denominação alterada pelo Decreto Estadual nº 60.047/2014 para "Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas" - NETP, sendo subordinado ao Gabinete do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania. Conta com uma equipe operacional e atua por meio do recebimento de denúncias e sob demanda dos Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Estadual e Regionais), Comitê Estadual para Refugiados – CER/SP e Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, COETRAE/SP. O NETP tem por finalidade: I - promover ações de prevenção, apoio à repressão e à responsabilização ao tráfico de pessoas; II - garantir a orientação e o atendimento adequado às vítimas desta prática criminosa e aos seus familiares; III - ser uma fonte de informações técnicas para profissionais e ativistas das áreas de segurança pública e de promoção e defesa de direitos humanos. Palestras, debates e ações do NETP em 2020: A prevenção destacada pela legislação (Lei Federal nº 13.344/2016 c/c Decreto Estadual nº 60.047/2014 e Decreto Estadual nº 62.293/2016) tem como meta o esclarecimento à sociedade sobre o que é o tráfico de pessoas e quais são os seus desdobramentos. Os meios empregados são: campanhas, palestras, simpósios, seminários e rodas de conversa nas comunidades, escolas e faculdades (públicas e privadas). a) 09/01/2020: Grupo de Trabalho sobre o Fluxo de Atendimento ao Trabalhador Resgatado e Vulnerável ao Trabalho Escravo no município de São Paulo; 28/01/2020 – Ação de conscientização na Rodovia Helio Smidt com abordagem de carros e entrega de material explicativo – Atividade em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal; b) 28/01/2020: Entrevista do Secretário da Justiça e Cidadania e de vítimas resgatadas pelo NETP ao SBT, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo; c) 18/02/2020: Participação na Mesa de Abertura no evento da Repórter Brasil "Escravo, nem pensar!" para Diretores da Rede de Assistência Social em Campinas; d) 23/04/2020: Apresentação de casos atendidos pelo NETP na Reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE; e) 29/04/2020: Entrevista do Coordenador do NETP ao Portal R7 sobre o aumento dos casos de tráfico em período de crises humanitárias; f) 05/05/2020: Apresentação de casos atendidos pelo NETP na Reunião da Comissão Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Sexual do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; g) 16/06/2020: Reunião Extraordinária conjunta do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo, coordenados pelo NETP, via plataforma digital, para discussão das ações em meio à pandemia de COVID-19; h) 20/06/2020: Palestra no Dia Mundial do Refugiado com o título "Deslocamentos: refúgio e imigração durante a pandemia", em Seminário promovido pelo Museu da Imigração em parceria com a UNICAMP; i) 19/07/2020: Entrevista para reportagem ao Domingo Espetacular sobre o caso do resgate de tripulantes do Navio Srakane; j) 24/07/2020: Palestra no II Seminário Estadual sobre Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: possibilidades de enfrentamento pelas políticas públicas, promovido pelo curso de Serviço Social UNIVAG e pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Mato Grosso; l) 30/07/2020: Entrevista para reportagem da Record em alusão ao Dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; m) 04/09/2020 Entrevista para grupo de pesquisadores do IPEA sobre o modelo de atuação do NETP em São Paulo; n) 13/10/2020: Palestra "A experiência do NETP/SP na proteção de crianças e adolescentes vítimas do tráfico de pessoas e a importância da atuação interinstitucional" no evento sobre hospitalidade e a proteção da criança migrante, realizado pela ASBRAD em parceria com a Organização Palhaços Sem Fronteiras e o MPT; o) 27/10/2020: Palestra sobre a experiência do NETP em meio as ações do e casos atendidos pelo NETP; p) 10/12/2020: Lançamento do Fluxo Nacional de Atendimento ao Trabalhador Resgatado da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, integrado pelo NETP e COETRAE/SP. Ações de Enfrentamento em 2020: acontece por meio de ações planejadas de forças-tarefa interinstitucionais decorrentes de denúncias encaminhadas à esta Secretaria da Justiça e Cidadania, articuladas pelo NETP e contando com a participação efetiva e exitosa das Polícias Federal, Civil e Militar, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Estado de São Paulo, Auditores Fiscais do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo e Organizações da Sociedade Civil. O NETP é protagonista e participa ativamente da Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, composta por Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante de todo o país, com os quais contamos com a efetiva colaboração em casos que envolvem cidadãos de outros estados. Em 2020 o NETP abriu 24 Expedientes de denúncias de possíveis casos de tráfico de pessoas, trabalho análogo ao escravo, adoção ilegal, exploração laboral da prostituição, ou exploração sexual. Monitoramento dos seguintes casos em 2020: Exploração Laboral da Prostituição: 1 caso, 1 vítimas; Trabalho Análogo ao Escravo: 24 casos, aproximadamente 50 vítimas; Exploração Sexual Infantil, Trabalho Infantil: 2 casos; 3 vítimas; Tráfico de Pessoas sem modalidade definida: 3 casos; 05 vítimas; Desaparecimento = 2 casos, 3 vítimas; 35 Forças-tarefa foram articuladas e contaram a efetiva participação do NETP em 2020.

Mediação de Conflitos e Comissões Processantes: Mediação de Conflitos de Direitos Humanos tem a finalidade de mediar a comunicação entre cidadão e unidades da Secretaria da Justiça e Cidadania, prestar orientações e gerenciar manifestações de forma transparente, independente e imparcial. Considerando a vigência das Leis Estaduais n° 10.948/2001, nº 11.199/2002, nº 14.187/2010 e nº 17.157/2019, as denúncias recebidas por este setor concentram-se respectivamente nos casos de discriminação em razão de orientação sexual e ou identidade de gênero, pessoas que convivem com HIV/Aids, discriminação étnico-racial e por motivo religioso. As denúncias são examinadas de forma individual e caso apresentem elementos essenciais para sua apuração, são encaminhadas às Coordenações responsáveis. Responde pela estrutura da Mediação de Conflitos afetos aos casos de Discriminação étnico-racial, LGBTI e pessoas que vivem com HIV/AIDS. A Ouvidora é Gestora do Termo de Cooperação Técnica entre Secretaria de Justiça e Cidadania e o Egrégio Tribunal de Justiça, e a Assessora Técnica é responsável por oferecer suporte administrativo e organizar as sessões de mediação de conflitos, exercendo também a função de escrevente. Número de Processos: Discriminação Étnico-racial = 3; Discriminação sexual e/ou identidade de gênero = 4; Discriminação Étnico-racial E Discriminação sexual e/ou identidade de gênero = 1, Total = 8. Número de Sessões de Mediação**:** Discriminação Étnico-racial= 1 redesignada; Discriminação sexual e/ou identidade de gênero = 2 frutíferas, = 1 infrutífera, = 1 prejudicada, total = 4; Discriminação Étnico-racial E Discriminação sexual e/ou identidade de gênero = 1 frutífera. Comissão Especial - Discriminação em Razão de Orientação Sexual ou Identidade de Gênero (Lei estadual nº 10.948/2001): Processos instaurados em 2020: 41; em andamento: 89; Em Fase Recursal: 12; Decisões em 2020: Improcedente: 6; Procedente = 5, sendo 3 condenações à pena de advertência e 2 à pena de multa de 1.000 Ufesps. Comissão Especial - Discriminação aos Portadores do Vírus HIV ou às Pessoas com AIDS (Lei estadual nº 11.199/2002): Processos instaurados: 2020: 0; em andamento: 1; Em Fase Recursal: 1; Decisões em 2020: Improcedentes: 1; Procedentes: 0. Comissão Especial - Discriminação Racial (Lei estadual nº 14.187/2010): Processos instaurados em 2020: 41; Em andamento: 126; Fase Recursal = 19, Extinto por Litispendência = 1, Arquivamento por morte = 2, Encerrados = 86; Decisões em 2020: Improcedente: 4; Procedente = 18, sendo 6 condenações à pena de advertência, 4 à pena de multa de 500 Ufesps, 4 à pena de multa de 500 Ufesps. Fundo Especial de Custeio – FEP: instituído pela Lei Estadual n° 16.428, de 29 de maio de 2017, para promover, nos limites estabelecidos na presente lei, o custeio de perícias e avaliações médico-legais, psiquiátricas e de investigação de vínculo genético por meio de identificação de polimorfismos de DNA "inter vivos" e "post mortem", em processos da competência da Justiça Comum Estadual envolvendo partes beneficiárias da justiça gratuita. O custeio de perícias com recursos advindos do FEP somente é autorizado se ficar comprovada a impossibilidade de o autor da ação arcar com o pagamento dos honorários periciais, conforme decidido nos autos judiciais ou não houver possibilidade de inversão do ônus da prova. (Inciso IX do artigo 18 da Lei Estadual nº 17.293, de 15/10/2020, que extinguiu o Fundo Especial de Custeio de Perícias FEP). No exercício de 2020, o FEP não processou receitas. Por

não possuir dotação orçamentária para custeio das despesas com relação ao pagamento de perícias, o gasto foi suportado pela Pasta (Ação 62740000 – Pericias Judiciais – Fonte 001), no valor de R$ 7.494.552,25 (sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), pagos para um total de 5.776 peritos (as), que finalizaram a contento 16.808 processos periciais.

Grupo de Planejamento e Fiscalização de Obras e Serviços - GPFOS: tem por finalidade garantir o acesso à Justiça requer instalações adequadas, além de conforto e segurança. As obras acompanhadas pelo GPFOS têm como objetivo garantir o conforto ambiental das edificações forenses, promovendo ainda um espaço totalmente acessível à população que necessita dos serviços prestados pelos judiciários locais. Obras concluídas de fóruns em 2020: Acessibilidade (5): Diadema, Indaiatuba, Itapecerica da Serra e Itu (Grupo 1) e Cândido Mota; Construção (1): Rio Claro. 10.2. Obras de Fóruns em andamento: Construção (1): Caraguatatuba; Acessibilidade (12) Cerqueira César, Fartura, Miracatu e Laranjal Paulista (Grupo 4), Garça, Pirajuí e Barra Bonita (Grupo 5) e Caconde, Espírito Santo do Pinhal, Santa Rita do Passa Quatro, Mogi Guaçu e São Simão (Grupo 6). 10.3. Outras obras em andamento: Acesso Viário (1): Mirandópolis. A Secretaria da Justiça e Cidadania investiu até novembro/2020, R$ 5.545.869,83 em obras de fóruns.

Contratos:

Obras *DIRETAS*				
Obra	Situação	Valor atual do Contrato	Valor medido até Novembro/2020	Prazo de Conclusão da obra (contratual)
Construção do Fórum de Caraguatatuba	em andamento	R$ 14.724.424,26	R$ 2.182.065,82	novembro/2021
Acessibilidade nos Fóruns de Lorena, Taubaté Cível, Taubaté Criminal e Taquaritinga (Grupo 1)	concluídas	R$ 1.054.428,99	R$ 698.983,53	concluída
Acessibilidade no Fórum de Cândido Mota	concluída	R$ 346.543,04	R$ 214.486,49	concluída
Acessibilidade nos Fóruns de Cerqueira César, Fartura, Miracatu e Laranjal Paulista (Grupo 4)	em andamento	R$ 1.268.951,68	R$ 0,00	junho/2021
Acessibilidade nos Fóruns de Garça, Pirajuí e Barra Bonita (Grupo 5)	em andamento	R$ 1.079.007,22	R$ 0,00	junho/2021
Caconde, Espirito Santo do Pinhal, Sta. Rita do Passa Quatro, Mogi Guaçu e São Simão (Grupo 6)	em andamento	R$ 1.886.554,19	R$ 0,00	junho/2021
Acesso Viário ao Fórum de Mirandópolis	em andamento	R$ 886.064,32	R$ 653.076,06	abril/2021
TOTAL			R$ 3.748.611,90	

Observações – Obras Diretas: 10.4.1**.** Quanto a Caraguatatuba: O atual prazo de conclusão é novembro/2021, todavia, este prazo poderá sofrer dilação, dependendo do orçamento destinado para esta obra no próximo exercício. Ainda, é importante observar que se trata de uma retomada de obra paralisada, sendo que na 1ª licitação, a SJC já havia investido cerca de R$ 2.5 milhões. 10.4.2. Quanto as obras de acessibilidade dos Grupos 4, 5 e 6, foram iniciadas em 14/10/2020, e, sendo assim, ainda não foram processadas as medições de número 1 dos grupos. 10.4.3. Acesso Viário ao Fórum de Mirandópolis: O prédio do fórum encontra-se concluído e inabitado desde 2016, uma vez que o mesmo está localizado às margens da Rodovia Neif Mustafá, e não possuía acesso pela mesma (obras que seriam de responsabilidade da Prefeitura local). O Estado investiu R$ 9.5 milhões na construção desse fórum.

Convênios:

Obras CONVÊNIO				
Obra	Situação	Contrapartida SJC do Convênio (80%)	Valor medido em 2020	Prazo de Conclusão da obra (contratual)
Construção do Fórum de Rio Claro	Concluída	R$ 4.701.081,48 (referente ao 2º Convênio)	R$ 1.797.257,93	Concluída

Observações – Obra via Convênio: 1) Quanto a Rio Claro: Obras finalizadas. Cumpre esclarecer que os valores do quadro acima referem-se ao 2º Convênio firmado com a Prefeitura local, já que a obra ficou paralisada entre 2014 a 2017. No total, o Estado investiu R$ 9.4 milhões (80%).

*Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP***:** Programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural**:** Até meados outubro de 2020, foram cadastradas e levantadas cerca de 1.123 unidades imobiliárias e entregues 510 títulos de propriedade e/ou domínio, de legitimação fundiária e de legitimação de posse, a previsão é que, até o final do ano, ultrapasse os mil títulos em 2020. O programa é executado pela Fundação ITESP em parceria com Prefeituras e Procuradoria-Geral do Estado. No momento, há 110 parcerias em andamento com Prefeituras (88 convênios e 22 protocolos de intenções), englobando mais de 75 mil imóveis. Só no ano de 2020 foram assinados 11 convênios e 49 aditamentos de convênios. Prestação de serviços técnicos especializados: Em 2020, em razão da continuidade do contrato com o Centro Paula Souza, foi dada continuidade na regularização fundiária rural de suas unidades. Além disso, em razão de contrato com a Fundação Florestal, foi dada continuidade no trabalho de regularização fundiária da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA, com uma área de 2.249,6 hectares. Ainda em razão de contrato com a Fundação Florestal, foram entregues os trabalhos técnicos e jurídicos dos Parques Estaduais Campos do Jordão, com área de 8.176,3859 hectares, e Mananciais de Campos do Jordão, com área de 503,0651 hectares. Também foi entregue a revisão completa dos 02 laudos de avaliação de imóveis rurais no Parque Estadual de Itapetinga, para adequação às normas do Tribunal de Justiça de São Paulo. Por fim, ainda em razão de contratos, foram concluídos trabalhos técnicos e realizado o acompanhamento da regularização fundiária de núcleos urbanos nos municípios de Pindamonhangaba e Presidente Prudente, de áreas da antiga FEPASA em Araçatuba, da área do Viveiro de Mudas em Jacareí, do Distrito Industrial em Manduri e de vários imóveis rurais nos municípios de Nhandeara e Monções. Georreferenciamento de Assentamentos e Quilombos Estaduais**:** Em 2020, foram concluídos os trabalhos nas comunidades de Sapatu, município de Iporanga, Piririca e Pilões no município de Iporanga e Sertão de Itamambuca em Ubatuba e estão sendo trabalhados os Quilombos de Ribeirão Grande/Terra Seca (Barra do Turvo), Peropava (Registro), Sapatu (Eldorado) e Aldeia (Iguape) com levantamento de campo e/ou consolidação de dados levantados anteriormente e produção de relatórios. Os trabalhos visam compor o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de cada uma das comunidades feitos no âmbito do convênio ITESP e INCRA. Também foram dadas continuidades nos trabalhos de levantamento georreferenciado dos Assentamentos Arco Iris, Novo Horizonte, Vale dos Sonhos, Santa Cruz, Alvorada, Marco II e Santa Apolonia em Mirante do Paranapanema e Assentamentos Água Limpa 1, Água Limpa 2, Santa Eudóxia e Rodeio no município de Presidente Bernardes. Atuação conjunta com a Procuradoria-Geral do Estado para instrução de ações discriminatórias e elaboração de planos gerais de legitimação de posses em terras devolutas estaduais: Em 2020 foram desenvolvidos trabalhos no Projeto Fotocadastro que levantaram cerca de 500 hectares, chegando no total a 5.006 glebas cadastrada em 214.288,45 hectares nos municípios de Guapiara, Apiaí, Capão Bonito, Itaoca, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande e São Miguel Arcanjo. Além disso, foi consolidada a entrega de mais de 4.000 hectares foram georreferenciados visando a regularização fundiária rural naqueles municípios. Em razão de nomeação judicial, foi realizado o registro das terras devolutas do 41º Perímetro de Apiaí, cujos trabalhos demarcatórios envolveram 5.763,6835 hectares. Regularização Fundiária de imóveis rurais da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema) com fundamento na Lei Estadual nº 11.600/2003, alterada pela Lei Estadual nº 14.750/2012**:** Em 2020 foram deferidos os pedidos de regularização de posse de 03 imóveis, que totalizaram 764,4209 hectares. Ao todo, desde a entrada em vigência da Lei Estadual nº 14.750/2012 foram protocolizados 97 pedidos, que somam 22.304,6450 hectares. Regularização Fundiária de imóveis rurais da Região Administrativa de Registro e de Itapeva (Vale do Ribeira e Alto Vale) com fundamento na Lei Estadual nº 16.475/2017**:** Em 2020, além de atendimento de mais de 100 solicitações para instrução de pedidos de regularização, foram protocolados 54 processos relativos a pequenos imóveis, que somam mais de 1.300,00 hectares. Foram expedidos, até o presente momento, mais cinco títulos nos municípios de Registro, Pariquera-Açu e Iguape. Também é importante destacar que, em razão da pandemia de Convid-19, foram realizadas reuniões virtuais com Prefeituras, Associações e Ocupantes de vários municípios do Vale do Futuro, o que aumentou substancialmente o número de pedidos de regularização. Elaboração de anteprojeto de lei para dar efetividade aos acordos e transações de regularização fundiária de áreas objetos de ações discriminatórias, demarcatórias e reivindicatórias**:** foi elaborado anteprojeto de lei, muito mais amplo e com critérios objetivos, que foi submetido às Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Procuradoria-Geral do Estado Ações de desenvolvimento de assentamentos e quilombos**:** Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: Prestação de assistência técnica e extensão rural a 7.133 famílias de trabalhadores rurais instaladas em 140 assentamentos de domínio estadual e a 1.445 famílias moradoras nas 36 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas, totalizando mais de 30 mil pessoas. As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER são monitoradas pelo Sistema de ATER da Fundação. Programa Cultivando Negócios: Plataforma eletrônica que aproxima os pequenos produtores rurais paulistas dos compradores de suas produções, visando facilitar e fomentar os negócios diretos, evitando o encarecimento dos produtos pela intermediação e disponibilizando produtos mais rápidos para o consumo e assim com mais qualidade. Essa ferramenta cadastrou 387 produtores e 87 compradores no exercício de 2020, representando o valor bruto de R$ 153.556.467,80 no 1º semestre. Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS**:** fomenta a comercialização de produtos da agricultura familiar paulista. No mínimo 30% dos recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado à compra de alimentos são utilizados para a compra direta de produtos da agricultura**,** in natura **e** manufaturados, até o limite de R$ 60 mil anuais por família – R$ 30 mil são referentes ao PPAIS Leite e os outros R$ 30 mil, à aquisição dos demais produtos, como frutas, verduras, legumes e outros alimentos, utilizados nas refeições em órgãos estaduais como hospitais, escolas e presídios. Em 2020, (de janeiro a outubro) o programa movimentou R$ 8.400.730,60, por meio de 289 chamadas públicas, Desde 2012 o início do Programa já comercializou mais 41 milhões. Programa Vale do Futuro: A Secretaria da Justiça e Cidadania, por meio da Fundação Itesp, participa ativamente das ações de desenvolvimento econômico e social dos 22 municípios do Vale do Ribeira, de forma integrada com os Municípios e Sociedade Civil. Com Regularização Fundiária Rural e Urbana e nas 29 Comunidades Quilombolas. Proposta de alteração da Lei n° 4.957/1985**:** após a realização de diversas audiências públicas, que permitiu ampla discussão e aprovação, no início de 2020 foi encaminhada à Secretaria de Justiça e Cidadania, minuta de projeto de lei, que visa alterar as Leis Estaduais nºs. 4.957/1985 e 10.207/1999, com o objetivo de disciplinar a titulação de terras dos de assentamentos rurais estaduais às famílias que tiverem reconhecida a consolidação de sua autonomia, conforme definido na proposta. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (FUNDESPAR): No âmbito dos 17 projetos da Fundação ITESP aprovados no Conselho de Orientação do FUNDESPAR, houve a celebração de quatorze convênios em 2019 e um em 2020, mais de 3.1 milhões, cuja execução de seus objetos trata em síntese, da aquisição de implementos agrícolas, veículos de carga, reforma de infraestrutura nos assentamentos e materiais e equipamentos utilizados pela Fundação ITESP na sua missão institucional. Parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS): viabiliza o funcionamento de 3 (três) Classes Descentralizadas de Cursos Técnicos Profissionalizantes instaladas em Assentamentos Rurais Estaduais no Pontal do Paranapanema. Desde 2010, início da parceria, já foram formados 366 estudantes. Em 2020, 29 alunos se formaram em julho no curso técnico em Agropecuária. E em agosto teve início um novo curso com habilitação profissional de Técnico em Agropecuária e com 40 alunos matriculados, o curso tem previsão de formatura em julho de 2021. Ação de Combate à Pobreza: buscando a redução dos efeitos da pandemia, com recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – FECOEP, repassados por meio de Convênio celebrado com a Secretaria da Justiça e Cidadania e a Fundação ITESP foi possível entregar 15 mil "Cestas da Cidadania" a comunidades hipossuficientes. Cestas compostas com 5 kg de arroz, 2 kg de feijão, 1 kg de açúcar, 1 litro de óleo de soja, 1 kg de sal, 8 kg de legumes frescos com o mínimo de 4 tipos e 2 kg de frutas. A Secretaria da Justiça recepcionou as demandas da população em situação de vulnerabilidade e a Fundação ITESP promoveu o chamamento público para a eleição das associações, cooperativas ou pessoas físicas que forneceram os produtos, destacando-se que os legumes e frutas foram produzidos pelos agricultores familiares assentados. Dentre os beneficiados, havia comunidades indígenas, de ciganos, entidades filantrópicas e religiosas. Emissão de Contratos de Concessão de Uso – Até 4 de novembro de 2020 foram emitidos 36 (trinta e seis): Contratos de Concessão de Uso aos beneficiários dos planos públicos que passaram à etapa definitiva de exploração dos lotes. Com isso, o produtor fica habilitado a firmar parceria com seus agregados e obter Declarações de Aptidão do PRONAF - DAP's adicionais para a unidade produtiva, ampliando o acesso a créditos. Emissão de Termos de Permissão de Uso: Até 4 de novembro de 2020 foram outorgados 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) permissões de uso às famílias de trabalhadores rurais beneficiárias de assentamento estadual. Abastecimento de Água e Saneamento: fornecimento de água potável para o uso doméstico por meio perfuração de poço tubular profundo e a

implantação de reservatório de água, cumprindo os requisitos para outorga de uso e a instalação de fossas sépticas**.** Em 2020 foram entregues 5 poços em três novos assentamentos do Pontal do Paranapanema, com recursos de convênio com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e início da manutenção de mais 2 poços em assentamentos estaduais nos municípios de Sumaré e São Simão.Convênio firmado entre a Fundação Itesp e o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, cujo objeto é a construção de 690 fossas sépticas em Assentamentos Estaduais na Região Oeste, que atualmente se encontra aguardando o procedimento licitatório para a contratação das últimas 371 fossas. Convênio firmado entre a Fundação Itesp e o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, cujo objeto é a construção de 194 fossas sépticas em 3 Assentamentos Estaduais nos municípios de Euclides da Cunha, Teodoro Sampaio e Pradópolis, que atualmente encontra-se aguardando o repasse financeiro do FID. Construção e Reforma de Infraestruturas em assentamentos e quilombos: Melhoria na infraestrutura dos assentamentos e quilombos assistidos pela Fundação Itesp através da construção e reforma de edificações, tais como galpões de múltiplo uso, cozinhas, áreas para panificação, galpões para armazenamento, entre outras. Em 2020 foi entregue a construção de um barracão para armazenamento de produção, em assentamento no município de Sumaré. Em uma segunda etapa deste convênio será contratada em 2020 para instalação de câmaras frias no interior da edificação. Através de convênio com a Secretaria da Justiça e Cidadania, com recursos do FUNDESPAR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema, entregamos as reformas da casa sede do Assentamento Maturi (Caiuá/SP) e da edificação onde funciona o centro digital do Assentamento Nova do Pontal (Rosana/SP). Gestão Ambiental**-** Desenvolvimento sustentável dos assentamentos do Estado de São Paulo, recomposição florestal no total de 597,74 ha em Áreas de Reserva Legal – RL e Áreas de Preservação Permanente – APP.

*Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/SP***:** desempenhou suas atribuições no ano de 2020 por meio de ações preventivas e corretivas no mercado de consumo, através de inúmeras intervenções diretas, no âmbito coletivo, tanto em discussões, como na aplicação de sanções ou ações educativas sobre temas de grande impacto na sociedade. Institucional: A Fundação Procon-SP atuou ativamente da defesa do consumidor durante a Pandemia da Covid-19 no sentido de fiscalizar a alta de preços dos insumos necessários ao enfrentamento da situação declarada de calamidade pública. Com isso, o Procon combateu a abusividade dos preços do álcool em gel, mascaras e demais produtos saneastes, bem como do botijão de gás e dos alimentos quem compõe a cesta básica dos brasileiros. Nesse período, ainda, a Escola de Proteção e Defesa do Consumidor dinamizou seus cursos, os oferecendo na modalidade de ensino à distancia, e com isso levando conhecimento e equilibro a todos os atores do mercado de consumo, fornecedor e consumidor, reduzindo os conflitos. Ainda, iniciou processo de informatização de todos os processos e procedimentos administrativos, seja na parte de atendimento, seja na parte dos processos sancionatórios das empresas, no sentido de que não haverá mais nenhum documento tramitando em papel no início de 2021. Para tanto, foram firmados convênios para o compartilhamento de dados cadastrais com a Secretaria de Segurança Pública e com a Secretaria da Fazenda e Planejamento. Por fim, também se iniciou o processo de expansão do atendimento presencial, visando atender o consumidor vulnerável tecnologicamente, aquele que não possui condições de realizar sua queixa de forma virtual. Com isso, foi firmado termo de convênio com a Secretaria de Segurança Pública e instalado, em projeto piloto, o primeiro Posto Avançado de Atendimento e Orientação ao Consumidor no 8º Distrito Policial do DECAP, o qual tem atingido índices altamente satisfatórios na composição de conflitos de consumo. Esse projeto encontra-se em fase de expansão para outros trinta distritos policiais do DECAP, em áreas de vulnerabilidade econômico-social. Diretoria de Atendimento e Orientação ao Consumidor – DAOC, entre janeiro e outubro de 2020 contabilizou, no total, 638.750 atendimentos. Os postos de atendimento presencial operando nos Poupatempos, Sé, Santo Amaro e Itaquera e nos CICs – Norte, Leste, Oeste, Sul, Feitiço da Vila, Casa da Cidadania (Imigrantes), Grajaú e do Imigrante – efetuaram 19.781 atendimentos (3,1%) até 20/mar quando - em razão da pandemia ocorreu o fechamento dos postos de atendimento presencial, que foram retomados parcialmente a partir de 25/ago, com a inauguração do posto avançado na 8ª Delegacia de Polícia. O atendimento à distância, prestado por meio de Atendimento Telefônico, Eletrônico e por Cartas, registrou 618.969 atendimentos (96,9%) realizados no período. Na atuação da DAOC podemos destacar as seguintes realizações: Redução no Tempo de tramitação das CIPs (Cartas De Informações Preliminares): Houve redução do tempo de tramitação das CIPs, passando de uma média de 48,7 dias na média entre jan e nov/2019, para 28,8 dias na média entre jan e out/2020. Operações de atendimento especial no Sistema Integrado**:** "Black Friday" (a ser iniciada no final de novembro), no ano de 2019, foram feitos 2.360 atendimentos e "Coronavirus", que totalizou – entre mar e out/2020: 14.469 consultas e 8.039 reclamações. Aumento na quantidade de CIPs emitidas, passando de um total de 213.852, em 2019 para 509.572 (até out/2020). Destaca-se que em jul/2020 foi emitida a maior quantidade de CIPs num mês, na história do Procon/SP: 106.031 CIPs. Enel: Foram emitidas contra a empresa – entre jan e out/2020: 82.233 CIPs. Reuniões com empresas**:** Foram realizadas 38 reuniões com os fornecedores mais demandados dos mais variados segmentos para ajustes de procedimentos, aumento nos percentuais de solução e diminuição das demandas. Monitoramento das demandas e encaminhamento de ofícios a diversos órgãos (Ministério Público/SP, Ministério Público Federal, Defensoria Pública/SP, Tribunal de Justiça/SP, Secretaria de Segurança Pública, Ministério Público/RJ, Câmara Municipal, totalizando – entre janeiro e outubro de 2020: 274 Encaminhamentos. Atendimento nas redes sociais**:** Foram feitos – entre jan e out/2020, 35.930 atendimentos pelas redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram), representando um aumento de 73% em relação ao ano passado. Lista Evite Esses Sites: Monitoramento existe desde julho/2011 e que em 2020 (até outubro) relaciona 172 sites não recomendados. Atendimentos pela plataforma WEB: Melhoria do atendimento via Internet atendendo todos os temas relacionados às relações de consumo desde 2016, com implantação de novo sistema por site e aplicativo. Atendimento pelo 151: Em 2020, este tipo de atendimento também foi impactado pela pandemia, sendo que no período em que esteve aberto (de jan a 20/mar) contabilizou 18.742 atendimentos. Plataforma consumidor.gov.br: Gestão da plataforma disponibilizada a partir de junho de 2014, pela SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor, para a Fundação Procon SP, abrangendo consumidores domiciliados em todo o estado de São Paulo. O sistema permite interação direta, por internet, entre os consumidores e grandes fornecedores que aderem às condições de uso. Em 2020, até julho (período disponibilizado até o momento pela Senacon), 164.035 atendimentos de consumidores paulistas foram registrados neste canal**.** A Fundação Procon-SP também analisa pedidos de recusa e cancelamento das reclamações, por parte das empresas, considerando as regras de uso da plataforma. No período de janeiro a outubro de 2020 foram realizadas cerca de 22.145 interações deste tipo. Incremento da ferramenta CIP Eletrônica: que proporciona celeridade, diminuição de custos, gerenciamento por parte do fornecedor de suas demandas, passando de um total de 388 em nov/2019 para 665 empresas habilitadas até outubro/2020**.** Pedidos de Esclarecimentos Preliminares: 201 entre janeiro e outubro de 2020, sobre diversas atitudes das empresas no mercado de consumo. Em 2020, o Núcleo de Tratamento do Superendividamento passou a integrar a DAOC. Tivemos no período entre jan e out: 4.739 cadastros trabalhados no período. Entre palestras presenciais, participação em eventos, treinamentos e palestras online houve a participação de 1.008 pessoas. Convênio com Secretaria de Segurança Pública: foi inaugurado o primeiro posto avançado na 8ª Delegacia de Polícia em 25/ago. Fiscalização: A Diretoria de Fiscalização - DF verifica o cumprimento das normas no mercado de consumo paulista por meio de atos fiscalizatórios sejam eles internos (análise de contratos, publicidades, Não me Ligue, dentre outros) ou externos (verificação da qualidade de combustíveis, fiscalização de supermercados, etc.), os quais aumentaram exponencialmente, desde o final da última década, especialmente, em razão da grande atenção dada pelo legislador estadual à proteção do consumidor. Desta forma, no período de janeiro a outubro de 2020, foram efetuados 13.839 atos fiscalizatórios, tendo sido lavrados 4.433 autos de infração, compreendidas as campanhas vinculadas às Leis Estaduais nº 13.541/2009 (Lei Antifumo) e 14.592/11 (Lei Anti-álcool para menores) e as demais operações anuais, megaoperações e diligências especiais. Objetivando dar maior efetividade à proteção do consumidor e eficiência à administração pública, houve junção das então equipes Fiscalização de Combustíveis (EFIC), Fiscalização Externa (EFE) e Fiscalização de Operações (EFO), resultando em uma equipe de Fiscalização Externa, responsável pelas fiscalizações de todo o comércio e prestadores de serviços, independentemente do produto ou serviço oferecido, bem como foi criada a equipe EOA (Equipe de Operações de Análise) equipe em conjunto com a já existente EAA (Equipe de Atividade de Análise) para dar maior celeridade nas Averiguações da Equipe Interna de Fiscalização/Análise. A equipe de fiscalização de combustíveis (EFIC) da Fundação Procon/SP, realizou no período de janeiro a outubro de 2020, operações para a verificação da qualidade dos combustíveis, além de outras irregularidades do CDC, tais como: clonagem de postos, publicidade enganosa, produtos vencidos e sem informação de preços (aditivos, fluidos de freios, lubrificantes e alimentos), entre outras irregularidades. Foram realizadas interdições de postos de combustíveis em virtude da comercialização de combustível desconforme e por operar sem autorização do órgão competente. Foram fiscalizados postos na capital e na grande São Paulo, destacando a operação "Pé na Estrada" realizada nas principais rodovias de ligação à capital paulista (restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos localizados em postos de combustíveis). Foram realizadas fiscalizações tendo como base denúncias originadas na Diretoria de Atendimento – DAOC e solicitações de outros órgãos – com foco na fiscalização repressiva. Em especial durante a Pandemia COVID-19, anunciada em 11/03/2020 pelo Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde foram realizadas Operações para verificar eventual aumento injustificado de preços em produtos tais como álcool gel e luvas descartáveis na Operação Coronavírus (COVID-19) (505 estabelecimentos), bem como de produtos da cesta básica, dentre eles: arroz, óleo de soja e carnes na Operação Preço nas Alturas (100 estabelecimentos apenas na Capital). Também foi realizado Operação em agências de atendimento da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, na Capital e Grande São Paulo (07 estabelecimentos) para monitoramento das imensas filas de espera para atendimento aos consumidores nas agências de atendimento, visto que muitos consumidores reclamaram da cobrança das contas pela média e lançamento retroativo de valores dos quais discordavam. Ainda, realizadas fiscalizações preventivas visitando o comércio e prestadores de serviços, em diversas áreas tais como: material de construção - Operação Mãos à Obra (41 estabelecimentos), comércio de produtos alimentícios - Operação Açougue (47 estabelecimentos), Mega operação em Shoppings da cidade e operações em razão de datas comemorativas (Volta às Aulas, Carnaval, Transportes, Dia das Crianças). Em 2020 (janeiro a outubro), pela Equipe Externa de Fiscalização (compreendidas as atividades de Operações, Combustíveis e Denúncias) foram realizados 2.341 atos fiscalizatórios, sendo lavrados 1.061 Autos de Constatações. Municípios com fiscalização e agentes fiscais credenciados **-** Em outubro do ano corrente, contabilizamos 49 municípios com fiscalização e 99 agentes fiscais conveniados para atuação no Interior, sendo que, de janeiro a outubro de 2020, foram lavrados por eles 349 Autos de Infração. A equipe responsável pela orientação e atendimento aos fiscais conveniados e dos Núcleos Regionais realizaram, no período de janeiro a outubro, 512 atendimentos telefônicos e 2.687 atendimentos por e-mail, quanto ao Monitoramento de Recalls – No período de janeiro a outubro foram abertas 71 Averiguações Preliminares para notificação, análise e acompanhamento das campanhas de "recall" publicadas, todas incluídas no banco de dados mantido pela Fundação Procon/SP. Com relação as atividades da Equipe de Fiscalização Interna, Análise, responsável pelas Averiguações Preliminares instauradas pelas demandas oriundas do Ministério Público do Estado de São Paulo, Tribunal de Justiça, reclamações encaminhadas por memorando de condutas reiteradas de empresas, notícias veiculadas na mídia com impactos nos direitos do consumidores. Notadamente foi instaurada Operação Gambiarra, operação conjunta com Procon/SP e Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Enel Distribuição São Paulo), instauradas 23 Averiguações Preliminares, das quais 22 resultaram em Autos de Infração. De janeiro a outubro foram instauradas 398 Averiguações e lavrados 95 autos de infração. Diretoria de Relações Institucionais**:** A Diretoria de Relações Institucionais - DRI, responsável, dentre outras atividades, pela Municipalização da Defesa do Consumidor, realizou no período de janeiro/20 a outubro/20 as seguintes atividades: assinatura/renovação de 53 Convênios com Municípios**;** 3.202 consultas técnicas aos Procons conveniados ou não, através de atendimento telefônico e 1.395 por e-mail, ofícios e ofícios circulares; distribuição de 8.435 unidades de materiais educativos à população, diretamente ou através dos Procons conveniados; realização de 02 Capacitações Técnicas para Procons Municipais com a participação de 107 pessoas, de 62 Procons; Planejamento e execução 05 ações itinerantes, com utilização da unidade móvel, para orientação e atendimento ao consumidor em bairros mais distantes na Capital, eventos especiais de cidadania e municípios do Estado (atividade temporariamente interrompida por conta da pandemia). Diretoria de Assuntos Jurídicos: A Diretoria Adjunta de Assuntos Jurídicos –DAJ, representando a Fundação Procon-SP, participou de 18 Consultas e Audiências Públicas. A DAJ é responsável pela manutenção e atualização das FAQS, rol de perguntas mais frequentes, disponibilizadas no site da Fundação Procon-SP. No período foram orientados 10.882 fornecedores. Por fim, proferiu ainda 2.394 decisões de 1º grau em processos administrativos decorrentes dos autos de infração. Destaca-se, ainda análises com Manifestações Técnicas para 28 Projetos de Lei. EPDC - Escola de Proteção e Defesa do Consumidor/Diretoria de Estudos e Pesquisas**:** Estudos e Publicações: Desenvolvimento de banners, cartazes, convites e demais materiais para 3(Três) eventos, Elaboração do texto para 1(uma) Cartilha LGBQT, Recepção e distribuição das Cartilhas Dicas para o Consumidor Turista, Correção, diagramação e envio de 16(dezesseis) cartilhas para impressão nas gráficas, 3(Três) Cartilhas virtuais Coronavírus, 1(uma) Alteração na capa e nome do antigo "CDC de bolso", Atualização de conteúdo de 7(sete)cartilhas, 1(uma) Atualização de material de divulgação. Pesquisas: Os 53 Relatórios de pesquisas, estudos e ou levantamentos emitidos no período de janeiro a outubro de 2020 pela Equipe do Núcleo de Inteligência e Pesquisas (NIP) da Escola de Proteção e Defesa do Consumidor do Procon-SP referem-se à: 4 Pesquisas Comportamentais com novos temas , 11 Pesquisas Bancárias (Taxa de Juros e Tarifas), 20 Pesquisas Comparativas de Preços, 12 Pesquisas de Cesta Básica (em parceria com Dieese), 4 Outros Estudos com novos temas e 2 Relatórios relatando problemas à Fiscalização detectados nas Pesquisas de Tarifas Bancárias e

Medicamentos. Ressalta-se que devido à pandemia as Regionais só efetuaram a Pesquisa Comparativa de Material Escolar. Já o NIP efetuou todas as pesquisas, quando não foram possíveis as coletas presenciais foram substituídas pelas online. E a partir de outubro/19, devido ao novo objeto do contrato Dieese, as pesquisas Cesta Básicas efetuadas são só as mensais e a anual. 12.6.2. CEA - Centro de Estudos Avançados: Foram realizadas 162 atividades educativas dirigidas a consumidores, fornecedores e educadores, atingindo 6.384 pessoas, conforme discriminado a seguir: 30 palestras para consumidores; 2 palestras para fornecedores; 1 Evento: 30 anos do Código de Defesa do Consumidor; 1 oficina para idosos; 6 apresentações da Biblioteca Animada com Teatro de Fantoches; 5 atendimentos a Estudantes; 1 apresentação do Projeto Saber Consumir para dirigentes e educadores de escolas; 2 participações em mesas de debates sobre temas de interesse do direito do consumidor; 107 orientações para fornecedores com distribuição de cartilhas; 1 curso e 6 aulas, em formato de vídeo, sobre temas diversos da defesa do consumidor veiculadas pela TV Procon (acessíveis pelo *site* e pelas redes sociais do Procon) com um total de 75.677 visualizações. Com a pandemia da COVID-19, as atividades educativas presenciais foram suspensas, acarretando excepcional redução no número de ações, algumas das quais foram retomadas na modalidade a distância (*online)*, com destaques para palestras e outros eventos (seminários, congressos, encontros). Diretoria de Administração e Finanças: realiza o gerenciamento administrativo e financeiro segue informações: Arrecadação até 31/10/2020: R$134.614.650,36 (bruto), DREM até 31/10/2020 R$ 38.250.805,89 e Repasse Municípios: R$ 2.499.393,26 (Liquidados). Assessoria de Controle e Processos: Dentre suas principais atividades, foram emitidas 1.699 certidões, 67 pesquisas nos seus bancos de dados para entes da Administração, 6.938 atendimento pessoal, 11.926 processos administrativos oriundos da Diretoria de Atendimento (reclamações) publicados e 11.889 arquivados, 3.892 autuações e cadastramento de processos sancionatórios – Autos de Infração, 1.759 processos sancionatórios inscritos na Dívida Ativa, 6.206 processos publicados por infração do regulamento CDC e demais normas esparsas, 69 processos publicados por infração do regulamento NPF-E, 2.659 processos encaminhados para manifestação técnica, 3.424 protocolos, 3.479 processos sancionatórios transitados em julgado. Assessoria de Comunicação Social**:** Em 2020, até outubro, foram emitidos 331 releases, concedidas 686 entrevistas, sendo 133 para jornais, 278 para TVs, 93 para rádios, 14 para revistas e 168 para sites/agências. No mesmo período foram "clipadas" 5.113 matérias com citações ao Procon-SP, sendo 1.138 em jornais, 423 em TVs, 442 em rádios e 3.110 em sites. Os principais assuntos abordados foram: MULTAS: Decolar, Coronavírus, iFood, Enel, Notre Dame; NOTIFICAÇÕES: aéreas x bagagens de mão, Apple, iFood e Rappi, Smart Fit, Hospital Albert Einstein, Pix, Banco 6C; GOLPES: aplicativos de comida, WhatsApp, banco; CORONAVÍRUS: viagens, escolas, preço de gás, operações fiscalizatórios de preços abusivos de álcool em gel e máscaras de proteção e alta de preços de produtos da cesta básica, aumento número de reclamações contra Enel, Correios e compras online. Nas redes sociais foram 8.333.622 visualizações/alcance no Facebook, 3.631.100 no Twitter 2.288.035 no Instagram e 34.341 acessos ao blog. O número de novos seguidores foram de 5.110 no Twitter; de 31.309 no Facebook; e 36.234 no Instagram. Atualmente o Procon-SP tem 248.560 seguidores no Facebook, 56.153 no Twitter e 49.150 no Instagram. Assessoria Executiva de Ação Regional: Educação para o Consumo: No total, foram 4 palestras, em 4 municípios, com a participação de 145 pessoas, entre consumidores, fornecedores, alunos, professores e idosos. Além disso, foram emitidos 9 relatórios referentes às pesquisas comparativas de preços de material escolar, medicamentos, páscoa, brinquedos e Natal. Destacamos, também, que os núcleos regionais têm percorrido estabelecimentos fornecedores em cidades do interior de São Paulo/SP e prestado orientação; foram visitados e orientados 3226 estabelecimentos em 89 municípios. Fiscalização do mercado de consumo: No Estado, 423 municípios foram abrangidos por ações de fiscalização realizadas pelos núcleos Regionais. "No total, 9.970 estabelecimentos foram fiscalizados, sendo que até o momento 1878 estabelecimentos foram autuados". Ouvidoria**:** Foram cadastradas e encaminhadas 7.507 manifestações, sendo 1.788 reclamações, 5.486 solicitações de informações, 155 elogios, 42 sugestões e 36 denúncias.

Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo: é um órgão vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC) do Estado de São Paulo. Missão: Realizar perícias de Medicina Legal - ML e de Investigação de Vínculo Genético - IVG (exame de DNA) para autoridades competentes do Estado de São Paulo, produzindo e difundindo conhecimento na sua área de atuação. Visão**:** Ser reconhecido como órgão de excelência na área pericial, em âmbito nacional. Metas: A partir do diagnóstico situacional realizado em 2019, foram traçadas 14 metas de ações imediatas para solução dos problemas encontrados, publicadas em Diário Oficial:a) entrega de laudos até 31/05/2019, de perícias atendidas até 31/12/2017 (objetivo: reduzir o máximo de atraso para 1 ano e 5 meses); b) realização de mutirões de perícias de curatela/interdição Capital; c) realização de mutirão de perícias de curatela/interdição Grande São Paulo; d) ampliação do rol de perícias nas descentralizadas de ML com a inclusão de perícias de curatela/interdição e) entrega de laudos até 30/08/2019, de perícias atendidas até 30/06/2018 (objetivo: reduzir o máximo de atraso para 1 ano e 2 meses); f) implantação de unidades descentralizadas de ML nas 4ª e 9ª RAJs (Campinas e São José dos Campos); g) captação ativa de médicos nas unidades do Estado para atuação como peritos; h) apresentação da revisão final da tabela de temporalidade de documentos da atividade-fim do IMESC pela CADA – Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso; i) entrega de laudos até 29/11/2019, de perícias atendidas até 31/12/2018 (objetivo: reduzir o máximo de atraso para 11 meses); j) informatização (IMESC digital) de todos os setores administrativos em todos os setores do IMESC; l) implantação de projeto piloto de peticionamento eletrônico (interface entre o IMESC e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP por meio digital); m) entrega de laudos até 28/02/2020 de perícias atendidas até 30/06/2019 (objetivo: reduzir o máximo de atraso para 8 meses); n) entrega de laudos até 17/04/2020 de perícias atendidas até 31/12/2019 (objetivo: reduzir o máximo de atraso para 4 meses); o) entrega de laudos até 16/06/2020 de perícias atendidas até 30/04/2020 (objetivo: reduzir o máximo de atraso para 45 dias).Ações**:** No início do ano, o atendimento do setor de identificação dos periciandos passou a ser realizado por empresa terceirizada, agilizando o serviço. Com isso foi possível aproveitar os servidores e funcionários, que atuavam nessa atividade, em outros setores carentes de recursos humano, porém com alta demanda de serviço. Dados de Produção e Atividades: O ano de 2020 é considerado atípico devido à pandemia de Covid-19. Assim, com base nos Decretos do Governo do Estado de São Paulo, a realização das perícias foi suspensa a partir de março, por meio da Portaria S/Imesc-2, de 17-3-2020, e outras subsequentes. Por outro lado, foram estabelecidas férias e licença-prêmio para parte dos seus colaboradores, enquanto os setores de Agendamento de Perícias (Medicina Legal e Paternidade), Expedição de Laudos (Medicina Legal e Paternidade), Assessoria de Imprensa, Chefia de Gabinete, Superintendência, Centro de Recursos Humanos, Assistência Técnica, Centro de Estudos, Contratos e Licitações, Contabilidade e Finanças, Núcleo de Perícias Laboratoriais, Ouvidoria, Procuradoria Jurídica, Serviço Social e Comissão de Cadastramento, Fiscalização e Avaliação de Laudo (CCFAL) que continuaram suas atividades em home office. Com base na estratégia estabelecida pelo Plano São Paulo, para vencer a Covid-19, e em seus Protocolos Sanitários, foi elaborado o "Plano de retomada do IMESC pós período de quarentena/Covid-19" e publicada a Portaria CG/Imesc-1, de 18-6-2020, para retorno gradual das atividades a partir de 22/06/2020, com alternância entre regime presencial e teletrabalho. Produção pericial: Em 2020 o Imesc agendou 51.250 perícias (42.738 de ML e 8.512 de IVG) e expediu 26.284 laudos (22.295 de ML e 3.989 de IVG). Abrangência do atendimento pericial: Atualmente o Imesc conta com 11 unidades descentralizadas de ML e 22 para coleta de material biológico. Após a quarentena decorrente da pandemia de Covid-19, 4 descentralizadas de ML retomaram as atividades a partir de setembro e uma em novembro, porém com horário reduzido conforme determinação do TJSP. Em relação às descentralizadas para coleta de material biológico, 11 já retomaram os atendimentos; entre novembro e dezembro serão realizadas coletas nas 17 unidades do Centro de Integração da Cidadania (CIC) da SJC; e, nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (Cejuscs), as coletas ainda não retornaram. Atividades de produção e difusão do conhecimento: O Imesc tem em sua estrutura o Centro de Estudos, setor responsável pela produção e difusão de conhecimento. Em 2020, foram realizadas as seguintes ações: a) Estágio em psiquiatria forense para residentes de Psiquiatria decorrente de convênios com a Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e com o Centro de Atenção Integral à Saúde Mental (CAISM) de Franco da Rocha; b) Estágio em medicina legal para residentes de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP); c) Recepção de novos peritos para apresentação do Imesc e atividades de treinamento compostas por videoaulas, quiz e fóruns de discussão. Lives em parceria com a SJC, com a participação de peritos do Imesc, sobre os seguintes temas: 1) Quais as saídas para enfrentar este momento de pandemia, dentro de casa, e evitar depressão, ansiedade e pânico durante o isolamento; 2) Às futuras mamães: como enfrentar uma gravidez em época de pandemia de coronavírus; 3) Problemas ortopédicos decorrentes de home office; 4) Reflexo da pandemia nas perícias médicas. Live sobre "tomada de decisão apoiada, curatela e perícia médica" a ser realizada em 16/11, pelas Secretarias de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Justiça e Cidadania, por meio do Imesc, e da Educação, pela Escola de Formação dos Profissionais da Educação (Efape). Comissão de Cadastramento, Fiscalização e Avaliação de Laudos (CCFAL): Com o intuito de subsidiar os peritos e elevar a qualidade do laudo pericial, o Imesc conta com a CCFAL cujas finalidades são selecionar candidatos a peritos cadastrados, capacitar peritos, triar as solicitações de agendamento de perícias de ML, avaliar todos os laudos de peritos novos, avaliar mensalmente amostra aleatória de laudos (em 2020 foram analisados 1.143 laudos) e oferecer plantão para dirimir dúvidas dos peritos. Em virtude das restrições impostas pela pandemia Covid-19 e regime de trabalho domiciliar, as atividades da CCFAL foram adaptadas e aprimoradas.

Execução orçamentária: Tabela 2. Resumo Execução Orçamentária 2018-2020

Ano	Dotação Inicial R$	Dotação Atual R$	Empenhado R$	Empenhado %	Liquidado R$	Liquidado %	Pago R$	Pago %
2020	29.551.564,00	30.516.772,00	22.385.728,00	75,2	17.338.703,72	56,8	16.698.410,00	54,7

Importante esclarecer que, em 03/11/2020, foram transferidos R$ 14.100.650,50 para a Conta Única do Tesouro Estadual de acordo com a Lei 17.293/2020 e a Instrução Conjunta CGE–08/2020. A partir de 8 de julho, a comunicação com o Tribunal de Justiça (Peticionamento Eletrônico) passou a operar 100% em formato digital em todas as comarcas do Estado; Em 3 de novembro foi implantado o Programa São Paulo sem Papel (SPSP), no Imesc; Em 5 de novembro foi publicado o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos-Fim do Imesc; Pela segunda vez consecutiva o Imesc foi contemplado com o Selo Municipal de Direitos Humanos e Diversidade, na categoria "Infância e Adolescência", pelo projeto "Facilitação do Acesso à Justiça pela Universalização da Coleta de Material Biológico para Exames de DNA". O projeto do Imesc, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por meio dos Cejuscs, apresenta um modelo de rotina mais simplificado para coleta de material biológico (sangue periférico por punção digital ou células da mucosa bucal por *swab* oral) para perícias de IVG. Os exames são utilizados em mediações pré-processuais. A coleta de material biológico é descentralizada, ocorrendo nos vários Cejuscs do Estado de São Paulo. O cidadão que necessitar deste serviço não precisa se deslocar até o Imesc, bastando se dirigir ao Cejusc mais próximo da sua residência.

Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM/SP): é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC). Atua no cumprimento da legislação metrológica e da avaliação da conformidade no estado de São Paulo em razão de convênio com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), responsável pela execução das políticas metrológicas e normas obrigatórias sobre qualidade de produtos e serviços em todo o país. As atividades do IPEM/SP visam a proteção e a orientação da sociedade nas relações de consumo e utiliza-se exclusivamente de recursos oriundos do ente federal – Inmetro – ou próprios. O IPEM/SP verifica e fiscaliza instrumentos de medição e medidas materializadas utilizadas nas transações comerciais ou que envolvam saúde e segurança; produtos pré-medidos; produtos têxteis; produtos sujeitos à certificação obrigatória; calibrações, ensaios, inspeções de sistemas de medição, verificações, medições especiais, avaliações e auditorias. O IPEM/SP dispõe de uma sede administrativa, 18 delegacias de ação regional (4 na capital e 14 no interior), 4 postos de verificação de veículo-tanque, 1 posto de verificação de vagão-tanque, 1 posto de verificação de taxímetros, 6 laboratórios de produtos pré-medidos, 1 laboratório de detecção de fraudes, 1 centro tecnológico e 3 laboratórios acreditados pelo Inmetro (massa, pressão e volume). A força de trabalho do IPEM/SP foi reduzida a 52% – há 579 servidores permanentes e apenas 58 em cargos em comissão (houve a redução de 25% nos cargos em comissão entre os anos de 2019/2020). Também houve a redução de 45% da força de trabalho terceirizada entre os anos de 2019/2020. Ações desenvolvidas pelo Ipem-SP por meio dos Departamentos Técnicos e das Delegacias de Ação Regionais na capital e no interior do Estado de São Paulo: Departamento de Metrologia e Qualidade (DMQA): Prestação de serviços de fiscalização de produtos regulamentados pelo Inmetro, com certificação compulsória, com etiqueta do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), com declaração da conformidade do fornecedor e de serviços: produtos fiscalizados: regulamentados pelo Inmetro: 64; com certificação compulsória: 464; com etiqueta PBE: 18; com declaração da conformidade do fornecedor: 24; serviços fiscalizados: 32. Total geral: estabelecimentos fiscalizados: 3.881; produtos fiscalizados: 274.924, sendo 232.279 aprovados e 42.533 reprovados/apreendidos. Fiscalização em comércio virtual: 1.571 sites. Atendimentos telefônicos e pessoais: 5.932 atendimentos. Processos oriundos de ações fiscalizatórias: 2.517. Auxílio a órgãos de defesa do consumidor e outros na elaboração de laudos/perícias em condutores elétricos, extintores de incêndio, recipiente transportável para GLP, máscaras semifaciais (EPI) e eletrodutos para condutores elétricos. Coletas de produtos para ensaios de requisitos técnicos como brinquedos, cabos elétricos, lâmpadas LED, máscara semifacial (EPI) e produtos têxteis. Fiscalização conjunta entre IPEM/SP e Receita Federal para fiscalização de importações em áreas alfandegadas no Porto de Santos e nos Correios: 208 encomendas. Inspeção

em ônibus escolares do "Programa Caminho da Escola" do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE): 34 inspeções Auditorias em empresas de extintores de incêndio, pneus, descontaminação de produtos perigosos, engates, sistemas de fiscalização de trânsito, instalação de Gás Natural Veicular (GNV), requalificação de cilindro GNV, inspeção de contentores intermediários para granéis (IBC) e quebra-mato para a verificação de requisitos pré-estabelecidos pelo Inmetro: 777 auditorias. Doação de resíduos de produtos apreendidos ao Fundo Social de São Paulo (FUSSP): 900 kg. De produtos não apreendidos e 380 kg de produtos têxteis e 36 kits bebê. Monitoramento da qualidade de lâmpadas automotivas com o Sindicado Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindpeças). Projeto em andamento: laboratório multifuncional, em conjunto com o Departamento de Metrologia Científica e Industrial do IPEM/SP (DMCI) para ensaios em lâmpadas LED de uso doméstico e industrial, luminárias públicas e pneus de bicicletas Participação em workshop: organizado pelo Governo Brasileiro/Ministério da Economia e Governo Norte Americano - entidades regulatórias sobre a estrutura regulatória dos E.U.A. Participação em workshop: organizado pelo INMETRO/DIVID divisão de vigilância de mercado, referente à regulamentação têxtil no âmbito do Mercosul. Departamento de Metrologia Legal e Fiscalização (DMLF): Prestação de serviços de fiscalização de instrumentos de pesar e medir e medidas materializadas, utilizados no comércio em geral e indústrias. Total de estabelecimentos fiscalizados: 40.203, autos de infração emitidos: 2629; verificação inicial nas dependências dos fabricantes ou importadores, antes de serem colocados à venda: 1.118.002 instrumentos; verificação subsequente anualmente nos estabelecimentos comerciais e industriais: 225.708 instrumentos; verificação após reparo em instrumentos reprovados ou que foram reparados por empresas credenciadas: 1.914 instrumentos; supervisão de empresas auto-verificadoras e dos instrumentos fabricados ou reparados, por meio de auditorias e venda de selos de verificação (cronotacógrafos, esfigmomanômetros, hidrômetro, instrumentos de medição de gás e medidor de energia elétrica): 3.453.823 instrumentos; declaração por parte dos fabricantes, atestante a conformidade dos instrumentos em substituição a verificação inicial, autorizado de maneira provisória e emergencial devido a Pandemia: 99.937. Fiscalização de produtos pré-medidos para verificação da fidelidade da informação contida na embalagem: 14.799 exames realizados e 1.490 autuações. Operações especiais: "Aluno Nota 10" (produtos escolares comercializados no início do período escolar); "Carnaval" (produtos comercializados durante o carnaval); "Pente Fino" (fiscalização realizada em produtos de responsabilidade do ponto de venda); "Semana do Consumidor" (intensificação da fiscalização em produtos de responsabilidade do ponto de venda e gás de cozinha); Operação "GLP" (fiscalização do produto gás liquefeito de petróleo). Total fiscalizado nas operações: 3607 produtos, sendo 181 reprovados. Doações ao Fundo Social de São Paulo – FUSSP de mais de 3,5 toneladas de produtos, além de variados itens sem medição e outros medidos em outras unidades (metros, litros, unidades). Verificação e fiscalização volumétrica em veículos-tanque rodoviários e ferroviários transportadores de combustíveis: 3.830 verificações; 15 fiscalizações em rodovias e em bases de carregamento de combustíveis; emissão de 29 autos de infrações. Operações especiais em veículos-tanque e cronotacógrafos: "Operação Cavalo de Aço" (inspeção nos veículos com objetivo de prevenir acidentes, proteger os cidadãos, o patrimônio e o meio ambiente): 122 veículos fiscalizados, sendo 05 reprovados. Verificação e fiscalização de cronotacógrafos: validação dos discos dos tacógrafos; avaliação e controle de postos de ensaio; controle e distribuição de marcas de selagem; fiscalização de veículos em vias públicas e empresas; controle dos ensaios; leitura, digitação e emissão de certificados: 152.957 leituras de discos, fiscalizados 7.878 veículos e 232 autuações. Avaliação de empresas credenciadas (oficinas de manutenção e reparo de instrumentos) pela verificação das condições a que devem satisfazer as empresas: 917 oficinas cadastradas; 668 vistorias; 9.812 fiscalizações realizadas em campo; 39 fiscalizações realizadas nas instalações de oficinas 294.893 selos reparados fornecidos. Serviço de laboratório de desenvolvimento de tecnologia antifraude: recebidos 709 componentes pertencentes a bombas medidoras de combustíveis líquidos com suspeita de fraude para realização de exames periciais; 82 laudos emitidos, dos quais 78 apresentaram fraudes metrológicas (95,12%). Departamento de Avaliação e Certificação (DACE): Participação com o Departamento de Metrologia Científica e Industrial do Ipem-SP (DMCI), em ações conjuntas com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), Inmetro e Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), dentre outros, de reuniões, congressos e elaboração de normas para a verificação metrológica inicial em sistemas de medição utilizados na medição fiscal de petróleo e de seus derivados líquidos, álcool anidro e álcool hidratado. Continuidade do desenvolvimento de novos serviços na área de vazão, como a avaliação de sistemas de medição de petróleo com objetivo de prestação de serviços metrológicos para o seguimento afeto. Realização de calibrações em provadores convencionais bidirecionais e compactos em Bases de Distribuição de Combustíveis (Transpetro/Petrobras e Raízen). Verificação metrológica legal em computadores de vazão e em sistemas de medição fiscal de petróleo para uso em plataformas petrolíferas (terrestres e marítimas). Calibração e verificação metrológica em medidores mássicos em terminais marítimos (alfandegários) em parceria com equipes técnicas do Departamento de Metrologia Científica e Industrial do IPEM/SP (DMCI), desenvolvendo sistemática de cálculo e estudos e participando de reuniões quanto à aplicabilidade desses medidores e a adequação das instalações onde estão inseridos, em atendimento à confiabilidade metrológica esperada pela Receita Federal do Brasil nas medições realizadas em terminais marítimos. Verificação em computadores de vazão e em equipamentos e sistemas de medição em fabricantes, representantes e importadores ou em plataforma de petróleo (terrestres ou marítimas)**.** Verificação metrológica inicial em medidores de vazão e em sistemas de medição fiscal de petróleo e de seus derivados líquidos, álcool anidro e álcool hidratado em parceria com equipes técnicas do Departamento de Metrologia Científica e Industrial (DMCI)**.** Verificação metrológica inicial em cromatógrafos utilizados na medição fiscal e transferência de custódia de gás natural em parceria com equipes técnicas do Departamento de Metrologia Científica e Industrial (DMCI)**.** Resultados gerais: Elaboração de laudos técnicos de máquinas de café: 7 unidades**.** Inspeção veicular de gás liquefeito de petróleo fracionado: 271 unidades; Ensaios de balanças de fluxo: 20 unidades; Calibração de medidas materializadas de volume: 2 unidades; Avaliação de desempenho metrológico de sistemas de medição de vazão: 7 unidades; Certificação de Silos de Armazenamento: 10 unidades; Calibração de balança rodoviárias: 2 unidades; Calibração de provadores convencionais: 2 unidades; Calibração de sistemas de pesagem RTG: 72 unidades; Medição de massas e calibração de balanças RTG: 5 unidades; Calibração de massas: 74 unidades;. Medição de grandezas de comprimento (correntes): 2 unidades; Calibração de sistemas de pesagem em portêiner: 13 unidades. Total geral: 487 unidades. Projeto em andamento: credenciamento de postos de inspeção para avaliação das condições de segurança em veículos e equipamentos destinados ao transporte de gás liquefeito de petróleo, na forma fracionada (gás de cozinha), com objetivo de dar cumprimento à Lei Estadual n.º 8.998/1994. Departamento de Metrologia Científica e Industrial (DMCI): Prestação de serviços de calibração, ensaios, ensaios de proficiência, verificação metrológica, perícia, fiscalização e análise do atendimento aos requisitos de normatização e de segurança e desempenho em equipamentos e produtos cujos resultados metrológicos impactam em diversas áreas da sociedade. Ensaios realizados: opacímetros para produtos de combustão: 99; réguas, trenas, medidores de estatura, medição de estatura humana, papéis higiênicos, globos e seus repositórios e receptáculos para a loteria federal, cronômetros: 200; densímetros e flutuadores: 22.724; perícia em medidores de energia elétrica: 14; calibrações e verificações de pesos-padrões, balanças, sistemas de pesagem portuários para contêineres e massa de copos descartáveis: 5073; manômetros e esfigmomanômetros: 123; etilômetros (bafômetros): 2873; fios e cabos elétricos: 27; termômetros clínicos e industriais: 59132; medidores de umidade de grãos: 167; hidrômetros, medidores de vazão do tipo turbina, medidores de vazão mássicos em terminais de petróleo, computadores de vazão e bancadas de medidores de gás e hidrômetros: 102; vidrarias de laboratório, medidas materializadas de volume, transmitância luminosa, tanques e provadores:271, arqueação de tanques: 157. Prestação de serviços de calibrações para entidades federativas como o Inmetro e institutos metrológicos estaduais, investigativos e policiais. Provedor de ensaio de proficiência em esfigmomanômetros. Assessoria de Comunicação (ACO): Desenvolvimento de atividades de assessoria de imprensa, produção de material de divulgação, educativo, orientativo e informativo em mídia impressa e eletrônica, destinados aos empresários, consumidores e cidadãos em geral. Gestão de conteúdo para o site oficial do Ipem-SP, Diário do Ipem-SP (intranet), blog "Almanaque do Ipem-SP" e mídias sociais (Twitter e Facebook): Produção de 892 releases e notícias (comunicados expedidos à imprensa); 599 "templates" para inserção em mídias sociais; 1.558 notícias veiculadas pela mídia (99% de notícias positivas e 1% de notícias neutras); 951 inserções na intranet "Diário do Ipem-SP. 192.240 visitas ao blog "Almanaque do Ipem-SP" e cerca de 600.000 visitas ao site do Ipem-SP. Publicação de 3 edições da revista digital de cunho técnico "Metrologia em Revista", voltada a estudantes, pesquisadores e profissionais da área de metrologia legal, industrial e científica. Produção e impressão doméstica de 60 exemplares da cartilha institucional "O Ipem-SP numa casca de noz" (sobre as atividades do Instituto aos interlocutores da Superintendência do Ipem-SP). Assessoria de Eventos – AEV: Participação no evento "Corrida da Mulher SP" que reuniu 16 mil pessoas e ofereceu diversos serviços à população em geral. Ouvidoria – OUV**:** Denúncias e reclamações envolvendo assuntos metrológicos de produtos, instrumentos e serviços atendidos: 1.185; Denúncias e reclamações metrológicas concluídas: 984. Serviço, produtos e serviços reprovados: 301 (31,0%). Denúncias/reclamações metrológicas em análise: 201. Manifestações Institucionais - Reclamações/denúncias, informações, elogios, sugestões: Grau de satisfação dos clientes da Ouvidoria do Ipem-SP: 94,3%. Total Geral de Atendimentos – janeiro a outubro/2020: 3.305. Assessoria de Gestão da Qualidade (AGQ): A autarquia tem seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde 29 de agosto de 2001, à época na norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT NBR ISSO 9002:1994 - Sistemas da qualidade - Modelo para garantia da qualidade em produção, instalação e serviços associados, posteriormente substituída pela norma ABNT NBR ISO 9001:2000 – Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos. A norma está atualmente na versão de 2015, na qual o Sistema de Gestão da Qualidade do IPEM –SP foi certificado em 14 de julho de 2018, com validade até 14 de julho de 2021. Foram revisados, impressos e distribuídos quatro documentos do Sistema de Gestão da Qualidade. Foi realizada uma auditoria interna, uma externa e três reuniões do Grupo Gestor da Qualidade, para análise crítica do Sistema de Gestão da Qualidade.

Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA é responsável pelo atendimento aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa em São Paulo. Hoje conta com 133 Centros socioeducativos em todo o Estado, presentes em 50 municípios e divididos em 8 Divisões Regionais. 15.1. De acordo com dados consolidados até 11 de novembro de 2020, dos adolescentes que entraram na Instituição, 40,91% possuem residência na região da Grande São Paulo e Capital, seguido de Campinas (14,12%), Sorocaba (6,94%), Santos (5,79%) e demais municípios. Até a data, foi registrado o número de 9.568 entradas diretas de adolescentes na Fundação CASA. Atualmente, 5.078 adolescentes cumprem Medida Socioeducativa na Instituição, a distribuição de adolescentes por tipo de medida se divide da seguinte forma: 3.890 (76,60%) na Internação; 789 (15,54%) na Internação Provisória; 337 (6,64%) na Semiliberdade; 36 (0,71%) na Internação Sanção e 26 (0,51%) no Atendimento Inicial. A maioria dos Adolescentes é do Gênero Masculino (95,39%). As entradas de adolescentes também podem variar de acordo com o tipo de ato infracional. Em termos de relevância numérica, "Tráfico de Drogas" representa a maioria correspondendo a 55,17%. Em segundo lugar, "Roubo Qualificado" com 31,42% seguido de "Furto Qualificado" (2,00%), "Roubo Simples" (1,92%) e demais atos. Sobre o perfil dos adolescentes entrantes, a grande maioria tem cor de pele autodeclarada parda (55,92%), seguidos da cor branca (30,54%), preta (12,55%), indígena (0,61%) e amarela (0,39%). A maioria é do gênero masculino (94,84%). O gênero feminino representa 5,16% dos adolescentes que entram na Instituição. Em relação à idade, 38,62% dos adolescentes entrantes têm 17 anos, seguidos pelos de 16 anos (29,86%) e 15 anos (17,38%). 10,38% têm entre 12 e 14 anos e 3,76% entre 18 e 20 anos. Particularmente para o ano de 2020, a Superintendência de Saúde e a Gerência de Medicina e Saúde do Trabalhador desempenharam papel fundamental frente à pandemia. Por meio de articulações realizadas pela Superintendência de Saúde e equipes de saúde dos Centros, foi possível realizar 4.637 testes nos Adolescentes para detecção do COVID (até 12/11/20). O setor de saúde do trabalhador também articulou diversas ações de conscientização, apoio e acompanhamento aos profissionais que durante a pandemia apresentaram sintomas ou diagnóstico positivo da COVID-19. No campo educacional, destaca-se que cerca de 56% dos adolescentes do gênero masculino e 48% das adolescentes do gênero feminino possuem defasagem escolar, quando considerados àqueles estudantes que se encontram 2 ou mais anos atrasados em relação à série que deveriam estar cursando. Durante o ano de 2020, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, por conta da pandemia, em média 5.000 adolescentes frequentam o ensino formal, por mês. Em virtude da pandemia, o Exame Nacional do Ensino Médio Pessoas Privadas de Liberdade — PPL será realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2021 e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Adolescentes e Adultos - ENCCEJA não foi realizado neste ano. Em complemento também tivemos os seguintes avanços alcançados nas programações pedagógicas: 6112 adolescentes foram inscritos na 16ª Olimpíada Brasileira de Matemática, entretanto as provas da 1ª e 2ª fase de 2020 foram adiadas e 40 adolescentes realizaram o processo seletivo de bolsas do Programa Universidade para Todos e Sistema de Seleção Unificada - PROUNI/SISU, sendo 10 contemplados com bolsas de estudos. Também foram realizadas as seguintes atividades: XVI Copa Casa de Futebol (87 Centros e 1305 adolescentes participantes); I Torneio Estadual de Xadrez Online (84 Centros e 858 adolescentes participantes); Agita Galera (2210 adolescentes e 476 servidores); Ação Integra Ação (80 Centros participantes). Houve ainda a parceria com o Centro Paula Souza para isenção da inscrição no Vestibulinho e Vestibular ETEC e FATEC. Na ETECs, no primeiro semestre de 2020, participaram 188 adolescentes de 65 Centros, sendo que foram aprovados na ETEC 33 adolescentes; no segundo semestre participaram 555 adolescentes de 90 Centros e foram aprovados 76 adolescentes. Nas FATECs, no primeiro semestre, participaram 57 adolescentes de 43 Centros e foram aprovados 18 deles, e no segundo semestre participaram 113 adolescentes de 48 Centros e aprovados 26 adolescentes. Mediante a suspensão das atividades das áreas escolar, arte e cultura e ensino profissionalizante, conforme Plano de Contingência

desenvolvido pela Superintendência Pedagógica foi criado um diretório virtual de acesso à todos os Centros de Atendimento contendo 105 atividades, elaboradas pelas equipes que compõe cada área para desenvolvimento dos adolescentes, visando minimizar os prejuízos causados pela suspensão das atividades. Reestruturação Organizacional: Em 2020 houve uma reestruturação administrativa aprovado a partir de estudo técnico com o objetivo de adequar a estrutura organizacional da Fundação mais funcional e eficiente frente a demanda dos adolescentes que representam uma redução missão institucional. As providências adotadas tornaram-se prementes diante da pandemia da COVID-19. Este evento de força maior, imprevisível e inevitável, trouxe impactos em todos os setores da economia e, especialmente, muitos desafios relacionados ao setor público, com o comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro das relações contratuais, inclusive de natureza trabalhista, mantidas pela Administração estadual. As principais medidas foram: (i) a suspensão de atividades de 11 Centros de Atendimento, com a transferência dos adolescentes para centros localizados próximos da residência familiar e adequados para a recepção dos mesmos, respeitando o programa de medida socioeducativa e a elegibilidade; (ii) a alteração do modelo de gestão de 03 Centros de Atendimento, de gestão compartilhada com Organizações da Sociedade Civil para o que denominamos "gestão plena" com servidores da própria instituição, permitindo a otimização da força de trabalho; (iii) a extinção da estrutura de 03 Divisões Regionais, diminuindo de 11 para 08 diretorias regionalizadas, racionalizando o espaço geográfico do atendimento socioeducativo; e, (iv) a reorganização administrativa das estruturas da Sede da instituição, permitindo maior eficiência nos fluxos de trabalho.

Principais Ações de 2020 e Perspectivas 2021:

Ação/meta	Realizado em 2020	Status
Ação de Impacto Social para atendimento de egressos	Realizada consulta pública, sondagem de mercado e publicado chamamento público	em andamento
Implantação de canal de comunicação direta com os familiares de adolescentes.	Criação de "Canal da Família"	concluída
Revisão dos cadernos de bases técnicas das políticas socioeducativo	Revisão e atualização concluída. Em fase de divulgação.	concluída
Implantação de CFTV nos Centros de Internação	Em fase interna para licitação.	em andamento
Cartilha de prevenção ao suicídio	Cartilha divulgada	concluída
Articulação com atores do sistema de saúde para políticas durante a pandemia.	Parcerias com Instituto Butantan, Médicos Sem Fronteiras, Saúde e Alegria dos Sertões e rede pública estadual e municipal para atendimento a adolescentes, ações de manejo, prevenção e controle da COVID-19.	concluída
Novo regimento interno da Fundação CASA.	Votação aprovada pelo Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo	concluída
Projeto de implantação e capacitação para implantação do SP Sem Papel	Articulação e acompanhamento da implantação do SP Sem Papel aos usuários do programa e de documentos digitais	concluída
Desenvolver rotina de análise de conformidade das áreas administrativas	Com a edição do plano anual de auditoria foi possível traçar as áreas prioritárias para análise, bem como roteiro de acompanhamento.	concluída
Levantamento das ações afetas à área da infância e juventude e das civis públicas em curso.	34 ações civis públicas; 110 procedimentos ECA	em andamento
Reestruturação das divisões regionais e da estrutura administrativa.	100% da restruturação, com diminuição de 3 divisões regionais e 12 centros de atendimento.	concluída
Reestruturação da Corregedoria Geral	Instauração de sindicância com agendamento prévio/ Protocolo e Processo Eletrônico/ Política de Triagem / Teletrabalho / Oitivas Remotas	concluída
Gestão no consumo de água com termo de cooperação com a SABESP) redução do consumo de água na ordem de 5%.	Implantado em 69 imóveis, possibilitando a redução de 25% na tarifação. Prioridade nas reformas, manutenções e serviços hidráulicos	em andamento
Regimento Interno DRH	Implantação do regulamento interno de recursos humanos, através da portaria normativa nº 337/2020, procedendo a atualização, padronização e consolidação dos procedimentos relativos à administração de rh.	concluída

Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema – FUNDESPAR: é um fundo de apoio voltado aos municípios que formam a 10ª Região Administrativa (formada por 53 municípios), cujos objetivos são financiar e investir em programas e projetos de interesse da área; apropriar tecnologia com vistas à modernização das atividades produtivas da área; contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria dos serviços públicos municipais; acompanhar e controlar a execução dos programas e projetos financiados pelo Fundo; participar das atividades de planejamento regional do Pontal do Paranapanema; e contribuir com recursos técnicos e financeiros para a regularização fundiária da região. Atualmente são 30 projetos aprovados, sendo 17 com a Fundação ITESP como proponente e 13 têm os municípios que possuem assentamentos em seus territórios como proponentes, para utilização de R$ 3,1 milhões do FUNDESPAR. Os recursos serão utilizados em reformas, compra de insumos, equipamentos, maquinários, veículos, entre outros nos assentamentos da região. O FUNDESPAR conta com um Conselho Orientador, composto por 11 membros, cuja Presidência é exercida por um dos representantes da Secretaria da Justiça e Cidadania, na forma do Decreto Estadual nº 57.744/2012 e é regido, precipuamente, pela Lei Estadual nº 11.600/2003. Em 2020, o FUNDESPAR fechou dois Convênios novos, sendo um com a Fundação ITESP e outro com a Prefeitura de Euclides da Cunha. Neste mesmo ano, quatro Convênios foram encerrados após cumprimento total do objeto; um com Fundação ITESP e os outros três com as Prefeituras de Ribeirão dos Índios, Mirante do Paranapanema; e Teodoro Sampaio. Face à pandemia, o fechamento de novos Convênios, cujos projetos já estavam aprovados, ficou prejudicado, considerando que não houve possibilidade dos convenentes encaminharem os documentos necessários, pois as repartições municipais e estaduais estavam em regime excepcional de funcionamento. Ademais disso, houve a questão relativa ao período eleitoral, que impediu a assinatura de outros convênios, tendo em vista as restrições que a legislação indica.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Planejamento dos Transportes – Antecedentes: Em 2020 a Área de Planejamento de Transportes da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo (SLT), deu continuidade a diversos projetos componentes do Plano Diretor de Logística e Transportes (PDLT 2030), iniciado em 2011, que globalmente conformam o arcabouço de ações do Plano Estratégico da Pasta. O PDLT visa dotar a SLT de um moderno instrumento de planejamento, utilizando-se das melhores ferramentas analíticas e bases de dados abrangentes, para auxiliar na seleção do melhor conjunto de ações nos campos da infraestrutura, gestão e preços para atingir os objetivos públicos previamente definidos. Dos trabalhos desenvolvidos em 2020 destacam-se: Plano Multimodal Macrometropolitano – Master Plan da MMP**:** Concluído o processo licitatório o contrato para a execução do Masterplan denominado também de PAM TL, foi assinado em março de 2018 tendo sido iniciados os trabalhos de execução dos estudos desde então. Como previa o cronograma do projeto os trabalhos técnicos estão sendo concluídos em dezembro de 2020 restando no presente momento, as atividades de revisão e ajustes dos relatórios finais. Os produtos gerados são relatórios que apresentarão os escopos contratados. Foram entregues em 2020 os seguintes produtos: Produto P5. Este produto apresenta a parte mais substanciosa do PAM TL: É aberta através dele a fase propositiva do PAM-TL, expondo as estratégias concebidas para assegurar, com padrão de qualidade satisfatório, a funcionalidade dos serviços de transporte de passageiros e logística de cargas (T&L), abordando a rede completa da Macro Metrópole Paulista (MMP). Esta etapa culmina um esforço de mais de 28 meses da SLT, com apoio do Consórcio PRO-TL, durante o qual foram: realizadas pesquisas de campo para levantar dados numéricos e realizadas entrevistas com os agentes do setor e outras partes interessadas; estudadas a situação atual dos serviços de T&L e produzido um Diagnóstico; refinados os objetivos do PAM-TL em termos de infraestrutura, operação, logística, gestão e governança; estudados os cenários macroeconômicos atuais e futuros e seu impacto na demanda; concebidos e calibrados os modelos de simulação; simuladas as demandas atuais e futuras; e desenvolvidos os projetos ferroviários de engenharia dos Vetores de Desenvolvimento: 1 – Bandeirantes (norte), 2 – Sorocaba (Oeste), 3 – Caminho do Mar (Sul), 4 – Vale do Paraíba (Leste), 5 – Perimetral (passageiros e cargas) e 6 – Ferroanel (somente cargas). As estratégias recomendadas neste relatório compõem um portfólio de projetos de infraestrutura, detalhado a nível de anteprojeto, associado a orientações operacionais dos serviços de T&L – transporte e logística - neles sediados e embasado nas correspondentes medidas de gestão e políticas de preços. A esse conjunto se somará ao arcabouço físico-operacional-regulatório preexistente, para formar um complexo de T&L que atenderá os propósitos do PAM-TL. Produto P6: Este relatório trata das questões de impactos ambientais, uso do solo, valor imobiliário e faixa de domínio com vistas a abordagem contextual exemplar – promovendo a minimização e mitigação de impactos negativos, detalhando o estudo precoce para geração de efeitos positivos – inclusive com relação ao tecido urbano que sofrer influências dos projetos, visando provocar efeitos positivos no bem-estar das comunidades afetadas por implantações e operações. Produto P8: Neste produto são apresentadas as propostas de alterações no PPA 2020/2023, bem como as necessidades de recursos para a LOA 2022 e a previsão de recursos para os programas vinculados ao PAM-TL para futura inclusão na LOA 2024/2027. Produto P9: No Produto 9 é apresento um panorama amplo das características e dificuldades relevantes para projetos de infraestrutura de logística e transporte regionais, expondo inclusive os desafios institucionais e financeiros, dos agentes envolvidos. Em seguida apresenta sugestões para solução e/ou mitigação das barreiras apontadas e a estratégia de suas implementações. Propõe-se uma matriz de priorização de ações e projetos e um cronograma de execução. Por fim é apresentada a avaliação da carteira de projetos do PAM –TL e as conclusões e recomendações. Inventário de Emissões por Veículos Automotores: Em 2020 após um aprimoramento do Termo de Referência do projeto foram tomadas as providências para a contratação. Ocorre que por duas vezes o Comitê Gestor do Gasto Público/SPG não autorizou a contratação do projeto por não enxergar nele um projeto essencial para o Estado. Foram feitas justificativas técnicas ressaltando a sua relevância, entre outros motivos, pelo simples fato de que não se dispõe de dados do volume de emissões para o setor de transportes do estado e tampouco ferramentas que auxiliem o estado através da SLT a desenvolverem ações no campo de redução de emissões de CO_2 e poluentes locais. Pela 3ª vez foi enviada uma solicitação ao referido Comitê para a aprovação da execução do projeto com justificativas adicionais às já mencionadas. Como já foi dito, um aspecto importante deste estudo diz respeito ao aprofundamento da qualidade da base de dados necessária para o desenvolvimento dos trabalhos especialmente no que tange aos fatores de emissão de veículos em uso nas condições reais de utilização. Nesse campo o presente escopo prevê o desenvolvimento das curvas de deterioração das emissões de gases e partículas pelo escapamento para veículos em uso, considerando o aumento das emissões com a idade dos veículos em função do desgaste normal e da manutenção inadequada quando comparados aos valores certificados dos veículos novos. Tais aumentos são denominados Fatores de Deterioração das Emissões (FD) e idealmente devem ser determinados estatisticamente a partir dos resultados de Programas de Inspeção e Manutenção. Planos de Desenvolvimento de Logística e Transportes Regionais – PDLT-R: Em 2020 foram feitos refinamentos e complementações no Termo de Referência visando a elaboração de Planos Desenvolvimento de Logística e Transportes Regionais – PDLT- R para um conjunto de regiões do Estado. O número de regiões para as quais serão desenvolvidos os Planos é parte integrante do projeto tendo sido definidas no Termo de Referência as diretrizes para o seu desenvolvimento. O objetivo deste projeto é desenvolver uma carteira de projetos de investimentos na área de logística e transportes para cada uma das regiões de forma a induzir a dinamização de sua vocação econômica. Os produtos mais relevantes deste projeto são constituídos do desenvolvimento de um modelo de análises de impacto de investimentos e um programa de reabilitação do sistema ferroviário subutilizado e ocioso do estado integrado com a Hidrovia Tietê – Paraná. Os resultados almejados deste estudo se referem àqueles destinadas a revitalizar toda a malha ferroviária paulista para o transporte de passageiros e cargas, compartilhando a infraestrutura já existente. O processo de contratação deste projeto se encontra na fase de encaminhamento e providências da SLT. Estudos para Derivação de Matrizes Origem – Destino de Grandes Bancos de Dados - BIGDATA: Para cumprir suas funções, a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo (SLT/SP) precisa desenvolver e atualizar diversos estudos de demanda de transportes que, junto a modelos de simulação em redes, são essenciais para o desenvolvimento de importantes estudos para o Governo do Estado de São Paulo, destacando-se: os de concessões, de parcerias público-privadas e aqueles destinados à busca por maior equilíbrio da matriz de transportes e redução de poluentes. Nesta linha foi desenvolvida em 2020 uma versão final e definitiva do Termo de Referência, com o chamamento e o modelo de contratação de "Serviços de consultoria para fornecimento de matrizes de origem-destino, derivadas do processamento de "big data", para estimar o tráfego em rotas rodoviárias". Nessa nova versão o projeto sofreu modificações substanciais, determinando o cancelamento do processo anterior que já estava em fase avançada, exigindo a geração de estudo para avaliação das possibilidades técnicas, metodológicas e contratuais para incorporação de

análises adicionais de fluxos em tempo real do deslocamento de pessoas, usando dados de aplicativos e de celulares. Subsequentemente, foram produzidos novos documentos licitatórios, incluindo: termo de referência, orçamento, solicitação de propostas, justificativas e ofícios. Com efeito, em 2020 o escopo foi complementado com o acréscimo de novas funções de utilidade para a gestão operacional do sistema de transporte estadual pela SLT. A Assessoria de Planejamento da SLT fez diversos estudos e testes para desenvolvimento de novos sistemas de exposição dados de eventos espaciais e temporais, considerando séries com quaisquer tipos de bases históricas, distribuídas por: horas, dias ou meses, de forma a possibilitar a análise iterativa de indicadores de tráfego, acidentes, volumes de investimentos, entre outros itens que possam subsidiar as ações estratégicas da SLT. Para tanto, os trabalhos basearam-se em: Pesquisa e desenvolvimento de sistemas de *Business Intelligence* (BI) em *softwares* livres *(opensource*) para criação de sistemas interativos destinados a expor e analisar diversos bancos de dados, séries históricas e eventos com localização geográfica de interesse da SLT/SP; Geração de ferramentas de ETL (*Extract Transform and Loading*), algoritmos, módulos de *scripts* e *Dashboards* em R *Language* para publicação em formato HTML por meio de módulos *Shiny* R, com portas configuradas em servidores web tipo *Apache Linux*, em sistema operacional *CentOS.* Esta integração de diferentes *softwares*, módulos e procedimentos foi desenvolvido pela Assessoria de Planejamento da SLT e constitui um pacote totalmente independente de programas comerciais, sendo apenas baseado em plataformas *opensource*; Geração de ferramentas para automação de trabalhos com dados georreferenciados, sem depender de *softwares* de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), para trabalhos com dados vetoriais, em formato WKT, possibilitando a visualização direta em mapas, pela internet, de diversos temas em sistemas de BI com possibilidade de geolocalizar eventos de maneira imediata. Como exemplo, as ferramentas são capazes de identificar instantaneamente trechos ou pontos rodoviários a partir da inserção do código da rodovia e quilômetro; Compilação de processos para incorporar as tecnologias desenvolvidas neste ano, com a finalidade de gerar novos sistemas de análise em rede de simulação de transportes através de *dashboards* (semelhantes ao gerados para os trabalhos relativos à crise Covid19). O objeto deste novo planejamento é adicionar tais ferramentais nos modelos de oferta e demanda de transportes do Estado de SP e também nos modelos da SLT para o âmbito estadual e nacional, junto com modelos econométricos e de insumo-produto. O sistema tem a capacidade de prover análises iterativas on-line, determinadas por quaisquer tomadores de decisão, considerando diversos tipos estudos, como: avaliação de novas concessões rodoviárias, projeção de a partir de resultados de cenários, análises exploratórias de indicadores, entre outros.; implantação de um sistema de monitoramento de congestionamentos, acidentes e fluidez do tráfego, em tempo real, com uso de bancos de dados de sistemas existentes (aplicativos de smartphones, telefonia, etc.) dotados de serviços que possam ser compartilhados ou contratados, a fim de possibilitar o uso eficiente de indicadores de gestão do tráfego da malha rodoviária; e da implantação de sistema(s) de BI para compartilhar *dashboards* que possibilitem a execução de análises e a representação eficiente dos resultados das atividades acima e de vários indicadores para a geração de ferramentas de gestão operacional do sistema de transportes. Todo o processo licitatório foi reiniciado com a emissão de nova solicitação de manifestação de interesse, publicada em setembro de 2020, e posterior análise das 17 propostas enviadas por empresas e consórcios interessados. No momento, o processo segue para encaminhamento ao Comitê Gestor do Gasto Público/SPG. Neste contexto diversos testes já foram produzidos usando um servidor *Linux CentOS* (16GB RAM) no *Cloud* Prodesp acessado via remota por VPN de equipamento situado no núcleo da Prodesp do Palácio dos Bandeirantes. A Assessoria de Planejamento da SLT também está desenvolvendo um sistema destinado a aumentar a transparência dos recursos aplicados em investimentos diretos ou indiretos realizados pelo GESP, a fim de expor os dados das obras realizadas nos sistemas viários do Estado de São Paulo, incluindo: aquelas realizadas pelo DER (com recursos: BID, BIRD e TESP), aquelas vinculadas às concessionárias privadas (com dados regidos pela Artesp) e as do Departamento Hidroviário do Estado de SP. O referido *dashboard* está provisoriamente sendo testado com o endereço: https://www.abastecimentoseguro.sp.gov.br/covid. Estudos de Segurança Viária - Foi dada continuidade ao processo de contratação dos levantamentos de campo e dos estudos sobre Segurança Viária, utilizando-se da metodologia do iRAP (*International Road Assessment Programme*). Este projeto visa implantar no estado uma metodologia com efeitos comprovados na Europa e Ásia na redução de acidentes graves e mortes no estado de São Paulo. Em 2020, foram atualizados todos os documentos do processo licitatório tipo: ICB - *International Competitive Bidding* (*World Bank*), do projeto denominado: "*Provision of specialized services to develop the field survey and codification, following the iRAP methodology, with the highway asset inventory of the road network of the State of* Sao Paulo" ou "Prestação de serviços especializados para realizar o levantamento de campo e a codificação, seguindo a metodologia iRAP, junto ao cadastramento de ativos da malha rodoviária do Estado de São Paulo". A atualização constitui-se na revisão dos orçamentos, cronogramas, valores de qualificação, termos de referência, justificativas técnicas, pareceres, chamamentos que compõem o conjunto de documentos necessários para a licitação emitidos em duas línguas (português e inglês). Desenvolvimento de Infraestrutura Logística com Tecnologia Avançada para a Ligação Planalto – Baixada Santista: Projeto Linha Verde: Em 2020 foi desenvolvida a concepção de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira de uma nova infraestrutura logística rodoviária e/ou ferroviária para o transporte de cargas, especialmente de contêineres originados no planalto – em grande parte gerados num raio de até 150 km - diretamente para os terminais portuários do porto de Santos. Segundo a concepção desenvolvida, o Estado através da SLT publicará na Plataforma de Inscrição de MIP´s um chamamento para que entidades do setor privado apresentem projetos com tecnologias avançadas capazes de romper a barreira constituída pela Serra do Mar de uma forma competitiva com o sistema logístico atual que opera pela Rodovia Anchieta. A opção pela tecnologia a ser sugerida é livre. Cada proponente certamente optará por uma tecnologia já testada ou em fase de consolidação e que atenda aos requisitos operacionais para veicular fluxos em ambos os sentidos transpondo a serra do mar entre o planalto e a Baixada Santista. O desenvolvimento deste escopo deverá apoiar o Governo do Estado de São Paulo – GESP – na avaliação de alternativas de projetos de expansão da capacidade da infraestrutura do sistema de acesso ao porto de Santos e na harmonização e dinamização de suas políticas de transporte de logística de cargas unitizadas relacionadas ao comércio exterior. Estudo de Pré-Viabilidade Técnica e Econômico-Financeira da Linha Ferroviária Santos – Cajati: A Linha Ferroviária Santos – Cajati encontra-se desativada, tendo as operações para passageiros e cargas sido interrompidas respectivamente nas décadas de 1990 e 2000. Mediante acordo dos governos estadual e federal e da concessionária, poderá ser promovida uma nova concessão ao setor privado, possivelmente sob a égide de um novo marco regulatório. Nesse contexto, foi desenvolvido pela Assessoria de Planejamento um Termo de Referência para balizar os estudos onde será examinada a possibilidade de fundamentar a reconcessão com nova acepção: de Linhas Regionais sob um conceito semelhante às shortlines americanas, usando um modelo regulatório próprio e adequado para atrair o interesse de operadores privados. Estes estudos destinavam-se a subsidiar o processo de reconcessão daquela linha ferroviária no litoral sul paulista. Ações De Enfrentamento Ao Covid -19: Desde o início do período de quarentena no Estado de SP, disparado pelo agravamento da pandemia do vírus Covid19 (semana de 22 a 29 março de 2020), a Assessoria de Planejamento da SLT tem trabalhado ativamente com os grupos designados para o enfrentamento da crise, atuando, principalmente, em três âmbitos descritos a seguir. Desenvolvimento do portal Abastecimento Seguro: As ações da Assessoria de Planejamento da SLT deste item foram demandadas nas reuniões dos Grupos de Trabalho (GT), criados para evitar problemas no abastecimento dos produtos da cesta básica, no transporte de cargas e no transporte de passageiros. Tais GT foram reunidos no Palácio dos Bandeirantes, nas semanas iniciais de combate à crise (a partir do dia 23 de março de 2020), com membros do DER/SP DERSA, ARTESP, SAA/SP, Investe SP Casa Militar e Defesa Civil. Nestas reuniões, a Assessoria de Planejamento da SLT foi incumbida de prover informação atualizada a todos os condutores de veículos através de um mapa iterativo, publicado na internet, por meio de site gerado para este propósito específico, que está sendo mantido até a presente dada (https://www.abastecimentoseguro.sp.gov.br/mapa). Este sistema foi criado em poucos dias após seu desenvolvimento em plataformas livres e da tabulação, processamento e georreferenciamento de mais de 2500 pontos de apoio aos caminhoneiros (postos de abastecimento, restaurantes, serviços, etc.) nas rodovias estaduais e federais presentes no Estado de SP, sendo disponibilizado ao público com dados sobre: as restrições e horários de funcionamento de cada estabelecimento ao longo das estradas, contando com um serviço diário de pesquisa "in loco" realizado pela Artesp (através da solicitação de informações às 20 concessionárias rodoviárias estaduais), pelo DER (através da solicitação de informações a todas as 14 Divisões Regionais e Unidades Básicas de Apoio) e pela ANTT (através da solicitação de informações às 4 concessionárias rodoviárias federais); os locais de distribuição de kits de alimentação, higiene e Tags (para facilitar a cobrança automática em pedágios), de distribuição gratuita a todos os caminhoneiros, em pontos de apoio criados por todas as concessionárias de rodovias e pelo DER/SP; os locais de interdição de vias por barramento sanitário e/ou da circulação de veículos não autorizados pelas condutas municipais adotadas. O objetivo deste mapa foi prover informação ágil a todos os condutores de veículos do transporte rodoviário de cargas, de forma a melhorar as condições para manutenção das viagens inter-regionais que são vitais ao abastecimento da população, especialmente, nas regiões metropolitanas. Este serviço foi importante, junto a outros, para evitar a ameaça do desabastecimento nas fases iniciais (e mais restritivas) das quarentenas impostas nas esferas estaduais e municipais determinadas para combate à disseminação do Covid19. O site citado anteriormente foi transformado em um portal, com o apoio dos técnicos de informática da Casa Militar, com a finalidade dar possibilidade à população de notificar irregularidades no comércio responsável pelo provimento de produtos da cesta básica, fármacos e combustíveis, considerando tanto o lado dos consumidores (preços abusivos, falta de produtos, desrespeito aos protocolos sanitários, etc.) como do lado dos estabelecimentos (bloqueios nas vias de transportes, ausência e/ou preços abusivos de fornecedores). As notificações ligadas aos produtos foram tratadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA/SP) e aquelas ligadas aos transportes dos produtos foram avaliadas e direcionadas aos órgãos responsáveis inseridos no próprio GT de transporte de cargas. Portal do abastecimento seguro: https://www.abastecimentoseguro.sp.gov.br. Apoio técnico à Secretaria de Estado da Saúde (SES/SP). As ações da Assessoria de Planejamento da SLT deste item foram demandas pelos Grupos de Trabalho (GT) criados para subsidiar as decisões do Comitê COVID, a fim de prover análises sobre o avanço da epidemia no Estado, considerando a distribuição espacial dos casos. Neste contexto, a Assessoria de Planejamento da SLT foi incumbida de: (i) gerar sistema para identificar e tratar automaticamente registros duplicados nos bancos de dados do Sistema de Vigilância Epidemiológica (SIVEP-Gripe) através do uso de algoritmos de reconhecimento de similaridade de nomes, nomes maternos, endereços e outros dados que definem o mesmo indivíduo, quando atendido mais de uma vez, ou em diferentes unidades; (ii) geocodificar (obtenção de coordenadas) todos os casos informados de SRAG (Síndrome respiratória Aguda Grave) presentes no SIVEP-Gripe, a partir dos endereços informados nos registros (mesmo daqueles que tenham sido informados de maneira não padronizada). Para tanto, a Assessoria de Planejamento da SLT produziu, em um curto espaço de tempo, diversos tipos de algoritmos (scripts), sistemas complexos para solucionar as demandas acima e, posteriormente, gerou os respectivos pacotes e manuais para transmissão de tecnologia aos técnicos da CVE/SES/SP. Após atendimento destas demandas, os GT – COVID e Comitê COVID, também solicitaram diversas outras ações para gerar indicadores de oferta e demanda de leitos hospitalares, com análises de histogramas e funções de distribuição de densidade. Estes métodos possibilitam estimar a ocupação dos leitos de enfermaria e internações em UTIs. A criação deste procedimento foi necessária dadas as inconsistências e impossibilidade de uso do banco de dados do Censo Covid, até meados de abril de 2020. A junção: i) dos sistemas de análises exploratórias em Dashboards, com mapas que localizam cada indivíduo tratado para SRAG; ii) com os modelos de estimativa da demanda por leitos e iii) com os dados da oferta de leitos disponíveis por unidades de saúde por CNES (advindos dos sistemas do Ministério da Saúde e da Secretaria da Saúde SP); gerou três versões de sistemas de análise, sendo que o último está disponível no site: https://www.abastecimentoseguro.sp.gov.br/sivep. Atualmente este sistema, inserido provisoriamente no servidor do Abastecimento Seguro, está sem atualização, pois aguarda sua inclusão no sistema da SES/SP. Apoio técnico ao Plano São Paulo: Inicialmente, as ações da Assessoria de Planejamento da SLT deste item foram demandas pelo Grupo de Trabalho COVID19, composto por membros da CVE, Sucen, SDE/SP, Dersa, IPT e USP, para prover material técnico que pudesse subsidiar os indicadores de dispersão do vírus no Plano São Paulo. Por isso, a Assessoria de Planejamento da SLT foi designada a prover estudos de previsão da disseminação do vírus, através do relacionamento causal do aumento do tráfego rodoviário com a disseminação do vírus Covid19. Através da geração de mapas de calor (heatmaps) sobre a incidência dos casos de Covid ao longo do tempo, tanto na Região Metropolitana de SP como no interior, pode-se observar a existência de correlação espacial e temporal do avanço da epidemia com o aumento do tráfego rodoviário observado nas estradas. Isto permitiu que modelos de previsão (embasados em regressões econométricas de séries temporais) fossem criados a partir da relação de causalidade do aumento do tráfego nas rodovias e da dispersão do vírus no sentido: Capital - interior do Estado. Os dados de contadores de tráfego (laços, radares, lombadas eletrônicas e pedágios) reunidos pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) a partir dos bancos de dados da Artesp e DER/SP foram disponibilizados à Assessoria de Planejamento da SLT, possibilitando gerar análises sobre a dispersão do vírus através dos fluxos rodoviários. Diversas atividades foram executadas com estes dados, partindo da avaliação e correção de problemas nos bancos de dados do IPT, passando pelo uso de algoritmos para determinação de pares de origem-destino, a partir conexão de dados de sistemas AVI (Tags de cobrança em pedágios) e radares Inteligentes monitorados pela PMR/SSP/SP, e por scripts complexos para alocação de matrizes e análises de rotas; até chegar a indicadores sobre a variação do trafego entre as Divisões Regionais de Saúde (DRS). Este trabalho foi necessário para subsidiar as análises de dispersão do vírus e outros estudos em pauta do Comitê Econômico do Plano SP. As variações de crescimento do tráfego, após as fases iniciais de quarentena, também se tornaram úteis para fundamentar o cálculo do Índice de Atividade Econômica - IAE (criado pelo grupo Nereus/Fipe com sistemas de Equilíbrio Geral Computável)

que ajuda a nortear a vertente do Plano São Paulo focada na retomada da economia paulista. Os dados e análises sobre o tráfego inter-regional foram e continuam sendo utilizados para prover informações ao Grupo de Trabalho, composto pela SDE/SP, Fipe/FEA/USP e consultoria Oliver Wyman, com o propósito de monitorar e traçar planos para promover a retomada do crescimento econômico regional e setorial. Assessoria de Planejamento da SLT ainda atualiza e cria a análise semanal dos dados de crescimento do tráfego inter-regional para a equipe técnica da SDE/SP e Nereus/FIPE. Fortalecimento Institucional com Recursos Financiados pelo BID e BIRD: Neste campo a Assessoria de Planejamento da SLT desenvolveu uma série de atividades desempenhadas ao longo de 2020, para desenvolver projetos ligados aos programas de fortalecimento institucional da SLT, considerando: o estudo dos temas requeridos, aprofundamento técnico e concepção dos projetos; a produção dos documentos licitatórios necessários, incluindo: termo de referência, orçamentos, solicitação de manifestações de interesse e propostas, justificativas técnicas, ofícios entre outros; atualização de orçamentos e documentos de processos em andamento; solicitação e obtenção de aprovações dos bancos multilaterais de desenvolvimento (financiadores); prestação de esclarecimentos aos pareceres jurídicos da PGE, durante os trâmites licitatórios; produção de respostas técnicas aos licitantes e a pareceres de diferentes comitês como o: Comitê Gestor do Gasto Público/SPG. Os itens a seguir descrevem sucintamente as principais atividades desempenhadas em 2020 considerando os respectivos projetos de fortalecimento da SLT/SP: Projeto "Data Analytics" Em 2020, a Assessoria de Planejamento da SLT elaborou a documentação técnica e processual para iniciar o processo licitatório do projeto denominado: "Contratação de serviços de consultoria especializada para implantação de estrutura de Data Analytics na Secretaria de Logística e Transportes do Estado de SP". Para tanto, foram necessários diversos estudos sobre o tema e a realização de tomadas de opiniões e orçamentos, junto a empresas que poderiam fornecer serviços capazes de atender parcial ou integralmente às necessidades requeridas pela SLT/SP, considerando o escopo deste projeto. Em linhas gerais, o projeto baseia-se no uso amplo do conceito de Data Analytics, partindo do uso de bancos de dados existentes do Governo do Estado de São Paulo (GESP) com sistemas automatizados de ETL, passando por análises complexas (semânticas, cognitivas e preditivas), até a obtenção de relatórios interativos e dinâmicos, que poderão ser compartilhados com ferramentas customizadas de BI, para fins estratégicos: de provimento de segurança viária, intermodalidade, indução de economias regionais, redução de gases do efeito estufa e do risco de desastres naturais; e, para fins operacionais: de melhoria da fluidez do tráfego e acompanhamento da implantação e manutenção de infraestruturas viárias. O projeto engloba também a implantação física da infraestrutura Data Analytics na SLT, considerando a implantação de equipamentos que possibilitem a construção de um Data Warehouse e de seu respectivo processamento na SLT, bem como da constituição de uma sala de situação dotada de Video Wall, sistemas de comunicação e análise de dados em tempo real. Considerando estes aspectos, o projeto, representado por uma única licitação, envolve três grandes grupos de atividades: i) geração de conteúdo estratégico e operacional; ii) implantação de sistemas de Data Analytics; iii) implantação da Infraestrutura de TI; tendo sido submetido à avaliação do BIRD no mês de outubro. No momento, aguarda a resposta, sendo que, em caso de aprovação, toda a documentação posterior, exigida pelos trâmites licitatórios, já foi gerada. Outros Trabalhos Desenvolvidos Em 2020: Cálculo de indicador socioeconômico para avaliação de benefícios do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente – BIRD (Loan: 8272-BR). O trabalho envolveu o desenvolvimento de método baseado na diferença das estimativas do VOC (Vehicle Operating Costs) antes e depois da realização dos investimentos que usaram recursos do projeto DER/BIRD para avaliação dos benefícios do programa. Para cálculo da diferença do VOC uma série de atividades foram realizadas em sequência, incluindo: georreferenciamento dos trechos onde foram ou estão sendo realizadas as obras financiadas pelo BIRD; tratamento e análise espacial dos dados de volumes diários de tráfego de todos os pontos (Pedágios, SAT, radares e laços) disponíveis e identificação dos pontos que estão situados ou servem como proxy para compor as estatísticas de tráfego nos trechos das obras; preenchimento das planilhas para cálculo do VOC a partir do modelo computacional HDM-4 RUC distribuído pelo Collaboration for Development /World Bank, considerando a variação do tráfego, a tipologia da rodovia e o IRI (International Roughness Index) antes e depois das obras; adaptação dos algoritmos computacionais do modelo HDM-4 RUC, implementados em linguagem de VBA, para automatizar o cálculo dos indicadores em todos os trechos com obras financiadas pelo Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente; associação de mapas de localização das obras e dos pontos de monitoramento do VDM às rotinas de cálculo e criação de sistema automático de consulta por trecho. Apoio ao programa de fortalecimento institucional do DER. Seguindo a designação no Grupo de Trabalho (GT-90) presente na Portaria SUP/DER-124-13/11/2019, a Assessoria de Planejamento da SLT apoiou o Departamento de Operações do DER em projetos financiados pelo BID, para aumento da produtividade e eficácia dos trabalhos do DER/SP, considerando o desenvolvimento, revisão e/ou atualização de sistemas gerenciais. A participação da SLT nos contratos do DER foi iniciada em novembro de 2020 e visa fornecer apoio técnico a implantação conjunta e integrada dos 5 sistemas que já foram contratados e iniciaram suas atividades: i) Levantamento de Campo; ii) Sistema de Gerenciamento de Faixa de domínio (SGFD), iii) Sistema de Atualização da Conservação (SAC), iv) Sistema de Gerência de Pavimentos (SGP) e v) Sistema de Gerenciamento de Obras de Arte Especiais (SIGOA). Apoio técnico a área de Fiscalização da Diretoria de Procedimentos e Logística - DPL/Artesp. Em atendimento à solicitação de ajuda técnica, referente ao uso de ferramentas de geoprocessamento e automatização dos processos de elaboração de análises e relatórios, a Assessoria de Planejamento da SLT desenvolveu um sistema para a área de Fiscalização - DPL/Artesp com planilhas customizadas em Visual Basic for Applications - M. Office. O objetivo é gerar automaticamente tabelas com resultados de agregação de eventos provenientes da fiscalização e ouvidoria do transporte coletivo de ônibus intermunicipais. O sistema hierarquiza os municípios de acordo com a quantidade e a importância das notificações (ouvidoria e fiscalização - DPL/Artesp), apresentando as informações em mapas coropléticos, de forma imediata, a partir dos dados brutos, sem necessitar do uso de Sistemas de Informação Geográfica. Tal ferramenta não existe nas bibliotecas de programação em VBA, sendo desenvolvida pela SLT para este fim, podendo ser aplicada em diversas outras análises. Apoio a realização de Planos Diretores dos municípios ribeirinhos na região de influência do Rio Tietê. Participação da SLT em reuniões com intuito de desenvolver projetos de apoio a Planos Diretores dos municípios ribeirinhos na região de influência do Rio Tietê. Apoio à Contratação do Projeto "Visão Zero". Em novembro de 2020, foram constituídos os documentos (ofícios, justificativas e minuta de contrato) para abertura do processo de contratação direta da Trafikverket, através da embaixada da Suécia, com objetivo de realizar o curso "Visão Zero" (programa de segurança viária) em formato remoto, tipo Webinar, considerando, o uso dos recursos do BIRD.

Transporte Rodoviário - DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A: Aporte de recursos do acionista majoritário destinado ao planejamento, gerenciamento e execução de obras; aquisição de imóveis ou bens de capital; aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Ação 1679 – Subscrição de Ações DERSA, Ação 1418 – Recuperação de Rodovias: Pagamento de acordos e penhoras relativas à construção de rodovias que atualmente estão concedidas ao poder público, decorrentes de desapropriações à época, Ação 1421 – Travessias Litorâneas: Melhoramento de instalações e embarcações – obras navais, Melhoramento de Instalações. Reforma de Embarcações e Atracadouros: Principais investimentos: Reforma e docagem para renovação do CSN (Certificado de Segurança da Navegação) da embarcação tipo Ferry Boat FB20, Litoral Centro, que opera nas Travessias Santos/Guarujá. Reforma e docagem para renovação do CSN (Certificado de Segurança da Navegação) da embarcação tipo Ferry Boat FB24, que opera na Travessia de São Sebastião/Ilha Bela em andamento. Melhorias Operacionais: Otimização no translado da embarcação tipo Ferry Boat, FB05 para operar na Travessia Iguape x Juréia; Instalação de Calhas, Pintura e instalação de gradis na estação de Passageiros da Praça da República. Serviços de Conservação e Manutenção nas embarcações tipo Ferry Boat: Pintura, limpeza e jateamento da superestrutura, convés e porões; troca de verdugos, substituição da tubulação do sistema hidráulico; revisão, troca e alinhamento dos eixos propulsores, lemes e hélices nos FB21, FB27, FB18, Itapema, FB26, FB28, FB25, que operam nas travessias do Litoral Norte, Centro e Sul; Recondicionamento de motores de propulsão, reversores, sistema de comando e grupos geradores das embarcações nas Travessias Litorâneas; Troca de Motores realizadas nas embarcações tipo Ferry Boat FB25, FB29, FB28, FB16, FB17, FB26, LS04, Paicará e Itapema. Em 21 de outubro de 2020, foi publicado o Decreto nº 65.262/20, transferindo a partir de 01 de novembro de 2020, as atividades das Travessias Litorâneas ao Departamento Hidroviário – DH. Melhoramento de Instalações, Reforma de Embarcações e Atracadouros (período de 01/11/20 à 10/12/20). Principais investimentos: Continuidade da reforma e docagem para renovação do CSN (Certificado de Segurança da Navegação) da embarcação tipo Ferry Boat FB24, que opera na Travessia de São Sebastião/Ilha Bela em andamento. Serviços de Conservação e Manutenção nas embarcações tipo Ferry Boat : Pintura, limpeza e jateamento da superestrutura, convés e porões; troca de verdugos, substituição da tubulação do sistema hidráulico; revisão, troca e alinhamento dos eixos propulsores, lemes e hélices nos FB28, FB25, FB10, FB15, FB13, FB14, Canéu que operam nas travessias do Litoral Norte, Centro e Sul; Recondicionamento de motores de propulsão, reversores, sistema de comando e grupos geradores das embarcações nas Travessias Litorâneas; Troca de Motores e reversores realizadas nas embarcações tipo Ferry Boat, FB25, FB17, FB12, FB16, FB17, Paicará e Bacharel; Realização de vistoria de Capitania – FB28 e FB10; Preparações para vistoria de Capitania – FB13 e FB14. Ação: 1970 – Implantação e Transposição de Rodovias – Convênio DER/DERSA: Reordenação de grandes eixos rodoviários da Região Metropolitana de São Paulo por meio de convênio DER/DERSA, promovendo a adequação, restauração de pontes e viadutos, vias de acesso às pistas de tráfego. Rodoanel Trecho Sul (Obras - responsabilidades que não foram transferidas à Concessionária SPMar). Repasse de recursos à Prefeitura de Embu das Artes referentes à execução de obras complementares do Rodoanel Trecho Sul. Não houve repasse de recursos à Prefeitura de Mauá devido às fortes restrições orçamentárias no ano vigente, permanecendo pendente a conclusão dos serviços de drenagem na Avenida João Ramalho, localizada naquele município. Foi formalizada no exercício a entrega de mais algumas áreas dos parques naturais municipais para a Prefeitura de São Paulo, como compensação ambiental do empreendimento. Nova Marginal Tietê: Foram concluídas as obras do Polder Itaim no Parque Várzeas do Tietê no âmbito do Convênio com o DAEE, como medida compensatória das obras de implantação da Nova Marginal Tietê. Ação 2497 – Nova Tamoios Contornos: Obras e serviços de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião – Lotes 1 a 4. A Nova Tamoios – Contornos apresenta um avanço de 76,4% de obras brutas, sendo que, do total dos 5 túneis duplos, resta pendente a conclusão da escavação de apenas 1 (um), localizado no Lote 1. O avanço físico por lote de obras é apresentado no quadro a seguir:

LOTE	% AVANÇO FÍSICO
1	78,7%
2	82,3%
3	81,3%
4	65,3%
GLOBAL	76,4%

Foram concluídos os serviços e obras em áreas de riscos observadas por decorrência da paralisação das obras, e permanece em andamento os serviços de vigilância patrimonial nas áreas remanescentes e na faixa de domínio ao longo do traçado da obra.

Atualmente estão sendo realizados os estudos para a retomada das obras, em cooperação com a Secretaria de Logística e Transportes e a ARTESP. Reassentamento – em atendimento 11 famílias que aguardam o recebimento das unidades habitacionais (UH) e que continuam recebendo o aluguel provisório. Desapropriação – Até novembro/20, o total liberado de áreas no Empreendimento é de 95,30%, conforme indicado na tabela a seguir por lote de obras:

LOTE	% LIBERADO
1	100%
2	99,31%
3	85,51%
4	25,97%
TOTAL	95,30%

Nota: No Lote 03 o percentual significativo de áreas não liberadas se refere a áreas da SABESP.
No Lote o4 o percentual significativo de áreas não liberadas se refere a áreas da PETROBRAS.

Meio Ambiente – Neste ano foram concluídos e encerrados 161,8 hectares do Programa de Restauração Florestal, de um total de 412 hectares. O restante das áreas encontra-se na fase de manutenção e monitoramento. No âmbito das compensações, a CETESB aceitou a compensação por meio da manutenção da "mata em pé" de 3 remanescentes, totalizando mais 27,5 hectares. Ação 2283 – Execução das Obras do Rodoanel – Trecho Norte: Atualmente o Rodoanel Trecho Norte apresenta um avanço físico das obras brutas de 85,6%. O avanço por lote de obras é apresentado no quadro a seguir:

LOTE	% AVANÇO FÍSICO
1	74,6%
2	91,8%
3	80,7%
4	94,8%
5	97,3%
6	72,3%
GLOBAL	85,6%

Encontram-se em andamento os serviços de vigilância patrimonial nas áreas remanescentes e na faixa de domínio ao longo do traçado, em razão da paralisação das obras.
Foram realizados no exercício os serviços de apoio à Secretaria de Logística e Transportes e ao DER no tocante à realização da Audiência Pública, no levantamento de quantitativos, execução de ensaios tecnológicos, topografia, e demais serviços atinentes à elaboração dos elementos técnicos para a nova licitação, objetivando a retomada das obras. Atualmente estão sendo realizados os serviços de apoio ao DER nos processos licitatórios para contratação das obras brutas, do gerenciamento integrado e das supervisões técnica e socioambiental. Reassentamento – Até final de novembro/20, foram atendidas 94 famílias, sendo 01 reassentada no Conjunto Habitacional Guarulhos "E" e 93 famílias em unidades adquiridas via Carta de Crédito. Restam 561 famílias que aguardam o recebimento das unidades habitacionais (UH) e que continuam recebendo o aluguel provisório. Desapropriação **-** Até novembro/20, o total liberado de áreas no Empreendimento é de 99,45%, conforme indicado na tabela abaixo por lote de obras:

LOTE	% LIBERADO
1	100%
2	100%
3	100%
4	99,87%
5	99,55%
6	98,47%
TOTAL	99,45%

Considerando a Lei Estadual nº 17.148/2019 de 13.09.2019 que autorizou o Poder Executivo, com fulcro no Decreto Estadual nº 64.418/2019, a adotar as providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da DERSA, em 04.09.2020 foi assinado o 4º TAM do Convênio DERSA nº 185/11 – Convênio DER nº 5.520/11 DER - Rodoanel Trecho Norte. Tal Termo, teve como objeto a redefinição das atribuições dos partícipes, passando o DER como executor do Empreendimento e a DERSA como suporte técnico, além de sua prorrogação de prazo até 22.06.2023.

DER - Departamento de Estradas de Rodagem - Malha Rodoviária do Estado de São Paulo

SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES

MALHA RODOVIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTENSÃO

Base : Outubro/2020

DER Departamento de Estradas de Rodagem

TIPO DE ESTRADA	ORGÃO	DER (km)	CONCESSÕES (km)	TOTAL ESTADUAL (km)	FEDERAL (km)	MUNICIPAL (km)	TOTAL (km)
EIXO	TERRA	753,54	0,00	753,54	0,00	161.180,64	161.934,18
	PISTA SIMPLES	8.479,98	2.206,67	10.686,65	437,96	15.221,59	26.346,20
	PISTA DUPLA	814,82	4.392,94	5.207,76	633,85	50,26	5.891,88
SUBTOTAL		10.048,34	6.599,61	16.647,96	1.071,81	176.452,49	194.172,26
ACESSOS INTERLIGAÇÕES	TERRA	216,00	24,00	240,00	0,00	24,30	264,30
	PISTA SIMPLES	1.525,30	520,22	2.045,52	0,99	140,07	2.186,58
	PISTA DUPLA	172,20	140,28	312,48	0,00	28,02	340,50
SUBTOTAL		1.913,50	684,49	2.598,00	0,99	192,39	2.791,38
DISPOSITIVOS		1.446,75	1.542,43	2.989,18	3,05	4,55	2.996,78
SUBTOTAL		1.446,75	1.542,43	2.989,18	3,05	4,55	2.996,78
TOTAL		13.408,60	8.826,54	22.235,13	1.075,85	176.649,42	199.960,41

Investimento em Obras Rodoviárias: Até outubro de 2020 o DER investiu R$ 822 milhões em obras de pavimentação/duplicação/recuperação de rodovias estaduais, ao longo de 1.341,95 km; R$ 13,7 milhões na rede vicinal, ao longo de 169,978 km de obras e R$ 775 mil em Patrulha Rodoviária, ao longo de 15,56 km de obras. Desapropriação**:** Até o mês de outubro de 2020 na gestão dos processos de desapropriação necessários para a execução dos programas de melhorias nas Rodovias do Estado, o DER prestou os seguintes serviços: Laudos elaborados, reavaliados e atualizados: 167, sendo- Elaborados 149 laudos individuais; 5 laudos estimativos globais (DUP's por manchas); 13 laudos revisados e/ou atualizados. Elaboração de plantas, memorial descritivo, elaboração e revisão de cadastro individual, levantamento topográfico: 149. Processos Judiciais totais = 160, sendo: 155 processos judiciais pagos (inicial, complementar, honorários de perito) no valor de R$ 32.610.196,02;4 processos na Diretoria Financeira para pagamento (inicial, complementar, honorários de perito) no valor de R$ 759.958,00; 1 processo sem ação distribuída com valor da oferta inicial de R$ 4.726,74. Processos amigáveis totais: 212, sendo: 102 processos excluídos; 42 amigáveis escriturados e pagos no valor de R$ 3.992.614,34; 4 Processos em gerenciamento na Diretoria de Planejamento; 10 Processos em gerenciamento nas Divisões Regionais; 38 processos com cheques emitidos (R$ 3.886.783,34); 1 Processo na Diretoria Financeira para emissão de cheque (R$ 8.903,86); 15 Processos são áreas públicas; Elaboração de Decreto de Utilidade Pública: 5 DUP(s): SP 291 – Dumont – 7 áreas individuais, com valor de Nota de Reserva de R$ 132.579,00; SP 270 – Angatuba (complementar) – 2 áreas individuais, com valor de Nota de Reserva de R$ 29.913,00; Estrada do M'Boi Mirim – 53 manchas, com valor de Nota de Reserva de R$ 239.753.061,00; SP 214 – 4 manchas, com valor de Nota de Reserva de R$ 3.833.180,00; SP 056 – 121 manchas, com valor de Nota de Reserva de R$ 353.788.427,00. Sistema de Desapropriação: Aperfeiçoamento no SCDES - Sistema de controle e gestão dos processos de desapropriação, contendo 57 empreendimentos com 2484 registros. As manchas não estão cadastradas; Inclusão no sistema dos Planos de Desapropriação (Reassentamento Involuntário); Inclusão no sistema do Relatório de Atendimento aos Expropriados; Link com o Sirgeo para apresentação das informações das desapropriações sobre as imagens do *Google Earth*, disponíveis no *site* do DER. Projetos Rodoviários: Verificados e analisados 1308 documentos técnicos analisados de projetos para obras rodoviárias (sendo topografia 60, geotécnica 85, drenagem 157, geométrico 211, terraplenagem 116, Pavimentação 110, Estrutura de Concreto 208, Sinalização 213, Cadastro e Desapropriação 30, Meio Ambiente - projeto 11); Aprovação de projetos para 16 OAE - Obras de Arte Especiais (pontes, passarelas); Elaboração interna de 11 projetos de drenagem, 94 pavimentação de estradas vicinais, 27 de contenções e geotécnica, 05 especiais de sinalização; Analisadas soluções para 1169 consultas técnicas de diversas direções sobre ocorrências e soluções necessárias às rodovias; Definidos 30 pontos críticos de acidentes para desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do Programa Respeito à Vida; Meio Ambiente em Obras Rodoviárias: Processo de licenciamento ambiental, para as rodovias (SP 088, SP 147, SP 250, SP 270): Compensação Ambiental de empreendimentos rodoviários em andamento, 100 hectares no Parque Estadual do Aguapeí e 50 hectares na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) de Pindamonhangaba/SP, em Cumprimento de Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental - TCRA'S; 2ª Etapa do Plantio Compensatório-200 Hectares no Parque Estadual do Aguapeí LOTE 1 com inicio em 25/11/2020; 2ª Etapa do Plantio Compensatório-250 Hectares no Parque Estadual de Aguapeí - LOTE 2 com inicio em 25/11/2020; Serviços de plantio compensatório e manutenção de espécies arbóreas nativas (preparo do solo, plantio e manutenção), em área de 12,50 hectares na fazenda Campo Belo, localizada no município de Panorama/SP com inicio em 25/11/2020; Adoção de procedimentos para a implantação de passagens inferiores de fauna e cercas de direcionamento em pontos distribuídos nas rodoviários, com adoção de procedimentos para melhoria dos registros de eventos envolvendo animais acidentados e soltos nas rodovias em operação. Rede Vicinal - Programa de Recuperação/Pavimentação de Vicinais. As estradas vicinais são importantes indutoras de desenvolvimento, essas estradas são vias capilares do sistema rodoviário. O Programa busca atender a grande demanda por transporte existente no interior do estado, de forma a garantir condições adequadas para a interligação com a malha rodoviária estadual e federal. Busca, ainda, beneficiar a vida de milhões de pessoas que circulam pelo Estado, melhorando a acessibilidade dos núcleos urbanos, aumentando a segurança no transporte de pessoas e cargas e reduzindo os acidentes e tempo de viagem. Até outubro de 2020, foram concluídos 17,41 km de obras e se encontram vigentes parcerias para realizar 152,568 km de obras em estradas vicinais. Patrulha Rodoviária: Execução de obras de pavimentação, recuperação, regularização e tapa buraco em rodovias estaduais e em estradas municipais com utilização de pessoal e equipamentos do DER. Até outubro de 2020 foram concluídos 4,0 km de obras e encontra-se vigente parceria para realização de 11,56 km de obras em estradas vicinais. Parcerias com Municípios**:** Até novembro de 2020 estavam em andamento 47 convênios, totalizando 46 municípios e mais de 5,1 milhões de pessoas beneficiadas através de programas como Parcerias, Pavimentação e Recuperação de Vicinais, Reforma/Construção de Terminal Rodoviários, dentre outros. Conservação Rodoviária**:** O DER, além de construir e operar as rodovias sob sua jurisdição vem progressivamente ampliando recursos e melhorando em tecnologia e qualidade os serviços prestados na conservação rodoviária, de forma a assegurar a fluidez do tráfego, bem como a manutenção do patrimônio público e, principalmente, a segurança de seus usuários. No período de janeiro a outubro de 2020 foram investidos R$ 112 milhões em serviços de conservação de rotina e R$ 116 milhões em conservação da sinalização vertical e horizontal, perfazendo um total de R$ 228 milhões. Fiscalização: Radares **-** O Programa Estadual de Segurança Rodoviária, cuja meta é a redução de acidentes, principalmente os que resultam em vítimas fatais, foram operados de janeiro a outubro de 2020, um total de 675 equipamentos eletrônicos fiscalizadores de trânsito, sendo 425 medidores de velocidade e 250 equipamentos não metrológicos, sendo aplicadas 3.931.141 penalidades aos motoristas transgressores das normas de trânsito. Operação Rodoviária: As atividades da Operação realizadas na Malha Rodoviária Estadual, administradas pelo DER, são desenvolvidas pelas 57 Unidades Básicas de Atendimento (UBAs), que prestam serviços gratuitos aos usuários das rodovias. São serviços de socorro mecânico, remoção de veículos em pane e acidentados ou de obstáculos nas pistas, resgate e atendimento de primeiros socorros às vítimas de acidentes, além do apoio com informações e orientações. As UBAs abrangem 562 municípios paulistas e atende, em média, 21,7 mil usuários por mês, totalizando mais de 217 mil atendimentos entre jan. a out/2020. COI: A Central de Operações e Informações – COI opera o serviço de atendimento telefônico 0800, um canal de comunicação gratuito que visa maior comodidade e agilidade no atendimento dos usuários nas rodovias operadas pelo DER. Operando 24 horas por dia, a COI atende as solicitações de socorro mecânico, presta informações sobre condições de tráfego, localização de pedágios, balanças e pontos de referência, condições climáticas, itinerários, tarifas de pedágio e monitora, em tempo real, as condições de tráfego das principais rodovias estaduais através de câmeras, analisadores de tráfego e medidores de temperatura. Até Outubro de 2020 foram atendidas 579.206 ligações através do telefone 0800 055 5510, com uma média de 1,89 mil ligações por dia. Pátios de Recolhimento: O objetivo do DER com a contratação de empresas para prestação dos serviços de administração e manutenção de pátios de remoção e guarda de veículos, é oferecer a infraestrutura necessária para a fiscalização da regularidade dos veículos, seus condutores e respectiva documentação, em procedimento exercido pelo Policiamento Militar Rodoviário do estado de São Paulo, garantindo assim a função institucional e legal da Autarquia. Atualmente, há 32 pátios e 08 bolsões em operação para a exclusiva guarda de veículos removidos em razão de infrações administrativas esculpidas na Lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), que resultam em remoção. O DER liberou entre os meses de janeiro a outubro de 2020, um total de 655 veículos e leiloou 4.500 veículos. Além disto, para possibilitar o completo atendimento aos objetivos do DER, houve celebração de convênios com 11 municípios, cujo objeto de cada firmamento é a cooperação técnica, material, administrativa e operacional de pátio municipal, bem como a delegação de competências estaduais do DER/SP aos municípios, para execução dos serviços de remoção, guarda e depósito, em pátio municipal, de veículos removidos por infração a legislação de trânsito ou por irregularidade administrativa. Salienta-se que o DER está em vias de firmar convênio com outros 15 municípios. O passivo no ano de 2020 é de aproximadamente 59.827 veículos, estimando-se que 25% deste total apresentam algum tipo de restrição judicial/policial, o que os torna temporariamente inaptos para liberação, e os outros 75% estão sendo preparados para alienação em hasta pública. Campanhas Educativas: Desde 2003, o Departamento de Comunicação e Marketing do DER vem realizando Campanhas Educativas com o objetivo de reduzir o número de vítimas de acidentes nas rodovias do estado de São Paulo. A divulgação é feita por meio de textos informativos (releases) que são distribuídos nos sites do DER, Secretaria de Logística e Transportes do estado de São Paulo. O programa DER na escola ajuda a conscientizar sobre a responsabilidade da educação do trânsito, em especial aos trechos próximos às rodovias, ao qual estão inseridos. Também faz o alerta sobre os cuidados necessários para transitar de maneira segura em rodovias, seja como pedestre, ciclista, passageiro ou futuro motorista. Desempenha, ao educando, um papel de protagonismo e liderança sendo porta-voz das necessidades voltadas para o trânsito em rodovias na escola e comunidade, além de atuar como identificador de problemas locais do cotidiano do trânsito em rodovias, desempenhando a função de agente multiplicador na escola e comunidade. Entre os anos de 2015 a 2019 alcançamos o número de 160 Escolas visitadas, 28.186 Alunos atendidos e 84 Municípios visitados.

Números DER na Escola (2019)

Regional	Total de Escolas Atendidas	Total de Alunos Atendidos	Total de Rodovias Envolvidas
02	7	852	2
03	9	1396	4
06	1	149	1
08	3	--------	2
09	11	165	3
14	8	--------	5

No ano de 2020 as atividades do DER na escola não foram executadas em decorrência da Pandemia da Covid -19, onde todas as escolas tiveram suas aulas presencias suspensas durante o período de quarentena. Fiscalização de Peso: Conforme determina a Lei nº 9.503/97, é de competência dos órgãos e entidades executivos rodoviários, no âmbito de sua circunscrição, fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas à infração por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar (art. 21 do Código de Trânsito brasileiro). O excesso de peso no transporte de cargas é responsável pelo maior desgaste do veículo, dos pneus, maior consumo de combustível, provoca a redução da capacidade de frenagem e danos à sua suspensão, comprometendo a dirigibilidade do veículo, interfere no tráfego da via, podendo provocar graves acidentes, causando grandes prejuízos à conservação, ao pavimento e as obras de arte, conforme atestam estudos e pesquisas sobre o assunto. Segundo estudos: "Um excesso de carga de 20% causa a redução da vida útil do pavimento em 50%, considerando apenas veículos com excesso de peso". Para cumprir esta obrigação legal o DER/SP nas rodovias que administra diretamente possui atualmente 76 pontos, sendo 63 bases para operação de fiscalização diurna (volante), e 13 postos com operação ininterrupta 24 horas (tinha 14 até 04/06/2020, quando o posto de Dracena na SP 294 passou para concessão), ampliando a fiscalização conta com 10 (dez) IPNA (Instrumentos de Pesagem não Automático – tipo curto), realizando pesagem volante que pode operar em qualquer ponto da malha viária¸ bem como para a fiscalização de cargas superdimensionadas, conta com 01 IPNA – tipo longo visando à concessão de Autorização Especial de Trânsito – AET. As rodovias concedidas possuem 147 pontos, sendo 32 postos com operação 24 horas e 115 bases para operar no período diurno, cabendo ao DER disponibilizar o Agente da Autoridade para a competente autuação. OBS.: A Operação volante está sendo licitada através do edital nº 004/2018-CO, não havendo fiscalização nas 63 bases desde 15/01/2019. A 5ª republicação do edital ocorreu no DOE de 16/10/2020, com abertura marcada para 24/11/2020 (lotes de 01 a 07) e 25/11/2020 (lotes de 8 a 13). Em decorrência da pandemia decorrente do COVID 19, a pesagem dos veículos foi suspensa no período de 23/03/2020 a 22/10/2020. Nesse período, na malha viária paulista, foram fiscalizados 1.616.500 veículos e autuados 68.469, por excesso de peso e por outros enquadramentos (evasão, Dimensão, falta de comprimento de medida administrativa, falta AET ou AET em desacordo), assim distribuídos:

	DER	Concessionária	Total Geral
Veículos Fiscalizados	586.836	1.029.664	1.616.500
Autuados	33.598	34.871	68.469

(Data Base: outubro/2020)

Os veículos de carga que excedem os limites de peso e/ou dimensões estabelecidos pelo CONTRAN necessitam de autorização especial para transitar (AET), além do DER estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação dos veículos no transporte de carga indivisível de acordo com a legislação de trânsito. Até outubro de 2020 foram emitidas AETs 96.145, para transporte de carga indivisível aos veículos com Peso Bruto Total Combinado acima de 45 t (guindastes, máquinas agrícolas, etc.) e para carga divisível (CVC e Cegonha).

	AET Presencial	AET Digital	Total Geral
Anual - PBTC 45t.		18.820	18.820
Indivisível PBTC 46 t até 100 t - Com consulta	2.132	-	2.132
Indivisível I – PBTC 46 t até 100 t – Sem consulta	-	19.082	19.082
PBTC acima de 100 t.	306	-	306
CVC	-	47.969	47.969
Outros	-	7.836	7.836
Total	2.438	93.707	96.145

(Data Base: outubro/2020)

OBS.: Anual = PBTC até 45 t, largura até 3,20 m, altura até 5,00 m e comp. até 25 m. Dimensões acima desses limites necessita de consulta para viabilizar a concessão da AET, sendo válida para uma única viagem.

Monitoramento Rodoviário: Através da instalação de novos contadores, radares e câmeras em pontos de maior demanda de tráfego, o DER tem viabilizado melhores condições de tráfego aos usuários das rodovias. Além disso, são disponibilizados ao público em geral, por meio do acesso ao site www.der.sp.gov.br, recursos para que os usuários recebam informações atualizadas sobre as condições das rodovias e possam programar e planejar melhor a viagem. Dentre estes recursos, estão Câmeras *on line*, *Webrotas*, (sistema que determina qual a melhor alternativa de rota para um parâmetro informado), Condições das Rodovias (que informa condições de tráfego, restrições e interdições) e Localização de Radares.De acordo com dados de acesso do site houve, até outubro de 2020, mais de 1,454 milhões de visualizações aos itens relacionados, sendo que só o sistema de Câmeras on-line teve mais de 1 milhão de visualizações. Ações de Fortalecimento Institucional: Em 2020, objetivando melhor atendimento ao cidadão, usuários e colaboradores, otimização de tempo e tarefas, foram executadas metas, projetos, programas e ações, dentre elas: D.E.R e a Pandemia COVID-19 Foi estabelecido o Protocolo de enfrentamento à COVID-19, DER Seguro, em observância ao Decreto do Governador, permitindo a continuidade do pleno atendimento ao cidadão paulista; D.E.R. e o futuro - Reestruturação**:** Contratação da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP para desenvolver estudo de viabilidade técnica visando à Transformação do D.E.R. em Autarquia Especial, com objetivo ao aperfeiçoamento, fortalecimento institucional, gerencial, operacional, revisão da estrutura organizacional, do plano de cargos, carreiras, salários e funções de confiança; São Paulo Sem Papel**:** Implantação do programa São Paulo Sem Papel que visa a reduzir a utilização de papel na tramitação de processos em todo o D.E.R.; Estratégia de Inovação Digital: Retomada do APC - Atendimento ao Público Centralizado**:** Realizada a retomada do atendimento agendado e com confirmação prévia por mensagem eletrônica no celular do cidadão, observando as medidas de segurança compreendidas no Protocolo DER Seguro de enfrentamento à COVID-19; LGPD – Lei de Proteção de Dados: Iniciativa para lidar com a nova Lei de Dados Elogiada pelos parceiros PRODESP como o primeiro ente do Estado a tratar do assunto e estabelecimento de GT para ajustar as adequações necessárias; Talonário Eletrônico: Implantação realizada com excelente resposta dos agentes fiscalizadores tanto no preenchimento quanto na baixa taxa de erros verificados, bem como no tempo de preenchimento do documento; Cadastro do Cidadão: Desenvolvido com objetivo de prestar melhor atendimento ao usuário das rodovias paulistas e criar novos serviços; RPAs: Estudos para implantação de soluções com a utilização de IA – Inteligência Artificial para automação de processos rotineiros e repetitivos;BI ORACLE – Relatórios Objetivos: Estudo para normatização de base de dados única baseado em BI ORACLE visando ao ordenamento de relatórios gerenciais tendo em vista as várias ferramentas de produção de dados; Sistemas Financeiros : Estudos em andamento na área financeira sobre sistemas legados de difícil atualização, quer seja sistêmica ou de processos, visando à implantação de ERP que possa suprir em uma única plataforma todas as necessidades e workflow da área. Tal atualização dará nova dinâmica ao departamento financeiro e relatórios executivos inteligentes, possibilitando tomadas de decisões mais rápidas e acertadas das várias diretorias; Efetivada a implantação do Sistema SAM Estoque CPRV, controle de almoxarifado; Aderência no SIAFEM ao Sistema da CAUÇÃO; SEFAZ/CAU; Parcelamento INSS; conferência mensal de Almoxarifado e Patrimônio para correção de divergências; Reestruturação e otimização do arquivo financeiro e atendimento aos demais entes públicos, tais como Prefeituras Municipais, demais empresas públicas, secretarias e instâncias do Judiciário para interações documentais; CADIN Regularização: Gestão em parceria com a Fazenda do Estado e PRODESP para regularização do elevado passivo relativo ao envio represado de inadimplentes ao CADIN devido a erros sistemáticos e sem solução aparente; JARI - Módulo Recursos: Automação de todo o processo que envolve o julgamento de recursos de autuações em primeira e segunda instâncias, bem como a tramitação entre autarquias envolvidas e conselhos deliberativos de trânsito; VOIP (Voice Over Internet Protocol): Implantação escalonada do Sistema VOIP em substituição ao sistema convencional de telefonia por toda as unidades do D.E.R.; Repasse de Multas: Implantação da automação e gestão interna de repasse de multas autuadas e arrecadadas em outros Estados da Federação sobre veículos registrados em São Paulo, ação antes realizada de forma manual; Novo Ecossistema Digital: Estudo em finalização para trazer novo ARP que visa ao aumento de performance e resultados mais precisos em substituição ao EPORTAL baseado em UNISYS e que, mesmo passando por dezenas de reformulações e repaginações, apresenta inúmeras limitações e constitui uma solução extremamente desatualizada e precária; Novo Site D.E.R.:Estudo para atualização do SITE DER visando a transformar e facilitar a experiência e o acesso do cidadão às informações, com uma nova arquitetura e conteúdo, de acordo com a Lei 13.146/15 de inclusão e integrado a um aplicativo considerado o melhor na categoria "SOCIAL", vencedor de treze premiações, dentre elas, nove internacionais; Nova Intranet:Estudo para atualização da INTRANET visando a dotar de melhores usabilidade e arquitetura de conteúdo; visando a facilitar o acesso às informações, à navegação, fluidez, além de atender aos parâmetros de acessibilidade; Energias Renováveis: Estudo para implantação de Energia Fotovoltaica nas aproximadamente 200 unidades consumidoras do D.E.R. que possibilitará a redução dos custos de consumo de energia elétrica, redução do impacto ambiental e adequação ao compromisso do Governador ante o "Acordo de Paris"; Gestão de Patrimônio e Frotas: Melhorias na gestão patrimonial de bens móveis e imóveis incluindo o processo de convênio com o Conselho do Patrimônio Imobiliário – CPI; Atualização de Termos de Permissão de Uso com prefeituras e demais entes; Desocupação do Imóvel situado na Moóca; Melhorias na gestão de contrato de combustíveis e frota; Sede DER X SABESP: Formalização do Acordo de Permuta celebrado entre a SABESP e o D.E.R. para transferência da propriedade do Edifício Sede-SP, gerando ganhos institucionais e financeiros dada a condição de isenção de impostos da autarquia; AVCB - Encontra-se em andamento o processo de regularização de AVCB da Sede-SP; Bombeiro Civil - Finalizado o processo de Contratação de Bombeiro Civil para o edifício Sede do D.E.R.; Formação de Brigadistas - Efetivada a contratação de empresa para promover o Curso de formação de Brigadistas de Incêndio; Elevadores – Contratada empresa para executar a renovação dos elevadores da Sede do D.E.R. *Site* DER (www.der.sp.gov.br) Visa disponibilizar informações institucionais e de utilidade pública bem como serviços à população em geral. Entre as informações disponíveis existem desde o histórico do Departamento até Programas de obras em andamento, bem como informações de pedágio, restrições de tráfego, disponibilização de manuais técnicos e normas. Os serviços abrangem desde o atendimento ao público por meio dos canais da Ouvidoria e do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) até a retenção e repasse do ISSQN, faixa de domínio, leilões de veículos apreendidos, multas, pagamentos a fornecedores, solicitação de Autorização Especial de Trânsito, mapas rodoviários e a roteirização (WebRotas). Até outubro de 2020 foram contabilizados mais de 10,12 milhões de acessos ao site.

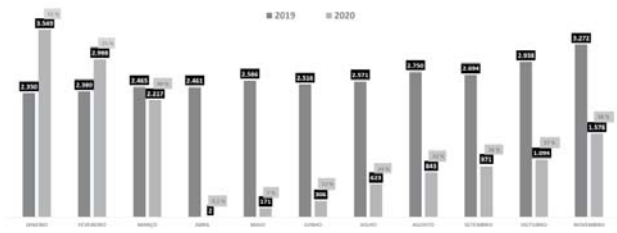
Transporte Aeroviário – DAESP-Departamento Aeroviário do Estado De São Paulo: O exercício de 2020 começou bem em relação ao exercício anterior, com os índices de passageiros e voos comerciais bem acima daqueles observados em 2019. As expectativas eram de que os resultados positivos obtidos no ano anterior a partir das medidas de gestão tomadas pela nova gestão continuariam e inclusive se intensificariam em 2020, apesar do constante desafio que é atingir o cumprimento da missão do DAESP na operação, segurança, modernização da infraestrutura e na melhoria da prestação de serviços nos aeroportos regionais que compõem a sua rede. Contudo, com os surpreendentes, repentinos e drásticos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de meados do mês de março, os segmentos de aviação e aeroportuário foram dos mais atingidos, e o DAESP viu seu movimento operacional ir a zero em abril. Embora o cenário de retomada da economia ainda seja de muita incerteza, as iniciativas da União, do Governo do Estado de São Paulo e das empresas e associações envolvidas naqueles segmentos econômicos, incluindo este DAESP, vêm fazendo com que se observe leve retomada do movimento nos aeroportos da rede estadual. Contudo, ainda se percebe o movimento de passageiros e o número de voos comerciais a cerca de 45 % a 50 % daquele observado em mesmos períodos do ano anterior, ou seja, no pré-pandemia (quando comparado mês contra mês). As medidas de gestão firmes em prol da eficiência implementadas pela nova gestão do DAESP continuaram e ajudaram o Departamento a passar por este momento tão delicado, porém foi inevitável que se vivenciasse déficit financeiro a partir do mês de junho, com insuficiência de caixa operacional próprio para honrar seus compromissos mensais. Relatórios Semanais são gerados desde o início da pandemia, e a comunicação com as esferas governamentais de São Paulo foi constante e transparente. Dessa forma, com um trabalho forte e de equipe, já foram creditados ao DAESP cerca de R$ 4,6 milhões em recursos do Tesouro do Estado até o mês de novembro, e outro e definitivo montante de recursos está sob análise da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão e da Secretaria da Fazenda, para que o Departamento consiga, então, honrar 100 % de seus compromissos até os pagamentos referentes à competência de dezembro deste ano de 2020. O DAESP continua com o projeto para a desestatização de sua rede de 22 aeroportos, em fase avançada de execução, seguindo as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo. A consultoria internacional IOS *Partners* entregou modelo, já com revisão feita em relação aos impactos da pandemia, no final do mês de novembro. O projeto foi aprovado na 18ª Reunião do Conselho

Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED), ocorrida em 10/12/2020. Com o Edital tendo publicação autorizada pelo Governo, aguarda-se agora anuência formal da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC). O projeto prevê a concessão da rede do DAESP em dois blocos, como abaixo, por um período de 30 anos. Além disso, há previsão de desoneração do Tesouro do Estado de São Paulo em mais de R$ 700 milhões (entre investimentos e custeio da operação do DAESP), bem como encaixe tributário para União e Município de cerca de R$ 600 milhões. Bloco Noroeste (11 aeroportos): Aeroporto de São José do Rio Preto – Aeroporto Professor Eriberto Manoel Reino (SBSR), Aeroporto de Presidente Prudente – Aeroporto de Presidente Prudente (SBDN), Aeroporto de Araçatuba – Aeroporto Dario Guarita (SBAU), Aeroporto de Votuporanga – Aeroporto Domingos Pignatari (SDVG), Aeroporto de Barretos – Aeroporto Chafei Amsei (SNBA), Aeroporto de Dracena – Aeroporto Moliterno de Dracena (SDDR), Aeroporto de Tupã – Aeroporto José Vicente Faria Lima (SDTP), Aeroporto de Presidente Epitácio – Aeroporto Geraldo Moacir Bordon (SDEP), Aeroporto de Andradina – Aeroporto Paulino Ribeiro de Andrade (SDDN), Aeroporto de Assis – Aeroporto Marcelo Pires Halzhausen (SNAX), Aeroporto de Penápolis – Aeroporto Doutor Ramalho Franco – (SDPN). Bloco Sudeste (11 aeroportos): Aeroporto de Ribeirão Preto – Aeroporto Leite Lopes (SBRP), Aeroporto de Bauru-Arealva – Aeroporto Moussa Nakhl Tobias (SBAE), Aeroporto de Marília – Aeroporto Frank Miloye Milenkovich (SBML), Aeroporto de Sorocaba – Aeroporto de Sorocaba (SDCO), Aeroporto de Araraquara – Aeroporto Bartolomeu Gusmão (SBAQ), Aeroporto de São Carlos – Aeroporto Mário Pereira Lopes (SDSC), Aeroporto de Franca – Aeroporto Tenente Lund Pressoto (SIMK), Aeroporto de Guaratinguetá – Aeroporto Edu Chaves (EEAR), Aeroporto de Registro – Aeroporto de Registro (SSRG), Aeroporto de Avaré-Arandu – Aeroporto Luiz Gonzaga Lutti (SDRR), Aeroporto de São Manuel – Aeroporto Nelson Garófalo (SDNO). Com a publicação da Lei 17.203, de 15 de outubro de 2020, ficou determinada a extinção do DAESP. Acredita-se que tal diretriz foi exarada justamente em função do próprio projeto de desestatização e, pois, concessão da rede de aeroportos estaduais para a iniciativa privada. Com isso, em paralelo com o projeto de desestatização, já se iniciaram conversas entre o DAESP e as partes interessadas dentro do Governo do Estado de São Paulo para que haja um plano de descontinuidade e, portanto, de transferência das atividades e do conhecimento do DAESP para instituição governamental a ser definida, ou mesmo apenas para transferência de conhecimento e expertise para a ARTESP, de forma que aquela Agência possa cumprir com a fiscalização dos contratos advindos do projeto de concessão, como preconiza a própria Lei 17.293. Com relação a prazos, a referida Lei dá 180 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período por duas vezes, para que se dê a extinção do Departamento. Movimento de Passageiros e Aeronaves: Em comparação com o ano de 2019, o número consolidado de janeiro a novembro de 2020 para a rede de aeroportos do DAESP apresenta patamar de cerca de 38 % do movimento de passageiros. Chega-se ao final de novembro de 2020 com mais de 789 mil de passageiros em voos comerciais realizados nos aeroportos da rede estadual de São Paulo. No primeiro bimestre de 2020, observava-se um aumento contínuo no número de passageiros, porém a pandemia do novo coronavírus arrebatou tal fato, e a partir de meados de março, os aeroportos da rede do DAESP, principalmente aqueles com voos regulares de passageiros, contaram com movimento drasticamente reduzido, chegando a zero no mês de abril. As companhias aéreas não operavam mais como antes, restringindo de forma relevante suas malhas, tanto mais em aeroportos regionais que não participavam da "malha essencial" definida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) junto da União, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e das próprias companhias aéreas. O movimento vem retomando gradativamente desde o mês de maio, porém ainda de forma tímida. Com relação ao número de voos, o período de janeiro a novembro de 2020 mostra que o número é cerca de 49 % daquele realizado no mesmo período de 2019.

A tabela a seguir mostra o movimento de passageiros em aeroportos com voos regulares/comerciais, comparando o realizado de janeiro a novembro de 2020 contra o mesmo período realizado em 2019. A redução drástica de passageiros vivenciada em razão dos efeitos da pandemia do novo coronavírus pode ser notada claramente:

PAX DE VOOS REGULARES			
MÊS	2019	2020	2020 X 2019
JANEIRO	175.181	211.648	120,8%
FEVEREIRO	168.590	181.168	107,5%
MARÇO	182.109	125.539	68,9%
ABRIL	175.004	-	0,0%
MAIO	182.617	1.804	1,0%
JUNHO	177.334	6.935	3,9%
JULHO	192.082	21.628	11,3%
AGOSTO	195.807	34.666	17,7%
SETEMBRO	192.965	48.866	25,3%
OUTUBRO	214.741	67.775	31,6%
NOVEMBRO	210.079	89.088	42,4%
TOTAL DO ANO	**2.066.509**	**789.117**	38,2%

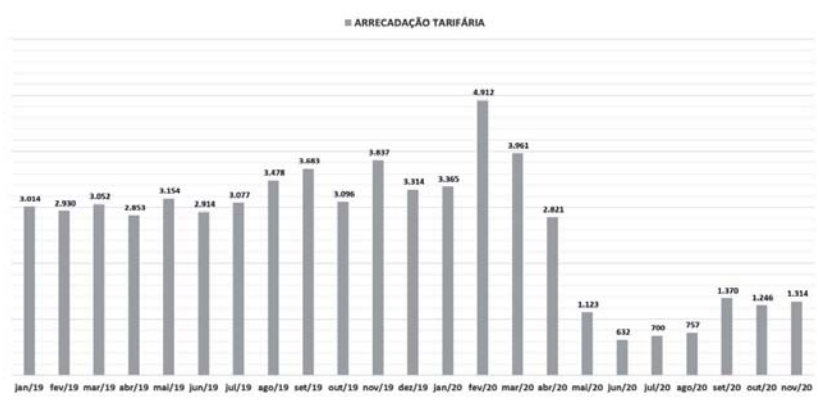
Alguns aeroportos que tiveram início de voos comerciais no final de 2019 e que persistiram com esses voos até março de 2020, já não contam mais com essas operações comerciais: são os aeroportos de Araraquara, Barretos e Franca. Os demais 6 aeroportos que possuem aviação regular retomaram a operação de voos comerciais no mês de maio, e desde então vêm retomando gradativamente e lentamente o movimento. Abaixo pode-se ver gráfico com comparativos mensais entre 2020 e 2019 com relação ao número de voos comerciais. Em novembro, eles atingiram 48 % do número para o mesmo mês do ano anterior:



Com relação à aviação geral/executiva, os efeitos da pandemia foram menos invasivos, e a redução de movimento foi menor, como pode ser visto na tabela abaixo, que traz o movimento de aeronaves nos aeroportos somente com aquele tipo de aviação. A redução estimada para 2020, em relação a 2019, é de 15 %:

AERONAVES						
Aeroporto	Jan a Out 2020	Jan a Out 2019	Δ	Tendência 2020	Realizado 2019	Δ
Sorocaba	26.418	32.270	-18%	31.702	38.152	-17%
Votuporanga	4.059	4.506	-10%	4.871	5.237	-7%
Penápolis	2.075	1.715	**21%**	2.490	2.076	**20%**
São Carlos	1.512	1.590	-5%	1.814	1.887	-4%
Assis	1.215	1.411	-14%	1.458	1.702	-14%
Dracena	973	1.004	-3%	1.168	1.236	-6%
Avaré	894	1.213	-26%	1.073	1.361	-21%
Andradina	431	519	-17%	517	617	-16%
Tupã	228	378	-40%	274	498	-45%
Presidente Epitácio	168	195	-14%	202	283	-29%
Registro	131	193	-32%	157	237	-34%
São Manuel	118	570	-79%	142	635	-78%
TOTAL REDE DAESP	**38.222**	**45.564**	-16%	**45.866**	**53.921**	-15%

Investimentos Na Operação Aeroportuária: O DAESP tem focado seus projetos de investimento para manter a operacionalidade dos aeroportos, com segurança e qualidade de serviço, em cumprimento à legislação vigente, e não tem medido esforços para conseguir atender as necessidades dos aeroportos da rede. Para 2020, o orçamento para investimentos na rede do DAESP foi bem mais restrito. Além dos projetos em execução (parte do orçamento do exercício anterior, portanto inscritos em Restos a Pagar), o DAESP teve R$ 4,725 milhões da LOA e mais R$ 1,075 milhão de superávit advindo dos recursos da concessão aeroportuária realizada em 2017, quando a VOA-SP se sagrou vencedora do leilão. Com isso, iniciou-se 2020 visando à execução de 60 projetos. Muitos deles, com início marcado em 2019, apenas estavam em sua fase de conclusão, como o recape das pistas dos aeroportos de Araçatuba, Votuporanga e Barretos, reforma do terminal de passageiros de Barretos, instalação do APAPI em São José do Rio Preto, entre outros. Novos projetos, como o recape da pista de Andradina, revitalização do balizamento noturno de Sorocaba e ações corretivas na pista de Ribeirão Preto, foram modelos de projetos que, infelizmente, devido aos efeitos da pandemia, contaram com atraso em seu início originalmente previsto. A partir do Decreto Estadual que tratou das ações para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, muitos projetos precisaram passar pelo Comitê Gestor de Gastos Públicos (CGGP), para que sua execução fosse formalmente deliberada, projeto a projeto. Mesmo assim, com enorme proatividade, a equipe da nova gestão do DAESP adiantou etapas de processo onde foi possível, de forma que 24 projetos já foram finalizados, e os demais já estão em fase de liberação para serem iniciados, com isso atingindo ainda bom nível de empenho dos recursos disponíveis. Um importante projeto em destaque é o de internacionalização do aeroporto de Sorocaba, e o DAESP avança com todas as ações necessárias para a adequação da operação daquele aeroporto em consonância com o que emanam os requisitos dos 4 órgãos brasileiros de fronteira (Receita Federal, Polícia Federal, ANVISA e VIGIAGRO), além do cumprimento de exigências advindas do controle do espaço aéreo por meio do SRPV-SP (Serviço Regional de Proteção ao Voo). Há outras obras também de extrema importância em andamento, como remoção de borracha nas pistas de pouso e decolagem dos aeroportos exclusivos para aviação geral, ações estruturais e corretivas em alguns aeroportos, revitalizações gerais da infraestrutura, além de avanço muito significativo em investimentos da área de Meio Ambiente. Receitas Comerciais e Tarifas Aeroportuárias: A arrecadação obtida com as tarifas aeroportuárias, resultante da movimentação de aeronaves e passageiros, adicionada às receitas decorrentes dos contratos de exploração comercial nos aeroportos, desempenha sempre papel fundamental como recursos financeiros para fazer frente às necessidades orçamentárias do DAESP. Para 2020, a prospecção era avançar ainda mais diante do belo resultado obtido em 2019, porém o efeito da pandemia do novo coronavírus foi uma drástica redução observada na arrecadação de tarifas, advinda da redução do movimento, e também na arrecadação comercial, haja vista que, além da redução de movimento, o passageiro agora permanece no aeroporto o menor tempo possível. Contudo, apesar de alguns contratos comerciais terem sido rescindidos, a partir de outubro se observa retomada dessa arrecadação, muito em função das negociações feitas com os clientes e dos acordos firmados para seus débitos. Além disso, no começo do ano, algumas licitações foram feitas e contratos foram atualizados, de forma que isso ajudou na menor queda observada da arrecadação comercial em relação à tarifária. A arrecadação de tarifas iniciava o ano de forma alavancada em relação aos últimos meses de 2019, porém, com a paralisação completa das companhias aéreas no final de março e, após isso, com a retomada muito leve e gradual, chegou-se a uma queda de 80% na arrecadação de tarifas aeroportuárias para a rede do DAESP em junho. A média de maio a novembro de 2020 é apenas 30 % daquela do mesmo período do ano anterior. Contudo, observa-se leve aumento nos últimos 3 meses, como pode ser observado pelo gráfico abaixo, que mostra a evolução histórica mensal desde janeiro de 2019:



Destaques - Gestão diária e efetiva do Caixa do DAESP: projeções, possibilidades de otimização, transparência e frequência na comunicação com o Governo do Estado de São Paulo e demais *stakeholders*; Discussões e negociações constantes com a cadeia de clientes e fornecedores, no intuito de garantir o melhor resultado e a continuidade da operação dos aeroportos; Formalização de acordos para débitos comerciais de clientes; Negociação de dívidas relacionadas a processos de autuação da ANAC; Proatividade para concluir etapas de processo que eram possíveis enquanto se aguardava liberação dos projetos de investimento pelo CGGP, de forma que as licitações pudessem ocorrer mais rapidamente; Trabalhos desenvolvidos pela Procuradoria do DAESP e pela Procuradoria Geral do Estado revelaram que o Aeroporto de Viracopos e o Aeroporto de Congonhas pertencem ao patrimônio do Governo do Estado de São Paulo. É o que se lê no Relatório PJ DAESP nº 06, de 19 de dezembro de 2019, e nos Pareceres nº 34/2017, 90/2019 e 5/2020, emitidos pela Assistência de Gestão de Imóveis da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; Avanço relevante no projeto de desestatização, já com publicação de Edital autorizada pelo CDPED. Abaixo o macro cronograma a partir daquela aprovação: - Aprovação para publicação do Edital: 10/12/2020; - Anuência da SAC: entre dez/2020 e jan/2021; Publicação do Edital: entre jan

e fev/2021; - Leilão: entre abr e mai/2021; - Assinatura do Contrato: entre jul e ago/2021; - Assunção pelo privado após período de transferência: nov/2021.

Transporte Hidroviário **-** CDSS Companhia Docas de São Sebastião: Gestão Administrativa. A desestatização do Porto Organizado de São Sebastião foi incluída no PPI - Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal, a partir da publicação do Decreto Presidencial nº 9.972 em 14/08/2019, que ratificou a qualificação do Porto de São Sebastião no âmbito do PPI, possibilitando, assim, a realização de estudos e a avaliação de alternativas de parceria com a iniciativa privada. Em 28/04/2020, foi celebrado entre o BNDES e o Ministério da Infraestrutura contrato cujo objeto consiste na "prestação de serviços técnicos de apoio, avaliação, estruturação e implementação de projeto de participação da iniciativa privada no provimento, gestão e exploração dos Portos de Santos e São Sebastião e seus serviços relacionados, considerando em seu escopo as possibilidades tanto de desinvestimento como de desestatização da autoridade portuária e suas variações, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI da Presidência da República". O BNDES realizou um processo seletivo, para a contratação de consórcio de empresas para efetuar os referidos estudos, cujo vencedor foi o Consórcio DAGNL, formado por DTA Engenharia Ltda. (líder), Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda., Alvarez & Marsal Consultoria em Engenharia Ltda., Lobo & De Rizzo Sociedade de Advogados e Navarro Prado Advogados. A Companhia vem desde junho deste ano fornecendo ao BNDES e a partir de novembro ao Consórcio contratado, as informações e dados para subsidiar os estudos para a desestatização. A privatização ou eventual liquidação da Companhia Docas de São Sebastião, por ser uma empresa do Estado de São Paulo, não está contemplada nesses estudos. A Companhia está revisando o PDZ – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, tendo como parâmetro o Plano Mestre do Complexo Portuário de São Sebastião publicado em 2018 e considerando a sua futura desestatização, com prazo até março/2021 para entrega à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, em atendimento à Portaria nº61/2020 do Ministério da Infraestrutura. Foi dada continuidade, em conjunto com a SPU - Secretaria do Patrimônio da União, às medidas necessárias para regularização fundiária das áreas do Porto, que servirá também ao processo de desestatização. Ainda estão em andamento as obras e a elaboração dos estudos "avaliação de risco" e "Plano de Segurança Pública Portuária" para então solicitar nova inspeção da CESPORTOS/SP, visando a obtenção da certificação relativa ao *ISPS Code*. Desde 2019 o calado máximo operacional para o berço 101 foi reduzido em função de assoreamento no local. A Companhia, após longo processo para obter autorizações ambientais e administrativas, realizou procedimento licitatório e contratou empresa para realizar a dragagem, com intuito de restabelecer a profundidade original de 10 metros, que será concluída até abril/2021. A Resolução Normativa nº 32 - ANTAQ estabeleceu uma estrutura tarifária padronizada que deve ser seguida por todas as Administrações Portuárias. Resoluções posteriores adiaram, em função da pandemia, para 04/01/2021 o prazo máximo para que todas Autoridades Portuárias enviassem suas propostas para migração para o novo modelo. A Companhia entregou a sua proposta e os seus estudos em novembro/2020, que se encontram em análise na ANTAQ. A Companhia seguiu todas as determinações do Governo do Estado para enfrentar a pandemia do Covid-19, fazendo ampla divulgação das medidas preventivas a serem adotadas entre os empregados e demais usuários do Porto. Realizou testes, distribuiu máscaras e implantou medidas operacionais para reduzir a possibilidade de transmissão do vírus. Estas medidas continuam em vigor. Ainda em relação à pandemia, a Companhia por determinação da Lei nº 14.047 (MP-945/2020) ressarciu os Operadores Portuários dos pagamentos por eles efetuados aos Trabalhadores Portuários Avulsos - TPA que ficaram afastados por idade ou morbidades, bem como para tratamento e recuperação. Foram descontados aproximadamente R$ 430 mil do faturamento bruto da cobrança da tarifa portuária, reduzindo assim a nossa receita total. Foi assinado Contrato de Passagem (com base no art. 1285 do Código Civil e Resolução Normativa nº 07/2016-ANTAQ) com a empresa Olfar S/A Alimento e Energia, de modo a permitir a ocupação subterrânea de área do Porto para instalação de dutos e equipamentos interligando o Terminal da Olfar, situado fora da Área do Porto Organizado, e as instalações públicas de atracação, visando a movimentação de granéis líquidos vegetais. O prazo de duração do contrato é de 25 (vinte e cinco) anos e a área total ocupada será de aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) m², estando estabelecida a movimentação mínima contratual de 120.000 (cento e vinte mil) toneladas ao ano. O prazo máximo para início da operação é de 24 (vinte e quatro) meses, com receita mensal a partir de abril/2021 de R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) e, a partir da operação, no mínimo R$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais). O Programa SP Sem Papel está em implementação, seguindo o cronograma nele estabelecido pela Secretaria de Governo do Estado. A Companhia desenvolveu e implantou novo sistema de controle de acesso de pessoas e veículos na área primária do Porto de São Sebastião para atendimento ao Ato Declaratório Executivo COANA/COTEC nº 2 de 26 de setembro de 2003, que especifica os requisitos técnicos, formais e prazo *para* 'implantação de sistema informatizado de controle aduaneiro domiciliar e de recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro'. O sistema possibilitou agilizar o processo de identificação e acesso de pessoas e veículos com o apoio tecnológico, aproveitando de melhor forma a infraestrutura do Porto, melhorando a gestão da logística e controle das áreas primárias, no que se refere às operações de carga e descarga, armazenamento e retirada de mercadorias, e movimentação de carga em geral, trazendo confiabilidade e segurança. Desempenho Operacional (projetado) Em 2020 atracaram 61navios no berço 101 e 960 embarcações de menor porte nos berços internos que geraram uma movimentação anual de 800 mil toneladas de mercadorias, acréscimo de 7,8% em relação a 2019. A taxa de ocupação do berço principal foi de 58 % (ou 214 dias), superior em 6,5 % à do ano anterior. As principais cargas movimentadas foram os granéis sólidos: barrilha, açúcar, malte, cevada e ulexita, bem como os animais vivos cuja movimentação teve incremento de 5,5% em relação a 2019. Em 2020 iniciamos a movimentação de dois novos granéis sólidos, açúcar e milho, com destaque para o açúcar que foi a segunda carga mais movimentada com 140 mil t. Em atendimento ao art. 7º da Instrução Normativa nº 39 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Porto de São Sebastião requereu sua habilitação para garantir que a realização das atividades relacionadas ao comércio e ao trânsito internacional de produtos de interesse agropecuário sejam conduzidas em espaços físicos que disponham de condições adequadas para as referidas atividades. Entende-se por habilitação a autorização concedida pelo MAPA e, para tanto, houve a necessidade de adequação da estrutura operacional do Porto. Cenário Econômico e Financeiro: O ano de 2020, apesar da pandemia, apresentou um desempenho semelhante ao do ano anterior, deixando, entretanto, boas perspectivas para 2021, no qual é esperado aumento da movimentação de granéis sólidos e retorno do setor de Óleo & Gás, principalmente em função da Lei nº14.047/2020 haver aprovado a realização de contratos para a cessão de uso temporário de áreas portuárias, aguardando apenas o Decreto que regulará a atividade. Em 2020 obtivemos uma receita bruta de R$ 23,13 milhões (reduzida para R$ 22,7 milhões devido ao desconto para compensação aos operadores portuários para custeio dos Trabalhadores Portuários Avulsos afastados pela pandemia), acréscimo de 7% em relação a 2019 (R$ 21,1milhões), superando a receita de 2015 (R$ 22,97 milhões), que era até então a maior da década. A decretação da falência da Schahin Engenharia S.A., que mantinha contrato de uso temporário, deixou dívidas ainda pendentes de solução, mesmo com a Companhia adotando as medidas cabíveis para preservar seus interesses, conforme consta no Processo nº 1037133-31.2015.8.26.0100, em trâmite perante a 2ª Vara de Falência e Recuperação Judicial. A Companhia obteve em dezembro junto ao novo administrador da massa falida a devolução da área e está adotando as medidas administrativas e judiciais para ser ressarcida pela ocupação da área no período entre o fim do contrato e a devolução para Companhia, bem como dos danos causados nas instalações ali existentes. Investimentos**:** Não houve liberação de recursos para investimentos no ano corrente. Gestão Ambiental**:** A Companhia Docas São Sebastião vem mantendo seu compromisso de priorizar a gestão ambiental, tanto que se encontra entre os melhores portos conforme o Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados (IQGAPO), da ANTAQ em 2020. A Licença de Operação foi renovada em 16/07/2020sendo expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ade nº1580/2020, com prazo de validade de 8 (oito) anos. Obtivemos também a licença para realização da dragagem, cuja contratação foi concluída no final de 2020 para execução ocorrer no primeiro trimestre de 2021. As ações de capacitação dos recursos humanos da Companhia, bem como as simulações de atuação em situações de emergências na área portuária, foram executadas parcialmente em decorrência da pandemia. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual – PEI e do Plano de Ação de Emergências – PAE foram mantidas pelo CEATE - Centro de Atendimento a Emergências Ambientais na área do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. Sistema de Gestão Ambiental – NBR/ISO 14.001/2015: O Porto de São Sebastião está certificado com a norma NBR ISO 14.001/2015, desde 2018, com validade até março de 2021. A adesão à certificação ISO 14.001 é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas. O Porto de São Sebastião conta com o Plano de Área, o primeiro aprovado pelo IBAMA e pela CETESB para um Porto Organizado do País. Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião) e em janeiro deste ano foi realizada oficina com participação da comunidade. A Auditoria Ambiental externa é bienal tendo em vista que é determinada pela Resolução CONAMA nº 306/2002, tendo sido realizada em setembro do corrente ano, com intuito de atender a condicionante da Licença de Operação. A Companhia com o compromisso de ser transparente em relação à gestão ambiental desenvolveu um sistema de web mapas, ferramenta georreferenciada interativa para acessar as informações, dados, resultados e imagens do monitoramento ambiental realizado pelo Porto de São Sebastião (*link* http://portoss.sp.gov.br/home/meio-ambiente/web-mapas/). Viabilidade Econômica do Porto: O desenvolvimento e a consequente viabilidade econômica do Porto de São Sebastião, mesmo considerando o processo de desestatização, depende de duas frentes: a) melhoria do acesso terrestre, com a conclusão do Contorno de São Sebastião e da duplicação do trecho de serra da Rodovia dos Tamoios; e b) na requalificação e ampliação da infraestrutura do Porto. A duplicação do trecho da serra da Rodovia dos Tamoios está com as obras em andamento, com previsão de conclusão para o início de 2022. O Contorno Viário de São Sebastião teve suas obras paralisadas e a retomada ainda depende de negociações com as construtoras. Ambas são executadas com recursos do Governo do Estado e são vitais para proporcionar a confiabilidade de acesso terrestre ao Porto para seus usuários. O projeto de expansão do Porto se encontra paralisado, pois a Licença Prévia nº 474/2013 emitida pelo IBAMA em 17 de dezembro de 2013, para suas fases 1 e 2 e que possibilitaria o incremento da área portuária para 800 mil m² e a construção de até 1.500 m de berços com 40 m de largura e profundidade mínima de 16 m, foi suspensa por ação impetrada pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, permanecendo ainda *sub judice*. Suspensão da Licença Prévia**:** Em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.403.6135) pelo Ministério Público Federal e pelo Estadual em face da Companhia e do IBAMA, com trâmite perante a 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11 de julho de 2014. Em 28 de julho de 2017, foi proferida decisão suspendendo o processo pelo prazo de 30 dias para que as partes levassem a Juízo eventual Acordo. Em 07 de março de 2018 foi protocolada manifestação da Companhia Docas requerendo o prosseguimento do feito, tendo em vista que as tratativas de acordo não seguiram adiante. Os autos conclusos para despacho/ decisão foram remetidos ao juiz em 21 de junho de 2018. Na data de 05 de novembro de 2018, os autos foram remetidos para vista ao Ministério Público. Em 07 de março de 2019 foi juntado o recurso de apelação do Ministério Público Estadual e Federal, razão pela qual a Companhia Docas de São Sebastião protocolou no dia 05 de abril de 2019 as contrarrazões do recurso de apelação. O Tribunal Regional Federal ainda não julgou os recursos das partes, pois o processo ainda permanece na Primeira Instância - Vara de Caraguatatuba. Atendimento ao Cidadão e Transparência**:** Para atender as normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, a Companhia disponibiliza canais de comunicação "Fale Conosco", "Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)" e "Ouvidoria", acessíveis pelo sítio eletrônico do Porto de São Sebastião www.portodesaosebastiao.com.br, sem pendências para serem atendidas. Departamento Hidroviário - Hidrovia Tietê-Paraná: Mesmo considerando o severo contingenciamento do orçamento inicial de 2020 e a consequente revisão no cronograma de obras e serviços do Departamento Hidroviário, com o intuito de apropriar, de forma mais adequada, os recursos disponibilizados, podemos imputar 0,45% de avanço físico, em relação à meta estabelecida ao final do PPA 2020-2023, para as obras e projetos de melhoria e ampliação da Hidrovia Tietê-Paraná. Em 2020, a única obra que teve andamento foi a implantação do Canal de Montante da Eclusa de Ibitinga. Registramos como avanços a contratação da revisão dos projetos do Canal a Jusante da Eclusa de Nova Avanhandava e do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. Estas duas obras contratadas pelo Departamento Hidroviário foram paralisadas e tiveram seus contratos rescindidos. O projeto do Canal a Jusante da Eclusa de Nova Avanhandava foi concluído e encaminhado à aprovação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. O projeto do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri se encontra em andamento. O índice de disponibilidade das eclusas do trecho do rio Tietê da Hidrovia Tietê-Paraná, em 2020, atingiu 99,72% até o mês de setembro, acima da meta estabelecida de 95% ao final do PPA 2020-2023. O índice de sinais náuticos operacionais no trecho do rio Tietê da Hidrovia Tietê-Paraná, em 2020, atingiu 90,16% até o mês de setembro, acima da meta estabelecida de 85% ao final do PPA 2020-2023. O total de carga movimentada na Hidrovia Tiete-Paraná em 2020, até o mês de novembro, foi 812 milhões TKU, que corresponde a 30,86%, em relação à meta estabelecida ao final do PPA 2020-2023, observando que não foi obtida a movimentação no trecho do rio Paraná (Federal), apurada pela Administração da Hidrovia do Paraná - AHRANA. Os principais motivos para não atingimento da meta são: (A) impacto das restrições de atividades devido à pandemia do COVID 19; (B) uma das empresas transportadoras não ter operado na hidrovia em 2020; (C) restrição da navegação a jusante da eclusa de Nova Avanhandava, em razão da execução das obras de melhoria

do canal, que permanece mesmo com a paralisação dos serviços no trecho; (D) redução de calado de navegação no trecho, em 27% do ano, devido às condições hidrológicas dos reservatórios e, (E) paralisação do transporte na hidrovia no mês de janeiro para a manutenção bianual das eclusas. Ação 1291 – Ampliação e Melhorias Hidrovia Tietê Paraná: Elaboração de projeto e execução de obras que ao serem entregues irão eliminar gargalos (restrição de fluidez de navegação) e assim aumentar a velocidade média de tráfego hidroviário e capacidade média de transporte, assim como ampliar a malha hidroviária no Rio Tietê. A ação tem como objetivo envidar os melhores esforços para a implantação de programa, visando à execução de estudos, projetos e obras complementares na Hidrovia Tietê-Paraná, em especial para a expansão do sistema e a remoção de gargalos operacionais na via. Para tanto foram firmados o Protocolo de Intenções MT 001/2011 entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado de Logística e Transportes, com a interveniência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, do Departamento Hidroviário - DH e do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, e, (b) o Contrato de Financiamento nº 13.2.1150.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Estado de São Paulo. Em andamento: Canal a Montante da Eclusa Ibitinga – Melhoria da rota de navegação e escavação subaquática de altos fundos Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação do canal de montante da eclusa de Ibitinga. Localização: Reservatório de Ibitinga. Contrato assinado em 15/03/2019 – Início dos serviços: 15/03/2019. Manutenção da HTP – integração dos serviços de sinalização, topografia e batimetria. Objeto: Contratação de empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Manutenção do Balizamento e Levantamentos Topo batimétricos na Hidrovia Tietê-Paraná. Contrato assinado em 16/05/2019 – Início dos serviços: 06/06/2019. Supervisão de Obras baixo, médio e alto Tietê Paraná. Objeto: Contratação de empresa de consultoria especializada para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras do Programa para a Eliminação de Gargalos da Hidrovia Tietê-Paraná. Localização: Hidrovia Tietê-Paraná. Contrato assinado em 27/12/2019 – Início dos serviços: 27/12/2019. Paralisadas, complementação a contratar em 2021. Obra no Canal Jusante de Nova Avanhandava: Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava. A obra consiste na execução de derrocamento para equacionamento da questão da eliminação de pontos altos localizados no trecho, de forma a permitir a navegação sem restrições de calado. Localização: Municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama. Obra paralisada em junho de 2019. Previsão de retomada: 1º semestre de 2021. Execução com recursos do Ministério dos Transportes. Obra na Eclusa de Bariri – Implantação do Atracadouro de Espera: Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de implantação do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. A obra visa a aproximação dos pontos de desmembramento e recomposição dos comboios à eclusa, reduzindo o tempo da operação de eclusagem. Localização: Reservatórios de Ibitinga e Bariri - Município de Boracéia. Obra paralisada em março de 2017. Previsão de retomada: 2º semestre de 2021. Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES. Obra na Ponte SP 425 – Proteção dos pilares do vão de navegação: Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. Localização: Reservatório de Nova Avanhandava - Municípios: Barbosa e José Bonifácio. Início depende do termino da obra em andamento do DER e solução para impasse jurídico envolvendo contratação anterior da obra rescindida pelo DH. Previsão de início das obras: 2º semestre de 2021. Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES. • Obra na Ponte SP 333 – Proteção dos pilares do vão de navegação: Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. Localização: Reservatório de Promissão - Municípios: Pongaí e Novo Horizonte: Início depende de solução para impasse jurídico envolvendo contratação anterior da obra rescindida pelo DH. Previsão de início das obras: 2º semestre de 2021. Execução com recursos do Contrato de Financiamento BNDES. Em fase de contratação: Revisão e complementação de projeto executivo de dragagem e elaboração de estudos ambientais do canal de Anhembi. O serviço consiste na revisão e complementação de projeto executivo de dragagem e elaboração de estudos ambientais do Canal de Anhembi, situado entre os km 72 e 89,1 da rota de navegação da Hidrovia Tietê-Paraná, no rio Tietê, no Reservatório de Barra Bonita, próximo à cidade de Anhembi. O DH realiza periodicamente levantamentos batimétricos para avaliar e acompanhar os as profundidades e condições para a navegação, tendo-se observado significativos índices de assoreamento naquele trecho, que comprometem significativamente a navegação, uma vez que a limitação das profundidades acarreta a diminuição do calado operacional das embarcações, dificultando, e até impedindo, o transporte de cargas. O levantamento batimétrico do Canal de Anhembi, realizado em janeiro de 2016, revelou um expressivo aumento no assoreamento, cerca de 71%, comparado com o levantamento anterior, de 2012. A obra do Canal de Anhembi está incluída no Programa de Eliminação de Gargalos, Extensões e Terminais na Hidrovia do Rio Tietê, previsto para ser executado com recursos do Ministério dos Transportes, no âmbito do Protocolo de Intenções nº 01/11 - MT, é objeto do Termo de Compromisso nº 685/2013. Para a contratação da revisão e complementação do projeto executivo foi concluída a Concorrência DH-128/2019, tendo sido convocado o vencedor para a assinatura do contrato, com previsão de início dos serviços no primeiro semestre de 2021. Elaboração de projeto executivo e estudos ambientais das obras de ampliação do canal de navegação sob a ponte da rodovia SP-425. A obra para a ampliação do canal da ponte da rodovia SP-425, entre os km 30 e 36 da rota de navegação no rio Tietê, no reservatório de Nova Avanhandava, tem como objetivo a eliminação do gargalo operacional existente, que exige o desmembramento dos comboios na passagem sob a ponte, e está incluída no Programa de Eliminação de Gargalos, Extensões e Terminais na Hidrovia do Rio Tietê, previsto para ser executado com recursos do Ministério dos Transportes, no âmbito do Protocolo de Intenções nº 01/11 - MT. A contratação da elaboração do projeto está sendo processada através da Concorrência DH-129/2019, tendo ocorrido em 12/12/2019 a sessão de abertura dos envelopes nº 1 – PROPOSTA TÉCNICA. Em vista da limitação de recursos e necessidade de reprogramação de investimentos do Programa de Eliminação de Gargalos, Extensões e Terminais na Hidrovia do Rio Tietê, aguarda-se a definição do prosseguimento da licitação.

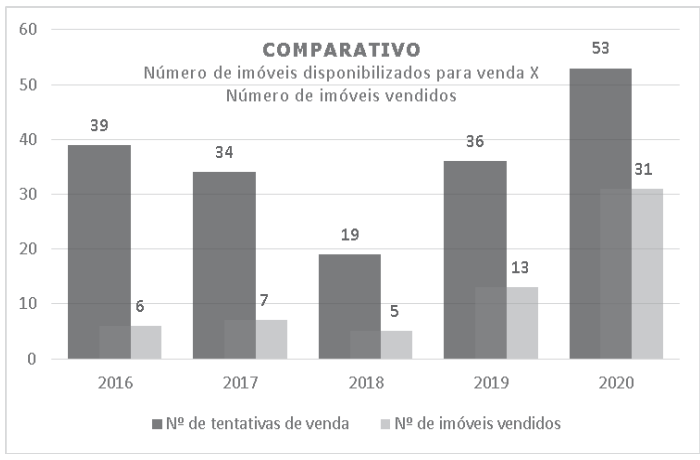
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO

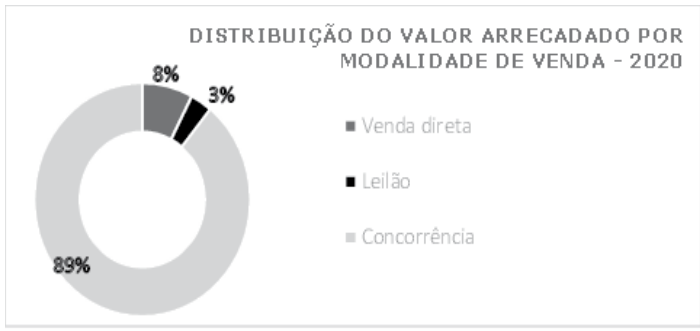
Introdução: A Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão - SPOG é a Pasta mais nova da atual administração estadual. Instituída em 29 de maio, por força do Decreto nº 64.998, a SPOG foi criada com finalidade precípua de realizar a integração de esforços com diferentes esferas de governo, visando a organizar funções de Estado de forma a assegurar celeridade à execução dos programas e políticas de governo. Dentre suas macro funções, destacam-se, resumidamente, a condução dos programas e ações de planejamento de Estado, os quais envolvem elaboração, coordenação e o acompanhamento de instrumentos, tais como PPA, LDO e LOA; a centralização e coordenação de ações de gestão pública, notadamente as que se referem a recursos humanos, compras eletrônicas, patrimônio do Estado, administração previdenciária, a coordenação dos processos de concessão de parcerias público-privadas público, a articulação de atividades relacionadas à qualificação de Organizações Sociais e, por fim, mas não de forma exaustiva, a coordenação e o controle o acompanhamento da gestão e o controle econômico-financeiro das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e das empresas por este controladas. Criada a partir da transferência de unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento e Secretaria de Governo, a SPOG atuou, fundamentalmente, na promoção de medidas efetivas de voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas necessários ao pleno cumprimento das políticas, programas e ações de governo. Merece destaque, entre outras ações, a publicação da Lei nº 17.293, de 15 de outubro. Além das atividades acima mencionadas, importante registrar, por fim, que ao longo de 2020 a SPOG trabalhou na redefinição de sua estrutura organizacional, a qual foi remodelada de forma a assegurar o pleno cumprimento de sua missão institucional.

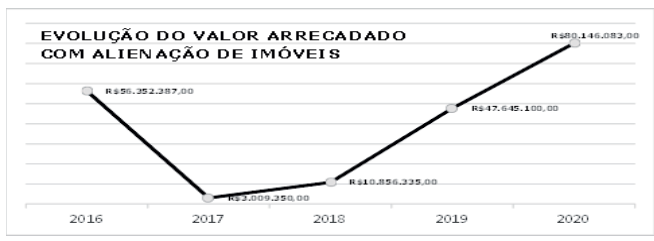
Gabinete do Secretário: – Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC: A atribuição precípua do CODEC consiste em assessorar o Estado na fixação de políticas aplicáveis às Empresas controladas pelo Estado, atuando no correspondente acompanhamento e controle, relativamente a aspectos societários e econômico-financeiros. As competências, composição e forma de funcionamento do CODEC encontram-se atualmente disciplinadas no Decreto estadual nº 64.219, de 6 de maio de 2019, alterado pelo Decreto estadual nº 64.998, de 29 de maio de 2020. O Decreto estadual nº 64.418, de 28 de agosto de 2019, também definiu as atribuições do CODEC no âmbito dos processos de dissolução, liquidação, transformação, fusão, incorporação ou cisão de empresas, cabendo destaque a aprovação e acompanhamento dos Planos de Desmobilização ou Plano de Ação. O Colegiado é integrado pelo Secretário do Governo, que é o seu Presidente, Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, Secretário da Fazenda e Planejamento e por 2 (dois) membros indicados pelo Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão. No decorrer do exercício de 2020, foram emitidos até novembro 83 (oitenta e três) pareceres, além de manifestações técnicas, relatórios, estudos, ofícios e da atuação dos colaboradores locados na Secretaria Executiva do CODEC em reuniões. Especificamente em relação às questões societárias, além da indicação de Diretores para as Empresas estatais nos termos da competente autorização governamental, cabe destacar a emissão de pareceres orientando o voto do Estado nas Assembleias Gerais de Acionistas, realizadas pelas empresas, em matérias como: apreciação das demonstrações contábeis e financeiras; votação do relatório da administração; eleição de Conselheiros Fiscais, de Administração e de Orientação, bem como de membros de Comitê de Auditoria, com base na indicação recebida de autoridades competentes, da Secretaria de Governo e da União ou da Prefeitura Municipal de São Paulo (acionistas minoritários); fixação da remuneração dos membros de órgãos estatutários; destinação de lucro; pagamento de dividendos e de remuneração sobre o capital próprio; aumento de capital; subscrição de ações; alterações de estatutos sociais, liquidação, extinção e nomeação de liquidante, entre outros. Ainda em 2020, foram extintas as empresas EMPLASA e CODASP, cujos processos de liquidação tinham sido iniciados em 2019. Iniciou-se também o processo de liquidação das empresas CPOS e DERSA. Importante mencionar que o CODEC, para o atendimento dos procedimentos exigidos pela Lei nº 13.303/2016 – "Lei do Estatuto Jurídico das Empresas" vem acompanhando a implantação das novas regras de governança, entre outras, aquele objeto das Deliberações CODEC editadas desde 2017. Para finalizar, cabe destacar ainda que a Secretaria Executiva do CODEC vem atualizando sua página na internet, visando melhorar a disponibilização da normatização vigente que disciplina o relacionamento do Colegiado com as Empresas sob o controle acionário do Estado. – Conselho do Patrimônio Imobiliário - CPI: As ações desenvolvidas em 2020 buscaram dar continuidade às medidas implementadas a partir de 2019, de reorganização das competências e governança da área, controle das informações referentes ao patrimônio imobiliário, desburocratização dos trâmites processuais e, desmobilização dos ativos imobiliários. Para efeito de organização do trabalho e execução das ações necessárias à consecução dos objetivos indicados acima, foram definidos quatros eixos de atuação, a saber; I - Eixo Institucional/Gestão: Em 2020 foi possível dar continuidade e/ou implementar medidas que já haviam sido identificadas, analisadas e elaboradas ao longo do ano anterior. Em termos organizacionais, as principais medidas desencadeadas, foram: a) participação na elaboração do Projeto de Lei nº 529, no que se refere à alienação de imóveis da Fazenda do Estado, Autarquias e Fundações; b) revisão dos modelos padrão dos Editais de venda dos imóveis; c) elaboração de Edital para credenciamento de empresas prestadoras de serviços em relação à elaboração de relatório técnicos e laudos de vistoria e avaliação dos imóveis; d) reorganização da Comissão Especial de Licitação que analisa os processos de alienação de imóveis; e) elaboração e publicação da Deliberação sobre Compartilhamento de espaço entre órgãos nos imóveis do estado – Deliberação nº 10 de 28 de agosto de 2020; f) revisão dos processos e redesenho dos fluxos de trabalho para cada um dos tipos de processo que tramita no CPI, visando a padronização de procedimentos pela equipe de técnicos. Em relação à área de tecnologia, houve continuidade das ações iniciadas em 2019 de: (i) revisão do Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI; (ii) revisão do site Imóveis SP, principal instrumento de divulgação de venda de imóveis; (iii) incremento no número de acessos ao site. Verificou-se, a partir dessas revisões, um aumento significativo do número de acesso ao site. Especialmente, em setembro, o aumento deveu-se à concorrência e o leilão realizado em outubro.



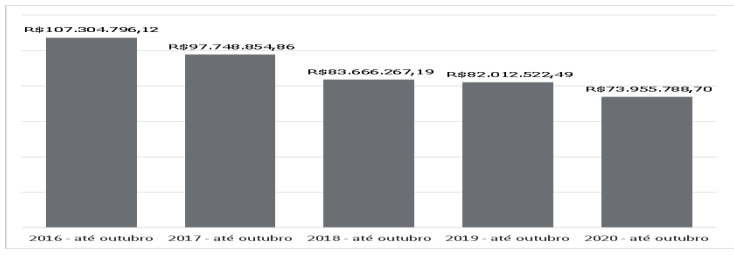
Até outubro de 2020 foram realizados mais de 1600 encaminhamentos, relativos aos seguintes temas: (i) Permissão de uso: 297; (ii) Transferência de administração: 44; (iii) Alienação: 372; (iv) Locação: 29; (v) Doação: 164; (vi). Outros (regularização, demolição, tributos, etc.): 715. II - Eixo Desmobilização: Como resultado do extenso levantamento dos ativos imobiliários não mais utilizados pelos diferentes órgãos do Estado, foi dado prosseguimento à análise dos imóveis com potencial de desmobilização pela equipe técnica do CPI. Foram disponibilizados para alienação 82 imóveis ao longo do ano de 2020, seja por leilão ou concorrência, seja por meio de venda direta. O resultado obtido em 2020 com o Fundo de Investimento Imobiliário foi bastante expressivo. Ao longo do ano, além das vendas iniciadas da primeira tranche (88 imóveis), já foram iniciadas as fases de avaliação e regularização da segunda e terceira tranche, que totalizam 92 imóveis a serem integralizados em 2021. Principais resultados: Alienação de imóveis: Até novembro de 2020, foram disponibilizados 53 imóveis para venda, sendo 31 alienados, com arrecadação de R$ 80.146.083,00 aos cofres públicos.







Fundo de Investimento Imobiliário: Devido às peculiaridades e às características dos imóveis que compõe o portfólio do Fundo de Investimento Imobiliário do Estado de São Paulo, a integralização deles ocorre em tranches de ativos, sendo que a seleção é realizada de acordo com a liquidez, regularidade dominial/documental e de acordo com a demanda. A primeira tranche de imóveis foi integralizada em fevereiro de 2020, sendo composta por 88 imóveis dos 264 que compõe a carteira. Dos imóveis já integralizados, 41 já foram vendidos com ágio total de 26.56%. Convênio com o Departamento de Estradas e Rodagem – DER: o CPI elaborou convênio para promover a venda de imóveis para o DER, que ocorrerá a partir de 2021. Recebimento dos imóveis da CODASP e SUCEN: Com a extinção e liquidação da Codasp em 13/11/2020, e a promulgação da Lei 17.293/2020, os imóveis terão a propriedade transferida para a Fazenda do Estado. A partir desse momento, o CPI passará a administrar os imóveis, em nome da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. III - Eixo Monitoramento e Controle: As ações centraram-se na redução de locações realizadas pelo Estado para acomodação de órgãos ou unidades do Estado. Ao longo de 2020, o CPI acompanhou mensalmente os valores de gastos com locações pelo Estado, apoiou as ações de mudanças de órgãos que ocupavam imóveis locados para imóveis próprios estaduais e elaborou novas propostas para realocação de órgãos, em especial, em conjunto com Programa “São Paulo Mais Perto" da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Resultados: Acompanhamento da Locação de Imóveis pelo Estado: Comparando o gasto realizado nos anos 2016 e 2020, para o mesmo período, houve uma redução de aproximadamente R$ 33,3 milhões (31%) com locação de imóveis do Poder Executivo. Em 2020, a tendência de controle e queda seguiu a trajetória, com redução de R$ 8.06 milhões nominais (aproximadamente 10% sobre o ano anterior). Destaca-se, em 2020, a mudança da Secretaria de Desenvolvimento Social para o Edifício Cidade I e a rescisão do contrato do Pátio Sacomã, do Detran-SP. Somadas, a despesa mensal de locação com ambos era e aproximadamente R$ 500 mil.



IV - Eixo Cidadão: Em 2020, foram identificados terrenos que poderão ser destinados à programas da Secretaria da Habitação e da Secretaria de Desenvolvimento Regional, por exemplo. Resultados: Seleção de imóveis para atendimento de programas de políticas públicas da área social: Em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional, foi dada continuidade à identificação de imóveis para implantação das unidades do Programa Canal Direto SP + Perto. Além das obras já em andamento no município de Bauru. Já foram iniciados os processos de permissão de uso das áreas de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Registro. Quanto aos imóveis para utilização no programa “Nossa Casa”, do levantamento realizado no ano anterior, a lista foi detalhada, e elencaram 3 imóveis para prosseguirem na implantação do projeto: uma área na Capital, uma em Santo André e outra em Jundiaí. Doações de Imóveis: Ao longo do ano foram autorizadas pelo Governador 20 doações de imóveis às prefeituras municipais, visando instalação de equipamentos, em sua maior parte, de educação e saúde.

Assessoria em Assuntos de Política Salarial – APS: A Assessoria em Assuntos de Política Salarial - APS, unidade atualmente vinculada ao Gabinete do Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto nº 64.998, de 29/05/2020, tem por principais atribuições o assessoramento (i) do Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão nos assuntos relacionados à política salarial do Estado e nos trabalhos dos órgãos em que seja membro representativo da Pasta, conforme disposto no artigo 35 do Decreto nº 64.152/2019, e (ii) da Comissão de Política Salarial – CPS, órgão vinculado diretamente ao Governador do Estado (Decreto nº 63.033/2017, alterado pelos Decretos nº 64.149 e nº 64.215, ambos de 2019), que é composta pelos seguintes membros: Secretários de Projeto, Orçamento e Gestão, Fazenda e Planejamento, de Governo e de Desenvolvimento Econômico e Procurador Geral do Estado, cuja presidência é do primeiro. Nesse contexto, desenvolve suas atividades tendo em vista as ações e metas da Administração, sempre orientada para o cumprimento das normas legais relativas às finanças públicas, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal. As atividades em destaque em 2020 foram*:* (i) Assessoramento ao Secretário e Secretário Executivo da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, e à Secretaria de Governo, em assuntos de política salarial; (ii) Análise técnica de anteprojetos e projetos de lei / lei complementar, decretos e resoluções sobre matéria salarial, abrangendo todas as áreas e Poderes do Estado, com a respectiva estimativa de despesa, se houver. A título de exemplificação, das 05 (cinco) leis complementares publicadas até 10-9-2020, manifestamo-nos sobre 02 (duas) delas. Em apertada síntese, a Assessoria: (i) produziu 273 manifestações técnicas, consubstanciadas em 273 (duzentas e setenta e três) Informações SFP/GS/APS (01-01 a 29-05-2020) e após 30-05-2020, sendo: Secretarias = 73; Autarquias = 30; Empresas = 86; Fundações = 60 e Demais = 24; além de 10 (dez) documentos para deliberação da Comissão de Política Salarial – CPS; (ii) participou de mais de 140 reuniões técnicas virtuais; (iii) além de incontáveis atendimentos a consultas técnicas por telefone e outros meios digitais, para público de unidades internas e externas, de difícil mensuração, mas que representam tempo de análise significativo, dependendo da complexidade da matéria.

Comitê Gestor de Gasto Público - O Comitê Gestor do Gasto Público foi instituído pelo Decreto nº 64.065/2019, e atualizado pelo Decreto 64.755/2020, para auxiliar a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão na contenção de despesas, na otimização da alocação de recursos e na melhoria da qualidade do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental. O colegiado é formado por seis membros, sendo eles representantes das Secretarias de Projetos, Orçamento e Gestão, da Fazenda e Planejamento, do Governo e da Procuradoria Geral do Estado. Dentre as atividades exercidas pelo Comitê, merecem destaque: (i) o acompanhamento das despesas com pessoal, (ii) a manifestação prévia à contratações diretas ou mediante procedimento de licitação e, (iii) a manifestação prévia à celebração de convênios com repasse de recursos financeiros em montante igual ou superior a R$ 500.000,00 O acompanhamento das despesas com pessoal compreende a supervisão anual das despesas inerentes aos cargos comissionados, para que não haja o aumento, conforme determina tanto Decreto 64.069/2019, como a Lei Complementar Federal Nº 173/2020, que estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Corona vírus. A publicação do Decreto nº 64.936/2020, no dia 13 de Abril de 2020, com o objetivo de reduzir despesas no contexto da Pandemia provocada pelo COVID-19, dispôs sobre a vedação de gastos com novos contratos de obras, locação de imóveis, prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos, termos aditivos com acréscimo de objeto, no tocante a contratos de prestação de serviços, execução de obras ou reformas e compras, aquisição de imóveis, móveis, veículos e equipamentos, serviços de publicidade e eventos, por fim contratação ou prorrogação de serviços técnicos profissionais especializados. Diante dessa vedação, o Comitê Gestor passou a analisar e deliberar sobre casos excepcionais que, devidamente justificados, foram submetidos à aprovação do Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão. Dessa forma, o Comitê Gestor do Gasto Público realizou 54 reuniões e analisou 1.580 solicitações ao longo do ano de 2020. Com a publicação do Decreto nº 64.898/2020, de 31 de março de 2020, o Comitê passou a receber relatórios sobre todos os contratos de prestação de serviços contínuos das Pastas, que indicariam suas respectivas opções sobre a continuidade dos serviços imprescindíveis às necessidades das unidades, a supressão unilateral de 25% do valor do contrato para os serviços parcialmente necessários ou a suspensão da execução do contrato para os casos que não subsistissem necessários. Além disso, diante da publicação da Deliberação-10, de 23 de abril de 2020, do Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, o Comitê Gestor adquiriu a incumbência de receber informações relativas às contratações para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, consolidá-las e publicá-las, diariamente, no site do Governo.

Departamento de Entidades Descentralizadas – DED: a) Análise e manifestação em pleitos: Processos e Expedientes: Análise e manifestação prévia à deliberação da Comissão de Política Salarial - CPS, nos pedidos provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente, das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado, referentes à: fixação e alteração dos quadros de pessoal, contratação de empregados, implantação de planos de empregos e salários, envolvendo correção de curva salarial, impacto financeiro proveniente de Acordos, Convênios e Dissídios Coletivos de Trabalho, programa de demissão incentivada. Análise e manifestação prévia à deliberação do CODEC, nos pedidos provenientes das Empresas, nas quais o Estado é acionista controlador, direta ou indiretamente, referentes à: planos de Previdência Complementar, Programas de Participação nos Lucros e Resultados, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. b) Manifestação Prévia: A decisão do titular da Pasta nos processos oriundos das empresas, fundações e autarquias, realizando análises referentes às contratações de obras, serviços e aquisições em geral acima de R$ 1.000.000,00 em 2006; R$ 5.000.000,00, a partir de 09 de março de 2007 e R$ 10.000.000,00 a partir de 2013, em atendimento ao Decreto nº 41.165/96. c) Sistema de Alteração Orçamentária: por Resolução Conjunta SGGE-SEP-SF nº 001/2000, de 25/05/2000, realiza análise no que se refere às solicitações de alteração orçamentária da Administração Indireta acerca de Pessoal e Custeio.

REALIZADO EM 2020			
Processos e Expedientes	Manifestação Prévia MP	Sistema de Alteração Orçamentária - SAO	TOTAL
111	18	24	153*

*valores referentes aos meses de janeiro a outubro de 2020. Análise e proposta de liberação de recursos financeiros para Empresas, Fundações e Autarquias visando à cobertura de Pessoal e Custeio no valor de R$ 7.919.000,00 (posição até o dia 11/11/2020).

Subsecretarias: **-** Subsecretaria de Orçamento: A Coordenadoria de Orçamento assumiu nova configuração em 2020, passando a atuar como Subsecretaria de Orçamento e a compor a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. Na qualidade de órgão central do Sistema de Administração Orçamentária, a Subsecretaria tem a atribuição de atuar na coordenação dos assuntos relacionados à gestão orçamentária da Administração Pública Estadual, interagindo com todos os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. Em 2020, a interação ocorreu com, aproximadamente, 31 órgãos orçamentários e 140 Unidades Orçamentárias, entendidas como unidades responsáveis por administrar dotações orçamentárias e financeiras próprias ou descentralizadas, das quais 28 são Autarquias, 9 Fundações, 7 empresas dependentes e 12 empresas não dependentes, componentes da lei orçamentária estadual. A atuação da Subsecretaria no contexto do programa "Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento" está consubstanciada na ação Gestão do Processo Orçamentário, que objetiva aprimorar os mecanismos e as metodologias que garantem o incremento da qualidade na elaboração e execução dos orçamentos do Estado.Também define as diretrizes e orientações técnicas para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas. Dentre as ações desenvolvidas destacam-se: a) Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021: A LDO, com um ano de duração, define as metas e prioridades do Governo para o ano seguinte, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política das agências de desenvolvimento. A Lei de Responsabilidade Fiscal remeteu à LDO diversos outros temas, como política fiscal, contingenciamento dos gastos, transferências de recursos para entidades públicas e privadas e política monetária. A Subsecretaria organizou e monitorou a montagem da LDO, mobilizando os agentes participantes para elaboração do texto do projeto para 2021, incorporando procedimentos específicos para enfrentamento das possíveis repercussões decorrentes da Covid 19 e do estado de calamidade pública decretado no país e especificamente no Estado de São Paulo; participou da elaboração do Anexo de Metas Fiscais, em conjunto a Secretaria da Fazenda e Planejamento, e interagiu com a Procuradoria Geral do Estado para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais. Após a consolidação e formalização do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, transformado no Projeto de lei nº 307/2020, acompanhou a tramitação da proposta no Legislativo e analisou as 1.179 emendas apresentadas pelo Parlamento, tendo atuado no apoio técnico até a edição da Lei nº 17.286/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021. b)Elaboração do Orçamento para o exercício de 2021: Atividade anualmente desenvolvida, assumiu configuração diferenciada no exercício de 2020, na edição para quantificação financeira e física da programação qualitativa a ser implementada em 2021, dada a ocorrência da pandemia da Covid 19 e suas consequências sobre as finanças públicas, seja pela redução da atividade econômica que afetou a arrecadação da receita ou pela intensidade de demanda por gastos que pressionou por adoção de providências como forma de compensação, consubstanciada no Projeto de Lei nº 529, propondo medidas como reforma institucional e alteração na legislação tributária estadual voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas. Não tendo tal proposta sido aprovada antes da confecção da proposta orçamentaria ocorrida em 30 de setembro, obrigou a administração a recorrer à inclusão de receitas condicionadas à sua aprovação posterior, que ocorreu pela edição da Lei nº 16.263, de 15 de outubro de 2020. Na montagem do Projeto de Lei nº 627, que orça a receita e fixa despesa de 2021, foram desenvolvidas: a conversão e análise da série histórica das despesas de custeio, a definição dos Valores Referenciais de Custeio e sua divulgação aos órgãos dos Poderes do Estado como base para a elaboração das respectivas Propostas Orçamentárias Setoriais, via web, no Sistema Proposta Orçamentária Setorial – POS, dos órgãos e entidades componentes do orçamento fiscal e da seguridade social e no Sistema Orçamentário das Empresas – SOE para a apresentação das propostas orçamentárias das empresas estatais não dependentes; a coordenação e acompanhamento junto aos órgãos da administração estadual dos trabalhos de elaboração das propostas setoriais para o Orçamento Fiscal, para o Orçamento da Seguridade Social e para o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; a análise técnica das propostas orçamentárias setoriais e a elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisão; a previsão das despesas de caráter obrigatório tais como pessoal, serviço da dívida e vinculações constitucionais; a atualização das atribuições e da legislação obrigatória de cada órgão dos Poderes do Estado; a elaboração da Mensagem e formalização da Proposta Orçamentária do Estado; o acompanhamento de tramitação do PLOA; análise das 15.161 emendas legislativas propostas ao Projeto de Lei do Orçamento e formalização da Lei Orçamentária. **c)** Execução Orçamentária 2020: Foram formulados os procedimentos, requisitos, responsabilidades e prazos a serem aplicados e obedecidos na execução do orçamento relativo a 2020, adaptados à conjuntura vigente e perspectivas de situações futuras, tentando manter o equilíbrio de receita e despesa e controle das metas fiscais; publicação do Decreto nº 64.748, de 17 de janeiro de 2020, com o estabelecimento das normas gerais para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2020 e de Portarias com procedimentos específicos, relativos à implementação do orçamento original e as alterações em função das condições decorrentes da declaração do estado de calamidade pública, ainda em vigor. São eles: Acompanhamento da Execução Orçamentária de 2020 com a elaboração e divulgação do Caderno Orçamento do Estado, com informações sobre a evolução das receitas e despesas em vários níveis de agregação. Acompanhamento dos Investimentos por meio de relatórios específicos por área, programas e fontes de financiamento. Estudos para subsidiar a definição de diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo, considerando os resultados apurados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO - bimestral e do Relatório de Gestão Fiscal - quadrimestral, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, ajustando o eventual descompasso entre os parâmetros adotados para as projeções da lei orçamentária anual e os índices efetivamente observados no período. Avaliação técnica das implicações de reformas administrativas e análises técnicas de natureza orçamentária: atualização das alterações na classificação institucional da Administração no Sistema de Administração Financeira e Orçamentária do Estado. Gerenciamento do Sistema de Alterações Orçamentárias - SAO. O sistema permite elaborar e encaminhar todos os documentos necessários para viabilizar a solicitação de alterações à Lei Orçamentária, observando o tipo de alteração e as respectivas normas existentes. Análises técnicas de proposições de alterações do orçamento e formalização das modificações aprovadas, nos termos das regras definidas no Decreto nº 64.748, de 17 de janeiro de 2020, que estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2020. Atendimento de consultas acerca da classificação da despesa, estrutura programática, elaboração e execução orçamentária, aspectos legais do orçamento, funcionamento e utilização de aplicativos do Sistema Orçamentário, aspectos de quantificação física e financeira da orçamentação. Desenvolvimento de estudos sobre a estrutura salarial - análises dos processos de contratação de pessoal com o objetivo de subsidiar o Governador do Estado em suas decisões e apoiar o Secretário da Pasta, membro da Comissão de Política Salarial, nos assuntos pertinentes à política salarial das empresas e fundações; elaboração de estudos para embasamento das negociações e propostas de reajustes salariais das carreiras do Estado; acompanhamento de informações com potencial pressão sobre as despesas com pessoal: propostas de sindicatos de categorias; pagamentos de Bonificação por Resultados, folhas de pagamentos; programas de demissão voluntária; elaboração de Notas Técnicas/pareceres acerca de impactos orçamentários e financeiros de projetos ou propostas relacionados à área de pessoal, inclusive as decorrentes de criação ou ampliação de unidades ou entidades públicas. Instrumentos de Planejamento e Orçamento: adequação tecnológica e desenvolvimento de novos aplicativos para suporte ao desenvolvimento do Programa Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento. Entre seus produtos de entrega figuram: atualização dos sistemas que coletam informações na web: SAO - Sistema de Alteração Orçamentária – Customizações da versão operacional; Integração com Intra Orçamentária; Paralelo com versão Notes. PMA – Desenvolvimento do Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da execução dos Indicadores não Orçamentários do PPA. VRC – Desenvolvimento, em web, do sistema do Valor Referencial de Custeio que formalização do setorial e validação do Custeio das despesas para o Orçamento Anual (PL e Lei). Elaboração da Proposta do Portal da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão com chamadas às Unidades e Vinculadas. Em processo de desenvolvimento adaptações e integração com as Intras Orçamentárias no Sistema de Distribuição de Quotas da Dotação Inicial. Em desenvolvimento. Adaptação e Integração das Intra Orçamentárias do sistema SAO para Integração com a Propsep – Sistema da Proposta do Planejamento. Em desenvolvimento Integração das Intras Orçamentárias provendo preenchimento automático das contrapartidas das Intras. Desenvolvimento do sistema de Solicitação e Gestão das Diárias Solicitadas e Pagas ao Executivo. Desenvolvimento, no processo de análise, integrado às informações analíticas, durante o Projeto de Lei para associações de metas e Ações de Programas na identificação dos Projetos Prioritários. Suporte e acompanhamento na elaboração do Projeto de Lei do Orçamento em especial na identificação de fonte condicional. Desenvolvimento e execução das extrações geradas e disponíveis do SimPPA Monitoramento do PPA, Indicadores do PPA e de outros sistemas em informações analíticas. Desenvolvimento e execução das extrações geradas e disponíveis na Construção de relatórios para o Projeto e Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Estudos e Ações Especiais: Participação nos estudos de providências visando dotar o Estado de meios de enfrentamento da grave situação fiscal devido aos efeitos negativos da Pandemia da COVID-19 sobre as receitas públicas que originou, entre outras soluções, a edição da Lei nº 17.293/2020, que estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas, considerando também o aumento significativo das despesas públicas, face à necessidade de ações governamentais para o enfrentamento da pandemia nas áreas de assistência social e saúde, como a aquisição de equipamentos hospitalares, medicamentos e contratação de profissionais de saúde. Participação na avaliação do Projeto de Lei n º174/2020, que resultou na Lei nº 17.263/2020, que autoriza a transferência à Conta Única do Tesouro Estadual de saldos positivos de fundos especiais de despesa. A medida alcança os saldos apurados no balanço de encerramento do exercício de 2019, montante este limitado, ainda, ao superávit financeiro existente em cada fundo a partir da edição do decreto regulamentador. Abarca, portanto, exclusivamente recursos não comprometidos com obrigações constituídas pelo fundo no âmbito das finalidades previstas em suas leis instituidoras. Adicionalmente, estabelece, para o exercício de 2020, sistemática diferenciada para a gestão orçamentário-financeira dos recursos vinculados a tais fundos. Nesse sentido, prevê a possibilidade de livre utilização, pelo Tesouro, dos recursos excedentes às efetivas necessidades de cada fundo, ou seja, daquilo que sobejar os montantes empenhados no curso do exercício somados àqueles destinados ao cumprimento de outras obrigações legais. Participação na concepção do Programa de Metas 2020-2022, gerado em decorrência também da pandemia e queda da atividade econômica, com impacto negativo sobre as receitas do Estado e recuperação lenta da economia, face a necessidade de adequação dos compromissos à disponibilidade de recursos e repactuação dos compromissos com foco em ações anticíclicas, com potencial para ampliar a capacidade competitiva e de inovação, para melhorar a situação socioeconômica e para se tornar um possível multiplicador dos benefícios econômicos e sociais. Subsecretaria de Gestão: - Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado – CRHE. O exercício de 2020 foi marcado pela Pandemia da Covid-19, trazendo desafios para continuidade dos trabalhos pelos servidores públicos, sendo prestados, em sua maioria, remotamente, por meio de regime de teletrabalho. A CRHE, Órgão Central do Sistema de Administração de Pessoal, Gestão de Pessoas e de Recursos Humanos, desenvolveu suas atividades de: I - Gestão de Pessoas e de Recursos Humanos: a) Projetos e ações em andamento: RH–Folh@ – Decreto n. 55.209/2009: Parceria entre Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, Secretaria da Fazenda e Planejamento e Prodesp. Estágio do projeto por parte da CRHE: No exercício de 2020 foi realizada validação das regras dos seguintes temas: (i) Desligamento; (ii) Acúmulo de Cargos; (iii) Designação; (iv) FSP, FTC e FCL; (v) Ascensão Funcional. Estes temas serão desenvolvidos na próxima fase do projeto (Fase 1.2) que está em trâmite de contratação. Além dos temas citados, foi feito a revisão e solicitação de melhorias nos temas de Classe e Cargo/F.A./E.P. cujo desenvolvimento será realizado na Fase 1.2 junto com os novos temas. Portal de Concursos Públicos do Estado de São Paulo – Implantação da segunda fase, que envolve o desenvolvimento de ferramentas gerenciais para o controle de concursos públicos, encontra–se em fase de implementação aguardando sua integração com o RH Folha. (www.sgcursos.sp.gov.br). Processo de Promoção - Servidores abrangidos pela Lei Complementar nº 1080/2008, regulamentada pelo Decreto nº 54.779, de 15 de setembro de 2009. A contar de sua regulamentação foram realizados quatro processos de promoção em 2010, 2012, 2014 e 2017, este último, unificado abrangendo as vigências de 2016 e 2018 com homologação efetivada no dia 1º de novembro de 2018, sendo publicada no Diário Oficial de 1º/11/2018, Seção I, página 5. Destacamos que, até o momento, não há previsão para a aplicação da prova referente ao próximo Concurso de Promoção, considerando a obrigatoriedade de distanciamento social, bem como a edição do Decreto nº 64.937 de 13 de abril de 2020, que dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da atual Pandemia da COVID-19 (Novo Corona vírus), bem como o disposto na Lei Complementar Federal nº 173 de 27 de maio de 2.020, impondo limitações ao gasto com pessoal até 31 de dezembro de 2.021, assim como, o Ato Normativo nº 01/2020-TJ/TCE/MP, de 3 de junho de 2020, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério Público do Estado de São Paulo. b) Avaliação de Pessoal: Instrução CRHE nº 1, de Licença Médica sem perícia-Revoga Instrução n.3/18

(Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME); Instrução CRHE nº 2, de 24 de janeiro de 2020 - Avaliação de Desempenho Individual (Lei Complementar nº 1.080/2008); Instrução CRHE nº 3, de 24 de janeiro de 2020 - Avaliação de Desempenho Individual (Lei Complementar nº 1.157/2011). Comunicado Conjunto CRHE e SPPREV/DBS – 1, de 10-7-2020 - Padronização dos procedimentos previdenciários e funcionais relativos à ECE nº 49/2020 e LC nº 1.354/2020. Política Estadual de Certificação Ocupacional: Foram iniciados os trabalhos pela Secretaria da Educação para regulamentação do processo de certificação ocupacional para a função de Gerente de Organização Escolar, previsto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar nº 1.144, de 11 de julho de 2011, resultando na recente edição do Decreto nº 64.902, de 1 de abril de 2020. II - Redes Sociais e Sistemas Integrados de Apoio: 1 - *Vclipping*: HTTP://www.recursoshumanos.sp.gov.br/vcclipping. A legislação pertinente de RH do Estado de São Paulo é disponibilizada em tecnologia *Wiki*, a qual ppossibilita uma inserção da legislação de forma mais ágil e dinâmica. (i) Total de visualizações no exercício até 23/11/2020: 3.233.572; (ii) total de normas publicadas no Portal exercício até 23/11/2020: 184; (iii) Total de normas disponibilizadas até 23/11/2020: 6.297; (iv) Site http://www.recursoshumanos.sp.gov.br: número de acessos: 828.520. Sistema de Cadastro de Cargos e Funções–Atividade – SICAD – Decreto nº 50.881/06: Coordenação e orientação técnica aos setoriais de recursos humanos quanto à manutenção do Sistema. (i) Quantidade de cargos, funções–atividades e empregos públicos informados e mantidos pelos setoriais de recursos humanos: 635.757; (ii) Extinção de cargos/funções–atividades/empregos públicos até 23/11/2020: 3.443; (iii) Quantidade de cargos, funções–atividades e empregos públicos com previsão de extinção na vacância até 23/11/2020: 40.959. 2 - Manutenção de Sistemas e Informações geradas: a) Auxílio Alimentação: manutenção e acompanhamento da apuração do benefício junto aos sistemas de folhas de pagamento, contando em média com: (i) servidores beneficiados: 286.726; (ii) vales distribuídos: 4.645.012; (iii) custo mensal: R$ 54.346.635,53; b)Recadastramento: Monitoramento, orientação do Sistema de Recadastramento de servidores e militares ativos, da administração direta, autarquias e fundações – recadastraram–se 515.041 servidores de 01/01 a 23/11/2020; c) Emissão de relatórios diversos: contidas no Banco de Informações Referentes a Pessoal, Reflexos e Encargos Sociais do Estado (bancão – Folha de pagamento), Sistema de Recadastramento, Sistema do Auxilio Alimentação, Sistema de Cargos: 434; d) Atendimento a correios eletrônicos até 23/11/2020: (i) Fale Conosco Auxilio Alimentação: 1.350; (ii) Fale Conosco: 567; (iii) Demandas do Cidadão: Descontinuado; (iv) Notes – Ouvidoria: Descontinuado; (v) Notes: 100; (vi) SIC: 108. III – Atividades de Rotina: a) - Análises e Avaliações Técnicas: Editais de Concurso Público: Foram analisados 15 processos de editais para abertura de concursos públicos, que representam um total de 3.124 vagas.

Secretaria/Autarquia	Quantidade
Centro Paula Souza	940
Artesp	9
Imesc	13
SAÚDE (Administração Superior da Secretaria e Sede)	1.262
HC-Botucatu	6
HC-Ribeirão Preto	561
HC-Famema	333
Total	3.124

b) Autorizações de Concurso Público/ Contratação por Tempo Determinado/ Aproveitamento de Remanescentes. As autorizações governamentais para abertura de concurso público que foram publicadas mediante Despacho do Governador no Diário Oficial do Estado, somando-se 8.274 vagas, estão distribuídas na seguinte conformidade:

Modalidade	Quantidade
Abertura de Concurso Público	5.683
Contratação por Tempo Determinado	2.078
Abertura de Concurso Público / Remanescentes	398
Remanescentes	115
Total	8.274

c) Publicações de transferências - Foram analisados 20 processos de solicitação de transferência e publicados 6 (seis) Decretos do Governador no Diário Oficial do Estado; d) Classificação "Pro labore": Foi analisado 1 processo no âmbito da Administração Direta e Autarquias, e autorizada a classificação de funções de serviço público retribuídas mediante pro labore, nos termos da Lei nº 10.168/68; e) Mobilidade Funcional: Foram analisados 20 processos de solicitações de transferência de cargos e funções atividades; f) Prestação de Serviços Extraordinários: foram analisadas 9 solicitações para prorrogações e ou convocações de servidores; g) Manifestações Técnicas e Orientações Expedidas (Informações, Ofícios, Memorandos, Comunicados, Instruções, Despachos e Orientações por correio eletrônico): 1.424 – Departamento de Perícias Médicas do Espado – DPME: Entre janeiro e outubro de 2020, o DPME realizou 101.365 perícias médicas e emitiu 48.935 laudos e pareceres, assim distribuídos quanto a sua finalidade:

ATIVIDADE PERICIAL 2020	PERÍCIAS				LAUDOS E PARECERES						TOTAL
	Licença Saúde	Ingresso	Capacidade Laborativa	Outro Estado	Aposentadoria	Isenções IR/Prev.	Readaptação	Insalubri/	Recurso de Ingresso	Acidente de Trabalho	
Jan	9.621	810	23	16	293	33	674	5.030	3	81	16.584
Fev	13.832	390	22	3	184	54	90	2.482	1	279	17.337
Mar	12.782	270	8	1	175	24	269	1.520	2	266	15.317
Abr	397	12	0	0	21	14	247	2.326	2	160	3.179
Mai	204	45	0	0	3	4	132	1.553	0	153	2.094
Jun	8.301	96	0	0	6	1	299	1.920	6	99	10.728
Jul	15.943	30	2	2	9	1	177	2.921	15	195	19.295
Ago	18.590	99	0	0	0	6	117	16.745	5	198	35.760
Set	9.934	138	5	1	60	1	67	4.184	1	171	14.562
Out	9.697	90	1	0	117	9	79	5.293	0	158	15.444
TOTAL	**99.301**	**1.980**	**61**	**23**	**868**	**147**	**2.151**	**43.974**	**35**	**1.760**	**150.300**
	101.365				**48.935**						

Fonte: E-Sisla/DPME

No mesmo período, foram também analisados 11.057 pedidos de reconsideração, respondidas 173 demandas da Ouvidoria/SIC e realizados 269 atendimentos psicológicos, além de 6.543 atendimentos presenciais, 405 vistas de prontuário e 14.529 atendimentos telefônicos. Observa-se que, no contexto da pandemia do COVID-19, foi publicado o Decreto Estadual nº 64.881, de 22/03/2020, determinando a quarentena no Estado de São Paulo. O DPME também suspendeu a realização das perícias médicas agendadas (Comunicado DPME Nº 44, de 18/03/20), comprometendo o alcance das metas propostas para este exercício. Apesar da retomada gradual das atividades presenciais a partir de junho, ainda não foi possível normalizar as perícias que ficaram pendentes, prejudicando os resultados obtidos. *E-mails Corporativos:* A disponibilização de e-mails corporativos, referentes aos diversos setores do DPME, possibilitou que grande parte das demandas por informações, que anteriormente eram prestadas aos servidores que compareciam ao Departamento, passassem a ser resolvidas pela via digital, conferindo maior agilidade ao atendimento. Segue abaixo a relação desses e-mails, através dos quais foram atendidas 24.725 demandas, entre os meses de janeiro a outubro do corrente exercício:

E-MAILS CORPORATIVOS	
PERICIASACIDENTEDETRABALHO@SP.GOV.BR	1.043
PERICIASAPOSENTADORIA@SP.GOV.BR	770
PERICIASATENDIMENTO@SP.GOV.BR	4.640
PERICIASINGRESSO@SP.GOV.BR	822
PERICIASINSALUBRIDADE@SP.GOV.BR	597
PERICIASMEDICAS@SP.GOV.BR	5.962
PERICIASOUTROESTADO@PLANEJAMENTO.SP.GOV.BR	385
PERICIASPCD@PLANEJAMENTO.SP.GOV.BR	33
PERICIASREADAPTACAO@SP.GOV.BR	1.977
PERICIASRECONSIDERACAO@SP.GOV.BR	3.657
PRONTUARIOSMEDICOS@SP.GOV.BR	1.257
JUDICIAISDPME@PLANEJAMENTO.SP.GOV.SP.BR	1.742
DPMEAST@PLANEJAMENTO.SP.GOV.BR	1.269
TOTAL	24.154

Comunicados: Devido ao estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de COVID19, no ano de 2020 o DPME aumentou consideravelmente a publicação de Comunicados para orientação dos órgãos setoriais e subsetoriais de recursos humanos sobre as perícias médicas e vias digitais de atendimento. Foram emitidos 31 Comunicados neste sentido. Aprimoramento das Atividades: Internamente, promove-se contínua análise do fluxo das atividades e dos procedimentos adotados, viabilizando a identificação de pontos críticos e alternativas de intervenção, tendo por objetivo conferir o máximo de controle, eficiência e agilidade aos serviços prestados. Com a transferência da Subsecretaria de Gestão, da qual fazem parte a Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado - CRHE e o Departamento de Perícias do Estado – DPME para a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão e, em face do término da vigência do Convênio nº 002, celebrado em março de 2018, encontra-se em tramitação novo convênio com o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, dando continuidade à parceria iniciada em 30/10/2012, quando foi celebrado o Convênio 030/2012. Pretende-se, portanto, garantir a continuidade do atendimento descentralizado no interior e na Região Metropolitana de São Paulo, através dos 76 polos já implantados, 14 dos quais especificamente destinados às avaliações de readaptação funcional, contando com médicos especialistas nas patologias relacionadas ao atendimento dessas avaliações. Conta-se atualmente com 301 médicos credenciados, que atuam em 162 clínicas conveniadas, garantindo locais de perícia mais próximos à sede de exercício dos servidores do Estado, permitindo significativa redução no prazo médio de dias transcorridos entre a solicitação e a publicação dos resultados no Diário Oficial do Estado das perícias de licença saúde e ingresso. Cabe reiterar que, mesmo com a descentralização das perícias médicas, o DPME é responsável pela decisão final e pela publicação do resultado das perícias, zelando pela qualidade do serviço prestado. Informatização: Desde a implantação das perícias online, em 2013, o DPME vem dando continuidade à informatização dos procedimentos periciais, na medida dos recursos disponíveis, com destaque, neste período, para a informatização dos pedidos de reconsideração, em fase final de testes e com funcionalidade programada a entrar em operação ainda em 2020, proporcionando maior agilidade na tramitação e análise dos milhares de requerimentos encaminhados ao DPME. - Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde - CAAS: Entre janeiro e outubro de 2020 a CAAS realizou as seguintes atividades: (i) Readaptação Funcional – Avaliação de 1.782 laudos de readaptação funcional; (ii) Rol de Atividades – Elaboração e envio de 1.415 rol de atividades do servidor readaptado onde a CAAS apresenta o mesmo de acordo com as limitações do servidor e com a finalidade de que os gestores estaduais pudessem realocar mais produtivamente os servidores que foram readaptados; (iii) Recursos contra as decisões do DPME sobre os pedidos de licenças para tratamento de saúde – foram avaliados 4.054 recursos interpostos à Comissão; (iv) Reuniões semanais do Colegiado: 84 reuniões sendo 44 para análise dos pedidos de recursos e ingresso e 40 para avaliação de rol de atividades, sendo que entre março e outubro as mesmas foram realizadas virtualmente devido a pandemia do COVID-19; (v) E-mail Corporativo: Disponibilizamos também o e-mail periciasrecursos@sp.gov.br para atendimento, via digital, de demandas de informações aos servidores. Nesse período foram prestados 1.164 atendimentos. - Coordenadoria de Gestão: – Departamento de Desenvolvimento Institucional - DDI: As atribuições do DDI estão estabelecidas pelo artigo 93, do Decreto nº 64.152, de 22 de março de 2019, e podem ser classificadas em três conjuntos distintos, porém complementares, de atividades: (i) processos de reestruturação administrativa de órgãos e entidades do Poder Executivo; (ii) manutenção do sítio eletrônico Perfil da Administração Pública Paulista; e (iii) Política de Bonificação por Resultados. Reestruturação Administrativa: Desde o início do mandato do Governador João Dória, a estrutura administrativa e organizacional da administração pública paulista sofreu algumas alterações, com o objetivo de viabilizar as ações prioritárias do Governo e garantir ganhos de efetividade no funcionamento da máquina pública. Nesse sentido, a diretriz governamental aos órgãos e entidades priorizou a readequação e a modernização das estruturas administrativas, por um lado, e a economicidade e simplificação organizacional, por outro. Como o DDI tem por atribuição prestar apoio técnico aos órgãos e entidades na elaboração de projetos de modelagem organizacional, além de analisar e emitir parecer técnico sobre o mérito das propostas de reestruturação administrativas (artigo 93, incisos III e IV), foram analisados os seguintes processos: (i) Criação da Agência Metropolitana de São Paulo (AGEMSP); (ii) Criação de Centro de Integração da Cidadania, em Juquiá; (iii) Reestruturação da Secretaria de Governo; (iv) Criação de Delegacia Seccional de Praia Grande; (v) Criação de Delegacia de Polícia da Mulher, em Arujá; (vi) Restauração do "Museu Nestor Sampaio Penteado", da Divisão de Prevenção e Educação da Polícia Civil; (vii) Reorganização do Instituto Butantan, da Coordenadoria de Recursos Humanos e da Coordenadoria de Saúde e Defesa Animal (Secretaria da Saúde); (viii) Reestruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo; (ix) Reestruturação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento; (x) Reestruturação do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania; (xi) Criação da Subsecretaria da Juventude, na Secretaria de Desenvolvimento Regional; (xii) Criação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em São Caetano do Sul; (xiii) Ampliação dos Centros de Apoio Técnicos nas Delegacias de Polícia do

Estado de São Paulo; (xv) Reestruturação da Secretaria da Habitação; (xiv) Criação da Divisão de Crimes Cibernéticos, do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC); (xv) Criação da Controladoria Geral do Estado; (xvi) Criação de Delegacias Eletrônicas; (xix) Criação da Penitenciária de Registro. Perfil da Administração Pública Paulista: O sítio eletrônico *Perfil da Administração Pública Paulista* (http://perfil.sp.gov.br) é um trabalho que se iniciou, em 1978, com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, cujo objetivo é a manutenção e atualização das informações sobre as estruturas administrativas e organizacionais do Governo do Estado, especialmente os dados sobre organogramas, legislação, atribuições e níveis hierárquicos dos órgãos e entidades da administração pública paulista. Com a fusão entre as Secretarias da Fazenda e do Planejamento e Gestão, a partir da edição do Decreto nº 64.152, de 22 de março de 2019, a administração do sítio eletrônico passou a ser uma atribuição do DDI (artigo 93, inciso V). Com o objetivo de tornar o sistema mais moderno, responsivo e transparente, o DDI, em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e com o Departamento de Gestão Estratégica e de Projetos – DEGEP, desenvolveu o projeto *Perfil 2.0*. Com início em dezembro de 2019, o projeto deverá ser entregue maio/2021, com novas funcionalidades e tecnologia adequada. Política de Bonificação por Resultados: O DDI assumiu as atribuições do antigo Serviço de Apoio à Bonificação por Resultados (SABR), sendo o setor responsável pela orientação e suporte dos órgãos e entidades do Poder Executivo e das instâncias decisórias no que se refere à análise das propostas de BR e de suas respectivas apurações. Nesse sentido, o DDI produziu as seguintes Notas Técnicas: (i) Apuração BR 2019; (ii) Secretaria da Fazenda e Planejamento; (iii) Departamento de Estradas de Rodagem - DER; (iv) São Paulo Previdência - SSPREV; (v) Secretaria da Segurança Pública – SSP; (vi) Centro Paula Souza – CPS; (vii) Secretaria da Educação; (viii) Proposta de BR 2020: (ix) Secretaria da Segurança Pública – SSP. Em função da edição do Decreto nº 64.937, de 13 de abril de 2020, a fixação de metas e a realização de avaliações referentes a bonificações e participações nos resultados que pudessem importar a assunção de despesas adicionais foram suspensas, até o final do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19. Dessa forma, a única bonificação por resultado que permaneceu, por estar excetualizada pelo decreto supracitado (item 2, § 2°, inciso VI, artigo 1º), foi a da Secretaria da Segurança Pública. – Escola de Governo do Estado de São Paulo – EGESP: A EGESP está estruturada com base no Decreto nº 64.152 de 23/03/2019 e tem sob sua responsabilidade a política de formação, capacitação e desenvolvimento dos servidores públicos do Estado de São Paulo, o planejamento e acompanhamento do Programa de Apoio à Pós-Graduação, destinado aos servidores da Secretaria da Fazenda e Planejamento, e, no âmbito do Estado de São Paulo, a coordenação e execução das atividades do Programa de Educação Fiscal. No ano de 2020, a EGESP sofreu duramente os impactos da pandemia da Covid-19 e teve frustradas quase todas as atividades presenciais planejadas para o corrente ano. No entanto, realizou os seguintes eventos relacionados à capacitação dos servidores do Estado de São Paulo:

Capacitação	Quantidade de eventos	56
	Nº de vagas	9.682
	Nº de inscritos	7.860
	Nº de aprovados	4.346
	Quantidade de Webinars/Lives	16
	Nº de visualizações	13.027
Programa de Apoio à Pós-Graduação	Número de servidores que receberam custeio	5
	Número de afastamentos concedidos	1

Executado até Outubro/2020.

Na Educação Fiscal, a EGESP atua na sensibilização dos cidadãos no que se refere à importância dos tributos na sociedade e na economia, e à relevância do controle social dos gastos e da transparência na aplicação de recursos públicos. Em 2020, também em um contexto de extrema limitação devido à Covid-19, a EGESP realizou eventos relacionados à educação fiscal para a cidadania, além dos cursos EAD, que já integram o plano de trabalho anual, ações, originalmente presenciais, foram adaptadas para o formato virtual.

Quantidade de ações realizadas	22
Número de cidadãos envolvidos	4.089

Executado até Outubro/2020

Departamento Central de Transportes Internos - DCTI: As atribuições do DCTI estão previstas no artigo 94, do Decreto nº 64.152, de 22 de março de 2019, e podem ser classificadas no rol de atividades descritas a seguir: análise de propostas de fixação, ampliação ou redução da quantidade de veículos destinada a cada frota; acompanhamento da fixação das cotas anuais e do consumo de combustíveis; manutenção de registros atualizados de cada frota; análise dos pedidos de aquisição e locação de veículos; emissão de pareceres sobre assuntos afetos ao Sistema da Administração dos Transportes Internos Motorizados; manifestação, preliminar, sobre recebimento de veículos em demonstração; arrolamento dos veículos oficiais pelos órgãos a que pertencem; adoção de providências relativas à declaração de inservibilidade dos veículos oficiais; coordenação de atividades relacionadas à avaliação dos veículos arrolados da Administração Direta, declarados inservíveis; realização de leilões de veículos oficiais. Frota atual do Estado: a Administração Direta e Indireta, que iniciou o ano com 96 Unidades Frotistas, conta atualmente com 39.576 veículos ativos, automotivos e motocicletas, distribuídos conforme o quadro abaixo:

FROTA GESP	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES E EMPRESAS	TOTAL GERAL
OFICIAIS	28.932	2.101	2.774	33.807
LOCADOS	757	185	3.636	4.578
CONVÊNIO	871	175	145	1.191
TOTAL	30.560	2.461	6.555	39.576

Renovação da frota: a quantidade de veículos na frota cresceu em relação ao ano de 2019 (3%), de 38.414 para 39.576, incluindo os carros de convênio. Em razão da necessidade de renovação observou-se aumento na quantidade de veículos adquiridos pela Polícia Militar e Polícia Civil. Durante o ano de 2020 (até 30 de Outubro), o DCTI recebeu 208 processos para aquisição e 116 locação. Por outro lado, foram arrolados 4.250 veículos. Essas solicitações e demais contatos com o DCTI culminaram além no número acima na realização de informações técnicas e pareceres referentes à homologação, aquisição, locação, doação, transferência e vendas de veículos, fixação e readequação de cotas de combustíveis, processos via Sem Papel, além de esclarecimento de por meio do "Fale Conosco" e via e-mail oficial do Departamento. Combustível: o DCTI é responsável pela fixação das cotas de combustível e pelo monitoramento do uso pelas unidades frotistas do Estado de São Paulo. O montante fixado até o início do mês de novembro é superior a 17 milhões de litros de gasolina, 61 milhões de litros de álcool, 94 milhões de litros de diesel e 255 de GNV.

Leilões: no exercício de 2020 foram avaliados 2.600 veículos, 500 alienados por meio de leilão, 439 com direito a documento e 61 em fim de vida útil (sem direito a documento), com os resultados demonstrados no quadro abaixo:

SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO
COORDENADORIA DE GESTÃO
DEPARTAMENTO CENTRAL DE TRANSPORTES INTERNOS - DCTI

- EXERCÍCIO DE 2020 -
LEILÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS INSERVÍVEIS
- COM DIREITO A DOCUMENTO E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL -

Nº LEILÃO	DATA REALIZAÇÃO	LEILOEIRO	PÁTIO	Nº LOTES VENDIDOS	VALOR DE VENDA	MÉDIA POR LOTE	LANCES
01/2020	27 e 28/08/2020	MARCELO VALLAND	BARRA FUNDA - MARCELO VALLAND	500	R$ 3.683.433,00	R$ 7.366,87	100 % ON LINE

Coordenadoria de Compras Eletrônicas – CCE: Resultados da Bolsa Eletrônica de Compras – BEC/SP:

Modalidades BEC	Quantidade		Valor Negociado (R$)	Economia (%)
	Oferta de Compra	Item		
Dispensa de Licitação	5.010	22.070	16.240.808,42	29,70
Convite Eletrônico	14.419	98.279	121.310.605,72	31,65
Pregão Eletrônico	19.204	120.349	12.156.699.174,13	27,69
Total	38.633	240.698	12.294.250.588,27	27,74

Em atendimento à Lei 13.979/2020, foi implantado o Pregão Simplificado Covid-19 com foco na negociação de itens médicos hospitalares considerados críticos e prioritários, bem como cestas básicas destinadas a famílias que vivem em situação de extrema pobreza, agravada pelo estado de calamidade pública decorrente da pandemia. Abaixo, o quadro resumo destas negociações e a economia por elas gerada:

Categoria	Quantidade de OC	Quantidade de Item	Valor Negociado (R$)	Economia (%)
Material	528	1.593	237.100.798,29	30,06
Serviço	10	17	7.181.104,60	20,38
Total	538	1.610	244.281.902,89	29,81

Em 2020, 49 municípios aderiram ao Sistema BEC/SP, com 10 adesões dos entes municipais (câmaras, autarquias, entre outros), além do Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista, totalizando 188 unidades compradoras. O Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP – soma 95.907 empresas cadastradas, dos quais cerca de 7.800 correspondem a Micro e Pequenos Empreendedores – MPE. Durante o período, foram aplicadas 3.020 sanções. O Cadastro de Serviços Terceirizados – CADTERC - publicou 1.348 preços referenciais; os números do Catálogo de Materiais e Serviços podem ser visualizados no quadro a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
ITENS DE MATERIAIS	141.174
ITENS DE SERVIÇOS	16.187
ITENS SOCIOAMBIENTAIS	1.860
ITENS DE SAÚDE	45.885
ITENS METROFERROVIÁRIOS	4.790
TOTAL	157.361

Aprimoramento das modalidades/sistemas já existentes: (i) e-GRP - Abertura para todas as unidades compradoras da administração direta, autárquica e fundacional do Estado; contemplando o agrupamento de itens; (ii) Pregão Eletrônico - módulo específico de Judicialização - Secretaria da Saúde e cota de até 25% para MPEs no Registro de Preços; (iii) Dispensa De Licitação – adequação da Lei 13.303/16 para empresas dependentes e não dependentes. - Subsecretaria de Planejamento e Projetos Estratégicos: a Subsecretaria resulta da fusão de parte da antiga Subsecretaria de Ações Estratégicas, órgão da Secretaria de Governo e dos departamentos que atuavam no Planejamento na CPO – Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, área antes integrante da Secretaria da Fazenda e Planejamento[18]. Seu campo de atuação abarca os Programas e Produtos do PPA – Plano Plurianual, bem como as ações e projetos nele contemplados e que são objeto de acompanhamento específico em função de seu papel estratégico no contexto governamental. No que diz respeito à área dedicada aos Projetos Estratégicos, seu foco principal são as "Ações Estratégicas do Programa de Governo", as quais são divididas em categorias de prioridade (na prioridade A, estão 40 ações; na prioridade B, 75; e na prioridade C, 110). Essas iniciativas são monitoradas, o que significa cumprir uma série de rotinas semanais envolvendo a execução dos eventos previstos nos Planos de Trabalho, as entregas das Ações e o encaminhamento de informações para gestão de alertas. Ao longo de 2020, a equipe responsável por essas atividades monitorou, em média, 225 Ações Estratégicas. Essas ações estão passando por uma revisão de escopo em função de uma importante mudança na qual a equipe também esteve envolvida a partir de maio: a elaboração do Programa de Metas 2020-2022; trata-se de um plano de trabalho com o objetivo de reforçar as prioridades do Governo do Estado, diante dos desafios macroeconômicos e de gestão pública que se colocaram no contexto recente. Estruturado em Eixos Norteadores (Proteção Social, Competitividade e Inovação), o Programa de Metas traz Objetivos Estratégicos, que refletem a transformação a ser alcançada em 2022, com metas específicas, prazos e quantidades fixadas. Diante disso, as "Ações Estratégicas do Programa de Governo" foram repactuadas e reorganizadas. Priorizou-se as ações com potencial para entrega/conclusão em 2022 e/ou com legado de extrema relevância, ações com potencial para ampliar a capacidade competitiva e de inovação e para melhorar a situação socioeconômica do estado, além daquelas com potencial para ser um multiplicador de benefícios econômicos. As "Ações Estratégicas" passaram a ser denominadas de "Metas", perfazendo um total de 115, com prazos, plano de trabalho e entregas fixadas. Registre-se, ainda, a atuação da equipe junto à área de Orçamento na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2021, já que este incorporou, sob a forma de produtos, ações orçamentárias

[18] Decreto nº 64.998, de 29 de maio de 2020. Dispõe sobre alteração de denominação de Secretaria de Estado e transferências que especifica e dá providências correlatas

e indicadores as Metas do Programa 2020-2022. As atividades de monitoramento contam com o apoio de um sistema informatizado, criado em 2019, com a finalidade de prover o Governador e o Secretário de Governo de informações que possam auxiliar em ações referentes a execução de seu programa. Esse sistema passou por atualizações ao longo do ano, em especial em função da adoção do Programa de Metas 2020-2022, com a inclusão das seguintes funcionalidades: (i) Tela de visualização do Programa de Metas 2020-2022; (ii) Eixos Norteadores do Programa de Metas 2020-2022; (iii) Objetivos Estratégicos do Programa de Metas 2020-2022. Na área de Planejamento ressaltam as atividades ligadas à gestão, monitoramento e avaliação do PPA – Plano Plurianual. O monitoramento do PPA 2020-2023 compreende um conjunto de atividades contínuas de produção, registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão dos programas e dos produtos, com a finalidade de subsidiar a tomada decisão quanto aos esforços necessários para aprimoramento da ação pública. Suas entregas organizam-se em tarefas de acompanhamento via SimPPA - o sistema de monitoramento do PPA e alimentam a importante atividade de Prestação de Contas ao TCE, que acontece trimestralmente sob a forma de produção de relatórios com dados de execução física e orçamentária; e, anualmente, com a elaboração, por parte das secretarias e de mais órgãos governamentais, das justificativas para os resultados obtidos em cada um dos produtos. A área de planejamento também tem importante papel na elaboração dos projetos das leis orçamentárias LOA e LDO, com suporte aos setoriais na definição das metas dos indicadores. Em 2020 teve como um de seus principais desafios fazer convergir o já mencionado "Programa de Metas do Governo" à Metodologia do Orçamento para Resultados. As atividades de monitoramento implicam grande interação com os órgãos setoriais, o que demanda: 1) a elaboração de normativas; 2) o desenvolvimento de ferramentas de apoio conceitual e prático; e 3) a constante melhoria das soluções informatizadas. Quanto ao primeiro item, em 2020 foram elaborados o Decreto e a Portaria de Gestão do PPA 2020-2023, cujas minutas estão pendendo aprovação. Quanto ao segundo item, houve um intenso trabalho de preparação de manuais que apoiaram os gestores do PPA (em especial os Coordenadores de GSPOFP[19] e gerentes de programa) em especial, o "Guia de Orientações para definição de metas" e "Manual de utilização do sistema PMA". O PMA – Previsão de Metas Anuais é uma iniciativa incluída no terceiro item, que corresponde aos esforços de adequação tecnológica e desenvolvimento de novos aplicativos. Trata-se de um sistema para registro, pelos setoriais, das metas para 2021 dos indicadores de resultado, dos indicadores de produto PPA e gerencial e dos indicadores decorrentes de ações não orçamentárias do PPA 2020-2023, visando assegurar maior coerência entre recursos os alocados e as metas estabelecidas. Também é importante atividade da área de Planejamento a realização das audiências públicas que antecedem a elaboração da LDO e da LOA. No caso da LDO, a audiência pública eletrônica teve a participação de 195 pessoas, com a apresentação de 353 propostas. Destacaram-se como principais áreas e demandas: Emprego e Renda; Ensino Fundamental; e Agronegócio. A Região Metropolitana de São Paulo e a Região Administrativa de Campinas foram as áreas com maior votação. No caso da LOA, a audiência pública eletrônica teve a participação de 299 pessoas por meio da apresentação de 547 propostas. Destacaram-se como principais áreas e demandas: Assistência Jurídica, Integral e Gratuita; Segurança Pública/Bombeiros; e Transportes Metropolitanos/CPTM com 18 votos. As regiões com maior votação foram, respectivamente, a Metropolitana de São Paulo e a Administrativa de Presidente Prudente. Em ambos os casos – LDO e LOA – o relatório de votação por áreas e demandas e por regiões foram publicadas no Portal da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão. Ainda em 2020, a área responsável pelos Processos de Planejamento começou um piloto

---

de mapeamento do processo de elaboração da LDO com base nos padrões do *Business Process Model and Notation (BPMN)* visando a padronização de ações e a otimização dos processos de trabalho envolvidos na elaboração das diretrizes orçamentárias. Por fim, ainda no contexto do Planejamento, ressalte-se a Avaliação de Programas e Políticas Públicas. Com o objetivo de mensurar a eficiência, eficácia e efetividade das ações de Governo, foram realizadas dez avaliações, sendo uma avaliação de satisfação com usuários dos serviços dos Centros de Integração da Cidadania e outras nove avaliações de desenho de programas, quais sejam: Abastece São Paulo; Segurança Alimentar; Aprendizagem de Excelência; Gestão Institucional da SEE; Centros Integrados da Cidadania; Atenção ao Adolescente e Cumprimento de MSE; Tecnologia em Saúde; Expansão e Modernização em Saúde; e Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes. Tais avaliações de desenho têm o intuito de contribuir com o planejamento dos programas, a cargo de seus respectivos gestores, bem como com o fortalecimento das metodologias de planejamento da administração estadual. - Subsecretaria de Parcerias: Ao longo de 2020, a Subsecretaria desenvolveu atividades da seguinte forma: I – Programa: 5115 – Desenvolvimento de parcerias com a iniciativa privada - Objetivo: Promover o desenvolvimento de melhores parcerias com a Iniciativa Privada e o Terceiro Setor, fornecendo apoio técnico e institucional para viabilização de projetos prioritários. Ação: 5637 – Apoio técnico e institucional às PPP's, às Concessões e outras Parcerias: Desenvolvimento de estudos técnicos de modelagem de parcerias e outros documentos, produzidos por equipe do Estado, com eventual assessoria de consultoria especializada externa. Em meio à pandemia do corona virus e aos desafios da conjuntura atual de restrições orçamentárias, as Parcerias com a Iniciativa privada têm representado uma oportunidade de atrair novos investimentos, de melhorar os serviços públicos e de desonerar o Estado. Para manutenção dos trabalhos de estruturação das modelagens dos projetos e de melhoria nos arranjos contratuais, foram aplicadas aos procedimentos formais soluções inovadoras. Com destaque à realização de audiências públicas integralmente virtuais, além da oferta de rodadas de sondagem ao Mercado remotas com investidores e financiadores nacionais e internacionais, possibilitando remarcações mais flexíveis e interlocução mais responsiva. Também cabe salientar o desenvolvimento de projetos pilotos no âmbito das parcerias com o Terceiro Setor, com vistas a implantar contratualmente a remuneração das Organizações Sociais por meio de indicadores de resultados mais eficientes. Neste contexto, a Subsecretaria de Parcerias assumiu a empreitada de, mesmo diante do cenário de pandemia, seguir com a agenda de estruturação dos projetos, além de incrementar a qualidade da extensa documentação subjacente aos projetos, intensificando a revisão dos estudos, de minutas de edital, contrato e seus inúmeros anexos, reduzindo o número de falhas e inconsistências e conferindo mais detalhamento e clareza aos inovadores conceitos e mecanismos regulatórios propostos. I.1 - Unidade de Parcerias (Concessões/PED e PPP) - Produto: 786 – Estudos Técnicos de Modelagem de Parcerias Público-Privadas/PPP, de Concessão e de outras Parcerias. Implementação de projetos de Parcerias Público-Privadas/PPP e de Concessão, buscando estruturar melhores parcerias com maior segurança jurídica, aderentes ao interesse público e atrativas à iniciativa privada, com vistas a atrair novos investimentos, melhorar os serviços públicos e desonerar o Estado. I.1.1 - Atividades Organizacionais e Formalização das Responsabilidades: As atribuições legais da Unidade de Parcerias (PED e PPP) englobam estruturação e avaliação de projetos de concessão, bem como assessoramento aos Conselhos do Programa Estadual de Desestatização/CDPED (Lei nº 9.361/1996) e do Programa de Parcerias Público-Privadas/CGPPP (Lei nº 11.688/2004). Com a publicação do Decreto nº 61.371/2015, que normatizou os procedimentos para apresentação, análise e aproveitamento de estudos encaminhados pela iniciativa privada ou por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, a Unidade incorporou novas responsabilidades de apoio técnico em outras áreas de interesse, adequando sua atuação à estratégia de ações do Governo do Estado de São Paulo/GESP. Ao longo do ano 2020, a Unidade de Parcerias atuou na consolidação das modelagens e no apoio e monitoramento dos processos de licitação e de contratação dos Projetos Prioritários, enquadrados tanto na modalidade de Parcerias Público-Privadas/PPP como no Programa Estadual de Desestatização/PED, alinhados à atual estratégia do Governo, qualificando a maturação dos escopos conforme os procedimentos estabelecidos no Decreto nº 61.371/2015, conforme segue: Enquadramento Preliminar: submissão/protocolo das Propostas na Plataforma Digital de Parcerias/PDP, que foram preliminarmente avaliadas e encaminhadas pela Unidade de Parcerias, sendo objetos de: (i) emissão da Nota Técnica de Conformidade; de (ii) apoio à(s) Secretaria(s) diretamente envolvida(s) na elaboração da apresentação aos Conselhos de PED e PPP sobre os pontos relevantes das propostas; e de (iii) coordenação na formatação do Relatório do Comitê de Análise Preliminar/CAP, composto por técnicos da Subsecretaria de Parcerias (SPOG), da Fazenda e Planejamento, Infraestrutura e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Procuradoria Geral do Estado, além dos Setoriais diretamente implicados com a propositura e das agências reguladoras. A Nota Técnica do CAP consiste no aprofundamento da análise preliminar da viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da proposta, apontando possíveis pontos de atenção, subsidiando os Conselheiros do CDPED e CGPPP na deliberação dos próximos encaminhamentos sobre o interesse público no prosseguimento do desenvolvimento da modelagem, incluindo o projeto na Carteira do Programa Estadual de Parcerias. Nessa fase, foram priorizados os seguintes empreendimentos em 2020: (i) Habitação – Vida Digna (PPP Palafitas): Submissão da Secretaria de Habitação, com o envolvimento da CDHU – Cia. Desenvolvimento Habitacional e Urbano S/A. Em avaliação no Comitê de Análise Preliminar (CAP); (ii) Concessão Imóvel Casa das Retortas: Submissão na Plataforma Digital de Parcerias por Pessoa Física. Autorizada a constituição do Comitê de Análise Preliminar (CAP) para aprofundamento dos estudos. Modelagem: Estruturação e submissão da Modelagem do projeto ao CDPED/CGPPP, que, ao aprová-la, autoriza o início dos procedimentos de licitação. Nessa etapa, a Unidade de Parcerias, que integra os GTs, atua na coordenação dos trabalho de: (i) formatação da modelagem preliminar, que fundamenta a condução de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios, e de (ii) consolidação da Modelagem Final, matéria de Nota Técnica/Relatório do Grupo de Trabalho, considerando as contribuições oriundas das ações de audiência e consulta pública e de sondagem ao mercado ("*market sounding*"), para autorização da publicação do Edital definitivo e demais anexos. Na sequência, os projetos prioritários que avançaram na consolidação das modelagens ou tiveram encaminhamentos autorizados no decorrer de 2020. Projetos que tiveram os seus leilões realizados: (i) Caminhos do Mar (Programa Concessão de Parques Estaduais): Modelagem Final consolidada pelo Grupo de Trabalho, considerando as contribuições recebidas dos eventos de audiência pública (ambiente virtual), de consulta pública e de sondagem ao Mercado. Edital e anexos finais publicados em setembro/2020, e leilão realizado em novembro/2020. "Consórcio Caminhos da Independência" apresentou melhor proposta; (ii) Rodovias - Lote Trecho Norte do Rodoanel: Licitação iniciada, com declaração do vencedor. Prorrogação do Sobrestamento da licitação até 31/12/2020. Projetos que estão com os editais publicados e/ou autorizado: (i) Concessão do Zoológico, Zoo Safari, Jardim Botânico e Fazenda: Modelagem Final consolidada pelo Grupo de Trabalho, considerando as contribuições recebidas nos eventos de audiência pública (ambiente virtual) e de consulta pública. Edital e anexos definitivos publicados em novembro/2020. Leilão previsto para 21/01/2021, na Bolsa de Valores (B3); (ii) Linha 08 Diamante e 09 Esmeralda da CPTM: Realizadas as etapas de audiência (virtual) e de consulta pública, bem como de novas rodadas de sondagem ao Mercado. Grupo de Trabalho, apoiado pelo "*IFC - International Finance Corporation"*, consolidou a Modelagem Final, aprovada pelo CDPED e CGPPP, que autorizou a publicação do Edital definitivo; (iii) Transporte Rodoviário Intermunicipal – ARTESP: Grupo de Trabalho ajustando as premissas da modelagem e do Edital para republicação; (iv) Concessão de Rodovias – Lote Litoral Paulista: Modelagem Final consolidada pelo Grupo de Trabalho, considerando os resultados das contribuições dos eventos de audiência e de consulta pública, foi aprovada pelo CDPED e CGPPP, autorizando a publicação do Edital final.; (v) Concessões de 22 Aeroportos Regionais de Aviação Regular e Executiva: Disponível "Data Room", com informações sobre o Projeto e os Aeroportos, aos interessados. Modelagem Final consolidada pelo Grupo de Trabalho, considerando os resultados das contribuições dos eventos de audiência e de consulta pública, foi aprovada pelo CDPED e CGPPP, autorizando a publicação do Edital final. Projetos em Consulta/Audiência (autorizada, em andamento ou realizada: (i) CVG – Complexo do Ginásio do Ibirapuera: Realizadas as etapas de audiência (ambiente virtual) e de consulta pública. Grupo de Trabalho consolidando a modelagem final, com apoio técnico da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e posterior autorização para publicação do Edital definitivo; (ii) Parque da Cantareira e Parque Alberto Lofgren - Região Metropolitana de São Paulo/RMSP: Grupo de Trabalho estruturou, com apoio da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, a modelagem preliminar da concessão conjunta dos dois parques (PEC e Horto), adequada às atuais variáveis do projeto, a qual foi validada pelo CDPED e CGPPP, autorizando prosseguir com as etapas de audiência e consulta pública; (iii) Presídios – PPP Integral: CDPED e CGPPP aprova modelagem preliminar desenvolvida pelo Grupo de Trabalho, com apoio técnico da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, e autoriza a realização das etapas de audiência e de consulta pública às minutas dos instrumentos licitatórios. Projetos aprovados no Conselho de CDPED/CGPPP em fase de Grupo de Trabalho (GT): (i) Trens Intercidades – TIC: Grupo de Trabalho está desenvolvendo a Modelagem do projeto, com apoio técnico do BID; (ii) Educação – Novas Escolas: Grupo de Trabalho está em negociação com o BNDES das condições para que o banco atue como estruturador do projeto; (iii) Sistema de Travessias Paulista: Modelagem a cargo do Grupo de Trabalho, com assessoria técnica da FGV - Fundação Getúlio Vargas. Projetos na fase de Comitê de Análise Preliminar (CAP): (i) Concessão da Estrada de Ferro de Campos de Jordão: Submissão da empresa Urbancon Consultoria e Participações Ltda. Relatório do CAP aprovado pelo CDPED e CGPPP, com consequente inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias. Autorizada a formação de Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem e demais atividades correlatas; (ii) Concessão de Parques Urbanos – Villa-Lobos, Cândido Portinari e Água Branca: Submissão da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Relatório do CAP aprovado pelo CDPED e CGPPP, com consequente inclusão do projeto no Programa Estadual de Parcerias. Autorizada a formação de Grupo de Trabalho responsável pela consolidação da modelagem e demais atividades correlatas; Institucionalização da Sondagem de Mercado e Rodadas de Apresentações (*Market Souding e RoadShow*): Com vistas a criar ambiente de confiança para negócios e gerar maior concorrência aos certames com atração de novos atores, a Subsecretaria de Parcerias institucionalizou o diálogo entre o poder público e o parceiro privado, de forma a conciliar os respectivos interesses, implementando a consulta ao mercado ("*market sounding*" e "*roadshow*"). No ano de 2020, em razão das medidas adotadas para o COVID-19 pelo GESP, as reuniões realizadas com operadores, investidores, financiadores e outros interessados qualificados, para discutir os principais aspectos a serem considerados na consolidação dos projetos de parcerias,

foram de forma "remota", respeitando regulamento publicado previamente no PDP (www.parcerias.sp.gov.br), com agendas e súmulas publicadas no *site.* Destacando os eventos realizados em: (i) maio e junho/2020 - "Ação de Impacto Social – Fundação CASA"; (ii) Maio/2020 - "Sistema de Contas Vinculadas" – Agentes Financeiros; e (iii) Julho/2020 - Nova Rodada de Sondagem de Mercado da "Linha 08 e 09 – CPTM". Concessões contratadas (Gestão de Contratos): Atualmente, o Estado possui 28 Concessões e 12 PPP celebradas, no total de 40 contratos assinados e em andamento. Para todas as concessões contratadas, a Unidade de Parcerias atua em conjunto com as agências reguladoras, Secretaria da Fazenda e Planejamento e Procuradoria Geral do Estado – PGE, bem como com os setoriais diretamente envolvidos, na discussão do *status* e das pendências de cada contrato, visando à resolução das questões contratuais e o equacionamento dos desequilíbrios e dos passivos regulatórios. Cabe destacar que, em 2020: (i) GESP assinou o maior contrato de concessão de rodovias do país, para a operação do Lote PiPa (Piracicaba - Panorama), de 1.273 km de estradas, prevendo investimento de R$ 14 bilhões; (ii) Revogação da caducidade e manutenção do contrato de PPP, e para retomadas das obras da Linha 6 – Laranja do Metrô. A concessionária "Linha Universidade Participações S.A." (grupo espanhol Acciona) adquiriu do consórcio Move São Paulo os direitos na parceria público-privada (PPP) para a construção, operação e manutenção da linha, com anuência do GESP. Participação em eventos e premiações: Com o intuito de fomentar a Carteira de projetos do Programa Estadual de Parcerias, a equipe da Subsecretaria de Parcerias participou de eventos nacionais e internacionais, destacando: (i) "I Congresso Nacional de Gestão Pública para Resultados (ConGpR)", aconteceu entre os dias 11 a 13 de março, em Fortaleza-CE; (ii) "Roundtable online: Estruturação de parcerias em época de covid-19: desafios e proposições", realizado pela FGV Projetos em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura (IBEJI)", no dia 23 de abril; (iii) "Fórum Anual de Liderança em Infraestrutura Estratégica Global da CG/LA", realizado em plataforma GViP, permitindo encontros privados entre líderes e interessados nos projetos; (iv) "P3 Awards 2020", premiação ocorrerá em janeiro/2021. O ano de 2020 corresponde à 7ª edição do prêmio, e o Estado de São Paulo, por meio da Subsecretaria de Parcerias, está entre os finalistas em duas categorias: (i) Melhor Projeto Operacional de Infraestrutura Social, com o projeto Complexos Hospitalares; e (ii) Promotores do Setor Público do Ano, com a equipe da Subsecretaria de Parcerias. I.2 - Unidade de Parcerias Sociais - Produto: 1709 – Portal de Parcerias com o 3º Setor disponibilizado. Descrição: Plataforma na internet disponibilizada para tramitação eletrônica, com visualização pública, de procedimentos relacionados à celebração e ao acompanhamento de parcerias com o 3º Setor. Produto: 1763 – Aperfeiçoamento da Contratualização, Regulação e Fiscalização com 3º Setor: implantação de projeto piloto de contratualização por resultados com organizações do 3º Setor de quatro segmentos diferentes, com vistas ao aperfeiçoamento da contratualização, regulação e fiscalização das Parcerias Sociais. I.2.1 - Atividades Organizacionais e Formalização das Responsabilidades: (i) Acompanhamento dos contratos de gestão vigentes e das convocações públicas voltadas à celebração de novos ajustes, oferecendo orientações técnicas às Secretarias contratantes; (ii) Assessoramento para o aprimoramento de indicadores (e metas) de resultado e de impacto dos contratos de gestão; (iii) Edição e promulgação do Decreto Estadual nº 64.367 de 2019, que institui um portal eletrônico para realizar, de forma pública, transparente e impessoal, a seleção das Organizações Sociais e o acompanhamento da execução dos contratos de gestão no Estado; (iv) Conclusão do "portal de parcerias com organizações da sociedade civil" de que trata o Decreto nº 61.981/2016. Portal de Parcerias Sociais: Com o objetivo de fomentar a transparência e facilitar a participação social, o Governo do Estado desenvolveu o Portal de Parcerias Sociais. Pelo portal, é possível ter acesso às informações relativas às parcerias entre Governo do Estado e organizações da sociedade civil, assim como é possível que o cidadão apresente uma proposta de parceria (Manifestações de Interesse Social). O módulo de OSC está funcional e disponível no endereço eletrônico http://www.parceriassociais.sp.gov.br/osc/. O módulo destinado a Organizações Sociais – OS está em desenvolvimento e novo cronograma em elaboração junto à área de programação para atender às alterações dos impactos de prioridade daquela área decorrentes da pandemia. Contratos de Impacto Social: A Subsecretaria de Parcerias dedica-se a contribuir com o desenvolvimento de um projeto inspirado no modelo de Contrato de Impacto Social - CIS (baseado no *Social Impact Bond*, criado no Reino Unido em 2010), que apresenta pagamento por resultado, no Estado de São Paulo. A iniciativa está sendo realizada junto à Fundação CASA. Lançada em 2018, seu objetivo é a redução da reincidência infracional. O público-alvo são adolescentes que cumpriram pelo menos seis meses de medida socioeducativa de internação e semiliberdade na Fundação CASA. Primeiramente, foi feito uma modelagem do projeto social, contendo avaliação exploratória do problema, definição da população-alvo e análise de suas necessidades, levantamento dos potenciais intervenções e definição das métricas de impacto. Em 2020, foi feita consulta pública aberta, através do sítio eletrônico da Fundação CASA, à totalidade da sociedade civil. Uma série de consultas ("*market sounding*") ao ecossistema de organizações sociais foi realizada de maneira remota devido à pandemia do corona vírus. Ao todo, foram recebidas 16 contribuições da sociedade civil e 13 contribuições das organizações da sociedade civil (OSC). Devido a fatores externos ao envolvimento da Subsecretaria de Parcerias no projeto, o edital foi publicado no sítio eletrônico da Fundação CASA e seu resultado foi deserto. O edital foi revisado e publicado novamente no dia 12/11/2020 e se encontra no presente momento aberto para envio de propostas. Participação em eventos: Participação em modalidade virtual do evento " Semana da Inovação", realizado dias 16 a 19 de novembro em Brasília, organizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso-Brasil), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Economia e o Governo Federal.

Unidade de Arquivo Público do Estado: tem a missão de atuar como órgão normativo e coordenar a execução da política estadual de arquivos, por meio da gestão, preservação e acesso aos documentos públicos, contribuindo para a eficiência e memória da administração pública, o acesso à informação, a produção de conhecimento e a garantia de direitos aos cidadãos. Política de acesso à informação: Monitoramento de 25.501 pedidos de acesso à informação para o Governo Estadual no ano de 2020; coordenação de 204 Serviços de Informações ao Cidadão-SIC e 157 atendimentos técnicos; 1.494 atendimentos da CAC pelo Sistema SIC.SP, 3.269 redirecionamentos de pedidos, 1 curso, 636 agentes capacitados e 4.816 horas de treinamento. A CAC, observando a legislação de proteção de dados, realizou a anonimização de dados e informações pessoais na base de dados do sistema SIC.SP (referentes ao período de maio de 2012 a maio de 2020), com publicação de 149.268 pedidos (com 61 rótulos de informações, de dados estruturados e não estruturados),; melhorias do sistema SIC.SP: inserção de registro de pedido de informações sobre COVID-19 (definido pelo interessado) e envio automático de decisão de instância recursal para o interessado. Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI: 7 reuniões virtuais; 134 recursos pautados para julgamento; 35 diligências e solicitações de providências; 101 votos publicados no site do APESP em transparência ativa. Política estadual de gestão documental: 661 atendimentos técnicos (89 reuniões virtuais, 14 Pareceres técnicos e 14 visitas técnicas presenciais); análise de 372 editais de ciência de eliminação de documentos; 30.420,29 m/l de documentos avaliados; 892,5 ml de documentos recolhidos e doados para o APESP; 29.527,79 ml de documentos avaliados destinados à eliminação pelos órgãos/entidades do SAESP; 91 Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADAs orientadas e 500 Subcomissões; 06 Termos de Recolhimento, 02 Termos de Doação formalizados; elaboração de 4 planos de classificação e tabelas de temporalidade das atividades-fim (SSP, ARTESP, DAEE e IMESC); 3 Comunicados de inexistência de documentos das atividades-fim (AGEMCAMP, FDE e AGEM SOROCABA); 2 Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim atualizados (Saúde e DETRAN); elaboração de atos normativos: Portaria UAPESP/SAESP nº 3, de 08/10/2020, que aprova versão atualizada do "Manual de orientação para o uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel"; Portaria UAPESP/SAESP-4, de 23/11/2020, que substitui os Anexos I e II da Instrução Normativa APE/SAESP nº 1, de 10/03/2009, que definem os requisitos e metadados a serem adotados pelo ambiente digital de gestão documental do SP Sem Papel e por outros sistemas autorizados de gestão arquivística de documentos; Minuta de Portaria sobre mapeamento e modelagem de documentos digitais; Minuta de Portaria que dispõe sobre o tratamento de acervos de documentos das entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado em processo de alienação, fusão, cisão, liquidação, dissolução e extinção; Minuta de Portaria que define procedimentos para orientar o processo de mapeamento de documentos digitais no ambiente digital de gestão documental "Documentos Digitais" do SP Sem Papel; elaboração do Programa de Gestão Documental, com 5 projetos com a finalidade de promover a elaboração de instrumentos de gestão documental, a avaliação da massa documental acumulada, o recolhimento de documentos permanentes, a expansão do Programa SP Sem Papel e a regulação da prática da digitalização no âmbito da Administração Estadual. Modernização e expansão do Sistema SPdoc e implementação de normas e procedimentos de protocolo: Administração central do Sistema SPdoc; 911 atendimentos (107 reuniões virtuais); modernização do SPdoc: 6 melhorias, 4 correções e 3 novos desenvolvimentos; implantação parcial do SPdoc na SPOG; 2.182 novos usuários em 2020; 58.809 usuários no total; 6.262.311 documentos produzidos no sistema; 14 mapeamentos de documentos compostos para o ambiente digital de gestão documental do SP Sem Papel; diagnóstico das unidades de protocolo de 54 órgãos e entidades estaduais: 564 unidades com atribuição de protocolo, 1.568 servidores públicos, 142 funcionários terceirizados e 90 estagiários. Produção, gestão e preservação de documentos digitais: Participação no processo de implantação do Programa Sem Papel na Administração Indireta; 665 atendimentos técnicos para os órgãos e entidades do SAESP (4 visitas presenciais; 322 reuniões); 622 modelos elaborados de documentos digitais para o SP Sem Papel; 23 tópicos atualizados e criação de 06 novos tópicos no "Manual de orientação para uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel"; atividade de operação assistida, em colaboração com a Fundação Vanzolini, 15 dias sequenciais (6h/dia) após implantação, a cada entidade; 1 Web dúvida (3h) sobre novos procedimentos, em parceria com a Fundação Vanzolini; 1 parecer técnico sobre modelagem da documentação da BEC/SP para PGE; Aprimoramentos do SP Sem Papel: 15 requisitos revisados, 2 regras de negócio elaboradas, 33 funcionalidades homologadas, elaboração de 3 relatórios de ajustes necessários para Prodesp; 8 erros testados, identificados e notificados. Promoção de gestão documental e acesso à informação nas administrações municipais: 134 atendimentos a Prefeituras e Câmaras Municipais; 64 reuniões virtuais; Gestão e monitoramento de 4.586 acessos ao "Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação Municipal"; Atualização da base de dados do CAM; 104 horas de capacitação, com 52 participantes; Análise de 13 funções, 78 subfunções, 86 atividades e 1.877 séries documentais do Livro "Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade Documentos para as Administrações Públicas Municipais", de autoria de Daíse Apparecida Oliveira, e cotejo com os instrumentos de gestão documental da Administração Pública Estadual para a elaboração de "Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos modelo para o Poder Executivo Municipal (atividades-meio e fim)". Atendimento ao público: 73.910 pessoas, sendo 440 presenciais; 8.559 consultas para certidões; 112 em visitas técnicas/monitoradas; 107 nas exposições físicas; 48.313 visitas às exposições virtuais; 7.068 participantes de cursos, palestras, oficinas; 8.780 por e-mail; e 531 telefônicos. Emissão de 1.481 certidões, sendo 1.337 certidões de Imigração, 5 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros e 139 certidões e cópias certificadas para fins jurídicos. Reproduções feitas a pedido dos consulentes (Acervo Iconográfico): 4.882 documentos Site do APESP e redes sociais: 233.148 visitantes no site e com 1.431.748 visualizações de páginas; 3.013 atendimentos (sendo 2.798 do fale conosco, 83 atendimentos gerais no e-mail da Comunicação, 16 atendimentos de jornalistas e 116 atendimentos via redes sociais); 24.971 visualizações no canal APESP no YouTube; 2.076 seguidores no YouTube; 62.707 seguidores no Facebook, 15.960 no Instagram, 28.109 no Twitter e 510 no Linkedin; 5 transmissões ao vivo pela internet com 9.749 visualizações, e 24 vídeos produzidos, com 4.794 visualizações, além de 30 notícias. Tratamento técnico do acervo permanente - Guia do Acervo: em razão da pandemia as descrições estão em revisão. Disponibilização digital de instrumentos de pesquisa: Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque, Campanha Presidencial de Armando de Salles Oliveira: índice analítico; Arquivo Adhemar de Barros; Catálogo do Arquivo Pessoal Altino Arantes; Catálogo de processos do Tribunal de Justiça de São Paulo, Catálogo de documentos recolhidos da Fundap (1974-2016), Catálogo de documentos da Companhia Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (1951-1972), Catálogo de processos de censura teatral da Divisão de Diversões Públicas da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo (1926-1970) – Arquivo Miroel Silveira e 3 novos índices de registros de terras - totalizando 17 concluídos. Acervo textual: Identificação: 45.097 itens; Indexação: 8.506. Descrição arquivística: 28.697 itens; Controle do Acervo: 274.221 itens movimentados para atendimento ao público; Troca de acondicionamento: 10.970 itens; Documentos acessados para emissão de certidão: 1.135 itens. Acervo cartográfico - Descrição arquivística: 513 documentos; Digitalização: 162 documentos; Identificados: 501 documentos; Classificados: 501 documentos; Ordenados: 3.259 documentos; Higienizados: 605 documentos; Acondicionamento: 1.352 documentos. Acervo iconográfico - Descrição: 1 conjunto documental - Secretaria do Planejamento; Identificação: 2.684 itens; Descrição arquivista: 8.442 itens; Organização do Acervo: 8.442 itens; Acondicionamento: 2.631 documentos; Higienização: 4.728 documentos; Digitalização: 1.580 itens. Biblioteca e Hemeroteca: Controle do acervo: 360 metros lineares de acervo monitorado; Acervo Bibliográfico: Catalogação: 5.917 livros; Classificação e indexação: 5.618 volumes; Inventário: 5.993 livros; Higienização de 491 itens/volumes; Reparo de 205 livros; Acondicionamento de 542 itens. Hemeroteca: Catalogação: 16.258 jornais e revistas; 379 periódicos ordenados; Acondicionamento de 625 itens; Higienização de 649 periódicos. Preservação: documentos reparados: 719; restaurados: 20; higienizados: 36.991. Microfilmagem: digitalização e tratamento do Projeto Censura teatral - 41 caixas com 618 processos, totalizando 44.638 imagens; digitalização das Fichas de catalogação do IGC - 4.826 imagens; demandas Internas e externas de digitalização - totalizando 2.232 imagens; Atividades realizadas em tele trabalho: Planilhamento dos Filmes digitalizados dos Maços de População – 219 rolos com 271.196 imagens. Tratamento técnico de 109 rolos com 131.840 imagens; Digitalização de pedidos Jurídicos: Santa Terezinha - 46 processos com 2.885 imagens; Maternidade de São Paulo - 4

processos com 18 páginas; Livros da administração pública (Coordenadoria) – 8 pastas com 4.514 imagens; Instrumentos de Pesquisas – 6 encadernados com 440 imagens; Digitalização do Projeto Autos crimes – 27 rolos de microfilmes; Acondicionamento e Encadernação: Confecção de 12.351 acondicionamentos (caixas, jaqueta de poliéster, folders, entrefolhamentos) e 88 encadernações. Tratamento Especial: tratamento de Irradiação com cobalto 60 visando a eliminação de infestação biológica de 1.621 encadernados de fundos variados. Incorporação de novos documentos ao acervo permanente: 259,44 metros lineares de novos documentos ao acervo permanente - Recolhimentos: EMPLASA/GEGRAN 94,52 metros lineares, Secretaria da Cultura e Bolsa do Café (CAA): 52,92 metros lineares e CEPAM (Secretaria da Fazenda) 112 metros lineares. Acervo bibliográfico e hemerográfico: Recolhimentos - 10 metros lineares da Biblioteca da Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM); Doações – 0,04 metros lineares - 1 livro e 1 relatório de cidadãos e entidades. Acervo cartográfico: Recolhimento de 5.607 tubos da CPOS. Tratamento técnico do acervo intermediário: 3.631 caixas de documentos avaliados da Secretaria da Educação; 760 caixas de documentos recolhidos ao DPDA; 69 atendimentos técnicos; 90 reuniões virtuais; implantação do projeto "Avaliação da Massa Documental Acumulada na Administração Pública do Estado de São Paulo": revisão de conteúdo do "Guia para avaliação dinâmica da massa documental acumulada" e elaboração de conteúdo do curso EAD; Projeto-piloto em 8 unidades da Secretaria da Saúde: diagnóstico da massa documental acumulada: 73.273 m/l (resultado parcial); Projeto-piloto em 17 unidades da SAP: diagnóstico da massa documental acumulada: 21.280 m/l (resultado parcial); Elaboração do regulamento do CAA (em andamento); Desenvolvimento do sistema de gerenciamento das atividades executadas pelo CAA (em andamento); Projeto em parceria com a Fundação CASA para indexação de 767 prontuários de ex-internos; Realização de 22 visitas técnicas ao CAA em parceria com o Núcleo de Ação Educativa; 144 documentos emprestados; 70 documentos devolvidos e 8 prontuários digitalizados. Gerenciamento de riscos e sustentabilidade: Visitas Técnicas Externas para Recolhimento de Acervo: CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal); EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano); CEE (Conselho Estadual de Educação); CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo); Complexo Hospitalar do Juquery da Secretaria da Saúde; Procuradoria Geral do Estado - Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário (PCAI); DER (Departamento de Estradas de Rodagem); Secretaria da Fazenda; Secretaria de Cultura; Vistorias Preventivas dos acervos e monitoramento dos agentes: 102 vistorias realizadas. Divulgação do acervo, capacitação e disseminação do conhecimento técnico-arquivístico: Cursos e eventos de capacitação (em ambiente virtual) - Lançamento do Sistema de elaboração de TTD-fim para as Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, no dia 10/06; II Encontro Estadual dos Serviços de Informações ao Cidadão (SIC), nos dias 26 e 27/11; 5ª edição do curso EAD "Gestão Documental e Acesso à Informação" (636 inscrições e carga horária de 4.816 horas); 6 cursos de capacitação sobre elaboração de TTD-fim (ARSESP, TCE, UFAM, UFES) e sobre classificação de documentos no ambiente do SP Sem Papel (FDE): 3.350 participantes; Operação assistida com a Fundação Vanzolini (3.468 horas de capacitação em 67 dias), com 578 participantes; Operação do Sistema SP Sem Papel com a Fundação Vanzolini (18 horas de capacitação), com 244 participantes (SPPREV, DETRAN, PROCON e JUCESP); curso na Secretaria de Desenvolvimento Social sobre a LAI e o acesso à informação, com 44 participantes. Capacitação de servidores do DGSAESP: realização de 243 cursos EAD, em conformidade com o Decreto nº 64.864/2020, visando o aperfeiçoamento profissional dos servidores para o exercício de suas funções e atividades. Elaboração de materiais e cursos: redação de projeto de curso de Conservação na modalidade EaD; elaboração do curso Conservação Preventiva de Acervos Bibliográficos; elaboração do curso "Reprodução de plantas de arquitetura (em andamento); redação do Manual de Conservação para Municípios Paulistas (em andamento). 1 Curso EaD: Libras; Exposição Física "Arquivos Vivos e Memórias de Práticas Médicas em São Paulo"; Seminários: "Marilena Leite Paes", "ArquivoAberto", "Arquivos em tempos de pandemia"/Redarq-SP, lançamentos de publicações - Revista do Arquivo nº 10 (Difusão) e nº 11 (Parte 1 - Perda de Informação e Parte 2 – Sinistros Digitais) e da campanha #ArquivoNossoDeCadaDia; Publicação de 10 vídeos com dicas de organização/preservação, reflexões de especialistas e relatos de cidadãos sobre Arquivos Pessoais e 20 Visitas Monitoradas. Apresentação de trabalhos em eventos (em ambiente virtual): Live "Reflexões arquivísticas sobre o SIGAdoc: SIGAD adotado pelo Governo de São Paulo para o Programa SP Sem Papel", em 03/09, promovida pela ARQ-SP, disponível no seu canal no Youtube; Live "Diálogos Informacionais" - Gestão do conhecimento nas organizações, em 21/09, promovido pelo ILP, FESPSP, UNESP e APESP, disponível no canal do Instituto do Legislativo Paulista no Youtube; "Relato de experiências na implantação da política de gestão documental no APESP", atividade integrante do 3º Congresso Online de Gestão de Documentos e Informações (GDI Online 2020), em 20/10, disponível no canal do Youtube; Live "Sistemas Municipais de Arquivos", promovida pelo Grupo de Estudos Arquivísticos da Paraíba – GEArq e pela Associação de Arquivistas da Paraíba – AAPB, em 22/10, disponível no canal do Grupo de Estudos Arquivísticos no Youtube; Participação no Projeto SIGA 2035 - Construção de Cenários Prospectivos em Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal, do Arquivo Nacional, Oficinas nº 1, nº 2 e nº 5, nov./2020; Live "Diálogos Informacionais" – Transparência governamental e acesso à informação pública, em 23/11/2020, promovido pelo ILP, FESPSP, UNESP e APESP, disponível canal do Instituto do Legislativo Paulista no Youtube; Minicurso sobre "Avaliação de documentos e elaboração de tabelas de temporalidade" no Simpósio Internacional de Arquivos: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos, de 5 a 13 de dezembro de 2020; publicação de artigo "Relato de Experiência do Arquivo Público do Estado no Programa SP Sem Papel – Documentos Digitais" no periódico online Revista Manduarisawa da UFAM sobre o Projeto SP Sem Papel; Inscrição do Programa SP Sem Papel no "Ranking de Gestão e Competitividade dos Estados"; 8 inscrições de trabalhos no Simpósio Internacional de Arquivos, a realizar-se de 5 a 13 de dezembro de 2020: "A experiência do Arquivo Público do Estado de São Paulo na identificação de espécies e tipos documentais no contexto da avaliação da massa documental acumulada"; "A mudança da cultura administrativa com a implantação do SP Sem Papel – Documentos Digitais na Administração Pública Paulista: desafios do Arquivo Público do Estado de São Paulo na transição total da produção documental física para uma produção documental digital – Relato de Experiência"; "Aprimoramento da Gestão Documental no Estado de São Paulo: Uma Proposta de Padronização de Documentos Digitais pelo Mapeamento de Documentos compostos"; "Avaliação da massa documental acumulada na Administração Pública do Estado de São Paulo: desafios da governança híbrida"; "Modelagem de Documentos no SP Sem Papel - Documentos – Relato de Experiência"; "O cientista de dados arquivísticos: o encontro da arquivística com as ciências de dados"; "O Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP e as ações do Arquivo Público do Estado para a construção dos Planos de Classificação e das Tabelas de Temporalidade"; "Relato de experiência – O Arquivo Público do Estado de São Paulo e o desenvolvimento de ferramenta informatizada para elaboração de tabela de temporalidade de documentos"; "Relato de experiência com prontuários dos ex-internos da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente custodiados pelo Arquivo do Estado de São Paulo: a dimensão social do patrimônio documental arquivístico"; "Os impactos das políticas de gestão documental na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados"; Gravação de entrevista sobre a Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI no âmbito da política estadual de acesso à informação, promovida pela Rádio e TV ALESP, para o Programa Conexão Legislativa, no dia 29/10. Convênios e parcerias: Convênio com o Ministério da Cultura (Modalidade Contrato de Repasse) das 72 metas previstas no Convênio, 19 foram executadas no corrente exercício; Termo de cooperação técnica com o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; parceria com a Fundação CASA; parceria com a Secretaria de Governo, Prodesp e Fundação Vanzolini para a implementação do Programa SP Sem Papel; parceria com o Arquivo Público do Estado da Paraíba para implementação da política estadual de gestão documental na PB. Publicações Técnicas: Edição revista e atualizada do "Manual de orientação para o uso do ambiente digital de gestão documental do Programa SP Sem Papel"; Produção de conteúdo do "Guia para Avaliação Dinâmica da Massa Documental Acumulada" (nova versão, em revisão); Manual de integração dos sistemas SIC.SP e SP Sem Papel; Tutorial de elaboração de estatísticas do sistema SIC.SP; Produção de conteúdo do livro "Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo" (edição digital, revista e ampliada; no prelo); Produção de conteúdo do livro "Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos das Atividades-Fim da Administração Direta do Estado de São Paulo" (publicação digital, no prelo); Produção de conteúdo do livro "Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos modelo para o Poder Executivo Municipal (atividades-meio e fim)". 2 Publicações eletrônicas da Revista do Arquivo: nº 10 "Difusão em Arquivos: para que serve?" e nº 11 "Perda de informações e de bens em arquivos e instituições responsáveis por guarda do patrimônio". Tecnologia da informação e página eletrônica da instituição: INTRANET – Garantia do adequado funcionamento, atualização do conteúdo, inclusão de novas páginas e funcionalidades, conforme orientações do Núcleo de Comunicação (realizadas 02 atualizações, dentre criação de novas páginas, inclusão de conteúdo e correções); Site Institucional – Garantia do adequado funcionamento e atualização do conteúdo, inclusão de novas páginas e funcionalidades, conforme orientações do Núcleo de Comunicação (realizadas 39 alterações, entre correções, atualizações ou implementação de melhorias no site, bem como desenvolvimento de 01 hotsite e finalização da preparação do novo site; Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado – FEARQ,instituído pela Lei nº 16.787, de 4 de julho de 2018, os recursos arrecadados em 2020 foram revertidos para serviços e aquisição de equipamentos permanentes (Gerador Carenado de 500 kva, Firewal – APPLIANCE, Switch de fibra, Access Point, extintor, Impressora para Crachá, bem como o serviço de cobertura da área externa).

Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC: Cartografia**:** elaboração de 13 Mapas Municipais, com área correspondente a aproximadamente 4.140 km², e a verificação de vetores de hidrografia em área de 13.988 km². A distribuição dos mapas municipais e outros dados cartográficos foram feitas por meio do sistema Geoportal-IGC, e dos sistemas IDESP e SIM, que foram assumidos por conta da liquidação da Emplasa, e agora são mantidos e atualizados pelo IGC. Nesses sistemas foram publicados de maneira georreferenciada todos os fotoíndices do acervo de fotografias sob guarda da Emplasa, novas informações de outros órgãos, em especial do Condephaat e da Secretaria da Habitação. Também foi elaborado, no site do IGC, mecanismo para localização de imagens aéreas através de pesquisa por endereço. Serviços de Manutenção das Divisas dos Municípios Paulistas: O IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Foram atendidos 827 processos, abrangendo Certidões de Jurisdição Territorial, Informações Técnicas, análises técnicas referentes a demarcações, traçados de Divisa e Pareceres Técnicos de natureza geográfica e cartográfica. Sendo eles: 662 expedientes técnicos emitidos para pessoas físicas, 97 para pessoas jurídicas, 38 para órgãos públicos. Serviços de Estudos de Caracterização de Drenagem e Mapeamento de Nascentes: Elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que tratam da localização precisa, em mapas oficiais, das nascentes e do traçado dos cursos d´água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental. Até dezembro, foram elaboradas 30 informações técnicas desta natureza, assim distribuídas: 10 para pessoas físicas, 8 para pessoas jurídicas, 12 para órgãos públicos. Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica: Responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da Divisão Territorial do Estado de São Paulo. A área realizou atividades de gestão documental centradas na criação e desenvolvimento de novos canais de disseminação de conhecimento e documentos pertinentes ao acervo técnico sob custódia. Foram criadas e desenvolvidas a) uma página institucional. no Facebook, b) uma conta no Instagram e c) um site na internet, com exposição permanente de documentos iconográficos e cartográficos. Estas ações atingiram um público superior a 40 mil pessoas no período, através da publicação de 1799 textos e documentos. Como suporte ao trabalho técnico do IGC, foram publicados em nuvem segura (com ferramentas avançadas de indexação e pesquisa e de acesso remoto restrito às áreas técnicas do IGC) 26.432 documentos textuais e cartográficos. Atendimentos técnicos que envolvem localização de propriedades em mapas, cartas, fotografias aéreas e imagens de satélite: 2.400 presencialmente, 4.281 via e-mail, 1.830 por telefone e 2.376 por WhatsApp; Geoportal IGC: 4.500 usuários e 18.000 sessões.

Entidades vinculadas: - Previdência Complementar – PREVCOM: O regime de previdência complementar foi instituído pela Lei nº 14.653, de 22/12/2011, que fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Para administrar esse novo regime foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - Prevcom - primeira entidade de previdência complementar destinada exclusivamente para servidores públicos. Atualmente, possui mais de 36 mil participantes e um patrimônio de R$ 1,65 bilhão (outubro). Por meio da Prevcom, o servidor paulista pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira. Planos de Benefícios - de Contribuição Definida (CD) e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o Regime de Previdência Complementar. Os servidores do Estado de São Paulo têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela do rendimento que ultrapassa o limite do INSS); PREVCOM RP: destinado aos servidores públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RPPS, administrado pela São Paulo Previdência – SPPREV, autarquia estadual e órgão gestor único do RPPS paulista. Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo que entraram em exercício a partir de: 21/1/2013 - Poder Executivo - administração direta, autarquias e fundações; 22/03/2013 – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; 02/10/2013 – Universidades Estaduais – USP, UNESP e UNICAMP; e 23/6/2014 - Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública e Ministério Público. Os

servidores vinculados ao RPPS que entraram em exercício no serviço público antes das datas mencionadas acima também podem inscrever-se na Prevcom como participantes Ativos Anteriores, sem a contrapartida do Estado, tendo em vista que já têm direito a aposentadorias integrais ou proporcionais; Prevcom RG: destinado a todos os servidores/empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RGPS (empregados públicos - concursados, ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração - comissionados e de confiança, e servidores contratados sob outros regimes jurídicos, como a Lei 500/1974, com contribuição para o INSS), independente da data de ingresso no setor público. PREVCOM RG-UNIS - foi criado exclusivamente para os servidores da Universidade de São Paulo – USP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp e da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, vinculados ao RGPS, independente da data de ingresso. Participam do plano, portanto, os empregados públicos - concursados, ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração - comissionados e de confiança, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS. Com a publicação da Lei 17.293, de 15/10/ 2020, foram suspensas as inscrições aos planos PREVCOM RG e PREVCOM RG-UNIS; Gestão de Outros Entes - A Prevcom já administra a previdência complementar dos servidores dos estados de Rondônia (plano PREVCOM RO), Mato Grosso do Sul (plano PREVCOM MS) e Mato Grosso (plano PREVCOM MT), e do município de São Paulo (plano SP Previdência). Além disso, conta com o PREVCOM MULTI, um plano multipatrocinado que reúne vários munícipios do Estado de São Paulo e se mostra como solução para os entes que pretendem implantar o regime de previdência complementar, mas não têm número suficiente de servidores que justifique os elevados custos de criação e gestão. O plano tem a adesão de Birigui, Santa Fé do Sul, Jales, Ribeirão Preto, Louveira, Guarulhos e Osasco. A Prevcom foi autorizada a gerir planos de previdência de servidores de outros estados e municípios por meio da Lei nº 16.391, de 15/3/2017. A medida contribui significativamente para a redução de custos dos entes, que não precisam implantar fundação própria de previdência e arcar com gastos de estrutura física e de pessoal. Também vai ao encontro da reforma da previdência, tendo em vista que a EC 103/2019 prevê a instituição do regime de previdência complementar para todos os estados e municípios da federação. Balanço dos Resultados - referência: outubro/20 - Participantes: 36.617 - Plano RG: 11.942 / Plano RP: 15.692 / Plano RG-UNIS: 7.432 / RO: 294 / MULTI: 1.239 / SP Previdência: 08 / MS: 10; Pagamento de benefícios - Aposentadorias - a Fundação iniciou o pagamento de aposentadorias em fevereiro de 2017. Até o mês de outubro deste ano, a Prevcom registrou o pagamento de R$ 25.954 milhões a 503 servidores. Pensões - o pagamento de pensões foi iniciado em janeiro de 2014. Até outubro, foram pagos R$ 10,1 milhões a 153 beneficiários. Atividades de Investimentos - Valor acumulado (posição em 30/10/20): R$ 1,65 bilhão. - São Paulo Previdência – SPPREV: Beneficiários - na data-base de competência (novembro) a SPPREV processou o pagamento a 481.433 beneficiários, equivalente a 461.323 benefícios. Gestão de Benefícios Previdenciários - mês de referência novembro - a autarquia administra 461.323 benefícios previdenciários, assim sendo: Pensão por Morte - Civil: 80.393. Pensão por Morte - Militar: 29.254. Inatividade Militar: 64.451. Aposentadoria Civil: 287.225. Comprev - outubro/2019 - Compensação Previdenciária até outubro: o Estado de São Paulo recebeu: R$ 212.401.237,01/INSS - a pagar, sendo R$ 6.384.483,02 referente a COMPREV estoque e R$ 206.016.753,99 referente ao fluxo COMPREV. Pagamento referente COMPREV R$ 60.756.387,38. Atendimento ao Público (novembro) Sede: 38.283 atendimentos / triagens. Call Center: 538.038 ligações. Recuperação de valores em favor da SPPREV - outubro - R$ 8.117.948,30. Núcleo de inteligência previdenciária - instaurados 104 procedimentos de invalidação e/ou extinção, 117 benefícios suspensos, 101 processos em andamento, além da averiguação de 550 procedimentos do Banco do Brasil em relação a beneficiários civis - dados atualizados até novembro. Em relação a beneficiários militares - dados atualizados – outubro - foram encerradas 118 averiguações sociais, sendo 65 delas concluídas como positivas, e ainda existem 153 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 98 casos, e existem 69 em andamento, tendo sido instaurados 54 novos no decorrer do ano. Redução e otimização da despesa de custeio (novembro) R$ 8.764.108,44 valor anual. Gestão financeira - UGE 202601 Previdência: Royalties e P&E – R$ 2.016.761.433,21 - posição em 30/11; UGE 202684 - Administração - posição em 30/11: Fundo de Investimento Financeiro: R$ 203.353.000,38; Cronograma financeiro executado até outubro: R$ 1.937.562.539,40, sendo R$ 219.304.350,63 de recursos vinculados federais e R$ 1.718.258.188,77 de recursos vinculados estaduais. Gestão orçamentária - até outubro - Receita Orçamentária até outubro: UG 202601 - Previdência - R$ 29.229.146.934,03. UG 202602 – Administração: R$ 108.693.598,96. Despesa Orçamentária. UG 202601 - Previdência - R$ 29.170.720.665,88, UG 202602 – Administração: R$ 72.334.584,56. Ações relevantes - Projetos em andamento - até novembro - SPPREV iniciou as tratativas para Migração da folha de pagamento de aposentadoria das Universidades. Em resumo o total de servidores ativos e inativos de cada universidade é: 15.948 - USP, 12.453 - UNESP e 10.681 - UNICAMP; lançamento do Projeto de Securitização de Royalties e Participações Especiais - R&PE. Foi assinado contrato com o Banco BNP Paribas; - realizou concurso público, no dia 15/12, mediante autorização governamental contida no Processo 1.239.756/2017 SF, e espera-se preencher as vagas autorizadas quais sejam: 14 vagas de empregos de Analista em Gestão Previdenciária e 77 vagas para o emprego de Técnico em Gestão Previdenciária. A SPPREV submeteu para apreciação os projetos de Emenda à Constiuição Estadual e Projeto de Lei Complementar para adequar o Sistema de Previdência Estadual a reforma da previdência advinda da Emenda Constitucional Federal - EC nº 103/2019. **-** Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe é autarquia estadual sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônios próprios, criada pela Lei Estadual nº 9.323, de 11/05/1966, com a finalidade institucional de prestar assistência médica e hospitalar aos servidores públicos e seus beneficiários. I – Produção geral do Iamspe em 2020: Atualmente a assistência médica e hospitalar prestada pelo instituto é composta por: (i) Rede Própria: Consultas Médicas, Cirurgias, Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico (SADT), realizados no Hospital do Servidor Público Estadual e CEAMAS; (ii) Rede Credenciada: Atendimento médico por meio de Consultórios Médicos, Clínicas Especializadas, Policlínicas, Hospitais Gerais e Especializados, Diagnósticos por Imagens, Laboratórios de Análises Clínicas (SADT).

2020	Consulta	SADT	Cirurgias	Internação
Produção HSPE*	222.312	2.568.447	6.228	18.299
Produção Rede**	1.483.636	5.308.823	18.617	21.969
Produção Ceamas*	50.565	-	-	-
Total	1.756.513	7.877.270	24.845	40.268
CONSULTAS = AMBULATORIAIS E URGÊNCIAS				
SADT = EXAMES DIAGNÓSTICOS E TERAPÊUTICOS				
*Período de jan/20 a out/20				
**Período de jan/20 a set/20				

Composição da Rede de Assistência Médica Hospitalar e Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT

Rede – Prestadores	Classificação	2020
Credenciado	Consultório médico	739
Entidade	Hospital especializado	8
	Hospital Geral	74
	Serviços de Retaguarda	14
	Exames de Imagem	55
	Exames de Laboratório	53
	Policlínica	7
	Fisioterapia	18
	Crônicos	9
Total de Prestadores		977
Municípios cobertos		163

II - Programa de Gerenciamento de Crônicos – PGC: a) PGC CEAMAS – foi implantado nos 17 Ceamas do Iamspe em 2008 com o objetivo de oferecer atenção e cuidados aos pacientes com doenças crônicas não transmissíveis, de forma integral e integrada e manter o paciente compensado, evitando ou adiando os casos de complicações da doença.

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE CRÔNICOS NOS CEAMAS – 2020	
Total de Pacientes Cadastrados - Ceama*	530
Total de Pacientes Ativos	33.791
Nº de Médicos ativos PGC – CEAMAS	41

* Doenças objeto de atenção do programa: diabetes mellitus, hipertensão arterial, dislipidemias, hipotireoidismo e osteoporose.

b) Programa de Gerenciamento de Crônicos – Geriatria**:** O Programa Geriatria Alta Complexidade foi implantado em julho de 2017 e tem como objetivo principal oferecer modelo assistencial focado em assistência integral e integrada aos pacientes idosos e complexos. Estes pacientes são atendidos por equipe multiprofissional (enfermeiro, nutricionista e fisioterapeuta) coordenada pelo médico geriatra. O objetivo é a fidelização do paciente à equipe assistencial, redução de complicações clínicas, diminuição de consultas em especialidades que podem ser resolvidas pelo geriatra e redução de utilização de serviços de maior complexidade.

ITEM	Janeiro a Outubro/2020
Pacientes acompanhados	282
Consultas de geriatria	433
Consultas de enfermagem	93
Pacientes atendidos – fisioterapia	8
Procedimentos realizados – fisioterapia	85

Durante a pandemia Covid-19 os atendimentos em ambulatório foram interrompidos, tendo retornado em 06 de agosto de maneira restrita. Em razão da complexidade do quadro dos pacientes foi disponibilizado um número de telefone de contato para acompanhamento e monitoramento de suas necessidades. Nesse período o programa recebeu 170 ligações: 75 com dúvidas sobre condições clínicas, 57 com solicitações de receitas e 38 com solicitações de informações administrativas. Em outubro/2020 o Programa foi ampliado e o atendimento estendido a todos os dias da semana. III - Programa Enfermagem em Casa – PEC: O PEC tem como objetivo aumentar a taxa de desospitalização do HSPE, disponibilizando serviços de enfermagem para atendimento domiciliar de pacientes elegíveis para alta e finalização de tratamento no domicílio. O Programa visa atender pacientes internados no serviço de pronto socorro e unidades de internação do hospital, que residam na Capital e Grande São Paulo. Os procedimentos oferecidos são: (i) Antibioticoterapia: Pacientes em atendimento de curta duração e, também para tratamento crônico, como nos casos de osteomielite em que os pacientes fariam o tratamento em regime de internação hospitalar; (ii). Apoio pós-alta: orientações para pacientes com dispositivos recém-instalados ou com dependência para atividades básicas de vida diária (ABVD); (iii). Curativo: realização de curativos e orientações aos cuidadores. Em 2020, além dos atendimentos convencionais, o PEC passou a atender pacientes com suspeita ou quadro leve de Covid-19, que foram atendidos no gripário. Estes pacientes foram acompanhados em domicílio para aferição de sinais vitais e orientações sobre cuidados e isolamento. A indicação dos pacientes foi feita pela equipe médica da Gerência de Apoio Assistencial a partir da avaliação dos prontuários dos pacientes. O atendimento foi iniciado em 28 de abril e, até outubro de 2020, foram atendidos 413 pacientes. Desse total, 60 foram identificados e encaminhados ao pronto socorro em razão da piora do quadro - 3 deles sendo encaminhados por ambulância de Assistência Pré-Hospitalar APH () - e 40 permaneceram internados.

Quadro geral em 2020	
N° de solicitações	927
N° de novas admissões	919
Alta do PEC	876

Procedimentos	Nº
Antibioticoterapia	830
Apoio Pós-Alta	553
Curativo	549
Dias de tratamento executados pela Contratada	237

Custo	
Custo das diárias de internação evitadas*	R$ 3.530.000,00
Custo dos procedimentos no PEC	R$ 1.258.550,09
Economia para o IAMSPE	R$ 2.271.449,91
* O custo estimado pelo PEC da diária no HSPE é R$ 1.000,00	

(Janeiro a Outubro/2020)

Prevenir – Centro de Promoção e Promoção da Saúde**.** Vigilância Epidemiológica: O Núcleo de Vigilância Epidemiológica do Iamspe vem contribuindo no atendimento à legislação, que prevê a notificação compulsória de doenças sob vigilância. No ano de 2020, foram notificados 5.778 casos, desse total, as doenças que apresentaram maior frequência no HSPE foram: Corona

vírus (5.008); Dengue (553); Intoxicações Exógenas/Violência interpessoal (35) e Hepatites Virais (33).

Notificações de Doenças – 2020	nº de casos
Acidente de trabalho com exposição a material biológico	31
Aids	11
Atendimento anti rabico	1
Bartoneloses	1
Coronavirus	5.008
Dengue	553
Doenças Prionicas	1
Esquistossomose	5
Febre Amarela	3
Febre do Chikungunya	13
Febre Maculosa	1
Hantavírus	1
Hepatites Virais	33
Intoxicações Exógenas/Violência interpessoal	35
Leishmaniose	2
Leptospirose	14
Meningococemias	1
Quimioprofilaxia	8
Sarampo	5
Sífilis	17
Síndrome Respiratória Aguda	1
Tuberculose	32
Zika Virus	1
Total	5.778

Diagnóstico de Mamografia (Birads): O Prevenir realiza vigilância nas doenças crônicas não transmissíveis, com o monitoramento e encaminhamento para consultas de pacientes com exames alterados de mamografia (prevenção de câncer de mama) e de sangue oculto nas fezes (prevenção de câncer colorretal). BI-RADS é um acrônimo para Breast Imaging-Reporting and Data System, obtida em diagnóstico de mama com classificação que varia de 0 a 6. O controle realizado visa identificar pacientes que necessitam de atenção médica com classificação de 4 a 6. No ano de 2020, foram registrados 154 casos com classificação que varia de 4 a 6, e no monitoramento de exames de sangue oculto nas fezes, foram registrados 87 casos. c) Videoconferências e Minutos QualiVida: O Programa Prevenir - IAMSPE, visando ampliar a abrangência da educação em saúde nessa Instituição, lançou o Programa Minutos Qualivida em parceria com a Escola de Governo em 2015.São entrevistas curtas com profissionais de saúde voltadas para a população em geral e ficam disponíveis no canal no youtube Escolas de Governo /Minutos Qualivida, com fácil acesso. O programa já gravou 67 entrevistas e já atingiu 60.671 espectadores, sendo no ano de 2020, o programa recebeu 8.950 novos espectadores. d) Núcleo de Atenção a Pessoa Idosa: Criado em 2002, o Programa de Atenção ao Idoso (PAI) Mário Covas do Iamspe foi idealizado para ajudar idosos a partir de 65 anos a envelhecer com qualidade de vida. Ao entrar para o programa, o idoso é submetido à avaliação clínica e encaminhado aos profissionais da Medicina Física, que analisam sua capacidade física e aptidões. Atividades Físicas: Alongamento, Dança (Expressão Corporal, Coreografia), Lian Gong e Treinamento Funcional Sênior – 1.928 participantes. Oficinas de Sensibilização Psicossocial: Atividades Manuais (artesanato, crochê, macramê, marchetaria, pintura em caixa, pintura em tela, jogos, jardinagem), Canto, Informática, Inglês/Inglês com Música, Oficina de Smartphone, Teatro e Yoga – 275 participantes. Prevenção e Reabilitação: Sessões de Acupuntura, Oficina da Memória e Oficina de Estimulação Cognitiva – 134 participantes. Atenção à Saúde: Avaliações de: Bioimpedância e Nutricionista – 97 participantes. Educação em Saúde: Eventos externos (fóruns, palestras, simpósio, caminhadas) e Eventos internos (baile, festas, datas comemorativas) – 206 participantes. e)Registro Hospitalar de Câncer (RHC): O Registro Hospitalar de Câncer (RHC) pode ser definido como um sistema estruturado de coleta e análise de dados dos casos de câncer atendidos em um hospital, de modo a gerar informações que permitam conhecer o perfil dos pacientes tratados e as características do tumor, avaliar a atenção oncológica oferecida e a eficácia do tratamento, no sentido de subsidiar o planejamento na busca da melhoria da atenção, além de servir como fonte de dados para as ações de vigilância em saúde e também à pesquisa. Envio trimestral de dados à Fundação Oncocentro de São Paulo - FOSP: (i) Março/2020 – 503 casos novos; (ii) Junho/2020 – 552 casos novos e 232 seguimentos; (iii) Setembro/2020 – 463 casos novos e 154 seguimentos. No ano 2020, foram 1.518 casos novos e 386 seguimentos. V - Centro de Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa – CEDEP: Na área de ensino e pesquisa o Cedep atua com o objetivo de promover, estimular, regular, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao ensino e pesquisa científica na área de saúde do Iamspe. a) Comitê de Ética em Pesquisa – CEP: Em 2020 foram aprovadas 94 Pesquisas no âmbito do Instituto, sendo 80 com financiamento próprio de 14 patrocinadas. Comitê de Bioética - Cobi: Tem por finalidade assessorar todas as unidades do IAMSPE, em questões de natureza bioética, com ênfase em ações clínicas, de políticas de saúde, educativas e de divulgação, promovendo a integração entre alunos, médicos residentes, profissionais de saúde e a comunidade. Comissão de Residência Médica – Coreme: O Médico Residente recebe bolsa de estudo mensal da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, onde o Iamspe arca com 15,23% do valor, e do Ministério da Saúde sem custo para o Iamspe, cujos valores são determinados conforme legislação vigente, e arca com apenas 01 bolsa integral:

TIPO DE BOLSA	Valor por Residente (R$)	Total de Residentes	Custo Mês IAMSPE (R$)	Custo Anual IAMSPE (R$)
Secretaria da Saúde SP	2.823,14 (85%)	283	507,29	143.563,07
Bolsa integral IAMSPE	3.330,43 (100%)	1	3.330,43	3.330,43
Ministério da Saúde	3.330,43	293	0,00	0,00
TOTAL		577		146.893,50

Comissão de Graduação – Medicina: Estágios Curriculares Supervisionados - Graduação em Medicina; tem o objetivo de oferecer aos alunos do 6º ao 12º semestre do curso de Medicina, a possibilidade de atuar em diversas áreas com a supervisão de médicos do Hospital do Servidor Público Estadual e acompanhamento da Coordenação do curso de Medicina da UNICID, visando atividades acadêmicas que proporcionem a ampliação de conhecimentos dos alunos e a qualidade no atendimento aos usuários. Total de alunos em 2020 = 996. Estágios Extracurriculares/Visitas Técnicas: Têm como objetivo a sedimentação do conhecimento do indivíduo e adaptação comportamental à futura atividade profissional, por meio da observação de atividades práticas e situações profissionais reais desenvolvidos em nossa Instituição, por profissional ou acadêmico de área relacionada à saúde.Total de Estagiários em 2019 = 105. e) Comissão de Graduação – Ciências da Saúde: Administra o Programa de estágio curricular obrigatório, para alunos dos cursos de ensino de nível superior em Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social, conforme legislação vigente do Conselho Nacional de Educação.

Estágio Curricular Obrigatório - Vagas Cedidas/Utilizadas			
Instituição	Enfermagem	Fisioterapia	Nutrição
UNICID	81	104	-
UNASP	0	-	20
UNICSUL	12	115	8
TOTAL	93	219	28

Comissão de Apoio a Pesquisa Científica: Tem como objetivo analisar e otimizar os fluxos administrativos envolvendo os Projetos de Pesquisa no IAMSPE, contribuindo de maneira importante para a coleta de informações e o desenvolvimento de ações administrativas de maneira mais eficiente. g) Comissão de Pós-Graduação Strictu Sensu: Administra o Programa de Pós-Graduação na área de Ciências da Saúde nível Mestrado e Doutorado Stricto Sensu, conforme legislação da Capes, com fornecimento de subvenção e bolsas.Administra também o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC do CNPq, destinado a alunos de graduação de ensino superior nas áreas de ciências da saúde, com fornecimento de bolsas.

ALUNOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	2020
Alunos de pós-graduação – Mestrado e Doutorado	126
Alunos de iniciação científica – Pibic	32
Estágio Pós-Doutoral	4
Orientadores	51
Defesas realizadas	23
Exames gerais de qualificação realizados	19
Bolsa Capes para pós-graduação	11
Bolsa CNPq para iniciação científica	12
Entrevistas realizads para ingresso	69

Comissão de Pós-Graduação Lato Sensu – Medicina: Coordena o Programa de Pós-Graduação Latu Sensu em nível de Especialização na área médica e demais áreas da saúde, conforme Resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação nº 01 de 06/04/2018, cuja carga horária é de no mínimo 360 horas e duração máxima de 02 anos. Serviços Médicos: 15 / Sub-Especialidades: 42 = 106 matriculados, sendo 10 desistentes devido à pandemia COVID-19:

Especialidade	Nº de Cursos
Alergia e Imunologia	01
Cardiologia	02
Cirurgia Cabeça e Pescoço	01
Cirurgia Vascular	01
Geriatria	02
Gineco e Obstetrícia	01
Hematologia	01
Neurocirurgia	01
Neurologia	03
Nutrologia	01
Oftalmologia	16
Ortopedia e Traumatologia	08
Radiologia	01
Reumatologia	02
Urologia	01
Total: 15	42

Comissão de Revista Científica: O Iamspe por meio do CEDEP edita quadrimestralmente a Revista Científica, com artigos produzidos pelos profissionais de saúde do Instituto, referência no ensino médico no Brasil. De janeiro a agosto/2020 foram editadas 2 revistas em versão digital, a do 3º quadrimestre está em andamento. j) Equipe de Educação Permanente em Saúde e Equipe de Desenvolvimento Profissional; Desenvolve capacitação e treinamento para o quadro de funcionários do Iamspe, a partir de demandas detectadas pela Gerência de Recursos Humanos e por meio de levantamento de necessidade de treinamento junto às áreas. As atividades de capacitações e treinamentos são desenvolvidas pela Equipe de Educação Permanente em Saúde e Equipe de Desenvolvimento Profissional.

Atividades	Total de Participantes	Total de Horas de Treinamento
Nº de funcionários treinados	357	895,5
Procedimentos Operacionais Padrão (POP) revisados	79	-
Treinamento para graduandos e especializando de Medicina sobre Paramentação e Desparamentação de EPIs no período da Pandemia	38	38

Escola de Enfermagem "Kimie Ando Tavares": Oferece os cursos de Habilitação, Qualificação e Especialização de nível médio em Enfermagem para funcionários do Iamspe. Cursos de Especialização para Técnicos em Enfermagem Gerontologia

Turma	Servidores cursando	Horas/aula ministradas
2019/2020	10	102

*no período da Pandemia as aulas estão sendo ministradas online.

Plano Odontológico: O Iamspe oferece aos seus 1,2 milhão de usuários a opção de ter um plano odontológico (categorias básico, superior e executivo) com uma ampla rede de

atendimento presente em 200 municípios do Estado, incluindo a Capital. Direcionado apenas a usuários do Instituto, inclusive agregados e dependentes, a adesão é facultativa e individual. De janeiro a outubro/2020, houve a adesão de 11.607 usuários, totalizando 108.787 usuários que utilizam o plano odontológico. VII - Hospital do Servidor Público Estadual - "Francisco Morato de Oliveira"- AÇÕES COVID-19: O Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE) adotou várias ações para combater e barrar o avanço da Covid-19, com destaque, no início da pandemia, para a aquisição de diversos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a criação do Comitê de Crise Covid-19, grupo formado por profissionais multidisciplinares com a missão de traçar protocolos de atendimento que evitassem a disseminação do vírus e garantissem maior segurança e menores riscos de contaminação para usuários e funcionários. As áreas físicas do hospital foram divididas em áreas limpas ou sujas, conforme o potencial de contaminação. O HSPE criou o Gripário, primeiro espaço hospitalar na cidade de São Paulo direcionado ao atendimento exclusivo de casos de pessoas suspeitas de serem portadoras de Covid-19. O hospital também fechou acessos ao público com o objetivo de reduzir drasticamente a circulação interna, definindo fluxos específicos de entradas com triagens de usuários e funcionários, além de saídas diferenciadas. Para atender a necessidade de leitos e recursos humanos durante a pandemia foi feito um remanejamento de leitos, inclusive os de UTI, com a suspensão de internações eletivas, cirúrgicas e clínicas. Foram mantidas apenas cirurgias de urgência e emergência, com salas exclusivas para cirurgia Covid. Também entrou em funcionamento um novo sistema de atendimento médico por meio do telefone: a Telemedicina, que funcionou como um canal usado pelos médicos para darem orientações a pacientes sobre tratamentos, receitas de medicamentos ou mesmo sobre sintomas suspeitos da Covid-19. Funcionários e equipes de prestadores de serviço receberam constantes treinamentos específicos para as novas funções, com conteúdo diariamente atualizado e disponibilizado para acesso fácil num espaço exclusivo da intranet que recebeu o nome de Orientações Covid-19. Para amenizar o problema da falta de transporte público e risco de contaminação no trajeto casa-trabalho, o Iamspe destinou um espaço dentro do hospital onde funcionários puderam descansar entre as jornadas de trabalho. A iniciativa beneficiou principalmente os servidores que residem distante do hospital ou mesmo em outro município. Dois vestiários e um guarda-volume foram organizados nas áreas do Prédio Integralidade. As iniciativas adotadas para aumentar a segurança dos funcionários incluíram ainda o fornecimento de máscaras, aventais, luvas e roupa privativa para todos que atuavam nas áreas de atendimento direto ao paciente, em especial os das áreas Covid, além da distribuição de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e conjuntos privativos para paramentação dos funcionários do complexo hospitalar, evitando a entrada e saída com a utilização de roupas comuns. Preocupado em reforçar os processos de limpeza, o HSPE promoveu alterações no número de funcionários e aumentou a frequência dos serviços de descontaminação. Na área de recebimento e limpeza de artigos médicos (expurgo), a limpeza dos itens hospitalares, principalmente os usados em pacientes com Covid, passou a ser feita de forma automatizada. A desinfecção passou a ser térmica evitando a exposição do funcionário durante a manipulação do material contaminado. O Programa de Gerenciamento de Crônicos do HSPE criou um número de telefone exclusivo para acompanhamento e monitoramento dos pacientes crônicos em casa, evitando deslocamentos desnecessários ao hospital. O mesmo sistema foi adotado pelo Programa de Enfermagem em Casa, responsável pelo acompanhamento de pacientes com suspeita ou quadro leve de Covid-19 sem necessidade de internação hospitalar, e pelos profissionais do Programa de Assistência Domiciliar. Para evitar aglomerações, a farmácia ambulatorial do Iamspe adotou a renovação automática das receitas de uso contínuo vencidas em 2020 e o fornecimento dos medicamentos contínuos para três meses de consumo. Um sistema de *Drive-Thru* foi adotado na vacinação contra a Influenza, beneficiando principalmente os idosos. - Instituto de Pagamentos Especiais – IPESP: Em continuidade as ações decorrentes da Lei 16.877, de 19 de dezembro de 2018, e considerando as restituições desde a publicação da lei, o IPESP restituiu 14.700 contribuintes ativos da Carteira dos Advogados. Ou seja, 86% do total de contas cadastradas, conforme §1º do artigo 5º da Lei 16.877/2018. Em janeiro, o Decreto nº 64.751, de 20 de janeiro de 2020, transferiu a Carteira Predial para a Secretaria da Fazenda e Planejamento. Em junho, o IPESP protocolou processo de novação junto a Centralizadora Nacional do FCVS/SP, por meio do Ofício GS 63/2020. Valor atual aproximado de R$ 545 milhões de reais. Com a Resolução SFP 60/2020, em 21/07/20, a restituição passou a ser realizada pela própria SFP. Assim, ao longo de 2020 o IPESP deu suporte técnico-administrativo ao desenvolvimento de ferramentas de tecnologia e operacionalização das atividades transferidas à Secretaria da Fazenda e Planejamento, garantindo segurança dos dados e o mínimo impacto aos participantes das carteiras. No se refere às ações burocráticas de apoio às demandas jurídicas da extinção das Carteiras de Previdência dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro, Economistas, Ex-vereadores e Ex-prefeitos, foi dado todo o suporte necessário para prestar informações ao poder judiciário, dentro dos prazos previstos em lei.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Missões internacionais:1. Missão à Suíça - participação no Fórum Econômico Mundial. Data: 19-23/1/2020; 2. Missão aos Emirados Árabes. Abertura do escritório da InvestSP em Dubai. Data: 08-13/2/2020.

Eventos e reuniões: Audiência ao CEO da Bracell Pedro Stefanini. Data: 8/1 - Audiência à Embaixadora da República Tcheca. 8/1 - Audiência ao Ex-Chanceler da Alemanha Gerhard Schröder. 14/1- Reunião com Desenvolvimento Social sobre o Programa Longevidade 2020. 14/1 - Audiência ao sócio do Fundo MubadalaHamadAlmarzouqi. 16/1 - Ano Novo Chinês. 17/1 - Audiência com a FEAFRO. 20/1 - Call com Equipe da Alta Áustria - Regional Leaders. 21/1 - Audiência ao Cônsul-Geral dos Emirados Árabes Salem Humaid Ali Alalawi. 21/2 - Audiência ao Consulado Geral da China. 22/1 - Audiência ao Embaixador de Omã Amad Al Abri. 24/1 - Participação no evento da data nacional da Índia. 24/1 - Reunião com Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil Kenren. 28/1 - Call com Diretor de Relações Internacionais para América Latina da Baviera, na Alemanha. 28/1 - Audiência ao Embaixador da Suíça no Brasil Andrea Semadeni. 29/1 - Reunião com Empresas de São Paulo sobre a Missão a Dubai. 30/1 - Audiência ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 31/1 - Participação na comemoração da data nacional de Cuba, 31/1 - Participação no evento BIO2020 - Perspectivas Brasileiras para o Marco Pós-2020 de Biodiversidade, realizado pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, 04 e 6/2 - Reunião com a JICA – Ne- gócios Brasil-Japão, 4/2- Reunião de Trabalho com USTDA, Consulado-Geral dos EUA e Governo de São Paulo, 5/2 Audiência entre o Secretário de Agricultura e Ministro da Hungria, 6/2 - Audiência com o Cônsul-Geral do Canadá, 6/2 - Reunião com o Fundo Social, 11/2 - Reunião com Missão Empresarial Sueca, 10/2 - Reunião entre Casa Civil, SERI, Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Desenvolvimento Social e Fundação Abrinq sobre o Seminário Estadual de Primeira Infância, 13/2 - Audiência ao Cônsul Honorário do Brasil em Mônaco André de Montigny, 14/02 - Audiência à Cônsul-Adjunta do Reino Unido Lisa Weedon, 19/2 - Participação do Secretário em Fórum de Profissionalização em Relações Internacionais, - FAAP, 19/2 - Reunião com equipe da Secretaria da Saúde para tratar de evento da Organização Mundial da Saúde, 20/2 - Audiência ao chefe do escritório do Rio de Janeiro do Japan Bank for International Cooperation banco JBIC Noriyuki Ishikawa, 20/2 - Reunião com a Secretaria da Saúde sobre projeto da OMS, 20/2/2020; Audiência com Antonio Lessa, da Secretaria de Cultura, 21/2 - Reunião entre USTDA, SERI, InvestSP e SDE, 21/2 - Audiência ao Cônsul-Geral de Portugal Paulo Nascimento, 26/2 - Audiência com presidente da Fragomen no Brasil Diana Quintas, 27/2 - Reunião com o Prefeito de Santos, Paulo Barbosa, 27/2 - Audiência com Mitsubishi Electric do Brasil, 27/2 - Audiência com representante da Baviera em São Paulo, 27/2 - Entrega aos Consulados de Folders sobre o Novo Coronavírus, 1 a 15/03 - Reunião com o Prefeito de Santos, Paulo Barbosa, 4/03 - Audiência entre Embaixador de Moçambique e o Diretor de Relações Institucionais da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, 4/3 - Reunião com Cônsul-Geral da África do Sul Malose William Mogale, 4/3 - Reunião com Representante do BAYLAT - Centro Universitário da Baviera para América, Latina, do Ministério das Ciências e das Artes da Baviera, 4/3/2020; Reunião com representantes do Consulado da Índia, 4/3/2020; Comparecimento a evento sobre turismo na Índia do Consulado-Geral da Índia, 5/3 - Audiência ao Cônsul da Coréia HakYou Kim, 5/3 - Reunião com Agência Mural e o Fundo Social 6/3 - Cerimônia de Instauração da Comissão de Relações Internacionais na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 10/3 - Reunião da Comissão Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 10/3 - Reunião do Conselho Gestor da SERI, 11/3 - Participação na cerimônia de premiação do prêmio Colégio do Ano em Espanhol, 11/3 - Audiência ao Oscar Decotelli CEO da DXA investimentos, 12/3 - Reunião com Cônsul-Geral da Índia e InvestSP, 12/03 - Reunião com o Fundo Social, 17/3 - Reunião com Prefeito de Santos sobre o Cidades Criativas, 18/3 - Comemoração da Data Nacional da Polônia, 18/3 - Reunião com Pacto Global e Fundo Social, 19/3 - Reunião do Comitê Administrativo COVID-19, 23/3 - Teleconferência com o Corpo Consular de São Paulo sobre a situação da pandemia de, COVID-19 no Estado de São Paulo, 25/03 - Reunião do Comitê Administrativo COVID-19, 30/3 - Teleconferência organizada pelo Consulado da França com representante do Instituto Pasteur, 1/4 - Reunião do Comitê Econômico COVID-19, 2/4 - Teleconferência com Câmaras de Comércio, 3/4 - Reunião do Comitê Empresarial COVID-19, 6/4 - Reunião do Comitê Administrativo COVID-19, 6/4 - Videoconferência sobre Saúde com Médicos de Xangai, 6/4 - Call com Consulado da Alemanha, 6/4 - Call com CTG - Empresa Chinesa de Energia, 7/4 - Reunião do Comitê Econômico + Empresarial COVID-19, 8/4 - Call com Câmara de Comércio Árabe Brasileira, 8/4 - Reunião do Comitê Econômico COVID-19, 9/4 - Call com a SIMA, 9/4 - Reunião do Comitê Empresarial COVID-19, 13/4 - Reunião do Comitê Administrativo COVID-19, 13/4 - Call com Mais Unidos, 13/4 - Reunião do Comitê Empresarial COVID-19, 16/4 - Reunião do Comitê Econômico COVID-19, 16/4 - Acompanhamento de videoconferência com a OMS, 22/4 - Reunião do Comitê Administrativo COVID-19, 23/4 - Reunião do Comitê Administrativo COVID-19, 27/4 - Reunião do Comitê Empresarial COVID-19, 29/4 - Reunião do Comitê Econômico COVID-19, 30/4 - Reunião do Comitê Administrativo COVID-19, 30/4 - Vídeo O Mundo contra o Coronavírus Teleconferência do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia São Paulo-Canadá, 7/5 - Cerimônia de Doação do ICBC-Banco Industrial e Comercial da China, 8/5 - Reunião Virtual da Comissão Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 20/5 - Reunião com CPTM sobre prêmio internacional, 26/6 - Reunião com a Secretaria de Transportes Metropolitanos sobre Premiação Internacional, 26/6 - Reunião virtual com Québec, 29/5 - Teleconferência com a Embaixada do Chile no Brasil, 2/7 - Reunião Grupo de Trabalho SP-Chile Startups, 13/7 - Reunião com o Grupo de Cônsules da União Europeia, 16/7 - Participação no webinar "Negócios nos Eua - Mercado Americano: Como se beneficiar da maior economia do mundo" organizado pela Facesp - Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, 16/07 - Reunião com a Comissão de Relações Internacionais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para prestação de contas, 22/7 - Reunião Grupo de Trabalho SP-Chile Startups, 29/7 - Reunião Grupo de Trabalho SP-Chile Startups, 6/8 - Audiência com Embaixador do México José Ignácio Piña Rojas, acompanhado do Cônsul-Geral e Adjunto, 18/8 - Participação no 5º Fórum Brasileiro de Turismo "A Força e Importância do Turismo como fonte instantânea de geração de emprego e renda", 31/8 - Relatório de Impacto das Ações do Estado de São Paulo de Enfrentamento à COVID-19 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 10/9 - Participação no Regional LeadersSummit 2020, 15/9 - Audiência à Cônsul-Geral Interina do Reino Unido, Lisa Weedon, 17/9 - "StrategicPartners Meeting - InvestmentOpportunities in theStateofSao Paulo", Participantes: Secretário de Relações Internacionais Julio Serson, Secretário da Fazenda Henrique Meirelles, Consul Interina do Reino Unido Lisa Weedon, 24/9 - Reunião com Futerra sobre a campanha The Good Life Goals, 24/9 - Call com o Cônsul-Geral da Irlanda EoinBennis, 29/9 - Assinatura de Protocolo de Intenções entre o Estado de São Paulo e os Estados Unidos da América, 1/10 - Encontro anual do Fórum RI 27 - Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Relações Internacionais, 8/10 - Audiência do Governador João Doria ao Cônsul da Alemanha Thomas Schimitt, 15/10 - Audiência do Governador João Doria ao Embaixador da Índia SureshReddy, 20/10 - Reunião entre representantes do Consulado dos EUA, da SERI e da SEMI, 22/10 - Reunião entre representante do Ministério da Economia de Israel no Brasil e representantes da SERI, 27/10 - Reunião entre SERI, UNESCO, Secretaria de Educação e Casa Civil, 27/10 - Reunião com o Cônsul Geral do Japão, 27/10 - Reunião entre representantes da SERI, representantes da Secretaria de Parcerias e Escritório Comercial da Malásia, 3/11 - Audiência ao Embaixador de Camarões, Participantes: Secretário Executivo de Relações Internacionais e assessores da Secretaria de Relações Internacionais, 16/11 - Reunião entre a Secretaria de Relações Internacionais, Instituto Butantan, Grupo de Cônsules da América Latina e Caribe em São Paulo – GRULAC e Secretaria de Saúde: -, 17/11 - Reunião entre SERI e SEDUC para tratar de Missão Educacional à Finlândia, 27/11 - Reunião entre representantes da SERI e da CETESB sobre o Acordo Ambiental São Paulo, Data: diversas; Audiência ao Governador da Província de Tucumán - Argentina, 10/12 - Reunião do Grupo de Trabalho SP-Chile Startups, 11/12 - Reunião com o Cônsul-Geral da França, 11/12 - Mostra Latino-Americana de Curtas Parceria com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Fundação Memorial da América, 1-20/12 - Concurso de Desenhos - Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Parceria com a Secretaria da Casa Civil, Secretaria de Educação e Acervo dos Palácios, 24/10 – lançamento, 19/12 - exposição virtual dos desenhos vencedores- Reunião com Secretaria de Cultura, Secretaria Particular, Secretaria de Comunicação Organização Social ID Brasil e Fundação Roberto Marinho para discutira inauguração do Museu da Língua Portuguesa, 22/12 - Teleconferências para compartilhamento de experiências relacionadas ao enfrentamento da pandemia, Teleconferência sobre COVID-19 com a China, - Teleconferência sobre Segurança com Reino Unido, Alemanha, França e Canadá - "Medidas adotadas para o combate à disseminação do covid-19, com foco na efetividade e estratégias para a proteção de agentes policiais", 26/3 - Realização do programa SP Global Meetings - Webinar "São Paulo e os desafios das relações internacionais num mundo pós-pandemia", Participantes: Ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer, 14/7; - Webinar "Experiências na área de Mudanças Climáticas", Participantes: Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente Marcos Penido Embaixador do Reino Unido no Brasil VijayRangarajan, 21/7; - Webinar "Integração nas Políticas de Proteção Social com foco nos pequenos municípios, Participantes: Convidadas: Secretária de Desenvolvimento Social Célia Parnes, Diretora do Escritório da Província do Québec em São Paulo Thais Aun, Representante Residente do PNUD Brasil KatynaArgueta, 4/8; - Webinar "Oportunidades e Desafios para o Agronegócio, na perspectiva do Acordo Mercosul-União Europeia", Participantes: Secretário de Agricultura e Abastecimento, Gustavo Junqueira, Representante da União Europeia no Brasil IgnacioYbáñezRubio, 22/9; - Webinar "A importância da atuação dos governos subnacionais no cenário internacional", Participante: Aloysio Nunes, 18/8; - Webinar "Os desafios da Política Externa Brasileira", Participantes: Michel Temer, 20/8; - Webinar "Experiência de São Paulo e Nova York no combate à pandemia de COVID-19", Participantes: Secretário-Chefe da Casa Militar e Coordenador da Defesa Civil do Estado, de São Paulo, Walter Nyakas, Coordenador de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde, Dr. Paulo Rossi Menezes; Representantes da Guarda Nacional de Nova York, organização responsável pelas ações, de combate à pandemia no estado de Nova York, 29/9; - Webinar "A importância do Acordo Ambiental de SP no cenário internacional" Participantes: Presidente da CETESB, Patrícia Iglesias, Representante do PNUMA, Denise Hamú, Cônsul-Geral Interina do Reino Unido, Lisa Weedon, Encarregado de Negócios da Embaixada da França, Gilles Pecassou, 19/10; Programa de Roadshows Virtuais e reuniões One-on-one para apresentação do Plano, Reset 21-22; 19/11 – Canadá; 23/11 - One-on-one GIC; 26/11 - Reino Unido; 30/11 - One-on-oneBrookfield; 01/12 – China; 08/12 - One-on-one CPPIB; 10/12 – Alemanha; 14/12 - Oriente Médio; 15/12 – Europa; 17/12 - One-on-one CDPQ.

SECRETARIA DA SAÚDE

O papel da Secretaria de Estado da Saúde na gestão do SUS/SP - Segundo as diretrizes nacionais do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde – SES tem a responsabilidade geral de formulação e coordenação da política do sistema no Estado. As funções da SES podem ser resumidas em cinco dimensões: -Manter a rede assistencial própria do Governo do Estado – são serviços próprios estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais da administração direta, indireta (fundações e autarquias) e de Organizações Sociais de Saúde - OSS, que são referência regional, especializada ou de alta complexidade do sistema. Esta rede inclui grandes hospitais universitários, como os Hospitais de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas – UNICAMP, de Botucatu da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista – UNESP e da Faculdade de Medicina de Marília, o Instituto do Coração – INCOR/USP, o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia. -Gerir, planejar e regular a rede assistencial vinculada ao SUS – são serviços de assistência médica de maior complexidade vinculados ao SUS, de caráter estadual ou regional, que permanecem sob gestão da SES (rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos, Hospitais de Ensino, serviços especializados de oncologia, nefrologia, hemorrede, entre outros). A gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual. -Manter os órgãos estaduais de apoio às ações da Secretaria de Saúde – são institutos e fundações com funções específicas na saúde estadual, como a Fundação para o Remédio Popular (FURP), Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro (FOSP), Instituto Emílio Ribas, o Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/Aids, os institutos de pesquisa (Instituto Butantan, Adolfo Lutz, Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima). -Realizar, coordenar e planejar as ações de saúde coletiva no Estado – estabelecer as normas estaduais e realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de combate aos vetores e outras ações de interesse para a saúde coletiva, por meio de seus órgãos centrais e regionais, como o Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE, o Centro de Vigilância Sanitária – CVS, o Centro de Distribuição e Logística e a Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN. -Desenvolver ações de supervisão, capacitação, acompanhamento, avaliação e apoio aos sistemas de saúde municipais – por meio de seus órgãos centrais e regionais (17 Departamentos Regionais de Saúde – DRS) a SES participa dos 63 colegiados regionais de saúde (em conjunto com os representantes municipais), prestando auxílio aos sistemas municipais de saúde e formulando estratégias de aperfeiçoamento do sistema. -Dimensão Geral do SUS/SP e da Rede Estadual Própria de Saúde. Em 2020, o SUS no Estado de São Paulo possui 576 hospitais, com 60,7 mil leitos totais sendo 51,1 mil leitos de internação e 9,2 mil leitos complementares (terapia intensiva e unidades intermediárias), que realizam no total 2,2 milhões de internações/ano. A rede hospitalar própria da Secretaria de Estado da Saúde possui 100 hospitais, 22 mil leitos totais sendo 17,9 de internação e 4,1 mil leitos complementares (terapia intensiva, cuidados intermediários) da Administração Direta, Administração Indireta – autarquias e fundações e aqueles contratualizados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram 786 mil internações em 2020 (representando 36,6% do total de internações do SUS) e 384,4 mil cirurgias que representam 39,0% das cirurgias no SUS/SP. A Secretaria de Estado da Saúde possui rede ambulatorial própria (Ambulatórios de Especialidade Médica – AMES, Centro de Referência de Idoso – CRI, reabilitação, tuberculose, saúde mental) que é de referência em suas respectivas regiões. Os procedimentos ambulatoriais (consultas, exames laboratoriais, procedimentos terapêuticos, entre outros) produzidos pelos serviços estaduais próprios são da ordem de 533,6 milhões, representando 50,2% da produção total do SUS/SP, incluindo a dispensação de medicamentos de alto custo e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Por outro lado, a gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde ambulatoriais e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual. Em 2020, devido a pandemia da COVID-19, os serviços de saúde do SUS/SP, hospitalares ou ambulatoriais tiveram de redirecionar recursos humanos e materiais para o combate a essa doença com impactos em sua assistência e procedimentos de rotina.

Ações de Planejamento e Aperfeiçoamento da Gestão Estadual e da Rede SUS - Programa Saúde em Ação – em 2020 foi dado continuidade ao projeto "Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde" em parceria com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. - Principais estudos técnicos e consultorias em andamento no ano de 2020: Avaliação de Impacto do Projeto; Desenvolvimento do Plano Diretor da Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo; Projeto Big Data SES/SP; Projeto para combate de fraudes nas ações de judicialização (S-CODES); Projeto mensageria eletrônica no Vale do Ribeira; Consultoria Individual para apoio às ações da COVID-19; Consultoria Individual para apoio ao CGA. -Aquisição de Equipamentos de Informática: aquisição e distribuição de Equipamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – 782 Tablets para os Agentes de Endemias e Agentes Comunitários de Saúde dos municípios priorizados pelo Programa; -Aquisição de Mobiliários, Equipamentos Administrativos e Hospitalares e Ambulâncias e Vans: Valor de R$ 46.726.066,99 já empenhados em 2020, encontrando-se pendente o empenho dos 2 Aceleradores Lineares – Serviço de Radioterapia do Hospital Regional litoral Norte (Caraguatatuba) e Hospital Luzia de Pinho Melo (Mogi das Cruzes) com previsão de mais R$ 21.000.000,00. Os valores empenhados se referem a equipagem de: 38 UBS's (Unidades Básicas de Saúde), 5 CAPS's (Centros de Atenção Psicossocial), Santa Casa de Itararé, Hospital Stella Maris, Ambulatório de Especialidades Médicas de Campinas, Ambulatório de Especialidades Médicas de Avaré, Hospital Regional do Litoral Norte, Radioterapia do Hosp. Regional do Litoral Norte; SES - 9º andar; CGCSS, Hospital de Registro, Prefeitura de Nova Odessa, Santa Casa de Apiaí. -Obras concluídas em 2020: Concluídas 5 UBS – unidades Básicas de Saúde na RMC – Região metropolitana de Campinas e 1 UBS em São Sebastião (Litoral Norte), 2 CAPS sendo 1 no município de Campinas e 1 em São Sebastião, Conclusão da obra do AME Avaré. De todo o Programa saúde em Ação, 2 obras serão entregues até junho de 2021: Radioterapia do HRLN e CAPS Registro. -Repasses para reformas: dos 38 repasses para reformas de UBS, Pronto-Atendimento, CAPS e Santas Casas através de Convênios com Municípios e entidades integrantes das regiões do Programa Saúde em Ação, restaram 14 obras em andamento para o ano de 2020, das quais 11 deverão ser concluídas até dezembro de 2020, que serão finalizadas até junho de 2021. -Atividades nos territórios: Apoio ao Gerenciamento, Monitoramento do Projeto e Supervisão das Obras; Curso semipresencial em Gestão da Clínica para as redes de atenção `a saúde nos cinco DRS - Departamentos Regionais de Saúde dos territórios do programa e à distância para os demais DRS do estado (totalizando 1600 inscritos); Conclusão do Projeto de Fortalecimento da RAPS da Região de Itapeva; Treinamento para uso do Sistema do Projeto de Transporte Sanitário Eletivo na Região de Itapeva; Capacitação para uso de aplicativos de mensagem (WhatsApp) no cuidado à pacientes crônicos, gestantes durante a pandemia da COVID-19 no Vale do Ribeira; Apoio ao projeto "Casa da Gestante" do Vale do Ribeira e Itapeva; Apoio nas ações de planejamento e testagem de populações vulneráveis (indígenas, quilombolas, idosos e população carcerária) para a COVID-19; Avaliação Semestral do Projeto e Auditoria Externa do Projeto. -Inovação Tecnológica e Informatização -Programa Remédio Agora: sistema mobile que permite o agendamento, cancelamento e remarcação da retirada dos medicamentos nas farmácias que dispensam medicamentos sob responsabilidade do Estado – Implantados em 6 farmácias: Maria Zélia, Vila Mariana, Várzea do Carmo, Mogi das Cruzes, Campinas e Ribeirão Preto. Mais de 133.180 pessoas baixaram o aplicativo. Redução de tempo em fila de 4 horas para 15 minutos. -Projeto Teledermato: Sistema mobile que permite a coleta de imagens e anamnese das lesões dos pacientes atendidos em UBS para emissão de laudo realizado pelo médico especialista em dermatologia à distância. Abrange 30 municípios. Mais de 3 mil pacientes atendidos. - Instrumentos de planejamento quadrienais - elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) 2019 da SES/SP, que foi encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde (CES) em março de 2020, em formato físico. O RAG 2019 também foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) e para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP). Elaboração da Programação Anual de Saúde (PAS) de 2021, a qual foi submetida para apreciação do Conselho Estadual de Saúde. Foi realizado ajuste da PAS 2021, criando objetivos, metas e ações no Plano e na Programação referente ao combate a COVID-19, conforme recomendação do Parecer Conclusivo do CES que aprovou o PES 2020-2023. Elaboração dos Relatórios Quadrimestrais de Gestão, que foram encaminhados ao Conselho Estadual de Saúde (CES), a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) nos meses de fevereiro, maio e setembro/2020. -Pactuação do SISPACTO – a Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com o Conselho de Secretários Municipais do Estado de São Paulo/COSEMS/SP definiu as metas e ações estaduais de 2020 para os indicadores do Pactuação Interfederativa, que foram homologadas na Comissão Intergestores Bipartite e apresentadas ao Conselho Estadual de Saúde, que aprovou a pactuação. Construção das diretrizes para a pactuação de metas e ações da Pactuação Interfederativa, referente ao ano de 2021 e, em conjunto com diversas áreas técnicas da SES/SP, foi atualizado o manual com orientações para os Departamentos Regionais de Saúde (DRS) e os municípios construírem as metas municipais e regionais. -Comissão Intergestores Bipartite (CIB/SP) - instância colegiada de pactuação do Sistema Único de Saúde (SUS) estadual, integrada pela SES/SP e por representantes dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo e executou a publicação de mais de 100 Deliberações relacionadas à pactuações e homologações de habilitação/credenciamento de serviços de saúde, adequações de planos de ação, entre outros, em 2020. -Matriz de Indicadores de Saúde do Estado de São Paulo – atualização 2020 dos dados demográficos, socioeconômicos, condições de vida e saúde, rede de serviços e financiamento por região de saúde e para o Estado, no sentido de auxiliar o planejamento de saúde na versão eletrônica disponível no portal da Secretaria de Saúde. Publicação de análises e artigos no site de informações da SES sobre temas diversos relacionados à saúde, como Mortalidade por causas externas, Mortalidade Infantil, Cobertura de exames de Mamografias de rastreamento, Internações por Causas Sensíveis à Atenção Básica, Terapia Renal Substitutiva nos Departamentos Regionais de Saúde, Situação do preenchimento do quesito raça/cor nos sistemas de informação, dentre outros, dentre outros. Pandemia Covid - acompanhamento dos leitos/UTI habilitados para a atenção à COVID e elaboração e atualização de página no Portal da SES/SP voltada para o fornecimento de informações e transparência relativas à epidemia do coronavírus no Estado de São Paulo. - Ouvidoria da Saúde - SES – de janeiro a outubro de 2020 houve um total de 247.052 manifestações. Destas foram finalizadas = 98,8%. Classificação das manifestações: Informação - 66,22%; Elogio - 17,87%; Reclamação - 8,80%; Solicitação - 6,05%; Sugestão - 0,74% e Denúncia - 0,32%. - Judicialização no SUS/SP - a quantidade de ações judiciais recebidas anualmente se manteve com discreto declínio, como nos últimos anos, somando 10.887 novas demandas. Para as demandas em atendimento, o gasto realizado foi de R$ R$ 471.487.048,33 (até out/2020). O volume de cobranças judiciais por descumprimento se intensificou em quantidade e no agravamento das penas pelo descumprimento, atingindo o valor total de R$ 64.127.593,23 (nov/2020). Outras medidas operacionais internas resultaram numa economicidade mais de R$ 53.610,634,36 (controle de inativações de rotina, reinserção no SUS (mesmo para cumprimento judicial), e desconto financeiro do repasse mensal dos hospitais de ensino (quando prescrevem produtos e serviços não contemplados no SUS), com proposta de ampliar as instituições que prescrevem deste modo. Também contabilizado e requerido administrativamente ä União (M.S.) o ressarcimento de R$ 10.439.176,15 até agosto 2020. Em julho de 2020 iniciou o incremento de Inteligência Artificial e Business Inteligente no SCODES, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de R$ 1.307.800,24 para criação de painéis gerenciais (dashboards) e tratamento do banco de dados que atualmente alcança um *terabyte,* e monitoramento de eventuais indícios de fraudes, com expectativa de integração de outras várias bases de dados. A previsão para conclusão dos trabalhos é julho de 2021. Mesmo sem esta disponibilidade operacional, foi apurado indícios de fraude e encaminhado via PGE para Policia Civil - Departamento de Crimes Contra a Saúde Pública, eventos com medicamento de alto valor agregado (aprox. 250 mil / ampola e gasto de 80 milhões de reais) – em fase de investigação. -Sistema Estadual de Auditoria – Considerando as medidas da emergência de saúde pública decorrente do COVID 19, as reuniões e seminários programados ficaram suspensas até novas legislações das autoridades competentes. Foram realizadas (04) quatro reuniões para orientações aos gestores/profissionais, de janeiro a agosto de 2020 (período de janeiro a agosto) via web (Plataforma MEETING); Orientações para serviços de saúde e gestores para registro, autorização e auditoria das AIH referentes às assistências prestadas a pacientes com patologias respiratórias, em particular, a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2); A média mensal de AIH auditadas do banco do SIHD- no 1º quadrimestre é de 105.177 AIH, com 11.879 AIH bloqueadas por duplicidade, 5052 AIH bloqueadas por solicitação de liberação de críticas e 1195 bloqueadas por agravo. No 2º quadrimestre a média é de 83.206 AIH, com 8.900 bloqueadas por duplicidade, 4501bloqueadas por solicitação de liberação e 4.226 bloqueadas por agravo. Verifica-se diminuição na quantidade de AIH no segundo quadrimestre devido a pandemia de COVID 19. Foram auditados até o segundo quadrimestre de 2020 - 210 Serviços SUS e realizados monitoramentos em Instituições vinculadas ao SUS/SP e 25 Auditorias de Gestão em Municípios do Estado. Auditorias contemplando demandas internas e externas (Ministério Público Estadual e Federal, DENASUS, etc). -Sistema de Regulação: entre outros se destacam: GREC - casos regulados em 2020 (até setembro) foi de 22.304, com média mensal de 2.478 casos. Desse total, foram recebidas 794 solicitações para cirurgia cardíaca infantil decorrentes de cardiopatia congênita, com média mensal de 88 regulações. O processo de regulação desses casos passa por aprimoramento constante, com o propósito de melhoria na qualidade e redução do tempo médio de regulação, de 17,6 dias em 2016, para 6,5 dias em 2020; Regulação de reabilitação - Em 2020, a Rede Lucy Montoro – Fisiatria, de 09 das 17 unidades que a compõem, dos 1.998 casos regulados 1.512 foram agendados. Regulação Médica Ambulatorial de Oncologia – Em 2020, no período de janeiro a setembro, foram regulados 59.088 casos, dos quais 49.941 foram agendados. Regulação Médica em Saúde Mental- 27.323 regulações foram realizadas, com média mensal de 3.036 regulações, com exceção da RRAS 6 -

município de São Paulo. Regulação Microrregional- No período de janeiro a setembro, foram reguladas 148.797 solicitações da microrregião. PORTAL CROSS - Em 2020, 284 (duzentos e oitenta e quatro) novas unidades utilizaram o portal no período e, 1.082 treinamentos foram realizados via web, para capacitar e dar suporte às unidades, no período da pandemia COVID-19 e por meio de web conferência e desenvolvidos aplicativos e disponibilizados em plataforma de Educação à Distância (EAD), assim nesta modalidade foram capacitados 6.866 profissionais mantendo a efetividade do processo. Devido à pandemia COVID-19 foram cadastrados e revertidos cerca de 7.500 leitos no Módulo de Leitos. Monitoramento Hospitalar – Em 2020 foram analisados 92.662 casos relacionados à pandemia COVID-19. -Política Estadual de Humanização – PEH - Durante o ano de 2020, as principais estratégias e ações desenvolvidas pelo Núcleo Técnico de Humanização para a implementação da PEH foram: Continuidade no apoio às equipes técnicas dos DRS para o desenvolvimento de planos regionais de Humanização e acompanhamento do processo de regionalização/implementação das Redes Temáticas, por meio de estímulo à inclusão da metodologia e dos dispositivos da Humanização, do exercício de ações de integração entre áreas técnicas e do fortalecimento da articulação entre municípios e unidades de saúde de cada região. Apoio e Formação para implementação da PEH, qualificação do cuidado por meio da realização de oficinas macrorregionais e visitas técnicas às unidades de saúde sob gestão do Estado; Monitoramento do sistema para aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de saúde SES (PSAT), com suporte de banco de dados da Prodesp e acompanhamento sistemático dos resultados - participaram 131 unidades, distribuídas em 70 hospitais e 62 ambulatórios; Acompanhamento aos Hospitais de Referência em Humanização com objetivo de oferecer apoio intensivo às unidades e disseminar a PEH para as demais unidades de saúde SES. Apoio para implementação e monitoramento dos indicadores de humanização nos hospitais integrantes do Programa Santas Casas SUStentáveis - A09 (Alta Hospitalar Responsável), A11 (Política Estadual de Humanização e A08 (Acolhimento com Classificação e Avaliação de Risco), no acompanhamento realizado pelos articuladores de humanização. Apoio para implementação e monitoramento dos indicadores de humanização nos ambulatórios e hospitais geridos pela CSS e CGCSS, incluídos na gestão dos contratos, referente à elaboração e acompanhamento dos Planos Institucionais de Humanização e as atividades desenvolvidas do grupo designado na unidade para a sua execução. Continuidade do processo de formação/capacitação dos Articuladores de Humanização para acompanhamento e desenvolvimento do trabalho regional e de desenho/implementação de Planos Institucionais de Humanização nas unidades de saúde, municípios e regiões de saúde. Continuidade do "Programa de Apoio à Humanização nos Hospitais: Projeto Maternidades - Processo de apoio e formação em humanização no estado de São Paulo".

Ações Estratégicas e Programas Prioritários - Expansão assistencial no SUS/SP Pandemia COVID-19 – as três esferas de governo do SUS se mobilizaram (com apoio privado) e com coordenação estadual da rede do SUS/SP, foram criados (até novembro) 5.168 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, além da conversão de 935 leitos de UTI já existentes, e criação de 926 leitos de suporte ventilatório (SV) para atendimento à COVID-19, totalizando 7.029 leitos; também ocorreu expansão de 3.974 novos leitos de clínica médica (3.064 já funcionando e 907 em fase de ampliação), além da conversão de 5.178 leitos já existentes para o atendimento à COVID-19, totalizando 8.242 leitos de clínica médica; parte destes leitos foram resultado do esforço para criação de hospitais de campanha; foram adquiridos pela SES/SP, recebidos por doação privada ou distribuídos pelo Ministério da Saúde - MS o total de 4.113 ventiladores pulmonares e unidades de anestesia para garantir a assistência necessária; com relação a EPI (equipamentos de proteção individual) foram adquiridos pela SES/SP e recebidos do MS mais de 31 milhões de máscaras cirúrgicas, 3 milhões de máscaras N95, entre muitos outros materiais; Ampliação da Rede Laboratorial do Estado de São Paulo para testagem de COVID-19, com participação de 13 laboratórios do Instituto Adolfo Lutz (IAL) e 16 laboratórios de apoio habilitados, incluindo o Butantan com realização (até novembro) de mais de 1,1 milhão de exames RT PCR realizados e 587.382 testes rápidos para COVID-19 no Estado de São Paulo; por iniciativa da SES e INCOR foi criado o Projeto TeleUTI por meio do qual a equipe do HCFMUSP/INCOR garante assessoria técnica à distância para 19 hospitais, 600 leitos assistidos, beneficiando 765 pacientes atendidos até o momento. Este esforço teve investimentos de recursos estaduais da ordem de R$ 1,7 bilhão e recursos federais disponibilizados para a SES/SP de R$ 1,6 bilhão. -Saúde da Criança - necessidade de reorganização dos trabalhos pela COVID-19, a saber: Reuniões com os gestores da rede materna e infantil para garantia da referência e contra referência de recém-nascidos e lactentes confirmados; Publicação e divulgação de recomendações técnicas para o manejo do recém-nascido, lactente e criança na vigência de casos suspeitos e confirmados; Webconferências de matriciamento de casos de COVID; 27 Fóruns para a discussão da grade, regulação e notas técnicas sobre a COVID-19 no cuidado materno-infantil; Elaboração e publicação de 03 Notas Técnicas com orientação sobre o Manejo de recém-nascidos, lactentes e crianças com COVID-19; Desenvolvimento junto à equipe do Centro de Metodologias de Ensino em Saúde (CMES) para desenvolvimento do Curso EAD de Manejo Clínico do Aleitamento Materno a ser lançado em 2021 entre muitas outras. -Programa Bolsa Família - realizadas 05 reuniões com os 28 municípios classificados como prioritários, para a melhoria do acompanhamento das condicionalidades e da gestão do Programa. Em razão da Covid-19, o processo de trabalho do acompanhamento das condicionalidades de saúde nos municípios sofreu grande impacto. Em 2020, foram considerados como critério para tal acompanhamento a não obrigatoriedade do registro em crianças e mulheres não gestantes, e a continuidade do registro de gestantes, quando possível, a fim de não prejudicar a concessão do Benefício Variável à Gestante (BVG). -Saúde da Mulher – na vigência da COVID 19, foram demandadas várias ações juntamente com o Grupo Técnico para o Enfrentamento da Morte materna, Infantil e Fetal; a saber: Reuniões com os gestores da rede materna e infantil para garantia da referência e contra referência; Acompanhamento das gestantes internadas suspeitas ou com COVID confirmado; Sinal de alerta para gestante/puérpera com sintomas graves de COVID no sistema de regulação de vagas; Publicação e divulgação de recomendações técnicas para o manejo da mulher no ciclo gravídico puerperal e recém-nascido; Realizados 67 Fóruns de Discussões Matriciamento Ciclo Gravídico Puerperal e Puericultura Covid- 19; Elaboração e publicação de 04 Notas Técnicas com o tema Gravidez/Puerpério com orientação sobre o Manejo do COVID-19; entre outras ações. -Atenção Básica: Organização das ações para enfrentamento da COVID-19 na Atenção Básica: web conferências com as Regiões de Saúde do estado para o apoio na organização da atenção e da gestão do cuidado na AB; Produção de documentos técnicos relacionados à COVID-19 para a AB - Orientações para Organização das Ações no Manejo do Novo Coronavírus (COVID 1-19) na Atenção Primária à Saúde (09/04/2020); Organização das ações na atenção primária à saúde no contexto da COVID-19; "Volta às aulas": participação no grupo intersecretarial e bipartite que elaborou a Nota Técnica contendo as "Diretrizes para o Trabalho Integrado da Saúde e Educação para Controle da COVID-19 nas Escolas do Estado de São Paulo". -Qualis Mais - Em 2020 foram incluídos 424 municípios, com transferência de recursos financeiros a estes municípios no valor total de R$ 40.818.669,38. PAB Estadual - Os recursos financeiros para custeio das ações de Atenção Básica aos 645 municípios paulistas. Em 2020, o valor foi de R$ 182.155.744,00, correspondendo a R$ 4,00 per capita. -Saúde do Idoso - Selo "Município amigo do idoso": A posição em novembro de 2020 é: 296 municípios com Selo Inicial; 26 municípios com o Selo Intermediário e 4 municípios com o Selo Pleno. Selo "Hospital Amigo do Idoso": 60 hospitais envolvidos (22 – Adesão; 22 – Inicial; 9 Intermediário; 6 – Pleno). -Saúde Bucal – Programa "Sorria SP" – por conta da situação de emergência da Covid-19, a maioria dos municípios utilizaram os recursos do Sorria SP para compra de EPI e outros materiais importantes para a manutenção do atendimento odontológico: 392 municípios receberam o incentivo total de R$36.000,00 (por município). -COVID-19 e saúde bucal: Publicação de "Medidas de prevenção e controle de infecção na assistência à saúde: Orientações para a organização das ações em saúde bucal de 26-03-2020"; Implantação da Proposta dos "Ambulatórios Virtuais" para apoiar os municípios junto às mudanças nos processos de trabalho. -Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN) – O Estado de São Paulo realiza a Fase IV do Programa Nacional de TNN desde 2013 e possui 3 Serviços de Referência em Triagem Neonatal - laboratório do teste do pezinho – SRTN (Instituto Jô Clemente (ex - APAE SP), CIPOI – UNICAMP e FAEPA - Ribeirão Preto) e disponibiliza 1.756 postos de coleta para a realização da triagem biológica e para o diagnóstico das seguintes doenças: Hipotireoidismo Congênito, Fenilcetonúria, Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias, Hiperplasia Adrenal Congênita, Deficiência de Biotinidase e Fibrose Cística. Atualmente, possui uma Rede de Serviços de Referência para: acompanhamento, seguimento e tratamento dos recém-nascidos diagnosticados na Triagem Neonatal, em todo o estado de São Paulo. Os SRTN no estado de São Paulo em 2020 alcançaram a cobertura de 98,8% dos nascidos vivos no estado de São Paulo. O primeiro exame do Teste do Pezinho colhido na maternidade é coletado em, 90% dos nascidos vivos. Mesmo, durante a pandemia, conseguimos manter a excelência desse serviço prestado à população do estado de São Paulo. O Programa da Triagem Ocular do estado de São Paulo tem como finalidade a realização de exame gratuito do Teste do Reflexo Vermelho (TRV) nas maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado e a implantação da Rede Assistencial de Triagem Neonatal Ocular. Em 2020, concluímos as adequações do projeto junto a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), com as correções no fluxo e disponibilização de vagas dos casos reportados pelas Maternidades, Serviços de Referência para Reteste (SRR), Serviços Oftalmológicos Pediátricos Especializados (SOPE) e Departamentos Regionais de Saúde (DRS). Rede de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme: ações de 2020, continuamos monitoramento o protocolo de farmacovigilância ativa da hidroxiureia para detecção e avaliação de falha terapêutica ou de eventos adversos; monitoramos a demanda e o consumo de medicamentos em conjunto com a Assistência Farmacêutica – SES, principalmente a profilaxia medicamentosa, contra infecção em pacientes com Doença falciforme; promovemos o monitoramento anual dos indicadores de qualidade da assistência às pessoas com Doença Falciforme, entre outras ações. -Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Rara do Estado de São Paulo – 3 Serviços foram habilitados na Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Rara: Ambulatório de Especialidades da Fundação ABC - FUABC, o Hospital das Clínicas da UNICAMP e o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Mais, 2 serviços estão com processo de habilitação em andamento, junto ao Ministério da Saúde: Hospital de Base de São José do Rio Preto (FUNFARME) e Hospital das Clínicas da UNESP de Botucatu. Concluído o projeto de implantação do Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal Tipo I: decidiu-se que a Atrofia Muscular Espinhal (AME) Tipo I servirá de modelo para implantação do Programa Estadual de Doença Rara. Seguimos as diretrizes do MS aprovadas no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Atrofia Muscular Espinhal 5q Tipo I; concluído o estudo da avaliação situacional da assistência às pessoas com AME Tipo I, no estado de São Paulo. Estabelecemos uma rede de centros especializados, em AME, para identificação precoce de todas as crianças com suspeita clínica de AME Tipo e confirmação do diagnóstico. Mesmo, nesse período de pandemia foi elaborado um protocolo com um fluxo emergencial para garantirmos: a dispensação e a distribuição do medicamento nusinersena (medicamento órfão), mesmo em pacientes internados, assim como, garantir o acesso ao tratamento em serviços especializado para a infusão intratecal desse medicamento. Concluída a elaboração do Projeto para a Implantação dos Centros de Terapia Infusional da Rede DORA (Doenças Raras) – São Paulo, para a infusão de medicamentos de alto custo e monitoramento de risco e eventos adverso, resultados e desfechos clínicos para doenças específicas, viabilizando o atendimento das demandas assistenciais à pacientes com DR. Concluído o Projeto de Atenção às Pessoas com Epidermólise Bolhosa: elaboração das diretrizes para o cuidado com a pele e tratamento das feridas de pacientes com EB e análise dos produtos indicados essa terapêutica; elaboração das diretrizes para o suporte nutricional, aguardando o fim da pandemia. -Saúde Mental – A atenção em saúde mental é composta por vários serviços com diferentes complexidades que se organizam na Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. Principais ações desenvolvidas: Condução do processo de desinstitucionalização dos moradores dos Hospitais Psiquiátricos no Estado de São Paulo e dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP; Atualização semestral do censo psicossocial; Orientação para implantação dos Serviços Residenciais Terapêuticos; Prestação de contas ao Ministério Público Estadual e Federal; Coordenação do Programa Autoestima para implantação da plataforma Autoestima para formação e qualificação da RAPS; Programa Recomeço – representação da SES; Condução da política de atenção ao Transtorno do Espectro Autista – TEA; Ações intersecretariais – 15 encontros com Secretaria Educação, 05 Encontros Secretaria do Desenvolvimento Social; Organização e Realização de 13 vídeo-aulas, 12 reuniões virtuais com os representantes da SM dos DRS, 03 encontros com diretores e equipes técnicas dos hospitais que atendem SM, 25 encontros com técnicos dos serviços da RAPS . -Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência (RCPD) - continuidade do processo de organização e implantação da RCPD no âmbito do SUS/SP: das 17 RRAS, 17 já elaboraram seus Planos de Ação, encaminhados ao Ministério da Saúde. Atualmente temos habilitados pelo MS, 48 CERs - Centro Especializado em, 5 oficinas ortopédicas fixas e 1 itinerante. Em 2020 foi aprovado o Plano de Ação Estadual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD, bem como a atualização da relação dos serviços escalonados para Habilitação e Investimento da Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência – RCPD do SUS/SP. Ações COVID-19: Elaboração e divulgação de Nota Técnica, em conjunto com Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, sobre Recomendações de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Coronavirus para pessoas com deficiência; Publicação de Resolução Conjunta Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência que autoriza acompanhamento das pessoas com deficiência por um familiar ou cuidador, nos casos de internação por COVID-19; Testagem para COVID19 em Instituições que abrigam pessoas com deficiência: parcerias da Secretaria de Estado da Saúde (Instituto Butantã e Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência/CPS), Secretaria de Assistência Social e Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Realizado revisão da Cartilha para Pessoas com Deficiência – Prevenção a COVID-19; Elaboração de Plano de Contingência durante Pandemia do Coronavirus COVID-19 para a Rede Lucy Montoro. -Saúde população negra - Elaboração do Projeto para realização do Curso "A Saúde da População Negra" com objetivo de ampliar o número de cursos de capacitação

para trabalhadores da saúde na temática Saúde da População Negra; Continuação do Projeto Piloto: Linha de Cuidado a Saúde das Pessoas com Anemia Falciforme no território de abrangência do DRS 11 – Presidente Prudente em parceria com a Universidade do Oeste Paulista. Está na fase de matriciamento das Unidades de Saúde; Eventos virtuais para a Semana da Consciência Negra. Ações COVID-19: Nota com recomendações referentes ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e as populações vulneráveis (Indígenas e população Quilombola) no âmbito do Estado de São Paulo. -Saúde da população indígena, destaques: Revisão dos fluxos de referência e contra referência na média e alta complexidade para atendimento da população indígena. Ações COVID-19: testagem para COVID19 na população indígena. Aldeada: parcerias da Secretaria de Estado da Saúde (Instituto Butantã e Área Técnica Saúde da Pessoa com Deficiência/SES), SESAI, FUNAI. -Saúde da População do Sistema Penitenciário – Continuidade da ação para suprir as ações de Atenção Básica nos ambulatórios médicos das unidades. No ano de 2020 05 novos municípios fizeram adesão a CIB 62/2012 e 02 municípios que já haviam realizado adesão acrescentaram equipes para atendimento de atenção primária em unidades prisionais presentes em seu território. O número de adesões à CIB 62/2012 passou de 38 em 2019, para 43 municípios em 2020. Os custos em 2020 somaram R$ 23.640.300,00/ano. Covid-19: foram elaboradas, em conjunto com a SAP, Fundação Casa, CVE e COSEMS-SP, as Diretrizes e Orientações para Surtos em Unidades Prisionais, facilitando a intensificação das ações de monitoramento dos Surtos de COVID 19 na população Privada de Liberdade, previstas no Plano de Contingência para essas populações específicas (SAP e Fundação Casa). Frente aos casos sintomáticos deverão ser realizados testes de detecção do vírus SARS-CoV2 através Biologia Molecular (RT-PCR em tempo real e teste rápido ou sorologia clássica para detecção de anticorpos). Uma segunda linha de ação se refere aos assintomáticos, com a Ampliação da Testagem em parceria com o Instituto Butantã, os resultados dos testes realizados até o dia 19/11/2020 para 11.889 suspeitos, privados de liberdade testados, 1.040 presos foram confirmados como positivos por RT-PCR; 9.384 presos confirmados por teste rápido; 1.416 não confirmados/descartados e 49 suspeitos com isolamento. Foram testados também os servidores do Sistema Penitenciário, dos 6.281 agentes testados, foram 1.140 positivos com o PCR, 803 com teste rápido, 4240 não confirmados/descartados. -Coordenação do Sistema Estadual de Transplantes – até 15 de novembro de 2020 foram realizados um total de 4.517 transplantes: 1.534 transplantes de rins, 661 transplantes de fígado, 109 transplantes de coração, 31 transplantes de pâncreas, 62 Rim/pâncreas, 32 transplantes de pulmão e 2.088 transplantes de córnea. -Ações de Apoio aos Parceiros - a manutenção e ampliação do acesso e do atendimento de qualidade de saúde da população do Estado mediante apoio financeiro dado pelo Governo do Estado às entidades filantrópicas nos programas: Santa Casa Sustentável com 63 instituições indicadas, base mensal publicada R$28.265.346,22 e no Pró Santa Casa com 117 instituições indicadas, base mensal: R$ 28.772.230,00.

Aperfeiçoamento Assistencial e Investimentos nos Serviços Estaduais de Saúde - A rede estadual de hospitais e ambulatórios da Secretaria de Estado da Saúde exige um contínuo processo de investimentos de ampliação do atendimento, modernização e reformas, para garantir a qualidade do atendimento à população. Entre as principais obras e serviços pode-se salientar: -Obras concluídas: -Instituto Clemente Ferreira: Reforma e adequação da rede elétrica. Valor Total: R$ 0,7 milhões, com investimentos de R$ 0,2 milhões em 2020. -Farmácia de Medicamentos Excepcionais de Guarulhos: Reforma do Telhado e instalação de Grupo Moto-Gerador. Valor Total: R$ 0,55 milhões, com investimento de 0,53 milhões em 2020. -Hospital Regional Sul: Reforma parcial 2º pav, 5º pav, monta carga, finalização 1º pavimento. Valor Total: R$ 3,3 milhões, com investimentos de R$ 2,9 milhões em 2020. - Obras em andamento: -Hospital Estadual de Bebedouro: Segunda etapa de obras de construção do hospital. Instalação de Elevadores. Valor Total: R$ 10,2 milhões, com investimento de R$ 6,5 milhões em 2020. -Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia: Adequação dos edifícios, visando obtenção do AVCB. Valor Total: R$ 9,4 milhões, com investimentos de R$ 3,8 milhões em 2020. -DRS XI - Presidente Prudente: Reforma e Adaptação de Acessibilidade. Valor Total: R$ 1,2 milhões, com investimentos de R$ 0,8 milhões em 2020. -Hospital Regional "DR. Osíris Florindo Coelho" – Ferraz de Vasconcelos: Reforma áreas de Psiquiatria, Pediatria, CME e cobertura. Valor Total: R$ 7,5 milhões, com investimentos de R$ 4,1 milhões em 2020. -Hospital Guilherme Álvaro, Santos: Construção de passarela de interligação e cobertura lateral; Restauração de Pórtico; Central de Parto Humanizado, reforma de telhado Casa Branca e Abrigo do gerador. Valor Total: R$ 2,1 milhões, com investimentos de R$ 1,5 milhões em 2020. Reforma parcial do sistema de ar condicionado do centro cirúrgico no Pavilhão V, adequação da infraestrutura de instalações elétricas do Pavilhão IV para sistema de ar condicionado e laudos técnicos de estrutura de concreto do prédio do Ambulatório e estrutura metálica do pavilhão IV. Valor Total: R$ 2,1 milhões, com investimentos de R$ 0,9 milhões em 2020. -Hospital Heliópolis: Construção de abrigo de resíduos de saúde, reimpermeabilização de lajes, elevadores e telhados. Valor Total: R$ 6,3 milhões, com investimentos de R$ 4,6 milhões em 2020. -Hospital Geral de Taipas "Katia de Souza Rodrigues": Reforma e adequações. Valor Total: R$ 7,9 milhões, com investimentos de R$ 4,8 milhões em 2020. -Complexo Hospitalar do Juquery: Reforma e adequação em diversas áreas. Valor Total: R$ 5,9 milhões, com investimentos de R$ 2,6 milhões em 2020. -Complexo Hospitalar Padre Bento: Reforma e adequação de áreas diversas. Valor Total: R$ 4,9 milhões, com investimentos de R$ 3,5 milhões em 2020. -Conjunto Hospitalar de Sorocaba: Obras de adequação para prevenção e combate a incêndio. Valor Total: R$ 2,1 milhões, com investimentos de R$ 0,9 milhões em 2020. -Hospital Geral de Vila Penteado: Reforma do sistema de climatização do Centro Cirúrgico e UTI. Valor Total: R$ 7,2 milhões, com investimentos de R$ 6,3 milhões em 2020. -Hospital Geral de Vila Nova Cachoeirinha: Reforma e Ampliação do Sistema de Climatização, Ventilação e Exaustão Mecânica. Valor Total: R$ 7,3 milhões, com investimentos de R$ 5,7 milhões em 2020. -Hospital Estadual Manoel de Abreu: Reforma Geral. Valor Total: R$ 20,2 milhões, com investimentos de R$ 5,8 milhões em 2020. -Conjunto Hospitalar do Mandaqui: Reforma CME – Central de Material Esterilizado, SAME, Necrotério e construção de abrigo de resíduos. Valor Total: R$ 4,3 milhões, com investimentos de R$ 3,7 milhões em 2020. -Instituto de Infectologia Emílio Ribas: Reforma dos edifícios Anexo I, Prédio Principal Alas A e B, complementação da Fachada - Fase 2. Valor Total: R$ 33,5 milhões, com investimentos de R$ 10,9 milhões em 2020. -Projetos concluídos/em andamento no período: DRS São José do Rio Preto: Elaboração de projetos básicos de Climatização. Valor Total: R$ 0,2 milhões, com investimento total em 2020. Projeto AVCB: Elaboração de projetos técnicos para atender exigências Corpo de Bombeiros em 25 Unidades. Valor Total: R$ 3,2 milhões, com investimentos de R$ 2,2 milhões em 2020. -Manutenção dos hospitais estaduais - A rede estadual de hospitais exige um contínuo processo de manutenção, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os recursos para manutenção totalizaram valores da ordem de R$ 92 milhões em 2020. -Aquisições de equipamentos: em 2020 tiveram como foco o enfrentamento da Pandemia COVID 19 e atualização do Parque Tecnológico. Foi necessário ampliarmos a rede de leitos de UTI, destinados exclusivamente para pacientes COVID 19 (aproximadamente 500 leitos) nas unidades subordinadas a CSS e CGCSS. Quanto aos ventiladores pulmonares, devido à dificuldade de aquisição na Pandemia, foram adquiridos além das unidades da SES para unidades municipais e filantrópicas. No total o valor das aquisições foi de R$ 255,7 milhões. A atualização do parque tecnológico, nos demais serviços das unidades, ocorreu em paralelo, principalmente nos serviços de Radioterapia, Radiologia (RX Tomografia e Ultrassonografia), Oftalmologia e Anestesia, com valor total de R$ 55,5 milhões. Foram adquiridos equipamentos para garantir a modernização e a assistência nos hospitais da administração direta no período de 2020, entre os quais se destacam: tomógrafo, laparoscópico cirúrgico, Sistema de Imagem Digital, Sistema de Video endoscopia, Ultrassom com doppler colorido uso cardiológico, Ultrassom obstétrico/ginecológico, entre outros. -Principais ações realizadas nos hospitais próprios estaduais da administração direta direcionadas ao enfrentamento da Pandemia Covid 19 – Implantação do módulo: COVID-19 no Sistema NIH para informações diárias quanto ao número de atendimentos aos pacientes Covid 19; Contratação de serviços para realização de exames de PCR para Unidades com maior demanda de atendimento a paciente Covid 19 (abril a julho/20); Contratação de serviços de terapia renal substitutiva "beira leito" nas Unidades com atendimento Covid 19 (maio a novembro/20); Implantação de leitos clínicos e de UTI nas Unidades para atendimento a pacientes Covid 19 (por ampliação/ conversão e gerenciamento de leitos): 445 leitos de UTI e 814 leitos de enfermaria; Elaboração de Cartazes sobre orientação de paramentação e desparamentação para orientar e auxiliar os colaboradores das Unidades subordinadas; Web conferência com diretores de departamento de RH para esclarecimentos e informes sobre Covid 19; estabelecimento de convênios para gerenciamento de leitos de unidades de terapia intensiva, urgência e serviços de telemedicina; Contratação por tempo determinado (CTD) de profissionais 80 médicos, 185 enfermeiros; 249 técnicos de Enfermagem, 57 ATAS e 28 oficiais administrativos.

Contratualização com Organizações Sociais de Saúde – OSS - A SES mantém a realização de atendimentos de saúde para a população por meio de uma rede de serviços gerenciados por parceiros, como as Organizações Sociais de Saúde e outras entidades. Todos esses serviços de saúde são contratualizados e foram financiados com R$ 5,917 bilhões em custeio e R$ 8,493 milhões em investimento no exercício 2020. A SES realiza o acompanhamento, avaliação e controle desses serviços por meio da Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (CGCSS). -Em 2020, foram gerenciados: 108 Contratos de Gestão firmados com Organizações Sociais de Saúde (OSS) para gestão de Hospitais, Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME), Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, Centros Estaduais de Análises Clínicas (CEAC), Serviços Estaduais de Diagnósticos por Imagem (SEDI), a Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS) e o Centro Estadual de Abastecimento e Distribuição de Insumos de Saúde (CEADIS); 13 Convênios para gestão de Hospitais, AMEs e Unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro;1 Convênio com Consórcio Intermunicipal de Saúde para gestão de Hospital. -Produção das unidades sob gestão das OSS e parceiros no ano de 2020: 60 unidades ambulatoriais (AME): Consultas médicas: 3,491 milhões; Consultas não médicas: 1,475 milhões; Cirurgias maiores ambulatoriais: 103,9 mil; Cirurgias menores ambulatoriais: 208,0 mil; Odontologia: 5,1 mil; SADT Externo: 878,3 mil; Tratamentos Clínicos: 1,6 mil. 38 hospitais gerais e 7 hospitais especializados: Saídas hospitalares em clínica médica, obstétrica, pediátrica e psiquiátrica: 225,4 mil; Saídas hospitalares em clínica cirúrgica: 123,7 mil; Cirurgias ambulatoriais e em regime de Hospital-Dia: 75,8 mil; Atendimentos de urgência: 1,432 milhões; Atendimentos ambulatoriais médicos: 2,997 milhões; Atendimentos ambulatoriais não médicos: 1,552 milhões; SADT Externo: 1,174 milhões; Sessões de tratamentos clínicos (por exemplo, quimioterapia, radioterapia, diálise e outros): 391,2 mil; No Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário: 48,2 mil pacientes-dia, 11,2 mil consultas médicas ambulatoriais e 12,9 mil atendimentos ambulatoriais não médicos; Na Unidade Recomeço Helvétia: 347 saídas hospitalares, 31,4 mil usuários/dia no Centro de Convivência e 10,2 mil moradores/dia na Moradia de Crise. 10 unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro (9 ambulatórios e 1 hospital): Saídas hospitalares: 400; Atendimentos médicos: 30,0 mil; Atendimentos não médicos: 193,6 mil; Dispensações de órteses, próteses e meios de locomoção: 8,4 mil.

Medidas de contingência contra a pandemia de COVID-19:- Ampliação dos leitos de UTI e de enfermaria para atender a demanda de pacientes suspeitos ou confirmados com COVID-19; Criação e acompanhamento de três hospitais estaduais de campanha, a saber, Hospital de Campanha do Complexo do Ibirapuera, Hospital de Campanha no AME Campinas e Hospital de Campanha no AME Barradas (Heliópolis) - Saídas hospitalares nos Hospitais de Campanha: 4,4 mil; Ampliação e qualificação da rede hospitalar para atendimento à COVID-19 e para apoiar hospitais no atendimento das outras patologias durante a pandemia; Ampliação dos exames diagnósticos de COVID-19 (RT-PCR) para a rede hospitalar estadual; Ampliação da entrega de medicamentos em domicílio (MedCasa), visando evitar aglomeração em farmácias estaduais; Logística, organização e distribuição sistêmica de equipamentos, EPIs e outros insumos de saúde para serviços de saúde e municípios em todo o Estado; Ampliação dos serviços de Tomografia Computadorizada, visando complementação diagnóstica da COVID-19; Matriciamento de casos, continuidade dos atendimentos ambulatoriais urgentes e consultas por telemedicina nos AMEs; Realização de 144,1 mil consultas médicas por meio de recursos de telemedicina (entre abril e outubro de 2020): 122,0 mil em AMEs; 18,6 mil em Hospitais; 3,5 mil nas unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro.

Ações de *Assistência Farmacêutica* - A SES é responsável pela implementação das políticas farmacêuticas em âmbito estadual, visando à estruturação da Assistência Farmacêutica, garantia do acesso da população aos medicamentos essenciais, de forma pactuada com as demais esferas de governo e promoção do Uso Racional de Medicamentos. Principais ações de assistência farmacêutica de 2020: -Manutenção do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) - Pactuação dos valores financeiros estaduais a serem transferidos à gestão municipal, para financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Primária à Saúde Janeiro a dezembro/2020 – Deliberações CIB nº 46, 52/2019 e 16/2020: Para 28 municípios > 270.000 habitantes e 44 municípios < 270.000 habitantes não aderentes ao “Programa Dose Certa”: R$ 72.003.885,56, sendo R$ 56.748.825,06 para financiamento de medicamentos e R$ R$ 15.255.060,50 para aquisição de insumos para pacientes insulinodependentes. Para 573 municípios aderentes ao “Programa Dose Certa”: R$ 1.674.777,35 para financiamento de medicamentos, referente ao acerto de contas com a atualização da população IBGE 2019, e R$ 7.741.612,00 para aquisição para aquisição de insumos para diabéticos insulinodependentes. Distribuição de medicamentos pelo Programa Dose Certa: mais de 1,04 bilhão de unidades farmacêuticas de 61 medicamentos (equivalente a mais R$ 106 milhões); Dispensação de 57 medicamentos nas oito unidades Farmácia Dose Certa: média de 9.573 prescrições atendidas e 1.090.390 unidades farmacêuticas dispensadas por mês. Distribuição de medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde: mais de 4,5 milhões de unidades de insulinas humanas NPH e regular (equivalente a mais de R$ 4,7 milhões); mais de

3,4 milhões de unidades de contraceptivos do Programa Saúde da Mulher (equivalente a mais de R$ 8,2 milhões) aos municípios < 500 mil habitantes. Execução do CBAF no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: aquisição de 31.347.840 unidades farmacêuticas, de 112 medicamentos, para atendimento de 176 unidades prisionais, com a execução de R$ 2.960.138,35 milhões repassados pelo Ministério da Saúde. -Manutenção do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF) Programação das necessidades e distribuição de 54 medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde para tratamento de cólera, coqueluche, doença de chagas, esquistossomose, febre maculosa brasileira, hanseníase, influenza, leishmaniose, lúpus eritematoso sistêmico, malária, meningite, mieloma múltiplo, tracoma, tuberculose e prevenção de arboviroses: média de 29.829.398 milhões de unidades farmacêuticas, equivalente a R$ 66.757.552,65 milhões/ano. Aquisição e distribuição de 5 medicamentos para leishmaniose, hanseníase e toxoplasmose: média anual de 123.986 mil unidades farmacêuticas, equivalente a R$ 1.824.427,91 milhões. -Manutenção do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e Protocolos Clínicos de Tratamento Estaduais – Atendimento médio de 802.892 mil pacientes/mês nas 39 Farmácias de Medicamentos Especializados (FME), com a dispensação média de 41 milhões de unidades farmacêuticas/mês referentes a 136 medicamentos fornecidos pelo Ministério da Saúde e 175 medicamentos adquiridos pelo Estado, refletindo em uma apresentação média de 803 mil APAC por competência (01/2020 a 11/2020). -Manutenção dos Medicamentos Oncológicos com Aquisição pelo Ministério da Saúde – Distribuição média de 183 mil unidades farmacêuticas/mês (equivalente à média de R$ 14 milhões), de 9 medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde, para atendimento médio de 7.728 pacientes/mês em hospitais da Rede de Atenção Oncológica de Alta Complexidade. Manutenção dos Programas MedCasa – 160.398 mil pacientes cadastrados, das Farmácias de Medicamentos Especializados (FME) Maria Zélia e Central de Dispensação de Medicamentos – HCFMUSP, para a entrega de medicamentos em domicílio de pacientes e serviços de hemodiálise. Ampliação do programa, como estratégia para enfrentamento da COVID-19 em mais 08 unidades - FME do AME de Presidente Prudente, Santo André, Hospital Estadual João Paulo II, AME Geraldo Bourroul, Sorocaba, Bauru, Santos e Campinas, possibilitando a inclusão de mais 59.285 mil pacientes (11/2019), totalizando 219.683 pacientes beneficiados com o programa. -Fornecimento de medicamentos de ações judiciais e solicitações administrativas –Atendimento médio de 77 mil pacientes/mês nas 24 Farmácias de Demandas Judiciais e Administrativas, com a dispensação de medicamentos, produtos nutricionais e materiais médico-hospitalares; Inserção de pacientes atendidos por ação judicial nos programas oficiais de assistência farmacêutica - destaques para os medicamentos incorporados recentemente; Parceria com serviços de referência em dermatologia (2), endocrinologia (2); reumatologia (1), oftalmologia (6) para avaliação de pacientes e administração assistida de medicamentos. Economia superior a meio milhão no processo de uso de medicamentos, por meio do compartilhamento de doses até novembro/2020 (ressalta-se que devido a pandemia, os serviços ficaram suspensos por alguns meses); A partir de março/2020 houve a ampliação de Ambulatórios de Retina nos AME's ou Hospitais sob gestão da CGCSS, com parceria da CAF para fornecimento do medicamento bevacizumabe, totalizando 19 serviços no Estado. -Ações de Assistência Farmacêutica para o enfrentamento da COVID-19: Aquisição centralizada de 49 medicamentos e álcool para Hospitais Estaduais de gestão direta (CSS), equivalente a um montante de R$ 21.114.132,80; Desenvolvimento e implantação de plataforma online (MEDCOVID19) para monitoramento d abastecimento de medicamentos do kit intubação nos hospitais do Estado de São Paulo; Monitoramento de abastecimento dos medicamente, do KIT Intubação, nos hospitais municipais e estaduais que integram o Plano Estadual de Contingência Da COVID-19 (Mapa de Leitos COVID-19), interface/prestação de contas junto ao Ministério da Saúde; Logística de abastecimento de estoques dos hospitais no âmbito do Estado de São Paulo, dos medicamentos do Kit Intubação adquiridos de forma centralizada pelo Ministério da Saúde. Outras ações de qualificação da gestão Assistência Farmacêutica Estadual: Plano Diretor da Assistência Farmacêutica do Estado de São Paulo, integrado ao projeto de Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde de São Paulo; Modernização e informatização da gestão: integração dos sistemas de informação para rastreabilidade do ciclo do medicamento; desenvolvimento de webservice para envio de dados à Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência; Projeto Big Data: integração da base de dados de diferentes sistemas que estão direta ou indiretamente relacionados aos processos de assistência farmacêutica, resultando em diversos *dashboards*, visando aprimorar e otimizar os processos internos de gestão da CAF, e fornecer informação qualificada para tomada de decisão dos gestores; Educação continuada de profissionais que atuam na assistência farmacêutica e gestores do SUS; Produção técnica e informações: 07 notas técnicas; 13 pactuações oficializadas junto aos municípios de São Paulo; Atualização das cartilhas de orientação sobre medicamentos (38 por "Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas" e 597 atualizações por "medicamento"); disponibilização de informações aos usuários do SUS no portal da SES/SP (10/2020).

Defesa e Saúde Animal – em 2020, estão em desenvolvimento em três projetos principais: Programa Meu Pet - além do investimento na construção dos hospitais veterinários (em 2020 ocorreu a abertura do processo licitatório para a construção de duas unidades das clínicas veterinárias "Meu Pet", sendo uma em Araçatuba e outra em Votuporanga), o programa inclui o incentivo para as ações de esterilização cirúrgica, no valor de R$150,00 (cento e cinquenta reais) por procedimento; A execução do Programa Estadual de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos em todo o estado, através da efetivação de convênios com os beneficiários de Emendas Parlamentares e transferências voluntárias para as Prefeituras Municipais (os convênios pagos totalizaram a transferência da importância de R$ 960.000,00 até o momento); e Em desenvolvimento o sistema PetCadastro, que servirá como banco de dados para o cadastramento de animais domésticos.

Recursos Humanos na Saúde - Programa de Bolsas de Residência Médica (RM) do Estado de São Paulo, que concede bolsas de estudo para médicos residentes - financiamento de 6.698 bolsas para o ano de 2020 em 68 instituições de diferentes naturezas jurídicas - universidades estaduais, instituições públicas estaduais, OSSs e instituições privadas conveniadas com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, localizadas nas diversas regiões do Estado de São Paulo. Mantem-se o programa de Gratificação de Preceptoria que distribui 810 gratificações em 19 instituições. Gratificação mensal recebida pelos profissionais médicos que supervisionam o ensino dos médicos residentes e que possuem vínculo funcional com a Secretária de Estado da Saúde. Foi empenhado no orçamento estadual (até novembro) o valor total de R$ 183.538.944,30, para a RM em 2020. -Programa de Bolsas Para Cursos de Especialização Lato Sensu (PROGBOL) tem a finalidade de difundir conhecimento, complementar a formação acadêmica, atualizar e incorporar competências técnicas mediante aprimoramento profissional e incentivo à capacitação e educação continuada de profissionais graduados na área da saúde não médicos. O número limite de bolsas é de 1176. Atualmente o valor da bolsa é de R$ 1044,70, tendo como investimento o valor de R$ 14.742.806,40/ano. -Capacitações – Curso de Desenvolvimento Gerencial em Serviços de Saúde – CDGESS: etapa EAD – 459 participantes, 27540 horas; e etapa Semipresencial 144 participantes, 1728 horas. Outras capacitações presenciais – 179 participantes, 2082 horas de treinamento. Outras capacitações em EAD - 24.334 servidores do SUS, 416.986 horas treinamento; -Pós-graduação - Cursos de Especialização – CEFOR/SUS/SP – 35 cursos com 172 concluintes em 13 instituições credenciadas. Centros Formadores de Pessoal para Área da Saúde - Escolas Técnicas de Saúde - CEFOR/ETSUS - Nº Concluintes: 2.395; Custo Total: R$ 308.805,00; Total de Horas: 4.394. Estágio Não Curricular - não obrigatório remunerado – consiste no desenvolvimento de atividades práticas inerentes ao processo formativo do estudante de nível superior: Nº Estagiários Participantes: 126; Custo Anual: R$589.893,28 (Bolsa Auxílio, Auxílio Transporte e Taxa Administrativa). Projeto de Voluntários Acadêmicos da Área das Ciências da Saúde - tem como público alvo estudantes de curso de graduação ou de formação profissionalizante da área da saúde e conta com 523 inscritos; Projeto de Voluntários - tendo como público alvo qualquer pessoa física, entre 18 e 59 anos de idade, independente de formação acadêmica - conta com 187 inscritos.

Ações de Saúde Coletiva - Material de Comunicação e divulgação – 12 edições do Boletim Epidemiológico Paulista – BEPA; 01 edição do jornal GAIS Informa; Gerenciamento do canal Vigilância em Saúde em Pauta que reúne a produção técnico-científica da CCD e de outras áreas da SES; Comunicação COVID-19 - interna e segmentada; Adequação do Boletim Epidemiológico Paulista à Plataforma OJS – Projeto SES-SP (outras publicações COVID citadas nas áreas de vigilância epidemiológica e sanitária). -Programa de Pós-Graduação em Ciências na CCD - abordagem multidisciplinar, integrando a pesquisa clínica, o laboratório e a vigilância em Saúde Pública: Discentes – 76 (36 no mestrado, 38 no doutorado e 2 no pós-doutorado); Defesas – 14 de mestrado e 09 de doutorado; CAPES – 21 bolsas (11 Doutorados, 09 mestrados e 1 de pós-doutorado); Projetos – 96 projetos, 43 linhas de pesquisa e 08 disciplinas ministradas. -Grupo de Apoio às Políticas de Prevenção e Proteção à Saúde – GAPS – No período foram financiados 40 projetos de diferentes áreas da Vigilância em Saúde – 11 deles para ações de enfrentamento COVID-19; Pagamento de 54.662 etapas. Valor R$ 7.553.880,00. -Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde – CIVS - promove a produção e o disponibiliza as estatísticas vitais do SIM e SINASC e distribui as Declarações de Nascidos Vivos – DNV e Declarações de Óbito – DO no ESP, no total: 583.000 Declarações de Nascimentos e 311.000 Declarações de Óbitos. Outras ações: 1.439 codificadores municipais e regionais de causa morte, monitorados e cadastrados; 645 municípios monitorados semanalmente - regularidade do envio de dados gerais e COVID-19; Capacitações investigação do óbito em COVID-19 – 03 capacitações com 250 profissionais; Capacitação no Processo de investigação do Óbito e Critérios de Evitabilidade - 39 municípios; Capacitação na Construção de Indicadores de Saúde e Tabwin - 27 GVE e 10 municípios; Conferências SIM, SINASC – 07 eventos com 300 participantes; Pesquisas institucionais de dados – 155 solicitações (externas e setores internos da SES); Rede Nacional de Serviço de Verificação de Óbito – SVO - 12 Serviços monitorados; Suporte técnico aos médicos e demais profissionais dos estabelecimentos de saúde, nos procedimentos pós-morte no suspeito e confirmado de COVID-19; Autopsia Verbal – Implantação, estruturação, parceria com profissionais médicos, codificadores e digitadores para realização do processamento dos casos da AV, Parceria com o CREMESP, para capacitação aos médicos no uso da Autopsia Verbal; Capacitação para médicos no uso da Autopsia Verbal nos Hospitais, estabelecimentos de saúde;COVID-19 - Suporte técnico nos procedimentos post-mortem; Elaboração do Manual Nacional de Manejo de Corpos frente à Pandemia, Produção de Notas Técnicas sobre orientações aos Serviços Funerários no Manejo do Corpo durante a Pandemia de COVID-19; -Ações administrativas - destaques: Aquisição e distribuição de kits para coleta de material qPCR para testagem COVID-19 para os Municípios e Hospitais Estaduais - R$ 3.705.000,00; Aquisição de equipamentos de informática para aprimoramento do parque tecnológico infraestrutura dos Grupos de Vigilância Regional; Aquisição de equipamentos de vídeo e áudio para atividades à distância – Total R$ 672.876,00, entre outros. Investimentos: 17 reformas e obras - valor total R$ 8.707.347,69. -Ações de Vigilância Sanitária – proteger a população dos fatores que implicam em ameaças e riscos à saúde. Entre as ações realizadas destacam-se: -Ações de enfrentamento da Covid-19: Criação e implantação do CADVISA – Sistema de Cadastramento na Vigilância Sanitária estadual; Inspeções relacionadas à saúde do trabalhador atendimento de denúncias referentes ao distanciamento social, higienização, EPI e afastamento de trabalhadores: 40.020 monitoradas; Monitoramento de casos de Covid-19 relacionadas ao trabalho - 1.671 ; Inspeções em empresas de Cosméticos, Saneantes e Produtos para Saúde: 16; Fiscalização em Estabelecimentos comerciais – 13.169 Fiscalizados -Publicações e Orientações – Covid-19: Novas diretrizes para ações relacionadas à saúde do trabalhador: Prevenção da Covid-19 em Ambientes de Trabalho; Investigação de Surtos de Covid-19 nos Ambientes de Trabalho; Saúde Mental, Trabalho e Covid-19, Assistência domiciliar a pacientes suspeitos e contatos; Medidas de Prevenção. Controle de IRAS – COVID-19, - Medidas de Prevenção e controle de infecção a Serem Adotadas na Assistência à Saúde, relacionadas à Covid-19; Uso das máscaras como ação de proteção individual e de proteção aos outros; Uso de "Cabines de Luz Ultravioleta para Desinfecção de Compras" em Supermercados e Estabelecimentos Congêneres para Prevenção da Covid-19; Reabertura segura de estabelecimentos da área de alimentos no contexto do enfrentamento da COVID -19, Descarte de máscaras de proteção facial para prevenção da transmissão de COVID-19; Pulverização de Desinfetantes em Locais de Trânsito Intenso de Pessoas para Prevenir Covid-19; Recomendações para alojamento para trabalhadores rurais; Limpeza e desinfecção de espaços públicos para prevenir riscos associados à COVID-19; Orientações aos Serviços Funerários no Manejo do Corpo Durante a Pandemia de Covid-19; Prevenção do coronavírus em sistemas de limpeza urbana e de resíduos de serviços de saúde; Oferta de água potável e prevenção de riscos associados ao Coronavírus, Manual de Orientação para o Trabalhador em Estabelecimentos de Saúde e para Orientação de medidas de prevenção e fiscalização de estabelecimentos para enfrentamento da Covid-19 direcionado às Vigilâncias Sanitárias municipais, Atuação das clínicas, serviços e empresas de medicina do trabalho no enfrentamento da pandemia da Covid-19; Cadastro de Fabricantes de Dispositivos Médicos em caráter temporário e excepcional; Cadastro de Fabricante de Álcool Etílico 70% em caráter temporário e excepcional, Recomendações Técnicas para a construção e funcionamento de serviços de saúde denominados Hospital de Campanha, Centro Médico com internação ou assemelhados - COVID-19, entre muitas outras. -Treinamentos e Capacitações – Covid-19: Saúde do Trabalhador e COVID-19 - Alojamento para Trabalhadores; Frigoríficos e Usinas; Saúde Mental e Trabalho; Saúde dos Professores em Tempos de Pandemia; Profissionais de Coleta e Entrega de Mercadorias, Vigilância Sanitária em Hospitais e Covid-19 - Hospital de Campanha, Atualização Covid-19, Roteiro COVID-19 e CADVISA, Saúde do Trabalhador, Encontros Técnicos com 27 GVS - ações de Vigilância Sanitária em Hospitais e Covid-19. -Outras ações relevantes: Execução do Programa Paulista de Análise Fiscal de Alimentos e Programa Paulista de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos; Boas Práticas de Fabricação em fabricantes de Medicamentos, Radiofármacos, Gases Medicinais, Insumos Farmacêuticos Ativos, Farmacovigilância, Produtos para Saúde, Alimentos, Cosméticos e Saneantes: 74 inspeções; Investigação de 38 eventos

sentinelas relacionados à Hemovigilância; Ampliação de vigilância da qualidade da água para consumo humano; Alinhamento das estratégias de atuação da Vigilância em Saúde Ambiental e Qualidade do Ar (VIGIAR) no contexto das queimadas e incêndios florestais; Realizadas orientações, inspeções e medições no caso de contaminação de população local por mercúrio no município de Santa Bárbara D'Oeste. Realizadas inspeções sanitárias em Sistemas de Abastecimento Público (SAA) da região de Campinas e Piracicaba. -Treinamentos e Capacitações gerais em VISA: Gerenciamento de Risco na área de produtos de interesse da saúde para técnicos dos GVS e CVS, Condução de Inspeção para Verificação do Cumprimento de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos; IFA; Produtos para Saúde; Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes; Saneantes para técnicos dos GVS e CVS, 02 Webconferências Instituições Geriátricas - adoção de medidas de Segurança Sanitária por Instituições, profissionais e familiares de idosos institucionalizados, 10º Seminário Paulista Água e Saúde, 19º Seminário Paulista Segurança Química/Áreas Contaminadas e Saúde: "Segurança química, entre abordagens globais e premências locais", 13º Seminário Hospitais Saudáveis: "Recuperação Saudável – a saúde pública na nova economia de baixo carbono". -Investimentos: R$ 8.994,00 (mobiliário). -Ações de vigilância epidemiológica - Principais ações para o enfrentamento da COVID-19: Participação no Centro de Contingência do Estado com informações epidemiológicas para subsidiar o monitoramento e a coordenação das ações contra a propagação do novo Coronavírus; Criação e estruturação do CENSO COVID: 860 hospitais; Georreferenciamento dos casos confirmados, suspeitos e óbitos por Covid-19. -Publicações e Orientações – COVID-19: 326 documentos disponibilizados, como: Atualização dos protocolos de notificação, investigação e monitoramento de casos e contatos – revisão sistemática; Covid-19 – Medidas de prevenção e controle de infecção a serem adotadas na assistência à saúde; Diabetes mellitus e recomendações frente à Covid-19; Doença pelo novo Coronavírus: diretrizes e orientações para surtos em unidades prisionais; Atualização dos protocolos de notificação, investigação e monitoramento de casos e contatos - revisão sistemática sobre as ações específicas referentes à Covid-19; Bepa Vol 17 – Hipertensão Arterial no Estado de São Paulo e Recomendações frente à Covid-19; Obesidade no cenário da Covid-19 no Estado de São Paulo; Diretrizes para o Trabalho integrado da Saúde e Educação para controle da Covid-19 nas escolas do Estado de São Paulo; Boletins Epidemiológicos com as principais informações sobre a situação em números de Covid-19 (casos confirmados e óbitos), entre muitas outras. -Outras Ações relevantes: 90 atividades como: Coordenação estadual da Campanha de Vacinação contra a influenza; contra a Poliomielite e Multivacinação; e Intensificação de Vacinação contra o sarampo; Elaboração de 2 vídeos treinamentos: 1. Atendimento às Vítimas de Escorpionismo no Estado de São Paulo; 2. Acidentes por Escorpiões, Aspectos Clínicos; Elaboração do Plano de comunicação Escorpionismo - Estratégias e ferramentas específicas para a comunicação em massa do escorpionismo no Estado de SP; Elaborações da linha de cuidados à gestante com hepatite C e à criança exposta, em parceria IAL/AB/Saúde da mulher e da criança da CRS-SES-SP; COSEMS-SP e DCCI-SVS-MS; Semana de Prevenção e Controle de Leishmaniose Visceral no Estado de São Paulo"; Diretrizes para migração dos medicamentos, para tratamento de Hepatites Virais, Documento Técnico para Campanha de Vacinação contra Influenza, Poliomielite e Multivacinação; Documento Técnico para Campanha/Intensificação de Vacinação contra Sarampo; Orientações às Instituições Geriátricas: Casa de Repouso, Instituições de Longa Permanência para Idosos, Centro dia para Idosos, República para Idosos, Centro de Convivência de Idosos, Comunidades Terapêuticas, Casa Lar e Serviços de Abrigo; de isolamento domiciliar a pacientes suspeitos ou confirmados e seus contatos; sobre investigação de surto e condutas em comunidades indígenas e quilombolas; entre muitas outras. -Reuniões, cursos, seminários, simpósios e oficinas: 33 eventos, como Treinamento de TBWEB para os funcionários da Secretaria da Administração Prisional; Treinamento para as atividades de campo do inquérito domiciliar de tracoma: GVE X Osasco, Município de Embu Guaçu e GVE Taubaté – Pindamonhangaba; Simpósio HIV e Fígado mesa redonda "Hepatite C e HIV". -Publicações: 270, como Boletim em parceria com o CRT/AIDS :"Coinfecção TB/HIV no estado de São Paulo" , elaboração diária do Clipping específico no "Google sites"; entre outros. -Webconferências - reuniões, cursos, seminários, simpósios e oficinas: 161 reportadas, como Oficina para municípios prioritários - Plano de Ação de Leishmaniose Visceral do Estado de São Paulo; Webinar: "Microeliminação da hepatite C nos serviços de diálise", Avaliações Trimestrais: "Tuberculose em tempos de Covid-19" -Impacto nas atividades de busca e diagnostico da Tuberculose, impacto no tratamento, biossegurança laboratorial e isolamento e outras medidas de biossegurança; Capacitações em Leptospirose; em Tuberculose para Médicos; na plataforma Tableau para análise visual, gerenciamento de dados e compartilhamento de informações em saúde; Curso EAD de Educomunicação em Saúde - Região Grande São Paulo - I e Bauru, Dia Mundial da Tuberculose; encontro com as referências para resistência - São Paulo; Fórum Estadual da Tuberculose; Gestão participativa como Membro Efetivo do Centro de Contingência do Estado(COE); entre muitas outras. -Programa Estadual de Imunização – Vacinação de rotina - 17.633.688; Campanha de vacinação contra Influenza - 18.012.410; Campanha de vacinação contra poliomielite - 1.176.443; Vacinação contra o sarampo - 935.084. -Investimentos: Equipamentos e materiais permanentes: R$ 325.108,98. -Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS do Estado de São Paulo. -Principais ações para o enfrentamento da COVID-19: Reorganização institucional do fluxo de atendimento, Protocolos de suporte para à atenção as pessoas vivendo com IST/HIV/AIDS acolhidas nos serviços especializados, Casas de Apoio e OSC; Estudo multicêntrico para avaliação da COVID-19 em pacientes vivendo com HIV/AIDS dos serviços; Parceria com o Barong para entrega domiciliar/ envio de medicação ARV. -Outras atividades relevantes: 81.841 atendimentos; 5.548 novas matriculas; suporte técnico: 645 municípios, 200 serviços especializados em IST/AIDS, rede hospitalar e laboratorial de referência, DRS, GVE, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e as Casas de Apoio. -Insumos de prevenção/fórmula infantil: Distribuídos: 18.771.208 preservativos masculinos e 544.240 preservativos femininos, 946.200 sachês de gel, 3.340 latas de Fórmula Infantil. Realizados: 57.134 testes de HIV e 48.340 testes de Sífilis. -Capacitações: Sífilis Adquirida; Transmissão Vertical da Sífilis/HIV; Testagem Rápida para HIV/Sífilis/Hepatite B/C; Assistência, prevenção, vigilância e gestão em IST/AIDS; HIV/AIDS/Covid-19;Vacina Covid-19; Saúde Integral de Pessoas Trans; Profilaxia pré-exposição sexual (PrEP); AIDS pediátrica; Monitoramento Clinico; SICLOM; Juventude HIV/AIDS; Saúde da população negra; Elastografia hepática; HIV e Fígado; Tuberculose e HIV/AIDS; Hepatites; Controle Social e Advocaccy, e EAD Sífilis profissionais de saúde Total: 77 atividades com 6.164 participantes. -Eventos/Campanha: Articulação da Rede de Cuidados em IST/AIDS; Seminário Fígado e HIV; o Ciclo de Debates Remoto: Prevenção em Tempos de Covid-19, Manhãs Positivas, Clínica Pediátrica e Saúde Integral de Pessoas Trans; Fórum Remoto de Dirigentes em IST/AIDS; 5ª Semana Paulista de Mobilização contra a Sífilis Congênita; e a XIIIª Campanha Estadual de Testagem Fique Sabendo 2020 HIV/Sífilis será realizada em 534 municípios do Estado. -Disque-DST/AIDS: 3.340 atendimentos. Estudos e Pesquisas: 19 – destaque para os estudos de vacina relacionados a Covid-19 e HIV/AIDS (Estudo Ensemble/Covid-19 e Estudo Mosaico/HIV-AIDS). -Publicações: Manuais: "Apoio à Consolidação da Rede de Cuidados para a Resposta à Sífilis Congênita, ao HIV/AIDS e às Hepatites Virais" - "Boas Práticas" - "Monitoramento do cuidado contínuo em serviços especializados em IST/HIV/AIDS no estado de SP"; Livros: "Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Resposta às IST/AIDS: Um Resgate Histórico da Trajetória na Construção de Novos Caminhos" – "Brasil: Violência e Discriminação em Pessoas Vivendo com HIV/AIDS" – "Transcritos", – "Guia Básico de Prevenção Combinada 2020", – "Elastrografia"; Boletim Epidemiológico de DST/HIV/Aids – 2019; e Folder Informativo Vigilância Epidemiológica -2019. -Investimentos: Reformas e aquisição de equipamento: R$ 1.263.945,81; Casas de Apoio: R$ 1.519.200,00 para 08 municípios e 10 Casas de Apoio; Organizações da Sociedade Civil: R$ 557.364,00 -Centro de Distribuição e Logística "Profº Edmundo Juarez" – CDL – Central estadual de Rede de Frio responsável pelo armazenamento e distribuição de vacinas para rotina e campanhas humanas e, contra raiva canino-felina e insumos estratégicos. Principais ações: Visitas Técnicas Monitoradas – 21 -Ampliação da área de armazenamento para imunobiológicos de 780 m³ para 1080 m³ -Treinamento do Sistema de Informação de Insumos Estratégicos – SIES do Ministério da Saúde - 27 GVEs e 645 Municípios do Estado São Paulo; Planejamento da logística de armazenamento, distribuição e transporte da vacina contra Covid 19. Imunobiológicos distribuídos em 2020: vacinas - 73.760.366, no valor de R$ 876.253.603,90 e insumos no valor de R$ 477.909,47. -Instituto Adolfo Lutz - IAL - realiza exames e análises para as áreas da Vigilância em Saúde e Programas Interlaboratoriais de Qualidade. Principais ações em 2019: Principais ações para o enfrentamento da COVID-19: Padronização de ensaio de qPCR para detecção de SARS-CoV-2; Sequenciamento de genoma completo do vírus SARS-CoV-2; Criação do Polo II/COVID-19 - para aliquotagem, extração de RNA e realização de RT-PCR para detecção do SARS-CoV-2, para ampliar a capacidade diagnóstica de COVID-19; Implantação do diagnóstico da COVID-19 - 09 Laboratórios Regionais; Implantação do Biobanco COVID-19 do Estado de São Paulo; Habilitação laboratórios públicos e privados para realizarem exames de RT-PCR para detecção do SARS-CoV-2 – 68 laboratorios habilitados; Contratação por Tempo Determinado de profissionais para atuarem nas ações de enfrentamento ao COVID-19 – 97 profissionais contratados. Outras ações relevantes: Vigilância genômica em tempo real de Neisseria meningitidis, Vibrio cholerae e Salmonella Typhi. Sequenciamento de Salmonella sp para Rede Pulsenet e de N. meningitidis para detecção de genes de resistência à penicilina para a OPAS; Implantação da REP-PCR na caracterização de surtos de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (IRAS); Supervisão direta e indireta de laboratórios que compõem as diversas redes de diagnóstico de doenças e agravos de interesse em saúde pública; Detecção de mercúrio em avaliação de população exposta a mercúrio elementar em Santa Bárbara do Oeste, SP; Projeto Piloto de Vigilância de Agrotóxicos em Água para Consumo Humano - parceria com SAMA/CVS; Monitoramento da qualidade da água para diálise de clínicas do estado, do uso de formol em alisantes para cabelos, da qualidade de álcool a 70%; Programa Paulista, Programa Viva Leite em parceria com Secretaria de Desenvolvimento Social, Programa da qualidade da água para consumo humano (Proágua) e de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos; Surtos de DTHA: pesquisa de T. cruzi em amostras de açaí, detecção de toxina botulínica em alimentos e amostras biológicas; Distribuição de painel de controles genéticos para avaliar a proficiência da Rede qPCR do LRN Meningites Bacterianas. Visitas Técnicas de outros países: Técnico da University of Southampton, Reino Unido. Participação em Grupos Técnicos/Científicos: Rede PULSENET; Rede Latino Americana de pertussis; Rede de Pesquisa em Tuberculose do Brasil (RedeTB), Global Laboratory Initiative (GLI) e GT da OPAS (para o diagnóstico da tuberculose), GT de Aditivos Alimentares, de Higiene de Alimentos e de embalagens destinadas a entrar em contato com alimentos; Comitê Brasileiro do Codex Alimentarius e Câmara Técnica de Resistência Microbiana (CATREM), GT de Química de Alimentos, GT para controle populacional de javalis exóticos invasores. Bolsistas: 03 - OPAS para atuarem no enfrentamento COVID-19, 26 - Programa de Formação para Investigação Científica, 12 - Iniciação Científica – CNPq e 60 alunos de curso de especialização. Produção científica: 50 projetos aprovados, 22 com financiamento externo (FAPESP, CNPq, SVS/MS, FESIMA), 160 publicações científicas em periódicos nacionais e internacionais e 03 prêmios científicos recebidos. Produção Laboratorial: 683.597 exames na área médica e 265.647 ensaios na área de produtos. Investimentos: Obras: R$ 303.526,87; Reformas: 1.278.115,28; Equipamentos: 2.533.364,72. Instituto Pasteur – Coordenação do Programa de Vigilância e Controle da Raiva e da rede de vigilância laboratorial de saúde pública no ESP: Exames Laboratoriais de Raiva: 16766 amostras, 14.357 análises de sorologia, 8756 análises de vírus, Caracterização genética de vírus da raiva para vários estados, Diagnóstico ante-mortem: 5 pacientes suspeitos, 17 amostras com 2 casos positivos. Produção e fornecimento de insumos laboratoriais para a Rede Nacional: Produção de 04 lotes de Conjugado Fluorescente para Diagnóstico de Raiva, distribuição de 100 frascos de conjugado, 20 vírus, 2 células, 20 soros e controles padrão. Laboratório habilitado para diagnóstico Covid-19 por RT-PCR - Participação em grupo técnico e científico: 11 grupos. Cooperação Nacional e internacional: 11 projetos; Produção científica: 34 projetos aprovados, financiados 01 pela FAPESP (R$118.350,00) e 01 pelo Ministério da Saúde (R$1.060.000,00); Publicações: 10 artigos e 06 submetidos para publicação; Orientações: 01 Iniciação científica; 03 Mestrados, 02. Doutorados; Treinamentos e Capacitações: Diagnóstico/ isolamento viral/ técnicas de soroneutralização/ diagnóstico molecular: 04 profissionais do Instituto Butantan, 01 do IPVD/RS, Curso de pós-graduação lato sensu - especialização em "Vigilância laboratorial da raiva" - 13 alunos, Bolsistas de Investigação Científica – 6 profissionais, *Workshop* das Síndromes Neurológicas em Animais: parceria Comissão de Educação Sanitária do Estado de São Paulo, instituições da agricultura, saúde (Instituto Pasteur) e meio ambiente: 1415 inscritos, mais de 2 mil visualizações. Investimentos: R$ 75.900,00 materiais permanentes e R$ 173.292,26 reforma do Laboratório.

Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN - A SUCEN tem como finalidade promover o controle de vetores e hospedeiros intermediários invertebrados de doenças no Estado de São Paulo, realizando pesquisas e atividades necessárias ao avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, além de cooperar com os governos municipais como executores das ações locais de controle, como também prestar assessoria para o controle de artrópodes, peçonhentos e incômodos. Ações relevantes: Controle e monitoramento do mosquito Aedes aegypti e Aedes albopictus - visitados 95810 imóveis, nebulizações portáteis - 39280 imóveis e nebulização com equipamento acoplado a veículo em 221691 imóveis, Total de 356781 visitas a imóveis (até 10/2020). Distribuição e armazenamento e apoio a logística de distribuição de inseticidas e manutenção de equipamentos aspersores de inseticida para as secretarias municipais de saúde; Vigilância e Controle vetores da doença de Chagas: 582 localidades; Vigilância e Controle de Leishmaniose Visceral: 470 imóveis, Vigilância e Controle da Febre Maculosa Brasileira: trabalhadas 6 localidades, Vigilância e Controle esquistossomose: 148 localidades; Vigilância e Controle da Febre Amarela - realizado nebulização ambiental em 568 imóveis e realizadas pesquisas entomológicas em 02 localidades; manejo e controle de animais peçonhentos - 558 atividades de apoio; Capacitação para utilização do inseticida Cielo – 645 municípios. Monitoramento de circulação de Trypanosoma cruzi na RMSP – observado índices de infecção que variam de 42,5% a 55,5%, considerados muito alto. Sistema de Informação para Monitoramento -

Escorpião – registros de 72% (465) dos municípios, com 52.192 notificações gerando 78.093 atendimentos. Organização e condução do Projeto Educom. Saúde – SP – participantes de 102 municípios. Programa de monitoramento Estadual de suscetibilidade aos inseticidas utilizados no controle de Aedes Aegypti - 15 municípios e 55 ensaios, outros testes suscetibilidade de vetores Aedes aegypti: 164 ensaios, Testes de avaliação de produtos em campo e/ou laboratório: 02 produtos. Laboratório entomologia aplicada - analisados: 14794 exemplares, Laboratório Imunoepidemiologia: executadas 1.652 reações, Laboratório Malária: Realização de 567 exames para diagnóstico de malária em pacientes humanos; Laboratório de Flagelados: 12.480 analisados, Laboratório de Biologia Molecular - exames de PCR para Diagnóstico de Malária espécies de Aves e Mamíferos, recebidas de diferentes regiões do pai. 1º.Curso de Especialização em Vigilância e Controle de vetores e hospedeiros intermediários parceria CEFOR-SP - 11 participantes; Estágios: 7 participantes; Artigos publicados: 22 artigos; Projetos de pesquisa: 9 (em parceria com diversas entidades, como FIOCRUZ, Ministério da Saúde, FAPESP, CAPES, entre outros). Investimentos: Aquisição de equipamentos: R$ 23.690,46; Custeio compras e serviços: R$1.250.209,80

Instituto de Saúde - O Instituto de Saúde (IS) tem como missão o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, assessoria e formação no campo da Saúde Coletiva, de forma articulada com as diferentes instâncias de gestão do SUS, buscando sua consolidação e a melhoria da qualidade de vida da população. O ano de 2020 foi marcado pela pandemia de Covid-19 e o Instituto de Saúde tem buscado contribuir para o enfrentamento da crise em várias frentes de trabalho: foram formulados e estão em andamento projetos de pesquisa sobre o tema, com os seguintes destaques: projeto que aborda a saúde mental dos profissionais de saúde do SUS-SP; e outro que tem como foco os novos arranjos organizativos criados na Atenção Básica como respostas do sistema de saúde à pandemia, seja no âmbito municipal (projeto em parceria com o município de Franco da Rocha). Além disso, o IS está apoiando a realização de alguns inquéritos de soroprevalência da Covid-19 em parceria com o Instituto Butantan e o Grupo de Mapeamento SARS-CoV-2, sob a coordenação do Profº Fernando de Castro Reinach. Por meio do Núcleo de Evidências, que realiza diversos tipos de estudos de revisão (Resposta Rápida, Síntese de Evidências, Revisão Sistemática), buscamos responder prontamente às demandas dos gestores com prioridade para questões relacionadas à pandemia. Vale ressaltar, na área materna e infantil, o apoio oferecido pelo Instituto de Saúde ao Ministério da Saúde e ao Comitê Estadual de Investigação dos Óbitos Maternos, Infantis e Fetais, por meio da participação em webinários e elaboração de notas técnicas para orientação a profissionais de saúde. Por fim, destaca-se o papel da Instituição na elaboração da Chamada do Programa de Pesquisa para o SUS/2020, em parceria com a FAPESP, Decit/MS e CNPq, com a finalidade de apoiar projetos relacionadas à Covid-19 que possam ter aplicação na atenção e na gestão do SUS-SP. Segue abaixo o detalhamento das atividades. Produção Científica e tecnológica: conclusão de 11 projetos de pesquisa e 26 projetos em andamento. Dentre estes, destacamos a formulação de dois projetos de pesquisa relacionados à pandemia de Covid-19: "Avaliação longitudinal da adesão a medidas de prevenção de contágio, cuidados domiciliares e percepção de risco entre profissionais de saúde de São Paulo na pandemia de Covid- 19" (em parceria com o Instituto Butantan) e "A política de Atenção Primária à Saúde com Estratégia Saúde da Família no contexto da pandemia nos municípios paulistas", em parceria com a CRS/SES-SP e COSEMS-SP. As agências financiadoras que apoiaram projetos do IS foram FAPESP, CNPq, ANS, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, UNITAIDS, Associação Samaritano e Fundação Itaú para Educação e Cultura e Ministério da Saúde. A produção científica do Instituto de Saúde foi divulgada por meio de 29 artigos científicos e 5 capítulos de livros. Elaboração da Revisão Rápida "Desempenho de testes rápidos de laboratório para o enfrentamento da pandemia pelo SARS-CoV-2" atendendo a uma demanda da CCD/SES-SP, documento que vem servindo de apoio à tomada de decisão também pelos municípios; elaboração de 12 Revisões Rápidas em parceria com a FIOCRUZ-Brasília, atendendo a uma demanda do Ministério da Saúde sobre Práticas Integrativas e Complementares (PICS) e o fortalecimento da tradução do conhecimento para a promoção da saúde; elaboração de Revisão Rápida sobre estratégias para promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar saudável no contexto da Atenção Primária à Saúde, por demanda do Ministério da Saúde e elaboração de duas Sínteses de Evidências em parceria com a Escola de Enfermagem-USP, sendo uma sobre saúde do trabalhador, e a outra, com apoio também do McMaster Health Forum, sobre saúde mental de estudantes, professores e profissionais dos cursos da saúde. Difusão científica – Dois números do Boletim do Instituto de Saúde (BIS) estão no prelo com os temas "Comunicação de risco e Tecnologia de Informação e Comunicação" e "Drogas e redução de danos". O site do Instituto de Saúde recebeu, em média, 1,2 mil visualizações únicas de página semanalmente, alcançando picos de 1,5 mil visualizações. Entre as redes sociais, as publicações no Facebook alcançaram até 3,6 mil pessoas - com um pico de 1,2 mil pessoas em um evento específico. Ainda nesta rede, a instituição conta com mais de 3,4 mil seguidores, além de mais de 4.900 amigos no perfil da instituição. Nas demais redes sociais, destacam-se cerca de 1,8 mil seguidores no Twitter, 1.323 no Instagram e 2,49 mil inscritos no canal do YouTube. Todas as redes sociais apresentaram aumento no alcance de usuários neste ano. Em função da pandemia, não foram realizados eventos presenciais. No entanto, a instituição promoveu 15 webinars abordando questões relevantes sobre a COVID-19 e suas implicações na saúde pública como por exemplo "COVID-19: como proteger nossas crianças?"; "Os desafios da APS para o enfrentamento da pandemia" e "Reflexões sobre a crise do coronavírus" registrando público médio de 60, com pico de 120 (ao vivo), além de cerca de 370 visualizações posteriores. Formação e capacitações: Os cursos do Programa CurSUS do Instituto de Saúde, na modalidade presencial, foram suspensos acatando as medidas de prevenção e isolamento. Ainda assim, o curso "Atenção Primária à Saúde no Contexto da Pandemia pelo Novo Coronavírus", voltado para profissionais do SUS foi realizado via plataformas virtuais, num total de 53 participantes. Os cursos regulares do IS de Especialização em Saúde Coletiva e do Mestrado Profissional não foram interrompidos, mantendo suas atividades remotamente. Os alunos do Mestrado Profissional, em 2020 concluíram a programação das disciplinas e dos 13 alunos, 6 apresentaram a dissertação e realizaram sua defesa para obtenção do Título de Mestre em Saúde Coletiva, na área de concentração de Gestão e Práticas de Saúde, e 7 concluirão seus projetos até março de 2021. Foram realizados também seminários virtuais mensais com a participação dos alunos e professores sobre o tema da Pandemia do Covid-19. No programa de Especialização do CEFOR-SES/SP, o Instituto de Saúde é a unidade de ensino executora da Especialização em Saúde Coletiva, curso este anual para 20 alunos. O desafio em 2020, foi transformar o programa presencial em virtual. A programação de aulas para a formação teórica foi totalmente cumprida e a parte prática realizada, em parceria com a SMS de Franco da Rocha, terá como produto os Trabalhos de Conclusão de Curso a serem apresentados em fevereiro de 2021 nas áreas de: Saúde Mental; Saúde Infantil e dos Adolescentes; Saúde da Mulher e do Idoso; Atenção Primária; Atenção Farmacêutica e Informação em Saúde.

Instituto Butantan - Atividades de Pesquisa Científica e Tecnológica – Publicações: Em 2020, foram publicados 275 artigos, todos em revistas indexadas segundo Web of Science, Scopus e Pubmed. Formação de recursos humanos na área científica – Bolsas de Iniciação Científica do CNPq com 15 bolsistas de Iniciação Científica e 9 de Iniciação Tecnológica pelo CNPq e mais 20 bolsas mantidas pela Fundação Butantan. Também foram disponibilizadas bolsas de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) – FAPESP com 50 bolsistas, CAPES, com 36 bolsistas, CNPq com 21 bolsistas e 12 bolsas são mantidas pela Fundação Butantan. Criação da Escola Superior do Instituto Butantan – ESIB Programas de pós-graduação lato sensu pelo Conselho Estadual de Educação: Curso de Especialização em História, Museologia e Divulgação da Ciência e da Saúde; Curso de Especialização em Animais de Interesse em Saúde: Biologia Animal; Curso de Especialização em Toxinas de Interesse em Saúde; Cursos de Especialização em Biotecnologia para a Saúde – Vacinas e Biofármacos. O Curso de Especialização em Biotérios da Escola Superior do Instituto Butantan – ESIB é único na sua categoria a contar com o reconhecimento no Conselho de Educação do Estado de São Paulo, Portaria CEE//GP 80, de 12-02-2020. A primeira turma terá início em fevereiro de 2021. Continuidade com excelência do Programa de Pós-Graduação em Ciências – Toxinologia. 79 alunos no curso de mestrado, com 7 dissertações com defesa de mestrado; 95 no curso de doutorado; com defesa de 6 teses de doutorado. Aprovação pela CAPES e início do Programa de Mestrado Profissional em Biotecnologia e Bioprocessos, avaliado inicialmente com o conceito 4. Foram realizados 17 cursos de divulgação científica e 5 extensões universitárias online em 2020. Ao total foram 147 horas/aula que contou com 1.481 alunos presentes de todos os estados do país além do Canadá, Espanha, Paraguai, Moçambique, Peru, Bolívia, Argentina, Panamá, Chile e Uruguai. Estágios e cursos: estagiários, prestadores de serviço voluntários, pós-graduandos, pós-doutorandos e alunos de cursos de extensão/divulgação, totalizando 1810. Produção de Imunobiológicos: Programa Nacional de Imunizações – PNI: até o momento, em 2020, foram entregues 91,4 milhões de doses de vacinas e 422,7 mil doses de soro. Avanços: Produção Vacina Dengue - obtenção da certificação na ANVISA em condições técnicas operacionais; Produção de lotes de engenharia de Insumos farmacêuticos ativos; Produção de lotes de engenharia de produtos semi-acabados; Submissão de atualizações de dossiês clínicos junto à ANVISA. Imunobiológicos: Finalização da construção da fábrica de produção de anticorpos monoclonais, tipo de medicamentos para tratamento de certos tipos de câncer e doenças autoimunes. Produção de Banco Influenza: Obra finalizada e setor adequado, pronto para receber as auditorias nacionais e internacionais. Importante frisar que a área atende os critérios de nível de biossegurança 3 para manipulação viral. Produção da Vacina Influenza: desenvolvimento de novos produtos da família influenza como: Vacina influenza Tetravalente; Vacina Influenza de Alta Dosagem; Vacina monovalente de H1N1; Vacina pandêmica de H7N9; Vacina de Influenza adjuvantada; Vacina de Influenza monodose sem conservante (timerosal). Centro Bioindustrial: adequação de procedimentos e processos das fábricas para atendimento das auditorias da OMS e SANOFI (esta última finalizada). Produção de Soros: A implantação do processo de plasmaférese permitiu um aumento de 30% na produção dos lotes de plasmas hiperimunes. Temos, até o final de 2020, todo o processo de obtenção de plasmas realizado pelo método automatizado, o que nos garante a matéria-prima para produção de soros de melhor qualidade. Com isso, a capacidade de processamento de plasmas hiperimunes vem aumentando progressivamente, de 3 para 4 lotes semanais, de 2019 para 2020. Patentes: Foi deferida no Instituto Nacional de Propriedade Industrial em 2019 a patente intitulada "Processo para a Preparação de uma Vacina Tetravalente Atenuada de Dengue, Método para produzir uma Resposta Imune, Kit, e, Uso de uma composição". Com isso o Butantan estende a exclusividade de explorar o processo de produção da Vacina Tetravalente de Dengue, antes já garantida perante o Escritório Americano de Patentes e a Austrália. Avanços: Parcerias de Desenvolvimento Produtivo da área Operações de Produção: o Instituto Butantan possui parcerias de transferência de tecnologia e fornecimento de 3 vacinas em andamento: "vacina papilomavírus humano 6, 11, 16 e 18 (recombinante)"; "vacina hepatite A (inativada)"; - "vacina adsorvida difteria, tétano, pertussis acelular (dTpa)".E outras 06 (seis) de desenvolvimentos de anticorpos monoclonais – Mabes: Rituximabe; Traztuzumabe; Bevazizumabe; Adalimumabe; Etarnecept; Palivizumabe. Para absorver estas tecnologias a instituição finalizou a construção de uma planta de monoclonais. Vacina COVID-19 - Acordo Sinovac/Butantan – pesquisa com participação de diversas universidades e instituições científicas da saúde para a realização de Ensaio Clínico Fase III duplo-cego, randomizado, controlado com placebo para Avaliação de Eficácia e Segurança em profissionais da Saúde da Vacina adsorvida COVID-19 (inativada) produzida pela Sinovac. Atividades de Culturais, Educação – – Por conta da pandemia de COVID-19, a visitação ao parque e aos museus (Biológico, Microbiologia e Histórico) foi suspensa em março. No período de janeiro a março de 2020 foram 35.023 ingressos vendidos, sendo que um ingresso permite a entrada nos três museus.

Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP - Treinamentos e Capacitações – desde 2017, utilizou-se a modalidade ensino a distância. De janeiro a outubro de 2020, 2390 enfermeiros foram inscritos nos cursos oferecidos na modalidade ensino a distância. Desses, 1466 já foram capacitados nas ações que compõem o Programa Estadual de Prevenção dos Cânceres do Colo Uterino e de Mama. Informação e Epidemiologia – Registro Hospitalar de Câncer – RHC – importante instrumento de obtenção de informações sobre os casos de câncer atendidos nos hospitais da rede estadual de oncologia, coordenado pela FOSP, o RHC/SP está implantado em 76 hospitais da Rede de Atenção Oncológica. Desde a sua implantação, em 2000, até outubro de 2020, foram registrados 943.660 casos analíticos e 193.608 casos não analíticos. A base de dados também subsidia a plataforma de análise on-line sobre morbidade e mortalidade por câncer no Estado de São Paulo (SPCAN). O programa de residência multiprofissional em parceria com o Instituto do Câncer do estado de São Paulo (ICESP) e Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FFMUSP), instituído no ano de 2019, teve a participação de 35 residentes de medicina, enfermagem, biomedicina e psicologia até outubro de 2020. Reabilitação – até outubro de 2020, foram realizadas 1885 consultas em 520 pacientes. Neste mesmo período, foram admitidos 68 pacientes novos, e entregues 249 próteses. Também foram realizados 279 atendimentos de apoio (psicólogo e assistente social). Laboratório de Patologia da FOSP – até outubro de 2020, foram registrados 103.912 citologias cérvico-vaginais; 4481 exames anatomopatológicos; 386 exames de citologia de mama (PAAF e secreção mamária); 10680 reações de imuno histoquímica, indicadas para confirmação diagnóstica, na classificação ou na detecção de moléculas-alvo de terapias específicas, no câncer de mama; 201 exames de hibridização molecular por fluorescência (FISH) para o gene HER2 nos casos com indicação seguindo o protocolo do Ministério da Saúde, para pesquisa da amplificação deste gene nos casos de câncer de mama. Também realizamos atividades de monitoramento externo de qualidade dos laboratórios de citologia cérvico-vaginal da rede SUS. Foram revistas 6343 lâminas até outubro de 2020. Em relação à 2019, houve aumento na produção do laboratório apenas para FISH e MEQ. As diminuições se deram em razão da não coleta do material pelos laboratórios clientes, em função da pandemia. Infraestrutura – Durante o período de 2020, a FOSP realizou adequações junto às áreas técnicas e administrativa, instalação de novos equipamentos (conjunto para atendimento odontológico), realizou as manutenções preventivas programadas e adequações necessárias para a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros

(AVCB) e realizou ações para a implantação do Programa SP sempre para a melhoria das atividades técnicas e administrativas e atendimento aos usuários na instituição.

Fundação para o Remédio Popular – FURP - Produção - até outubro foram produzidas 464.582.570 UF (unidades farmacotécnicas) na FURP. Distribuição de medicamentos - até outubro foram distribuídas 422.284.962 UF, sendo 327.970.160 (que corresponde a 1.390.221 caixas) para o Programa Dose Certa. Farmácia Dose Certa - até outubro foram distribuídas 10.696.824 UF nas oito unidades Farmácia Dose Certa. Treinamento - até outubro foram realizadas 1.447 horas de treinamento para os funcionários. PPP Américo Brasiliense – Na 91ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), ficou decidido pela extinção da PPP FURP-IFAB, uma vez que a manutenção do Contrato de Concessão não é mais de interesse do Estado. Desta forma, foi interrompida a fabricação de medicamentos no exercício 2020. Financeiro - em 2020, em função da pandemia gerar uma dificuldade extrema para realizar vendas, todos os esforços foram direcionados para a redução de despesas, obtendo-se uma redução nos custos das compras, em especial de serviços, no intuito de minimizar as dificuldades de fluxo de caixa. Ponto positivo foi a economia gerada com a suspensão do Contrato de Concessão da fábrica de Américo Brasiliense, gerando economia de aproximadamente R$ 60 milhões anuais ao Estado nos próximos oito anos. Ações contra a Covid-19 - foi criado no mês março um Grupo de Trabalho para estudo de medidas emergenciais de contingência contra o COVID 19, a serem adotadas na FURP, composto pelos Gerentes Gerais de Divisão e os Gerentes de Recursos Humanos, Jurídico e Desenvolvimento Farmacotécnico. Contingenciamento na FURP - no combate ao COVID 19, os objetivos foram de preservar a saúde dos funcionários, bem como manter as atividades da produção de medicamentos, sem prejuízo de interrupção das atividades fins da Fundação. Entre outras medidas, foi determinada a divisão das equipes por atuação: trabalho remoto, sistema de revezamento e trabalho integral na FURP. Produção de Álcool - para o enfrentamento da pandemia do COVID19, a FURP empenhou-se para a produção de álcool 70% nas formas líquida e gel. Buscou alternativas no desenvolvimento de formulação para fabricação do álcool gel 70% com a finalidade de contornar a falta de insumos no mercado, principalmente do Carbopol, assim como para a falta de frascos que dificultava a produção de ambas as apresentações: gel e líquida. Foram produzidos 1.616 frascos de 5 litros de álcool gel 70% e 4.392 frascos de 5 litros de álcool líquido 70%. Foram doados 487 caixas de álcool gel 70%, contendo 974 frascos de 4.200 g, e 693 caixas de álcool líquido 70%, contendo 1.386 frascos de 5 litros, para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu. Também foram doados para a Prefeitura Municipal de Guarulhos 275 caixas de álcool gel 70%, contendo 550 frascos de 4.200 g, e 1.485 caixas de álcool 70% líquido, contendo 2.970 frascos de 5 litros.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - Perfil Institucional: Hospital de referência especializada (terciária e quaternária para sua região) com 500 leitos existentes sendo: 161 leitos cirúrgicos, 149 leitos Clínicos, 54 leitos de UTI (30 Adultos, 17 Neonatal, 7 Pediátricos), 20 leitos complementares (15 UCINCO e 5 UCINCA), 31 leitos obstétricos, 63 leitos Pediátricos, 03 leitos de psiquiatria e 19 leitos saúde mental. Produção: Os serviços prestados aos pacientes, de janeiro a setembro/2020, foram: Saídas hospitalares: 18.183; Partos realizados: 1.773; Transplantes: 116; Consultas de Urgência e Emergência: 109.439; Consultas Ambulatoriais: 143.791; Cirurgias em Centro Cirúrgico: 6.370; Cirurgias Ambulatoriais: 1.826; Exames diagnósticos: 2.204.474; Atendimentos de outros profissionais de nível superior: 312.563; Diagnóstico e tratamento de hemodinâmica: 2.734; Terapia Renal Substitutiva: 27.152; Tratamentos Oncológicos: 12.628; Transfusões de Hemocomponentes: 12.065. Atividades/Capacitação de Servidores/Funcionários – 2020: No exercício de 2020 até o presente mês, foram capacitados 3.042 servidores/funcionários do HCFMB, totalizando 497:33 de horas aula, estando prevista para o mês de dezembro a capacitação de mais de 1.201 servidores/funcionários, totalizando 40:00 de horas aula. No exercício de 2020, até o presente mês, foram realizadas 5 admissões de funções-atividades e 8 nomeações de cargo em comissão. Investimentos em 2020 – Obras: Até outubro foram investidos R$ 1.042.408,32 para obras: Ampliação do Ambulatório de Especialidades: salas para secretaria e recepção, salas de espera, sanitários, consultórios médicos, postos de enfermagem e medicação, salas de chefia, curativos, reuniões, almoxarifado e arquivo para o perfeito funcionamento dos serviços prestados e suporte ao novo Ambulatório de Especialidades. Ampliação e reforma da UTI Neonatal: salas para prescrição, quarto de residente, sala para discussão de casos, lavagem de equipamentos, preparo de material, quarto de isolamento, sala para nutrição parental, higienização, vestiários, quarto enfermagem, sala de estar para enfermagem, laboratórios, sala de reuniões, expurgo, guarda de materiais, preparo de pais, secretaria, UCE, conforto das mães, consultórios, copa para mães, UTI, elevadores e pavimento mecânico, para adequado suporte a maternidade do HCFMB.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – FMUSP - É composto pelo Instituto Central (ICHC), Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT), Instituto de Psiquiatria (IPq), Hospital Auxiliar de Suzano (HAS), Hospital Auxiliar de Cotoxó (HAC), Instituto de Medicina Física e Reabilitação (IMRea), Instituto da Criança (ICr), Instituto do Coração (InCor), Instituto de Radiologia (InRad) e Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (ICESP), que oferecem referência terciária ao Sistema Único de Saúde de São Paulo nas suas respectivas especialidades. A produção global assistencial em 2020 (janeiro a setembro, com projeção até dezembro), foi: Número de leitos instalados: 2.451; Número de leitos operacionais: 1.895 (média mês); Internações: 54.575; Taxa de Ocupação Geral: 89,78%; Taxa de Ocupação UTI: 98,32%; Atendimento de urgência e emergência: 91.831. Salas Cirúrgicas: 106; Cirurgias: 28.599; Transplantes: 501. Consultas ambulatoriais: 812.429. Exames de Imagem: 606.457; Exames laboratoriais: 12.182.326. Unidades de medicamentos distribuídos: 15,9 milhões. Treinamento: Horas de Treinamentos: 176.090 horas; Profissionais Treinados: 54.635. Durante a pandemia ocorreu referenciamento do Instituto Central para atendimento exclusivo de pacientes com suspeitos/diagnósticos de doença por Coronavírus (COVID-19). A produção relativa à COVID-19, em 2020: Leitos HCFMUSP-São Paulo: 900 leitos (555 Enfermaria e 345 UTI). Leitos HCFMUSP-Suzano: 20 leitos (Enfermaria). Internações (suspeitos e confirmados): 8.538; Taxa de Letalidade: 22,9%. Obras em concluídas/em andamento em 2020, no valor total de R$ 165.391.519,55, destaques: Adequação de área física no 9º e 10º andar - Divisão de Anatomia Patológica - DAP do PAMB, R$ 5,95 milhões; Obra de Reforma, Ampliação e Adequação para o UTI 11º Pavimento do ICHC, R$ 45,3 milhões Obra de construção do Complexo Hospitalar de Cotoxó: Investimento total: R$ 72,68 milhões; Obra para reforma e adequação do prédio principal e construção do prédio novo de Suzano. Investimento total: 38,8 milhões; principais equipamentos adquiridos – Valor total investido: R$ 31,7 milhões. Alguns destaques segundo as unidades: Ventilador Pulmonar, Cama elétrica, Tomógrafo de Coerência Óptica, Monitor Multiparamétrico, Videoecoendoscópio de Ultra-Som, Ultrassom (ICHC); Tomógrafo de Impedância Elétrica (INCOR e IOT-IPQ-ICHC), Raio-X Móvel, Ecocardiógrafo (INRAD); entre outros.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRPUSP - O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP é destinado ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e à formação de profissionais na área da saúde como referência terciário-quaternária para diversas regiões do Estado de São Paulo e até de outros estados do país. Em 2020, devido a pandemia da COVID-19, o Hospital teve de redirecionar recursos humanos e materiais para o combate a essa doença com impactos em sua assistência e procedimentos de rotina. Principais Indicadores de Assistência (estimativa 2020) – total dos serviços do Campus e da Unidade de Emergência: Consultas/Procedimentos – 490.581; Internações – 25.201; Porcentagem de Ocupação- 74,9%; Duração Média de Internação – 8,1; Taxa de Mortalidade – 5,4; Taxa de Infecção Hospitalar – 2,1; Índice de Intervalo de Substituição – 2,7; Cirurgias – 14.465; Partos - 1.601; Taxa de Cesárea – 52,9; Exames Laboratoriais – 2.916.663; Exames Especializados – 276.019; Procedimentos – 88.060. Centro Regional de Hemoterapia: Exames Laboratoriais – 1.453.463; Doadores – 38.607. Transplantes – 148 transplantes no total, sendo 24 de rim, 56 de fígado, 1 de pâncreas/rim, 47 de medula óssea e 20 de córnea. Mudanças feitas para atender pacientes com COVID-19 - No início da Pandemia, foi elaborado um plano com fluxo de pacientes e estrutura de atendimento no Hospital; Foram elaborados protocolos, informes e vídeos de orientação. Foi iniciada a produção em larga escala de máscaras de tecido 100% de algodão e em Spunbond-Meltblown-Spunbond-SMS; Realizou-se o reagendamento das consultas eletivas e acompanhamento dos pacientes através de contato telefônico. Desde o início da pandemia foram realizados 74.477 atendimentos on-line registrados e feitos a distância; Os médicos do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho–SESMT, através da telemedicina, analisam os atestados encaminhados pelos funcionários que tiveram atendimento com suspeita de COVID-19 fora do Hospital, convocam para realização de exame médico presencial e prestam atendimento avaliando a condição do funcionário para retorno ao trabalho; A Entrevias Concessionária de Rodovias realizou a doação de uma ambulância de suporte avançado para reforçar o atendimento de pacientes com COVID-19; estas foram algumas entre muitas outras ações do hospital. Principais Indicadores de Assistência – COVID-19 (out/2020). Nº de exames - pesquisa Coronavirus - 54.916; Triagem externa, de profissionais de saúde e atendimento área vermelha -UE - 5.866; Internações enfermarias adulto/pediátrica COVID – 2.553; Internações CTI – adulto/pediátrica – 570; Óbitos – 217. Taxa de mortalidade global – 23,5 (33,7 – CTI e 7,6 – enfermarias). Ensino – O HCFMRP-USP é campo de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia e Informática Biomédica da USP, campus Ribeirão Preto. Oferece residência médica em diversas especialidades, residência multiprofissional e aprimoramento em áreas não médicas. Em 2020 estão credenciados 73 programas de residência médica, 13 de aprimoramento profissional, 23 de residência multiprofissional, com um quadro de 899 médicos residentes, 106 residentes multiprofissionais e 150 aprimorandos. Destacamos o Mestrado Profissional em Gestão de Organizações de Saúde, mantido em parceria com a FMRP-USP e FEARP –USP, que conta, atualmente, com 57 alunos. Considerando que 2020 foi um ano atípico, devido a pandemia COVID-19, muitas atividades foram virtuais. Centro Interescolar - escola de nível médio, técnico e profissionalizante do HCFMRP-USP, com a finalidade de formar e capacitar pessoas que exercem funções ligadas à área da saúde, além de oferecer aperfeiçoamento profissional. O Curso de Técnico em Enfermagem, iniciado no ano anterior, com 40 vagas, teve seu término em março de 2020. Pesquisa - contínuo intercâmbio com instituições internacionais congêneres, participação ativa em congressos, simpósios e mesas redondas, além de volumosa e relevante presença em publicações científicas nacionais e internacionais. Em 2020 foram aprovados 447 projetos pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Investimentos - Obras – foram investidos R$ 10.069.592, abarcando reformas em diversas unidades do hospital para adequação, ampliação e melhoria do atendimento. Equipamentos - foram investidos para aquisição de equipamentos, R$ 7.656.223 como forma de atualizar e incorporar novas tecnologias necessárias à prestação da assistência à saúde, aos pacientes da área de abrangência do HCFMRP-USP. Ações de Atenção Hospitalar – iniciativas em destaque: Sistema de Transporte Pneumático – inaugurado na Unidade de Emergência a nova tecnologia está em pleno funcionamento, transportando material biológico coletado para exames bioquímicos, derivados de sangue e medicamentos. Neste sistema, as cápsulas percorrem os 1.340 metros de tubos pressurizados e interligam setores estratégicos do Hospital, através de 21 pontos de envio e chegada de materiais, em minutos; Programas para Captação de Recursos - fontes de captação de recursos extra orçamentários, especialmente para áreas prioritárias, como oncologia e imagens médicas, como o Pronon e Pronas (R$ 3,6 milhões), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) R$4,6 milhões, Emendas Parlamentares (R$ 10 milhões), CFDD – O Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (R$ 8,2 milhões), e inclusive captação da sociedade para atendimento do COVID-19 (com R$ 7,8 milhões até o momento). Gestão hospitalar e de qualidade – iniciativas em destaque: Gerenciamento da Qualidade nos Laboratórios; Ações de capacitação e treinamento, Autoavaliação e auditorias internas; Implantação de novo sistema gerenciador de banco de dados; *Robotic Process Automation* – RPA, entre outras. Gerenciamento de Riscos/ Núcleo de Segurança do Paciente – prevenção de eventos adversos à saúde, relacionados à prática de atenção aos pacientes. Sistema de notificação eletrônica para diferentes tipos de risco, com cerca de 3,7 mil notificações em 2020 (até out). Gerenciamento Ambiental – ações direcionadas à preservação do Meio Ambiente e da saúde pública, como pode ser comprovado pelas ações educativas realizadas para auxiliar no combate ao mosquito Aedes Aegypti, transmissor da Dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela, bem como cuidado com os resíduos infectantes, entre outros. Gestão de Pessoas - O HCFMRP-USP com o objetivo de capacitar e atualizar para os relacionamentos no trabalho passou a oferecer em 2020, cursos na modalidade de Ensino a Distância (EAD), Trabalho a distância; Integração online para novos servidores, Curso EAD: Inteligência Emocional para Tempos de Crise, entre outros. Humanização e responsabilidade social - com o início da pandemia da COVID-19, as atividades de comemoração em datas festivas foram suspensas e demais grupos de trabalho com atividades que eram desenvolvidas visando amenizar o processo de internação e o tempo de espera no atendimento ambulatorial foram substituídas por ações no contexto da pandemia com o objetivo de busca de reflexão sobre o aprendizado pelas experiências da pandemia, com novas estratégias de enfrentamento e valorização, como por exemplo, vídeos disponibilizados no site do HCFMRP-USP com mensagens espiritual, motivacional, de valorização que podem ser ouvidas no WhatsApp e o projeto Partidas e Partilhas que consiste em um espaço on-line para homenagear os falecidos pela COVID-19 com mensagens e fotos enviadas pelas próprias famílias, entre outros.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA - A Autarquia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília – HCFAMEMA Possui em sua estrutura cinco Departamentos de Atenção à Saúde (Alta Complexidade; Materno Infantil; Apoio, Diagnóstico e Terapêutica; Ambulatorial Especializada e Hospital Dia e Hemoterapia), além de unidades administrativas. Treinamentos e capacitações internas: até 31/10/2020 foram realizadas 28 treinamentos e capacitações pelo HCFAMEMA, atingindo 897 colaboradores. Complementação

da Bolsa dos Médicos Residentes - o Governo do Estado de São Paulo financia 84,8% do valor da bolsa definida pelo Ministério da Educação e a Autarquia HCFAMEMA é responsável pela complementação do percentual de 15,2% da bolsa para 185 médicos residentes mensalmente, o que corresponde ao montante bruto mensal de R$ 112.620,60. Investimentos: com objetivo de implantação de leitos de UTI e Clínica Médica para o enfrentamento da Pandemia da COVID-19 - aquisição de 05 ventiladores pulmonares, 02 Desfibriladores, 12 camas hospitalares, entre outros materiais. Através de Doações foi possível viabilizar a estruturação de Laboratório RT-PCR, além de estruturar o hospital com equipamentos, insumos e EPIs para o enfrentamento da Pandemia. Foram adquiridos também: Broncoscópio, Micrótomo de Congelação, Ventiladores Pulmonares, Mobiliários em geral, entre outros investimentos através do Convênio SUS, totalizando aproximadamente R$ 520.000,00. Em 2020 foi concluída a reforma e ampliação do serviço de Ressonância Magnética, com inauguração no mês de agosto. O investimento de cerca de R$ 6 milhões. Produção: (Nov/2019 a Out/2020). Na assistência hospitalar o HCFAMEMA realizou 5.327 cirurgias; 121 ações de doação de órgãos e tecidos para transplantes; 278.443 procedimentos diagnósticos; 10.392 internações; 1.512 partos. No âmbito ambulatorial realizou 16.686 cirurgias; 5.945 tratamentos oncológicos; 158.445 atendimentos multiprofissionais; 69.383 atendimentos de urgência e emergência; 694.038 exames/procedimentos diagnósticos e 8.012 atendimentos domiciliares. Programas e Projetos: destaque - Sala de Situação, instituída em janeiro de 2020, para ampliação e atualização do Plano de Contingência das Arboviroses 2020 e excepcionalmente responsável em gerir a crise do Novo Coronavírus, tomando decisões, que visam aplicar as melhores medidas de segurança e de assistência, tanto para seus profissionais, como para os pacientes atendidos. Destacamos ainda as cartilhas criadas para levar informações para a população, são elas: "Cuidados com a Saúde Mental durante a pandemia da COVID-19" e "Cartilha de orientação a população: Coronavírus – COVID-19". O HCFAMEMA participou junto a Prefeitura de Marília e outros de representantes da criação do Plano de Contingência Municipal da COVID-19, por meio do qual foram definidas diversas medidas para evitar a propagação da doença, inclusive o fluxo de atendimento à população. O HCFAMEMA receberá apenas os pacientes graves, de alto risco, com suspeita de COVID-19.

Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo - Instituição voltada às áreas de medicina transfusional e terapia celular, considerada referência para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS) como Centro Colaborador em Controle de Qualidade em Sorologia do Programa Regional de Avaliação Externa de Desempenho em Sorologia para a América Latina e Caribe, e para o Ministério da Saúde como Sítio Testador do NAT (Teste de Ácido Nucleico para detecção de HIV, HCV e HBV). Tem como principais missões: a promoção da segurança transfusional, através da excelência na produção e distribuição de hemocomponentes para mais de 100 instituições de saúde da rede pública às quais assiste; o desenvolvimento de pesquisas e a promoção de ensino na área de hemoterapia e terapia celular. Produção (até outubro de 2020): Candidatos à doação = 113.216; Bolsas de sangue total coletadas = 85.495; Hemocomponentes produzidos = 82.110 Concentrado de Hemácias; 20.001 Concentrado de Plaquetas; 82.110 Plasmas Congelados; 1.131 Crioprecipitados; 6.324 Plaquetas obtidas por aférese; Hemocomponentes modificados = 33.725 – Irradiação; 2.975 – Leucorredução; 141 – Lavagem; 60 – Reconstituição; Número de Hemocomponentes distribuídos = 119.593; Exames imunohematológicos realizados = 590.696; Exames sorológicos realizados = 795.237; Exames NAT realizados = 289.250; Laboratório de Controle de Qualidade do Sangue: realizados 10.912 testes microbiológicos em hemocomponentes. Investimentos: equipamentos e materiais permanentes no valor de R$ 1.843.477,50 com a aquisição de 27 itens de tecnologia da informação, 19 itens de mobiliário em geral, 1 item de outros equipamentos e 9 itens de equipamentos médico-hospitalar, dentre os quais, um processador de células CART-CELL em sistema fechado para o Laboratório de Terapia Celular. Outros destaques: Implementação do sistema de Agendamento Individual Online pelo site da Fundação Pró-Sangue para dar atendimento aos doadores de sangue no momento da pandemia do Covid-19. Esse sistema tornou factível a recomendação de distanciamento social dos candidatos à doação de sangue, fundamental para que o serviço continuasse a ser realizado, tornando possível também a organização da recepção dos doadores de sangue e de plaquetas. Foram ainda implementadas a utilização de álcool gel em todas as etapas do processo, bem como a disponibilização de máscaras para os que precisassem trocá-las no período de permanência nos postos de coleta. Mudança na metodologia de avaliação de anemia em candidatos à doação de sangue: de teste de microhematócrito, para dosagem de hemoglobina em sangue capilar. A dosagem de hemoglobina, além de ser mais sensível para detecção de anemia em doadores de risco para anemia, na FPS está sendo realizada por um método não invasivo, o que traz muito mais conforto aos doadores. A FPS está implantando uma nova metodologia de processamento das unidades de sangue total coletadas, o método de *buffy-coat*. Esse método agiliza o processamento e aumenta a qualidade dos hemocomponentes produzidos a partir das bolsas de sangue total. As bolsas específicas para serem utilizadas nessa metodologia já foram adquiridas por licitação e estão sendo implantadas a partir do mês de novembro de 2020. Houve ampliação da automação das agências transfusionais, com ampliação do parque de equipamentos automatizados em imunohematologia. Isso aumentou a segurança e a performance do processo pré-transfusional. Em apoio a mitigação dos impactos da pandemia, a FPS realizou por meio de projetos de pesquisa, a avaliação da soroprevalência do Coronavírus Covid – 19 em 10.617 doadores de sangue, no período de maio a agosto e, a produção de 265 bolsas de plasmas de indivíduos convalescentes coletadas por aférese para desenvolvimento de imunoterapia em pacientes com doença aguda grave, no período de abril a junho. Validou testes rápidos para diagnóstico de Covid -19 em parceria com o Instituto Butantan e com a Secretaria de Estado da Saúde para padronização de rotinas e escolha de painéis e realizou 3.962 testes sorológicos IGG para COVID-19, como medida de monitoramento da infecção.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

O presente relatório foi formulado conforme as diretrizes estabelecidas pela Assessoria Técnico-Legislativa da Casa Civil e está estruturado da seguinte forma: -1 – Considerações preliminares; -2 – Estatísticas: Indicadores Criminais, Produtividade Policial e Atendimentos; 3 – Depuração Interna e Letalidade; -4 – Recursos Humanos: Efetivo, Concursos e Cursos realizados; -5 – Programas, Projetos e Operações de destaque; e -6 – Legislação relativa à Segurança Pública publicada no ano.

Considerações Preliminares: Em 2020, em virtude da pandemia causada pelo coronavírus, o principal desafio de gestão foi adequar e manter a prestação dos serviços públicos à população. Observando os protocolos e diretrizes de saúde pública, as forças policias e servidores civis da Secretaria da Segurança Pública dedicaram-se, em suas atividades administrativas, técnicas e ações diretas específicas de cada instituição, ao combate à criminalidade, defesa civil, proteção à vida e preservação da ordem pública. –

Estatísticas: Indicadores Criminais. Em comparação a 2019, os indicadores de criminalidade apresentaram tendência de queda. As exceções foram os casos relacionados a homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e roubo a banco.

Tabela: Comparativo dos Indicadores criminais janeiro a novembro (2019/2020)

Natureza	2019	2020	VARIAÇÃO
FURTO – OUTROS	483.263	357.363	-125.900
TOTAL DE ROUBO - OUTROS (1)	234.209	199.202	-35.007
ROUBO – OUTROS	227.633	193.957	-33.676
FURTO DE VEÍCULO	84.194	60.351	-23.843
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	69.530	50.441	-19.089
LESÃO CORPORAL DOLOSA	118.966	101.664	-17.302
ROUBO DE VEÍCULO	41.968	28.271	-13.697
TOTAL DE ESTUPRO (4)	11.458	10.029	-1.429
ROUBO DE CARGA	6.558	5.219	-1.339
ESTUPRO DE VULNERÁVEL	8.565	7.623	-942
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	3.167	2.463	-704
ESTUPRO	2.893	2.406	-487
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	3.064	2.910	-154
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	2.943	2.889	-54
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	166	128	-38
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	18	16	-2
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	173	173	0
LATROCÍNIO	166	169	3
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE T	19	23	4
ROUBO A BANCO	18	26	8
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	93	115	22
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	2.484	2.614	130
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	2.596	2.751	155

Fonte: Res SSP 160/01 – Coord. Análise e Planejamento/SSP SP - (Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Técnico-Científica)
Obs.: (1) Soma de Roubo - Outros, Roubo de Carga e Roubo a Banco. (2) Homicídio Doloso inclui Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito. (3) Nº de Vítimas de Homicídio Doloso inclui Nº de Vítimas de Homicídio Doloso por Acidente de Trânsito. (4) Soma de Estupro e Estupro de Vulnerável.

Produtividade Policial - Os Indicadores de Produtividade refletem o trabalho realizado pelos órgãos de segurança pública em todo o Estado (atividades de polícia judiciária, ostensiva e de caráter técnico científica). Abaixo, são apresentados os resultados de janeiro a novembro de 2020.

Tabela: Ocorrências registradas (Jan a Nov/2020):

NATUREZA	2020
OCORRÊNCIAS DE PORTE DE ENTORPECENTES	12.512
OCORRÊNCIAS DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES	38.651
OCORRÊNCIAS DE APREENSÃO DE ENTORPECENTES(1)	4.218
OCORRÊNCIAS DE PORTE ILEGAL DE ARMA	4.135
Nº DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	10.689
Nº DE FLAGRANTES LAVRADOS	81.131
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	10.381
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO	1.794
Nº DE PESSOAS PRESAS EM FLAGRANTE	95.905
Nº DE PESSOAS PRESAS POR MANDADO	50.882
Nº DE PRISÕES EFETUADAS	126.810
Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS	35.818
TOT. DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	299.182

Fonte: Polícia Civil

Tabela: Apreensão de drogas: Quantidade de drogas apreendidas (Jan a Nov/2020)

APREENSÃO DE DROGAS	
ITEM	QTDD (Kg)
COCAÍNA	28.232
MACONHA	257.951
CRACK	1.701
OUTROS	5.370
TOT. DE ENTORPECENTES APREENDIDOS KG	293.254

Fonte: CAP - SSP/SP

Tabela: Procedimentos do Instituto Médico Legal (Jan a Nov/2020):

Tipo	Qtdde
Exames Necroscópicos Realizados	38.858
Laudos Necroscópicos Expedidos	33.581
Exames Clínicos Realizados	307.152
Laudos Clínicos Expedidos	294.511
Outros Exames Realizados	23.566
Outros Laudos Expedidos	18.389

Fonte: Superintendência da Polícia Técnico Científica

Tabela: Procedimentos do Instituto de Criminalística (Jan a Nov/2020):

Tipo	Qtdde
Exmaes Periciais Realizados	387.971
Laudos Periciais Expedidos	345.039

Fonte

Atendimentos - Delegacia Eletrônica: serviço idealizado para agilizar o atendimento à população no registro de ocorrências de algumas naturezas, otimizar o emprego de recursos humanos nas unidades policiais, diminuir subnotificações e, especialmente neste ano, contribuiu para evitar o acúmulo de pessoas nas delegacias. No ano de 2020, além do registro de roubo ou furto de veículos, furto de fios ou cabos em vias públicas, roubo e furto de documentos e/ou objetos, entre outros, tornou-se possível o registro de violência doméstica à distância. Além disso, o pedido de medida protetiva pôde ser realizado online, sem que a vítima precisa sair de casa.

Tabela: Registros da Delegacia Eletrônica

B.O.s registrados	Total B.O.s Validados	Total B.O.s invalidados
1.752.670	1.411.117	334.494

Fonte: Polícia Civil do Estado de São Paulo

Combate à violência contra a mulher: A Polícia Civil de São Paulo implantou em todo o Estado as delegacias especializadas no enfrentamento a crimes cometidos contra as mulheres. No quadro abaixo estão representados os principais resultados no ano de 2020.

Tabela: Resultados das Delegacias de Defesa da Mulher

Depto	Nº Ddm Ativas	Nº Ddm - 24h	Nº Atdmtos Realizados	Casos Esclarecidos	Nº Medidas Protetivas Urgencia Concedidas
DECAP	9	7	35.062	737	11.301
DEMACRO	16	1	18.477	2.680	4.762
DEINTER 1	9	3	7.433	1.477	1.827
DEINTER 2	13	1	12.602	881	3.744
DEINTER 3	17	0	11.670	652	4.786
DEINTER 4	9	0	7.035	1.095	1.853
DEINTER 5	9	0	9.220	252	2.014
DEINTER 6	9	1	6.341	1.648	1.367
DEINTER 7	12	1	9.560	439	2.791
DEINTER 8	9	0	5.797	22	1.555
DEINTER 9	15	0	13.493	1.047	3.051
DEINTER 10	6	0	5.988	47	1.270
TOTAL PC	133	14	142.678	10.977	40.321

Fonte: Polícia Civil

COPOM/190 – Os 11 Centros de Operações da Polícia Militar (COPOM) são responsáveis pela recepção dos pedidos das pessoas para a intervenção da Polícia Militar em ocorrências criminais ou outras que envolvam a quebra da ordem pública, bem como pela transmissão dessas solicitações ao policiamento ostensivo. Atualmente, os COPOMs podem ser acionados pelo telefone "190" ("911" e "112" para ligações de estrangeiros), pelo serviço de envio de mensagens curtas de texto (SMS - para pessoas surdas e mudas previamente cadastradas) e pela internet (por meio do site da Polícia Militar). Em 2020, foram dezesseis milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e vinte sete chamadas atendidas. Tabela: Atendimentos COMPOM/190

Região	Total De Chamadas Atendidas	Nº Atendimentos Que Geraram Ocorrências	Nº Policiais Que Atuam Copom
Capital	7.670.403	3.383.136	1063
Interior	8.936.824	1.517.212	991
Totais	16.607.227	4.900.348	2054

Fonte: Polícia Militar

Esforços para conciliação em ocorrências de menor potencial ofensivo: O NECRIM (Núcleo Especial Criminal) é o órgão especializado da Polícia Civil do Estado de São Paulo para promover solução de conflitos de interesse através de audiências de conciliação (em crimes de menor potencial ofensivo). O principal objetivo é resolver conflitos rapidamente, evitando que tais situações evoluam para delitos mais graves, como homicídio, lesão corporal grave, por exemplo. Em razão da pandemia mundial, este ano o número de audiências realizadas foi reduzido. Apesar disto, verifica-se que o volume de conciliações alcançadas (7.855) é expressivo em relação aos atendimentos prestados.

Tabela: Resultados dos Núcleos Especiais Criminais

Depto	Nº Necrim Instalados	Unidades Em Func.	Atdmtos. Realizados	Conciliações Alcançadas	% De Conciliações
DECAP	1	1	74	38	51,4
DEMACRO	5	5	378	218	57,7
DEINTER 1	1	Prej	0	0	-
DEINTER 2	4	4	556	313	56,3
DEINTER 3	6	6	250	238	95,2
DEINTER 4	7	7	2.016	712	35,3
DEINTER 5	6	6	2.928	2.157	73,7
DEINTER 6	2	2	541	75	13,9
DEINTER 7	7	7	751	613	81,6
DEINTER 8	6	6	5.493	626	11,4
DEINTER 9	4	4	1.024	804	78,5
DEINTER 10	5	5	2.447	2.061	84,2

Fonte: Polícia Civil

Audiências de custódia - A realização de audiências de custódia reduz o tempo de permanência de presos provisórios nas carceragens de trânsito de todos os Departamentos de Polícia, evitando longos deslocamentos aos Centros de Detenção Provisória, minimizando riscos à segurança dos presos, da população e dos policiais. Em decorrência da pandemia, as audiências de custódia estão suspensas desde 18 de março e os presos em flagrante são encaminhados diretamente às unidades prisionais da SAP (Secretaria da Administração Penitenciária).

Tabela: Informações sobre audiências de custódia efetuadas

Depto	Escoltas Realizadas	Total Presos	Quant. Policiais	Quant. De Viaturas	Preventivas Solicitadas	Preventivas Decretadas
DECAP	15.126	15.126	70	41	14.300	12.123
DEMACRO	5.820	9.003	1.402	675	4.525	3.759
DEINTER 1	1.379	2.471	1.745	1.095	1.886	1.418
DEINTER 2	1.633	4.398	803	395	2.506	1.253
DEINTER 3	1.649	3.508	2.664	1.394	3.418	2.717
DEINTER 4	2.338	3.589	131	48	2.860	2.381
DEINTER 5	684	1.769	536	247	1.931	1.538
DEINTER 6	523	1.135	164	69	751	431
DEINTER 7	1.847	2.590	1.737	425	2.495	2.161
DEINTER 8	1.551	2.326	289	122	2.614	1.506
DEINTER 9	3.451	5.498	50	30	2.339	2.096
DEINTER 10	436	1.389	12	9	1.044	911
DAP	0	0	0	0	0	0
ACADEPOL	0	0	0	0	0	0
DHPP	6	6	0	0	6	4
DENARC	277	416	152	76	382	191
DOPE	5	66	8	4	18	37
DPPC	7	7	10	5	2	1
CORREGED.	15	17	7	3	5	4

Fonte:Polícia Civil

IIRGD – Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – O Instituto presta um importante serviço não só na identificação civil do cidadão, como propicia informações importantes no esclarecimento de ocorrências criminais. Exemplo deste serviço são os laudos expedidos pelo Laboratório Biométrico/AFIS nas perícias papiloscópicas. Abaixo seguem dados relativos à sua atuação em 2020.

Tabela: Acionamentos AFIS (Automated Fingerprint Identification System) em investigações

Nº acionamentos equipe campo	Nº laudos expedidos	Nº de laudos positivos com identificação	Nº digitalizações de prontuários criminais
2.385	3.676 Laudos 1.642 Inf. Téc.	1.420 Laudos positivos 1.934 indivíduos identificados	223.722

Fonte: Polícia Civil do Estado de São Paulo

Tabela: Número de Emissões de Cédulas de Identidades.

Cédulas De Identidade Emitidas		
1ª VIA	2ª VIA	Total
326.807	1.339.028	1.665.835

Atendimento prestados pelo Corpo Bombeiros:

Tabela: Atendimentos Serviço 193

Atividade	Total
Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS	2.031.321
Nº ATENDIMENTOS QUE GERARAM OCORRÊNCIAS	282.598

Fonte: Corpo de Bombeiros/ PM

Tabela: Ocorrências - Corpo Bombeiros

Tipo De Corrência	Nº De Ocorrências		
	Capital	RM	Interior
Afogamentos	38	53	166
Acidentes	17.934	9.130	42.387
Incêndios	5.359	5.627	42.521

Fonte: Corpo de Bombeiros / PM

Tabela: Medidas de prevenção de incêndios - Vistorias realizadas e Autos emitidos

Atividade	Capital	Rm	Interior	Total
Vistorias Realizadas Em Edificações	15.641	15.767	61.138	92.546
Avcb Emitidos	9.166	29.123	25.960	64.249
Clcb Emitidos	10.084	45.095	80.239	135.418
Autos De Infração Aplicados	993	737	8.794	105.25

Fonte: Corpo de Bombeiros / PM

Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo: - Comparando-se as estatísticas de atendimento da Ouvidoria em 2020 com o ano de 2029, destaca-se redução da média mensal de denúncias, dado o contexto de pandemia e o isolamento social, o que representou, somado mês a mês, 17,6% (comparativo jan-nov 2019 e 2020). No entanto, mesmo com a redução de registros descrita acima, houve maior efetividade nos acompanhamentos e respostas aos registros por parte da Instituição, como se pode observar no quadro abaixo:

Tabela: Estatísticas de Registros pela Ouvidoria (Jan a Nov/2020)

Tipo De Registro	Quantidade
Total De Atendimentos	7.946
Denúncias	4.325
Atendimento orientações e informações	3.035
Elogios Policiais Civis	295
Elogios Policiais Militares	191
Aguardando complementação do denunciante	68
Sugestão	32

Fonte: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo

Atendimentos via SICs - O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC gerou, ao longo do ano corrente, 3.312 requisições dados e/ou documentos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei Federal 12.527/2011), sendo que o percentual de resposta pelos órgãos vinculados à SSP-SP é de cerca de 90%, como pode ser verificado na tabela abaixo

Tabela: Solicitações via SIC em trâmite

Órgão: Secretaria Estadual da Segurança Pública - GS/SSP					
Fase das Solicitações	Total	Percentual			
Encerradas	1175	91,58%			
Em Trâmite	108	8,42%	Fase em Trâmite	Total	Percentual
			Solicitação	92	7,17%
			1ª Instância do Recurso	4	0,31%
			2ª Instância do Recurso	10	0,78%
			3ª Instância do Recurso	2	0,16%
Total Geral	**1283**	**100,00%**			

Órgão: Superintendência da Polícia Técnico-Científica					
Fase das Solicitações	Total	Percentual			
Encerradas	62	83,78%			
Em Trâmite	12	16,22%	**Fase em Trâmite**	**Total**	**Percentual**
			Solicitação	10	13,51%
			2ª Instância do Recurso	2	2,70%
Total Geral	**74**	**100,00%**			

Órgão: Polícia Civil do Estado de São Paulo					
Fase das Solicitações	Total	Percentual			
Encerradas	1158	91,61%			
Em Trâmite	106	8,39%	Fase em Trâmite	Total	Percentual
			Solicitação	100	7,91%
			1ª Instância do Recurso	3	0,24%
			2ª Instância do Recurso	1	0,08%
			3ª Instância do Recurso	2	0,16%
Total Geral	**1264**	**100,00%**			

Órgão: Polícia Militar do Estado de São Paulo					
Fase das Solicitações	Total	Percentual			
Encerradas	621	89,87%			
Em Trâmite	70	10,13%	Fase em Trâmite	Total	Percentual
			Solicitação	61	8,83%
			1ª Instância do Recurso	1	0,14%
			2ª Instância do Recurso	2	0,29%
			3ª Instância do Recurso	6	0,87%
Total Geral	**691**	**100,00%**			

Fonte: Sistema SIC (Expediente) – dados referentes ao período de 01/01 a 17/12/2020.

Letalidade e Depuração Interna - A SSP/SP se empenha na atuação responsável e ética dos agentes policiais, acompanhando diretamente e com o apoio das Corregedorias das Polícias suas ações, buscando identificar e coibir práticas irregulares, bem como punir adequadamente aqueles que praticam crimes ou arbitrariedades. A Pasta empreende, também, esforços para minimizar a vitimização dos policiais por criminosos, zelando por sua integridade e segurança.

Letalidade policial:

Tabela: mortes em confronto policial

Indicador	Quant.
Civis mortos em confrontos com a Polícia Militar	622
Policiais militares mortos, durante o serviço, em confronto com civis	10

Fonte: Polícia Militar

Depuração interna:

Tabela: Depuração interna – Polícia Militar

Indicador	Quant.
Nº Policiais expulsos	67
Nº Policiais demitidos	55
Nº Auto de Prisão em Flagrante Delito	29
Nº Inquérito Policial Militar	2.174
Nº Conselhos de Disciplina	128
Nº Conselhos de Justificação	7
Nº Processos Administrativos Disciplinares	68
Nº Ações em curso pela Corregedoria	1.042

Fonte: Polícia Militar

Recursos Humanos - Efetivo Policial – o Estado de São Paulo conta com mais de cento e dez mil policiais à serviço da sociedade.

Tabela: Efetivo das Polícias de São Paulo

Carreira	Efetivo			Total
	Capital	RM	Interior	
Perito Criminal	419	130	926	1.475
Médico Legista	124	65	277	466
Fotógrafo Técnico-Pericial	173	77	379	629
Desenhista Técnico-Pericial	53	19	119	191
Atendente de Necrotério	86	25	229	340
Auxiliar de Necropsia	93	39	234	366
Técnico de Laboratório**	44	4	9	57
Oficial Administrativo	109	40	268	417
Efetivo total SPTC	1.101	399	2.441	3.941
Coronel	46	5	13	64
Tenente Coronel	126	32	81	239
Major	283	54	175	512
Capitão	884	175	612	1.671
1º Tenente	989	294	895	2.178
Aspirante	81	49	1	131
Aluno Oficial	679	0	0	679
Sargento / Subtenente	4.615	1.582	4.851	11.048
Cabo	12.287	5.028	19.225	36.540
Soldado	12.184	4.003	10.111	26.298
Soldado 2º Cl em formação	1.120	419	1.130	2669
Efetivo total PM	33.294	11.641	37.094	82.029
Delegado	1.154	356	1.122	2.632
Escrivão	1.874	983	2.853	5.709
Investigador	3.239	1.358	3.582	8.179
Agente Policial	943	453	768	2.164
Agente de Telecomunicações	773	215	645	1.633
Papiloscopista	404	44	190	638
Auxiliar de Papiloscopista	550	115	252	917
Carcereiro	659	261	1.370	2.290
Efetivo total PC	9.595	3.785	10.782	24.162

Fonte: Superintendência da Polícia Técnico Científica, Polícia Civil, Polícia Miliar

Concursos e nomeações efetuados em 2020:

Instit.	Carreira	Nº Concursos Realizados	Nº De Aprovados	Nº De Nomeados
PC	Agente de Telecom. Policial	0	0	300 +54
	Agente Policial	0	0	400 + 83
	Auxiliar Papiloscopista Policial	0	0	200 + 86
	Delegado de Polícia	0	0	250 + 32
	Escrivão de Polícia	0	0	715
	Investigador de Polícia	0	0	600

Instit.	Carreira	Nº Concursos Realizados	Nº De Aprovados	Nº De Nomeados
	Papiloscopista Policial	0	0	200 + 30
SPTC	Perito Criminal	0	0	60
	Técnico de laboratório	0	0	1
PM	Soldado	1	4157	1190
	Cabo	2	6228	1125
	Subtenente	1	216	0
	Aluno Oficial	1	4157	190

Fonte: Polícia Civil; Polícia Militar; Superintendência da Polícia Técnico Científica

Cursos de formação*

Carreira	Curso	Período	Nº Formados
Oficiais PM	Curso Bacharel em Educação Física (CBEF)	03/12/2018 a 11/12/2020	23
Sargentos PM	Curso Bacharel em Educação Física (CBEF)	03/12/2018 a 03/09/2020	24
Cabos/Soldados PM	Curso Bacharel em Educação Física (CBEF)	03/12/2018 a 11/12/2020	25
Cabos/Soldados PM	Curso Formação de Sargentos (CFS) II/19	02/08/2019 a 14/08/2020	709
Sargentos PM	Curso Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) II/19	11/10/2019 a 18/01/2020	704
Sargentos PM	Curso Bombeiros para Sargentos (CBS)	31/10/2019 a 27/03/2020	69
Oficiais Subalternos	Curso Bombeiros para Oficiais (CBO) I/20	09/01/2020 a 18/12/2020	23
Oficiais Intermediários	Curso Aperfeiçoamento de Oficiais da Saúde (CAO QOS)	03/02/2020 a 09/10/2020	14
Oficiais Intermediários	Curso Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) I/20	03/02/2020 a 04/09/2020	94
Aluno Oficial PM	Curso Formação de Oficiais (CFO) 1º ano	04/02/2020 a 18/12/2020	198
Oficiais Superiores	Curso Superior de Polícia (CSP) 2019	02/03/2020 a 01/12/2020	42
Cabos/Soldados PM	Curso Formação de Sargentos (CFS) I/20	06/03/20 a 01/06/2021	0
Soldados PM	Curso Formação de Soldados (ESSd)	08/06/2020 a 04/12/2020	2.672
Aluno Oficial PM	Curso Formação de Oficiais (CFO) 3º ano	08/08/2020 a 11/06/2021	0
Aluno Oficial PM	Curso Formação de Oficiais (CFO) 2º ano	08/08/2020 a 09/07/2021	0
Oficiais Intermediários	Curso Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) II/20	08/09/2020 a 15/01/2021	0
Sargentos PM	Curso Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) II/20	02/10/20 a 29/01/201	300

Fonte: Polícia Militar, Polícia Civil e Superintendência da Polícia Técnico Científica
OBS: *SPTC não teve Curso formação em 2020

Tabela: Cursos de aperfeiçoamento/ Capacitação:

Inst.	Curso	Período De Realização	Nº Partic.
SPTC	Trein. s/ Resolução Nº 780, de 26/06/19 (também transmitido EAD)	20/10 e 22/10	61 (+ intranet)
SPTC	Trein. Técnico Operac. Laser Scanner Trimble X7 (também transmitido EAD)	03/03 a 05/03 e 10/03 a 12/03	240 (+ intranet)
SPTC	Curso Entomologia Forense (também transmitido EAD)	09/03/2020	66 (+ intranet)
SPTC	Webnário - Manchas de sangue	17/11	EAD ao vivo -120
SPTC	Webnário - Scanner Trimble X7	19/11	EAD ao vivo -128
SPTC	Webnário – Balística	24/11	EAD ao vivo -135
SPTC	Webnário – Vestígios	26/11	EAD ao vivo -118
SPTC	Webnário – Combustíveis	01/12	EAD ao vivo / NC
PM	Estágios Especialização Profissional Oficiais	2020	57
PM	Estágios Especialização Profissional Subtenentes e Sargentos	2020	115
PM	Estágios Especialização Profissional Cabos e Soldados	2020	7118
PM	Estágios Aperfeiçoamento Profissional (EAP) Oficiais	2020	2630
PM	Estágios Aperfeiçoamento Profissional (EAP) Subtenentes e Sargentos	2020	5764
PM	Estágios Aperfeiçoamento Profissional (EAP) Cabos e Soldados	2020	37977

Fonte: Superintendência da Polícia Técnico Científica/ Polícia Militar/ Polícia Civil

Intercâmbios e eventos:

Evento / Intercâmbio	Período De Realização		Nº De Partic.	Local Ou Plataforma (Virtual)
SENASP Itinerante (MJSP)	01/12/20	03/12/20	10	Belo Horizonte/MG
Reuniões Técnicas s/ Comunicação, Redes e Sistemas Inteligentes	23/11/20	24/11/20	2	Brasília/DF
Visita Técnica no Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal	16/11/20	17/11/20	4	Brasília/DF
Congresso "IRCAD Laparoscopia Avançada"	16/11/20	18/11/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Instrutora Curso Comprehensive Protection on Civilians (CPOC)	16/11/20	20/11/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Estágio sobre Luta contra os Massacres em Massa	16/11/20	27/11/20	1	Saint Malo/França
Treinamento em Asas Fixas	16/11/20	30/11/20	1	Curitiba/PR
Reunião de Trabalho entre Diretorias de Inteligência	15/11/20	18/11/20	1	Brasília/DF

Evento / Intercâmbio	Período De Realização		Nº De Partic.	Local Ou Plataforma (Virtual)
Instrutor no Curso Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal	01/11/20	06/11/20	1	Florianópolis/SC
Palestrar "Patrulhamento Tático Motorizado"	25/10/20	25/10/20	1	Florianópolis/SC
Estágio de qualificação técnica especial de operações especiais/20	23/10/20	13/11/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Curso entradas táticas e mandado de busca	19/10/20	30/10/20	4	Brasília/DF
Manutenção em Motor de Aeronave	30/09/20	02/10/20	2	Duque de Caxias/RJ
63º Curso Estudos de Política e Estratégia (CEPE)	28/09/20	03/10/20	2	Rio de Janeiro/RJ
Treinamento em Asas Fixas	28/09/20	07/10/20	1	Mato Grosso do Sul
Estágio de Coordenação Civil-Militar (ESTG CIMIC)	21/09/20	25/09/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Estágio de Segurança e Proteção de Autoridades	14/09/20	09/10/20	1	Osasco/SP
Estágio de Coordenação Civil-Militar (ESTG CIMIC)	14/09/20	18/09/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Curso Expedito de Técnicas de Ensino	08/09/20	25/09/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Treinamento em Asas Fixas	31/08/20	09/09/20	1	Mato Grosso do Sul
Acompanhar a Montagem de um Caminhão Tipo Auto Bomba Salvamento	12/08/20	14/08/20	2	Santa Cruz do Sul/RS
Curso Busca de Cães de Serviço Policial	12/08/20	20/08/20	6	Amsterdam/Holanda
Estágio de Coordenação Civil-Militar (ESTG CIMIC)	10/08/20	14/08/20	1	Rio de janeiro/RJ
Operações Eleições 20 - Encontro Técnico de Alinhamento Operacional/Regiões Sul e Sudeste	04/08/20	04/08/20	1	Curitiba/PR
Programa Executivo Internacional - IEP	13/07/20	17/07/20	1	Peru
Curso Monitor de Equitação	06/07/20	27/11/20	3	Rio de janeiro/RJ
Curso Monitor de Equitação	14/06/20	28/11/20	1	Rio de janeiro/RJ
Programa Executivo Internacional - IEP	04/05/20	08/05/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Workshop de Tecnologia em Análise Geoespacial para Segurança Pública - Nível II	28/04/20	29/04/20	1	Natal/RN
Acompanhamento e Fiscalização da Montagem de uma Viatura Auto Bomba Salvamento	15/04/20	16/04/20	1	Santa Cruz do Sul/RS
1º Seminário Nacional de Transferências de Recursos para Segurança Pública	06/04/20	08/04/20	2	Brasília/DF
Congresso Internacional Operações Policiais - COP 20	17/03/20	17/03/20	1	Florianópolis/SC
Visita junto a Polícia Militar de Minas Gerais	16/03/20	16/03/20	3	Belo Horizonte/MG
Estágio de Gestão Avançada FA Prevenção de Acidentes - Aviação Militar CENIPA	16/03/20	18/03/20	6	Brasília/DF
Evento ISC West - Sands Expo	15/03/20	20/03/20	2	Las Vegas/EUA
Congresso Global Stroke Alliance 20	11/03/20	13/03/20	1	Rio de janeiro/RJ
22ª Reun. Ordinária Câmara Temática e 1ª Reun. Ordinária Grupo Trabalho p/ Consolidação do Manual de Fiscalização de Trânsito	10/03/20	11/03/20	1	Brasília/DF
Reunião na Embaixada da Espanha	10/03/20	10/03/20	2	Brasília/DF
Seminário Direito e Processo Admin. Disciplinar Militar	09/03/20	10/03/20	1	Brasília/DF
Visitas Técnicas aos Órgãos de Segurança do Paraná	09/03/20	11/03/20	1	Curitiba e Foz do Iguaçu/PR
Reunião Grupo de Trabalho - Elaboração Nova Estratégia Inteligência de Segurança Pública – ENISP	09/03/20	13/03/20	1	Brasília/DF
Palestrante Seminário Direito e Processo Administrativo Disciplinar Militar	09/03/20	09/03/20	1	Brasília/DF
Visita Técnica Batalhão Escolar PM do Paraná	06/03/20	06/03/20	2	Curitiba/PR
1º Encontro Integrado Segurança Pública das Divisas	05/03/20	05/03/20	3	Uberaba/MG
Seminário sobre a Efetividade da Implementação das Ações Contraterrorismo no Brasil	04/03/20	04/03/20	3	Brasília/DF
6º Encontro Nacional de Bombeiras Militares – ENBOM	04/03/20	06/03/20	38	Rio de Janeiro/RJ
Curso Superior de Inteligência Estratégica – CSIE	02/03/20	24/07/20	1	Rio de Janeiro/RJ
Curso Instrutor de Equitação	02/03/20	27/11/20	1	Rio de janeiro/RJ
Comissão Prospecção de Inovações, Soluções Tecnológicas e Aquisições	02/03/20	01/03/2021	1	Brasília/DF
Edição 20 da Exposição "Security & Policing"	02/03/20	06/03/20	3	Hampshire/Reino Unido
XI Seminário Internacional Policiamento Comunitário - Sistema Koban	28/02/20	28/02/20	1	Belo Horizonte/MG
Programa Executivo Internacional – IEP	17/02/20	21/02/20	1	Argentina
Curso Investigación Desactivación de Artefactos Explosivos Improvisados para Personal de La Polícia Federal del Brasil	17/02/20	28/02/20	2	Brasília/DF
Visita Técnica e Reunião - Comissão Permanente de Uniformes da PM do Paraná e Membros da Vila Militar	13/02/20	13/02/20	3	Curitiba/PR
22ª Reunião Ordinária da Câmara Temática e 1ª Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho para consolidação do Manual de Fiscalização de Trânsito	11/02/20	12/02/20	1	Brasília/DF
Reun. Comitê Nacional Assuntos Institucionais – Conai	10/02/20	14/02/20	1	Brasília/DF
Strategy for Resilient Societies to Natural Disasters	31/01/20	26/02/20	1	Japão
Treinam. Avançado de Programação e de Encriptação	29/01/20	09/02/20	4	Nova Zelândia
Instrutor no Curso Salvamento Veicular	26/01/20	31/01/20	1	João pessoa/PB
Workshop de Operadores de Guincho	23/01/20	31/01/20	1	Califórnia/EUA
Docente Curso Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica em Segurança Pública	17/01/20	18/01/20	1	Sergipe
Reuniões Plenário do Senado Federal	09/07/2019	11/07/2019	2	Brasília/DF
Curso Internacional de Informações – Inteligência	22/03/2019	04/04/20	1	Valdemoro/Espanha
Seminário "Identificação e mitigação de Ameaças"	05/02/20	05/02/20	124	

Fonte: SAPE/SSP, Polícia Militar, Polícia Civil e SPTC.

Programas e Projetos e Operações de Destaque - Uma nova dinâmica social se impôs durante o ano de 2020, trazendo desafios quanto à gestão de recursos, alterando lógicas e engrenagens do crime, impactando relações comunitárias e impondo urgência a inovações. Não obstante esse cenário, a SSP/SP manteve sua capacidade operativa, garantindo o atendimento às demandas de segurança pública da população, e adequando políticas, processos e protocolos à nova realidade. A preocupação com a manutenção de um quadro de servidores sadio desencadeou a busca por equipamentos de proteção a serem distribuídos internamente pelas Polícias, a revisão de protocolos de higiene e de encaminhamentos (afastamentos) médicos em caso de sintomas relacionados à Covid-19. Além disso, a ampliação do rol de serviços prestados de forma virtual (DDM Online, Consegs, Disque Denúncia...), a aquisição de ferramentas e equipamentos que possibilitem o desenvolvimento remoto de atividades técnico-administrativas específicas e o emprego de modernas tecnologias no campo da segurança pública são legados positivos obtidos a partir das adversidades deste período. Programas - Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública - A Coordenadoria Estadual dos CONSEGs (Conselhos Comunitários de Segurança), considerando sua responsabilidade em difundir diretrizes de organização e funcionamento dos referidos Conselhos, incorporou novas ferramentas virtuais ("lives", comunicação via redes sociais e criação de fluxo de atendimento via Whatsapp), passando a difundi-las para os CONSEGs, tornando-os mais atualizados, modernos, dinâmicos e aptos para realizar suas ações e cumprir as agendas comunitárias de cada localidade. Em maio deste ano, comemorou-se 35 anos dos CONSEGs, e o lançamento do novo Portal da Coordenadoria dos CONSEGs trouxe funcionalidades inteligentes de gestão tecnológica que facilitam o gerenciamento de demandas dos CONSEGs, tanto no controle quanto no recebimento e encaminhamento das demandas, permitindo a extração de relatórios gerenciais de dados quantitativos, maior interação com a sociedade pela ferramenta CONSEG Virtual e agilidade na comunicação. Atualmente existem 487 Conselhos Comunitários de Segurança no Estado de São Paulo – estabelecidos em 522 dos 645 municípios do Estado. Na Capital são 85 Consegs, 53 na Região Metropolitana e 349 no interior e no litoral. O Programa de Bonificação por Resultados da SSP também adotou o modelo de reuniões virtuais para a definição de metas conjuntamente com as Polícias e para a reuniões de monitoramento do programa. Neste ano, também foram implementadas as alterações estabelecidas na Lei Complementar 1.351/2019, notadamente, a aferição da bonificação em período bimestral (até então era trimestral), a inclusão do Corpo de Bombeiros e de servidores civis no âmbito da Secretaria da Segurança Pública ao quadro dos servidores que fazem jus a concorrer ao bônus. Devido ao momento pandêmico, o Estado efetivou o pagamento da bonificação por resultados da SSP/SP referente apenas ao 1º bimestre de 2020, alcançando 23.378 servidores e totalizando o montante de R$ 10.321.550,00 (dez milhões, trezentos e vinte e um mil, quinhentos e cinquenta reais). A reformulação do Programa de Bonificação por Resultados foi selecionada como um dos projetos do Portfólio de Projetos Estratégicos elaborado pela Pasta durante o ano de 2020. A elaboração desse portfólio de projetos também é um resultado importante atingido pela Pasta, que desde o início do ano de 2019 vem trabalhando na definição do Plano Estratégico de Segurança Pública do Estado de São Paulo. -Projetos - O campo da segurança pública, dada a sua abrangência e complexidade, abarcou, no decorrer de 2020, projetos de diversas naturezas: a) projetos de caráter social (com impacto relevante especialmente, na prevenção primária); b) projetos administrativos, de criação, extinção e agrupamento de unidades – as Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica trabalham na revisão de sua estrutura periodicamente e, no ano de 2020, muitos estudos culminaram na reorganização de unidades policiais; c) projetos de reformas de instalações físicas; d) projetos de parcerias (que podem resultar ou não na formalização de convênios), entre outros. Dentre esses

projetos, destacamos a busca por parceiros privados, por meio de chamamento público, para a consecução de reformas de instalações da Polícia Civil. Abaixo, alguns dados relativos aos projetos que tramitaram pelo Gabinete do Secretário da Segurança Pública e resultaram na formalização de ajustes de parcerias:

Tabela: Projetos de parceria, emendas parlamentares e alterações legislativas

Tipo de Instrumento	2020	Total Vigente
Convênio - Atividade Delegada	29	117
Convênio - Municipalização de Trânsito	42	408
Convênio – DETECTA	26	158
Convênio – Instal. e Manut. de Unidade Policial	17	95
Convênio - Serviços de Bombeiros	4	174
Convênio - Diferenciados	9	10
Convênio – DEJEM	2	5
Convênio - Construção - Reforma - Ampliação	1	5
Termo de Cooperação	2	26
Acordo de Cooperação	8	12
Cooperação Técnica	31	205
Convênio - Manutenção de Veículos	3	24
Convênio – Prodesp	0	40
Convênio - Reforço Policial - Operação Verão	2	7
Convênio - Fornecimento de Combustível	1	1
Convênio – INFOCRIM	5	5
Convênio - Emenda Parlamentar	5	5
Total	214	1297
Processos de Alteração Legislativa (propostas de alteração em Leis, Decretos governamentais, Resoluções ou atos normativos)		11

Projetos Diversos

Projeto	Instituição	Objetivo	Abrangência (Público, Local)	Resultados
“OAB por elas”	Polícia Civil (Delegacia Seccional de Bauru)	Orientação jurídica - vítimas de violência doméstica e sexual prestadas por advogadas	Vítimas de violência doméstica e sexual que procuram a DDM de Bauru	Parceria com a OAB para orientação das vítimas quanto aos seus direitos civis
Pétala	Polícia Civil / Hospital Regional de Assis	Atendimento das vítimas de violência sexual diretamente no Hospital Regional de Assis	Atendimento no Hospital Regional de Assis com abrangência das 13 cidades da Delegacia Seccional de Polícia de Assis	Positivo porque os atendimentos das vítimas de violência sexual foram realizados de maneira a evitar qualquer forma de revitimização
Cursos e palestras de prevenção ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas	Polícia Civil - DENARC	Realização sob demanda do curso “Capacitação de Agentes Multiplicadores na Prevenção ao Uso de Drogas” e de palestras avulsas que versam sobre o mesmo tema.	Público em geral nos municípios de: Indaiatuba, Suzano, Ribeirão Pires, São Caetano do Sul, Quadra, Praia Grande e Poloni.	Formação de novos Agentes Multiplicadores na Prevenção ao Uso de Drogas com entrega de Certificado com carga horária de 20 horas/aula.
Equoterapia	Polícia Militar – Regimento da Polícia Montada	Socialização, reabilitação para pessoas com necessidades especiais	10 Policiais especializados atenderam 626 pessoas (Capital)	Desenvolvimento neuropsíquico-motor, promove melhor socialização
Bombeiro na Escola	Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	Atividades de Educação voltadas à Segurança e proteção à vida	Atingiu 6377 jovens nas atividades em todo o Estado	Capacitação de jovens na proteção à vida

Fonte: Polícia Militar, Polícia Civil e SPTC.

Devido às medidas de isolamento social necessárias ao combate à pandemia, os programas PROERD e Jovens Brasileiros em Ação (desenvolvidos pela Polícia Militar) foram paralisados em 2020. -GDL Integrado ao Inquérito Eletrônico (Polícia Científica e Polícia Civil) – O Projeto integra o sistema Gestor de Laudos (SPTC) e o sistema de Registro de Ocorrências da Polícia Civil, permitindo que a requisição e a disponibilização de laudos periciais sejam conduzidas por meio eletrônico, agilizando a comunicação entre equipes, gerando economia de recursos e maior celeridade na investigação policial. -Inquérito Eletrônico da Polícia Civil (IP-e): projeto que se destina a promover a informatização e a desmaterialização física de todos os procedimentos investigatórios criminais previstos em lei, já está presente em todo território estadual e integrado ao sistema do Poder Judiciário de São Paulo (Sistema de Automação da Justiça – SAJ). No ano de 2020, o projeto contemplou a criação de um módulo inteligente de investigação no IP-e e a implantação de aprimoramentos nas funcionalidades já desenvolvidas. -*Operações de Destaque* - O Combate ao Crime Organizado é um dos principais focos de atuação das polícias paulistas, buscando a desarticulação das organizações criminosas e a recuperação de ativos à sociedade. No âmbito da Polícia Civil, a Unidade de Inteligência Financeira LAB-LD/DIPOL, tem a atribuição de assessorar as investigações de lavagem de dinheiro, que envolvem grande massa de dados e requer emprego de conhecimento técnico especializado e sistemas próprios de análises. Desde novembro de 2019, o acionamento somente é permitido, quando houver oferecimento de representação para decretação das quebras dos sigilos bancário e fiscal. Em razão dessa alteração, até outubro de 2020, foram apresentados 103 Relatórios Técnicos às Delegacias de Polícia demandantes (enquanto em 2019 foram 53), os quais resultaram na identificação de R$ 4.334.831.122,21 (quatro bilhões e trezentos e trinta e quatro milhões e oitocentos e trinta e um mil e cento e vinte e dois reais e vinte e um centavos) com indicação de procedência, direta ou indireta, das infrações penais antecedentes, das quais o tráfico de drogas e organizações criminosas constituem um terço das demandas recebidas. O LAB-LD também é responsável pelo recebimento dos Relatórios de Inteligência Financeira espontâneos, elaborados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) contendo as análises das comunicações sobre movimentações atípicas. Até outubro de 2020 foram recebidos 126 RIFs espontâneos (diversos dos solicitados pelos Delegados de Polícia nos Inquéritos Policiais), os quais são difundidos, em canal próprio e seguro, às Unidades de Inteligência Policial, para instauração e/ou instrução dos Inquéritos Policiais. Na tabela abaixo, apresentamos alguns resultados obtidos pela Polícia Civil a partir da realização de operações policiais específicas no combate ao crime organizado.

Tabela – Operações contra o crime organizado informadas pela Polícia Civil

DEPTO	Nº Operações De Combate Ao Crime Organizado	Total De Presos
DECAP	140	927
DEMACRO	72	196
DEINTER 1	13	81
DEINTER 2	13	46
DEINTER 3	45	234
DEINTER 4	10	53
DEINTER 5	41	255
DEINTER 6	26	1.104
DEINTER 7	136	211
DEINTER 8	27	153
DEINTER 9	27	125
DEINTER 10	1	64
DEIC	60	88
DPPC	0	0
DENARC	11	32
DOPE	6	10
	TOTAL:	3.579

Recuperação de ativos do crime organizado - Em observância à normatização federal, a partir de 2019 a SSP/SP passou a realizar, em parceria com o Ministério da Justiça, leilões de bens apreendidos nas operações contra o tráfico de drogas. Em 2020 foram realizados 12 leilões, o que possibilitou o repasse de 4,9 milhões de reais para a União, com proposta de retorno de um percentual de 20% a 40%, do montante à polícias paulistas, conforme previsão legal. Na tabela a seguir, constam os dados dos leilões realizados neste ano.

Tabela: Leilões realizados em 2020 – Bens recuperados no combate ao Tráfico Droga:

Data	Nº Lotes	Valor Inicial(R$)	Arrecadado (R$)	% de Lucro	Repasse União (R$)
29/jan	124	406.664,00	760.950,00	87,12	760.950,00
13/fev	58	166.051,00	363.900,00	119,15	363.900,00
26/mai	84	512.765,00	1.005.220,00	96	1.005.220,00
30/jun	71	316.776,00	723.770,00	118,48	723.770,00
30/jul	89	350.141,00	868.350,00	148	868.350,00
12/ago	52	181.382,00	491.180,00	170,8	491.180,00
31/ago	9	15.346,00	35.050,00	118,41	35.050,00
30/set	01 imóvel	45.175,00	45.675,00	1	45.675,00
02/out	13	44.397,00	77.250,00	74	77.250,00
30/out	16	81.350,00	188.600,00	195	188.600,00
30/nov	47	152.650,00	396.850,00	159,97	396.850,00
10/dez	11	21.000,00	43.800,00	108,57	43.800,00
12 Leilões	574 +1 imóvel	2.293.697,00	R$5.000.595,00	118%	5.000.595,00

Fonte: Comissão de Leilões da SSP/SP

Divisão de Crimes Cibernéticos: Em 2020, foi criada a Divisão de Crimes Cibernéticos do DEIC (DCCIBER), através do Decreto 65.241/2020, com o objetivo de combater de forma mais efetiva os delitos praticados na rede mundial de computadores, especialmente aqueles praticados por organizações criminosas ou com utilização de alta tecnologia. Ela conta com as seguintes unidades: 1ª Delegacia de Polícia sobre Fraudes contra instituições financeiras praticadas por meio eletrônico; 2ª Delegacia de Polícia sobre Fraudes contra Instituições de Comércio Eletrônico praticada por meios Eletrônicos; 3ª Delegacia de Polícia sobre Violação de Dispositivos Eletrônicos e Redes de Dados e 4ª Delegacia de Polícia de Lavagem e Ocultação de Ativos Ilícitos por Meios Eletrônicos. Além das quatro delegacias, a DCCIBER possui um Centro de Inteligência Cibernética (CIC) e um Laboratório Técnico de Análises Cibernéticas, (Lac-TAC), tudo isso, em uma nova estrutura situada no 16º andar do Palácio da Polícia. Cabe destaque também à atuação estratégica e coordenada do COI (Centro de Operações Integradas), que conta com tecnologia de ponta e alta capacidade de articulação, integração e engajamento de diversas instituições. Ao longo de 2020, atuou nas seguintes operações: Operação Chuvas de Verão 2019/2021: Atuação conjunta com a Casa Militar para otimizar as atividades de resposta junto às agências que integram o COI/SP, em especial frente às ocorrências no município de São Paulo. Operação Carnaval 2020: Articulação com Secretaria Municipal de Cultura para tratar especialmente dos chamados “Bloco/Mega Blocos” de carnaval, com a participação de mais de 10 agências: CET, SPTrans, Secretaria Municipal das Subprefeituras, Metrô, CPTM, Via Quatro, EMTU, e PMESP (integrantes do CPC e dos CPA/M-1, 2, 3 e 5), além dos representantes dos próprios blocos carnavalescos. Realizou o

monitoramento de todo o evento até o pós-carnaval. Atuação em parceria com a Petrobras: atividades de cooperação entre as partes nas áreas de Inteligência e Segurança Pública, com foco a evitar/coibir o furto de Petróleo e derivados em dutos. Operação Divisas Integradas - Parceria desenvolvida com os estados de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de combater o crime organizado de forma integrada, sistêmica e simultânea. Operação Coronavírus – O COI participou da elaboração do plano estratégico de atuação integrada do Plano de Contingência e é responsável pelo preenchimento da Matriz de Atividades Covid-19 na ferramenta do Ministério da Justiça e Segurança Pública CORTEX. Dentre as principais atividades desenvolvidas, destaca-se a coordenação da Força Tarefa de Gestão Mortuária instituída pela Resolução SSP nº 039, de 24 de abril de 20. Operação Átomo - Escolta de Material Radioativo, coordenada pela Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), no qual a Polícia Rodoviária Federal (PRF) escoltou o transporte de material nuclear em diversos estados da federação. O Centro de Operações Integradas de São Paulo (COI/SP) disponibilizou recursos humanos e materiais para o Monitoramento da Operação enquanto presentes no Estado de São Paulo. Em outros dois períodos o COI monitorou transporte de carga das Indústrias Nucleares do Brasil. Operação Eleições 2020 – atuou como responsável pelo planejamento e coordenação das ações e atividades integradas de segurança pública, por intermédio dos órgãos vinculados ao COI e outros órgãos afins à operação. Ao longo do processo de preparação, foram adotadas medidas para garantir que a execução do evento ocorresse no Estado de São Paulo sem quaisquer anormalidades quanto a segurança pública, mobilidade urbana e defesa civil. PROCARGA – Coordenação do Programa de Prevenção e Redução de Furtos, Roubos, Apropriação Indébita e Receptação de Carga, no estado de São Paulo. Operação ENEM: O Centro de Operações Integradas (COI) de São Paulo articula a atuação conjunta dos órgãos envolvidos direta ou indiretamente nas ações de segurança pública, de proteção e de defesa social, as quais atuarão de ofício e adotarão as medidas pertinentes de acordo com as suas respectivas atribuições legais, sendo respeitada a independência funcional de cada órgão, com a finalidade de agilizar ações voltadas à segurança na realização do ENEM 2020, otimizando o tempo de resposta dos órgãos participantes nas ocorrências adversas relacionadas ao exame, na fase imediata e mediata da crise, maximizando a eficiência dos serviços prestados; Operação em apoio à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – Dia Internacional de Combate às Drogas para organizar e coordenar operação de cunho nacional visando o combate ao tráfico de drogas e crimes correlatos (junho/20), com o levantamento e apresentação dos dados estaduais relacionados às ações de combate ao tráfico de drogas no evento do Dia Internacional de Combate às Drogas. Celebração de Acordo de Cooperação entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública e o Instituto São Paulo Contra a Violência, objetivando a continuidade do serviço Disque-Denúncia: Renovação do Acordo de Cooperação com o Instituto São Paulo Contra a Violência (ISPCV) para novo período de operação do call center 181 e web denúncia, do programa "Disque Denúncia" , com ampliação do rol de crimes passíveis de denúncia, dos 12 crimes listados anteriormente, passaram para 32 atualmente. Participação na "Operação Arinna" que teve como objetivo investigar e combater os crimes relacionados a fraude e adulteração de combustíveis. A operação aconteceu em 7 Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Tocantins, Rondônia e Rio Grande do Sul), com a atuação integrada do Ministério Público, Receita Federal, Polícia Civil (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO e Polícia Rodoviária Federal. Todo o monitoramento da Operação no território paulista aconteceu da sede do COI/SP. Abaixo, encontram-se alguns dados relativos às atividades executadas pela Polícia Militar nessas operações de grande impacto e/ou alta complexidade:

Tabela: Resultados da Polícia Militar em Grandes Operações

Operaçao/Evento	Data	Informações
Eleições 1º Turno	15/11/20	9.455 pessoas abordadas, 82 pessoas presas em flagrante, 670 B.O.s lavrados, 5 armas de fogo, 3 simulacros, 2 armas brancas apreendidas;
Operação Finados	02/11/20	30.816 pessoas abordadas, 150 pessoas presas em flagrante, 17101 B.O.s lavrados, 27 armas de fogo, 3 simulacros, 9 armas brancas apreendidas;
Grandes manifestações	01/01 a 27/11/20	19 eventos de manifestação pública, 82 pessoas abordadas, 1 pessoa presa em flagrante, 1 pessoa procurada capturada;
Operação Nova Luz	01/01 a 27/11/20	83 Operações realizadas, 3.953 pessoas abordadas, 24 pessoas presas em flagrante, 5 pessoas procuradas capturadas, 29 armas brancas e 6 simulacros apreendidos;
Operação SP mais segura	01/01 a 27/11/20	53.3835 pessoas abordadas, 26.543,35 KG de drogas apreendidas, 2848 pessoas presas em flagrante, 2809 Boletins de ocorrência lavrados, 1.349 pessoas capturadas, 338 armas de fogo apreendidas e 24 armas brancas apreendidas;
Operação direção mais segura	01/01 a 16/10/20	181.048 pessoas abordadas, 186 pessoas presas, 60 pessoas procuradas capturadas, 13 armas de fogo, 1 simulacro e 1 arma branca apreendida;
Operação Interior mais seguro	01/01 a 16/10/20	52.313 pessoas abordadas, 304 pessoas presas em flagrante, 2162 B.O.s lavrados, 56 armas de fogo apreendidas, 9 simulacros apreendidos, 18 armas brancas apreendidas.
Operação Carnaval mais seguro	15/02 a 01/03/20	319.051 pessoas abordadas, 1.525 pessoas presas em flagrante, 609 pessoas procuradas capturadas, 506,23 kg de drogas apreendidas, 212.081 veículos vistoriados.

No tocante à execução dos programas de policiamento da Polícia Militar, merece destaque a intensificação do uso dos seguintes equipamentos: armas de incapacitação neuromuscular, visando à diminuição da letalidade policial; câmeras operacionais, para registro das ações policial-militares realizadas junto à população, dando a elas mais transparência e credibilidade; sistemas de aeronaves não tripuladas (*Drones*), para auxiliar no planejamento e execução de operações policial-militares e ações de bombeiros e defesa civil.

Principais Realizações: Comandos Especializados de Policiamento- Comando de aviação da (PM) (ações policiais e não policiais) -3387 apoios ao Policiamento Ostensivo; 2534 apoios a OPM especializada; 246 apoios a órgãos públicos federais, estaduais, municipais e a instituições privadas; 394 evacuações aeromédicas; Operações totalizaram 7971 horas de voo. -Comando de Policiamento de choque (PM) -3.736 apoios ao CPC, CPM, CPRv e CPI; 165 escoltas de autoridades, torcidas e delegações; Atuação em 4 eventos artísticos / religiosos / culturais; 152 atuações em eventos esportivos; 163 ocorrências com artefatos explosivos; 10 ocorrências com refém, 18 ocorrências com suicida; 808 ações de varredura/detecção de entorpecentes e explosivos (Canil). -Polícia Ambiental (PM) -12.280 propriedades rurais vistoriadas; 17.752 Autos de Infração Ambiental lavrados; R$ 207.531.271,10 em valores das aplicações de multas; 10.282 de aves e animais silvestres apreendidos; 7.168,30 m3 de produtos da flora apreendidos; 59.449 denúncias atendidas e 13.714 operações realizadas. -Polícia Rodoviária (PM) – Principais realizações: Atendimento de 1023 acidentes de trânsito com vítima; 1640 acidentes de trânsito sem vítima; 837 atropelamentos; 44735 veículos fiscalizados e 33 veículos removidos; 112767 autuações; 69 recolhimentos de CNH; 57 recolhimentos de CLA/CRLV; Execução de 2059 Operações Diversas; 8917 Programas/Campanhas Educativas. -Policiamento de Trânsito (PM) - Atendimento de 5325 acidentes de trânsito com vítima; 1735 acidentes de trânsito sem vítima e 850 atropelamentos; 139696 veículos fiscalizados e 17025 veículos removidos; 473852 autuações; - 11814 recolhimentos de CNH; - 8504 recolhimentos de CLA/CRLV; Execução de 12568 Operações Diversas; 12614 Programas/Campanhas Educativas. -Polícia Comunitária (PM) -1529 policiais designados no Programa de Policiamento em Bases Comunitárias atendendo 7.290.878 pessoas; 740 policiais militares designados no Programa Vizinhança Solidária atendendo 1.244.969 pessoas; 137 Policiais designados na Mediação de Conflitos, atendendo 3.181 pessoas; Aplicativo SOS mulher tendo 1.231 atendimentos a mulheres.

Legislação: Por fim, dispõe-se abaixo a legislação estadual publicada em 2020, relevante para a gestão da Sede e das entidades vinculadas à Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Tipo	Data	Ementa
Decreto nº 65.310	27/11/20	Suspende, no corrente exercício, a aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986, para os integrantes das carreiras policiais civis em exercício na Secretaria da Segurança Pública
Decreto nº 65.306	25/11/20	Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Penitenciária de Registro e dá providências correlatas.
Portaria nº CCB-026-800-20	18/11/20	Dispõe sobre a extensão, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pela COVID-19 (Novo Coronavírus), de que trata a Portaria nº CCB-014/800/20, de 24 de março de 2020, e Portaria nº CCB-025/800/20, de 22 de setembro de 2020.
Portaria nº CCB-025-800-20	27/10/20	Dispõe sobre a extensão, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), de que trata a Portaria nº CCB-014/800/20, de 24 de março de 2020 e Portaria nº CCB-024/800/20, de 22 de setembro de 2020.
Decreto nº 65.241	13/10/20	Cria, no Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC, a Divisão de Crimes Cibernéticos - DCCIBER e dá providências correlatas
Portaria nº CCB-024-800-20	23/09/20	Dispõe sobre a extensão, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), de que trata a Portaria nº CCB-014/800/20, de 24 de março de 2020 e Portaria nº CCB-022/800/20, de 09 de julho de 2020.
Par. Téc. nº CCB 015-800-20	02/09/20	Elevador de Emergência.
Resolução SSP – 75	31/08/20	Disciplina no âmbito da Secretaria da Segurança Pública procedimentos a serem adotados na abordagem de um policial a outro policial
Portaria nº CCB-023-800-20	27/08/20	Dispõe sobre o restabelecimento, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, dos atendimentos presenciais paralisados em virtude da adoção medidas prevenção e vigilância epidemiológicas de infecções por SARS-CoV-2 (COVID-19), de que trata a Portaria nº CCB-014/800/20, de 24 de março de 2020.
Par. Téc. nº CCB 014-800-20	13/08/20	Dimensionamento da medida de segurança contra incêndio controle de fumaça em átrios.
Portaria do Cmt G nº PM3-008/01/20.	12/08/20	"Organização - Conselhos Consultivos do Comandante-Geral – Alteração".

Tipo	Data	Ementa
Decreto nº 65.128	12/08/20	Dispõe sobre a instalação e extinção das unidades policiais que especifica, no Município de São Caetano do Sul, e dá providências correlatas.
Decreto nº 65.127	12/08/20	Altera o Decreto nº 29.981, de 1° de junho de 1989, que estabelece atribuições e competências no âmbito das Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher
Portaria do Cmt G nº PM3-007/01/20.	04/08/20	"Organização - Áreas de Atuação do Corpo de Bombeiros".
Portaria do Cmt G nº PM3-006/01/20.	04/08/20	"Organização - Áreas de Atuação do Policiamento Rodoviário".
Portaria do Cmt G nº PM3-005/01/20.	04/08/20	"Organograma da PMESP".
Decreto nº 65.108	04/08/20	Transfere e altera a denominação das Unidades Policiais que especifica, dá nova redação e acrescenta dispositivos ao Decreto nº54.359, de 20 de maio de 2009, que cria e organiza o Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania "Dr. Luiz Lasserre Gomes" – DPPC
Nota de Instrução nº PM3-001/03/20.	29/07/20	"Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar – PAAPM". Regula o PAAPM, que se destina a avaliar as condições psicoemocionais do policial militar envolvido em situações que impliquem risco à sua integridade física e psíquica e adotar medidas visando preservar e ou restabelecer o correspondente equilíbrio, propiciando o adequado retorno às suas atividades profissionais.
Diretriz nº PM3-008/02/20.	29/07/20	"Câmeras Operacionais Portáteis (COP)" - Disciplina o emprego das Câmeras Operacionais Portáteis (COP) no âmbito da Polícia Militar, bem como regulamenta a política de armazenamento, custódia e difusão das evidências digitais registradas.
Decreto nº 65.096, de 28 de julho de 20.	28/07/20	"Dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas".
Portaria do CMT G Nº PM4-001/1.2/20.	13/07/20	"Dispõe sobre o registro e o porte de arma de fogo, munição e colete de proteção balística na Polícia Militar".
Portaria nº CCB-022-800-20	11/07/20	Dispõe sobre a extensão, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), de que trata a Portaria nº CCB-014/800/20, de 24 de março de 2020.
Portaria nº CCB-021-800-20	04/07/20	Dispõe sobre as correções das Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo publicadas em 09 de abril de 2019, anexas à Portaria nº CCB-002/810/19.
Nota de Serviço nº PM3-003/03/20.	26/06/20	"Treinamento Técnico Operacional (TTOp)" - Regula o Treinamento Técnico-Operacional (TTOp) para o efetivo de oficiais e praças, no âmbito da PMESP.
Portaria nº CCB-020-824-20	17/06/20	Dispõe sobre o credenciamento de Organismos de Cooperação Mútua e os parâmetros de integração ao Sistema de Atendimento de Emergências no Estado de São Paulo em apoio aos serviços de bombeiros, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1.257, de 06 de janeiro de 2015, e Decreto Estadual nº 63.058, de 12 de dezembro de 2017.
Ordem de Serviço nº PM3-06/02/20.	10/06/20	"Policial Militar Mediador em manifestações públicas" – Determina a designação de ao menos um policial mediador para manifestação, em operações policial-militares envolvendo gestão de multidões, isoladamente ou com apoio/reforço de outras OPM.
Par. Téc. nº CCB 013-800-20	10/06/20	Procedimentos para realização de evento temporário com exibição para público que permanece no interior do veículo.
Ordem de Serviço nº PM3-08/03/20.	05/06/20	"Retomada das atividades curriculares do Curso Aperfeiçoamento de Oficiais-I/20 (CAO-I/20) e Curso Superior de Polícia/20 9 CSP/20)".
Ordem de Serviço nº	02/06/20	"Segunda etapa de realização de testes rápidos da COVID-19" – Versa

Tipo	Data	Ementa
PM3-023/03/20.		sobre a realização da segunda etapa de testes rápidos da COVID-19.
Ordem de Serviço nº PM3-022/03/20.	01/06/20	"Retomada das aulas e demais Atividades Curriculares do CFS-II/19".
Portaria nº CCB-019-800-20	28/05/20	Estabelece o Processo Infracional do Regulamento de Organização do Serviço de Segurança contra Incêndio (SSCI) e dá outras providências.
Portaria nº CCB-018-800-20	19/05/20	Cadastro da Brigada de Incêndio no processo de regularização das edificações e áreas de risco.
Ordem de Serviço nº PM3-021/03/20.	11/05/20	"Testes rápidos da COVID-19" – Versa sobre a disponibilização de testes rápidos de detecção da COVID-19.
Par. Téc. nº CCB 010-800-20	17/04/20	Edificações residenciais de interesse social.
Par. Téc. nº CCB 011-800-20	17/04/20	Utilização de galpões lonados para depósitos.
Par. Téc. nº CCB 012-800-20	17/04/20	Conexão e tubulação para hidrantes com fixação tipo climpagem.
Ordem de Serviço nº PM3-05/03/20.	15/04/20	"Treinamento de armeiros para o manuseio de pistola Glock" - Determina o aprimoramento dos conhecimentos técnicos dos policiais militares habilitados como "armeiros" ou "armeiros auxiliares", por meio de treinamento policial-militar, e a execução da referida atividade de ensino, observando medidas de segurança voltadas à contenção da pandemia da COVID-19.
Ordem de Serviço nº PM3-04/03/20.	14/04/20	"Preleções, atividade de ensino, treinamentos durante o serviço e demais atividades de Instrução Policial-Militar" – Determina ações para mitigar internamente a dissipação da COVID-19, garantindo, ao mesmo tempo, a proteção e higidez física do policial militar, bem como os saberes imprescindíveis ao desenvolvimento de suas missões.
Decreto nº 64.937	13/04/20	Dispõe sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais, durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da Emergência em Saúde Pública Internacional, no contexto da pandemia da COVID-19 (Novo Coronavírus)
Nota de Instrução nº PM3-002/03/20.	07/04/20	"Normas para a utilização de armas de incapacitação neuromuscular (AINM)" – Estabelece normas e diretrizes voltadas a regular a utilização de armas de incapacitação neuromuscular na PMESP.
Portaria nº CCB-016-800-20	07/04/20	Dispõe sobre a regularização das unidades de atendimento médico de caráter temporário junto ao Corpo de ombeiros, enquanto durar a excepcionalidade da pandemia ocasionada pelo COVID-19 e dá outras providências.
Portaria nº CCB-017-800-20	07/04/20	Estabelece alteração no Regulamento de Organização do Serviço de Segurança contra Incêndio (SSCI) e dá outras providências.
Portaria SPTC 92/20	02/04/20	Nomeia Grupo para Controle e Distribuição de Materiais, Equipamentos e Insumos durante o período de enfrentamento da Pandemia de COVID- 19 no âmbito da Superintendência da Polícia Técnico- Científica de SP.
Lei nº 17.260	30/03/20	Dispõe sobre a criação do programa da Polícia Militar - Patrulha Maria da Penha-, que visa ao monitoramento da segurança das mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de São Paulo.
Portaria nº CCB-015-800-20	28/03/20	Estabelece o Regulamento de Organização do Serviço de Segurança contra Incêndio (SSCI) e dá outras providências.
Bol Téc CCB-001/ 821/20	27/03/20	COVID-19
Portaria nº CCB-014-800-20	25/03/20	Dispõe sobre a adoção, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), em relação ao processo de regularização das edificações e áreas de risco e ao Serviço de

Tipo	Data	Ementa
		Segurança contra Incêndio
Processo Nº 3.07.00.	24/03/20	"Procedimento Operacional Padrão: Atuação Policial-Militar em face do novo Coronavírus (COVID-19)" – Estabelece a atuação do policial militar em face do novo Coronavírus.
Ordem de Serviço nº PM3-02/03/20.	20/03/20	"Atuação de SEPM em face do Coronavírus (COVID-19)" – Determina providencias para mitigar a dissipação por contágio de "COVID-19", na PMESP.
Portaria SPTC 91/20	19/03/20	Estabelece Procedimentos para Enfrentamento da Pandemia do COVID- 19 (novo Coronavírus) no âmbito da Superintendência da Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo
Par. Téc. nº CCB 009-800-20	19/03/20	Condomínios residenciais horizontais.
Portaria nº CCB-011-800-20	18/03/20	Publica a Instrução Técnica (IT) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo nº 42/2020 – Projeto Técnico Simplificado (PTS).
Portaria nº CCB-012-800-20	18/03/20	Publica as alterações da Instrução Técnica (IT) do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo nº 09 – Compartimentação horizontal e compartimentação vertical.
Portaria nº CCB-013-800-20	18/03/20	Dispõe sobre a adoção, no âmbito do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), em relação ao processo de regularização das edificações e áreas de risco, com vistas à emissão do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
Diretriz nº PM3-007/02/20.	12/03/20	"Programa de Policiamento Rural" – Estabelece as bases doutrinárias, administrativas e operacionais para a estruturação e desenvolvimento do Programa de Policiamento Rural em todo o Estado de São Paulo.
Diretriz nº PM3-006/02/20.	12/03/20	"Programa de Policiamento de Trânsito" - Regula o desenvolvimento do Programa de Policiamento de Trânsito (PPT) e estabelecer parâmetros gerais para a realização do policiamento ostensivo de trânsito, urbano e rodoviário, em todo o Estado de São Paulo.
Diretriz nº PM3-005/02/20.	12/03/20	"Programa de Policiamento Comunitário" - Regula a organização e os procedimentos relativos ao Programa de Policiamento Comunitário.
Diretriz nº PM3-004/02/20.	12/03/20	"Programa de Policiamento Escolar" - Regula o desenvolvimento do Programa de Policiamento Escolar (PPE) no Estado de São Paulo.
Diretriz nº PM3-003/02/20.	12/03/20	"Programa de Força Tática" - Disciplina o desenvolvimento do Programa de Força Tática nas OPM Territoriais.
Diretriz nº PM3-002/02/20.	12/03/20	"Programa de Radiopatrulha" - Disciplina o desenvolvimento do Programa de Radiopatrulha (RP) no Estado de São Paulo.
Nota Inst. nº PM3-001/02/20.	06/03/20	"Atuação Policial-Militar em Eventos de Perturbação de Sossego" - Regula a atuação da Polícia Militar em eventos de perturbação de sossego, com ênfase à gestão antecipada de providências relacionadas à ordem pública.
Diretriz nº PM3-001/02/20.	06/03/20	"Normas pra o Sistema Operacional de Policiamento (NORSOP)" - Estabelece parâmetros doutrinários e procedimentais para o funcionamento do Sistema Operacional de Policiamento PM.
Decreto nº 64.848	06/03/20	Dispõe sobre a instalação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Arujá e dá providências correlatas;
Decreto nº 64.846	06/03/20	Cria, extingue, reclassifica e instala unidades policiais no Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER 6 - Santos, e dá providências correlatas.
Decreto nº 64.809	21/02/20	Cria Divisão Especializada de Investigações Criminais –DEIC, em cada um dos Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior –DEINTER 1 a 10, e dá providências correlatadas;
Decreto nº 64.791	19/02/20	Altera os dispositivos que especifica do Decreto nº 61.974, de 17 de maio

Tipo	Data	Ementa
		de 2016, e dá providências correlatas.
Parecer Técnico Nº CCB - 002-800-20	23/01/20	Áreas desocupadas ou em obras em shopping center.
Par. Téc. nº CCB 003-800-20	23/01/20	Armazenamento de açúcar.
Par. Téc. nº CCB 004-800-20	23/01/20	Exigência para edificações com sobressolos.
Par. Téc. nº CCB 005-800-20	23/01/20	Edificações comerciais com prateleiras altas.
Par.Téc. nº CCB 006-800-20	23/01/20	Utilização de chuveiro automático com fator k 22,4 para depósitos.
Par. Téc. nº CCB 007-800-20	23/01/20	Conexões e tubulação para chuveiros automáticos (sprinklers) com fixação tipo "crimpagem".
Par. Téc. nº CCB 008-800-20	23/01/20	Compartimentação vertical de fachada em edifícios residenciais (divisão A-2).
Lei Complementar nº 1.353	10/01/20	Altera dispositivos da Lei nº 452, de 2 de outubro de 1974, que institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico-hospitalar e odontológico, e dá outras providências.
Diretriz nº CCB-001/824/20	10/01/20	Bombeiro Comunitário
Despacho nº PM3-002/02/20	09/01/20	"Lei sobre os crimes de abuso de autoridade" - Orienta o efetivo policial-militar de acordo com as exposições afetas ao serviço policial-militar em razão da vigência da lei de abuso de autoridade (Lei 13.869/19).
Diretriz Nº CCB - 001/825/20		Padroniza as atividades de Educação Pública no Corpo de Bombeiros.
Nota Inst. Nº CCB - 001/825/ 20		Disciplina o Programa Bombeiro na Escola.
Nota Inst. Nº CCB - 002/825/ 20		Disciplina as Campanhas de Educação Pública no Corpo de Bombeiros.
Nota Inst. Nº CCB - 003/825/ 20		Disciplina as Operações de Educação Pública no Corpo De Bombeiros.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

A Secretaria dos Transportes Metropolitanos é responsável pela execução da política estadual de transportes urbanos de passageiros para as regiões metropolitanas, abrangendo os sistemas metroviário, ferroviário, de ônibus e trólebus, e demais divisões modais de interesse metropolitano, realiza o planejamento do transporte coletivo de caráter regional e elabora a execução e fiscalização de programas e obras para o seu cumprimento e controle. Também é responsável por outorgar concessões, permissões e autorizações dos serviços, sua fiscalização e fixação das respectivas tarifas nos termos da legislação vigente. Por meio de suas empresas vinculadas – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ – e, atualmente duas Concessionárias, opera o sistema metroferroviário, e gerencia o sistema intermunicipal de ônibus, por meio da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, em 5 Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo - RMSP, Baixada Santista -RMBS, Campinas – RMC, Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN e Região Metropolitana de Sorocaba - RMS. Desde 2011, a Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ foi integrada à STM, unindo-se às diversas unidades da administração direta responsáveis pelo gerenciamento, organização, coordenação e a fiscalização dos serviços prestados.

Síntese dos principais Planos e Ações - A STM conta com plano de investimentos plurianual, elaborado e revisado anualmente, baseado nas seguintes diretrizes: inovação e modernização, ampliação da integração entre os diversos modais e continuidade de todos os projetos de expansão dos Sistemas de Transporte, bem como sua compatibilização com os recursos financeiros orçamentários. Estão contemplados no plano, intervenções para ampliar a infraestrutura do transporte sobre trilhos e sobre pneus como: a expansão das linhas do METRÔ e da CPTM, os novos serviços de monotrilho, os serviços com tecnologias de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT e "*Bus Rapid Transit*" - BRT, estes dois últimos sob responsabilidade da EMTU. Também continua o processo de modernização dos sistemas ferroviários existentes da CPTM e da EFCJ, bem como da frota metroferroviária necessária para atender a demanda existente e projetada por meio de aquisições de material rodante. Paralelamente, devido à pandemia do corona vírus, estão sendo implantadas estratégias operacionais para atender a demanda que se verificou no Sistema Metroferroviário que, nos dias úteis, no ano, apresentou decréscimo significativo em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 7,9 milhões de janeiro a outubro de 2019, para 4,2 milhões de usuários por dia- média dos dias úteis de janeiro a outubro. O total de passageiros transportados no Sistema foi de 1.053 milhões de janeiro até outubro, enquanto que no mesmo período de 2019, o total foi 1.975 milhões significando uma queda de 46,7%. No Sistema de Ônibus Intermunicipal gerenciado pela EMTU em 5 Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, a média de passageiros nos dias úteis passou de 2,21 milhões - de janeiro a setembro de 2019, para 1,32 milhões - de janeiro a setembro de 2020, significando uma redução de 40,2% no período devido ao impacto da Pandemia COVID-19 sobre a mobilidade resultando em expressiva queda da demanda. Comissão de Monitoramento de Concessões e Permissões. Linha 5 – Lilás: Capão Redondo - Chácara Klabin. Com uma extensão de cerca de 20 km e 17 estações, de Capão Redondo a Chácara Klabin, a Linha 5 – Lilás, inicialmente com um trecho em operação entre as estações Capão Redondo e Largo Treze, e na fase seguinte entre a Estação Adolfo Pinheiro e a última Estação Chácara Klabin. A Linha 5 - Lilás, na sua totalidade, mantém integrações com o sistema de

ônibus intermunicipal e municipal, gerenciado respectivamente pela EMTU e SPTrans, em diversas estações, mas com terminais em Capão Redondo e em Campo Limpo, com a Linha 9 – Esmeralda – CPTM em Santo Amaro, com o Corredor ABD/Diadema-Brooklin na estação Brooklin, com as Linhas 1-Azul e 2-Verde - Metrô, respectivamente em Santa Cruz e Chácara Klabin. Futuramente, haverá integração com a Linha 17 - Ouro - Monotrilho na estação Campo Belo. O trecho previamente existente da Linha 5-Lilás, da Estação Largo Treze até Capão Redondo, conta com 8,4 km, 6 estações - Capão Redondo, Campo Limpo, Vila das Belezas, Giovanni Gronchi, Santo Amaro e Largo Treze, 1 Pátio de Manutenção - Capão Redondo e operou com 8 trens. O empreendimento do Trecho entre as Estações Largo Treze e Chácara Klabin foi projetado para uma extensão de 11,6 km, com 11 estações - Adolfo Pinheiro, Chácara Klabin, Alto da Boa Vista, Borba Gato, Brooklin, Eucaliptos, Moema, AACD-Servidor, Hospital São Paulo, Santa cruz e Chácara Klabin, 1 Pátio de Manutenção adicional -Pátio Guido Caloi e 26 trens adicionais. Em 5/4/2018, a Linha 5-Lilás, juntamente com a Linha 17-Ouro foram concedidas à Concessionária Via Mobilidade através do Contrato de Concessão Nº 003/2018 para prestação do serviço público de transporte de passageiros nas Linhas 5-Lilás e 17-Ouro, compreendendo as atividades e encargos, relativas à: Operação Comercial das Linhas; Manutenção e conservação de todos os Bens Integrantes da Concessão; Implantação de melhorias nos Bens Integrantes da Concessão, visando manter seus níveis de qualidade, cumprir os Indicadores de Desempenho, garantir sua permanente atualidade e modernidade; Requalificação e adequação da infraestrutura concernente ao Serviço Concedido, visando a compatibilizá-la com a demanda e com o atendimento de exigências técnico-operacionais e de segurança; Realização de Investimentos Adicionais, considerados necessários; Continuidade da funcionalidade, da qualidade, da segurança e da expansão do Serviço concedido; Operação e manutenção de eventual expansão do Serviço Concedido em trechos que se caracterizem como prolongamento das linhas objeto da concessão. Fases da Concessão-Fase I**:** Fase da Concessão, remunerada mediante o pagamento da Tarifa de Remuneração ou da Tarifa de Remuneração Contingente, na qual a Concessionária assumiu a Operação Comercial da Linha 5, bem como outras atividades previstas no Contrato, qualificando o Termo Inicial do prazo de vigência da Concessão. Fase II: Fase da Concessão na qual ocorreu a Operação Plena da Linha 5, pela Concessionária, do trecho entre as Estações Capão Redondo e Chácara Klabin, com inclusão da Estação Campo Belo. Fase III**:** Fase da Concessão na qual ocorrerá a Operação, pela Concessionária, da Linha 17-Ouro, entre as Estações Congonhas/Jardim Aeroporto e Morumbi. – Implantação -A partir de 4/8/2018 todo o trecho operacional desde a Estação Capão Redondo até a estação Eucaliptos e os demais trechos a seguir, nas respectivas datas de inauguração, passaram a ser operados pela Concessionária Via Mobilidade. Trecho Estação Eucaliptos -exclusive - Estação Moema, com a Estação Moema inaugurada em 18/8/18; Trecho Estação Moema – exclusive - Estação AACD-Servidor, com a Estação AACD-Servidor inaugurada em 31/8/18; Trecho AACD-Servidor - exclusive – Chácara Klabin, com as Estações Hospital São Paulo – Santa Cruz e Chácara Klabin inauguradas em 28/9/18; Material Rodante – Frota P - 26 trens CAF, entrega concluída em 30/11/17. Instalados e testados o sistema de CBTC em todos os 26 trens. Frota F - 8 trens Alstom, tratam-se de trens adquiridos quando do início da operação da Linha 5 – Lilás - Capão Redondo Largo Treze e tiveram seus sistemas de Sinalização atualizados para operar em CBTC. Estes trens encontram em fase de testes com previsão de conclusão para até junho de 2021. Estação Campo Belo: Estação inaugurada em 08 de abril de 2019. Pátio Guido Caloi; Edificações/Blocos: Obra Civil-Acabamento e Sistemas-Bandejamento, Iluminação/Tomadas, Painéis, Equipamentos Elétricos/Eletrônicos, Cabos em execução. Via Permanente do estacionamento-Fase II: Infraestrutura, superestrutura e passarela de serviço em execução. Parte dos sistemas foram liberados com a emissão do Termo de Conclusão Parcial em 21/9/20. Os sistemas restantes, tem previsão de conclusão para até junho 2021. De janeiro a outubro, a Linha 5-Lilás transportou 80,98 milhões de passageiros e em média 321,8 mil passageiros por dia - média dias úteis. No mesmo período de 2019, total transportado foi de 138,5 milhões e a média nos dias úteis foi de 550,2 mil passageiros significando uma redução de 41,5% no total de passageiros. Comparando apenas o mês de outubro, em 2019 a média nos dias úteis foi de 606,3 mil passageiros, enquanto que em 2020 foi 334,2 mil passageiros. -Linha 6 – Laranja: Brasilândia-São Joaquim. - Trecho de 15,3 km, um pátio de manutenção, 22 trens e 15 estações, com integrações nas linhas 1-Azul, 4-Amarela, com as linhas 7-Rubí e 8-Diamante da CPTM. A linha ligará a região noroeste de São Paulo à região central, fazendo articulação de linhas de ônibus das regiões atendidas propiciando a reorganização do transporte coletivo, ampliando as conexões com a rede metroferroviária. Passará por grandes centros educacionais, como UNIP - Universidade Paulista, PUC - Pontifícia Universidade Católica - FFAAP- Fundação Armando Álvares Penteado, Mackenzie, Fundação Getúlio Vargas, FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas. Esta linha é objeto de uma PPP – Parceria Pública Privada, firmada entre o Governo do Estado de São Paulo e a Concessionária Move São Paulo em 18/12/2013. O Contrato tem prazo de 25 anos, sendo 6 anos para a implantação da linha e mais 19 anos para operação. A demanda prevista para o trecho Brasilândia-São Joaquim é de 633 mil passageiros/dia. O processo de desapropriação das áreas privadas, para a instalação dos canteiros já alcançou 100%. As obras de implantação da Linha 6 – Laranja tiveram início em janeiro de 2015, foram aportados pelo Governo do Estado, até o momento, R$ 694 milhões para pagamento de eventos de aporte e R$ 988 milhões para pagamento das desapropriações de 371 imóveis privados. Por decisão unilateral, a Concessionária Move São Paulo responsável pela implantação da Linha 6, informou no dia 2/9/2016 ter paralisado todas as obras em andamento. A Concessionária alegou dificuldades na obtenção do seu financiamento de longo prazo junto ao BNDES, uma responsabilidade exclusiva do parceiro privado definida pelo contrato de Concessão. Por consequência, ela vem sendo notificada para que retome as obras, tendo sido aplicadas as penalidades cabíveis, inclusive com o provimento do Processo de caducidade do contrato. Através do Decreto 63.915 de 12/12/2018 foi declarada a caducidade do contrato de Concessão nº 015/18 com efeito a partir de 13/8/2019. Após a emissão do Decreto que declarou a caducidade, em razão de diversas negociações havidas por parte da Concessionária para a transferência da Concessão a outros pretendentes, foram emitidos outros 9 decretos que prorrogaram a data de efeito da mesma. O último foi o Decreto 65.045, de 6/7/20, que levou o prazo final a 6/10/20, período em que a Concessionária Move São Paulo levou a cabo a transferência da Concessão à nova Concessionária – Consórcio Linha Universidade S.A. - CLU, que tem por base a empresa Espanhola Acciona, tendo ambas cumprido todos os requisitos necessários à transferência pretendida, a qual foi firmada por meio da assinatura com o Poder Concedente – STM de dois Termos Aditivos, que estabeleceram as condições da negociação. Por esse motivo, satisfeitas as exigências legais e técnicas, em 5/10/20 foi emitido o Decreto 65.223/20 que revogou o Decreto de caducidade, passando, desde então o empreendimento da Linha 6- laranja a ser de responsabilidade da nova Concessionária, com um prazo de 5 anos para a conclusão da implantação e mantidos os 19 anos de operação, conforme os termos do contrato inicial. Durante todo o período entre o Decreto de Caducidade e o que o revogou, os aspectos referentes à segurança dos imóveis e estabilidade das obras já executadas foram providos pela antiga concessionária, sendo que durante o mesmo período, de forma precavida, foi mantido um Convênio com a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, para que o mesmo assumisse tais ações de preservação, caso a caducidade viesse a se efetivar, Convênio este ora em fase de cancelamento, dado o fim da motivação que gerou a sua a formulação. Atualmente a nova Concessionária desenvolve as ações preliminares de retomada das obras, com a contratação de subfornecedores, empregados, retomada dos canteiros e demais iniciativas voltadas aos requisitos à condução de obra de tal porte. Linha 18 - Bronze: Tamanduateí -SP - Djalma Dutra – SBC. A Linha - 18 Bronze, por meio de um sistema de monotrilho previa a interligação das estações Tamanduateí - METRÔ/CPTM, a Djalma Dutra em São Bernardo do Campo, com 15,4 km e 13 estações. A implantação da linha seria por meio de uma Parceria Público Privada – PPP cujo Contrato de Concessão Patrocinada nº 011/2014, foi assinado com a Concessionária do Monotrilho da Linha 18 – Bronze S.A – VEM ABC. O CGPPP - Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, em 13/8/2019, na 88º Reunião Ordinária, deliberou pela extinção do Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 18. O encerramento do Contrato está sendo tratado em processo administrativo. Em 4/8/2020 foi publicada a extinção do Contrato de Concessão Patrocinada nº 011/2014, firmado com a Concessionária do Monotrilho da Linha 18 – Bronze S/A em cumprimento ao CGPPP. Em 19/10/2020, a Concessionária do Monotrilho da Linha 18-Bronze S.A apresentou REQUERIMENTO DE ARBITRAGEM perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá, requerendo indenização decorrente do encerramento antecipado do Contrato. Em tratamento. Projetos de Concessão e Parceria Público Privada – PPP. Linhas 8 - Diamante e 9 – Esmeralda.-Proposta de concessão para prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda de trens metropolitanos, administradas pela CPTM, contemplando operação, conservação, manutenção, modernização das instalações existentes e construção de novas estações, propiciando melhorias de desempenho e de qualidade aos serviços prestados. A proposta de concessão das linhas traz benefícios aos usuários, como a melhoria no acesso às estações, com a previsão de novas passarelas e reformas das escadas fixas existentes, bem como investimentos para melhorar a acessibilidade e a segurança dos passageiros e, também, reforma dos pisos e sanitários das estações. A modelagem sugere a revisão do sistema de combate a incêndio e ventilação, implantação de nova cobertura das plataformas para eliminar a incidência de chuvas, a eliminação das passagens de nível com construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores e novo sistema de sinalização e sistema elétrico que permita a diminuição do intervalo entre trens e melhoria na regularidade. O investimento para a Concessionária é estimado em R$ 3,2 bilhões, divididos em obras civis de modernização e investimento em sistemas e infraestrutura de operação. O Poder Concedente deverá entregar a extensão da Linha 9 Esmeralda, sendo previstas duas novas estações: Mendes-Vila Natal e Varginha. O projeto foi objeto de chamamento Público - abril/2017, tendo recebido estudos das Autorizadas CCR; Grupo Metropolitano 89 e Consórcio CAF. Os estudos de modelagem pelo Poder Concedente consideram esses estudos, de forma parcial, nas diferentes disciplinas e o Grupo de Trabalho é o responsável pela consolidação da mesma. Em fevereiro/2019 houve a formação de novo Grupo de Trabalho com diversas secretarias do Governo do Estado de São Paulo para retomada dos estudos de consolidação da modelagem. Desde então, a STM vem trabalhando na modelagem da concessão, tendo possibilitado reuniões de sondagem de mercado junto a eventuais interessados - maio/2019, dezembro/2019 e julho/20. Em paralelo, a equipe focou na elaboração e consolidação dos estudos de demanda, modelo operacional, investimentos, empreendimentos associados, engenharia e demais disciplinas técnicas, que farão parte do edital de licitação da concessão, por meio de anexos, que foram elaborados em conjunto com a equipe da CPTM. Em 2019, o projeto passou a contar com o apoio do IFC – Corporação Financeira Internacional, membro do Grupo Banco Mundial. A partir de então, os estudos recebidos no Chamamento Público, bem como internos foram revisitados e aprimorados. A modelagem foi apresentada ao Conselho Gestor, em janeiro, ocasião em que a mesma foi aprovada e, a partir de então, autorizada a realização das respectivas Audiência Pública - fevereiro e Consulta Pública -vigente até abril. Da ocasião da Consulta Pública, foram recebidas aproximadamente 1700 sugestões dos consulentes, que foram analisadas pela equipe técnica e, eventualmente, se pertinentes, serão incorporadas aos documentos vinculantes do projeto. Por fim, o projeto foi submetido ao Conselho Gestor, em outubro, para a aprovação da modelagem final, com consequente autorização para publicação do Edital e demais anexos - versão final, condicionada ao Parecer da Procuradoria Geral do Estado e à emissão do Decreto autorizativo. O edital de concessão das Linhas 8-Diamante e 9 -Esmeralda foi publicado em 1/12/2020. A previsão de abertura das propostas é em 3/2021. Prevê-se, pelo projeto que a operação de expansão futura do serviço concedido contemple o possível atendimento a Regiões Metropolitanas de São Paulo e Sorocaba. Ressalta-se, contudo, que são necessários investimentos em revitalização da infraestrutura de circulação para tornar viável a operação do serviço e que tais intervenções poderão ser negociadas entre o Governo do Estado e a Concessionária vencedora do certame, mediante recomposição do equilíbrio econômico e financeiro do contrato. -Trem Intercidades – TIC e Linha 7-Rubi.- Proposta para a implantação de novos serviços ferroviários de passageiros entre São Paulo – Campinas – Americana, na forma preliminar de Parceria Público-Privada. Os novos serviços devem ser implantados na faixa de domínio ferroviário da Linha 7 Rubi, oferecendo uma opção rápida de transporte entre metrópoles, interligando Americana, Campinas e Jundiaí à estação Barra Funda. A prestação dos serviços ferroviários no eixo São Paulo – Campinas - Americana deverá atender às demandas de serviços diretos/expressos e também serviços paradores de caráter metropolitano. Para tal, é necessário que haja condições físicas das vias e de sistemas que, na primeira fase de implantação, deverá configurar minimamente os atendimentos: Serviços expressos entre São Paulo – Jundiaí – Campinas – TIC. Serviço metropolitano São Paulo – Francisco Morato - Linha 7 – Rubi. Serviços metropolitanos entre Francisco Morato – Jundiaí – Campinas – TIM O atendimento expresso TIC São Paulo – Jundiaí – Campinas – Americana poderá ter serviços intermediários com partidas em Jundiaí e o dimensionamento da sua oferta deve considerar trens com capacidade e intervalos adequados à demanda, atendendo somente passageiros sentados. É mandatório que a ligação expressa do trecho prioritário São Paulo – Campinas tenha velocidade comercial compatível para o percurso de 102 km ser percorrido em até 60 minutos. A frota resultante deve considerar ao menos um trem para reserva operacional e um trem para reserva de manutenção. O intervalo entre trens no horário de pico não poderá ser superior a 30 minutos e dimensionado para a demanda nos períodos de vale. Ao longo da concessão, que vai do ano 1 até o ano 30, a oferta deverá ser ajustada para o incremento de demanda projetado, devendo ser adequado o plano de vias, sistemas e serviços para implantação das fases subsequentes do projeto. Em fevereiro/2019 houve a formação de novo Grupo de Trabalho com diversas secretarias do Governo do Estado de São Paulo para retomada dos estudos de consolidação da modelagem. Desde então, a STM vem trabalhando na modelagem da concessão, tendo possibilitado reuniões de sondagem de mercado junto a eventuais interessados - julho/19. Em paralelo, a equipe focou na elaboração e consolidação dos estudos de demanda, modelo operacional, investimentos, empreendimentos associados, engenharia e demais disciplinas técnicas, que farão parte do edital de licitação da concessão, por meio de anexos, que estão sendo elaborados em conjunto com a equipe da CPTM. Desde 2019 foram realizadas diversas reuniões de negociação da faixa ferroviária sob regime de concessão federal - ANTT/Ministério da

Infraestrutura, com as empresas MRS Logística e RUMO Logística e, além da continuidade das negociações da segregação - trens de carga x trens de passageiros, com a MRS, que é parte das diretrizes de desempenho do sistema de transporte metropolitano de São Paulo. Em junho/2019, o projeto passou a contar com o apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. A partir de então, os estudos foram revisitados e aprimorados. Nos próximos meses, a modelagem deverá ser aprovada pelo Grupo de Trabalho para, posteriormente, ser apresentada e aprovada em reunião do Comitê Gestor de Parcerias Público Privadas - CGPPP, que autoriza a realização de Audiência Pública e Consulta Pública e prosseguir com o processo licitatório até a assinatura do contrato.

Coordenadoria de Transporte Coletivo. - Realizou análise de 238 Informações Técnicas, dentre elas de assuntos para subsídios à Assessoria Parlamentar sobre Projetos de Leis, Indicações e Ofícios dos Deputados, Prefeitos e Vereadores; aprovação de 97 estudos técnicos para alteração de caraterísticas operacionais de linhas intermunicipais, pertencentes às Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, além de relatórios de acompanhamento da demanda dos sistemas vinculados à Pasta; aplicação de 8.305 multas por infração a legislação dos transportes metropolitanos nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo; 6 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por ônibus e - 12 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo de Passageiros, de Interesse Metropolitano, sob Regime de Fretamento; elaboração de 59 resoluções entre outras atividades. Estudos em andamento sobre a concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo operação, conservação e manutenção. Inovação com a implantação da tecnologia "QRCode". Plano Piloto em andamento, com utilização dos bilhetes unitários codificados nas estações do sistema metroferroviário. Elaboração dos Estudos Técnicos relativos à criação da Associação de Apoio e Estudo da Bilhetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP, bem como do acompanhamento das providências daí decorrentes.

Coordenadoria de Relações Institucionais - Foram realizados trabalhos nas áreas, conforme suas atribuições legais: articulação institucional, comunicação, sistemas de informação e acessibilidade. Recepção e acompanhamento às empresas nacional e multinacional, interessadas na área de transporte público, dando atendimento nos assuntos técnicos, novos negócios e investimentos. Articulação no relacionamento da STM e suas empresas vinculadas, com as demais Secretarias de Estado, apresentando propostas e ações com relação a assuntos e projetos ligados ao transporte público. Participação na organização de eventos de início de obras, vistoria e entrega de linhas metroferroviárias. Participou da entrega de novos trens da CPTM, e de novos ônibus, controlados pela EMTU/SP, para a cidade de Guarulhos na Grande São Paulo e para a Região Metropolitana de Campinas. Presença na 73ª Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, na 26ª Semana de Tecnologia Metroferroviária, e na inauguração do Laboratório de Inovação do Metrô- Metrolab. Cooperou com as campanhas: Janeiro Branco de Saúde Mental, Semana Estadual de Mobilização contra o Aedes Aegypti, Prevenção à Violência contra Crianças e Adolescentes, Maio Amarelo, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha, Semana Nacional de Trânsito, Operação Chuvas de Verão, Limpa Brasil-Dia Mundial da Limpeza e do Dia Nacional do Doador de Órgãos. Coordenadoria de Relações Institucionais também foi designada pela STM, para 26 representações entre Conselhos, Câmaras Temáticas, Comitês e Grupos de estudos, com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas envolvendo áreas de transportes.

Assessoria Parlamentar - Durante o ano, a STM, através da Assessoria Parlamentar, recepcionou – encontros - presenciais e virtuais, com deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores, sociedade civil organizada entre outros segmentos, Participou efetivamente junto às Comissões Permanentes na ALESP- Assuntos Metropolitanos e Municipais, de Transportes e Comunicações, Fiscalização e Controle, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, no acompanhamento das discussões de assuntos relativos ao transporte. Respondeu a 257 demandas, entre projetos de lei, requerimentos de informação, indicação, moção e ofícios, prestando informação ao executivo e legislativo estadual e municipal.

SIC - O Serviço de Informação ao Cidadão respondeu a 181 pedidos de informação de cidadão sobre assuntos relativos à Pasta.

Ouvidoria - a Ouvidoria STM/EFCJ realizou 433 atendimentos aos cidadãos e para o sistema do Grupo de Relacionamento com a Sociedade - GRS, administrado pela Casa Civil, foram realizados 41 atendimentos.

Coordenadoria de Planejamento e Gestão - O núcleo de Planejamento Estratégico de Transporte, voltado à capacitação da STM, para a tomada de decisões e formulação de diretrizes para os projetos do GESP no setor de transporte metropolitano, deu seguimento a sua atuação na análise de propostas de expansão da malha metroferroviária da RMSP e de correção de riscos e deficiências identificados em seus nós e ligações. A avaliação das ações estratégicas da STM e suas empresas vinculadas resultou no desenvolvimento de estudos específicos cobrindo pesquisas de transporte, viabilidade de projetos e discussão de práticas tarifárias. Foram produzidos trabalhos e estudos contemplando propostas de intervenção, funcionalidades, impactos e interfaces, na extensão das Linhas 02-verde, 04-amarela, 05-lilás, 13-jade e 15-prata e de interconexão de linhas de alta capacidade nas Estações Água Branca, Higienópolis/Mackenzie, Lapa, Osasco, Palmeiras/Barra Funda, Pinheiros, Presidente Altino, Santo Amaro, São Joaquim, Tamanduateí, Vila Prudente, Jacu Pêssego. Procedeu-se também ao aperfeiçoamento do modelo de simulação de demanda da STM/CPG, VISUM, para capacitá-lo a projeções mais precisas, com o desenvolvimento e incorporação de algoritmos que representem o adensamento urbano na área de influência dos equipamentos de transporte de alta capacidade e a atratividade destes para usuários de outros modos. Foi mantido o acompanhamento da implantação dos empreendimentos prioritários da Secretaria dos Transportes Metropolitanos, realizado através de coleta de informações referente às obras com a participação e junto às empresas coligadas, resultando no Relatório de Acompanhamento das Obras da STM, que é atualizado mensalmente. Semestralmente são coletados dados das realizações e dados operacionais das empresas coligadas resultando no "Relatório Síntese de Realizações da STM". Foi dado seguimento ao processo licitatório que viabilizou em novembro a contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração do Plano Integrado de Transporte Urbano para a RMSP - PITU 2040. Desenvolvimento de estudos conjuntos para o estabelecimento de novo protocolo de intenções entre a República da França e o Estado de São Paulo, com particular interesse da STM na retomada e ampliação das ações de cooperação no setor de transportes urbanos. Emissão de pareceres técnicos diversos e subsídios à STM para respostas ao TCE, ao SIC, à Assessoria Parlamentar e à área de Imprensa, dentre outros; Representação da STM no grupo de trabalho coordenado pela SIMA – Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para elaboração do Plano sobre Mudanças Climáticas e Impactos das Ações de Mobilidade e representação também na Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico de São Paulo – CEZEE-SP. Representação da STM na Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Representação da STM no Comitê Gestor do Programa de Acompanhamento da Substituição de Frota por Alternativas Mais Limpas - COMFROTA-SP.

Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ. - De janeiro a outubro, o sistema metroviário transportou 635,1 milhões de passageiros. Em outubro o METRÔ transportou uma média de 1,81 milhões de usuários por dia útil - Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata e, incluindo a rede concedida - Linha 4-Amarela e 5-Lilás- transportou 2,49 milhões de usuários por dia útil. Enquanto que em fevereiro, o sistema transportou uma média de 5,08 milhões de usuários por dia util. A queda de demanda de passageiros foi impactada pelas ações de isolamento adotadas pelo Estado e Município devido à pandemia do Coronavírus. Quatro grandes empreendimentos estão em andamento ao mesmo tempo neste período: implantação da extensão da Linha 2-Verde Vila Prudente -exclusive, até Penha; a continuidade da Fase 2 da Linha 4-Amarela Luz - Vila Sônia; a continuidade da implantação do monotrilho da Linha 15-Prata Ipiranga – Jacu-Pêssego e a continuidade da implantação do trecho 1 do monotrilho da Linha 17-Ouro. Linha 2 – Verde: Trecho Vila Prudente-Dutra. Retomada a Implantação do Trecho Vila Prudente -exclusive- – Penha permanece suspensa a implantação do Trecho Penha - exclusive – Dutra. O empreendimento Trecho Vila Prudente – exclusive – Dutra está projetado para uma extensão operacional de 14,0 km, 1 Pátio de Manutenção, 13 estações e 35 trens adicionais, e ligará a estação Vila Prudente – exclusive, do Metrô ao município de Guarulhos e atenderá aos moradores dos bairros Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Manchester, Aricanduva, Penha e Tiquatira em São Paulo e Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos. São previstas conexões com a Linha 3– Vermelha do Metrô e Linha 11– Coral da CPTM - Estação Penha e na futura Linha 16 - Violeta do Metrô - Estação Anália Franco, com as Linhas 12–Safira e 13–Jade da CPTM - Estação Tiquatira e a futura Linha 19 - Celeste do Metrô - Estação Dutra. Evolução do empreendimento: Continuam os serviços de demolições e manutenção nas áreas que já possuem Imissão na Posse com regularização desses imóveis nos órgãos competentes; As Ordens de serviços para execução dos projetos executivos dos Lotes 2 a 6 foram emitidas em julho/2019 e do Lote 1 em outubro/2019; em definição a localização para instalação da fábrica de anéis dos túneis que serão escavados com a Tuneladora, em área lindeira ao Pátio Itaquera. Desapropriados 224 imóveis e demolidos 220 de um total de 227 imóveis necessários até Penha. Montagem dos canteiros e remanejamento de interferências em andamento. Supressão vegetal no Complexo Rapadura paralisada em agosto, por 90 dias, a pedido do Ministério Público. Em tratativas para esclarecimento e retomada. Finalizada a implantação de desvio de tráfego no Complexo Rapadura. Aguardando autorização da CETESB referente ao cumprimento das condicionantes da Licença de Instalação para início das obras. A demanda estimada para a operação comercial da Linha 2–Verde, Trecho Vila Madalena – Penha no ano de 2026 é 1.314.780 passageiros por dia útil. Quando em operação, a Linha Vila Madalena - Dutra terá uma demanda de 1.488.740 passageiros por dia útil estimada no ano de 2034. Linha 4– Amarela: Fase 2 - Trecho Luz - Vila Sônia**.** O empreendimento Fase 2 - Trecho Luz – Vila Sônia está projetado para uma extensão operacional de 12,8 km, com 11 estações, 1 Pátio de Manutenção e 29 trens. A implantação da Linha foi planejada em duas fases: Fase 1: Concluída em 2011, com 8,9 km operacionais, 6 estações em operação: Butantã, Pinheiros - integração com a Linha 9 da CPTM, Faria Lima, Paulista - integração com a Linha 2, República - integração com a Linha 3 e Luz- integração com a Linha 1 e com as linhas 7 e 11 da CPTM, além da entrega parcial de 1 Pátio de manutenção - Vila Sônia e 14 trens. Fase 2: Estação Fradique Coutinho concluída e em operação desde novembro/2014; Estação Higienópolis-Mackenzie concluída e em operação desde janeiro/2018; Estação Oscar Freire em operação, desde abril/2018; com o Acesso Jardins. O Acesso Clínicas iniciou a operação em julho/2019; Estação São Paulo-Morumbi concluída e em operação desde outubro/2018, com mais 2,5km operacionais; Complementação da frota de trens concluída, totalizando 29 trens; Pátio Vila Sônia – complementação, entregue à concessionária ViaQuatro em outubro/ 2019; em execução a implantação da Estação Vila Sônia, do Terminal de Ônibus Vila Sônia e do prolongamento da via permanente de 1,5 km em túnel. Evolução do empreendimento: As obras civis remanescentes das 4 estações da Fase 2, incluindo o prolongamento do túnel de via, foram paralisadas em 2015 e contratos rescindidos. Após realização de nova licitação, as obras foram retomadas em julho/2016. Para garantir a continuidade dos serviços e cumprimento das metas parciais e finais, foram ajustados os contratos para implantação dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares - escadas rolantes, elevadores, ventilação principal, etc.. Telecomunicações, Portas de Plataforma – PSD, Bloqueios e Sistema de Transmissão de Dados - STD e das Vias Permanentes para o Pátio Vila Sônia. Implantação das vias permanentes da Estação Vila Sônia e obras do prolongamento de 1,5 km em túnel de via foram contratadas em 2018. Meta de conclusão e entrega da Estação Vila Sônia para a Concessionária: maio/2021. Encerramento dos contratos com o BIRD – 2020. Terminal de Ônibus Vila Sônia: Obras civis: acabamento em execução; Sistemas: montagem de 5 escadas rolantes e 4 elevadores concluídos e em testes - pendente alimentação elétrica. Em execução de infraestrutura para iluminação, tomadas, detecção e alarme de incêndio e bandejamento. Estação Vila Sônia: Obra bruta da vala central concluída e acabamentos em execução - corpo da estação, acessos, salas técnicas e operacionais; Obra bruta do mergulhão de acesso dos ônibus ao terminal em execução: Montagem do bandejamento – infraestrutura para cabos; Montagem das estruturas metálicas e equipamento das Portas de Plataforma - PSD; Montagem dos bloqueios e de suas infraestruturas; 20 escadas rolantes em montagem elétrica, 3 elevadores em montagem e 1 elevador a ser entregue; Via permanente: trilhos implantados nas duas vias. Prolongamento Vila Sônia - Túneis: Via permanente: prosseguem as execuções das lajes flutuantes, desfile e fixação de trilhos e montagem dos aparelhos de mudança de via- AMVs; Instalação de corrimãos, suportes da passarela de serviço da rede de incêndio. Elaboração de planejamento Integrado do escopo METRÔ, contemplando as implementações de sistemas - auxiliares, telecomunicações, energia, bloqueios, portas de plataforma, via permanente e obra civil, visando o atendimento da meta estabelecida e mitigação de eventuais atrasos para entregas à CMCP / Concessionária. Túnel de conexão complementar entre as estações Consolação - Linha 2–Verde e Paulista -Linha 4-Amarela. Projeto Executivo das Obras Civis do Túnel de Ligação entre as Estações Consolação - Linha 2–Verde e Paulista - Linha 4–Amarela: o Consórcio T*TPC- Setec - Traveaux Publics et Industriels – TP,* concluiu os projetos executivos em agosto. Implantação das obras civis e sistema: em fase de elaboração do edital para licitação e contratação em 2021. Meta de implantação do túnel complementar: 2024. Linha 5 – Lilás: Trecho Largo Treze-Chácara Klabin. O empreendimento no Trecho Largo Treze – Chácara Klabin possui uma extensão operacional de 11,5 km, com 11 estações, 1 Pátio de Manutenção e 26 trens adicionais. Entregas realizadas neste trecho: Trecho Largo Treze - Estação Adolfo Pinheiro, com 1 estação, em operação comercial desde agosto/2014, ampliando a extensão operacional do Trecho Capão Redondo – Largo Treze de 8,4 km

para 9,3 km. Trecho Adolfo Pinheiro – Estação Brooklin, com 3 estações, 3,9 km operacionais, Alto da Boa Vista, Borba Gato e Brooklin inauguradas em setembro/2017 e estão em operação comercial desde novembro/2017. Trecho Brooklin – Eucaliptos -exclusive Campo Belo, com 1 estação, 2,9 km operacionais, inaugurada em março/2018 e está em operação comercial plena desde abril/2018. Trecho Eucaliptos – Moema, com 1 estação, 1,0 km operacional, inaugurada em abril/2018 e está em operação comercial plena desde agosto/2018. Trecho Moema – AACD-Servidor, 1,3 km operacionais, com 1 estação, inaugurada em agosto/2018 e está em operação comercial plena desde setembro/2018. Trecho AACD-Servidor – Chácara Klabin, 2,5 km operacionais, com 3 estações, Hospital São Paulo, Santa Cruz - interligação com a Linha 1–Azul e Chácara Klabin - interligação com a Linha 2–Verde, inauguradas em setembro/2018 e estão em operação comercial plena desde outubro/2018. Estação Campo Belo - interligação futura com a Linha 17–Ouro, inaugurada e em operação comercial plena desde abril/2019. Viaduto Santo Amaro -Estação Campo Belo, entregue em dezembro/2018. Material Rodante: a entrega dos 26 trens CAF foi concluída em novembro/2017. Instalados e testados os sistemas de Sinalização - CBTC e o sistema de Telecomunicação – SCMVD, de bordo. O total de 26 trens foi disponibilizado para a operação no Trecho Capão Redondo - Chácara Klabin desde maio/2018. Portas de Plataforma: instaladas e operando em 7 estações: Adolfo Pinheiro, Borba Gato, Brooklin, Eucaliptos, AACD-Servidor, Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin. Pátio Guido Caloi Edificações/Blocos - Obra Civil concluída. Concluídos os testes e comissionamento do Sistema de Sinalização e Controle - SSC. Próximas entregas: previsão de comissionamento de portas de plataforma:

Estações com PSD's em implantação

Estação	Quantidade de fachadas	Previsão de Comissionamento	Situação
Capão Redondo	2	2021	Em instalação
Largo Treze	2	2020	Em instalação
Alto da Boa Vista	2	2020	Em testes integrados
Campo Belo	2	2020	Em comissionamento
Moema	2	2020	Em testes integrados
Chácara Klabin	2	2020	Em instalação
Campo Limpo	2	2021	Em instalação
Vila das Belezas	2	2021	Em instalação
Giovanni Gronchi	2	2021	Em instalação
Santo Amaro	2	2021	Em instalação

Linha 15–Prata - monotrilho: Trecho Vila Prudente– Jardim Colonial. O empreendimento Trecho Vila Prudente – Jardim Colonial está projetado para uma extensão operacional de 14,6 km, 11 estações, 1 pátio de estacionamento e manutenção e 37 trens, utilizando o modal monotrilho. O sistema monotrilho é um transporte de média capacidade, que opera sobre pneus, em via elevada - entre 12 e 15 metros de altura, dependendo do trecho e utiliza tecnologia "Driverless" – sem operador de trem. Os veículos são equipados com câmeras no interior dos carros, gravação de imagens, passagem livre entre os carros e ar-condicionado. A Linha 15-Prata interliga com a Linha 2-Verde e com o Terminal Vila Prudente na estação Vila Prudente, com o Terminal Sapopemba/ Teotônio Vilela na estação Sapopemba e interliga com o Corredor Intermodal ABCD na estação São Mateus e vai interligar com a Linha 10 – Turquesa da CPTM - na futura estação Ipiranga do Metrô. A implantação do trecho Vila Prudente – Jardim Colonial está sendo realizada em duas etapas: A primeira etapa de implantação está dividida em dois trechos: Trecho Vila Prudente - Oratório, 2,3 km operacionais, 2 estações e um pátio de manutenção e estacionamento, em operação comercial desde agosto de 2015-horário parcial e operação em horário pleno-4h40min à 0h, desde outubro/2016; Trecho Oratório - São Mateus, com 10,5 km de extensão operacionais e 8 estações, sendo que o trecho das 4 estações São Lucas, Camilo Haddad, Vila Tolstói e Vila União, com 5,5km operacionais, iniciou a operação assistida em abril/2018-das 9h às 15h, a operação comercial parcial em dezembro/2018 e a operação comercial plena em janeiro/2019-das 4h40min à 0h. Em agosto/2019 foi inaugurada a Estação Jardim Planalto, estendendo para 6,6 km operacionais. As 3 estações restantes, Sapopemba, Fazenda da Juta e São Mateus, entraram em operação assistida em dezembro/2019 e operação comercial em janeiro/2020. A segunda etapa de implantação compreende o Trecho São Mateus - exclusive) – Jardim Colonial, com 1,8 km de extensão operacional e 1 estação - Jardim Colonial, cuja previsão de operação é 2021. Evolução do empreendimento: Concluído e entregue o Terminal de Ônibus Vila Prudente à SPTrans; Concluída a entrega em Jan/2017 dos 27 trens previstos para o Trecho Vila Prudente – São Mateus, dos quais 23 trens estão disponíveis para a operação comercial; Concluída a Subestação Primária São Lucas, que fornece energia para o trecho operacional desde outubro/2018; Concluído e entregue o Trecho Sapopemba – São Mateus em dezembro/2019 com 27 trens operacionais; Trecho São Mateus – Jardim Colonial: implantação da obra civil e sistemas em andamento. Metas de conclusão: Trecho São Mateus – Jardim Colonial - 1 estação: 2021. A demanda estimada para a operação comercial do trecho Vila Prudente - exclusive – Jardim Colonial é de 380.840 passageiros por dia útil. O Processo de concessão da Linha 15-Prata, cuja abertura das propostas ocorreu em março/2019, foi anulado judicialmente em novembro/2019. Conforme publicação no DJE de junho/2020, os autos foram remetidos à instância superior para apreciação da apelação. O Parecer da Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ, foi juntado ao processo em agosto/2020. O Processo está em análise pelo relator desde então e sem previsão para o julgamento. Linha 15–Prata: Trecho Ipiranga – Vila Prudente - exclusive e Trecho Jardim Colonial - exclusive – Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi**.** O empreendimento compreende dois trechos: Trecho Ipiranga – Vila Prudente – exclusive, está projetado uma extensão de implantação de 2,13 km, 01 estação - Ipiranga. Será implantado como prolongamento à oeste da Estação Vila Prudente. Trecho Jardim Colonial -exclusive – Jacu-Pêssego está projetado uma extensão de implantação de 3,12 km, 2 estações - Boa Esperança e Jacu-Pêssego e mais um pátio de estacionamento e manutenção - Ragueb Chohfi. Será implantado como prolongamento à leste da Estação Jardim Colonial. Evolução do empreendimento: Trecho Ipiranga – Vila Prudente – exclusive: Estação Ipiranga em elaboração o Projeto Executivo. Trecho de via em elaboração o Projeto Básico. Trecho Jardim Colonial – exclusive – Jacu-Pêssego e Pátio Ragueb Chohfi: Projeto básico das estações - Boa Esperança e Jacu-Pêssego e Pátio foram revisados. Áreas necessárias para início da implantação das estações e pátio estão desapropriadas. Meta de conclusão: 2024. A demanda estimada para a operação comercial dos trechos Ipiranga – Vila Prudente - exclusive e Trecho Jardim Colonial – exclusive – Jacu-Pêssego é de 484 mil passageiros, para o cenário 2025. Linha 16 - Violeta: Oscar Freire – Jardim Brasília. O empreendimento Linha 16 – Violeta: Oscar Freire – Jardim Brasília está em estudo e uma das alternativas em estudo prevê uma extensão operacional de 21,8 km, 1 Pátio de Manutenção, 21 estações e 30 trens. A Linha 16-Violeta se apresenta como alternativa ao traçado do trecho São-Joaquim-Cidade Líder, anteriormente proposto para extensão da Linha 6-Laranja, atendendo à população da zona leste de São Paulo. Em uma das alternativas em estudo, prevê conectar-se com a Linha 4-Amarela - estação Oscar Freire e seguirá paralelamente à Linha 2-Verde. Na futura estação Jardim Paulista integrará com a futura Linha 19-Celeste e na estação Paraíso com as linhas 1-Azul e 2-Verde. A seguir passará por regiões importantes como Aclimação, Vila Monumento, interligação com a Linhas 10-Turquesa da CPTM, passando por Alto da Mooca e seguirá em direção à futura estação Anália Franco, da Linha 2-Verde, passará por Vila Formosa e Vila Antonieta até Cidade Líder e sua estação terminal, no Jardim Brasília, já próximo de Artur Alvim. A demanda estimada para a operação comercial da linha é de 630 mil passageiros por dia útil estimada para o ano de 2034. Linha 17–Ouro- monotrilho: Trecho Jardim Aeroporto/ Congonhas – Morumbi. O empreendimento Trecho Jardim Aeroporto/Congonhas – Morumbi está projetado para uma extensão de 6,7 km operacionais, 1 pátio de estacionamento e manutenção, 8 estações e 14 trens, utilizando tecnologia monotrilho e interligará com a Linha 9 - Esmeralda da CPTM na estação Morumbi, com a Linha 5–Lilás do Metrô na Estação Campo Belo e com o Aeroporto de Congonhas na estação Congonhas. Evolução do empreendimento: Em maio/2019 foi publicado o Edital de Recontratação das obras civis remanescentes e em setembro foi selecionada a proposta-CONSTRAN INTERNACIONAL CONSTRUÇÕES SA, sendo assinado o contrato em janeiro/2020; o Contrato com a CONSTRAN foi suspenso judicialmente. Em julho/2020 ocorreu o Julgamento pelo Tribunal de Justiça de SP sobre o efeito suspensivo do Contrato de obras civis remanescentes culminando com a anulação do contrato com a CONSTRAN. Em agosto/2020 a contratação das obras civis remanescentes foi retomada com as demais proponentes. Em setembro/2020 foi publicado no DOE a habilitação e seleção da empresa COESA Engenharia Ltda. Em outubro/2020 o Consórcio Paulitec-Sacyr - terceira colocada, entrou com recurso administrativo contra a habilitação da COESA Engenharia Ltda. Em novembro foi publicado no DOE comunicado negando provimento ao recurso administrativo interposto pela licitante Paulitec-Sacyr e à representação interposta pela licitante CONSTRAN, ratificando-se a decisão divulgada em setembro. O contrato com a COESA foi assinado em 26/11/2020. Em julho/2019 foi publicado o Edital de Recontratação dos sistemas - sinalização, portas de plataforma, SCC e material rodante e em fevereiro/2020 foi selecionada a proposta e assinado o contrato em abril/2020 com o Consórcio BYD SYRAIL São Paulo; Em maio/2020 foram assinadas as Ordens de Serviços - OS's, do contrato de Sistemas e da fabricação de trens - Consórcio BYD SYRAIL São Paulo; Ainda em maio/2020 a proponente Signalling obteve mandado de segurança de suspensão do contrato assinado com o Consórcio BYD SYRAIL São Paulo. Setembro/2020 - Julgamento pelo TJSP derrubou a liminar que paralisava o contrato e determinou a retomada imediata dos serviços. Outubro/2020 - Retomada do contrato de sistemas e material rodante com o Consórcio BYD SYRAIL São Paulo. Cronograma para retomada dos serviços em reprogramação em virtude de longo período de paralisação por determinação judicial. Em outubro/2019 foi assinado o empréstimo de U$ 296 milhões - cerca de R$ 1,2 bilhão, com o CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina. Metas de Conclusão: Previsão de entrega do Trecho 1 Jardim Aeroporto - Congonhas – Morumbi para o Consórcio Via Mobilidade para 2023. A demanda estimada para a operação comercial do trecho 1 é de 165.220 passageiros por dia útil, para o cenário de 2023. Linha 19-Celeste: Trecho Anhangabaú – Bosque Maia - Guarulhos. O Empreendimento Trecho Estação Anhangabaú – Estação Bosque Maia está projetado para uma extensão operacional 15,8 Km, 15 estações, 1 Pátio de estacionamento e manutenção Vila Medeiros, Estacionamentos Bosque Maia, Catumbi e Bixiga, 19 Poços de ventilação e Saída de emergência – VSE e 2 Subestações Primárias. Engloba o atendimento ao Município de Guarulhos - segundo município mais populoso do Estado de São Paulo, além dos bairros de Vila Medeiros, Vila Maria e Pari, ligando-os ao centro de São Paulo. São Previstas Conexões com a Linha 3-Vermelha - Estação Anhangabaú, do Metrô, Linha 1-Azul - Estação São Bento e Linha 2-Verde - Estação Dutra e com a CPTM na Linha 10- Turquesa - Estação Pari e 11-Coral -Estação Pari. Evolução do Empreendimento: Projeto Funcional da Linha 19-Celeste aprovado em Reunião de Diretoria em agosto/2019. Revisão do EIA- RIMA para o trecho Anhangabaú-Bosque Maia concluída em janeiro/2020. Protocolização do pedido da Licença Prévia depende de emissão de certidões municipais de São Paulo - obtida em junho/2020 e de Guarulhos - pendente. Assinado o contrato para Mapeamento e cadastro de instalações de redes públicas das concessionárias, permissionárias e órgãos públicos municipais em 2019. Investigações Geotécnicas, Sondagens, e Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral do sistema viário e alinhamento predial, estão com processo licitatório em andamento. Projeto Básico - Civil e Sistemas, está em fase de valoração e será implementado contemplando modelagem em BIM. Edital publicado em fevereiro/2020. Sessão pública de recebimento de documentos e propostas realizada em abril/2020. Publicado no DOE em maio/2020 o adiamento da sessão de abertura das propostas. Em cumprimento à decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo o processo licitatório foi suspenso. Republicação do edital prevista para fevereiro/2021; Julgamento pelo TCE realizado em agosto/2020, anulou o Edital por conta da complexidade da licitação que torna mandatório o critério de seleção por técnica e preço. Metrô deverá fazer nova licitação. Em setembro/2020, o SINAENCO, ingressou com pedido de reconsideração da decisão do TCE sobre o parcelamento do objeto do certame. Desde então o processo está aguardando apreciação do Ministério Público de Contas – MPC, órgão do Ministério Público que atua junto aos processos do TCE. Metas de Conclusão: Previsão de entrega do Trecho Pari – Jardim Julieta para 2028. Previsão de entrega do Trecho Anhangabaú – Bosque Maia – Guarulhos, para 2029. A demanda estimada para a operação comercial do trecho Anhangabaú – Bosque Maia – Guarulhos é de 580.470 passageiros por dia útil, para o cenário de 2029. Linha 20- Rosa: Santa Marina – Santo André e interligação com a Linha 2-Verde em Cerro Corá. A Linha 20-Rosa: Santa Marina– Santo André será subterrânea, tendo como função interligar as linhas da rede metroferroviária. Conexões previstas nas estações: Santa Marina - conexão com a Linha 6-Laranja do Metrô; Lapa - conexões com a Linha 7-Rubi e 8-Diamante da CPTM; Cerro Corá –"conexão com a estação Vila Madalena da Linha 2-Verde; Faria Lima -conexão com a estação Faria Lima da Linha 4-Amarela; Rebouças - conexão com a Linha 22-Bordô- Juscelino Kubistchek - conexão com a Linha 19-Celeste; Moema - conexão com a Linha 5-Lilás da Via Mobilidade; São Judas - conexão com a Linha 1-Azul do Metrô; Afonsina -conexão com o BRT da EMTU e Santo André - conexão com a Linha 10-Turquesa da CPTM e com o corredor São Mateus / Jabaquara da EMTU. A Linha 20-Rosa contará com 30,2 km de extensão, 25 estações e 2 pátios e deverá atender 1.782.940 milhão de passageiros por dia útil, cenário para 2039. Evolução do Empreendimento: O Anteprojeto de Engenharia/Projeto Funcional: O Edital foi publicado em junho/2020, com recebimento de propostas realizado julho/2020, com a participação de 10 empresas. A documentação de habilitação da projetista com a melhor nota foi aprovada. O valor proposto foi considerado inexequível. Os esclarecimentos apresentados pela proponente, foram analisados pela área técnica, considerados satisfatórios para comprovar a exequibilidade técnica da proposta. O aviso de Seleção da empresa GPO Geocompany Geotec foi publicada em agosto/2020 e a interposição de recurso por parte do Consórcio Systra/EBEI/Juris em setembro/2020. O consórcio GPO GEOCOMPANHY GEOTEC -1ºcolocado

- enviou as contrarrazões, que também foram analisadas pela área jurídica do Metrô. Em setembro/2020, a área jurídica emitiu o parecer de análise e manifestação pelo não provimento do recurso impetrado pelo CONSÓRCIO SYSTRA EBEI JURIS L20. Em outubro/2020, o Consórcio Systra/EBEI/Juris entrou com um Mandado de Segurança, questionando os critérios utilizados pelo Metrô para apuração da exequibilidade da proposta oferecida pelo Consórcio GPO-GEOCOMPANY-GEOTEC e o pedido de liminar foi indeferido. A vencedora foi convocada para assinar o contrato e apresentar os currículos para análise. Previsão de assinatura do contrato em dezembro/2020. Investigações Geotécnicas: O edital e aviso assinados, publicação no DOE em agosto/2020, com sessão pública de recebimento de propostas realizada em setembro/2020, com a participação de 3 empresas. O melhor preço foi dado pelo Consórcio EPT-RECONVERTE, após etapa de lances; Documentos de habilitação foram para análise na área técnica em outubro/2020. Previsão de assinatura de contrato para dezembro/2020. Prazo de execução de 8 meses. Modernização dos Sistemas de Sinalização e Controle nas Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha do Metrô SP. -Benefícios: Possibilitar a inserção de mais trens nas linhas 1, 2 e 3 de forma a reduzir o intervalo entre trens para proporcionar mais conforto aos usuários e aumentar a oferta de lugares: aumentar a velocidade média dos trens nas linhas, reduzindo o tempo de viagem, reduzir a energia consumida pelos trens em função de controle mais efetivo de sua movimentação. Os sistemas de telecomunicações viabilizarão comunicações audiovisuais precisas em tempo real de forma que qualquer anomalia, emergência ou avisos institucionais poderão ser difundidos imediatamente aos usuários e funcionários, além de maior eficiência e segurança nas comunicações de dados para todos os sistemas. Os sistemas de Sinalização - CBTC - "*Communication Based Train Control*" e Controle estão em implantação cuja assinatura do Contrato se deu em julho/2008. O escopo deste contrato consiste em implantar: a sinalização com a tecnologia CBTC; o Sistema de transmissão digital utilizando fibras ópticas; o sistema de transmissão em tempo real de imagens das câmeras internas do trem para o CCO – Centro de Controle Operacional e das estações para o trem e painéis multimídia para informar as horas e as mensagens operacionais e institucionais. Evolução do sistema: Em fevereiro/2016 o contrato com a Alstom foi repactuado e foi retomada a implantação dos serviços de fabricação e instalação dos equipamentos nas Linhas 1, 2 e 3. 2018, 2019 e 2020 a implantação destes sistemas teve continuidade com a evolução na fabricação e instalação dos equipamentos para as Linhas 1-Azul, 2-Verde e 3-Vermelha; Novembro/2019, iniciados os testes da versão final do software do sistema de sinalização -CBTC, com a realização da "Operação Branca" -trem sem passageiros; Março/2020: Operação das Portas de Plataforma da Estação Vila Madalena da Linha 2-Verde e Operação comercial da versão definitiva do sistema de sinalização - CBTC no trecho Vila Madalena – Vila Prudente da Linha 2-Verde. Metas: Operação com o sistema de sinalização CBTC: Linha 1-Azul: fevereiro/2021. Linha 3-Vermelha: julho/2021. Portas de Plataforma – Linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha. A fabricação e a implantação das Portas de Plataforma de 36 estações -88 fachadas, para as linhas 1, 2 e 3, foram contratadas com o propósito de diminuir os atrasos, reduzir o risco de suicídio, quedas de pessoas e objetos, usuários na via e incêndio causados por lixo na via, otimizar o fluxo de passageiros, partir sem ferir passageiros que ainda estão na plataforma e possibilitar velocidade maior na região da plataforma. Evolução da implantação: Em junho/2019, assinado o contrato com o Consórcio Kobra e iniciadas as vistorias *"in loco*" nas estações. Em fevereiro/2020 o Contrato Consórcio Kobra foi suspenso judicialmente devido a Acórdão emitido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em função de recurso interposto pelas proponentes Consórcio PSD-SP - MPE Engenharia e Serviços S.A. e Zhuzhou Crrc Times Eletric Co., LTD. e Consórcio Telar/Serveng/Dongwoo, questionando os critérios adotados na fase de habilitação. Em abril/2020 foi atribuído o efeito suspensivo a esta apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo que o contrato foi retomado na mesma data. Em maio/2020: Contrato novamente suspenso judicialmente pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça. Em junho e setembro/2020 recursos foram negados, mantendo a decisão de aguardo do julgamento. Em razão da suspensão do contrato com o Consórcio Kobra pelo STJ em fevereiro e maio/2020, as metas estabelecidas estão comprometidas e deverão ser reprogramadas após a retomada das atividades - sem previsão. Em novembro/2020, portas de plataforma das estações Tucuruvi e Jabaquara na Linha 1-Azul e das estações Palmeiras-Barra Funda e Corinthians-Itaquera na Linha 3-Vermelha - Contrato Alstom, estão em inspeção. Ações de prevenção ao Coronavírus: Em 14/3/2020 foi constituído o Comitê de Prevenção ao Coronavírus, para coordenar e monitorar as ações de controle e prevenção relacionadas à COVID-19, com representantes de todas as diretorias e da presidência do Metrô. Desde então foram suspensos temporariamente treinamentos e atividades presenciais, determinado o afastamento de empregados em grupos de risco, estabelecido o atendimento remoto, o teletrabalho, o uso de equipamentos de proteção individual, higienização, medição de temperatura, ações específicas de limpeza nas estações e nos trens, além de comunicação visual e sonora com os usuários visando o incentivar distanciamento social e demais cuidados. Um sistema piloto de medição de temperatura – desenvolvido por metroviários - foi implantado pelos profissionais do Centro de Controle Operacional - CCO, utilizando recursos termográficos aplicados à manutenção do Metrô. Os equipamentos existentes foram reconfigurados para possibilitar a medição de temperatura do corpo humano. Todas as medidas implantadas pela Companhia foram baseadas em orientações técnicas de órgãos oficiais. Os equipamentos adquiridos pelo Metrô são aprovados pela Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e similares aos equipamentos utilizados em locais públicos.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM - Até outubro, as sete linhas da CPTM, 7 - Rubi - Luz - Francisco Morato – Jundiaí, 8 - Diamante - Júlio Prestes – Itapevi - Amador Bueno, 9 - Esmeralda - Osasco - Grajaú, 10 - Turquesa - Luz - Rio Grande da Serra, 11 - Coral - Luz – Estudantes, 12 - Safira - Brás - Calmon Viana e 13 – Jade - Eng. Goulart – Aeroporto Guarulhos, transportaram 414 milhões de passageiros. Em outubro/2020 a CPTM transportou uma média de 1,69 milhões de usuários por dia útil. Apesar da redução significativa de passageiros transportados por conta da pandemia do COVID-19, prosseguiram-se as obras de infraestrutura, contemplando sinalização, energia, além da modernização de estações, renovação da frota de trens e expansão do sistema. Destas intervenções, algumas foram eleitas pelo GESP como Projetos Prioritários. *Projetos Prioritários* -Extensão da Linha 9 - Esmeralda entre Grajaú e Varginha. A Extensão da Linha 9 - Esmeralda é um dos projetos prioritários em execução pela CPTM. O empreendimento entre Grajaú – Varginha, com 4,5 Km de extensão, contará com duas novas estações, Mendes – Vila Natal e Varginha. Também, o empreendimento contará com obras de via permanente, rede aérea, construção de 4 viadutos rodoviários, 3 viadutos ferroviários, 1 terminal de ônibus, 2 passagens inferiores de pedestres, 1 passarela, 2 bicicletários, 1 novo Pátio Varginha, remodelação do Pátio Grajaú, além das implantações dos sistemas de energia, sinalização e telecomunicações. As obras civis foram contratadas em dois lotes. O lote 1, entre as estações Grajaú e Mendes – Vila Natal, possui 2,5 Km de via permanente e rede aérea e está em estágio avançado de obras, com a estação Mendes – Vila Natal em fase de acabamento. Já as obras civis do lote 2, entre as estações Mendes – Vila Natal e Varginha foram reiniciadas em janeiro/2020. A estação Varginha será integrada futuramente a um terminal de ônibus, a ser implantado pela CPTM. O terminal de ônibus, que está em fase de projetos e preparação da futura contratação, terá uma passarela de interligação com a Estação Varginha. Serão 10.000 m², com 500 metros de plataformas para embarque e desembarque, além de itens de acessibilidade e escadas rolantes. A demanda do novo terminal é estimada em 30 mil passageiros por dia. Os Viadutos Rodoviários também foram divididos em dois lotes. O lote 1, contemplando os Viadutos Micronésia e Jacopo Torriti está em fase avançada de obras. No lote 2, que está em fase de contratação, serão construídos os Viadutos Leste/Oeste e Paulo Guilguer Reimberg. As implantações dos sistemas energia, sinalização e telecomunicações estão em estágio evoluído de obras. As obras das subestações bem como as obras de implantação da linha de transmissão 34,5kV de energia tiveram grande avanço 2020. As subestações Cidade Dutra e Mendes e a linha de transmissão estão em fase final de implantação. A Extensão da Linha 9-Esmeralda será concluída em etapas. A previsão de operação da futura estação Mendes-Vila Natal é em 2021, e da futura estação Varginha em 2022. Após a ampliação de 4,5 km entre Grajaú e Varginha, a projeção é que sejam acrescentados à linha 110 mil usuários atendidos pelo futuro trecho. Linha 13 – Região Central. O principal objetivo deste projeto é proporcionar a ligação direta entre o Aeroporto de Guarulhos e o Terminal Rodoviário localizado na estação Barra Funda, onde operam linhas da CPTM e do METRÔ, bem como aumentar a oferta de lugares da Linha 13 – Jade. Para esse trajeto será utilizada a malha ferroviária existente das Linhas 11 – Coral e 12 – Safira, sendo necessário promover intervenções em estações, via permanente, rede aérea, sistemas de energia e sistemas de sinalização, que auxiliem a operação da Linha 13 – Jade -e seus serviços especiais, capacitando-a para operar conjuntamente às Linhas 11 e 12 da CPTM. Foram executados serviços preliminares como topografia, sondagem e levantamento a laser para início do projeto. As intervenções do empreendimento estão em fases diferentes de projetos, algumas em fase de contratação e outras com projetos em elaboração. A obras terão início em 2021. Estações: Linha 7 – Rubi: Estação Francisco Morato: Inauguração da nova estação Francisco Morato em agosto/2020. São 6 mil metros quadrados de área construída, três plataformas e totalmente acessível. A nova estação tem cinco escadas rolantes, três elevadores, dois acessos externos, dois túneis sob a via férrea para a circulação de passageiros e está localizada ao lado do terminal de ônibus do município. Estação Luz: Obras de arquitetura e restauro na estação Luz, incluindo a instalação de elementos de comunicação visual, mobiliário e sonorização em estágio avançado de obras. Também estão em fase final de obras o restauro do prédio da caixa d'água e o restauro do prédio administrativo. Em julho/2020 foram iniciadas as obras de restauro da fachada da estação – lado da Rua Mauá. Estação Jundiaí: Início das obras civis para restauro da cobertura, intervenções nas salas operacionais e remanejamento - Rede Aérea, Elétrica e Telecom, na Estação Jundiaí. Por se tratar de uma edificação tombada, o projeto executivo integral foi submetido à análise dos órgãos de preservação, tendo aprovação do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16/10/2019, e a aprovação do COMPAC – Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Jundiaí publicada na Imprensa Oficial do Município de Jundiaí em 4/10/2019. Linha 11 – Coral: Estação Suzano: Conclusão das obras da segunda fase da estação Suzano em abril/2020. Foram concluídos os serviços de obras civis e instalações elétricas no mezanino e plataformas. Acessibilidade: até outubro/2020 foram concluídas as obras para adequação de acessibilidade em mais 3 estações da CPTM: Caieiras e Luz na Linha 7 e Antônio Gianetti Neto na Linha 11. As estações Várzea Paulista -Linha 7 e Guapituba - Linha 10, estão com as obras de acessibilidade em fase final de execução, com previsão de conclusão até o final de 2020. Seis estações da CPTM estão em fase de licitação, com previsão de início de obras para adequação de acessibilidade no 1º semestre de 2021, a saber: São Caetano do Sul, Utinga, Prefeito Saladino e Capuava na Linha 10 e Engenheiro Manoel Feio e Aracaré na Linha 12. A CPTM trabalha para adequar suas dependências às normas vigentes de acessibilidade. Das 94 estações, 69 já possuem condições de acesso às pessoas com deficiência ou restrição de mobilidade. Algumas estações estão em obras, outras em fase de projetos, para que todas tenham itens de acessibilidade normativos. Além disso, as novas estações já são projetadas para serem totalmente acessíveis. Estação João Dias: Em janeiro/2020 foi emitida a Licença de Instalação da futura Estação João Dias. Com a concessão do documento, as obras da primeira estação da companhia que será construída pela iniciativa privada foram liberadas. As obras tiveram início em março/2020. A futura Estação João Dias, que fará parte da Linha 9-Esmeralda da CPTM, localizada entre as estações Santo Amaro e Granja Julieta, são gerenciadas pela Brookfield Properties, empresa do Grupo Brookfield. A construção está a cargo da Construtora Telar, por meio de um contrato firmado entre as duas empresas. Após a conclusão das obras, a estação será doada ao Governo do Estado de São Paulo, e a CPTM será responsável pela operação e manutenção do local. A nova estação contará com edifício principal, passarela de acesso à plataforma central e terá escadas rolantes, fixas e elevadores, garantindo acessibilidade a todos. O prazo previsto de execução da obra é de 31 meses. A demanda estimada é de cerca de 10,5 mil usuários por dia útil. Sistemas de Energia e Sinalização Energia: Conclusão da implantação da Subestação Patriarca reformada na Linha 11; Conclusão da implantação da nova Subestação Dom Bosco na Linha 11; Conclusão da implantação da Linha de Distribuição 34,5 Kv no trecho de Patriarca a Dom Bosco na Linha 11; Em fase final de obras a reforma de duas Cabines Seccionadoras na Linha 11: Brás e Vila Matilde; Em fase final de obras para a implantação da Linha de Distribuição 34,5 Kv no Trecho de Dom Bosco a Guaianases na Linha 11; Retomada das obras de implantação de Energia na Linha12; Conclusão da implantação do Telecontrole de Energia na Linha 13; Sinalização: Início da implantação de novos intertravamentos no trecho TAT – CVN na Linha 12; Em andamento a implantação do Sistema de Sinalização CBTC - *Communications Based Train Control*, na Linha 10. Complexos de Manutenção. Com o objetivo de aumentar a capacidade de atendimento das instalações de apoio à operação, como pátios, e à manutenção, como abrigos e oficinas, foram definidas cinco ações prioritárias: Estacionamento de Trens – Mauá - Pátio Norte: Promover adequações para o estacionamento de trens; Estacionamento de Trens – Manoel Feio: Obras de adequação; Estacionamento de Trens – Guaianases: Obras de adequação; Cabo Vida – Lavadores: Implantação de Linhas de Vida para atividades em altura, promovendo adequação das estruturas à NR-35; Abrigo Engenheiro São Paulo: Concluir obras iniciadas. As intervenções dos projetos estão em fases distintas, exceto as obras do Abrigo Engenheiro São Paulo, as demais estão previstas para iniciarem em 2021.Além dos projetos prioritários destacam-se Novos Trens da Linha 13 – Jade. No total, 8 novos trens, fabricados na China, foram adquiridos através do Governo do Estado. Os principais diferenciais dessa frota, chamada 2500, são o bagageiro para malas pequenas localizado acima dos assentos, e o espaço específico para malas grandes. Os trens possuem tecnologia de ponta para oferecer o máximo de conforto para os passageiros, além de serem acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência. Até outubro/2020 foram entregues dois trens para operação comercial na Linha 13. A previsão é que até o início de 2021 todos os trens estejam operando até o Aeroporto Internacional de Guarulhos. Expresso Turístico: Com saídas aos sábados, domingos e feriados da Estação da Luz para os destinos Jundiaí, Mogi das Cruzes e Paranapiacaba, o transporte ferroviário de turismo regional iniciou-se em abril/2009, com a primeira viagem para Jundiaí, seguiram-se Mogi das Cruzes - junho/2009 e Paranapiacaba - agosto/2010. Desde então, até outubro/2020 foram realizadas 1.078 viagens, que atenderam cerca

de 161,5 mil turistas, com ocupação. A média de lugares por destino: Paranapiacaba -99,41% - melhor marca do ano em janeiro com 100% dos lugares ocupados, Jundiaí – 97,67% - melhor marca do ano em janeiro com 100% dos lugares ocupados e Mogi das Cruzes – 37,79%. Cabe destacar que em virtude da pandemia do COVID-19, as viagens foram suspensas na segunda quinzena de março/2020. Ações de prevenção ao Coronavírus: Sobre as medidas de prevenção à COVID-19, segue resumo de algumas das ações da CPTM. Em março/2020, foi instituído o Comitê de Controle e Prevenção COVID-19, para coordenar e monitorar as ações de controle e prevenção relacionadas à COVID-19. Por meio desse comitê foram elaborados diversos boletins para as diretrizes de atuação durante a pandemia, bem como a elaboração de cartilhas para a retomada consciente. Além de intensificar a limpeza nas estações e nos trens, foram realizadas campanhas de distribuição de máscara para colaboradores e passageiros na companhia. Foi elaborado um Programa Emergencial de Redução de Custos, com a revisão de contratos, revisão da folha de pagamentos e implantação de Home Office.

Empresa Metropolitana De Transportes Urbanos De São Paulo – EMTU - A área de atuação da EMTU/SP é formada pelas cinco regiões metropolitanas existentes no Estado: Região Metropolitana de São Paulo – RMSP Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS, Região Metropolitana de Campinas – RMC, Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVP e Região Metropolitana de Sorocaba - RMS. Essas cinco regiões metropolitanas somam 134 municípios, com uma população estimada de 31,5 milhões de habitantes - estimativa IBGE, 2019. Com uma frota de 6.100 ônibus, operados por meio de concessões e/ou permissões, foram transportados, de janeiro a setembro/2020 mais de 284 milhões de passageiros, uma média de 1,32 milhões passageiros por dia útil. Concessão RMSP: Publicada resolução STM instituindo GT para continuidade do processo de Licitação, tendo em vista as recomendações do TCE. Atualmente o processo encontra-se em fase de conclusão para publicação do edital. Concessão RMBS: Desde junho/2015, o sistema metropolitano da RMBS está concedido para a Empresa BR Mobilidade Baixada Santista S/A - SPE. Concessão RMVPLN: Publicada resolução STM instituindo GT para elaboração de edital e está sendo inserida na Plataforma Digital de Parcerias do Governo, dentro do Programa Estadual de Concessões e Programa de Parcerias Público - Privadas. Corredor Metropolitano ABD -São Mateus – Jabaquara e Extensão Diadema - São Paulo -Morumbi. Concessão Metra: Desde maio/1997, o Corredor Metropolitano São Mateus-Jabaquara - Corredor ABD- está concedido para a Empresa Metra – Sistema Metropolitano de Transportes por um período de 25 anos. O corredor ABD possui 45 km de extensão, incluindo o trecho Diadema-Morumbi, sendo 33 km eletrificados -rede aérea- para uso exclusivo de trólebus e ônibus gerenciados pela EMTU. A frota total é composta de 100 veículos elétricos -85 trólebus, 15 híbridos e 158 movidos a diesel. Conta com 12 linhas que atendem nove terminais metropolitanos, conectando o extremo leste de São Paulo as cidades de Santo André, Mauá, São Bernardo do Campo e Diadema. O Corredor possui conexão com sistema de alta capacidade nos terminais Jabaquara - Linha 1-Azul do Metrô, Santo André Oeste e Leste - Linha 10-Turquesa da CPTM e São Mateus -Linha 15-Prata Monotrilho do Metrô, além de integrar com as linhas municipais em todos os terminais. Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares-Noroeste. Extensão Nova Odessa – Americana - Santa Bárbara D´Oeste - 24,3 km - Conclusão do Corredor em dezembro/2018. Da extensão total, 13,6 Km são em faixas exclusivas e 10,7 km de viário compartilhado. Possui 13 Estações de Embarque e Desembarque e 4 Estações de Transferências. Também foram entregues o Viaduto no Complexo Viário Astrônomo Jean Nicolini em Nova Odessa e a ponte sobre o Ribeirão dos Toledos em Santa Bárbara d'Oeste. O Termo de Recebimento Provisório referente ao contrato 003/2017, foi emitido em janeiro de 2019 indicando pendências a serem sanadas pelo contratado. Com a rescisão do Contrato 016/2018, a instalação de estrutura metálica e brises nos Terminais de Americana e Santa Bárbara será objeto de novo processo de contratação a partir de 2021. Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas -4,8 km – Neste trecho as obras foram retomadas com nova contratação em março/2018 estando em execução o novo trecho viário após a ponte estaiada de Hortolândia e 5 Estações de Embarque e Desembarque no trecho. A Licença de Instalação foi obtida em junho/2019 e a ordem de serviço em julho/2019. Até agosto/2020 foram executados o equivalente a 85% do contrato físico. A Previsão de entrega do trecho está prevista para o primeiro trimestre de 2021. Variante Sumaré-Hortolândia -7,6 km - Ligação das Avenidas Rebouças -Sumaré e Olívio Franceschini -Hortolândia: construção de seis pontes e do viaduto sobre a linha férrea e Ribeirão Quilombo, além da construção do Terminal Multimodal de Sumaré. A contratação para a continuidade do Projeto Executivo foi reprogramada para 2023. Foi assinado o contrato 004/2020 para elaboração do projeto de restauração ecológica, diagnóstico ambiental, projeto de educação ambiental, plano de plantio, manutenção e manutenção e monitoramento de espécies arbóreas para atender ao TCRA nº 45.472 de 2018, com início da execução prevista para 2021 até 2026. Para 2021 está previsto o desenvolvimento do projeto executivo e início do processo de licenciamento ambiental necessários para implantação deste trecho do corredor, cuja construção deverá ter início em 2023. Corredor Guarulhos - São Paulo. O Corredor Guarulhos – São Paulo atualmente está em operação o trecho de 12,3 km entre os bairros Taboão e Vila Galvão, em Guarulhos, sendo 9,6 km de faixa exclusiva para ônibus. Falta a conclusão de implantação de 2,2 km de corredor entre as paradas IV Centenário e Vila Augusta, além da Parada Gopoúva, previstos para terem início em 2021. Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô-4,5 km - Projeto Funcional do trecho concluído, porém deverá ser revisto para inclusão de ciclovia ao longo do traçado visando adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo. Sistema Integrado Metropolitano/Veículo Leve sobre Trilhos SIM/VLT. Atualmente encontra-se em operação o trecho do VLT Geraldo Volpe da Baixada Santista entre Barreiros, em São Vicente, e o Porto de Santos, incluindo 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente. Possui ainda pátio de estacionamento e manobras localizado no Terminal Barreiros para seis VLTs, bicicletário para 100 unidades, além do edifício de apoio que possui sala administrativa e banheiros para o uso dos condutores. De janeiro a agosto/2020 o VLT transportou mais de 3,6 milhões de passageiros, uma média de mais de 452 mil passageiros por mês. Material Rodante – Desde 2018, 22 VLTs fazem a operação do sistema. Sistemas de Portas de Plataforma – Todas as 15 estações do trecho Barreiros-Porto contam com o Sistema de Portas PPlataforma-PSD, proporcionando maior segurança aos usuários e reduzindo evasão de receita. Horário – O horário de operação permanece das 5h30 às 23h30. Em 2019 o *headway* no horário de pico, era de 7 minutos e fora do pico o intervalo era de 12 minutos. Porém em 2020, com o advento da pandemia e a consequente queda da demanda, a tabela horária de partidas teve de ser ajustada e o intervalo entre partidas no horário de pico está em 10 minutos e fora do pico em 15 minutos. Trecho Conselheiro Nébias – Valongo-8 km - O Governo do Estado autorizou em 24/9/2020 o início das obras da segunda etapa do Veículo Leve Sobre Trilhos -VLT, entre a Avenida Conselheiro Nébias e o Terminal Valongo, em Santos, com previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2023. O novo trecho terá investimento de R$ 217,7 milhões do Governo do Estado e capacidade para transportar até 35 mil passageiros por dia. Esta fase terá 8 km de extensão, 14 estações com acessibilidade, duas pontes, via permanente, quatro subestações de energia, sistema de rede aérea, sinalização viária e urbanização. A Licença Ambiental Prévia foi aprovada em outubro/2017 e o Projeto Executivo foi concluído em março/2018. Em 15 de setembro foi emitida a Licença Instalação nº2648 e assim iniciadas as obras desse trecho mediante o contrato 001/2020 com previsão de término em 2023, quando se prevê também a obtenção da Licença Operação. Trecho Barreiros – Samaritá - em São Vicente - Projeto Básico concluído em 2018 bem como os Estudos e Licenças Ambientais. Este trecho com 7,5 km inclui a construção de 1 Terminal, 1 Pátio de Manobras e 3 Estações. A contratação do projeto executivo está prevista para 2021 e o início de obras em 2023 com término em 2025. O licenciamento ambiental está em andamento sob o contrato nº 003/2019, com previsão de conclusão em 2022 com a obtenção da Licença de Instalação. O Projeto Executivo da Ponte dos Barreiros que envolveu laudos de inspeção do IPT foi concluído e as obras de implantação da nova ponte deverá ter início em 2021 com previsão de término em 2023. Corredor Metropolitano Itapevi – São Paulo. Trecho Itapevi – Jandira -5 km. Concluído no 1º semestre/2018, o trecho de novo viário e faixa compartilhada inclui a Estação de Transferência Itapevi, 7 Estações de Embarque e Desembarque, viaduto sobre a Rua Ameríndia e passarela sobre a via férrea. Trecho Jandira – Terminal Carapicuíba -8,8 km- Obra do trecho de 8,8 km de viário concluída, com 9 Estações de Embarque e Desembarque e o Terminal Metropolitano de Carapicuíba. A Estação de Transferência Barueri aguarda aprovação do novo projeto pela prefeitura de Barueri. Trecho Terminal Carapicuíba – Osasco km 21 -2,2 km –Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso -km 21 Osasco, em operação, atendendo 52 linhas sendo 40 metropolitanas. As obras remanescentes deste trecho viário, permanece aguardando a liberação de área ocupada às margens da ferrovia da Linha 8 da CPTM por parte da prefeitura, para obtenção da Licença de Instalação -LI. Trecho Km21 Osasco – Terminal Vila Yara - Osasco - 6,7 km –Obra de reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar –V. Yara, em Osasco finaliza em 2020. O projeto executivo para o trecho viário está concluído e as obras de implantação e a desapropriação, aguardam liberação de recursos financeiros. Inovação e Parcerias. A Assessoria de Inovação e Parcerias teve novas atribuições incorporadas às suas atividades, passando a chamar "Assessoria de Novos Negócios, Parcerias e Inovação", subordinada à Diretoria Operacional. Apesar do ano atípico, em razão da Pandemia da Covid-19, foram realizadas duas novas licitações de espaços comerciais nos Terminais Metropolitanos de Ônibus do Corredor ABD e os contratos foram assinados. Um deles teve início em novembro, enquanto o outro está em aprovação de projetos e documentos. As demais atividades pertinentes a Novos Negócios, estão em desenvolvimento, como a atualização do Regulamento de Exploração Comercial e Publicitária da EMTU/SP; estudos para a venda de serviços de inspeção e fiscalização de ônibus, juntamente com as áreas envolvidas; concessão de publicidade em sites e aplicativos; revisão dos contratos de concessão das linhas de ônibus, em relação a obtenção de receitas não tarifárias; além dos processos de gestão dos contratos existentes. Em relação às iniciativas de inovação, em 2020, os aplicativos e programas desenvolvidos seguiram em andamento, gerando um aplicativo integrado às operações do Metrô e da CPTM, em fase final de revisão. Novas ideias estão sendo colocadas em prática com o auxílio da Diretoria Operacional, como o programa "Transporte de Ideias", com o objetivo de buscar melhorias e economia nos processos da Empresa. Começou a funcionar em 4/9/2019 o sistema de reconhecimento biométrico facial no sistema intermunicipal de ônibus da Baixada Santista e VLT para verificação do uso de cartões com gratuidade. A implantação foi gerenciada pela EMTU/SP e visa melhorar os controles e a política de benefícios aos passageiros. Dados Abertos. A EMTU/SP foi a segunda autoridade pública em transportes na América Latina em abrir seus dados por meio de tecnologia - Application Programming Interface – API. A empresa abriu os dados em 14/9/2017 e pulou da 11ª para a 4ª colocação no ranking de empresas no Portal do Governo Aberto do Estado de São Paulo. Estão disponíveis informações das Regiões Metropolitanas atendidas pela EMTU/SP, dados operacionais como linhas e itinerários, tarifas praticadas, frota, concessionárias e permissionárias, placas, prefixos, atendimento do Serviço Ligado, ocorrências operacionais e Sistema de Bilhetagem Eletrônica -SBE, além de informações da Central de Atendimento ao Cliente -CAC e Ouvidoria. Foram incluídas na relação de dados abertos disponíveis no site da EMTU as informações de "Autorizações de Fornecimento -AF" e "Contratos". COVID-19 - Desinfecção dos terminais - Para reforçar o combate e prevenção à contaminação do novo coronavírus, os terminais metropolitanos gerenciados pela EMTU/SP passaram por processos de desinfecção, além do trabalho contínuo de limpeza dos ônibus nas garagens e durante a operação nos pontos finais das linhas. Entre abril e julho, equipes do Exército Brasileiro e da Coordenadoria de Vigilância em Saúde –COVISA da Prefeitura de São Paulo estiveram nos Terminais Metropolitanos Santo André Oeste, Diadema, Piraporinha -Diadema e São Bernardo do Campo, Ferrazópolis, além da Estação Anhanguera, na Região Metropolitana de Campinas, e o Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES. Foram ainda realizadas ações diárias e, posteriormente, semanais nos Terminais São Mateus e Jabaquara, totalizando 71 eventos de sanitização. Ao todo, quase 6 mil litros de quaternários de amônio foram utilizados no processo. Nos terminais das regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas foram instalados para uso dos passageiros, tripulação dos ônibus e funcionários totens de álcool em gel para a higienização das mãos. Luz Ultravioleta - A BR Mobilidade passou a utilizar em setembro um sistema de desinfecção de ambientes por meio de luz ultravioleta - UV-C, nos ônibus intermunicipais e no VLT da Baixada Santista. O procedimento é realizado à noite, ao final da operação, e dura 20 minutos em média nos ônibus e 40 minutos no VLT, seguindo as orientações da EMTU/SP para a intensificação da higienização dos veículos no combate à Covid-19. Ônibus antivirais - Pensando ainda na segurança dos passageiros, em outubro foram colocados em circulação os 12 primeiros ônibus revestidos internamente com tecido antiviral, do total previsto de 200 veículos. Os coletivos apresentados na garagem da Viação Osasco, em Carapicuíba, receberam um tecido composto por fios indicados para uso profissional que têm efeito permanente de ação antiviral e antibacteriana, resistente a atritos, higienizações e lavagens constantes, como exige o transporte público. O investimento das operadoras por veículo foi de R$ 7 mil. Outras Informações O Serviço Especial Conveniado - SEC – LIGADO é um transporte diferenciado "porta a porta" gratuito para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida severa. A frota atual é composta de 533 veículos, sendo 94 na RMC e 439 na RMSP, que atendem a contrato com a SEDUC – Secretaria da Educação do Estado. Entre novembro/2018 a março/2020 foram realizados 2.550.639 atendimentos para 91.246 usuários cadastrados, com uma média de 959 instituições atendidas nas duas Regiões MMetropolitanas-RMSP e RMC. Além disso, outros 5.073 veículos de Linhas Regulares são acessíveis ou adaptados para facilitar a movimentação das pessoas com deficiência. Devido às ações tomadas pelo Governo Estadual no combate ao COVID-19 as aulas foram suspensas a partir de 28/3/2020, portanto entre os meses de abril até outubro/2020 não foram realizados atendimentos. A partir de 9 novembro, foram retomados os atendimentos gradativamente, que representam atualmente 1% dos alunos/acompanhantes cadastrados. Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs - Atende pessoas com deficiência e mobilidade reduzida que buscam obter a gratuidade nas linhas metropolitanas, conforme a legislação em vigor. São áreas preparadas para prestar o atendimento adequado a estes usuários com todos os dispositivos de acessibilidade necessários, além de dispor de profissionais treinados, incluindo médicos e assistentes sociais. A Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES é para uso exclusivamente nas linhas de ônibus operada pela

EMTU/SP, são identificados pela cor azul e o nome da EMTU. A validade do benefício é em conformidade com a legislação, tendo cada CID -classificação internacional de doenças, um período pré-estipulado. Entre setembro/2019 e agosto/2020, foram emitidas mais de 55 mil credenciais nas regiões metropolitanas. Acessa São Paulo – Parceria com a Secretaria de Estado da Gestão Pública, o programa tem o objetivo promover a inclusão digital, levando os recursos da internet à população e estimulando o desenvolvimento humano e social nos Terminais Metropolitanos de São Mateus, Santo André, Jabaquara, Cotia e Campinas. A empresa promove diversas campanhas sociais e ligadas à saúde nos Terminais Metropolitanos como divulgação e prevenção contra a AIDS, contra a Dengue e Hepatite C, de vacinação contra a Gripe A, Arrecadação de Agasalho, prevenção de acidentes, entre outras. Com o programa Arte nos Terminais a EMTU/SP leva arte e cultura aos usuários do transporte metropolitanos. Os eventos incluem apresentações de bandas de diversos estilos musicais entre outras manifestações artísticas. FestRock - A EMTU/SP celebrou o Dia Mundial do Rock, em 13 de julho, com um festival virtual do gênero, o FestRock. O material foi publicado nas mídias, contou com 28 bandas inscritas e mais de 1,5 mil votos foram computados. Após a pandemia o vencedor fará uma apresentação nos terminais metropolitanos. Próximos Eventos - No mês de novembro, o Terminal São Mateus teve representantes da Escola de Enfermagem da UBS São Mateus falando sobre prevenção do câncer de próstata. O Programa Bem Querer Mulher abordou a violência contra a mulher no Terminal Jabaquara. No Dia Internacional de Não Violência Contra a Mulher, celebrado em 25 de novembro, o Terminal Jabaquara recebeu palestras que abordam violência contra a mulher em parceria com o Programa Bem Querer Mulher. Relacionamento com o Cliente. A busca permanente pela satisfação dos clientes do transporte metropolitano por ônibus envolve a manutenção de diversos canais e programas na EMTU/SP voltados para esclarecimentos, orientação, registros de reclamações e sugestões dos clientes. Site - É um canal de comunicação em constante aprimoramento para disponibilizar aos clientes informações, para facilitar os deslocamentos na rede de transporte metropolitano, por meio da consulta de itinerários das linhas de ônibus e suas integrações com o sistema metroferroviário. Em 2020 somam-se até o momento cerca de 2,3 milhões de acessos. Em relação ao aplicativo oficial da EMTU, já foram realizados cerca de 1,85 milhão de downloads, sendo 472 mil apenas neste ano. Ouvidoria - Permite um eficiente fluxo de informações entre a instituição e os clientes por meio do site www.emtu.sp.gov.br. De janeiro a setembro, foram realizados 75.563 atendimentos. Central de Atendimento ao Cliente - Possibilita acesso às informações sobre a operação das linhas de ônibus, empresas, opções de itinerários para o destino desejado, além de registrar sugestões e reclamações por meio de ligação telefônica gratuita -0800 724 0555, internet, fax, cartas e pessoalmente. Redes Sociais - As redes sociais como Facebook, Twitter, YouTube Flickr são importantes para estreitar o relacionamento com os passageiros do transporte metropolitano. Com essas ferramentas a empresa esclarece dúvidas e divulga ações. Abrangência: - Instagram 8.786 seguidores - Twitter 58.840 seguidores- Facebook 37.013 seguidores - YouTube 2.400 inscritos - LinkedIn 7.885 seguidores. Campanhas de divulgação - A empresa comunica mudanças de horários, novas linhas, itinerários, integrações e melhorias gerais no sistema, por meio de folhetos, cartazes, internet e divulgação à imprensa. Relação com as Comunidades – Trabalho de comunicação especial com as comunidades envolvidas nos projetos e obras dos corredores Biléo Soares -RMC e Itapevi - SP -RMSP, ressaltando os impactos das intervenções nas comunidades. Inclui ações envolveram como entrevistas, levantamento socioeconômico, orientação geral à população, principalmente àquela envolvida em desapropriações. Renovação da Frota e Acessibilidade Foram entregues 201 novos veículos, sendo 180 com ar-condicionado e carregador USB para celular. Todos os ônibus incluídos possuem plataforma elevatória e outros itens de acessibilidade. Na região sudoeste da Grande São Paulo, a EMTU/SP adquiriu 50 novos veículos em substituição aos mais antigos que operam nos serviços intermunicipais. Em março, os passageiros de Guarulhos e do município de Itaquaquecetuba que se dirigem aos terminais do Metrô Armênia e Tucuruvi, na capital, foram beneficiados com 30 novos ônibus zero km, com ar-condicionado, adquiridos pela empresa Vila Galvão, do Consórcio Internorte. No total, as melhorias beneficiaram mais de 3 milhões de passageiros.

Sistema Regular

REGIÃO	IDADE MÉDIA DA FROTA (Set/20)	VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE (Set/20)	TOTAL DA FROTA (Set/20)
	Regular	Regular	Regular
RMSP	6,96	3.961	4.438
RMBS	5,1	497	523
RMC	5,36	339	384
RMVPLN	5,61	196	421
RMS	9,22	95	149
TOTAL	6,65	5.088	5.915

Inspeção da Frota, Fiscalização e Blitz e Apreensão: Nas cinco regiões metropolitanas, de janeiro até setembro, foram inspecionados 28.188 veículos dos dois sistemas - Regular e Fretamento, sendo 13.648 na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, 1.736 na Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, 7.342 na Região Metropolitana de Campinas - RMC, 3.564 na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVPLN e 1.898 na Região Metropolitana de Sorocaba - RMS. Em relação à fiscalização do serviço regular, no período de janeiro a setembro, foram realizadas 43.382 fiscalizações, sendo 16.382 realizadas em campo e outras 21.169 fiscalizações eletrônicas, estas últimas tiveram um aumento de 76% em relação ao exercício anterior, indicando um incremento desse tipo de fiscalização durante a pandemia. Nesse período também foram realizadas 6.062 abordagens em blitz realizadas, resultando em 273 apreensões de veículos. Todas essas e outras ações resultaram na emissão de 8.428 multas em todos os sistemas nas cinco regiões metropolitanas. O programa "Conscientizar" avalia a cor da fumaça preta liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e tem por objetivo controlar a emissão de poluentes. A inspeção é realizada pelos técnicos da EMTU/SP treinados pela equipe da CETESB. Esse programa foi duramente afetado pelas restrições impostas pela COVID-19. Durante os nove primeiros meses foram inspecionados 1.816 ônibus do sistema metropolitano, obtendo uma aprovação média de 7,1% em relação à frota total.

Região Metropolitana	Veículos inspecionados	% de aprovação
RMSP	729	5,40%
RMBS	472	31,90%
RMC	451	7,50%
RMVPLN	111	4,45%
RMS	53	2,50%
Total	1.816	7,09%

Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ - A centenária Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ é hoje um complexo que reúne a operação de variados equipamentos voltados ao turismo como: serviços ferroviários, parques e centro de memória ferroviária. As principais ações, projetos e programas desenvolvidos para fortalecimento e modernização da Estrada de Ferro Campos do Jordão em 2020 foram: Investimentos: A Estrada de Ferro Campos do Jordão investiu na aquisição de ferramentas e equipamentos para a manutenção e operação das oficinas em geral e na via permanente. Além das aquisições citadas, a Estação histórica Emílio Ribas, localizada no Parque Capivari em Campos do Jordão será totalmente reformada, e seu projeto tem como objetivo a modernização e otimização em todo o prédio. O espaço irá receber os artistas no próximo Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão que foi remarcado para janeiro de 2021. Frota: Foram realizadas manutenções preventivas e confecção de peças para a garantia do funcionamento dos materiais rodantes, sendo automotrizes A3, AL1, A5, AL, V1, a gôndola G2 e classe CP8. Na automotriz A3 foram feitas troca de motor, revisão de componentes do motor como troca de escovas, troca da telha do rodeiro do truck e manutenção do arco coletor. Revisão dos truques com troca de sapatas e coletor de energia do pantógrafo e troca dos garfos do mancal. Manutenção nos compressores com troca do compressor e da bobina com a base do pressostato. Além dessas ações, foram realizados pequenos reparos na iluminação interna da automotriz com a troca de lâmpadas; e na cabine, como troca de fusível, botoeiras e para-brisa. Os freios também passaram por revisão e manutenção com regulagem e correção de vazamentos. Também foram executadas manutenções no motor do AL1, bem como, substituição das cordas do pantógrafo. Na gôndola G2, foi garantida a revisão minuciosa do carro a fim de garantir a prestação de suporte para a manutenção da via permanente, incluído revisões nas vagonetas da gôndola. As ações de manutenção e revisão dos carros tiveram o apoio do setor de usinagem com a confecção de peças exclusivas à particularidade da frota da EFCJ. Foi realizada a troca das baterias de todas automotrizes. Logística: Buscando adotar medidas preventivas quanto à contaminação pelo vírus COVID-19 no uso de veículos oficiais de nossa frota, foi desenvolvido procedimentos de higienização dos veículos e orientações aos cuidados com a saúde dos condutores. Deu-se início a renovação do layout do escritório da Oficina de Manutenção. Para melhor adequação dos funcionários na entrada do escritório da oficina, que corresponde a maior parte da área administrativa dela, foram reorganizadas todas as mesas, estantes, balcão e armários e restaurados aqueles que necessitavam de reforma, e também foram organizados todos os documentos e arquivos e ainda realocados todos os itens patrimoniais que não se adequavam ao ambiente de escritório. Foi implantada proteção para o dispositivo de gerenciamento das câmeras de segurança que se encontra no local. Para facilitar a circulação desses funcionários e ainda modernizar o ambiente, foram instaladas canaletas para as fiações, com tomadas externas em posições estratégicas para cada mesa do local, contendo saída de rede elétrica e rede de internet. Com isso, a renovação de layout facilitou a execução do desenvolvimento do trabalho para os funcionários da administração da Oficina. Com intuito de fortalecer a segurança patrimonial, iniciou-se um estudo de modernização das câmeras de segurança das Estações da EFCJ, desde Pindamonhangaba a Campos do Jordão. Pelas atividades de Protocolo, verificou-se a criação de 77 novos processos, sendo, no que se referem aos investimentos aplicados, 28 processos de aquisições de materiais e 24 contratações de serviços, mantendo assim, o registro documental de nossos investimentos de forma transparente e bem controlada dentro das normas, métodos e diretrizes da Política Estadual de Arquivo. Visando a celeridade nas solicitações de autuação de processos no Sistema SP SEM PAPEL pelos diversos setores da EFCJ, foi desenvolvido, em conjunto com o Arquivo do Estado de SP e criadores do Sistema SP SEM PAPEL, um modelo de Memorando de Solicitação Autuação – EFCJ. Núcleo de Compras e Contratações O Núcleo de Compras e Contratações realizou, no presente exercício, uma série de aquisições e contratações importantes para o desenvolvimento da Estrada de Ferro Campos do Jordão. No que tange aos funcionários, por exemplo, trazemos em destaque: A formalização do contrato de gerenciamento de emails; O Pregão Eletrônico para contratação de nova empresa prestadora de serviço de nutrição e alimentação em Pindamonhangaba; A contratação de serviço de transporte em regime de fretamento contínuo para deslocamento entre as cidades de Pindamonhangaba e Campos do Jordão; A aquisição de novos equipamentos de proteção individual; A contratação da ferramenta de Banco de Preços, visando à otimização dos processos licitatórios e a contratação dos sistemas de administração de materiais (SAM) – módulos Estoque e Patrimônio, para facilitar e modernizar as atividades do Centro de Materiais e Núcleo de Patrimônio. Importante salientarmos que o ano foi marcado pelo enfrentamento do coronavírus, causador da COVID19, doença classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde, motivo pelo qual diversas medidas foram tomadas com o objetivo de proteger nossos funcionários e usuários. O Núcleo de Compras e Contratações foi responsável, nesse sentido, pela aquisição de insumos destinados ao enfrentamento de tal emergência: Aquisição de 900 frascos de 500mL de higienizador em gel - álcool 70%; Aquisição de 2.360 máscaras faciais em 100% algodão; Aquisição de 6 tótens com dispenser de álcool em gel acionados por pedal a serem dispostos em pontos estratégicos da ferrovia. Também foi realizada a contratação de empresa para executar o transporte da Locomotiva pertencente ao Município de Taubaté de volta à cidade de origem, considerando que o equipamento era objeto de um Convênio firmado com a EFCJ, finalizado em maio do corrente ano. Outra licitação concluída com sucesso foi a contratação da empresa responsável pela reforma da Estação Histórica Emílio Ribas, para reativação de uso de seu espaço para atividades de visitação, reuniões e apoio a eventos. O serviço contempla instalações prediais, substituição de pisos e revestimentos, acessibilidade e prevenção de incêndio. O Núcleo de Compras e Contratações realizou, também, uma importante Concorrência objetivando a permissão de uso do imóvel denominado "Chalé 54", para exploração comercial de bares, lanchonete e restaurante, localizada no interior da Estação Eugênio Lefévre, Santo Antônio do Pinhal – SP, de propriedade do Governo do Estado de São Paulo. A vencedora do certamente foi a empresa Audibert e Audibert Lanchonete LTDA EPP. Quanto ao conjunto de ações visando melhorias para a infraestrutura da Estrada de Ferro, foram realizadas compras de materiais de construção, materiais elétricos, além de tintas e correlatos para a reforma do prédio sede e outros serviços cotidianos; a manutenção do Sistema de Acionamento do Disjuntor da Subestação; a manutenção da empilhadeira e dos veículos utilitários da frota; a adesivagem para identificação dos veículos rodoviários e ferroviários, bem como do Centro de Memória em campos do Jordão; a recarga dos extintores; a aquisição de rolamentos ferroviários; a aquisição de materiais de soldagem; materiais para reforma da automotriz A6, entre outros. Para o próximo exercício, já estão em fase final, os processos que darão origem a licitações de grande importância para a EFCJ, como: Aquisição de ferramentas; Contratação de Serviço de Confecção de Uniformes; Contratação de Empresa para Confecção de Bobinas para Motor de Tração Dk 30g; Contratação de Serviço de Manutenção dos compressores utilizados em automotrizes; Locação de retroescavadeira, mini-escavadeira e caminhão basculante para a obra da via permanente; Manutenção da retroescavadeira pertencente à EFCJ. Por último, informa-se que, a partir de 2020, o Núcleo de Compras e Contratações passou a ser o responsável pela alimentação do Sistema de Consolidação das Informações ao TCE-SP, anteriormente sob responsabilidade do Controle Interno. Serviços Operacionais - até out/2020: A EFCJ atendeu, até outubro, 63.108 usuários, 146,15% a

menos que no mesmo período de 2019, quando foram atendidos 155.338 usuários. Essa redução se deve, principalmente, à pandemia do novo coronavírus, que fez com que os equipamentos turísticos tivessem suas operações paralisadas em 20 de março e retomadas em parte, de forma monitorada e reduzida, apenas em 16 de setembro. Dos roteiros atingidos pela pandemia estão o Bonde Turístico, o Bonde Turístico Urbano e o Centro de Memória em Campos do Jordão; e o Trem Turístico Piracuama e o Parque Reino das Águas Claras em Pindamonhangaba. Destacou-se até agora o Trem de Subúrbio de Pindamonhangaba, único roteiro da EFCJ não afetado pela pandemia, por ser de transporte público. Nele, foram transportados 31.611 passageiros até outubro. É importante destacar que, em virtude dos Decretos nº 64.956 de 29/4/2020 e nº 64.959 de 4/5/2020, a Estrada de Ferro Campos do Jordão tomou medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia no serviço de transporte público de passageiros, em especial pelo uso obrigatório de máscaras e equipamentos de proteção individual necessários à prevenção da disseminação do vírus causador da COVID-19. Ademais, a EFCJ está promovendo campanhas orientativas aos funcionários e passageiros por meio da afixação de cartazes e postagens nas páginas oficiais das redes sociais. Além dessas medidas, a Estrada de Ferro Campos do Jordão disponibiliza aos passageiros, higienizador em gel para as mãos, bem como realiza a higienização dos bondes, sanitários e de suas dependências. Faixa Ferroviária: Em relação ao programa de volta a operação no trecho de serra, compreendido entre os km 28 ao 36.900, foi dada continuidade ao conjunto de operações para a retomada do tráfego no referido trecho, porém, em decorrência da pandemia do novo coronavírus, os serviços de via permanente em geral, estão sendo executados de forma mais lenta, devido à redução do número de funcionários da EFCJ afastados por enquadrarem-se no grupo de risco classificado pelo Ministério da Saúde. Outro fator de impacto para o andamento dos serviços de manutenção da via permanente foi à paralisação do fornecimento de mão de obra dos reeducandos fornecidos pela FUNAP, pois a falta desses colaboradores afetou diretamente a sequência e produtividade dos serviços. Ainda assim, diante desse cenário de diminuição de colaboradores, os serviços continuaram em andamento, e no que se refere ao programa para a volta da operação no trecho de serra, foram concluídos os serviços de substituição de trilhos com aproximadamente 2.000m de barras substituídas e instalação dos contratrilhos nas curvas, sendo esses os pontos de maior criticidade. Quanto à substituição de dormentes avariados, foram concluídos os serviços nos km 32 e 33 e iniciada a substituição nos km 29, 31 e 34 totalizando aproximadamente 1.000 unidades substituídas no referido trecho. As atividades de manutenção da via permanente nos demais km, continuam sendo realizadas continuamente, com a substituição de dormentes, nivelamento, roçada e aplicação de herbicida.No corrente ano, foi concluído o recebimento de 5.500m3 de brita 03, cuja aquisição se deu ao final do ano de 2019 e será utilizado na recomposição do lastro pontos onde foi constatada ausência ou necessidade de substituição. Planejamento e Projetos: Foram concluídos os serviços de restauro das esculturas ilustrativas da obra de Monteiro Lobato, localizadas no Parque Reino das Águas Claras, com objetivo de conservar e manter o patrimônio em bom estado. No segundo semestre, iniciaram-se vistorias em complementação a fiscalização realizada pela CMCP à Concessionária no Parque Capivari, com a emissão de relatórios operacionais mensais. No corrente ano foi realizada a licitação e contratação de serviço especializado para reforma da Estação Emílio Ribas Histórica. Tal modernização visa atender temporariamente a equipe da OSESP no período de realização do festival de verão no Parque Capivari, contribuindo ainda para futura Permissão de uso do prédio para geração de receita. Com intuito de geração de receita, foram desenvolvidos laudos de avaliação de espaços sob guarda da EFCJ, para futura exploração comercial, cujos imóveis estão localizados em Campos do Jordão. Ações de Comunicação, Marketing e Turismo: Devido a pandemia da Covid-19, o Núcleo de Comunicação, Marketing e Turismo realizou campanhas para o uso de máscaras de proteção facial e cuidados contra a disseminação do Corona vírus, além de orientações para passageiros sobre serviços que sofreram alterações, através da afixação de cartazes nas áreas internas e externas da ferrovia, nos trens e vagões. No período de trabalho remoto dos setores com atividades não essenciais, foram enviados para os funcionários boletins semanais com orientações sobre realizações das atividades em home-office e cuidados de saúde na quarentena. As redes sociais on-line da Estrada de Ferro Campos do Jordão - Facebook, Instagram, Twitter e Pinterest, alcançaram mais de 5.000 seguidores neste ano, se estabelecendo como uma importante ferramenta de comunicação e interação com os usuários, colaboradores e a sociedade em geral. Os canais também foram utilizados para a divulgação de informações de prevenção contra a Covid-19, segurança ferroviária e serviços da ferrovia. Em parceria com o Fundo Social foi realizada a campanha "Inverno Solidário", com a disponibilização de uma caixa na estação Pindamonhangaba para arrecadação de cobertores novos. Também ocorreu uma parceria com o Tribunal de Justiça, em conjunto com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, para a realização da campanha "Não Se Cale!", contra a violência infantil. Cartazes foram instalados nas estações e trens da EFCJ com alertas e orientações para denúncias. Por conta da pandemia não foi possível a realização do programa Trilhos Pedagógicos, com alunos da rede municipal de ensino de Pindamonhangaba.

SECRETARIA DE TURISMO

Em continuidade ao primeiro ano do Governo, um dos mais produtivos da gestão turística no Estado de São Paulo, seguimos honradamente os trabalhos à frente da Secretaria de Turismo no ano de 2020. Vindo de ano anterior em que inúmeros desafios foram vencidos, como o aumento da conectividade aérea, o reescalonamento das férias escolares e os repasses de recursos em número recorde para a infraestrutura dos municípios – Estâncias e Municípios de Interesse Turístico toda a Administração teve suas perspectivas redirecionadas em razão da pandemia de Covid-19. Em relação ao Turismo não foi diferente. Consolidado em 2019 como fenômeno econômico, dotado de elevada capacidade de geração de empregos e renda, destacou-se como fator de diminuição das desigualdades sociais. Contudo, com a chegada do Coronavírus no Brasil, houve impacto severo no setor e foi necessária uma alteração de rumo para fazer frente aos desafios. É com satisfação que lembramos a divulgação dos protocolos para viagem segura, o incentivo ao turismo de proximidade, assim como a elaboração do Boletim COVID, que já conta com 91 edições. Em um segundo momento, com as perspectivas de uma retomada econômica, agora impulsionadas com a chegada da vacina proporcionada pelo Governo de São Paulo, ações com vistas à 2021 já foram tomadas. Dentre elas destacam-se as formatações das Rotas Gastronômicas, Rotas Turísticas, Rotas Cênicas, além da inovadora Adventure Week, voltada ao turismo de aventura. Já no âmbito institucional, é importante destacar a parceria com a Desenvolve-SP, que viabilizou o Programa Crédito Turístico. Além disso foram pautadas modernizações legislativas para São Paulo, como o regramento para implantação dos Distritos Turísticos e das Rotas Cênicas. Da mesma forma o Fundo Estadual do Turismo passou por estudo para sua sofisticação legislativa. Tudo isso construído a partir da combinação de esforços dos servidores da pasta com as assessorias especializadas da INVEST-SP e FIA-SP. Portanto, considerando a adoção da vacina, de protocolos de segurança no turismo, o fortalecimento do turismo de proximidade e o impulso por disponibilização de crédito para investimentos, a legislação de Distritos Turísticos, portfólio de áreas para atração de investimentos em turismo, nova legislação de recursos para os municípios turísticos, campanhas de promoção, pacotes e rotas cênicas, o cenário que se configura para o turismo paulista nos próximos anos é de uma possível retomada. A expectativa é que no final de 2021 e início de 2022 haja retorno dos patamares anteriores à pandemia, e nos anos de 2022 e 2023, crescimento real com ampliação de oferta de serviços e principalmente com a forte retomada do turismo de negócios.

Modelo Operacional - Os eixos estratégicos são: Gestão Estratégica, Inteligência e Inovação: responsável pela produção de informações estratégicas, definição de estratégias de atuação, estímulo à processos inovadores e gestão do Plano de Turismo do Estado de São Paulo; Comunicação e Marketing: responsável pela definição da estratégia de comunicação marketing institucional da secretaria. Gestão Interna: responsável por todo o funcionamento administrativo da Secretaria; Os núcleos representam os principais projetos, tendo os seus eixos se reportando diretamente ao Gabinete: Distritos Turísticos; Portfólio de Áreas para Investimentos em Turismo; Requalificação do Centro da Cidade de São Paulo; Politurismo; Crédito, Captação de Investimentos e Financiamento Internacional; SP Internacional; Infraestrutura Turística (DADETUR); Conectividade; Feiras e Eventos;

Plano 20-30- O monitoramento das ações cabe ao Secretário, ao Secretário Executivo e ao Chefe de Gabinete. Importante ressaltar que a estratégia territorial de atuação da Secretaria é focada nos oito polos de desenvolvimento regional: São Paulo Capital ; Campinas e Região; Baixada Santista; Vale do Paraíba e Litoral Norte; Sertanejo; Central; Vale do Ribeira e Alto Paranapanema; Rios Grande, Paraná e Tietê .

Eixos e Núcleos - Eixo Gestão Estratégica, Inteligência e Inovação: Responsável pela organização e monitoramento da execução da estratégia da Secretaria, assim como a melhoria de fluxos, processos e gestão do conhecimento e informações. Organização e monitoramento da estratégia de atuação; Melhoria e implementação de ferramentas de inovação nos fluxos e processos da secretaria; Produção de informações capazes de orientar a tomada de decisão de gestores, no âmbito do Centro de Inteligência da Economia do Turismo; Monitoramento do Modelo Operacional da SETUR/SP; Gestão do relacionamento técnico dos projetos desenvolvidos com a Fundação Instituto de Administração da USP – FIA/USP e com a INVESTE São Paulo. Eixo Comunicação e Marketing- Relacionamento com a Imprensa: Conforme meta estabelecida do no relatório de 2019, o eixo de "Relacionamento com a Imprensa", trabalhou para ampliar o alcance das nossas mensagens. O foco principal foi a geração de conteúdo a partir de dados econômicos e o impacto social do turismo, seja na geração de emprego e renda, seja na ativação econômica. Os resultados foram positivos, tendo a Secretaria ocupado espaços de destaque em grandes veículos e já sendo identificada como referência para os assuntos do setor. A base para este trabalho foi o Planejamento Estratégico de Comunicação -PEC, elaborado pela equipe interna e pela consultoria da InvestSP, apresentado e aprovado no início de março. Com o advento da covid-19 as frentes de atuação foram mantidas, acrescida de uma estratégia de apoio a enfrentamento pandemia. Exemplificando: foram criadas publicações especiais com o tema, campanhas de mobilização e o monitoramento dos movimentos turísticos no Estado. Em paralelo, ao longo do ano foram criados novos instrumentos de acompanhamento de resultados da área, por meio de relatórios semanais e mensais de despenho, cobrindo as seis áreas estratégicas definidas no PEC. Este documento norteador -PEC, está passando por revisão – já prevista no escopo original – e será o instrumento a ser utilizado nas ações de 2021. A partir de março, os planos de divulgação do turismo do estado foram suspensos e as atenções se voltaram para amenizar os efeitos da pandemia nos setores que dependem do turismo. Em 2019, o turismo teve crescimento de 5,3% -PIB Turismo SP e de +4,9% SP em turistas internacionais no estado. Esse crescimento foi interrompido pela crise e o segmento teve alto grau de inatividade e ociosidade, chegando a -150 mil empregos em setembro. Muitas ações foram feitas para tentar minimização das perdas econômicas e de emprego. Mutirão do Turismo: Um site com boas práticas para municípios turísticos foi criado, reunindo ideias, soluções e criando uma rede de ajuda mútua. Protocolos de Saúde: Negociação e encaminhamento dos pleitos do *trade* referentes às fases do Plano SP e protocolos para reabertura junto ao Centro de Contingência do Estado: Bares, restaurantes e padarias; Eventos B2B; Parques temáticos; Campanha educativa sobre implementação dos protocolos sanitários; parceria SPCVB – São Paulo Convention&Visitors Bureau. Debates com especialistas: *Lives* com autoridades globais do turismo, apresentando soluções e inovações para o crescimento do setor, com cases e tendências atuais, trade local como convidado e participando com perguntas. Parceria com FIA - Fundação Instituto de Administração e WTC - World Trade Center SP. Alguns temas: Corredores de turismo; Bolhas de mercado; Biometria; Turismo de proximidade. Expo Fórum: Evento criado pela Fundação 25 de Janeiro, com intensa participação da Secretaria com objetivo de estimular novos produtos e pacotes turísticos dentro do estado, pensando no turismo de proximidade: 300 visitantes no evento físico; Mais de 5.000 participantes online; Mais de 250 ofertas - pacotes, experiências e atrativos; Protocolos de segurança. Desafio SP: Competição de startups que busca soluções para a retomada do turismo no Estado de São Paulo por meio de projetos inovadores que respondam as necessidades do contexto pós-pandemia. Desenvolvido em parceria do Wakalua Innovation Hub, primeiro polo global de inovação em turismo, e a Fundação Instituto de Administração - FIA e parte do Desafio Brasileiro de Inovação em Turismo, do Ministério do Turismo. 354 startups participantes. Campanha para Captação de investimentos no Vale do Ribeira: Criada com objetivo de mostrar o potencial da região, junto com o portfólio de áreas. Campanha Turismo Responsável: Visto o aumento no fluxo turístico em municípios do estado, principalmente litoral e algumas cidades do interior, viu-se a urgência em fazer uma campanha educativa, pedindo que a população não se descuide, continue seguindo os protocolos de segurança. Seguimos o tom positivo, visando manter a positividade e esperança para um breve fim da crise. Redes Sociais: Campanhas segmentadas promovendo temáticas de interesse do turismo de SP. Ex.: Gastronomia, artesanato, ecoturismo, etc. Com o início da pandemia no mês de março, a estratégia de redes foi revista e adaptada. Foram desenvolvidas peças incentivando a audiência a ficar em casa, mas entregando conteúdo de turismo, como tours virtuais e conteúdo de gastronomia - para fazer em casa. O objetivo é gerar valor ao trabalho da Secretaria e interesse para o público visitar o local em um momento pós pandemia. Após 3 meses de campanha em redes sociais, foram identificados os principais temas com melhor performance dentro da audiência da SETUR. A partir do mês de maio, voltamos com conteúdo de usuários das redes para aumentar o número de seguidores, alcance e número de impressões. Na ação de redes sociais foi implementado o projeto de *lives* em pontos turísticos do Estado. Esse é o conteúdo que tem apresentado dentre as editorias; projeto idealizado pela InvestSP e operacionalizado em conjunto com a SETUR. Após iniciar a ação, os índices de redes sociais aumentaram significativamente e os conteúdos apresentando performance mais relevante. Como resultado da ação, a página do Instagram já teve alcance de mais de 50.000 pessoas - um incremento de 144%. O foco do trabalho da Secretaria para redes sociais é inspirar e converter em venda. Porém, a conversão em venda necessita do privado promovendo seus produtos. Estamos iniciando um planejamento e campanha para a retomada do turismo onde devemos abordar a questão de comercialização envolvendo promoção conjunta com o privado. Conteúdos em redes sociais: A InvestSP idealizou e implementou, junto com a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e em conjunto com os municípios, uma série de transmissões ao vivo em pontos turísticos do Estado, de forma virtual, durante o período da pandemia. O projeto consiste na realização de uma visita guiada em atrativos como museus, parques, teatros, igrejas, etc., e que podem ser visitados de forma virtual. A visitação online agrega valor aos equipamentos, pois muitos estavam ou continuam fechados e, portanto, aderiram ao isolamento social. O formato de *live* é utilizado para que as pessoas continuem consumindo conteúdo sobre São Paulo de forma segura. Além disso, essa é uma oportunidade de gerar interesse, convidando o público para visitar o local em um momento seguro. Neste ponto a realização de uma campanha com um adequado "mix" torna-se muito importante, pois será necessário impactar os potenciais turistas com tom adequado para cada público, tendo como pano de fundo o estabelecimento de uma relação de confiança entre o destino e os futuros viajantes. Nosso objetivo é orientar a retomada do turismo, com educação e segurança, usando a força da comunicação para contribuir para divulgação de destinos seguros, pulverizando as escolhas dos turistas, evitando fluxo muito grande em locais mais conhecidos levando para outros destinos. Para promover ações que incentivem a retomada gradual das atividades turísticas é preciso uma

abordagem de destino seguro, despertando o interesse das pessoas a voltarem a viajar após a pandemia. É preciso ir muito além de despertar o desejo de viajar; é preciso mostrar segurança em viajar, por isso a importância de mostrar conteúdo digita. Além da abordagem, o formato do conteúdo é essencial para que a comunicação possa atingir seu objetivo. Por meio da execução de ações de comunicação, a Secretaria de Turismo relaciona-se de forma direta com o conjunto da sociedade, e pretende atuar seu relacionamento com outros públicos que possam passar a ver São Paulo como um destino a ser considerado. A comunicação digital, como complemento, pode contribuir para o atingimento de todos esses objetivos. Cada vez mais, estratégias de comunicação tradicionais passam a utilizar ferramentas e tecnologias digitais para atender a esses objetivos de forma mais completa e efetiva. Para atuação nessa área é fundamental dominar o processo de construção de soluções também digitais com a utilização adequada das ferramentas e tecnologias com conteúdo capaz de informar, educar, formar ou orientar o público-alvo. Os vídeos têm se despontado como uma fonte de consumo de informação, principalmente com relação a turismo. Desde 2017, as visualizações de vídeos sobre viagem no YouTube cresceram mais de 400%. Além disso, dos turistas que buscam sobre o tema viagem na internet, 38% afirmaram que consultaram a plataforma YouTube para essa busca, o que a consolida como um meio de referência no setor. É necessário destacar a relevância de canais de vídeos, como a plataforma YouTube, que hoje concentra 2 bilhões de usuários no mundo, sendo o segundo site mais acessado do Brasil e do mundo, com mais de um bilhão de horas de conteúdo em vídeo consumidos diariamente. Como resultado dessa ação, já foram realizadas 25 *lives* em 6 cidades do Estado de São Paulo. Além dos canais próprios da Secretaria, as *lives* foram divulgadas em canais parceiros da SETUR, de entidades públicas e privadas, o que aumentou ainda mais o poder de alcance do conteúdo. Esse conteúdo tem sido implementado em conjunto com a SETUR, visando entregar conhecimento sobre conteúdos em redes sociais. Definição da estratégia de promoção internacional do destino São Paulo: Foco da comunicação- Storytelling - EXPERIÊNCIA: a emoção de experimentar e vivenciar o Estado de São Paulo. - Estado com natureza exuberante, receptivo, com vida cultural rica e respeito à sua população e seus visitantes. Digital- Promoção com foco em canais digitais – atuando no funil de conversão para gerar venda em plataformas parceiras. RP- PressTrips / Press Trips Invertidas. - Ações de relacionamento - agenda com porta-vozes do Estado. - Influenciadores - nativos digitais que possuem maior influência na sua base. Publicidade- Necessidade de veiculação de campanhas segmentadas. Ações integradas com o trade e entidades de turismo e comunicação a fim de promover os destinos turísticos paulistas - Evento: Press/Famtrips; Quantidade de ações no ano: 3 no total – 1 para o Canadá e 2 para a Bolívia; Datas: fevereiro - Canadá, outubro – Bolívia e novembro – Bolívia; Locais: São Paulo/SP e Litoral Norte; Parceiros na ação - Transamérica Hotéis, Four Seasons e hotelaria regional do Litoral Norte; Tatiana Spalic: elaboração do roteiro e guiamento dos grupos na capital; SP Convention&Visitor Bureau: operação da ação, ativação da rede de associados e apresentação sobre o destino; Secretaria Municipal de Turismo de São Paulo operação, serviço de alimentação, serviço de transporte e apresentação sobre o destino; Cia aérea Air Canada: passagens aéreas de Montreal - Canadá para Guarulhos; Cia aérea Amaszonas: passagens aéreas, seleção e convite dos influenciadores e operadores da Bolívia; Receptivo: Viva São Paulo -Canadá; Empresa de transporte: Sussantur; Interlocução com meios de transporte: FRESP- Federação das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo. A Bolívia está no Top 20 emissores de turistas ao Brasil no mercado lazer. Segundo o Ministério do Turismo, a Bolívia enviou, em 2019, 132.069 turistas ao Brasil. Os principais meios decesso ao país são o aéreo -62.792 e o terrestre - 69.047. Para o Estado de São Paulo prevalece o aéreo, com 59.809 passageiros em 2019. A companhia aérea Amaszonas é boliviana, operando voos regulares e charter com as aeronaves Embraer 190. Em 2015 adquiriu a uruguaia BQB LineasAereas e está executando um plano de ampliação das rotas internacionais para a região, principalmente para a Argentina, Brasil, Paraguai. O início das operações para o Brasil foi em 21 de setembro de 2020, voando entre Santa Cruz de la Sierra e Guarulhos. O momento de retomada do turismo tende a ser mais regional e os mercados próximos ao Brasil se tornaram ainda mais estratégico do ponto de vista de possibilidade de envio de turistas e, por isso, acreditamos que a Bolívia possa ser estratégico para trabalharmos uma demanda que antes viajava para mercados mais distantes. No caso do Canadá, toda a interlocução se deu com a cia aérea Air Canadá, que lançou, antes da pandemia, um voo de Montreal para São Paulo e que precisava ser ativado no mercado. Sendo interesse também da Secretaria de Turismo em aumentar o fluxo de turistas daquele país, fizemos toda a gestão da ação. Os grupos foram acompanhados por representantes da Invest Turismo, Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, cias aéreas, SP Convention & Visitor Bureau e a Secretaria de Turismo da capital. Resultados obtidos: inserção do produto São Paulo em catálogos de vendas de operadores e agentes, mídia espontânea e conhecimento da oferta por parte de um público influenciador em mercados estratégicos para promoção de São Paulo. Eixo Gestão Interna – As principais ações para estruturação da gestão interna foram desenvolvidas visando o bom funcionamento diário da Secretaria. Destacam-se os processos rotineiros, a consolidação da mudança de sede para o centro da cidade de São Pamulo, negociações de preços de contrato, viagens da equipe, elaboração e renovação de contratos, licitações de toda ordem, compras, adesões, aquisição de serviços e elaboração de termos de referência. Além disso, contratos e enquadramento de despesas para viabilizar a participação do estado em feiras turísticas nacionais, internacionais e de interesse para a pasta, que se traduz no andamento processual entre os departamentos Centro de Administração - CA, Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos aos Municípios Turísticos - DADETUR, Coordenadoria de Turismo - COTUR, Consultoria Jurídica - CJ e Chefia de Gabinete - CG. *Núcleos* - Distritos Turísticos: A regulamentação de Distritos Turísticos no Estado possibilita a atração de investimentos em melhores condições econômicas, de governança, operacionais e estratégicas em áreas geograficamente limitadas, vocacionadas ao turismo. O modelo de Distritos possibilita governança público-privada ampliada sobre áreas específicas de desenvolvimento turístico, trazendo maior atratividade e segurança jurídica para os empreendimentos turísticos em São Paulo. Benefícios dos Distritos Turísticos para a economia do turismo de São Paulo: Melhorar a capacidade do Estado de fomentar e estimular investimentos privados em turismo, adicionando as áreas dos Distritos e suas características ao portfólio de atração de investimentos de São Paulo; Oferecer e desenvolver linhas de financiamento e crédito específicas pelas Agências de Fomento do estado, assim como incentivos tributários; Realizar levantamento e localização precisa de áreas com condição legal e interesse/potencial para desenvolvimento de empreendimentos turísticos; Possibilitar melhor articulação da governança entre empreendedores, setor público e outros atores nas áreas dos Distritos; Reduzir o tempo de instalação, aprovação e início de operação dos projetos. Melhorar a interlocução entre órgãos de controle e instâncias do Poder Público em todos os níveis em áreas de especial interesse turístico; Melhorar as condições para identificação de oportunidades de negócios de turismo em regiões com grande potencial e a formulação de projetos e estudos de viabilidade; Aplicar políticas de concessão e parceria de patrimônio do Estado para empreendimentos turísticos na área dos Distritos; Dispor de um instrumento para atração de âncoras de desenvolvimento regional a partir do turismo. Atividades e resultados: Análise do contexto e histórico da proposição de Distritos turísticos global, Brasil e São Paulo; Formulação de justificativa e exposição de motivos; Formulação de minuta de Projeto de Lei; Estudo para estratégia de implementação concluído; Sugestão de redação para decretos e resoluções acerca do projeto. Conceito de Distritos mais adaptado à realidade do estado de São Paulo desenvolvido com base em consultas técnicas com representantes do "trade" e gestores públicos. Envio do projeto de lei à ALESP, recebendo o número 723/2020, em dezembro. Perspectiva 2021: Articulação e interlocução para aprovação do Projeto de Lei na ALESP; Tramitação e aprovação do Projeto de Lei dos Distritos Turísticos; Implementação do Decreto de regulamentação e apoio à instalação e operação dos primeiros Distritos Turísticos.

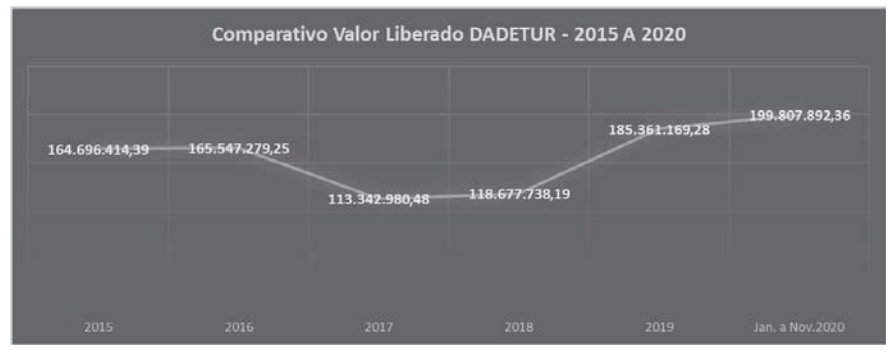
Portfólio de Áreas para Investimentos em Turismo - A primeira fase do processo de constituição e publicação de um portfólio de áreas para investimentos em turismo no estado de São Paulo consiste na identificação de 50 áreas para investimento, especialmente nas regiões do Vale do Ribeira, Centro de São Paulo e Litoral Norte. Após a preparação e publicação da primeira fase do empreendimento, ainda que contando com a parceria de entidades privadas e da chancela dos municípios turísticos, será necessária a expansão do portfólio para outras regiões do Estado de São Paulo, sendo necessário o mesmo trabalho meticuloso de identificação dos imóveis, análise, parametrização, imagem aérea por *drones*. Em 2021 a iniciativa deverá ser levada a outras regiões do Estado de São Paulo, além da gestão e manutenção permanente do que está sendo publicado. A este esforço soma-se o apoio a Road shows nacionais e internacionais e na interlocução com cadeiras hoteleiras e empresas de vários segmentos de negócio turístico. As áreas deverão estar disponibilizadas publicamente até o final do primeiro trimestre de 2021. *Requalificação do Centro da Cidade de São Paulo*- O objetivo é contribuir para a aceleração do processo de reposicionamento e melhoria de atributos e percepção da Região Central da capital paulista para o turismo nacional e internacional. Sugerir, formular e articular novos mecanismos de incentivo no âmbito do Estado para a indução ao processo de regeneração urbana, melhorando condições de entorno e somando-se a outros esforços públicos e privados. Ações em Desenvolvimento: Propor ação coordenada e complementar na área central de São Paulo, com focos específicos: Posicionamento do Estado no contexto de indução à recuperação da região central; Identificar áreas disponíveis – prédios – e possíveis articulações para futuras sedes de empresas na região, incluindo prédios do Estado de São Paulo. Apoiar institucionalmente projetos que venham a promover a atividade e ocupação da região. Criar programa de incentivo de concentração de polo administrativo do Estado na Região Central. Articular viabilização de polo hoteleiro-turístico nos eixos da Avenida São João e Ipiranga, a partir da concentração das ações de melhoria do ambiente, através de iluminação e melhoria de condição de infraestrutura. A partir do eixo Anhangabaú e da quadra 27 do Anhangabaú, implementar modelo de indução de investimentos e atração de novos negócios turísticos para a região central. Mapeamento de *greenfields, brownfields* e *grayfields*, terrenos ou prédios com amplas condições de receber investimentos na região central de São Paulo, notadamente os distritos da Sé e República. 8. Lançamento de Programa de Crédito Turístico específico para a região central de São Paulo - Sé e República, com melhores condições de carência e pagamento, buscando incentivar novos negócios na região e *retrofits*. Estudar implantação de um Distrito Turístico na região, possivelmente nas regiões da República e Sé. Ações desenvolvidas: Análise das possibilidades de parcerias e aproveitamento com os prédios do Estado na região central de São Paulo; Estudo do histórico de estratégias para reativação da região central e contextualização das ações do Município; Visitas técnicas na Região Central de São Paulo; Análise prévia de encaixe da Região Central como possível região preferencial em estratégias de melhoria de ambiente de negócios como Distritos Turísticos e Incentivos - benefícios fiscais para rede hoteleira e indústria do turismo; Estudo de estratégia de implementação- regulamentação e governança. *Centro de Inteligência da Economia do Turismo* - Os trabalhos técnicos do Centro de Inteligência da Economia do Turismo permitiram monitorar e estudar a realidade turística do Estado de São Paulo, bem como as demandas dos agentes públicos e privados envolvidos no desenvolvimento turístico do território em relação a este projeto. Com base nessa realidade, nas prioridades relacionadas à análise das informações estatísticas existentes, podemos destacar: A obtenção de informações consistentes e relevantes para a tomada de decisões, que podem ser aplicadas por agentes privados e públicos; Coleta e organização de dados e informações sólidos que permitiram a priorização de projetos de intervenção; Implantação de um sistema que permitiu a comparação dos resultados, tanto para avaliar a evolução da atividade turística quanto para estabelecer a situação competitiva de São Paulo e suas regiões em relação aos destinos concorrentes diretos; Promoção a cumplicidade da comunidade local e apoiar as partes interessadas no setor de turismo; Melhorou a experiência do visitante com base na reflexão estratégica com base em dados; Maiores benefícios ou custos reduzidos gerados pelo turismo; Agregou valor aos resultados do turismo em termos de gastos diretos dos visitantes no destino, geração de notoriedade e imagem positiva, repetição da visita e recomendação a terceiros; As atividades realizadas pelo Centro de Inteligência da Economia do Turismo em 2020 foram fundamentais para a consolidação da SeturSP como fonte de informação estatística para o turismo: Cálculo de macro indicadores: Pela primeira vez na SeturSP, foram realizados cálculos de impacto do turismo o PIB paulista, empregos gerados pelas atividades turísticas e arrecadação de impostos para SP. Estimativas de fluxos turísticos 2020: Foram realizados cálculos de impacto da Covid-19 nos fluxos turísticos do Estado de São Paulo, considerando cenários de demanda turística nas regiões paulistas. Estratégias de recuperação do turismo paulista: Foram realizados cálculos de impacto do turismo o PIB paulista, empregos gerados pelas atividades turísticas e arrecadação de impostos para SP. Boletim Turismo/ Covid-19: Foram publicadas 85 edições, com assuntos de relevância para os municípios turísticos: pesquisas, boas práticas no combate à pandemia e ações da SeturSP em todo o estado. Outras atividades: 4 pesquisas de perfil de público em eventos do estado; 10 sondagens setoriais em diversas atividades ligadas ao turismo; Treinamento de equipes locais de pesquisa em 9 cidades paulistas. CIET na mídia = SeturSP na mídia - Desde setembro de 2019, o CIET foi citado em mais de 100 matérias em diversos veículos de imprensa, entre sites, rádio, impressos e TV, representando a SeturSP. Próximos passos: Novos estudos econômicos do setor; Balanço do turismo 2020/ Perspectivas para 2021; Convênio com o SEADE: PIB, empregos e arrecadação de impostos; Contratação de relatórios de inteligência; Dados 100% doados pela iniciativa privada -Expedia, Clickbus, Airbnb, Trivago; Assinatura de parceria inédita com o Airbnb: *dashboard* de dados; Educação para o turismo: treinamentos de equipes de pesquisa nas prefeituras; Apoio do rating em turismo; OMT: Primeiro Centro de Inteligência estadual chancelado pela organização.

Politurismo – O Ecossistema do Turismo - O projeto "PoliTurismo: Ecossistema do Turismo" surgiu no ano de 2019 a partir da combinação de diversas transformações e tendências que vem impactando no turismo nos âmbitos global e nacional, trazendo importantes experiências inovadoras para os turistas. Um projeto estratégico para a Secretaria de Turismo é trazer o turismo paulista mais próximo dessas tendências e transformações. O projeto "PoliTurismo - O Ecossistema do Turismo" tem também o objetivo pensar e ajudar a desenvolver o futuro do turismo. Busca-se

aliar inovação, educação, tecnologia e empreendedorismo, tudo isso no mesmo lugar, atuando em rede e de maneira articulada com todos os principais players do setor, dando o suporte de inteligência para o seu desenvolvimento, bem como fornecendo e treinando profissionais qualificados para responder às principais demandas do mercado. O espaço torna-se em um verdadeiro modelo de Hub moderno de turismo para o Estado de São Paulo e para o Brasil. Este modelo surgiu a partir de algumas experiências e tendências mundiais no turismo. Como a experiência espanhola da "Sociedad Mercantil Estatal para laGestión de laInnovación y lasTecnologías Turísticas, SEGITTUR, o Centro de Inovação do Turismo de Portugal - NEST, a escola italiana Polimoda, o Ágora Tech Park no Brasil, o Sapiens Parque S.A. no Brasil, dentre outros projetos voltados para a criação de valor para o turismo através do foco na educação, inovação e empreendedorismo, envolvendo atores públicos e privados. Ainda 2019 foi dado início à construção do Plano de Negócios do projeto, que serviria como base para o início das apresentações e prospecções de atores, do setor privado e social, peças chaves para a construção do projeto. Estes atores foram mapeados e iniciamos o diálogo no início de 2020 para dimensionar o projeto físico. No entanto, devido à pandemia do novo coranavírus, mudanças nos modelos de negócio, que vêm levando empresas a necessitarem de menos espaço físico e ainda à possíveis restrições orçamentárias, decorrentes também do ano pandêmico, o projeto Politurismo está passando por uma reformulação em sua essência, passando a ser inicialmente um programa da Secretaria de Turismo relacionado à educação e à inovação em turismo. No âmbito deste programa que se refere à inovação em turismo, foi realizado em agosto e setembro, o primeiro Desafio São Paulo, em parceria com a Organização Mundial do Turismo, a rede de inovação internacional Wakalua, a Fundação Instituto de Administração – FIA/USP, e a FEA/USP. O Desafio premiou três startups que apresentaram soluções tecnológicas inovadoras para a facilitar processos nos segmentos de hotelaria, bares e restaurantes e pesquisa em turismo. As soluções apresentadas estão sendo implantadas em hotéis, bares e restaurantes e no Centro de Inteligência da Economia do Turismo – CIET. Os resultados desse piloto deverão ser apresentados no mês de março de 2021. No que concerte à educação para o Turismo, o projeto foi batizado internamente de Politurismo.edu e se subdivide em três eixos específicos com o objetivo de qualificar para o turismo e despertar interesse pela atividade: Turismo na Escola: Consiste numa parceria com a Secretaria de Educação do estado de São Paulo, que visa ofertar disciplinas eletivas na rede estadual de educação sobre a importância econômica e social do Turismo, como forma de despertar nos jovens o interesse por abraçarem no futuro uma carreira no setor. Ensino à Distância: Consiste em uma série de módulos de qualificação profissional, gestão de crise, melhores práticas em turismo, que serão ofertados em parceria com a FIA/USP para gestores públicos e profissionais da iniciativa privada em turismo do estado de São Paulo. Incentivo à projetos de pesquisa: Consiste em premiar projetos de pesquisa para cursos de pós-graduação - Mestrado e Doutorado, que tenham vínculo com os objetivos da Secretaria de Turismo. Os projetos premiados deverão ser disponibilizados para a Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, ao cabo de sua conclusão. Os eixos 1 e 3 encontram-se em fase de planejamento com a secretaria de educação, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica que deverá ser assinado no início de 2021. Já o eixo 2 encontra-se em fase de filmagem das aulas para a disponibilização em plataforma EAD, na segunda quinzena de janeiro de 2021.

Crédito, Captação de Investimentos e Financiamento Internacional - O programa visa a ampliação dos investimentos no Turismo do Estado de São Paulo, fortalecendo o papel articulador da Secretaria de Turismo, no apoio ao crédito e na captação de investimentos. Além do apoio ao setor público e privado do turismo, no acesso a recursos de financiamentos e investimentos nacionais e internacionais, visando a execução de projetos de estruturação do turismo e matrizes de investimentos turísticos. Os parceiros do programa são: InvestSP, Desenvolve SP, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Sebrae SP, bancos de desenvolvimento internacionais, bancos privados e Fundos de Investimentos. Já as fontes de recursos são financiamentos dos bancos parceiros - nacionais ou internacionais, Fundos de Investimentos ou Grupos de Investidores, Contrapartida do governo do estado e dos municípios. Como forma de divulgação das Linhas de Crédito existentes e ações para captação de investimentos foram realizados Seminários de Crédito Turístico e Oportunidades de Negócios em Ribeirão Preto e Registro. Estavam previstos 10 Seminários, mas em virtude da pandemia, apenas 2 foram realizados. Na sequência ao advento da pandemia, passamos a atuar de forma proativa, no apoio às empresas para o acesso às Linhas de Capital de Giro. A divulgação, a mitigação e o fomento a estas Linhas se deu por meio de eventos online, seminários e *workshops*. Neste sentido, foram realizados 18 eventos online, atingindo um público de aproximadamente 10 mil empresários e gestores públicos. Como resultado da atuação na divulgação e fomento ao Crédito Turístico, entre outubro de 2019 e novembro de 2020, atingimos o montante de R$ 1,380 bilhão, entre projetos de Investimentos e Capital de Giro, sendo: R$ 458 milhões entre projetos públicos e privados. R$ 927 milhões entre as Linhas de Capital de giro, tendo as Linhas Fungetur e Pronampe, como as principais no apoio ao Setor Turismo, por meio da DesenvolveSP, Banco do Brasil e Caixa. Além destas intervenções, por meio da SETUR SP, conseguimos ampliar o Fundo Geral do Turismo-FUNGETUR, no âmbito da Desenvolve SP, para R$ 760 milhões, sendo que R$ 300 milhões estarão disponíveis para acesso das empresas, já no início de 2021. A SETUR SP, também, formalizou uma Cooperação Técnica com o BID, para o apoio na Retomada do Setor Turismo, no estado de São Paulo. Foram US$ 250 mil dólares que foram disponibilizados pelo Banco, como doação, para realização de estudos para plano operacional do turismo, novas modelagens de crédito e estudos complementares para apoio à elaboração da Carta Consulta do Programa de Financiamento Internacional do Turismo. Este modelo de Cooperação Técnica entre o BID e a SETUR SP foi o primeiro a ser formalizado no Brasil. Para o ano de 2021 serão lançadas novas modelagens de Linhas de Financiamento para o Centro de São Paulo e para as Prefeituras Turísticas, por meio da DesenvolveSP e do Banco do Brasil.Também a continuidade das tratativas com o BID para uma operação de crédito, para financiamento internacional do Programa Mais Turismo SP.

Infraestrutura Turística – Departamento De Apoio Ao Desenvolvimento Dos Municípios Turísticos – DADETUR: aporta recursos em infraestrutura turística, seguindo a legislação estadual que estabelece 70 municípios classificados como Estâncias Turísticas e 140 como Municípios de Interesse Turístico - MIT. Repasses de recursos**.** No exercício, mesmo com o contingenciamento integral dos recursos do DADETUR no ano corrente, o que impossibilitou a formalização de novos convênios. Assim como, considerando todo o cenário impactado pela pandemia de COVID-19, com a adotação de teletrabalho, distanciamento social e impossibilidade de realização de vistorias em loco. A Secretaria de Turismo, por meio do DADETUR, possibilitou o repasse de R$199,8 milhões até novembro, a Estâncias e MIT, para o pagamento de obras em andamento, o maior valor já repassado nos últimos 5 anos. Atendendo assim, até 30/11, 176 municípios - 67 Estâncias e 109 MITs.



A fim de evitar a paralisação das obras e consequentemente aumentar o índice de desemprego no Estado, a SETUR flexibilizou as vistorias em loco e trabalhou em conjunto com os municípios, o que possibilitou o grande volume de recursos repassados no ano. Ainda assim, a expectativa é que no mês de dezembro, sejam repassados mais R$40 milhões aos municípios, totalizando aproximadamente R$240 milhões no ano. O marco dependerá do descontingenciamento de R$33 milhões pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão no mês de dezembro. Descontingencimento de recursos: Considerando o contingenciamento integral dos recursos do DADETUR em janeiro, na publicação da LOA e sabedores da necessidade de recursos do ano corrente para o pagamento de obras em andamento do DADETUR, conveniadas entre 2011 a 2017 e que tiveram seus restos a pagar cancelados por decreto em 2018, bem como, obras assinadas em 2018 e 2019 com empenhos parciais. A Secretaria de Turismo, negociou junto as Secretarias competentes, o desbloqueio de recursos contingenciados para honrar com os pagamentos das obras. Os desbloqueios ocorreram na seguinte conformidade: R$40.000.000,00 em 9/3; R$6.000.000,00 em 31/7; R$27.900.000,00 em 1/9; R$10.000.000,00 em 30/10; R$18.000.000,00 solicitados para novembro - em tratativa para desbloqueio; R$15.000.000,00 solicitados para dezembro - em tratativa para desbloqueio. Cenário atual dos Convênios em andamento: A departamento, passou a monitorar a partir de 2019 o cenário de execução de seus convênios em andamento. Assim apresentamos o cenário observado até novembro:

CONVÊNIOS DADETUR		
Andamento das Obras	Nº de Convênios	Valor Conveniado Estado
Cancelada	15	R$ 17.891.959,49
Concluída	307	R$ 308.774.426,39
Concluída parcialmente	11	R$ 19.254.959,78
Em execução	480	R$ 590.544.279,77
Em licitação	95	R$ 71.917.580,55
Encerrado	179	R$ 140.887.960,27
Não iniciada	23	R$ 19.540.210,32
Paralisada	60	R$ 92.887.471,07
Total Geral	1.170	R$ 1.261.698.847,64

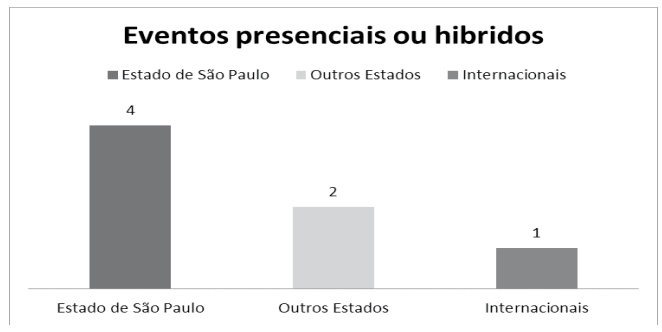
No decorrer do exercício, o departamento também realizou até 30/11: 495 aditamentos de convênios, a regularização de 187 convênios beneficiados pelo Decreto 64.668/2019 e assinados sob cláusula suspensiva em dezembro/2019 e, a rescisão de 12 convênios que descumpriram com cláusulas conveniais. Pleitos para Novos Convênios: Em virtude do contingenciamento integral dos recursos do DADETUR, tema já abordado anteriormente, a Secretaria de Turismo não prosperou com a formalizações de novos convênios no exercício. Entretanto, recepcionou todos os pleitos encaminhados pelos municípios - Estâncias e MITs, no intuito de que eles não sofressem ações de renúncia fiscal e, submeteu todos os pleitos para análise do Conselho de Orientação e Controle - COC. O Conselho, estabelecido por lei, é composto por 9 membros nomeados pelo Sr. Governador. A gestão atual é composta por: 1 de sua livre escolha: Maurren Sparano Gil; 1 indicado pela Secretaria de Planejamento e Gestão: Renan Bastianon - Secretaria de Desenvolvimento Regional; 1 indicado pela Secretaria da Fazenda: Enio Marrano Lopes; 1 indicado pela Secretaria de Turismo: Luiz Eduardo Camarini; 2 indicados pelo Conselho Estadual de Turismo: Jarbas Favoretto e Toni Sando de Oliveira; 3 indicados pela entidade representativa dos Municípios Turísticos, sendo 2 Prefeitos de Estâncias e 1 Prefeito de Município de Interesse Turístico, por meio de lista sêxtupla: Marco Aurélio Gomes dos Santos - Aprecesp - Presidente do Conselho - Frederico Guidoni Scaranello – Aprecesp - Daniela de Cássia Santos Brito - Amitesp - Vice-Presidente. Em referência ao exercício, o COC já analisou 102 pleitos -64 pleitos de MITs e 38 pleitos de Estâncias e mais 158 pleitos aguardam apreciação dos membros -123 pleitos de MITs e 35 pleitos de Estâncias. Parcelamentos – devolução de recursos ao Erário**.** O DADETUR também realiza o acompanhamento de convênios não aprovados técnica e contabilmente e que estão em processo de devolução de recursos ao Erário. Atualmente a Secretaria possui 66 convênios em tratativas para devolução de recursos por meio de parcelamento de débitos. Destes, 11 convênios de um único município aguardam decisão judicial para assinatura do termo de reconhecimento de dívida; 02 municípios comprometeram-se a iniciar os pagamentos em janeiro/2021 em virtude do cenário econômico oriundo da pandemia de COVID-19, juntos eles somam 7 convênios; e 6 municípios estão inadimplentes com os pagamentos -juntos totalizam 24 convênios. A Secretaria de Turismo, atenta ao cenário econômico oriundo da pandemia e observado a dificuldade dos municípios em honrar com os pagamentos, obteve em tratativa conjunta com o Sr. Governador, a publicação do Decreto nº 65.078 de 21/7/2020, de suspensão temporária do parcelamento de dívidas. Contudo, apenas um município pleiteou a adoção do decreto em seus débitos. Entretanto, seu pedido foi juridicamente indeferido por não cumprir com os critérios estabelecidos no decreto acima citado. No exercício, 9 convênios em processo de parcelamento foram concluídos e encerrados, juntos eles recolheram ao Erário nos últimos anos o montante de R$6.321.419,39. Por fim, foram recolhidos ao Erário no decorrer do ano, oriundos de parcelamento de dívidas de municípios, a importância de R$6.218.974,59. Obras concluídas: Durante o ano, 218 obras conveniadas foram concluídas tecnicamente em 109 municípios do Estado - 54 Estâncias e 55 MITs. Sub-rogação do contrato ST nº007/2017 – Braço Técnico Operacional do DADETUR-Considerando que a Secretaria de Turismo possui um quadro de funcionários reduzido e conta com um grande volume de convênios, além do atendimento e suporte técnico necessário aos 210 municípios - Estâncias e MIT. Bem como, considerando a legislação que rege o DADETUR que abarca 4% dos recursos anuais do FUMTUR, para a gestão técnica dos convênios do DADETUR. A Secretaria de Turismo possuía como seu braço técnico operacional, para gestão técnica dos convênios, a Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, empresa em processo de extinção em cumprimento à Lei estadual nº 17.056/19 e ao Decreto estadual nº 64.646/19. Assim, pensando

na apreensão dos municípios quanto a sucessão da prestação de serviços e, buscando a continuidade da prestação de serviços técnicos e apoio aos municípios, sem atrasos nas tratativas de análises técnicas dos convênios firmados pela SETUR/DADETUR, sub-rogou-se o contrato vigente com a empresa em extinção para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU, em novembro.

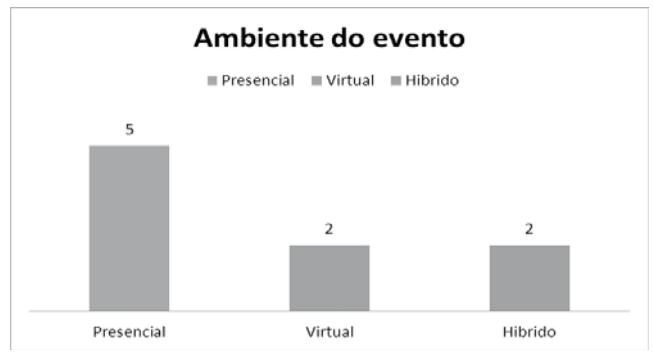
Conectividade: As ações promovidas pela Secretaria de Turismo têm como premissa a mitigação de gargalos e desenvolvimento de uma rede de transportes multimodal e integrada. Visa atender as necessidades de deslocamento entre os pontos de origem e destino, por meio dos modais de transportes – aéreo, aquaviário, ferroviário e rodoviário. A Setur-SP atua como indutora de desenvolvimento econômico e social e de qualificação e crescimento do fluxo de turistas para os atrativos do Estado. Os custos dos transportes desempenharam um papel fundamental na criação de cidades ao longo da história, e a mudança daqueles custos, na época moderna, exerceu grande influência na maneira pela qual as cidades continuaram a se transformar a nosso redor. A partir de julho de 2019, o ICMS sobre querosene de aviação – QAV, foi reduzido de 25% para 12%, tendo como meta a ampliação da oferta de 490 frequências. Em março, período pré pandemia Covid-19, as operações já estavam em 709 frequências, 45% mais que a meta. As companhias aéreas beneficiadas foram Aéreas Azul, Gol, Passaredo e Latam. Em 2020, no mesmo período, foram incrementadas novas frequências internacionais como a da cia Aérea Argentina Flybondi, com quatro frequências semanais ao Aeroporto Internacional de Guarulhos. O interior do Estado foi contemplado por meio do aumento das frequências ou o início da operação em alguns aeroportos como Araraquara, Barretos e Franca. Neste ano, eram esperados voos regulares em pelo menos 13 deles, os quais foram afetados pela pandemia Covid-19. Programa *Stopover* : O programa de stopover teve lançamentos - nacional com as áreas Gol-agosto, Azul -outubro e Latam-dezembro e internacional com Air Canada e também a Latam-dezembro de 2019. Um dos destaques da aproximação com as cidades paulistas e as empresas aéreas fora a realização de três viagens de familiarização -famtour e presstrip - para imprensa canadense e agencias, operadores e imprensa boliviana, que visitaram a capital do Estado de São Paulo ademais do litoral norte do Estado em parceria com as cias aéreas Air Canadá e AmaszonasLineas Aéreas. O Plano das ações futuras inclui: Plano SP de Conectividade Aérea: Projeto objetivado ao aumento no número de voos diretos e indiretos, com partidas ou chegadas no Estado de São Paulo, nos aeroportos internacionais e regionais, com fins de fomentar o turismo, contribuindo com o aumento do fluxo de turistas, receita e empregos. TRAVEL – A parte econômica da conectividade e das viagens em São Paulo: Este projeto tem como foco o aprimoramento dos modais de transportes terrestre, aéreo, fluvial e marítimo de forma estruturante, sinérgica e promocional, com fins do aumento do fluxo de turistas, atraindo investimentos, gerando empregos, renda e desenvolvimento social em toda a cadeia econômica do turismo no Estado de São Paulo. Plano de Fomento, Distribuição e Promoção de Produtos – SP pra Todos: Este projeto tem como objetivo a interlocução, captação e promoção junto a cadeia produtiva, distributiva, vendas e de consumo de produtos, o Estado de São Paulo, nos níveis regional, estadual, nacional e internacional, tendo como foco, a ativação comercial de seus produtos turísticos. Stopover: lançamento nacional com a Passaredo, e Internacional com as demais companhias aéreas estrangeiras que operam ao Brasil - Interrompidos pela pandemia Covid-19); Lei do Aeronauta - Captação de novas companhias aéreas: interlocução na atualização da Lei do Aeronauta - conforme mercados internacionais - para captação de novas cias para atuação no mercado doméstico; Captação de novos voos Internacionais: apoio e interlocução em conjunto com os Aeroportos Internacionais do Estado de São Paulo com as companhias aéreas estrangeiras, para retomada de malha aérea internacional do período pré covid-19 e captação de novos voos internacionais tais como Air New Zeland -Nova Zelândia, China Southern -China, United -São Francisco/USA, dentre outras; Aviação sub-regional: Articulação, promoção e fomento de um novo segmento para o mercado da aviação regional paulista e brasileira. Navios de cruzeiro: Ações para retomada e captação de mais navios, aumento de paradas no litoral paulista e prorrogação de sazonalidade; Plano Diretor de desenvolvimento Integrado da hidrovia Tietê / Paraná: Criação do Plano Diretor de desenvolvimento integrado da hidrovia Tietê / Paraná, em conjunto as Secretarias de Logística e Transporte e Infraestrutura e Meio Ambiente, para o desenvolvimento estruturante, logístico, econômico, comercial e social da cadeia/setor do Turismo nos municípios margeados da hidrovia Tietê/Paraná e adjacentes - Regionalização. Ferroviário: Implantação do Programa de Turismo Ferroviário do Estado de São Paulo e interlocução com os canais de vendas para inclusão dos trens de turismo no portfólio de produtos para o mercado nacional e internacional; Terrestre – Turismo de Proximidade: Interlocução para ações de divulgação, promoção, fomento e vendas do turismo de proximidade junto as locadoras de automóveis, Socicam -Terminais rodoviários e aplicativos de transportes segmentados. Interlocução e apoio no fomento e criação de agências receptivas: criação e estrutura operacional para fomento das vendas através das agências, operadoras e Otas a nível nacional e internacional; Famtrips e Presstrips: Captação junto a companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para apoio na divulgação, promoção, fomento e vendas dos produtos do Estado de São Paulo a nível nacional e internacional em sinergia com a Cotur e ao Núcleo de Internacionalização do Turismo de São Paulo; Plano de ação para ativação e promoção 2021 - 2022 / São Paulo pra Todos e Programa Stopover: Ativação e promoção do Estado de São Paulo como destino turístico de lazer e negócios nos níveis Nacional e Internacional, em conjunto com empresas aéreas, Municípios turísticos, setores e segmentos da cadeia produtiva com ações de workshops, capacitações e treinamentos *in loco* nos Estados Brasileiros e Países onde há integração através da aviação comercial, para fomento e aumento do fluxo de passageiros no receptivo interno e emissivo externo. Captação de Redes Hoteleiras Estrangeiras: para incremento da oferta, segmento e diversidade de produtos, oferecendo os diversos imóveis públicos históricos ociosos como atrativos de investimento. Feiras e Eventos **-** A Secretaria de Turismo participa ativamente das feiras e eventos nacionais e internacionais ligadas ao turismo, gastronomia, negócios, investimentos, aventura, entre outros temas, com objetivo de fornecer subsídios aos profissionais da área, como agentes de viagens e operadores a venderem e divulgarem destinos paulistas; difundir a marca SP Pra Todos; divulgar São Paulo como um destino de negócios e de lazer; divulgar São Paulo como um destino seguro e moderno; promover a arte, cultura, música, gastronomia, tecnologia, inclusão, diversidade dos destinos do estado possibilitar relações de negócios para captação de eventos e investimentos; promover o turismo de proximidade e tornar público os programas e ações da Secretaria de Turismo.Devido a pandemia da Covid-19 muitos eventos foram adiados, cancelados ou migraram para ambientes virtuais, com várias adaptações ao longo do ano. Dessa forma, a pasta participou de um total de 9 feiras e eventos, conforme abaixo:

1	FITUR MADRID 2020	IFEMA - Madri - Espanha	22 a 26 de janeiro
2	Corrida da Mulher	Obelisco - Parque do Ibirapuera – São Paulo	08 de março
3	ABAV Collab	VIRTUAL	27 de setembro a 02 de outubro
4	Expo Fórum Visite SP	Hibrido – WTC Sheraton SP	04 de novembro
5	Festuris Gramado	Serra Park - Gramado - RS	05 a 08 de novembro
6	Conferência da Diversidade e do Turismo LGBT	VIRTUAL	17 a 19 de novembro
7	São Paulo Boat Show	Raia Olímpica - USP	19 a 24 de novembro
8	Festival das Cataratas	Foz do Iguaçu – PR	02 a 04 de dezembro
9	Mesa SP 2020	Hibrido – Vale do Ribeira	09 a 13 de dezembro

Desse total, abaixo algumas informações:



Dos eventos presenciais ou híbridos, a maioria teve sede no estado de São Paulo:



Resultados: Participação em 9 feiras nacionais e internacionais;33 circuitos, instituições, regiões turísticas e órgãos de governo participantes; Participação na primeira feira internacional com estande próprio a Fitur Madrid 2020, realizada de 22 a 26 de janeiro em Madri – Espanha; Mais de 300 mil pessoas impactadas; Cerca de 1,5 milhão investidos; R$ 5,00 investidos por pessoa; Mais de 100 agendas de reuniões durante os eventos; 10 sessões de capacitação realizadas em feiras, reuniões, encontros, eventos online, etc; Calendário de Eventos Turístico do Estado de São Paulo implantado e com cerca de 1000 eventos cadastrados; Produzido conteúdo digital e impresso para promoção do estado; Fornecido estrutura para eventos turísticos antes do período de pandemia. Guia Informativo Circuito Mantiqueira- Período de realização**:** em execução desde março. Programa Rotas Gastronômicas**-** O Programa Rotas Gastronômicas SP está inserido nas Rotas Turísticas, da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. O objetivo do programa é decodificar e identificar o potencial gastronômico paulista para formatar e promover as Rotas Gastronômicas SP, como um tipo de Rota Turística. Programa *Adventureweek* Vale do Ribeira - Período de realização**:** Em fase de finalização do processo administrativo para realização do programa prevista para o período entre dezembro de 2020 e maio de 2021. O *AdventureWeek* é um evento especializado, onde a ATTA – Adventure Travel Trade Association - seleciona compradores e meios de comunicação para experienciar um destino e criar uma visibilidade imediata, bem como aumentar o fluxo de turistas a médio e longo prazo. Objetivos do Programa *AdventureWeek* são aumentar o conhecimento mundial relacionado a destinos de aventura pouco explorados; Apoiar o desenvolvimento econômico local através do envolvimento de toda a cadeia local de turismo; Influenciar a forma como o turismo é desenvolvido em um destino; Conectar os operadores de turismo de aventura locais com compradores e meios de comunicação mundiais; Estimular uma maior interação e colaboração entre os setores público e privado. Mapeamento de Municípios Produtores de Uva e Vinho e com Práticas de Enoturismo no Estado de São Paulo - Realização de Cadastro de Municípios produtores de Uva e Vinho e com práticas de Enoturismo no Estado de São Paulo - auxilio na elaboração do formulário com a equipe de Turismo de Jundiaí e apoio no envio aos municípios das Regiões Turísticas do Estado. Levantamento – Comunicação Promocional das Regiões Turísticas -RTS: Mapeamento da presença e formas de comunicação promocional das Regiões Turísticas no mundo virtual com foco no atendimento ao viajante e turista. Material será usado como base para treinamentos e capacitações ao longo de 2021. Resultado alcançado**:** - 49 Regiões Turísticas existentes no Estado de São Paulo; - 354 municípios compõem as RTs; - 10 RTs possuem *sites* específicos; - 4 RTs tem páginas nas redes sociais; - 178 *sites* contêm informação turística dos municípios. Concurso para Seleção de Roteiros Turísticos Virtuais por Municípios do Estado de São Paulo -O público-alvo do concurso foram Guias de Turismo, Pessoas Físicas, devidamente credenciados no CADASTUR, categoria Guia Regional São Paulo, que poderiam inscrever roteiros virtuais de até 2 dos 369 municípios pré-estabelecidos, podendo ser contemplado com apenas 1 roteiro. O valor da premiação para cada um dos Guias de Turismo contemplados será de R$ 726,00, conforme regras e condições estabelecidas em Edital. Resultado Alcançado**:** 7 vencedores e 1 suplente. Guia Informativo das Regiões Turísticas do Vale do Ribeira -Realização de visita técnica nas 3 Regiões Turísticas do Vale do Ribeira - Caminhos da Mata Atlântica, Cavernas da Mata Atlântica e Lagamar, com o objetivo de identificar os diversos segmentos das regiões, estudo este que servirá de base para a formatação do Programa Rotas Turísticas, e que originou o Guia Informativo das Regiões Turísticas do Vale do Ribeira. Objetivo do Guia é acima de tudo promover a região economicamente graças ao turismo, divulgando os segmentos que movem a região e que muitas vezes são desconhecidos por grande parte do nosso Estado e do Brasil

como um todo. Guia de Rotas Turísticas do Vale do Ribeira disponível em https://issuu.com/turismosp/docs/rota_turistica_separados_07-12

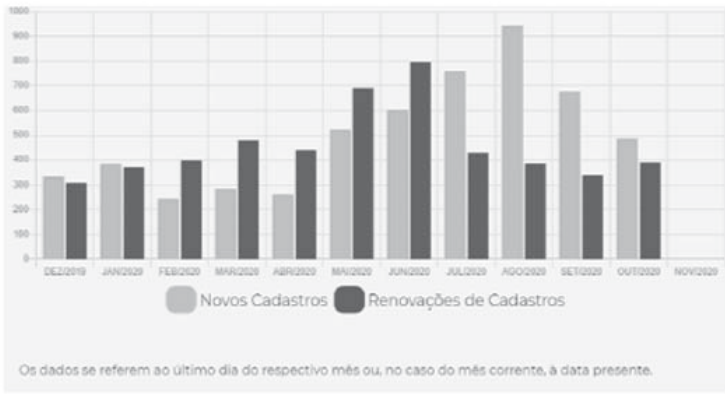
Conselho Estadual de Turismo – Biênio 2019/2021- As reuniões estão sendo realizadas mensalmente de forma virtual, às segundas terças-feiras do mês, conforme Regimento Interno. Além das reuniões ordinárias e assuntos que lhe são submetidos em consulta, participou das atividades: Compartilhamento e disseminação da Campanha de Marketing Nacional e Internacional do Turismo do Estado e São Paulo. Expansão da Marca SP criada pela SETUR/SP, do vídeo "SP pra Todos", pelas entidades que o representam. Participação na elaboração do Plano Estratégico 2030, apresentado na Oficina Digital realizada pela SETUR /Fia/USP; reapresentado na Reunião Ordinária de Junho. Foi também apresentado ao Trade do Turismo quando várias entidades que integram o conselho puderam opinar. O plano é composto por cinco diretrizes: Gestão e Retomada; Governança participativa e colaborativa; Inteligência e Inovação; Fortalecimento Regional e Local; Marketing e Comunicação. Atualmente há dois Grupos de Trabalho: Um grupo que analisa a Lei Geral de Proteção de Dados e o segundo grupo que analisa a entrada e exclusão de entidades. Proposta de encaminhamento ao governador de Moção referente a: Consulta pública 03/2020 da ARTESP -Agência de Transporte do Estado de São Paulo, que propõe alterações na regulamentação da atividade de fretamento. O conselho foi convidado a apoiar na divulgação da Pesquisa Online de Percepção do Turismo, elaborada pelo Centro de Inteligência da SETUR/SP -CIET, por intermédio das entidades e Secretarias Estaduais que o integram. CADASTUR: Período de Realização: contínuo**,** CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo. O cadastro garante diversas vantagens e oportunidades aos seus cadastrados e é também uma importante fonte de consulta para o turista. O programa é executado pelo Ministério do Turismo, em parceria com os órgãos oficias de turismo, nos 26 estados e no Distrito Federal. Balanço Pandemia CADASTUR SP Perante a pandemia COVID-19 tendo como consequência a crise econômica, vale ressaltar o recorde de solicitações da história do CADASTUR SP, sendo aproximadamente o 12.000 pleitos analisados e certificados homologados. Destaca-se o motivo do aumento devido o certificado CADASTUR ser obrigatório para acesso à linha de crédito FUNGETUR (Mtur) via Programa de Crédito Turístico -SETUR SP, com administração e repasse da verba pelo banco estadual de fomento DESENVOLVE SP. Outra demanda de destaque, que é obrigatório certificado CADASTUR para os estabelecimentos que se enquadram ao programa do Mtur Selo Turismo Responsável**.**

Segmento	Janeiro	Novembro	Aumento
Restaurantes / Gastronomia	800 Homologados	1826 Homologados	130%
Eventos	961 Homologados	1600 Homologados	70%

MTur - Ministério do Turismo
Relatório Quantitativo de Renovação / Novos Cadastros

Cadastur

UF: SP



Mês/Ano	Novos Cadastros	Renovações de Cadastros	Total por mês
DEZ/2019	333	308	641
JAN/2020	385	370	755
FEB/2020	244	399	643
MAR/2020	284	480	764
ABR/2020	261	440	701
MAI/2020	523	689	1212
JUN/2020	602	795	1397
JUL/2020	758	428	1186
AGO/2020	942	387	1329
SET/2020	675	339	1014
OUT/2020	486	390	876
NOV/2020	0	0	0

Plano 20-30 **-** Resultado de elaboração coletiva, o Plano de Turismo 20-30 visa estabelecer diretrizes, objetivos, metas e mecanismos de controle que sejam capazes de transformar o estado de São Paulo em nova referência nacional e internacional para o turismo. Pautado por uma nova concepção das atividades e dos produtos do turismo, fundamentados na inovação, no empreendedorismo, na sustentabilidade, na inclusão e acessibilidade e na pluralidade e diversidade como promotores do lazer, dos negócios, dos esportes, da natureza, da saúde, da fé, da arquitetura, da gastronomia e da educação. O Plano combina as principais vocações do estado, que, articuladas com o mercado, estabelecem condições políticas, econômicas e institucionais para que São Paulo seja o protagonista do turismo do futuro. Link para acesso ao resumo executivo, disponível para download: https://www.turismo.sp.gov.br/plano-turismo-sp-20-30. Centro Estratégico **-** Foi uma entrega no âmbito do contrato entre a SETUR e a FIA, o qual propõem a criação de uma área operacional cuja missão será de desenvolver atividades de inteligência estratégica para subsidiar o processo decisório da SETUR, garantindo a eficiência e eficácia da gestão institucional. Visando ser um centro de referência na orientação, articulação e difusão de estratégias para o desenvolvimento do turismo do Estado de São Paulo. Principios: Gestão por Resultados - A gestão da unidade oferece informações e métodos para processos administrativos eficientes, tomada de decisão eficaz e políticas públicas efetivas, garantindo o cumprimento dos objetivos e metas para o desenvolvimento do turismo no estado de São Paulo. Confiabilidade - A confiabilidade se traduz pelo compromisso e responsabilidade da SETUR com o qualidade e consistência do processo de levantamento de informações, tratamento e geração de análises estratégicas e táticas que contemplem diversas visões da realidade. Criatividade e Inovação - Soluções de gestão de processos bem como de tecnologia aplicada caracterizadas por sua agilidade, confiabilidade, adequação às realidades presentes que superem em efetividade às alternativas que historicamente se provaram inadequadas à promoção do turismo. Diretrizes: Planejamento Organizacional: Refere-se a todas as metodologias e etapas do planejamento nos diversos níveis da organização, sua definição, disseminação e suporte bem como à operacionalização. Inteligência Setorial: Diz respeito à eficácia de todas as ações de coleta, tratamento, armazenamento de dados do turismo, bem como o processamento e disseminação das informações necessárias aos processos de gestão, tomada de decisão, monitoramento e avaliação em relação aos objetivos da SETUR. Comunicação Integrada: Processos que garantam a transversalidade, efetividade e fluidez da comunicação qualificada e em rede, alinhados ao planejamento estratégico e seus objetivos com amplitude interna e externa à SETUR.

Considerações Finais - Apesar das circunstâncias desfavoráveis, o Turismo seguiu como agente econômico estratégico no ano, conforme demonstrado. Para o ano seguinte prevemos crescimento de 17,8% no PIB do turismo e de outros 8,6% de crescimento em 2022, sendo que em março de 2022 se retornaria aos níveis de final de 2019/início de 2020. Tal recuperação poderá se dar antes, caso a vacina, a realizar-se entre janeiro e março desse ano, tenha um efeito positivo imediato sobre o turismo. O setor encerrou 2019 com saldo de empregos diretos criados em mais de 50 mil, no entanto foram perdidos cerca de 150 mil empregos diretos na pandemia. Estima-se que o saldo acumulado de perda de empregos com a pandemia será zerado até outubro de 2021, passando a trazer até 3 mil novas vagas (além das recuperadas) até dezembro de 2021 e outras 14 mil novas vagas até março de 2022, encerrando o primeiro trimestre de 2022 com todos os empregos recuperados e 17 mil novas vagas criadas. O resultado apurado para o PIB do turismo em 2020 é de uma redução de -20,9%, considerando as atividades diretas de turismo, as indiretas e induzidas. Importante considerar que as atividades indiretas envolvem também muitas contratações fixas, que não têm redução proporcional à redução de atividade; e as atividades induzidas dependem principalmente da massa salarial do setor e da atividade da economia como um todo, que, em razão de compensações e acordos, tiveram redução inferior ao nível de atividade direta. Importante notar que a redução do turismo se concentrou nos meses entre abril e julho, quando índices de monitoramento de atividades como transporte de passageiros e meios de hospedagem caíram mais de 90% em São Paulo. Alguns índices setoriais não consideram movimentos de mercado do turismo que se realizam de forma independente, como os milhares de excursionistas que circulam em todo o estado de São Paulo e que tem como principais motivações de viagem o lazer e/ou visita a amigos e parentes. Cabe mencionar também o movimento gerado por ferramentas de locação de hospedagens por aplicativo, como o Airbnb. Já neste último trimestre do ano, são notados sinais do potencial de recuperação ainda que limitados em razão das precauções com a pandemia. O movimento de carros particulares nas principais estradas do Estado de São Paulo no final de semana em outubro, por exemplo, já foi 4% superior ao de outubro do ano passado. A oferta de voos domésticos já em dezembro e janeiro de 2020/2021 deverá ser 65% do que foi praticado em 2019, que foi um final de ano muito positivo em termos de movimento. O mercado de turismo em São Paulo tem uma característica de ser o principal emissor de turistas nacionais e internacionais do Brasil; existe uma retenção de recursos para turismo por parte da população de São Paulo formada por poupança retida, viagens nacionais e internacionais não realizadas no período, além da fidelização por passar a visitar destinos no estado de São Paulo que não eram visitados anteriormente. Isso dá um valor adicional de R$ 13,4 bilhões em receita do turismo até o final de 2021. Assim, é possível traçar expectativas de retomada, especialmente com a campanha de vacinação e adoção de protocolos de segurança no turismo. Com destaque para o fortalecimento do turismo de proximidade dentro do próprio Estado e um impulso por disponibilização de crédito para investimentos, a expectativa é aumentada para que já no final de 2021 e início de 2022 haja retorno aos patamares anteriores à pandemia, e nos anos seguintes verifiquemos crescimento real com ampliação de oferta de serviços e do turismo de negócios.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Atribuições Institucionais - A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – PGE é instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador do Estado. Definidas como essenciais à justiça, suas atribuições estão previstas no artigo 132 da Constituição Federal (CF/88), no artigo 98 e seguintes da Constituição do Estado (CE), e na Lei Complementar1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da PGE). Competem à PGE a representação judicial e extrajudicial do Estado e suas autarquias, inclusive as de regime especial, exceto as universidades públicas; o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo e das entidades autárquicas; o assessoramento jurídico e técnico-legislativo ao Governador do Estado, a promoção, com exclusividade, no que diz respeito à inscrição, o controle e a cobrança da Dívida Ativa estadual, além da realização de procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, não regulados por lei especial. Para fins de atuação uniforme, a PGE exerce, ainda, a coordenação dos órgãos jurídicos das universidades públicas estaduais, das empresas públicas, das sociedades de economia mista sob controle do Estado e das fundações estaduais.

Principais Atividades Desenvolvidas, Por Área, No Ano de 2020: -Área do Contencioso Geral: 1- Área do Contencioso Geral -Medidas Administrativas, De Reestruturação e Reorganização da Área do Contencioso Geral -Trt´S Das 2ª E 15ª Regiões – Integração PJE-PGE.net – MNI. Tendo sido assinados convênios/acordos de cooperação técnica com os Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª (TRT-2) e 15ª (TRT-15) Regiões, com o objetivo de realizar a integração, por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, do sistema de controle de processos da PGE (PGE.net) com o sistema de tramitação de processos eletrônicos adotado pelos Tribunais Regionais mencionados (PJe). Esperada para o 1º semestre de 2021, a implantação noTRT-2, para que possa ser posteriormente implantado no TRT-15 e no Tribunal Superior do Trabalho (TST), garantindo aos Procuradores do Estado melhor produtividade, assim como maior segurança, no tocante aos processos que tramitam junto aos referidos Tribunais. Ampliação da Competência dos Núcleos Estratégicos e Temáticos Relativos a Políticas Públicas e Saúde Pública. Reforçando a intenção de promover a especialização em matérias mais sensíveis e relevantes para o Estado de São Paulo (Estado), ampliou-se a competência do Núcleo de Políticas Públicas e da Coordenadoria Judicial de Saúde Pública – COJUSP, que passaram a acompanhar as ações propostas em todo o Estado. -Orientação e Uniformização de Atuação Edição de 16 comunicados conferindo orientação à atuação dos Procuradores do Estado. -Decisões Judiciais Relevantes. O ano se mostrou especialmente desafiador para a área do Contencioso Geral da PGE, em virtude da pandemia causada pelo COVID-19. Foram propostas mais de 700 ações diretamente relacionadas à pandemia do COVID-19, destinadas a questionar as medidas adotadas pelo Estado ou a impor a esse a adoção de medidas supostamente mais adequadas. Segue breve apanhado das principais vitórias judiciais obtidas pela PGE sistematizadas por tema: -Políticas Públicas -Reversão de liminar que interditava o Palácio da Polícia Civil em Santos, em prejuízo às atividades policiais e de inteligência da Região. -Sentença favorável em Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Estado, reconhecendo abusiva propaganda de Sindicato que incitava pais a não levarem os filhos à Escola e impondo ao mesmoobrigação de não mais vincular a propaganda em questão. -Obtenção de liminar proibindo empresa privada de utilizar marca que se assemelhava ao escudo do Corpo de Bombeiros

do Estado. -Obtenção de efeito suspensivo em agravo de instrumento (AI) interposto para suspender decisão proferida em ACP, que imputava ao Estado responsabilidade solidária no tocante ao reparo de ponte interditada no Município de São Vicente. Cassação de liminar concedida em ACP ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que suspendia os efeitos da Portaria04/2019 da Polícia Civil, que disciplina o plantão da Polícia Judiciária em Cidades do Interior do Estado. Suspensão de decisão liminar que interferia no planejamento e organização do combate à pandemia de COVID-19 pelo Estado, determinando alterações no Decreto de Calamidade Pública no tocante à abrangência das restrições e sanções impostas. Suspensão de liminar que determinava ao Estado e àCompanhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, distribuição, em todo o território estadual, de água potável mediante carros pipa ou qualquer outro meio nas áreas consideradas de abastecimento insuficiente, especialmente ocupações irregulares, interferindo na política pública de enfrentamento (isenção tarifária) e na rede de abastecimento e alterando a destinação dos recursos públicos no cenário de crise de enfrentamento da COVID-19. Extinção, em primeira instância, de ACP ajuizada para condenar o Estado ao fornecimento compulsório de máscaras para toda a população do Estado. Suspensão de liminar deferida por Juízo de Piracicaba que permitia a abertura de vários estabelecimentos comerciais durante a pandemia, em descompasso com o planejamento estabelecido pelo Estado. Acórdão favorável proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) reconhecendo a validade da utilização, pelo Estado, do Sistema de Monitoramento Inteligente – SIMI para apuração dos índices de isolamento social no contexto da pandemia de COVID-19. Obtenção de liminar em AI para suspender decisão que permitia a reabertura de floricultura no Município de São José do Rio Preto em desconformidade com o previsto no plano São Paulo. Suspensão de liminar concedida em favor do Município de Registro que determinava a alteração dos critérios estabelecidos pelo Plano São Paulo para classificação da Região. Acórdão favorável proferido pelo TJSP reformando sentença que havia julgado procedente ação ajuizada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) com o objetivo de disciplinar a atuação da Polícia Militar do Estado no acompanhamento de manifestações populares. Acórdão favorável em mandado de segurança que questionava a obrigatoriedade de uso de máscaras em espaços públicos. Acórdão favorável proferido pelo TJSP reformando sentença que havia julgado procedente ação ajuizada pelo MPSP para alterar as designações de professores Mediadores Escolares Comunitários na Diretoria Regional de Ensino de Presidente Prudente. Acórdão favorável proferido pelo TJSP mantendo sentença que havia julgado improcedente ACP proposta pelo MPSP com a finalidade de compelir o Estado a contratar policiais civis para atuação em Município específico (Nova Odessa) em desacordo com planejamento estadual da Policia Civil do Estado. Acórdão favorável mantendo sentença que havia extinguido ação popular proposta com a finalidade de questionar os Decretos Estaduais editados visando o enfrentamento da pandemia de Covid-19, especialmente os DecretosEstaduais 64.881/2020, 64.862/2020, 64.864/2020, 64.865/2020 e 64.879/2020. Decisão favorável indeferindo a petição inicial de ação popular proposta com a finalidade de questionar o Decreto Estadual64.880/2020 e a Resolução SSP-26/2020, posteriormente substituída pela Resolução SSP-27/2020, que determinou que os cadáveres deverão receber as mesmas cautelas dispensadas aos portadores do novo coronavírus, enquanto não confirmada a causa da morte e excluída a presença de Covid-19. Sentença favorável em ACP proposta com a finalidade de obrigar o Estado a realizar teste para detecção de Covid-19 em todos os trabalhadores de transporte público, concessionado ou não, manter frequência de testes para garantia de saúde e vida desses profissionais, fiscalizar empresas, concessionadas ou não, no tocante ao fornecimento de Equipamentos de Segurança Individual e a criar um "Conselho de Emergência e Combate ao COVID-19" para controle e acompanhamento de tais medidas, desarticulando a estratégia tratada para enfrentamento da pandemia. -Sistema Penitenciário - Suspensão de medida liminar deferida em ACP ajuizada pela DPESP, que impedia a realização de concorrência destinada a permitir a implantação do sistema de cogestão em 4 unidades prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). -Revogação de liminar deferida em ACP, que suspendia a transferência de presos entre unidades prisionais durante a pandemia de COVID-19. -Acórdão favorável em ACP ajuizada pelo MPSP para alterar a composição das equipes mínimas de saúde das unidades prisionais de Potim I e II, com intervenção na política estatal existente. -Suspensão de liminar que impunha diversas obrigações à SAP, relativas ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI´s, ao afastamento de servidores de grupo de risco e à adoção de procedimentos, interferindo no planejamento e organização no combate à pandemia de COVID-19. -Sentença favorável determinando a extinção deACP ajuizada por Sindicato que buscava proibir a transferência de presos no período da pandemia de COVID-19. -Acórdão favorável ação rescisória (rescisória) anulando decisão que fixava limite de lotação para a unidade prisional de Itapecerica da Serra diverso daquele estabelecido pela SAP. -Reversão de liminar concedida em ação proposta pela DPESP, que determinava a instalação de telefones públicos ou meios alternativos de comunicação em todas as Unidades Prisionais do Estado, com aumento dos gastos públicos no contexto da pandemia. -Sentença favorável em ACP ajuizada pelo MPSP para proibir o ingresso de presos em Unidade Prisional na Cidade de São Vicente. -Decisão favorável em AI que negou liminar em ACP ajuizada pelo MPSP com a finalidade de condenar o Estado a adotar diversas medidas que entende adequadas para o combate à pandemia de COVID-19 no Município de Peruíbe, em desacordo com a atuação coordenada da Administração no enfrentamento da pandemia. Acórdão favorável em rescisória anulando decisão que fixava limite de lotação para o Centro de Detenção Provisória de Jundiaí diverso daquele estabelecido pela SAP, bem como proibia o ingresso e a permanência de qualquer preso definitivo na referida unidade. Suspensão, junto à relatora das apelações, de tutelas antecipadas deferidas em sentenças que proibiam visitas nas unidades prisionais de todo o Estado. –*Educação*- Acórdão favorável reformando sentença proferida em ACP promovida pelo MPSP, que ampliava o número de Professores Coordenadores nas escolas estaduais, em desconformidade com a Resolução da Secretaria da Educação (SEDUC) vigente. Suspensão de liminar que alterava Resolução editada pela SEDUC, impondo a distribuição de valores referentes à merenda escolar para todos os alunos da rede pública, independente da vulnerabilidade social, alterando a política pública do Estado e a destinação dos recursos públicos no cenário de crise de enfrentamento da COVID-19. Sentença favorável em ACP em que se pleiteava alteração da sistemática escolhida pela SEDUC para o transporte escolar no Estado. Sentença favorável em ação popular promovida com a finalidade de questionar o Decreto Estadual65.061/2020, que regula a retomada das aulas no Estado. *Patrimônio Imobiliário E Regularização Fundiária* - Liminar impedindo a inscrição do Estado e da SEDUC em Dívida Ativa, deferida em ação ajuizada em face da União Federal (União) com a finalidade de discutir a propriedade de 11 imóveis do extinto INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), atualmente utilizados pelo Estado para Saúde Pública, e a possibilidade de cobrança de taxa de ocupação dos referidos imóveis pela União. Sentença favorável em ação indenizatória relativa à desapropriação indireta no Pontal do Paranapanema, no valor de R$ 700.000.000,00. Defesa do Erário - Obtenção de liminar em ação ajuizada perante a Uniãopara suspender a inscrição da São Paulo Previdência – SPPREV no Cadastro de Devedores Inadimplentes – CADIN da União, que obstava transferências de recursos para a autarquia. Decisão favorável em rescisória proposta para anular condenação do Estado ao pagamento do de R$ 297.444.256,15. Obtenção de efeito suspensivo em recursos especial e extraordinário para obstar execução em desfavor do Estado no valor de R$ 93.116.028,00. Obtenção de liminar em rescisória para suspender execução de condenação proferida em processo coletivo que impunha ao Estado o pagamento de diferenças da conversão em URV (Lei8.880/94) em favor dos servidores do Poder Judiciário. Acórdão favorável junto ao TST, reformando decisão que condenava o Estado a responder subsidiariamente por direitos e valores previstos em convenções coletivas celebradas pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Prestação de Serviços à Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo desde o ano de 2014. Extinção sem julgamento de mérito e suspensão, até análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's) que questionam a lei estadual que estabeleceu novo limite para pagamento de Obrigações de Pequeno Valor (OPV's). Decisão favorável proferida pelo STF em ação proposta pelo Estado para ver reconhecida a ausência de obrigação de pagamento de valores em favor da União relativos ao Convênio177/01, que teve como objeto a construção de unidade prisional. Sentença favorável reconhecendo a existência de coisa julgada em ação coletiva na qual a Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – ASSOJURIS pleiteia o recálculo de URV em favor dos oficiais de justiça do TJSP. Decisão favorável em rescisória proposta para anular decisão, proferida ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Tecnólogos, Técnicos e Auxiliares em Radiologia, Diagnóstico por Imagens e Terapia do Estado de São Paulo, que condenava o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo a pagar aos profissionais de radiologia valores superiores aos previstos em lei. Obtenção de liminar junto ao STF para impedir a inscrição do Estado como inadimplente em cadastros federais em decorrência de divergência em convênio celebrado com o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), medida que impediria repasses voluntários ao Estado. Obtenção de liminar em ação de exibição de documentos proposta em face do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) para obtenção de documentos imprescindíveis para a apuração de eventuais prejuízos causados ao Estado por empresa contratada para a realização de obras viárias, cujo fornecimento havia sido negado ao fundamento de sigilo entre os participantes de arbitragem. Obtenção de liminares em rescisórias ajuizadas para anular decisões que condenaram o Estado a pagar valores a título de aplicação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC em favor de beneficiários de complementação de aposentadoria da FEPASA (Ferrovia Paulista S/A.). Decisão parcialmente favorável em ação proposta pelo Serviço Funerário do Município de São Paulo com o intuito de obrigar o Estado a ressarci-lo pelas despesas efetuadas no recolhimento de cadáveres ao Serviço de Verificação de Óbitos da Capital nos casos de morte por causa indeterminada ou de falta de identificação do corpo, acolhendo a prescrição suscitada pela PGE e reduzindo o montante pleiteado a 1% do montante total pleiteado pelo Município. *Recursos Humanos* - Obtenção de liminar em reclamação proposta perante o STF para obstar a execução em ACP ajuizada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP para obtenção de adicionais temporais para todos os professores contratados pela rede estadual de ensino. Suspensão de decisão liminar que interferia no planejamento e organização do combate à pandemia de COVID-19 pelo Estado, determinando o afastamento ou regime de *home-office* para servidores da área da saúde e de outras atividades essenciais. Sentença de improcedência em ação ajuizada pela APEOESP para obtenção de aposentadoria especial em favor de ocupantes do cargo de diretor de escola, com a possibilidade de extensão para todos os servidores. Sentença de improcedência em ação coletiva ajuizada pela Associação dos Assistentes Jurídicos do MPSP requerendo a condenação do Estado ao pagamento de diferenças do adicional de qualificação a aproximadamente 1.200 associados da autora. Suspensão de liminares deferidas pela Justiça do Trabalho, que impunham o afastamento de servidores daCompanhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e daCompanhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, interferindo no planejamento realizado pelas empresas para combate à pandemia de COVID-19 e comprometendo o transporte público municipal e intermunicipal. Suspensão de liminar que autorizava a compra direta de equipamentos de proteção individual por servidores da área da saúde, mediante reembolso do Estado (sem licitação), e autorizava que tais servidores se afastassem, sem repercussão funcional, caso entendessem que a proteção fornecida pelo Estado se mostrava insuficiente. Obtenção de efeito suspensivo em AI interposto em face de liminar deferida em ACP que classificava o COVID-19 como doença ocupacional, invadindo a competência do órgão técnico estadual para tal definição. Acórdão favorável em mandado de segurança coletivo impetrado pela Associação dos Especialistas de Políticas Públicas com o objetivo de restabelecer o pagamento da gratificação de representação em favor de toda a categoria. Acórdão favorável julgando procedente rescisória proposta com a finalidade de desconstituir decisão havia determinado extensão do pagamento do Prêmio de Incentivo de Qualidade (PIQ) aos Analistas em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas. Acórdão favorável em ADI proposta contra a Lei Complementar Estadual1.097, que trata do sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da SEDUC. Suspensão de liminar deferida em ACP que dispensava o comparecimento presencial dos servidores das unidades gestoras das escolas estaduais, alterando a política de funcionamento da educação estadual durante a pandemia e inviabilizando a entrega de materiais didáticos fundamentais para o ensino remoto. Decisão favorável junto ao TST determinando a suspensão de liminar que prorrogava a vigência de normas coletivas aplicáveis aos empregados do METRÔ durante o período da pandemia e que resultava em um gasto extra superior a R$ 20.000.000,00 por mês. Acórdão favorável em ação coletiva ajuizada pela Associação dos Gestores Públicos do Estado de São Paulo com o objetivo de ver reconhecido o direito de toda a categoria à percepção de reajuste anual de acordo com a inflação. Decisão favorável em ACP ajuizada pela APEOESP questionando o planejamento escolar do ano de 2020. Acórdão favorável em ação coletiva na qual o Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza pleiteava o afastamento da regra do teto constitucional (EC41/03) sobre as "vantagens pessoais" dos servidores da autarquia. Obtenção de liminar em AI para suspender tutela antecipada deferida em ACP proposta pela APEOESP, que impedia o controle de frequência dos professores da rede pública estadual em teletrabalho por entrega de planejamento escolar. Acórdão favorável em AI para indeferimento de tutela antecipada em ACP ajuizada por Sindicato dos Policiais Civis de Santos objetivando a condenação do Estado a entregar álcool gel e máscara indiscriminadamente, para todos os integrantes da categoria, com afastamento dos critérios estabelecidos pela Administração Pública. Obtenção de liminar em conflito de competência instaurado perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ determinando a suspensão de decisão proferida no âmbito da Justiça do Trabalho que impunha à SAP a adoção de medidas em desacordo com a atuação coordenada da Administração no enfrentamento da pandemia, que poderiam prejudicar o funcionamento do sistema prisional. Sentença favorável em ação coletiva ajuizada pela AGESP, em favor de todos os AFORSPS, para recebimento da Gratificação de Representação no período em estes servidores ficaram vinculados à Casa Civil. Acórdão favorável em Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI que visava a inclusão no regime próprio de

previdência de servidores representados pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça, admitidos pelo regime da Lei 500/74. Suspensão de liminar deferida em ação coletivaque determinava a suspensão da aplicação de dispositivos da Lei Complementar Estadual 173/2020 aos servidores vinculados à SEDUC e reversão de liminares de idêntico teor deferidas em processos individuais. Obtenção de liminar em rescisória para suspender 8.000 execuções individuais apresentadas por policiais militares em virtude de ação coletiva ajuizada por associação. Sentença favorável em ação ajuizada pela Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Civis da Região Sudeste com o objetivo de condenar o Estado ao afastamento de todos os servidores integrantes de grupo de risco da Policia Civil do Estado. *Saúde Pública* - Suspensão, junto ao STF, de liminarque determinava a construção de laboratório para análise de agrotóxicos na Cidade de Piquete e interferia em política pública existente. Sentença favorável em ACP proposta pelo MPSP requerendo a instituição de Comissão Média Revisora de todas as internações psiquiátricas involuntárias ocorridas no Município de São Paulo. Acórdão favorável reformando sentença proferida em ACP promovida pelo MPSP, que determinava ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE a manutenção de estabelecimento conveniado na Cidade de Piracicaba. Obtenção de liminar pra reabertura da Unidade de Saúde Estadual localizada no Município de Casa Branca, que havia sido indevidamente lacrada por atuação do Município durante a pandemia de COVID-19. Suspensão de liminar que impunha afastamento de servidores do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e do IAMSPE, interferindo no planejamento e organização do combate à pandemia de COVID-19 e comprometendo o sistema de saúde para enfrentamento da crise. Obtenção de decisão liminar para entrega de 200 respiradores devidos ao Estado, sob pena de multa diária de R$100.000,00. Obtenção de liminar em AI para suspensão de leilão presencial de gado em Araçatuba, a ser realizado durante o período de isolamento social, que poderia resultar em prejuízos à saúde pública e colocar em risco a população pela ampliação da exposição à COVID-19. Obtenção de liminar em AI para suspender decisão que restringia a atuação da Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde- CROSS, determinando a transferência de todos os pacientes com COVID da Santa Casa de Presidente Venceslau para Hospital Regional de Presidente Prudente, interferindo na gestão da saúde pelo Estado durante a pandemia de COVID-19. Acórdão favorável em AI para suspender execução de decisão que impunha ao Estado a construção imediata de laboratórios nos Municípios de Presidente Venceslau e Marabá Paulista para fiscalização da utilização de agrotóxicos em alimentos, desequilibrando o sistema estadual de fiscalização e análise e atribuindo tratamento injustificadamente mais benéfico a tais Municípios. Acórdão favorável em ACP proposta pelo MPSP para condenar o Estado a realizar, de imediato, o registro e a coleta de doares voluntários de medula óssea que se apresentassem perante o hemonúcleo de Sorocaba, sob gestão da COLSAN, sem a observância das normas aplicáveis. Transportes - Acordão favorável que manteve a invalidação dos Termos Aditivos Modificativos –TAM´s celebrados com a concessionária AUTOVIAS, realizada pelo Estado. Acórdão favorável junto ao Órgão Especial do TJSP, reconhecendo a constitucionalidade dos artigos 277 e 165-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que preveem como infração administrativa a simples recusa do cidadão em se submeter aos testes para certificar influência de álcool ou drogas, considerada infração gravíssima. Acórdão favorável em ACP ajuizada pelo MPSP com finalidade de alterar a rodovia SP-613 (Rodovia Arlindo Bettio que faz a ligação entre os Municípios de Teodoro Sampaio e Rosana). Suspensão de decisões liminares que interferiam no planejamento e organização do combate à pandemia de COVID-19 pelo Estado, determinando bloqueio de estradas e acessos a Municípios, inclusive à região litorânea. Sentença favorável em ACP ajuizada por Associação que pretendia alterar os procedimentos de fiscalização de vistoria veicular por parte do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP. Decisão favorável no STJ em procedimento de uniformização no âmbito dos juizados especiais, reconhecendo a legalidade de envio de notificações previstas no CTB por carta simples, sem necessidade de pagamento de aviso de recebimento, validando procedimento adotado pelo DETRAN-SP e Departamento de Estradas de Rodagem -DER. Obtenção de liminar em AI interposto para permitir o prosseguimento de obra de ampliação e melhoria de rodovia estadual no valor aproximado de R$ 100.000.000,00. Acórdão favorável em ação que questionava a concorrência internacional para serviços de transporte intermunicipal coletivo no Estado. Acórdão favorável em ação popular que buscava questionar os reajustes das tarifas de transporte público (trem e metrô) aplicados em janeiro de 2019. Contratações - Acórdão favorável em AI interposto contra liminar que obstava a realização de licitação para compras de aparelhos de anestesia pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Sentença de improcedência em processo ajuizado por empresa para questionar processo administrativo de averiguação instaurado pela Polícia Militar com a finalidade de apurar descumprimento contratual. Acórdão favorável reformando sentença que condenava o Estado a promover o reequilíbrio do contrato celebrado com a Concessionária VIOESTE (concessão003/CR/08 – Rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e José Ermínio de Moraes). Acórdão favorável em ação de reequilíbrio econômico financeiro relativa ao contrato de concessão do sistema Anhanguera-Bandeirantes. Suspensão e cassação de liminares que vedavam a interrupção no fornecimento de gás encanado no Estado durante a pandemia de COVID-19, resultando em desequilíbrio na concessão do serviço e afetando plano estratégico do Estado para enfrentamento da crise. Acórdão favorável reformando sentença que havia determinado o pagamento de valores supostamente devidos à Concessionária Rota das Bandeiras S/A a título de reequilíbrio econômico do contrato de concessão, superiores a R$ 16.000.000,00. Sentença de improcedência em ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela concessionária Rota das Bandeiras S/A, com valor estimado de R$ 143.000.000,00. Sentença de improcedência em ação de reequilíbrio econômico e financeiro ajuizada pela concessionária Rota das Bandeiras S/A, com valor estimado de R$ 1.500.000,00. Acórdão favorável confirmando sentença que julgou improcedente ação de reequilíbrio contratual ajuizada pela concessionária de rodovia estadual SPMAR pleiteando valores superiores a R$ 1.200.000.000,00. Revogação de liminar concedida em AI, permitindo o prosseguimento de licitação para construção e administração de unidades prisionais pela iniciativa privada sob o regime de cogestão. Acórdão favorável reformando sentença que condenava o Estado a reequilibrar a equação econômico-financeira do contrato de concessão celebrado com a COMGÁS, equacionando suposto desequilíbrio em montante superior a R$ 500.000.000,00. Meio Ambiente - Sentença favorável em ACP ajuizada pelo MPSP requerendo alterações no projeto da obra de prolongamento da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna) e a condenação do Estado no pagamento de indenização por danos ambientais no valor mínimo de R$ 90.000,00. Improbidade - Acórdão favorável condenando, por improbidade administrativa, servidores responsáveis por atos lesivos ao patrimônio público, consistentes em fraudes do estoque do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Extinção, em primeira instância, de ação de improbidade administrativa na qual se pleiteava anulação da concessão do Rodoanel Leste. Obtenção de liminar em ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Estado para obstar o levantamento de precatório no valor de R$ 44.000.000,00.

Área do Contencioso Tributário-Fiscal - Medidas Administrativas de Reorganização da Área - Intensificação de Meios Administrativos de Cobrança. A desistência e o não-ajuizamento de execuções fiscais (EF´s) de dívidas com valores inferiores a 1.200 UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos da Resolução PGE21/2017, induziu incremento de meios administrativos de cobrança, com especial relevo para o protesto de certidões de Dívida Ativa. A medida racionaliza os recursos utilizados para a recuperação de crédito, inclusive aqueles relativos à mão de obra e reflete no relatório de protestos. Aperfeiçoamento Dos Sistemas Eletrônicos De Acompanhamento De Processos -Os rumos que a tecnologia assumiu no cenário jurídico do país exigem postura proativa da PGE a fim de sempre buscar soluções tecnológicas aptas a integrar a atividade-fim dos Procuradores do Estado com as facilidades eletrônicas existentes. Desde questões relacionadas à gestão de processos até a elaboração de teses jurídicas estão no radar da área para o próximo quadriênio. Diversos aperfeiçoamentos foram feitos no sistema eletrônico de acompanhamento processual (PGE.net), que continua sendo o principal *software* para essa finalidade. Foram feitas tratativas iniciais para a implantação de sistemas que serão integrados ao PGE.net para propositura eletrônica de documentos processuais, impulsionamento do processo de ofício e pesquisa eletrônica em base de dados diversas. Tais tratativas estão resumidas em termo de referência que norteará possível e futura licitação de novo *software* de acompanhamento processual. Pretende-se, ainda, licitar a prestação de serviços de tecnologia para a disponibilização de novo *software* capaz de atender as demandas acima descritas. -Conciliação E Mediação - Permanecem os esforços para conciliação com o contribuinte, no âmbito do CEJUSC – Capital – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, de forma a solucionar conflitos envolvendo o Estado. A Subprocuradoria Geral do Contencioso Tributário-Fiscal (SUBCTF) determina parâmetros para a conciliação, indica temas específicos e destaca Procuradores do Estado para comparecimento às audiências. Os resultados têm se mostrado promissores. Decisões Judiciais Relevantes - No âmbito judicial, a SUBCTF busca a identificação e combate de teses com potencial reflexo negativo para a arrecadação. -O ano foi bastante desafiador, marcado pelo acompanhamento das ações que buscavam moratórias ou diferimento do pagamento de tributos em virtude da pandemia, bem como pelo enfrentamento das ações que discutiam a reforma da previdência. -A principal decisão alcançada pela área foi a cautelar proferida na ACO 3363, ajuizada perante o STF para suspender os pagamentos da dívida havidos pelo Estado com a União, cujos valores mensais superam R$ 1 bilhão. Esta decisão foi fundamental para garantir recursos para o enfrentamento da Covid-19, que atingiu severamente o Estado. Além disso, a decisão atuou de maneira determinante para posterior edição da Lei Complementar Federal nº 173, de 2020, que garantiu não apenas a continuidade da suspensão dos referidos pagamentos, como principalmente o repasse de recursos adicionais ao Estado para a finalidade mencionada. Destaca-se a finalização das negociações no âmbito da ADO 25, relativas às compensações derivadas da Lei Kandir, o que assegurou ao Estado o percebimento de aproximadamente R$ 900 milhões. Ainda, tanto na ADI 3692 como no Tema RG 490, consolidou-se o entendimento pela possibilidade de glosa de créditos de benefícios fiscais concedidos por outros Estados em desacordo com a CF. No âmbito do STF, obtivemos decisões suspendendo as liminares que deferiam a postergação de pagamento de tributos (Suspensão de Segurança 5363), bem como as liminares que afetavam a majoração das contribuições previdenciárias na reforma da previdência estadual (Medida Cautelar 1350).Com o julgamento do Recurso Extraordinário 1221330-SP, também restou consolidada a constitucionalidade e a eficácia da Lei Estadual 11.001/2001, que trata da incidência do ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) sobre as importações feitas por não contribuintes do imposto. No julgamento da ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) 198 o STF manifestou entendimento no sentido da constitucionalidade da exigência de unanimidade para a concessão de benefícios. Na ADI 3692 e no Tema 490 restou consolidado o entendimento no sentido da possibilidade de glosa de créditos decorrentes de benefícios fiscais concedidos por outros estados e desacordo com a CF/88. Finalizadas as negociações no âmbito da ADO (ação direta de inconstitucionalidade por omissão) 25, com resultados positivos para o Estado em aproximadamente R$ 900.000.000,00. No âmbito do STJ merece destaque o julgamento do tema 1049, que consolida o entendimento no sentido da possiblidade de prosseguimento, em face da incorporadora, da cobrança direcionada a empresa incorporada, nos casos em que a incorporação não foi comunicada ao Fisco. No TJSP destacam-se decisões da Presidência, suspendendo liminares que pleiteavam a postergação do pagamento de tributos e a suspensão de atos de cobrança de impostos no período de pandemia, dada a necessidade de recursos orçamentários para a área da saúde e de atuação coordenada que poderia ser impactada por decisões isoladas e inoportunas. -*Sistema BIGDATA* - O BIGDATA, contratado em 2017, é ferramenta de apoio estratégico consistente no trabalho analítico e inteligente de grandes volumes de dados, que são coletados, armazenados e interpretados por *softwares* de altíssimo desempenho. Trata-se do cruzamento de dados do ambiente interno e externo, que permite a avaliação do comportamento dos contribuintes, saúde tributária e a rápida identificação de fraudes, direcionando a tomada de decisões para a recuperação de ativos. O sistema permaneceu com intenso uso, destacando-se o "Melhor endereço", que consiste em pesquisas sobre endereços prováveis de devedores não protestados por ausência de endereço correto. O nível de acerto do programa atingiu 80%. O sistema proporciona, ainda, instruir procedimentos para cobrança qualificada de devedores, direcionando esforços para contribuintes com efetivo potencial de arrecadação. O programa "Devedores Qualificados" em fase de implementação tem se mostrado importante forma de atuação na recuperação de ativos fiscais. *Implementação do NEPE* - Foram criados, pelas Portarias SUBGCTF 8 e 9 de 2020, modificadas pelas Portarias 15 e 16, os Núcleos a que se referem a Portaria SubGCTF 7/2019, que institui o Núcleo Estadual de Processos Eletrônicos – NEPE no âmbito da SUBCTF. Trata-se de medida que trouxe ganhos ao acompanhamento processual da área, viabilizando a um só tempo a equalização das bancas, a uniformização de procedimentos e, acima disso, a melhoria da atividade-fim do Procurador do Estado. O NEPE tem como objetivos1) racionalizar as bancas de EF'se ações antiexacionais eletrônicas propostas contra o Estado; 2) unificar procedimentos, traduzindo ao Judiciário uma atuação concertada e una, além de buscar maior efeito arrecadatório; 3) aperfeiçoar o acompanhamento processual, em preparo para a entrada em vigor das modificações feitas pela reforma tributária. -*Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal* – GAERFIS - Criado em 2016, o Grupo de Atuação Especial para Recuperação Fiscal (GAERFIS) é uma equipe de trabalho, de caráter continuado, que atua com o objetivo de combater a macro delinquência tributária e desenvolve constante atividade de recuperação do crédito tributário, mediante a identificação de fraude fiscal estruturada, o reconhecimento de grupos econômicos de fato e/ou irregulares, de interposição fraudulenta de pessoas no quadro societário de empresas (alaranjamento) e ocultação e blindagem patrimoniais. Os processos judiciais sob os cuidados do GAERFIS são considerados prioritários, tendo acompanhamento e monitoramento diferenciados, com atuação proativa nos processos, o que tem proporcionado rápida obtenção de provimentos jurisdicionais, em sua imensa maioria favoráveis ao Estado no tocante à indisponibilidade, bloqueio e penhora de ativos pertencentes a devedores, para fins de garantia do crédito tributário. Para atingir sua finalidade, o

GAERFIS tem intensificado as seguintes estratégias de atuação proativa: **1)** identificação de setores sensíveis, em que a fraude fiscal esteja mais presente, permitindo ação integrada, rápida e eficaz; **2**) mapeamento dos principais devedores do Estado para a tomada de decisões; **3**) continuidade do trabalho interinstitucional (integrado ou coordenado) com instituições parceiras no combate à sonegação fiscal; **4**) aperfeiçoamento constante das técnicas de investigação patrimonial e societária. Principais iniciativas, ações e resultados do GAERFIS: Destacam-se as seguintes iniciativas do GAERFIS:**1**) instituição do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA/SP), através da Resolução Conjunta SFP/PGE/MP01/2020, **2**) criação do Web Denúncia Patrimonial (Portaria SUBG-CTF11/2020), ferramenta de web destinada ao recebimento de denúncias de desvio, ocultação e blindagem de bens, além de outras informações que estejam relacionadas, de qualquer forma, com patrimônio, fraudes societárias e empresariais e outras práticas ilícitas e correlatas contrárias à administração e arrecadação tributárias. O GAERFIS participou presencialmente de duas operações de impacto durante o ano: **1**) Monte Cristo – Fase 2, envolvendo o segmento de medicamentos e **2**) a denominada operação Res Aliena, prestando apoio aos Núcleos Fiscais de Cobrança da SFP. O GAERFIS atuou, ainda, no então criado Núcleo COVID-19, formado para a defesa do Estado em todos os feitos ajuizados por empresas contribuintes estaduais voltados, em suma, à concessão de espécies de moratórias tributárias, com alicerce no advento da pandemia de Covid-19. Este trabalho foi desenvolvido em parceria com o então Grupo dos Devedores Qualificados da Procuradoria Fiscal, perdurou por 2 meses e centralizou a defesa de todas as demandas individuais e coletivas envolvendo o tema, além das providencias estratégicas de manutenção das decisões e obtenção de provimentos específicos perante a Presidência do TJSP e STF de suspensões de liminares desfavoráveis ao fisco estadual. Seguem abaixo as principais ações judiciais: Segmento vestuário masculino: com dívida inscrita de aproximadamente 60 milhões de reais. Foi ajuizada uma ação cautelar fiscal em face de5 pessoas naturais e 5pessoas jurídicas e a indisponibilidade foi deferida emAI. Foram bloqueados R$ 6.775.934,93 em ativos financeiros, 15 imóveis, 8 veículos e todas as marcas do grupo econômico. Segmento vestuário: ajuizada ação cautelar fiscal voltada à responsabilização tributária e patrimonial de 6 pessoas naturais e 13 pessoas jurídicas integradas de um grupo econômico de fato com objetivo de recuperar crédito tributário de aproximadamente R$ 20 milhões. Deferida tutela cautelar de urgência de ampla indisponibilidade de bens, tendo sido alcançado, para além do bloqueio de quotas societárias, demarca, de 8 veículos e 19 imóveis, R$ 2.600.000,00 em ativos financeiros via BACEN-JUD (instrumento de comunicação entre o Poder Judiciário e instituições participantes, com intermediação técnica do Banco Central do Brasil) e planos de previdência privada. Segmento transporte interestadual: avocada a responsabilidade pela recuperação do crédito tributário de empresa com débitos acumulados de aproximadamente R$ 180 milhões. Resultados parciais: R$ 103.048,95 em bloqueio de ativos financeiros, penhora de 10% dos recebíveis de cartão de crédito, 1 imóvel e confirmação de bloqueios parciais na ordem de R$ 4.3 milhões. Após foi ajuizado um incidente de desconsideração da personalidade jurídica (IDPJ), com pedido de tutela provisória para indisponibilização do patrimônio do grupo econômico composto por 13 pessoas jurídicas, deferida integralmente e com medida constritiva em fase de cumprimento. Ajuizada ação cautelar fiscal. Após o deferimento da liminar, o contribuinte aderiu ao Programa Especial de Parcelamento (PEP) do ICMS20403688-0 erealizou o pagamento antecipado de todas as parcelas. Valor recuperado: R$ 1.815.397,18. Segmento metais: impulsionamento diferenciado das EFs movidas em face da empresa com destaque para a penhora de crédito de terceiros, com decisão confirmada. Resultado parcial de recuperação do crédito: R$ 2.000.691,45. Segmentos móveis e vestuários: celebração de 2 acordos de colaboração premiada promovidos pelo MP/SP, nos quais a PGE participou por envolver organização criminosa voltada à prática de sonegação fiscal. Resultado parcial: levantamento e imputação de R$ 2.396.701,20 milhões, destinados à liquidação de débitos de ICMS das empresas do grupo e mais de R$ 3,5 milhões de recolhimento realizado em cumprimento ao parcelamento celebrado. Segmento bebidas: foi realizada a penhora de crédito de terceiros, deferida e mantida em grau de recurso. Além disso, em outro processo foi deferida a penhora de todas as marcas do grupo econômico. Segmento distribuição e vendas de refrigeradores de ar: ajuizada ação cautelar fiscal com liminar deferida e resultado parcial de R$ 4,2 milhões em bloqueios de ativos financeiros, indisponibilização de 10 veículos, 25 imóveis – várias fazendas no Estado de Goiás, e todas as marcas do grupo. Liminar de indisponibilidade dos bens mantida no julgamento de 6 agravos de instrumento julgados em conjunto. Segmento enxovais e moda infantil: ajuizada ação cautelar fiscal, cuja liminar deferida culminou no bloqueio de R$ 570 mil em ativos financeiros, indisponibilização de 18 veículos, 16 imóveis e todas as marcas do grupo. Liminar de indisponibilidade de bens de todo o grupo econômico foi confirmada em recurso. Defesa de procedimentos de declaração de nulidade de inscrição estadual de empresas integrantes de grupo econômico que simularammais de R$ 4,3 bilhões em operações, gerando quase R$ 300 milhões em créditos tributários frios. Defesa, em juízo, das decisões administrativas que suspenderam as inscrições estaduais de empresas do Grupo. Atuação interinstitucional: PGE/SFP Segmento enxovais: atuação judicial diferenciada de recuperação do crédito tributário constituído - débito aproximado de R$ 140 milhões. Resultados parciais: penhora de 8 imóveis; R$ 333.198,35 em bloqueio de ativos financeiros; penhora de todas as marcas do grupo; R$ 2.410.361,94 em bloqueio de ativos financeiros; penhora de 10% dos recebíveis de cartão de crédito. Segmento resinas plásticas: mandado de segurança impetrado pela contribuinte contra regime especial de ofício, consistente no diferimento da responsabilidade pelo recolhimento de ICMS. Montante atualizado de R$ 152.980.815,51. Em razão do regime especial, a contribuinte reduziu em mais de 90% o valor dos débitos declarados e não pagos. A cobrança dos vultosos débitos de ICMS já está em andamento nas execuções fiscais. Segmento bebidas: destaca-se a Reclamação2106916-34.2017.8.26.0000 interposta contra ato do Desembargador Relator da 7ª Câmara de Direito Público. Os débitos dessa contribuinte já somam R$ 97.125.551,01. Recurso da contribuinte teve o seguimento negado. Segmento bebidas: ajuizadas2 ações cautelares contra as empresas da organização, no âmbito das quais foi indisponibilizado patrimônio equivalente a aproximadamente R$ 70 milhões em ativos financeiros, além de todos os bens móveis e imóveis pertencentes às pessoas naturais e jurídicas integrantes do grupo. Na tramitação, a pedido da PGE, do MPSP e do Administrador Judicial, houve designação de consultoria nomeada cogestora para administrar a empresa durante o processo recuperacional. Desde então, houve ingresso de R$ 73.469.140,11. Defesa de procedimentos de declaração de nulidade de inscrição estadual de empresas integrantes de grupo econômico que simularam, até a atuação estatal, mais de R$ 5 bilhões em operações, gerando quase r$ 350 milhões em créditos tributários frios. Manutenção, em juízo, das decisões administrativas que suspenderam as inscrições estaduais de empresas do Grupo, evitando, assim, a perpetuação de lesão milionária aos cofres estaduais e ao mercado paulista. Atuação interinstitucional: PGE/SFP. Setor combustíveis: mantida a cassação da inscrição estadual de fraudadora que cometia sistematicamente simulação de operações e embaraço à fiscalização. Os débitos já somam R$ 732.006.610,34. Setor combustíveis: atuação contra empresa distribuidora sediada no Estado do Rio de Janeiro, com mais de R$ 3,7 bilhões em débitos de ICMS inscritos em Dívida Ativa, que teve cassada a sua inscrição estadual de substituta tributária pela SFP. Foi defendida em juízo a manutenção do ato administrativo em ações judiciais diversas, em diversas instâncias, obtendo em todas elas decisões favoráveis. Defesa de Procedimentos Administrativos de Cassação de inscrição estadual (PAC) por embaraço à fiscalização, inadimplência fraudulenta e fraude fiscal estruturada. Atuação em medida cautelar fiscal e recuperação judicial do grupo econômico. Identificação de fraude financeira, patrimonial e fiscal. Dívida superior a 700 milhões de reais. Atuação conjunta com SFP e MPSP. Segmento combustíveis: obtida autorização de levantamento em favor do Estado, da importância depositada judicialmente - valor nominal R$ 9.025.811,78. Segmento bares e restaurantes: resultado parcial: obtido o arresto de R$ 9.608.649,10. Segmento metalurgia: obtidas3 decisões de reconhecimento de fraude à execução e decretação de penhora no rosto dos autos. Resultados parciais: penhora da quantia de R$ 2.558.040,11; penhora da quantia de R$ 3.935.531,96; e penhora da quantia de R$ 1.226.389,30; Segmento borracha: Empresa que possui R$ 170 milhões de débito de ICMS inscrito em Dívida Ativa teve a sua inscrição estadual cassada por inadimplência fraudulenta. Atuação em ações judiciais diversas para a defesa do ato administrativo, obtendo a manutenção da medida em 1ª e 2ª instâncias. Segmento automotivo: ingresso em ação judicial de recuperação judicial pleiteando e obtendo decisão que impôs ao grupo econômico formado por 20 recuperandas, a composição do débito fiscal com o Estado, no valor de R$ 58.165.338,06 milhões. Segmento calçados: ajuizada ação cautelar fiscal, cuja liminar foi confirmada em sentença, reconhecendo o grupo econômico, composto por 11 réus (pessoas naturais e jurídicas), ratificando indisponibilidade de 30 milhões de reais, composto por inúmeros imóveis pertencentes ao grupo. Segmento químico: confirmação – por sentença – de liminar concedida em ação cautelar fiscal ajuizada em 2018. Em decorrência, a empresa liquidou seus débitos, no valor deaproximadamente 20 milhões de reais. Operação VinoVeritas: como desdobramento, foi ajuizada ação cautelar fiscal cuja liminar foi ratificada. A dívida do Grupo se aproxima de 100 milhões de reais, e a partir das providências adotadas no âmbito da cautelar fiscal, foram indisponibilizados quase 10 milhões de reais em espécie, além de mais de 10 veículos de luxo, além de imóveis. Segmento suprimentos de informática: obtida penhora de ativos financeiros no importe de R$8.887.974,50, que, somados a anterior penhora de ativos, no valor de R$ 9.661.352,49, e de aproveitamento de montante bloqueado em excesso em outro processo, no montante de R$ 12.794.072,01, resultaram em penhora de mais de R$ 31 milhões de reais. - *Procuradoria Da Dívida Ativa (PDA)* - A Procuradoria da Dívida Ativa, responsável pelo controle e gestão da Dívida Ativa, além de dar continuidade aos projetos do ano de 2019, implementou outras medidas neste ano, valendo destacar: Enriquecimento de Cadastro de devedores e de débitos no Sistema da Dívida Ativa (SDA). Incluídas no SDA3 novas classificações de devedores que permitiram aperfeiçoar estratégias de cobrança dos débitos: (1) empresas incorporadas, (2) empresas em recuperação judicial e (3) devedores pessoas físicas falecidas. Localizadas e anotadas no SDA 516 empresas incorporadas no sistema da Receita Federal e suas respectivas incorporadoras, com 30.792 débitos, no montante de R$ 12.118.262.961,38. Os débitos das incorporadoras que tinham até 5 anos de constituição foram corrigidos alterando-se o devedor da empresa incorporada, possibilitando assim o direcionamento da cobrança e protesto a empresa incorporadora ativa. Nessa política de anotação de incorporações, treinou-se os órgãos que cadastram débitos na Dívida Ativapara que inscrevam os débitos das empresas incorporadas no nome das incorporadoras quando autorizados pela jurisprudência, dando mais efetividade na cobrança desse débito. Localizados e anotados 668 CNPJs em recuperação judicial, representando26.084 débitos, no montante de R$ 12.654.172.270,36. Com a identificação dos devedores em recuperação judicial foi possível estudar estratégias para cobrança, inclusive parcelamento a ser oferecido na transação judicial. Anotados 104.385 CPFs de falecidos, no montante de R$ 1.015.864.299,41 para que se possa ranqueá-los, cancelá-los quando a lei permitir (multa penal) e cobrar do espólio (IPVA). Foi assinado convênio com a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) para troca de informações cadastrais das empresas e está em estudoconvênio com a Receita Federal para que se possa trocar informações em lote, para todo o estoque de forma eletrônica. Pretende-se obter um cadastro de endereços físicos e eletrônicos, além de informações sobre recuperações judiciais, falências e incorporações de forma automatizada. Além das informações de cadastro da JUCESP e do SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) é necessário o enriquecimento da base com os dados do repositório eletrônico de dados e informações necessárias à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas doEstado, instituído pelo Decreto Estadual 64.790/2020. Importante ressaltar que esta base de dados deverá ser incrementada pelas Secretarias de Estado. *Rating* da Dívida Ativa - Em trabalho fundamentado no julgamento TC-016332/2017-2, do TCU (Tribunal de Contas da União), que recomenda uma classificação do estoque da Dívida Ativa da União especialmente quanto aos débitos incobráveis, conforme proposta no artigo 11, da Portaria MF (Ministério da Fazenda) 293/2017. Nos mesmos moldes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a PGE iniciou um trabalho de classificação de seus débitos, classificando seu estoque de acordo com o proposto na Lei Estadual 17.293/2020e Resolução PGE2, de 20 de novembro de 2020. Os devedores de ICMS foram classificados de acordo com as garantias de débitos, o histórico de pagamento e a idade da dívida presente no estoque daquele devedor. Além desses vetores, outros estão sendo estudados para a implementação de transação noEstado, tais como: possibilidade de êxito do Estado na demanda, capacidade de solvência do devedor e o custo de cobrança judicial. Para se alcançar esse objetivo, criou-se no SDA campo para anotação de garantia e foram anotadas 4.125 garantias, em 797 devedores, no montante de R$ 36.094.418.816,83. O resultado da classificação do *rating* de devedores de ICMS para novembro é: *Rating* A- 7.830 devedores de ICMS no montante de R$ 5.434.927.367,13 -*Rating*B-20.736 devedores de ICMS no montante de R$ 23.536.596.813,03 - *Rating* C- 53.474 devedores de ICMS no montante de R$ 120.252.681,51. Com o projeto de classificação de débitos, foi possível organizar a cobrança administrativa (por meio de e-mails eletrônicos) do Estado de acordo com o *rating* da empresa, melhorando a performance desse tipo de cobrança. Foram enviadas centenas de milhares de mensagens de cobrança eletrônicas por segmento de cobrança (devedores *rating* A, B, C, maiores devedores das Secretarias, devedores de IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores),ITCMD (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos), devedores de até R$ 1.000,00, atingindo o pagamento de R$ 53.229.072,45 em 9.879 devedores. A Resolução PGE 27,de 20 de novembro de 2020, estabeleceu que a administração descentralizada poderá estabelecer seus critérios de *rating*. Dentro desse plano de trabalho, a PGE se reuniu com a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/SP para orientá-los nesse sentido. Para fins de *rating* D, cuja definição é de empresas em recuperação judicial, liquidação ou intervenção extrajudicial e com CPF/ CNPJ baixados ou inaptos na Receita Federal, temosem recuperação judicial 668 CNPJs, com 26.084 débitos e montante de R$ 12.654.172.270,36, falecidos são 104.385 CPFs, no montante de R$ 1.015.864.299,41. Pessoas jurídicas inaptas e baixadas na Receita devem o montante de R$ 190.782.707.711,33. Foram iniciados estudos para classificar os débitos provenientes do *rating* D (débitos irrecuperáveis) junto à contabilidade da Dívida Ativa do Estado. Transação -A Lei 17.293/2020 e a Resolução PGE 27/2020 estabeleceram a possibilidade de o Estado oferecer a transação para seus débitos, após classificá-los em *rating* próprio. Outra inovação importante da

legislação de transação foi possibilitar a definição do que é devedor contumaz, ou seja, aquele que tem uma quantidade de débitos vencidos e não pagos nos cinco anos anteriores à sua proposta de transação. A PGE organizou seu *rating* e está construindo seu sistema para começar a receber suas propostas de transação a partir de 10 de dezembro deste ano. Protesto em Lote de Todos os Débitos Inscritos em Dívida Ativa- Realizado por meio do módulo de protesto eletrônico do SDA, totalmente automatizado, desde a remessa dos títulos até a emissão da carta de anuência. Esse módulo eletrônico permite, inclusive, a seleção por faixa de valores, localidade, segmento econômico ou espécie de débito. Será iniciada a organização de remessa de débitos que já haviam sido protestados e por alguma razão tiveram sua ordem cancelada (parcelamentos, ordens judiciais, etc). Foram enviados a protesto até outubro 847.120 débitos, no montante de R$ 18.146.387.026,74. Com a COVID, o protesto não foi realizado entre os meses de abril a junho. Foram pagos 132.926 débitos entre pagamentos integrais e parcelamentos, totalizando R$ 447.022.164,08 em arrecadação. Programa de Parcelamentos e de Parcelamentos Incentivados -Em 2019, o Convênio ICMS 52/2019 (Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ) e o Decreto Estadual 64.564/2019 autorizaram novo programa de parcelamento incentivado, com prazos de adesão até 15/12/2019. Foram realizados 15.026 acordos de parcelamento, que totalizam R$ 7,7 bilhões. O Decreto Estadual 65.171/2020 permitiu a repactuação de PEPs que foram rompidos nos meses de pandemia. Foram contemplados 1284 CNPJs, em 1715 PEPs, cujos valores de PEPs perfaziam o montante de R$ 988,3 milhões quando da adesão inicial. Foi editada a Resolução PGE 22/2020 que possibilitou o parcelamento de IPVA em até 10 vezes para fatos geradores até 2019. Temos previsto para receber nos parcelamentos gerenciados pela PGE o valor de: -CMS ordinário- R$ 1.752.495.683,48 -ICMS ST – R$ 243.866.933,88 -Outros débitos diversos de tributos- R$ 49.858.234,91 -IPVA- R$ 36.238.992,37 -PEP -R$3.103.623.087,89. Todos esses parcelamentos submetem-se a uma régua de cobrança em que os devedores são notificados na celebração, atraso de parcelas e rompimento do acordo. Quando o parcelamento é rompido, uma mensagem automática é enviada para prosseguimento da EF daquele débito. Módulo de Compensação de Precatórios. Com a publicação da Emenda Constitucional (EC) 99/2017, a PGE editou a Resolução PGE 12/2018 que disciplinou a compensação de precatórios judiciais com dívidas tributárias inscritas em Dívida Ativa. Para tal finalidade foi desenvolvido módulo específico que permitirá ao contribuinte apontar os débitos a serem compensados com o valor do seu precatório, eletronicamente. Temos cadastrados R$ 136,2 milhões passíveis de compensação, dos quais já compensados R$ 110,7 milhões, pendente de confirmação pelo TJSP. Estreitamento de relação com a administração descentralizada e centralizada de débitos diversos de tributos. Investiu-se no estreitamento de relação com a Administração centralizada e Secretarias de Estado a fim de orientá-los a inscreverem os débitos em 90 dias de seu vencimento, conforme previsto na legislação, evitando a prescrição dessas dívidas antes de sua cobrança. Foram criados sistemas automatizados de inscrição de débitos, como no TJSP, que proporcionou o aumento de inscrições e arrecadações de seus débitos. O Meio Ambiente e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo -CETESB também estão no projeto de automatização de débitos. Reuniu-se com o DETRAN-SP para criar o sistema automatizado de inscrições de multas de trânsito. Além dessa orientação, criamos um núcleo de Dívida Ativa de outros débitos na PDA, centralizou-se a defesa de débitos do PROCON-SP na SUBCTF e se estuda a centralização de execuções fiscais em um núcleo próprio. Resolução Conjunta SFP/PGE1/2019 – regulamentação da suspensão de débitos em razão do disposto na Lei Complementar Federal 160/2017. A Resolução Conjunta SFP/PGE1/2019 regulamentou a disciplina da suspensão de débitos tributários em decorrência da Lei Complementar Federal 160/2017, que convalidou a concessão de determinados benefícios fiscais. Até 1 de dezembro, havia 455 débitos suspensos nos termos da resolução conjunta, em um total de R$ 9.842.597.690,00. Movimentação da Dívida Ativa em 2020. A PGE, até outubro, promoveu a inscrição em Dívida Ativa de 1.322.058 débitos, no total de R$ 21,77 bilhões. Foram ajuizados 221.502 débitos, agrupados em 27.017 execuções fiscais, no montante de R$ 37,74 bilhões. A arrecadação da Dívida Ativa processada até novembro atingiu a cifra de R$ 2,2 bilhões.

Área Da Consultoria Geral - Na Área da Consultoria Geral, várias medidas foram tomadas com o fim de melhor orientar os atos dos gestores públicos, merecendo destaque: assessoramento no processo que culminou com atransferência da Parceria Público-Privada (PPP) da Linha 6 do METRÔ, assim como análise do preenchimento dos requisitos legais necessários para que o Estado pudesse decidir pela anuência de referida operação e auxílio na elaboração do Aditivo ao Contrato de Concessão Patrocinada que materializou os termos da precitada transferência. Assessoramento dos aspectos jurídicos relacionados ao processo que culminou com a extinção do Contrato de PPPda Linha 18 do METRÔ. Assessoramento para a retomada das obras do Rodoanel Trecho Norte e participação na elaboração das manifestações do Estado junto ao TCU e nas arbitragens. Com relação às obras na rodovia Tamoios: assessoramento na busca de alternativas para retomar as obras do trecho dos contornos de São Sebastião e Caraguatatuba, bem como assessoramento e defesa do Estado na arbitragem iniciada pela concessionária em razão de divergências sobre obras do trecho planalto da rodovia. Assessoramento à Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Parceria Público-Privada – CAC-PPP, à Fundação para o Remédio Popular – FURP e à Secretaria da Saúde em relação à PPP da FURP, e seu encerramento. -Assessoramento visando à regularização dos passivos existentes em concessões (passivos regulatórios). Assessoramento nos seguintes projetos de concessão: Zoológico e Jardim Botânico, Parque Caminhos do Mar, Mosaico de Paranapiacaba, Parque Estadual da Cantareira e Alberto Löfgren, Parques urbanos estaduais e Concessões Florestais. -Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto de concessão de serviços públicos de exploração do sistema rodoviário concernente ao Lote Litoral Paulista, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto. -Análise dos documentos integrantes da licitação referenteao projeto de concessão de uso do Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, bem como o assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto. -Assessoramento na modelagem do projeto de concessão do Trem Intercidades. -Assessoramento na modelagem do projeto de concessão de serviço público intermunicipal de transporte de passageiros através do modal ônibus. -Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto de concessão comum das Linha 8 e 9 da CPTM, bem como assessoramento à Administração durante toda a modelagem do projeto. -Análise dos documentos integrantes da licitação referente ao projeto Cogestão Prisional, bem como o assessoramento junto à SAP com eventuais dúvidas, esclarecimentos e impugnações aos documentos. -Análise dos documentos integrantes do projeto da PPP dos Presídios. -Análise dos documentos necessários à realização de consulta pública, bem como para a realização da licitação relativa ao projeto de concessão dos aeroportos regionais do Estado. -Assessoramento na modelagem de novo entreposto de abastecimento, na elaboração do decreto para permitir o acesso a terrenos lindeiros às faixas de domínio nas rodovias classe 0 e do memorando firmado com a União visando ao fechamento da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP. -Assessoramento para a estruturação de operação de securitização dos créditos da São Paulo Previdência – SPPREV relacionados à exploração de petróleo e gás natural. -Credenciamento de advogados dativos e plantonistas para a Procuradoria de Procedimentos Disciplinares – PPD e a Corregedoria da PGE. -Elaboração da Nota Técnica PAT1/2020, referente à incidência do ICMS e do ITCMD nas doações realizadas aoEstado em decorrência da calamidade pública originada pelo Coronavírus. -Elaboração da Nota Técnica SubG-Cons3/2020, que veicula orientações relativas à atuação dos agentes públicos estaduais durante o período eleitoral. -Elaboração da Nota Técnica SubG-Cons5/2020, que consolida orientações jurídicas acerca dos efeitos de medidas de prevenção de contágio pelo novo Coronavírus (COVID-19) sobre a execução de contratos administrativos celebrados pela Administração Pública, direta e autárquica, doEstado, com fundamento na Lei Federal8.666/1993. -Elaboração da Nota Técnica SubG-Cons6/2020, que traça orientações jurídicas gerais para instrução de expedientes referentes à celebração, pelos órgãos e entidades doEstado, de contratações fundadas no artigo 4º da Lei Federal13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispensa a licitação para os casos de aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19). -elaboração da Nota Técnica SubG-Cons7/2020, com o objetivo de oferecer subsídios para respaldar a posição da Polícia Militar do Estado de São Paulo para que seus agentes – policiais e bombeiros militares – não prestem apoio à execução de medidas de restrição de acesso ao território de Municípios paulistas que vierem a ser estabelecidas por decretos municipais, com vistas à contenção do contágio dos munícipes pela Covid-19, medidas estas editadas de forma dissociada de qualquer política sistêmica de saúde pública, estabelecida pela CF/88 e legislação aplicável. -Elaboração da Nota Técnica SubG-Cons8/2020, com a finalidade de avaliar, no contexto da calamidade pública, a viabilidade jurídica de pagamento antecipado, por parte da Administração Pública, de parcela do valor devido em contrato de fornecimento de equipamentos essenciais ao enfrentamento da emergência de saúde pública, quando tal antecipação de pagamento se mostrar medida indispensável à viabilização financeira do acréscimo da capacidade de produção dos fabricantes de tais equipamentos. -Proposta de edição de resolução visando à dispensa de emissão de pareceres, pelas Consultorias Jurídicas (CJ´s), em casos de aquisição de bens por dispensa de licitação fundada no artigo 4º da Lei Federal13.979/2020, alterada pela Medida Provisória (MP)926/2020, voltada ao enfrentamento da epidemia do novo Coronavírus (COVID-19) – Resolução PGE-11, de 25/03/2020. -Emissão de orientação jurídica acerca dos parâmetros que devem ser observados para definição das hipóteses de proibição de participação de cooperativas em licitações para contratação da prestação de serviços (Parecer SubG-Cons72/2020). -atuação nos seguintes procedimentos de arbitragem: Consórcio ENERG vs. Estado e CPTM; Concessionária VIA4 vs. Estado; Consórcio EFACEC/ANSALDO vs. Estado e CPTM; Consórcio SERVENG/TIISA/COSBEM vs. Estado e CPTM; Move São Paulo vs. Estado; Concessionária Tamoios vs. Estado; Concessionária do Monotrilho da Linha 18 vs. Estado; Acciona vs. DERSA (Estado como *amicus curiae*); Construtora OAS S/A vs. DERSA (Estado como interessado); Consórcio Mendes Júnior-IsoluxCorsán vs. DERSA (Estado como *amicus curiae*) e Consórcio Construcap-COPASA vs. DERSA (Estado como interessado). -Negociação com o Fórum Econômico Mundial e emissão de parecer que possibilitou a instalação, pelo Estado e pela União, do *Centre oftheFourth Industrial Revolution* (C4IR) em São Paulo. -Assessoramento, em apoio ao jurídico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), nos chamamentos públicos e contratos decorrentes do Programa IPT Open Experience, voltado à instalação de ambientes promotores de inovação e iniciativas de inovação aberta em parceria com empresas. -Apoio à Secretaria de Desenvolvimento Econômico na elaboração da minuta de decreto referente ao Programa de Implementação de Soluções Inovadoras para a Administração Pública – IdeiaGov, que resultou no Decreto Estadual64.974, de 12 de maio de 2020. -Elaboração da Nota Técnica SubG-Cons11/2020, uniformizando entendimentos e consolidando interpretações sobre a Lei Federal10.973/2004 (“Lei de Inovação”) e sobre o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. -Acompanhamento das normas de compras públicas do Marco Legal de Startups e Empreendedorismo Inovador (Projeto de Lei Complementar Federal 249/2020). -Assessoramento da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado a respeito do pagamento de gratificações e vantagens no sistema de teletrabalho. -Estudo sobre a possibilidade de contratação temporária nos termos da Lei ComplementarEstadual1.093/2009 e contratação de voluntários, durante a situação de calamidade COVID-19. -Estudo sobre a possibilidade de chamamento de residentes de medicina e alunos de medicina, fisioterapia, farmácia e enfermagem, durante a situação de calamidade COVID-19. -Elaboração de nota técnica a respeito do Decreto Estadual 64.937/2020. -Elaboração de relatório completo sobre a MP927/2020: alterações, âmbito de aplicação subjetiva e objetiva da norma, aplicabilidade mediata ou imediata da norma etc. (em conjunto com a Assessoria de Empresas e Fundações – AEF). -Estudo sobre a possibilidade de pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade durante o trabalho remoto decorrente da situação de calamidade COVID-19 (em conjunto com a AEF). -Auxílio no projeto de lei complementar para contratação de temporários (em conjunto com a Assessoria Técnico-Legislativa – ATL). -Em acréscimo, cabe relatar o prosseguimento do projeto de racionalização da atuação dos Procuradores do Estado, com o objetivo de agilizar a atuação e propiciar mais eficiência e segurança ao Administrador Público. Dentro desse projeto foram tomadas as seguintes medidas: -elaboração de minuta específica de termo de contrato para a aquisição de bens destinados ao enfrentamento do novo Coronavírus (COVID-19), com fundamento no artigo 4º da Lei Federal13.979/2020. -Estudo visando à adequação das minutas padrão de editais e contratos à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal13.709/2018). -Prosseguimento da implantação de projeto piloto visando à criação de Núcleo Imobiliário, que concentrará o assessoramento e elaboração de pareceres relacionados a direito de imobiliário, agilizando e uniformizando a emissão de orientações. -Divulgação, até 30/11, de 20 orientações por meio eletrônico (“e-orientações”), veiculando diretrizes para a atuação das CJ´s em temas específicos. -Introdução, pela Portaria SubG-Cons2/2020 de projeto piloto de assessoramento jurídico direto dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), compreendendo a análise jurídica prévia e o acompanhamento de projetos de 10 (dez) Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (ICTESP). -No que diz respeito às manifestações jurídicas, até 30/11, foram elaborados pela SUBG-CONS e pelas CJ´s das Secretarias e Autarquias 12.208 pareceres e 27 notas técnicas. Com relação às Assistências e Unidades vinculadas à SUBG-CONS, podem ser destacadas as atividades que seguem. Assistência de Gestão de Imóveis – AGI - assessoramento e elaboração de parecer visando à cessão de uso da Escola Estadual Professor Luís Magalhães de Araújo (Parecer AGI28/2020) para distanciamento social da população carente para prevenir a Covid-19. -Assessoramento visando à cessão de uso do Ginásio do Ibirapuera para a instalação de Hospital de Campanha. -Elaboração de parecer visando ao recebimento, pelo Estado, em concessão de uso, da Rodovia SP – 148, Caminhos do Mar, nos trechos dos km 38,1 ao 50,7, do DER (Parecer AGI67/2020). -Análise, para o Conselho do Patrimônio Imobiliário (CPI), da possibilidade de alienação onerosa de 71 imóveis. -Análise da proposta de concessão de uso de parques urbanos (Parecer AGI88/2020). -Elaboração de parecer sobre a instituição de servidão de uso de nova entrada para a linha 4 do METRÔ (parecer AGI138/2020). -Definição da tese jurídica da impossibilidade de Regularização Fundiária Urbana – REURB (Lei Federal 13.465/2017) em

imóvel do Estado sem autorização legislativa específica (Parecer AGI122/2020) e apresentação de oposição a uma grande REURB em área do Estado em Guarulhos. -Assessoramento do CPI e AEF para a transferência dos imóveis da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP para o Estado. -Assessoramento para a efetivação da transferência do imóvel do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT Autarquia para o IPT S/A, necessária à viabilidade do projeto IPT Open. -Elaboração de parecer acerca da integralização ao fundo de investimento imobiliário de imóveis, mediante pagamento de emolumentos (Parecer AGI4/2020). -Assinatura da primeira integralização do fundo de investimento imobiliário (81 imóveis). -Assessoramento na transferência da propriedade 110 imóveis do DER para o Estado, para posterior alienação. -Elaboração de parecer sobre servidão administrativa do sistema de dutos da Comgás na Baixada Santista (Parecer AGI16/2020). -Elaboração do Parecer Referencial AGI1/2020, referente à regularização de titularidade de imóveis onde estão implantadas escolas estaduais sem registro de propriedade. -Elaboração do Parecer Referencial AGI2/2020, acerca da doação de bens imóveis para Municípios. -Elaboração do Parecer Referencial AGI3/2020, relativo ao recebimento de doações de imóveis pelo Estado e Autarquias. -Elaboração do Parecer Referencial AGI4/2020, atinente à regularização de posse em terras devolutas na região de Registro e Itapeva. -Participação nos seguintes Conselhos Estaduais: CPI, Conselho Curador da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT. -Participação na Comissão Gestora do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS. -Elaboração, até 30/11, de 153 pareceres. -Procuradoria de Procedimentos Disciplinares – PPD -edição, até 30/11, de 1.513 portarias instauradoras de processos disciplinares e conclusão de 1.733 sindicâncias/processos disciplinares, realização de 2.152 audiências e de 4146 depoimentos. Procuradoria Administrativa – PA -elaboração, até 30/11, de 74 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública Direta e Indireta. Procuradoria de Assuntos Tributários – PAT -elaboração, até 30/11, de 59 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse do Estado. Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - Elaboração, até 30/11, de 5.947 manifestações e 142 pareceres jurídicos na representação e defesa do Estado perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE). Sistema da Consultoria Jurídica: O sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos da Consultoria Jurídica (*Docflow*) foi devidamente implantado na PPD e foi criada uma unidade específica para acompanhamento dos relatórios referentes aos estágios probatórios perante a Corregedoria Geral da PGE. Foi mantida a integração do *Docflow* com o sistema PGE.NET, facilitando a execução das obrigações de fazer por parte da Administração Pública. Tal procedimento elimina o trâmite de documentos em meio físico entre órgãos estaduais, conferindo maior eficiência nos processos internos e eliminando custos com impressão, transporte e triagem de documentos. Foi iniciado um projeto-piloto com o DETRAN-SP, para o acompanhamento das demandas da autarquia e integração com os sistemas SP Sem Papel e PGE.NET. O sistema *Docflow* recebeu de melhorias para ganho de produtividade na realização de tarefas que possam ser feitas em lote. Foram desenvolvidos novos relatórios para acompanhamento de documentos elaborados, atividades realizadas e processos tramitados. Foi finalizada a migração da base de dados do sistema para a nova solução de alta disponibilidade *Oracle Exadata* adquirida pela PGE, o que confere maior performance e estabilidade, bem como possibilita a implantação de novos fluxos. Foi iniciado o projeto para a implantação do *Easysearch* 4.0, sistema que permite a busca no banco de dados de pareceres elaborados no *Docflow*. A nova versão propiciará uma busca mais ágil e precisa, de forma a facilitar o trabalho dos usuários.

Assessoria de Precatórios Judiciais - Integrante do Gabinete do Procurador Geral, a Assessoria de Precatórios Judiciais administra o Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, instituído pelo artigo 3º do Decreto Estadual 55.300/2009, por intermédio do qual é mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os requisitórios da Administração direta e indireta. Esse Sistema reúne informações de todos os requisitórios (precatórios e requisições de obrigações de pequeno valor) e respectivos pagamentos, tanto da Administração direta quanto das entidades da Administração indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que realizados. Compete à Assessoria supervisionar a inclusão, no referido sistema, das informações próprias dos precatórios e requisitórios de pequeno valor da Administração direta e das entidades da Administração indireta, e promover de ofício, a requerimento do tribunal, ou mediante solicitação justificada dos credores ou de terceiros interessados, as retificações cadastrais e alterações que se fizerem necessárias, requerendo às unidades da PGE e Procuradorias Jurídicas das entidades da Administração indireta, a prestação de informações, sempre que necessário. Ela também atualiza as requisições de pagamento recebidas, calculando periodicamente o montante da dívida pendente de pagamento, discriminando os débitos por entidade, tribunal requisitante, espécie de crédito (alimentar ou não alimentar e, dentre esses, os relativos a desapropriações e a outras espécies) e classe de valor (precatórios e obrigações de pequeno valor). A Assessoria de Precatórios Judiciais realiza ainda a defesa do Estado e de suas autarquias nos pedidos de sequestro de rendas públicas, bem como nas intervenções federais propostas em face do Governador do Estado, e atua diretamente em todos os demais incidentes administrativos atinentes a precatórios, em trâmite perante as Presidências dos Tribunais. Por fim, destaca-se a incumbência dos membros da referida Assessoria, de transmitir as orientações do tema Precatórios aos demais Procuradores do Estado. Dando seguimento à gestão do regime especial de pagamentos das ECs 62/2009, 94/2016 e 99/2017 que, em consonância com o decidido pelo STF quanto a dito regime, ora determinam a liquidação do passivo em estoque até 31 de dezembro de 2024,foram analisados, até novembro, 1.487 pedidos de acordo, dos quais 1.172 foram deferidos (1.077 para pagamento mediante deságio, 95 para compensação com a Dívida Ativa), no valor total de R$ R$ 947.033.884,37 (sendo R$ 902.446.539,12 em acordos de deságio, proporcionando economia de R$ 360.978.615,65, e R$ 44.587.345,25 em compensações), em conformidade com as Resoluções PGE13/2017, 12/2018 e 24/2018. Foram também pagos: 1) R$ 1.042.819.086,41, em atendimento a requisições diretas de pagamento de OPV´s, beneficiando 129.879 credores em 87.373 requisitórios, até novembro; 2) R$ 2.839.266.423,21 depositados em conta do TJSP, para a realização de pagamentos de precatórios.

Assessoria de Empresas e Fundações - A Assessoria de Empresas e Fundações (AEF), integrante do Gabinete do Procurador Geral do Estado, tem suas atribuições de assessoramento, representação e coordenação detalhadas na Resolução PGE22, de 12 de novembro de 2015. Destacaram-se as atividades a seguir. -Assessoramento jurídico - Assessoramento ao próprio Gabinete do Procurador Geral e interlocução entre empresas e fundações e os demais órgãos da PGE. Orientação técnica-jurídica ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC e respectiva Secretaria Executiva, à Comissão de Política Salarial – CPS e respectiva Assessoria de Política Salarial – APS, ao Departamento de Entidades Descentralizadas – DED, e demais órgãos e entidades do Estado que endereçam assuntos relativos às empresas estatais e fundações governamentais. A Assessoria esteve presente, por assento próprio ou a convite, em grupos de trabalho, comissões e debates sobre o Novo Marco do Saneamento, a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. -Extinção de empresas estatais - Acompanhamento do processo de desmobilização, dissolução, liquidação e extinção, na forma da Lei Federal6.404, de 15 de dezembro de 1976, do Decreto Estadual64.418, de 28 de agosto de 2019 e demais normas aplicáveis, das seguintes sociedades: -Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP, autorizado pela Lei Estadual17.056, de 5 de junho de 2019, iniciado em agosto/2019 e encerrado em novembro/2020; -Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. – EMPLASA, autorizado pela Lei 17.056/2019, iniciado em agosto/2019 e encerrado em novembro/2021; Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, autorizado pela Lei 17.056/2019 e iniciado em agosto/2019; -DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A., autorizado pela Lei Estadual17.148, de 13 de setembro de 2019 e iniciado em outubro/2020; Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – COSESP, autorizado na Lei Estadual13.286, de 18 de dezembro de 2008, em fase de desmobilização. Destacam-se, ainda, as atividades incipientes às extinções da Fundação Parque Zoológico de São Paulo, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo - CDHU, e da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP, autorizadas pela Lei Estadual17.293, de 15 de outubro de 2020. 5.1.2. Incorporação de empresas estatais. Acompanhamento do processo de incorporação, na forma da Lei Federal6.404/1976, do Decreto Estadual64.418/2019 e demais normas aplicáveis, da Imprensa Oficial do Estado S.A. – IMESP pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, conforme autorizado pela Lei Estadual 17.056/2019, em fase de protocolo e justificação. 5.2. Coordenação para fins de atuação jurídica uniforme. Nesta atribuição, foram realizados 41 pareceres, 72 cotas (que se adicionam aos despachos inumerados no sistema "Sem Papel", que gradativamente tem substituído àquelas), notas técnicas, informativos, ofícios circulares e encontros gerais com as chefias dos órgãos jurídicos das empresas e fundações. Adicionalmente, foram promovidas 2 palestras abertas aos advogados das empresas e fundações em geral, com apoio do Centro de Estudos da PGE, sobre questões trabalhistas no período de pandemia e sobre aplicabilidade da lei de inovação na administração indireta do estado, além de reuniões, atendimentos e manutenção da página eletrônica "Portal AEF". Dentre as matérias mais relevantes, no período, destacam-se a Reforma da Previdência (Emenda à Constituição Federal103/2019), as estabilidades extraordinárias de empregados celetistas da Administração Indireta, as providências para liquidação de empresas e regras aplicáveis em face da pandemia do COVID-19. 5.3. Representação do Estado como acionista. Na qualidade de representante jurídico do Estado e sob orientação do CODEC, foram realizadas 67 Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias. Adicionalmente, foram acompanhados procedimentos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – CRSFN, com elaboração de embargos de declaração e memoriais, bem como monitorada a sujeição das participações acionárias do Estado ao sistema de bloqueios judiciais BACEN.JUD, com especial apoio da Assessoria da Procuradora Geral do Estado, da SUBG-CONS e da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo em Brasília, que acompanham o assunto junto ao Conselho Nacional de Justiça.

Assessoria Jurídica do Gabinete - A Assessoria Jurídica do Gabinete (AJG) integra o Gabinete do Procurador Geral, e se destina a prestar atendimento jurídico ao Governador do Estado, aos órgãos diretamente a ele vinculados, e ao FUSSP (Fundo Social de São Paulo), sem prejuízo de assuntos que lhe sejam submetidos pelo Procurador Geral. A AJG desempenhou as seguintes atividades: -665 pareceres elaborados -492 despachos -489 cotas -287 informações em Mandados de Segurança -11 informações em Habeas Corpus -03 informações em Mandados de Injunção -37 respostas a ofícios de órgãos de controle. Cumpre destacar que a partir de maio de 2018 as instalações da AJG retornaram à sede do Palácio dos Bandeirantes. Cabe, ainda, registrar que por meio da Resolução PGE 16, de 23 de maio de 2018, a Assessoria Jurídica do Gabinete passou a responder pela Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo, tendo desempenhado as seguintes atividades: -193 Pareceres -60 Cotas -1 Informação em expediente -1 Nota técnica -9 Pareceres Referenciais. A declaração, pela Organização Mundial da Saúde, de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, seguida da declaração de pandemia, alterou sensivelmente a atuação do órgão, que se viu responsável pelo assessoramento do Gabinete do Governador e demais órgãos com atribuição relacionada ao enfrentamento emergencial da grave questão de saúde pública que se impôs. No contexto da situação de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo 2.493, de 30 de março de 2020, houve um incremento importante no número de mandados de segurança impetrados contra atos do Governadordo Estado e no número de pedidos de informações encaminhados por órgãos de controle externo [Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), TCE e MPSP]. Destaca-se a atuação da AJG na gênese dos atos normativos que disciplinaram as medidas, de caráter temporário e emergencial, com vistas à prevenção de contágio pelo novo coronavírus, notadamente: 1) decreto que instituiu a medida de quarentena, e os que cuidaram das sucessivas prorrogações; 2) decreto que instituiu o Plano São Paulo, e os que alteraram seus anexos; 3) decreto que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, no contexto da pandemia de COVID-19, e daquele que o alterou. Pela relevância, destacam-se, ainda: -Análise da minuta de decreto que instituiu a Central de Dados do Estado de São Paulo - CDESP, a Plataforma Única de Acesso - PUA e o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo; Análise da minuta de decreto que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito do Estado; Análise da minuta de decreto que institui o Programa de Implementação de Soluções inovadoras para a Administração Pública – IdeiaGov; Análise da minuta de decreto que institui o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo – CMSP; Análise de inúmeros decretos para reformulação, bem como instituição, de políticas públicas, em especial na SEDUC e naSecretaria de Desenvolvimento Social, a fim de mitigar os efeitos econômicos e sociais da pandemia; Análise e orientação na implantação e execução do SIMI, que tem por objeto acompanhar indicadores-chave para gestão da pandemia, apoiar grupo de pesquisas no desenvolvimento de análises sobre a pandemia e garantir transparência e ampla publicidade das ações administrativas à população; Análise e orientação quanto à execução de emendas individuais ao projeto de lei orçamentária na forma do artigo 175, §§ 6º ao 10, da CE; Análise de instrumentos de estímulo à inovação, em especial os decorrentes de programas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que encontram fundamento na denominada Lei de Inovação (Lei Federal 10.973/2004, com redação dada pela Lei Federal 13.243/2016), cuja execução, como regra, conta com a participação de Fundações de Apoio e organismos multilaterais; Análise da legislação de proteção à obra intelectual, para orientar a atuação do Acervo dos Palácios, em especial para a divulgação das obras de grande importância artística, preservando-se as prerrogativas conferidas pela legislação aos criadores/autores e respectivas famílias; Participação em grupos de trabalho (GTs), com ênfase para o GT que se debruçou sobre os reflexos, no âmbito do Estado e de sua empresa de saneamento (SABESP), decorrentes das alterações à Lei federal 11.445, de 2007, pela Lei Federal 14.026, de 2020. Análise e minuta de informações em Inquérito Civil e procedimento do TCE, instaurados para apuração da

aplicação de recursos oriundos doFundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Assessoria Técnico-Legislativa - À Assessoria Técnico-Legislativa - ATL competem, nos termos da Lei Complementar Estadual 1.270/2015 (artigos 3º, IV, e 9º, II) o assessoramento jurídico do exercício das funções legislativas e normativas outorgadas constitucionalmente ao Governador do Estado e o acompanhamento das proposições legislativas. Adicionalmente, nos termos da Resolução PGE4, de 10 de fevereiro de 2017, a ATL manifesta-se em processos e expedientes que versem sobre a edição de decretos regulamentares de leis estaduais, bem como em processos e expedientes instaurados para a análise da constitucionalidade de leis estaduais, elaborando pareceres e, quando o caso, minutas de petição inicial de ação direta de inconstitucionalidade, declaratória de constitucionalidade ou informações do Governador do Estado. Além disso, elabora minuta de manifestação do Procurador Geral, nos termos do disposto no artigo 90, § 2º, da CE, em ações diretas de inconstitucionalidade de leis interpostas perante o TJSP. Até a presente data, visando a propiciar elementos ao Governador do Estado para sanção ou veto de proposituras, a ATL analisou 59 Autógrafos expedidos pela Mesa da ALESP. Ainda na esfera opinativa, a ATL atua por meio da emissão de pronunciamentos jurídicos sobre temas relacionados com as suas competências. Nesse sentido, até o momento, foram elaborados 55 Notas Técnicas, 183 Cotas e 21 Pareceres. Tais pronunciamentos foram proferidos, em casos determinados, mediante demanda da Casa Civil, por intermédio do Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual – SIALE. Em outras hipóteses, essas manifestações decorreram de expedientes iniciados em Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, visando à apresentação de projetos de lei por iniciativa do Governador do Estado. Nesse sentido, entre as peças jurídicas acima quantificadas, foram analisados 46 anteprojetos. Ainda entre as peças opinativas quantificadas acima, algumas delas abordaram minutas de decretos regulamentares (até o momento, foram 35 propostas com tal finalidade). No âmbito do controle de constitucionalidade, foram elaboradas 99 minutas de manifestações da Procuradora Geral do Estado, ao TJSP, em ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação municipal, nos termos do artigo 90, § 2º, da CE. Também perante o |TJSP, a ATL elaborou as minutas de 10 manifestações da Procuradora Geral do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face de legislação estadual e as correspondentes minutas de informação do Governador do Estado, quando cabíveis. Por derradeiro, no âmbito do STF, foram elaboradas 5 minutas de informações do Governador do Estado em ações diretas de inconstitucionalidade propostas em face de legislação estadual.

Centro de Estudos - O Centro de Estudos (CE) promoveu diversas atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento aos Procuradores do Estado e Servidores, direta ou indiretamente. Foram cursos, treinamentos e encontros de área realizados em suas dependências ou em parceria com outros órgãos e instituições. Ao longo do ano, foram disponibilizadas 4251vagas em 48cursos/eventos promovidos pelo Centro de Estudos, por meio do Serviço de Aperfeiçoamento e Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado - ESPGE, dentre vagas em congressos, workshops, palestras e outras atividades. Especificamente no âmbito da ESPGE foram realizados 3 cursos de pós-graduação: Especialização em Direito do Estado (com 27 alunos concluintes e 24 alunos que entregaram o trabalho de conclusão de curso) e, em andamento, Especialização em Direito Processual Civil (35 alunos) e Especialização em Direito e Economia (24 alunos) contemplando, no período, 86alunos. Houve também 10 cursos de extensão que contaram com 98alunos inscritos e 54aulas abertas com 273alunos inscritos, todos profissionais da Administração Pública. O curso de extensão "Direito do Saneamento - Novo Marco Legal", em andamento, é ministrado em parceria com a SABESP. Os demais cursos de extensão foram promovidos exclusivamente pela ESPGE/CE. Todos os cursos de extensão e aulas abertas da ESPGE foram realizados com turmas presenciais e virtuais, por meio do sistema de videoconferência. Em meados de março, todos os cursos passaram a ser ministrados exclusivamente via streaming, devido aos protocolos adotados para prevenção da COVID-19. O conjunto de tais atividades resultou a emissão de 3005 certificados de participação até a presente data. No tocante aos programas de apoio aos Procuradores do Estado e Servidores da Instituição, destaca-se o deferimento de 87novos pedidos de ajuda financeira relativos a auxílio para frequência a cursos de graduação, pós-graduação, extensão universitária na rede privada de ensino e curso de idiomas, dentre os quais 99estão em andamento, considerada a duração do benefício. Foram ainda concedidos reembolsos de recursos despendidos por Procuradores do Estado com a aquisição de material necessário ao desempenho profissional no âmbito dos programas "pró-livro" (1455), "pró-software" (188) e "pró-hardware" (170). Na área de divulgação, a produção e a publicação de material de apoio como boletins bimensais e livros/revistas de doutrina relacionados às atividades do Procurador do Estado, permaneceram como prioridade com divulgação e distribuição eletrônica e, também, distribuição física, esta última contemplando 161exemplares até o momento. Por fim, destaca-se o apoio ao desenvolvimento dos Núcleos Temáticos. Ao longo do ano foram realizados: o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas Empíricas para Racionalização das Estratégias de Litigância, com 19 integrantes, instituído pela Resolução PGE26, de 25 de julho de 2018, com reuniões realizadas em 8/5 e 27/8; o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre PPP's e Concessões com 42 integrantes, instituído pela Resolução PGE29 de 15 de julho de 2019, com reuniões em 25/6 e 17/8; o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Propriedade Intelectual e Inovação com 23 integrantes, instituído pela ResoluçãoPGE30 de 1º de agosto de 2019, com reuniões em 13/5, 10/6, 24/6, 12/8, 26/8, 21/10, 4/11 e 18/11; o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre Reforma Tributária com42 integrantes, instituído pela Resolução PGE33 de 16/8/2019,com reuniões em 4/9, 18/9, 2/10, 16/10, 29/10 e 4/12 e o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre o Direito Previdenciário e a Reforma da Previdência com 40 integrantes, instituído pela Resolução PGE32 de 15 de agosto de 2019, com reuniões em 16/1, 30/1, 13/2 e 30/4. Todas as reuniões foram realizadas com o apoio logístico do Serviço de Aperfeiçoamento.

Sistemas Informatizados - Processo Eletrônico: -Foi firmado contrato de prestação de serviços com empresa para a implantação do programa de Sistema de Acompanhamento Judicial – SAJ, designado PGE-NET, que já está instalado em todas as Unidades do Contencioso da PGE, inclusive autarquias. O sistema permite, além do efetivo controle do andamento de todas as ações judiciais do Estado e de suas autarquias, a redução de custos com material, a administração e classificação do tipo de ações, a racionalização do tempo do Procurador do Estado, entre outros significativos benefícios para ampliação da qualidade e da eficiência dos relevantes serviços públicos prestados pela Instituição. O sistema foi utilizado para o ajuizamento eletrônico de processos de EF. Foram propostas cerca de 31.000 EF´s no formato eletrônico, dispensando a impressão dos jogos de ajuizamento e a formação de autos físicos, com expressivo ganho de produtividade para o trabalho de ambos os órgãos. Os processos abrangem aproximadamente 404.000 débitos, e o montante de R$ 35.800.000.000,00. Como o TJSP concluiu o processo de expansão do processo eletrônico, o sistema da PGE torna-se ainda mais relevante, pois permite aos usuários o acesso direto às imagens dos processos em tramitação no Judiciário e o peticionamento eletrônico, sem a necessidade de acesso ao portal do Tribunal. Esse é um diferencial necessário para dar vazão à quantidade diária de trabalho das bancas. Além disso, o gerenciamento interno e a automação do peticionamento permitem o controle integral da distribuição de trabalho, afastamentos e respectivas substituições, e acompanhamento amiúde da atuação das bancas e sucesso das teses. Foi celebrado convênio com o TRT-2 para integração entre os sistemas pelo Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, e adquirido o módulo específico para essa atividade. A integração com o TRT-2 está em fase final de homologação, e deve entrar em produção ainda neste ano. Com essa medida, os Procuradores do Estado terão condições de promover a defesa do Estado em juízo perante esse tribunal diretamente no sistema PGE.net, sem a necessidade de utilizar o sistema PJe do CNJ, com significativo ganho em segurança e produtividade. O ambiente tecnológico foi melhorado para proporcionar uma melhor experiência em acesso remoto, para abrigar a necessidade trazida pela pandemia da COVID-19. Além de melhorias no ambiente de *hardware*, foi substituída a tecnologia de conexão segura, para melhorar a performance do sistema. Sistema da Dívida Ativa (SDA): O SDA passou por processo de aperfeiçoamento para expansão da inscrição de débitos de novos órgãos estaduais. Houve também a introdução de novas funcionalidades para apoiar a celebração de acordos de compensação de débitos tributários com precatórios judiciais. O sistema também foi atualizado e ajustado para a repactuação do PEP do ICMS. Os relatórios de acompanhamento gerencial do sistema ganharam novos ajustes e visualizações para melhor cognição da evolução e arrecadação da Dívida Ativa. Também em atendimento à necessidade advinda com a pandemia da COVID-19, foi criada uma interface para acesso seguro ao sistema pela Internet. Antes desse ano os sistemas só podiam ser acessados a partir da rede INTRAGOV, impedindo o trabalho com eles em regime de *home office*. Foram introduzidas telas de navegação e consulta indispensáveis para a atuação diária dos servidores que atuam com a Dívida Ativa. -Sistema da Consultoria Jurídica: O sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos da Consultoria Jurídica já está implantado todas as unidades e integrado ao sistema de acompanhamento de processos judiciais (PGE.net). Novos órgãos passaram a utilizar a aplicação para as atividades de atendimento às solicitações de informações necessárias para a defesa do Estado em juízo, e também para o cumprimento de obrigações de fazer. Essa implantação elimina o trâmite de documentos em meio físico entre órgãos estaduais para essa finalidade. Isso confere maior eficiência nos processos internos e elimina custos com impressão, transporte e triagem de documentos. O sistema recebeu melhorias para ganho de produtividade na realização de tarefas que possam ser feitas em lote. Desenvolvimento de novos relatórios para acompanhamento de documentos elaborados, atividades realizadas e processos tramitados. A base de dados do sistema foi integralmente migrada para a nova solução de alta disponibilidade *Oracle* Exadata adquirida. 9.4. Sistema de Big Data: O sistema de TI voltado ao combate de fraudes estruturadas e recuperação de ativos foi muito utilizado e rendeu bons resultados para a arrecadação da Dívida Ativa. Foram desenvolvidos painéis de acompanhamento da Dívida Ativa, com focos em inscrição de débitos, arrecadação e parcelamentos. Foi desenvolvida funcionalidade de Dossiê Digital, que aglutina diversas informações de pessoas físicas e jurídicas, que propicia maior facilidade de análise e cruzamento de dados, permitindo colher evidências de fraude com maior agilidade. 9.5. Sistema de Folha de Pagamento: Foi implantado o sistema da PRODESP para o processamento da folha de pagamentos do fundo da verba honorária. Os pagamentos a partir do mês de fevereiro foram realizados pelo novo sistema. 9.6. Plataforma de Colaboração e Produtividade Foi contratada uma Plataforma de Colaboração e Produtividade da Microsoft: Microsoft Office 365, na Versão E1. Essa solução substitui o sistema de correio eletrônico, e também provê funcionalidades para chamadas de áudio e vídeo, além de reuniões e treinamentos telepresenciais. Traz também espaço para armazenamento e compartilhamento de arquivos, que permite aos usuários terem os arquivos de uso frequente em qualquer local com acesso à Internet e abrir documentos da família Microsoft Office mesmo sem ter a suíte de aplicativos instalada no equipamento.

Coordenadoria de Administração - As restrições orçamentárias e financeiras enfrentadas neste exercício provocaram grande alteração no funcionamento do setor administrativo da PGE. Da edição do Decreto de execução orçamentária até o final do ano, trabalhou-se, incansavelmente, com o firme apoio dos gestores das unidades da capital e do interior, para reduzir a despesa de custeio, em especial o gasto com locações e manutenção de prédios. Com as mudanças de sede já realizadas ou em implementação, haverá economia mensal de 190 mil reais, aproximadamente, com despesa de locação e condomínio, além da redução do custo direto com a manutenção das áreas e o custo indireto de gerenciamento dos serviços pelos servidores da unidade. Na capital, o prédio sede foi reorganizado para acomodar procuradores e servidores de outras unidades e possibilitar a devolução de um andar. Além disso, o prédio da Procuradoria Judicial foi reestruturado para receber a Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário, cujo prédio, avaliado em 17,4 milhões de reais, será disponibilizado para alienação. Nas unidades regionais, foram efetivadas mudanças que importaram grande redução financeira, em especial por envolver a devolução de imóvel locado: 1) na Grande São Paulo, a área ocupada pela Seccional de Santo André foi reduzida e a Sede foi transferida para o prédio da Secretaria da Fazenda; 2) em Taubaté, a sede foi transferida para o prédio da Secretaria da Fazenda; 3) na Regional de Campinas, foram efetivadas as transferências de Piracicaba e Limeira para prédios compartilhados com outras Secretarias e está em curso a mudança de todos as unidades de Campinas para uma nova sede, localizada em complexo predial da Secretaria da Agricultura; 4) na Regional de Bauru, houve redução da área ocupada pela sede, transferência da Seccional de Botucatu para prédio da Secretaria da Saúde e estão em curso tratativas para a transferência da Seccional de Jaú para prédio da Secretaria da Fazenda; 5) na Regional de Ribeirão Preto, foi viabilizada a transferência da sede para a Secretaria da Fazenda, permitindo, com isso, a disponibilização do próprio atualmente ocupado, que não possui condições adequadas de uso, para alienação. Buscou-se, também, otimizar a execução orçamentária da PGE. Diante da escassez de recursos, todas as solicitações de liberação de recursos foram analisadas pela Coordenadoria de Administração em conjunto com a Chefia de Gabinete, o que permitiu sua melhor destinação e o corte de despesas desnecessárias. Pretende-se, em 2021, aprimorar essa tarefa, mediante a elaboração de planejamento anual de aquisições e contratações. Procurou-se, ainda, realizar uma gestão mais próxima das unidades, oferecendo, sempre que possível, apoio para a solução dos problemas diários e, quando necessário, centralizando a execução orçamentária. Outro projeto em andamento, que conta com a supervisão da Coordenadoria de Administração, é a avaliação da massa documental e destinação adequada de material excedente. Neste ano, em virtude de parcerias estabelecidas com unidades da Secretaria da Administração Penitenciária, destinamos o nosso mobiliário excedente sem custo para a Procuradoria. Diante da evidente necessidade de repensar o funcionamento da área administrativa, foi iniciada a elaboração do planejamento estratégico da Coordenadoria de Administração, já tendo sido finalizada a fase de diagnóstico. Em breve será apresentada proposta de reestruturação da área na Capital e, futuramente, com a conclusão do planejamento, de reestruturação da área administrativa das unidades da Capital e Interior. Por derradeiro, necessário pontuar que a área

Diário Oficial
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 26 • São Paulo, sexta-feira, 12 de fevereiro de 2021

administrativa da PGE adotou medidas de prevenção contra o coronavírus, tendo realizado a aquisição centralizada de equipamentos de proteção e álcool 70% e adequação dos prédios para proteção dos servidores e visitantes.

Atividades - Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo	TOTAL
Autuação de novos processos	7
Processos Arquivados	26
Apurações Preliminares	4
Sindicâncias Administrativas	1
Processos Administrativos Disciplinares	2
Portarias Expedidas	3
Audiências Realizadas	5
Pessoas Ouvidas	7
Diligências Realizadas	0
Correições Ordinárias	0
Correições Extraordinárias	0
Visitas de Inspeção	0
Estágios Confirmatórios - Acompanhamento	96
Estágios Confirmatórios – Autuação	0
Ofícios Expedidos	13
Planos de Aula Recebidos	52

*Atualizada em 08/12

Ouvidoria - A Ouvidoria é um canal direto de comunicação entre a PGE e os usuários de seus serviços. Suas principais atribuições são receber e encaminhar queixas, reclamações e sugestões relacionadas às diversas áreas da PGE. Também participa do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - FOCCOSP, sendo cientificada de todas as denúncias de âmbito estadual apresentadas pelos cidadãos, bem como responde às solicitações enviadas ao Sistema Integrado de Informações ao Cidadão – SIC. O setor também é responsável pelo registro de sanções administrativas judicialmente impostas no sistema www.bec.sp.gov.br. *As* sanções são individualmente cadastradas no nome de cada um dos condenados, pessoas físicas ou jurídicas, com indicação dos respectivos CPFs/CNPJs, endereço, do teor da determinação judicial, dos dados do processo judicial, inclusive com informação da data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

Segue quadro de atividades desempenhadas no primeiro semestre

Tipo de Manifestação	Quantidade
Denúncia	70
Elogio	10
Outros	377
Reclamação	1.369
Informação	3.945
Sugestões	7
FOCCOSP (denúncias recebidas)	238
Sanções administrativas registradas	40
SIC	28
Total	6.087

certificadodigital
um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

COMPRAR UM CERTIFICADO
RENOVAR MEU CERTIFICADO
TENHO UM VOUCHER
CLIENTES DE GOVERNO
INSTALAR MEU CERTIFICADO
SUPORTE TÉCNICO

Acesse e descubra
certificadodigital.imprensaoficial.com.br